



DIÁRIO OFICIAL



Belém, Segunda-feira
10 de Julho de 2023

ANO CXXXIII DA IOE
133ª DA REPÚBLICA
Nº 35.465

República Federativa do Brasil - Estado do Pará

186 Páginas

NESTA EDIÇÃO

EXECUTIVO

GABINETE DO GOVERNADOR	PÁG. 4
CASA CIVIL DA GOVERNADORIA DO ESTADO	PÁG. 4
CASA MILITAR DA GOVERNADORIA DO ESTADO	PÁG. 6

VICE-GOVERNADORIA

DO ESTADO	PÁG. 9
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO	PÁG. 9
SECRETARIA ESTRATÉGICA DE ARTICULAÇÃO DA CIDADANIA	PÁG. 24

SECRETARIA DE ESTADO

DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO	PÁG. 24
IMPrensa OFICIAL DO ESTADO	PÁG. 31
INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO DO PARÁ	PÁG. 31
INSTITUTO DE GESTÃO PREVIDENCIÁRIA DO ESTADO DO PARÁ	PÁG. 31
ESCOLA DE GOVERNANÇA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ	PÁG. 86

SECRETARIA DE ESTADO

DA FAZENDA	PÁG. 87
-------------------------	---------

SECRETARIA DE ESTADO

DE SAÚDE PÚBLICA	PÁG. 95
HOSPITAL OPHIR LOYOLA	PÁG. 99
FUNDAÇÃO SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DO PARÁ	PÁG. 101
FUNDAÇÃO CENTRO DE HEMOTERAPIA E HEMATOLOGIA DO PARÁ	PÁG. 102
FUNDAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL HOSPITAL DE CLÍNICAS GASPAR VIANNA	PÁG. 105

SECRETARIA DE ESTADO

DE TRANSPORTES	PÁG. 109
AGÊNCIA ESTADUAL DE REGULAÇÃO E CONTROLE DE SERVIÇOS PÚBLICOS	PÁG. 110

SECRETARIA DE ESTADO

DE DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO E DA PESCA	PÁG. 111
INSTITUTO DE TERRAS DO PARÁ	PÁG. 112
AGÊNCIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA DO ESTADO DO PARÁ	PÁG. 113
EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DO ESTADO DO PARÁ	PÁG. 115

SECRETARIA DE ESTADO

DE MEIO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE	PÁG. 116
INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO FLORESTAL E DA BIODIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ	PÁG. 120

SECRETARIA DE ESTADO

DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL	PÁG. 121
POLÍCIA MILITAR DO PARÁ	PÁG. 123
POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PARÁ	PÁG. 123
POLÍCIA CIENTÍFICA DO PARÁ	PÁG. 123
DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO ESTADO DO PARÁ	PÁG. 123

SECRETARIA DE ESTADO

DE ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA	PÁG. 132
---	----------

SECRETARIA DE ESTADO

DE CULTURA	PÁG. 133
FUNDAÇÃO CULTURAL DO PARÁ	PÁG. 134

SECRETARIA DE ESTADO

DE COMUNICAÇÃO	PÁG. 137
FUNDAÇÃO PARAENSE DE RADIODIFUSÃO	PÁG. 137

SECRETARIA DE ESTADO

DE EDUCAÇÃO	PÁG. 139
UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ	PÁG. 142

SECRETARIA DE ESTADO

DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO, EMPREGO E RENDA	PÁG. 144
FUNDAÇÃO DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO DO PARÁ	PÁG. 145

SECRETARIA DE ESTADO

DE JUSTIÇA	PÁG. 155
-------------------------	----------

SECRETARIA DE ESTADO DE

DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, MINERAÇÃO E ENERGIA	PÁG. 157
INSTITUTO DE METROLOGIA DO ESTADO DO PARÁ	PÁG. 157
JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO PARÁ	PÁG. 157
NÚCLEO EXECUTOR DO PROGRAMA MUNICÍPIOS VERDES	PÁG. 157

SECRETARIA DE ESTADO

DE OBRAS PÚBLICAS	PÁG. 158
COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARÁ	PÁG. 159
COMPANHIA DE HABITAÇÃO DO ESTADO DO PARÁ	PÁG. 160
NÚCLEO DE GERENCIAMENTO DE TRANSPORTES METROPOLITANO	PÁG. 160

SECRETARIA DE ESTADO DE

CIÊNCIA, TECNOLOGIA E EDUCAÇÃO SUPERIOR, PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA	PÁG. 160
FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS	PÁG. 161
EMPRESA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO DO ESTADO DO PARÁ	PÁG. 162

SECRETARIA DE ESTADO

DE ESPORTE E LAZER	PÁG. 162
---------------------------------	----------

SECRETARIA DE ESTADO

DE TURISMO	PÁG. 163
-------------------------	----------

DEFENSORIA PÚBLICA

DO ESTADO	PÁG. 163
------------------------	----------

JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ	PÁG. 168
---	----------

TRIBUNAIS DE CONTAS

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARÁ	PÁG. 169
--	----------

MINISTÉRIO PÚBLICO

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ	PÁG. 172
--	----------

MUNICÍPIOS

PARTICULARES	PÁG. 185
---------------------------	----------

EMPRESARIAL	PÁG. 186
--------------------------	----------



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ

Helder Zahluth Barbalho
GOVERNADOR

Hana Ghassan Tuma
Vice-Governadora

Francisco Melo
Presidente da Assembleia Legislativa

Maria de Nazaré Silva Gouveia dos Santos
Presidente do Tribunal de Justiça

Cesar Bechara Nader Mattar Júnior
Procurador Geral de Justiça

João Paulo Carneiro Gonçalves Ledo
Defensor Público Geral do Estado



Jorge Luiz Guimarães Panzera
Presidente

Aroldo Carneiro
Diretor Administrativo e Financeiro

Sandra Maria Caminha Fonseca
Diretora de Documentação e Tecnologia

Allan Gonçalves Brandão
Diretor Técnico

DIRETORIA, ADMINISTRAÇÃO, REDAÇÃO E PARQUE GRÁFICO
Trav. do Chaco, 2271, Marco - 66.093-410 Belém - Pará
RECEPÇÃO: 4009-7800
www.ioepa.com.br

PUBLICAÇÕES

91 4009-7810 | 4009-7819

cm x coluna R\$ 93,00

(*) O padrão de publicação obedecerá obrigatoriamente a fonte Verdana, Corpo 7.

**A IOE TEM UM RECADO PARA SUA EMPRESA
PUBLICAR NO DIÁRIO OFICIAL FICOU MAIS
RÁPIDO E MAIS SEGURO.**

O sistema e-Diário, que recebe publicações para o Diário Oficial do Estado, mudou. É um reforço do compromisso da Imprensa Oficial do Estado com seus usuários.

CRITÉRIOS PARA PUBLICAÇÃO DE ARQUIVOS FECHADOS

Fonte Verdana, Corpo 7, Entrelinhamento 120%
Novo Formato DOE: A4 - Área de Trabalho (19 x 27)
Devem ser fechados no formato PDF X1A, sem marcas de cortes, texto em preto 100%
Imagens devem estar em P&B ou em escala de cinza e resolução mínima de 220 dpi.
Não condensar ou expandir as fontes e imagens
Não serão aceitos arquivos fora dos padrões.

RECEBIMENTO DE ARQUIVOS NO BALCÃO DA IOE

Devem ser entregues até as 14 horas do dia útil anterior à publicação

MAIS INFORMAÇÕES

(91) 4009-7800 / 4009-7842 | suporte@ioe.pa.gov.br

ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA

GABINETE DO GOVERNADOR

Governador: Helder Zahluth Barbalho
Tel.: (91) 3216-8829/ 3342-5663

GABINETE DA VICE-GOVERNADORA

Vice-Governadora: Hana Ghassan Tuma
Tel.: (91)

CASA CIVIL DA GOVERNADORIA DO ESTADO

Chefe: Luiziel Henderson Guedes de Oliveira
Tel.: (91) 3216-8831 / 8832/8833/8830

CASA MILITAR DA GOVERNADORIA DO ESTADO

Chefe: CEL. PM Osmar Vieira da Costa Júnior
Tel.: (91) 3214-0601/ 33425672

PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO - PGE

Procurador Geral: Ricardo Nasser Sefer
Tel.: (91) 3344-2742/2798/2786/2700

SECRETARIA REGIONAL DE GOVERNO DO SUDESTE DO PARÁ

Secretário: João Chamon Neto
Tel.: (94) 98402-9275 / (94)98404-7928

SECRETÁRIO REGIONAL DE GOVERNO DA REGIÃO DO TAPAJÓS DO PARÁ

Secretário: Hilton Alves de Aguiar
Tel.:

SECRETARIA REGIONAL DE GOVERNO DO BAIXO AMAZONAS

Secretário: : José Maria Tapajós
Tel.: (93) 98412-6196

SECRETARIA REGIONAL DE GOVERNO DO MARAJÓ

Secretário: : Jaime da Silva Barbosa
Tel.: (91) 98585-2595

SECRETARIA ESTRATÉGICA DE ARTICULAÇÃO DA CIDADANIA - SEAC

Secretário: Igor Wander Centeno Normando
Tel.: 3342-0351/0352/0363

AUDITORIA GERAL DO ESTADO - AGE

Auditor: Ozorio Adolfo Goes Nunes de Sousa
Tel.: (91) 3239-6477 /6450/ 6677

OUIDORIA GERAL DO ESTADO - OGE

Auditor: André Ramy Pereira Bassalo
Tel.: (91) 3216-8883/8899

FUNDAÇÃO PARÁPAZ

Presidente: Alberto Henrique Teixeira de Barros
Tel.: (91) 3321-4303 /98510-8012/ Geral: 3321-4300

SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO - SEPLAD

Secretária: Elieth de Fátima da Silva Braga
Tel.: (91) 3194-1010/1004/1012/1427

IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO - IOE

Presidente: Jorge Luiz Guimarães Panzera
Tel.: (91) 4009-7860/7800/7801

INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO DO PARÁ - IASEP

Presidente: Josynélia Tavares Raiol
Tel.: (91) 3366-6111/6117/6118

INSTITUTO DE GESTÃO PREVIDENCIÁRIA DO ESTADO DO PARÁ - IGEPREV

Presidente: Ilton Giuseppe Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Tel.: (91) 3182-3585/3587

ESCOLA DE GOVERNANÇA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ - ÉGPA

Diretor Geral: Elisângela Mara Da Silva Jorge
Tel.: (91) 3214-6860/6802/6803

SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA - SEFA

Secretário: René de Oliveira e Sousa Júnior
Tel.: (91) 3222-5720/3218-4200/4324 Fax: (91) 3223-0776

BANCO DO ESTADO DO PARÁ - BANPARÁ

Presidente: Ruth Pimentel Mélio
Tel.: (91) 3348-3310/3320/3209/ 3223-0823

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO PARÁ - JUCEPA

Presidente: Cilene Moreira Sabino de Oliveira
Tel.: (91) 3217-5802/5804

SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA - SESPA

Secretário: Rômulo Rodovalho Gomes
Tel.: (91) 4006-4347/4356/4006-4800/4804/4805/4006-4849

HOSPITAL OPHIR LOYOLA

Diretora Geral: Ivete Gadelha Vaz
Tel.: (91) 3265-6530/6529/6500

FUNDAÇÃO SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DO PARÁ

Presidente: Bruno Mendes Carmona
Tel.: (91) 4009-2241/2202/0329/2333

FUNDAÇÃO CENTRO DE HEMOTERAPIA E HEMATOLOGIA DO PARÁ - HEMOPA

Presidente: Paulo André Castelo Branco Bezerra
Tel.: (91) 3110-6500/6502

ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA

FUNDAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL HOSPITAL DE CLÍNICAS GASPARIAN

Presidente: Heloisa Maria Melo e Silva Guimarães
Tel.: (91) 4005-2506

SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTES - SETRAN

Secretário: Adler Gerciley Almeida da Silveira
Tel.: (91) 4009-3801/3802

COMPANHIA DE PORTOS E HIDROVIAS DO ESTADO DO PARÁ - CPH

Presidente: Márcio Tavares de Sousa
Tel.: (91) 3221-4102/4100/4103

AGÊNCIA DE REGULAÇÃO E CONTROLE DE SERVIÇOS PÚBLICOS - ARCON

Diretor Geral: Eurípedes Reis da Cruz Filho
Tel.: (91) 3321-9680 / 9675

SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO E DA PESCA - SEDAP

Secretário: Giovanni Corrêa Queiroz
Tel.: (91) 4006-1206/1207 /3226-8904/1363

SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA FAMILIAR - SEAF

Secretário: Cássio Alves Pereira
Tel.: (91)

INSTITUTO DE TERRAS DO PARÁ - ITERPA

Presidente: Bruno Yoheiji Kono Ramos
Tel.: (91) 3181-6513/6516/6548 / Geral: 3181-6500

NÚCLEO DE GERENCIAMENTO DO PARÁ RURAL

Gerente Executivo: Felipe Coelho Picanço
Tel.: 3342-0150/0151/(91)98584-4185

AGÊNCIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA DO ESTADO DO PARÁ - ADEPARA

Diretor Geral: Jamir Junior Paraguassú Macedo
Tel.: (91) 3210-1104 / Geral: 3210-1100

EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DO ESTADO DO PARÁ - EMATER

Presidente: Joniel Vieira de Abreu
Tel.: (91) 3299-3413/3469/3400

SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE- SEMAS

Secretário: José Mauro de Lima O' de Almeida
Tel.: ((91) 3184-3398/3318/3319/3384/3380

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO FLORESTAL E DA BIODIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ - IDEFLOR-Bio

Presidente: Nilson Pinto de Oliveira
Tel.: (91) 3342-2637/2670/ 3184-3377/3362

SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL - SEGUP

Secretário: Ualame Fialho Machado
Tel.: (91) 3184-2525 / 3184-2555

POLÍCIA MILITAR DO PARÁ - PMPA

Comandante Geral: Cel. QOPM José Dilson Melo de Souza Júnior
Tel.: (91) 98584-1522

CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO PARÁ - CBMPA

Comandante-Geral: CEL QOBM Jayme de Aviz Benjô
Tel.: (91) (91) 4006-8313 /8355

POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PARÁ

Delegado Geral: Walter Resende de Almeida
Tel.: (91) 4006-9094 /9045

POLÍCIA CIENTÍFICA DO PARÁ

Diretor Geral: Celso da Silva Mascarenhas
Tel.: (91) 4009-6012/6032

DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO ESTADO DO PARÁ - DETRAN

Diretora Superintendente: Renata Mirella Freitas Guimarães de Sousa Coelho
Tel.: (91) 3214-6235>gabinete/3289-7500

SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA - SEAP

Secretário: Cel QOPM Marco Antonio Sirotheau Corrêa Rodrigues
Tel.: (91) 3239-4201/4202

SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA - SECULT

Secretário: Ursula Vidal Santiago
Tel.: (91) 4009-8454/8451

FUNDAÇÃO CULTURAL DO ESTADO DO PARÁ - FCP

Presidente: Thiago Farias Miranda
Tel.: (91) 3202-4350/4349

FUNDAÇÃO CARLOS GOMES

Superintendente: Gabriel Mariano de Aguiar Titan
Tel.: (91) 3201-9478

SECRETARIA DE ESTADO DE COMUNICAÇÃO - SECOM

Secretária: Vera Lucia Alves de Oliveira
Tel.: (91) 3202-0901/0910/0911 / 32020931

FUNDAÇÃO PARAENSE DE RADIODIFUSÃO - FUNTELPA

Presidente: Waldemiro Eduardo de Assis Sanova Nascimento
Tel.: (91) 4005-7733

SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO - SEDUC

Secretário: Rossieli Soares da Silva
(91) 3201-5127/5147/3211-5026/5107/5160/5161

FUNDAÇÃO DE APOIO PARA O DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO PARAENSE - FADEP

Presidente: José Alexandre Buchacra Araújo
Tel.:

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ - UEPA

Reitor: Clay Anderson Nunes Chagas
Tel.: (91) 3299-2202/2200

SECRETARIA DE ESTADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO, EMPREGO E RENDA - SEASTER

Secretário: Inocêncio Renato Gasparim
Tel.: (91) 3239-1414/1400

FUNDAÇÃO DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO DO PARÁ - FASEPA

Presidente: Carlos Alberto de Andrade Rodrigues Junior
Tel.: (91) 3210-3308

NÚCLEO DE GERENCIAMENTO DO PROGRAMA DE MICROCRÉDITO - CREDCIDADÃO

Diretor Geral: Braselino Carlos da Assunção Sousa da Silva
Tel.: (91)3205-7250/7257

SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA - SEJU

Secretário: Evandro Garla Pereira da Silva
Tel.: (91) 4009-2744/2722/2723/2700

SECRETARIA DE ESTADO DE IGUALDADE RACIAL E DIREITOS HUMANOS - (SEIRDH)

Secretário: Jarbas Vasconcelos do Carmo
Tel.: (91) 4009-2744/2722/2723/2700

SECRETARIA DE ESTADO DOS POVOS INDÍGENAS -SEPI

Secretária: Puyr dos Santos Tembê
Tel.: (91)

SECRETARIA DE ESTADO DAS MULHERES -SEMU

Secretária: Ana Paula Silva Gomes de Freitas
Tel.: (91)

SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, MINERAÇÃO E ENERGIA - SEDEME

Secretário: Paulo Eduardo Maestri Bengtson
Tel.: (91) 3110-2558/2552

COMPANHIA DE GÁS DO PARÁ

Presidente: Fernando de Souza Flexa Ribeiro
Tel.: (91) 3224-2663/98116-9087 (secretária)

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO PARÁ - CODEC

Presidente: Lutfala de Castro Bitar
Tel.: (91) 3236-2884/3205-4704

INSTITUTO DE METROLOGIA DO ESTADO DO PARÁ - IMETROPARÁ

Presidente: Daniel Freitas Nascimento
Tel.: (91) 3217-0524/0500

CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DO PARÁ S/A - CEASA

Presidente: Raimundo José Pinheiro dos Santos Junior
Tel.: (91) 3228-9171/3205-4055/4054

SECRETARIA DE ESTADO DE OBRAS PÚBLICAS - SEOP

Secretário: Benedito Ruy Santos Cabral
Tel.: (91) 3183-0003/0004/0020

COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARÁ - COSANPA

Presidente: José Fernando de Mendonça Gomes Júnior
Tel.: (91) 3202-8514/8567/8400

COMPANHIA DE HABITAÇÃO DO ESTADO DO PARÁ - COHAB

Presidente: Luis Andre Henderson Guedes de Oliveira
Tel.: (91) 32148500 / 32148502 / 32148442

NÚCLEO DE GERENCIAMENTO DE TRANSPORTE METROPOLITANO

Diretor Geral: Eduardo de Castro Ribeiro Júnior
Tel.: (91) 3110-8450/8453

SECRETARIA DE ESTADO DAS CIDADES E INTEGRAÇÃO REGIONAL - SECIR

Secretário: Wagne Costa Machado
Tel.: (91)

SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E EDUCAÇÃO SUPERIOR, PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA - SECTET

Secretário: Hélio Leite da Silva
Tel.: (91) 4009-2511/2510/2543

FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS - FAPESPA

Presidente: Marcel do Nascimento Botelho
Tel.: (91) 3323-2573/2574

EMPRESA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO DO ESTADO DO PARÁ - PRODEPA

Presidente: Carlos Edilson de Almeida Maneschy
Tel.: (91) 3344-5438/5201/5411

SECRETARIA DE ESTADO DE ESPORTE E LAZER - SEEL

Secretário: Cássio Coelho Andrade
Tel.: (91) 3201-2320/2312/2320

SECRETARIA DE ESTADO DE TURISMO - SETUR

Secretário: Jose Eduardo Pereira da Costa
Tel.: (91) 3110-5003/5022/5000

EXECUTIVO

GABINETE DO GOVERNADOR

TERMO DE TRANSMISSÃO DE CARGO
O Governador do Estado do Pará HELDER ZAHLUTH BARBALHO, por afastamento para cumprir agenda fora do Estado, transmite a Chefia do Poder Executivo Estadual, no período de 10 a 21 de julho de 2023, a Vice-Governadora do Estado HANA GHASSAN TUMA, que assume o compromisso de manter, defender e promover as Constituições Federal e Estadual, as leis infraconstitucionais e de promover o bem geral do povo do Pará.
PALÁCIO DO GOVERNO, 10 DE JULHO DE 2023.
HELDER BARBALHO
Governador do Estado
HANA GHASSAN TUMA
Vice-Governadora do Estado

DECRETO DE 7 DE JULHO DE 2023
O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARÁ, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 135, incisos III e XX, *in fine*, da Constituição Estadual, e Considerando a conclusão do Processo Administrativo Disciplinar, instaurado pela Portaria nº 164/2017-GAB/PAD, de 23 de fevereiro de 2017, publicada no Diário Oficial do Estado nº 33.322, de 24 de fevereiro de 2017; Considerando as informações constantes no Processo nº 2019/168694 e no Parecer nº 556/2019 da Procuradoria-Geral do Estado - PGE,
R E S O L V E:
Art. 1º Demitir a servidora pública SÔNIA REGINA BEGOT RISUENHO, matrícula nº 5216109-1, do cargo efetivo de Professor Classe II, lotada na Secretaria de Estado de Educação (SEDUC), com base no art. 177, I, e 178, IV, combinado com o art. 190, inciso II e § 2º, da Lei Estadual nº 5.810, de 24 de janeiro de 1994.
Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
PALÁCIO DO GOVERNO, 7 DE JULHO DE 2023.
HELDER BARBALHO
Governador do Estado

Protocolo: 960859

D E C R E T O Nº 3193, DE 7 DE JULHO DE 2023
Abre no Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, em favor do(s) órgão(s) da Administração Pública Estadual, crédito suplementar por ANULAÇÃO, no valor de R\$ 15.145.333,68 para reforço de dotação(ões) consignada(s) no Orçamento vigente.
O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARÁ, usando das atribuições que lhe confere o art. 135, inciso V, e com fundamento no art. 204, § 13, ambos da Constituição Estadual, combinando com o art. 6º, inciso V da Lei Orçamentária nº 9.851, de 12 de janeiro de 2023
DECRETA:
Art. 1º Fica aberto ao Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, em favor do(s) órgão(s) da Administração Pública Estadual a seguir especificado(s), o crédito suplementar no valor de R\$ 15.145.333,68 (Quinze Milhões, Cento e Quarenta e Cinco Mil, Trezentos e Trinta e Três Reais e Sessenta e Oito Centavos), para atender à programação abaixo:

CÓDIGO	FONTE	NATUREZA DA DESPESA	VALOR
081012781314998796 - SEEL	01500000001	335041	2.850.000,00
111060412212978315 - Casa Militar	01500000001	449052	1.259.500,00
161011233112978311 - SEDUC	01500100102	339046	234.000,00
161011236215098906 - SEDUC	01500100102	339037	7.000.000,00
462021339215038841 - FCP	01500000001	339039	250.000,00
782011957114908697 - FAPESPA	01500000001	335041	358.190,00
782011957114908698 - FAPESPA	01500000001	335041	1.112.003,68
871010824415058858 - FEAS	01500000001	339008	2.081.640,00
TOTAL			15.145.333,68

Art. 2º Os recursos necessários à execução do presente Decreto correrão por conta da anulação parcial de dotação(ões) consignada(s) no Orçamento vigente, conforme estabelecido no artigo 43, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, através da(s) unidade(s) orçamentária(s) abaixo discriminada(s):

CÓDIGO	FONTE	NATUREZA DA DESPESA	VALOR
161011212212978338 - SEDUC	01500100102	339039	1.534.000,00
161011236115098904 - SEDUC	01500100102	339037	5.700.000,00
311010618215027563 - CBM	01500000001	449052	6.191.140,00
782011957115088897 - FAPESPA	01500000001	335041	830.000,00
782011957115088897 - FAPESPA	01500000001	339018	640.193,68
911022884600008590 - Enc. SEPLAD-PL	01500000001	339039	250.000,00
TOTAL			15.145.333,68

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.
PALÁCIO DO GOVERNO, 7 de julho de 2023.
HELDER BARBALHO
Governador do Estado
ELIETH DE FÁTIMA DA SILVA BRAGA
Secretária de Estado de Planejamento e Administração

D E C R E T O Nº 3194, DE 7 DE JULHO DE 2023
Abre no Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, em favor do(s) órgão(s) da Administração Pública Estadual, crédito suplementar por SUPERÁVIT, no valor de R\$ 1.459.365,56 para reforço de dotação(ões) consignada(s) no Orçamento vigente.
O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARÁ, usando das atribuições que lhe confere o art. 135, inciso V, e com fundamento no art. 204, § 13, ambos da Constituição Estadual, combinando com o art. 6º, inciso III da Lei Orçamentária nº 9.851, de 12 de janeiro de 2023
DECRETA:
Art. 1º Fica aberto ao Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, em favor do(s) órgão(s) da Administração Pública Estadual a seguir especificado(s), o crédito suplementar no valor de R\$ 1.459.365,56 (Hum Milhão, Quatrocentos e Nove Mil, Trezentos e Sessenta e Cinco Reais e Cinquenta e Seis Centavos), para atender à programação abaixo:

CÓDIGO	FONTE	NATUREZA DA DESPESA	VALOR
901011030215078290 - FES	02600000049	339092	1.459.365,56
TOTAL			1.459.365,56

Art. 2º Os recursos necessários à execução do presente Decreto correrão por conta do Superávit Financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício anterior, conforme estabelecido no artigo 43, § 1º, inciso I, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.
Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.
PALÁCIO DO GOVERNO, 7 de julho de 2023.

HELDER BARBALHO
Governador do Estado
ELIETH DE FÁTIMA DA SILVA BRAGA
Secretária de Estado de Planejamento e Administração
Protocolo: 960858

CASA CIVIL DA GOVERNADORIA

LICENÇA PRÊMIO

PORTARIA Nº. 0710/2023-CRG, de 07 de Julho de 2023.
A COORDENADORA DE RELAÇÕES GOVERNAMENTAIS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Portaria nº. 1.215/2023-CCG, de 31 de Março de 2023, publicada no DOE nº. 35.349, de 03/04/2023 e, CONSIDERANDO o disposto no artigo 98 da Lei nº. 5.810, de 24 de janeiro de 1994, CONSIDERANDO ainda, os termos do Processo nº. 2023/765928, RESOLVE:
I – Conceder ao servidor MANOEL MOREIRA DE OLIVEIRA, Id. Funcional nº. 36285/2, ocupante do cargo de Auxiliar de Atividades Agropecuárias, pertencente ao quadro de servidores efetivos desta Casa Civil da Governadoria, 60 (sessenta) dias de Licença Prêmio, no período de 01/08/2023 a 29/09/2023, correspondente ao período aquisitivo de 02/01/1993 a 01/01/1996.
DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.
CASA CIVIL DA GOVERNADORIA DO ESTADO, 07 de Julho de 2023.
DELCIENE LOUREIRO CORRÊA
Coordenadora de Relações Governamentais
PORTARIA Nº. 0711/2023-CRG, de 07 de Julho de 2023.
A COORDENADORA DE RELAÇÕES GOVERNAMENTAIS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Portaria nº. 1.215/2023-CCG, de 31 de Março de 2023, publicada no DOE nº. 35.349, de 03/04/2023 e, CONSIDERANDO o disposto no artigo 98 da Lei nº. 5.810, de 24 de janeiro de 1994, CONSIDERANDO ainda, os termos do Processo nº. 2023/765902, RESOLVE:
I – Conceder ao servidor AGAMOR DOS SANTOS NEVES, Id. Funcional nº. 19453/1, ocupante do cargo de Agente de Portaria, pertencente ao quadro de servidores efetivos desta Casa Civil da Governadoria, 60 (sessenta) dias de Licença Prêmio, no período de 01/08/2023 a 29/09/2023, correspondente ao período aquisitivo de 03/04/2009 a 02/04/2012.
DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.
CASA CIVIL DA GOVERNADORIA DO ESTADO, 07 de Julho de 2023.
DELCIENE LOUREIRO CORRÊA
Coordenadora de Relações Governamentais

Protocolo: 960617

DESIGNAR FISCAL DE CONTRATO

PORTARIA Nº 0709/2023-CRG
A COORDENADORA DE RELAÇÕES GOVERNAMENTAIS, no uso das atribuições que lhe são conferidas, pela Portaria nº 1.215/2023-CCG, de 31/03/2023, publicado no DOE nº 35.349, de 03/04/2023, e CONSIDERANDO : o processo nº 2023/11344, de 03/01/2023. CONSIDERANDO que confere à Administração a prerrogativa de acompanhar e fiscalizar a execução dos Contratos Administrativos celebrados e seus aditivos, visando o cumprimento das obrigações contratuais e a pres-

tação adequada dos serviços contratados, nos termos previstos no artigo 58, inciso III, da Lei nº 8.666/93 – Licitações e Contratos Administrativos e que a execução e fiscalização dos Contratos Administrativos no âmbito do Núcleo de Representação do Governo do Estado do Pará no Distrito Federal-DF, serão efetivadas nos termos desta Portaria, onde deverá ser acompanhada a execução por servidor designado para fiscal de contrato e seu auxiliar.

RESOLVE :

DESIGNAR a servidora MARIA REGINA MARTINS CARAMURU, ocupante do cargo de Monitor, matrícula funcional nº 3222250/ 1, para a função de fiscal e JOSE MARIA DA COSTA E CUNHA JUNIOR, ocupante do cargo de Auxiliar Administrativo, matrícula funcional nº 35408/ 1, para Suplente do Contrato nº 16/2023-CCG/PA, firmado com a empresa GARRA DETAILING, que tem como objeto, contratação de empresa especializada na prestação de serviços de lavagem de veículos automotores, tipo passeio, para atender o Núcleo de Representação do Estado do Pará no Distrito Federal.

Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

CASA CIVIL DA GOVERNADORIA DO ESTADO, 07 de julho de 2023.

DELCIENE LOUREIRO CORREA

Coordenadora de Relações Governamentais

Protocolo: 960501

DIÁRIA

PORTARIA Nº 0719/2023-CRG

A COORDENADORA DE RELAÇÕES GOVERNAMENTAIS, no uso das atribuições que lhe são conferidas, pela Portaria nº 1.215/2023-CCG, de 31/03/2023, publicado no DOE nº 35.349, de 03/04/2023, e CONSIDERANDO o que dispõe os arts. 145 a 149, da Lei nº 5.810, de 24 de janeiro de 1994;

CONSIDERANDO o processo nº 2023/2161660, de 07 de julho de 2023;

CONSIDERANDO ainda, tratar-se de Agenda Oficial de Governo.

RESOLVE:

I - Autorizar o servidor abaixo relacionado a se deslocar para o município de BRAGANÇA/PA, no período de 08 a 09/07/2023.

Servidor	Objetivo
FLAVIO BRANDÃO DA SILVA, CPF 393.820.012-04, matrícula funcional nº 5945655/ 1, ocupante do cargo de Assistente Operacional II, lotado na Diretoria de Gestão de Logística.	Dar apoio logístico a Diretoria de Cerimonial, no referido município.

II - Conceder de acordo com as bases legais vigentes 1.½ (uma e meia) diárias ao servidor acima, que se deslocará conforme item I.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

CASA CIVIL DA GOVERNADORIA DO ESTADO, 07 de julho de 2023.

DELCIENE LOUREIRO CORREA

Coordenadora de Relações Governamentais

PORTARIA Nº 0718/2023-CRG

A COORDENADORA DE RELAÇÕES GOVERNAMENTAIS, no uso das atribuições que lhe são conferidas, pela Portaria nº 1.215/2023-CCG, de 31/03/2023, publicado no DOE nº 35.349, de 03/04/2023, e CONSIDERANDO o que dispõe os arts. 145 a 149, da Lei nº 5.810, de 24 de janeiro de 1994;

CONSIDERANDO os processos nº 2023/2161668, de 07 de julho de 2023;

CONSIDERANDO ainda, tratar-se de Agenda Oficial de Governo.

RESOLVE:

I - Autorizar a servidora abaixo relacionada a se deslocar para o município de BRAGANÇA/PA, no período de 08 a 09/07/2023.

Servidor	Objetivo
PATRICCIA HEITMANN ELERES, CPF 646.668.242-00, matrícula funcional nº 5958137/1, Diretora do Cerimonial, lotada na Diretoria do Cerimonial.	Assessorar agenda de Governo, no referido município.

II - Conceder de acordo com as bases legais vigentes 1.½ (uma e meia) diárias a servidora acima, que se deslocará conforme item I.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

CASA CIVIL DA GOVERNADORIA DO ESTADO, 07 de julho de 2023.

DELCIENE LOUREIRO CORREA

Coordenadora de Relações Governamentais.

Protocolo: 960655

PORTARIA Nº 0712/2023-CRG

A COORDENADORA DE RELAÇÕES GOVERNAMENTAIS, no uso das atribuições que lhe são conferidas, pela Portaria nº 1.215/2023-CCG, de 31/03/2023, publicado no DOE nº 35.349, de 03/04/2023, e CONSIDERANDO o que dispõe os arts. 145 a 149, da Lei nº 5.810, de 24 de janeiro de 1994;

CONSIDERANDO o processo nº 2023/2161784 de 7 de julho de 2023;

CONSIDERANDO ainda, tratar-se de Agenda Oficial de Governo.

RESOLVE:

I - Autorizar o servidor abaixo relacionado a se deslocar para o município de ANANINDEUA/PA, no dia 09/07/2023.

Servidor	Objetivo
AJAX DE SOUSA LOPES, CPF 011.418.782-75, matrícula funcional nº 5952258/2, ocupante do cargo de Assessor Técnico, lotado na Diretoria de Cerimonial.	Assessorar agenda de Governo, no referido município.

II - Conceder de acordo com as bases legais vigentes ½ (meia) diária ao servidor acima, que se deslocará conforme item I.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

CASA CIVIL DA GOVERNADORIA DO ESTADO, 7 de julho de 2023.

DELCIENE LOUREIRO CORREA

Coordenadora de Relações Governamentais.

PORTARIA Nº 0713/2023-CRG

A COORDENADORA DE RELAÇÕES GOVERNAMENTAIS, no uso das atribuições que lhe são conferidas, pela PORTARIA Nº 1.215/2023-CCG, de 31/03/2023, publicado no DOE nº 35.349, de 03/04/2023, e CONSIDERANDO o que dispõe os arts. 145 a 149, da Lei nº 5.810, de 24 de janeiro de 1994;

CONSIDERANDO os processos nº 2023/2161775, de 07 de julho de 2023;

CONSIDERANDO ainda, tratar-se de Agenda Oficial de Governo.

RESOLVE:

I - Autorizar a servidora abaixo relacionada a se deslocar para o município de ANANINDEUA/PA, no dia 09/07/2023.

Servidor	Objetivo
TARA FERREIRA FERNANDES DA SILVA, CPF 782.686.212-49, matrícula funcional nº 5972932/1, Secretária Executiva de Cerimonial, lotada na Diretoria do Cerimonial.	Assessorar Agenda do Governo do Estado, no referido município.

II - Conceder de acordo com as bases legais vigentes ½ (meia) diária a servidora acima, que se deslocará conforme item I.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

CASA CIVIL DA GOVERNADORIA DO ESTADO, 07 de julho de 2023.

DELCIENE LOUREIRO CORREA

Coordenadora de Relações Governamentais.

PORTARIA Nº 0714/2023-CRG

A COORDENADORA DE RELAÇÕES GOVERNAMENTAIS, no uso das atribuições que lhe são conferidas, pela PORTARIA Nº 1.215/2023-CCG, de 31/03/2023, publicado no DOE nº 35.349, de 03/04/2023, e CONSIDERANDO o que dispõe os arts. 145 a 149, da Lei nº 5.810, de 24 de janeiro de 1994;

CONSIDERANDO o processo nº 2023/2161773 de 07 de julho de 2023;

CONSIDERANDO ainda, tratar-se de Agenda Oficial de Governo.

RESOLVE:

I - Autorizar a servidora abaixo relacionada a se deslocar para o município de ANANINDEUA/PA, no dia 09/07/2023.

Servidor	Objetivo
LOUISE BANDEIRA PINTO REIS, CPF 004.350.992-48, matrícula funcional nº 5954511/3, Assessora de Cerimonial, lotada na Diretoria do Cerimonial.	Assessorar agenda pública do Governo do Estado, no referido município.

II - Conceder de acordo com as bases legais vigentes ½ (meia) diária a servidora acima, que se deslocará conforme item I.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

CASA CIVIL DA GOVERNADORIA DO ESTADO, 07 de julho de 2023.

DELCIENE LOUREIRO CORREA

Coordenadora de Relações Governamentais

PORTARIA Nº 0715/2023-CRG

A COORDENADORA DE RELAÇÕES GOVERNAMENTAIS, no uso das atribuições que lhe são conferidas, pela PORTARIA Nº 1.215/2023-CCG, de 31/03/2023, publicado no DOE nº 35.349, de 03/04/2023, e CONSIDERANDO o que dispõe os arts. 145 a 149, da Lei nº 5.810, de 24 de janeiro de 1994;

CONSIDERANDO o processo nº 2023/2161766, de 07 de julho de 2023;

CONSIDERANDO ainda, tratar-se de Agenda Oficial de Governo.

RESOLVE:

I - Autorizar o servidor abaixo relacionado a se deslocar para o município de ANANINDEUA/PA, no dia 09/07/2023.

Servidor	Objetivo
SAMUEL CARVALHO VELOSO, CPF 512.560.372-49, matrícula funcional nº 5947235/2, Secretário de Gabinete, lotado na Diretoria de Cerimonial.	Assessorar a Diretoria do Cerimonial, no referido município.

II - Conceder de acordo com as bases legais vigentes ½ (meia) diária ao servidor acima, que se deslocará conforme item I.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

CASA CIVIL DA GOVERNADORIA DO ESTADO, 07 de julho de 2023.

DELCIENE LOUREIRO CORREA

Coordenadora de Relações Governamentais

PORTARIA Nº 0716/2023-CRG

A COORDENADORA DE RELAÇÕES GOVERNAMENTAIS, no uso das atribuições que lhe são conferidas, pela PORTARIA Nº 1.215/2023-CCG, de 31/03/2023, publicado no DOE nº 35.349, de 03/04/2023, e CONSIDERANDO o que dispõe os arts. 145 a 149, da Lei nº 5.810, de 24 de janeiro de 1994;

CONSIDERANDO o processo nº 2023/2161778, de 07 de julho de 2023;

CONSIDERANDO ainda, tratar-se de Agenda Oficial de Governo.

RESOLVE:

I - Autorizar o servidor abaixo relacionado a se deslocar para o município de ANANINDEUA/PA, no dia 09/07/2023.

Servidor	Objetivo
RAIMUNDO LEANDRO MONTEIRO DA COSTA, CPF 172.903.922-72, matrícula funcional nº 5952612/1, ocupante do cargo de Assessor de Gabinete, lotado na Diretoria de Gestão de Logística.	Dar apoio logístico a Diretoria de Cerimonial, no referido município.

II - Conceder de acordo com as bases legais vigentes ½ (meia) diária ao servidor acima, que se deslocará conforme item I.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

CASA CIVIL DA GOVERNADORIA DO ESTADO, 07 de julho de 2023.

DELCIENE LOUREIRO CORREA

Coordenadora de Relações Governamentais

PORTARIA Nº 0717/2023-CRG
A COORDENADORA DE RELAÇÕES GOVERNAMENTAIS, no uso das atribuições que lhe são conferidas, pela PORTARIA Nº 1.215/2023-CCG, de 31/03/2023, publicado no DOE nº 35.349, de 03/04/2023, e CONSIDERANDO o que dispõe os arts. 145 a 149, da Lei nº 5.810, de 24 de janeiro de 1994;
CONSIDERANDO o processo nº 2023/2161759, de 07 de julho de 2023;
CONSIDERANDO ainda, tratar-se de Agenda Oficial de Governo.
RESOLVE:
I - Autorizar o servidor abaixo relacionado a se deslocar para o município de ANANINDEUAPA, no dia 09/07/2023.

Servidor	Objetivo
FAUSO MENDES DE PAULA, CPF 638.321.942-15, matrícula funcional nº 54189550/4, Assessor de Cerimonial, lotado na Diretoria do Cerimonial.	Assessorar agenda de Governo, no referido município.

II - Conceder de acordo com as bases legais vigentes ½ (meia) diária ao servidor acima, que se deslocará conforme item I.
DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.
CASA CIVIL DA GOVERNADORIA DO ESTADO, 07 de julho de 2023.
DELCIENE LOUREIRO CORREA
Coordenadora de Relações Governamentais

Protocolo: 960715

PORTARIA Nº 0707/2023-CRG
A COORDENADORA DE RELAÇÕES GOVERNAMENTAIS, no uso das atribuições que lhe são conferidas, pela PORTARIA Nº 1.215/2023-CCG, de 31/03/2023, publicado no DOE nº 35.349, de 03/04/2023, e CONSIDERANDO o que dispõe os arts. 145 a 149, da Lei nº 5.810, de 24 de janeiro de 1994;
CONSIDERANDO o processo nº 2023/2160748, de 06 de Julho de 2023;
RESOLVE:
I - Autorizar o servidor abaixo relacionado a se deslocar para o município de AURORA DO PARÁ/PA, no período de 10 a 14/07/2023.

Servidor	Objetivo
MARIVALDO MACIEL DE CARVALHO, CPF 29425131287, matrícula funcional nº 5046912/ 4, ocupante do cargo de Assessor, lotado na Diretoria de Gestão de Logística.	Dar apoio logístico no referido município.

II - Conceder de acordo com as bases legais vigentes 4.½ (quatro e meia) diárias ao servidor acima, que se deslocará conforme item I.
DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.
CASA CIVIL DA GOVERNADORIA DO ESTADO, 07 de Julho de 2023.
DELCIENE LOUREIRO CORREA
Coordenadora de Relações Governamentais

PORTARIA Nº 0708/2023-CRG
A COORDENADORA DE RELAÇÕES GOVERNAMENTAIS, no uso das atribuições que lhe são conferidas, pela PORTARIA Nº 1.215/2023-CCG, de 31/03/2023, publicado no DOE nº 35.349, de 03/04/2023, e CONSIDERANDO o que dispõe os arts. 145 a 149, da Lei nº 5.810, de 24 de janeiro de 1994;
CONSIDERANDO o processo nº 2023/2160742, de 06 de julho de 2023;
RESOLVE:
I - Autorizar o servidor abaixo relacionado a se deslocar para o município de SALINÓPOLIS/PA, no período de 10 a 14/07/2023.

Servidor	Objetivo
ESTELO MACEDO BARATA, CPF 253.707.582-04, matrícula funcional nº 3392007/2, ocupante do cargo Gerente, lotado na Diretoria de Gestão de Logística.	Dar apoio logístico, no referido município.

II - Conceder de acordo com as bases legais vigentes 4.½ (quatro e meia) diárias ao servidor acima, que se deslocará conforme item I.
DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.
CASA CIVIL DA GOVERNADORIA DO ESTADO, 07 de julho de 2023.
DELCIENE LOUREIRO CORREA
Coordenadora de Relações Governamentais

Protocolo: 960535

PORTARIA Nº 2.399/2023-CCG, DE 7 DE JULHO DE 2023
O CHEFE DA CASA CIVIL DA GOVERNADORIA DO ESTADO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº. 2.168, de 27 de maio de 1997, e CONSIDERANDO os termos do Processo nº 2023/2160727,
R E S O L V E:
autorizar JOSÉ MARIA TAPAJÓS, Secretário Regional de Governo do Baixo Amazonas, a viajar para Belém/PA, no período de 10 a 14 de julho de 2023, a fim de participar de reuniões nos órgãos BANPARÁ, SEDEME, SECULT, COSANPA e SEDOP, conceder, para tanto, 4,5 (quatro e meia) diárias, e tratando-se de viagem no território estadual, não há imposição legal para responderem pelo expediente do órgão, na ausência do Titular.
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE
CASA CIVIL DA GOVERNADORIA DO ESTADO, 7 DE JULHO DE 2023.
LUIZIEL GUEDES
Chefe da Casa Civil da Governadoria do Estado

PORTARIA Nº 2.401/2023-CCG, DE 7 DE JULHO DE 2023
O CHEFE DA CASA CIVIL DA GOVERNADORIA DO ESTADO, no uso de suas atribuições legais, e CONSIDERANDO os termos do Processo nº 2023/778667,
R E S O L V E:
designar, o servidor EWERTON YURI XAVIER QUARESMA, matrícula funcional nº 6403208/1, ocupante do cargo de Secretário de Gabinete, lotado na

Casa Civil da Governadoria do Estado, para responder pela Coordenadoria do Protocolo Geral, no período de 14 de julho a 12 de agosto de 2023, durante o impedimento do titular.
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE
CASA CIVIL DA GOVERNADORIA DO ESTADO, 7 DE JULHO DE 2023.
LUIZIEL GUEDES
Chefe da Casa Civil da Governadoria do Estado

PORTARIA Nº 2.402/2023-CCG, DE 7 DE JULHO DE 2023
O CHEFE DA CASA CIVIL DA GOVERNADORIA DO ESTADO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº. 2.766, de 21 de novembro de 2022, e CONSIDERANDO os termos do Processo nº 2023/784599,
R E S O L V E:
I. exonerar ERICK ALEXANDRE MARTINS MIRANDA do cargo em comissão de Assessor III, código GEP-DAS-011.5, com lotação na Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social, a contar de 6 de julho de 2023.
II. nomear RAFAEL GOMES ARAUJO para exercer o cargo em comissão de Assessor III, código GEP-DAS-011.5, com lotação na Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social, a contar de 6 de julho de 2023.
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE
CASA CIVIL DA GOVERNADORIA DO ESTADO, 7 DE JULHO DE 2023.
LUIZIEL GUEDES
Chefe da Casa Civil da Governadoria do Estado

PORTARIA Nº 2.403/2023-CCG, DE 7 DE JULHO DE 2023
O CHEFE DA CASA CIVIL DA GOVERNADORIA DO ESTADO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº. 2.766, de 21 de novembro de 2022, e CONSIDERANDO os termos do Processo nº 2023/782537,
R E S O L V E:
nomear GISELLY CRISTINA BARBOSA ALVES para exercer o cargo em comissão de Coordenador de Assistência Social, código GEP-DAS-011.4, com lotação na Secretaria de Estado de Administração Penitenciária, a contar de 4 de julho.
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE
CASA CIVIL DA GOVERNADORIA DO ESTADO, 7 DE JULHO DE 2023.
LUIZIEL GUEDES
Chefe da Casa Civil da Governadoria do Estado

ERRATA DA PORTARIA Nº. 2.212/2023-CCG, DE 20 DE JUNHO DE 2023, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO Nº. 35.443, DE 21 DE JUNHO DE 2023.
Onde se lê: II. nomear POLIANA VITORIA RABELO...
Leia-se: II. nomear POLIANA VITORIA SOUZA RABELO...
LUIZIEL GUEDES
Chefe da Casa Civil da Governadoria do Estado

ERRATA DA PORTARIA Nº. 2.298/2023-CCG, DE 29 DE JUNHO DE 2023, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO Nº. 35.456, DE 30 DE JUNHO DE 2023.
Onde se lê: nomear ELIZ UCHÔA DE LIMA...
Leia-se: nomear ELIZ UCHÔA DE LIMA BARRETO DE AZEVEDO...
LUIZIEL GUEDES
Chefe da Casa Civil da Governadoria do Estado

Protocolo: 960855

CASA MILITAR DA GOVERNADORIA

PORTARIA

PORTARIA Nº 260/2023 – GAB/CMG, DE 07 DE JULHO DE 2023
O CHEFE DA CASA MILITAR DA GOVERNADORIA DO ESTADO, usando as atribuições delegadas pelo inciso III do art. 3º do Decreto Estadual nº 2.766, de 21 de novembro de 2022 alterado pelo Decreto Estadual nº 2.846, de 26 de dezembro de 2022; e Considerando as informações constantes no Processo nº 2023/694876;
RESOLVE:
Art.1º Colocar à disposição do Ministério Público do Estado do Pará, os policiais militares a seguir nominados:
3º SGT PM RG 32687 ROGÉRIO FERREIRA DA CRUZ
3º SGT PM RG 36287 THIAGO DE ARAÚJO DANTAS
SD PM RG 46310 BRUNO HENRIQUE CONCEIÇÃO DE LIMA
Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 04 de julho de 2023.
CASA MILITAR DA GOVERNADORIA DO ESTADO, 07 DE JULHO DE 2023.
OSMAR VIEIRA DA COSTA JÚNIOR - CEL QOPM RG 9916
Chefe da Casa Militar da Governadoria do Estado

Protocolo: 960807

PORTARIA Nº 261/2023 – GAB/CMG, DE 07 DE JULHO DE 2023
O CHEFE DA CASA MILITAR DA GOVERNADORIA DO ESTADO, usando as atribuições delegadas pelo inciso IV do art. 3º do Decreto Estadual nº 2.766, de 21 de novembro de 2022; Considerando o disposto no § 2º do art. 78 da Lei Complementar nº 142 de 16 de dezembro de 2021; e Considerando as informações constantes no Processo nº 2023/659996;

RESOLVE:

Art. 1º FICA CONVOCADA pelo período de 02 (dois) anos, observado o limite etário previsto no §2º do art. 78 da Lei Complementar nº 142, de 16 de dezembro de 2021, a policial militar da reserva remunerada abaixo nominada, para desenvolver suas atividades na Polícia Militar do Estado do Pará:
3º SGT PM RR RG 25689 ROSENILDA DOS SANTOS MOURA
Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.
CASA MILITAR DA GOVERNADORIA DO ESTADO, 07 DE JULHO DE 2023.
OSMAR VIEIRA DA COSTA JÚNIOR - CEL QOPM RG 9916
Chefe da Casa Militar da Governadoria do Estado

Protocolo: 960830

TERMO ADITIVO A CONTRATO

2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 017/2022 – CMG.
Contratante: CASA MILITAR DA GOVERNADORIA DO ESTADO DO PARÁ, CNPJ: 07.313.542/0001-63;
Contratada: LOCALIZA VEÍCULOS ESPECIAIS S.A, CNPJ/MF sob o nº 02.491.558/0001-42.
Objeto: Prorrogação por 12 (doze) meses o prazo de vigência do referido Contrato, reajustado em 5,77% (cinco inteiros e setenta e sete centésimos por cento) de acordo com o IPCA/IBGE (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo).
Valor Global: R\$ 277.963,56 (duzentos e setenta e sete mil, novecentos e sessenta e três reais e cinquenta e seis centavos).
Dotação Orçamentária: Atividade-8315 – Apoio Logístico para Atuação Governamental/8912 – Capacitação de Agentes Públicos; Natureza de Despesa-33.90.33.03 – Passagens e Despesas com Locomoção / Locação de Meios de Transporte; Funcional Programática-04.122.1297.8315/04.128.1508.8912; Fonte Recurso-01500000001 / 02500000001 – 006355.
Vigência do contrato: 15/07/2023 A 14/07/2024.
Data da Assinatura: 07/07/2023.
OSMAR VIEIRA DA COSTA JÚNIOR – CEL QOPM RG 9916
Chefe da Casa Militar da Governadoria do Estado

Protocolo: 960626

EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 011/2023-CMG.
Contratante: CASA MILITAR DA GOVERNADORIA DO ESTADO DO PARÁ, CNPJ: 07.313.542/0001-63;
Contratada: INTELBRAS S.A INDÚSTRIA DE TELECOMUNICAÇÃO ELETRÔNICA BRASILEIRA, CNPJ: 82.901.000/0014-41;
Objeto: Aquisição de Equipamentos de Informática (NOBREAK), para atender as necessidades da Casa Militar da Governadoria do Estado do Pará.
Valor Global: R\$ 27.495,00 (Vinte e sete mil, quatrocentos e noventa e cinco reais).
Dotação Orçamentária:

Atividade	8315 – Apoio Logístico para Atuação Governamental
Natureza de Despesa	44.90.52.30 – Equipamentos e Material Permanente / Máquinas e Equipamentos Energéticos
Funcional Programática	04.122.1297.8315
Fonte Recurso	01500000001 / 02500000001 – 000000

Vigência do contrato: 07/07/2023 a 06/07/2024
Data da Assinatura: 07/07/2023
OSMAR VIEIRA DA COSTA JÚNIOR – CEL QOPM RG 9916
Chefe da Casa Militar da Governadoria do Estado

EXTRATO DE PORTARIA Nº 866/2023 – DI/CMG, DE 07 DE JULHO DE 2023

Objetivo: com o intuito de desempenhar funções administrativas inerentes ao Governo do Estado; Destino: Salinópolis/PA; Período: 07 a 08/07/2023; Quantidade de diárias: 2,0 (alimentação); Servidor/MF: Alex Antônio Jannaú de Brito, 57226882/2; Helbert Angelo de Souza Freitas, 5962945/2. Prazo para prestação de contas: 05 (cinco) dias após a data do retorno. Ordenador: CEL QOPM Osmar Vieira da Costa Júnior;

EXTRATO DE PORTARIA Nº 867/2023 – DI/CMG, DE 07 DE JULHO DE 2023

Objetivo: a serviço do Governo do Estado; Destino: Tucuruí/PA; Período: 07 a 09/07/2023; Quantidade de diárias: 3,0 (alimentação) e 2,0 (pousada); Servidores/MF: 2º TEN QOPM Euvaldo Bezerra Rapozo Júnior, 5938228/4; 3º SGT PM Diego Giovanni Barbosa do Nascimento, 57223624/4; CB PM Carlos Reinanderson Portal Furtado, 4219591/3; CB PM Rosenildo Gonçalves Alves, 57227675/2; SD PM Victor Pinheiro Monteiro, 5942822/2. Prazo para prestação de contas: 05 (cinco) dias após a data do retorno. Ordenador: CEL QOPM Osmar Vieira da Costa Júnior;

EXTRATO DE PORTARIA Nº 868/2023 – DI/CMG, DE 07 DE JULHO DE 2023

Objetivo: a serviço do Governo do Estado; Destino: São João de Pirabas/PA; Período: 06 a 07/07/2023; Quantidade de diárias: 2,0 (alimentação) e 1,0 (pousada); Servidores/MF: CAP PM Hugo Bernard Leite da Silva, 57222336/1; 3º SGT PM Ailson Brito dos Santos, 57221947/2; 3º SGT PM Daniel dos Santos Carvalho, 54194238/4; CB PM Rafael de Jesus Barreto, 4220254/4; CB PM Franklin Brandão de Souza, 4219050/3. Prazo para prestação de contas: 05 (cinco) dias após a data do retorno. Ordenador: CEL QOPM Osmar Vieira da Costa Júnior;

EXTRATO DE PORTARIA Nº 869/2023 – DI/CMG, DE 07 DE JULHO DE 2023

Objetivo: a serviço do Governo do Estado; Destino: Viseu/PA; Período: 06 a 07/07/2023; Quantidade de diárias: 2,0 (alimentação) e 1,0 (pousada); Servidores/MF: 1º TEN QOPM Igor Alessandro Leal Farah, 4220563/2; 3º SGT PM Jefferson Patrick Ferreira Dias, 57199690/2; CB PM Ulisses Pampolha Bráz, 4220310/3; SD PM Danilo Pantoja Magalhães, 6402551/2. Prazo para prestação de contas: 05 (cinco) dias após a data do retorno. Ordenador: CEL QOPM Osmar Vieira da Costa Júnior;

EXTRATO DE PORTARIA Nº 870/2023 – DI/CMG, DE 07 DE JULHO DE 2023

Objetivo: a serviço do Governo do Estado; Destinos: Viseu/PA e Bragança/PA; Período: 05 a 08/07/2023; Quantidade de diárias: 4,0 (alimentação) e 3,0 (pousada); Servidores/MF: MAJ QOPM Richard Batista da Costa, 57199495/2; 2º SGT PM Giovanni Ferreira de Souza, 5696712/5; 2º SGT BM Pedro Nazareno dos Santos Modesto, 5602289/2; 3º SGT PM Henrique de Araújo dos Santos Deus Júnior, 57222328/2; SD PM Tupac Amaru Santana da Silva, 55589131/5. Prazo para prestação de contas: 05 (cinco) dias após a data do retorno. Ordenador: CEL QOPM Osmar Vieira da Costa Júnior;

EXTRATO DE PORTARIA Nº 871/2023 – DI/CMG, DE 07 DE JULHO DE 2023

Objetivo: a serviço do Governo do Estado; Destino: Bragança/PA e Tucuruí/PA; Período: 08/07/2023; Quantidade de diárias: 1,0 (alimentação); Servidor/MF: MAJ QOPM Carlos Eduardo Memória de Sousa, 57173389/3. Prazo para prestação de contas: 05 (cinco) dias após a data do retorno. Ordenador: CEL QOPM Osmar Vieira da Costa Júnior;

EXTRATO DE PORTARIA Nº 872/2023 – DI/CMG, DE 07 DE JULHO DE 2023

Objetivo: em complementação à Port. nº 805/2023 – DI/CMG, a serviço do Governo do Estado; Destino: Parintins/AM; Período: 30/06/2023 a 01/07/2023; Quantidade de diárias: 1,0 (pousada); Servidor/MF: MAJ QOPM José Rogério da Silva Holanda, 57198359/2. Prazo para prestação de contas: 05 (cinco) dias após a data do retorno. Ordenador: CEL QOPM Osmar Vieira da Costa Júnior;

EXTRATO DE PORTARIA Nº 873/2023 – DI/CMG, DE 07 DE JULHO DE 2023

Objetivo: a serviço do Governo do Estado; Destino: Miami/EUA, Fort Lauderdale/EUA e São Francisco/EUA; Período: 07 a 15/07/2023; Quantidade de diárias: 9,0 (alimentação); Servidor/MF: MAJ QOPM Heitor Lobato Marques, 57198332/3. Prazo para prestação de contas: 05 (cinco) dias após a data do retorno. Ordenador: CEL QOPM Osmar Vieira da Costa Júnior;

EXTRATO DE PORTARIA Nº 874/2023 – DI/CMG, DE 07 DE JULHO DE 2023

Objetivo: com o intuito de desempenhar funções administrativas inerentes ao Governo do Estado; Destino: São Paulo/SP; Período: 10 a 14/07/2023; Quantidade de diárias: 5,0 (alimentação) e 4,0 (pousada); Servidores/MF: Estanley Sampaio Peres, 5900667/3; Helbert Angelo de Souza Freitas, 5962945/2. Prazo para prestação de contas: 05 (cinco) dias após a data do retorno. Ordenador: CEL QOPM Osmar Vieira da Costa Júnior;

EXTRATO DE PORTARIA Nº 875/2023 – DI/CMG, DE 07 DE JULHO DE 2023

Objetivo: a serviço do Governo do Estado; Destino: Brasília/DF; Período: 10 a 14/07/2023; Quantidade de diárias: 5,0 (alimentação) e 4,0 (pousada); Servidor/MF: SD PM Jonas Vilhena Cardoso, 6401646/3; Prazo para prestação de contas: 05 (cinco) dias após a data do retorno. Ordenador: CEL QOPM Osmar Vieira da Costa Júnior;

EXTRATO DE PORTARIA Nº 876/2023 – DI/CMG, DE 07 DE JULHO DE 2023

Objetivo: a serviço do Governo do Estado; Destino: Aurora do Pará/PA; Período: 07 a 08/07/2023; Quantidade de diárias: 2,0 (alimentação) e 1,0 (pousada); Servidor/MF: CB PM Raimundo Nonato Mendes Pimenta, 57222938/2. Prazo para prestação de contas: 05 (cinco) dias após a data do retorno. Ordenador: CEL QOPM Osmar Vieira da Costa Júnior;

EXTRATO DE PORTARIA Nº 877/2023 – DI/CMG, DE 07 DE JULHO DE 2023

Objetivo: com o intuito de desempenhar funções administrativas inerentes ao Governo do Estado; Destino: Cametá/PA; Período: 08 a 10/07/2023; Quantidade de diárias: 3,0 (alimentação) e 2,0 (pousada); Servidora/MF: 2º SGT PM R/R Sandra Regina Cardoso da Silva, 05673704/4. Prazo para prestação de contas: 05 (cinco) dias após a data do retorno. Ordenador: CEL QOPM Osmar Vieira da Costa Júnior;

ERRATA DE EXTRATO DE PORTARIA Nº 076/2023 – SF/CMG, DE 03 DE JULHO DE 2023.

PUBLICADO NO DOE Nº 35.459, DE 04/07/2023.

ONDE SE LÊ:

“Prazo p/ aplicação: 15 (quinze) dias”.

LEIA-SE:

“Prazo p/ aplicação: 18 (dezoito) dias”.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

CASA MILITAR DA GOVERNADORIA DO ESTADO, 07 DE JULHO DE 2023.

OSMAR VIEIRA DA COSTA JÚNIOR – CEL QOPM RG 9916

Chefe da Casa Militar da Governadoria do Estado

EXTRATO DA PORTARIA Nº 064/2023 – FC/CMG, DE 07 DE JULHO DE 2023.
Fundamento Legal: Lei Federal nº 8.666/93.
Contrato: 011/2023 - CMG
Pessoa Jurídica: INTELBRAS S.A INDÚSTRIA DE TELECOMUNICAÇÃO ELETRÔNICA BRASILEIRA, CNPJ nº 82.901.000/0014-41.
Comissão de fiscalização: ROBSON FERNANDES FURTADO, MF nº 4219922/3, ocupante do cargo de Agente de Inteligência (Presidente), LUIZ RICARDO DA SILVA MARTINS, MF nº 4220329/1 e LUIZ CARLOS DE LIMA BARBOSA, MF nº 5953760/3, ambos ocupantes do cargo de Assessor Administrativo III (Membros).
Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
OSMAR VIEIRA DA COSTA JÚNIOR – CEL QOPM RG 9916
Chefe da Casa Militar da Governadoria do Estado

PORTARIA Nº 053/2023 – CMG, DE 07 DE JULHO DE 2023.
O CHEFE DA CASA MILITAR DA GOVERNADORIA DO ESTADO, no uso de suas atribuições que lhe confere o inciso XVIII do Art. 5º da Lei Estadual nº 9.661/2022;
RESOLVE:
I – CONCEDER 30 (trinta) dias de férias regulamentares, referente ao período aquisitivo 2022/2023, à servidora WALENA DE NAZARÉ PEREIRA LO-PES, MF nº 5920754/3, no período de 01 a 30/08/2023.
DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
CASA MILITAR DA GOVERNADORIA DO ESTADO, 07 DE JULHO DE 2023.
OSMAR VIEIRA DA COSTA JÚNIOR - CEL QOPM RG 9916
Chefe da Casa Militar da Governadoria do Estado

PORTARIA Nº 054/2023 – CMG, DE 07 DE JULHO DE 2023.
O CHEFE DA CASA MILITAR DA GOVERNADORIA DO ESTADO, no uso de suas atribuições que lhe confere o inciso XVIII do Art. 5º da Lei Estadual nº 9.661/2022;
RESOLVE:
I – CONCEDER 30 (trinta) dias de férias regulamentares, no mês de AGOSTO, referente ao período aquisitivo 2022/2023, aos servidores abaixo relacionados:

NOME	MF	PERÍODO DE GOZO	PROCESSO
LEONARDO GUSMÃO KALIF MAIA	3540463/2	14/08/2023 a 12/09/2023	2023/782521
MARCELO CAVALCANTE MELO AMARAL	6403414/2	16/08/2023 a 14/09/2023	2023/782134

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
CASA MILITAR DA GOVERNADORIA DO ESTADO, 07 DE JULHO DE 2023.
OSMAR VIEIRA DA COSTA JÚNIOR - CEL QOPM RG 9916
Chefe da Casa Militar da Governadoria do Estado

PORTARIA Nº 260/2023 – GAB/CMG, DE 07 DE JULHO DE 2023
O CHEFE DA CASA MILITAR DA GOVERNADORIA DO ESTADO, usando as atribuições delegadas pelo inciso III do art. 3º do Decreto Estadual nº 2.766, de 21 de novembro de 2022 alterado pelo Decreto Estadual nº 2.846, de 26 de dezembro de 2022; e
Considerando as informações constantes no Processo nº 2023/694876;
RESOLVE:
Art.1º Colocar à disposição do Ministério Público do Estado do Pará, os policiais militares a seguir nominados:
3º SGT PM RG 32687 ROGÉRIO FERREIRA DA CRUZ
3º SGT PM RG 36287 THIAGO DE ARAÚJO DANTAS
SD PM RG 46310 BRUNO HENRIQUE CONCEIÇÃO DE LIMA
Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 04 de julho de 2023.
CASA MILITAR DA GOVERNADORIA DO ESTADO, 07 DE JULHO DE 2023.
OSMAR VIEIRA DA COSTA JÚNIOR - CEL QOPM RG 9916
Chefe da Casa Militar da Governadoria do Estado

PORTARIA Nº 261/2023 – GAB/CMG, DE 07 DE JULHO DE 2023
O CHEFE DA CASA MILITAR DA GOVERNADORIA DO ESTADO, usando as atribuições delegadas pelo inciso IV do art. 3º do Decreto Estadual nº 2.766, de 21 de novembro de 2022;
Considerando o disposto no § 2º do art. 78 da Lei Complementar nº 142 de 16 de dezembro de 2021; e Considerando as informações constantes no Processo nº 2023/659996;
RESOLVE:
Art. 1º FICA CONVOCADA pelo período de 02 (dois) anos, observado o limite etário previsto no §2º do art. 78 da Lei Complementar nº 142, de 16 de dezembro de 2021, a policial militar da reserva remunerada abaixo nominada, para desenvolver suas atividades na Polícia Militar do Estado do Pará:
3º SGT PM RR RG 25689 ROSENILDA DOS SANTOS MOURA
Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.
CASA MILITAR DA GOVERNADORIA DO ESTADO, 07 DE JULHO DE 2023.
OSMAR VIEIRA DA COSTA JÚNIOR - CEL QOPM RG 9916
Chefe da Casa Militar da Governadoria do Estado

PORTARIA Nº 262/2023 – GAB/CMG, DE 07 DE JULHO DE 2023
O CHEFE DA CASA MILITAR DA GOVERNADORIA DO ESTADO, usando as atribuições delegadas pelos incisos I e III do art. 3º do Decreto Estadual nº 2.766, de 21 de novembro de 2022 alterado pelo Decreto Estadual nº 2.846, de 26 de dezembro de 2022;
Considerando o disposto no art. 88, § 1º, inciso I e art. 90 da Lei Estadual nº 5.251, de 31 de julho de 1985; e
Considerando as informações constantes no Processo nº 2023/778718;

RESOLVE:
Art.1º Colocar à disposição da Casa Militar da Governadoria do Estado do Pará, os policiais militares a seguir nominados:
2º TEN QOAPM RG 24093 ADILSON BARBOSA DA SILVA
2º TEN QOAPM RG 32607 MICHEL NEVES GONÇALVES
Art. 2º Ficam agregados os policiais militares a seguir nominados, em razão de terem passado à disposição da Casa Militar da Governadoria do Estado do Pará:
2º TEN QOAPM RG 24093 ADILSON BARBOSA DA SILVA
2º TEN QOAPM RG 32607 MICHEL NEVES GONÇALVES
Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.
CASA MILITAR DA GOVERNADORIA DO ESTADO, 07 DE JULHO DE 2023.
OSMAR VIEIRA DA COSTA JÚNIOR - CEL QOPM RG 9916
Chefe da Casa Militar da Governadoria do Estado

PORTARIA Nº 263/2023 – GAB/CMG, DE 07 DE JULHO DE 2023
O CHEFE DA CASA MILITAR DA GOVERNADORIA DO ESTADO, usando as atribuições delegadas pelo inciso III do art. 3º do Decreto Estadual nº 2.766, de 21 de novembro de 2022 alterado pelo Decreto Estadual nº 2.846, de 26 de dezembro de 2022; e
Considerando as informações constantes nos Processos nº 2023/778718;
RESOLVE:
Art. 1º Colocar à disposição da Casa Militar da Governadoria do Estado, o 3º SGT PM RG 36533 JORGE BRUNO FERREIRA DA SILVA.
Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.
CASA MILITAR DA GOVERNADORIA DO ESTADO, 07 DE JULHO DE 2023.
OSMAR VIEIRA DA COSTA JÚNIOR - CEL QOPM RG 9916
Chefe da Casa Militar da Governadoria do Estado

Protocolo: 960856

TERMO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 007/2023-NL/CMG
PARTES: O ESTADO DO PARÁ, pessoa jurídica de direito público interno, por intermédio da CASA MILITAR DA GOVERNADORIA, escrito no CNPJ/MF sob nº 07.313.542/0001-63, e a empresa EXCELÊNCIA EDUCAÇÃO E ENSINO LTDA – ME, CNPJ: 26.855.539/0001-16, sediado na Av. Portugal, nº 1148, sala C2501 – Ed Ôrion Business, setor Marista, Goiânia. CEP 74.150-030.
DO OBJETO: Contratação de empresa especializada para prestação de serviço de capacitação e atualização dos servidores da Casa Militar da Governadoria do Estado do Pará, visando o aprimoramento técnico de servidores, em consonância com o Parecer Jurídico 225/2023 – AJUR CMG PA, acostado aos autos do Processo Eletrônico – PAE 2023/ 723486.
DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL E JUSTIFICATIVA DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO: A presente contratação fundamenta-se no Art. 74, inciso III, alínea f, da Lei Federal 14.133/2021.
VALOR ESTIMADO: R\$ 14.000,00 (quatorze mil reais).
RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:

Funcional Programática	04.128.1508.8912 – Capacitação de Agentes Públicos
Natureza da Despesa	33.90.39.48 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica / Serviço de Seleção e Treinamento
Ação Detalhada	287546
Plano Interno	4120008912C
Fonte do Recurso	01500000001 - 000000

FORO: Comarca de Belém – Estado do Pará.
DATA: Belém/PA, 07 de Julho de 2023.
OSMAR VIEIRA DA COSTA JÚNIOR – CEL QOPM
CHEFE DA CASA MILITAR DA GOVERNADORIA

RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 007/2023-NL/CMG
Considerando o Parecer Jurídico 225/2023 – AJUR CMG PA, reconheço e ratifico o Termo de Inexigibilidade de Licitação nº 007/2023 – CMG PA, com fulcro no art. 74, Inciso III, alínea f, da Lei Federal 14.133/2021, visando à despesa com a Contratação de empresa especializada para prestação de serviço de capacitação e atualização dos servidores da Casa Militar da Governadoria do Estado do Pará, visando o aprimoramento técnico de servidores, pela empresa EXCELÊNCIA EDUCAÇÃO E ENSINO LTDA – ME, CNPJ: 26.855.539/0001-16, sediado na Av. Portugal, nº 1148, sala C2501 – Ed Ôrion Business, setor Marista, Goiânia. CEP 74.150-030, conforme documentação anexada aos autos do Processo Eletrônico – PAE 2023/723486.
VALOR ESTIMADO: R\$ 14.000,00 (quatorze mil reais).
DATA: Belém/PA, 07 de Julho de 2023.
OSMAR VIEIRA DA COSTA JÚNIOR – CEL QOPM
CHEFE DA CASA MILITAR DA GOVERNADORIA

TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO
Fica dispensada de licitação a despesa abaixo especificada, com fundamento no art. 75, II da Lei Federal 14.133/21 c/c artigo 3º, inciso II do Decreto Estadual nº 2.787/2022 e, o exposto no Parecer Jurídico Nº 230/2023 – AJUR/CMG-PA, de 07 de julho de 2023.
Nº da Cotação Eletrônica: 002/2023 - CMG;
Nº do Processo - PAE: 2023/593288;
Partes: CASA MILITAR DA GOVERNADORIA DO ESTADO e a empresa A L PAES BOULHOSA, inscrita no CNPJ: 02.965.642/0001-50.
Objeto: aquisição e instalação de bebedouros industriais, além de purificadores e refs de carvão ativado e polipropileno, para atender as necessidades da Casa Militar da Governadoria.
Valor total: R\$ 15.956,00 (Quinze mil, novecentos e cinquenta e seis reais).
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
Bebedouros:

Atividade	8315 - Apoio Logístico para Atuação Governamental
Natureza da Despesa	44.90.52.34 - Equipamentos e Material Permanente / Máquinas, Utensílios e Equipamentos Diversos.
Funcional Programático	04.122.1297.8315
Fonte de Recurso	015000000001 / 025000000001 - 000000

Purificadores e elementos filtrantes:

Atividade	8407 - Operacionalização das Ações Administrativas
Natureza da Despesa	33.90.30.21 - Material de Consumo / Material de Copa e Cozinha
Funcional Programático	04.122.1297.8407
Fonte de Recurso	015000000001 / 025000000001 - 000000

Belém-PA, 07 de julho de 2023.
OSMAR VIEIRA DA COSTA JÚNIOR - CEL QOPM
Chefe da Casa Militar da Governadoria do Estado

RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Considerando o Parecer Jurídico Nº 230/2022 – AJUR/CMG-PA, de 07 de julho de 2023, constante no Processo Administrativo PAE: 2023/593288 - CMG, reconhecimento e ratificação o Termo de Dispensa de Licitação referente a Cotação Eletrônica nº 002/2023 – CMG PA, com fundamento no art. 75, II da Lei Federal 14.133/21 c/c artigo 3º, inciso II do Decreto Estadual nº 2.787/2022, para aquisição e instalação de bebedouros industriais, além de purificadores e refis de carvão ativado e polipropileno, para atender as necessidades da Casa Militar da Governadoria.
Belém-PA, 07 de julho de 2023.
OSMAR VIEIRA DA COSTA JÚNIOR - CEL QOPM
Chefe da Casa Militar da Governadoria do Estado

Protocolo: 960857



DIÁRIA

PORTARIA Nº 052/2023-GVG 07 DE JULHO DE 2023.
Fundamento Legal: Art. 145 da Lei 5810, de 24 de janeiro de 1994.
A DIRETORA GERAL DE PROGRAMAS ESPECIAIS DA VICE-GOVERNADORIA DO ESTADO, no uso de suas atribuições que lhe foram delegadas por meio da PORTARIA Nº 001/2023-GVG, de 19 de janeiro de 2023, publicada no DOE nº 35.266, de 24 de janeiro de 2023;
RESOLVE:
Conceder de acordo com as bases legais vigentes diárias correspondentes a servidora abaixo relacionada para cobrir despesas com viagem a serviço da Vice-Governadoria do Estado.
CIDADE: CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA/PA

PORTARIA Nº	Matrícula	Cargo	CPF	Período	Diárias
Aline Roberta Saavedra da Silva Lobato	57219599/6	Assessor	950.151.162-68	09 e 10/07/2023	1 ½

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.
SHIRLEY SANTOS ARAÚJO
Diretora Geral

Protocolo: 960531



DESIGNAR SERVIDOR

PORTARIA Nº 430/2023-PGE.G., 06 de julho de 2023
O Procurador-Geral do Estado, no uso das suas atribuições legais...
Considerando a decisão da Ata nº 857ª Reunião do Conselho Superior da Procuradoria-Geral do Estado do Pará;
RESOLVE:
Designar, o Procurador do Estado Francisco Edson Lopes da Rocha Júnior, identidade funcional nº 5738342/1, para compor o Conselho Superior da Procuradoria-Geral do Estado, em substituição à Procuradora do Estado June Judite Soares Lobato, identidade funcional nº 5859263/1, no período de 23.06.2023 a 07.07.2023.
Dê-se ciência, publique-se e cumpra-se.
RICARDO NASSER SEFER
Procurador-Geral do Estado

Protocolo: 960747

PORTARIA Nº 431/2023-PGE.G., 07 de julho de 2023
O Procurador-Geral do Estado, no uso das suas atribuições legais...
Considerando o disposto no art. 5º, inciso XXVII e art. 41-C e parágrafo único da LC 041, de 29.08.2002;
RESOLVE:
DESIGNAR, os servidores desta Procuradoria-Geral do Estado para exercerem suas atividades junto aos órgãos da Administração Direta, Autarquias e Fundações Públicas, conforme abaixo se apresentam:

Órgão	Nome	Identidade Funcional	A contar de
SEPLAD	Gabriel Perez Rodrigues	5914177/2	05.04.2023
	Nágila da Silva Sauaia	5902792/2	05.04.2023
SEMAS	Tátilla Brito Pamplona	54196707/1	05.04.2023
	Luiza Rosa Mesquita	5939061/1	05.04.2023
	Roberta Carvalho da Silva	5969519/1	05.04.2023
SEPI	Roberta Carvalho da Silva	5969519/1	05.04.2023
SESPA	Bruno Anunciação das Chagas	5930947/1	05.04.2023
	Adriana Daniela Moraes de Lima	5969522/1	05.04.2023
SEDUC	Jobson de Oliveira Pereira	5940556/1	05.04.2023
	Bruno Maia Ferreira	5934247/2	05.04.2023
	Itamar Filho Tito Fernandes	5969521/1	05.04.2023
SEJU	Itamar Filho Tito Fernandes	5969521/1	05.04.2023
SEOP	Maurício de Jesus Nunes da Silva	80845904/2	05.04.2023
SEDAP	Maurício de Jesus Nunes da Silva	80845904/2	05.04.2023
SEAF	Maurício de Jesus Nunes da Silva	80845904/2	05.04.2023
SECOM	Robina Dias Pimentel Viana	54188284/1	05.04.2023
SETRAN	Bruno Henrique Alves Salomão	5888090/2	05.04.2023
SEFA	Enoré Correa Monteiro	57228877/2	05.04.2023
SEDEME	Enoré Correa Monteiro	57228877/2	05.04.2023
SECULT	Luciana Cristina Brito	5930954/1	05.04.2023
FCP	Luciana Cristina Brito	5930954/1	05.04.2023
SEASTER	Maria Elisa Brito Lopes	54196201/2	05.04.2023
CASA CIVIL	Anete Marques Penna De Carvalho	5757720/2	05.04.2023
	Anete Marques Penna De Carvalho	5757720/2	05.04.2023
SEAC	Nágila da Silva Sauaia	5902792/2	29.06.2023
SEMU	Anete Marques Penna De Carvalho	5757720/2	05.04.2023
NGTM	Beatriz Lamartine Nogueira Araújo	5969516/1	17.07.2023
AGTRAN	Beatriz Lamartine Nogueira Araújo	5969516/1	17.07.2023
SECIR	Beatriz Lamartine Nogueira Araújo	5969516/1	17.07.2023
DEFENSORIA PÚBLICA	Ligia De Barros Pontes Sefer	5896490/1	05.04.2023
SEGUP	Amanda Carneiro Raymundo Bentes	54194016/3	05.04.2023
SEAP	Roberto Ladeira Reis	5969510/1	05.04.2023
SECTET	Ana Carla Cal Freire de Souza	51855587/3	05.04.2023
FAPESPA	Ana Carla Cal Freire de Souza	51855587/3	05.04.2023
SEEL	Renata Souza dos Santos	54189413/2	01.08.2023
SETUR	Leonardo Cesar Macedo Vulcão	5915958/6	05.04.2023
SEIRDH	Ibraim José Das Mercês Rocha	5747864/1	05.04.2023
ITERPA	João De Paiva Gouveia Neto	5930953/1	05.04.2023
COSANPA	Gisleno Augusto Costa da Cruz	5902559/2	05.04.2023

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.
RICARDO NASSER SEFER
Procurador-Geral do Estado

Protocolo: 960750

ERRATA

Errata da PORTARIA Nº 428/2023-PGE.G., de 06.07.2023, protocolo 960209, publicada no DOE nº 35.463, de 07.07.2023.
Onde se lê: Luíza Rosa Mesquita
Leia-se: Lea Ramos Benchimol

Protocolo: 960497

EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO PARA ADMISSÃO DE SERVIDOR

PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO DO PARÁ
XXII CONCURSO PÚBLICO PARA O PROVIMENTO DE VAGAS E A FORMAÇÃO DE CADASTRO DE RESERVA NO CARGO DE PROCURADOR DO ESTADO DO PARÁ
EDITAL Nº 1 – PGE/PA, DE 10 DE JULHO DE 2023
O Procurador-Geral do Estado do Pará (PGE/PA), tendo em vista a autorização concedida pelo Governador do Estado nos autos do Processo Administrativo PAE 2023/156125 e o disposto na Constituição do Estado do Pará, na Lei Estadual nº 5.810, de 24 de janeiro de 1994, e suas alterações, e na Lei Complementar Estadual nº 41, de 29 de agosto de 2002, e suas alterações, torna pública a realização de concurso público para o provimento de vagas e a formação de cadastro de reserva no cargo de Procurador do Estado do Pará, mediante as condições estabelecidas neste edital.

1 DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1 O ingresso na carreira de Procurador do Estado do Pará far-se-á na classe inicial, mediante concurso público de provas e títulos, o qual se regerá pelas regras estabelecidas no presente edital, observadas as normas básicas referentes à carreira.

1.1.1 O Cebraspe é o detentor exclusivo do Método Cespe de realização de avaliações, certificações e seleções. Esse método está em constante evolução, sendo desenvolvido e aperfeiçoado a partir de pesquisas acadêmicas, algoritmos, processos estatísticos e de outras técnicas sofisticadas com o intuito de entregar resultados confiáveis, obtidos com inovação e alta qualidade técnica.

1.2 O concurso público será executado pelo Centro Brasileiro de Pesquisa em Avaliação e Seleção e de Promoção de Eventos (Cebraspe) e pela PGE/PA, com a participação da Ordem dos Advogados do Brasil – Seção do Pará.

1.3 A seleção para o cargo de que trata este edital compreenderá as seguintes fases:

a) 1ª fase: prova objetiva, de caráter eliminatório e classificatório, de responsabilidade da PGE/PA quanto à elaboração da prova e com o apoio logístico do Cebraspe;

b) 2ª fase: provas escritas dissertativas e(ou) discursivas, de caráter eliminatório e classificatório, de responsabilidade da PGE/PA quanto à elaboração da prova e com o apoio logístico do Cebraspe;

c) 3ª fase: provas escritas práticas, de caráter eliminatório e classificatório, de responsabilidade da PGE/PA quanto à elaboração da prova e com o apoio logístico do Cebraspe;

d) 4ª fase: avaliação de títulos, de caráter classificatório, de responsabilidade do Cebraspe.

1.4 A prova objetiva e as provas escritas, para todos os candidatos, bem como a avaliação biopsicossocial dos candidatos que solicitarem concorrer às vagas reservadas às pessoas com deficiência, serão realizadas nas cidades de Belém/PA, Marabá/PA e Santarém/PA.

1.4.1 Havendo indisponibilidade de locais suficientes ou adequados nas localidades de realização das provas, estas poderão ser realizadas em outras localidades.

1.5 Os candidatos nomeados estarão subordinados à Lei Estadual nº 5.810/1994, e suas alterações, e à Lei Complementar Estadual nº 41/2002, e suas alterações.

2 DO CARGO DE PROCURADOR DO ESTADO DO PARÁ

REQUISITOS: diploma, devidamente registrado, de conclusão de curso de bacharel em Direito, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo Ministério da Educação (MEC), e inscrição regular na Ordem dos Advogados do Brasil.

DESCRIÇÃO SUMÁRIA DAS ATIVIDADES: defender, em juízo ou fora dele, na forma da lei, os interesses do Estado; emitir pareceres em processos administrativos e responder consultas sobre matérias de sua competência; participar, por determinação do Procurador-Geral do Estado, de Comissões e Grupos de Trabalho; apreciar e(ou) elaborar minutas de contratos, termos ou quaisquer outros instrumentos; elaborar informações em mandados de segurança em que autoridade estadual integrante da Administração Direta seja apontada como coatora; elaborar informações em mandado de segurança e outras ações constitucionais, nas quais autoridade estadual integrante da Administração Direta, Autárquica ou Fundacional seja apontada como coatora ou demandada; solicitar dos órgãos estaduais esclarecimentos indispensáveis ao desempenho de suas atribuições e, quando se fizer necessário, propor ou solicitar a requisição de processos e documentos; representar o Estado nas sociedades de economia mista, quando designados pelo Procurador-Geral do Estado; representar a Procuradoria-Geral do Estado no Tribunal Administrativo de Recursos Tributários; analisar projetos de lei de iniciativa do Poder Executivo a serem encaminhados à Assembleia Legislativa, bem como, quando solicitado, apreciar outros atos de competência do Governador do Estado; atuar como membro da Câmara Técnica de Procuradores dos Estados em Brasília, da Câmara de Conciliação e Arbitragem da Administração Federal ou outros órgãos congêneres; executar outras tarefas que lhes sejam cometidas por lei ou por designação do Procurador-Geral, pertinentes às competências da Procuradoria-Geral do Estado.

REMUNERAÇÃO: vencimento-base de R\$ R\$ 17.381,07, conforme a Lei Complementar nº 163, de 27 de março de 2023, acrescido de gratificações legais e outras vantagens previstas na Lei Complementar Estadual nº 41/2002, e suas alterações, e na Lei Estadual nº 5.810/1994, e suas alterações.

3 DOS REQUISITOS BÁSICOS PARA A POSSE NO CARGO

3.1 Ser aprovado no concurso público.

3.2 Ter nacionalidade brasileira ou portuguesa e, em caso de nacionalidade portuguesa, estar amparado pelo Estatuto de Igualdade entre Brasileiros e Portugueses, com reconhecimento de gozo de direitos políticos, nos termos do § 1º do artigo 12 da Constituição Federal e do Decreto nº 70.436/1972.

3.3 Ter, no mínimo, 18 anos completos.

3.4 Gozar dos direitos políticos, nos termos do § 1º do artigo 12 da Constituição Federal;

3.5 Ter aptidão física e mental para o exercício das atribuições do cargo, conforme requisitos previstos no art. 17, IV, da Lei Estadual nº 5.810/1994, e suas alterações.

3.6 Apresentar certificado ou diploma de conclusão do curso de bacharel em Direito.

3.7 Estar regularmente inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil e não ter sofrido sanção impeditiva do exercício da função de advogado.

3.8 Declarar expressamente o exercício ou não de cargo, emprego ou função pública nos órgãos e entidades da Administração Pública Estadual, Federal ou Municipal, para fins de verificação do acúmulo de cargos.

3.9 Estar em dia com as obrigações eleitorais.

3.10 Estar em dia com as obrigações militares, para os candidatos do sexo masculino.

3.11 Nos últimos cinco anos, na forma da legislação vigente:

a) não ter sido responsável por atos julgados irregulares por decisão definitiva do Tribunal de Contas da União, do Tribunal de Contas do Estado, do Distrito Federal ou de Município, ou, ainda, por Conselho de Contas de Município;

b) não haver sofrido sanção impeditiva do exercício de cargo, emprego ou função pública;

c) não ter sido condenado em processo criminal, por sentença transitada em julgado, pela prática de crimes contra a Administração Pública, capitulados no título XI da Parte Especial no Código Penal Brasileiro, na Lei nº 7.492, de 16 de junho de 1985, e na Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992.

3.12 Apresentar declaração de bens e valores que constituam seu patrimônio.

3.13 Ter reputação ilibada, comprovada por declaração firmada por duas autoridades públicas.

3.14 Declarar, na solicitação de inscrição, que tem ciência e aceita que, caso aprovado, deverá entregar os documentos comprobatórios dos requisitos exigidos para o cargo por ocasião da posse.

3.15 Cumprir as determinações deste edital.

4 DAS VAGAS

Vagas para ampla concorrência	Vagas reservadas para candidatos com deficiência
9 + CR	1 + CR

CR = cadastro de reserva

4.1 A lotação dos cargos será feita preferencialmente nas Regionais e nas Secretarias de Estado, obedecendo à respectiva ordem de classificação no concurso e sempre a critério do Procurador-Geral do Estado, a teor da competência descrita no art. 23 da Lei Complementar nº 41/2002.

5 DAS VAGAS DESTINADAS AOS CANDIDATOS COM DEFICIÊNCIA

5.1 Das vagas destinadas ao cargo e das que vierem a ser criadas durante o prazo de validade do concurso, 5% serão providas na forma do parágrafo único do art. 15 da Lei Estadual nº 5.810/1994, e da Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015.

5.1.1 Caso a aplicação do percentual de que trata o subitem 5.1 deste edital resulte em número fracionado, este deverá ser elevado até o primeiro número inteiro subsequente, desde que não ultrapasse 20% das vagas oferecidas, conforme parágrafo único do art. 15 da Lei Estadual nº 5.810/1994.

5.1.2 Serão consideradas pessoas com deficiência aquelas que se enquadrarem no art. 2º da Lei nº 13.146/2015; nas categorias discriminadas no art. 4º do Decreto nº 3.298/1999, com as alterações introduzidas pelo Decreto nº 5.296/2004; no § 1º do art. 1º da Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012 (Transtorno do Espectro Autista); e na Lei nº 14.126, de 21 de março de 2021, observados os dispositivos da Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, ratificados pelo Decreto Federal nº 6.949/2009.

5.2 Para concorrer a uma das vagas reservadas, o candidato deverá:

a) no ato da solicitação de inscrição, declarar-se com deficiência;

b) enviar, via upload, na forma do subitem 5.2.4 deste edital, a imagem legível de laudo médico ou de laudo caracterizador de deficiência emitido por fisioterapeuta, fonoaudiólogo, psicólogo ou terapeuta ocupacional, que atue na área da deficiência do candidato, cuja data de emissão seja, no máximo, nos 36 meses que antecedem à data de inscrição neste concurso público.

5.2.1 O laudo médico ou o laudo caracterizador de deficiência deve apresentar a identificação do candidato e atestar a espécie e o grau ou o nível de sua deficiência, bem como suas limitações funcionais e necessidades de adaptações. Deve, ainda, conter a data e o local da emissão, a assinatura e o carimbo legível com identificação do médico ou profissional de saúde que emitiu o laudo, com o número de sua inscrição no Conselho Regional Profissional respectivo, com base no modelo disponível no Anexo II deste edital.

5.2.2 Em caso de impedimentos irreversíveis, que configurem deficiência permanente, a validade do laudo médico ou do laudo caracterizador de deficiência é indeterminada, não sendo considerada a data de emissão, desde que o laudo seja legível, e que contenha a caracterização da deficiência, a identificação do candidato e ateste a espécie e o grau ou o nível de sua deficiência, bem como suas limitações funcionais e necessidades de adaptações.

5.2.3 A validade do laudo médico ou do laudo caracterizador de deficiência, para o caso de pessoas com Transtorno do Espectro Autista, é indeterminada, não sendo considerada a data de emissão.

5.2.4 O candidato com deficiência deverá enviar, no período de solicitação de inscrição estabelecido no cronograma constante do Anexo I deste edital, via upload, por meio de link específico no endereço eletrônico http://www.cebraspe.org.br/concursos/pgge_pa_23_procurador, imagem legível do laudo médico ou do laudo caracterizador de deficiência a que se refere o subitem 5.2 deste edital. Após esse período, a solicitação será indeferida, salvo nos casos de força maior a serem avaliados pela comissão de avaliação.

5.2.5 O envio da imagem legível do laudo médico ou do laudo caracterizador de deficiência é de responsabilidade exclusiva do candidato. O Cebraspe não se responsabiliza por qualquer tipo de problema que impeça a chegada do documento a seu destino, seja de ordem técnica dos computadores, seja decorrente de falhas de comunicação, bem como por outros fatores que impossibilitem o envio.

5.2.5.1 Somente serão aceitas imagens que estejam nas extensões “.png”, “.jpeg” e “.jpg”. O tamanho de cada imagem submetida deverá ser de, no máximo, 1 MB.

5.2.5.2 O candidato deverá manter aos seus cuidados o original ou a cópia autenticada em cartório do laudo médico ou do laudo caracterizador de deficiência constante do subitem 5.2 deste edital. Caso seja solicitado pelo Cebraspe, o candidato deverá enviar o referido documento por meio de carta registrada, para a confirmação da veracidade das informações.

5.2.6 A imagem do laudo médico ou do laudo caracterizador de deficiência terá validade somente para este concurso público e não será devolvida, assim como não serão fornecidas cópias desse documento.

5.3 O candidato com deficiência poderá requerer, na forma do subitem 6.4.9 deste edital, adaptações razoáveis e tecnologias assistivas, no ato da solicitação de inscrição, para o dia de realização das provas e das demais fases do concurso, devendo indicar as condições de que necessita para a realização destas.

5.3.1 O candidato que se enquadrar na hipótese prevista no subitem 5.3 deste edital poderá solicitar atendimento especializado unicamente para a condição estabelecida no seu laudo médico ou laudo caracterizador de deficiência enviado conforme dispõe o subitem 5.2 deste edital.

5.3.1.1 Ressalvadas as disposições previstas neste edital, os candidatos com deficiência participarão do concurso em igualdade de condições com os demais candidatos, no que tange ao conteúdo de provas, à avaliação e aos critérios de aprovação, ao horário e ao local de aplicação das provas, à nota mínima exigida para os demais candidatos e a todas as demais normas de regência do concurso.

5.4 A relação provisória dos candidatos com a inscrição deferida para concorrer na condição de pessoa com deficiência será divulgada no endereço eletrônico http://www.cebraspe.org.br/concursos/pge_pa_23_procurador, na data provável estabelecida no cronograma constante do Anexo I deste edital.

5.4.1 O candidato que desejar interpor recurso contra a relação provisória dos candidatos com inscrição deferida para concorrer na condição de pessoa com deficiência deverá observar os procedimentos estabelecidos na relação a que se refere o subitem 5.4 deste edital.

5.4.2 No período de interposição de recurso, não haverá a possibilidade de envio da documentação pendente anexa ao recurso ou complementação desta.

5.5 A inobservância do disposto no subitem 5.2 deste edital acarretará a perda do direito ao pleito das vagas reservadas aos candidatos com deficiência.

5.5.1 O candidato que não se declarar com deficiência no aplicativo de inscrição não terá direito de concorrer às vagas reservadas aos candidatos com deficiência. Apenas o envio do laudo médico não é suficiente para deferimento da solicitação do candidato.

5.6 DA AVALIAÇÃO BIOPSISSOCIAL

5.6.1 O candidato com a inscrição deferida para concorrer como pessoa com deficiência, se não eliminado no concurso, será convocado, antes do resultado final no concurso público, para se submeter à avaliação biopsicossocial oficial promovida por equipe multiprofissional de responsabilidade do Cebraspe, formada por seis profissionais, que analisará a qualificação do candidato como pessoa com deficiência, nos termos do § 1º do art. 2º da Lei Federal nº 13.146/2015, e suas alterações, dos arts. 3º e 4º do Decreto Federal nº 3.298/1999, do § 1º do art. 1º da Lei Federal nº 12.764/2012, e da Lei Federal nº 14.126/2021.

5.6.1.1 A avaliação biopsicossocial visa qualificar a deficiência do candidato e considerará:

- a) os impedimentos nas funções e nas estruturas do corpo;
- b) os fatores socioambientais, psicológicos e pessoais;
- c) a limitação no desempenho de atividades;
- d) a restrição de participação.

5.6.2 Os candidatos deverão comparecer à avaliação biopsicossocial com uma hora de antecedência, munidos de documento de identidade original e de laudo médico ou laudo caracterizador de deficiência (original ou cópia autenticada em cartório), cuja data de emissão seja, no máximo, nos 36 meses anteriores à avaliação, que ateste a espécie e o grau ou o nível de deficiência, com expressa referência ao código correspondente da CID-10, com base no modelo constante do Anexo II deste edital, e, se for o caso, de exames complementares específicos que comprovem a deficiência. Serão oferecidos aos candidatos as adaptações razoáveis de acessibilidade solicitadas no ato da solicitação de inscrição.

5.6.2.1 A ausência do CID-10 não será motivo de não consideração do candidato como pessoa com deficiência, desde que sua indicação não seja imprescindível para a constatação da deficiência.

5.6.2.2 Por ocasião da avaliação biopsicossocial, o candidato cuja deficiência se enquadra no § 1º do art. 1º da Lei nº 12.764/2012 (Transtorno do Espectro Autista) deverá apresentar, ainda, relatório especializado, emitido por médico psiquiatra, neurologista ou neuropsiquiatra (com Registro em Quadro de Especialistas do Conselho Regional de Medicina) e por psicólogo especializado na área de Neuropsicologia ou de avaliação (com comprovação de registro no Conselho Federal de Psicologia), explicitando as seguintes características, associando-as a dados temporais (com início e duração de alterações e/ou prejuízos):

- a) capacidade de comunicação e interação social;
- b) reciprocidade social;
- c) qualidade das relações interpessoais; e
- d) presença ou ausência de estereotípias verbais, estereotípias motoras, comportamentos repetitivos ou interesses específicos, restritos e fixos.

5.6.3 Caso seja apresentada cópia autenticada em cartório do laudo médico ou do laudo caracterizador de deficiência, esta será retida pelo Cebraspe por ocasião da realização da avaliação biopsicossocial para fins de arquivamento.

5.6.4 Quando se tratar de deficiência auditiva, o candidato deverá apresentar, além do laudo médico, exame audiométrico – audiometria (original ou cópia autenticada em cartório), realizado nos 36 meses anteriores à data de realização da avaliação. Caso o candidato utilize Aparelho de Amplificação Sonora Individual (AASI), deverá apresentar audiometria sem e com AASI.

5.6.5 Quando se tratar de deficiência visual, o laudo médico ou o laudo caracterizador de deficiência deverá conter informações expressas sobre a acuidade visual aferida com e sem correção e sobre a somatória da medida do campo visual em ambos os olhos.

5.6.6 Quando se tratar de deficiência física, o laudo médico ou o laudo caracterizador de deficiência deverá conter uma descrição detalhada dos impedimentos físicos, que descreva as alterações anatômicas e/ou funcio-

nais e especifique as limitações funcionais para a vida diária e a necessidade do uso de apoios, como por exemplo, uso de próteses e/ou órteses.

5.6.7 Perderá o direito de concorrer às vagas reservadas às pessoas com deficiência o candidato que, por ocasião da avaliação biopsicossocial:

- a) não apresentar laudo médico ou laudo caracterizador de deficiência (original ou cópia autenticada em cartório);
- b) apresentar laudo médico ou laudo caracterizador de deficiência em período superior a 36 meses anteriores ao último dia de inscrição neste concurso público, exceto no caso dos candidatos cuja deficiência se enquadra no § 1º do art. 1º da Lei nº 12.764/2012 (Transtorno do Espectro Autista) ou de candidatos com outros impedimentos irreversíveis que caracterizem deficiência permanente;
- c) deixar de cumprir as exigências de que tratam os subitens 5.6.4 a 5.6.6 deste edital;
- d) deixar de apresentar o relatório especializado de que trata o subitem 5.6.2.2 deste edital, se for o caso;
- e) não for considerado pessoa com deficiência na avaliação biopsicossocial;
- f) não comparecer à avaliação biopsicossocial;
- g) evadir-se do local de realização da avaliação biopsicossocial sem passar por todos os procedimentos da avaliação;
- h) não apresentar o documento de identidade original, na forma definida no subitem 15.10 deste edital.

5.6.8 O nome do candidato que, no ato da solicitação de inscrição, se declarar com deficiência e, na avaliação biopsicossocial, for considerado pessoa com deficiência, e não for eliminado do concurso, será publicado em lista à parte e figurará também na lista de classificação geral.

5.6.8.1 O candidato que não for considerado com deficiência na avaliação biopsicossocial, caso tenha nota suficiente no concurso, figurará na lista de classificação geral.

5.6.9 As vagas definidas no subitem 5.1 deste edital que não forem providas por falta de candidatos com deficiência aprovados serão preenchidas pelos demais candidatos, observada a ordem geral de classificação geral.

6 DAS INSCRIÇÕES NO CONCURSO PÚBLICO

6.1 TAXA: R\$ 290,00 (duzentos e noventa reais).

6.2 Será admitida a solicitação de inscrição somente via internet, no endereço eletrônico http://www.cebraspe.org.br/concursos/pge_pa_23_procurador, no período estabelecido no cronograma constante do Anexo I deste edital.

6.2.1 O Cebraspe não se responsabilizará por solicitação de inscrição não recebida por motivos de ordem técnica dos computadores, de falhas de comunicação, de congestionamento das linhas de comunicação, por erro ou atraso dos bancos ou entidades conveniadas no que se refere ao processamento do pagamento da taxa de inscrição, bem como por outros fatores que impossibilitem a transferência de dados.

6.2.1.1 O candidato deverá seguir rigorosamente as instruções contidas no sistema de inscrição.

6.2.2 O candidato deverá efetuar o pagamento da taxa de inscrição por meio de Documento de Arrecadação Estadual (DAE).

6.2.3 O candidato deverá imprimir o DAE, que será disponibilizado na página de acompanhamento do concurso, no endereço eletrônico http://www.cebraspe.org.br/concursos/pge_pa_23_procurador, após efetuado o registro pelo banco.

6.2.3.1 O candidato poderá reimprimir o DAE pela página de acompanhamento do concurso.

6.2.4 O DAE pode ser pago em qualquer banco, bem como nas casas lotéricas e nos Correios, obedecidos os critérios estabelecidos nesses correspondentes bancários.

6.2.5 O pagamento da taxa de inscrição deverá ser efetuado até a data estabelecida no cronograma constante do Anexo I deste edital.

6.2.6 As inscrições efetuadas somente serão efetivadas após a comprovação de pagamento ou o deferimento da solicitação de isenção da taxa de inscrição.

6.3 O comprovante de inscrição do candidato estará disponível no endereço eletrônico http://www.cebraspe.org.br/concursos/pge_pa_23_procurador, por meio da página de acompanhamento, após a aceitação da inscrição, sendo de responsabilidade exclusiva do candidato a obtenção desse documento. O comprovante de inscrição ficará disponível somente até a data de realização da prova escrita com questões objetivas.

6.4 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS SOBRE A INSCRIÇÃO NO CONCURSO PÚBLICO

6.4.1 Antes de realizar a solicitação de inscrição, o candidato deverá conhecer o edital e certificar-se de que preenche todos os requisitos exigidos para o cargo.

6.4.1.1 Somente será permitida uma inscrição por Cadastro de Pessoa Física (CPF). Não será permitido ao candidato realizar mais de uma inscrição.

6.4.1.2 Durante o período de inscrição, o candidato poderá realizar alteração de opção de atendimento especializado/sistema de concorrência.

6.4.1.2.1 Para o candidato que alterar a sua solicitação de inscrição, nos termos do subitem 6.4.1.2 deste edital, será considerada válida somente a última alteração realizada.

6.4.1.2.2 Encerrado o período de inscrição, as inscrições realizadas no sistema de inscrição que tenham sido efetivamente pagas ou isentas serão automaticamente efetivadas e não poderão ser alteradas em hipótese alguma.

6.4.1.3 No momento da solicitação de inscrição, o candidato deverá:

- a) assinalar a concordância com os termos que constam neste edital;
- b) declarar que aceita que os seus dados pessoais, sensíveis ou não, sejam tratados e processados de forma a possibilitar a efetiva execução do concurso público, com a aplicação dos critérios de avaliação e seleção, autorizando expressamente a divulgação de seus nomes, números de inscrição e notas, em observância aos princípios da publicidade e da transparência que regem a Administração Pública e nos termos da Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018;
- c) declarar que tem ciência e aceita que, caso aprovado, deverá entregar os documentos comprobatórios dos requisitos exigidos para o cargo por ocasião da posse.

6.4.2 É vedada a inscrição condicional, a extemporânea, bem como a solicitada via postal, via requerimento administrativo ou via correio eletrônico.

6.4.3 É vedada a transferência do valor pago a título de taxa para terceiros ou para outros concursos.

6.4.4 Para solicitar a inscrição, o candidato deverá informar o número do seu CPF e enviar, via upload, fotografia individual, tirada nos últimos seis meses anteriores à data de publicação deste edital, em que necessariamente apareça a sua cabeça descoberta e os seus ombros.

6.4.4.1 O candidato deverá seguir rigorosamente as instruções contidas no sistema de inscrição referentes ao procedimento de envio da fotografia.

6.4.4.1.1 O candidato cuja fotografia, por não obedecer às especificações constantes do subitem 6.4.4 deste edital, impeça ou dificulte a sua identificação durante a realização das provas, poderá, a critério do Cebraspe, ser submetido à identificação especial no dia de realização das provas.

6.4.4.1.1.1 O candidato que for submetido à identificação especial poderá ser fotografado no dia de realização das provas.

6.4.4.1.2 O envio da fotografia é de responsabilidade exclusiva do candidato. O Cebraspe não se responsabiliza por qualquer tipo de problema que impeça a chegada do arquivo a seu destino, seja de ordem técnica dos computadores, seja decorrente de falhas de comunicação e outros fatores que impossibilitem o envio.

6.4.4.1.3 Os candidatos deverão verificar, em link específico a ser divulgado na internet, no endereço eletrônico http://www.cebraspe.org.br/concursos/pge_pa_23_procurador, no período estabelecido no cronograma constante do Anexo I deste edital, se a foto encaminhada obedeceu rigorosamente às instruções contidas no sistema de inscrição e, portanto, foi acatada. Caso não tenha sido reconhecida, o candidato poderá realizar, no período acima mencionado, novo envio de uma foto que atenda às determinações do sistema.

6.4.5 As informações prestadas na solicitação de inscrição serão de inteira responsabilidade do candidato, dispondo o Cebraspe do direito de excluir do concurso público aquele que não preencher a solicitação de forma completa, correta e verdadeira.

6.4.6 O valor referente ao pagamento da taxa de inscrição não será devolvido em hipótese alguma, salvo em caso de cancelamento do certame por conveniência da Administração Pública.

6.4.6.1 A solicitação de eventual devolução do valor referente ao pagamento da taxa de inscrição deverá ser feita à PGE/PA, por meio do endereço eletrônico: chefiagab@pge.pa.gov.br.

6.4.7 O comprovante de inscrição ou o comprovante de pagamento da taxa de inscrição deverá ser mantido em poder do candidato e apresentado nos locais de realização da prova objetiva.

6.4.8 DOS PROCEDIMENTOS PARA A SOLICITAÇÃO DE ISENÇÃO DE TAXA DE INSCRIÇÃO

6.4.8.1 Haverá isenção do valor da taxa de inscrição somente para os candidatos amparados pela Lei Estadual nº 6.988, de 2 de julho de 2007, pelo Decreto Federal nº 6.593, de 2 de outubro de 2008, e pelo Decreto Federal nº 11.016, de 29 de março de 2022.

6.4.8.1.1 É de responsabilidade exclusiva do candidato, sob pena de não concessão, a correta indicação, no sistema de inscrição, da possibilidade de isenção que pretenda pleitear, bem como o correto envio da respectiva documentação.

6.4.8.2 Para solicitar a isenção de taxa de inscrição, os candidatos amparados na forma do subitem 6.4.8.1 deste edital deverão, no período estabelecido no cronograma do Anexo I deste edital, enviar, via upload, por meio de link específico, disponível no endereço eletrônico http://www.cebraspe.org.br/concursos/pge_pa_23_procurador, a imagem legível da documentação de que trata o subitem 6.4.8.2.1 deste edital ou realizar os procedimentos disciplinados no subitem 6.4.8.2.2 deste edital, conforme o caso em que se enquadra.

6.4.8.2.1 1ª POSSIBILIDADE (candidatos amparados pela Lei Estadual nº 6.988/2007):

a) documento de identificação;

b) carteirainha ou declaração de cadastramento, atualizado, da instituição de deficientes a qual pertence e documento de identificação, correspondentes às devidas instituições as quais são ligadas, nos termos do parágrafo único do art. 1º da Lei Estadual nº 6.988/2007.

6.4.8.2.2 2ª POSSIBILIDADE (CadÚnico, conforme o Decreto Federal nº 6.593/2008 e o Decreto Federal nº 11.016/2022):

a) preenchimento do requerimento disponível no aplicativo de inscrição com a indicação do Número de Identificação Social (NIS), atribuído pelo CadÚnico;

b) preenchimento de declaração, disponível no aplicativo de inscrição, de que é membro de família de baixa renda (declaração de hipossuficiência), nos termos do Decreto Federal nº 11.016, de 29 de março de 2022.

6.4.8.3 O envio da documentação constante do subitem 6.4.8.2.1 deste edital ou a realização dos procedimentos disciplinados no subitem 6.4.8.2.2 deste edital é de responsabilidade exclusiva do candidato. O Cebraspe não se responsabiliza por qualquer tipo de problema que impeça a chegada de documentação a seu destino ou a realização dos procedimentos, seja de ordem técnica dos computadores, seja decorrente de falhas de comunicação, bem como por outros fatores que impossibilitem o envio. Esses documentos, que valerão somente para este concurso, não serão devolvidos nem deles serão fornecidas cópias.

6.4.8.3.1 O candidato que não enviar a imagem legível da documentação constante do subitem 6.4.8.2.1 deste edital ou que enviar a imagem legível da documentação incompleta, ou que não realizar os procedimentos disciplinados no subitem 6.4.8.2.2 deste edital não terá o seu pedido de isenção deferido.

6.4.8.3.2 Somente serão aceitas imagens que estejam nas extensões “.png”, “.jpeg” e “.jpg”. O tamanho de cada imagem legível submetida deverá ser de, no máximo, 1 MB.

6.4.8.4 A solicitação realizada após o período constante do subitem 6.4.8.2 deste edital será indeferida.

6.4.8.5 O candidato deverá manter aos seus cuidados a documentação constante do subitem 6.4.8.2.1 deste edital.

6.4.8.5.1 Caso seja solicitado pelo Cebraspe, o candidato deverá enviar a referida documentação por meio de carta registrada para confirmação da veracidade das informações.

6.4.8.5.2 Durante o período de que trata o subitem 6.4.8.2 deste edital, o candidato poderá desistir de solicitar a isenção do pagamento da taxa de inscrição e optar pela impressão do DAE, por meio da página de acompanhamento, no endereço eletrônico http://www.cebraspe.org.br/concursos/pge_pa_23_procurador.

6.4.8.6 O Cebraspe consultará o órgão gestor do CadÚnico para confirmar a veracidade das informações prestadas pelo candidato.

6.4.8.7 A veracidade das informações prestadas no requerimento de isenção será de inteira responsabilidade do candidato, podendo este responder, a qualquer momento, no caso de serem prestadas informações inverídicas ou utilizados documentos falsos, por crime contra a fé pública, o que acarreta sua eliminação do concurso. Aplica-se, ainda, o disposto no parágrafo único do art. 10 do Decreto nº 83.936, de 6 de setembro de 1979.

6.4.8.8 Não será concedida isenção de pagamento de taxa de inscrição ao candidato que:

a) omitir informações e(ou) torná-las inverídicas;

b) fraudar e(ou) falsificar documentação;

c) não observar a forma, o prazo e os horários estabelecidos no subitem 6.4.8.2 deste edital.

6.4.8.9 Não será aceito pedido de isenção de taxa de inscrição via postal, via requerimento administrativo, via correio eletrônico, ou, ainda, fora do prazo.

6.4.8.10 Cada pedido de isenção será analisado e julgado pelo Cebraspe.

6.4.8.11 A relação provisória dos candidatos que tiveram a solicitação de isenção da taxa de inscrição deferida será divulgada na data provável estabelecida no cronograma do Anexo I deste edital, no endereço eletrônico http://www.cebraspe.org.br/concursos/pge_pa_23_procurador.

6.4.8.11.1 O candidato com a solicitação de isenção do pagamento da taxa de inscrição indeferida poderá, no período provável estabelecido no cronograma do Anexo I deste edital, no endereço eletrônico http://www.cebraspe.org.br/concursos/pge_pa_23_procurador, verificar os motivos do indeferimento de sua solicitação e interpor recurso contra o indeferimento por meio do Sistema Eletrônico de Interposição de Recurso. Após esse período, não serão aceitos pedidos de revisão.

6.4.8.11.2 A relação final dos candidatos que tiveram a solicitação de isenção da taxa de inscrição deferida será divulgada na data provável estabelecida no cronograma do Anexo I deste edital, no endereço eletrônico http://www.cebraspe.org.br/concursos/pge_pa_23_procurador.

6.4.8.12 O candidato cujo pedido de isenção for indeferido deverá efetuar o pagamento da taxa de inscrição até a data provável estabelecida no cronograma do Anexo I deste edital, sob pena de ser automaticamente excluído do concurso público.

6.4.9 DOS PROCEDIMENTOS PARA A SOLICITAÇÃO DE ATENDIMENTO ESPECIALIZADO

6.4.9.1 O candidato que necessitar de adaptações razoáveis e tecnologias assistivas para a realização das provas objetiva e escritas deverá, conforme o prazo descrito no subitem 6.4.9.9 deste edital:

a) assinalar, no sistema eletrônico de inscrição, a(s) opção(ões) correspondente(s) aos recursos especiais necessários; e

b) enviar, via upload, a imagem legível de laudo médico ou de laudo caracterizador de deficiência, cuja data de emissão seja, no máximo, nos 36 meses anteriores ao último dia de inscrição neste concurso público. O laudo deve atestar a espécie e o grau ou nível de sua deficiência, doença ou limitação física, que justifique o atendimento especializado solicitado, bem como conter a assinatura e o carimbo do médico ou do profissional de saúde de nível superior, que atue na área da deficiência do candidato, com o número de sua inscrição no Conselho Regional Profissional respectivo.

6.4.9.1.1 No caso dos candidatos cuja deficiência se enquadra no § 1º do art. 1º da Lei nº 12.764/2012 (Transtorno do Espectro Autista) ou em caso de impedimento irreversível, que caracterize deficiência permanente, a validade do laudo é indeterminada, não sendo considerada a data de emissão.

6.4.9.1.2 Caso os recursos especiais de que o candidato necessite para a realização das provas não estejam entre aqueles elencados no sistema eletrônico de inscrição, o candidato deverá assinalar o campo “SITUAÇÃO NÃO CONTEMPLADA” dessa lista de opções e, em seguida, proceder de acordo com o subitem 6.4.9.7 deste edital.

6.4.9.1.3 Os candidatos que tenham em seu corpo equipamento tipo marca-passo ou que tenham de fazer uso de qualquer equipamento tais como bomba de insulina, para a realização das provas, deverão proceder na forma do subitem 6.4.9.1.2 deste edital.

6.4.9.1.4 Os recursos especiais solicitados pelo candidato para a realização das provas deverão ser justificados pelo laudo médico ou laudo caracterizador de deficiência por ele apresentado, ou seja:

a) recursos especiais solicitados que não sejam respaldados pelo laudo serão indeferidos;

b) eventuais recursos que sejam citados no laudo, mas que não sejam por ele solicitados no sistema eletrônico de inscrição, não serão considerados na análise da solicitação de atendimento especializado do candidato.

6.4.9.2 O candidato com deficiência que necessitar de tempo adicional para a realização das provas objetiva e escritas deverá, conforme o prazo descrito no subitem 6.4.9.9 deste edital:

a) assinalar, no sistema eletrônico de inscrição, a opção correspondente à solicitação de tempo adicional para realização das provas;

b) enviar, via upload, a imagem legível de laudo médico ou de laudo caracterizador de deficiência, cuja data de emissão seja, no máximo, nos 36 meses anteriores ao último dia de inscrição neste concurso público. O laudo deve conter a assinatura do médico ou profissional de saúde de nível superior, que atue na área da deficiência do candidato (fisioterapeuta, fonoaudiólogo, psicólogo ou terapeuta ocupacional), com carimbo e número de sua inscrição no Conselho Regional Profissional respectivo, que ateste a espécie e o grau ou o nível da deficiência e pareça que justifique a necessidade de tempo adicional.

6.4.9.2.1 No caso dos candidatos cuja deficiência se enquadra no § 1º do art. 1º da Lei nº 12.764/2012 (Transtorno do Espectro Autista) ou no caso de outros impedimentos irreversíveis, que caracterizem deficiência permanente, a validade do laudo é indeterminada, não sendo considerada a data de emissão.

6.4.9.2.1.1 O candidato com atendimento especializado de tempo adicional deferido para a realização de suas provas, que não seja considerado deficiente na avaliação biopsicossocial, será eliminado do concurso, por descumprir o subitem 15.2 deste edital.

6.4.9.3 O candidato com deficiência visual que necessitar de adaptação das provas, conforme a Lei Estadual nº 8.774, de 3 de outubro de 2018, deverá, conforme o prazo descrito no subitem 6.4.9.9 deste edital:

a) assinalar, no sistema eletrônico de inscrição, a opção correspondente à solicitação para adaptação das provas;

b) enviar, via upload, a imagem de laudo médico, emitido no máximo nos últimos 36 meses anteriores ao último dia de inscrição neste concurso público. O laudo deve conter a assinatura do médico com carimbo e número de sua inscrição no CRM, que ateste a espécie e o grau ou o nível da deficiência, com expressa referência ao CID-10, bem como a provável causa da deficiência, e parecer emitido por especialista da área de deficiência do candidato que justifique a necessidade de tempo adicional.

6.4.9.3.1 Independentemente de requerimento, será assegurado aos candidatos com deficiência visual tempo adicional de uma hora para a realização das provas.

6.4.9.3.2 É assegurado aos candidatos com deficiência visual, independentemente de requerimento, o direito de realizarem as provas em salas reservadas e em separado dos demais candidatos.

6.4.9.3.3 O candidato com deficiência visual, em razão da necessária igualdade de condições com os demais candidatos, fará jus às condições especiais durante a realização das provas, optando por realizá-las por um dos seguintes meios:

a) sistema Braile;

b) auxílio de leitor;

c) computador; e

d) sistema convencional de escrita com caracteres ampliados.

6.4.9.3.3.1 As condições especiais previstas no subitem 6.4.9.3.3 deste edital não impedem que candidato com deficiência visual solicite outros meios que melhor atendam às suas necessidades, considerando-se a viabilidade e razoabilidade da solicitação.

6.4.9.3.3.2 O candidato com deficiência visual poderá escolher mais de uma opção de condição especial, devendo comprovar esta necessidade para realização da prova.

6.4.9.3.3.3 O candidato que deixar de efetuar a solicitação de atendimento especializado realizará a prova com auxílio de leitor.

6.4.9.3.3.4 Na hipótese de o candidato com deficiência visual optar por realizar as provas por meio de computador, deverá especificar, no sistema de solicitação de inscrição, o software a ser utilizado nessa ocasião.

6.4.9.4 A candidata que tiver necessidade de amamentar durante a realização das provas, conforme a Lei Estadual nº 7.613, de 2 de abril de 2012, deverá, conforme o prazo descrito no subitem 6.4.9.9 deste edital:

a) assinalar, no sistema eletrônico de inscrição, a opção correspondente à necessidade de amamentar durante a realização das provas;

b) enviar, via upload, a imagem legível da certidão de nascimento que comprove que a criança terá até seis meses de idade no dia de realização das provas (caso a criança ainda não tenha nascido até a data de realização das provas, a imagem legível da certidão de nascimento poderá ser substituída por imagem legível de documento emitido pelo médico obstetra, com o respectivo CRM, que ateste a data provável do nascimento).

6.4.9.4.1 A candidata deverá apresentar, no dia de realização das provas, original ou cópia simples da certidão de nascimento da criança para comprovar que a criança tem até seis meses de idade no dia de realização das provas.

6.4.9.4.2 A candidata deverá levar, no dia de realização das provas, um acompanhante adulto que ficará em sala reservada e será o responsável pela guarda da criança. A candidata que não levar acompanhante adulto não poderá permanecer com a criança no local de realização das provas.

6.4.9.4.2.1 O Cebbraspe não disponibilizará acompanhante para a guarda de criança.

6.4.9.4.2.2 A candidata terá o direito de proceder a amamentação a cada intervalo de duas horas, por até 30 minutos.

6.4.9.4.2.1 O tempo despendido pela amamentação será compensado durante a realização da prova em igual período.

6.4.9.5 O candidato transexual ou travesti que desejar ser tratado pelo nome social, nos termos do Decreto Federal nº 8.727, de 28 de abril de

2016, e do Decreto Estadual 1.675, de 12 de maio de 2009, durante a realização das provas deverá, conforme o prazo descrito no subitem 6.4.9.9 deste edital, assinalar, no sistema eletrônico de inscrição, a opção correspondente à utilização de nome social durante realização das provas, informando o nome e o sobrenome pelos quais deseja ser tratado.

6.4.9.5.1 As publicações referentes aos candidatos transexuais ou travestis serão realizados de acordo com o nome social, acompanhado do respectivo nome constante do registro civil, separado por um hífen.

6.4.9.6 O candidato que for amparado pela Lei Federal nº 10.826/2003, e suas alterações, e necessitar realizar as provas armado deverá, conforme o prazo descrito no subitem 6.4.9.9 deste edital:

a) assinalar, no sistema eletrônico de inscrição, a opção correspondente à necessidade de portar arma durante realização das provas;

b) enviar, via upload, a imagem legível do Certificado de Registro de Arma de Fogo e da Autorização de Porte, conforme definidos na referida lei.

6.4.9.6.1 O candidato amparado pela Lei Federal nº 10.826/2003, e suas alterações, que não solicitar o atendimento especializado conforme descrito no subitem 6.4.9.6 deste edital não poderá portar armas no ambiente de provas, e, caso descumpra o estabelecido neste edital, estará automaticamente eliminado e não terá classificação alguma no concurso.

6.4.9.6.2 Os candidatos que não forem amparados pela Lei Federal nº 10.826/2003, e suas alterações, não poderão portar armas no ambiente de provas.

6.4.9.7 O candidato que, por motivo de doença ou por limitação física, necessitar utilizar, durante a realização das provas, demais fases do concurso e período de experiência, objetos, dispositivos ou próteses (aparelho auditivo, bomba de insulina, marca-passo etc.) cujo uso não esteja expressamente previsto/permitido neste edital nem relacionado nas opções de recursos especiais necessários elencadas no sistema eletrônico de inscrição, deverá, conforme o prazo descrito no subitem 6.4.9.8 deste edital:

a) assinalar, no sistema eletrônico de inscrição, a opção correspondente ao campo "SITUAÇÃO NÃO CONTEMPLADA" e, em seguida, descrever, no espaço destinado para esse fim, no sistema eletrônico de inscrição, os recursos especiais necessários para a realização da prova; e

b) enviar, via upload, a imagem legível do respectivo laudo médico ou laudo caracterizador de deficiência que justifique o atendimento solicitado.

6.4.9.8 O candidato que necessitar de atendimento diferenciado por motivos religiosos, conforme estabelecido pela Lei Estadual nº 6.140, de 24 de junho de 1998, deverá, conforme o prazo descrito no subitem 6.4.9.9 deste edital:

a) assinalar a opção correspondente na solicitação de inscrição;

b) enviar, via upload, a imagem legível da declaração da congregação religiosa a que pertence, em que conste seu nome, atestando a sua condição de membro da igreja, com a devida assinatura do líder religioso.

6.4.9.9 A documentação citada nos subitens 6.4.9.1 a 6.4.9.8 deste edital deverá ser enviada de forma legível no período de solicitação de inscrição estabelecido no cronograma constante do Anexo I deste edital, via upload, por meio de link específico no endereço eletrônico http://www.cebraspe.org.br/pge_pa_23_procurador. Após esse período, a solicitação será indeferida, salvo nos casos de força maior, ou a critério do Cebbraspe.

6.4.9.9.1 O fornecimento da documentação é de responsabilidade exclusiva do candidato.

6.4.9.9.2 O Cebbraspe não se responsabiliza por qualquer tipo de problema que impeça a chegada dessa documentação a seu destino, seja de ordem técnica dos computadores, seja decorrente de indisponibilidade/falhas de comunicação, bem como outros fatores que impossibilitem o envio. Esses documentos, que valerão somente para este concurso, não serão devolvidos nem deles serão fornecidas cópias.

6.4.9.9.3 O candidato deverá manter aos seus cuidados a documentação a que se refere os subitens 6.4.9.1 a 6.4.9.8 deste edital. Caso seja solicitado pelo Cebbraspe, o candidato deverá enviar a referida documentação por meio de carta registrada, para a confirmação da veracidade das informações.

6.4.9.10 O candidato que não solicitar atendimento especializado no sistema eletrônico de inscrição e não especificar quais os recursos serão necessários para tal atendimento não terá atendimento especializado, ainda que faça o envio, via upload, da documentação prevista nos subitens 6.4.9.1 a 6.4.9.8 deste edital. Apenas o envio do laudo médico/documentação não é suficiente para a obtenção do atendimento especializado.

6.4.9.11 No caso de solicitação de atendimento especializado que envolva a utilização de recursos tecnológicos, se ocorrer eventual falha desses recursos no dia de aplicação das provas, poderá ser disponibilizado atendimento alternativo, observadas as condições de viabilidade.

6.4.9.12 A solicitação de atendimento especializado, em qualquer caso, será atendida segundo os critérios de viabilidade e de razoabilidade.

6.4.9.13 O candidato deverá verificar se a sua solicitação de atendimento especializado foi deferida no período provável estabelecido no cronograma constante do Anexo I deste edital, no endereço eletrônico http://www.cebraspe.org.br/concursos/pge_pa_23_procurador.

6.4.9.13.1 O candidato com a solicitação de atendimento especializado indeferida poderá, no período provável estabelecido no cronograma constante do Anexo I deste edital, no endereço eletrônico http://www.cebraspe.org.br/concursos/pge_pa_23_procurador, verificar os motivos do indeferimento.

mento e interpor recurso contra o indeferimento por meio do Sistema Eletrônico de Interposição de Recurso. Após esse período, não serão aceitos pedidos de revisão.

6.4.9.13.2 O candidato deverá verificar se a sua solicitação de atendimento especializado foi deferida, após a análise dos recursos, a partir da data provável estabelecida no cronograma constante do Anexo I deste edital, no endereço eletrônico http://www.cebraspe.org.br/concursos/pge_pa_23_procurador.

7 DAS FASES DO CONCURSO

7.1 As fases do concurso estão descritas no quadro a seguir.

FASE	PROVA/TIPO	ÁREA DE CONHECIMENTO	NÚMERO DE QUESTÕES	CARÁTER
1ª Fase: objetiva	(P1) Objetiva	a) Direito Constitucional	12	Eliminatório e classificatório
		b) Direito Administrativo	12	
		c) Direito Tributário	12	
		d) Direito Empresarial e do Consumidor	4	
		e) Direito Agrário e Urbanístico	8	
		f) Direito Processual Civil	12	
		g) Direito Civil	8	
		h) Direito Ambiental e Minerário	10	
		i) Direito Financeiro	4	
		j) Direito do Trabalho e Processual do Trabalho	8	
2ª Fase: provas escritas de natureza discursivas e(ou) dissertativa	(P2) Discursiva e(ou) dissertativa	Direito Constitucional, Direito Administrativo, Direito Agrário e Urbanístico, Direito Processual Civil e Direito Financeiro	5 questões discursivas e(ou) dissertativas	
		Direitos Humanos, Direito Civil, Direito Tributário, Direito Ambiental e Minerário e Direito do Trabalho e Processual do Trabalho	5 questões discursivas e(ou) dissertativas	
	(P3) Discursiva e(ou) dissertativa			
3ª Fase: provas escritas de natureza prática	(P4) Prática	Objetos de avaliação constantes do item 16	1 peça processual (contenciosa ou consultiva)	
	(P5) Prática	Objetos de avaliação constantes do item 16	1 peça processual (contenciosa ou consultiva)	
4ª Fase: avaliação de títulos	(P6) Avaliação de títulos	-	-	Classificatório

8 DA 1ª FASE: PROVA OBJETIVA

8.1 A prova objetiva terá a duração de 5 horas e será aplicada na data provável estabelecida no cronograma constante do Anexo I deste edital, no turno da manhã.

8.2 Na data provável estabelecida no cronograma constante do Anexo I deste edital, será publicado no Diário Oficial do Estado do Pará e divulgado na internet, no endereço eletrônico http://www.cebraspe.org.br/concursos/pge_pa_23_procurador, edital que informará a disponibilização da consulta aos locais e aos horários de realização da prova.

8.2.1 O candidato deverá, obrigatoriamente, acessar o endereço eletrônico http://www.cebraspe.org.br/concursos/pge_pa_23_procurador, para verificar seu local de prova, por meio de busca individual, devendo, para tanto, informar os dados solicitados.

8.2.2 O candidato somente poderá realizar a prova no local designado pelo Cebraspe.

8.2.3 Serão de responsabilidade exclusiva do candidato a identificação correta de seu local de realização da prova e o comparecimento no horário determinado.

8.2.4 O Cebraspe poderá enviar, como complemento às informações citadas no subitem 8.2 deste edital, comunicação pessoal dirigida ao candidato, por e-mail, sendo de sua exclusiva responsabilidade a manutenção/atualização de seu correio eletrônico, o que não o desobriga do dever de observar o disposto no subitem 8.2 deste edital.

8.3 A prova objetiva, de caráter eliminatório e classificatório, valerá 10,00 pontos e abrangerá os objetos de avaliação constantes do item 16 deste edital.

8.3.1 As questões podem ser interdisciplinares e abordar objetos de avaliação de mais de uma disciplina das constantes do item 16 deste edital.

8.4 As questões da prova objetiva serão do tipo múltipla escolha, com cinco opções (A, B, C, D e E), sendo uma única resposta correta, de acordo com o comando da questão. Haverá, na folha de respostas, para cada questão, cinco campos de marcação: um campo para cada uma das cinco opções A, B, C, D e E, devendo o candidato preencher o campo correspondente à resposta considerada por ele correta, de acordo com o comando da questão.

8.5 O candidato deverá marcar um, e somente um, dos cinco campos da folha de respostas, sob pena de arcar com os prejuízos decorrentes de marcações indevidas.

8.6 O candidato deverá transcrever as respostas da prova objetiva para a folha de respostas, que será o único documento válido para a correção da prova. O preenchimento da folha de respostas será de inteira responsabilidade do candidato, que deverá proceder em conformidade com as instruções específicas contidas neste edital e na folha de respostas. Em hipótese alguma haverá substituição da folha de respostas por motivo de erro do candidato.

8.7 Serão de inteira responsabilidade do candidato os prejuízos advindos do preenchimento indevido da folha de respostas. Serão consideradas marcações indevidas as que estiverem em desacordo com este edital e(ou) com as instruções contidas na folha de respostas, tais como marcação rasurada ou emendada ou campo de marcação não preenchido integralmente.

8.8 O candidato não poderá amassar, molhar, dobrar, rasgar, manchar ou, de nenhum modo, danificar a sua folha de respostas, sob pena de arcar com os prejuízos advindos da impossibilidade de realização do seu processamento eletrônico.

8.9 O candidato é responsável pela conferência de seus dados pessoais, em especial de seu nome, do número de sua inscrição e do número de seu documento de identidade.

8.10 Não será permitido que as marcações na folha de respostas sejam feitas por outras pessoas, salvo em caso de candidato a quem tenha sido deferido atendimento especializado para auxílio no preenchimento/auxílio na leitura. Nesse caso, o candidato será acompanhado pelo aplicador especializado do Cebraspe devidamente treinado e as respostas fornecidas serão gravadas em áudio.

8.11 Será anulada a prova objetiva do candidato que não devolver a sua folha de respostas.

8.12 O Cebraspe disponibilizará o link de consulta da imagem da folha de respostas dos candidatos que realizaram a prova objetiva, exceto a dos candidatos cuja prova tiver sido anulada na forma do subitem 8.11 deste edital e dos que tiverem sido eliminados na forma dos subitens 15.22 e 15.24 deste edital, no endereço eletrônico http://www.cebraspe.org.br/concursos/pge_pa_23_procurador, em até cinco dias úteis a partir da data de divulgação do resultado final na prova objetiva. A consulta à referida imagem ficará disponível por até 60 dias corridos da data de publicação do resultado final no concurso público.

8.12.1 Após o prazo determinado no subitem 8.12 deste edital, não serão aceitos pedidos de disponibilização da imagem da folha de respostas.

8.13 É vedada consulta a qualquer material, bem como qualquer comunicação entre os candidatos durante a prova objetiva, sob pena de eliminação do certame.

8.14 DOS CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DA PROVA OBJETIVA

8.14.1 A prova objetiva de todos os candidatos será corrigida por meio de processamento eletrônico das folhas de respostas.

8.14.2 A nota em cada questão da prova objetiva, feita com base nas marcações da folha de respostas, será igual a: 0,10 ponto, caso a resposta do candidato esteja em concordância com o gabarito oficial definitivo da prova; 0,00, caso a resposta do candidato esteja em discordância com o gabarito oficial definitivo da prova, não haja marcação, haja marcação de mais de uma opção, contenha rasura ou a marcação esteja incompleta.

8.14.3 O cálculo da nota na prova objetiva, comum às provas de todos os candidatos, será igual à soma das notas obtidas em todas as questões que a compõem.

8.14.4 Será reprovado na prova objetiva e eliminado do concurso público o candidato que obtiver nota inferior a 5,00 pontos na prova objetiva.

8.14.4.1 O candidato eliminado na forma do subitem 8.14.4 deste edital não terá classificação alguma no concurso público.

8.14.5 Os candidatos não eliminados na forma do subitem 8.14.4 deste edital serão ordenados de acordo com os valores decrescentes da nota final na prova objetiva e listados em ordem alfabética no edital de resultado final na prova objetiva.

8.15 DOS GABARITOS OFICIAIS PRELIMINARES DA PROVA OBJETIVA

8.15.1 Os gabaritos oficiais preliminares da prova objetiva serão divulgados na internet, no endereço eletrônico http://www.cebraspe.org.br/concursos/pge_pa_23_procurador, a partir das 19 horas da data provável estabelecida no cronograma constante do Anexo I deste edital.

8.15.2 O candidato que desejar interpor recursos contra os gabaritos oficiais preliminares da prova objetiva disporá do período provável estabelecido no cronograma constante do Anexo I deste edital para fazê-lo, ininterruptamente.

8.15.3 Para recorrer contra os gabaritos oficiais preliminares da prova objetiva, o candidato deverá utilizar o Sistema Eletrônico de Interposição de Recurso, no endereço eletrônico http://www.cebraspe.org.br/concursos/pge_pa_23_procurador, e seguir as instruções ali contidas.

8.15.3.1 O candidato poderá, ainda, no período de que trata o subitem 8.15.2 deste edital, apresentar razões para a manutenção do gabarito, por meio do Sistema Eletrônico de Interposição de Recurso, disponível no endereço eletrônico http://www.cebraspe.org.br/concursos/pge_pa_23_procurador, e seguir as instruções ali contidas.

8.15.4 Todos os recursos serão analisados, e as justificativas das alterações/anulações de gabarito serão divulgadas no endereço eletrônico http://www.cebraspe.org.br/concursos/pge_pa_23_procurador. Não serão encaminhadas respostas individuais aos candidatos.

8.15.5 O recurso não poderá conter, em outro local que não o apropriado, qualquer palavra ou marca que identifique seu autor, sob pena de ser preliminarmente indeferido.

8.15.6 O deferimento de recurso contra questão de prova objetiva gera duas situações distintas: a anulação da questão ou a alteração de seu

gabarito. A anulação de questão se dá quando o seu julgamento resta impossibilitado, o que ocorre nas seguintes situações, entre outras: o assunto abordado na questão foge ao escopo dos objetos de avaliação estabelecidos em edital; há possibilidade de dupla interpretação; há mais de uma opção que atenda ao comando da questão; há erro de digitação que prejudica o julgamento da questão; há contradição entre duas referências bibliográficas válidas. Já a alteração de gabarito pode decorrer de erro material na divulgação ou de apresentação de argumentação consistente que leve a banca a reconsiderar a resposta originalmente proposta para a questão.

8.15.6.1 Se do exame de recursos resultar a anulação de questão integrante de prova, a pontuação correspondente a essa questão será atribuída a todos os candidatos, independentemente de terem recorrido.

8.15.6.2 Se houver alteração, por força de impugnações, de gabarito oficial preliminar de questão integrante de prova, essa alteração valerá para todos os candidatos, independentemente de terem recorrido.

8.15.7 Em nenhuma hipótese serão aceitos pedidos de revisão de recursos ou recurso contra o gabarito oficial definitivo.

8.16 O edital de resultado final na prova objetiva e de convocação para as provas escritas será publicado no Diário Oficial do Estado do Pará, e divulgado na internet, no endereço eletrônico http://www.cebraspe.org.br/concursos/pge_pa_23_procurador, na data provável estabelecida no cronograma constante do Anexo I deste edital.

9 DA 2ª FASE E DA 3ª FASE: PROVAS ESCRITAS DE NATUREZA DISCURSIVA E(OU) DISSERTATIVA E PROVAS ESCRITAS DE NATUREZA PRÁTICA

9.1 A 2ª fase, de caráter eliminatório e classificatório, será composta por duas provas escritas de natureza dissertativa e(ou) discursiva (P2 e P3).

9.1.1 A prova escrita discursiva P2 terá a duração de 5 horas e será aplicada na data provável estabelecida no cronograma constante do Anexo I deste edital, no turno da tarde.

9.1.2 A prova escrita discursiva P3 terá a duração de 5 horas e será aplicada na data provável estabelecida no cronograma constante do Anexo I deste edital, no turno da tarde.

9.2 A 3ª fase, de caráter eliminatório e classificatório, será composta por duas provas escritas de natureza prática (P4 e P5). Somente serão convocados para as provas referentes à 3ª fase os candidatos aprovados nas duas provas que compõem a 2ª fase.

9.2.1 A prova escrita prática P4 terá a duração de 5 horas e será aplicada na data provável estabelecida no cronograma constante do Anexo I deste edital, no turno da tarde.

9.2.2 A prova escrita prática P5 terá a duração de 5 horas e será aplicada na data provável estabelecida no cronograma constante do Anexo I deste edital, no turno da tarde.

9.3 As provas escritas discursivas e(ou) dissertativas da 2ª fase (P2 e P3) valerão 10,00 pontos cada e consistirão de:

a) P2: cinco questões discursivas e(ou) dissertativas, que podem envolver situação-problema, a serem respondidas em até 90 linhas cada, e valerão 2,00 pontos cada, totalizando 10,00 pontos, acerca das disciplinas Direito Constitucional, Direito Administrativo, Direito Agrário e Urbanístico, Direito Processual Civil e Direito Financeiro, cujos objetos de avaliação constam do item 16 deste edital;

b) P3: cinco questões discursivas e(ou) dissertativas, que podem envolver situação-problema, a serem respondidas em até 90 linhas cada, e valerão 2,00 pontos cada, totalizando 10,00 pontos, acerca das disciplinas Direitos Humanos, Direito Civil, Direito Tributário, Direito Ambiental e Minerário e Direito do Trabalho e Processual do Trabalho, cujos objetos de avaliação constam do item 16 deste edital.

9.3.1 As questões podem ser interdisciplinares e abordar objetos de avaliação de mais de uma disciplina das constantes do item 16 deste edital.

9.4 As provas escritas práticas da 3ª fase (P4 e P5) valerão 10,00 pontos cada e consistirão, cada uma, de redação de uma peça jurídica, de natureza contenciosa ou consultiva, de até 150 linhas, acerca dos objetos de avaliação constantes do item 16 deste edital.

9.5 As provas escritas serão avaliadas e pontuadas segundo os critérios estabelecidos no subitem 9.11 deste edital.

9.6 Os textos definitivos das provas escritas deverão ser manuscritos, em letra legível, com caneta esferográfica de tinta preta fabricada em material transparente, não sendo permitida a interferência ou a participação de outras pessoas, salvo em caso de candidato a quem tenha sido deferido atendimento especializado para a realização das provas. Nesse caso, o candidato será acompanhado por aplicador especializado do Cebraspe devidamente treinado, para o qual deverá ditar o texto — o qual será gravado em áudio —, especificando oralmente a grafia das palavras e os sinais gráficos de pontuação.

9.7 O documento de textos definitivos das provas escritas não poderá ser assinado, rubricado ou conter, em outro local que não o apropriado, qualquer palavra ou marca que identifique o candidato, sob pena de serem anuladas. Assim, a detecção de qualquer marca identificadora no espaço destinado à transcrição dos textos definitivos acarretará a anulação da respectiva prova escrita e a consequente eliminação do candidato.

9.8 O documento de textos definitivos das provas escritas será o único documento válido para a avaliação das provas escritas. As folhas para rascunho do caderno de provas são de preenchimento facultativo e não são válidas para a avaliação das provas escritas.

9.9 Não haverá substituição do documento de textos definitivos por erro do candidato em seu preenchimento.

9.10 DAS INSTRUÇÕES DE UTILIZAÇÃO DE MATERIAL DE CONSULTA PARA A REALIZAÇÃO DAS PROVAS ESCRITAS

9.10.1 Para a realização das provas escritas, poderá haver consulta à legislação desacompanhada de anotação ou comentário, mesmo que em formato de livro, vedada a consulta a obras doutrinárias, súmulas e orientação jurisprudencial, sob pena de eliminação do concurso.

9.10.2 Material de uso permitido:

- a) legislação não comentada, não anotada e não comparada;
- b) códigos;
- c) decretos;
- d) resoluções;
- e) instruções normativas;
- f) portarias;
- g) índice remissivo;
- h) regimento interno dos tribunais e conselhos;
- i) leis de introdução dos códigos.

9.10.2.1 O material de uso permitido poderá conter evidências de utilização anterior, tais como:

- a) trechos destacados por marca-texto, sublinhados etc.;
- b) simples remissão a artigos ou a texto de lei (ex.: vide artigo 2º da Lei nº 8.112/1990);
- c) separação de códigos por cores, marcador de página, post-it, cliques ou similares.

9.10.2.2 Os diplomas normativos e textos legais aptos à consulta, quando impressos ou obtidos por meio digital e(ou) xerocopiados, deverão vir encadernados e conter o máximo de 250 (duzentas e cinquenta) folhas, permitindo-se a impressão frente e verso.

9.10.3 Material de uso proibido:

- a) códigos comentados, anotados ou comparados;
- b) anotações pessoais (transcritas, manuscritas ou impressas);
- c) súmulas;
- d) enunciados;
- e) exposições de motivos dos códigos;
- f) jurisprudências;
- g) informativos de tribunais;
- h) orientações jurisprudenciais;
- i) revistas;
- j) livros de doutrina;
- k) livros, apostilas, anotações, materiais e(ou) quaisquer obras que contenham modelos de petições, roteiros/rotinas ou fluxogramas de petições e afins;
- l) dicionários ou qualquer outro material de consulta que contenha qualquer conteúdo similar aos indicados anteriormente;
- m) computador, notebook, tablet, dispositivo eletrônico ou equipamentos similares (indicados no subitem 15.22 deste edital).

9.10.4 Os candidatos deverão isolar, previamente, com grampo ou fita adesiva, as partes não permitidas dos textos de consulta, de modo a impedir sua utilização durante a prova, sob pena de não poder consultá-los.

9.10.4.1 O material de consulta de que trata o subitem 9.10.2 deste edital poderá ser conferido antes e no decorrer das provas escritas.

9.10.5 O candidato que descumprir as instruções de utilização de material de consulta terá sua prova anulada e será eliminado do concurso.

9.10.6 Não será permitida, durante a realização das provas escritas, a comunicação entre os candidatos.

9.10.7 Todo o material de consulta deverá estar redigido em Língua Portuguesa.

9.11 DOS CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DAS PROVAS ESCRITAS

9.11.1 Para cada sistema de concorrência, os candidatos serão convocados para a 2ª fase e para a 3ª fase, de acordo com os seguintes critérios:

a) ampla concorrência: serão convocados para as provas escritas os 142 candidatos mais bem classificados na prova objetiva, respeitados os empates na última posição; e

b) candidatos que se declararam pessoas com deficiência: serão convocados para as provas escritas os 8 candidatos mais bem classificados na prova objetiva, respeitados os empates na última posição.

9.11.1.1 Caso o número de candidatos que tenham se declarado pessoas com deficiência aprovados na prova objetiva seja inferior ao quantitativo estabelecido no subitem 9.11.1 deste edital, serão convocados para as provas escritas os candidatos da ampla concorrência posicionados na prova objetiva até o limite de correções estabelecido no referido subitem, respeitados os empates na última colocação.

9.11.2 O candidato que não for convocado para as provas escritas na forma dos subitens 9.11.1 e 9.11.1.1 deste edital estará automaticamente eliminado e não terá classificação alguma no concurso.

9.11.2.1 Conforme subitem 9.2 deste edital, somente terão as provas referentes à 3ª fase corrigidas os candidatos aprovados nas duas provas da 2ª fase.

9.11.3 O edital de resultado final na prova objetiva e de convocação para a 2ª fase e para 3ª fase listará apenas os candidatos não eliminados na prova objetiva, conforme os subitens 9.11.1 e 9.11.2 deste edital.

9.11.4 Na atribuição de notas das provas escritas, levar-se-ão em conta, além dos conhecimentos técnicos específicos demonstrados pelo candidato acerca do assunto abordado, a correção da linguagem, a clareza da exposição, a sequência lógica de raciocínio e a qualidade da argumentação.

9.11.5 Cada questão da prova escrita discursiva e(ou) dissertativa (P2) valerá 2,00 pontos e será corrigida observando-se o que se segue:

- a) será considerado, para efeito de avaliação, qualquer fragmento de texto que for escrito fora do local apropriado ou ultrapassar o número máximo de linhas estabelecido;
- b) nos casos de fuga ao tema, ou de não haver texto, o candidato receberá nota igual a zero;
- c) a nota final nas questões da prova escrita discursiva e(ou) dissertativa (NPD2) será igual à soma das notas obtidas nas questões que a compõem;
- d) será eliminado e não terá classificação alguma no concurso o candidato que obtiver NPD2 < 5,00 pontos.

9.11.6 Cada questão da prova escrita discursiva e(ou) dissertativa (P3) valerá 2,00 pontos e será corrigida observando-se o que se segue:

a) será desconsiderado, para efeito de avaliação, qualquer fragmento de texto que for escrito fora do local apropriado ou ultrapassar o número máximo de linhas estabelecido;

b) nos casos de fuga ao tema, ou de não haver texto, o candidato receberá nota igual a zero;

c) a nota final nas questões da prova escrita discursiva e(ou) dissertativa (NPD3) será igual à soma das notas obtidas nas questões que a compõem;

d) será eliminado e não terá classificação alguma no concurso o candidato que obtiver NPD3 < 5,00 pontos.

9.11.6.1 A nota final na 2ª fase será calculada a partir da seguinte fórmula: $NFPD = NP2 + NP3$.

9.11.7 Cada peça processual, de natureza contenciosa ou consultiva, das provas escritas práticas (P4 e P5) valerá 10,00 pontos e será corrigida observando-se o que se segue:

a) será desconsiderado, para efeito de avaliação, qualquer fragmento de texto que for escrito fora do local apropriado ou ultrapassar o número máximo de linhas estabelecido;

b) nos casos de fuga ao tema, de não haver texto, ou de erro na escolha da peça processual, o candidato receberá nota igual a zero;

c) a nota final em cada prova escrita prática será igual à nota na respectiva peça processual;

d) será eliminado e não terá classificação alguma no concurso o candidato que obtiver NPI < 5,00 pontos.

9.11.7.1 A nota final na 3ª fase será calculada a partir da seguinte fórmula: $NFP3 = NP4 + NP5$.

9.11.7.2 Serão convocados para as provas escritas práticas (P4 e P5) somente os candidatos aprovados nas duas provas escritas discursivas (P2 e P3).

9.11.8 Serão anuladas as provas escritas do candidato que não devolver o documento de textos definitivos.

9.11.8.1 O candidato que se enquadrar no subitem 9.11.8 deste edital não terá classificação alguma no concurso.

9.12 DOS RECURSOS CONTRA O PADRÃO PRELIMINAR DE RESPOSTA E CONTRA O RESULTADO PROVISÓRIO NAS PROVAS ESCRITAS

9.12.1 O padrão preliminar de resposta das provas escritas será divulgado na internet, no endereço eletrônico http://www.cebraspe.org.br/concursos/pge_pa_23_procurador, a partir das 19 horas da data provável estabelecida no cronograma constante do Anexo I deste edital

9.12.2 O candidato que desejar interpor recursos contra o padrão preliminar de resposta das provas escritas disporá do período provável estabelecido no cronograma constante do Anexo I deste edital para fazê-lo, por meio do Sistema Eletrônico de Interposição de Recurso, disponível no endereço eletrônico http://www.cebraspe.org.br/concursos/pge_pa_23_procurador, e seguir as instruções ali contidas.

9.12.3 Se houver alteração, por força de impugnação, do padrão preliminar de resposta das provas escritas, essa alteração valerá para todos os candidatos, independentemente de terem recorrido.

9.12.4 Após o julgamento dos recursos interpostos contra o padrão preliminar de respostas das provas escritas, será definido o padrão definitivo e divulgado o resultado provisório nas provas escritas.

9.12.5 No recurso contra o resultado provisório nas provas escritas, é vedado ao candidato novamente impugnar em tese o padrão de resposta, estando limitado à correção de sua resposta de acordo com o padrão definitivo.

9.12.6 O candidato que desejar interpor recurso contra o resultado provisório nas provas escritas disporá do período provável estabelecido no cronograma constante do Anexo I deste edital para fazê-lo, conforme procedimentos disciplinados no respectivo edital de resultado provisório.

10 DA 4ª FASE: AVALIAÇÃO DE TÍTULOS

10.1 Serão convocados para a avaliação de títulos todos os candidatos aprovados nas duas provas escritas práticas da 3ª fase (P4 e P5).

10.1.1 Os candidatos não convocados para a avaliação de títulos serão eliminados e não terão classificação alguma no concurso.

10.2 A avaliação de títulos valerá 5,00 pontos, ainda que a soma dos valores dos títulos apresentados seja superior a esse valor.

10.3 Somente serão aceitos os títulos abaixo relacionados, expedidos até a data do envio, observados os limites de pontos do quadro a seguir.

QUADRO DE ATRIBUIÇÃO DE PONTOS PARA A AVALIAÇÃO DE TÍTULOS			
ALÍNEA	TÍTULO	VALOR UNITÁRIO	VALOR MÁXIMO
A	Exercício em cargo efetivo de Procurador do Estado, Procurador Municipal ou de qualquer das carreiras de Advocacia Pública no âmbito federal, estadual ou municipal.	0,25/ano	0,75
B	Exercício do magistério superior, em disciplina da área jurídica, em Instituição de Ensino Superior pública e(ou) particular, reconhecida pelo Ministério da Educação.	0,15/ano	0,45
C	Exercício em cargo ou função técnico-jurídica, privativo de bacharel em Direito, em órgãos de advocacia na Administração Pública direta e indireta do Poder Executivo, do Ministério Público, do Tribunal de Contas, da Defensoria Pública, do Poder Judiciário ou do Poder Legislativo.	0,15/ano	0,45
D	Efetivo exercício da advocacia privada.	0,15/ano	0,45
E	Aprovação em concurso público para cargo privativo de Bacharel em Direito.	0,10	0,30
F	Livros publicados, de autoria individual, no âmbito da ciência jurídica.	0,3	0,60
G	Artigos, pareceres, ensaios e trabalhos jurídicos publicados, de autoria exclusiva do candidato.	0,10	0,20

H	Diploma, devidamente registrado, de Doutor em Direito ou certificado de defesa e aprovação de tese.	0,85	0,85
I	Diploma, devidamente registrado, de Mestre em Direito ou certificado de defesa e aprovação de dissertação.	0,65	0,65
J	Certificado, devidamente registrado, de curso de pós-graduação em nível de especialização na área jurídica, nacional ou estrangeira, com carga horária mínima de 360 horas, conferido após atribuição de nota de aproveitamento.	0,15	0,30
TOTAL MÁXIMO DE PONTOS			5,00

10.4 Receberá nota zero o candidato que não enviar, via upload, a imagem legível dos títulos na forma, no prazo e no horário estipulados no edital de convocação para a avaliação de títulos.

10.5 Não serão aceitos títulos encaminhados via postal, via correio eletrônico e(ou) via requerimento administrativo.

10.6 É de responsabilidade exclusiva do candidato, sob pena de não pontuação, a correta indicação, no sistema de upload da documentação da avaliação de títulos, da alínea a que se refere cada conjunto de imagens submetidas.

10.6.1 Somente serão aceitas imagens que estejam nas extensões “.png”, “.jpeg” e “.jpg”. O tamanho de cada imagem submetida deverá ser de, no máximo, 1 MB.

10.6.2 É de responsabilidade exclusiva do candidato conferir se as imagens incluídas dizem respeito a cada alínea indicada no sistema de upload. As imagens que não forem condizentes com a alínea indicada serão desconsideradas para fins de análise.

10.6.3 Não serão aceitos documentos ilegíveis, bem como os que não forem submetidos da forma estabelecida no sistema de upload.

10.7 O envio da documentação constante do subitem 10.11 deste edital é de responsabilidade exclusiva do candidato. O Cebraspe não se responsabiliza por qualquer tipo de problema que impeça a chegada dessa documentação a seu destino, seja de ordem técnica dos computadores, seja decorrente de falhas de comunicação, bem como por outros fatores que impossibilitem o envio. Esses documentos, que valerão somente para este concurso, não serão devolvidos nem deles serão fornecidas cópias.

10.8 O candidato deverá manter aos seus cuidados a documentação constante do subitem 10.11 deste edital.

10.8.1 Caso seja solicitado pelo Cebraspe, o candidato deverá enviar a referida documentação por meio de carta registrada, para a confirmação da veracidade das informações.

10.9 A veracidade das informações prestadas no envio da imagem dos títulos será de inteira responsabilidade do candidato, podendo este responder, a qualquer momento, no caso de serem prestadas informações inverídicas ou utilizados documentos falsos, por crime contra a fé pública, o que acarreta sua eliminação do concurso. Aplica-se, ainda, o disposto no parágrafo único do art. 10 do Decreto Federal nº 83.936/1979.

10.10 Será de inteira responsabilidade do candidato o envio das imagens legíveis dos títulos no período e na forma previstos neste edital e no edital de convocação para essa fase.

10.11 DOS DOCUMENTOS NECESSÁRIOS À COMPROVAÇÃO DOS TÍTULOS

10.11.1 Para receber a pontuação relativa ao exercício de atividade profissional, alíneas A a D, o candidato deverá atender a uma das seguintes opções:

a) para exercício de atividade em empresa/instituição privada: será necessário o envio da imagem legível de três documentos: 1 – diploma do curso de graduação em Direito a fim de se verificar qual a data de conclusão do curso e atender ao disposto no subitem 10.11.1.2.1 deste edital; 2 – cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) contendo as páginas: identificação do trabalhador; registro do empregador que informe o período (com início e fim, se for o caso) e qualquer outra página que ajude na avaliação, por exemplo, quando há mudança na razão social da empresa; e 3 – declaração do empregador com o período (com início e fim, se for o caso), a espécie do serviço de nível superior realizado e a descrição das atividades desenvolvidas para o cargo/emprego;

b) para exercício de atividade/instituição pública: será necessário o envio da imagem legível de dois documentos: 1 – diploma do curso de graduação em Direito a fim de se verificar qual a data de conclusão do curso e atender ao disposto no subitem 10.11.1.2.1 deste edital; 2 – declaração/certidão de tempo de serviço, emitida pelo setor de recursos humanos da instituição, que informe o período (com início e fim, até a data da expedição da declaração), a espécie do serviço de nível superior realizado e a descrição das atividades desenvolvidas;

c) para exercício de atividade/serviço prestado por meio de contrato de trabalho: será necessário o envio da imagem legível de três documentos: 1 – diploma de graduação em Direito a fim de se verificar qual a data de conclusão do curso e atender ao disposto no subitem 10.11.1.2.1 deste edital; 2 – contrato de prestação de serviço/atividade entre as partes, ou seja, o candidato e o contratante; e 3 – declaração do contratante que informe o período (com início e fim, se for o caso), a espécie do serviço de nível superior realizado e a descrição das atividades;

d) para exercício de atividade/serviço prestado como autônomo, será necessário o envio da imagem legível de três documentos: (1) diploma de graduação em Direito a fim de se verificar qual a data de conclusão do curso ou documento oficial da OAB (por exemplo, carteira da OAB) que ateste a data de inscrição na OAB para atender ao disposto no subitem 10.11.2.2.1 deste edital; (2) recibo de pagamento autônomo (RPA), sendo pelo menos o primeiro e o último recibos do período trabalhado como autônomo; e (3) declaração do contratante/beneficiário que informe o período (com início e fim, se for o caso) a espécie do serviço realizado e a descrição das atividades;

e) para exercício de atividade/serviço de advocacia, será necessário o envio da imagem legível de dois documentos: (1) certidões de atuação em,

no mínimo, cinco processos judiciais diferentes por ano, emitidas pelas respectivas varas de atuação; e (2) documento oficial da OAB (por exemplo, carteira da OAB) que ateste a data de inscrição na OAB.

10.11.1.1 A declaração/certidão mencionada na letra "b" do subitem 10.11.1 deste edital deverá ser emitida por órgão de pessoal ou de recursos humanos. Não havendo órgão de pessoal ou de recursos humanos, a autoridade responsável pela emissão do documento deverá declarar/certificar também essa inexistência.

10.11.1.1.1 Quando o órgão de pessoal possuir outro nome correspondente, por exemplo, Controle de Divisão de Pessoas (CDP), a declaração deverá conter o nome do órgão por extenso, não sendo aceitas abreviaturas. 10.11.1.2 Para efeito de pontuação referente à experiência profissional, não serão consideradas fração de ano nem sobreposição de tempo. Todos os períodos de experiência profissional apresentados serão contabilizados para consideração do tempo final de exercício profissional, por alínea avaliada.

10.11.2 Para receber pontuação relativa à aprovação em concurso público descrita na alínea E, o candidato deverá comprovar a aprovação em concurso público por meio de envio da imagem legível de certidão expedida por setor de pessoal do órgão, ou certificado do órgão executor do certame, em que constem as seguintes informações:

- a) cargo/emprego concorrido;
- b) requisito do cargo/emprego, especialmente a escolaridade;
- c) aprovação e(ou) classificação.

10.11.2.1 Para comprovar a aprovação em concurso público, o candidato poderá, ainda, apresentar cópia impressa do Diário Oficial, autenticada em cartório, com a publicação do resultado final do concurso, em que conste o cargo ou emprego público, o requisito do cargo ou emprego público, a escolaridade exigida e a aprovação e(ou) a classificação, com identificação clara do candidato.

10.11.2.2 Não será considerada concurso público a seleção constituída apenas de avaliação de títulos e(ou) de análise de currículos e(ou) de provas práticas e(ou) testes psicotécnicos e(ou) entrevistas.

10.11.2.3 Não será considerado como comprovação de aprovação em concurso, outros documentos não aqueles citados no subitem 10.11.2 ou 10.11.2.1 deste edital.

10.11.3 Para receber a pontuação relativa aos títulos relacionados nas alíneas F e G, o candidato deverá enviar imagem original ou imagem de cópia legível da publicação cadastrada no ISBN ou ISSN, que deverá conter o nome do candidato, e as páginas em que conste a autoria exclusiva e o ISBN ou ISSN.

10.11.3.1 Publicações sem o nome do candidato deverão ser acompanhadas de declaração do editor, emitida por seu dirigente, que informe a sua autoria exclusiva.

10.11.4 Para a comprovação da conclusão do curso de pós-graduação em nível de doutorado ou de mestrado, alíneas H e I, será aceita a imagem legível do diploma, devidamente registrado, expedido por instituição reconhecida pelo MEC. Também será aceita a imagem do certificado/declaração de conclusão de curso de doutorado ou mestrado, expedido por instituição reconhecida pelo MEC, desde que acompanhada da imagem do histórico escolar do candidato, no qual conste o número de créditos obtidos, as áreas em que foi aprovado e as respectivas menções, o resultado dos exames e do julgamento da tese ou da dissertação. Caso o histórico ateste a existência de alguma pendência ou falta de requisito de conclusão do curso, o certificado/declaração não será aceito.

10.11.4.1 Para curso de doutorado ou de mestrado concluído no exterior, será aceita a imagem apenas do diploma, desde que revalidado por instituição de ensino superior no Brasil e traduzido para a Língua Portuguesa por tradutor juramentado, nos termos do subitem 10.12 deste edital.

10.11.4.2 Outros comprovantes de conclusão de curso ou disciplina não serão aceitos como os títulos referentes ao mestrado e ao doutorado.

10.11.5 Para comprovação da conclusão do curso de pós-graduação em nível de especialização, alínea J, será aceita a imagem legível do certificado, com carga horária mínima de 360 horas, atestando que o curso atende às normas da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação, do Conselho Nacional de Educação (CNE) ou que está de acordo com as normas do extinto Conselho Federal de Educação (CFE), ou ainda, estar de acordo com o parágrafo 8º da Resolução CNE/CES nº 1, de 6 de abril de 2018. O certificado deverá atestar, ainda, a carga horária mínima exigida. Também será aceita declaração de conclusão de pós-graduação em nível de especialização acompanhada do respectivo histórico escolar no qual conste a carga horária do curso, as disciplinas cursadas com as respectivas menções e a comprovação da apresentação e aprovação da monografia, atestando que o curso atende às normas da Lei nº 9.394/1996, do CNE ou está de acordo com as normas do extinto CFE.

10.11.5.1 Caso o certificado não ateste que o curso atende às normas da Lei nº 9.394/1996, do CNE, ou que está de acordo com as normas do extinto CFE, ou não esteja de acordo com a Resolução CNE/CES nº 1/2018 deverá ser anexada uma declaração do responsável pela organização e realização do curso atestando que o este atendeu a uma das normas estipuladas no subitem anterior.

10.12 Todo documento expedido em língua estrangeira somente será considerado se traduzido para a Língua Portuguesa por tradutor juramentado.

10.13 Cada título será considerado uma única vez.

10.14 Os pontos que excederem o valor máximo em cada alínea do Quadro de Atribuição de Pontos para a Avaliação de Títulos, bem como os que excederem o limite de pontos estipulados no subitem 10.2 deste edital serão desconsiderados.

10.15 O candidato que desejar interpor recursos contra o resultado provisório na avaliação de títulos deverá observar os procedimentos disciplinados no respectivo edital de resultado provisório.

11 DA NOTA FINAL E DA CLASSIFICAÇÃO FINAL NO CONCURSO

11.1 A nota final no concurso será o somatório da nota final na prova objetiva

(NFPO), da nota final nas provas escritas discursivas (NFPD), da nota final nas provas escritas práticas (NFPP) e da nota final na avaliação de títulos.

11.2 Após o cálculo da nota final no concurso e aplicados os critérios de desempate constantes do item 12 deste edital, os candidatos serão listados em ordem de classificação, de acordo com os valores decrescentes das notas finais no concurso.

11.3 Os nomes dos candidatos que, no ato da solicitação de inscrição, se declararem com deficiência, se não forem eliminados no concurso e considerados pessoas com deficiência na avaliação biopsicossocial, serão publicados em lista à parte e figurarão também na lista de classificação geral.

11.4 Todos os resultados citados neste edital serão expressos até a segunda casa decimal, arredondando-se para o número imediatamente superior se o algarismo da terceira casa decimal for igual ou superior a cinco.

11.5 O candidato aprovado além do número de vagas ofertadas será mantido, no prazo de validade do concurso, no cadastro de reserva.

12 DOS CRITÉRIOS DE DESEMPATE

12.1 Em caso de empate na nota final no concurso, terá preferência o candidato que, na seguinte ordem:

- a) tiver idade igual ou superior a 60 anos, até o último dia de inscrição neste concurso, conforme o art. 27, parágrafo único, da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 (Estatuto do Idoso);
- b) obtiver a maior nota nas provas escritas práticas (P4 e P5) somadas;
- c) obtiver a maior nota nas provas escritas discursivas (P2 e P3) somadas;
- d) obtiver a maior nota na prova objetiva;
- e) obtiver a maior nota na avaliação de títulos;
- f) tiver maior idade;
- g) tiver exercido a função de jurado (conforme o art. 440 do Código de Processo Penal).

12.2 Os candidatos que seguirem empatados até a aplicação da alínea "f" do subitem 12.1 deste edital serão convocados, antes do resultado final no concurso, para a apresentação da imagem legível da certidão de nascimento para verificação do horário do nascimento para fins de desempate.

12.2.1 Para os candidatos convocados para apresentação da certidão de nascimento que não apresentarem a imagem legível da certidão de nascimento, será considerada como hora de nascimento 23 horas 59 minutos e 59 segundos.

12.3 Os candidatos a que se refere a alínea "g" do subitem 12.1 deste edital serão convocados, antes do resultado final do concurso, para a entrega da documentação que comprovará o exercício da função de jurado.

12.3.1 Para fins de comprovação da função citada no subitem 12.3 deste edital, serão aceitas certidões, declarações, atestados ou outros documentos públicos (original ou cópia autenticada em cartório) emitidos pelos Tribunais de Justiça Estaduais e Regionais Federais do País, relativos ao exercício da função de jurado, nos termos do art. 440 do CPP, alterado pela Lei nº 11.689/2008.

13 DOS RECURSOS

13.1 Os recursos interpostos pelos candidatos ao longo do certame devem observar o seguinte:

- a) os recursos devem ser interpostos por meio do Sistema Eletrônico de Interposição de Recurso, no endereço eletrônico http://www.cebraspe.org.br/concursos/pge_pa_23_procurador, no prazo de dois dias úteis, a contar da divulgação oficial do ato recorrido;
- b) não será aceito recurso via postal, via requerimento administrativo ou via correio eletrônico;
- c) o recurso deverá expor os fundamentos do pedido de reexame de forma clara, consistente e objetiva, sob pena de ser preliminarmente indeferido;
- d) não serão conhecidos os recursos intempestivos ou cujo teor desrespeite a Comissão do Concurso.

13.2 Os recursos relativos à fase de inscrição (situações previstas no item 6 deste edital), ao resultado preliminar da avaliação de títulos e à classificação final serão avaliados pelo Cebraspe.

13.3 Os recursos interpostos em face do gabarito preliminar da prova objetiva da 1ª fase, do padrão preliminar de resposta e do resultado provisório das provas escritas discursivas da 2ª fase, do padrão preliminar de resposta e do resultado provisório das provas escritas práticas da 3ª fase serão avaliados pela comissão do concurso.

13.4 No período de interposição de recurso, não haverá possibilidade de envio de documentação pendente ou complementação desta.

13.5 O Cebraspe e a PGE/PA não arcarão com prejuízos advindos de problemas de ordem técnica dos computadores, de falhas de comunicação, de congestionamento das linhas de comunicação e de outros fatores, de responsabilidade do candidato, que impossibilitem a interposição de recurso.

14 DA HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO FINAL NO CONCURSO

14.1 O resultado final do concurso será homologado pelo Procurador-Geral do Estado do Pará e será publicado no Diário Oficial do Estado do Pará e divulgado no endereço eletrônico http://www.cebraspe.org.br/concursos/pge_pa_23_procurador.

15 DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

15.1 A inscrição do candidato implicará a aceitação das normas para o concurso público contidas nos comunicados, neste edital e em outros a serem publicados.

15.2 Todos os candidatos concorrerão em igualdade de condições, excetuados os casos específicos previstos na legislação vigente para o atendimento especializado para a realização das provas.

15.3 É de inteira responsabilidade do candidato acompanhar todos os atos, editais e comunicados referentes a este concurso público que serão publicados no Diário Oficial do Estado do Pará e(ou) divulgados na internet, no endereço eletrônico http://www.cebraspe.org.br/concursos/pge_pa_23_procurador.

15.3.1 Caso ocorram problemas de ordem técnica e(ou) operacional nos links referentes ao concurso, causados pelo Cebraspe, que comprometam as funcionalidades sistêmicas ou gerem a indisponibilidade de serviços, os prazos de acesso a esses links serão automaticamente prorrogados, no

mínimo, pelo tempo que durar a indisponibilidade ou que ficar comprometida a funcionalidade. A prorrogação poderá ser feita sem alteração das condições deste edital.

15.3.2 As informações a respeito de notas e classificações poderão ser acessadas por meio dos editais de resultados. Não serão fornecidas informações que já constem dos editais ou fora dos prazos previstos nesses editais.

15.4 O candidato poderá obter informações referentes ao concurso público na Central de Atendimento ao Candidato do Cebraspe, localizada na Quadra 01, Lotes 1115 a 1145 – SAAN, Edifício Cebraspe, Brasília/DF, por meio do telefone (61) 3448-0100, ou via internet, no endereço eletrônico http://www.cebraspe.org.br/concursos/pge_pa_23_procurador, ressaltado o disposto no subitem 15.6 deste edital, e por meio do endereço eletrônico sac@cebraspe.org.br.

15.5 O candidato que desejar relatar ao Cebraspe fatos ocorridos durante a realização do concurso deverá fazê-lo junto à Central de Atendimento ao Candidato do Cebraspe, postando correspondência para a Caixa Postal 4488, CEP 70842-970, Brasília/DF, ou enviando e-mail para o endereço eletrônico sac@cebraspe.org.br.

15.6 Não serão dadas por telefone informações a respeito de datas, locais e horários de realização das provas. O candidato deverá observar rigorosamente os editais e os comunicados a serem divulgados na forma do subitem 15.3 deste edital.

15.6.1 Não serão fornecidos a terceiros informações e documentos pessoais de candidatos, em atenção ao disposto no art. 31 da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011.

15.7 O candidato poderá protocolar requerimento relativo ao concurso, a qualquer tempo, por meio de correspondência ou e-mail instruído com cópia do documento de identidade e do CPF. O requerimento poderá ser feito pessoalmente mediante preenchimento de formulário próprio, à disposição do candidato na Central de Atendimento ao Candidato do Cebraspe, no horário das 8 horas e 30 minutos às 18 horas e 30 minutos, ininterruptamente, exceto sábados, domingos e feriados, observado o subitem 15.5 deste edital.

15.8 O candidato que desejar corrigir o nome fornecido durante o processo de inscrição deverá entregar requerimento de solicitação de alteração de dados cadastrais das 8 horas e 30 minutos às 18 horas e 30 minutos (exceto sábados, domingos e feriados), pessoalmente ou por terceiro, na Central de Atendimento ao Candidato do Cebraspe, localizada Quadra 01, Lotes 1115 a 1145 – SAAN, Edifício Cebraspe, Brasília/DF, ou enviá-lo, via SEDEX ou carta registrada com aviso de recebimento, para a Central de Atendimento ao Candidato do Cebraspe – PGE/PA Procurador 2023 (Solicitação de alteração de dados cadastrais) – Caixa Postal 4488, CEP 70842-970, Brasília/DF, ou via e-mail, para o endereço eletrônico sac@cebraspe.org.br, acompanhado de cópia dos documentos que contenham os dados corretos e cópia da sentença homologatória de retificação do registro civil.

15.8.1 O candidato que solicitar a alteração de nome, nos termos do subitem 15.8 deste edital, terá o seu nome atualizado na base de dados do Cebraspe para os eventos com inscrições abertas e para os futuros eventos.

15.9 O candidato deverá comparecer ao local designado para a realização das provas com antecedência mínima de uma hora do horário fixado para seu início, munido somente de caneta esferográfica de tinta preta fabricada em material transparente, do comprovante de inscrição ou do comprovante de pagamento da taxa de inscrição e do documento de identidade original. Não será permitido o uso de lápis, lapiseira/grafite, marca-texto e(ou) borracha durante a realização das provas.

15.9.1 O candidato que desejar obter comprovante de comparecimento às provas deverá solicitá-lo no momento de realização das provas.

15.10 Serão considerados documentos de identidade: carteiras expedidas pelos Comandos Militares, pelas Secretarias de Segurança Pública, pelos Institutos de Identificação e pelos Corpos de Bombeiros Militares; carteiras expedidas pelos órgãos fiscalizadores de exercício profissional (ordens, conselhos etc.); passaporte brasileiro; certificado de reservista; carteiras funcionais expedidas por órgão público que, por lei federal, valham como identidade; carteiras de trabalho; carteiras de identidade do trabalhador; carteiras nacionais de habilitação (somente o modelo com foto), documentos digitais com foto e assinatura (CNH digital e RG digital ou qualquer outro documento digital, com foto e assinatura, válido nos termos da legislação vigente) apresentados nos respectivos aplicativos oficiais.

15.10.1 Não serão aceitos como documentos de identidade: certidões de nascimento; CPF; títulos eleitorais; carteiras de estudante; carteiras funcionais sem valor de identidade; documentos vencidos, documentos ilegíveis, não identificáveis e(ou) danificados, cópia do documento de identidade, ainda que autenticada ou protocolo do documento de identidade; ou documentos digitais não citados no subitem 15.10 deste edital, apresentados fora de seus aplicativos oficiais e(ou) sem foto ou assinatura.

15.11 O candidato que, por ocasião da realização das provas, não apresentar o documento de identidade original, na forma definida no subitem 15.10 deste edital, não poderá realizá-las e será automaticamente eliminado do concurso público.

15.12 Caso o candidato esteja impossibilitado de apresentar, no dia de realização das provas, documento de identidade original, por motivo de perda, roubo ou furto, deverá entregar à equipe de aplicação documento (original ou cópia simples) que ateste o registro da ocorrência em órgão policial expedido, no máximo, 90 dias antes da data de realização das provas, ocasião em que será submetido à identificação especial, que compreende coleta de dados e de assinaturas em formulário próprio. O documento de registro da ocorrência será retido pela equipe de aplicação.

15.12.1 A identificação especial será exigida, também, ao candidato cujo documento de identificação apresente dúvidas relativas à fisionomia ou à assinatura do portador.

15.12.2 Para a segurança dos candidatos e a garantia da lisura do certame, o Cebraspe poderá proceder à coleta de dado biométrico de todos os candidatos no dia de realização das provas.

15.13 Não serão aplicadas provas em local, data ou horário diferentes dos predeterminados em edital ou em comunicado.

15.14 Não será admitido ingresso de candidato no local de realização das provas após o horário fixado para seu início.

15.15 O candidato deverá permanecer obrigatoriamente no local de realização das provas por, no mínimo, uma hora após o início das provas.

15.15.1 A inobservância do subitem 15.15 deste edital acarretará a não correção das provas e, consequentemente, a eliminação do candidato do concurso público.

15.16 O Cebraspe manterá um marcador de tempo em cada sala de provas para fins de acompanhamento pelos candidatos.

15.17 O candidato que se retirar do ambiente de provas não poderá retornar em hipótese alguma.

15.18 O candidato somente poderá retirar-se da sala de provas levando o caderno de provas no decorso dos últimos 15 minutos anteriores ao horário determinado para o término das provas.

15.18.1 Os três últimos candidatos de cada sala de prova só poderão sair juntos após o registro e assinatura no relatório próprio do concurso.

15.19 Não haverá, por qualquer motivo, prorrogação do tempo previsto para a aplicação das provas em razão do afastamento de candidato da sala de provas, salvo o previsto no subitem 6.4.9.4.2.2 deste edital.

15.20 Não haverá segunda chamada para a realização das provas. O não comparecimento ao local de realização das provas nos dias e horários determinados implicará a eliminação automática do candidato do concurso.

15.21 Não serão permitidas, durante a realização das provas, a comunicação entre os candidatos e a utilização de máquinas calculadoras ou similares, livros, anotações, réguas de cálculo, impressos ou qualquer outro material de consulta, inclusive códigos e(ou) legislação, salvo os materiais dispostos no subitem 9.10.2 deste edital.

15.22 Será eliminado do concurso o candidato que, durante a realização das provas, for surpreendido portando:

a) aparelhos eletrônicos, tais como wearable tech, máquinas calculadoras, agendas eletrônicas e(ou) similares, telefones celulares, smartphones, tablets, ipods®, gravadores, pen drive, mp3 player e(ou) similar, relógio de qualquer espécie, alarmes, chaves com alarme ou com qualquer outro componente eletrônico, fones de ouvido e(ou) qualquer transmissor, gravador e(ou) receptor de dados, imagens, vídeos e mensagens etc.;

b) óculos escuros, protetor auricular, lápis, lapiseira/grafite, marca-texto e(ou) borracha;

c) quaisquer acessórios de chapelaria, tais como chapéu, boné, gorro etc.;

d) qualquer recipiente ou embalagem que não seja fabricado com material transparente, tais como garrafa de água, suco, refrigerante e embalagem de alimentos (biscoitos, barras de cereais, chocolate, balas etc.).

15.22.1 No ambiente de provas, ou seja, nas dependências físicas em que serão realizadas as provas, não será permitido o uso pelo candidato de quaisquer objetos relacionados no subitem 15.22 deste edital.

15.22.1.1 Não será permitida a entrada de candidatos no ambiente de provas portando armas, à exceção dos casos previstos na Lei Federal nº 10.826/2003, e suas alterações. O candidato que estiver armado e for amparado pela citada lei deverá solicitar atendimento especializado no ato da inscrição, conforme subitem 6.4.9.6 deste edital.

15.22.2 Sob pena de ser eliminado do concurso, antes de entrar na sala de provas, o candidato deverá guardar, em embalagem porta-objetos fornecida pela equipe de aplicação, obrigatoriamente desligados, telefone celular e qualquer outro equipamento eletrônico relacionado no subitem 15.22 deste edital.

15.22.2.1 Durante toda a permanência do candidato na sala de provas, o seu telefone celular, assim como qualquer equipamento eletrônico, deve permanecer obrigatoriamente desligado e acondicionado na embalagem porta-objetos lacrada, com todos os aplicativos, funções e sistemas desativados e desligados, incluindo alarmes. O candidato será eliminado do concurso caso o seu telefone celular ou qualquer equipamento eletrônico entre em funcionamento, mesmo sem a sua interferência direta, durante a realização das provas.

15.22.2.2 A embalagem porta-objetos devidamente lacrada e identificada pelo candidato deverá ser mantida embaixo da carteira até o término das suas provas. A embalagem porta-objetos somente poderá ser deslacrada fora do ambiente de provas.

15.22.3 O Cebraspe recomenda que o candidato não leve nenhum dos objetos citados no subitem 15.22 deste edital no dia de realização das provas.

15.22.4 O Cebraspe não ficará responsável pela guarda de quaisquer dos objetos supracitados.

15.22.5 O Cebraspe não se responsabilizará por perdas ou extravios de objetos ou de equipamentos eletrônicos ocorridos durante a realização das provas nem por danos a eles causados.

15.23 No dia de realização das provas, o Cebraspe poderá submeter os candidatos ao sistema de detecção de metal nas salas, corredores e banheiros, a fim de impedir a prática de fraude e de verificar se o candidato está portando material não permitido.

15.24 Será automaticamente eliminado do concurso público, em decorrência da anulação de suas provas, o candidato que durante a realização das provas:

a) for surpreendido dando ou recebendo auxílio para a execução das provas;

b) utilizar-se de livros, máquinas de calcular ou equipamento similar, dicionário, notas ou impressos que não forem expressamente permitidos ou que se comunicar com outro candidato;

c) for surpreendido portando aparelhos eletrônicos ou outros objetos, tais como os listados no subitem 15.22 deste edital;

- d) faltar com o devido respeito para com qualquer membro da equipe de aplicação das provas, com as autoridades presentes ou com os demais candidatos;
 e) fazer anotação de informações relativas às suas respostas no comprovante de inscrição ou em qualquer outro meio que não os permitidos;
 f) não entregar o material das provas ao término do tempo destinado para a sua realização;
 g) afastar-se da sala, a qualquer tempo, sem o acompanhamento de fiscal;
 h) ausentar-se da sala, a qualquer tempo, portando a folha de respostas ou o documento de texto definitivo;
 i) descumprir as instruções contidas em editais, no caderno de provas, na folha de respostas ou no documento de texto definitivo;
 j) perturbar, de qualquer modo, a ordem dos trabalhos, comportando-se indevidamente;
 k) utilizar ou tentar utilizar meios fraudulentos ou ilegais para obter a própria aprovação ou a aprovação de terceiros em qualquer etapa do concurso público;
 l) não permitir a coleta de sua assinatura;
 m) for surpreendido portando caneta fabricada em material não transparente;
 n) for surpreendido portando anotações em papéis que não os permitidos;
 o) for surpreendido portando qualquer tipo de arma sem o devido deferimento de atendimento especializado, conforme previsto no subitem 6.4.9.6 deste edital;
 p) recusar-se a ser submetido ao detector de metal;
 q) deixar de transcrever ou recusar-se a transcrever, para posterior exame grafológico, a frase contida no material de prova que lhe for entregue;
 r) registrar, em local não apropriado de qualquer documento avaliativo, qualquer palavra ou marca que o identifique;
 s) não permitir a coleta de dado biométrico.

15.25 Nos casos de eventual falta de prova/material personalizado de aplicação de provas, o Cebbraspe tem a prerrogativa para entregar ao candidato prova/material substitutivo.

15.26 No dia de realização das provas, não serão fornecidas, por qualquer membro da equipe de aplicação das provas ou pelas autoridades presentes, informações referentes ao conteúdo das provas ou aos critérios de avaliação e de classificação.

15.27 Se, a qualquer tempo, for constatado, por meio eletrônico, estatístico, visual, grafológico ou por investigação policial, que o candidato se utilizou de processo ilícito, suas provas serão anuladas e ele será automaticamente eliminado do concurso público.

15.28 O descumprimento de quaisquer das instruções supracitadas constituirá tentativa de fraude e implicará a eliminação do candidato do concurso.

15.29 O prazo de validade do concurso esgotar-se-á após dois anos, contados a partir da data de publicação da homologação do resultado final, podendo ser prorrogado, uma única vez, por igual período.

15.30 O candidato deverá manter atualizados seus dados pessoais e seu endereço perante o Cebbraspe enquanto estiver participando do concurso público, por meio de requerimento a ser enviado à Central de Atendimento ao Candidato do Cebbraspe, na forma dos subitens 15.7 ou 15.8 deste edital, conforme o caso, e perante a PGE/PA, após a homologação do resultado final, desde que aprovado. São de exclusiva responsabilidade do candidato os prejuízos advindos da não atualização de seus dados pessoais e de seu endereço.

15.31 As despesas relativas à participação em todas as fases do concurso e à apresentação para os exames da avaliação biopsicossocial dos candidatos que se declararem com deficiência e para os exames pré-admissionais correrão às expensas do próprio candidato.

15.32 As alterações de legislação com entrada em vigor até a data de publicação deste edital serão objeto de avaliação, ainda que não contempladas nos objetos de avaliação constantes do item 16 deste edital.

15.33 A legislação com entrada em vigor após a data de publicação deste edital, bem como as alterações em dispositivos legais e normativos a ele posteriores não serão objeto de avaliação, salvo se a alteração for em texto normativo já constante dos objetos de avaliação listados no item 16 deste edital.

15.33.1 As jurisprudências dos tribunais superiores poderão ser consideradas para fins de elaboração de questões.

15.34 Quaisquer alterações nas regras fixadas neste edital só poderão ser feitas por meio de outro edital.

15.35 Os casos omissos serão resolvidos pelo Cebbraspe e pela PGE/PA.

15.36 O foro da Comarca de Belém/PA é o competente para decidir quaisquer ações judiciais interpostas com respeito ao presente edital e respectivo concurso público.

15.37 A nomeação dos candidatos aprovados obedecerá rigorosamente à ordem de classificação.

16 DOS OBJETOS DE AVALIAÇÃO (HABILIDADES E CONHECIMENTOS)

16.1 HABILIDADES

16.1.1 As questões das provas poderão avaliar habilidades que vão além do mero conhecimento memorizado, abrangendo compreensão, aplicação, análise, síntese e avaliação, com o intuito de valorizar a capacidade de raciocínio.

16.1.2 Nas provas escritas discursivas e práticas, cada questão poderá contemplar mais de um objeto de avaliação.

16.2 CONHECIMENTOS

16.2.1 Nas provas, serão avaliados, além de habilidades, conhecimentos conforme descritos a seguir.

DIREITO CONSTITUCIONAL: 1 Constituição. 1.1 Conceito, elementos e classificações. 1.2 Supremacia da Constituição. 1.3 Aplicabilidade das normas constitucionais. 1.4 Interpretação das normas constitucionais. 1.5 Mutação constitucional. 2 Poder constituinte. 2.1 Características. 2.2 Poder constituinte originário. 2.3 Poder constituinte derivado. 3 Princípios fundamentais. 4 Direitos e garantias fundamentais. 4.1 Direitos e deveres individuais e coletivos. 4.2 Habeas corpus, mandado de segurança, man-

dado de injunção e habeas data. 4.3 Direitos sociais. 4.4 Direitos políticos. 4.5 Partidos políticos. 4.6 O ente estatal titular de direitos fundamentais. 5 Organização do Estado. 5.1 Organização político-administrativa. 5.2 Estado federal brasileiro. 5.3 A União. 5.4 Estados federados. 5.5 Municípios. 5.6 O Distrito Federal. 5.7 Territórios. 5.8 Intervenção federal. 5.9 Intervenção dos estados nos municípios. 6 Administração pública. 6.1 Disposições gerais. 6.2 Servidores públicos. 7 Organização dos poderes no Estado. 7.1 Mecanismos de freios e contrapesos. 7.2 Poder Legislativo. 7.3 Poder Executivo. 7.4 Poder Judiciário. 8 Funções essenciais à justiça. 8.1 Ministério Público. 8.2 Advocacia Pública. 8.3 Advocacia e Defensoria Pública. 9 Controle de constitucionalidade. 9.1 Sistemas gerais e sistema brasileiro. 9.2 Controle incidental ou concreto. 9.3 Controle abstrato de constitucionalidade. 9.4 Exame in abstracto da constitucionalidade de proposições legislativas. 9.5 Ação declaratória de constitucionalidade. 9.6 Ação direta de inconstitucionalidade. 9.7 Arguição de descumprimento de preceito fundamental. 9.8 Ação direta de inconstitucionalidade por omissão. 9.9 Ação direta de inconstitucionalidade interventiva. 10 Defesa do Estado e das instituições democráticas. 10.1 Estado de defesa e estado de sítio. 10.2 Forças Armadas. 10.3 Segurança pública. 11 Sistema Tributário Nacional. 11.1 Princípios gerais. 11.2 Limitações do poder de tributar. 11.3 Impostos da União, dos estados e dos municípios. 11.4 Repartição das receitas tributárias. 12 Finanças públicas. 12.1 Normas gerais. 12.2 Orçamentos. 13 Ordem econômica e financeira. 13.1 Princípios gerais da atividade econômica. 13.2 Política urbana, agrícola e fundiária e reforma agrária. 14 Sistema Financeiro Nacional. 15 Ordem social. 16 Constituição do Estado do Pará. 17 Jurisprudência dos Tribunais Superiores.

DIREITO ADMINISTRATIVO: 1 Estado. 1.1 Funções. 1.2 Poderes. 1.3 Repartição das funções entre os Poderes. 1.4 Federação. 1.5 Organização federativa e ordem administrativa. 2 Direito administrativo. 2.1 Conceito. 2.2 Origem. 2.3 Evolução histórica. 2.4 Fontes. 3 Administração pública. 3.1 Sentidos amplo e estrito, objetivo e subjetivo. 3.2 Regime jurídico-administrativo. 3.3 Interesse público. 3.4 Interesses primários e secundários do Estado. 3.5 Princípios da administração pública (explícitos e implícitos). 3.6 Acesso à informação (Lei Federal nº 12.527/2011 e Decreto Estadual nº 1.359/2015). 3.7 Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei nº 13.709/2018). 4. Poderes da Administração Pública. 4.1 Poder normativo. 4.1.1 Finalidade. 4.1.2 Limites. 4.1.3 Objeto. 4.2 Poder disciplinar. 4.2.1 Sindicância, Processo Administrativo Disciplinar (PAD) e Processo Administrativo Disciplinar Simplificado (PADS). 4.2.2 Termo de Ajustamento Disciplinar (TAD). 4.2.3 Lei Estadual nº 5.810/94. 4.3 Poder de polícia. 4.3.1 Características. 4.3.2 Polícia administrativa e Polícia Judiciária. 5 Organização administrativa. 5.1 Pessoas políticas e administrativas. 5.2 Desconcentração e descentralização. 5.3 Administração direta e indireta. 5.4 Órgãos e entidades estatais. 5.5 Autarquias. 5.6 Fundações estatais. 5.7 Empresas públicas e sociedades de economia mista (Lei Federal nº 13.303/2016 e Decreto Estadual nº 1.667/2016). 5.8 Agências reguladoras. 5.9 Agências executivas. 5.10 Entidades de fiscalização profissional. 6 Terceiro Setor. 6.1 Serviços sociais autônomos. 6.2 Entidades de apoio. 6.3 Organizações sociais (Lei Estadual nº 5.980/1996 e Decreto Estadual nº 21/2019). 6.4 Organizações da sociedade civil de interesse público — OSCIP. Organizações da sociedade civil (Lei Federal nº 13.019/2014 e Decreto Estadual nº 1.835/2017). 7 Atos administrativos. 7.1 Elementos. 7.2 Pressupostos. 7.3 Atributos. 7.4 Classificação. 7.5 Vinculação e discricionariedade. 7.6 Espécies. 7.7 Perfeição, validade e eficácia. 7.8 Extinção. 7.9 Anulação. 7.10 Revogação. 7.11 Convalidação. 8 Processo administrativo. 8.1 Princípios. 8.2 Fases. 8.3 Procedimentos em espécie. 8.4 Lei Federal nº 9.784/1999. 8.5 Lei Estadual nº 8.972/2020 e Decreto Estadual nº 1.528/2021. 9 Agentes públicos. 9.1 Cargos, empregos e funções públicas. 9.2 Provimento. 9.3 Vacância. 9.4 Servidores públicos. 9.5 Regime jurídico-constitucional. 9.6 Direitos e vantagens. 9.7 Deveres, proibições e responsabilidades. 9.8 Regime previdenciário. 9.9 Lei Estadual nº 5.810/1994, Lei Complementar Estadual nº 7/1991, Lei Complementar Estadual nº 131/2020 e Decreto Estadual nº 1.741/2017. 9.10 Lei Complementar Estadual nº 39/2002 e Lei Complementar Estadual nº 111/2016. 9.11 Condutas vedadas aos agentes públicos em campanhas eleitorais (Lei Federal nº 9.504/1997). 10 Militares do estado. 10.1 Regime jurídico-constitucional. 10.2 Lei Estadual nº 5.251/1985. 10.3 Lei Estadual nº 6.833/2006. 10.4 Lei Federal nº 13.954/2019. 10.5 Lei Complementar Estadual nº 142/2021. 11 Serviço público. 11.1 Conceito. 11.2 Distinção com outras atividades estatais. 11.3 Classificação. 11.4 Titularidade. 11.5 Princípios. 11.6 Remuneração. 11.7 Usuários. 11.8 Prestação direta e indireta. 11.9 Concessão, permissão e autorização. 11.10 Parcerias público-privadas (Lei Federal nº 11.079/2004, Lei Estadual nº 7.649/2012 e Decreto Estadual nº 713/2013). 11.11 Procedimento de manifestação de interesse (Decreto Estadual nº 1.242/2015). 11.12 Consórcios públicos (Lei Federal nº 11.107/2005). 12 Licitação pública. 12.1 Conceito. 12.2 Finalidades. 12.3 Vedações à participação. 12.4 Contratação direta (dispensa e inexigibilidade de licitação). 12.5 Modalidades. 12.6 Critérios de julgamento. 12.7 Fases interna e externa. 12.8 Procedimentos auxiliares. 12.9 Anulação e revogação. 12.10 Infrações e sanções administrativas. 12.11 Tratamento favorecido, diferenciado e simplificado para microempresas e empresas de pequeno porte nas contratações públicas (Lei Complementar Federal nº 123/2006 e Lei Estadual nº 8.417/2016). 12.12 Sistema de Registro de Preços (Decreto Estadual nº 991/2020). 12.13 Sistema de Cotação Eletrônica de Preços (Decreto Estadual nº 2.168/2010). 12.14 Regime Diferenciado de Contratação – RDC (Lei Federal nº 12.462/2011 e Decreto Estadual nº 1.974/2018). 12.15 Licitações internacionais. 12.16 Lei nº 8.666/1993. 12.17 Lei nº 10.520/2002. 12.18 Lei Estadual nº 6.474/2002 e Decreto Estadual nº 534/2020. 12.19 Lei Federal nº 14.133/2021. 12.20 Decreto Estadual nº 2.939/2023. 12.21 Decreto Estadual nº 2.940/2023. 12.22 Decreto Estadual nº 2.973/2023. 12.23 Decreto Estadual nº 2.787/2022. 12.24 Decreto Estadual nº 2.734/2022. 12.25 Decreto Estadual nº 2.725/2022. 12.26

Decreto estadual nº 3.037, de 25 de abril de 2023. 13 Contratos administrativos. 13.1 Conceito. 13.2 Tipos de cláusulas. 13.3 Prerrogativas da administração. 13.4 Direitos dos contratados. 13.5 Formalização. 13.6 Duração. 13.7 Execução. 13.8 Extinção. 13.9 Nulidades. 13.10 Meios alternativos de resolução de controvérsias (mediação, arbitragem, dispute board). 13.11 Infrações e sanções administrativas. 13.12 Controle das contratações. 13.13 Convênios e instrumentos congêneres. 13.14 Lei nº 8.666/1993. Lei nº 14.133/2021. Decreto nº 6.170/2007 e Portaria Interministerial MP/MF/CGU nº 424/2016. Decreto Estadual nº 733/2013. 14. Intervenção do Estado no Domínio Econômico. 14.1 Ordem econômica. 14.2 Livre iniciativa. 14.3 Regulação estatal. 14.4 Repressão ao abuso do poder econômico. 14.5 Lei nº 12.529/2011. 14.6 Exploração de atividade econômica pelo Estado: monopólio estatal e competição com a iniciativa privada. 15. Intervenção do Estado no Domínio Social. 15.1 Ordem social. 15.2 Políticas públicas. 15.3 Serviços públicos sociais. 15.4 Atividade de fomento. 16 Intervenção do Estado na propriedade privada. 16.1 Requisição. 16.2 Ocupação temporária. 16.3 Servidão administrativa. 16.4 Tombamento. 16.5 Limitação administrativa. 16.6 Desapropriação. 16.6.1 Requisitos. Competência. Objeto. Fases. Imissão provisória na posse. Desistência. Desapropriação por zona. Desapropriação indireta. Retrocessão. 17 Controle da administração pública. 17.1 Controle interno e externo. 17.2 Controle pela própria administração pública. 17.3 Controle parlamentar. 17.4 Controle pelo tribunal de contas. 17.5 Controle jurisdicional. 17.6 Prestação de contas. 17.7 Tomada de contas especial. 17.8 Lei Orgânica do Tribunal de Contas da União. 17.9 Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado do Pará. 17.10 Lei Complementar Federal nº 101/2000. 17.11 Lei Federal nº 12.846/2013 e Decreto Estadual nº 2.289/2018. 18. Bens Públicos. 18.1 Delimitação. 18.2 Classificação. 18.3 Função social. 18.4 Uso econômico. 18.5 Regime Jurídico. 18.6 Aquisição. 18.7 Gestão. 18.8 Alienação. 18.9 Formas de utilização dos bens públicos pelos particulares: autorização de uso, permissão de uso, concessão de uso, concessão de direito real de uso, cessão de uso, ocupação, comodato, aforamento, locação e arrendamento. 19 Responsabilidade civil extracontratual do Estado. 19.1 Conceito. Evolução/teorias acerca da responsabilidade civil estatal. 19.2 Conduta lesiva (ação e omissão). 19.3 Dano indenizável. 19.4 Excludentes e atenuantes. 19.5 Reparação dos danos. 19.6 Responsabilidade solidária e subsidiária do Estado. 19.7 Ação regressiva. 19.8 Responsabilidade por atos legislativos e judiciais. 19.9 Responsabilidade do Estado por atos praticados por entidades do terceiro setor. 20 Infrações e sanções administrativas. 20.1 Infração administrativa. 20.2 Sanção administrativa. 20.3 Princípios constitucionais do direito administrativo sancionador. 20.4 Excludentes de ilicitude. 20.5 Extinção das sanções administrativas. 20.6 Prescrição. 21 Improbidade administrativa. 21.1 Lei nº 8.429/1992. 22 Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (alterações efetuadas pela Lei nº 13.655/2018). Aplicação no âmbito da administração pública. 23 Lei Orgânica da Procuradoria-Geral do Estado do Pará (Lei Complementar Estadual nº 41/2002). Regimento Interno da Procuradoria-Geral do Estado do Pará (Decreto nº 1.395/2021). Orientações Jurídicas da Procuradoria-Geral do Estado do Pará. Pareceres Referenciais da Procuradoria-Geral do Estado. 24 Jurisprudência dos tribunais superiores e do Tribunal de Contas da União (súmulas, súmulas vinculantes, teses de repercussão geral, temas repetitivos e decisões do STF proferidas em ADI, ADC e ADPF).

DIREITO TRIBUTÁRIO: 1 Legislação tributária. 1.1 Vigência, aplicação, integração e interpretação. 2 Sistema constitucional tributário. Princípios constitucionais tributários. Limitações ao poder de tributar. Competência e capacidade tributárias. Repartição das receitas tributárias. 3 Tributos vigentes. Espécies e características. Taxa e preço público. Taxa judiciária. 4 Fontes formais do direito tributário. 5 Obrigação tributária: conceito, elementos, o dever tributário e os deveres instrumentais, natureza jurídica. Sujeição ativa. Hipótese de incidência. Fato impositivo (fato gerador): base de cálculo, alíquota, domicílio tributário e capacidade. 6 Sujeição passiva tributária: contribuinte, responsável e substituto tributário. Responsabilidade pelo tributo e responsabilidade por infrações. Responsabilidade por solidariedade, sucessão e de terceiros. Denúncia espontânea. 7 Crédito tributário. Autorregularização. Constituição. Lançamento: conceito, natureza jurídica, privilégios e garantias do crédito tributário e suas modalidades. 8 Suspensão, extinção e exclusão do crédito tributário. 9 Evasão, sonegação, elisão e fraude. 10 Dívida ativa. Inscrição e efeitos. Certidões. 11 Processo administrativo tributário: princípios norteadores. Processo administrativo estadual. Lei nº 6.182/1998 e alterações. 12 Processo judicial tributário. Execução fiscal. Embargos à Execução Fiscal. Ação anulatória de débito fiscal. Ação de repetição de indébito. Ação de consignação em pagamento. Ação declaratória. Ação cautelar fiscal. Mandado de segurança em matéria tributária. Tutelas de urgência e de evidência. Tutela coletiva em matéria tributária. Reserva do possível. 13 Fiscalização tributária. Regime legal. Prerrogativas e limites da fiscalização. Dever de informação e sigilo profissional. Divulgação de dados referentes ao contribuinte. Requisição de força pública. Sigilo bancário e fiscal. 14 ICMS. Disciplina constitucional. Hipóteses de incidência, contribuintes, responsáveis, substitutos. Base de cálculo. Alíquota. O princípio da não cumulatividade. Regime de apuração e pagamento. Administração do ICMS: fiscalização; auto de infração; defesa do contribuinte. Incidência do ICMS no estado do Pará. Legislação do Estado do Pará. 15 Imposto sobre transmissão ou doação de bens ou direitos. Legislação do estado do Pará. 16 Imposto sobre a propriedade de veículos automotores. Legislação do estado do Pará. 17 Taxas vigentes no estado do Pará. Legislação. 18 Direitos, garantias e obrigações do contribuinte do estado do Pará. 19 Incentivos fiscais nos tributos estaduais. Guerra fiscal. 20 Legislação estadual do IPVA (Lei nº 6.017, de 30 de dezembro de 1996) e do ITCD (Lei nº 5.529, de 5 de janeiro de 1989 e suas alterações). 21 Código do Contribuinte (Lei Complementar Estadual nº 58/2006). 22 Transação resolutive de litígio relativo à cobrança de créditos da Fazenda Pública. Lei estadual nº 9.260/2021 e Decreto estadual nº 1.795/2021. 23

Lei estadual nº 9.389/2021 e alterações posteriores (Programa de Regularização Fiscal – PROREFIS). 24 Jurisprudência dos tribunais superiores. DIREITO FINANCEIRO: 1. Direito financeiro: conceito e objeto. Atividade financeira do Estado. Fontes do direito financeiro: lei complementar, lei ordinária, medida provisória, leis orçamentárias, resoluções do Senado Federal, resoluções do Congresso Nacional, atos normativos infralegais, atos negociais. Normas gerais de direito financeiro. Conflitos entre lei complementar e ordinária. Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF). Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964. Decreto-lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967: das normas de administração financeira e de contabilidade. Resolução do Senado Federal nº 43, 21 de dezembro de 2001. Resolução do Senado Federal nº 48, 21 de dezembro de 2007. Normas constitucionais sobre finanças públicas. Constituição Federal de 1988. Constituição do Estado do Pará. 2. Princípios do direito financeiro: Legalidade. Exclusividade orçamentária. Programação. Sustentabilidade ou equilíbrio fiscal. Unidade orçamentária. Unidade de tesouraria. Universalidade. Anualidade orçamentária. Orçamento bruto. Transparência fiscal. Não afetação da receita de impostos. Especificação. Vedação do estorno. Quantificação dos créditos orçamentários. Responsabilidade intergeracional. Federalismo fiscal. 3. Finanças públicas e direitos fundamentais: custo dos direitos, dever fundamental de pagar tributos e tragédia dos comuns. 4. Orçamento público: conceito e natureza jurídica. Tipos de orçamento. Espécies orçamentárias. Créditos adicionais: suplementares, especiais, extraordinários e fontes para abertura de créditos suplementares e especiais. Ciclo orçamentário. Processo legislativo orçamentário: iniciativa. Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização – CMO. Emendas parlamentares: emendas individuais, de banca, de comissão e de relator. Execução do orçamento. 5. Empresas estatais dependentes e não dependentes. 6. Receita pública: conceito, classificações, estágios ou fases da receita, regime contábil. Receita corrente líquida. Repartição de receitas tributárias: direta, indireta e retenção de valores. Repasse da cota-parte das parcelas do ICMS e outros Tributos da arrecadação do Estado do Pará e por este recebidas. Lei estadual nº 5.645/1991. Decreto estadual nº 4.478/2001. Decreto estadual nº 1.064/2020. Renúncia de receita. Desvinculação de receitas da União – DRU. Vinculações constitucionais para saúde e educação. Fundos especiais: conceito e espécies. Fundos privados de interesse público. Dívida ativa. 7. Despesa pública: conceito, classificações, estágios ou fases da despesa, regime contábil. Geração da despesa: despesa obrigatória de caráter continuado. Despesas com pessoal: definições e limites, controle. Despesas com a seguridade social. Destinação de recursos para o setor privado. Assunção de obrigação nos dois quadrimestres finais do mandato. Vedação do aumento de despesa em projetos de lei de iniciativa exclusiva. Execução da despesa pública: linhas gerais, dotação orçamentária, fases da realização da despesa, restos a pagar, despesas de exercícios anteriores. Do Relatório Resumido da Execução Orçamentária. Do Relatório de Gestão Fiscal. Transferências: obrigatórias, voluntárias, automáticas e pelo Sistema Único de Saúde. 8. Novo Regime Fiscal. Teto de gastos. Orçamento de Guerra (Emenda Constitucional nº 106/2020). Estado de calamidade pública. Regime de precatórios: normas constitucionais, linhas gerais, regime especial de quitação e oferta de créditos para quitação. 9. Dívida pública: conceito, natureza jurídica e espécies. Dívida e endividamento: definições básicas, dos limites da dívida pública e das operações de crédito, da recondução da dívida aos limites. Regra de ouro. Operações de crédito. Da contratação. Das Vedações. Da garantia e da contragarantia. Federalismo fiscal. Compensação de dívidas. Cessão e securitização de direitos creditórios do Estado. Refinanciamento das dívidas de entes subnacionais: Lei de Responsabilidade Fiscal, Lei Complementar nº 156/2016 e Lei Complementar nº 159/2017. Regime de Recuperação Fiscal – RFF. Lei Complementar nº 178/2021 e alterações. 10. Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal dos Estados. Lei nº 9.496/1997. Portaria STN nº 10.464, de 7 de dezembro de 2022. Resolução do Senado Federal nº 112, de 1998. Programa de Ajuste Fiscal dos Municípios do Estado do Pará. Lei estadual nº 8.848/2019. 11. Empréstimos públicos: classificação, fases, condições, garantias, amortização e conversão. 12. Controle interno e externo. Controle, fiscalização e prestação de contas. 13. Jurisprudência dos Tribunais Superiores.

DIREITO EMPRESARIAL E DO CONSUMIDOR: 1 Títulos de crédito: conceito e principais institutos. Espécies. Protesto cambial. Cancelamento e sustação do protesto. Prescrição. 2 Falências e recuperação judicial e extrajudicial. Lei nº 11.101/2005. Liquidação extrajudicial de sociedade e instituições financeiras. Sistema Financeiro Nacional. Lei nº 4.595/1964. Responsabilidade dos administradores de sociedades. Lei nº 6.404/1976. Deveres e responsabilidades do acionista controlador. 3 Empresa individual de responsabilidade limitada. Lei nº 12.441/2011. Microempresas e empresas de pequeno porte. Lei Complementar nº 123/2006. 4 Da empresa: unificação parcial das obrigações privadas. Da sociedade: disposições gerais, espécies, direitos, obrigações e responsabilidades da sociedade e dos sócios. Tipos societários. Liquidação, transformação, incorporação, fusão e cisão. Do estabelecimento comercial. Do nome comercial. 5 Direitos do consumidor. Disposições gerais. Direitos básicos do consumidor. Ônus da prova. Responsabilidade pelo fato do produto e do serviço. Responsabilidade por vício do produto e do serviço. 6 Da proteção contratual. Contratos bancários e superendividamento. Da defesa dos interesses do consumidor em juízo e das sanções administrativas. 7 Política Nacional das Relações de Consumo. 8 Proteção à saúde e à segurança. 9 Desconsideração da pessoa jurídica. 10 Práticas comerciais. Oferta, publicidade e propaganda. Decadência e prescrição. Práticas abusivas. Cobrança de dívidas. Bancos de dados e cadastro de consumidores. 11 Declaração de Direitos de Liberdade Econômica (Lei Federal nº 13874/2019). 12 Decreto estadual nº 1.098/2020, que regulamenta o baixo risco e dispensa atos públicos de liberação de atividade econômica no Estado do Pará. 13 Jurisprudência dos tribunais superiores.

DIREITO AGRÁRIO E URBANÍSTICO: 1. Teoria geral do direito agrário. Formação histórica do direito agrário no Brasil. Lei Federal 4504/1964. 2. Dispositivos constitucionais relativos às políticas públicas urbana, agrícola e fundiária. Princípios e normas gerais de direito agrário. Legislação federal: Lei nº 601/1850; Decreto nº 1.318/1854; Decreto-lei nº 3.365/1941; Lei nº 4.504/1964 (Estatuto da Terra); Lei nº 8.629/1993. Legislação estadual: Lei Estadual nº 82/1892; Lei Estadual nº 4.884/1979; Lei Estadual nº 5.295/1985; Decreto Estadual nº 410/1891; Decreto Estadual nº 1.054/1996. 3. Política agrícola, agrária e fundiária do Pará. Lei Estadual nº 5.849/1994. 4. Distinção de imóvel urbano e rural. Empresa rural. Latifúndio. Minifúndio. Pequena, média e grande propriedade rural. 5. Evolução do conceito de propriedade no Brasil. Diferenciação de posse e propriedade rural. Função social da propriedade rural. Posse agrária. Posse Agroecológica. Regime jurídico dos territórios indígenas. 6. Bens públicos. Terrenos de marinha e acrescidos. Terrenos marginais e acrescidos. Ilhas. Terras devolutas: identificação, destinação. Discriminação administrativa e judicial das terras devolutas. Arrecadação de imóvel abandonado. 7. Alienação e concessão de terras públicas. Usucapião rural. Territórios quilombolas. Regularização fundiária (Lei Estadual nº 8.878/2019, Decreto Estadual nº 1.190/2020 e 1191/2020). Política Nacional de Regularização Fundiária Urbana (Lei Federal 134652017 e Decreto Federal 9310/2018). 8. Aquisição ou arrendamento de imóvel rural por pessoas físicas ou jurídicas estrangeiras. Limitações à venda de terras a estrangeiros. 9. Combate à grilagem e redução de conflitos agrários. Ouvidoria Agrária Nacional. Ouvidoria Agrária Estadual. Comissão Estadual de Mediação de Conflitos Agrários. Varas Especializadas com Competência nas questões Agrárias no Estado do Pará. O art. 126 da Constituição Federal e o art. 167 da Constituição Estadual. A Lei Estadual Complementar 14/93. Resolução 18/2005 do TJPA. 10. Contratos agrários. 11. Ação civil pública em matéria agrária. 12. Jurisprudência dos tribunais superiores.

DIREITO CIVIL: 1 Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro. 1.1 Vigência, aplicação, obrigatoriedade, interpretação e integração das leis. 1.2 Aplicação das leis no tempo. 1.3 Aplicação das leis no espaço. 2 Pessoas naturais. 2.1 Conceito. 2.2 Início da personalidade. 2.3 Personalidade. 2.4 Capacidade. 2.5 Direitos da personalidade. 2.6 Nome civil. 2.7 Estado civil. 2.8 Domicílio. 2.9 Ausência. 3 Pessoas jurídicas. 3.1 Disposições gerais. 3.2 Conceito e elementos caracterizadores. 3.3 Constituição. 3.4 Extinção. 3.5 Capacidade e direitos da personalidade. 3.6 Domicílio. 3.7 Sociedades de fato. 3.8 Associações. 3.9 Fundações. 3.10 Grupos despersonalizados. 3.11 Desconsideração da personalidade jurídica. 3.12 Responsabilidade da pessoa jurídica e dos sócios. 4 Bens. 4.1 Diferentes classes. 4.2 Bens corpóreos e incorpóreos. 4.3 Bens no comércio e fora do comércio. 5 Fato jurídico. 6 Negócio jurídico. 6.1 Disposições gerais. 6.2 Elementos. 6.3 Representação. 6.4 Condição, termo e encargo. 6.5 Defeitos do negócio jurídico. 6.6 Existência, eficácia, validade, invalidade e nulidade do negócio jurídico. 6.7 Simulação. 7 Atos jurídicos lícitos e ilícitos. 8 Prescrição e decadência. 9 Prova do fato jurídico. 10 Obrigações. 10.1 Elementos 10.2 Princípios. 10.3 Boa-fé. 10.4 Obrigação complexa (a obrigação como um processo). 10.5 Obrigações de dar. 10.6 Obrigações de fazer e de não fazer. 10.7 Obrigações alternativas e facultativas. 10.8 Obrigações divisíveis e indivisíveis. 10.9 Obrigações solidárias. 10.10 Obrigações civis e naturais, de meio, de resultado e de garantia. 10.11 Obrigações de execução instantânea, diferida e continuada. 10.12 Obrigações puras e simples, condicionais, a termo e modais. 10.13 Obrigações líquidas e ilíquidas. 10.14 Obrigações principais e acessórias. 10.15 Transmissão das obrigações. 10.16 Adimplemento e extinção das obrigações. 10.17 Inadimplemento das obrigações. 11 Contratos. 11.1 Princípios. 11.2 Contratos em geral. 11.3 Disposições gerais. 11.4 Interpretação. 11.5 Extinção. 11.6 Espécies de contratos regulados no Código Civil. 12 Atos unilaterais. 13 Responsabilidade civil. 14 Preferências e privilégios creditórios. 15 Posse. 16 Direitos reais. 16.1 Disposições gerais. 16.2 Propriedade. 16.3 Superfície. 16.4 Servidões. 16.5 Usufruto. 16.6 Uso. 16.7 Habitação. 16.8 Direito do promitente comprador. 17 Direitos reais de garantia. 17.1 Características. 17.2 Princípios. 17.3 Penhor, hipoteca e anticrese. 18 Direito das sucessões. 18.1 Sucessão em geral. 18.2 Sucessão legítima. 18.3 Sucessão testamentária. 18.4 Inventário e partilha. 19 Lei nº 6.766/1979 (parcelamento do solo urbano). 20 Lei nº 6.015/1973 (registros públicos). 20.1 Noções gerais, registros, presunção de fé pública, prioridade, especialidade, legalidade, continuidade, transcrição, inscrição e averbação. 20.2 Procedimento de dúvida. 21 Lei nº 8.245/1991 (locação de imóveis urbanos). 21.1 Disposições gerais, locação em geral, sublocações, aluguel, deveres do locador e do locatário, direito de preferência, benfeitorias, garantias locatícias, penalidades civis, nulidades, locação residencial, locação para temporada, locação não residencial. 22 Direitos autorais. 23 Jurisprudência dos tribunais superiores.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL: 1. Teoria Geral do Processo. 1.1 Processo e Constituição. 1.2 Fontes do Direito Processual. 1.3 Da jurisdição: conceito, modalidades, poderes, princípios, órgãos, formas e limites da jurisdição lcivil. 1.4 Órgãos da jurisdição. 1.4.1 Organização judiciária do Estado do Pará. 2. Sistema de Justiça multiportas e os meios adequados de solução dos conflitos. 2.1 A Fazenda Pública e a solução consensual dos conflitos. 2.2 Audiência de conciliação e de mediação. 2.3 A mediação e a autocomposição de conflitos (Lei nº 13.140/15 e Resolução 125/10 do CNJ). 2.4 Termo de Ajustamento de Conduta (TAC). 2.5 Conciliação, acordo e transação judicial e extrajudicial. 2.6 Acordo de não persecução civil. 2.7 Desjudicialização e Fazenda Pública. 2.8 Equivalentes jurisdicionais: autotutela, autocomposição, mediação e arbitragem (Lei nº 9.307/96). 3. Normas fundamentais do processo e aplicação das normas fundamentais. 3.1 Princípios constitucionais, direitos fundamentais e processo. 4. Ação e Processo. 4.1 Da ação: conceito; ação e pretensão; natureza jurídica, condições, princípios, classificação. 4.2 Do processo e procedimento: natureza e princípios. 4.3 Formação, suspensão e extinção do processo. 4.4 Pressupostos processuais; tipos de procedimentos. 4.5 Flexibilização processual.

5 Limites da jurisdição nacional e cooperação internacional. 5.1 Competência interna. 5.2 Competência: conceito; competência funcional e territorial; competência internacional. 5.3 Competência absoluta e relativa. 5.4 Modificações da competência e conflito; conexão e continência. 6. Cooperação nacional. Conceito, dever de cooperação judiciária e relação com as normas fundamentais. 6.1 Outras fontes normativas da cooperação judiciária nacional: a Resolução nº 350/2020 do Conselho Nacional de Justiça, as leis estaduais e os regimentos internos dos tribunais. 6.2 Elementos da cooperação judiciária nacional brasileira: os sujeitos da cooperação, os tipos de cooperação, os instrumentos de cooperação e os atos de cooperação. 6.2.1 Pedido de cooperação. Cooperação por delegação. Atos concertados: a cooperação negociada. 6.2.1.1 Ato concertado como hipótese de modificação de competência. 7. Sujeitos do processo. 7.1 Deveres das Partes e procuradores. 7.2 Representação judicial das pessoas jurídicas de direito público. 7.3 Capacidade, deveres e responsabilidades. 7.4 Legitimação ordinária, legitimação extraordinária, representação e substituição processuais. 7.5 Sucessão das partes e dos procuradores. 8. Intervientes no processo. 8.1 Intervenção de terceiros: assistência, denúncia à lide, chamamento ao processo, amicus curiae, desconsideração da personalidade jurídica, recursos de terceiros. Intervenção anômala das pessoas jurídicas de direito público (Lei nº 9.469/1997). 8.2 Participação no processo civil. 8.2.1 Processo como espaço político plural. 8.2.2 Processo plural, estruturado por todos os sujeitos e adaptável: fundamentos normativos do modelo proposto e o uso do postulado da eficiência. 9. Despesas, honorários advocatícios, depósitos judiciais, custas e multas processuais. 9.1 As peculiaridades da Fazenda Pública. 9.2 Gratuidade da Justiça. 10. O juiz e os auxiliares da justiça. 10.1 Dos poderes, dos deveres e da responsabilidade do juiz. 10.2 Dos impedimentos e da suspeição. 10.3 Funções essenciais à Justiça. 10.3.1 Advocacia pública. 10.3.2 Ministério Público. 10.3.3 Defensoria Pública. 10.3.4 Características e prerrogativas da Fazenda Pública, Ministério Público e Defensoria Pública em Juízo. 10.4 Advocacia privada: Código de Ética Profissional e Estatuto da Ordem dos Advogados do Brasil. 11. Atos processuais. Forma, tempo e lugar dos atos processuais. 11.1 Prazos: conceito, classificação, princípios, contagem; preclusão. 11.1.1 Prazos especiais da Fazenda Pública. 11.2 Comunicação dos atos processuais: citação, intimação, cartas precatória, rogatória e de ordem. 12. Nulidades processuais. 13. Negócios jurídicos processuais e protocolos institucionais. 14. Da distribuição, do registro e do valor da causa. 15. Tutelas provisórias. 15.1 Aspectos gerais. 15.2 Poder geral de tutela. 15.3 Tutelas de urgência. 15.4 Tutela cautelar e tutela antecipada: cabimento, fungibilidade, momento, requisitos, procedimentalização. 15.5 Estabilização da tutela antecipada requerida em caráter antecedente. 15.6 Modalidades de tutela urgente antecipada na forma específica: tutela inibitória e tutela de remoção do ilícito. 15.6 Tutela de evidência: cabimento, requisitos, procedimentalização. 15.7 Distribuição do tempo do processo. 15.8 A Fazenda Pública e as tutelas de urgência. 16. Formação, suspensão e extinção do processo. 17. Processo de conhecimento. 17.1 Procedimento Comum. 17.1.1 Disposições Gerais. 17.1.2 Petição inicial: conceito, requisitos. 17.1.3 Pedidos: espécies, modificação, cumulação. 17.1.4 Causa de pedir. 17.1.5 Despacho liminar: objeto, natureza, de conteúdo positivo, de conteúdo negativo. 17.2 Improcedência liminar do pedido. 18. Respostas do réu. 18.1 Contestação e reconvenção. 18.2 A Fazenda Pública como ré. 18.3 Revelia. 18.3.1 Efeitos materiais e processuais. 18.3.2 Revelia e a Fazenda Pública. 18.4 Providências preliminares e saneamento. 18.5 Técnica do saneamento compartilhado. 18.6 Do julgamento conforme o estado do processo. 19. Teoria Geral da Prova. 19.1 Conceito e princípios. 19.2 Meios, produção e oportunidade. 19.3 Ônus da prova. 19.3.1 Teoria dinâmica de distribuição do ônus da prova. 19.4 Ações probatórias autônomas. 19.5 Produção antecipada de prova. 19.6 Prova e tutela inibitória. 19.7 Prova ilícita. 19.7.1 Regras de exclusão e regras de privilégio. 19.8 Provas típicas e atípicas. 19.9 Ata notarial, depoimento pessoal, confissão, exibição de documento ou coisa. 19.10 Prova documental: força probante, arguição de falsidade, produção e documentos eletrônicos. 19.11 Prova testemunhal: admissibilidade, valor e produção. 19.12 Prova pericial. 19.13 Inspeção judicial. 19.14 Arguição de falsidade de documento. 20. Sentença. 20.1 Conceito, natureza, elementos, requisitos, efeitos e vícios da sentença. 20.2 Julgamento das ações relativas às prestações de fazer, de não fazer e de entregar coisa. 21. Coisa julgada: conceito; limites objetivos, subjetivos e temporais; coisa julgada formal e coisa julgada material. 21.1 Meios de desconstituição da coisa julgada. 21.2 Relativização atípica da coisa julgada. 21.3 Coisa julgada e relações jurídicas de trato continuado. 21.4 A coisa julgada e as demais estabilidades processuais. 22. Remessa necessária. 23. Procedimentos especiais. 23.1 Ação monitoria. 23.2 Ação de consignação em pagamento. 23.3 Ação de exigir contas. 23.4 Embargos de terceiro. 23.5 Oposição. 23.6 Ação de usucapião de terras particulares. 23.7 Ação discriminatória. 23.8 Ação de Desapropriação. 23.9 Ações possessórias. 23.9.1 Imissão, manutenção e reintegração de posse. 23.9.2 Interdito proibitório. 23.10 Nunciação de obra nova. 24. Liquidação de sentença. 24.1 Conceito, natureza, modalidades e procedimento. 25. Cumprimento da sentença. 25.1 Disposições gerais. 25.2 Conceito e procedimento. 25.3 Títulos executivos judiciais. 25.4 Cumprimento definitivo ou provisório. 25.5 Cumprimento de obrigação de pagar quantia certa pela Fazenda Pública. 25.6 Precatório e requisição de pequeno valor. 25.7 Meios de defesa da Fazenda Pública. 25.8 Cumprimento da sentença que reconheça a exigibilidade de obrigação de fazer, de não fazer ou de entregar coisa. 26. Processo de execução. 26.1 Pressupostos e princípios informativos. 26.2 Disposições gerais. 26.3 Partes. Competência. Requisitos. 26.4 Títulos executivos extrajudiciais. 26.5 Responsabilidade patrimonial. 26.6 Das diversas espécies de execução. 26.6.1 Execução para entrega de coisa. 26.6.2 Execução das obrigações de fazer e de não fazer. 26.6.3 Execução por quantia certa contra devedor solvente. 26.7 Da citação do devedor e da indicação de bens. 26.8 Da penhora e do depósito. 26.9 Penhora online.

26.10 Da avaliação. 26.11 Dos meios de expropriação. 26.12 Pagamento ao credor. 26.13 Embargos do devedor. 27. Execução contra a Fazenda Pública. Procedimentos. Dos embargos à execução contra a Fazenda Pública. Da suspensão e extinção da execução. Medidas executivas atípicas. Exceção de pré-executividade. Defesa heterotópica. 28. Processo e ação cautelares. 28.1 Procedimento cautelar comum, cautelar incidental a recurso especial e extraordinário e procedimentos específicos. 29. Ordem dos processos e dos processos de competência originária dos tribunais. 29.1 Deliberação colegiada nos tribunais. 29.2 Incidente de arguição de inconstitucionalidade. 29.3 Conflito de competência. 29.4 Ação Rescisória. 29.5 Querela nullitatis. 29.6 Reclamação Constitucional. 30. Recursos e outros meios de impugnação de decisões judiciais. 30.1 Recursos: conceito, fundamentos, princípios, classificação, pressupostos intrínsecos e extrínsecos de admissibilidade, efeitos, juízo de mérito. 30.2 Concessão de efeito suspensivo pelo Relator. 30.3 Apelação. 30.4 Agravo. 30.5 Embargos infringentes, de divergência e de declaração. 30.6 Recurso especial. 30.7 Recurso extraordinário. 30.8 Recurso repetitivo no STJ (Lei nº 11.672/2008). 30.9 Repercussão Geral no recurso extraordinário (Lei nº 11.418/2006). 30.10 A relevância da questão federal no recurso especial (Emenda Constitucional nº 125/2022). 30.11 Ação rescisória. 31. Sistema de precedentes. 31.1 Microsistema de demandas repetitivas. 31.2 Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas. 31.3 Suspensão Nacional do Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas. 31.4 Recurso Especial Repetitivo e Recurso Extraordinário Repetitivo. 31.5 Súmula vinculante. 31.6 Incidente de assunção de competência. 31.7 Precedentes em controle concentrado de constitucionalidade. 31.8 Superação (overruling), distinção (distinguishing), reescrita (overriding), sinalização (signaling) e demais técnicas. Ratio decidendi e obter dictum. 31.9 Modulação de efeitos. 31.10 Sobreestamento e suspensão de processos. 31.11 Coisa julgada e precedente. 32. Jurisprudência dos Tribunais Superiores. Súmulas do Supremo Tribunal Federal e Superior Tribunal de Justiça. Súmulas vinculantes e súmulas impeditivas de recursos. Temas e teses fixadas pelos Tribunais Superiores advindas dos Recursos Repetitivos e de Repercussão Geral. Os precedentes qualificados e sua aplicação. 33. Fazenda Pública em juízo. 33.1 Conceito e características da Fazenda Pública. 33.2 Capacidade postulatória. 33.3 Prerrogativas processuais. 33.4 Prescrição e decadência em face da Fazenda Pública. 33.5 Regras processuais diferenciadas da Fazenda Pública. Lei nº 8.437/1992. Lei nº 9.492/1997. Lei nº 9.494/1997. 34. Processo judicial tributário. 34.1 Execução fiscal. 34.2 Ação anulatória de débito fiscal. 34.3 Ação de repetição de indébito. 34.4 Ação de consignação em pagamento. 34.5 Ação declaratória. 34.6 Medida cautelar fiscal (Lei nº 8.397/1992 e suas alterações). 34.7 Embargos à execução. 34.8 Execução de Títulos de Tribunais de Conta. 34.8 Aplicação subsidiária do CPC. 35. Processo Coletivo. 35.1 Conceito. 35.2 Princípios. 35.3 Interesses difusos, coletivos e individuais homogêneos. 35.4 A tutela dos interesses metaindividuais pelo Estado. 35.5 O microsistema processual coletivo. 35.6 Ações coletivas: competência; legitimização ordinária, extraordinária e autônoma; pertinência temática; legitimidade passiva; litispendência, conexão e continência; representação e substituição processual; causa de pedir e pedido nas ações coletivas; prova estatística nas demandas coletivas; sentença genérica; liquidação e execução, coletiva e individual; fundos dos direitos difusos e coletivos; coisa julgada. 35.6.1 Ação Civil Pública: conceito, objeto, legitimização, interesse de agir. Litisconsórcio e assistência. Competência. Transação. Sentença. Recursos. Coisa julgada. Execução. Fundo para reparação dos bens lesados. Inquérito civil. Termo de ajustamento de conduta. 35.6.2 Ação popular: conceito, objeto, legitimização, interesse de agir. Ação popular destinada à anulação de ato lesivo ao interesse público e à tutela de interesses difusos. Competência. Sentença. Coisa julgada. Recursos. Posição processual das pessoas de direito público. 35.6.3 Mandado de segurança coletivo. 35.6.4 Habeas data coletivo. 35.6.5 Mandado de injunção coletivo. 35.6.6 Ação de improbidade administrativa. 35.7 Autocomposição coletiva: mecanismos de autocomposição: negociação, mediação, conciliação, arbitragem, processo restaurativo, convenções e negócios jurídicos processuais. 35.8 Ação coletiva passiva. 35.9 Termo de ajustamento de conduta e inquérito civil público. 35.10 As entidades de infraestrutura específica. 36 Processo estrutural. 36.1 Conceito e características. 36.2 Judicialização de políticas públicas. 37. Juizados Especiais. 37.1 Juizados Especiais Cíveis e Criminais (Lei nº 9.099/1995). 37.2 Juizados Especiais da Fazenda Pública (Lei nº 12.153/2009). 38. Suspensão de Segurança. Suspensão de tutela provisória e das demais decisões com eficácia imediata. 39. Ações constitucionais. 39.1 Mandado de segurança (coletivo e individual). 39.2 Habeas data (coletivo e individual). 39.3 Mandado de injunção (coletivo e individual). 39.4 Ações de controle concentrado de constitucionalidade. 39.5 Ação civil originária nos tribunais. 40. Lei de introdução às normas do Direito Brasileiro. Aspectos processuais. 41. Lei de liberdade econômica – Aspectos processuais (Lei nº 13.874/2019). Análise econômica do processo civil. 42. Processo Judicial Eletrônico. 42.1 Lei de Informática do Processo Judicial (Lei nº 11.419/2006 e Portaria 3941/2017-GP do Tribunal de Justiça do Estado do Pará). 42.2 Virtualização da Justiça. 42.3 Da prática eletrônica dos atos processuais. Lei nº 11.419/2006. 42.4 Julgamentos virtuais. 42.5 Uso da inteligência artificial pelo Poder Judiciário. 37.6 Transmissão ao vivo dos julgamentos pela TV ou internet.

DIREITO AMBIENTAL E MINERÁRIO: 1. O meio ambiente na Constituição Federal de 1988. Bem ambiental. Conceito e natureza jurídica. Disposições da Constituição Estadual sobre meio ambiente. 2. Princípios do direito ambiental. 3. Política e Sistema Nacional do Meio Ambiente. Lei Federal nº 6.938/1981. Decreto Federal nº 99.274/1990. Instrumentos da Política Nacional do Meio Ambiente. Legislação estadual relativa à Política Estadual de Meio Ambiente (Lei estadual nº 5.887/95 e alterações). 4. Responsabilidade ambiental: civil, administrativa e penal. Lei Federal nº 9.605/1998. Responsabilidade administrativa e civil pelo dano ambiental. Decreto Federal nº 6.514/2008. Responsabilidade penal da pessoa jurídica. 5. Licen-

ciamento ambiental e fiscalização ambiental. Lei Complementar Federal nº 140/2011. Lei estadual nº 7.389/2010 e alterações. Avaliação de impacto ambiental Resoluções CONAMA: nº 1/1986, nº 9/1987 e nº 237/1997. Resolução COEMA nº 165, de 24 de agosto de 2021. Compensação ambiental. 6. Convenção da Diversidade Biológica (CDB). Conhecimento Tradicional e Repartição de Benefícios. Submissão do Brasil aos tratados internacionais em matéria ambiental. Lei Federal nº 13.123/2015. Diretrizes da Política Nacional da Biodiversidade. Decreto Federal nº 4.339/2002, que institui princípios e diretrizes para a implementação da Política Nacional da Biodiversidade. 7. Zoneamento ecológico econômico (ZEE). Decreto Federal nº 4.297/2002. Lei Estadual nº 6.506/2002. Lei Estadual nº 6.745/2005. 8. Legislação brasileira de proteção florestal. Lei Federal 12.651/2012. Gestão de florestas públicas. Uso e exploração. Concessão florestal. Lei Federal nº 11.284/2006. Decreto Federal nº 6.063/2007. Política Florestal do Estado do Pará. Lei Estadual nº 6.963/2007. Lei estadual nº 6.462/2002. Sistema Nacional de Unidades de Conservação. Lei Federal nº 9.985/2000, Decreto Federal nº 4.340/2002. 9. Regime jurídico dos recursos hídricos. Código de Águas. Poluição da água. Proteção das águas doces. Política Nacional de Recursos Hídricos. Outorga, uso e cobrança da água. Política estadual de recursos hídricos – Lei nº 6.831/2001 e alterações. Lei estadual nº 6.105/1998. 10. Política Nacional de Saneamento Básico. Lei Federal nº 11.445/2007. Política Estadual de Saneamento Básico. Lei Estadual nº 7.731/2013. Lei estadual nº 6.918/2006 e alterações. Lei estadual nº 6.517/2002 e alterações. 11. Política Nacional de Resíduos Sólidos. Lei Federal nº 12.305/2010. Gestão Estadual de Resíduos Sólidos. P19 Lei estadual nº 9.575, de 11 de maio de 2022. 12. Mudanças climáticas. Política Nacional de Mudanças Climáticas (Lei federal nº 12187/09 e alterações). Política Estadual sobre Mudanças Climáticas – Lei estadual nº 9.048, de 29 de abril de 2020. 13. Preservação e Proteção do Patrimônio Histórico, Artístico, Natural e Cultural do Estado do Pará – Lei estadual nº 5.629/1990. Preservação do patrimônio histórico e artístico nacional – Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937. 14. Proteção animal. Lei estadual nº 9.593, de 13 de maio de 2022. 15. Recursos minerais. Pesquisa. Lavra. Participação do proprietário do solo (Lei Federal nº 8.901/1994). Código de Mineração (Decreto-lei nº 227/1967). Lei estadual nº 7.031/2007 e alterações. Lei estadual nº 6.376/2001 e alterações. 16. Compensação financeira sobre exploração mineral (CFEM). Lei Federal nº 7.990/1989, Lei Federal nº 8.001/1990 e Lei Estadual nº 6.710/2005. Decreto nº 1.567, de 30/03/2005. Lei Complementar estadual nº 133/2020 e alterações. 17. Jurisprudência dos Tribunais Superiores em matéria ambiental e mineral. **DIREITO DO TRABALHO E PROCESSUAL DO TRABALHO:** 1 Princípios e fontes do direito do trabalho. 2 Direitos constitucionais dos trabalhadores (Art. 7º da Constituição Federal de 1988). 3 Relação de trabalho e relação de emprego. 3.1 Requisitos e distinção. 4 Sujeitos do contrato de trabalho stricto sensu. 4.1 Empregado e empregador (conceito e caracterização). 4.2 Poderes do empregador no contrato de trabalho. 4.3. Contrato de trabalho na Administração Pública. Princípios administrativos e trabalhistas aplicáveis. Contratação por tempo determinado. Estabilidade do servidor público celetista. Empregados da Administração Indireta. Motivação da dispensa. Meio ambiente de trabalho e súmula 736 do STF. 4.4. Trabalho do preso. Trabalho no Sistema Prisional. 5 Grupo econômico. 5.1 Sucessão de empregadores. 5.2 Responsabilidade solidária. 6. Administração Pública e terceirização. Responsabilidade. Intermediação de mão de obra. Saúde e segurança do trabalhador terceirizado. Entes estatais e contratos de prestação de serviços. Contratação de Organizações Sociais (OS) e Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP). 7 Contrato individual de trabalho. 7.1 Conceito, classificação e características. 8 Alteração do contrato de trabalho. 8.1 Alteração unilateral e bilateral. 8.2 O jus variandi. 9 Suspensão e interrupção do contrato de trabalho. 9.1 Caracterização e distinção. 10 Rescisão do contrato de trabalho. 11 Aviso prévio. 12 Estabilidade e garantias provisórias de emprego. 12.1 Formas de estabilidade. 13 Duração do trabalho. 13.1 Jornada de trabalho. 13.2 Períodos de descanso. 13.3 Intervalo para repouso e alimentação. 13.4 Descanso semanal remunerado. 13.5 Trabalho noturno e trabalho extraordinário. 13.6 Sistema de compensação de horas. 14 Férias. 14.1 Direito a férias e sua duração. 14.2 Concessão e época das férias. 14.3 Remuneração e abono de férias. 15 Salário e remuneração. 16 Equiparação salarial. 16.1 Princípio da igualdade de salário. 16.2 Desvio de função. 17 FGTS. 18 Prescrição e decadência. 19 Segurança e medicina no trabalho. 19.1 CIPA. 19.2 Atividades insalubres ou perigosas. 20. Proteção de dados na relação de trabalho. 21 Direito coletivo do trabalho. 21.1 Convenção nº 87 da OIT (liberdade sindical). 21.2 Organização sindical. 21.3 Conceito de categoria. 21.4 Categoria diferenciada. 21.5 Convenções e acordos coletivos de trabalho. 22 Direito de greve. Greve na Administração Pública. Greve em serviços essenciais. Greve no serviço militar. 23. Negociação Coletiva. Legitimização. Convenção nº 154 da OIT. Direito de sindicalização dos servidores públicos. Convenção nº 151 da OIT. Negociação coletiva com a Administração Pública. 24 Procedimentos nos dissídios individuais. 24.1 Reclamação. 24.2 Jus postulandi. 24.3 Revelia. 24.4 Exceções. 24.5 Contestação. 24.6 Reconvenção. 24.7 Partes e procuradores. 24.8 Audiência. 24.9 Conciliação. 24.10 Instrução e julgamento. 24.11 Justiça gratuita. 25 Provas no processo do trabalho. 26 Recursos e incidentes no processo do trabalho. 26.1 Disposições gerais. 26.1.1 Efeitos suspensivo e devolutivo. 26.1.2 Recursos e incidentes no processo de cognição e no processo de execução. 27 Processos de execução. 27.1 Liquidação. 27.2 Modalidades da execução. 27.3 Embargos do executado – impugnação do exequente. 27.4 Execução contra a Fazenda Pública. Dívidas de pequeno valor, precatório e sequestro. 28 Prescrição e decadência no processo do trabalho. 29 Competência da justiça do trabalho. 30 Rito sumaríssimo no dissídio individual. 31 Ação rescisória no processo do trabalho. 32 Mandado de segurança. 32.1 Cabimento no processo do trabalho. 33 Dissídios coletivos. 34. Jurisprudência dos tribunais superiores. **DIREITO PENAL:** 1 Princípios constitucionais penais. 1.1 Legalidade e re-

serva legal. 1.2 Intervenção mínima e fragmentariedade. 1.3 Princípio da culpabilidade. 1.4 Ofensividade. 1.5 Insignificância. 1.6 Alteridade. 1.7 Proteção do bem jurídico. 1.8 Proporcionalidade. 1.9 Adequação social. 2 Seletividade do sistema penal; criminalização e garantismo. 3 Norma penal. 3.1 Fontes, características. 3.2 Interpretação da lei penal. 3.3 Normas penais em branco. 3.4 Lei penal no tempo e no espaço. 3.5 Tempo e lugar do crime. 3.6 Lei penal excepcional e temporária. 3.7 Territorialidade e extraterritorialidade da lei penal. 3.8 Conflito de leis penais no tempo. 4 Teoria do delito. 4.1 Conceito, classificação e elementos dos crimes. 4.2 Conduta, ação e omissão. 4.3 Dolo, culpa e preterdolo. 4.4 Relação de causalidade, teoria da equivalência dos antecedentes, teoria da causalidade adequada e teoria da imputação objetiva. 4.5 Iter criminis. 4.6 Desistência voluntária e arrependimento eficaz. 4.7 Arrependimento posterior. 4.8 consumação e tentativa. 4.9 Crime impossível. 5 Tipicidade. 5.1 Teoria do tipo. 5.1.1 Tipo de injusto; tipos dolosos de ação; tipos dos crimes de imprudência e de omissão; elementos do tipo; tipicidade conglobante. 6 Erro de tipo. 6.1 Erro de tipo essencial e erro de tipo acidental. 6.1.1 Conceito, características, formas ou espécies, efeitos. 6.2 Discriminantes putativas. 7 Ilícitude. 7.1 Causas de exclusão da ilicitude. 7.2 Excesso nas causas de exclusão. 8 Culpabilidade. 8.1 Teorias, elementos. 8.2 Causas de exclusão e de diminuição da culpabilidade. 9 Concurso de pessoas. 9.1 Espécies, autoria, coautoria e participação, formas de concurso, requisitos, teorias. 10 Concurso de crimes. 10.1 Conceito, sistemas, espécies. 11 Ação penal. 11.1 Conceito, princípios, características, titularidade, condições, espécies, representação, requisição e prazo. 12 Causas extintivas da punibilidade. 13 Crimes contra a administração pública: funcionário público para fins penais; crimes praticados por funcionário público contra a Administração em geral; crimes praticados por particular contra a Administração em geral; crimes contra a Administração da Justiça; crimes de responsabilidade. A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça e do Supremo Tribunal Federal a respeito dos crimes tentado, consumado, do impossível e princípio da insignificância. 14. Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989; crime de racismo e crime de injúria racial; Lei nº 9.099/95 e Lei nº 13.964/2019. 15. Jurisprudência dos tribunais superiores.

DIREITO PROCESSUAL PENAL: 1 Inquérito policial. 1.1 Conceito, início e fim, prazos, características, finalidade, natureza jurídica e competência. 1.2 Notitia criminis. 1.3 Delatio criminis. 1.4 Instauração ex officio, por requisição, por requerimento. 1.5 Instauração abusiva de inquérito policial. 1.6 Representação do ofendido. 1.7 Retratação da representação. 1.8 Valor probatório do inquérito policial. 1.9 Vício ou irregularidade no inquérito policial. 1.10 Providências da autoridade policial no bojo do inquérito policial. 1.11 Direito ao silêncio no inquérito policial. 1.12 Direitos ou garantias do investigado no inquérito policial. 1.13 Do reconhecimento de pessoas e coisas. 1.14 Acareação. 1.15 Exame de corpo de delito. 1.16 Oitiva de testemunhas. 1.17 Condução coercitiva. 1.18 Do indiciamento. 1.19 Reprodução simulada dos fatos. 1.20 Conclusão, remessa, arquivamento e desarquivamento de inquérito policial. 1.21 Termo circunstanciado de ocorrência. 1.22 A jurisprudência do STJ e do STF sobre as garantias do investigado no inquérito policial. 2 Ação penal. 2.1 Justa causa, condições, espécies, princípios, denúncia e queixa-crime, titularidade, prazos. 2.2 Ação penal pública incondicionada e condicionada. 2.3 Ação penal privada exclusiva, personalíssima e subsidiária da pública. 2.4 Aditamento. 2.5 Renúncia e perdão do ofendido. 2.6 Recebimento e rejeição da denúncia e da queixa. 2.7 Recurso contra a decisão de rejeição. 3 Da competência. 3.1 Conceito, competência absoluta e relativa; prorrogação e delimitação. 3.2 Competência pelo lugar da infração. 3.3 Competência pelo domicílio ou residência do réu. 3.4 Competência pela natureza da infração. 3.5 Perpetuatio jurisdictionis, desaforamento e deslocamento de competência. 3.6 Competência por distribuição. 3.7 Competência por conexão ou continência; modalidades de conexão; foro prevalente; unidade e separação de processos. 3.8 Competência por prevenção. 3.9 Competência por prerrogativa de função. 3.10 Conflito de competência. 3.10.1 Conceito, modalidades e solução do conflito; conflito de atribuições. 4 Das questões prejudiciais. 4.1 Conceito e classificação; das exceções; das incompatibilidades e impedimentos. 5 Da busca e apreensão. 5.1 Conceito, natureza jurídica, cabimento, requisitos. 5.2 Busca domiciliar, busca em escritório de advocacia, busca em repartições públicas. 6 Da prisão, das medidas cautelares e da liberdade provisória. 6.1 Prisão em flagrante, prisão temporária e prisão preventiva. 6.2 Espécies ou classificação de flagrante. 6.3 Apresentação espontânea. 6.4 Flagrante em crime permanente. 6.5 Relaxamento da prisão em flagrante, decretação ou conversão em preventiva. 6.6 Prisão preventiva. 6.6.1 Hipóteses de cabimento, pressupostos e circunstâncias autorizadoras. 6.7 Liberdade provisória sem fiança e mediante fiança, e quem pode concedê-las; cabimento e extinção de fiança; inafiançabilidade. 6.8 Medidas cautelares restritivas diversas da prisão. 6.8.1 Cabimento, decretação e modalidades. 7 Das provas. 7.1 Princípios, sistemas de valoração, ônus da prova, meios de prova, prova ilícita e prova ilícita por derivação. 8 O STF e a inadmissibilidade da prova ilícita. 9 Lei nº 9.099/1995 e Lei nº 13.964/2019. 9. Estatuto de Roma do Tribunal Penal Internacional: jurisdição, condições prévias ao exercício da jurisdição e exercício da jurisdição, crimes da competência do Tribunal, os crimes em espécie, competência ratione temporis, questões relativas à admissibilidade, decisões preliminares sobre admissibilidade, impugnação, a regra ne bis in idem, direito aplicável, princípios gerais de direito penal, responsabilidade criminal individual, irrelevância da qualidade oficial, responsabilidade dos chefes militares e outros superiores hierárquicos, imprescritibilidade, elementos psicológicos, causas de exclusão da responsabilidade criminal, erro de fato e de direito, decisão hierárquica. 10. Jurisprudência dos tribunais superiores.

DIREITOS HUMANOS: 1 Constituição e Direitos Humanos. Direitos Fundamentais e Direitos Humanos. Status dos Direitos Humanos. 2 Teoria geral dos direitos humanos. Direitos Humanos e direitos fundamentais. 2.1 Conceito, estrutura e história. 3 Direitos Humanos. 3.1 Terminologia, funda-

mento e classificação (quanto à finalidade; adotada pela Constituição de 1988). 3.2 Direitos humanos como direitos históricos e sua efetivação; universalismo v. culturalismo; as dimensões de direitos humanos. 4 A Declaração Universal dos Direitos Humanos. Contexto histórico. Importância e função nos dias atuais. Tratados internacionais de Direitos Humanos. Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos. Pacto dos Direitos Sociais. 5 Mecanismos Internacionais de proteção e monitoramento dos Direitos Humanos. 5.1 Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher; Protocolo Facultativo à Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher; Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial. 5.2 Dimensões da igualdade e dever de inclusão. A proibição de discriminação. Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial (ONU). Convenção Interamericana contra o Racismo, discriminação racial e formas conexas de intolerância. Princípios de Yogyakarta sobre orientação sexual. Opinião consultiva nº 24/2017 sobre identidade de gênero, igualdade e não discriminação a uniões homoafetivas (Corte IDH). Sistemas de proteção e monitoramento. Jurisprudência da Corte Interamericana de Direitos Humanos. O combate à discriminação direta e indireta. Racismo institucional. 6 Sistema Regional de Direitos Humanos. Convenção Americana de Direitos Humanos e Protocolos adicionais. 6.1 A Corte Interamericana de Direitos Humanos e sua jurisdição contenciosa e consultiva. Procedimentos. O conteúdo da jurisdição da Corte Interamericana de Direitos Humanos. 6.2 Comissão Interamericana de Direitos Humanos e sua atuação no âmbito da Convenção Americana de Direitos Humanos e demais tratados celebrados sob o patrocínio da Organização dos Estados Americanos. Procedimento das petições individuais e interestaduais na Comissão Interamericana de Direitos Humanos. 7 Direitos humanos no Brasil. Execução interna das decisões internacionais de direitos humanos. Supervisão internacional do cumprimento pelo Estado das deliberações de direitos humanos. O incidente de deslocamento de competência para a Justiça Federal. 8 Direitos Humanos em espécie. Direito à vida. Dignidade da pessoa humana. Direito à liberdade. Direito políticos. Direitos sociais. Direito de minorias. 9. A proteção internacional no âmbito global e regional dos povos indígenas e comunidades tradicionais: órgãos, tratados e declarações. A proteção internacional da diversidade e das expressões culturais. Os precedentes de tribunais e órgãos internacionais sobre direitos dos povos indígenas. 10. Jurisprudência dos Tribunais Superiores.

RICARDO NASSER SEFER

Procurador-Geral do Estado do Pará

ANEXO I CRONOGRAMA PREVISTO

Atividade	Datas previstas
Período de solicitação de inscrição e de isenção de taxa de inscrição	14/7 a 4/8/2023 Das 10 horas do primeiro dia às 18 horas do último dia (horário oficial de Brasília/DF)
Disponibilização do link para verificação de deferimento da foto encaminhada na inscrição e prazo para novo envio de foto que atenda às determinações do sistema	7 e 8/8/2023 Das 10 horas do primeiro dia às 18 horas do último dia (horário oficial de Brasília/DF)
Consulta à situação provisória da solicitação de isenção de taxa de inscrição	11 a 15/8/2023 Das 10 horas do primeiro dia às 18 horas do último dia (horário oficial de Brasília/DF)
Prazo para a interposição de recursos contra o indeferimento da solicitação de isenção de taxa de inscrição	14 e 15/8/2023 Das 10 horas do primeiro dia às 18 horas do último dia (horário oficial de Brasília/DF)
Consulta à situação final da solicitação de isenção de taxa de inscrição	21/8/2023
Último dia para pagamento da taxa de inscrição	23/8/2023
Relação provisória dos candidatos com a inscrição deferida para concorrer na condição de pessoa com deficiência	30/8/2023
Consulta à situação provisória da solicitação de atendimento especializado	30/8 a 19/9/2023 Das 10 horas do primeiro dia às 18 horas do último dia (horário oficial de Brasília/DF)
Prazo para a interposição de recursos contra o indeferimento da inscrição para concorrer como pessoa com deficiência e contra o indeferimento da solicitação de atendimento especializado	31/8 e 19/9/2023 Das 10 horas do primeiro dia às 18 horas do último dia (horário oficial de Brasília/DF)
Relação final dos candidatos com inscrição deferida para concorrer na condição de pessoa com deficiência	11/9/2023
Consulta à situação final da solicitação de atendimento especializado	11/9/2023
Divulgação do edital que informará a disponibilização da consulta aos locais da prova objetiva	19/9/2023
Aplicação da prova objetiva	19/10/2023
Divulgação da consulta individual aos gabaritos preliminares da prova objetiva	3 a 5/10/2023 Das 19 horas do primeiro dia às 18 horas do último dia (horário oficial de Brasília/DF)

Prazo para a interposição de recursos quanto às questões formuladas e(ou) aos gabaritos oficiais preliminares divulgados	4 e 5/10/2023 Das 10 horas do primeiro dia às 18 horas do último dia (horário oficial de Brasília/DF)
Divulgação dos gabaritos oficiais definitivos e do edital de resultado final na prova objetiva e de convocação para as provas escritas (2ª fase)	20/10/2023
Realização das provas escritas de natureza discursiva e(ou) dissertativa	28 e 29/10/2023
Divulgação do padrão preliminar de respostas das provas escritas de natureza discursiva e(ou) dissertativa	31/10/2023
Prazo para a interposição de recursos contra o padrão preliminar de respostas das provas escritas de natureza discursiva e(ou) dissertativa	1º a 3/11/2023 Das 10 horas do primeiro dia às 18 horas do último dia (horário oficial de Brasília/DF)
Divulgação do resultado provisório nas provas escritas de natureza discursivas e(ou) dissertativa	28/11/2023
Prazo para a interposição de recursos contra o resultado provisório nas provas escritas de natureza discursiva e(ou) dissertativa	29 e 30/11/2023 Das 10 horas do primeiro dia às 18 horas do último dia (horário oficial de Brasília/DF)
Divulgação do resultado final nas provas escritas de natureza discursiva e(ou) dissertativa e da convocação para as provas escritas de natureza prática (3ª fase)	26/12/2023
Realização das provas escritas de natureza prática	6 e 7/1/2024
Divulgação do padrão preliminar de respostas das provas escritas de natureza prática	9/1/2024
Prazo para a interposição de recursos contra o padrão preliminar de respostas do resultado final nas provas escritas de natureza prática	10 e 11/1/2024 Das 10 horas do primeiro dia às 18 horas do último dia (horário oficial de Brasília/DF)
Divulgação do resultado provisório nas provas escritas de natureza prática	2/2/2024

* As datas e os períodos estabelecidos no cronograma são passíveis de alteração, conforme necessidade e conveniência da PGE/PA e do Cebraspe. Caso haja alteração, esta será previamente comunicada por meio de edital.
** As demais datas serão informadas por meio dos editais subsequentes a serem publicados no Diário Oficial do Estado do Pará e(ou) divulgados na internet, no endereço eletrônico http://www.cebraspe.org.br/concursos/pge_pa_23_procurador.

ANEXO II

MODELO DE LAUDO CARACTERIZADOR DE DEFICIÊNCIA PARA A SOLICITAÇÃO DE INSCRIÇÃO PARA CONCORRER COMO PESSOA COM DEFICIÊNCIA, PARA A SOLICITAÇÃO DE ATENDIMENTO ESPECIAL E PARA A AVALIAÇÃO BIOPSISSOCIAL

(candidatos que se declararam com deficiência)

Atesto, para fins de participação em concurso público, que o(a) Senhor(a) _____, portador(a) do documento de identidade nº _____, é considerado(a) pessoa com deficiência à luz da legislação brasileira por apresentar o(s) seguinte(s) impedimento(s) físico(s), auditivo(s), visual(is), intelectual(is) ou psicossocial(is)/mental(is) _____, CID-10 _____, que resulta(m) no comprometimento das seguintes funções/funcionalidades _____.

Informo, ainda, a provável causa do comprometimento _____.

Cidade/UF, ____ de _____ de 20____.

Assinatura e carimbo do(a) Profissional Médico ou de Saúde de Nível Superior atuante na área de deficiência do candidato (fisioterapeuta, fonoaudiólogo, terapeuta ocupacional e psicólogo)

Protocolo: 960808

SECRETARIA ESTRATÉGICA DE ARTICULAÇÃO DA CIDADANIA

DIÁRIA

Portaria 191/2023-NAC/SEAC

Belém, 07 de julho de 2023

O DIRETOR DE NÚCLEO - NAC-SEAC, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela PORTARIA nº 098/2023 – GAB/SEAC, de 02 de maio de 2023 e publicado no DOE 35.386 de 04 de maio de 2023;

CONSIDERANDO, MEMO nº121/2023 - DEAP/SEAC e PAE nº 2023/755384 RESOLVE:

Autorizar os servidores abaixo relacionados a se deslocarem ao município de Castanhal, no estado do Pará, no período de 30/06/2023 a 01/07/2023;

SERVIDOR	OBJETIVO
ARIOVALDO FONSECA MAIA, CPF: 218.499.602-59, Matrícula Funcional 5945725-3, DEAP/SEAC	Prestação de serviço e apoio às ações itinerantes no referido município
RENATO BEZERRA LOBATO, CPF: 399.739.052-53, Matrícula Funcional 5962936-2, Cargo: Gerente, DEAP/SEAC	Prestação de serviço e apoio às ações itinerantes no referido município
DÉBORA DOS SANTOS LIMA, CPF: 747.790.872-87, matrícula funcional 5888105-5, Secretaria de Gabinete, DEAP/SEAC	Prestação de serviço e apoio às ações itinerantes no referido município
RAIMUNDO SANTOS, CPF: 260.071.342-53, Matrícula Funcional 55209148-1, Cargo: Motorista, DEAP/SEAC	Apoio logístico aos servidores
SILVANDRO SERGIO LISBOA DA SILVA, CPF: 022.673.162-69, Matrícula 55209144-1, Assistente Administrativo, DEAP/SEAC	Prestação de serviço e apoio às ações itinerantes no referido município

CONCEDER de acordo com as bases legais vigentes, 1 ½ (uma e meia) diárias, aos servidores acima, conforme item I.
CONCEDER de acordo com as bases legais vigentes, ½ (meia) diária, ao servidor Raimundo Santos, conforme item I.
DÊ-SE CIÊNCIA, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.
Secretaria Estratégica de Articulação da Cidadania, 07 de julho de 2023.
HUMBERTO BOZI SPINDOLA
DIRETOR GERAL DE NÚCLEO-NAC/SEAC
Portaria 192/2023-NAC/SEAC
Belém PA 07 de julho de 2023
O DIRETOR DE NÚCLEO - NAC-SEAC, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela PORTARIA nº 098/2023 – GAB/SEAC, de 02 de maio de 2023 e publicado no DOE 35.386 de 04 de maio de 2023;
CONSIDERANDO, MEMO nº035/2023 - GAB/SEAC e PAE nº 2023/776333 RESOLVE:
Autorizar o servidor abaixo relacionado a se deslocar ao município de Viseu, no estado do Pará, no período de 05/07/2023 à 06/07/2023;

SERVIDOR	OBJETIVO
ITALO FURTADO MORELLI ACATAUASSU, CPF: 025.475.732-45, matrícula funcional 55208018-3, DIRETOR - DIPAZ/SEAC	Participação no evento de assinatura da ordem de serviço para construção da Usina da Paz no referido município

CONCEDER de acordo com as bases legais vigentes, 1 ½ (uma e meia) diárias, aos servidor acima, conforme item I.
DÊ-SE CIÊNCIA, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.
Secretaria Estratégica de Articulação da Cidadania, 07 de julho de 2023.
HUMBERTO BOZI SPINDOLA
DIRETOR GERAL DE NÚCLEO-NAC/SEAC

Protocolo: 960591

SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº 210, DE 7 DE JULHO DE 2023 - DPO

A SECRETÁRIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO, usando das atribuições legais que lhes confere o artigo 3º, do(s) Decreto(s) nº 3041, de 25 de abril de 2023, que aprova a Programação Orçamentária e o Cronograma Mensal de Desembolso dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, para o segundo quadrimestre do exercício de 2023 e, considerando decreto nº 3194, de 07/07/2023.

RESOLVE:

I - Alterar o montante aprovado na Programação Orçamentária e no Cronograma Mensal de Desembolso dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, do segundo quadrimestre do exercício de 2023, de acordo com o(s) anexo(s) constante(s) desta Portaria.

II - A presente portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

ELIETH DE FÁTIMA DA SILVA BRAGA

Secretária de Estado de Planejamento e Administração

ANEXO A PORTARIA Nº 210, DE 7 DE JULHO DE 2023

ÁREA/UNIDADE ORÇAMENTÁRIA/GRUPO DE DESPESA/SUBGRUPO DE DESPESA	FONTE	2º QUADRIMESTRE - 2023				
		MAIO	JUNHO	JULHO	AGOSTO	TOTAL
DEFESA SOCIAL						
Enc. CBM						
Outras Despesas Correntes		0,00	0,00	1.182.720,00	0,00	1.182.720,00
Despesas Ordinárias						
DESTAQUE RECEBIDO DO(A) FEAS						
	01500000001	0,00	0,00	1.182.720,00	0,00	1.182.720,00
POLÍTICA SOCIAL						
CRS - Altamira						
Outras Despesas Correntes		0,00	0,00	1.459.365,56	0,00	1.459.365,56

Despesas Ordinárias						
DESTAQUE RECEBIDO DO(A) FES						
	02600000049	0,00	0,00	1.459.365,56	0,00	1.459.365,56
FEAS						
Outras Despesas Correntes		0,00	0,00	898.920,00	0,00	898.920,00
Despesas Ordinárias						
	01500000001	0,00	0,00	898.920,00	0,00	898.920,00
SESPA						
Investimentos		0,00	0,00	455.037,90	0,00	455.037,90
Obras e Instalações						
DESTAQUE RECEBIDO DO(A) FES						
	01500100203	0,00	0,00	455.037,90	0,00	455.037,90
POLÍTICA SÓCIO-CULTURAL						
FCP						
Outras Despesas Correntes		0,00	0,00	250.000,00	0,00	250.000,00
Despesas Ordinárias						
	01500000001	0,00	0,00	250.000,00	0,00	250.000,00
SEEL						
Outras Despesas Correntes		0,00	0,00	2.850.000,00	0,00	2.850.000,00
Despesas Ordinárias						
	01500000001	0,00	0,00	2.850.000,00	0,00	2.850.000,00
SUBORDINADOS AO GOVERNO DO ESTADO						
Casa Militar						
Investimentos		0,00	0,00	1.259.500,00	0,00	1.259.500,00
Equipamentos e Material Permanente						
	01500000001	0,00	0,00	1.259.500,00	0,00	1.259.500,00

PROGRAMA/ ORGÃO	FONTE	2º QUADRIMESTRE - 2023				
		MAIO	JUNHO	JULHO	AGOSTO	TOTAL
Cultura		0,00	0,00	250.000,00	0,00	250.000,00
FCP						
	01500000001	0,00	0,00	250.000,00	0,00	250.000,00
Direitos Socioassistenciais		0,00	0,00	2.081.640,00	0,00	2.081.640,00
Enc. CBM						
DESTAQUE RECEBIDO DO(A) FEAS						
	01500000001	0,00	0,00	1.182.720,00	0,00	1.182.720,00
FEAS						
	01500000001	0,00	0,00	898.920,00	0,00	898.920,00
Esporte e Lazer		0,00	0,00	2.850.000,00	0,00	2.850.000,00
SEEL						
	01500000001	0,00	0,00	2.850.000,00	0,00	2.850.000,00
Manutenção da Gestão		0,00	0,00	1.259.500,00	0,00	1.259.500,00
Casa Militar						
	01500000001	0,00	0,00	1.259.500,00	0,00	1.259.500,00
Saúde		0,00	0,00	1.914.403,46	0,00	1.914.403,46
CRS - Altamira						
DESTAQUE RECEBIDO DO(A) FES						
	02600000049	0,00	0,00	1.459.365,56	0,00	1.459.365,56
SESPA						
DESTAQUE RECEBIDO DO(A) FES						
	01500100203	0,00	0,00	455.037,90	0,00	455.037,90

FONTE	2º QUADRIMESTRE - 2023				
	MAIO	JUNHO	JULHO	AGOSTO	TOTAL
01500000001 - Recursos Ordinários	0,00	0,00	6.441.140,00	0,00	6.441.140,00
01500100203 - FES - Recursos Ordinários	0,00	0,00	455.037,90	0,00	455.037,90
02600000049 - FES - SUS / Fundo a Fundo	0,00	0,00	1.459.365,56	0,00	1.459.365,56
TOTAL	0,00	0,00	8.355.543,46	0,00	8.355.543,46

PORTARIA Nº 211, DE 07/07/2023 - DPO
A SECRETÁRIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO, usando de suas atribuições que lhe confere a Lei nº 9.851, de 12 de janeiro de 2023, Lei Orçamentária Anual - LOA 2023.
RESOLVE:
I - Alterar a(s) Modalidade(s) de Aplicação e o(s) elemento(s) de despesa no valor de R\$ 6.947.659,04 (Seis Milhões, Novecentos e Quarenta e Sete Mil, Seiscentos e Cinquenta e Nove Reais e Quatro Centavos), na(s) dotação(ões) da(s) natureza(s) da(s) despesa(s) da(s) Unidade(s) Orçamentária(s), conforme o artigo 5º, § 2º da Lei nº 9.649, de 29 de junho de 2022 - LDO 2023, da forma abaixo:

R\$

CÓDIGO	FONTE	NATUREZA DA DESPESA	VALOR
291012678214867432 - SETRAN	01500000001	449051	6.098.659,04
782011957114908697 - FAPESPA	01500000001	335041	400.000,00
782011957114908697 - FAPESPA	01500000001	339018	150.000,00
782011957114908698 - FAPESPA	01500000001	335041	299.000,00
TOTAL			6.947.659,04

II - Para seu atendimento reduzir em igual valor a(s) modalidade(s) de aplicação e elemento(s) de despesa da(s) dotação(ões) da(s) naturezas(s) de despesa(s) da(s) mesma(s) atividade(s) e projeto(s), da forma abaixo discriminada(s):

R\$

CÓDIGO	FONTE	NATUREZA DA DESPESA	VALOR
291012678214867432 - SETRAN	01500000001	444042	6.098.659,04
782011957114908697 - FAPESPA	01500000001	332041	550.000,00
782011957114908698 - FAPESPA	01500000001	332041	299.000,00
TOTAL			6.947.659,04

III - A presente portaria entrará em vigor na data de sua publicação.
Registre-se, publique-se e cumpra-se
ELIETH DE FÁTIMA DA SILVA BRAGA
Secretária de Estado de Planejamento e Administração

PORTARIA Nº 212, DE 7 DE JULHO DE 2023 - DPO
A SECRETÁRIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO, usando das atribuições legais que lhe confere o artigo 3º, do(s) Decreto(s) nº 3041, de 25 de abril de 2023, que aprova a Programação Orçamentária e o Cronograma Mensal de Desembolso dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, para o 2º quadrimestre do exercício de 2023.

RESOLVE:
I - Reduzir no montante de R\$ 86.692,00 (Oitenta e Seis Mil, Seiscentos e Noventa e Dois Reais), a quota do segundo quadrimestre, referente ao(s) grupo(s) de despesa(s) da(s) Unidade(s) Orçamentária(s), de acordo com o(s) anexo(s) constante(s) desta Portaria.

II - A presente portaria entrará em vigor na data de sua publicação.
Registre-se, publique-se e cumpra-se.
ELIETH DE FÁTIMA DA SILVA BRAGA
Secretária de Estado de Planejamento e Administração
ANEXO A PORTARIA Nº 212, DE 7 DE JULHO DE 2023

ÁREA/UNIDADE ORÇAMENTÁRIA/ GRUPO DE DESPESA/SUBGRUPO DE DESPESA	FONTE	2º QUADRIMESTRE - 2023				
		MAIO	JUNHO	JULHO	AGOSTO	TOTAL
DESENVOLVIMENTO SÓCIO-ECONÔMICO						
EMATER						
Outras Despesas Correntes		0,00	86.692,00	0,00	0,00	86.692,00
Despesas Ordinárias						
	01500000001	0,00	86.692,00	0,00	0,00	86.692,00

PROGRAMA/ ORGÃO	FONTE	2º QUADRIMESTRE - 2023				
		MAIO	JUNHO	JULHO	AGOSTO	TOTAL
Agricultura, Pecuária, Pesca e Aquicultura		0,00	86.692,00	0,00	0,00	86.692,00
EMATER						
	01500000001	0,00	86.692,00	0,00	0,00	86.692,00

FONTE	2º QUADRIMESTRE - 2023				
	MAIO	JUNHO	JULHO	AGOSTO	TOTAL
01500000001 - Recursos Ordinários	0,00	86.692,00	0,00	0,00	86.692,00
TOTAL	0,00	86.692,00	0,00	0,00	86.692,00

CHAMAMENTO PÚBLICO SEPLAD / SEFA Nº 10/2023

Financiamento do Programa "Pró-Rios" do Estado do Pará
O Estado do Pará, por meio da Secretaria de Estado de Planejamento e Administração (SEPLAD) e da Secretaria de Estado da Fazenda (SEFA), comunica às instituições financeiras, organismos e entidades de crédito autorizados a funcionar no Brasil, a abertura do presente Chamamento Público, fundamentada no Decreto Estadual nº 1.665, de 18 de junho de 2021, e nos termos deste edital, visando à obtenção de propostas para análise da viabilidade de contratação de Operação de Crédito Interno, na modalidade de operação contratual interna (com ou sem garantia da União), na forma da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, e suas alterações, no montante de R\$ 350.000.000,00 (trezentos e cinquenta milhões de reais), destinados à realização das ações no âmbito do Programa Pró-Rios, sob a forma de Empréstimo Vinculado à Sustentabilidade (da expressão em inglês Sustainability-Linked Loan e doravante, simplesmente "SLL"), conforme descrito neste edital.

O presente Chamamento Público será realizada mediante a instauração de procedimento, conforme estabelecido neste edital, de seleção da proposta mais vantajosa para o Estado do Pará, de apoio financeiro à realização das ações no âmbito do Programa Pró-Rios, sob a execução da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade (SEMAs), com a finalidade de conservar os rios Estado do Pará socioambientalmente saudáveis, como base para o desenvolvimento sustentável, para provisão de serviços básicos à população, garantia do seu bem-estar e promoção de atividades econômicas e culturais tradicionais, ajustado à peculiaridade do objeto da contratação, condicionada às autorizações de que trata o subitem 1.2 seguinte.

1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO E CONDICIONANTES LEGAIS

1.1. O presente Chamamento Público tem como objeto a recepção de propostas de financiamento, visando analisar a viabilidade da contratação de agente financeiro na efetivação de operação de crédito interno, com ou sem garantia da União, no montante de R\$ 350.000.000,00 (trezentos e cinquenta milhões de reais), na modalidade de SLL. Os recursos oriundos dessa operação serão aplicados na execução do Programa Pró-Rios, com ações orçamentárias previstas no projeto de lei do PPA 2024-2027 do Estado do Pará, cujo objetivo é conservar os rios do Estado do Pará socioambientalmente saudáveis, como base para o desenvolvimento sustentável, para a provisão de serviços básicos à população, garantia do seu bem-estar e promoção de atividades econômicas e culturais tradicionais por meio: (i) do desenvolvimento de um modelo de conservação de rios como piloto, nos rios São Benedito e Azul; (ii) do detalhamento com bases técnicas e instituição de uma Política Estadual de Conservação de Rios, a ser realizada a partir da ação integrada de vários órgãos de governo; e (iii) da conferência de efetividade à atuação da SEMAs para o cumprimento da sua missão.

1.2. A contratação da operação de crédito, para a qual se solicitam propostas, somente será efetivada após:

1.2.1. Aprovação de Projeto de Lei e promulgação de Lei Autorizadora, contendo autorização específica, por parte do Poder Legislativo estadual, permitindo ao Poder Executivo realizar a contratação da operação de crédito para o financiamento de ações no âmbito do Programa Pró-Rios, objeto deste Chamamento Público;

1.2.2. Análise e a devida aprovação da Secretaria do Tesouro Nacional, do Ministério da Fazenda (STN/MF), e, conforme aplicável, da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN/MF), no caso de operação de crédito com garantia da União, além do cumprimento das demais condições previstas no artigo 32 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, bem como a observância das demais legislações correlatas relativas à contratação de operações de crédito.

2. CARACTERÍSTICAS FINANCEIRAS DA OPERAÇÃO DE CRÉDITO

2.1. A operação de crédito será contratada considerando as seguintes características financeiras:

2.1.1. Modalidade da operação: operação contratual interna (com ou sem garantia da União), sob a forma de empréstimo sindicalizado vinculado a metas de sustentabilidade;

2.1.1.1. Sindicalização: no mínimo, 50% (cinquenta por cento) do montante a ser financiado;

2.1.2. Montante a ser financiado: R\$ 350.000.000,00 (trezentos e cinquenta milhões de reais);

2.1.3. Moeda de financiamento: Real Brasileiro (R\$);

2.1.4. Prazos do financiamento:

2.1.4.1. Prazo mínimo de carência (A): 12 meses (1 ano);

2.1.4.2. Prazo máximo de amortização (B): 108 meses (9 anos);

2.1.4.3. Prazo total mínimo (A+B): 120 meses (dez anos);

2.1.5. Desembolso: O principal será desembolsado de forma parcelada, em 2 (duas) "tranches", nos anos 1 (um) e 4 (quatro), de acordo com o Cronograma de Desembolso previsto no Anexo I;

2.1.6. Amortização do Principal: A amortização do principal deverá ser realizada em parcelas mensais, trimestrais, quadrimestrais ou semestrais, iguais e consecutivas, após transcorrido o período de carência, estipulado no item 2.1.4.1;

2.1.6.1. Sistema de Amortização do Principal: A ser definido pelo tomador, com base na indicação proposta pelo agente financeiro;

2.1.7. Encargos financeiros da Operação:

2.1.7.1. A instituição financeira proponente deverá especificar todos os custos que compõem o financiamento.

2.1.7.2. Juros Remuneratórios:

a) Em caso de operação com garantia da União: A serem indicados pela instituição financeira proponente, em uma das formas de expressão estabelecidas pela STN/MF de taxa de juros: percentual do indexador CDI (% do CDI a.a.) ou CDI + spread (% a.a.);

b) Na hipótese de operação sem garantia da União: A serem indicados pela instituição financeira proponente, especificando encargo

variável e encargo fixo, com indexador, taxa de spread e outros detalhes necessários para a sua efetiva compreensão;

2.1.7.2.1. Os juros serão reduzidos durante o prazo contratual caso o Estado do Pará atenda aos Key Performance Indicators (doravante, "KPI") de sustentabilidade conforme disposto no item 3.2.1 e subitens;

2.1.7.2.2. Os Juros Remuneratórios deverão observar, para o caso da alínea 'a' do item 2.1.7.2 acima, os parâmetros máximos estabelecidos na "Tabela de Custo Máximo para Operações de Crédito com Garantia da União", publicada pela STN/MF bimestralmente, que estiver vigente;

2.1.7.3. Base de cálculo da taxa de juros: Especificar qual é a base de cálculo da taxa de juros. Exemplo: saldo devedor de valores efetivamente desembolsados pela instituição financeira; total do valor contratado independentemente de desembolsos realizados etc.;

2.1.7.3.1. O atingimento dos KPI, conforme disposto no item 3.2.1 e subitens, resultará na redução da taxa de juros aplicáveis às parcelas de amortização do financiamento (juros). Caberá à instituição financeira a redução da taxa de juros em face do atendimento dos KPI;

2.1.7.4. Pagamento dos Juros Remuneratórios: Durante o prazo de carência, na periodicidade estabelecida em contrato, a partir da data de assinatura do contrato de financiamento. Após o período de carência, o pagamento dos juros remuneratórios será devido nas mesmas datas de pagamento das amortizações do principal.

2.1.7.5. Demais despesas/custos/encargos: Todas as despesas, custos e demais encargos envolvidos na operação de crédito deverão constar da proposta, especificando a forma de cálculo, a condição de pagamento e todos os detalhes necessários para efetiva compreensão, para cada um deles.

2.1.7.6. Custo Efetivo Total (CET): O CET deverá ser o custo all in máximo, expresso em uma taxa percentual anual com 4 (quatro) casas decimais, englobando todos os custos, taxas, juros remuneratórios, comissões, encargos e quaisquer despesas decorrentes do financiamento a serem assumidos pelo Estado do Pará, sem considerar o impacto da potencial redução da taxa de juros, caso atendidos os KPI especificados em 3.2.1 e subitens, assim como no Anexo II.

2.1.7.6.1. O Custo Total do Financiamento, no caso de operação com garantia da União, deverá atender aos parâmetros vigentes da "Tabela de Custo Máximo para Operações de Crédito com Garantia da União", publicada pela STN/MF bimestralmente.

2.2. Aval da contratação: a instituição financeira poderá indicar que a operação seja realizada com garantia fidejussória da União, nos termos do Manual para Instrução de Pleitos – MIP – da STN/MF, ou sem garantia de União, mas com garantias oferecidas pelo Estado do Pará, devendo, neste caso, indicar o pacote de garantias que entende aplicável à operação. A Garantia permanecerá válida em caso de sindicalização ou cessão parcial ou total do crédito garantido.

2.3. A proposta de financiamento deverá considerar a sindicalização com outras instituições financeiras, observado o item 2.1.1.1 acima, com indicação expressa da instituição líder que apresentará a proposta de financiamento e representará o conjunto das instituições nos atos relativos a este Chamamento Público, observado o disposto no item 2.1 acima.

2.3.1. Sindicalização: A sindicalização exigida, nos termos do item 2.1.1.1 acima não poderá ser feita por meio de securitização. A vedação à securitização deverá estar expressamente prevista no contrato. Considera-se securitização a emissão de títulos ou valores mobiliários referenciados, direta ou indiretamente, sobre os créditos atinentes ao financiamento.

2.3.2. Os créditos oriundos do financiamento poderão ser cedidos ou transferidos a terceiros, pelo Credor, desde que não contenha nenhum tipo de estruturação que preveja a securitização do crédito.

2.4. Liquidação Antecipada Facultativa: Deverão ser apresentadas nas propostas as condições aplicáveis à hipótese de pagamento antecipado do financiamento, ainda que não componha seu custo efetivo total.

2.5. Com exceção da possibilidade de redução dos juros em razão do atendimento dos KPIs de sustentabilidade descritos em 3.2.1 e subitens e no Anexo II, o financiamento não contará com contrapartida financeira ou de serviço por parte do Estado do Pará.

3. CARACTERÍSTICAS GERAIS DO PROJETO

3.1. O projeto selecionado para este Chamamento Público compõe-se de programa do Governo do Estado do Pará, denominado Pró-Rios, que tem a finalidade de conservar os rios do Estado do Pará socioambientalmente saudáveis, como base para o desenvolvimento sustentável, para a provisão de serviços básicos à população, garantia do seu bem-estar e promoção de atividades econômicas e culturais tradicionais por meio: (i) do desenvolvimento de um modelo de conservação de rios como piloto, nos rios São Benedito e Azul; (ii) do detalhamento com bases técnicas e instituição de uma Política Estadual de Conservação de Rios, a ser realizada a partir da ação integrada de vários órgãos de governo; e (iii) da conferência de efetividade à atuação da SEMAs para o cumprimento da sua missão.

3.2. Este Chamamento Público, portanto, visa a captação de recursos para aplicação em ações no âmbito do programa Pró-Rios, por meio de um SLL, considerado, para fins deste edital, uma operação de crédito na qual as partes, tomador e financiador, pactuam KPIs a serem cumpridos pelo tomador, sendo certo que o cumprimento de tais KPI implicará na redução da taxa de juros aplicável à operação de crédito, nos termos pactuados nos instrumentos jurídico-contratuais que respaldarem a referida operação de crédito.

3.2.1. Os KPIs a serem cumpridos pelo tomador nesta operação de crédito objeto deste edital estão definidos na tabela que compõe o Anexo II.

3.2.2. Para cada KPI serão conferidos descontos específicos sobre a taxa de juros da operação de crédito, conforme a proposta vencedora deste Chamamento Público.

3.2.3. As propostas das instituições interessadas em participar deste chamamento público deverão contemplar os descontos oferecidos na taxa de juros da operação de crédito, caso atendidos cada um dos KPI, conforme indicado no Anexo II.

3.2.4. A estipulação de KPI a serem atingidos pelo tomador não implica no reconhecimento ou na vinculação dos recursos captados nesta operação para a aplicação única e exclusiva no estrito cumprimento dos referidos KPI. A finalidade dos KPI é indicar a realização das ações no âmbito do programa Pró-Rios.

3.2.5. Caberá à Administração Pública do Estado do Pará contratar instituição para atuar como verificador independente do atendimento aos KPIs estabelecidos no contrato com a instituição financeira selecionada a partir deste Chamamento Público. Caberá ao verificador independente, de maneira técnica, independente e fundamentada, avaliar os Relatórios e demais informações e evidências produzidos pela Administração Pública a fim de demonstrar a realização do Pró-Rios e o atendimento aos KPI estabelecidos no Anexo II. O verificador independente não poderá ter conflito de interesses com qualquer das partes envolvidas no SLL.

3.2.5.1. A verificação de cumprimento de KPIs, conforme indicado acima, se dará por meio de relatórios a serem apresentados nos anos 3, 5 e 8, conforme tabela de KPIs do Anexo II.

3.3. O detalhamento do projeto e do programa Pró-Rios estão previstos e devidamente caracterizados no Anexo I do presente instrumento, o qual poderá sofrer alterações por parte do Estado do Pará.

4. PREMISSAS PARA O CÁLCULO DO CUSTO EFETIVO TOTAL E DO DESEMBOLSO DA OPERAÇÃO DE CRÉDITO

4.1. As regras estabelecidas neste item servirão como parâmetro, objetivando a uniformidade das propostas, podendo a proposta vencedora vir a ser alterada em virtude da tramitação da operação na STN/MF e desde que seja com aumento da vantajosidade para o interesse do Estado do Pará.

4.2. Desembolso: O principal será desembolsado de forma parcelada, em 2 (duas) "tranches", nos anos 1 (um) e 4 (quatro), de acordo com o Cronograma de Desembolso previsto no Anexo I.

4.3. O Custo Total do Financiamento, para propostas que considerem a realização de uma operação de crédito com garantia da União, deverá atender aos parâmetros vigentes da Tabela de Custo Máximo para Operações de Crédito com Garantia da União, publicada pela STN/MF bimestralmente.

4.4. Nos termos do item 2.1.7.6, o Custo Efetivo Total da operação de crédito considera o custo máximo all in da operação, sem contemplar os potenciais descontos na taxa de juros decorrentes do eventual atingimento dos KPIs definidos no Anexo II do presente edital de Chamamento Público. A aferição dos impactos de redução de juros pelo atingimento de tais KPI será feita de forma apartada do Custo Efetivo Total da operação de crédito.

5. DA PROPOSTA

5.1. Requisitos aplicáveis ao aceite da proposta, para fins de habilitação ao processo estabelecido neste Chamamento Público:

5.1.1. A proposta apresentada deverá conter aceitação expressa das condições previstas neste Chamamento Público, na forma do Anexo III do presente instrumento:

5.1.1.1. A proposta deverá observar a forma prevista pelo Anexo III da presente Chamamento Público, informando todo o conteúdo nele previsto;

5.1.1.2. Registrar a razão social, CNPJ, endereço, telefone e endereço eletrônico da instituição financeira proponente, bem como a indicação do(s) responsável(is) pela condução da operação de crédito;

5.1.1.3. Ser redigida no idioma português e impressa por processo eletrônico, sem emendas, rasuras, borrões, acréscimos ou entrelinhas, em papel timbrado ou com carimbo personalizado da instituição financeira proponente e líder da estrutura de sindicalização;

5.1.1.4. A proposta deverá estar assinada pelo responsável da instituição líder, devidamente acompanhada de documento que comprove a competência da instituição líder para representar as demais no âmbito deste Chamamento Público e, se for o caso, acompanhado dos instrumentos societários capazes de legitimar essa condição;

5.1.1.5. A proposta deverá vir acompanhada de minuta do respectivo contrato de financiamento proposto pela instituição proponente, redigida no idioma português, no âmbito do qual deverão estar redigidos, dentre outros temas, os KPIs, sua aferição e acompanhamentos realizados por verificador independente a ser contratado pela Administração Pública, bem como a operacionalização dos descontos na taxa de juros da operação, caso devidamente atingidos os KPIs, e a estrutura de garantias proposta para a operação de crédito;

5.1.1.6. Anexar simulação de cronograma financeiro de pagamento de juros remuneratórios, demais despesas/custos e amortizações de principal, nos termos do item 2, contemplando os cenários com e sem atingimento dos KPIs.

5.1.1.7. Anexar o demonstrativo do cálculo da Taxa Interna de Retorno – TIR da operação de crédito.

5.1.1.8. No que diz respeito aos KPIs de sustentabilidade e a eventual redução da taxa de juros, a proposta deverá: (i) indicar quais os descontos aplicáveis à taxa de juros na hipótese de atendimento dos KPIs constantes do Anexo II, observando o desconto mínimo admitido, conforme o mesmo Anexo II; (ii) esclarecer como o atendimento de cada KPI impactará no cálculo das parcelas de juros do financiamento, considerando o momento em que o desconto será aplicado às parcelas a partir do momento do atendimento do KPI e até a liquidação total da operação; e (iii) considerar o cronograma de revisão e verificação do atendimento dos KPIs, conforme indicado no Anexo II.

5.1.1.9. A proposta deverá apresentar todos os itens exigidos pelo Anexo IV deste edital de Chamamento Público, nomeadamente, mas dentre outros já apontados ou julgados pertinentes pela proponente: (i)

demonstração da capacidade organizacional e experiência da proponente; (ii) alinhamento aos KPI; (iii) abordagem da sindicalização; (iv) custo total do empréstimo; (v) método para classificação da operação; (vi) rating da instituição financeira; (vii) estrutura para operações temáticas; (viii) política de não desmatamento ou não conversão do uso do solo com diretrizes de implementação; (ix) apresentação das metas de eliminação de risco climático; (x) apresentação da pontuação no CDP (antigo Carbon Disclosure Project); (xi) Pontuação da instituição proponente na Forest 500.

5.1.1.10. As demonstrações e comprovações a serem realizadas pela proponente em sua proposta deverão ser realizadas por meio de documentação suficiente e legítima, capaz de atestar cada uma das informações, exigências e critérios para avaliação das propostas. A Administração Pública poderá realizar diligências para esclarecimentos sobre as informações e documentos apresentados, mas é de responsabilidade das proponentes apresentar documentação suficiente para prova de suas capacidades e credenciais.

5.2. A proposta deverá apresentar prazo de validade mínimo de 60 (sessenta) dias, contados a partir do termo final do prazo de entrega das propostas;

5.2.1. O prazo de validade poderá ser prorrogado pela proponente, a pedido do Estado, a fim de que a proposta permaneça válida durante o prazo necessário até a aprovação final da operação de crédito, a qual, no âmbito federal, é condicionada às avaliações finais da Secretaria do Tesouro Nacional e, conforme aplicável, da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, ambas vinculadas ao Ministério da Fazenda.

5.2.2. Caso a proponente se recuse a prorrogar o prazo de validade da proposta vencedora, será concedida oportunidade para as demais instituições participantes atualizarem suas propostas, observada a ordem de classificação das propostas, na forma do item 7.3 deste Edital.

5.3. A proposta deverá representar o compromisso da proponente, no prazo de validade, com as principais características da operação de crédito a ser pleiteada pelo Estado.

5.4. Os agentes financeiros interessados deverão entregar suas propostas, até às 17:00 h do dia 11 de setembro de 2023, em uma das seguintes formas, não se admitindo a entrega conjunta de proposta nas duas formas:

5.4.1. Impressa, devidamente acondicionada em envelope lacrado, endereçada ao seguinte destinatário: Secretaria de Estado de Planejamento e Administração – SEPLAD

A/C da Secretaria Adjunta de Recursos Especiais – SARES

Diretoria de Captação de Recursos – DCR

Assunto: Proposta – Chamamento Público SEPLAD/SEFA nº 10/2023, no endereço Rua Boaventura da Silva, 401/403, 2º andar – Bairro do Reduto CEP: 66.053-050, Belém – PA.

5.4.1.1. Na área do envelope destinada à indicação do destinatário previsto no item 5.4.1, deverá conter ainda os seguintes dizeres: "CONFIDENCIAL – PROIBIDA A ABERTURA POR PESSOAS NÃO AUTORIZADAS".

5.4.2. Eletrônica, através do endereçamento da documentação especificada no subitem 5.1.1, em formato .PDF, para o seguinte endereço eletrônico: dcr@seplad.pa.gov.br;

5.5. A Proposta deverá permanecer válida durante o prazo necessário até a aprovação final da operação de crédito, a qual, no âmbito federal, é condicionada às avaliações finais da Secretaria do Tesouro Nacional e, conforme aplicável, da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, ambas vinculadas ao Ministério da Fazenda.

6. DA ABERTURA/COMUNICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE PROPOSTAS

6.1. Na data de 12 de setembro de 2023, às 10:00 horas, na sala de reuniões do 2º andar da Secretaria de Estado de Planejamento e Administração (SEPLAD), situada no endereço constante do subitem 5.4.1 serão abertos, por Comissão, constituída por servidores da SEPLAD e SEFA, os envelopes das propostas entregues presencialmente, e comunicado aos presentes o teor das propostas recebidas por via eletrônica;

6.1.1. A audiência de abertura/comunicação de recebimento de propostas será pública.

6.1.2. Por ocasião da audiência de abertura/comunicação de recebimento de propostas, será lavrada ata a ser subscrita pelos representantes do estado e dos proponentes presentes na audiência.

6.2. A análise das propostas será realizada, internamente, em momento posterior, na forma do estabelecido no item 8, a seguir.

7. DOS OBJETIVOS DE DESEMPENHO, PRÉ-SELEÇÃO E DECISÃO DA ESCOLHA DO AGENTE FINANCEIRO A CONTRATAR

7.1. As propostas serão analisadas por representantes da Secretaria de Estado de Planejamento e Administração (SEPLAD), da Secretaria de Estado da Fazenda (SEFA), que consultarão, quanto aos aspectos técnicos a Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade (SEMAS), na forma dos critérios TÉCNICOS e de CUSTOS estabelecidos neste item do edital.

7.2. Serão pré-selecionadas as propostas que apresentarem a maior pontuação, de acordo com os parâmetros de avaliação constantes do Anexo IV, desde que atendidas as demais condições exigidas neste edital de Chamamento Público, com vistas à seleção da proposta mais vantajosa para o Estado do Pará.

7.3. As propostas pré-selecionadas serão classificadas em ordem decrescente, conforme pontuação atribuída com base nos parâmetros de avaliação constantes do Anexo IV.

7.4. A seleção da proposta vencedora e do agente financeiro a ser escolhido para a contratação será efetuada por decisão, emanada por ato administrativo conjunto dos Dirigentes máximos da Secretaria de Estado de Planejamento e Administração (SEPLAD) e da Secretaria de Estado da Fazenda (SEFA), com base em ata de julgamento de avaliação das propostas elaborada por comissão composta por servidores da SEPLAD e SEFA, nos termos do item 7.1 acima.

7.5. A decisão do resultado do Chamamento Público será comunicada via DOE e divulgada nos sites da Secretaria de Estado de Planejamento (SEPLAD) e Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade (SEMAS), facultando-se a apresentação de recursos fundamentados, eletronicamente, através de endereçamento ao e-mail dcr@seplad.pa.gov.br, no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da publicação no DOE. Os resultados dos recursos eventualmente apresentados no prazo acima fixado, serão disponibilizados a partir de uma devida consideração e decisão final, por e-mail e no sítio eletrônico da www.seplad.pa.gov.br no link da área de Captação de Recursos/Operação de Crédito, no Chamamento Público objeto deste edital.

8. TRANSPARÊNCIA DO PROCEDIMENTO

8.1. Os termos do presente Chamamento Público, bem como o seu respectivo resultado, serão publicados no Diário Oficial do Estado do Pará (DOE) e disponibilizados nos endereços eletrônicos dos Sítios da SEPLAD e SEMAS: <https://www.seplad.pa.gov.br>; <https://www.semas.pa.gov.br>

8.1.1. O resultado deste processo seletivo será divulgado em até 15 (quinze) dias úteis contados a partir do prazo estabelecido no subitem 5.4.

8.2. Quaisquer alterações, eventualmente necessárias, nos termos do edital do presente Chamamento Público serão realizadas e divulgadas por meio do Diário Oficial do Estado do Pará (DOE) e do endereço eletrônico mencionado no item 8.1.

9. DISPOSIÇÕES GERAIS

9.1. As instituições financeiras participantes poderão solicitar esclarecimentos diretamente à Secretaria de Estado de Planejamento e Administração (SEPLAD), exclusivamente por meio do seguinte endereço de correio eletrônico: dcr@seplad.pa.gov.br.

9.2. O prazo para o envio das solicitações de esclarecimentos será até 15 (quinze) dias antes da data de apresentação de propostas, prevista no item 5.4 deste Edital.

9.3. No intuito de garantir a ampla publicidade e a isonomia do procedimento, as solicitações de esclarecimentos e suas respectivas respostas serão publicadas no endereço eletrônico: <https://www.seplad.pa.gov.br>, até 05 (cinco) dias antes da data de apresentação de propostas, prevista no item 5.4 deste Edital.

9.4. A seu exclusivo critério, o Estado do Pará poderá suspender ou cancelar o presente processo seletivo, durante ou após a sua conclusão, não assumindo qualquer custo ou despesa incorridos pelas instituições financiadoras proponentes.

9.5. O contrato será regido pela legislação brasileira vigente no momento da contratação.

10. DA POSSIBILIDADE DE CONTRATAÇÃO

10.1. A conclusão do procedimento seletivo das propostas NÃO obriga o estado a contratar a operação de crédito objeto deste Chamamento Público.

10.2. Caso o Estado opte por efetivar a contratação da operação de crédito objeto deste Chamamento Público, a assinatura do contrato ocorrerá em data a ser definida pelo Estado, observados os requisitos dispostos no item 1.2 deste Edital.
ELIETH DE FÁTIMA DA SILVA BRAGA
Secretária de Estado de Planejamento e Administração
RENÉ DE OLIVEIRA E SOUSA JÚNIOR
Secretário de Estado da Fazenda

ANEXO I - CARACTERÍSTICAS GERAIS DO PROJETO DE INVESTIMENTO:

I - FINALIDADE/OBJETIVO DO PROJETO

A finalidade do projeto é permitir que o Estado do Pará capte recursos financeiros com instituições financeiras mediante empréstimo, por meio de SLL, o que permitirá conservar os rios do Estado do Pará socioambientalmente saudáveis, como base para o desenvolvimento sustentável, para a provisão de serviços básicos à população, garantia do seu bem-estar e promoção de atividades econômicas e culturais tradicionais por meio: (i) do desenvolvimento de um modelo de conservação de rios como piloto, nos rios São Benedito e Azul; (ii) do detalhamento com bases técnicas e instituição de uma Política Estadual de Conservação de Rios, a ser realizada a partir da ação integrada de vários órgãos de governo; e (iii) da conferência de efetividade à atuação da SEMAS para o cumprimento da sua missão.

II - DESCRIÇÃO DETALHADA DO ESCOPO DO PROJETO

A Operação tem como finalidade captar recursos ao Estado do Pará, com objetivo de desenvolver o programa Pró-Rios e viabilizar uma operação de crédito inovadora, com incentivos relacionados ao desconto da taxa de juros quando da verificação do atingimento de KPI estabelecidos em contrato com o agente financeiro. Com isso, permite-se a viabilização de uma política pública ambiental relevante e uma vantagem financeira ao Estado do Pará. Este é o conceito que sustenta essa operação, na modalidade SLL. Em um Empréstimo nessa modalidade, tomador e financiador, pactuam KPI a serem cumpridos pelo tomador, sendo certo que o cumprimento de tais metas implicará na redução da taxa de juros (step down) aplicável à operação de crédito, nos termos pactuados nos instrumentos jurídico-contratuais que respaldarem a referida operação de crédito. Os KPIs a serem cumpridos pelo tomador são definidas previamente pelas partes. As propostas das instituições interessadas em participar deste chamamento público deverão contemplar os descontos oferecidos na taxa de juros da operação de crédito, caso atendidos os KPI de cada respectivo objeto indicado no Anexo II. Em síntese, o Estado do Pará irá contrair o empréstimo sindicalizado com KPIs de sustentabilidade com o sindicato de instituições financeiras selecionado. Isto é, o empréstimo será concedido ao Estado do Pará, que deverá amortizar o seu valor principal e os juros. No entanto, caso o Estado do Pará atenda determinados KPI relacionados com a sustentabilidade e com a efetiva implantação das políticas públicas que sustentam esta operação, conforme validação por terceiros independentes, haverá uma redução na taxa de juros praticada pela instituição financeira.

O valor total orçado para o Pró-Rios é de 350 milhões de reais para o período de dez (10) anos, prazo da operação. Os investimentos previstos no orçamento visam a estruturação deste programa e incluem obras e construções, como a base do governo no São Benedito; apoio a operações da FECD e dos Bombeiros nas novas áreas prioritárias indicadas pelo Pró-Rios, consultorias técnicas e equipamentos. As despesas com pessoal associadas às novas funções previstas no Programa e na Política não são objetivo de investimento, mas sim, sua formação e meios de atuação.

Do total para a década, o Objetivo 1 do Piloto do São Benedito e Azul representa 26% do orçamento; o desenvolvimento e implementação da Política (Objetivo 2), 44%; a efetividade da SEMAS no Objetivo 3 representa 23% e os custos de gestão do Projeto, com previsões para SEMAS, SEPLAD e SEFA representam 7%.

III - ÓRGÃO EXECUTOR

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade – SEMAS.

IV - FASE EM QUE SE ENCONTRA O PROJETO

A partir da Carta de Intenções de junho de 2022, a qual tinha como objetivo o detalhamento do instrumento financeiro do projeto, a SEMAS iniciou a implementação do Programa PRÓ-RIOS por meio da realização de estudos técnicos, com apoio de colaboradores privados, que subsidiaram a formulação dos objetivos, metas e indicadores apresentados neste Chamamento. Três projetos foram concluídos ainda em 2022, e um terceiro iniciado em março de 2023, conforme abaixo:

Projetos concluídos, e entregues em dezembro de 2022:

- Diagnóstico e plano preliminar de conservação da bacia dos rios São Benedito e Azul;
- Diagnóstico e plano de modernização da gestão de recursos humanos da SEMAS;
- Diagnóstico e plano de modernização das capacidades de planejamento e gestão da SEMAS.

Projetos em curso:

- Avaliação do status de conservação dos rios do Pará;
- Prioridades e oportunidades de ação e caminhos para a construção da Política Estadual de Conservação de Rios.

V - PRAZO DE EXECUÇÃO DO PROJETO/CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO

V-1 O prazo de execução do projeto é de 10 anos (120 meses).

V-2 Os desembolsos deverão obedecer ao seguinte Cronograma:

% de DESEMBOLSO	ANO
40	1
60	4

ANEXO II – Objetivos de Desempenho Sustentável, Metas e KPI

- Objetivos:
1. Proteção do Rio São Benedito e Azul: Conservação das bacias dos Rios São Benedito e Azul, com erradicação do desmatamento e de incêndios. As áreas protegidas visam proteger os rios São Benedito e Azul para que fluam livremente, sem infraestrutura (hidrelétrica, mineração, indústrias, exceto pequenos portos para atender às comunidades locais).
 2. Política Estadual de Conservação de Rios: O Estado do Pará adotará um marco legal para conservação de rios, detalhando procedimentos necessários para proteção, uso sustentável e monitoramento, instituindo legalmente uma categoria de Unidade de Conservação específica, que será aplicada de forma pioneira nos rios São Benedito e Azul.
 3. Efetividade da atuação da SEMAS: O Estado do Pará garantirá à SEMAS recursos financeiros e capacidade técnica para realizar sua missão, incluindo orçamento, modernizações e capacidade técnica adicional para funções específicas.
- Atividades:

OBJETIVO	Atividades	ANO				
		1	3	5	8	10
1	1.1. Construção da base física do governo do Estado para combate a incêndio e desmatamento, aquisição de equipamentos e acompanhamento de seu funcionamento.	X		X		
	1.2. Plano de Conservação da Bacia do São Benedito e Azul estabelecido e em implementação.		X			
	1.3. CAR para os imóveis rurais concluídos e relatórios de desmatamento na bacia (80% dos imóveis).		X			
	1.4. PRA efetivado para os imóveis rurais com CAR concluídos (80% dos imóveis).				X	
	1.5. Sistema de Monitoramento de infraestrutura na bacia e ao longo do rio estabelecido e operacional.		X	X	X	X
2	2.1. Criação da política de áreas protegidas com instrumentos específicos para os rios.		X	X		
	2.2. Ato normativo do Estado instituindo São Benedito e Azul como 1º case de rios especialmente protegidos (comunicação e divulgação).			X		
	2.3. Baseline validado da condição de conservação dos Rios do Pará e rotina para relatório periódico.	X				
	2.4. Ato normativo instituindo a Política Estadual de Conservação de Rios e relatório de implementação.			X		X
3	3.1. SEMAS renova equipamentos e sistemas nas funções relacionadas a Política de Conservação de Rios e controle do desmatamento.		X			X
	3.2. SEMAS desenvolve módulo de treinamento de gestores ambientais em parceria com a Escola de Governo.	X		X		X

KPI:

Produto	KPI Atividades a serem espe- cialmente abordadas para verificação da aplicação do step-down	Ano de aferição	Step-down mínimo
Relatório de avaliação da execu- ção do Pró-Rios	1.1 / 1.2 / 1.3 / 1.5 / 2.1 / 2.3 / 3.1 / 3.2	3	0,40%
Relatório de avaliação da execu- ção do Pró-Rios	1.1 / 1.5 / 2.1 / 2.2 / 2.4 / 3.2	5	0,15%
Relatório de avaliação da execu- ção do Pró-Rios	1.4 / 1.5	8	0,15%

ANEXO III - MODELO DE PROPOSTA E DECLARAÇÃO DE ACEITAÇÃO DAS CONDIÇÕES ECONÔMICAS E FINANCEIRAS DA OPERAÇÃO DE CRÉDITO

A proponente _____, inscrita no CNPJ/MF sob o número _____, representada no presente ato por _____, profissão _____, inscrito no CPF sob o número _____ e no RG sob o número _____, órgão emissor _____, na forma do instrumento de mandato anexo (ou na forma do estabelecido no seu contrato social/estatuto social), vem declarar e propor, para fins de cumprimento do disposto no Chamamento Público SEPLAD/SEFA nº 10/2023, em consonância com o edital publicado no Diário Oficial do Estado do Pará em ____/____/2023, o quanto segue:

Compreende e está de acordo com os termos do Chamamento Público SEPLAD/ SEFA nº 10/2023;

1. CONDIÇÕES GERAIS DO FINANCIAMENTO:

Valor do Financiamento Proposto: R\$ 350.000.000,00 (trezentos e cinquenta milhões de reais).

Moeda do financiamento: Real Brasileiro (R\$).

2. SINDICALIZAÇÃO

Instituição Financeira LÍDER: _____

Instituições Financeiras lideradas: _____

3. CONDIÇÕES PROPOSTAS DE CONTRATAÇÃO DA OPERAÇÃO DE CRÉDITO MODALIDADE:

() Operação contratual interna (com garantia da União)

() Operação contratual interna (sem garantia da União)

Prazos do financiamento:

a) Prazo de carência (A): ____ meses (____ anos)

b) Prazo de amortização (B): ____ meses (____ anos) c) Prazo total (A+B): ____ meses (____ anos) Custo do Financiamento:

a) Taxa de Juros:

____ % do CDI a.a. (Especificar a taxa)

CDI + Spread ____ % a.a.

b) Base de cálculo da taxa de juros: _____ (especificar e detalhar)

c) Redução da taxa de juros em face do atendimento dos KPI do Anexo II: indicar o percentual de redução da taxa de juros, a forma e o momento como a redução será aplicada para cada parcela do financiamento, dentro outras informações pertinentes, conforme tabela que deverá acompanhar a proposta.

d) Demais encargos (especificar e detalhar): Custo Efetivo Total (CET): ____ (% a.a.). Garantia: Aval da União/Conjunto de garantias exigidas pela instituição financeira.

4. DEMAIS CONDIÇÕES

Desembolso: A ser realizado de forma parcelada, em 2 (duas) "tranches", nos anos 1 e 4, de acordo com os Cronogramas de Desembolso do Anexo I e o Financeiro de simulação da operação de crédito proposto em anexo. Amortização do Principal: A amortização do principal deverá ser realizada em parcelas _____ (mensais, trimestrais, quadrimestrais ou semestrais), iguais e consecutivas, após transcorrido o período de carência.

Sistema de Amortização do Principal: _____ (informar o Sistema de Amortização) Pagamento dos Juros Remuneratórios: Durante o prazo de carência, _____ (informar a periodicidade), a partir da data de assinatura do contrato de financiamento. Após o período de carência, o pagamento dos juros remuneratórios será devido nas mesmas datas de pagamento das amortizações do principal.

Prazo de validade da proposta: _____ (mínimo de 60 dias).

Dados para contato da proponente (Instituição Financeira Líder):

a) Nome do Contato: _____

b) Telefones: _____

c) Endereço correio eletrônico: _____

(assinatura)

Nome da Instituição Financeira (Líder): _____

Nome do Subscritor: _____

CPF: _____

RG: _____

ANEXOS DA PROPOSTA

1) Minuta do contrato de financiamento;

2) Cronograma(s) financeiro(s) com simulação da operação de crédito;

3) Demonstrativo do cálculo da Taxa Interna de Retorno - TIR da operação de crédito.

4) Tabela contendo apresentação dos descontos na taxa de juros para cada objetivo e explicação de como impactam na amortização do financiamento.

5) Toda a documentação necessária para atendimento aos critérios de avaliação da Proposta, nos termos do item 5 deste edital e do Anexo IV.

ANEXO IV – DETALHAMENTO DO CRITÉRIO DE AVALIAÇÃO DAS PROPOSTAS

1. Sustainability Linked Loan - Chamamento Público - Avaliação da abordagem do proponente ao Edital		Pontuação Máxima	Pontuação do subitem	Pontuação obtida
1.1	Proposta atende aos itens 2.1 e 5.1 do Edital de Chamamento Público?	5		
	Sim		5	
	Não		0	
1.2	Capacidade organizacional e experiência: Qualidade, capacidade e prévia experiência do proponente em operações de empréstimos semelhantes e relevantes para o escopo deste edital de chamamento público, demonstrando capacidade de gestão e competência técnica para operações junto ao setor público, bem como no que se refere à sindicalização requerida para este projeto.	5		
1.2.1	Número de operações já realizadas e classificadas como "título temático" (green bond, Sustainability-linked bond, sustainability-linked loan etc.) no mercado brasileiro, seguindo as taxonomias e métodos indicados pela ICMA ou Climate Bonds Standard).			
	3+		2,5	
	2		2	
	1		1	
1.2.2	Número de operações já realizadas e classificadas como "título temático" (ref. item 2.1) emitidas em favor de governos nacionais, estados, municípios, dentre outros entes subnacionais, ou entes públicos de modo geral.			
	3+		2,5	
	2		2	
	1		1	
1.3	Alinhamento KPIs: Apresentar taxa de juros com condições de redução pelo atingimento de KPI (step-down), de acordo com o requerido no Chamamento Público.	5		
	Sim		5	
	Não		0	
1.4	Abordagem da sindicalização: qualidade e solidez da sindicalização proposta	5		
1.4.1	Número de operações sindicalizadas para emissão de títulos temáticos (ref. Item 2.1) realizadas no mercado brasileiro, onde o proponente seja a instituição líder da operação.			
	3+		2,5	
	2		2	
	1		1	
1.4.2	Número de operações sindicalizadas para emissão de títulos temáticos (ref. Item 2.1) realizadas em favor de governos nacionais, estados, municípios, dentre outros entes subnacionais, ou entes públicos de modo geral.			
	3+		2,5	
	2		2	

	1		1	
1.5	Custo total do Empréstimo: Apresentação do método empregado para cálculo do custo total da operação.	2,5		
	Sim		2,5	
	Não		0	
1.6	Método para classificação da operação: Apresentar método completo usado para os cálculos das taxas de juros propostas para a operação.	2,5		
	Sim		2,5	
	Não		0	
TOTAL		25		

2. Sustainability-Linked Loan - Chamamento Público - Avaliação financeira da proposta		Referência do Edital	Pontuação Máxima	Pontuação do subitem	
2.1	Taxa de juros do principal da operação SLL	2.1.7.2	50		
	< CDI + 200bps			50	
	< CDI + 300bps			25	
	< CDI + 400bps			10	
	> CDI + 500bps			5	
2.2	Potencial máximo de step-down sobre a taxa de juros do principal	2.1.7.3.1; 5.1.1.8	50		
	>100bps			50	
	>85bps			25	
	>75bps				
	<60bps			5	
2.3	Potencial Custo Efetivo Total – entendido como o Custo Efetivo Total com aplicação de todos os step-downs sobre a taxa de juros principal	2.1.7.6	10		
	Compreendido entre os 20% mais baixos de todas as propostas recebidas			10	
	Não compreendido entre os 20% mais baixos de todas as propostas recebidas			0	
2.4	Classificação da instituição financeira (Rating igual ou superior a: Moody's Baa3 ou S&P BBB- ou FitchRatings BBB-)		10		
	Sim			10	
	Não			0	
TOTAL			120		

3. Sustainability-Linked Loan - Chamamento Público - Avaliação ESG dos proponentes		Referência do Edital	Pontuação Máxima	Pontuação do subitem	Pontuação obtida	
3.1	Estrutura para operações temáticas (ref. Item 2.1) com aprovação de opinião de segunda parte independente (second party opinion - SPO)		10			

	Sim		10			
	Não		0			
3.2	Política de não desmatamento ou não conversão de uso do solo com diretrizes de implementação	10				
	Sim		10			
	Não		0			
3.3	Objetivo de eliminação de risco climático (net zero climate target)	15				
	<2030		15			
	<2040		10			
	<2050		5			
3.4	Pontuação no CDP	15				
	A em 2022		15			
	B em 2022		10			
	C em 2022		5			
	Reportou operações em 2022		2,5			
3.5	Pontuação da Instituição Financeira na Forest 500	15				
	Pontuação geral >6		5			
	Pontuação para robustez da política >14		5			
	Pontuação para reporte e implementação >17		5			
TOTAL		65				

4. Pontuação Total		Referência do Edital	Pontuação Máxima	Pontuação do subitem	Pontuação obtida
4.1	1. Sustainability-Linked Loan - Chamamento Público - Avaliação da abordagem do proponente ao Edital		25	12%	
4.2	2. Sustainability-Linked Loan - Chamamento Público - Avaliação financeira da proposta		120	57%	
4.3	3. Sustainability-Linked Loan - Chamamento Público - Avaliação ESG dos proponentes		65	31%	
TOTAL			210	100%	

IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO

FÉRIAS

PORTARIA N.º 130 DE 03 DE JULHO DE 2023.
O Presidente da IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO - IOE, em exercício, Aroldo Carneiro, no uso das atribuições legais e estatutárias, que lhe são conferidas pelo Decreto Governamental de 14 de junho de 2023, publicado no Diário Oficial n.º 35.435 de 15 de junho de 2023.
RESOLVE:
Designar a servidora ARILDA DUARTE CARVALHO DE FARIAS, matrícula nº 5125863/1 para responder pelo cargo de SUPERVISOR I DAS. 011.2, no período de 03/07 á 01/08 de 2023, por ocasião do gozo de férias regulamentares do servidor CLAUDIO RICARDO LIMA GUIMARÃES, conforme portaria nº 091 de 30 de maio de 2023, publicada no diário oficial nº 35.420.
Registre-se, publique-se e cumpra-se.
AROLDO CARNEIRO
Presidente, em exercício.

Protocolo: 959915

PORTARIA N.º 131 DE 03 DE JULHO DE 2023.
O Presidente da IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO - IOE, em exercício, Aroldo Carneiro, no uso das atribuições legais e estatutárias, que lhe são conferidas pelo Decreto Governamental de 14 de junho de 2023, publicado no Diário Oficial n.º 35.435 de 15 de junho de 2023.
RESOLVE:
Designar o servidor CARLOS ALBERTO FREIRE CARDOSO JUNIOR, matrícula nº 80845084/3 para responder pelo cargo de SUPERVISOR I DAS. 011.2, no período de 05/07 á 01/08 de 2023, por ocasião do gozo de férias regulamentares da servidora RUTHLENE FERREIRA QUARESMA, conforme portaria nº 091 de 30 de maio de 2023, publicada no diário oficial nº 35.420.
Registre-se, publique-se e cumpra-se.
AROLDO CARNEIRO
Presidente, em exercício.

Protocolo: 959917

PORTARIA N.º 132 DE 07 DE JULHO DE 2023
O Presidente da IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO - IOE, em exercício, Aroldo Carneiro, no uso das atribuições legais e estatutárias, que lhe são conferidas pelo Decreto Governamental de 14 de junho de 2023, publicado no Diário Oficial n.º 35.435 de 15 de junho de 2023.
RESOLVE:
Conceder 30 (trinta) dias de férias regulamentares, aos servidores abaixo relacionados no período de 01.08.2023. a 30.08.2023, com retorno as suas atividades no dia 31.08.2023.

NOME	MATRÍCULA	PERÍODO AQUISITIVO
BRUNO FERREIRA DE MORAES	55207760/1	2022/2023
CHARLES AMARAL NUNES	3150933/1	2022/2023
DENILSON RAIMUNDO SERRÃO CARNEIRO	5116759/1	2022/2023
HAROLDO DUARTE CARVALHO	5286255/7	2022/2023
ILSON JOSE CORREA PEDROSO	5961549/1	2022/2023
MANOEL NAHUM DE ALFAIA	3150984/1	2022/2023
RAIMUNDO SARMENTO FURTADO DE MENDONCA	3151131/1	2022/2023
SAMARA FABIANA FURTADO DA SILVA	57216245/5	2022/2023
UBIRAJARA ANTONIO FRAZAO	3151182/1	2022/2023

Registre-se, publique-se e cumpra-se.
AROLDO CARNEIRO
Presidente, em exercício.

Protocolo: 960557

INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO DO PARÁ

PORTARIA

PORTARIA Nº 179 de 04 de julho de 2023
RETIFICAR, o período de férias da servidora MARIA DO SOCORRO DE ALENCAR BECKMANN, constante na planilha sequencial 23, da PORTARIA Nº 148 de 20 de junho de 2023, publicada no DOE nº 35.447 de 23/06/2023, protocolo nº 954253, que concedeu férias coletiva/julho/2023 aos servidores deste Instituto.
Onde se lê: Período concessivo de 17/07 a 31/07/2023
Leia-se: Período concessivo de 17/07 a 15/08/2023
Anizio Bestene Junior
Diretor Administrativo e Financeiro

Protocolo: 960611

PORTARIA Nº 178 de 04 de julho de 2023
CONSIDERANDO, os termos do Memº nº 04/2023, datado de 29/06/23, de procedência da Comissão de Sindicância, referente ao Processo nº 2023/595518;
CONSIDERANDO, o que determina o art. 199 da Lei 5.810/94;
RESOLVE:
PRORROGAR por 30(trinta)dias, o prazo para conclusão dos Trabalhos da Comissão de Sindicância, constituída através da PORTARIA Nº 117 de 29/05/2023, publicada no Diário Oficial nº 35.420 de 31/05/2023, protocolo nº 944786, sob a presidência da servidora VALDERINA CAMELO XAVIER.
A presente Portaria entra em vigor a partir de 30 de junho de 2023, encerrando-se o prazo em 29/07/2023.
BERNARDO ALBUQUERQUE DE ALMEIDA
Presidente

Protocolo: 960764

FÉRIAS

PORTARIA Nº 167 de 27 de junho de 2023
CONCEDER aos servidores deste Instituto, férias regulamentares no mês AGOSTO/2023, de acordo com o art. 74 da Lei 5.810/94(RJU), conforme quadro demonstrativo anexo.
A presente portaria entra em vigor para cada servidor conforme quadro em anexo.

MATRICULA	NOME	CARGO	PERÍODO CONCESSIVO
55590151/2	Alessandra Furtado Silva	Assist. de Informática	28.08 a 26.09.23
5948235/1	Andreia Cristina Bouth Campos	Coordenador de Orçamento e Finanças	04.08 a 18.08.23
57213088/2	Benedito Rodrigues Bitencourt Júnior	Tec. Gestão de Informática	01.08 a 30.08.23
5955792/1	Debora Alvarenga Calderaro	Supervisor Administrativo	01.08 a 30.08.23
5877121/4	Douglas Souza Azevedo	Tec. em Enfermagem	16.08 a 30.08.23
2009706/1	Edson Vieira da Conceição	Assist. Administrativo	16.08 a 14.09.23
2009692/1	Edvaldo Corrêa Santos	Assist. Administrativo	01.08 a 30.08.23
3155617/1	Jorge Expedito Pinto Fonseca	Assist. Administrativo	01.08 a 30.08.23
3157326/1	José Landoaldo Jardim Gomes	Assist. Administrativo	01.08 a 30.08.23
3154700/1	Franciana Leão Dias	Tec. de Saúde	16.08 a 14.09.23
3157717/1	Luiza Cristina de Oliveira	Assist. Administrativo	01.08 a 30.08.23
57232342/1	Marilia do Socorro Garcia de Araújo	Tec. em Enfermagem	16.08 a 30.08.23
3157113/1	Maria de Nazaré Souza Sodré	Assist. Administrativo	01.08 a 30.08.23
3156168/1	Maria José Moura da Silva Waughan	Assist. Administrativo	01.08 a 30.08.23
3154769/1	Maria Ocilina Martins Pereira	Tec. Adm. Finanças	01.08 a 30.08.23
54195645/2	Raimundo Nonato Leal Modesto	Tec. Serv. Social	01.08 a 30.08.23
57232121/1	Roseane de Cassia Nunes de Pina	Assist. Administrativo	16.08 a 30.08.23
5007194/1	Rosemary Jasse Ramos	Tec. de Adm e Finanças	01.08 a 30.08.23
3155811/1	Sandra Goreti Silva Barata	Tec. de Adm e Finanças	01.08 a 30.08.23
3157725/1	Sebastião Araújo de Oliveira	Aux. de Serviços Gerais	01.08 a 30.08.23
3156443/1	Silvio Bronze de Abreu	Assist. Administrativo	01.08 a 30.08.23
3157164/1	Valdomiro Batista da Silva	Assist. Administrativo	01.08 a 30.08.23

ANIZIO BESTENE JUNIOR
Diretor Administrativo e Financeiro/IASEP

Protocolo: 960791

INSTITUTO DE GESTÃO PREVIDENCIÁRIA DO ESTADO DO PARÁ

PORTARIA

PORTARIA PS Nº 1.256 DE 31 DE MAIO DE 2023
DISPÕEM sobre a concessão do benefício previdenciário de PENSÃO POR MORTE - PROCESSO Nº 2023/129175.
O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará - IGE- PREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:
I – Conceder, com fundamento no que dispõem os artigos 6º, inciso I e §5º, 14, inciso X e §1º, 25, inciso I, 25-A, caput e §1º, 29, caput, 36, 36-A, caput, §2º, inciso II e 36-C da Lei Complementar nº 39/2002, alterada pelas Leis Complementares nº 44/2003, 49/2005, 51/2006, 70/2010, 110/2016 e 128/2020 c/c art. 9º, §1º, inciso II e §4º da Emenda Constitucional Estadual nº 77/2019, o benefício de pensão por morte, no valor de R\$1.346,74 (um mil trezentos e quarenta e seis reais e setenta e quatro centavos), em favor de MARIA DE FATIMA DA SILVA SANTOS, na condição de cônjuge do ex-segurado Antonio José Barros Trindade, pertencente ao quadro de inativos da Procuradoria Geral do Estado do Pará – PGE/PA, onde exerceu o cargo de Auxiliar de Administração, mat. nº 3082873/1, falecido em 03/01/2023.
II – A implantação do benefício se efetivará a partir de 01/07/2023, com efeitos financeiros retroagindo ao óbito do ex-segurado, respeitando-se os valores, tabelas e percentuais vigentes à época da retroação.

III – Os proventos serão atualizados de acordo com o previsto no art. 40, §8º da Constituição Federal/1988, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 41/2003, c/c o art. 36-C da Lei Complementar nº 39/2002, com redação dada pela Lei Complementar nº 110/2016.
DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.
Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará

Protocolo: 948457

PORTARIA PS Nº 1.250 DE 30 DE MAIO DE 2023
DISPÕEM sobre a concessão do benefício previdenciário de PENSÃO POR MORTE – PROCESSO Nº 2023/344136.

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará - IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:

I – Conceder, com fundamento no que dispõem os artigos 6º, inciso I, 14, inciso X e §1º, 25, inciso I, 25-A, caput e §1º, 29, caput, 36 e 36-C da Lei Complementar nº 39/2002, alterada pelas Leis Complementares nº 44/2003, 49/2005, 51/2006, 70/2010, 110/2016 e 128/2020 c/c art. 33, §7º da Constituição do Estado do Pará com redação da Emenda Constitucional Estadual nº 77/2019 c/c art. 201, §2º da Constituição Federal/1988 e Súmulas Vinculantes nº 15 e nº 16 do Supremo Tribunal Federal, o benefício de pensão por morte, no valor de R\$1.320,00 (um mil trezentos e vinte reais), em favor de ENEAS MARTINS MORAES, na condição de cônjuge da ex-segurada Maria Eliza dos Reis Moraes, pertencente ao quadro de inativos da Secretaria de Estado de Saúde Pública - SESPA, onde exerceu o cargo de Agente de Saúde, mat. nº 87904/1, falecida em 06/02/2023.

II – A implantação do benefício se efetivará a partir de 01/07/2023, com efeitos financeiros retroagindo ao óbito da ex-segurada, respeitando-se os valores, tabelas e percentuais vigentes à época da retroação.

III – Os proventos serão atualizados de acordo com o previsto no art. 40, §8º da Constituição Federal/1988, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 41/2003, c/c o art. 36-C da Lei Complementar nº 39/2002, com redação dada pela Lei Complementar nº 110/2016.

IV – O valor do benefício decorre da aplicação das Súmulas Vinculantes nº 15 e 16 do STF, e em observância ao art. 33, §7º, da Constituição do Estado do Pará, com redação dada pela Emenda Constitucional Estadual nº 77/2019 c/c art. 201, §2º da Constituição Federal/1988.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.
Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará

Protocolo: 948461

PORTARIA PS Nº 1.252 DE 30 DE MAIO DE 2023
DISPÕEM sobre a concessão do benefício previdenciário de PENSÃO POR MORTE – PROCESSO Nº 2022/1599741.

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará - IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:

I – Conceder, com fundamento no que dispõem os artigos 6º, inciso I e §5º, 14, inciso X e §1º, 25, inciso I, 25-A, caput e §1º, 29, caput, 31, §1º, inciso II, 36, 36-A, caput, §2º, inciso II e 36-C da Lei Complementar nº 39/2002, alterada pelas Leis Complementares nº 44/2003, 49/2005, 51/2006, 70/2010, 110/2016 e 128/2020 c/c art. 9º, §1º, inciso II e §4º da Emenda Constitucional Estadual nº 77/2019 c/c Parecer nº 062/2020-PROJUR/IGEPREV e Súmulas Vinculantes nº 15 e nº 16 do Supremo Tribunal Federal, o benefício de pensão por morte, no valor de R\$1.320,00 (um mil trezentos e vinte reais), em favor de TEREZINHA SOUSA PINTO, na condição de cônjuge do ex-segurado Antonio Nonato da Cruz Pinto, pertencente ao quadro de ativos da Secretaria de Estado de Saúde Pública - SESPA, onde exerceu o cargo de Agente de Saneamento, mat. nº 109363/2, falecido em 17/11/2022.

II – A implantação do benefício se efetivará a partir de 01/07/2023, com efeitos financeiros retroagindo ao óbito do ex-segurado, respeitando-se os valores, tabelas e percentuais vigentes à época da retroação.

III – Os proventos serão atualizados de acordo com o previsto no art. 40, §8º da Constituição Federal/1988, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 41/2003, c/c o art. 36-C da Lei Complementar nº 39/2002, com redação dada pela Lei Complementar nº 110/2016.

IV – Ao valor do benefício será aplicada a diferença complementar, nos termos das Súmulas Vinculantes nº 15 e nº 16 do Supremo Tribunal Federal, e em observância ao Parecer 062/2020 – PROJUR/IGEPREV.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.
Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará

Protocolo: 948469

PORTARIA PS Nº 1.255 DE 31 DE MAIO DE 2023
DISPÕEM sobre a concessão do benefício previdenciário de PENSÃO POR MORTE – PROCESSO Nº 2022/1222183.

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará - IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:

I – Conceder, com fundamento no que dispõem os artigos 6º, inciso I e §5º, 14, inciso X e §1º, 25, inciso I, 25-A, caput e §1º, 29, caput, 36, 36-A, caput, §2º, inciso II e 36-C da Lei Complementar nº 39/2002, alterada pelas Leis Complementares nº 44/2003, 49/2005, 51/2006, 70/2010, 110/2016 e 128/2020 c/c art. 9º, §1º, inciso II e §4º da Emenda Constitucional Estadual nº 77/2019 c/c art. 33, §7º da Constituição do Estado do Pará com redação da Emenda Constitucional Estadual nº 77/2019, o benefício de pensão por morte, no valor de R\$2.657,29 (dois mil seiscentos e cinquenta e sete reais e vinte e nove centavos), em favor de MARINETE DO SOCORRO RIBEIRO PESTANA na condição de cônjuge do ex-segurado Walter Almeida Pestana, pertencente ao quadro de inativos da Polícia Civil do Estado do Pará – PC/PA, onde exerceu o cargo de Motorista Policial, mat. nº 5656788/1, falecido em 12/03/2023.

II – A implantação do benefício se efetivará a partir de 01/07/2023, com efeitos financeiros retroagindo ao óbito do ex-segurado, respeitando-se os valores, tabelas e percentuais vigentes à época da retroação.

III – Os proventos serão atualizados de acordo com o previsto no art. 40, §8º da Constituição Federal/1988, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 41/2003, c/c o art. 36-C da Lei Complementar nº 39/2002, com redação dada pela Lei Complementar nº 110/2016.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.
Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 948475

PORTARIA AP Nº 1.162 DE 25 DE MAIO DE 2023

Dispõe sobre a concessão do benefício previdenciário de aposentadoria POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO – Processo pae nº 2019/615131 E SISPREV Nº 2023.04.1253P.

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:

I – Aposentar, de acordo com o art. 6º, incisos I, II, III e IV, da Emenda Constitucional nº 41/2003, art. 2º da Emenda Constitucional nº 47/2005 c/c o art. 7º da Emenda Constitucional nº 41/2003 e os artigos 36 e 54-A, incisos I, II, III e IV da Lei Complementar nº 39/2002, com as alterações introduzidas pela Lei Complementar nº 49/2005 e pela Lei Complementar nº 142/2021; acordo firmado entre o Estado do Pará e o Sindicato dos Servidores Públicos do Estado do Pará nos autos da Ação Ordinária de Cobrança do Processo nº 00088290519998140301, que tramitou na 2ª Vara de Fazenda de Belém; art. 131, §1º, inciso XII, da Lei nº 5.810/1994, MARIA DAS NEVES CORDEIRO DIAS, mat. nº 30929/1, na função de Agente de Portaria, pertencente ao quadro de pessoal da Secretaria de Estado de Cultura – SECULT, recebendo nessa situação os proventos mensais de R\$2.178,18 (dois mil, cento e setenta e oito reais e dezoito centavos), conforme abaixo discriminado:

Vencimento Base	1.215,50
Vencimento Decisão Judicial SISPEMB – 12%	145,86
Adicional por Tempo de Serviço – 60%	816,82
Total de Proventos	2.178,18

II – Esta Portaria produzirá seus efeitos a contar de 01/07/2023.
DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.
Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 948481

PORTARIA AP Nº 1.183 DE 22 DE MAIO DE 2023

Dispõe sobre a concessão do benefício previdenciário de aposentadoria POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO – PROCESSO PAE nº 2021/1215578 E SISPREV Nº 2023.04.1259P.

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:

I – Aposentar, de acordo com o art. 6º, incisos I, II, III e IV, da Emenda Constitucional nº 41/2003 c/c o art. 40, § 5º, da Constituição Federal de 1988 com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 20/1998, art. 2º da Emenda Constitucional nº 47/2005 c/c o art. 7º da Emenda Constitucional nº 41/2003 e os artigos 36 e 54-A, incisos I, II, III e IV da Lei Complementar nº 39/2002, com as alterações introduzidas pela Lei Complementar nº 49/2005 e pela Lei Complementar nº 142/2021; art. 6º da Lei nº 9.322/2021; art. 140, inciso III, da Lei nº 5.810/1994; art. 2º da Lei nº 9.500/2022; art. 130, caput e §1º, da Lei nº 5.810/1994 combinado com o art. 94, §2º, da Lei Complementar nº 39/2002, com as alterações introduzidas pela Lei Complementar nº 44/2003; art. 131, §1º, inciso XII, da Lei nº 5.810/1994 c/c o art. 36, parágrafo único, da Lei nº 5.351/1986, DORALICE BEZERRA COLARES, mat. nº 244554/2, no cargo de Professor Classe II, nível A, pertencente ao quadro de pessoal da Secretaria de Estado de Educação – SEDUC, recebendo nessa situação os proventos mensais de R\$15.571,93 (quinze mil, quinhentos e setenta e um reais e noventa e três centavos), conforme abaixo discriminado:

Vencimento Base – 200h	4.511,26
Gratificação Magistério - Vantagem Pessoal Nominalmente Identificada	273,02
Gratificação pela Escolaridade – 80%	3.609,01
Gratificação de Titularidade	432,03
Adicional pelo Exercício de Função Gratificada de Diretor de Unidade Escolar GD.2 – 70%	447,06
Adicional por Tempo de Serviço – 70%	6.299,55
Total de Proventos	15.571,93

II – Esta Portaria produzirá seus efeitos a contar de 01/07/2023.
DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.
Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 948486

PORTARIA AP Nº 1.266 DE 31 DE MAIO DE 2023

Dispõe sobre a concessão do benefício previdenciário de aposentadoria POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO – processo pae nº 2019/572173 E SISPREV Nº 2023.04.1305P.

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:

I – Aposentar, de acordo com o art. 3º, incisos I, II, III e parágrafo único, da Emenda Constitucional nº 47/2005, art. 7º da Emenda Constitucional nº 41/2003 e os artigos 36 e 54-C, incisos I, II, III e parágrafo único, da

Lei Complementar nº 39/2002, com as alterações introduzidas pela Lei Complementar nº 51/2006 e pela Lei Complementar nº 142/2021; acordo firmado entre o Estado do Pará e o Sindicato dos Servidores Públicos do Estado do Pará nos autos da Ação Ordinária de Cobrança do Processo nº 00088290519998140301 que tramitou na 2ª Vara de Fazenda de Belém; art. 12, inciso IV e art. 14, §1º, I, “c” e §5º da Lei nº 9.567/2022; art. 131, § 1º, inciso XII, da Lei nº 5.810/1994, LEILA SUELY TADAIESKY LIMA DE OLIVEIRA, mat. nº 50385/1, no cargo de Auxiliar Operacional Fazendário, Classe “B”, referência IV, pertencente ao quadro de pessoal da Secretaria de Estado da Fazenda – SEFA, recebendo nessa situação os proventos mensais de R\$6.886,61 (seis mil, oitocentos e oitenta e seis reais e sessenta e um centavos), conforme abaixo discriminado:

Vencimento Base	1.791,77
Vencimento Decisão Judicial SISPEMB – 12%	215,01
Gratificação de Produtividade Parcela Básica – 170 cotas	2.297,35
Adicional por Tempo de Serviço – 60%	2.582,48
Total de Proventos	6.886,61

II – Esta Portaria produzirá seus efeitos a contar de 01/07/2023.
DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.
Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 948491

PORTARIA AP Nº 1.251 DE 30 DE MAIO DE 2023

Dispõe sobre a concessão do benefício previdenciário de aposentadoria POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO – PROCESSO PAE nº 2021/1219249 E SISPREV Nº 2023.04.1296P.

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:

I – Aposentar, de acordo com o art. 6º, incisos I, II, III e IV, da Emenda Constitucional nº 41/2003 c/c o art. 40, § 5º, da Constituição Federal de 1988 com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 20/1998, art. 2º da Emenda Constitucional nº 47/2005 c/c o art. 7º da Emenda Constitucional nº 41/2003 e os artigos 36 e 54-A, incisos I, II, III e IV da Lei Complementar nº 39/2002, com as alterações introduzidas pela Lei Complementar nº 49/2005 e pela Lei Complementar nº 142/2021; art. 33 da Lei nº 7.442/2010; art. 3º e Anexo II da Lei nº 9.322/2021 combinada com o art. 2º da Lei nº 9.500/2022; art. 131, § 1º, inciso IX, da Lei nº 5.810/1994 c/c o art. 36, parágrafo único, da Lei nº 5.351/1986, LILIAN CRISTINE FERREIRA CHAGAS, mat. nº 6310800/2, no cargo de Professor Classe Especial, nível H, pertencente ao quadro de pessoal da Secretaria de Estado de Educação – SEDUC, recebendo nessa situação os proventos mensais de R\$11.583,74 (onze mil, quinhentos e oitenta e três reais e setenta e quatro centavos), conforme abaixo discriminado:

Vencimento Base – 200h	4.579,60
Gratificação de Magistério VPNI	266,52
Gratificação Progressiva – 50%	2.289,80
Gratificação de Titularidade	432,03
Adicional por Tempo de Serviço – 55%	4.015,79
Total de Proventos	11.583,74

II – Esta Portaria produzirá seus efeitos a contar de 01/07/2023.
DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.
Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 948497

PORTARIA AP Nº 1.240 DE 01 DE JUNHO DE 2023

Dispõe sobre a concessão do benefício previdenciário de aposentadoria POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO – PROCESSO PAE nº 2018/197534 E SISPREV Nº 2023.04.1292P.

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:

I – Aposentar, de acordo com o art. 6º, incisos I, II, III e IV, da Emenda Constitucional nº 41/2003 c/c o art. 40, § 5º, da Constituição Federal de 1988 com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 20/1998, art. 2º da Emenda Constitucional nº 47/2005 c/c o art. 7º da Emenda Constitucional nº 41/2003 e os artigos 36 e 54-A, incisos I, II, III e IV da Lei Complementar nº 39/2002, com as alterações introduzidas pela Lei Complementar nº 49/2005 e pela Lei Complementar nº 142/2021; art. 6º da Lei nº 9.322/2021; art. 140, inciso III, da Lei nº 5.810/1994; art. 131, § 1º, inciso X, da Lei nº 5.810/1994 c/c o art. 36, parágrafo único, da Lei nº 5.351/1986, ODENILZE MARIA FERREIRA DE PAIVA, mat. nº 628212/1, na função de Professor Classe I, nível I, pertencente ao quadro de pessoal da Secretaria de Estado de Educação – SEDUC, recebendo nessa situação os proventos mensais de R\$8.460,52 (oito mil, quatrocentos e sessenta reais e cinquenta e dois centavos), conforme abaixo discriminado:

Vencimento Base – 125h	2.890,95
Gratificação de Magistério – VPNI	134,58
Gratificação pela Escolaridade – 80%	2.312,76

Adicional por Tempo de Serviço – 60%	3.122,23
Total de Proventos	8.460,52

II – Esta Portaria produzirá seus efeitos a contar de 01/07/2023.
DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.
Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 948505

PORTARIA PS Nº 1.294 DE 05 DE JUNHO DE 2023

DISPÕEM sobre a concessão do benefício previdenciário de PENSÃO POR MORTE – PROCESSO Nº 2023/469618.

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:

I – Conceder, com fundamento no que dispõem os artigos 6º, inciso I, 14, inciso X e §1º, 25, inciso I, 25-A, caput e §1º, 29, caput, 36 e 36-C da Lei Complementar nº 39/2002, alterada pelas Leis Complementares nº 44/2003, 49/2005, 51/2006, 70/2010, 110/2016 e 128/2020 c/c art. 33, §7º da Constituição do Estado do Pará com redação da Emenda Constitucional Estadual nº 77/2019 c/c art. 201, §2º da Constituição Federal/1988 e Súmulas Vinculantes nº 15 e nº 16 do Supremo Tribunal Federal, o benefício de pensão por morte, no valor de R\$1.320,00 (um mil trezentos e vinte reais), em favor de RAIMUNDO JUARES DOS REIS SANTOS, na condição de cônjuge da ex-segurada Rozilda Pinto do Carmo, pertencente ao quadro de inativos da Secretaria de Estado de Saúde Pública – SESPA, onde exerceu o cargo de Agente de Portaria, mat. nº 119776/1, falecida em 19/03/2023.

II – A implantação do benefício se efetivará a partir de 01/07/2023, com efeitos financeiros retroagindo ao óbito da ex-segurada, respeitando-se os valores, tabelas e percentuais vigentes à época da retroação.

III – Os proventos serão atualizados de acordo com o previsto no art. 40, §8º da Constituição Federal/1988, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 41/2003, c/c o art. 36-C da Lei Complementar nº 39/2002, com redação dada pela Lei Complementar nº 110/2016.

IV – O valor do benefício decorre da aplicação das Súmulas Vinculantes nº 15 e 16 do STF, e em observância ao art. 33, §7º, da Constituição do Estado do Pará, com redação dada pela Emenda Constitucional Estadual nº 77/2019 c/c art. 201, §2º da Constituição Federal/1988.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.
Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará

Protocolo: 948517

PORTARIA PS Nº 1.263 DE 31 DE MAIO DE 2023

Dispõe sobre a concessão do benefício previdenciário de PENSÃO POR MORTE – PROCESSO Nº 2023/382218.

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:

I – Conceder, com fundamento no que dispõem os artigos 6º, inciso I, 14, inciso X e §1º, 25, inciso I, 25-A, caput e §1º, 29, caput, 31, §1º, inciso II, 36 e 36-C da Lei Complementar nº 39/2002, alterada pelas Leis Complementares nº 44/2003, 49/2005, 51/2006, 70/2010, 110/2016 e 128/2020, o benefício de pensão por morte, no valor de R\$ 5.378,66 (cinco mil, trezentos e setenta e oito reais e sessenta e seis centavos) em favor de EDUARDO DE DEUS DO ESPIRITO SANTO, na condição de cônjuge da ex-segurada IRACI DE SOUSA DO ESPIRITO SANTO, pertencente ao quadro de inativos da Secretaria de Estado de Educação – SEDUC, onde ocupou o cargo de Professor Classe Especial, sob a matrícula nº 541397-1, falecida em 28/02/2023.

II – A implantação do benefício se efetivará a partir de 01/07/2023, com efeitos financeiros retroagindo à data do óbito (28/02/2023), respeitando-se os valores, tabelas e percentuais vigentes à época da retroação.

III – Os proventos serão atualizados de acordo com o previsto no art. 40, §8º da Constituição Federal/1988, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 41/2003, c/c o art. 36-C da Lei Complementar nº 39/2002, com redação dada pela Lei Complementar nº 110/2016.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.
Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará

Protocolo: 948529

PORTARIA PS Nº 1.264 DE 31 DE MAIO DE 2023

Dispõe sobre a concessão do benefício previdenciário de PENSÃO POR MORTE – PROCESSO Nº 2021/975939.

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:

I – Conceder, com fundamento no que dispõem os artigos 22, inciso I, 30 e 36 da Lei nº 5.011/1981 e alterações posteriores, no valor de R\$6.792,81 (seis mil setecentos e noventa e dois reais e oitenta e um centavos), em favor de LUCIRENE PEREIRA COUTINHO, na condição de filha maior inválida do ex-segurado Severino Soares Coutinho, pertencente ao quadro de inativos da Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social – SEGUP, onde ocupou o cargo de Investigador de Polícia, mat. nº 157449/1, falecido em 03/06/1993.

II – A implantação do benefício se efetivará a partir de 01/07/2023, retroagindo à 60 meses anteriores à data do requerimento administrativo (02/09/2016), respeitando-se os valores, tabelas e percentuais vigentes à época da retroação.

III - Os proventos serão atualizados de acordo com o previsto nos §§4º e 5º, art. 40 da Constituição Federal/1988.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva

Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará

Protocolo: 948537

PORTARIA AP Nº 1.287 DE 05 DE JUNHO DE 2023

Dispõe sobre a concessão do benefício previdenciário de aposentadoria POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO – PROCESSO PAE nº 2018/170643 E SISPREV Nº 2023.04.1380P.

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:

I – Aposentar, de acordo com o art. 6º, incisos I, II, III e IV, da Emenda Constitucional nº 41/2003 c/c o art. 40, § 5º, da Constituição Federal de 1988 com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 20/1998, art. 2º da Emenda Constitucional nº 47/2005 c/c o art. 7º da Emenda Constitucional nº 41/2003 e os artigos 36 e 54-A, incisos I, II, III e IV da Lei Complementar nº 39/2002, com as alterações introduzidas pela Lei Complementar nº 49/2005 e pela Lei Complementar nº 142/2021; art. 28 da Lei nº 7.442/2010 c/c a Lei nº 8.030/2014 c/c o Acórdão nº 55.856/2016 do TCE/PA; art. 6º da Lei nº 9.322/2021 art. 140, inciso III, da Lei nº 5.810/1994; art. 131, § 1º, inciso VIII, da Lei nº 5.810/1994 c/c o art. 36, parágrafo único, da Lei nº 5.351/1986, JOANA DO SOCORRO COSTA BARATA, mat. nº 6306667/2, no cargo de Professor Classe I, nível H, pertencente ao quadro de pessoal da Secretaria de Estado de Educação – SEDUC, recebendo nessa situação os proventos mensais de R\$14.086,04 (catorze mil, oitenta e seis reais e quatro centavos), conforme abaixo discriminado:

Vencimento Base – 200h	4.602,50
Aulas Suplementares – 60h	1.380,75
Gratificação pela Escolaridade – 80%	3.682,00
Gratificação Magistério - Vantagem Pessoal Nominalmente Identificada	278,54
Adicional por Tempo de Serviço – 50%	4.142,25
Total de Proventos	14.086,04

II – Esta Portaria produzirá seus efeitos a contar de 01/07/2023.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva

Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 948543

PORTARIA PS Nº 1.300 DE 06 DE JUNHO DE 2023

DISPÕEM sobre a concessão do benefício previdenciário de PENSÃO POR MORTE – PROCESSO Nº 2023/481440.

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:

I – Conceder, com fundamento no que dispõem os artigos 6º, inciso I, 14, inciso X e §1º, 25, inciso I, 25-A, caput e §1º, 29, caput, 31, §1º, inciso II, 36 e 36-C da Lei Complementar nº 39/2002, alterada pelas Leis Complementares nº 44/2003, 49/2005, 51/2006, 70/2010, 110/2016 e 128/2020, o benefício de pensão por morte, no valor de R\$4.770,24 (quatro mil setecentos e setenta reais e vinte e quatro centavos), em favor de DOMINGOS ALADIR CORREA RIBEIRO, na condição de cônjuge da ex-segurada Maria Eunice Ferreira Ribeiro, pertencente ao quadro de inativos da Secretaria de Estado de Educação – SEDUC, onde exerceu o cargo de Professor Assistente P.A.B, mat. nº 249840/1, falecida em 03/04/2023.

II – A implantação do benefício se efetivará a partir de 01/07/2023, com efeitos financeiros retroagindo ao óbito da ex-segurada, respeitando-se os valores, tabelas e percentuais vigentes à época da retroação.

III – Os proventos serão atualizados de acordo com o previsto no art. 40, §8º da Constituição Federal/1988, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 41/2003, c/c o art. 36-C da Lei Complementar nº 39/2002, com redação dada pela Lei Complementar nº 110/2016.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva

Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará

Protocolo: 948551

PORTARIA PS Nº 1.288 DE 06 DE JUNHO DE 2023

DISPÕEM sobre a concessão do benefício previdenciário de PENSÃO POR MORTE – PROCESSO Nº 2023/482492.

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:

I – Conceder, com fundamento no que dispõem os artigos 6º, inciso I, 14, inciso X e §1º, 25, inciso I, 25-A, caput e §1º, 29, caput, 36 e 36-C da Lei Complementar nº 39/2002, alterada pelas Leis Complementares nº 44/2003, 49/2005, 51/2006, 70/2010, 110/2016 e 128/2020 e art. 37, XI, CF/88 c/c Manifestação nº 15/2023 – DIPRE/IGEPSS, o benefício de pensão por morte, no valor de R\$24.990,55 (vinte e quatro mil novecentos e noventa reais e cinquenta e cinco centavos), em favor de IJACIARA SANTOS BRITO, na condição de cônjuge do ex-segurado Alberto Lisboa Cohen, pertencente ao quadro de inativos da Polícia Civil do Estado do Pará – PC/PA, onde exerceu o cargo de Delegado de Polícia, mat. nº 57800/1, falecido em 10/03/2022.

II – A implantação do benefício se efetivará a partir de 01/07/2023, com efeitos financeiros retroagindo ao óbito do ex-segurado, respeitando-se os valores, tabelas e percentuais vigentes à época da retroação.

III – Os proventos serão atualizados de acordo com o previsto no art. 40, §8º da Constituição Federal/1988, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 41/2003, c/c o art. 36-C da Lei Complementar nº 39/2002, com redação dada pela Lei Complementar nº 110/2016.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva

Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará

Protocolo: 948554

PORTARIA PS Nº 1.282 DE 02 DE JUNHO DE 2023

DISPÕEM sobre a concessão do benefício previdenciário de PENSÃO POR MORTE – PROCESSO Nº 2021/784730.

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:

I – Conceder, com fundamento no que dispõem os artigos 6º inciso I e §5º, 14, inciso X, alínea “d”, 25, inciso II, 25-A, caput e §1º, 29, caput, 36 e 36-A, caput e §2º, inciso II, e 36-C da Lei Complementar nº 39/02, alterada pelas Leis Complementares nº. 44/2003, 49/2005, 51/2006, 70/2010 e 110/2016 e 128/2020 /c art. 9º, §1º, inciso II e §4º da Emenda Constitucional Estadual nº 77/2019, o benefício de pensão por morte, no valor de R\$2.555,62 (dois mil quinhentos e cinquenta e cinco reais e sessenta e dois centavos), em favor de ALANDIONE COSTA E SILVA, na condição de companheiro da ex-segurada Lurdes Tristoni, pertencente ao quadro de ativos da Secretaria de Estado de Educação – SEDUC, onde exerceu o cargo de Professor Classe II, mat. nº 5845840/2, falecida em 27/11/2020.

II – A implantação do benefício se efetivará a partir de 01/07/2023, com efeitos financeiros retroagindo ao requerimento administrativo (19/07/2021), respeitando-se os valores, tabelas e percentuais vigentes à época da retroação.

III – Os proventos serão atualizados de acordo com o previsto no art. 40, §8º da Constituição Federal/1988, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 41/2003, c/c o art. 36-C da Lei Complementar nº 39/2002, com redação dada pela Lei Complementar nº 110/2016.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva

Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará

Protocolo: 948563

PORTARIA PS Nº 1.286 DE 05 DE JUNHO DE 2023

DISPÕEM sobre a concessão do benefício previdenciário de PENSÃO POR MORTE – PROCESSOS Nº 2019/473787 E 2020/947484.

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:

I – Conceder, com fundamento no que dispõem os artigos 6º, inciso I, 14, inciso X e §1º, 25, 25-A, inciso I, 29, 29-A, 36 e 36-C da Lei Complementar nº 39/2002, alterada pelas Leis Complementares nº 44/2003, 49/2005, 51/2006, 70/2010 e LC 110/2016 c/c Súmulas Vinculantes nº 15 e nº 16 do Supremo Tribunal Federal, o benefício de pensão por morte, no valor de R\$1.320,00 (um mil trezentos e vinte reais), em favor de ELPÍDIO PEREIRA DA SILVA, na condição de cônjuge da ex-segurada Eulice Lelis da Silva, pertencente ao quadro de inativos da Secretaria de Estado de Educação – SEDUC, onde exerceu o cargo de Agente de Portaria, mat. nº 281344/1, falecida em 14/06/2019.

II – A implantação do benefício se efetivará a partir de 01/07/2023, com efeitos financeiros retroagindo à data do óbito da ex-segurada, respeitando-se os valores, tabelas e percentuais vigentes à época da retroação.

III – Os proventos serão atualizados de acordo com o previsto no art. 40, §8º da Constituição Federal/1988, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 41/2003, c/c o art. 36-C da Lei Complementar nº 39/2002, com redação dada pela Lei Complementar nº 110/2016.

IV – O valor do benefício decorre da aplicação das Súmulas Vinculantes nº 15 e 16 do STF.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva

Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará

Protocolo: 948567

PORTARIA PS Nº 1.290 DE 05 DE JUNHO DE 2023

DISPÕEM sobre a concessão do benefício previdenciário de PENSÃO POR MORTE – PROCESSO Nº 2023/425409.

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:

I – Conceder, com fundamento no que dispõem os artigos 6º, inciso I, 14, inciso X e §1º, 25, inciso I, 25-A, caput e §1º, 29, caput, 31, §1º, inciso II e §2º, 36 e 36-C da Lei Complementar nº 39/2002, alterada pelas Leis Complementares nº 44/2003, 49/2005, 51/2006, 70/2010, 110/2016 e 128/2020, Parecer nº 062/2020-PROJUR/IGEPREV e Súmulas Vinculantes nº 15 e nº 16 do Supremo Tribunal Federal o benefício de pensão por morte, no valor de R\$1.320,00 (um mil trezentos e vinte reais), em favor de MARIA NORMA FERREIRA BRITO, na condição de cônjuge do ex-segurado Estandislau de Souza Brito, pertencente ao quadro de inativos da Secretaria de Estado de Educação – SEDUC, onde exerceu o cargo de Vigia, mat. nº 678643/1, falecido em 22/02/2023.

II – A implantação do benefício se efetivará a partir de 01/07/2023, com efeitos financeiros retroagindo à época do óbito do ex-segurado (22/02/2023), respeitando-se os valores, tabelas e percentuais vigentes à época da retroação.

III – Os proventos serão atualizados de acordo com o previsto no art. 40, §8º da Constituição Federal/1988, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 41/2003, c/c o art. 36-C da Lei Complementar nº 39/2002, com redação dada pela Lei Complementar nº 110/2016.

IV – Ao valor do benefício se aplica o disposto no art. 31, §2º da Lei Complementar nº 39/2002, incluído pela Lei Complementar nº 128/2020, em

razão do acúmulo da presente pensão por morte com benefício de Aposentadoria no âmbito do Regime Próprio de Previdência Social do Estado do Pará, tendo optado pelo benefício de Aposentadoria do Regime Próprio de Previdência Social do Estado do Pará, de forma que o benefício deverá ser recalculado se eventualmente ultrapassar o patamar mínimo.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva

Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará

Protocolo: 948575

PORTARIA PS Nº 1296 DE 05 DE JUNHO DE 2023

Dispõe sobre a concessão do benefício previdenciário de PENSÃO POR MORTE - PROCESSO Nº 2023/371685.

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará - IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:

I - Conceder, com fundamento no que dispõem os artigos 6º, inciso I, 14, inciso X e §1º, 25, inciso II, 25-A, caput e §1º, 29, caput, 36 e 36-C da Lei Complementar nº 39/2002, alterada pelas Leis Complementares nº 44/2003, 49/2005, 51/2006, 70/2010, 110/2016 e 128/2020 c/c art. 33, §7º da Constituição do Estado do Pará com redação da Emenda Constitucional Estadual nº 77/2019 c/c art. 201, §2º da Constituição Federal/1988 e Súmulas Vinculantes nº 15 e nº 16 do Supremo Tribunal Federal c/c Parecer nº 062/2020 - PROJUR/IGEPREV, o benefício de pensão por morte, no valor de R\$ 1.320,00 (mil trezentos e vinte reais), em favor de MARIZETE CAVALCANTE RIBEIRO, na condição de cônjuge da ex-seguradora JOAO MENDES DA SILVA, pertencente ao quadro de inativos da Polícia Civil do Estado do Pará - PCPA, onde ocupou o cargo de Agente de Portaria, sob a matrícula nº 71749-1, falecido em 28/11/2022.

II - A implantação do benefício se efetivará a partir de 01/07/2023, com efeitos financeiros retroagindo à data do requerimento (30/03/2023), respeitando-se os valores, tabelas e percentuais vigentes à época da retroação.

III - Os proventos serão atualizados de acordo com o previsto no art. 40, §8º da Constituição Federal/1988, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 41/2003, c/c o art. 36-C da Lei Complementar nº 39/2002, com redação dada pela Lei Complementar nº 110/2016.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva

Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará

Protocolo: 948591

PORTARIA PS Nº 1.274 DE 02 DE JUNHO DE 2023

DISPÕEM sobre a concessão do benefício previdenciário de PENSÃO POR MORTE - PROCESSOS Nº 2022/1473718 E 2022/1473844.

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará - IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:

I - Conceder o benefício de pensão por morte, nos termos do parecer técnico constante nos autos dos Processos nº 2022/1473718 E 2022/1473844, ficando os percentuais assim distribuídos entre os dependentes habilitados:

I.1 - 50% em favor de JOSY KLIVIAN DAMASCENO TAVARES, na condição de companheira, no valor atualizado de R\$2.490,44 (dois mil quatrocentos e noventa reais e quarenta e quatro centavos), com fundamento no que dispõem os artigos 6º inciso I e §5º, 14, inciso X, alínea "d", 25, inciso II, 25-A, caput e §1º, 29, caput, 30, caput e §2º, 36 e 36-A, caput e §2º, inciso II, e 36-C da Lei Complementar nº 39/02, alterada pelas Leis Complementares nº. 44/2003, 49/2005, 51/2006, 70/2010 e 110/2016 e 128/2020 /c art. 9º, §1º, inciso II e §4º da Emenda Constitucional Estadual nº 77/2019;

I.2 - 50% em favor de JOBSONN LEANDRO DAMASCENO CARDIAS, na condição de filho menor, no valor atualizado de R\$2.490,44 (dois mil quatrocentos e noventa reais e quarenta e quatro centavos), com fundamento no que dispõem os artigos 6º inciso II, 14, inciso III, 25, inciso I e §3º, 25-A, caput e §1º, 29, caput, 30, caput e §2º, 36, 36-A, caput e §2º, inciso II, e 36-C da Lei Complementar nº 39/02, alterada pelas Leis Complementares nº. 44/03, 49/05, 51/06, 70/2010 e 110/2016 e 128/2020/c art. 9º, §1º, inciso II e §4º da Emenda Constitucional Estadual nº 77/2019.

Perfazendo o total atualizado de R\$4.980,87 (quatro mil novecentos e oitenta reais e oitenta e sete centavos), provenientes do óbito do ex-segurador Raimundo Nonato Brito Cardias, pertencente ao quadro de ativos da Secretaria de Estado de Educação - SEDUC, onde ocupou o cargo de Professor Classe II, mat. nº 6310907/2, falecido em 31/07/2022.

II - A implantação do benefício se efetivará a partir de 01/07/2023, com efeitos financeiros retroagindo à data do óbito do ex-segurador para o interessado JOBSONN LEANDRO DAMASCENO CARDIAS; e, com efeitos financeiros retroagindo à data do requerimento administrativo (17/11/2022) para a interessada JOSY KLIVIAN DAMASCENO TAVARES, respeitando-se os valores, tabelas e percentuais vigentes à época da retroação.

III - Os proventos serão atualizados de acordo com o previsto no art. 40, §8º da Constituição Federal/1988, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 41/2003, c/c o art. 36-C da Lei Complementar nº 39/2002, com redação dada pela Lei Complementar nº 110/2016.

IV - A perda da qualidade de um dos dependentes não implicará na reversão da respectiva cota individual, mantendo-se o valor da cota familiar acrescido da(s) cota(s) individuais do(s) pensionista(s) remanescente(s) para fins de recálculo, conforme disposto no art. 30, § 2º, da LC nº 039/2002.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva

Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará

Protocolo: 948596

PORTARIA AP Nº 1.209 DE 26 DE MAIO DE 2023

Dispõe sobre a concessão do benefício previdenciário de aposentadoria POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO - processo PAE nº 2019/22543 E SISPREV Nº 2023.04.1282P.

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará - IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:

I - Aposentar, de acordo com o art. 1º, inciso II, alínea "b", da Lei Complementar nº 51/1985, com as alterações introduzidas pela Lei Complementar nº 144/2014, art. 57, §3º, da Lei Complementar nº 22/1994 e artigos 36 e 96 da Lei Complementar nº 39/2002 e com a redação dada pela Lei Complementar nº 142/2021 e pela Lei Complementar nº 148/2022; art. 69, inciso I, da Lei Complementar nº 22/1994, com as alterações introduzidas pela Lei Complementar nº 80/2012 c/c art. 1º do Decreto nº 1.465/2015; art. 69, incisos II, III e IV, da Lei Complementar nº 22/1994, com as alterações introduzidas pela Lei Complementar nº 46/2004 e pela Lei Complementar nº 80/2012; art. 140, inciso III, da Lei nº 5.810/1994 c/c os artigos 29, inciso "II", alínea "b", 45 e 47, inciso IV, todos da Lei Complementar nº 22/1994 e Súmula nº 16 do TJPA; art. 70, inciso V, "b" e §1º, da Lei Complementar nº 022/94, com as alterações introduzidas pela Lei Complementar nº 46/2004 e Lei Complementar nº 114/2017; art. 131, § 1º, inciso X, da Lei nº 5.810/1994, combinado com o art. 8º, §8º, incisos I a IV da Lei Complementar Federal nº 173/2020, incluídos pela Lei Complementar Federal nº 191/2022, EDICLEUSA MARQUES LOBATO, mat. nº 3240436/2, no cargo de Escrivão de Polícia, Classe D, pertencente ao quadro de pessoal da Polícia Civil do Estado do Pará - PCPA, recebendo nessa situação os proventos mensais de R\$20.831,23 (vinte mil, oitocentos e trinta e um reais e vinte e três centavos), conforme abaixo discriminado:

Vencimento Base	2.670,67
Gratificação de Risco de Vida - 100%	2.670,67
Gratificação de Dedicação Exclusiva - 70%	1.869,47
Gratificação de Tempo Integral - 70%	1.869,47
Gratificação de Polícia Judiciária - 70%	1.869,47
Gratificação pela Escolaridade - 80%	2.136,54
Adicional de Curso de Especialização - 30%	801,20
Adicional por Tempo de Serviço - 50%	6.943,74
Total de Proventos	20.831,23

II - Esta Portaria produzirá seus efeitos a contar de 01/07/2023.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva

Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 948624

PORTARIA PS Nº 1310 DE 07 DE JUNHO DE 2023

Dispõe sobre a concessão do benefício previdenciário de PENSÃO POR MORTE - PROCESSO Nº 2023/429557.

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará - IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:

I - Conceder, com fundamento no que dispõem os artigos 6º, inciso I, 14, inciso X, §1º, 25, inciso II, 25-A, caput, 29, caput, 36 e 36-A, caput e §2º, inciso II, e 36-C da Lei Complementar nº 39/2002, alterada pelas Leis Complementares nº. 44/2003, 49/2005, 51/2006, 70/2010 e 110/2016 e 128/2020 c/c art. 9º, §1º, inciso II e §4º da Emenda Constitucional Estadual nº 77/2019, o benefício de pensão por morte, no valor de R\$ 2.333,03 (dois mil, trezentos e trinta e três reais e três centavos), em favor de MARIA EMILIA DE MACEDO MAIA, na condição de cônjuge do ex-segurador ARI DOS SANTOS LOPES MAIA, pertencente ao quadro de ativos da Secretaria de Estado de Educação - SEDUC, onde ocupava o cargo de Professor Classe Especial I, sob a matrícula nº 54190324/1, falecido em 01/01/2023.

II - A implantação do benefício se efetivará a partir de 01/07/2023, com efeitos financeiros retroagindo à data do requerimento (13/04/2023), respeitando-se os valores, tabelas e percentuais vigentes à época da retroação.

III - Os proventos serão atualizados de acordo com o previsto no art. 40, §8º da Constituição Federal/1988, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 41/2003, c/c o art. 36-C da Lei Complementar nº 39/2002, com redação dada pela Lei Complementar nº 110/2016.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva

Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará

Protocolo: 948629

PORTARIA AP Nº 1.261 DE 31 DE MAIO DE 2023

Dispõe sobre a concessão do benefício previdenciário de aposentadoria POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO - Processo pae nº 2021/809696 E SISPREV Nº 2023.04.1303P.

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará - IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:

I - Aposentar, de acordo com o art. 6º, incisos I, II, III e IV, da Emenda Constitucional nº 41/2003, art. 2º da Emenda Constitucional nº 47/2005 c/c o art. 7º da Emenda Constitucional nº 41/2003 e os artigos 36 e 54-A, incisos I, II, III e IV da Lei Complementar nº 39/2002, com as alterações introduzidas pela Lei Complementar nº 49/2005 e pela Lei Complementar nº 142/2021; art. 131, §1º, inciso XII, da Lei nº 5.810/1994, MARIA OLIVIA SACRAMENTO DE SOUZA, mat. nº 498793/1, na função de Professor Assistente PA-A, pertencente ao quadro de pessoal da Secretaria de Estado de Educação - SEDUC, recebendo nessa situação os proventos mensais de R\$5.660,77 (cinco mil, seiscentos e sessenta reais e setenta e sete centavos), conforme abaixo discriminado:

Vencimento Base - 160h	3.537,98
Adicional por Tempo de Serviço - 60%	2.122,79
Total de Proventos	5.660,77

II – Esta Portaria produzirá seus efeitos a contar de 01/07/2023.
DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 950479

PORTARIA AP Nº 1.174 DE 01 DE JUNHO DE 2023

Dispõe sobre a concessão do benefício previdenciário de aposentadoria POR INVALIDEZ - Processo PAE nº 2019/261293 E SISPREV Nº 2023.03.1262P. O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:

I – Aposentar, de acordo com o art. 40, § 1º, inciso I, da Constituição Federal de 1988, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 41/2003, c/c o art. 6º-A da Emenda Constitucional nº 41/2003, incluído pela Emenda Constitucional nº 70/2012, art. 186, § 1º, da Lei nº 8.112/1990, art. 7º da Emenda Constitucional nº 41/2003 e artigos 16 a 18 e 36 da Lei Complementar nº 39/2002, com redação dada pela Lei Complementar nº 49/2005 e pela Lei Complementar nº 142/2021; art. 6º da Lei nº 9.322/2021; art. 140, inciso III, da Lei nº 5.810/1994; art. 3º e Anexo II da Lei nº 9.322/2021 combinada com o art. 2º da Lei nº 9.500/2022; art. 131, § 1º, inciso IX, da Lei nº 5.810/1994, RAIMUNDA SUELI MENDONÇA BARBOSA, mat. nº 3220745/2, no cargo de Professor Classe II, nível I, pertencente ao quadro de pessoal da Secretaria de Estado de Educação - SEDUC, recebendo nessa situação os proventos mensais de R\$13.190,49 (treze mil, cento e noventa reais e quarenta e nove centavos), conforme abaixo discriminado:

Vencimento Base - 200h	4.694,90
Gratificação de Magistério - Vantagem Pessoal Nominalmente Identificada	310,36
Gratificação de Escolaridade - 80%	3.755,92
Gratificação de Titularidade	432,03
Adicional por Tempo de Serviço - 45%	3.997,28
Total de Proventos	13.190,49

II – Esta Portaria produzirá seus efeitos a contar de 01/07/2023.
DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 950484

PORTARIA AP Nº 1.289 DE 05 DE JUNHO DE 2023.

Dispõe sobre a concessão do benefício previdenciário de aposentadoria POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO – PROCESSO PAE nº 2021/1215591 E SISPREV Nº 2023.04.1392P.

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:

I – Aposentar, de acordo com o art. 6º, incisos I, II, III e IV, da Emenda Constitucional nº 41/2003 c/c o art. 40, § 5º, da Constituição Federal de 1988 com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 20/1998, art. 2º da Emenda Constitucional nº 47/2005 c/c o art. 7º da Emenda Constitucional nº 41/2003 e os artigos 36 e 54-A, incisos I, II, III e IV da Lei Complementar nº 39/2002, com as alterações introduzidas pela Lei Complementar nº 49/2005 e pela Lei Complementar nº 142/2021; art. 6º da Lei nº 9.322/2021; art. 140, inciso III, da Lei nº 5.810/1994; art. 3º e Anexo II da Lei nº 9.322/2021 combinada com o art. 2º da Lei nº 9.500/2022; art. 131, § 1º, inciso IX, da Lei nº 5.810/1994 c/c o art. 36, parágrafo único, da Lei nº 5.351/1986, CATARINA MARIA MANSUR FURTADO, mat. nº 5314402/2, no cargo de Professor Classe II, nível G, pertencente ao quadro de pessoal da Secretaria de Estado de Educação – SEDUC, recebendo nessa situação os proventos mensais de R\$13.854,79 (treze mil, oitocentos e cinquenta e quatro reais e setenta e nove centavos), conforme abaixo discriminado:

Vencimento Base - 200h	4.648,30
Gratificação de Magistério - Vantagem Pessoal Nominalmente Identificada	216,39
Gratificação de Escolaridade - 80%	3.718,64
Gratificação de Titularidade	432,03
Adicional por Tempo de Serviço - 55%	4.839,43
Total de Proventos	13.854,79

II – Esta Portaria produzirá seus efeitos a contar de 01/07/2023.
DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 950494

PORTARIA RET AP Nº 1322 DE 07 DE JUNHO DE 2023

Dispõe sobre a RETIFICAÇÃO DA concessão do benefício previdenciário de aposentadoria POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO – processo PAE nº 2014/28982 E SISPREV Nº 2023.04.0882R1; Considerando a publicação da Lei nº 9.322/2021, com efeitos retroativos a 01/10/2021, que dispõe sobre a remuneração dos profissionais da educação básica da rede pública de ensino do Estado do Pará, acrescenta o art. 32-A à Lei nº 7.442/2010, altera a Lei nº 8.030/2014 e revoga dispositivos da Lei nº 5.351/1986, e da Lei nº 7.442/2010; O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:

I – Retificar a PORTARIA Nº 1990 de 01/09/2010, que aposentou VANDA ALMEIDA DE SOUZA BRITO, mat. nº 368083/1, na função de Professor AD-2, atual Professor Classe Especial, pertencente ao quadro de pessoal da Secretaria de Estado de Educação – SEDUC, com fundamento no art. 6º, incisos I, II, III e IV, da Emenda Constitucional nº 41/2003 c/c o art. 40, § 5º, da Constituição Federal de 1988 com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 20/1998, art. 2º da Emenda Constitucional nº 47/2005 c/c o art. 7º da Emenda Constitucional nº 41/2003 e os artigos 36 e 54-A, incisos I, II, III e IV da Lei Complementar nº 39/2002, com as alterações introduzidas pela Lei Complementar nº 49/2005; art. 37, §2º da Lei nº 5.351/1986 c/c Acórdão nº 16.985/1989 do TCE; art. 131, § 1º, inciso IX, da Lei nº 5.810/1994 c/c o art. 36, parágrafo único, da Lei nº 5.351/1986, de forma a acrescentar a parcela Gratificação Progressiva com base no art. 33, caput, da Lei nº 7.442/2010 e a Vantagem Pessoal Nominalmente Identificada, com fundamento no art. 7º da Lei nº 9.322/2021, passando a receber nessa situação os proventos mensais de proventos mensais de R\$13.875,90 (treze mil, oitocentos e setenta e cinco reais e noventa centavos), conforme abaixo discriminado:

Vencimento Base - 200h	4.602,50
Aulas Suplementares - 60h	1.380,75
Gratificação Progressiva - 50%	2.301,25
Gratificação de Magistério - Vantagem Pessoal Nominalmente Identificada	390,29
Vantagem Pessoal Nominalmente Identificada	1.404,05
Adicional por Tempo de Serviço - 55%	3.797,06
Total de Proventos	13.875,90

II – Esta Portaria produzirá efeitos financeiros a contar de 01/09/2011 (data da implantação da Lei nº 7.442/2010), respeitando-se os valores, tabelas e percentuais vigentes à época da retroação.
DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 950504

PORTARIA AP Nº 1.301 DE 06 DE JUNHO DE 2023

Dispõe sobre a concessão do benefício previdenciário de aposentadoria POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO – processo pae nº 2018/154468 e sisprev nº 2023.04.1407p.

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:

I – Aposentar, de acordo com o art. 3º, incisos I, II, III e parágrafo único, da Emenda Constitucional nº 47/2005, art. 7º da Emenda Constitucional nº 41/2003 e os artigos 36 e 54-C, incisos I, II, III e parágrafo único, da Lei Complementar nº 39/2002, com as alterações introduzidas pela Lei Complementar nº 51/2006 e pela Lei Complementar nº 142/2021; art. 6º da Lei nº 9.322/2021; art. 140, inciso III, da Lei nº 5.810/1994; art. 3º e Anexo II da Lei nº 9.322/2021 combinada com o art. 2º da Lei nº 9.500/2022; art. 131, § 1º, inciso X, da Lei nº 5.810/1994, SONIA MARIA FERREIRA ROBLEDO, mat. nº 468711/1, no cargo de Professor Classe II, nível H, pertencente ao quadro de pessoal da Secretaria de Estado de Educação- SEDUC, recebendo nessa situação os proventos mensais de R\$13.533,04 (treze mil, quinhentos e trinta e três reais e quatro centavos), conforme abaixo discriminado:

Vencimento Base - 200h	4.671,54
Gratificação de Magistério - Vantagem Pessoal Nominalmente Identificada	271,84
Gratificação de Escolaridade - 80%	3.737,23
Gratificação de Titularidade	432,03
Adicional por Tempo de Serviço - 50%	4.420,40
Total de Proventos	13.533,04

II – Esta Portaria produzirá seus efeitos a contar de 01/07/2023.
DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 950516

PORTARIA PS Nº 1.309 DE 07 DE JUNHO DE 2023

DISPÕEM sobre a concessão do benefício previdenciário de PENSÃO POR MORTE – PROCESSO Nº 2022/508490.

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará - IGE- PREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:

I – Conceder, com fundamento no que dispõem os artigos 6º, inciso I e §5º, 14, inciso X e §1º, 25, inciso I, 25-A, caput e §1º, 29, caput, 36, 36-A, caput, §2º, inciso II e 36-C da Lei Complementar nº 39/2002, alterada pelas Leis Complementares nº 44/2003, 49/2005, 51/2006, 70/2010, 110/2016 e 128/2020 c/c art. 9º, §1º, inciso II e §4º da Emenda Constitucional Estadual nº 77/2019 c/c art. 33, §7º da Constituição do Estado do Pará com redação da Emenda Constitucional Estadual nº 77/2019 c/c art. 201, §2º da Constituição Federal/1988 e Súmulas Vinculantes nº 15 e nº 16 do Supremo Tribunal Federal, o benefício de pensão por morte, no valor de R\$1.320,00 (um mil trezentos e vinte reais), em favor de MARIA CREUZA SERRA DOS SANTOS, na condição de cônjuge do ex-segurado João Batista dos Santos, pertencente ao quadro de ativos do Instituto de Assistência dos Servidores do Estado do Pará - IASEP, onde exerceu o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, mat. nº 3154904/1, falecido em 27/03/2023.
II – A implantação do benefício se efetivará a partir de 01/07/2023, com efeitos financeiros retroagindo ao óbito do ex-segurado, respeitando-se os valores, tabelas e percentuais vigentes à época da retroação.
III – Os proventos serão atualizados de acordo com o previsto no art. 40, §8º da Constituição Federal/1988, com redação dada pela Emenda Consti-

tucional nº 41/2003, c/c o art. 36-C da Lei Complementar nº 39/2002, com redação dada pela Lei Complementar nº 110/2016.

IV - O valor do benefício decorre da aplicação das Súmulas Vinculantes nº 15 e 16 do STF, e em observância ao art. 33, §7º, da Constituição do Estado do Pará, com redação dada pela Emenda Constitucional Estadual nº 77/2019 c/c art. 201, §2º da Constituição Federal/1988.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva

Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará

Protocolo: 950530

PORTARIA AP Nº 1.312 DE 07 DE JUNHO DE 2023

Dispõe sobre a concessão do benefício previdenciário de aposentadoria POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO - PROCESSO PAE nº 2018/260718 e sisprev nº 2023.04.1414P.

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará - IGEPREV, em exercício, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:

I - Aposentar, de acordo com o art. 6º, incisos I, II, III e IV, da Emenda Constitucional nº 41/2003 c/c o art. 40, § 5º, da Constituição Federal de 1988 com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 20/1998, art. 2º da Emenda Constitucional nº 47/2005 c/c o art. 7º da Emenda Constitucional nº 41/2003 e os artigos 36 e 54-A, incisos I, II, III e IV da Lei Complementar nº 39/2002, com as alterações introduzidas pela Lei Complementar nº 49/2005 e pela Lei Complementar nº 142/2021; art. 28 da Lei nº 7.442/2010 c/c a Lei nº 8.030/2014 c/c o Acórdão nº 55.856/2016 do TCE/PA; art. 6º da Lei nº 9.322/2021; art. 33 da Lei nº 7.442/2010; art. 3º e Anexo II da Lei nº 9.322/2021 combinada com o art. 2º da Lei nº 9.500/2022; art. 131, § 1º, inciso VIII, da Lei nº 5.810/1994 c/c o art. 36, parágrafo único, da Lei nº 5.351/1986, DIONEIA AMARAL DA SILVA, mat. nº 6300952/2, no cargo de Professor Classe Especial, nível H, pertencente ao quadro de pessoal da Secretaria de Estado de Educação - SEDUC, recebendo nessa situação os proventos mensais de R\$12.603,21 (doze mil, seiscentos e três reais e vinte e um centavos), conforme abaixo discriminado:

Vencimento Base - 200h	4.579,60
Aulas Suplementares - 60h	1.373,88
Gratificação de magistério - Vantagem Pessoal Nominalmente Identificada	277,18
Gratificação Progressiva - 50%	2.289,80
Gratificação de Titularidade	432,03
Adicional por Tempo de Serviço - 50%	3.650,72
Total de Proventos	12.603,21

II - Esta Portaria produzirá seus efeitos a contar de 01/07/2023.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva

Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 950550

PORTARIA PS Nº 1.324 DE 07 DE JUNHO DE 2023

DISPÕEM sobre a concessão do benefício previdenciário de PENSÃO POR MORTE - PROCESSO Nº 2022/1105849.

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará - IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:

I - Conceder, com fundamento no que dispõem os artigos 6º, inciso I e §5º, 14, inciso X e §1º, 25, inciso II, 25-A, caput e §1º, 29, caput, 36, 36-A, caput, §2º, inciso II e 36-C da Lei Complementar nº 39/2002, alterada pelas Leis Complementares nº 44/2003, 49/2005, 51/2006, 70/2010, 110/2016 e 128/2020 c/c art. 9º, §1º, inciso II e §4º da Emenda Constitucional Estadual nº 77/2019 c/c art. 33, §7º da Constituição do Estado do Pará com redação da Emenda Constitucional Estadual nº 77/2019 c/c art. 201, §2º da Constituição Federal/1988 e Súmulas Vinculantes nº 15 e nº 16 do Supremo Tribunal Federal, o benefício de pensão por morte, no valor de R\$1.320,00 (um mil trezentos e vinte reais), em favor de MARIA CLENILDA DE SOUZA, na condição de companheira do ex-segurado Doralino Malato dos Santos, pertencente ao quadro de ativos da Fundação de Atendimento Socioeducativo do Pará - FASEPA, onde exerceu o cargo de Vigia, mat. nº 3217752/1, falecido em 10/09/2021.

II - A implantação do benefício se efetivará a partir de 01/07/2023, com efeitos financeiros retroagindo ao requerimento administrativo (30/08/2022), respeitando-se os valores, tabelas e percentuais vigentes à época da retroação.

III - Os proventos serão atualizados de acordo com o previsto no art. 40, §8º da Constituição Federal/1988, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 41/2003, c/c o art. 36-C da Lei Complementar nº 39/2002, com redação dada pela Lei Complementar nº 110/2016.

IV - O valor do benefício decorre da aplicação das Súmulas Vinculantes nº 15 e 16 do STF, e em observância ao art. 33, §7º, da Constituição do Estado do Pará, com redação dada pela Emenda Constitucional Estadual nº 77/2019 c/c art. 201, §2º da Constituição Federal/1988.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva

Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará

Protocolo: 950562

PORTARIA PS Nº 1.260 DE 31 DE MAIO DE 2023

Dispõe sobre a concessão do benefício previdenciário de PENSÃO POR MORTE - PROCESSO Nº 2023/376081.

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará - IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:

I - Conceder, com fundamento no que dispõem os artigos 6º, inciso II, 14, inciso III, 25, inciso I e §3º, 25-A, caput e §1º, 29, caput, 36-A, caput e §2º, inciso II e art. 36-C da Lei Complementar nº 39/2002, alterada pelas Leis Complementares nº. 44/2003, 49/2005, 51/2006, 70/2010 e 110/2016 e 128/2020 c/c art. 9º, §1º, inciso II e §4º da Emenda Constitucional Estadual nº 77/2019, o benefício de pensão por morte, no valor de R\$2.570,12 (dois mil quinhentos e setenta reais e doze centavos), em favor de ISABEL CRISTINA SANTOS DA COSTA, na condição de filha menor de 21 anos do ex-segurado MANOEL OLIVEIRA DA COSTA, pertencente ao quadro de servidores ativos Polícia Civil do Estado do Pará - PC/PA, onde ocupou o cargo de Investigador de Polícia, sob a matrícula nº 8400783/1, falecido em 12/01/2023.

II - A implantação do benefício se efetivará a partir de 01/07/2023, com efeitos financeiros retroagindo à data do óbito do ex-segurado, respeitando-se os valores, tabelas e percentuais vigentes à época da retroação.

III - Os proventos serão atualizados de acordo com o previsto no art. 40, §8º da Constituição Federal/1988, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 41/2003, c/c e art. 36-C da Lei Complementar nº 39/2002, com redação dada pela Lei Complementar nº 110/2016.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva

Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará

Protocolo: 951059

PORTARIA AP Nº 1.284 DE 02 DE JUNHO DE 2023

Dispõe sobre a concessão do benefício previdenciário de aposentadoria POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO - processo PAE nº 2021/258952 E SISPREV Nº 2022.04.2506p.

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará - IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:

I - Aposentar, de acordo com o art. 3º, incisos I, II, III e parágrafo único, da Emenda Constitucional nº 47/2005, art. 7º da Emenda Constitucional nº 41/2003 e os artigos 36 e 54-C, incisos I, II, III e parágrafo único, da Lei Complementar nº 39/2002, com as alterações introduzidas pela Lei Complementar nº 51/2006 e pela Lei Complementar nº 142/2021; art. 140, inciso III, da Lei nº 5.810/1994; art. 3º e Anexo II da Lei nº 9.322/2021 combinada com o art. 2º da Lei nº 9.500/2022; art. 131, § 1º, inciso XII, da Lei nº 5.810/1994, MARIA CLARA MONTEIRO GONCALVES VIEIRA, mat. nº 731307/2, no cargo de Especialista em Educação Classe II, Nível C, pertencente ao quadro de pessoal da Secretaria de Estado de Educação - SEDUC, recebendo nessa situação os proventos mensais de R\$13.813,94 (treze mil, oitocentos e treze reais e noventa e quatro centavos), conforme abaixo discriminado:

Vencimento Base - 200h	4.556,49
Gratificação pela Escolaridade - 80%	3.645,19
Gratificação de Titularidade	432,03
Adicional por Tempo de Serviço - 60%	5.180,23
Total de Proventos	13.813,94

II - Esta Portaria produzirá seus efeitos a contar de 01/07/2023.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva

Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 951117

PORTARIA AP Nº 1321 DE 07 DE JUNHO DE 2023

Dispõe sobre a concessão do benefício previdenciário de aposentadoria POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO - PROCESSO PAE nº 2018/312639 E SISPREV Nº 2023.04.1391P.

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará - IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:

I - Aposentar, de acordo com o art. 6º, incisos I, II, III e IV, da Emenda Constitucional nº 41/2003 c/c o art. 40, § 5º, da Constituição Federal de 1988 com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 20/1998, art. 2º da Emenda Constitucional nº 47/2005 c/c o art. 7º da Emenda Constitucional nº 41/2003 e os artigos 36 e 54-A, incisos I, II, III e IV da Lei Complementar nº 39/2002, com as alterações introduzidas pela Lei Complementar nº 49/2005 e pela Lei Complementar nº 142/2021; art. 28 da Lei nº 7.442/2010 c/c a Lei nº 8.030/2014 c/c o Acórdão nº 55.856/2016 do TCE/PA; art. 33 da Lei nº 7.442/2010; art. 6º da Lei nº 9.322/2021; art. 131, § 1º, inciso VIII, da Lei nº 5.810/1994 c/c o art. 36, parágrafo único, da Lei nº 5.351/1986, SALETE MARIA BATISTA VIANA, mat. nº 246840/1, na função de Professor Classe Especial, nível I, pertencente ao quadro de pessoal da Secretaria de Estado de Educação - SEDUC, recebendo nessa situação os proventos mensais de R\$5.869,40 (cinco mil, oitocentos e sessenta e nove reais e quarenta centavos), conforme abaixo discriminado:

Vencimento Base - 100h	2.301,25
Aulas Suplementares - 24h	552,30
Gratificação Progressiva - 50%	1.150,63
Gratificação de Magistério - Vantagem Pessoal Nominalmente Identificada	139,28
Adicional por Tempo de Serviço - 50%	1.725,94
Total de Proventos	5.869,40

II - Esta Portaria produzirá seus efeitos a contar de 01/07/2023.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva

Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 951159

PORTARIA AP Nº 1.205 DE 25 DE MAIO DE 2023.

Dispõe sobre a concessão do benefício previdenciário de aposentadoria POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO – PROCESSO PAE nº 2011/102985 E sisprev nº 2023.04.1277p.

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:

I – Aposentar, de acordo com o art. 6º, incisos I, II, III e IV, da Emenda Constitucional nº 41/2003 c/c o art. 40, § 5º, da Constituição Federal de 1988 com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 20/1998, art. 2º da Emenda Constitucional nº 47/2005 c/c o art. 7º da Emenda Constitucional nº 41/2003 e os artigos 36 e 54-A, incisos I, II, III e IV da Lei Complementar nº 39/2002, com as alterações introduzidas pela Lei Complementar nº 49/2005 e pela Lei Complementar nº 142/2021; art. 28 da Lei nº 7.442/2010 c/c a Lei nº 8.030/2014 c/c o Acórdão nº 55.856/2016 do TCE/PA; art. 32-A da Lei nº 7.442/2010 com a redação da Lei nº 9.322/2021; art. 33, inciso IV, da Lei nº 5.351/86 combinado com a Manifestação nº 153/2021-PROJUR/IGEPREV (Protocolo nº 2022/425807); art. 131, § 1º, inciso VIII, da Lei nº 5.810/1994 c/c o art. 36, parágrafo único, da Lei nº 5.351/1986; art. 7º da Lei nº 9.322/2021, MARIA MARGARETE MARINHO CARNEIRO, mat. nº 341185/1, na função de Professor Classe Especial, nível J, pertencente ao quadro de pessoal da Secretaria de Estado de Educação – SEDUC, recebendo nessa situação os proventos mensais de R\$12.663,93 (doze mil, seiscentos e sessenta e três reais e noventa e três centavos), conforme abaixo discriminado:

Vencimento Base – 200h	4.625,52
Aulas Suplementares – 48h	1.110,12
Gratificação de Magistério em Educação Especial – 50%	2.312,76
Gratificação de Titularidade – 5%	231,28
Adicional por Tempo de Serviço – 50%	3.584,78
VPNI	799,47
Total de Proventos	12.663,93

II – Esta Portaria produzirá seus efeitos a contar de 01/07/2023.
DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.
Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 952350

PORTARIA PS Nº 1340 DE 14 DE JUNHO DE 2023

Dispõe sobre a concessão do benefício previdenciário de PENSÃO POR MORTE - PROCESSO Nº 2023/188307.

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:

I – Conceder, com fundamento no que dispõem os artigos 6º, inciso I, 14, inciso X e §1º, 25, inciso I, 25-A, caput e §1º, 29, caput, 36 e 36-C da Lei Complementar nº 39/2002, alterada pelas Leis Complementares nº 44/2003, 49/2005, 51/2006, 70/2010, 110/2016 e 128/2020, o benefício de pensão por morte, no valor de R\$ 3.841,22 (três mil, oitocentos e quarenta e um reais e vinte e dois centavos), em favor de HELENA GOMES RODRIGUES, na condição de companheira do ex-segurado MELQUIADES SOARES DOS SANTOS, pertencente ao quadro de inativos do Tribunal de Justiça do Estado do Pará – TJEP, onde ocupou o cargo de Agente de Segurança, sob a matrícula nº 1717-5, falecido em 26/12/2022.

II – A implantação do benefício se efetivará a partir de 01/07/2023, com efeitos financeiros retroagindo à data do óbito (26/12/2022), respeitando-se os valores, tabelas e percentuais vigentes à época da retroação.

III – Os proventos serão atualizados de acordo com o previsto no art. 40, §8º da Constituição Federal/1988, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 41/2003, c/c o art. 36-C da Lei Complementar nº 39/2002, com redação dada pela Lei Complementar nº 110/2016.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.
Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará

Protocolo: 952352

PORTARIA PS Nº 1.351 DE 15 DE JUNHO DE 2023

DISPÕEM sobre a concessão do benefício previdenciário de PENSÃO POR MORTE - PROCESSO Nº 2023/215183.

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:

I – Conceder, com fundamento no que dispõem os artigos 6º, inciso I, 14, inciso X e §1º, 25, inciso I, 25-A, caput e §1º, 29, caput, 31, §1º, inciso II, 36 e 36-C da Lei Complementar nº 39/2002, alterada pelas Leis Complementares nº 44/2003, 49/2005, 51/2006, 70/2010, 110/2016 e 128/2020, o benefício de pensão por morte, no valor de R\$5.236,40 (cinco mil duzentos e trinta e seis reais e quarenta centavos), em favor de TERTULIANO SILVA DOS SANTOS, na condição de cônjuge da ex-segurada Israelita Ferraz dos Santos, pertencente ao quadro de inativos do Tribunal de Justiça do Estado do Pará – TJ/PA, onde exerceu o cargo de Auxiliar Judiciário, mat. nº 10030, falecida em 18/01/2023.

II – A implantação do benefício se efetivará a partir de 01/07/2023, com efeitos financeiros retroagindo ao óbito da ex-segurada, respeitando-se os valores, tabelas e percentuais vigentes à época da retroação.

III – Os proventos serão atualizados de acordo com o previsto no art. 40, §8º da Constituição Federal/1988, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 41/2003, c/c o art. 36-C da Lei Complementar nº 39/2002, com redação dada pela Lei Complementar nº 110/2016.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.
Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará

Protocolo: 952357

PORTARIA RET PS Nº 1.374 DE 19 DE JUNHO DE 2023

Dispõe sobre a revisão do benefício previdenciário de PENSÃO POR MORTE - PROCESSO Nº 2021/930495.

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39, de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais,

Considerando o pedido de revisão formulado no processo nº 2021/930495 pela pensionista LIENICE ALVES E SILVA, em razão da promoção post-mortem do ex-segurado Ronaldo Nunes de Castro, à graduação de 2º Sargento/PM, concedida pela PORTARIA Nº 007/2003-CPP, publicada no Boletim Geral nº 074, de 17/04/2003, deferido nos autos do processo em epígrafe, resolve:

I – Retificar a graduação do ex-segurado no benefício de pensão por morte concedido pela PORTARIA PS Nº 0679, de 04/07/2002, em decorrência da promoção post-mortem do ex-segurado Ronaldo Nunes de Castro à graduação de 2º Sargento/PM, efetivada pela PORTARIA Nº 007/2003-CPP, com fulcro no art. 64 da Lei nº 5.251/1985 c/c o art. 11 da Lei nº 8.230/2015, cujo valor do benefício será de R\$4.658,41 (quatro mil seiscentos e cinquenta e oito reais e quarenta e um centavos), mantendo-se os demais termos da Portaria 0679, de 04/07/2002.

II – A revisão do benefício se efetivará a partir de 01/07/2023, com efeitos financeiros retroagindo à data do óbito do ex-segurado (25/07/2001), efetuando-se o encontro de contas entre o efetivamente pago e o novo valor inicial dos proventos, compensando-se eventuais valores pagos a maior até a concessão do benefício, conforme determina o § 4º do art. 75 da Lei nº 5.251/1985, acrescido pela Lei nº 6.049/1997.

III – Os proventos deverão ser atualizados de acordo com o previsto no art. 45, §10 da Constituição Estadual/1989, com redação da Emenda Constitucional Estadual nº 15/1999 e art. 40, §3º com redação da Emenda Constitucional nº 20/1998.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.
Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará

Protocolo: 952369

PORTARIA AP Nº 1.307 DE 06 DE JUNHO DE 2023.

Dispõe sobre a concessão do benefício previdenciário de aposentadoria POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO – PROCESSO PAE nº 2021/643668 E SISPREV Nº 2023.04.1217P.

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:

I – Aposentar, de acordo com o art. 6º, incisos I, II, III e IV, da Emenda Constitucional nº 41/2003 c/c o art. 40, § 5º, da Constituição Federal de 1988 com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 20/1998, art. 2º da Emenda Constitucional nº 47/2005 c/c o art. 7º da Emenda Constitucional nº 41/2003 e os artigos 36 e 54-A, incisos I, II, III e IV da Lei Complementar nº 39/2002, com as alterações introduzidas pela Lei Complementar nº 49/2005 e pela Lei Complementar nº 142/2021; art. 6º da Lei nº 9.322/2021; art. 140, inciso III, da Lei nº 5.810/1994; art. 3º e Anexo II da Lei nº 9.322/2021 combinada com o art. 2º da Lei nº 9.500/2022; art. 131, §1º, inciso VIII, da Lei nº 5.810/1994 c/c o art. 36, parágrafo único, da Lei nº 5.351/1986, TANIA DE NAZARE PAMPLONA SEABRA, mat. nº 5618460/2, no cargo de Professor Classe II, nível D, pertencente ao quadro de pessoal da Secretaria de Estado de Educação – SEDUC, recebendo nessa situação os proventos mensais de R\$8.205,35 (oito mil, duzentos e cinco reais e trinta e cinco centavos), conforme abaixo discriminado:

Vencimento Base – 125h	2.862,04
Gratificação Magistério – Vantagem Pessoal Nominalmente Identificada	133,24
Gratificação pela Escolaridade – 80%	2.289,63
Gratificação de Titularidade	229,74
Adicional por Tempo de Serviço – 50%	2.690,70
Total de Proventos	8.205,35

II – Esta Portaria produzirá seus efeitos a contar de 01/07/2023.
DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.
Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 952376

PORTARIA PS Nº 1358 DE 14 DE JUNHO DE 2023

Dispõe sobre a concessão do benefício previdenciário de PENSÃO POR MORTE - PROCESSO Nº 2023/243676.

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:

I – Conceder, com fundamento no que dispõem os artigos 6º, inciso I, 14, inciso X e §1º, 25, inciso II, 25-A, caput e §1º, 29, caput, 31, §1º, II, §2º, 36 e 36-C da Lei Complementar nº 39/2002, alterada pelas Leis Complementares nº 44/2003, 49/2005, 51/2006, 70/2010, 110/2016 e 128/2020 c/c Parecer nº 062/2020-PROJUR/IGEPREV e Súmulas Vinculantes nº 15 e nº 16 do Supremo Tribunal Federal, o benefício de pensão por morte, no valor de R\$ 1.320,00 (mil trezentos e vinte reais), em favor de AMARO

ORDONHO DA SILVA, na condição de cônjuge da ex-segurada MARIA DO SOCORRO MONTEIRO DA SILVA, pertencente ao quadro de inativos da Secretaria de Estado de Saúde – SESPA, onde ocupou o cargo de Mecanógrafo, Nível II, sob a matrícula nº 113522-1, falecida em 14/08/2022.

II – A implantação do benefício se efetivará a partir de 01/07/2023, com efeitos financeiros retroagindo à data do requerimento (29/11/2022), respeitando-se os valores, tabelas e percentuais vigentes à época da retroação.

III – Ao valor do benefício se aplica o disposto no art. 31, §2º da Lei Complementar nº 39/2002, incluído pela Lei Complementar nº 128/2020, em razão do acúmulo da presente pensão por morte com benefício Aposentadoria no âmbito do Regime Geral de Previdência Social, tendo optado pelo benefício de aposentadoria, de forma que o benefício deverá ser recalculado se eventualmente ultrapassar o patamar mínimo.

IV – Os proventos serão atualizados de acordo com o previsto no art. 40, §8º da Constituição Federal/1988, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 41/2003, c/c o art. 36-C da Lei Complementar nº 39/2002, com redação dada pela Lei Complementar nº 110/2016.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva

Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará

Protocolo: 952390

PORTARIA RET AP Nº 1.375 DE 19 DE JUNHO DE 2023

Dispõe sobre a RETIFICAÇÃO E A ATUALIZAÇÃO DA concessão do benefício previdenciário de aposentadoria POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO AUTUADA JUNTO AO TCE NO PROTOCOLO TC/514015/2018; PROCESSO Nº 2023/694857 (PAE)

Considerando a publicação da Lei nº 9.322/2021, com efeitos retroativos a 01/10/2021, que dispõe sobre a remuneração dos profissionais da educação básica da rede pública de ensino do Estado do Pará, acrescenta o art. 32-A à Lei nº 7.442/2010, altera a Lei nº 8.030/2014 e revoga dispositivos da Lei nº 5.351/1986, e da Lei nº 7.442/2010;

Considerando a publicação da Lei nº 9.891/2023, com efeitos financeiros a partir de 01/04/2023, que dispõe sobre a revisão geral dos vencimentos dos servidores civis e militares, ativos, inativos e pensionistas, integrantes da Administração Direta, das Autarquias e Fundações Públicas do Poder Executivo Estadual, bem como sobre a concessão de reajuste aos profissionais do magistério da rede pública de ensino do Estado do Pará;

Considerando os termos da diligência requerida pelo TCE/PA (Ofício nº 202303744/SEGER-TCE), que determinou a retificação da Portaria RET AP nº 5.578 de 06/08/2012;

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:

I – Retificar e atualizar a Portaria RET AP nº 5.578 de 22/11/2022, que aposentou RAIMUNDA EDILA GONÇALVES PANTOJA, mat. nº 550795/1, na função de Professor Assistente PA-A, pertencente ao quadro de pessoal da Secretaria de Estado de Educação – SEDUC, de modo a alterar o percentual do Adicional por Tempo de Serviço de 40% para 50%, e ajustar a fundamentação da concessão do benefício passando a constar o art. 6º, incisos I, II, III e IV, da Emenda Constitucional nº 41/2003 c/c o art. 40, § 5º, da Constituição Federal de 1988 com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 20/1998, art. 2º da Emenda Constitucional nº 47/2005 c/c o art. 7º da Emenda Constitucional nº 41/2003 e os artigos 36 e 54-A, incisos I, II, III e IV da Lei Complementar nº 39/2002, com as alterações introduzidas pela Lei Complementar nº 49/2005 e pela Lei Complementar nº 142/2021; art. 28 da Lei nº 7.442/2010 c/c a Lei nº 8.030/2014 c/c o Acórdão nº 55.856/2016 do TCE/PA; art. 6º da Lei nº 9.322/2021; art. 7º da Lei nº 9.322/2021; art. 131, §1º, inciso VIII, da Lei nº 5.810/1994 c/c o art. 36, parágrafo único, da Lei nº 5.351/1986, recebendo nessa situação os proventos mensais de R\$8.631,98 (oito mil, seiscentos e trinta e um reais e noventa e oito centavos), conforme abaixo discriminado:

Vencimento Base – 200h	4.422,48
Aulas Suplementares – 48h	1.061,40
Gratificação de Magistério – VPNI	357,96
Vantagem Pessoal Nominalmente Identificada	578,90
Adicional por Tempo de Serviço – 50%	2.211,24
Total de Proventos	8.631,98

II – Os efeitos desta Portaria retroagirão a 01/09/2012, data do início dos efeitos da Portaria RET AP nº 5.578 de 22/11/2022;

III – Os valores pagos a maior não serão objeto de restituição pelo segurado, consoante Tema 979 do Superior Tribunal de Justiça e Parecer nº 044/2013-PROJUR/IGEPREV.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva

Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 952435

PORTARIA PS Nº 1.409 DE 22 DE JUNHO DE 2023

Dispõe sobre a concessão do benefício previdenciário de PENSÃO POR MORTE – PROCESSO Nº 2023/557092.

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39, de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:

I – Conceder, com fundamento no que dispõem os artigos 6º, inciso I, 14, inciso X e §1º, 25, inciso II, 25-A caput e §1º, 29 caput, 36 e 36-C da Lei Complementar nº 39/2002, alterada pelas Leis Complementares nº 44/2003, 49/2005, 51/2006, 70/2010, 110/2016 e 128/2020 c/c art. 33, §7º da Constituição do Estado do Pará, com redação da Emenda Constitucional nº 77/2019 c/c art. 201, §2º da Constituição Federal de 1988 e as Súmulas Vinculantes nº 15 e nº 16 do Supremo Tribunal Federal, o benefício de pensão por morte no valor de R\$1.320,00 (um mil trezentos

e vinte), em favor de SONIA MARIA FAVACHO DIAS, na condição de cônjuge do ex-segurado VALDEMAR GUIMARAES MONTEIRO, pertencente ao quadro de servidores inativos da Secretaria Executiva de transporte – SE-TRAN, onde exerceu o cargo de Braçal, mat. nº 2029804/1, falecido em 04/01/2023.

II – A implantação do benefício se efetivará a partir de 01/07/2023, com efeitos financeiros retroagindo à data do requerimento (15/05/2023), respeitando-se os valores, tabelas e percentuais vigentes à época da retroação.

III – Os proventos serão atualizados de acordo com o previsto no art. 40, §8º da Constituição Federal/1988, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 41/2003, c/c o art. 36-C da Lei Complementar nº 39/2002, com redação dada pela Lei Complementar nº 110/2016.

IV – Ao valor do benefício será aplicada a diferença complementar, nos termos do art. 33, §7º da Constituição do Estado do Pará, com redação da Emenda Constitucional nº 77/2019 c/c art. 201, §2º da Constituição Federal de 1988 e as Súmulas Vinculantes nº 15 e nº 16 do Supremo Tribunal Federal.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva

Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará

Protocolo: 955572

PORTARIA PS Nº 1265 DE 31 DE MAIO DE 2023

Dispõe sobre a concessão do benefício previdenciário de PENSÃO POR MORTE – PROCESSO Nº 2019/400730.

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:

I – Conceder, com fundamento no que dispõem os artigos 6º, inciso I, 14, inciso X e §1º, 25, 25-A, inciso II, 29, 29-A, 36 e 36-C da Lei Complementar nº 39/2002, alterada pelas Leis Complementares nº 44/2003, 49/2005, 51/2006, 70/2010, o benefício de pensão por morte, no valor de R\$ 3.971,37 (três mil, novecentos e setenta e um reais e trinta e sete centavos) em favor de MARIA DAS MERCES DE SOUSA FREITAS, na condição de cônjuge do ex-segurado JOSIAS BORGES DE FREITAS, pertencente ao quadro de servidores ativos da Secretaria de Estado de Educação – SEDUC, onde ocupava o cargo de Professor Classe I, sob a matrícula nº 276820/1, falecido em 30/04/2019.

II – A implantação do benefício se efetivará a partir de 01/07/2023, com efeitos financeiros retroagindo à data do óbito (30/04/2019), respeitando-se os valores, tabelas e percentuais vigentes à época da retroação.

III – Os proventos serão atualizados de acordo com o previsto no art. 40, §8º da Constituição Federal/1988, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 41/2003, c/c o art. 36-C da Lei Complementar nº 39/2002, com redação dada pela Lei Complementar nº 110/2016.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva

Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará

Protocolo: 955591

PORTARIA RET. PS Nº 1.447 DE 26 DE JUNHO DE 2023

DISPÕE sobre a retificação da portaria RETIFICADORA de pensão por morte nº 531/2023 – PROCESSO Nº 2021/879709.

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, Considerando a necessidade de retificação do valor do benefício de pensão por morte da beneficiária MARIA DE JESUS DA CRUZ DAS CHAGAS, concedido por meio da Portaria RET PS nº 531 de 08 de março de 2023, publicada no Diário Oficial do Estado nº 35.355 de 10/04/2023, resolve:

I – Retificar a PORTARIA PS Nº 531 de 08 de março de 2023, que atualizou os valores do benefício de pensão por morte em favor de MARIA DE JESUS DA CRUZ DAS CHAGAS, na condição de cônjuge do ex-segurado ALDERSON SANTOS DAS CHAGAS, cujo valor atualizado dos proventos passará ao total de R\$ 14.696,54 (quatorze mil, seiscentos e noventa e seis reais e cinquenta e quatro centavos), permanecendo inalterados os demais termos da referida portaria.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva

Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará

Protocolo: 955597

PORTARIA AP Nº 1.314 DE 06 DE JUNHO DE 2023

Dispõe sobre a concessão do benefício previdenciário de aposentadoria POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO – processo PAE nº 2022/469746 E SIS-Prev Nº 2023.04.1411P.

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:

I – Aposentar, de acordo com o art. 1º, inciso II, alínea “a”, da Lei Complementar nº 51/1985, com as alterações introduzidas pela Lei Complementar nº 144/2014, art. 57, §3º, da Lei Complementar nº 22/1994 e artigos 36 e 96 da Lei Complementar nº 39/2002 e com a redação dada pela Lei Complementar nº 142/2021 e pela Lei Complementar nº 148/2022; art. 69, inciso I, da Lei Complementar nº 22/1994, com as alterações introduzidas pela Lei Complementar nº 80/2012 c/c art. 1º do Decreto nº 1.465/2015; art. 69, incisos II, III e IV, da Lei Complementar nº 22/1994, com as alterações introduzidas pela Lei Complementar nº 46/2004 e pela Lei Complementar nº 80/2012; art. 140, inciso III, da Lei nº 5.810/1994 c/c os artigos 29, inciso “II”, alínea “a”, 45 e 47, inciso IV, todos da Lei Complementar nº 22/1994 e Súmula nº 16 do TJP; art. 70, inciso V, “a” e “b” e §1º, da Lei Complementar nº 022/94, com as alterações introduzi-

das pela Lei Complementar nº 46/2004 e Lei Complementar nº 114/2017; art. 131, §1º, inciso X, da Lei nº 5.810/1994, combinado com o art. 8º, § 8º, incisos I a IV da Lei Complementar Federal nº 173/2020, incluídos pela Lei Complementar Federal nº 191/2022, ANTONIO PAULO ESTEVES DA SILVA, mat. nº 5332168/1, no cargo de Investigador de Polícia, Classe D, pertencente ao quadro de pessoal da Polícia Civil do Estado do Pará - PCPA, recebendo nessa situação os proventos mensais de R\$20.831,23 (vinte mil, oitocentos e trinta e um reais e vinte e três centavos), conforme abaixo discriminado:

Vencimento Base	2.670,67
Gratificação de Risco de Vida - 100%	2.670,67
Gratificação de Dedicação Exclusiva - 70%	1.869,47
Gratificação de Tempo Integral - 70%	1.869,47
Gratificação de Polícia Judiciária - 70%	1.869,47
Gratificação pela Escolaridade - 80%	2.136,54
Adicional de Curso de Especialização - 30%	801,20
Adicional por Tempo de Serviço - 50%	6.943,74
Total de Proventos	20.831,23

II - Esta Portaria produzirá seus efeitos a contar de 01/07/2023.
DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.
Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 955609

PORTARIA PS Nº 1451 DE 26 DE JUNHO DE 2023

Dispõe sobre a concessão do benefício previdenciário de PENSÃO POR MORTE - PROCESSO Nº 2023/599871.

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará - IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:

I - Conceder, com fundamento no que dispõem os artigos 6º, inciso I, 14, inciso X e §1º, 25, inciso I, 25-A, caput e §1º, 29, caput, 36 e 36-C da Lei Complementar nº 39/2002, alterada pelas Leis Complementares nº 44/2003, 49/2005, 51/2006, 70/2010, 110/2016 e 128/2020, o benefício de pensão por morte, no valor de R\$ 5.499,30 (cinco mil, quatrocentos e noventa e nove reais e trinta centavos), em favor de FERNANDO AUGUSTO MACHADO DOS SANTOS, na condição de cônjuge da ex-segurada MARIA DAS GRAÇAS FERREIRA DOS SANTOS, pertencente ao quadro de inativos da Secretaria de Estado de Educação - SEDUC, onde ocupou o cargo de Professor Classe Especial, sob a matrícula nº 389269/1, falecida em 17/05/2023.

II - A implantação do benefício se efetivará a partir de 01/07/2023, com efeitos financeiros retroagindo à data do óbito (24/05/2023), respeitando-se os valores, tabelas e percentuais vigentes à época da retroação.

III - Os proventos serão atualizados de acordo com o previsto no art. 40, §8º da Constituição Federal/1988, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 41/2003, c/c o art. 36-C da Lei Complementar nº 39/2002, com redação dada pela Lei Complementar nº 110/2016.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.
Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará

Protocolo: 955623

PORTARIA AP Nº 1.417 DE 23 DE JUNHO DE 2023

Dispõe sobre a concessão do benefício previdenciário de aposentadoria POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO - PROCESSO PAE nº 2018/190204 E SISPREV Nº 2023.04.1503P.

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará - IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:

I - Aposentar, de acordo com o art. 6º, incisos I, II, III e IV, da Emenda Constitucional nº 41/2003 c/c o art. 40, § 5º, da Constituição Federal de 1988 com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 20/1998, art. 2º da Emenda Constitucional nº 47/2005 c/c o art. 7º da Emenda Constitucional nº 41/2003 e os artigos 36 e 54-A, incisos I, II, III e IV da Lei Complementar nº 39/2002, com as alterações introduzidas pela Lei Complementar nº 49/2005 e pela Lei Complementar nº 142/2021; art. 6º da Lei nº 9.322/2021; art. 140, inciso III, da Lei nº 5.810/1994; art. 131, § 1º, inciso XII, da Lei nº 5.810/1994 c/c o art. 36, parágrafo único, da Lei nº 5.351/1986; art. 7º da Lei nº 9.322/2021, GELFFSON BRANDAO LOBO, mat. nº 206563/1, na função de Professor Colaborador Nível Superior, pertencente ao quadro de pessoal da Secretaria de Estado de Educação - SEDUC, recebendo nessa situação os proventos mensais de R\$13.976,86 (treze mil, novecentos e setenta e seis reais e oitenta e seis centavos), conforme abaixo discriminado:

Vencimento Base - 200h	4.444,60
Gratificação de Magistério - VPNI	355,88
Gratificação pela Escolaridade - 80%	3.555,68
Adicional por Tempo de Serviço - 70%	5.600,20
VPNI	20,50
Total de Proventos	13.976,86

II - Esta Portaria produzirá seus efeitos a contar de 01/07/2023.
DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.
Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 956118

PORTARIA AP Nº 1.359 DE 15 DE JUNHO DE 2023

Dispõe sobre a concessão do benefício previdenciário de aposentadoria POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO - Processo nº 2021/266786 E SISPREV Nº 2023.04.1444P

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará - IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:

I - Aposentar, de acordo com o art. 6º, incisos I, II, III e IV, da Emenda Constitucional nº 41/2003, art. 2º da Emenda Constitucional nº 47/2005 c/c o art. 7º da Emenda Constitucional nº 41/2003 e os artigos 36 e 54-A, incisos I, II, III e IV da Lei Complementar nº 39/2002, com as alterações introduzidas pela Lei Complementar nº 49/2005 e pela Lei Complementar nº 142/2021; art. 140, inciso III, da Lei nº 5.810/1994 c/c art. 7º, inciso I, da Lei nº 9.880/2023; art. 130, § 1º e caput, da Lei nº 5.810/1994 c/c o art. 94, § 2º, da Lei Complementar nº 39/2002, com as alterações trazidas pela Lei Complementar nº 44/2003; art. 131, §1º, inciso XII, da Lei nº 5.810/1994 c/c art. 7º inciso III, da Lei nº 9.880/2023; art. 131, §1º, inciso XII, da Lei nº 5.810/1994 c/c art. 7º, inciso III, da Lei nº 9.880/2023, CARLOS BALBINO TORRES POTIGUAR, mat. nº 40053/1, na função de Consultor Jurídico, pertencente ao quadro de pessoal da Secretaria de Estado de Justiça e Direitos Humanos - SEJUDH, recebendo nessa situação os proventos mensais de R\$27.389,26 (vinte e sete mil, trezentos e oitenta e nove reais e vinte e seis centavos), conforme abaixo discriminado:

Vencimento Base	6.500,00
Gratificação pela Escolaridade - 80%	5.200,00
Adicional pelo Exercício de Cargo em Comissão de Diretor Jurídico (DAS-5) - 100%	5.418,29
Adicional por Tempo de Serviço - 60%	10.270,97
Total de Proventos	27.389,26

II - Os efeitos jurídicos desta Portaria retroagirão a 14/08/2015, data em que o servidor completou 70 anos de idade, conforme interpretação do art. 111 da Lei nº 5.810/1994.

III - Os efeitos financeiros desta Portaria contarão a partir de 01/07/2023, data da implantação do benefício na folha de pagamento de inativos, considerando que o servidor vinha recebendo normalmente pela folha de ativos da Secretaria de Estado de Planejamento e Administração - SEPLAD.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.
Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 956183

PORTARIA AP Nº 1.303 DE 27 DE JUNHO DE 2023

Dispõe sobre a concessão do benefício previdenciário de aposentadoria POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO - PROCESSO PAE nº 2012/342540.

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará - IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:

I - Aposentar, de acordo com o art. 6º, incisos I, II, III e IV, da Emenda Constitucional nº 41/2003 c/c o art. 40, § 5º, da Constituição Federal de 1988 com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 20/1998, art. 2º da Emenda Constitucional nº 47/2005 c/c o art. 7º da Emenda Constitucional nº 41/2003 e os artigos 36 e 54-A, incisos I, II, III e IV da Lei Complementar nº 39/2002, com as alterações introduzidas pela Lei Complementar nº 49/2005 e pela Lei Complementar nº 142/2021; art. 28 da Lei nº 7.442/2010 c/c a Lei nº 8.030/2014 c/c o Acórdão nº 55.856/2016 do TCE/PA; art. 6º da Lei nº 9.322/2021; art. 33 da Lei nº 7.442/2010; art. 3º e Anexo II da Lei nº 9.322/2021 combinada com o art. 2º da Lei nº 9.500/2022; art. 130, § 1º e caput, da Lei nº 5.810/1994 c/c o art. 94, § 2º, da Lei Complementar nº 39/2002, com as alterações trazidas pela Lei Complementar nº 44/2003; art. 131, § 1º, inciso IX, da Lei nº 5.810/1994 c/c o art. 36, parágrafo único, da Lei nº 5.351/1986, MARIA DO PERPETUO SOCORRO PINTO VASCONCELOS, mat. nº 302660/1, no cargo de Professor Classe Especial, nível K, pertencente ao quadro de pessoal da Secretaria de Estado de Educação - SEDUC, recebendo nessa situação os proventos mensais de R\$13.567,71 (treze mil, quinhentos e sessenta e sete reais e sessenta e um centavos), conforme abaixo discriminado:

Vencimento Base - 200h	4.648,64
Aulas Suplementares - 48h	1.115,67
Gratificação de Magistério VPNI	281,36
Gratificação Progressiva - 50%	2.324,32
Gratificação de Titularidade	432,03
Adicional pelo Exercício de Função Gratificada de Diretor de Unidade Escolar (GD-2) - 70%	447,06
Adicional por Tempo de Serviço - 55%	4.318,63
Total de Proventos	13.567,71

II - Esta Portaria produzirá seus efeitos a contar de 01/07/2023.
DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.
Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 956192

PORTARIA PS Nº 1.462 DE 27 DE JUNHO DE 2023

Dispõe sobre a concessão do benefício previdenciário de PENSÃO POR MORTE - PROCESSOS Nº 2020/671231; 2020/972535 E 2020/780508.

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará - IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:

I - Incluir no benefício de pensão por morte, concedido pela Portaria PS nº 675, de 16/03/2021 nos processos nº 2020/671268, 2020/671324 e 2021/558551, a beneficiária ANIELLI MOREIRA DA COSTA, nos termos do parecer técnico constante nos autos dos Processos 2020/671231; 2020/972535 E 2020/780508, ficando os percentuais assim distribuídos entre os dependentes habilitados:

I.1 – 30,64% em favor de BIANCA REGINA MOREIRA DA ROCHA, na condição de filha, no valor atualizado de R\$4.680,09 (quatro mil seiscentos e oitenta reais e nove centavos), com fundamento no que dispõem os artigos 6º, inciso II, 14, inciso III, 25, inciso I, 25-A, caput e § 1º, 29, caput, 36 e 36-A, caput e § 2º, inciso II da Lei Complementar nº 39/2002, alterada pelas Leis Complementares nº 44/2003, 49/2005, 51/2006, 70/2010, 110/2016 e 128/2020 c/c art. 9º, §4º da Emenda Constitucional Estadual nº 77/2019;

I.2 – 30,64% em favor de BEATRIZ REGINA MOREIRA DA ROCHA, na condição de filho, no valor atualizado de R\$4.680,09 (quatro mil seiscentos e oitenta reais e nove centavos), com fundamento no que dispõem os artigos 6º, inciso II, 14, inciso III, 25, inciso I, 25-A, caput e § 1º, 29, caput, 36 e 36-A, caput e § 2º, inciso II da Lei Complementar nº 39/2002, alterada pelas Leis Complementares nº 44/2003, 49/2005, 51/2006, 70/2010, 110/2016 e 128/2020 c/c art. 9º, §4º da Emenda Constitucional Estadual nº 77/2019;

I.3 – 8,07% em favor de MARIA DAS GRACAS CUNHA DA ROCHA, na condição de ex-cônjuge, no valor atualizado de R\$1.232,51 (um mil duzentos e trinta e dois reais e cinquenta e um centavos), com fundamento no que dispõem os artigos 6º, §6º, 25-A, caput e § 1º, 29, caput e § 2º, 30, caput e § 2º, 36 e 36-C da Lei Complementar nº 39/2002, alterada pelas Leis Complementares nº 44/2003, 49/2005, 51/2006, 70/2010, 110/2016 e 128/2020 c/c art. 9º, §1º, inciso II e §4º da Emenda Constitucional Estadual nº 77/2019;

I.4 – 30,64% em favor de ANIELLI MOREIRA DA COSTA, na condição de companheira, no valor atualizado de R\$4.680,09 (quatro mil seiscentos e oitenta reais e nove centavos), com fundamento no que dispõem os artigos 6º, inciso I e §5º, 14, inciso X, alínea "d", 25, inciso I, 25-A, caput e § 1º, 29, caput, 36, 36-A, caput, § 2º, inciso II e 36-C da Lei Complementar nº 39/2002, alterada pelas Leis Complementares nº 44/2003, 49/2005, 51/2006, 70/2010, 110/2016 e 128/2020 c/c art. 9º, §1º, inciso II e §4º da Emenda Constitucional Estadual nº 77/2019.

Perfazendo o total de R\$15.272,79 (quinze mil duzentos e setenta e dois reais e setenta e nove centavos), provenientes do óbito do ex-segurado José Welson Soares da Rocha, pertencente ao quadro de ativos Polícia Civil do Estado do Pará – PC/PA, onde ocupou o cargo de Delegado de Polícia, mat. nº 70258/2, falecido em 23/07/2020.

II – A inclusão da beneficiária no rateio da pensão se efetivará a partir de 01/07/2023, com efeitos financeiros retroagindo à data do óbito do ex-segurado, respeitando-se os valores, tabelas e percentuais vigentes à época da retroação.

III – Os proventos serão atualizados de acordo com o previsto no art. 40, §8º da Constituição Federal/1988, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 41/2003, c/c o art. 36-C da Lei Complementar nº 39/2002, com redação dada pela Lei Complementar nº 110/2016.

V – A perda da qualidade de um dos dependentes não implicará na reversão da respectiva cota individual, mantendo-se o valor da cota familiar acrescido da(s) cota(s) individuais do(s) pensionista(s) remanescente(s) para fins de recálculo, conforme disposto no art. 30, § 2º, da LC nº 039/2002. DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

Ilton Gussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará

Protocolo: 956207

PORTARIA PS Nº 1.469 DE 27 DE JUNHO DE 2023

DISPÕEM sobre a concessão do benefício previdenciário de PENSÃO POR MORTE – PROCESSO Nº 2022/1086533.

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:

I – Conceder, com fundamento no que dispõem os artigos 6º, inciso I, 14, inciso X e §1º, 25, inciso III, 25-A, caput e §1º, 29, caput, 36 e 36-C da Lei Complementar nº 39/2002, alterada pelas Leis Complementares nº 44/2003, 49/2005, 51/2006, 70/2010, 110/2016 e 128/2020 c/c art. 33, §7º da Constituição do Estado do Pará com redação da Emenda Constitucional Estadual nº 77/2019 c/c art. 201, §2º da Constituição Federal/1988 e Súmulas Vinculantes nº 15 e nº 16 do Supremo Tribunal Federal, o benefício de pensão por morte, no valor de R\$1.320,00 (um mil trezentos e vinte reais), em favor de RAIMUNDO RENATO VILHENA, na condição de cônjuge da ex-segurada Maria Fabriciana Leão Vilhena, pertencente ao quadro de inativos da Secretaria de Estado de Educação – SEDUC, onde exerceu o cargo de Escrevente Datilógrafo, mat. nº 600636/1, falecida em 13/08/2022.

II – A implantação do benefício se efetivará a partir de 01/07/2023, com efeitos financeiros retroativos à data do cancelamento do Benefício de Prestação Continuada – BPC (11/05/2023), respeitando-se os valores, tabelas e percentuais vigentes à época da retroação.

III – Os proventos serão atualizados de acordo com o previsto no art. 40, §8º da Constituição Federal/1988, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 41/2003, c/c o art. 36-C da Lei Complementar nº 39/2002, com redação dada pela Lei Complementar nº 110/2016.

IV – O valor do benefício decorre da aplicação das Súmulas Vinculantes nº 15 e 16 do STF, e em observância ao art. 33, §7º, da Constituição do Estado do Pará, com redação dada pela Emenda Constitucional Estadual nº 77/2019 c/c art. 201, §2º da Constituição Federal/1988.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

Ilton Gussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará

Protocolo: 956210

PORTARIA AP Nº 1.292 DE 05 DE JUNHO DE 2023

Dispõe sobre a concessão do benefício previdenciário de aposentadoria POR idade e TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO - processo PAE nº 2021/111861 E SISPREV Nº 2023.04.1397P.

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:

I – Aposentar, de acordo com o art. 4º, caput, da Emenda Constitucional nº 77/2019 c/c art. 1º, inciso II, alínea "b", da Lei Complementar nº 51/1985, com as alterações introduzidas pela Lei Complementar nº 144/2014, art. 57, §3º, da Lei Complementar nº 22/1994 e artigos 36 e 96 da Lei Complementar nº 39/2002 e com a redação dada pela Lei Complementar nº 142/2021 e pela Lei Complementar nº 148/2022 e Memorando Circular nº 46/2022-DIPRE/IGEPREV; art. 69, inciso I, da Lei Complementar nº 22/1994, com as alterações introduzidas pela Lei Complementar nº 80/2012 c/c art. 1º do Decreto nº 1.465/2015; art. 69, incisos II, III e IV, da Lei Complementar nº 22/1994, com as alterações introduzidas pela Lei Complementar nº 46/2004 e pela Lei Complementar nº 80/2012; art. 140, inciso III, da Lei nº 5.810/1994 c/c os artigos 29, inciso "II", alínea "b", 45 e 47, inciso IV, todos da Lei Complementar nº 22/1994 e Súmula nº 16 do TJPA; art. 70, inciso V, "a" e "b" e §1º, da Lei Complementar nº 022/94, com as alterações introduzidas pela Lei Complementar nº 46/2004 e Lei Complementar nº 114/2017; art. 131, §1º, inciso VII, da Lei nº 5.810/1994, combinado com o art. 8º, § 8º, incisos I a IV da Lei Complementar Federal nº 173/2020, incluídos pela Lei Complementar Federal nº 191/2022, MARCIA CRISTINA DE OLIVEIRA UCHOA mat. nº 5808413/5, no cargo de Escrivão de Polícia, Classe D, pertencente ao quadro de pessoal da Polícia Civil do Estado do Pará – PCPA, recebendo nessa situação os proventos mensais de R\$18.748,11 (dezoito mil, setecentos e quarenta e oito reais e onze centavos), conforme abaixo discriminado:

Vencimento Base	2.670,67
Gratificação de Risco de Vida – 100%	2.670,67
Gratificação de Dedicação Exclusiva – 70%	1.869,47
Gratificação de Tempo Integral – 70%	1.869,47
Gratificação de Polícia Judiciária – 70%	1.869,47
Gratificação pela Escolaridade – 80%	2.136,54
Adicional de Curso de Especialização – 30%	801,20
Adicional por Tempo de Serviço – 35%	4.860,62
Total de Proventos	18.748,11

II – Esta Portaria produzirá seus efeitos a contar de 01/07/2023.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

Ilton Gussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 956242

PORTARIA AP Nº 1.299 DE 06 DE JUNHO DE 2023

Dispõe sobre a concessão do benefício previdenciário de aposentadoria POR IDADE - Processo PAE nº 2020/553492 E SISPREV Nº 2023.02.1270p. O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:

I – Aposentar, de acordo com o art. 40, § 1º, inciso III, alínea "b", da Constituição Federal de 1988, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 41/2003, artigo 1º § 5º da Lei nº 10.887/2004, artigos 22, inciso II, 36, 36-A, 36-B e 36-C da Lei Complementar nº 39/2002, com as alterações trazidas pela Lei Complementar nº 49/2005 e 110/2016, LUIZ CHAVES DO NASCIMENTO, mat. nº 6027369/3, no cargo de Professor Classe Especial, Nível F, pertencente ao quadro de pessoal da Secretaria de Estado de Educação – SEDUC, recebendo nessa situação os proventos mensais de R\$ 4.912,24 (quatro mil, novecentos e doze reais e vinte e quatro centavos), conforme abaixo discriminado:

Proventos proporcionais a 99,1311% (12.664 dias de 12.775 dias) sobre o valor da média aritmética simples (R\$4.895,57)	4.853,03
Proventos mensais com aplicação dos índices do INPC (setembro/2022 a julho/2023)	4.912,24
Total de Proventos	4.912,24

II – Os efeitos jurídicos desta Portaria retroagirão a 08/09/2022 data em que o servidor completou 75 anos de idade, conforme interpretação do §3º, art. 21, da Lei Complementar nº 39/2002 com a redação dada pela Lei Complementar nº 128/2020.

III – Os efeitos financeiros desta Portaria contarão a partir de 01/07/2023 data da implantação do benefício na folha de pagamento de inativos, considerando que o servidor vinha recebendo normalmente pela folha de ativos da Secretaria de Estado de Planejamento e Administração – SEPLAD.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

Ilton Gussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 956266

PORTARIA AP Nº 1408 DE 22 DE JUNHO DE 2023

Dispõe sobre a concessão do benefício previdenciário de aposentadoria POR IDADE e TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO - Processo pae nº 2012/535838 E SISPREV Nº 2023.04.1499P.

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:

I – Aposentar, de acordo com o art. 6º, incisos I, II, III e IV, da Emenda Constitucional nº 41/2003, art. 2º da Emenda Constitucional nº 47/2005 c/c o art. 7º da Emenda Constitucional nº 41/2003 e os artigos 36 e 54-A, incisos I, II, III e IV da Lei Complementar nº 39/2002, com as alterações

introduzidas pela Lei Complementar nº 49/2005 e pela Lei Complementar nº 142/2021; art. 28 da Lei nº 7.442/2010 c/c a Lei nº 8.030/2014 c/c o Acórdão nº 55.856/2016 do TCE/PA; art. 33 da Lei nº 7.442/2010; art. 6º da Lei nº 9.322/2021; art. 131, §1º, inciso X, da Lei nº 5.810/1994, MARIA DO CARMO SOUZA DOS SANTOS, mat. nº 324566/2, no cargo de Professor Classe Especial, Nível F, pertencente ao quadro de pessoal da Secretaria de Estado de Educação – SEDUC, recebendo nessa situação os proventos mensais de R\$11.849,21 (onze mil, oitocentos e quarenta e nove reais e vinte e um centavos), conforme abaixo discriminado:

Vencimento Base – 200h	4.534,16
Aulas Suplementares – 60h	1.360,25
Gratificação Progressiva – 50%	2.267,08
Gratificação de Magistério – Vantagem Pessoal Nominalmente Identificada	287,10
Adicional por Tempo de Serviço – 50%	3.400,62
Total de Proventos	11.849,21

II – Esta Portaria produzirá seus efeitos a contar de 01/07/2023.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva

Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 956272

PORTARIA PS Nº 1.460 DE 27 DE JUNHO DE 2023

DISPÕEM sobre a concessão do benefício previdenciário de PENSÃO POR MORTE – PROCESSO Nº 2023/174470.

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:

I – Conceder, com fundamento no que dispõem os artigos 6º, inciso I, 14, inciso X e §1º, 25, inciso III, 25-A, caput e §1º, 29, caput, 36 e 36-C da Lei Complementar nº 39/2002, alterada pelas Leis Complementares nº 44/2003, 49/2005, 51/2006, 70/2010, 110/2016 e 128/2020 c/c art. 33, §7º da Constituição do Estado do Pará com redação da Emenda Constitucional Estadual nº 77/2019 c/c art. 201, §2º da Constituição Federal/1988 e Súmulas Vinculantes nº 15 e nº 16 do Supremo Tribunal Federal, o benefício de pensão por morte, no valor de R\$1.320,00 (um mil trezentos e vinte reais), em favor de MARIA REIS DO ROSÁRIO, na condição de cônjuge do ex-segurado Benedito Correa do Rosário, pertencente ao quadro de inativos da Secretaria de Estado de Transporte – SETRAN, onde exerceu o cargo de Braçal, mat. nº 2037602/1, falecido em 12/10/2022.

II – A implantação do benefício se efetivará a partir de 01/07/2023, com efeitos financeiros retroativos à data do cancelamento do Benefício de Prestação Continuada – BPC (11/05/2023), respeitando-se os valores, tabelas e percentuais vigentes à época da retroação.

III – Os proventos serão atualizados de acordo com o previsto no art. 40, §8º da Constituição Federal/1988, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 41/2003, c/c o art. 36-C da Lei Complementar nº 39/2002, com redação dada pela Lei Complementar nº 110/2016.

IV – O valor do benefício decorre da aplicação das Súmulas Vinculantes nº 15 e 16 do STF, e em observância ao art. 33, §7º, da Constituição do Estado do Pará, com redação dada pela Emenda Constitucional Estadual nº 77/2019 c/c art. 201, §2º da Constituição Federal/1988.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva

Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará

Protocolo: 956276

PORTARIA AP Nº 1.308 DE 06 DE JUNHO DE 2023

Dispõe sobre a concessão do benefício previdenciário de aposentadoria POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO – PROCESSO PAE nº 2018/136534 E SISPREV Nº 2023.04.1410P.

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:

I – Aposentar, de acordo com o art. 6º, incisos I, II, III e IV, da Emenda Constitucional nº 41/2003 c/c o art. 40, § 5º, da Constituição Federal de 1988 com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 20/1998, art. 2º da Emenda Constitucional nº 47/2005 c/c o art. 7º da Emenda Constitucional nº 41/2003 e os artigos 36 e 54-A, incisos I, II, III e IV da Lei Complementar nº 39/2002, com as alterações introduzidas pela Lei Complementar nº 49/2005 e pela Lei Complementar nº 142/2021; art. 28 da Lei nº 7.442/2010 c/c a Lei nº 8.030/2014 c/c o Acórdão nº 55.856/2016 do TCE/PA; art. 6º da Lei nº 9.322/2021; art. 131, § 1º, inciso X, da Lei nº 5.810/1994 c/c o art. 36, parágrafo único, da Lei nº 5.351/1986, FRANCISCA LOPES DE SOUSA, mat. nº 428299/1, na função de Professor Assistente PA-A, pertencente ao quadro de pessoal da Secretaria de Estado de Educação – SEDUC, recebendo nessa situação os proventos mensais de R\$8.670,38 (oito mil, seiscentos e setenta reais e trinta e oito centavos), conforme abaixo discriminado:

Vencimento Base – 200h	4.422,48
Aulas Suplementares – 60h	1.326,74
Gratificação de Magistério VPNI	267,67
Adicional por Tempo de Serviço – 60%	2.653,49
Total de Proventos	8.670,38

II – Esta Portaria produzirá seus efeitos a contar de 01/07/2023.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva

Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 956345

PORTARIA PS Nº 1370 DE 16 DE JUNHO DE 2023

Dispõe sobre a concessão do benefício previdenciário de PENSÃO POR MORTE – PROCESSO Nº 2023/584706.

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:

I – Conceder, com fundamento no que dispõem os artigos 6º, inciso I, 14, inciso X e §1º, 25, inciso II, 25-A, caput e §1º, 29, caput, 36 e 36-C da Lei Complementar nº 39/2002, alterada pelas Leis Complementares nº 44/2003, 49/2005, 51/2006, 70/2010, 110/2016 e 128/2020 c/c art. 9º, §1º, inciso II e §4º da Emenda Constitucional Estadual nº 77/2019 c/c art. 33, §7º da Constituição do Estado do Pará com redação da Emenda Constitucional Estadual nº 77/2019 c/c art. 201, §2º da Constituição Federal/1988 e Súmulas Vinculantes nº 15 e nº 16 do Supremo Tribunal Federal, o benefício de pensão por morte, no valor de R\$ 1.320,00 (mil, trezentos e vinte reais), em favor de ALDENORA RODRIGUES PEREIRA, na condição de companheira do ex-segurado JOAO OBIRAERCIO RABELO MENDES, pertencente ao quadro de inativos da Secretaria de Estado de Saúde – SESPA, onde ocupou o cargo de Técnico de Laboratório, sob a matrícula nº 95753-1, falecido em 20/01/2023.

II – A implantação do benefício se efetivará a partir de 01/07/2023, com efeitos financeiros retroagindo à data do requerimento (22/05/2023), respeitando-se os valores, tabelas e percentuais vigentes à época da retroação.

III – Os proventos serão atualizados de acordo com o previsto no art. 40, §8º da Constituição Federal/1988, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 41/2003, c/c o art. 36-C da Lei Complementar nº 39/2002, com redação dada pela Lei Complementar nº 110/2016.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva

Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará

Protocolo: 953041

PORTARIA RET AP Nº 1.379 DE 20 DE JUNHO DE 2023

Dispõe sobre a RETIFICAÇÃO E A ATUALIZAÇÃO DA concessão do benefício previdenciário de aposentadoria POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO AUTUADA JUNTO AO TCE NO PROTOCOLO TC/513974/2018; PROCESSO Nº 2023/694796 (PAE)

Considerando a publicação da Lei nº 9.322/2021, com efeitos retroativos a 01/10/2021, que dispõe sobre a remuneração dos profissionais da educação básica da rede pública de ensino do Estado do Pará, acrescenta o art. 32-A à Lei nº 7.442/2010, altera a Lei nº 8.030/2014 e revoga dispositivos da Lei nº 5.351/1986, e da Lei nº 7.442/2010;

Considerando a publicação da Lei nº 9.891/2023, com efeitos financeiros a partir de 01/04/2023, que dispõe sobre a revisão geral dos vencimentos dos servidores civis e militares, ativos, inativos e pensionistas, integrantes da Administração Direta, das Autarquias e Fundações Públicas do Poder Executivo Estadual, bem como sobre a concessão de reajuste aos profissionais do magistério da rede pública de ensino do Estado do Pará; Considerando os termos da diligência requerida pelo TCE/PA (Ofício nº 202303762/SEGER-TCE), que determinou a retificação da Portaria RET AP nº 5.537 de 28/10/2022;

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:

I – Retificar e atualizar a Portaria RET AP nº 5.537 de 28/10/2022, que aposentou MARLENE DOS SANTOS DA ROCHA, mat. nº 268836/1, na função de Professor Classe Especial, nível J, pertencente ao quadro de pessoal da Secretaria de Estado de Educação – SEDUC, de modo a alterar o percentual do Adicional por Tempo de Serviço de 45% para 55%, e ajustar a fundamentação da concessão do benefício passando a constar o art. 6º, incisos I, II, III e IV, da Emenda Constitucional nº 41/2003 c/c o art. 40, § 5º, da Constituição Federal de 1988 com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 20/1998, art. 2º da Emenda Constitucional nº 47/2005 c/c o art. 7º da Emenda Constitucional nº 41/2003 e os artigos 36 e 54-A, incisos I, II, III e IV da Lei Complementar nº 39/2002, com as alterações introduzidas pela Lei Complementar nº 49/2005 e pela Lei Complementar nº 142/2021; art. 28 da Lei nº 7.442/2010 c/c a Lei nº 8.030/2014 c/c o Acórdão nº 55.856/2016 do TCE/PA; art. 33 da Lei nº 7.442/2010; art. 6º da Lei nº 9.322/2021; art. 7º da Lei nº 9.322/2021; art. 131, §1º, inciso IX, da Lei nº 5.810/1994 c/c o art. 36, parágrafo único, da Lei nº 5.351/1986, recebendo nessa situação os proventos mensais de R\$15.150,46 (quinze mil, cento e cinquenta reais e quarenta e seis centavos), conforme abaixo discriminado:

Vencimento Base – 200h	4.625,52
Aulas Suplementares – 84h	1.942,72
Gratificação Progressiva – 50%	2.312,76
Gratificação de Magistério – VPNI	428,37
Vantagem Pessoal Nominalmente Identificada	2.025,04
Adicional por Tempo de Serviço – 55%	3.816,05
Total de Proventos	15.150,46

II – Os efeitos desta Portaria retroagirão a 13/01/2012, data do início dos efeitos da Portaria RET AP nº 5.357 de 28/10/2022;

III – Os valores pagos a maior não serão objeto de restituição pelo segurado, consoante Tema 979 do Superior Tribunal de Justiça e Parecer nº 044/2013-PROJUR/IGEPREV.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva

Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 953055

PORTARIA PS Nº 1.347 DE 14 DE JUNHO DE 2023

DISPÕEM sobre a concessão do benefício previdenciário de PENSÃO POR MORTE - PROCESSO Nº 2023/561747.

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará - IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:

I - Conceder, com fundamento no que dispõem os artigos 6º, inciso I e §5º, 14, inciso X e §1º, 25, inciso I, 25-A, caput e §1º, 29, caput, 36, 36-A, caput, §2º, inciso II e 36-C da Lei Complementar nº 39/2002, alterada pelas Leis Complementares nº 44/2003, 49/2005, 51/2006, 70/2010, 110/2016 e 128/2020 c/c art. 9º, §1º, inciso II e §4º da Emenda Constitucional Estadual nº 77/2019, o benefício de pensão por morte, no valor de R\$2.303,97 (dois mil trezentos e três reais e noventa e sete centavos), em favor de CYNTHIA RODRIGUES DE SANTA HELENA CORREA, na condição de cônjuge do ex-segurado Evitom Corrêa de Sousa, pertencente ao quadro de ativos da Secretaria de Estado de Educação - SEDUC, onde exerceu o cargo de Professor Classe II, mat. nº 54188854/2, falecido em 02/03/2023.

II - A implantação do benefício se efetivará a partir de 01/07/2023, com efeitos financeiros retroagindo ao óbito do ex-segurado, respeitando-se os valores, tabelas e percentuais vigentes à época da retroação.

III - Os proventos serão atualizados de acordo com o previsto no art. 40, §8º da Constituição Federal/1988, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 41/2003, c/c o art. 36-C da Lei Complementar nº 39/2002, com redação dada pela Lei Complementar nº 110/2016.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva

Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará

Protocolo: 953187

PORTARIA PS Nº 1.346 DE 14 DE JUNHO DE 2023

DISPÕEM sobre a concessão do benefício previdenciário de PENSÃO POR MORTE - PROCESSO Nº 2023/561936.

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará - IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:

I - Conceder, com fundamento no que dispõem os artigos 6º, inciso I e §5º, 14, inciso X e §1º, 25, inciso I, 25-A, caput e §1º, 29, caput, 36, 36-A, caput, §2º, inciso II e 36-C da Lei Complementar nº 39/2002, alterada pelas Leis Complementares nº 44/2003, 49/2005, 51/2006, 70/2010, 110/2016 e 128/2020 c/c art. 9º, §1º, inciso II e §4º da Emenda Constitucional Estadual nº 77/2019, o benefício de pensão por morte, no valor de R\$2.431,42 (dois mil quatrocentos e trinta e um reais e quarenta e dois centavos), em favor de CYNTHIA RODRIGUES DE SANTA HELENA CORREA, na condição de cônjuge do ex-segurado Evitom Corrêa de Sousa, pertencente ao quadro de ativos da Universidade do Estado do Pará - UEPA, onde exerceu o cargo de Professor Adjunto, mat. nº 54188854/1, falecido em 02/03/2023.

II - A implantação do benefício se efetivará a partir de 01/07/2023, com efeitos financeiros retroagindo ao óbito do ex-segurado, respeitando-se os valores, tabelas e percentuais vigentes à época da retroação.

III - Os proventos serão atualizados de acordo com o previsto no art. 40, §8º da Constituição Federal/1988, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 41/2003, c/c o art. 36-C da Lei Complementar nº 39/2002, com redação dada pela Lei Complementar nº 110/2016.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva

Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará

Protocolo: 953458

PORTARIA PS Nº 1348 DE 14 DE JUNHO DE 2023

Dispõe sobre a concessão do benefício previdenciário de PENSÃO POR MORTE - PROCESSO Nº 2023/579482.

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará - IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:

I - Conceder, com fundamento no que dispõem os artigos 6º, inciso I, 14, inciso X e §1º, 25, inciso I, 25-A, caput e §1º, 29, caput, 31, §1º, II, §2º, 36 e 36-C da Lei Complementar nº 39/2002, alterada pelas Leis Complementares nº 44/2003, 49/2005, 51/2006, 70/2010, 110/2016 e 128/2020 c/c Parecer nº 062/2020-PROJUR/IGEPREV e Súmulas Vinculantes nº 15 e nº 16 do Supremo Tribunal Federal, o benefício de pensão por morte, no valor de R\$ 1.320,00 (mil trezentos e vinte reais), em favor de JOAO VELOSO DOS SANTOS, na condição de cônjuge da ex-segurada ESMERALDA SALES DOS SANTOS, pertencente ao quadro de inativos da Secretaria de Estado de Educação - SEDUC, onde ocupou o cargo de Agente de Portaria, sob a matrícula nº 548618-1, falecida em 20/04/2023.

II - A implantação do benefício se efetivará a partir de 01/07/2023, com efeitos financeiros retroagindo à data do óbito (20/04/2023), respeitando-se os valores, tabelas e percentuais vigentes à época da retroação.

III - Ao valor do benefício se aplica o disposto no art. 31, §2º da Lei Complementar nº 39/2002, incluído pela Lei Complementar nº 128/2020, em razão do acúmulo da presente pensão por morte com benefício de Aposentadoria no âmbito do Regime Geral de Previdência Social, tendo optado pelo benefício de aposentadoria, de forma que o benefício deverá ser recalculado se eventualmente ultrapassar o patamar mínimo.

VI - Os proventos serão atualizados de acordo com o previsto no art. 40, §8º da Constituição Federal/1988, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 41/2003, c/c o art. 36-C da Lei Complementar nº 39/2002, com redação dada pela Lei Complementar nº 110/2016.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva

Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará

Protocolo: 953475

PORTARIA AP Nº 1.338 DE 14 DE JUNHO DE 2023

Dispõe sobre a concessão do benefício previdenciário de aposentadoria POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO - processo PAE nº 2019/514363 E SISPREV Nº 2023.04.1426P.

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará - IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:

I - Aposentar, de acordo com o art. 13, caput, incisos I, II, III, IV, §2º, inciso I, e §3º, inciso I, da Emenda à Constituição Estadual nº 77/2019 combinado com o art. 7º da Emenda Constitucional nº 41/2003 e o artigo 36 da Lei Complementar nº 39/2002 com a redação dada pela Lei Complementar nº 142/2021; art. 19, inciso II da Lei nº 6.839/2006; art. 140, inciso III, da Lei nº 5.810/1994 c/c com o art. 19, §2º da Lei nº 6.839/2006; art. 131, § 1º, inciso IX, da Lei nº 5.810/1994, LILIAN CRISTINA CALDEIRA THOME, mat. nº 5166276/2, no cargo de Professor Assistente, classe B, nível III, pertencente ao quadro de pessoal da Universidade do Estado do Pará - UEPA, recebendo nessa situação os proventos mensais de R\$10.450,11 (dez mil, quatrocentos e cinquenta reais e onze centavos), conforme abaixo discriminado:

Vencimento Base - 200h	3.079,90
Gratificação Incentivo de Pós-Graduação - 54%	1.663,15
Gratificação pela Escolaridade - 80%	2.463,92
Adicional por Tempo de Serviço - 45%	3.243,14
Total de Proventos	10.450,11

II - Esta Portaria produzirá seus efeitos a contar de 01/07/2023.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva

Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 953757

PORTARIA PS Nº 1.389 DE 21 DE JUNHO DE 2023

DISPÕEM sobre a concessão do benefício previdenciário de PENSÃO POR MORTE - PROCESSO Nº 2023/603337.

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará - IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:

I - Conceder, com fundamento no que dispõem os artigos 6º, inciso I, 14, inciso X e §1º, 25, inciso I, 25-A, caput e §1º, 29, caput, 36 e 36-C da Lei Complementar nº 39/2002, alterada pelas Leis Complementares nº 44/2003, 49/2005, 51/2006, 70/2010, 110/2016 e 128/2020 c/c art. 33, §7º da Constituição do Estado do Pará com redação da Emenda Constitucional Estadual nº 77/2019 c/c art. 201, §2º da Constituição Federal/1988 e Súmulas Vinculantes nº 15 e nº 16 do Supremo Tribunal Federal, o benefício de pensão por morte, no valor de R\$1.320,00 (um mil trezentos e vinte reais), em favor de OGUIMAR MONTEIRO DE ARAUJO, na condição de cônjuge do ex-segurado Arlindo Teixeira de Araujo, pertencente ao quadro de inativos da Secretaria de Estado de Transporte - SETRAN, onde exerceu o cargo de Braçal, mat. nº 2033623/1, falecido em 04/04/2023.

II - A implantação do benefício se efetivará a partir de 01/07/2023, com efeitos financeiros retroagindo ao óbito do ex-segurado, respeitando-se os valores, tabelas e percentuais vigentes à época da retroação.

III - Os proventos serão atualizados de acordo com o previsto no art. 40, §8º da Constituição Federal/1988, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 41/2003, c/c o art. 36-C da Lei Complementar nº 39/2002, com redação dada pela Lei Complementar nº 110/2016.

IV - O valor do benefício decorre da aplicação das Súmulas Vinculantes nº 15 e 16 do STF, e em observância ao art. 33, §7º, da Constituição do Estado do Pará, com redação dada pela Emenda Constitucional Estadual nº 77/2019 c/c art. 201, §2º da Constituição Federal/1988.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva

Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará

Protocolo: 953766

PORTARIA PS Nº 1.376 DE 21 DE JUNHO DE 2023

DISPÕEM sobre a concessão do benefício previdenciário de PENSÃO POR MORTE - PROCESSO Nº 2023/632249.

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará - IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:

I - Conceder, com fundamento no que dispõem os artigos 6º, inciso I, 14, inciso X e §1º, 25, inciso I, 25-A, caput e §1º, 29, caput, 36 e 36-C da Lei Complementar nº 39/2002, alterada pelas Leis Complementares nº 44/2003, 49/2005, 51/2006, 70/2010, 110/2016 e 128/2020, o benefício de pensão por morte, no valor de R\$4.760,92 (quatro mil setecentos e sessenta reais e noventa e dois centavos), em favor de WALDO CEZAR MOREIRA GUEIROS, na condição de companheiro da ex-segurada Maria do Carmo Lopes Corea, pertencente ao quadro de inativos da Secretaria de Estado de Saúde Pública - SESPA, onde exerceu o cargo de Nutricionista, mat. nº 3225585/2, falecida em 12/04/2023.

II - A implantação do benefício se efetivará a partir de 01/07/2023, com efeitos financeiros retroagindo ao óbito da ex-segurada, respeitando-se os valores, tabelas e percentuais vigentes à época da retroação.

III - Os proventos serão atualizados de acordo com o previsto no art. 40, §8º da Constituição Federal/1988, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 41/2003, c/c o art. 36-C da Lei Complementar nº 39/2002, com redação dada pela Lei Complementar nº 110/2016.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva

Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará

Protocolo: 953777

PORTARIA RET AP Nº 2.315 DE 21 DE JUNHO DE 2023

Dispõe sobre a RETIFICAÇÃO do benefício previdenciário de aposentadoria POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO nº 2018/189873.

A Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, em exercício, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:

I – Retificar a PORTARIA AP Nº 1.079, de 18/05/2023, que aposentou SILVA MARQUES GOMES QUADROS, mat. nº 6317499/2, no cargo de Professor Classe Especial, nível H, pertencente ao quadro de pessoal da Secretaria de Estado de Educação – SEDUC, de acordo com o art. 6º, incisos I, II, III e IV, da Emenda Constitucional nº 41/2003 c/c o art. 40, § 5º, da Constituição Federal de 1988 com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 20/1998, art. 2º da Emenda Constitucional nº 47/2005 c/c o art. 7º da Emenda Constitucional nº 41/2003 e os artigos 36 e 54-A, incisos I, II, III e IV da Lei Complementar nº 39/2002, com as alterações introduzidas pela Lei Complementar nº 49/2005 e pela Lei Complementar nº 142/2021; art. 28 da Lei nº 7.442/2010 c/c a Lei nº 8.030/2014 c/c o Acórdão nº 55.856/2016 do TCE/PA; art. 6º da Lei nº 9.322/2021; art. 33 da Lei nº 7.442/2010; art. 3º e Anexo II da Lei nº 9.322/2021 combinada com o art. 2º da Lei nº 9.500/2022; art. 131, § 1º, inciso IX, da Lei nº 5.810/1994 c/c o art. 36, parágrafo único, da Lei nº 5.351/1986, de forma que o nome da interessada passe a constar como SILVIA MARQUES GOMES QUADROS, permanecendo inalteradas as demais informações e valores das parcelas, percebendo à época os proventos mensais de R\$5.746,71 (cinco mil, setecentos e quarenta e seis reais e setenta e um centavos), conforme abaixo discriminado:

Vencimento Integral – 100h	2.289,80
Gratificação de Magistério – VPNI	151,38
Gratificação Progressiva – 50%	1.144,90
Gratificação de Titularidade	175,19
Adicional por Tempo de Serviço – 55%	1.985,44
Total de Proventos	5.746,71

II– Os efeitos desta Portaria retroagirão a 01/06/2023, data da concessão do benefício previdenciário de aposentadoria, sem gerar efeitos financeiros. DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 953790

PORTARIA RET AP Nº 1.333 DE 13 DE JUNHO DE 2023

DISPÕE SOBRE A RETIFICAÇÃO DE BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO DE APOSENTADORIA POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO AUTUADO JUNTO AO TCE NO PROTOCOLO 523333/2018-TCE; PROCESSO Nº 2023/393737-IGEPREV.

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09.01.2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais.

Considerando os termos da diligência requerida pelo TCE/PA (Ofício nº 202302056-SEGER-TCE), que determinou a retificação da PORTARIA AP Nº 2186 de 21/06/2018;

RESOLVE:

I - Retificar a PORTARIA AP Nº 2186, de 21 de junho de 2018, que aposentou MARIA DE FÁTIMA BARROS DE MELO SANTOS, Mat. 508837/2 no cargo de Professor Classe II, Nível K, lotada na Secretaria de Estado de Educação – SEDUC, alterando Aulas Suplementares de 108h para 96h, passando a constar: o art. 6º incisos I, II, III e IV da EC nº 41/03 c/c o art. 40, §5º da CF/88, os artigos 2º e 5º da EC nº 47/05 e o art. 54-A, incisos I, II, III e IV da LC nº 39/02, com as alterações introduzidas pela Lei Complementar nº49/05; art. 37, §2º da Lei 5.351/86 c/c Acórdão nº 55.856 do TCE/PA de 06/07/2016; art. 31, III da Lei nº 7.442/10; art. 32, caput, da Lei nº 7.442/2010 c/c art. 35, caput da Lei nº 5.351/86; art. 140, III, da Lei nº 5.810/94; art. 130, § 1º da Lei nº 5.810/94 c/c § 2º do art. 94 da LC nº 39/02, com nova redação dada pela LC nº 44/2003; art. 131, §1º, inciso X da Lei nº 5.810/94, c/c art. 36, parágrafo único da Lei nº 5.351/86; recebendo nessa situação os proventos mensais de R\$17.269,92 (dezesete mil, duzentos e sessenta e nove reais, e noventa e dois centavos) conforme abaixo discriminados:

Vencimento Base – 200h	4.741,96
Adicional pelo Exercício de Função Gratificada – 90%	191,08
Aulas Suplementares – 96h	2.276,14
Gratificação Magistério – 10%	339,96
Gratificação pela Escolaridade – 80%	3.793,57
Gratificação de Titularidade – 100%	432,03
Adicional por Tempo de Serviço – 60%	5.495,18
Proventos mensais	17.269,92

II - Os efeitos desta Portaria retroagirão a 01 de julho de 2018, data do início dos efeitos da PORTARIA AP Nº 2186.

III - Os valores pagos a maior não serão objeto de restituição pela seguradora, consoante jurisprudência pacífica do Superior Tribunal de Justiça (Tema 979).

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 952788

PORTARIA RET AP Nº 398 DE 16 DE FEVEREIRO DE 2023

Dispõe sobre a RETIFICAÇÃO E A ATUALIZAÇÃO DA concessão do benefício previdenciário de aposentadoria POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO AUTUADA JUNTO AO TCE NO PROTOCOLO TC/518333/2018; PROCESSO Nº 2023/117456 (PAE)

Considerando a publicação da Lei nº 9.322/2021, com efeitos retroativos a 01/10/2021, que dispõe sobre a remuneração dos profissionais da educação básica da rede pública de ensino do Estado do Pará, acrescenta o art. 32-A à Lei nº 7.442/2010, altera a Lei nº 8.030/2014 e revoga dispositivos da Lei nº 5.351/1986, e da Lei nº 7.442/2010;

Considerando a publicação da Lei nº 9.500/2022, com efeitos financeiros a partir de 01/04/2022, que dispõe sobre a revisão geral dos vencimentos dos servidores civis e militares, ativos, inativos e pensionistas, integrantes da Administração Direta, das Autarquias e Fundações Públicas do Poder Executivo Estadual, bem como sobre a concessão de reajuste aos profissionais do magistério da rede pública de ensino do Estado do Pará;

Considerando os termos da diligência requerida pelo TCE/PA (Ofício nº 202300317/SEGER-TCE), que determinou a retificação da PORTARIA AP Nº 1.362 de 11/04/2018;

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:

I – Retificar e atualizar a PORTARIA AP Nº 1.362 de 11/04/2018, que aposentou MARIA EUNICE FERREIRA DA SILVA, mat. nº 599417/1, na função de Professor Classe I, nível K, pertencente ao quadro de pessoal da Secretaria de Estado de Educação - SEDUC, de modo a alterar a quantidade de Aulas Suplementares de 156h para 48h, e ajustar a fundamentação da concessão do benefício passando a constar o art. 6º, incisos I, II, III e IV, da Emenda Constitucional nº 41/2003 c/c o art. 40, § 5º, da Constituição Federal de 1988 com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 20/1998, art. 2º da Emenda Constitucional nº 47/2005 c/c o art. 7º da Emenda Constitucional nº 41/2003 e os artigos 36 e 54-A, incisos I, II, III e IV da Lei Complementar nº 39/2002, com as alterações introduzidas pela Lei Complementar nº 49/2005 e pela Lei Complementar nº 142/2021; art. 28 da Lei nº 7.442/2010 c/c a Lei nº 8.030/2014 c/c o Acórdão nº 55.856/2016 do TCE/PA; art. 6º da Lei nº 9.322/2021; art. 7º da Lei nº 9.322/2021; art. 140, inciso III, da Lei nº 5.810/1994; art. 33, inciso IV, da Lei nº 5.351/86 combinado com a Manifestação nº 153/2021-PROJUR/IGEPREV (Protocolo nº 2022/425807); art. 131, §1º, inciso X, da Lei nº 5.810/1994 c/c o art. 36, parágrafo único, da Lei nº 5.351/1986, recebendo nessa situação os proventos mensais de R\$15.677,81 (quinze mil, seiscentos e setenta e sete reais e oitenta e um centavos), conforme abaixo discriminado:

Vencimento Base – 200h	4.671,88
Aulas Suplementares – 48h	1.121,25
Gratificação de Magistério – VPNI	387,13
Vantagem Pessoal Nominalmente Identificada	340,68
Gratificação pela Escolaridade – 80%	3.737,50
Gratificação de Titularidade – 5%	233,59
Adicional por Tempo de Serviço – 60%	5.185,78
Total de Proventos	15.677,81

II – Os efeitos desta Portaria retroagirão a 01/05/2018, data do início dos efeitos da PORTARIA AP Nº 1.362 de 11/04/2018;

III – Os valores pagos a maior não serão objeto de restituição pelo segurado, consoante Tema 979 do Superior Tribunal de Justiça e Parecer nº 044/2013-PROJUR/IGEPREV.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 952809

PORTARIA RET AP Nº 1.336 DE 13 DE JUNHO DE 2023

Dispõe sobre a RETIFICAÇÃO E A ATUALIZAÇÃO DA concessão do benefício previdenciário de aposentadoria POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO AUTUADA JUNTO AO TCE NO PROTOCOLO TC/014459/2021; PROCESSO Nº 2023/646016 (PAE)

Considerando os termos da diligência requerida pelo TCE/PA (Ofício nº 202303532/SEGER-TCE), que determinou a retificação da PORTARIA Nº 1.354 de 21/03/2012;

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:

I – Retificar e atualizar a PORTARIA Nº 1.354 de 21/03/2012, que aposentou CÂNDIDO PARAGUASSU DE LEMOS ELERES, mat. nº 3083209/1, na função de Defensor Público de 3ª Entrância, pertencente ao quadro de pessoal da Defensoria Pública do Estado do Pará – DPE/PA, de modo a alterar a proporcionalidade de 38,129% para 71,5929% sobre o valor da média apurada, e ajustar a fundamentação da concessão do benefício passando a constar o art. 40, § 1º, inciso II, da Constituição Federal de 1988, com as alterações trazidas pelas Emendas Constitucionais nº 20/1998 e 41/2003, artigo 1º da Lei nº 10.887/2004, artigos 21, 36, 36-A, 36-B e 36-C da Lei Complementar nº 39/2002, com as alterações trazidas pelas Leis Complementares nº 49/2005, nº 51/2006 e 110/2016, recebendo nessa situação os proventos mensais de R\$13.722,38 (treze mil, setecentos e vinte e dois reais e oito centavos), conforme abaixo discriminado:

Proventos proporcionais a (71,5929)% (9.146 dias de 12.775 dias) sobre o valor da média aritmética simples (R\$ 10.172,12)	7.282,22
Proventos mensais com aplicação dos índices do INPC (05/2012 a 07/2023)	13.722,38
Total de Proventos	13.722,38

II – Os efeitos jurídicos desta Portaria retroagirão a 01/05/2012, data do início dos efeitos da PORTARIA Nº 1.354 de 21/03/2012;
III – Os valores pagos a maior não serão objeto de restituição pelo segurado, consoante Tema 979 do Superior Tribunal de Justiça e Parecer nº 044/2013-PROJUR/IGEPREV.
DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 952837

PORTARIA AP Nº 1.293 DE 05 DE JUNHO DE 2023

Dispõe sobre a concessão do benefício previdenciário de aposentadoria POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO – processo nº 2020/555521 E SISPREV Nº 2023.04.1399P.
O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:
I – Aposentar, de acordo com o art. 13, caput, incisos I, II, III, IV, §2º, inciso I, e §3º, inciso I, da Emenda à Constituição Estadual nº 77/2019 combinado com o art. 7º da Emenda Constitucional nº 41/2003 e o artigo 36 da Lei Complementar nº 39/2002 com a redação dada pela Lei Complementar nº 142/2021; art. 6º da Lei nº 9.322/2021; art. 140, inciso III, da Lei nº 5.810/1994; art. 131, § 1º, inciso XII, da Lei nº 5.810/1994, MARIO MONTEIRO DO CARMO, mat. nº 119024/2, no cargo de professor classe I, nível A, pertencente ao quadro de pessoal da Secretaria de Estado de Educação – SEDUC, nível A, recebendo nessa situação os proventos mensais de R\$13.094,26 (treze mil, noventa e quatro reais e vinte e seis centavos), conforme abaixo discriminado:

Vencimento Base – 200h	4.444,60
Gratificação de magistério – Vantagem Pessoal Nominalmente Identificada	293,81
Gratificação de Escolaridade – 80%	3.555,68
Adicional por Tempo de Serviço – 60%	4.800,17
Total de Proventos	13.094,26

II – Esta Portaria produzirá seus efeitos a contar de 01/07/2023.
DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 954347

PORTARIA PS Nº 1393 DE 31 DE MAIO DE 2023

Dispõe sobre a concessão do benefício previdenciário de PENSÃO POR MORTE – PROCESSO Nº 2023/486560.
O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:
I – Conceder, com fundamento no que dispõem os artigos 6º, inciso I, 14, inciso X e §1º, 25, inciso I, 25-A, caput e §1º, 29, caput, 31, §1º, inciso II, 36 e 36-C da Lei Complementar nº 39/2002, alterada pelas Leis Complementares nº 44/2003, 49/2005, 51/2006, 70/2010, 110/2016 e 128/2020, o benefício de pensão por morte, no valor de R\$ 7.103,83 (sete mil, cento e três reais e oitenta e três centavos) em favor de LIEGE NAZARE SOARES DA CRUZ, na condição de cônjuge do ex-segurado PAULO ROBERTO GUERREIRO DA CRUZ, pertencente ao quadro de inativos da Secretaria de Estado de Educação – SEDUC, onde ocupou o cargo de Professor Classe I, sob a matrícula nº 464414-1, falecido em 09/12/2022.
II – A implantação do benefício se efetivará a partir de 01/07/2023, com efeitos financeiros retroagindo à data do óbito (09/12/2022), respeitando-se os valores, tabelas e percentuais vigentes à época da retroação.
III – Os proventos serão atualizados de acordo com o previsto no art. 40, §8º da Constituição Federal/1988, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 41/2003, c/c o art. 36-C da Lei Complementar nº 39/2002, com redação dada pela Lei Complementar nº 110/2016.
DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará

Protocolo: 955015

PORTARIA AP Nº 1.349 DE 14 DE JUNHO DE 2023

Dispõe sobre a concessão do benefício previdenciário de aposentadoria POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO – Processo nº 2023/169771 E SISPREV Nº 2023.04.1436P.
O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:
I – Aposentar, de acordo com o art. 6º, incisos I, II, III e IV, da Emenda Constitucional nº 41/2003, art. 2º da Emenda Constitucional nº 47/2005 c/c o art. 7º da Emenda Constitucional nº 41/2003 e os artigos 36 e 54-A, incisos I, II, III e IV da Lei Complementar nº 39/2002, com as alterações introduzidas pela Lei Complementar nº 49/2005 e pela Lei Complementar nº 142/2021; art. 140, inciso III, da Lei nº 5.810/1994 c/c art. 7º, inciso I, da Lei nº 9.880/2023; art. 7º, inciso II, da Lei nº 9.880/2023; art. 130, § 1º e caput, da Lei nº 5.810/1994 c/c o art. 94, § 2º, da Lei Complementar nº 39/2002, com as alterações trazidas pela Lei Complementar nº 44/2003; art. 131, §1º, inciso XII, da Lei nº 5.810/1994 c/c art. 7º inciso III, da Lei nº 9.880/2023, NELSON GONTRAN DE MAIA GUIMARAES, mat. nº 715166/1, na função de Consultor Jurídico, pertencente ao quadro de pessoal da Secretaria de Estado de Cultura – SECULT, recebendo nessa situação os proventos mensais de R\$32.533,54 (trinta e dois mil, quinhentos e trinta e três reais e cinquenta e quatro centavos), conforme abaixo discriminado:

Vencimento Base	6.500,00
Gratificação pela Escolaridade – 80%	5.200,00
Gratificação de Dedicção Exclusiva – 100%	6.500,00

Adicional pelo Exercício de Cargo em Comissão de Coordenador da Coordenadoria Jurídica (DAS-3) – 90%	2.133,46
Adicional por Tempo de Serviço – 60%	12.200,08
Total de Proventos	32.533,54

II – Os efeitos jurídicos desta Portaria retroagirão a 24/02/2023, data em que o servidor completou 75 anos de idade, conforme interpretação do §3º, art. 21, da Lei Complementar nº 39/2002 com a redação dada pela Lei Complementar nº 128/2020.
III – Os efeitos financeiros desta Portaria contarão a partir de 01/07/2023, data da implantação do benefício na folha de pagamento de inativos, considerando que o servidor vinha recebendo normalmente pela folha de ativos da Secretaria de Estado de Planejamento e Administração – SEPLAD.
DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 955018

PORTARIA RET AP Nº 1.411 DE 22 DE JUNHO DE 2023

Dispõe sobre a RETIFICAÇÃO E A ATUALIZAÇÃO DA concessão do benefício previdenciário de aposentadoria POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO AUTUADA JUNTO AO TCE NO PROTOCOLO TC/521280/2018; PROCESSO Nº 2023/719509 (PAE)
Considerando a publicação da Lei nº 9.322/2021, com efeitos retroativos a 01/10/2021, que dispõe sobre a remuneração dos profissionais da educação básica da rede pública de ensino do Estado do Pará, acrescenta o art. 32-A à Lei nº 7.442/2010, altera a Lei nº 8.030/2014 e revoga dispositivos da Lei nº 5.351/1986, e da Lei nº 7.442/2010;
Considerando a publicação da Lei nº 9.891/2023, com efeitos financeiros a partir de 01/04/2023, que dispõe sobre a revisão geral dos vencimentos dos servidores civis e militares, ativos, inativos e pensionistas, integrantes da Administração Direta, das Autarquias e Fundações Públicas do Poder Executivo Estadual, bem como sobre a concessão de reajuste aos profissionais do magistério da rede pública de ensino do Estado do Pará;
Considerando os termos da diligência requerida pelo TCE/PA (Ofício nº 202304057/SEGER-TCE), que determinou a retificação da Portaria RET AP nº 5.278 de 25/10/2022;
O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:
I – Retificar e atualizar a Portaria RET AP nº 5.278 de 25/10/2022, que aposentou TEREZINHA DE JESUS DOS SANTOS DE OLIVEIRA, mat. nº 416436/1, na função de Professor AD-1 GEP-M-401 Referência III, atual Professor Classe Especial, nível G, pertencente ao quadro de pessoal da Secretaria de Estado de Educação – SEDUC, de modo a alterar o percentual do Adicional por Tempo de Serviço de 40% para 50%, e ajustar a fundamentação da concessão do benefício passando a constar o art. 6º, incisos I, II, III e IV, da Emenda Constitucional nº 41/2003 c/c o art. 40, § 5º, da Constituição Federal de 1988 com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 20/1998, art. 2º da Emenda Constitucional nº 47/2005 c/c o art. 7º da Emenda Constitucional nº 41/2003 e os artigos 36 e 54-A, incisos I, II, III e IV da Lei Complementar nº 39/2002, com as alterações introduzidas pela Lei Complementar nº 49/2005 e pela Lei Complementar nº 142/2021; art. 28 da Lei nº 7.442/2010 c/c a Lei nº 8.030/2014 c/c o Acórdão nº 55.856/2016 do TCE/PA; art. 6º da Lei nº 9.322/2021; art. 7º da Lei nº 9.322/2021; art. 131, §1º, inciso VIII, da Lei nº 5.810/1994 c/c o art. 36, parágrafo único, da Lei nº 5.351/1986, recebendo nessa situação os proventos mensais de R\$8.891,87 (oito mil, oitocentos e noventa e um reais e oitenta e sete centavos), conforme abaixo discriminado:

Vencimento Base – 200h	4.556,82
Aulas Suplementares – 48	1.093,64
Gratificação de Magistério – VPNI	368,70
Vantagem Pessoal Nominalmente Identificada	594,30
Adicional por Tempo de Serviço – 50%	2.278,41
Total de Proventos	8.891,87

II – Os efeitos desta Portaria retroagirão a 01/09/2010, data do início dos efeitos da Portaria RET AP nº 5.278 de 25/10/2022;
III – Os valores pagos a maior não serão objeto de restituição pelo segurado, consoante Tema 979 do Superior Tribunal de Justiça e Parecer nº 044/2013-PROJUR/IGEPREV.
DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 955109

PORTARIA AP Nº 1.357 DE 15 DE JUNHO DE 2023.

Dispõe sobre a concessão do benefício previdenciário de aposentadoria POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO – Processo pae nº 2021/734889 E SISPREV 2023.04.1162P.
O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:
I – Aposentar, de acordo com o art. 6º, incisos I, II, III e IV, da Emenda Constitucional nº 41/2003, art. 2º da Emenda Constitucional nº 47/2005 c/c o art. 7º da Emenda Constitucional nº 41/2003 e os artigos 36 e 54-A, incisos I, II, III e IV da Lei Complementar nº 39/2002, com as alterações introduzidas pela Lei Complementar nº 49/2005 e pela Lei Complementar nº 142/2021; art. 130, § 1º e caput, da Lei nº 5.810/1994 c/c o art. 94, § 2º, da Lei Complementar nº 39/2002, com as alterações trazidas pela Lei Complementar nº 44/2003; art. 19, inciso III da Lei nº 6.839/2006; art. 140, inciso III, da Lei nº 5.810/1994; art. 131, §1º, inciso IX, da Lei nº 5.810/1994, ROGERIA PIMENTEL DE ARAUJO MONTEIRO, mat. nº 5619610/1, no cargo de Professor Adjunto, nível I, pertencente ao quadro

de pessoal da Universidade do Estado do Pará- UEPA, recebendo nessa situação os proventos mensais de R\$15.208,73 (quinze mil, duzentos e oito reais e setenta e três centavos), conforme abaixo discriminado:

Vencimento Base – 200h	3.557,28
Adicional pelo exercício de Cargo em Comissão de Coordenador de Estágio do Curso de Terapia Ocupacional – DAS.2 -20%	243,82
Gratificação Incentivo de Pós-Graduação – 108%	3.841,86
Gratificação de Escolaridade – 80%	2.845,82
Adicional por Tempo de Serviço – 45%	4.719,95
Total de Proventos	15.208,73

II – Esta Portaria produzirá seus efeitos a contar de 01/07/2023.
DE-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.
Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 955117

PORTARIA PS Nº 1.399 DE 21 DE JUNHO DE 2023

Dispõe sobre a concessão do benefício previdenciário de PENSÃO POR MORTE – PROCESSO Nº 2023/584327.

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39, de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:

I – Conceder, com fundamento no que dispõem os artigos 6º, inciso I, 14, inciso X e §1º, 25, inciso II, 25-A caput e §1º, 29 caput, 31 §1º, inciso II e §2º, 36 e 36-C da Lei Complementar nº 39/2002, alterada pelas Leis Complementares nº 44/2003, 49/2005, 51/2006, 70/2010, 110/2016 e 128/2020, o benefício de pensão por morte no valor de R\$1.320,00 (hum mil, trezentos e vinte reais), em favor de VERA LUCIA CARDOSO FURTADO, na condição de cônjuge do ex-segurado LUIZ DE SOUSA FURTADO, pertencente ao quadro de servidores inativos da Secretaria Executiva de Transporte – SETRAN, onde exerceu o cargo de Auxiliar de Portaria, mat. nº 2032031/1, falecido em 26/03/2023.

II – A implantação do benefício se efetivará a partir de 01/07/2023, com efeitos financeiros retroagindo à data do óbito (26/03/2023), respeitando-se os valores, tabelas e percentuais vigentes à época da retroação.

III – Ao valor dos proventos se aplica o disposto no art. 31, §2º da Lei Complementar nº 39/2002, incluído pela Lei Complementar nº 128/2020, em razão do acúmulo da presente pensão por morte com benefício de aposentadoria do Regime Geral de Previdência, nos termos do art. 31, §1º inciso II, tendo optado a pensionista por receber integralmente o benefício de aposentadoria do Regime Geral de Previdência.

IV – Ao valor do benefício será aplicada a diferença complementar, nos termos das Súmulas Vinculantes nº 15 e 16 do STF, e em observância ao Parecer nº 062/2020 – PROJUR/IGEPREV.

DE-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará

Protocolo: 955268

PORTARIA REV AP Nº 1.421 DE 23 DE JUNHO DE 2023

Dispõe sobre a REVersão de benefício previdenciário de aposentadoria – PROCESSO Nº 2023/70875.

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:

I – Revogação da PORTARIA AP Nº 4.902, de 29/09/2022, que aposentou a servidora LUCIDALVA VIEIRA DA SILVA, ocupante do cargo de Datilógrafo, matrícula nº 65528/1, pertencente ao quadro de pessoal da Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social – SEGUP;

II – Reverter ao serviço ativo, a pedido, a servidora LUCIDALVA VIEIRA DA SILVA, com fundamento no art. 59-B, inciso II, §§ 1º e 2º da Lei Complementar Estadual nº 39, de 09 de janeiro de 2002, com alterações da Lei Complementar Estadual nº 44, de 23 de janeiro de 2003, e Lei Complementar Estadual nº 49, de 21 de janeiro de 2005.

III – Esta Portaria produzirá seus efeitos a contar de 01/07/2023.

DE-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 956748

PORTARIA AP Nº 1.416 DE 23 DE JUNHO DE 2023

Dispõe sobre a concessão do benefício previdenciário de aposentadoria POR INVALIDEZ – Processo PAE nº 2016/121454 E SISPREV Nº 2023.03.1502P.

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:

I – Aposentar, de acordo com o art. 40, § 1º, inciso I, da Constituição Federal de 1988, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 41/2003, c/c o art. 6º-A da Emenda Constitucional nº 41/2003, incluído pela Emenda Constitucional nº 70/2012, art. 7º da Emenda Constitucional nº 41/2003 e artigos 16 a 18 e 36 da Lei Complementar nº 39/2002, com redação dada pela Lei Complementar nº 49/2005 e pela Lei Complementar nº 142/2021; art. 131, § 1º, inciso XII, da Lei nº 5.810/1994, EDILSON OLIVEIRA LOPES, mat. nº 14591/1, na função de Auxiliar de Atividades Agropecuárias, pertencente ao quadro de pessoal da Secretaria de Estado de Desenvolvimento, Agropecuária e da Pesca-SEDAP, recebendo nessa situação os proventos mensais de R\$1.944,80 (um mil, novecentos e quarenta e quatro reais e oitenta centavos), conforme abaixo discriminado:

Vencimento Base proporcional a (12.775 dias de 12.775 dias) que corresponde a 100% de R\$ 1.215,50	1.215,50
Adicional por Tempo de Serviço – 60%	729,30
Total de Proventos	1.944,80

II – Esta Portaria produzirá seus efeitos a contar de 01/07/2023.
DE-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.
Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 956749

PORTARIA AP Nº 1.383 DE 20 DE JUNHO DE 2023

Dispõe sobre a concessão do benefício previdenciário de aposentadoria POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO – PROCESSO PAE nº 2018/185940 E SISPREV Nº 2023.04.1484P.

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:

I – Aposentar, de acordo com o art. 6º, incisos I, II, III e IV, da Emenda Constitucional nº 41/2003 c/c o art. 40, § 5º, da Constituição Federal de 1988 com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 20/1998, art. 2º da Emenda Constitucional nº 47/2005 c/c o art. 7º da Emenda Constitucional nº 41/2003 e os artigos 36 e 54-A, incisos I, II, III e IV da Lei Complementar nº 39/2002, com as alterações introduzidas pela Lei Complementar nº 49/2005 e pela Lei Complementar nº 142/2021; art. 32-A da Lei nº 7.442/2010 incluído pela Lei nº 9.322/2021; art. 140, inciso III, da Lei nº 5.810/1994; art. 3º e Anexo II da Lei nº 9.322/2021 combinada com o art. 2º da Lei nº 9.500/2022; art. 131, § 1º, inciso IX, da Lei nº 5.810/1994 c/c o art. 36, parágrafo único, da Lei nº 5.351/1986, LUCIDEA DE SALES CORREA, mat. nº 784346/1, na função de Professor Classe II, nível I, pertencente ao quadro de pessoal da Secretaria de Estado de Educação – SEDUC, recebendo nessa situação os proventos mensais de R\$17.406,96 (dezessete mil, quatrocentos e seis reais e noventa e seis centavos), conforme abaixo discriminado:

Vencimento Base – 200h	4.694,90
Gratificação de Magistério em Educação Especial – 50%	2.347,45
Gratificação pela Escolaridade – 80%	3.755,92
Gratificação de Titularidade	432,03
Adicional por Tempo de Serviço – 55%	6.176,66
Total de Proventos	17.406,96

II – Esta Portaria produzirá seus efeitos a contar de 01/07/2023.
DE-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.
Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 956756

PORTARIA PS Nº 1.476 DE 28 DE JUNHO DE 2023

DISPÕEM sobre a concessão do benefício previdenciário de PENSÃO POR MORTE – PROCESSOS Nº 2021/727946; 2022/1445695; 2021/727981 E 2022/1359682.

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:

I – Conceder o benefício de pensão por morte, nos termos do parecer técnico constante nos autos dos Processos nº 2021/727946; 2022/1445695; 2021/727981 E 2022/1359682, ficando os percentuais assim distribuídos entre os dependentes habilitados:

I.1 – 50% em favor de MARCIA MARIA MATOS DA ROCHA, na condição de companheira, no valor atualizado de R\$2.533,39 (dois mil quinhentos e trinta e três reais e trinta e nove centavos), com fundamento no que dispõem os artigos 6º inciso I e §5º, 14, inciso X e §1º, 25, inciso II, 25-A, caput e §1º, 29, caput, 30, caput e §2º, 36 e 36-A, caput e §2º, inciso II, e 36-C da Lei Complementar nº 39/02, alterada pelas Leis Complementares nº. 44/2003, 49/2005, 51/2006, 70/2010 e 110/2016 e 128/2020 /c art. 9º, §1º, inciso II e §4º da Emenda Constitucional Estadual nº 77/2019; I.2 – 50% em favor de SOPHIA ROCHA CAMPBELL, na condição de filho menor, no valor atualizado de R\$2.533,39 (dois mil quinhentos e trinta e três reais e trinta e nove centavos), com fundamento no que dispõem os artigos 6º inciso II, 14, inciso III, 25, inciso I e §3º, 25-A, caput e §1º, 29, caput, 30, caput e §2º, 36, 36-A, caput e §2º, inciso II, e 36-C da Lei Complementar nº 39/02, alterada pelas Leis Complementares nº. 44/03, 49/05, 51/06, 70/2010 e 110/2016 e 128/2020/c art. 9º, §1º, inciso II e §4º da Emenda Constitucional Estadual nº 77/2019.

Perfazendo o total atualizado de R\$5.066,79 (cinco mil e sessenta e seis reais e setenta e nove centavos), provenientes do óbito do ex-segurado Ademir Alves Campbell, pertencente ao quadro de ativos da Secretaria de Estado de Educação – SEDUC, onde ocupou o cargo de Professor Classe II, mat. nº 291455/2, falecido em 25/04/2021.

II – A implantação do benefício se efetivará a partir de 01/07/2023, com efeitos financeiros retroagindo à data do óbito do ex-segurado, respeitando-se os valores, tabelas e percentuais vigentes à época da retroação.

III – Os proventos serão atualizados de acordo com o previsto no art. 40, §8º da Constituição Federal/1988, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 41/2003, c/c o art. 36-C da Lei Complementar nº 39/2002, com redação dada pela Lei Complementar nº 110/2016.

IV – A perda da qualidade de um dos dependentes não implicará na reversão da respectiva cota individual, mantendo-se o valor da cota familiar acrescido da(s) cota(s) individuais do(s) pensionista(s) remanescente(s) para fins de recálculo, conforme disposto no art. 30, § 2º, da LC nº 039/2002.

DE-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará

Protocolo: 956760

PORTARIA AP Nº 1.365 DE 16 DE JUNHO DE 2023

Dispõe sobre a concessão do benefício previdenciário de aposentadoria POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO – PROCESSO PAE nº 2013/238027 E SISPREV Nº 2023.04.1446p.

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:

I – Aposentar, de acordo com o art. 6º, incisos I, II, III e IV, da Emenda Constitucional nº 41/2003 c/c o art. 40, § 5º, da Constituição Federal de 1988 com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 20/1998, art. 2º da Emenda Constitucional nº 47/2005 c/c o art. 7º da Emenda Constitucional nº 41/2003 e os artigos 36 e 54-A, incisos I, II, III e IV da Lei Com-

plementar nº 39/2002, com as alterações introduzidas pela Lei Complementar nº 49/2005 e pela Lei Complementar nº 142/2021; art. 28 da Lei nº 7.442/2010 c/c a Lei nº 8.030/2014 c/c o Acórdão nº 55.856/2016 do TCE/PA; art. 32-A da Lei nº 7.442/2010 incluído pela Lei nº 9.322/2021; art. 33 da Lei nº 7.442/2010; art. 33, inciso IV, da Lei nº 5.351/86 combinado com a Manifestação nº 153/2021-PROJUR/IGEPREV (Protocolo nº 2022/425807); art. 131, § 1º, inciso IX, da Lei nº 5.810/1994 c/c o art. 36, parágrafo único, da Lei nº 5.351/1986, MARIA DO SOCORRO FERREIRA MESQUITA, mat. nº 385840/1, na função de Professor Classe Especial, nível J, pertencente ao quadro de pessoal da Secretaria de Estado de Educação – SEDUC, recebendo nessa situação os proventos mensais de R\$15.807,72 (quinze mil, oitocentos e sete reais e setenta e dois centavos), conforme abaixo discriminado:

Vencimento Base – 200h	4.625,52
Aulas Suplementares – 48h	1.110,12
Gratificação de Magistério em Educação Especial – 50%	2.312,76
Gratificação Progressiva – 50%	2.312,76
Gratificação de Titularidade – 5%	231,28
Adicional por Tempo de Serviço – 55%	5.215,28
Total de Proventos	15.807,72

II – Esta Portaria produzirá seus efeitos a contar de 01/07/2023. DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE. Ilton Gussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 956768
PORTARIA AP Nº 1.377 DE 19 DE JUNHO DE 2023

Dispõe sobre a concessão do benefício previdenciário de aposentadoria POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO – processo PAE nº 2019/239599 E SISPREV Nº 2023.04.1472P. O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve: I – Aposentar, de acordo com o art. 3º, incisos I, II, III e parágrafo único, da Emenda Constitucional nº 47/2005, art. 7º da Emenda Constitucional nº 41/2003 e os artigos 36 e 54-C, incisos I, II, III e parágrafo único, da Lei Complementar nº 39/2002, com as alterações introduzidas pela Lei Complementar nº 51/2006 e pela Lei Complementar nº 142/2021; art. 140, inciso III, da Lei nº 5.810/1994; art. 130, § 1º e caput, da Lei nº 5.810/1994 c/c o art. 94, § 2º, da Lei Complementar nº 39/2002, com as alterações trazidas pela Lei Complementar nº 44/2003; art. 131, § 1º, inciso XII, da Lei nº 5.810/1994, ALICE KIMICO FUKUSHIMA MURAKAMI, mat. nº 65765/1, no cargo de Técnico em Gestão Pública, pertencente ao quadro de pessoal da Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social – SEGUP, recebendo nessa situação os proventos mensais de R\$8.759,78 (oito mil, setecentos e cinquenta e nove reais e setenta e oito centavos), conforme abaixo discriminado:

Vencimento Base	1.724,64
Gratificação pela Escolaridade – 80%	1.379,71
Adicional pelo Exercício de Cargo em Comissão de Chefe de Divisão de Recursos Humanos (DAS-3) – 100%	2.370,51
Adicional por Tempo de Serviço – 60%	3.284,92
Total de Proventos	8.759,78

II – Esta Portaria produzirá seus efeitos a contar de 01/07/2023. DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE. Ilton Gussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 956771
PORTARIA AT AP Nº 1475 DE 28 DE JUNHO DE 2023

Dispõe sobre a ATUALIZAÇÃO do benefício previdenciário de aposentadoria POR INVALIDEZ – PROCESSO Nº 2007/49007, POR MEIO DO Processo nº 2022/1369625. O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais. Considerando a EC nº 70/2012, que estabeleceu critérios para o cálculo e a correção dos proventos da aposentadoria por invalidez dos servidores públicos que ingressaram no serviço público até 31/12/2003 e que se incapacitaram após dessa data; RESOLVE: I – Atualizar a PORTARIA AP Nº 2605 de 29 de agosto de 2008 que aposentou a servidora MARILENA BARROSO SILVA DE MOURA, matrícula nº 5231086/1, no cargo de Assistente Social GEP-ANSAS-602.1, classe A, lotada na Secretaria de Estado de Saúde – SESPA/PA, de modo a modificar a fundamentação legal do ato a fim de que passe a constar o art. 40, § 1º, inciso I, da Constituição Federal de 1988, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 41/2003, c/c o art. 6º-A da Emenda Constitucional nº 41/2003, incluído pela Emenda Constitucional nº 70/2012, art. 7º da Emenda Constitucional nº 41/2003 e artigos 16 a 18 e 36 da Lei Complementar nº 39/2002, com redação dada pela Lei Complementar nº 49/2005; art. 140, inciso III, da Lei nº 5.810/1994; art. 1º, inciso IV, da Lei nº 5.539/1989, incluído pela Lei nº 5.773/1993 e art. 2º, caput, da redação originária da Lei nº 5.539/1989; art. 131, § 1º, inciso V, da Lei nº 5.810/94, passando a perceber nessa situação os proventos mensais de R\$4.945,29 (quatro mil, novecentos e quarenta e cinco reais e vinte e nove centavos), conforme abaixo discriminado:

Vencimento Base proporcional a 9.172 dias de 10.950 que corresponde a 83,7625% de R\$ 2.053,54;	1.720,10
Gratificação pela Escolaridade- 80%	1.376,08

Gratificação de Risco de Vida- 50%	860,05
Adicional por Tempo de Serviço – 25%	989,06
Total de Proventos	4.945,29

II – Esta Portaria produzirá seus efeitos data da promulgação da Emenda Constitucional nº 70/2012, nos termos do seu art. 2º, respeitando-se os valores das tabelas salariais vigente à época da retroação. DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE. Ilton Gussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 957061
PORTARIA AP Nº 1.325 DE 07 DE JUNHO DE 2023.

Dispõe sobre a concessão do benefício previdenciário de aposentadoria POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO – PROCESSO PAE nº 2018/128907 E SISPREV Nº 2022.04.2481P. O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve: I – Aposentar, de acordo com o art. 6º, incisos I, II, III e IV, da Emenda Constitucional nº 41/2003 c/c o art. 40, § 5º, da Constituição Federal de 1988 com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 20/1998, art. 2º da Emenda Constitucional nº 47/2005 c/c o art. 7º da Emenda Constitucional nº 41/2003 e os artigos 36 e 54-A, incisos I, II, III e IV da Lei Complementar nº 39/2002, com as alterações introduzidas pela Lei Complementar nº 49/2005 e pela Lei Complementar nº 142/2021; art. 28 da Lei nº 7.442/2010 c/c a Lei nº 8.030/2014 c/c o Acórdão nº 55.856/2016 do TCE/PA; art. 3º e Anexo II da Lei nº 9.322/2021 combinada com o art. 2º da Lei nº 9.500/2022; art. 6º da Lei nº 9.322/2021; art. 140, inciso III, da Lei nº 5.810/1994; art. 131, §1º, inciso VIII, da Lei nº 5.810/1994 c/c o art. 36, parágrafo único, da Lei nº 5.351/1986, MARIA IZABEL DA CRUZ REIS, mat. nº 5138779/1, no cargo de Professor Classe II, nível H, pertencente ao quadro de pessoal da Secretaria de Estado de Educação – SEDUC, recebendo nessa situação os proventos mensais de R\$15.415,27 (quinze mil, quatrocentos e quinze reais e vinte e sete centavos), conforme abaixo discriminado:

Vencimento Base – 200h	4.671,54
Aulas Suplementares – 79h	1.845,26
Gratificação Magistério - Vantagem Pessoal Nominalmente Identificada	308,81
Gratificação pela Escolaridade	3.737,23
Gratificação de Titularidade	432,03
Adicional por Tempo de Serviço – 50%	4.420,40
Total de Proventos	15.415,27

II – Esta Portaria produzirá seus efeitos a contar de 01/07/2023. DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE. Ilton Gussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 957428
PORTARIA PS Nº 1.305 DE 28 DE JUNHO DE 2023

Dispõe sobre a concessão do benefício previdenciário de PENSÃO POR MORTE – PROCESSO Nº 2022/1222478. O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve: I – Conceder, com fundamento no que dispõem os artigos 6º, inciso II, §5º e §10, inciso I e II, 7º, 25, inciso I, 25-A, caput, §2º, inciso I e II, 29, caput, 36 e 36-C da Lei Complementar nº 39/2002, alterada pelas Leis Complementares nº 44/2003, 49/2005, 51/2006, 70/2010, 110/2016 e 128/2020, o benefício de pensão por morte, no valor de R\$17.739,74 (dezesete mil setecentos e trinta e nove reais e setenta e quatro centavos), em favor de ADRA REGINA CECIM ALBIM, na condição de filha maior inválida da ex-segurada Milza Hage Cecim, pertencente ao quadro de inativos da Secretaria de Estado de Educação – SEDUC, onde ocupou o cargo de Técnico Assunto Educação, mat. nº 324892/1, falecida em 30/07/2022. II – A implantação do benefício se efetivará a partir de 01/07/2023, com efeitos financeiros retroagindo à data do óbito da ex-segurada, respeitando-se os valores, tabelas e percentuais vigentes à época da retroação. III – Os proventos serão atualizados de acordo com o previsto no art. 40, §8º da Constituição Federal/1988, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 41/2003, c/c o art. 36-C da Lei Complementar nº 39/2002, com redação dada pela Lei Complementar nº 110/2016. DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE. Ilton Gussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará

Protocolo: 957433
PORTARIA AP Nº 1.401 DE 22 DE JUNHO DE 2023

Dispõe sobre a concessão do benefício previdenciário de aposentadoria POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO – PROCESSO PAE nº 2018/169091 E SISPREV Nº 2023.04.1500P. O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve: I – Aposentar, de acordo com o art. 6º, incisos I, II, III e IV, da Emenda Constitucional nº 41/2003 c/c o art. 40, § 5º, da Constituição Federal de 1988 com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 20/1998, art. 2º da Emenda Constitucional nº 47/2005 c/c o art. 7º da Emenda Constitucional nº 41/2003 e os artigos 36 e 54-A, incisos I, II, III e IV da Lei Complementar nº 39/2002, com as alterações introduzidas pela Lei Complementar nº 49/2005 e pela Lei Complementar nº 142/2021; art. 28 da Lei nº 7.442/2010 c/c a Lei nº 8.030/2014 c/c o Acórdão nº 55.856/2016 do TCE/PA; art. 6º da Lei nº 9.322/2021; art. 131, § 1º, inciso X, da Lei nº 5.810/1994 c/c o art. 36, parágrafo único, da Lei nº 5.351/1986, MARIA

DE NAZARE CASTRO PEREIRA, mat. nº 521345/1, na função de Professor Classe Especial, nível I, pertencente ao quadro de pessoal da Secretaria de Estado de Educação – SEDUC, recebendo nessa situação os proventos mensais de R\$8.177,59 (oito mil, cento e setenta e sete reais e cinquenta e nove centavos), conforme abaixo discriminado:

Vencimento Base – 200h	4.602,50
Aulas Suplementares – 30h	690,38
Gratificação de Magistério – VPNI	123,21
Adicional por Tempo de Serviço – 60%	2.761,50
Total de Proventos	8.177,59

II – Esta Portaria produzirá seus efeitos a contar de 01/07/2023.
DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 957448
PORTARIA AP Nº 1.093 DE 23 DE JUNHO DE 2023.

Dispõe sobre a concessão do benefício previdenciário de aposentadoria POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO – PROCESSO PAE nº 2010/256412 E SISPREV Nº 2023.04.1188P.

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:

I – Aposentar, de acordo com o art. 6º, incisos I, II, III e IV, da Emenda Constitucional nº 41/2003 c/c o art. 40, § 5º, da Constituição Federal de 1988 com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 20/1998, art. 2º da Emenda Constitucional nº 47/2005 c/c o art. 7º da Emenda Constitucional nº 41/2003 e os artigos 36 e 54-A, incisos I, II, III e IV da Lei Complementar nº 39/2002, com as alterações introduzidas pela Lei Complementar nº 49/2005 e pela Lei Complementar nº 142/2021; art. 28 da Lei nº 7.442/2010 c/c a Lei nº 8.030/2014 c/c o Acórdão nº 55.856/2016 do TCE/PA; art. 6º da Lei nº 9.322/2021; art. 3º e Anexo II da Lei nº 9.322/2021 combinada com o art. 2º da Lei nº 9.500/2022; art. 33 da Lei nº 7.442/2010; Acórdão nº 100.230, processo judicial nº 2011.3.001885-2; Acórdãos nº 72.394 de 11/06/2008 e 77696 de 13/05/2009, processo judicial nº 2006.3.006731-9; art. 131, § 1º, inciso VIII, da Lei nº 5.810/1994 c/c o art. 36, parágrafo único, da Lei nº 5.351/1986, MARIA AUXILIADORA DE NAZARE DOS SANTOS CARDOSO, mat. nº 661490/1, na função de Professor Classe Especial, nível I, pertencente ao quadro de pessoal da Secretaria de Estado de Educação – SEDUC, recebendo nessa situação os proventos mensais de R\$22.384,16 (vinte e dois mil, trezentos e oitenta e quatro reais e dezesseis centavos), conforme abaixo discriminado:

Vencimento Base – 200h	4.602,50
Aulas Suplementares – 141h	3.244,76
Gratificação de Magistério – Vantagem Pessoal Nominalmente Identificada	102,27
Gratificação de Titularidade	432,03
Gratificação Progressiva – 50%	2.301,25
Gratificação pela Escolaridade – 80%	3.682,00
Gratificação de Magistério em Educação Especial – 36,3636%	1.673,64
Adicional por Tempo de Serviço – 50%	6.345,71
Total de Proventos	22.384,16

II – Esta Portaria produzirá seus efeitos a contar de 01/07/2023.
DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 957452
PORTARIA AP Nº 1366 DE 16 DE JUNHO DE 2023

Dispõe sobre a concessão do benefício previdenciário de aposentadoria POR IDADE – Processo PAE nº 2016/405098 E SISPREV Nº 2023.02.1442P. O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:

I – Aposentar, de acordo com o art. 40, § 1º, inciso III, alínea “b”, da Constituição Federal de 1988, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 41/2003, artigo 1º da Lei nº 10.887/2004, artigos 22, inciso II, 36, 36-A, 36-B e 36-C da Lei Complementar nº 39/2002, com as alterações trazidas pela Lei Complementar nº 49/2005 e nº 110/2016, MARIA BÊNEDITA RODRIGUES DE SOUZA, mat. nº 5174139/1, na função de Agente de Saúde, pertencente ao quadro de pessoal da Fundação Santa Casa de Misericórdia do Pará – FSCMP, recebendo nessa situação os proventos mensais de R\$1.895,19 (um mil, oitocentos e noventa e cinco reais e dezenove centavos), conforme abaixo discriminado:

Proventos proporcionais a 98,1005% (10.742 dias de 10.950 dias) sobre o valor da média aritmética simples (R\$1.931,89)	1.895,19
Total de Proventos	1.895,19

II – Esta Portaria produzirá efeitos a contar de 01/07/2023.
DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 957457
PORTARIA PS Nº 1.492 DE 29 DE JUNHO DE 2023

DISPÕEM sobre a concessão do benefício previdenciário de PENSÃO POR MORTE – PROCESSO Nº 2022/1456916.

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:

I – Conceder, com fundamento no que dispõem os artigos 6º, inciso I e §5º, 14, inciso X e §1º, 25, inciso I, 25-A, caput e §1º, 29, caput, 31, §1º, inciso I e II e §2º, 36, 36-A, caput, §2º, inciso II e 36-C da Lei Complementar nº 39/2002, alterada pelas Leis Complementares nº 44/2003, 49/2005, 51/2006, 70/2010, 110/2016 e 128/2020 c/c art. 9º, §1º, inciso

II e §4º da Emenda Constitucional Estadual nº 77/2019, o benefício de pensão por morte, no valor de R\$4.515,42 (quatro mil quinhentos e quinze reais e quarenta e dois centavos), em favor de PAULO EDSON SANTOS DE BARROS, na condição de cônjuge da ex-segurada Rosa Maria de Oliveira Barros, pertencente ao quadro de ativos do Centro de Perícias Científicas Renato Chaves – CPCRC, onde exerceu o cargo de Perito Médico Legista, mat. nº 723983/4, falecida em 13/10/2022.

II – A implantação do benefício se efetivará a partir de 01/07/2023, com efeitos financeiros retroagindo ao óbito da ex-segurada, respeitando-se os valores, tabelas e percentuais vigentes à época da retroação.

III – Os proventos serão atualizados de acordo com o previsto no art. 40, §8º da Constituição Federal/1988, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 41/2003, c/c o art. 36-C da Lei Complementar nº 39/2002, com redação dada pela Lei Complementar nº 110/2016.

IV – Ao valor do benefício se aplica o disposto no art. 31, §2º da Lei Complementar nº 39/2002, incluído pela Lei Complementar nº 128/2020, em razão do acúmulo da presente pensão por morte com os benefícios de aposentadoria do Regime Geral de Previdência Social e Pensão por Morte do Regime Próprio de Previdência Social do Estado do Pará, tendo optado pelo benefício de Pensão por Morte do Regime Próprio de Previdência Social do Estado do Pará referente à matrícula 723983/1, de forma que a pensão passará ao valor de R\$2.751,08 (dois mil setecentos e cinquenta e um reais e oito centavos).

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará

Protocolo: 957622
PORTARIA AP Nº 1.413 DE 22 DE JUNHO DE 2023

Dispõe sobre a concessão do benefício previdenciário de aposentadoria POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO – processo PAE nº 2018/21661 E SISPREV Nº 2023.04.1493P.

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:

I – Aposentar, de acordo com o art. 3º, incisos I, II, III e parágrafo único, da Emenda Constitucional nº 47/2005, art. 7º da Emenda Constitucional nº 41/2003 e os artigos 36 e 54-C, incisos I, II, III e parágrafo único, da Lei Complementar nº 39/2002, com as alterações introduzidas pela Lei Complementar nº 51/2006 e pela Lei Complementar nº 142/2021; art. 140, inciso III, da Lei nº 5.810/1994; art. 131, § 1º, inciso XII, da Lei nº 5.810/1994, GILBERTO PESSOA, mat. nº 110868/1, na função de Médico, pertencente ao quadro de pessoal da Secretaria de Estado de Saúde Pública – SESPA, recebendo nessa situação os proventos mensais de R\$5.914,19 (cinco mil, novecentos e quatorze reais e dezenove centavos), conforme abaixo discriminado:

Vencimento Base	2.053,54
Gratificação de Escolaridade – 80%	1.642,83
Adicional por Tempo de Serviço – 60%	2.217,82
Total de Proventos	5.914,19

II – Os efeitos jurídicos desta Portaria retroagirão a 30/12/2022, data em que o servidor completou 75 anos de idade, conforme interpretação do §3º, art. 21, da Lei Complementar nº 39/2002 com a redação dada pela Lei Complementar nº 128/2020.

III – Os efeitos financeiros desta Portaria contarão a partir de 01/07/2023, data da implantação do benefício na folha de pagamento de inativos, considerando que o servidor vinha recebendo normalmente pela folha de ativos da Secretaria de Estado de Planejamento e Administração – SEPLAD.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 957637
PORTARIA PS Nº 1.493 DE 30 DE JUNHO DE 2023

DISPÕEM sobre a concessão do benefício previdenciário de PENSÃO POR MORTE – PROCESSO Nº 2023/448935.

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:

I – Conceder, com fundamento no que dispõem os artigos 6º, inciso I, 14, inciso X e §1º, 25, inciso I, 25-A, caput e §1º, 29, caput, 31, §1º, inciso II, 36 e 36-C da Lei Complementar nº 39/2002, alterada pelas Leis Complementares nº 44/2003, 49/2005, 51/2006, 70/2010, 110/2016 e 128/2020 c/c Parecer nº 062/2020-PROJUR/IGEPREV e Súmulas Vinculantes nº 15 e nº 16 do Supremo Tribunal Federal, o benefício de pensão por morte, no valor de R\$1.320,00 (um mil trezentos e vinte reais), em favor de MILTON SILVA DE FREITAS, na condição de cônjuge da ex-segurada Oneide Santos de Freitas, pertencente ao quadro de inativos da Secretaria de Estado de Educação – SEDUC, onde exerceu o cargo de Agente de Portaria, mat. nº 329614/1, falecida em 18/03/2023.

II – A implantação do benefício se efetivará a partir de 01/07/2023, com efeitos financeiros retroagindo ao óbito da ex-segurada, respeitando-se os valores, tabelas e percentuais vigentes à época da retroação.

III – Os proventos serão atualizados de acordo com o previsto no art. 40, §8º da Constituição Federal/1988, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 41/2003, c/c o art. 36-C da Lei Complementar nº 39/2002, com redação dada pela Lei Complementar nº 110/2016.

IV – Ao valor do benefício será aplicada a diferença complementar, nos termos das Súmulas Vinculantes nº 15 e nº 16 do Supremo Tribunal Federal, e em observância ao Parecer 062/2020 – PROJUR/IGEPREV.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará

Protocolo: 957641

PORTARIA AP Nº 1.330 DE 12 DE JUNHO DE 2023

Dispõe sobre a concessão do benefício previdenciário de aposentadoria POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO – Processo pae nº 2013/69337 E SISPREV 2023.04.1422P.

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:

I – Aposentar, de acordo com o art. 6º, incisos I, II, III e IV, da Emenda Constitucional nº 41/2003 c/c o art. 40, § 5º, da Constituição Federal de 1988 com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 20/1998, art. 2º da Emenda Constitucional nº 47/2005 c/c o art. 7º da Emenda Constitucional nº 41/2003 e os artigos 36 e 54-A, incisos I, II, III e IV da Lei Complementar nº 39/2002, com as alterações introduzidas pela Lei Complementar nº 49/2005 e pela Lei Complementar nº 142/2021; art. 28 da Lei nº 7.442/2010 c/c a Lei nº 8.030/2014 c/c o Acórdão nº 55.856/2016 do TCE/PA; art. 32-A da Lei nº 7.442/2010 com a redação da Lei nº 9.322/2021; art. 7º da Lei nº 9.322/2021; art. 131, §1º, inciso VIII, da Lei nº 5.810/1994 c/c o art. 36, parágrafo único, da Lei nº 5.351/1986, ANTONIA DA SILVA SOUSA, mat. nº 777781/1, na função de Professor Classe Especial, nível I, pertencente ao quadro de pessoal da Secretaria de Estado de Educação – SEDUC, recebendo nessa situação os proventos mensais de R\$12.242,94 (doze mil, duzentos e quarenta e dois reais e noventa e quatro centavos), conforme abaixo discriminado:

Vencimento Base – 200h	4.602,50
Aulas Suplementares – 48h	1.104,60
Gratificação de Magistério Educação Especial – 50%	2.301,25
Vantagem Pessoal Nominalmente Identificada – VPNI	782,71
Adicional por Tempo de Serviço – 50%	3.451,88
Total de Proventos	12.242,94

II – Esta Portaria produzirá seus efeitos a contar de 01/07/2023.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva

Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 957647

PORTARIA AP Nº 1.328 DE 12 DE JUNHO DE 2023

Dispõe sobre a concessão do benefício previdenciário de aposentadoria POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO – Processo pae nº 2018/258670 E SISPREV 2022.04.2424P.

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:

I – Aposentar, de acordo com o art. 6º, incisos I, II, III e IV, da Emenda Constitucional nº 41/2003, art. 2º da Emenda Constitucional nº 47/2005 c/c o art. 7º da Emenda Constitucional nº 41/2003 e os artigos 36 e 54-A, incisos I, II, III e IV da Lei Complementar nº 39/2002, com as alterações introduzidas pela Lei Complementar nº 49/2005 e pela Lei Complementar nº 142/2021; art. 140, inciso III, da Lei nº 5.810/1994; art. 3º e Anexo II da Lei nº 9.322/2021 combinada com o art. 2º da Lei nº 9.500/2022; art. 131, §1º, inciso X, da Lei nº 5.810/1994, REGINA LUCIA VIEIRA DA SILVA, mat. nº 240265/2, no cargo de Especialista em Educação Classe II, nível F, pertencente ao quadro de pessoal da Secretaria de Estado de Educação – SEDUC, recebendo nessa situação os proventos mensais de R\$9.710,61 (nove mil, setecentos e dez reais e sessenta e um centavos), conforme abaixo discriminado:

Vencimento Base – 150h	3.468,89
Gratificação de Escolaridade – 80%	2.775,11
Gratificação de Titularidade	229,74
Adicional por Tempo de Serviço – 50%	3.236,87
Total de Proventos	9.710,61

II – Esta Portaria produzirá seus efeitos a contar de 01/07/2023.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva

Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 957666

PORTARIA AP Nº 1.461 DE 26 DE JUNHO DE 2023.

Dispõe sobre a concessão do benefício previdenciário de aposentadoria POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO – PROCESSO PAE nº 2018/131483 E SISPREV Nº 2023.04.1511P.

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:

I – Aposentar, de acordo com o art. 6º, incisos I, II, III e IV, da Emenda Constitucional nº 41/2003 c/c o art. 40, § 5º, da Constituição Federal de 1988 com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 20/1998, art. 2º da Emenda Constitucional nº 47/2005 c/c o art. 7º da Emenda Constitucional nº 41/2003 e os artigos 36 e 54-A, incisos I, II, III e IV da Lei Complementar nº 39/2002, com as alterações introduzidas pela Lei Complementar nº 49/2005 e pela Lei Complementar nº 142/2021; art. 140, inciso III, da Lei nº 5.810/1994; art. 131, § 1º, inciso X, da Lei nº 5.810/1994 c/c o art. 36, parágrafo único, da Lei nº 5.351/1986; art. 6º da Lei nº 9.322/2021, MARIDALVA SOARES CARDOSO, mat. nº 377791/1, no cargo de Professor Classe I, nível L, pertencente ao quadro de pessoal da Secretaria de Estado

de Educação – SEDUC, recebendo nessa situação os proventos mensais de R\$13.826,11 (treze mil, oitocentos e vinte e seis reais e onze centavos), conforme abaixo discriminado:

Vencimento Base – 200h	4.695,24
Gratificação pela Escolaridade – 80%	3.756,19
Adicional por Tempo de Serviço – 60%	5.070,86
Gratificação de Magistério – VPNI	303,82
Total de Proventos	13.826,11

II – Esta Portaria produzirá seus efeitos a contar de 01/07/2023.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva

Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 957673

PORTARIA AP Nº 1.392 DE 21 DE JUNHO DE 2023.

Dispõe sobre a concessão do benefício previdenciário de aposentadoria POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO – PROCESSO PAE nº 2021/1189135 E SISPREV Nº 2023.04.1490P.

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:

I – Aposentar, de acordo com o art. 6º, incisos I, II, III e IV, da Emenda Constitucional nº 41/2003 c/c o art. 40, § 5º, da Constituição Federal de 1988 com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 20/1998, art. 2º da Emenda Constitucional nº 47/2005 c/c o art. 7º da Emenda Constitucional nº 41/2003 e os artigos 36 e 54-A, incisos I, II, III e IV da Lei Complementar nº 39/2002, com as alterações introduzidas pela Lei Complementar nº 49/2005 e pela Lei Complementar nº 142/2021; art. 32, parágrafo único, e art. 32-A, da Lei nº 7.442/2010 com a redação da Lei nº 9.322/2021 e Nota Técnica de 07/12/2018 da SEDUC; art. 6º da Lei nº 9.322/2021; art. 33 da Lei nº 7442/2010; art. 3º e Anexo II da Lei nº 9.322/2021 combinada com o art. 2º da Lei nº 9.500/2022; art. 131, § 1º, inciso IX, da Lei nº 5.810/1994 c/c o art. 36, parágrafo único, da Lei nº 5.351/1986, SELMA MARA FERREIRA BATISTA, mat. nº 6333591/2, no cargo de Professor Classe Especial, nível F, pertencente ao quadro de pessoal da Secretaria de Estado de Educação – SEDUC, recebendo nessa situação os proventos mensais de R\$13.105,78 (treze mil, cento e cinco reais e setenta e oito centavos), conforme abaixo discriminado:

Vencimento Base – 200h	4.534,16
Gratificação de Magistério Educação Especial – 25%	1.133,54
Gratificação de Magistério – Vantagem Pessoal Nominalmente Identificada	137,22
Gratificação Progressiva – 50%	2.267,08
Gratificação de Titularidade	432,03
Adicional por Tempo de Serviço – 55%	4.601,75
Total de Proventos	13.105,78

II – Esta Portaria produzirá seus efeitos a contar de 01/07/2023.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva

Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 957687

PORTARIA PS Nº 1.491 DE 29 DE JUNHO DE 2023

DISPÕEM sobre a concessão do benefício previdenciário de PENSÃO POR MORTE – PROCESSO Nº 2023/17874.

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:

I – Conceder, com fundamento no que dispõem os artigos 6º, inciso I e §5º, 14, inciso X e §1º, 25, inciso I, 25-A, caput e §1º, 29, caput, 31, caput, 36, 36-A, caput, §2º, inciso II e 36-C da Lei Complementar nº 39/2002, alterada pelas Lei Complementares nº 44/2003, 49/2005, 51/2006, 70/2010, 110/2016 e 128/2020 c/c art. 9º, §1º, inciso II e §4º da Emenda Constitucional Estadual nº 77/2019, o benefício de pensão por morte, no valor de R\$7.235,80 (sete mil duzentos e trinta e cinco reais e oitenta centavos), em favor de PAULO EDSON SANTOS DE BARROS, na condição de cônjuge da ex-segurada Rosa Maria de Oliveira Barros, pertencente ao quadro de ativos da Secretaria de Estado de Saúde Pública – SESPA, onde exerceu o cargo de Médico, mat. nº 723983/1, falecida em 13/10/2022.

II – A implantação do benefício se efetivará a partir de 01/07/2023, com efeitos financeiros retroagindo ao óbito da ex-segurada, respeitando-se os valores, tabelas e percentuais vigentes à época da retroação.

III – Os proventos serão atualizados de acordo com o previsto no art. 40, §8º da Constituição Federal/1988, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 41/2003, c/c o art. 36-C da Lei Complementar nº 39/2002, com redação dada pela Lei Complementar nº 110/2016.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva

Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará

Protocolo: 957697

PORTARIA AP Nº 1.356 DE 15 DE JUNHO DE 2023

Dispõe sobre a concessão do benefício previdenciário de aposentadoria POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO – processo pae nº 2015/229663 E SISPREV Nº 2023.04.1441P.

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:

I – Aposentar, de acordo com o art. 3º, incisos I, II, III e parágrafo único, da Emenda Constitucional nº 47/2005, art. 7º da Emenda Constitucional nº 41/2003 e os artigos 36 e 54-C, incisos I, II, III e parágrafo único, da Lei Complementar nº 39/2002, com as alterações introduzidas pela Lei Complementar nº 51/2006 e pela Lei Complementar nº 142/2021; art. 19, inciso III da Lei nº 6.839/2006; art. 140, inciso III, da Lei nº 5.810/1994 c/c com o art. 19, §2º da Lei nº 6.839/2006; art. 131, § 1º, inciso XII, da Lei nº 5.810/1994, ELIZABETH TEIXEIRA, mat. nº 5280486/1, no cargo de Professor Titular-TIDE, pertencente ao quadro de pessoal da Universidade do Estado do Pará – UEPA, recebendo nessa situação os proventos mensais de R\$35.484,50 (trinta e cinco mil, quatrocentos e oitenta e quatro reais e cinquenta centavos), conforme abaixo discriminado:

Vencimento Base – TIDE	7.700,63
Gratificação Incentivo de Pós-Graduação – 108%	8.316,68
Gratificação pela Escolaridade – 80%	6.160,50
Adicional por Tempo de Serviço – 60%	13.306,69
Total de Proventos	35.484,50

II – Esta Portaria produzirá seus efeitos a contar de 01/07/2023.
DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 957706
PORTARIA AP Nº 1.327 DE 16 DE JUNHO DE 2023

Dispõe sobre a concessão do benefício previdenciário de aposentadoria POR IDADE – Processo PAE nº 2020/105708 e sisprev nº 2023.02.1432p. O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:
I – Aposentar, de acordo com o art. 40, § 1º, inciso III, alínea “b”, da Constituição Federal de 1988, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 41/2003, artigo 1º da Lei nº 10.887/2004, artigos 22, inciso II, 36, 36-A, 36-B e 36-C da Lei Complementar nº 39/2002, com as alterações trazidas pela Lei Complementar nº 49/2005 e 110/2016, WALMINA ARAUJO PEREIRA, mat. nº 370274/4, no cargo de Professor Classe I, nível G, pertencente ao quadro de pessoal da Secretaria de Estado de Educação – SEDUC, recebendo nessa situação os proventos mensais de R\$4.843,33 (quatro mil, oitocentos e quarenta e três reais e trinta e três centavos), conforme abaixo discriminado:

Proventos proporcionais a 83,7900% (9.175 dias de 10.950 dias) sobre o valor da média aritmética simples (R\$5.780,32)	4.843,33
Total de Proventos	4.843,33

II – Esta Portaria produzirá efeitos a contar de 01/07/2023.
DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 957958
PORTARIA AP Nº 1.453 DE 26 DE JUNHO DE 2023

Dispõe sobre a concessão do benefício previdenciário de aposentadoria POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO - processo nº 2021/721928 E SISPREV Nº 2023.17.1508P. O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:
I – Aposentar, de acordo com o art. 1º, inciso II, alínea “a”, da Lei Complementar nº 51/1985, com as alterações introduzidas pela Lei Complementar nº 144/2014, art. 57, §3º, da Lei Complementar nº 22/1994 e artigos 36 e 96 da Lei Complementar nº 39/2002 e com a redação dada pela Lei Complementar nº 142/2021 e pela Lei Complementar nº 148/2022; art. 69, inciso I, da Lei Complementar nº 22/1994, com as alterações introduzidas pela Lei Complementar nº 80/2012 c/c art. 1º do Decreto nº 1.465/2015; art. 69, incisos II, III e IV, da Lei Complementar nº 22/1994, com as alterações introduzidas pela Lei Complementar nº 46/2004 e pela Lei Complementar nº 80/2012; art. 131, §1º, inciso IX, da Lei nº 5.810/1994, combinado com o art. 8º, § 8º, incisos I a IV da Lei Complementar Federal nº 173/2020, incluídos pela Lei Complementar Federal nº 191/2022, FERNANDO GOMES NOGUEIRA, mat. nº 5600820/1, no cargo de Motorista Policial, Classe C, pertencente ao quadro de pessoal da Polícia Civil do Estado do Pará – PCPA, recebendo nessa situação os proventos mensais de R\$12.213,16 (doze mil, duzentos e treze reais e dezesseis centavos), conforme abaixo discriminado:

Vencimento Base	2.054,36
Gratificação de Risco de Vida – 100%	2.054,36
Gratificação de Dedicção Exclusiva – 70%	1.438,05
Gratificação de Tempo Integral – 70%	1.438,05
Gratificação de Polícia Judiciária – 70%	1.438,05
Adicional por Tempo de Serviço – 45%	3.790,29
Total de Proventos	12.213,16

II – Esta Portaria produzirá seus efeitos a contar de 01/07/2023.
DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 958213

PORTARIA AP Nº 1.342 DE 13 DE JUNHO DE 2023
Dispõe sobre a concessão do benefício previdenciário de aposentadoria POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO - Processo pae nº 2013/614304 E SISPREV 2023.04.1428P. O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:
I – Aposentar, de acordo com o art. 6º, incisos I, II, III e IV, da Emenda Constitucional nº 41/2003, art. 2º da Emenda Constitucional nº 47/2005 c/c o art. 7º da Emenda Constitucional nº 41/2003 e os artigos 36 e 54-A, incisos I, II, III e IV da Lei Complementar nº 39/2002, com as alterações introduzidas pela Lei Complementar nº 49/2005 e pela Lei Complementar nº 142/2021; art. 6º da Lei nº 9.322/2021; art. 131, §1º, inciso VIII, da Lei nº 5.810/1994, MARIA CELITA ARAUJO DE LIMA, mat. nº 5051452/1, no cargo de Professor Classe Especial, Nível H, pertencente ao quadro de pessoal da Secretaria de Estado de Educação – SEDUC, recebendo nessa situação os proventos mensais de R\$6.688,62 (seis mil, seiscentos e oitenta e oito reais e sessenta e dois centavos), conforme abaixo discriminado:

Vencimento Base – 200h	4.579,60
Gratificação Magistério - Vantagem Pessoal Nominalmente Identificada	277,18
Adicional por Tempo de Serviço – 40%	1.831,84
Total de Proventos	6.688,62

II – Esta Portaria produzirá seus efeitos a contar de 01/07/2023.
DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 958232
PORTARIA AP Nº 1337 DE 13 DE JUNHO DE 2023

Dispõe sobre a concessão do benefício previdenciário de aposentadoria POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO - Processo PAE nº 2022/549485 e sisprev nº 2023.04.1535P. O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:
I – Aposentar, de acordo com o art. 6º, incisos I, II, III e IV, da Emenda Constitucional nº 41/2003, art. 2º da Emenda Constitucional nº 47/2005 c/c o art. 7º da Emenda Constitucional nº 41/2003 e os artigos 36 e 54-A, incisos I, II, III e IV da Lei Complementar nº 39/2002, com as alterações introduzidas pela Lei Complementar nº 49/2005 e pela Lei Complementar nº 142/2021; art. 130, caput e parágrafo 1º da Lei nº 5.810/94 c/c o art. 94, parágrafo 2º da Lei Complementar nº 039/2002, com redação dada pela Lei Complementar nº 044/2003; art. 46, § 3º, da Lei Complementar nº 054/2006; art. 46, § 4º, da Lei Complementar nº 054/2006, com as alterações trazidas pela Lei Complementar nº 091/2014, ADALBERTO DA MOTA SOUTO, mat. nº 3083462/1, na função de Defensor Público de entrada especial, pertencente ao quadro de pessoal da Defensoria Pública do Estado do Pará – DPE, recebendo nessa situação os proventos mensais de R\$41.650,92 (quarenta e um mil, seiscentos e cinquenta reais e noventa e dois centavos), conforme abaixo discriminado:

Vencimento Base	18.961,78
Adicional pelo Exercício de Cargo em Comissão de Diretor de Interior - DAS 05 – 90%	4.876,46
Gratificação pela Escolaridade – 80%	15.169,43
Adicional por Tempo de Serviço – 60%	23.404,60
Subtotal	62.412,27
Redutor Constitucional (art. 39, §2º da Constituição Estadual)	20.761,35
Total de Proventos	41.650,92

II – Esta Portaria produzirá seus efeitos a contar de 01/07/2023.
DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 958249
PORTARIA AB Nº 1540 DE 28 DE JUNHO DE 2023

Dispõe sobre O DEFERIMENTO DE ABONO PERMANÊNCIA - PROCESSO nº 2022/1361606. O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:
I – Deferir abono de permanência, de acordo com o art. 22-A da Lei Complementar nº 39/2022, com as alterações trazidas pela Lei Complementar nº 128/2020, a(o) servidor(a) MARIA JOSÉ SANTOS DO ROSÁRIO, Matrícula nº 675318/1, ocupante do cargo/função de Servente, pertencente ao quadro de pessoal do Secretaria de Estado de Educação – SEDUC.
II – Esta Portaria produzirá seus efeitos a partir do efetivo pagamento pela SEPLAD.
DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 960460
PORTARIA AB Nº 1538 DE 22 DE JUNHO DE 2023

Dispõe sobre O DEFERIMENTO DE ABONO PERMANÊNCIA - PROCESSO nº 2021/1243309. O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:

I – Deferir abono de permanência, de acordo com o art. 22-A da Lei Complementar nº 39/2022, com as alterações trazidas pela Lei Complementar nº 128/2020, a(o) servidor(a) MARIA LOPES DA SILVA, Matrícula nº 756601/1, ocupante do cargo/função de Servente, pertencente ao quadro de pessoal do Secretaria de Estado de Educação – SEDUC.

II – Esta Portaria produzirá seus efeitos a partir do efetivo pagamento pela SEPLAD.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva

Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 960461

PORTARIA AB Nº 1541 DE 30 DE JUNHO DE 2023

Dispõe sobre O DEFERIMENTO DE ABONO PERMANÊNCIA - PROCESSO nº 2023/29833

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:

I – Deferir abono de permanência, de acordo com o art. 22-A da Lei Complementar nº 39/2022, com as alterações trazidas pela Lei Complementar nº 128/2020, a(o) servidor(a) MARIA JOSÉ BALIEIRO FERREIRA, Matrícula nº 545678/1, ocupante do cargo/função de Servente, pertencente ao quadro de pessoal do Secretaria de Estado de Educação – SEDUC.

II – Esta Portaria produzirá seus efeitos a partir do efetivo pagamento pela SEPLAD.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva

Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 960457

PORTARIA AB Nº 1539 DE 26 DE JUNHO DE 2023

Dispõe sobre O DEFERIMENTO DE ABONO PERMANÊNCIA - PROCESSO nº 2023/199664.

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:

I – Deferir abono de permanência, de acordo com o art. 22-A da Lei Complementar nº 39/2022, com as alterações trazidas pela Lei Complementar nº 128/2020, a(o) servidor(a) OCIVAL PEDRO ROMEIRO DE AGUIAR, Matrícula nº 758027/1, ocupante do cargo/função de Escrevente Datilógrafo, pertencente ao quadro de pessoal do Secretaria de Estado de Educação – SEDUC.

II – Esta Portaria produzirá seus efeitos a partir do efetivo pagamento pela SEPLAD.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva

Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 960463

PORTARIA AB Nº 1435 DE 13 DE JUNHO DE 2023.

Dispõe sobre O DEFERIMENTO DE ABONO PERMANÊNCIA - PROCESSO nº 2020/846957.

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:

I – Deferir abono de permanência, de acordo com o art. 22-A da Lei Complementar nº 39/2022, com as alterações trazidas pela Lei Complementar nº 128/2020, a(o) servidor(a) MARIA ADILENE SOARES DA COSTA, Matrícula nº 958859/2, ocupante do cargo/função de Professor Classe Especial, pertencente ao quadro de pessoal do Secretaria de Estado de Educação – SEDUC.

II – Esta Portaria produzirá seus efeitos a partir do efetivo pagamento pela SEPLAD.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva

Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 959327

PORTARIA AB Nº 1423 DE 19 DE JUNHO DE 2023.

Dispõe sobre O DEFERIMENTO DE ABONO PERMANÊNCIA - PROCESSO nº 2022/1238758.

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:

I – Deferir abono de permanência, de acordo com o art. 22-A da Lei Complementar nº 39/2022, com as alterações trazidas pela Lei Complementar nº 128/2020, a(o) servidor(a) MARIA DAS GRAÇAS DA SILVA, Matrícula nº 3194264/2, ocupante do cargo/função de Professor Adjunto, pertencente ao quadro de pessoal do Universidade do Estado do Pará – UEPa.

II – Esta Portaria produzirá seus efeitos a partir do efetivo pagamento pela SEPLAD.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva

Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 959328

PORTARIA AB Nº 1424 DE 19 DE JUNHO DE 2023.

Dispõe sobre O DEFERIMENTO DE ABONO PERMANÊNCIA - PROCESSO nº 2019/578423.

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:

I – Deferir abono de permanência, de acordo com o art. 22-A da Lei Complementar nº 39/2022, com as alterações trazidas pela Lei Complementar nº 128/2020, a(o) servidor(a) LEONICE MARIA DA SILVA GOMES, Matrícula nº 674591/1, ocupante do cargo/função de Servente, pertencente ao quadro de pessoal do Secretaria de Estado de Educação – SEDUC.

II – Esta Portaria produzirá seus efeitos a partir do efetivo pagamento pela SEPLAD.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva

Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 959330

PORTARIA AB Nº 1425 DE 19 DE JUNHO DE 2023.

Dispõe sobre O DEFERIMENTO DE ABONO PERMANÊNCIA - PROCESSO nº 2022/1498608.

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:

I – Deferir abono de permanência, de acordo com o art. 22-A da Lei Complementar nº 39/2022, com as alterações trazidas pela Lei Complementar nº 128/2020, a(o) servidor(a) SABINO PIRES NECY, Matrícula nº 5331633/1, ocupante do cargo/função de Investigador, pertencente ao quadro de pessoal do Polícia Civil do Estado do Pará – PCPA.

II – Esta Portaria produzirá seus efeitos a partir do efetivo pagamento pela SEPLAD.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva

Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 959332

PORTARIA AB Nº 1426 DE 19 DE JUNHO DE 2023.

Dispõe sobre O DEFERIMENTO DE ABONO PERMANÊNCIA - PROCESSO nº 2019/430132.

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:

I – Deferir abono de permanência, de acordo com o art. 22-A da Lei Complementar nº 39/2022, com as alterações trazidas pela Lei Complementar nº 128/2020, a(o) servidor(a) DALVA DAS MERCÊS MOURA, Matrícula nº 572314/1, ocupante do cargo/função de Escrevente, pertencente ao quadro de pessoal do Secretaria de Estado de Educação – SEDUC.

II – Esta Portaria produzirá seus efeitos a partir do efetivo pagamento pela SEPLAD.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva

Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 959334

PORTARIA AB Nº 1427 DE 19 DE JUNHO DE 2023.

Dispõe sobre O DEFERIMENTO DE ABONO PERMANÊNCIA - PROCESSO nº 2019/352063.

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:

I – Deferir abono de permanência, de acordo com o art. 22-A da Lei Complementar nº 39/2022, com as alterações trazidas pela Lei Complementar nº 128/2020, a(o) servidor(a) ROSANGELA MARIA SOARES CORREA, Matrícula nº 601640/1, ocupante do cargo/função de Escrevente, pertencente ao quadro de pessoal do Secretaria de Estado de Educação – SEDUC.

II – Esta Portaria produzirá seus efeitos a partir do efetivo pagamento pela SEPLAD.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva

Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 959335

PORTARIA AB Nº 1428 DE 19 DE JUNHO DE 2023.

Dispõe sobre O DEFERIMENTO DE ABONO PERMANÊNCIA - PROCESSO nº 2019/227699.

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:

I – Deferir abono de permanência, de acordo com o art. 22-A da Lei Complementar nº 39/2022, com as alterações trazidas pela Lei Complementar nº 128/2020, a(o) servidor(a) SONIA TEREZA GABY FERRAZ, Matrícula nº 3156974/1, ocupante do cargo/função de Técnico de Administração e Finanças, pertencente ao quadro de pessoal do Polícia Civil do Estado do Pará – PCPA.

II – Esta Portaria produzirá seus efeitos a partir do efetivo pagamento pela SEPLAD.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva

Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 959338

PORTARIA AB Nº 1429 DE 16 DE JUNHO DE 2023.

Dispõe sobre O DEFERIMENTO DE ABONO PERMANÊNCIA - PROCESSO nº 2023/165079.

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:

I – Deferir abono de permanência, de acordo com o art. 22-A da Lei Complementar nº 39/2022, com as alterações trazidas pela Lei Complementar nº 128/2020, a(o) servidor(a) MARIA ELDENOURA RODRIGUES LOPES, Matrícula nº 5118360/2, ocupante do cargo/função de Auxiliar de Saúde, pertencente ao quadro de pessoal do Secretária de Saúde do Estado do Pará – SESPA.

II – Esta Portaria produzirá seus efeitos a partir do efetivo pagamento pela SEPLAD.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 959342

PORTARIA AB Nº 1430 DE 16 DE JUNHO DE 2023.

Dispõe sobre O DEFERIMENTO DE ABONO PERMANÊNCIA - PROCESSO nº 2022/1502447.

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:

I – Deferir abono de permanência, de acordo com o art. 22-A da Lei Complementar nº 39/2022, com as alterações trazidas pela Lei Complementar nº 128/2020, a(o) servidor(a) MIGUEL CUNHA FILHO, Matrícula nº 5234735/1, ocupante do cargo/função de Delegado, pertencente ao quadro de pessoal do Polícia Civil do Estado do Pará – PCPA.

II – Esta Portaria produzirá seus efeitos a partir do efetivo pagamento pela SEPLAD.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 959347

PORTARIA AB Nº 1431 DE 16 DE JUNHO DE 2023.

Dispõe sobre O DEFERIMENTO DE ABONO PERMANÊNCIA - PROCESSO nº 2022/1242364.

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:

I – Deferir abono de permanência, de acordo com o art. 22-A da Lei Complementar nº 39/2022, com as alterações trazidas pela Lei Complementar nº 128/2020, a(o) servidor(a) JOSIEL POMPEU DE SALES, Matrícula nº 5232384/1, ocupante do cargo/função de Motorista, pertencente ao quadro de pessoal do Polícia Civil do Estado do Pará – PCPA.

II – Esta Portaria produzirá seus efeitos a partir do efetivo pagamento pela SEPLAD.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 959350

PORTARIA AB Nº 1432 DE 16 DE JUNHO DE 2023.

Dispõe sobre O DEFERIMENTO DE ABONO PERMANÊNCIA - PROCESSO nº 2022/1049799.

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:

I – Deferir abono de permanência, de acordo com o art. 22-A da Lei Complementar nº 39/2022, com as alterações trazidas pela Lei Complementar nº 128/2020, a(o) servidor(a) JOSÉ LOURENÇO DE ALMEIDA RODRIGUES, Matrícula nº 5127424/1, ocupante do cargo/função de Papiloscopista, pertencente ao quadro de pessoal do Polícia Civil do Estado do Pará – PCPA.

II – Esta Portaria produzirá seus efeitos a partir do efetivo pagamento pela SEPLAD.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 959431

PORTARIA AB Nº 1422 DE 20 DE JUNHO DE 2023.

Dispõe sobre O DEFERIMENTO DE ABONO PERMANÊNCIA - PROCESSO nº 2022/1096394.

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:

I – Deferir abono de permanência, de acordo com o art. 22-A da Lei Complementar nº 39/2022, com as alterações trazidas pela Lei Complementar nº 128/2020, a(o) servidor(a) MOISÉS MARTINS VIRGOLINO, Matrícula nº 540498/1, ocupante do cargo/função de Assistente Administrativo, pertencente ao quadro de pessoal do Secretaria de Estado de Educação – SEDUC.

II – Esta Portaria produzirá seus efeitos a partir do efetivo pagamento pela SEPLAD.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 959432

PORTARIA AB Nº 1434 DE 13 DE JUNHO DE 2023.

Dispõe sobre O DEFERIMENTO DE ABONO PERMANÊNCIA - PROCESSO nº 2019/429913.

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:

I – Deferir abono de permanência, de acordo com o art. 22-A da Lei Complementar nº 39/2022, com as alterações trazidas pela Lei Complementar nº 128/2020, a(o) servidor(a) SUELY PIRES NECY, Matrícula nº 54192679/1, ocupante do cargo/função de Assistente Administrativo, pertencente ao quadro de pessoal do Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Pará – ADEPARA.

II – Esta Portaria produzirá seus efeitos a partir do efetivo pagamento pela SEPLAD.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 959435

PORTARIA AB Nº 1446 DE 01 DE JUNHO DE 2023.

Dispõe sobre O DEFERIMENTO DE ABONO PERMANÊNCIA - PROCESSO nº 2020/709607.

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:

I – Deferir abono de permanência, de acordo com o art. 22-A da Lei Complementar nº 39/2022, com as alterações trazidas pela Lei Complementar nº 128/2020, a(o) servidor(a) REGINALDO RODRIGUES VIRGOLINO, Matrícula nº 5171024/2, ocupante do cargo/função de Motorista, pertencente ao quadro de pessoal do Fundação Santa Casa de Misericórdia do Pará – FSCMPA.

II – Esta Portaria produzirá seus efeitos a partir do efetivo pagamento pela SEPLAD.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 959438

PORTARIA AB Nº 1436 DE 12 DE JUNHO DE 2023.

Dispõe sobre O DEFERIMENTO DE ABONO PERMANÊNCIA - PROCESSO nº 2021/1360457.

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:

I – Deferir abono de permanência, de acordo com o art. 22-A da Lei Complementar nº 39/2022, com as alterações trazidas pela Lei Complementar nº 128/2020, a(o) servidor(a) SERGIO AUGUSTO OLIVEIRA DA SILVA, Matrícula nº 5859166/1, ocupante do cargo/função de Investigador, pertencente ao quadro de pessoal do Polícia Civil do Estado do Pará – PCPA.

II – Esta Portaria produzirá seus efeitos a partir do efetivo pagamento pela SEPLAD.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 959443

PORTARIA AB Nº 1437 DE 07 DE JUNHO DE 2023.

Dispõe sobre O DEFERIMENTO DE ABONO PERMANÊNCIA - PROCESSO nº 2021/1357185.

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:

I – Deferir abono de permanência, de acordo com o art. 22-A da Lei Complementar nº 39/2022, com as alterações trazidas pela Lei Complementar nº 128/2020, a(o) servidor(a) MARIA CELESTE MOREIRA CASTELO, Matrícula nº 230740/1, ocupante do cargo/função de Servente, pertencente ao quadro de pessoal do Secretaria de Estado de Educação – SEDUC.

II – Esta Portaria produzirá seus efeitos a partir do efetivo pagamento pela SEPLAD.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 959444

PORTARIA AB Nº 1438 DE 06 DE JUNHO DE 2023.

Dispõe sobre O DEFERIMENTO DE ABONO PERMANÊNCIA - PROCESSO nº 2021/1156443.

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:

I – Deferir abono de permanência, de acordo com o art. 22-A da Lei Complementar nº 39/2022, com as alterações trazidas pela Lei Complementar nº 128/2020, a(o) servidor(a) CRISTINA CELIA ASSUNÇÃO DE CARVALHO, Matrícula nº 457833/1, ocupante do cargo/função de Escrevente Datilógrafo, pertencente ao quadro de pessoal do Secretaria de Estado de Educação – SEDUC.

II – Esta Portaria produzirá seus efeitos a partir do efetivo pagamento pela SEPLAD.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 959459

PORTARIA AB Nº 1439 DE 06 DE JUNHO DE 2023.

Dispõe sobre O DEFERIMENTO DE ABONO PERMANÊNCIA - PROCESSO nº 2023/185354.

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:

I – Deferir abono de permanência, de acordo com o art. 22-A da Lei Complementar nº 39/2022, com as alterações trazidas pela Lei Complementar nº 128/2020, a(o) servidor(a) MARLY DA COSTA ALVES SOARES, Matrícula nº 5096456/1, ocupante do cargo/função de Auxiliar de Saúde, pertencente ao quadro de pessoal do Secretaria de Saúde do Estado do Pará – SESP.

II – Esta Portaria produzirá seus efeitos a partir do efetivo pagamento pela SEPLAD.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva

Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 959463

PORTARIA AB Nº 1440 DE 06 DE JUNHO DE 2023.

Dispõe sobre O DEFERIMENTO DE ABONO PERMANÊNCIA - PROCESSO nº 2023/203131.

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:

I – Deferir abono de permanência, de acordo com o art. 22-A da Lei Complementar nº 39/2022, com as alterações trazidas pela Lei Complementar nº 128/2020, a(o) servidor(a) YARA IKEDA FONSECA, Matrícula nº 5193087/3, ocupante do cargo/função de Médico, pertencente ao quadro de pessoal do Fundação Santa Casa de Misericórdia do Pará – FSCMPA.

II – Esta Portaria produzirá seus efeitos a partir do efetivo pagamento pela SEPLAD.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva

Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 959469

PORTARIA AB Nº 1441 DE 06 DE JUNHO DE 2023.

Dispõe sobre O DEFERIMENTO DE ABONO PERMANÊNCIA - PROCESSO nº 2022/14687.

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:

I – Deferir abono de permanência, de acordo com o art. 22-A da Lei Complementar nº 39/2022, com as alterações trazidas pela Lei Complementar nº 128/2020, a(o) servidor(a) PAULO REGINALDO DE PAIVA, Matrícula nº 587567/1, ocupante do cargo/função de Assistente Administrativo, pertencente ao quadro de pessoal do Secretaria de Estado de Educação – SEDUC.

II – Esta Portaria produzirá seus efeitos a partir do efetivo pagamento pela SEPLAD.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva

Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 959471

PORTARIA AB Nº 1442 DE 05 DE JUNHO DE 2023.

Dispõe sobre O DEFERIMENTO DE ABONO PERMANÊNCIA - PROCESSO nº 2022/217485.

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:

I – Deferir abono de permanência, de acordo com o art. 22-A da Lei Complementar nº 39/2022, com as alterações trazidas pela Lei Complementar nº 128/2020, a(o) servidor(a) ANTONIO DE JESUS AUGUSTO MARQUES TAVARES, Matrícula nº 5233445/1, ocupante do cargo/função de Investigador, pertencente ao quadro de pessoal do Polícia Civil do Estado do Pará – PCPA.

II – Esta Portaria produzirá seus efeitos a partir do efetivo pagamento pela SEPLAD.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva

Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 959476

PORTARIA AB Nº 1443 DE 05 DE JUNHO DE 2023.

Dispõe sobre O DEFERIMENTO DE ABONO PERMANÊNCIA - PROCESSO nº 2021/147738.

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:

I – Deferir abono de permanência, de acordo com o art. 22-A da Lei Complementar nº 39/2022, com as alterações trazidas pela Lei Complementar nº 128/2020, a(o) servidor(a) PEDRO ROOSEVELT TAVARES PEREIRA, Matrícula nº 225657/1, ocupante do cargo/função de Professor Colaborador, pertencente ao quadro de pessoal do Secretaria de Estado de Educação – SEDUC.

II – Esta Portaria produzirá seus efeitos a partir do efetivo pagamento pela SEPLAD.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva

Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 959481

PORTARIA AB Nº 1444 DE 05 DE JUNHO DE 2023.

Dispõe sobre O DEFERIMENTO DE ABONO PERMANÊNCIA - PROCESSO nº 2022/812351.

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:

I – Deferir abono de permanência, de acordo com o art. 22-A da Lei Complementar nº 39/2022, com as alterações trazidas pela Lei Complementar nº 128/2020, a(o) servidor(a) ALDO BANDEIRA DA SILVA, Matrícula nº 453803/1, ocupante do cargo/função de Assistente Administrativo, pertencente ao quadro de pessoal do Secretaria de Estado de Educação – SEDUC.

II – Esta Portaria produzirá seus efeitos a partir do efetivo pagamento pela SEPLAD.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva

Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 959485

PORTARIA AB Nº 1445 DE 05 DE JUNHO DE 2023.

Dispõe sobre O DEFERIMENTO DE ABONO PERMANÊNCIA - PROCESSO nº 2022/1286795.

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:

I – Deferir abono de permanência, de acordo com o art. 22-A da Lei Complementar nº 39/2022, com as alterações trazidas pela Lei Complementar nº 128/2020, a(o) servidor(a) LUIS CARLOS ALVES FERREIRA, Matrícula nº 5412013/1, ocupante do cargo/função de Investigador, pertencente ao quadro de pessoal do Polícia Civil do Estado do Pará – PCPA.

II – Esta Portaria produzirá seus efeitos a partir do efetivo pagamento pela SEPLAD.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva

Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 959492

PORTARIA AB Nº 1433 DE 13 DE JUNHO DE 2023.

Dispõe sobre O DEFERIMENTO DE ABONO PERMANÊNCIA - PROCESSO nº 2021/1221602.

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:

I – Deferir abono de permanência, de acordo com o art. 22-A da Lei Complementar nº 39/2022, com as alterações trazidas pela Lei Complementar nº 128/2020, a(o) servidor(a) ANTONIO VIEIRA RODRIGUES, Matrícula nº 413534/1, ocupante do cargo/função de Professor Assistente, pertencente ao quadro de pessoal do Secretaria de Estado de Educação – SEDUC.

II – Esta Portaria produzirá seus efeitos a partir do efetivo pagamento pela SEPLAD.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva

Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 959495

PORTARIA RET AP Nº 1.505 DE 30 DE JUNHO DE 2023

Dispõe sobre a RETIFICAÇÃO do benefício previdenciário de aposentadoria POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO – processo PAE nº 2019/362426 e SISPREV Nº 2023.04.1218P.

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:

I – Retificar a PORTARIA AP Nº 1.112 de 15/05/2023, que aposentou o servidor FRANCISCO CARDOSO DE OLIVEIRA SANTOS, mat. nº 5093872/1, no cargo de Técnico C, Nível IV, pertencente ao quadro de pessoal da Universidade do Estado do Pará-UEPA, de acordo com o art. 3º, incisos I, II, III e parágrafo único, da Emenda Constitucional nº 47/2005, art. 7º da Emenda Constitucional nº 41/2003 e os artigos 36 e 54-C, incisos I, II, III e parágrafo único, da Lei Complementar nº 39/2002, com as alterações introduzidas pela Lei Complementar nº 51/2006 e pela Lei Complementar nº 142/2021; art. 42, inciso V, da Lei nº 6.839/2006; no art. 140, inciso III, da Lei nº 5.810/1994 combinado com o art. 42, inciso IV, da Lei nº 6.839/2006; art. 131, § 1º, inciso X, da Lei nº 5.810/1994, de forma a reajustar o vencimento base e as demais parcelas, de acordo com a Lei nº 9.896 de 28/04/2023 que alterou a Lei nº 6.839/2006, recebendo nessa situação os proventos mensais de R\$15.688,18 (quinze mil, seiscentos e oitenta e oito reais e dezoito centavos), conforme abaixo discriminado:

Vencimento Base	4.980,38
Gratificação Universitária – 30%	1.494,11
Gratificação pela Escolaridade – 80%	3.984,30
Adicional por Tempo de Serviço – 50%	5.229,40
Total de Proventos	15.688,19

II – Esta Portaria produzirá seus efeitos a contar de 01/06/2023.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva

Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 958294

PORTARIA AP Nº 1410 DE 22 DE JUNHO DE 2023

Dispõe sobre a concessão do benefício previdenciário de aposentadoria POR IDADE - Processo nº 2018/385628 e SISPREV Nº 2023.02.1269P.

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:

I – Aposentar, de acordo com o art. 40, § 1º, inciso III, alínea “b”, da Constituição Federal de 1988, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 41/2003, artigo 1º da Lei nº 10.887/2004, artigos 22, inciso II, 36, 36-A, 36-B e 36-C da Lei Complementar nº 39/2002, com as alterações trazidas pela Lei Complementar nº 49/2005 e 110/2016, MARCO ANTÔNIO SOARES DE MORAES, mat. nº 5796903/1, no cargo de Professor Classe I, pertencente ao quadro de pessoal da Secretaria de Estado de Educação – SEDUC, recebendo nessa situação os proventos mensais de R\$5.390,34 (cinco mil, trezentos e noventa reais e trinta e quatro centavos), conforme abaixo discriminado:

Proventos proporcionais a 71,5538% (9.141 dias de 12.775 dias) sobre o valor da média aritmética simples (R\$ 7.533,26)	5.390,34
Total de Proventos	5.390,34

II – Esta Portaria produzirá efeitos a contar de 01/07/2023.
DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 958434

PORTARIA AP Nº 1.369 DE 16 DE JUNHO DE 2023

Dispõe sobre a concessão do benefício previdenciário de aposentadoria POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO – PROCESSO PAE nº 2013/571727 E SISPREV Nº 2023.04.1450P.

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:

I – Aposentar, de acordo com o art. 6º, incisos I, II, III e IV, da Emenda Constitucional nº 41/2003 c/c o art. 40, § 5º, da Constituição Federal de 1988 com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 20/1998, art. 2º da Emenda Constitucional nº 47/2005 c/c o art. 7º da Emenda Constitucional nº 41/2003 e os artigos 36 e 54-A, incisos I, II, III e IV da Lei Complementar nº 39/2002, com as alterações introduzidas pela Lei Complementar nº 49/2005 e pela Lei Complementar nº 142/2021; art. 28 da Lei nº 7.442/2010 c/c a Lei nº 8.030/2014 c/c o Acórdão nº 55.856/2016 do TCE/PA; art. 6º da Lei nº 9.322/2021; art. 33 da Lei nº 7.442/2010; art. 3º e Anexo II da Lei nº 9.322/2021 combinada com o art. 2º da Lei nº 9.500/2022; art. 131, § 1º, inciso VIII, da Lei nº 5.810/1994 c/c o art. 36, parágrafo único, da Lei nº 5.351/1986, ELCI SOUZA, mat. nº 324280/1, na função de Professor Classe Especial, nível I, pertencente ao quadro de pessoal da Secretaria de Estado de Educação – SEDUC, recebendo nessa situação os proventos mensais de R\$12.386,84 (doze mil, trezentos e oitenta e seis reais e quatro centavos), conforme abaixo discriminado:

Vencimento Base – 200h	4.602,50
Aulas Suplementares – 48h	1.104,60
Gratificação de Magistério – VPNI	278,57
Gratificação Progressiva – 50%	2.301,25
Gratificação de Titularidade	432,03
Adicional por Tempo de Serviço – 50%	3.667,89
Total de Proventos	12.386,84

II – Esta Portaria produzirá seus efeitos a contar de 01/07/2023.
DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 959780

DESIGNAR FISCAL DE CONTRATO

PORTARIA Nº 502 DE 07 DE JULHO DE 2023

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso das atribuições conferidas pelo Decreto Governamental de 29/06/2020, publicado no DOE nº 34.267, de 30/06/2020.

CONSIDERANDO que o Decreto nº 870, de 04 de outubro de 2013, dispõe sobre a supervisão, fiscalização e acompanhamento da execução dos contratos, convênios e termo de cooperação firmada pelos órgãos e entidades do Poder Executivo do Estado do Pará;
CONSIDERANDO que deverá ser designado um Fiscal de Contrato, Convênio ou Termo de Cooperação; e

CONSIDERANDO os termos do Despacho da Coordenadoria de Administração e Serviços, que dispõe sobre a Substituição de Fiscal e Suplente de Contrato, nos autos do Processo Administrativo Eletrônico (PAE) nº 07.178.322/0001-74, de 05/12/2022;
RESOLVE:

I – SUBSTITUIR na PORTARIA Nº 037/2023, de 24 de janeiro de 2023, publicada no DOE nº 35.267, de 25/01/2023, referente ao Processo Administrativo Eletrônico nº 2022/1561293, como Fiscal do Contrato de administrativo nº 001/2023, firmado com a empresa EQUILIBRIUM WEB SERVIÇOS DE INFORMÁTICA – LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 07.178.322/0001-74, que tem como objeto a contratação de empresa especializada para prestação de serviços continuados de sustentação, melhoria, customização e desenvolvimento de novos módulos da ferramenta de gestão denominada REINF, a partir deste ponto, para continuidade da gestão e elaboração dos pagamentos realizados por este IGEPREV, em conformidade com o Termo de Referência e seus anexos, o ex-servidor

Gleudson dos Santos Rodrigues, matrícula nº 5946181/4/1, que ocupou o cargo em comissão de Assessor, lotado no Gabinete da Presidência, pelo servidor Charles Xenagoras Nascimento do Nascimento, matrícula nº 5948279/3, ocupante da função temporária de Técnico em Gestão de Informática, lotado na Coordenadoria de Tecnologia da Informação.

II – DESIGNAR o servidor Marcus Vinicius de Oliveira Dias, matrícula nº 5957475/2, ocupante da função temporária de Técnico em Gestão de Informática, lotado na Coordenadoria de Tecnologia da Informação, para atuar como Suplente;

III – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial do Estado, podendo ser revogada a qualquer tempo, a critério da Autoridade competente.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará, 07 de junho de 2023.
ILTON GIUSSEPP STIVAL MENDES DA ROCHA LOPES DA SILVA
Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará

Protocolo: 960778

ERRATA

ERRATA

Na Portaria Retificadora AP nº 4.174 de 10 de setembro de 2022, publicada no Diário Oficial do Estado nº 35.111, de 12 de setembro de 2022, página 27, coluna 2, que retificou a portaria que concedeu a aposentadoria do servidor JOSÉ RAIMUNDO FERREIRA VIANA, matrícula nº 413585/1, pertencente ao quadro de pessoal da Secretaria de Estado de Educação – SEDUC:

Onde se lê:

Adicional por Tempo de Serviço – 45%,

Leia-se:

Adicional por Tempo de Serviço – 55%.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 956355

CONTRATO

EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO ADMINISTRATIVO: 021/2023
INEXIGIBILIDADE Nº 005/2023

Processo: 2023/526174

Data da Assinatura: 30/06/2023

Vigência: 30/06/2023 a 29/06/2024

Exercício: 2023 a 2024

Objeto: O presente contrato tem por objeto a contratação de empresa especializada para ministrar o Treinamento sobre Combate ao Assédio na Administração Pública, promovido pelo Grupo JML – Consultoria e Eventos (MENDES & LOPES PESQUISA, TREINAMENTO E EVENTOS LTDA), na modalidade “In Company”, para 300 (trezentos) servidores, sendo até 100 (cem) servidores em cada turma, ou seja, em 03 (três) Turmas, no Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV. Vincula-se a este contrato a proposta comercial encaminhada pela CONTRATADA devidamente inserida no processo nº 2023/526174.

O valor total deste contrato é de R\$ 168.000,00 (cento e sessenta e oito mil reais).

Contratado: MENDES & LOPES PESQUISA, TREINAMENTO E EVENTOS LTDA, com sede na Rua Mandaguacu, 534, Sobre Loja, Bairro Emiliano Pernetá – CEP: 83324-430 - Pinhais/PR, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 07.777.721/0001-51, neste ato representado por JULIETA MENDES LOPES VARESCHINI.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Belém, 30 de junho de 2023

ILTON GIUSSEPP STIVAL MENDES DA ROCHA LOPES DA SILVA
Presidente do Igeprev

Protocolo: 957973

PENSÃO

PORTARIA PS Nº 1521 DE 03 DE JULHO DE 2023

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DO BENEFÍCIO DE PENSÃO POR MORTE – PROCESSOS Nº 2023/265168; 2023/265247; 2023/264933.

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária e de Proteção Social do Estado do Pará – IGEPSS, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 142/2021 e demais dispositivos legais, resolve:

I - Conceder o benefício de pensão por morte, nos termos do parecer técnico constante nos autos dos Processos nº 2023/265168, 2023/265247 e 2023/264933 ficando os percentuais assim distribuídos entre as dependentes habilitadas:

I.1 - 25% em favor de DARFNNY DAYANNY SOUZA DOS SANTOS PONTES, na condição de filha menor, no valor de R\$ 4.124,73 (quatro mil, cento e vinte e quatro reais e setenta e três centavos), com fundamento no que dispõem os artigos: 30, inciso I, alínea “c”, art. 99, art. 100, §1º e art. 101 da Lei Complementar nº 142/2021.

I.2 - 25% em favor de DEVYLENN DOMMYNIQUE SOUZA DOS SANTOS PONTES, na condição de filha menor, no valor de R\$ 4.124,73 (quatro mil, cento e vinte e quatro reais e setenta e três centavos), com fundamento no que dispõem os artigos: 30, inciso I, alínea “c”, art. 99, art. 100, §1º e art. 101 da Lei Complementar nº 142/2021.

I.3 - 50% em favor de ROSANE SOUZA DOS SANTOS, na condição de companheira, no valor de R\$ 8.249,46 (oito mil, duzentos e quarenta e nove reais e quarenta e seis centavos), com fundamento no que dispõem os artigos: 30, inciso I, alínea "a", art. 99, art. 100, inciso I e art. 101 da Lei Complementar nº 142/2021.

Perfazendo o total R\$ 16.498,92 (dezesseis mil, quatrocentos e noventa e oito reais e noventa e dois centavos), provenientes do óbito do ex-segurado DIVAL PONTES DE SOUZA, pertencente ao quadro de inativos do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Pará - PM/PA, onde ocupou a graduação SUBTENENTE/BM, sob a matrícula nº 5539102-1, falecido em 25/01/2023.

II - A implantação dos benefícios se efetivará a partir de 01/07/2023, com efeitos financeiros retroagindo à data do óbito (25/01/2023), respeitando-se os valores, nos termos do art. 100, §1º c/c art. 99, da Lei Complementar nº 142/2021.

III - Os proventos serão atualizados de acordo com o previsto no art. 101 da Lei Complementar nº 142/2021, deverão ser revistos automaticamente, na mesma data da revisão das remunerações dos militares da ativa, para preservar o valor real equivalente à remuneração do militar da ativa do posto ou graduação que lhe deu origem.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária e de Proteção Social do Estado do Pará

Protocolo: 959959

PORTARIA PS Nº 1501 DE 28 DE JUNHO DE 2023

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DO BENEFÍCIO DE PENSÃO POR MORTE - PROCESSO Nº 2023/357862.

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária e de Proteção Social do Estado do Pará - IGEPPS, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 142/2021 e demais dispositivos legais, resolve: I - Conceder o benefício de pensão por morte, nos termos do parecer técnico constante nos autos dos Processos nº 2023/357862, ficando os percentuais assim distribuídos entre as dependentes habilitadas:

I.1 - 100% em favor de ANA ODETE FURTADO DE MORAES, na condição de cônjuge no valor de R\$ 4.786,03 (quatro mil, setecentos e oitenta e seis reais e três centavos), com fundamento no que dispõem os artigos: 30, inciso I, alínea "a", art. 99, art. 100, inciso II e art. 101 da Lei Complementar nº 142/2021.

Perfazendo o total R\$ 4.786,03 (quatro mil, setecentos e oitenta e seis reais e três centavos), provenientes do óbito do ex-segurado EDUARDO ANTONIO FARIAS DE MORAES, pertencente ao quadro de ativos da Polícia Militar do Estado do Pará - PM/PA, na qual ocupou a graduação de 1º Sargento/PM, sob a matrícula nº 5676347/1, falecido em 03/02/2023.

II - A implantação do benefício se efetivará a partir de 01/07/2023, com efeitos financeiros retroagindo à data do óbito (03/02/2023), respeitando-se os valores, nos termos do art. 100, inciso I c/c art. 99 da Lei Complementar nº 142/2021.

III - Os proventos serão atualizados de acordo com o previsto no art. 101, da Lei Complementar nº 142/2021, e deverão ser revistos automaticamente, na mesma data da revisão das remunerações dos militares da ativa, para preservar o valor real equivalente à remuneração do militar da ativa do posto ou graduação que lhe deu origem.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária e de Proteção Social do Estado do Pará

Protocolo: 960000

PORTARIA PS Nº 1500 DE 28 DE JUNHO DE 2023

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DO BENEFÍCIO DE PENSÃO POR MORTE - PROCESSO Nº 2023/591345.

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária e de Proteção Social do Estado do Pará - IGEPPS, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 142/2021 e demais dispositivos legais, resolve: I - Conceder o benefício de pensão por morte, nos termos do parecer técnico constante nos autos do Processo nº 2023/97453, ficando o percentual assim distribuído para o dependente habilitado:

I.1 - 100% em favor de HENRIQUE DA SILVA LIMA JUNIOR, na condição de filho menor, no valor de R\$ 4.345,41 (quatro mil, trezentos e quarenta e cinco reais e um centavo), com fundamento no que dispõem os artigos: 30, inciso I, alínea "c", art. 99, art. 100, §1º e art. 101 da Lei Complementar nº 142/2021.

Perfazendo o total de R\$ 4.345,41 (quatro mil, trezentos e quarenta e cinco reais e um centavo), provenientes do óbito do ex-segurado HENRIQUE DA SILVA LIMA, o qual pertencia ao quadro de ativos da Polícia Militar do Estado do Pará - PM/PA, na qual ocupou a graduação de 3º Sargento PM, sob a matrícula nº 57200131/1, falecido em 12/03/2023.

II - A implantação do benefício se efetivará a partir de 01/07/2023, com efeitos financeiros retroagindo à data do óbito, respeitando-se os valores, nos termos do art. 100, §1º c/c art. 99, da Lei Complementar nº 142/2021.

III - Os proventos serão atualizados de acordo com o previsto no art. 101 da Lei Complementar nº 142/2021, deverão ser revistos automaticamente, na mesma data da revisão das remunerações dos militares da ativa, para preservar o valor real equivalente à remuneração do militar da ativa do posto ou graduação que lhe deu origem.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária e de Proteção Social do Estado do Pará

Protocolo: 960002

PORTARIA PS Nº 1468 DE 25 DE MAIO DE 2023

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DO BENEFÍCIO DE PENSÃO POR MORTE - PROCESSO Nº 2023/650681.

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária e de Proteção Social do Estado do Pará - IGEPPS, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 142/2021 e demais dispositivos legais, resolve: I - Conceder o benefício de pensão por morte, nos termos do parecer técnico constante nos autos dos Processos nº 2023/650681, ficando os percentuais assim distribuídos entre as dependentes habilitadas:

I.1 - 100% em favor de ARIVANE COLARES MEIRELES, na condição de cônjuge no valor de R\$ 5.089,91 (cinco mil, oitenta e nove reais e noventa e um centavos), com fundamento no que dispõem os artigos: 30, inciso I, alínea "a", art. 99, art. 100, inciso I e art. 101 da Lei Complementar nº 142/2021.

Perfazendo o total R\$ 5.089,91 (cinco mil, oitenta e nove reais e noventa e um centavos), provenientes do óbito do ex-segurado, GERSON CLEUDIR MONTEIRO DOS SANTOS pertencente ao quadro de ativos da Polícia Militar do Estado do Pará - PM/PA, na qual ocupou a graduação de 2º Sargento/PM, sob a matrícula nº 56923001, falecido em 14/04/2023.

II - A implantação do benefício se efetivará a partir de 01/07/2023, com efeitos financeiros retroagindo à data do óbito, respeitando-se os valores, nos termos do art. 100, inciso I c/c art. 99 da Lei Complementar nº 142/2021.

III - Os proventos serão atualizados de acordo com o previsto no art. 101, da Lei Complementar nº 142/2021, e deverão ser revistos automaticamente, na mesma data da revisão das remunerações dos militares da ativa, para preservar o valor real equivalente à remuneração do militar da ativa do posto ou graduação que lhe deu origem.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária e de Proteção Social do Estado do Pará

Protocolo: 960005

PORTARIA PS Nº 1467 DE 27 DE JUNHO DE 2023

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DO BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO DE PENSÃO POR MORTE - PROCESSOS Nº 2023/696776 E 2023/696540.

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária e de Proteção Social do Estado do Pará - IGEPPS, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 142/2021 e demais dispositivos legais, resolve: I - Conceder o benefício de pensão por morte, nos termos do parecer técnico constante nos autos dos Processos nº 2023/696776 e 2023/696540, ficando os percentuais assim distribuídos entre as dependentes habilitadas:

I.1 - 50% em favor de ANA LAURA RODRIGUES DE SOUZA, na condição de filha menor, no valor de R\$ 3.359,80 (três mil, trezentos e cinquenta e nove reais e oitenta centavos), com fundamento no que dispõem os artigos: 30, inciso I, alínea "c", art. 99, art. 100, §1º e art. 101 da Lei Complementar nº 142/2021.

I.2 - 50% em favor de JOÃO DAVI RODRIGUES DE SOUZA, na condição de filho menor, no valor de R\$ 3.359,80 (três mil, trezentos e cinquenta e nove reais e oitenta centavos), com fundamento no que dispõem os artigos: 30, inciso I, alínea "c", art. 99, art. 100, §1º e art. 101 da Lei Complementar nº 142/2021.

Perfazendo o total R\$ 6.719,60 (seis mil, setecentos e dezenove reais e sessenta centavos), provenientes do óbito do ex-segurado GILVANDRO DA SILVA MOURA, pertencente ao quadro de inativos da Polícia Militar do Estado do Pará - PM/PA, na qual ocupou a graduação de 2º Sargento/PM RR, sob a matrícula nº 50477140/1, falecido em 26/05/2023.

II - A implantação dos benefícios se efetivará a partir de 01/07/2023, com efeitos financeiros retroagindo à data do óbito (26/05/2023), respeitando-se os valores, nos termos do art. 100, §1º c/c art. 99, da Lei Complementar nº 142/2021.

III - Os proventos serão atualizados de acordo com o previsto no art. 101 da Lei Complementar nº 142/2021, deverão ser revistos automaticamente, na mesma data da revisão das remunerações dos militares da ativa, para preservar o valor real equivalente à remuneração do militar da ativa do posto ou graduação que lhe deu origem.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária e de Proteção Social do Estado do Pará

Protocolo: 960006

PORTARIA PS Nº 1381 DE 20 DE JUNHO DE 2023

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DO BENEFÍCIO DE PENSÃO POR MORTE - PROCESSO Nº 2023/170897.

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária e de Proteção Social do Estado do Pará - IGEPPS, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 142/2021 e demais dispositivos legais, resolve: I - Conceder o benefício de pensão por morte, nos termos do parecer técnico constante nos autos dos Processos nº 2023/170897, ficando o percentual assim distribuído entre a dependente habilitada:

I.1 - 100% em favor de NAZARENA CAMPOS DOS ANJOS OLIVEIRA, na condição de cônjuge no valor de R\$ 7.146,24 (sete mil, cento e quarenta e seis reais e vinte quatro centavos), com fundamento no que dispõem os artigos: 30, inciso I, alínea "a", art. 99, art. 100, inciso I e art. 101 da Lei Complementar nº 142/2021.

Perfazendo o total R\$ 7.146,24 (sete mil, cento e quarenta e seis reais e vinte quatro centavos), provenientes do óbito do ex-segurado IVAN FERREIRA DE OLIVEIRA, pertencente ao quadro de inativos da Polícia Militar do Estado do Pará - PM/PA, na qual ocupou a graduação de 2º Sargento/PM, sob a matrícula nº 33545390/1, falecido em 17/01/2023.

II – A implantação do benefício se efetivará a partir de 01/07/2023, com efeitos financeiros retroagindo à data do óbito, respeitando-se os valores, nos termos do art. 100, inciso I c/c art. 99 da Lei Complementar nº 142/2021.

III – Os proventos serão atualizados de acordo com o previsto no art. 101, da Lei Complementar nº 142/2021, e deverão ser revistos automaticamente, na mesma data da revisão das remunerações dos militares da ativa, para preservar o valor real equivalente à remuneração do militar da ativa do posto ou graduação que lhe deu origem.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária e de Proteção Social do Estado do Pará

Protocolo: 960009

PORTARIA PS Nº 1329 DE 12 DE JUNHO DE 2023

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DO BENEFÍCIO DE PENSÃO POR MORTE - PROCESSO Nº 2023/388147.

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária e de Proteção Social do Estado do Pará – IGEPPS, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 142/2021 e demais dispositivos legais, resolve: I - Conceder o benefício de pensão por morte, nos termos do parecer técnico constante nos autos dos Processos nº 2023/388147, ficando os percentuais assim distribuídos entre as dependentes habilitadas:

I.1 - 100% em favor de GRACILENE PRUDÊNCIA RODRIGUES DA SILVA, na condição de cônjuge no valor de R\$ 5.393,79 (cinco mil, trezentos e noventa e três reais e setenta e nove centavos), com fundamento no que dispõem os artigos: 30, inciso I, alínea "a", art. 99, art. 100, inciso I e art. 101 da Lei Complementar nº 142/2021.

Perfazendo o total R\$ 5.393,79 (cinco mil, trezentos e noventa e três reais e setenta e nove centavos), provenientes do óbito do ex-segurado JOSÉ VILMAR SOUSA DA SILVA, pertencente ao quadro de ativos da Polícia Militar do Estado do Pará – PM/PA, na qual ocupou a graduação de 1º Sargento/PM, sob a matrícula nº 5574307/1, falecido em 07/01/2023.

II – A implantação do benefício se efetivará a partir de 01/07/2023, com efeitos financeiros retroagindo à data do óbito, respeitando-se os valores, nos termos do art. 100, inciso I c/c art. 99 da Lei Complementar nº 142/2021.

III – Os proventos serão atualizados de acordo com o previsto no art. 101, da Lei Complementar nº 142/2021, e deverão ser revistos automaticamente, na mesma data da revisão das remunerações dos militares da ativa, para preservar o valor real equivalente à remuneração do militar da ativa do posto ou graduação que lhe deu origem.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária e de Proteção Social do Estado do Pará

Protocolo: 960010

PORTARIA RET PS Nº 1.304 DE 14 DE JUNHO DE 2023

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DO BENEFÍCIO DE PENSÃO POR MORTE - PROCESSO Nº 2022/334331 E 2023/463634.

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária e de Proteção Social do Estado do Pará – IGEPPS, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 142/2021 e demais dispositivos legais, resolve: I – Incluir no benefício de pensão por morte concedido pela Portaria PS nº 2.506, de 25 de maio de 2022, a companheira MARIA DE FÁTIMA SILVA DE OLIVEIRA, nos termos do parecer técnico constante nos autos do Processo 2023/463634, ficando os percentuais assim distribuídos entre os dependentes habilitados:

I.1 - 50% em favor de MARIA DE FÁTIMA SILVA DE OLIVEIRA, na condição de companheira no valor de R\$ 3.466,46 (três mil, quatrocentos e sessenta e seis reais e quarenta e seis centavos), com fundamento no que dispõem os artigos: 30, inciso I, alínea "a", art. 99, art. 100, inciso II e art. 101 da Lei Complementar nº 142/2021.

I.2 - 50% em favor de OTAVIO DE OLIVEIRA VILA CORTE, na condição de filho menor no valor de R\$ 3.466,46 (três mil, quatrocentos e sessenta e seis reais e quarenta e seis centavos), com fundamento no que dispõem os artigos: art. 30, inciso I, alínea "c", art. 99, art. 100, inciso I e art. 101 da Lei Complementar nº 142/2021..

Perfazendo o total R\$ 6.932,92 (seis mil, novecentos e trinta e dois reais e dez centavos), provenientes do óbito do ex-segurado ORLANDO VILA CORTA, pertencente ao quadro de inativos da Polícia Militar do Estado do Pará, na qual ocupou a graduação de 3º Sargento PM RR, sob matrícula nº 3378993/1, falecido em 26/02/2022.

II - A inclusão da beneficiária no roteiro da pensão se efetivará a partir de 01/07/2023, com efeitos financeiros retroagindo à data do requerimento (20/04/2023), respeitando-se os valores, tabelas e percentuais vigentes à época da retroação e compensando-se eventuais valores pagos a maior até a concessão do benefício conforme determina o art. 100, inciso II da Lei Complementar nº 142/2021, respeitando-se os valores, conforme art. 99 da Lei Complementar nº 142/2021.

III – Os proventos serão atualizados de acordo com o previsto no art. 101, da Lei Complementar nº 142/2021, e deverão ser revistos automaticamente, na mesma data da revisão das remunerações dos militares da ativa, para preservar o valor real equivalente à remuneração do militar da ativa do posto ou graduação que lhe deu origem.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária e de Proteção Social do Estado do Pará

Protocolo: 960011

PORTARIA PS Nº 1412 DE 22 DE JUNHO DE 2023

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DO BENEFÍCIO DE PENSÃO POR MORTE - PROCESSO Nº 2023/551523.

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária e de Proteção Social do Estado do Pará – IGEPPS, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 142/2021 e demais dispositivos legais, resolve: I - Conceder o benefício de pensão por morte, nos termos do parecer técnico constante nos autos dos Processos nº 2023/551523, ficando os percentuais assim distribuídos para a dependente habilitada:

I.1 - 100% em favor de BERNARDA NASCIMENTO DA CRUZ GONÇALVES, na condição de cônjuge no valor de R\$ 4.594,59 (quatro mil, quinhentos e noventa e quatro reais e cinquenta e nove centavos), com fundamento no que dispõem os artigos: 30, inciso I, alínea "a", art. 99, art. 100, inciso I e art. 101 da Lei Complementar nº 142/2021.

Perfazendo o total R\$ 4.594,59 (quatro mil, quinhentos e noventa e quatro reais e cinquenta e nove centavos), provenientes do óbito do ex-segurado OTACILIO JOSÉ QUEIROZ GONÇALVES, pertencente ao quadro de inativos da Polícia Militar do Estado do Pará – PM/PA, na qual ocupou a graduação de Soldado/PM, sob a matrícula nº 519895001, falecido em 23/04/2023.

II – A implantação do benefício se efetivará a partir de 01/07/2023, com efeitos financeiros retroagindo à data do óbito, respeitando-se os valores, nos termos do art. 100, inciso I c/c art. 99 da Lei Complementar nº 142/2021.

III – Os proventos serão atualizados de acordo com o previsto no art. 101, da Lei Complementar nº 142/2021, e deverão ser revistos automaticamente, na mesma data da revisão das remunerações dos militares da ativa, para preservar o valor real equivalente à remuneração do militar da ativa do posto ou graduação que lhe deu origem.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária e de Proteção Social do Estado do Pará

Protocolo: 960012

PORTARIA PS Nº 1.323 DE 07 DE JUNHO DE 2023

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DO BENEFÍCIO DE PENSÃO POR MORTE - PROCESSO Nº 2023/361856.

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária e de Proteção Social do Estado do Pará – IGEPPS, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 142/2021 e demais dispositivos legais, resolve: I - Conceder o benefício de pensão por morte, nos termos do parecer técnico constante nos autos dos Processos nº 2023/361856, ficando os percentuais assim distribuídos entre as dependentes habilitadas:

I.1 - 100% em favor de ISA MARIA SANTOS DE MORAES, na condição de cônjuge no valor de R\$ 16.498,92 (dezesseis mil, quatrocentos e noventa e oito reais e noventa e dois centavos), com fundamento no que dispõem os artigos: 30, inciso I, alínea "a", art. 99, art. 100, inciso I e art. 101 da Lei Complementar nº 142/2021.

Perfazendo o total R\$ 16.498,92 (dezesseis mil, quatrocentos e noventa e oito reais e noventa e dois centavos), provenientes do óbito do ex-segurado VICENTE MENDES DE MORAES, pertencente ao quadro de inativos do Corpo de Bombeiro Militar do Estado do Pará – BM/PA, na qual ocupou a graduação de Subtenente/BM RR, sob a matrícula nº 3404674/1, falecido em 15/03/2023.

II – A implantação do benefício se efetivará a partir de 01/07/2023, com efeitos financeiros retroagindo à data do óbito, respeitando-se os valores, nos termos do art. 100, inciso I c/c art. 99 da Lei Complementar nº 142/2021.

III – Os proventos serão atualizados de acordo com o previsto no art. 101, da Lei Complementar nº 142/2021, e deverão ser revistos automaticamente, na mesma data da revisão das remunerações dos militares da ativa, para preservar o valor real equivalente à remuneração do militar da ativa do posto ou graduação que lhe deu origem.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária e de Proteção Social do Estado do Pará

Protocolo: 960015

PORTARIA PS Nº 1495 DE 30 DE JUNHO DE 2023

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DO BENEFÍCIO DE PENSÃO POR MORTE - PROCESSO Nº 2023/613512.

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária e de Proteção Social do Estado do Pará – IGEPPS, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 142/2021 e demais dispositivos legais, resolve: I - Conceder o benefício de pensão por morte, nos termos do parecer técnico constante nos autos dos Processos nº 2023/613512, ficando os percentuais assim distribuídos para a dependente habilitada:

I.1 - 100% em favor de ROSANGELA CRISTO DOS SANTOS, na condição de companheira, no valor de R\$ 21.529,85 (vinte e um mil, quinhentos e vinte e nove reais e oitenta e cinco centavos), com fundamento no que dispõem os artigos 4º, inciso I; art. 30, inciso I, alínea "a"; art. 99; art. 100, inciso I e 101, ambos da Lei Complementar nº 142/2021.

Perfazendo o total R\$ 21.529,85 (vinte e um mil, quinhentos e vinte e nove reais e oitenta e cinco centavos), provenientes do óbito do ex-segurado WANKER LUCIVALDO SOUZA DO NASCIMENTO, pertencente ao quadro de inativos da Polícia Militar do Estado do Pará – PM/PA, na qual ocupou a graduação de 1º Tenente/PM RR, sob a matrícula nº 33766990/1, falecido em 08/05/2023.

II – A implantação dos benefícios se efetivará a partir de 01/07/2023, com efeitos financeiros retroagindo à data do óbito (08/05/2023), respeitando-se os valores, nos termos do art. 100, inciso I da Lei Complementar nº 142/2021, respeitando-se os valores, conforme artigo 99 da Lei Complementar nº 142/2021.

III – Os proventos serão atualizados de acordo com o previsto no art. 101 da Lei Complementar nº 142/2021, deverão ser revistos automaticamente, na mesma data da revisão das remunerações dos militares da ativa, para preservar o valor real equivalente à remuneração do militar da ativa do posto ou graduação que lhe deu origem.

DE-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva

Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará

Protocolo: 960021

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

NOTIFICAÇÃO DE REGISTRO DEFERIDO

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, vem, por meio deste instrumento, notificar ANTÔNIO CARLOS DA SILVA que o processo de Pensão Civil nº 2017/200860, protocolo TCE nº 500843/2019, obteve o registro deferido pelo Tribunal de Contas do Estado do Pará – TCE. Para maiores informações, procurar as Unidades de Atendimento virtuais ou presenciais.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva

Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 956358

NOTIFICAÇÃO DE REGISTRO DEFERIDO

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, vem, por meio deste instrumento, notificar CASSYA THAYS BLASBERG SOUZA e ENZO BLASBERG SOUZA, que o processo de Pensão Civil nº 2018/270131, protocolo TCE nº 515942/2019, obteve o registro deferido pelo Tribunal de Contas do Estado do Pará – TCE. Para maiores informações, procurar as Unidades de Atendimento virtuais ou presenciais.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva

Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 956362

NOTIFICAÇÃO DE REGISTRO DEFERIDO

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, vem, por meio deste instrumento, notificar JOÃO GABRIEL GUEDES CARVALHO, que o processo de Pensão Civil nº 2018/295584, protocolo TCE nº 518215/2019, obteve o registro deferido pelo Tribunal de Contas do Estado do Pará – TCE. Para maiores informações, procurar as Unidades de Atendimento virtuais ou presenciais.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva

Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 956363

NOTIFICAÇÃO DE REGISTRO DEFERIDO

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, vem, por meio deste instrumento, notificar JOSÉ GOMES, que o processo de Pensão Civil nº 2016/483280, protocolo TCE nº 516162/2019, obteve o registro deferido pelo Tribunal de Contas do Estado do Pará – TCE. Para maiores informações, procurar as Unidades de Atendimento virtuais ou presenciais.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva

Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 956364

NOTIFICAÇÃO DE REGISTRO DEFERIDO

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, vem, por meio deste instrumento, notificar MARIA DA PENHA ARAGÃO DE SOUSA, que o processo de Pensão nº 2018/86190, protocolo TCE nº 502816/2019, obteve o registro deferido pelo Tribunal de Contas do Estado do Pará – TCE. Para maiores informações, procurar as Unidades de Atendimento virtuais ou presenciais.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva

Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 956366

NOTIFICAÇÃO DE REGISTRO DEFERIDO

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, vem, por meio deste instrumento, notificar MARIA FRANCISCA DOS SANTOS FERREIRA e ADEMIR LOBATO SILVA, que o processo de Pensão nº 2015/545539, protocolo TCE nº 012337/2021, obteve o registro deferido pelo Tribunal de Contas do Estado do Pará – TCE. Para maiores informações, procurar as Unidades de Atendimento virtuais ou presenciais.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva

Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 956368

NOTIFICAÇÃO DE REGISTRO DEFERIDO

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, vem, por meio deste instrumento, notificar MARIA LUIZA RABELO FREIRE, que o processo de Pensão nº 2017/494506, protocolo TCE

nº 500843/2019, obteve o registro deferido pelo Tribunal de Contas do Estado do Pará – TCE. Para maiores informações, procurar as Unidades de Atendimento virtuais ou presenciais.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva

Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 956369

NOTIFICAÇÃO DE REGISTRO DEFERIDO

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, vem, por meio deste instrumento, notificar MARINA ALFAIA DA CRUZ, que o processo de Pensão nº 2018/394933, protocolo TCE nº 532920/2019, obteve o registro deferido pelo Tribunal de Contas do Estado do Pará – TCE. Para maiores informações, procurar as Unidades de Atendimento virtuais ou presenciais.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva

Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 956370

NOTIFICAÇÃO DE REGISTRO DEFERIDO

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, vem, por meio deste instrumento, notificar MILTON SEVERINO DA SILVA, que o processo de Pensão nº 2018/68661, protocolo TCE nº 511486/2019, obteve o registro deferido pelo Tribunal de Contas do Estado do Pará – TCE. Para maiores informações, procurar as Unidades de Atendimento virtuais ou presenciais.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva

Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 956374

NOTIFICAÇÃO DE REGISTRO DEFERIDO

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, vem, por meio deste instrumento, notificar ALEX JORGE COSTA CONTENTE, que o processo de Pensão nº 2018/386216, protocolo TCE nº 524397/2019, obteve o registro deferido pelo Tribunal de Contas do Estado do Pará – TCE. Para maiores informações, procurar as Unidades de Atendimento virtuais ou presenciais.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva

Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 956376

NOTIFICAÇÃO DE REGISTRO DEFERIDO

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, vem, por meio deste instrumento, notificar CLAYDIANE TEIXEIRA MADUREIRA, que o processo de Pensão nº 2017/46019, protocolo TCE nº 500865/2019, obteve o registro deferido pelo Tribunal de Contas do Estado do Pará – TCE. Para maiores informações, procurar as Unidades de Atendimento virtuais ou presenciais.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva

Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 956382

NOTIFICAÇÃO DE REGISTRO DEFERIDO

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, vem, por meio deste instrumento, notificar DALVARINA MARIA DE ARAÚJO CABRAL, que o processo de Pensão nº 2017/485296, protocolo TCE nº 504232/2019, obteve o registro deferido pelo Tribunal de Contas do Estado do Pará – TCE. Para maiores informações, procurar as Unidades de Atendimento virtuais ou presenciais.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva

Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 956389

NOTIFICAÇÃO DE REGISTRO DEFERIDO

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, vem, por meio deste instrumento, notificar LEILA ASSUNÇÃO TAVARES PEREIRA, que o processo de Pensão nº 2018/368158, protocolo TCE nº 548952/2019, obteve o registro deferido pelo Tribunal de Contas do Estado do Pará – TCE. Para maiores informações, procurar as Unidades de Atendimento virtuais ou presenciais.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva

Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 956392

NOTIFICAÇÃO DE REGISTRO DEFERIDO

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, vem, por meio deste instrumento, notificar MARIA BENEDITA CAVALHEIRO MAUÉS, que o processo de Pensão nº 2016/143393, protocolo TCE nº 505530/2019, obteve o registro deferido pelo Tribunal de Contas do Estado do Pará – TCE. Para maiores informações, procurar as Unidades de Atendimento virtuais ou presenciais.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva

Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 956398

NOTIFICAÇÃO DE REGISTRO DEFERIDO

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, vem, por meio deste instrumento, notificar MARIA HELOIZA GONÇALVES DE OLIVEIRA, que o processo de Pensão nº 2018/24829, protocolo TCE nº 502099/2019, obteve o registro deferido pelo Tribunal de Contas do Estado do Pará – TCE. Para maiores informações, procurar as Unidades de Atendimento virtuais ou presenciais.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 956403**NOTIFICAÇÃO DE REGISTRO DEFERIDO**

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, vem, por meio deste instrumento, notificar RAIMUNDO NONATO DA SILVEIRA FILHO, que o processo de Pensão nº 2018/99533, protocolo TCE nº 502838/2019, obteve o registro deferido pelo Tribunal de Contas do Estado do Pará – TCE. Para maiores informações, procurar as Unidades de Atendimento virtuais ou presenciais.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 956406**NOTIFICAÇÃO DE REGISTRO DEFERIDO**

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, vem, por meio deste instrumento, notificar ROSILDA BARBOSA LIMA, que o processo de Pensão nº 2018/267895, protocolo TCE nº 522438/2019, obteve o registro deferido pelo Tribunal de Contas do Estado do Pará – TCE. Para maiores informações, procurar as Unidades de Atendimento virtuais ou presenciais.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 956407**NOTIFICAÇÃO DE REGISTRO DEFERIDO**

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, vem, por meio deste instrumento, notificar ELIAS DE JESUS CARVALHO CASSEB, que o processo de Pensão nº 2018/88448, protocolo TCE nº 511577/2019, obteve o registro deferido pelo Tribunal de Contas do Estado do Pará – TCE. Para maiores informações, procurar as Unidades de Atendimento virtuais ou presenciais.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 956415**NOTIFICAÇÃO DE REGISTRO DEFERIDO**

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, vem, por meio deste instrumento, notificar FERNANDA DOS REIS SILVA, que o processo de Pensão nº 2018/362544, protocolo TCE nº 549037/2019, obteve o registro deferido pelo Tribunal de Contas do Estado do Pará – TCE. Para maiores informações, procurar as Unidades de Atendimento virtuais ou presenciais.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 956447**NOTIFICAÇÃO DE REGISTRO DEFERIDO**

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, vem, por meio deste instrumento, notificar FRANCISCO PALHETA DO AMARAL, que o processo de Pensão nº 2018/204668, protocolo TCE nº 503364/2019, obteve o registro deferido pelo Tribunal de Contas do Estado do Pará – TCE. Para maiores informações, procurar as Unidades de Atendimento virtuais ou presenciais.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 956449**NOTIFICAÇÃO DE REGISTRO DEFERIDO**

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, vem, por meio deste instrumento, notificar HELENA RODRIGUES FERREIRA e RAFAEL FERREIRA COSTA, que o processo de Pensão nº 2008/555336, protocolo TCE nº 515192/2019, obteve o registro deferido pelo Tribunal de Contas do Estado do Pará – TCE. Para maiores informações, procurar as Unidades de Atendimento virtuais ou presenciais.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 956455**NOTIFICAÇÃO DE REGISTRO DEFERIDO**

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, vem, por meio deste instrumento, notificar IRANEIDE DE OLIVEIRA MAIA, que o processo de Pensão nº 2018/517834, protocolo TCE

nº 526960/2019, obteve o registro deferido pelo Tribunal de Contas do Estado do Pará – TCE. Para maiores informações, procurar as Unidades de Atendimento virtuais ou presenciais.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 956461**NOTIFICAÇÃO DE REGISTRO DEFERIDO**

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, vem, por meio deste instrumento, notificar JOÃO DA SILVA MAIA, que o processo de Pensão nº 2018/392511, protocolo TCE nº 524444/2019, obteve o registro deferido pelo Tribunal de Contas do Estado do Pará – TCE. Para maiores informações, procurar as Unidades de Atendimento virtuais ou presenciais.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 956467**NOTIFICAÇÃO DE REGISTRO DEFERIDO**

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, vem, por meio deste instrumento, notificar OSVALDO ANTÔNIO LEMES, que o processo de Pensão nº 2016/500913, protocolo TCE nº 516130/2019, obteve o registro deferido pelo Tribunal de Contas do Estado do Pará – TCE. Para maiores informações, procurar as Unidades de Atendimento virtuais ou presenciais.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 956471**NOTIFICAÇÃO DE REGISTRO DEFERIDO**

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, vem, por meio deste instrumento, notificar SEBASTIANA NASCIMENTO CARDOSO, que o processo de Pensão nº 2018/22403, protocolo TCE nº 532781/2019, obteve o registro deferido pelo Tribunal de Contas do Estado do Pará – TCE. Para maiores informações, procurar as Unidades de Atendimento virtuais ou presenciais.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 956477**NOTIFICAÇÃO DE REGISTRO DEFERIDO**

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, vem, por meio deste instrumento, notificar ANA CÉLIA AVIZ DO ROSÁRIO e VANESSA AVIZ DO ROSÁRIO, que o processo de Pensão nº 2018/199884, protocolo TCE nº 522176/2019, obteve o registro deferido pelo Tribunal de Contas do Estado do Pará – TCE. Para maiores informações, procurar as Unidades de Atendimento virtuais ou presenciais.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 956485**NOTIFICAÇÃO DE REGISTRO DEFERIDO**

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, vem, por meio deste instrumento, notificar ANDRÉ DAS NEVES LEAL, que o processo de Pensão nº 2018/42681, protocolo TCE nº 511544/2019, obteve o registro deferido pelo Tribunal de Contas do Estado do Pará – TCE. Para maiores informações, procurar as Unidades de Atendimento virtuais ou presenciais.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 956491**NOTIFICAÇÃO DE REGISTRO DEFERIDO**

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, vem, por meio deste instrumento, notificar DIVA MAIA CORREA, que o processo de Pensão nº 2016/437324, protocolo TCE nº 521038/2019, obteve o registro deferido pelo Tribunal de Contas do Estado do Pará – TCE. Para maiores informações, procurar as Unidades de Atendimento virtuais ou presenciais.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 956493**NOTIFICAÇÃO DE REGISTRO DEFERIDO**

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, vem, por meio deste instrumento, notificar DORIVAL EVANGELISTA DE SOUZA, que o processo de Pensão nº 2017/102282, protocolo TCE nº 516005/2019, obteve o registro deferido pelo Tribunal de Contas do Estado do Pará – TCE. Para maiores informações, procurar as Unidades de Atendimento virtuais ou presenciais.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 956497

NOTIFICAÇÃO DE REGISTRO DEFERIDO

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, vem, por meio deste instrumento, notificar FRANCISCA DO SOCORRO FROTA DA SILVA, que o processo de Pensão nº 2014/15746, protocolo TCE nº 502260/2019, obteve o registro deferido pelo Tribunal de Contas do Estado do Pará – TCE. Para maiores informações, procurar as Unidades de Atendimento virtuais ou presenciais.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 956499**NOTIFICAÇÃO DE REGISTRO DEFERIDO**

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, vem, por meio deste instrumento, notificar FRANCISCO FERREIRA LIMA, que o processo de Pensão nº 2018/205521, protocolo TCE nº 505574/2019, obteve o registro deferido pelo Tribunal de Contas do Estado do Pará – TCE. Para maiores informações, procurar as Unidades de Atendimento virtuais ou presenciais.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 956505**NOTIFICAÇÃO DE REGISTRO DEFERIDO**

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, vem, por meio deste instrumento, notificar MARIA DA CONCEIÇÃO RIBEIRO PAIVA, que o processo de Pensão nº 2017/423813, protocolo TCE nº 502419/2019, obteve o registro deferido pelo Tribunal de Contas do Estado do Pará – TCE. Para maiores informações, procurar as Unidades de Atendimento virtuais ou presenciais.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 956512**NOTIFICAÇÃO DE REGISTRO DEFERIDO**

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, vem, por meio deste instrumento, notificar ROBERTO CORREA DIAS, que o processo de Pensão nº 2018/170355, protocolo TCE nº 516719/2019, obteve o registro deferido pelo Tribunal de Contas do Estado do Pará – TCE. Para maiores informações, procurar as Unidades de Atendimento virtuais ou presenciais.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 956520**NOTIFICAÇÃO DE REGISTRO DEFERIDO**

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, vem, por meio deste instrumento, notificar SUELI SANTOS DE AZEVEDO, que o processo de Pensão nº 2018/355074, protocolo TCE nº 526949/2019, obteve o registro deferido pelo Tribunal de Contas do Estado do Pará – TCE. Para maiores informações, procurar as Unidades de Atendimento virtuais ou presenciais.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 956522**NOTIFICAÇÃO DE REGISTRO DEFERIDO**

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, vem, por meio deste instrumento, notificar MARIA VANILDE ÁVILA DA COSTA, que o processo de Aposentadoria nº 2012/113373, protocolo TCE nº 501137/2018, obteve o registro deferido pelo Tribunal de Contas do Estado do Pará – TCE. Para maiores informações, procurar as Unidades de Atendimento virtuais ou presenciais.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 956526**NOTIFICAÇÃO DE REGISTRO DEFERIDO**

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, vem, por meio deste instrumento, notificar MARIA DO SOCORRO SILVA BARROSO, que o processo de Aposentadoria nº 2010/86500, protocolo TCE nº 501909/2018, obteve o registro deferido pelo Tribunal de Contas do Estado do Pará – TCE. Para maiores informações, procurar as Unidades de Atendimento virtuais ou presenciais.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 956531**NOTIFICAÇÃO DE REGISTRO DEFERIDO**

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, vem, por meio deste instrumento, notificar FRANCUIZE HELENA

GALVÃO DA COSTA, que o processo de Pensão nº 2031/410987, protocolo TCE nº 515953/2019, obteve o registro deferido pelo Tribunal de Contas do Estado do Pará – TCE. Para maiores informações, procurar as Unidades de Atendimento virtuais ou presenciais.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 956548**NOTIFICAÇÃO DE REGISTRO DEFERIDO**

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, vem, por meio deste instrumento, notificar VALÉRIO ADEMIR DOS SANTOS SOUZA, que o processo de Pensão nº 2018/25503, protocolo TCE nº 503660/2019, obteve o registro deferido pelo Tribunal de Contas do Estado do Pará – TCE. Para maiores informações, procurar as Unidades de Atendimento virtuais ou presenciais.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 956556**NOTIFICAÇÃO DE REGISTRO DEFERIDO**

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, vem, por meio deste instrumento, notificar MARIA DE ASSUNÇÃO MORAES GAIA, que o processo de Aposentadoria nº 2014/568397, protocolo TCE nº 523355/2018, obteve o registro deferido pelo Tribunal de Contas do Estado do Pará – TCE. Para maiores informações, procurar as Unidades de Atendimento virtuais ou presenciais.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 956561**NOTIFICAÇÃO DE REGISTRO DEFERIDO**

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, vem, por meio deste instrumento, notificar ANAZARE MAZZARELLO LEAL BITTENCOURT, que o processo de Aposentadoria nº 2015/120650, protocolo TCE nº 523355/2018, obteve o registro deferido pelo Tribunal de Contas do Estado do Pará – TCE. Para maiores informações, procurar as Unidades de Atendimento virtuais ou presenciais.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 956571**NOTIFICAÇÃO DE REGISTRO DEFERIDO**

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, vem, por meio deste instrumento, notificar MARIA DO PERPETUO SOCORRO GONÇALVES DO NASCIMENTO, que o processo de Aposentadoria nº 2008/478173, protocolo TCE nº 504736/2018, obteve o registro deferido pelo Tribunal de Contas do Estado do Pará – TCE. Para maiores informações, procurar as Unidades de Atendimento virtuais ou presenciais.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 956579**NOTIFICAÇÃO DE REGISTRO DEFERIDO**

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, vem, por meio deste instrumento, notificar ONEIDE ARAÚJO DA COSTA, que o processo de Aposentadoria nº 2010/301890, protocolo TCE nº 507133/2018, obteve o registro deferido pelo Tribunal de Contas do Estado do Pará – TCE. Para maiores informações, procurar as Unidades de Atendimento virtuais ou presenciais.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 956587**NOTIFICAÇÃO DE REGISTRO DEFERIDO**

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, vem, por meio deste instrumento, notificar ANITA DE JESUS BALGA CARRILHO, que o processo de Aposentadoria nº 2017/153055, protocolo TCE nº 520572/2018, obteve o registro deferido pelo Tribunal de Contas do Estado do Pará – TCE. Para maiores informações, procurar as Unidades de Atendimento virtuais ou presenciais.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 956592**NOTIFICAÇÃO DE REGISTRO DEFERIDO**

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, vem, por meio deste instrumento, notificar ADUILDE DA SILVA BAIÁ, que o processo de Pensão nº 2018/368196, protocolo TCE nº 524400/2019, obteve o registro deferido pelo Tribunal de Contas do Estado do Pará – TCE. Para maiores informações, procurar as Unidades de Atendimento virtuais ou presenciais.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 956599

NOTIFICAÇÃO DE REGISTRO DEFERIDO

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, vem, por meio deste instrumento, notificar CLAUDIONOR NASCIMENTO FERREIRA, que o processo de Pensão nº 2017/371467, protocolo TCE nº 503670/2019, obteve o registro deferido pelo Tribunal de Contas do Estado do Pará – TCE. Para maiores informações, procurar as Unidades de Atendimento virtuais ou presenciais.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 956606**NOTIFICAÇÃO DE REGISTRO DEFERIDO**

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, vem, por meio deste instrumento, notificar MARCIANA CARDOSO DA SILVA, que o processo de Pensão nº 2018/56077, protocolo TCE nº 504913/2019, obteve o registro deferido pelo Tribunal de Contas do Estado do Pará – TCE. Para maiores informações, procurar as Unidades de Atendimento virtuais ou presenciais.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 956616**NOTIFICAÇÃO DE REGISTRO DEFERIDO**

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, vem, por meio deste instrumento, notificar MARIA PANTOJA DA COSTA, que o processo de Pensão nº 2017/262188, protocolo TCE nº 511511/2019, obteve o registro deferido pelo Tribunal de Contas do Estado do Pará – TCE. Para maiores informações, procurar as Unidades de Atendimento virtuais ou presenciais.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 956624**NOTIFICAÇÃO DE REGISTRO DEFERIDO**

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, vem, por meio deste instrumento, notificar WENDERSON HENRIQUE DE SOUZA BARBOSA, que o processo de Pensão nº 2013/19, protocolo TCE nº 511420/2019, obteve o registro deferido pelo Tribunal de Contas do Estado do Pará – TCE. Para maiores informações, procurar as Unidades de Atendimento virtuais ou presenciais.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 956652**NOTIFICAÇÃO DE REGISTRO DEFERIDO**

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, vem, por meio deste instrumento, notificar MARIA DE NAZARÉ CORDOVI MIRANDA, que o processo de Aposentadoria nº 2006/411514, protocolo TCE nº 521586/2018, obteve o registro deferido pelo Tribunal de Contas do Estado do Pará – TCE. Para maiores informações, procurar as Unidades de Atendimento virtuais ou presenciais.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 956656**NOTIFICAÇÃO DE REGISTRO DEFERIDO**

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, vem, por meio deste instrumento, notificar MARIA DAS GRAÇAS SOUTELO CORDEIRO, que o processo de Aposentadoria nº 2007/97390, protocolo TCE nº 506866/2018, obteve o registro deferido pelo Tribunal de Contas do Estado do Pará – TCE. Para maiores informações, procurar as Unidades de Atendimento virtuais ou presenciais.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 956660**NOTIFICAÇÃO DE REGISTRO DEFERIDO**

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, vem, por meio deste instrumento, notificar EDILEUSA MARIA MOREIRA, que o processo de Aposentadoria nº 2012/437862, protocolo TCE nº 525822/2019, obteve o registro deferido pelo Tribunal de Contas do Estado do Pará – TCE. Para maiores informações, procurar as Unidades de Atendimento virtuais ou presenciais.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 956665**NOTIFICAÇÃO DE REGISTRO DEFERIDO**

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, vem, por meio deste instrumento, notificar JOANA DE CARVALHO

CASTRO, que o processo de Aposentadoria nº 2014/205031, protocolo TCE nº 001313/2022, obteve o registro deferido pelo Tribunal de Contas do Estado do Pará – TCE. Para maiores informações, procurar as Unidades de Atendimento virtuais ou presenciais.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 956671**NOTIFICAÇÃO DE REGISTRO DEFERIDO**

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, vem, por meio deste instrumento, notificar MARIA ALDENIZA CUNHA SILVA, que o processo de Aposentadoria nº 2010/99908, protocolo TCE nº 513839/2018, obteve o registro deferido pelo Tribunal de Contas do Estado do Pará – TCE. Para maiores informações, procurar as Unidades de Atendimento virtuais ou presenciais.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 956686**NOTIFICAÇÃO DE REGISTRO DEFERIDO**

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, vem, por meio deste instrumento, notificar ZENEIDE DE LOPES MOTA, que o processo de Pensão nº 2015/512725, protocolo TCE nº 2014/51625-6, obteve o registro deferido pelo Tribunal de Contas do Estado do Pará – TCE. Para maiores informações, procurar as Unidades de Atendimento virtuais ou presenciais.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 956537**NOTIFICAÇÃO DE REGISTRO DEFERIDO**

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, vem, por meio deste instrumento, notificar MARIA DAS GRAÇAS RODRIGUES FARIAS, que o processo de Aposentadoria nº 2016/181490, protocolo TCE nº 000938/2022, obteve o registro deferido pelo Tribunal de Contas do Estado do Pará – TCE. Para maiores informações, procurar as Unidades de Atendimento virtuais ou presenciais.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 956689**NOTIFICAÇÃO DE REGISTRO DEFERIDO**

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, vem, por meio deste instrumento, notificar NEUSA CIDADE NASCIMENTO, que o processo de Aposentadoria nº 2013/236778, protocolo TCE nº 524267/2018, obteve o registro deferido pelo Tribunal de Contas do Estado do Pará – TCE. Para maiores informações, procurar as Unidades de Atendimento virtuais ou presenciais.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 956694**NOTIFICAÇÃO DE REGISTRO DEFERIDO**

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, vem, por meio deste instrumento, notificar ANA LÚCIA CARVALHO CORDOVI, que o processo de Aposentadoria nº 2017/368252, protocolo TCE nº 001107/2022, obteve o registro deferido pelo Tribunal de Contas do Estado do Pará – TCE. Para maiores informações, procurar as Unidades de Atendimento virtuais ou presenciais.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 957282**NOTIFICAÇÃO DE REGISTRO DEFERIDO**

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, vem, por meio deste instrumento, notificar DARINA MONTEIRO COELHO, que o processo de Aposentadoria nº 2017/167707, protocolo TCE nº 001198/2022, obteve o registro deferido pelo Tribunal de Contas do Estado do Pará – TCE. Para maiores informações, procurar as Unidades de Atendimento virtuais ou presenciais.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 957283**NOTIFICAÇÃO DE REGISTRO DEFERIDO**

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, vem, por meio deste instrumento, notificar JUCENILDE PRESTES DE LIMA, que o processo de Aposentadoria nº 2007/361740, protocolo TCE nº 000644/2022, obteve o registro deferido pelo Tribunal de Contas do Estado do Pará – TCE. Para maiores informações, procurar as Unidades de Atendimento virtuais ou presenciais.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 957285

NOTIFICAÇÃO DE REGISTRO DEFERIDO

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, vem, por meio deste instrumento, notificar MANOEL ALVES MALAQUIAS, que o processo de Aposentadoria nº 2008/513431, protocolo TCE nº 014753/2021, obteve o registro deferido pelo Tribunal de Contas do Estado do Pará – TCE. Para maiores informações, procurar as Unidades de Atendimento virtuais ou presenciais.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 957286**NOTIFICAÇÃO DE REGISTRO DEFERIDO**

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, vem, por meio deste instrumento, notificar MARIA PURES DE SOUSA NASCIMENTO, que o processo de Aposentadoria nº 2009/366136, protocolo TCE nº 000801/2022, obteve o registro deferido pelo Tribunal de Contas do Estado do Pará – TCE. Para maiores informações, procurar as Unidades de Atendimento virtuais ou presenciais.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 957288**NOTIFICAÇÃO DE REGISTRO DEFERIDO**

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, vem, por meio deste instrumento, notificar MARIA SINEZIA SOUZA CASTRO DE OLIVEIRA, que o processo de Aposentadoria nº 2010/84942, protocolo TCE nº 015377/2021, obteve o registro deferido pelo Tribunal de Contas do Estado do Pará – TCE. Para maiores informações, procurar as Unidades de Atendimento virtuais ou presenciais.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 957290**NOTIFICAÇÃO DE REGISTRO DEFERIDO**

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, vem, por meio deste instrumento, notificar MERIAM BENTES LOUREIRO, que o processo de Aposentadoria nº 2009/322775, protocolo TCE nº 501002/2018, obteve o registro deferido pelo Tribunal de Contas do Estado do Pará – TCE. Para maiores informações, procurar as Unidades de Atendimento virtuais ou presenciais.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 957292**NOTIFICAÇÃO DE REGISTRO DEFERIDO**

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, vem, por meio deste instrumento, notificar RAIMUNDO BATISTA, que o processo de Aposentadoria nº 2012/239451, protocolo TCE nº 014919/2021, obteve o registro deferido pelo Tribunal de Contas do Estado do Pará – TCE. Para maiores informações, procurar as Unidades de Atendimento virtuais ou presenciais.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 957293**NOTIFICAÇÃO DE REGISTRO DEFERIDO**

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, vem, por meio deste instrumento, notificar ROMARIZ RODRIGUES DA CONCEIÇÃO, que o processo de Pensão nº 2008/291737, protocolo TCE nº 501768/2012, obteve o registro deferido pelo Tribunal de Contas do Estado do Pará – TCE. Para maiores informações, procurar as Unidades de Atendimento virtuais ou presenciais.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 957295**NOTIFICAÇÃO DE REGISTRO DEFERIDO**

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, vem, por meio deste instrumento, notificar ETELVINA DAMÁSIO DE ALMEIDA, que o processo de Pensão nº 2009/238649, protocolo TCE nº 503344/2012, obteve o registro deferido pelo Tribunal de Contas do Estado do Pará – TCE. Para maiores informações, procurar as Unidades de Atendimento virtuais ou presenciais.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 957303**NOTIFICAÇÃO DE REGISTRO DEFERIDO**

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, vem, por meio deste instrumento, notificar FELIA LEA DA SILVA

CAMPOS, que o processo de Pensão nº 2018/412332, protocolo TCE nº 525072/2019, obteve o registro deferido pelo Tribunal de Contas do Estado do Pará – TCE. Para maiores informações, procurar as Unidades de Atendimento virtuais ou presenciais.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 957307**NOTIFICAÇÃO DE REGISTRO DEFERIDO**

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, vem, por meio deste instrumento, notificar MARIA LACALETE DE FREITAS CASTRO, que o processo de Aposentadoria nº 2013/486603, protocolo TCE nº 520867/2018, obteve o registro deferido pelo Tribunal de Contas do Estado do Pará – TCE. Para maiores informações, procurar as Unidades de Atendimento virtuais ou presenciais.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 957310**NOTIFICAÇÃO DE REGISTRO DEFERIDO**

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, vem, por meio deste instrumento, notificar JOÃO BATISTA DOS SANTOS SOUZA, que o processo de Aposentadoria nº 2014/473022, protocolo TCE nº 537854/2019, obteve o registro deferido pelo Tribunal de Contas do Estado do Pará – TCE. Para maiores informações, procurar as Unidades de Atendimento virtuais ou presenciais.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 957316**NOTIFICAÇÃO DE REGISTRO DEFERIDO**

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, vem, por meio deste instrumento, notificar ROSEANE MIRANDA DE BARROS COSTA, que o processo de Aposentadoria nº 2016/366812, protocolo TCE nº 517942/2018, obteve o registro deferido pelo Tribunal de Contas do Estado do Pará – TCE. Para maiores informações, procurar as Unidades de Atendimento virtuais ou presenciais.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 957318**NOTIFICAÇÃO DE REGISTRO DEFERIDO**

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, vem, por meio deste instrumento, notificar WALDENYRA DA CONCEIÇÃO LIMA DA SILVA, que o processo de Aposentadoria nº 2016/477963, protocolo TCE nº 522272/2018, obteve o registro deferido pelo Tribunal de Contas do Estado do Pará – TCE. Para maiores informações, procurar as Unidades de Atendimento virtuais ou presenciais.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 957320**NOTIFICAÇÃO DE REGISTRO DEFERIDO**

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, vem, por meio deste instrumento, notificar SANDRA MARIA ROCHA DE SOUZA, que o processo de Aposentadoria nº 2016/64331, protocolo TCE nº 520335/2018, obteve o registro deferido pelo Tribunal de Contas do Estado do Pará – TCE. Para maiores informações, procurar as Unidades de Atendimento virtuais ou presenciais.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 957322**NOTIFICAÇÃO DE REGISTRO DEFERIDO**

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, vem, por meio deste instrumento, notificar JOSEANE ARAUJO FARIAS, que o processo de Aposentadoria nº 2011/168248, protocolo TCE nº 523286/2018, obteve o registro deferido pelo Tribunal de Contas do Estado do Pará – TCE. Para maiores informações, procurar as Unidades de Atendimento virtuais ou presenciais.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 957324**NOTIFICAÇÃO DE REGISTRO DEFERIDO**

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, vem, por meio deste instrumento, notificar MARIA EDI QUARESMA DOS SANTOS, que o processo de Aposentadoria nº 2008/211039, protocolo TCE nº 000942/2022, obteve o registro deferido pelo Tribunal de Contas do Estado do Pará – TCE. Para maiores informações, procurar as Unidades de Atendimento virtuais ou presenciais.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 957329

NOTIFICAÇÃO DE REGISTRO DEFERIDO

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, vem, por meio deste instrumento, notificar RAIMUNDA DE SOUZA XAVIER, que o processo de Aposentadoria nº 2017/155575, protocolo TCE nº 001191/2022, obteve o registro deferido pelo Tribunal de Contas do Estado do Pará – TCE. Para maiores informações, procurar as Unidades de Atendimento virtuais ou presenciais.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 957333**NOTIFICAÇÃO DE REGISTRO DEFERIDO**

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, vem, por meio deste instrumento, notificar MARIA JOSÉ DOS SANTOS RODRIGUES, que o processo de Aposentadoria nº 200/396602, protocolo TCE nº 001261/2022, obteve o registro deferido pelo Tribunal de Contas do Estado do Pará – TCE. Para maiores informações, procurar as Unidades de Atendimento virtuais ou presenciais.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 957337**NOTIFICAÇÃO DE REGISTRO DEFERIDO**

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, vem, por meio deste instrumento, notificar NEUZA DE OLIVEIRA DIAS, que o processo de Aposentadoria nº 2009/402614, protocolo TCE nº 516542/2018, obteve o registro deferido pelo Tribunal de Contas do Estado do Pará – TCE. Para maiores informações, procurar as Unidades de Atendimento virtuais ou presenciais.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 957341**NOTIFICAÇÃO DE REGISTRO DEFERIDO**

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, vem, por meio deste instrumento, notificar VARLUCI EMILIA RESENDE ARAUJO, que o processo de Aposentadoria nº 2015/429415, protocolo TCE nº 521826/2018, obteve o registro deferido pelo Tribunal de Contas do Estado do Pará – TCE. Para maiores informações, procurar as Unidades de Atendimento virtuais ou presenciais.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 957346**NOTIFICAÇÃO DE REGISTRO DEFERIDO**

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, vem, por meio deste instrumento, notificar PAULO CARLOS SILVA ASSUNÇÃO, que o processo de Aposentadoria nº 2013/509730, protocolo TCE nº 525710/2019, obteve o registro deferido pelo Tribunal de Contas do Estado do Pará – TCE. Para maiores informações, procurar as Unidades de Atendimento virtuais ou presenciais.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 957348**NOTIFICAÇÃO DE REGISTRO DEFERIDO**

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, vem, por meio deste instrumento, notificar LUZIA ELZA DA COSTA ASSUNÇÃO, que o processo de Pensão nº 2017/399991, protocolo TCE nº 508985/2018, obteve o registro deferido pelo Tribunal de Contas do Estado do Pará – TCE. Para maiores informações, procurar as Unidades de Atendimento virtuais ou presenciais.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 957225**NOTIFICAÇÃO DE REGISTRO DEFERIDO**

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, vem, por meio deste instrumento, notificar ALDA LIDIA DE AGUIAR SILVEIRA, que o processo de Aposentadoria nº 2010/183044, protocolo TCE nº 501115/2018, obteve o registro deferido pelo Tribunal de Contas do Estado do Pará – TCE. Para maiores informações, procurar as Unidades de Atendimento virtuais ou presenciais.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 957233**NOTIFICAÇÃO DE REGISTRO DEFERIDO**

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, vem, por meio deste instrumento, notificar LOURIVAL ALVES DA SILVA, que o processo de Pensão nº 2018/444608, protocolo TCE nº

532894/2019, obteve o registro deferido pelo Tribunal de Contas do Estado do Pará – TCE. Para maiores informações, procurar as Unidades de Atendimento virtuais ou presenciais.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 957071**NOTIFICAÇÃO DE REGISTRO DEFERIDO**

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, vem, por meio deste instrumento, notificar LUZIA TAVARES PEDROSA, que o processo de Pensão nº 2017/152326, protocolo TCE nº 510820/2018, obteve o registro deferido pelo Tribunal de Contas do Estado do Pará – TCE. Para maiores informações, procurar as Unidades de Atendimento virtuais ou presenciais.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 957077**NOTIFICAÇÃO DE REGISTRO DEFERIDO**

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, vem, por meio deste instrumento, notificar MARCELINO SOUZA FIGUEIREDO, que o processo de Pensão nº 2017/294502, protocolo TCE nº 515696/2018, obteve o registro deferido pelo Tribunal de Contas do Estado do Pará – TCE. Para maiores informações, procurar as Unidades de Atendimento virtuais ou presenciais.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 957081**NOTIFICAÇÃO DE REGISTRO DEFERIDO**

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, vem, por meio deste instrumento, notificar MARCOS GABRIEL SALES DE MORAES DA ROCHA, que o processo de Pensão nº 2017/137549, protocolo TCE nº 510207/2018, obteve o registro deferido pelo Tribunal de Contas do Estado do Pará – TCE. Para maiores informações, procurar as Unidades de Atendimento virtuais ou presenciais.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 957083**NOTIFICAÇÃO DE REGISTRO DEFERIDO**

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, vem, por meio deste instrumento, notificar JOÃO SEBASTIÃO ALVES, que o processo de Pensão nº 2016/178130, protocolo TCE nº 506196/2018, obteve o registro deferido pelo Tribunal de Contas do Estado do Pará – TCE. Para maiores informações, procurar as Unidades de Atendimento virtuais ou presenciais.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 957084**NOTIFICAÇÃO DE REGISTRO DEFERIDO**

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, vem, por meio deste instrumento, notificar MARIA RAIMUNDA LOUCHARD LEAL, que o processo de Pensão nº 2017/138744, protocolo TCE nº 517396/2018, obteve o registro deferido pelo Tribunal de Contas do Estado do Pará – TCE. Para maiores informações, procurar as Unidades de Atendimento virtuais ou presenciais.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 957086**NOTIFICAÇÃO DE REGISTRO DEFERIDO**

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, vem, por meio deste instrumento, notificar MARIANO DA SILVA CAMPOS, que o processo de Pensão nº 20008/443358, protocolo TCE nº 509718/2018, obteve o registro deferido pelo Tribunal de Contas do Estado do Pará – TCE. Para maiores informações, procurar as Unidades de Atendimento virtuais ou presenciais.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 957087**NOTIFICAÇÃO DE REGISTRO DEFERIDO**

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, vem, por meio deste instrumento, notificar NOEMIA CHAVES SANTIS, que o processo de Pensão nº 2012/191125, protocolo TCE nº 502752/2018, obteve o registro deferido pelo Tribunal de Contas do Estado do Pará – TCE. Para maiores informações, procurar as Unidades de Atendimento virtuais ou presenciais.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 957089

NOTIFICAÇÃO DE REGISTRO DEFERIDO

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, vem, por meio deste instrumento, notificar SELMA MARIA DA SILVA PUREZA, que o processo de Pensão nº 2017/178354, protocolo TCE nº 522080/2018, obteve o registro deferido pelo Tribunal de Contas do Estado do Pará – TCE. Para maiores informações, procurar as Unidades de Atendimento virtuais ou presenciais.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 957093**NOTIFICAÇÃO DE REGISTRO DEFERIDO**

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, vem, por meio deste instrumento, notificar VITORIA MOREIRA DE OLIVEIRA / EDUARDA MOREIRA DE OLIVEIRA, que o processo de Pensão nº 2017/152603, protocolo TCE nº 518195/2018, obteve o registro deferido pelo Tribunal de Contas do Estado do Pará – TCE. Para maiores informações, procurar as Unidades de Atendimento virtuais ou presenciais.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 957095**NOTIFICAÇÃO DE REGISTRO DEFERIDO**

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, vem, por meio deste instrumento, notificar WALMIR GOMES BATISTA, que o processo de Pensão nº 2016/180058, protocolo TCE nº 522824/2019, obteve o registro deferido pelo Tribunal de Contas do Estado do Pará – TCE. Para maiores informações, procurar as Unidades de Atendimento virtuais ou presenciais.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 957098**NOTIFICAÇÃO DE REGISTRO DEFERIDO**

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, vem, por meio deste instrumento, notificar DEUSDETE SILVA, que o processo de Pensão nº 2011/532321, protocolo TCE nº 505386/2018, obteve o registro deferido pelo Tribunal de Contas do Estado do Pará – TCE. Para maiores informações, procurar as Unidades de Atendimento virtuais ou presenciais.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 957100**NOTIFICAÇÃO DE REGISTRO DEFERIDO**

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, vem, por meio deste instrumento, notificar KÁTIA SIMONE BRITO DA SILVA, que o processo de Pensão nº 2017/179325, protocolo TCE nº 521994/2018, obteve o registro deferido pelo Tribunal de Contas do Estado do Pará – TCE. Para maiores informações, procurar as Unidades de Atendimento virtuais ou presenciais.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 957104**NOTIFICAÇÃO DE REGISTRO DEFERIDO**

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, vem, por meio deste instrumento, notificar LÚCIO PALHEIRA SILVA, que o processo de Pensão nº 2017/328700, protocolo TCE nº 522385/2018, obteve o registro deferido pelo Tribunal de Contas do Estado do Pará – TCE. Para maiores informações, procurar as Unidades de Atendimento virtuais ou presenciais.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 957108**NOTIFICAÇÃO DE REGISTRO DEFERIDO**

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, vem, por meio deste instrumento, notificar SULAMITA LEAL GALVÃO, que o processo de Aposentadoria nº 2017/5131, protocolo TCE nº 000643/2022, obteve o registro deferido pelo Tribunal de Contas do Estado do Pará – TCE. Para maiores informações, procurar as Unidades de Atendimento virtuais ou presenciais.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 956700**NOTIFICAÇÃO DE REGISTRO DEFERIDO**

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, vem, por meio deste instrumento, notificar VALDOMIRO DE BRITO

LIMA, que o processo de Aposentadoria nº 2010/143910, protocolo TCE nº 510411/2018, obteve o registro deferido pelo Tribunal de Contas do Estado do Pará – TCE. Para maiores informações, procurar as Unidades de Atendimento virtuais ou presenciais.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 956702**NOTIFICAÇÃO DE REGISTRO DEFERIDO**

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, vem, por meio deste instrumento, notificar JOCIANE MARTINS OLIVEIRA/FERNANDO CESAR RODRIGUES DA CÂMARA/ FERNANDA SOFIA OLIVEIRA DA CÂMARA, que o processo de Pensão nº 2016/494372, protocolo TCE nº 512596/2018, obteve o registro deferido pelo Tribunal de Contas do Estado do Pará – TCE. Para maiores informações, procurar as Unidades de Atendimento virtuais ou presenciais.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 956703**NOTIFICAÇÃO DE REGISTRO DEFERIDO**

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, vem, por meio deste instrumento, notificar RITA DE CÁSSIA AZEVEDO MOURÃO, que o processo de Aposentadoria nº 2015/504143, protocolo TCE nº 518311/2018, obteve o registro deferido pelo Tribunal de Contas do Estado do Pará – TCE. Para maiores informações, procurar as Unidades de Atendimento virtuais ou presenciais.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 956697**NOTIFICAÇÃO DE REGISTRO DEFERIDO**

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, vem, por meio deste instrumento, notificar ANTONIA SANTOS RODRIGUES MONTEIRO, que o processo de Pensão nº 2016/395811, protocolo TCE nº 509106/2018, obteve o registro deferido pelo Tribunal de Contas do Estado do Pará – TCE. Para maiores informações, procurar as Unidades de Atendimento virtuais ou presenciais.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 956712**NOTIFICAÇÃO DE REGISTRO DEFERIDO**

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, vem, por meio deste instrumento, notificar BRUNO SENA NICOLAU /MATEUS QUADROS NICOLAU, que o processo de Pensão nº 2017/277256, protocolo TCE nº 508759/2018, obteve o registro deferido pelo Tribunal de Contas do Estado do Pará – TCE. Para maiores informações, procurar as Unidades de Atendimento virtuais ou presenciais.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 956719**NOTIFICAÇÃO DE REGISTRO DEFERIDO**

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, vem, por meio deste instrumento, notificar EUNICE DA SILVA ALMEIDA, que o processo de Pensão nº 2012/251051, protocolo TCE nº 503427/2018, obteve o registro deferido pelo Tribunal de Contas do Estado do Pará – TCE. Para maiores informações, procurar as Unidades de Atendimento virtuais ou presenciais.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 956722**NOTIFICAÇÃO DE REGISTRO DEFERIDO**

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, vem, por meio deste instrumento, notificar GABRIEL TELES LEAL / FABIOLA FONSECA LEAL, que o processo de Pensão nº 2017/216887, protocolo TCE nº 521983/2018, obteve o registro deferido pelo Tribunal de Contas do Estado do Pará – TCE. Para maiores informações, procurar as Unidades de Atendimento virtuais ou presenciais.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 956724**NOTIFICAÇÃO DE REGISTRO DEFERIDO**

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, vem, por meio deste instrumento, notificar MARIA JOSÉ VIEIRA COLARES, que o processo de Pensão nº 2019/391867, protocolo TCE nº 502264/2018, obteve o registro deferido pelo Tribunal de Contas do Estado do Pará – TCE. Para maiores informações, procurar as Unidades de Atendimento virtuais ou presenciais.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 957110

NOTIFICAÇÃO DE REGISTRO DEFERIDO

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, vem, por meio deste instrumento, notificar DAYSE NAZARÉ MENESES COELHO DE SOUZA, que o processo de Pensão nº 2012/578982, protocolo TCE nº 503416/2018, obteve o registro deferido pelo Tribunal de Contas do Estado do Pará – TCE. Para maiores informações, procurar as Unidades de Atendimento virtuais ou presenciais.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 957111**NOTIFICAÇÃO DE REGISTRO DEFERIDO**

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, vem, por meio deste instrumento, notificar ANA MARIA BRASIL SILVA, que o processo de Aposentadoria nº 201/119200, protocolo TCE nº 501920/2018, obteve o registro deferido pelo Tribunal de Contas do Estado do Pará – TCE. Para maiores informações, procurar as Unidades de Atendimento virtuais ou presenciais.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 957115**NOTIFICAÇÃO DE REGISTRO DEFERIDO**

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, vem, por meio deste instrumento, notificar FRANCISCO CARLOS FIGUEIREDO MOREIRA, que o processo de Aposentadoria nº 2012/509908, protocolo TCE nº 501159/2018, obteve o registro deferido pelo Tribunal de Contas do Estado do Pará – TCE. Para maiores informações, procurar as Unidades de Atendimento virtuais ou presenciais.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 957119**NOTIFICAÇÃO DE REGISTRO DEFERIDO**

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, vem, por meio deste instrumento, notificar WILMA RODRIGUES SANTOS, que o processo de Aposentadoria nº 2014/126482, protocolo TCE nº 518581/2018, obteve o registro deferido pelo Tribunal de Contas do Estado do Pará – TCE. Para maiores informações, procurar as Unidades de Atendimento virtuais ou presenciais.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 957122**NOTIFICAÇÃO DE REGISTRO DEFERIDO**

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, vem, por meio deste instrumento, notificar CRISMEA MARIA DE SOUZA, que o processo de Aposentadoria nº 2018/497171, protocolo TCE nº 013041/2021, obteve o registro deferido pelo Tribunal de Contas do Estado do Pará – TCE. Para maiores informações, procurar as Unidades de Atendimento virtuais ou presenciais.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 957124**NOTIFICAÇÃO DE REGISTRO DEFERIDO**

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, vem, por meio deste instrumento, notificar DULCIRENE ROMÃO NUNES, que o processo de Aposentadoria nº 2012/62222, protocolo TCE nº 014920/2021, obteve o registro deferido pelo Tribunal de Contas do Estado do Pará – TCE. Para maiores informações, procurar as Unidades de Atendimento virtuais ou presenciais.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 957127**NOTIFICAÇÃO DE REGISTRO DEFERIDO**

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, vem, por meio deste instrumento, notificar JACIRENE BARROS DE LIMA, que o processo de Aposentadoria nº 2014/219885, protocolo TCE nº 013198/2021, obteve o registro deferido pelo Tribunal de Contas do Estado do Pará – TCE. Para maiores informações, procurar as Unidades de Atendimento virtuais ou presenciais.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 957131**NOTIFICAÇÃO DE REGISTRO DEFERIDO**

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, vem, por meio deste instrumento, notificar MARIA ELIZIA MAGALHÃES DA SILVA, que o processo de Aposentadoria nº 2019/129536,

protocolo TCE nº 000802/2021, obteve o registro deferido pelo Tribunal de Contas do Estado do Pará – TCE. Para maiores informações, procurar as Unidades de Atendimento virtuais ou presenciais.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 957133**NOTIFICAÇÃO DE REGISTRO DEFERIDO**

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, vem, por meio deste instrumento, notificar MARIA JOSÉ REIS DE LIMA, que o processo de Aposentadoria nº 2016/18998, protocolo TCE nº 014540/2021, obteve o registro deferido pelo Tribunal de Contas do Estado do Pará – TCE. Para maiores informações, procurar as Unidades de Atendimento virtuais ou presenciais.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 957136**NOTIFICAÇÃO DE REGISTRO DEFERIDO**

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, vem, por meio deste instrumento, notificar MARIA LOPES CHAVES, que o processo de Pensão nº 2010/111908, protocolo TCE nº 014080/2021, obteve o registro deferido pelo Tribunal de Contas do Estado do Pará – TCE. Para maiores informações, procurar as Unidades de Atendimento virtuais ou presenciais.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 957138**NOTIFICAÇÃO DE REGISTRO DEFERIDO**

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, vem, por meio deste instrumento, notificar VALDIR QUEIROZ DA COSTA, que o processo de Pensão nº 2016/356539, protocolo TCE nº 014389/2021, obteve o registro deferido pelo Tribunal de Contas do Estado do Pará – TCE. Para maiores informações, procurar as Unidades de Atendimento virtuais ou presenciais.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 957142**NOTIFICAÇÃO DE REGISTRO DEFERIDO**

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, vem, por meio deste instrumento, notificar MARIA DA CONSOLAÇÃO NUNES MIRANDA, que o processo de Aposentadoria nº 2014/324042, protocolo TCE nº 518355/2018, obteve o registro deferido pelo Tribunal de Contas do Estado do Pará – TCE. Para maiores informações, procurar as Unidades de Atendimento virtuais ou presenciais.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 957161**NOTIFICAÇÃO DE REGISTRO DEFERIDO**

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, vem, por meio deste instrumento, notificar MARIA DO SOCORRO FERREIRA DANTAS, que o processo de Aposentadoria nº 2014/361068, protocolo TCE nº 000803/2022, obteve o registro deferido pelo Tribunal de Contas do Estado do Pará – TCE. Para maiores informações, procurar as Unidades de Atendimento virtuais ou presenciais.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 957198**NOTIFICAÇÃO DE REGISTRO DEFERIDO**

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, vem, por meio deste instrumento, notificar AUREA CELESTE BARBOSA PINHEIRO, que o processo de Pensão nº 2017/372114, protocolo TCE nº 521972/2018, obteve o registro deferido pelo Tribunal de Contas do Estado do Pará – TCE. Para maiores informações, procurar as Unidades de Atendimento virtuais ou presenciais.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 957205**NOTIFICAÇÃO DE REGISTRO DEFERIDO**

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, vem, por meio deste instrumento, notificar CLAUDIA MARIA JUCÁ LEITE, que o processo de Pensão nº 2012/433073, protocolo TCE nº 532883/2019, obteve o registro deferido pelo Tribunal de Contas do Estado do Pará – TCE. Para maiores informações, procurar as Unidades de Atendimento virtuais ou presenciais.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 957210

NOTIFICAÇÃO DE REGISTRO DEFERIDO

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, vem, por meio deste instrumento, notificar IRACY DE SOUZA BELÉM ANUNCIACÃO, que o processo de Pensão nº 2017/103925, protocolo TCE nº 509092/2018, obteve o registro deferido pelo Tribunal de Contas do Estado do Pará – TCE. Para maiores informações, procurar as Unidades de Atendimento virtuais ou presenciais.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 957212**NOTIFICAÇÃO DE REGISTRO DEFERIDO**

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, vem, por meio deste instrumento, notificar ELIANA BORGES PAIVA, que o processo de Aposentadoria nº 2014/299749, protocolo TCE nº 502162/2018, obteve o registro deferido pelo Tribunal de Contas do Estado do Pará – TCE. Para maiores informações, procurar as Unidades de Atendimento virtuais ou presenciais.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 957252**NOTIFICAÇÃO DE REGISTRO DEFERIDO**

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, vem, por meio deste instrumento, notificar IRTAMAR PINHEIRO DA SILVA, que o processo de Aposentadoria nº 2000/232025, protocolo TCE nº 502413/2018, obteve o registro deferido pelo Tribunal de Contas do Estado do Pará – TCE. Para maiores informações, procurar as Unidades de Atendimento virtuais ou presenciais.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 957263**NOTIFICAÇÃO DE REGISTRO DEFERIDO**

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, vem, por meio deste instrumento, notificar MARIA DA LUZ BARROS BITTENCOURT, que o processo de Aposentadoria nº 2008/40736, protocolo TCE nº 503232/2018, obteve o registro deferido pelo Tribunal de Contas do Estado do Pará – TCE. Para maiores informações, procurar as Unidades de Atendimento virtuais ou presenciais.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 957269**NOTIFICAÇÃO DE REGISTRO DEFERIDO**

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, vem, por meio deste instrumento, notificar WILTON DA SILVA FREITAS, que o processo de Aposentadoria nº 2015/437418, protocolo TCE nº 500178/2018, obteve o registro deferido pelo Tribunal de Contas do Estado do Pará – TCE. Para maiores informações, procurar as Unidades de Atendimento virtuais ou presenciais.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 957278**OUTRAS MATÉRIAS****PORTARIA RR Nº 1.355 DE 15 DE JUNHO DE 2023**

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DO BENEFÍCIO DE RESERVA REMUNERADA EX-OFFICIO POR PROMOÇÃO POR TEMPO DE SERVIÇO - PROCESSO Nº 2023/413279.

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária e de Proteção Social do Estado do Pará - IGEPPS, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 142 de 16/12/2021, que alterou a Lei Complementar nº 039, de 09/01/2002, resolve:

I – Transferir “ex-offício” para a Reserva Remunerada, na mesma graduação, de acordo com o art. 10, inciso I alínea “a”, § 8º, da Lei nº 8.230/2015, e alterações da Lei nº 9.387, de 16 de dezembro de 2021; art. 21-A, alínea “b” da Lei nº 4.491/1973, alterada pela Lei nº 9.387/2021; art. 27-A, anexo I, Categoria “A” da Lei nº 4.491/1973, alterada pela Lei nº 9.387/2021; art. 29-C da Lei nº 4.491/1973, alterada pela Lei nº 9.387/2021; art. 29-A da Lei nº 4.491/1973, alterada pela Lei nº 9.387/2021; art. 22-A da Lei nº 4.491/1973, alterada pela Lei nº 9.387/2021; art. 29-B, alínea “f” da Lei nº 4.491/1973, alterada pela Lei nº 9.387/2021; art. 20 da Lei nº 4.491/1973 com redação dada pelo art. 1º da Lei nº 5.231/1985; art. 134, inciso I da Lei Complementar nº 142/2021, do 1º Sargento PM RG 20996, RIVELINO PEREIRA DA ROCHA, mat. nº 5405629/1, lotado no 35º Batalhão de Polícia Militar do Estado do Pará (Santarém), percebendo nessa situação os proventos mensais de R\$ 7.572,88 (sete mil, quinhentos e setenta e dois reais e oitenta e oito centavos), conforme abaixo discriminados:

Soldo de 1º Sargento/PM 1.215,50
Gratificação de Habilitação Militar - 40% 486,20
Gratificação de Localidade Especial - 40% 486,20
Gratificação de Tropa - 10% 121,55

Gratificação de Risco de vida - 100% 1.215,50
Gratificação de Serviço Ativo - 30% 364,65
Representação por Graduação - 35% 425,43
Gratificação por Tempo de Serviço - 30% 1.294,51
Adicional de Inatividade - 35% 1.963,34
Total de Proventos 7.572,88

II - Esta Portaria produzirá seus efeitos a contar de 01/07/2023, respeitando a legislação vigente à data que em que o(a) segurado(a) reuniu os requisitos para passagem à inatividade, nos termos do art. 132 da Lei Complementar nº 142/2021.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Presidente do IGEPPS/PA

Protocolo: 956549**PORTARIA RR Nº 1320 DE 07 DE JUNHO DE 2023**

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DO BENEFÍCIO DE RESERVA REMUNERADA EX-OFFICIO POR PROMOÇÃO POR TEMPO DE SERVIÇO - PROCESSO Nº 2023/340216.

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária e de Proteção Social do Estado do Pará - IGEPPS, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 142 de 16/12/2021, que alterou a Lei Complementar nº 039, de 09/01/2002, resolve:

I – Transferir “ex-offício” para a Reserva Remunerada, na mesma graduação, de acordo com o art. 10, inciso I alínea “a”, § 8º, da Lei nº 8.230/2015, e alterações da Lei nº 9.387, de 16 de dezembro de 2021; art. 21-A, alínea “d” da Lei nº 4.491/1973, alterada pela Lei nº 9.387/2021; art. 27-A, anexo I, Categoria “A” da Lei nº 4.491/1973, alterada pela Lei nº 9.387/2021; art. 29-C da Lei nº 4.491/1973, alterada pela Lei nº 9.387/2021; art. 29-A da Lei nº 4.491/1973, alterada pela Lei nº 9.387/2021; art. 22-A da Lei nº 4.491/1973, alterada pela Lei nº 9.387/2021; art. 29-B, alínea “f” da Lei nº 4.491/1973, alterada pela Lei nº 9.387/2021; art. 20 da Lei nº 4.491/1973 com redação dada pelo art. 1º da Lei nº 5.231/1985; art. 134, inciso I da Lei Complementar nº 142/2021, do 1º Sargento PM RG 20048, JOSE MARIA VENTURA DA COSTA, mat. nº 5360609/1, pertencente ao efetivo do 36º Batalhão de Polícia Militar do Estado do Pará - (São Felix do Xingu), percebendo nessa situação os proventos mensais de R\$ 7.146,24 (sete mil, cento e quarenta e seis reais e vinte e quatro centavos), conforme abaixo discriminados:

Soldo de 1º Sargento/PM 1.215,50
Gratificação de Habilitação Militar - 20% 243,10
Gratificação de Localidade Especial - 40% 486,20
Gratificação de Tropa - 10% 121,55
Gratificação de Risco de vida - 100% 1.215,50
Gratificação de Serviço Ativo - 30% 364,65
Representação por Graduação - 35% 425,43
Gratificação por Tempo de Serviço - 30% 1.221,58
Adicional de Inatividade - 35% 1.852,73
Total de Proventos 7.146,24

II - Esta Portaria produzirá seus efeitos a contar de 01/07/2023, respeitando a legislação vigente à data que em que o(a) segurado(a) reuniu os requisitos para passagem à inatividade, nos termos do art. 132 da Lei Complementar nº 142/2021.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Presidente do IGEPPS/PA

Protocolo: 956687**PORTARIA RR Nº 1.361 DE 16 DE JUNHO DE 2023**

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DO BENEFÍCIO DE RESERVA REMUNERADA A PEDIDO - PROCESSO Nº 2023/534437.

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária e de Proteção Social do Estado do Pará - IGEPPS, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 142 de 16/12/2021, que alterou a Lei Complementar nº 039, de 09/01/2002, resolve:

I – Transferir para Reserva Remunerada, a pedido, na mesma graduação, de acordo com o art. 67, inciso I c/c art. 66, §3º, inciso III da Lei Complementar nº 142/2021, bem como com o art. 1º da Lei Estadual nº 5.681/1991 e art. 45, § 9º da Constituição Estadual; art.134 parágrafo único, item II, da Lei Complementar nº 142/2021; art. 21-A, alínea “b” da Lei nº 4.491/1973, alterada pela Lei nº 9.387/2021; art. 27-A, anexo I, Categoria “C” da Lei nº 4.491/1973, alterada pela Lei nº 9.387/2021; art. 29-C da Lei nº 4.491/1973, alterada pela Lei nº 9.387/2021; art. 29-A da Lei nº 4.491/1973, alterada pela Lei nº 9.387/2021; art. 22-A da Lei nº 4.491/1973, alterada pela Lei nº 9.387/2021; art. 29-B, alínea “f” da Lei nº 4.491/1973, alterada pela Lei nº 9.387/2021; art. 20 da Lei nº 4.491/1973 com redação dada pelo art. 1º da Lei nº 5.231/1985; art. 134, inciso I, da Lei Complementar nº 142/2021, do Subtenente BM RG 2320699 AFONSO RIBEIRO DA COSTA, mat. nº 5428599/1, pertencente ao efetivo do Centro de Suprimento de Materiais e Viaturas Operacionais do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Pará (Belém), percebendo nessa situação os proventos mensais de R\$ 16.034,15 (dezesesseis mil, trinta e quatro reais e quinze centavos), conforme abaixo discriminados:

Soldo de 2º Tenente/BM 2.648,19
Gratificação de Habilitação Militar - 40% 1.059,28
Gratificação de Localidade Especial - 30% 794,46
Gratificação de Tropa - 10% 264,82
Gratificação de Risco de vida - 100% 2.648,19
Gratificação de Serviço Ativo - 30% 794,46
Representação por Graduação - 35% 926,87
Gratificação por Tempo de Serviço - 30% 2.740,88
Adicional de Inatividade - 35% 4.157,00
Total de Proventos 16.034,15

II - Esta Portaria produzirá seus efeitos a contar de 01/07/2023, respeitando a legislação vigente à data que em que o(a) segurado(a) reuniu os requisitos para passagem a inatividade, nos termos do art. 132 da Lei Complementar nº 142/2021.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Ilton Gussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Presidente do IGEPPS/PA

Protocolo: 956663

PORTARIA RR Nº 1.339 DE 14 DE JUNHO DE 2023

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DO BENEFÍCIO DE RESERVA REMUNERADA EX-OFFICIO POR PROMOÇÃO POR TEMPO DE SERVIÇO - PROCESSO Nº 2023/217215.

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária e de Proteção Social do Estado do Pará - IGEPPS, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 142 de 16/12/2021, que alterou a Lei Complementar nº 039, de 09/01/2002, resolve:

I - Transferir "ex-officio" para a Reserva Remunerada, na mesma graduação, de acordo com o art. 10, inciso I alínea "a", § 8º, da Lei nº 8.230/2015, e alterações da Lei nº 9.387, de 16 de dezembro de 2021; art. 21-A, alínea "d" da Lei nº 4.491/1973, alterada pela Lei nº 9.387/2021; art. 27-A, anexo I, Categoria "C" da Lei nº 4.491/1973, alterada pela Lei nº 9.387/2021; art. 29-C da Lei nº 4.491/1973, alterada pela Lei nº 9.387/2021; art. 29-A da Lei nº 4.491/1973, alterada pela Lei nº 9.387/2021; art. 22-A da Lei nº 4.491/1973, alterada pela Lei nº 9.387/2021; art. 29-B, alínea "f" da Lei nº 4.491/1973, alterada pela Lei nº 9.387/2021; art. 20 da Lei nº 4.491/1973 com redação dada pelo art. 1º da Lei nº 5.231/1985; art. 134, inciso I da Lei Complementar nº 142/2021, do 1º Sargento PM RG 21497, CLAUDENEY BARROS DE MELO, mat. nº 5591457/1, lotado no Fundo de Assistência Social da Polícia Militar (Belém), percebendo nessa situação os proventos mensais de R\$ 6.719,60 (seis mil, setecentos e dezenove reais e sessenta centavos), conforme abaixo discriminados:

Soldo de 1º Sargento/PM 1.215,50
Gratificação de Habilitação Militar - 20% 243,10
Gratificação de Localidade Especial - 20% 243,10
Gratificação de Tropa - 10% 121,55
Gratificação de Risco de vida - 100% 1.215,50
Gratificação de Serviço Ativo - 30% 364,65
Representação por Graduação - 35% 425,43
Gratificação por Tempo de Serviço - 30% 1.148,65
Adicional de Inatividade - 35% 1.742,12
Total de Proventos 6.719,60

II - Esta Portaria produzirá seus efeitos a contar de 01/07/2023, respeitando a legislação vigente à data que em que o(a) segurado(a) reuniu os requisitos para passagem a inatividade, nos termos do art. 132 da Lei Complementar nº 142/2021.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Ilton Gussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Presidente do IGEPPS/PA

Protocolo: 956637

PORTARIA RR Nº 1.367 DE 16 DE JUNHO DE 2023

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DO BENEFÍCIO DE RESERVA REMUNERADA A PEDIDO - PROCESSO Nº 2023/443517.

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária e de Proteção Social do Estado do Pará - IGEPPS, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 142 de 16/12/2021, que alterou a Lei Complementar nº 039, de 09/01/2002, resolve:

I - Transferir para Reserva Remunerada, a pedido, na mesma graduação, de acordo com o art. 67, inciso I c/c art. 66, §3º, inciso III da Lei Complementar nº 142/2021, bem como com o art. 1º da Lei Estadual nº 5.681/1991 e art. 45, § 9º da Constituição Estadual; art.134 parágrafo único, item II, da Lei Complementar nº 142/2021; art. 21-A, alínea "b" da Lei nº 4.491/1973, alterada pela Lei nº 9.387/2021; art. 27-A, anexo I, Categoria "B" da Lei nº 4.491/1973, alterada pela Lei nº 9.387/2021; art. 29-C da Lei nº 4.491/1973, alterada pela Lei nº 9.387/2021; art. 29-A da Lei nº 4.491/1973, alterada pela Lei nº 9.387/2021; art. 22-A da Lei nº 4.491/1973, alterada pela Lei nº 9.387/2021; art. 29-B, alínea "f" da Lei nº 4.491/1973, alterada pela Lei nº 9.387/2021; art. 20 da Lei nº 4.491/1973 com redação dada pelo art. 1º da Lei nº 5.231/1985; art. 134, inciso I da Lei Complementar nº 142/2021; o Subtenente COV BM RG 2254743, JOSE ELIELSON MATOS DIAS, mat. nº 5602173/1, pertencente ao efetivo do 6º Grupamento de Incêndio do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Pará (Barcarena), percebendo nessa situação os proventos mensais de R\$ 16.034,15 (Dezesseis mil, trinta e quatro reais e quinze centavos), conforme abaixo discriminados:

Soldo de 2º Tenente/BM 2.648,19
Gratificação de Habilitação Militar - 40% 1.059,28
Gratificação de Localidade Especial - 30% 794,46
Gratificação de Tropa - 10% 264,82
Gratificação de Risco de vida - 100% 2.648,19
Gratificação de Serviço Ativo - 30% 794,46
Representação por Graduação - 35% 926,87
Gratificação por Tempo de Serviço - 30% 2.740,88
Adicional de Inatividade - 35% 4.157,00
Total de Proventos 16.034,15

II - Esta Portaria produzirá seus efeitos a contar de 01/07/2023, respeitando a legislação vigente à data que em que o (a) segurado (a) reuniu os requisitos para passagem a inatividade, nos termos do art. 132 da Lei Complementar nº142/2021.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Ilton Gussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Presidente do IGEPPS/PA

Protocolo: 956533

PORTARIA RR Nº 1484 DE 26 DE MAIO DE 2023

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DO BENEFÍCIO DE RESERVA REMUNERADA A PEDIDO - PROCESSO Nº 2023/515102.

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária e de Proteção Social do Estado do Pará - IGEPPS, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 142 de 16/12/2021, que alterou a Lei Complementar nº 039, de 09/01/2002, resolve:

I - Transferir para Reserva Remunerada, a pedido, no mesmo posto, de acordo com o art. 67, inciso I c/c art. 66, §3º, inciso III da Lei Complementar nº 142/2021, bem como com o art. 1º da Lei Estadual nº 5.681/1991 e art. 45, § 9º da Constituição Estadual; art. 1º, anexo único da Lei nº 7.807/2014 c/c art.134 parágrafo único, da Lei Complementar nº 142/2021; art. 21-A, alínea "d" da Lei nº 4.491/1973, alterada pela Lei nº 9.387/2021; art. 27-A, anexo I, Categoria "b" da Lei nº 4.491/1973, alterada pela Lei nº 9.387/2021; art. 29-C da Lei nº 4.491/1973, alterada pela Lei nº 9.387/2021; art. 29-A da Lei nº 4.491/1973, alterada pela Lei nº 9.387/2021; art. 22-A da Lei nº 4.491/1973, alterada pela Lei nº 9.387/2021; art. 29-B, alínea "f" da Lei nº 4.491/1973, alterada pela Lei nº 9.387/2021; art. 20 da Lei nº 4.491/1973 com redação dada pelo art. 1º da Lei nº 5.231/1985; art. 134, inciso I da Lei Complementar nº 142/2021, o 2º Sargento BM RG 2135851, MICHAEL CARNEIRO LOPES, mat. nº 5430402/1, pertencente ao efetivo da 3ª Seção - Incêndio (Salinópolis), percebendo nessa situação os proventos mensais de R\$ 6.932,91 (seis mil, novecentos e trinta e dois reais e noventa e um centavos), conforme abaixo discriminados:

Soldo de 1º Sargento/BM 1.215,50
Gratificação de Habilitação Militar - 20% 243,10
Gratificação de Localidade Especial - 30% 364,65
Indenização de Tropa - 10% 121,55
Gratificação de Risco de Vida - 100% 1.215,50
Gratificação de Serviço Ativo - 30% 364,65
Representação por Graduação - 35% 425,43
Gratificação por Tempo de Serviço - 30% 1.185,11
Adicional de Inatividade - 35% 1.797,42
Total de Proventos 6.932,91

II - Esta Portaria produzirá seus efeitos a contar de 01/07/2023, respeitando a legislação vigente à data que em que o (a) segurado (a) reuniu os requisitos para passagem a inatividade, nos termos do art. 132 da Lei Complementar nº142/2021.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Ilton Gussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Presidente do IGEPPS/PA

Protocolo: 957281

PORTARIA RR Nº 1406 DE 22 DE JUNHO DE 2023

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DO BENEFÍCIO DE RESERVA REMUNERADA EX-OFFICIO POR PROMOÇÃO POR TEMPO DE SERVIÇO - PROCESSO Nº 2023/217277.

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária e de Proteção Social do Estado do Pará - IGEPPS, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 142 de 16/12/2021, que alterou a Lei Complementar nº 039, de 09/01/2002, resolve:

I - Transferir "ex-officio" para a Reserva Remunerada, na mesma graduação, de acordo com o art. 10, inciso I alínea "a", § 8º, da Lei nº 8.230/2015, e alterações da Lei nº 9.387, de 16 de dezembro de 2021; art. 21-A, alínea "d" da Lei nº 4.491/1973, alterada pela Lei nº 9.387/2021; art. 27-A, anexo I, Categoria "A" da Lei nº 4.491/1973, alterada pela Lei nº 9.387/2021; art. 29-C da Lei nº 4.491/1973, alterada pela Lei nº 9.387/2021; art. 29-A da Lei nº 4.491/1973, alterada pela Lei nº 9.387/2021; art. 22-A da Lei nº 4.491/1973, alterada pela Lei nº 9.387/2021; art. 29-B, alínea "f" da Lei nº 4.491/1973, alterada pela Lei nº 9.387/2021; art. 20 da Lei nº 4.491/1973 com redação dada pelo art. 1º da Lei nº 5.231/1985; art. 134, inciso I da Lei Complementar nº 142/2021, do 1º Sargento PM RG 24310, RAIMUNDO NONATO MAGALHÃES PINTO, mat. nº 5625300/1, pertencente ao efetivo do 23º Batalhão de Polícia Milita do Estado do Pará (Parauapebas), percebendo nessa situação os proventos mensais de R\$ 7.146,24 (sete mil, cento e quarenta e seis reais e vinte e quatro centavos), conforme abaixo discriminados:

Soldo de 1º Sargento/PM 1.215,50
Gratificação de Habilitação Militar - 20% 243,10
Gratificação de Localidade Especial - 40% 486,20
Gratificação de Tropa - 10% 121,55
Gratificação de Risco de vida - 100% 1.215,50
Gratificação de Serviço Ativo - 30% 364,65
Representação por Graduação - 35% 425,43
Gratificação por Tempo de Serviço - 30% 1.221,58
Adicional de Inatividade - 35% 1.852,73
Total de Proventos 7.146,24

II - Esta Portaria produzirá seus efeitos a contar de 01/07/2023, respeitando a legislação vigente à data que em que o (a) segurado (a) reuniu os requisitos para passagem a inatividade, nos termos do art. 132 da Lei Complementar nº 142/2021.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Ilton Gussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Presidente do IGEPPS/PA

Protocolo: 957224

PORTARIA RR Nº 1.465 DE 27 DE JUNHO DE 2023

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DO BENEFÍCIO DE RESERVA REMUNERADA A PEDIDO - PROCESSO Nº 2023/416835.

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária e de Proteção Social do Estado do Pará - IGEPPS, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 142 de 16/12/2021, que alterou a Lei Complementar nº 039, de 09/01/2002, resolve:

I – Transferir para Reserva Remunerada, a pedido, no mesmo posto, de acordo o art. 67, inciso I c/c art. 66, §3º, inciso III da Lei Complementar nº 142/2021, bem como com o art. 1º da Lei Estadual nº 5.681/1991 e art. 45, § 9º da Constituição Estadual; c/c art.134 parágrafo único, da Lei Complementar nº 142/2021; art. 21-A, alínea “b” da Lei nº 4.491/1973, alterada pela Lei nº 9.387/2021; art. 27-A, anexo I, Categoria “a” da Lei nº 4.491/1973, alterada pela Lei nº 9.387/2021; art. 29-C da Lei nº 4.491/1973, alterada pela Lei nº 9.387/2021; art. 29-A da Lei nº 4.491/1973, alterada pela Lei nº 9.387/2021; art. 22-A da Lei nº 4.491/1973, alterada pela Lei nº 9.387/2021; art. 29-B, alínea “f” da Lei nº 4.491/1973, alterada pela Lei nº 9.387/2021; art. 20 da Lei nº 4.491/1973 com redação dada pelo art. 1º da Lei nº 5.231/1985; art. 134, inciso I da Lei Complementar nº 142/2021, o 1º Sargento BM RG 1669774, MARCIO AUGUSTO DA SILVA GOMES, mat. nº 5139210/2, pertencente ao efetivo da 2ª Seção - Segurança (Cametá), percebendo nessa situação os proventos mensais de R\$ 7.572,88 (sete mil, quinhentos e setenta e dois reais e oitenta e oito centavos), conforme abaixo discriminados:

Soldo de Subtenente/BM 1.215,50
 Gratificação de Habilitação Militar - 40% 486,20
 Gratificação de Localidade Especial - 40% 486,20
 Indenização de Tropa - 10% 121,55
 Gratificação de Risco de Vida - 100% 1.215,50
 Gratificação de Serviço Ativo - 30% 364,65
 Representação por Graduação - 35% 425,43
 Gratificação por Tempo de Serviço - 30% 1.294,51
 Adicional de Inatividade - 35% 1.963,34
 Total de Proventos 7.572,88

II – Esta Portaria produzirá seus efeitos a contar de 01/07/2023, respeitando a legislação vigente à data que em que o (a) segurado (a) reuniu os requisitos para passagem a inatividade, nos termos do art. 132 da Lei Complementar nº142/2021.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
 Presidente do IGEPPS/PA

Protocolo: 957175

PORTARIA RR Nº 1.459 DE 22 DE JUNHO DE 2023

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DO BENEFÍCIO DE RESERVA REMUNERADA A PEDIDO - PROCESSO Nº 2023/451977.

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária e de Proteção Social do Estado do Pará - IGEPPS, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 142 de 16/12/2021, que alterou a Lei Complementar nº 039, de 09/01/2002, resolve:

I – Transferir para Reserva Remunerada, a pedido, na mesma graduação, de acordo o art. 67, inciso I c/c art. 66, §3º, inciso III da Lei Complementar nº 142/2021, bem como com o art. 1º da Lei Estadual nº 5.681/1991 e art. 45, § 9º da Constituição Estadual; art. 1º, anexo único da Lei nº 7.807/2014 c/c art. 134 parágrafo único, item II, da Lei Complementar nº 142/2021; art. 21-A, alínea “b” da Lei nº 4.491/1973, alterada pela Lei nº 9.387/2021; art. 27-A, anexo I, Categoria “C” da Lei nº 4.491/1973, alterada pela Lei nº 9.387/2021; art. 29-C da Lei nº 4.491/1973, alterada pela Lei nº 9.387/2021; art. 29-A da Lei nº 4.491/1973, alterada pela Lei nº 9.387/2021; art. 22-A da Lei nº 4.491/1973, alterada pela Lei nº 9.387/2021; art. 29-B, alínea “f” da Lei nº 4.491/1973, alterada pela Lei nº 9.387/2021; art. 20 da Lei nº 4.491/1973 com redação dada pelo art. 1º da Lei nº 5.231/1985; art. 134, inciso I da Lei Complementar nº 142/2021; o Subtenente BM RG 1965764, MARCIO ROGERIO ALVES PEREIRA, mat. nº 5420946/1, pertencente ao efetivo do Comando Geral - Belém percebendo, nessa situação os proventos mensais de R\$15.569,40 (Quinze mil e quinhentos e sessenta e nove reais e quarenta centavos), conforme abaixo discriminados:

Soldo de 2º Tenente/BM 2.648,19
 Gratificação de Habilitação Militar - 40% 1.059,28
 Gratificação de Localidade Especial - 20% 529,64
 Gratificação de Tropa - 10% 264,82
 Gratificação de Risco de vida - 100% 2.648,19
 Gratificação de Serviço Ativo - 30% 794,46
 Representação por Graduação - 35% 926,87
 Gratificação por Tempo de Serviço - 30% 2.661,44
 Adicional de Inatividade - 35% 4.036,51
 Total de Proventos 15.569,40

II - Esta Portaria produzirá seus efeitos a contar de 01/07/2023, respeitando a legislação vigente à data que em que o (a) segurado (a) reuniu os requisitos para passagem a inatividade, nos termos do art. 132 da Lei Complementar nº142/2021.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
 Presidente do IGEPPS/PA

Protocolo: 957191

PORTARIA RR Nº 1.464 DE 27 DE JUNHO DE 2023

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DO BENEFÍCIO DE RESERVA REMUNERADA A PEDIDO - PROCESSO Nº 2023/635322.

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária e de Proteção Social do Estado do Pará - IGEPPS, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 142, de 16/12/2021, que alterou a Lei Complementar nº 039 de 09/01/2002, resolve:

I – Transferir para Reserva Remunerada, a pedido, no mesmo posto, de acordo com os artigos art. 67, inciso I c/c art. 66, §3º, inciso III da Lei Complementar nº 142/2021, bem como com o art. 1º da Lei Estadual nº 5.681/1991 e art. 45, § 9º da Constituição Estadual; art.134, parágrafo único, da Lei Complementar nº 142/2021; art. 21-A, alínea “b” da Lei nº 4.491/1973, alterada pela Lei nº 9.387/2021; art. 27-A, anexo I, Categoria “B” da Lei nº 4.491/1973, alterada pela Lei nº 9.387/2021; art.

29-C da Lei nº 4.491/1973, alterada pela Lei nº 9.387/2021; art. 29-A da Lei nº 4.491/1973, alterada pela Lei nº 9.387/2021; art. 22-A da Lei nº 4.491/1973, alterada pela Lei nº 9.387/2021; art. 29-B, alínea “b” da Lei nº 4.491/1973, alterada pela Lei nº 9.387/2021; art. 20 da Lei nº 4.491/1973 com redação dada pelo art. 1º da Lei nº 5.231/1985; art. 134, inciso I da Lei Complementar nº 142/2021; art.39,§2º da Constituição do Pará alterado pela Emenda Constitucional nº85 de 28/06/2022, do TEN CORONEL QOBM RG 1972270 JEFFERSON AUGUSTO DA RESSUR-REICÃO MATOS, mat. nº 5426235/1, pertencente ao efetivo do 15º Grupamento de Incêndio Bombeiro Militar (Abaetetuba), conforme Atestado apresentado pela Seção de Controle de Pessoal do CBMPA, percebendo nessa situação os proventos mensais de R\$34.831,49 (trinta e quatro mil, oitocentos e trinta e um reais e quarenta e nove centavos), conforme abaixo discriminados:

Soldo de CORONEL/BM 5.364,05
 Gratificação de Habilitação Militar - 50% 2.145,62
 Gratificação de Localidade Especial - 30% 1.609,22
 Gratificação de Tropa - 10% 536,41
 Gratificação de Risco de Vida - 100% 5.364,05
 Gratificação de Serviço Ativo - 30% 1.609,22
 Representação por Graduação - 60% 3.218,43
 Gratificação por Tempo de Serviço - 30% 5.954,10
 Adicional de Inatividade - 35% 9.030,39
 Total de Proventos 34.831,49

II – Esta Portaria produzirá seus efeitos a contar de 01/07/2023.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
 Presidente do IGEPPS/PA

Protocolo: 957132

PORTARIA RR Nº 1.456 DE 16 DE JUNHO DE 2023

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DO BENEFÍCIO DE RESERVA REMUNERADA A PEDIDO - PROCESSO Nº 2023/392401.

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária e de Proteção Social do Estado do Pará - IGEPPS, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 142 de 16/12/2021, que alterou a Lei Complementar nº 039, de 09/01/2002, resolve:

I – Transferir para Reserva Remunerada, a pedido, na mesma graduação, de acordo o art. 67, inciso I c/c art. 66, §3º, inciso III da Lei Complementar nº 142/2021, bem como com o art. 1º da Lei Estadual nº 5.681/1991 e art. 45, § 9º da Constituição Estadual; art.134 parágrafo único, item II, da Lei Complementar nº 142/2021; art. 21-A, alínea “b” da Lei nº 4.491/1973, alterada pela Lei nº 9.387/2021; art. 27-A, anexo I, Categoria “B” da Lei nº 4.491/1973, alterada pela Lei nº 9.387/2021; art. 29-C da Lei nº 4.491/1973, alterada pela Lei nº 9.387/2021; art. 29-A da Lei nº 4.491/1973, alterada pela Lei nº 9.387/2021; art. 22-A da Lei nº 4.491/1973, alterada pela Lei nº 9.387/2021; art. 29-B, alínea “f” da Lei nº 4.491/1973, alterada pela Lei nº 9.387/2021; art. 20 da Lei nº 4.491/1973 com redação dada pelo art. 1º da Lei nº 5.231/1985; art. 134, inciso I da Lei Complementar nº 142/2021; o Subtenente COV BM RG 1878634, LUIZ ALBERTO SOARES DA PAIXÃO, mat. nº 5620570/1, pertencente ao efetivo do 4º Subgrupamento de Incêndio Independente do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Pará (Salinas), percebendo nessa situação os proventos mensais de R\$ 16.034,15 (Dezesseis mil, trinta e quatro reais e quinze centavos), conforme abaixo discriminados:

Soldo de 2º Tenente/BM 2.648,19
 Gratificação de Habilitação Militar - 40% 1.059,28
 Gratificação de Localidade Especial - 30% 794,46
 Gratificação de Tropa - 10% 264,82
 Gratificação de Risco de vida - 100% 2.648,19
 Gratificação de Serviço Ativo - 30% 794,46
 Representação por Graduação - 35% 926,87
 Gratificação por Tempo de Serviço - 30% 2.740,88
 Adicional de Inatividade - 35% 4.157,00
 Total de Proventos 16.034,15

II - Esta Portaria produzirá seus efeitos a contar de 01/07/2023, respeitando a legislação vigente à data que em que o (a) segurado (a) reuniu os requisitos para passagem a inatividade, nos termos do art. 132 da Lei Complementar nº142/2021.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
 Presidente do IGEPPS/PA

Protocolo: 957118

PORTARIA RR Nº 1.362 DE 16 DE JUNHO DE 2023

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DO BENEFÍCIO DE RESERVA REMUNERADA A PEDIDO - PROCESSO Nº 2023/406024.

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária e de Proteção Social do Estado do Pará - IGEPPS, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 142 de 16/12/2021, que alterou a Lei Complementar nº 039, de 09/01/2002, resolve:

I – Transferir para Reserva Remunerada, a pedido, na mesma graduação, de acordo o art. 67, inciso I c/c art. 66, §3º, inciso III da Lei Complementar nº 142/2021, bem como com o art. 1º da Lei Estadual nº 5.681/1991 e art. 45, § 9º da Constituição Estadual; art.134 parágrafo único, item II, da Lei Complementar nº 142/2021; art. 21-A, alínea “b” da Lei nº 4.491/1973, alterada pela Lei nº 9.387/2021; art. 27-A, anexo I, Categoria “C” da Lei nº 4.491/1973, alterada pela Lei nº 9.387/2021; art. 29-C da Lei nº 4.491/1973, alterada pela Lei nº 9.387/2021; art. 29-A da Lei nº 4.491/1973, alterada pela Lei nº 9.387/2021; art. 22-A da Lei nº 4.491/1973, alterada pela Lei nº 9.387/2021; art. 29-B, alínea “f” da Lei nº 4.491/1973, alterada pela Lei nº 9.387/2021; art. 20 da Lei nº 4.491/1973 com redação dada pelo art. 1º da Lei nº 5.231/1985; art. 134, inciso I, da Lei Complementar nº 142/2021, do Subtenente BM RG

2559689 ALESSANDRO LIVIO DE ANDRADE CRUZ, mat. nº 5400015/1, pertencente ao efetivo do Comando Geral do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Pará (Belém), percebendo nessa situação os proventos mensais de R\$ 15.569,40 (quinze mil, quinhentos e sessenta e nove reais e quarenta e centavos), conforme abaixo discriminados:
 Soldo de 2º Tenente/BM 2.648,19
 Gratificação de Habilitação Militar - 40% 1.059,28
 Gratificação de Localidade Especial - 20% 529,64
 Gratificação de Tropa - 10% 264,82
 Gratificação de Risco de vida - 100% 2.648,19
 Gratificação de Serviço Ativo - 30% 794,46
 Representação por Graduação - 35% 926,87
 Gratificação por Tempo de Serviço - 30% 2.661,44
 Adicional de Inatividade - 35% 4.036,51
 Total de Proventos 15.569,40
 II - Esta Portaria produzirá seus efeitos a contar de 01/07/2023, respeitando a legislação vigente à data que em que o(a) segurado(a) reuniu os requisitos para passagem a inatividade, nos termos do art. 132 da Lei Complementar nº 142/2021.
 DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
 Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
 Presidente do IGEPPS/PA

Protocolo: 956723**PORTARIA RR Nº 1.354 DE 14 DE JUNHO DE 2023**

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DO BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO DE REFORMA ADMINISTRATIVA DISCIPLINAR PROCESSO Nº 2023/306073.
 O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária e de Proteção Social do Estado do Pará - IGEPPS, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 142 de 16/12/2021, que alterou a Lei Complementar nº 039, de 09/01/2002, resolve:
 I - Reformar "ex-offício", na mesma graduação, de acordo com o Art. 86, Inciso V, Lei 142/2021, c/c o Art. 39, Inciso IV c/c art. 44, § 1º, inciso II e § 2º da Lei nº 6.883 c/c art. 97 da Lei nº 142/2021; art. 21-A, alínea "b" da Lei nº 4.491/1973, alterada pela Lei nº 9.387/2021; art. 29-A da Lei nº 4.491/1973, alterada pela Lei nº 9.387/2021; - 15% de Adicional por Tempo de Serviço, com base no art. 20, da Lei Estadual nº 4.491/1973 com nova redação dada pelo art. 1º da Lei Estadual nº 5.231/1985; - 20% Adicional de Inatividade, com base no art. 1º, inciso II, do Decreto nº 4.439/1986 c/c art.134 da Lei Complementar nº 142/2021, o Soldado BM RG 3923918, RICARDO GLAYDSON JUSTINO BORGES, mat. nº 57173912/1, pertencente ao efetivo do 18º Subgrupamento de Incêndio do Corpo de Bombeiros Militar da Polícia Militar do Estado do Pará (Santa Izabel), percebendo nessa situação os proventos mensais de R\$2.123,51 (dois mil, cento e vinte e três reais e cinquenta e um centavos), conforme abaixo discriminados:
 Soldo de Soldado/BM - proporcional a 6.271 de 10.950 dias sobre R\$ 1.215,50 correspondente a 57,5433%
 699,44
 Gratificação de Habilitação Militar - 20% 139,89
 Gratificação de Risco de Vida - 100% 699,44
 Gratificação por Tempo de Serviço - 20% 230,82
 Adicional de Inatividade - 20% 353,92
 Total de Proventos 2.123,51
 II - Esta Portaria produzirá seus efeitos a contar de 01/07/2023, nos termos do da Lei Complementar nº 142/2021.
 DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
 Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
 Presidente do IGEPPS/PA

Protocolo: 956714**PORTARIA RR Nº 1319 DE 06 DE JUNHO DE 2023**

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DO BENEFÍCIO DE RESERVA REMUNERADA A PEDIDO - PROCESSO Nº 2023/367488.
 O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária e de Proteção Social do Estado do Pará - IGEPPS, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 142 de 16/12/2021, que alterou a Lei Complementar nº 039, de 09/01/2002, resolve:
 I - Transferir para Reserva Remunerada, a pedido, no mesmo posto, de acordo o art. 67, inciso I c/c art. 66, §3º, inciso III da Lei Complementar nº 142/2021, bem como com o art. 1º da Lei Estadual nº 5.681/1991 e art. 45, § 9º da Constituição Estadual; art. 1º, anexo único da Lei nº 7.807/2014 c/c art.134 parágrafo único, da Lei Complementar nº 142/2021; art. 21-A, alínea "d" da Lei nº 4.491/1973, alterada pela Lei nº 9.387/2021; art. 27-A, anexo I, Categoria "C" da Lei nº 4.491/1973, alterada pela Lei nº 9.387/2021; art. 29-C da Lei nº 4.491/1973, alterada pela Lei nº 9.387/2021; art. 22-A da Lei nº 4.491/1973, alterada pela Lei nº 9.387/2021; art. 29-B, alínea "f" da Lei nº 4.491/1973, alterada pela Lei nº 9.387/2021; art. 20 da Lei nº 4.491/1973 com redação dada pelo art. 1º da Lei nº 5.231/1985; art. 134, inciso I da Lei Complementar nº 142/2021; o 2º Sargento PM RG 24060, ROSIVAN MAGALHÃES DE MENEZES, mat. nº 5702712/1, lotado no 27º Batalhão de Polícia Militar do Estado do Pará (Belém), percebendo nessa situação os proventos mensais de R\$ 6.719,60 (seis mil, setecentos e dezenove reais e sessenta centavos), conforme abaixo discriminados:
 Soldo de 1º sargento/PM 1.215,50
 Gratificação de Habilitação Militar - 20% 243,10
 Gratificação de Localidade Especial - 20% 243,10
 Gratificação de Tropa - 10% 121,55
 Gratificação de Risco de vida - 100% 1.215,50
 Gratificação de Serviço Ativo - 30% 364,65
 Representação por Graduação - 35% 425,43
 Gratificação por Tempo de Serviço - 30% 1.148,65

Adicional de Inatividade - 35% 1.742,12

Total de Proventos 6.719,60

II - Esta Portaria produzirá seus efeitos a contar de 01/07/2023, respeitando a legislação vigente à data que em que o (a) segurado (a) reuniu os requisitos para passagem a inatividade, nos termos do art. 132 da Lei Complementar nº142/2021.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
 Presidente do IGEPPS/PA

Protocolo: 956718**PORTARIA RR Nº 1332 DE 13 DE JUNHO DE 2023**

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DO BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO DE REFORMA EX-OFFICIO - PROCESSO Nº 2022/327783.

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária e de Proteção Social do Estado do Pará - IGEPPS, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 142 de 16/12/2021, que alterou a Lei Complementar nº 039, de 09/01/2002, resolve:

I - Reformar "ex-offício", na mesma graduação, de acordo com o art. 86, inciso III e art. 89, inciso VI, ambos da Lei Complementar nº142/2021, art. 110, art. 21-A, alínea "c" da Lei nº 4.491/1973, alterada pela Lei nº 9.387/2021, art. 29-A da Lei nº 4.491/1973, alterada pela Lei nº 9.387/2021; art. 20 da Lei nº 4.491/1973 com redação dada pelo art. 1º da Lei nº 5.231/1985, art. 134, inciso II da Lei Complementar nº 142/2021 do 3º Sargento PM RG 36200, RUBENS ALVES TELES, mat. nº 57198877/1, pertencente ao efetivo do 22º Batalhão de Polícia Militar (Redenção), percebendo nessa situação os proventos mensais de R\$1.939,92 (um mil, novecentos e trinta e nove reais e noventa e dois centavos), conforme abaixo discriminados:

Soldo de 3º Sargento PM proporcional a 5.506 dias de 10.950 dias

sobre R\$ 1.215,50 correspondente a 50,2836% 611,19

Gratificação de Habilitação Militar - 30% 183,36

Gratificação de Risco de Vida - 100% 611,19

Gratificação por Tempo de Serviço - 15% 210,86

Adicional de Inatividade - 20% 323,32

Total de Proventos 1.939,92

II - Esta Portaria produzirá seus efeitos a contar de 01/07/2023, respeitando a legislação vigente à data que em que o(a) segurado(a) reuniu os requisitos para passagem a inatividade, nos termos do art. 132 da Lei Complementar nº 142/2021

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Ilton GiusseppStival Mendes da Rocha Lopes da Silva
 Presidente do IGEPPS/PA

Protocolo: 956698**PORTARIA RR Nº 1318 DE 06 DE JUNHO DE 2023**

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DO BENEFÍCIO DE RESERVA REMUNERADA A PEDIDO - PROCESSO Nº 2023/165762.

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária e de Proteção Social do Estado do Pará - IGEPPS, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 142 de 16/12/2021, que alterou a Lei Complementar nº 039, de 09/01/2002, resolve:

I - Transferir para Reserva Remunerada, a pedido, na mesma graduação, de acordo o art. 67, inciso I c/c art. 66, §3º, inciso III da Lei Complementar nº 142/2021, bem como com o art. 1º da Lei Estadual nº 5.681/1991 e art. 45, § 9º da Constituição Estadual; art.134 parágrafo único, item II, da Lei Complementar nº 142/2021; art. 21-A, alínea "b" da Lei nº 4.491/1973, alterada pela Lei nº 9.387/2021; art. 27-A, anexo I, Categoria "B" da Lei nº 4.491/1973, alterada pela Lei nº 9.387/2021; art. 29-C da Lei nº 4.491/1973, alterada pela Lei nº 9.387/2021; art. 29-A da Lei nº 4.491/1973, alterada pela Lei nº 9.387/2021; art. 22-A da Lei nº 4.491/1973, alterada pela Lei nº 9.387/2021; art. 29-B, alínea "f" da Lei nº 4.491/1973, alterada pela Lei nº 9.387/2021; art. 20 da Lei nº 4.491/1973 com redação dada pelo art. 1º da Lei nº 5.231/1985; art. 134, inciso I, da Lei Complementar nº 142/2021, do Subtenente BM RG 1468370 CLÁUDIO ANTONIO DOS SANTOS FREITAS, mat. nº 5399475/1, pertencente ao efetivo da 1ª Seção Independente de Incêndio do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Pará (Marituba), percebendo nessa situação os proventos mensais de R\$ 16.034,15 (dezesseis mil, trinta e quatro reais e quinze centavos), conforme abaixo discriminados:

Soldo de 2º Tenente/BM 2.648,19

Gratificação de Habilitação Militar - 40% 1.059,28

Gratificação de Localidade Especial - 30% 794,46

Gratificação de Tropa - 10% 264,82

Gratificação de Risco de vida - 100% 2.648,19

Gratificação de Serviço Ativo - 30% 794,46

Representação por Graduação - 35% 926,87

Gratificação por Tempo de Serviço - 30% 2.740,88

Adicional de Inatividade - 35% 4.157,00

Total de Proventos 16.034,15

II - Esta Portaria produzirá seus efeitos a contar de 01/07/2023, respeitando a legislação vigente à data que em que o(a) segurado(a) reuniu os requisitos para passagem a inatividade, nos termos do art. 132 da Lei Complementar nº 142/2021.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
 Presidente do IGEPPS/PA

Protocolo: 956705**PORTARIA RR Nº 1378 DE 19 DE JUNHO DE 2023**

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DO BENEFÍCIO DE RESERVA REMUNERADA A PEDIDO - PROCESSO Nº 2023/189494.

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária e de Proteção Social do Estado do Pará - IGEPPS, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 142 de 16/12/2021, que alterou a Lei Complementar nº 039, de 09/01/2002, resolve:

I - Transferir para Reserva Remunerada, a pedido, na mesma graduação, de acordo o art. 67, inciso I c/c art. 66, §3º, inciso III da Lei Complementar nº 142/2021, bem como com o art. 1º da Lei Estadual nº 5.681/1991 e art. 45, § 9º da Constituição Estadual; art.134 parágrafo único, item II, da Lei Complementar nº 142/2021; art. 21-A, alínea "b" da Lei nº 4.491/1973, alterada pela Lei nº 9.387/2021; art. 27-A, anexo I, Categoria "A" da Lei nº 4.491/1973, alterada pela Lei nº 9.387/2021; art. 29-C da Lei nº 4.491/1973, alterada pela Lei nº 9.387/2021; art. 29-A da Lei nº 4.491/1973, alterada pela Lei nº 9.387/2021; art. 22-A da Lei nº 4.491/1973, alterada pela Lei nº 9.387/2021; art. 29-B, alínea "f" da Lei nº 4.491/1973, alterada pela Lei nº 9.387/2021; art. 20 da Lei nº 4.491/1973 com redação dada pelo art. 1º da Lei nº 5.231/1985; art. 134, inciso I da Lei Complementar nº 142/2021; o Subtenente PM RG 20950, GILMAR PINTO UCHÔA, mat. nº 5405408/1, pertencente ao efetivo do 3º Batalhão de Polícia Militar - Santarém/PA, percebendo nessa situação os proventos mensais de R\$ 16.498,92 (Dezesseis mil, quatrocentos e noventa e oito reais e noventa e dois centavos), conforme abaixo discriminados:
 Soldo de 2º Tenente/BM 2.648,19
 Gratificação de Habilitação Militar - 40% 1.059,28
 Gratificação de Localidade Especial - 40% 1.059,28
 Gratificação de Tropa - 10% 264,82
 Gratificação de Risco de vida - 100% 2.648,19
 Gratificação de Serviço Ativo - 30% 794,46
 Representação por Graduação - 35% 926,87
 Gratificação por Tempo de Serviço - 30% 2.820,33
 Adicional de Inatividade - 35% 4.227,50
 Total de Proventos 16.498,92
 II - Esta Portaria produzirá seus efeitos a contar de 01/07/2023.
 DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.
 Ilton Giusseppe Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
 Presidente do IGEPPS/PA

Protocolo: 956708**PORTARIA RR Nº 1.457 DE 19 DE JUNHO DE 2023**

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DO BENEFÍCIO DE RESERVA REMUNERADA A PEDIDO - PROCESSO Nº 2023/442106.
 O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária e de Proteção Social do Estado do Pará - IGEPPS, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 142 de 16/12/2021, que alterou a Lei Complementar nº 039, de 09/01/2002, resolve:
 I - Transferir para Reserva Remunerada, a pedido, na mesma graduação, de acordo o art. 67, inciso I c/c art. 66, §3º, inciso III da Lei Complementar nº 142/2021, bem como com o art. 1º da Lei Estadual nº 5.681/1991 e art. 45, § 9º da Constituição Estadual; art. 1º, anexo único da Lei nº 7.807/2014 c/c art. 134 parágrafo único, item II, da Lei Complementar nº 142/2021; art. 21-A, alínea "b" da Lei nº 4.491/1973, alterada pela Lei nº 9.387/2021; art. 27-A, anexo I, Categoria "A" da Lei nº 4.491/1973, alterada pela Lei nº 9.387/2021; art. 29-C da Lei nº 4.491/1973, alterada pela Lei nº 9.387/2021; art. 29-A da Lei nº 4.491/1973, alterada pela Lei nº 9.387/2021; art. 22-A da Lei nº 4.491/1973, alterada pela Lei nº 9.387/2021; art. 29-B, alínea "f" da Lei nº 4.491/1973, alterada pela Lei nº 9.387/2021; art. 20 da Lei nº 4.491/1973 com redação dada pelo art. 1º da Lei nº 5.231/1985; art. 134, inciso I da Lei Complementar nº 142/2021; o Subtenente BM RG 2471707, AELSON FRANCELINO DE SOUZA, mat. nº 5608945/1, pertencente ao efetivo do 18º Grupamento Bombeiro Militar - GBM (Salvaterra), percebendo nessa situação os proventos mensais de R\$16.498,92 (Dezesseis mil, quatrocentos e noventa e oito reais e noventa e dois centavos), conforme abaixo discriminados:
 Soldo de 2º Tenente/BM 2.648,19
 Gratificação de Habilitação Militar - 40% 1.059,28
 Gratificação de Localidade Especial - 40% 1.059,28
 Gratificação de Tropa - 10% 264,82
 Gratificação de Risco de vida - 100% 2.648,19
 Gratificação de Serviço Ativo - 30% 794,46
 Representação por Graduação - 35% 926,87
 Gratificação por Tempo de Serviço - 30% 2.820,33
 Adicional de Inatividade - 35% 4.227,50
 Total de Proventos 16.498,92
 II - Esta Portaria produzirá seus efeitos a contar de 01/07/2023, respeitando a legislação vigente à data que em que o (a) segurado (a) reuniu os requisitos para passagem a inatividade, nos termos do art. 132 da Lei Complementar nº142/2021.
 DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.
 Ilton Giusseppe Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
 Presidente do IGEPPS/PA

Protocolo: 957110**PORTARIA RR Nº 1.368 DE 16 DE JUNHO DE 2023**

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DO BENEFÍCIO DE RESERVA REMUNERADA A PEDIDO - PROCESSO Nº 2023/431661.
 O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária e de Proteção Social do Estado do Pará - IGEPPS, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 142 de 16/12/2021, que alterou a Lei Complementar nº 039, de 09/01/2002, resolve:
 I - Transferir para Reserva Remunerada, a pedido, na mesma graduação, de acordo o art. 67, inciso I c/c art. 66, §3º, inciso III da Lei Complementar nº 142/2021, bem como com o art. 1º da Lei Estadual nº 5.681/1991 e art. 45, § 9º da Constituição Estadual; art. 1º, anexo único da Lei nº 7.807/2014 c/c art. 134 parágrafo único, item II, da Lei Complementar nº 142/2021; art. 21-A, alínea "b" da Lei nº 4.491/1973, alterada pela Lei nº 9.387/2021; art. 27-A, anexo I, Categoria "A" da Lei nº 4.491/1973, alterada pela Lei nº 9.387/2021; art. 29-C da Lei nº 4.491/1973, alterada pela Lei nº 9.387/2021; art. 29-A da Lei nº 4.491/1973, alterada pela Lei nº 9.387/2021; art. 22-A da Lei nº 4.491/1973, alterada pela Lei nº 9.387/2021; art. 29-B, alínea "f" da Lei nº 4.491/1973, alterada pela Lei nº 9.387/2021; art. 20 da Lei nº 4.491/1973 com redação dada pelo art. 1º da Lei nº 5.231/1985; art. 134, inciso I da Lei Complementar nº 142/2021; o Subtenente PM RG 20950, GILMAR PINTO UCHÔA, mat. nº 5405408/1, pertencente ao efetivo do 3º Batalhão de Polícia Militar - Santarém/PA, percebendo nessa situação os proventos mensais de R\$ 16.498,92 (Dezesseis mil, quatrocentos e noventa e oito reais e noventa e dois centavos), conforme abaixo discriminados:
 Soldo de 2º Tenente/BM 2.648,19
 Gratificação de Habilitação Militar - 40% 1.059,28
 Gratificação de Localidade Especial - 40% 1.059,28
 Gratificação de Tropa - 10% 264,82
 Gratificação de Risco de vida - 100% 2.648,19
 Gratificação de Serviço Ativo - 30% 794,46
 Representação por Graduação - 35% 926,87
 Gratificação por Tempo de Serviço - 30% 2.820,33
 Adicional de Inatividade - 35% 4.227,50
 Total de Proventos 16.498,92
 II - Esta Portaria produzirá seus efeitos a contar de 01/07/2023, respeitando a legislação vigente à data que em que o (a) segurado (a) reuniu os requisitos para passagem a inatividade, nos termos do art. 132 da Lei Complementar nº142/2021.
 DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.
 Ilton Giusseppe Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
 Presidente do IGEPPS/PA

nº 9.387/2021; art. 29-B, alínea "f" da Lei nº 4.491/1973, alterada pela Lei nº 9.387/2021; art. 20 da Lei nº 4.491/1973 com redação dada pelo art. 1º da Lei nº 5.231/1985; art. 134, inciso I da Lei Complementar nº 142/2021; o Subtenente BM RG 2019010, MARCELO GOMES DA SILVA, mat. nº 5602637 /1, pertencente ao efetivo do 18º Grupamento Bombeiro Militar - GBM (Salvaterra), percebendo nessa situação os proventos mensais de R\$16.498,92 (Dezesseis mil, quatrocentos e noventa e oito reais e noventa e dois centavos), conforme abaixo discriminados:
 Soldo de 2º Tenente/BM 2.648,19
 Gratificação de Habilitação Militar - 40% 1.059,28
 Gratificação de Localidade Especial - 40% 1.059,28
 Gratificação de Tropa - 10% 264,82
 Gratificação de Risco de vida - 100% 2.648,19
 Gratificação de Serviço Ativo - 30% 794,46
 Representação por Graduação - 35% 926,87
 Gratificação por Tempo de Serviço - 30% 2.820,33
 Adicional de Inatividade - 35% 4.227,50
 Total de Proventos 16.498,92
 II - Esta Portaria produzirá seus efeitos a contar de 01/07/2023, respeitando a legislação vigente à data que em que o (a) segurado (a) reuniu os requisitos para passagem a inatividade, nos termos do art. 132 da Lei Complementar nº142/2021.
 DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.
 Ilton Giusseppe Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
 Presidente do IGEPPS/PA

Protocolo: 956833**PORTARIA RR Nº 1.298 DE 06 DE JUNHO DE 2023**

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DO BENEFÍCIO DE RESERVA REMUNERADA EX-OFFICIO POR PROMOÇÃO POR TEMPO DE SERVIÇO - PROCESSO Nº 2023/184100.
 O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária e de Proteção Social do Estado do Pará - IGEPPS, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 142 de 16/12/2021, que alterou a Lei Complementar nº 039, de 09/01/2002, resolve:
 I - Transferir "ex-officio" para a Reserva Remunerada, na mesma graduação, de acordo com o art. 10, inciso I alínea "a", § 8º, da Lei nº 8.230/2015, e alterações da Lei nº 9.387, de 16 de dezembro de 2021; art. 21-A, alínea "d" da Lei nº 4.491/1973, alterada pela Lei nº 9.387/2021; art. 27-A, anexo I, Categoria "A" da Lei nº 4.491/1973, alterada pela Lei nº 9.387/2021; art. 29-C da Lei nº 4.491/1973, alterada pela Lei nº 9.387/2021; art. 29-A da Lei nº 4.491/1973, alterada pela Lei nº 9.387/2021; art. 22-A da Lei nº 4.491/1973, alterada pela Lei nº 9.387/2021; art. 29-B, alínea "f" da Lei nº 4.491/1973, alterada pela Lei nº 9.387/2021; art. 20 da Lei nº 4.491/1973 com redação dada pelo art. 1º da Lei nº 5.231/1985; art. 134, inciso I da Lei Complementar nº 142/2021, do 1º Sargento PM RG 19878, JORGE LUIZ RODRIGUES VASCONCELOS, mat. nº 5386845/1, lotado no 34º Batalhão de Polícia Militar do Estado do Pará (Marabá), percebendo nessa situação os proventos mensais de R\$ 7.146,24 (sete mil, cento e quarenta e seis reais e vinte e quatro centavos), conforme abaixo discriminados:
 Soldo de 1º Sargento/PM 1.215,50
 Gratificação de Habilitação Militar - 20% 243,10
 Gratificação de Localidade Especial - 40% 486,20
 Gratificação de Tropa - 10% 121,55
 Gratificação de Risco de vida - 100% 1.215,50
 Gratificação de Serviço Ativo - 30% 364,65
 Representação por Graduação - 35% 425,43
 Gratificação por Tempo de Serviço - 30% 1.221,58
 Adicional de Inatividade - 35% 1.852,73
 Total de Proventos 7.146,24
 II - Esta Portaria produzirá seus efeitos a contar de 01/07/2023, respeitando a legislação vigente à data que em que o(a) segurado(a) reuniu os requisitos para passagem a inatividade, nos termos do art. 132 da Lei Complementar nº 142/2021.
 DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.
 Ilton Giusseppe Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
 Presidente do IGEPPS/PA

Protocolo: 956836**PORTARIA RR Nº 1.331 DE 12 DE JUNHO DE 2023**

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DO BENEFÍCIO DE RESERVA REMUNERADA EX-OFFICIO POR PROMOÇÃO POR TEMPO DE SERVIÇO - PROCESSO Nº 2023/265138.
 O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária e de Proteção Social do Estado do Pará - IGEPPS, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 142 de 16/12/2021, que alterou a Lei Complementar nº 039, de 09/01/2002, resolve:
 I - Transferir "ex-officio" para a Reserva Remunerada, na mesma graduação, de acordo com o art. 10, inciso I alínea "a", § 8º, da Lei nº 8.230/2015, e alterações da Lei nº 9.387, de 16 de dezembro de 2021; art. 21-A, alínea "b" da Lei nº 4.491/1973, alterada pela Lei nº 9.387/2021; art. 27-A, anexo I, Categoria "A" da Lei nº 4.491/1973, alterada pela Lei nº 9.387/2021; art. 29-C da Lei nº 4.491/1973, alterada pela Lei nº 9.387/2021; art. 29-A da Lei nº 4.491/1973, alterada pela Lei nº 9.387/2021; art. 22-A da Lei nº 4.491/1973, alterada pela Lei nº 9.387/2021; art. 29-B, alínea "f" da Lei nº 4.491/1973, alterada pela Lei nº 9.387/2021; art. 20 da Lei nº 4.491/1973 com redação dada pelo art. 1º da Lei nº 5.231/1985; art. 134, inciso I da Lei Complementar nº 142/2021, do 1º Sargento PM RG 19137, ANTONIO JOSÉ SANTOS COSTA, mat. nº 5387523/1, lotado no 23º Batalhão de Polícia Militar do Estado do Pará (Parauapebas), percebendo nessa situação os proventos mensais de R\$ 7.572,88 (sete mil, quinhentos e setenta e dois reais e oitenta e oito centavos), conforme abaixo discriminados:
 Soldo de 1º Sargento/PM 1.215,50
 Gratificação de Habilitação Militar - 40% 486,20

Gratificação de Localidade Especial - 40% 486,20
 Gratificação de Tropa - 10% 121,55
 Gratificação de Risco de vida - 100% 1.215,50
 Gratificação de Serviço Ativo - 30% 364,65
 Representação por Graduação - 35% 425,43
 Gratificação por Tempo de Serviço - 30% 1.294,51
 Adicional de Inatividade - 35% 1.963,34
 Total de Proventos 7.572,88

II - Esta Portaria produzirá seus efeitos a contar de 01/07/2023, respeitando a legislação vigente à data que em que o(a) segurado(a) reuniu os requisitos para passagem à inatividade, nos termos do art. 132 da Lei Complementar nº 142/2021.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
 Presidente do IGEPPS/PA

Protocolo: 956864

PORTARIA RR Nº 1297 DE 06 DE JUNHO DE 2023

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DO BENEFÍCIO DE RESERVA REMUNERADA A PEDIDO - PROCESSO Nº 2023/441980.

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária e de Proteção Social do Estado do Pará - IGEPPS, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 142 de 16/12/2021, que alterou a Lei Complementar nº 039, de 09/01/2002, resolve:

I - Transferir para Reserva Remunerada, a pedido, na mesma graduação, de acordo o art. 67, inciso I c/c art. 66, §3º, inciso III da Lei Complementar nº 142/2021, bem como com o art. 1º da Lei Estadual nº 5.681/1991 e art. 45, § 9º da Constituição Estadual; art. 1º, anexo único da Lei nº 7.807/2014 c/c art.134 parágrafo único, item II, da Lei Complementar nº 142/2021; art. 21-A, alínea "b" da Lei nº 4.491/1973, alterada pela Lei nº 9.387/2021; art. 27-A, anexo I, Categoria "B" da Lei nº 4.491/1973, alterada pela Lei nº 9.387/2021; art. 29-C da Lei nº 4.491/1973, alterada pela Lei nº 9.387/2021; art. 29-A da Lei nº 4.491/1973, alterada pela Lei nº 9.387/2021; art. 22-A da Lei nº 4.491/1973, alterada pela Lei nº 9.387/2021; art. 29-B, alínea "f" da Lei nº 4.491/1973, alterada pela Lei nº 9.387/2021; art. 20 da Lei nº 4.491/1973 com redação dada pelo art. 1º da Lei nº 5.231/1985; art. 134, inciso I da Lei Complementar nº 142/2021; o Subtenente BM RG 1973395, JEAN CARLOS COSTA NASCIMENTO, mat. nº 5602360/1, pertencente ao efetivo da 2ª Seção Independente (Icoaraci), percebendo nessa situação os proventos mensais de R\$ 16.034,15 (Dezesseis mil, trinta e quatro reais e quinze centavos), conforme abaixo discriminados:

Soldo de 2º Tenente/BM 2.648,19
 Gratificação de Habilitação Militar - 40% 1.059,28
 Gratificação de Localidade Especial - 30% 794,46
 Indenização de Tropa - 10% 264,82
 Gratificação de Risco de vida - 100% 2.648,19
 Gratificação de Serviço Ativo - 30% 794,46
 Representação por Graduação - 35% 926,87
 Gratificação por Tempo de Serviço - 30% 2.740,88
 Adicional de Inatividade - 35% 4.157,00
 Total de Proventos 16.034,15

II - Esta Portaria produzirá seus efeitos a contar de 01/07/2023.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
 Presidente do IGEPPS /PA

Protocolo: 956875

PORTARIA RE 1291 DE 05 DE JUNHO DE 2023

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DO BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO DE REFORMA EX-OFFICIO -PROCESSO Nº 2022/324631.

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará - IGEPPS, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 142 de 16/12/2021, que alterou a Lei Complementar nº 039 de 09/01/2002, resolve:

I - Reformar "ex-officio", na mesma graduação, de acordo com o art. 106, inciso II e art. 108, inciso VI, ambos da Lei nº 5.251/1985 c/c com a Lei Complementar nº 142 de 16 de dezembro de 2021, combinado com o V. Acórdão nº 16.034/1988, do Tribunal de Contas do Estado do Pará; art. 110, alínea "a", da Lei nº 5.251/1985; art. 1º, inciso IV, alínea "c", do Decreto nº 2.940/1983; art. 1º da Lei nº 8.229/2015; art. 20, da Lei nº 4.491/1973, com redação dada pelo art. 1º da Lei nº 5.231/1985; art. 1º, inciso III, do Decreto nº 4.439/1986 c/c art.134 da Lei Complementar nº 142/2021, do Cabo PM RG 37399, JOSE WALTER JÚNIOR SANDMANN, mat. nº 57221808/1, lotado no 23º Batalhão de Polícia Militar do Estado do Pará (Parauapebas), percebendo nessa situação os proventos mensais de R\$1.604,05(ummil, seiscentos e quatro reais e cincocentavos), conforme abaixo discriminados:

Soldo de CaboPM proporcional a 4.976 dias de 10.950 dias sobre R\$ 1.215,50correspondente a 45,4429% 552,36
 Gratificação de Habilitação Militar - 20% 110,47
 Gratificação de Risco de Vida - 100% 552,36
 Gratificação por Tempo de Serviço - 10% 121,52
 Adicional de Inatividade - 20% 267,34
 Total de Proventos 1.604,05

II - Esta Portaria produzirá seus efeitos a contar de 01/07/2023, respeitando a legislação vigente à data que em que o (a) segurado (a) reuniu os requisitos para passagem à inatividade, nos termos do art. 132 da Lei Complementar nº 142/2021.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Ilton GiusseppStival Mendes da Rocha Lopes da Silva
 Presidente do IGEPPS /PA

Protocolo: 956877

PORTARIA RR Nº 1.344 DE 12 DE JUNHO DE 2023

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DO BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO DE REFORMA EX-OFFICIO - PROCESSO Nº 2021/1031485.

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária e de Proteção Social do Estado do Pará - IGEPPS, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 142 de 16/12/2021, que alterou a Lei Complementar nº 039, de 09/01/2002, resolve:

I - Reformar "ex-officio", na mesma graduação, de acordo com o art. 106, inciso II e art. 108, inciso VI, ambos da Lei nº 5.251/1985, combinado com o V. Acórdão nº 16.034/1988, do Tribunal de Contas do Estado do Pará; art. 110, alínea "a", da Lei nº 5.251/1985; art. 1º, inciso IV, alínea "d" do Decreto nº 2.940/1983; art. 1º da Lei nº 8.229/2015; art. 20, da Lei nº 4.491/1973, com redação dada pelo art. 1º da Lei nº 5.231/1985; art. 1º, inciso III, do Decreto nº 4.439/1986; o CABO PM RG 33850 , SANDRO ROGÉRIO RODRIGUES DA SILVA, mat. nº 54195671/1, pertencente ao efetivo do 29ª Companhia Independente de Polícia Militar do Estado do Pará (Óbidos), percebendo nessa situação os proventos mensais de R\$2.154,49 (dois mil, cento e cinquenta e quatro reais e quarenta e nove centavos), conforme abaixo discriminados:

Soldo de CABO PM proporcional a 6.393 dias de 10.950 dias sobre R\$ 1.215,50 correspondente a 58,3835% 709,65
 Gratificação de Habilitação Militar - 20% 141,93
 Gratificação de Risco de Vida - 100% 709,65
 Gratificação por Tempo de Serviço - 15% 234,18
 Adicional de Inatividade - 20% 359,08
 Total de Proventos 2.154,49

II - Esta Portaria produzirá seus efeitos a contar de 01/07/2023, respeitando a legislação vigente à data que em que o(a) segurado(a) reuniu os requisitos para passagem à inatividade, nos termos do art. 132 da Lei Complementar nº 142/2021

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
 Presidente do IGEPPS/PA

Protocolo: 956885

PORTARIA RR Nº 1.345 DE 14 DE JUNHO DE 2023

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DO BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO DE REFORMA EX-OFFICIO - PROCESSO Nº 2022/618391.

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária e de Proteção Social do Estado do Pará - IGEPPS, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 142 de 16/12/2021, que alterou a Lei Complementar nº 039, de 09/01/2002, resolve:

I - Reformar "ex-officio", na mesma graduação, de acordo com o art. 106, inciso II e art. 108, inciso VI, ambos da Lei nº 5.251/1985, combinado com o V. Acórdão nº 16.034/1988, do Tribunal de Contas do Estado do Pará; art. 110, alínea "a", da Lei nº 5.251/1985; art. 1º, inciso IV, alínea "d" do Decreto nº 2.940/1983; art. 1º da Lei nº 8.229/2015; art. 20, da Lei nº 4.491/1973, com redação dada pelo art. 1º da Lei nº 5.231/1985; art. 1º, inciso III, do Decreto nº 4.439/1986; o 2º SARGENTO PM RG 22877 , WALTIEIR CARAVELA FURTADO, mat. nº 5575516/1, pertencente ao efetivo do 14º Batalhão de Polícia Militar do Estado do Pará (Barcarena), percebendo nessa situação os proventos mensais de R\$3.958,02 (três mil, novecentos e cinquenta e oito reais e dois centavos), conforme abaixo discriminados:

Soldo de 2º SARGENTO PM proporcional a 10.805 dias de 10.950 dias sobre R\$ 1.215,50 correspondente a 98, 6758% 1.199,40
 Gratificação de Habilitação Militar - 20% 239,88
 Gratificação de Risco de Vida - 100% 1.199,40
 Gratificação por Tempo de Serviço - 25% 659,67
 Adicional de Inatividade - 20% 659,67
 Total de Proventos 3.958,02

II - Esta Portaria produzirá seus efeitos a contar de 01/07/2023, respeitando a legislação vigente à data que em que o (a) segurado(a) reuniu os requisitos para passagem à inatividade, nos termos do art. 132 da Lei Complementar nº 142/2021

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
 Presidente do IGEPPS/PA

Protocolo: 956889

PORTARIA RET Nº 1306 DE 06 DE JUNHO DE 2022

DISPÕE SOBRE RETIFICAÇÃO DO BENEFÍCIO DE REFORMA EX-OFFICIO POR INCAPACIDADE - PROCESSO Nº 2012/333552

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária e Proteção Social do Estado do Pará - IGEPPS, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais;

RESOLVE:

I - Retificar a PORTARIA Nº 2960, de 12/07/2012, publicada no DOE nº 32.211, de 01/08/2012, que reformou "ex-officio", na mesma graduação, o militar EDILSON MONTEIRO DA CONCEIÇÃO, RG 35328, mat. nº 57198529/1, pertencente ao Quadro de Inativos da Polícia Militar do Estado do Pará, para corrigir a graduação de Soldado para Cabo e fundamentação legal, em razão da promoção por ato de bravura, conforme publicação no Boletim Geral nº 206, de 09/11/2020, de acordo com o art. 9, §1º, da Lei nº 8.230/2015, passando a constar: artigos 106, inciso II, 108, inciso III, e 109, caput, todos da Lei nº 5.251/1985; art. 1º, inciso IV alínea "c" do Decreto nº 2.940/1983; art. 1º, Categoria "A", do Decreto nº 1.461/1981 c/c PORTARIA Nº 001/1999-DRH/3; art. 1º do Decreto nº 2.696/1983; art. 48, inciso II, da Constituição Estadual; art. 1º, item I, do Decreto nº 3.266/1984; art. 1º, item I, alínea "h", do Decreto nº 4.490/1986; art. 1º, inciso III, do Decreto nº 4.439/1986, percebendo nessa situação os proventos mensais de R\$ 4.813,38 (quatro mil e oitocentos e treze reais e trinta e oito centavos), conforme abaixo discriminados:

Soldo de Cabo/PM 1.215,50
 Gratificação de Habilitação Militar - 20% 243,10
 Gratificação de Localidade Especial - 40% 486,20
 Indenização de Tropa - 10% 121,55
 Gratificação de Risco de vida - 100% 1.215,50
 Gratificação de Serviço Ativo - 30% 364,65
 Representação por Graduação - 30% 365,65
 Adicional de Inatividade - 20% 802,23
 Total de Proventos 4.813,38

II – Os efeitos jurídicos desta Portaria retroagirão a 01/08/2012, data da concessão do benefício;

III – Esta revisão será implantada na folha de pagamento a contar de 01/06/2023, com efeitos financeiros retroativos a 01/07/2018, em virtude da prescrição quinquenal das dívidas passivas, nos termos do art. 129, da LC 142/2021; Decreto Federal nº 20.910, de 06/01/1932, e Decreto-Lei nº 4.597, de 19/08/1942.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
 Presidente do IGEPPS/PA

Protocolo: 956906

INSTITUTO DE GESTÃO PREVIDENCIÁRIA DO ESTADO DO PARÁ PORTARIA RET RR Nº 1.463 DE 26 DE JUNHO DE 2023

DISPÕE SOBRE PEDIDO DE REVISÃO DO BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO DE RESERVA REMUNERADA A PEDIDO Nº 2022/946745

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPPREV, em exercício, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:

I – Retificar a PORTARIA RR Nº 656, de 30/01/2018, publicada no DOE nº 33.574, de 12/03/2018, que transferiu para a reserva remunera remunerada, a pedido, na mesma graduação, o militar ELON ROCHA DO NASCIMENTO, mat. nº 5211565/1, pertencente ao Quadro de Inativos da Polícia Militar do Estado do Pará, para corrigir a graduação de Subtenente para Capitão, em razão da promoção em ressarcimento de preterição pelo critério de antiguidade, conforme publicação no Boletim Geral CBMPA-CEDEC nº 132, de 14/07/2022, de acordo com os artigos 1º e 2º da Lei nº 5.681/1991 c/c art. 45, §9º, da Constituição do Estado do Pará de 1989; arts. 101, inciso I, e 102 da Lei nº 5.251/1985; art. 52, § 1º, alínea “a”, da Lei nº 5.251/1985; art. 1º, inciso II, do Decreto nº 2.940/1983; art. 1º, Categoria “C”, do Decreto nº 1.461/1981 c/c PORTARIA Nº 001/1999-DRH/3; art. 1º, do Decreto nº 2.696/1983; art. 1º, da Lei nº 8.229/2015; art. 1º, item I, do Decreto nº 3.266/1984; art. 1º, item I, alínea “c”, do Decreto nº 4.490/1986; art. 20 da Lei nº 4.491/1973 com a redação dada pelo art. 1º da Lei nº 5.231/1985; art. 1º, inciso II, do Decreto nº 4.439/1986, percebendo nessa situação os proventos mensais de R\$22.604,89 (vinte e dois mil, seiscentos e quatro reais e oitenta e nove centavos), conforme abaixo discriminados:

Soldo de Major/BM 3.680,08
 Gratificação de Habilitação Militar - 40% 1.472,03
 Gratificação de Localidade Especial - 20% 736,02
 Indenização de Tropa - 10% 121,55
 Gratificação de Risco de vida - 100% 3.680,08
 Gratificação de Serviço Ativo - 30% 1.104,02
 Representação por Graduação - 50% 1.840,04
 Gratificação por Tempo de Serviço - 30% 3.864,08
 Adicional de Inatividade - 35% 5.860,53
 Total de Proventos 22.604,89

II – Os efeitos jurídicos desta portaria retroagirão a 01/03/2018, data de concessão do Benefício de Reserva Remunerada, a pedido, respeitando os valores das tabelas salariais vigentes à época.

III – Esta revisão de benefício será implantada na folha de pagamento a contar de 01/06/2023, com efeitos financeiros retroativos a 01/06/2018, em virtude da prescrição quinquenal das dívidas passivas, nos termos do art. 129, da LC 142/2021; Decreto Federal nº 20.910, de 06/01/1932, e Decreto-Lei nº 4.597, de 19/08/1942.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
 Presidente do IGEPPREV/PA

Protocolo: 956916

PORTARIA RR Nº 1317 07 DE JUNHO DE 2023

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DO BENEFÍCIO DE RESERVA REMUNERADA A PEDIDO - PROCESSO Nº 2023/590679.

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária e de Proteção Social do Estado do Pará - IGEPPS, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 142 de 16/12/2021, que alterou a Lei Complementar nº 039, de 09/01/2002, resolve:

I – Transferir para Reserva Remunerada, a pedido, no mesmo posto, de acordo o art. 67, inciso I c/c art. 66, §3º, inciso III da Lei Complementar nº 142/2021, bem como com o art. 1º da Lei Estadual nº 5.681/1991 e art. 45, § 9º da Constituição Estadual; art. 1º, anexo único da Lei nº 7.807/2014 c/c art.134 parágrafo único, da Lei Complementar nº 142/2021; art. 21-A, alínea “b” da Lei nº 4.491/1973, alterada pela Lei nº 9.387/2021; art. 27-A, anexo I, Categoria “B” da Lei nº 4.491/1973, alterada pela Lei nº 9.387/2021; art. 29-C da Lei nº 4.491/1973, alterada pela Lei nº 9.387/2021; art. 29-A da Lei nº 4.491/1973, alterada pela Lei nº 9.387/2021; art. 22-A da Lei nº 4.491/1973, alterada pela Lei nº 9.387/2021; art. 29-B, alínea “c” da Lei nº 4.491/1973, alterada pela Lei nº 9.387/2021; art. 20 da Lei nº 4.491/1973 com redação dada pelo art. 1º da Lei nº 5.231/1985; art. 134, inciso I da Lei Complementar nº 142/2021; o Capitão QOABM RG 2403443, JOCICLEI DA SILVA REZENDE,

mat. nº 5607892/1, pertencente ao efetivo do 26º Grupamento de Incêndio do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Pará (Icoaraci), percebendo nessa situação os proventos mensais de R\$ 23.250,73 (vinte e três mil, duzentos e cinquenta reais e setenta e três centavos), conforme abaixo discriminados:

Soldo de Major/BM 3.680,08
 Gratificação de Habilitação Militar - 40% 1.472,03
 Gratificação de Localidade Especial - 30% 1.104,02
 Gratificação de Tropa - 10% 368,01
 Gratificação de Risco de vida - 100% 3.680,08
 Gratificação de Serviço Ativo - 30% 1.104,02
 Representação por Graduação - 50% 1.840,04
 Gratificação por Tempo de Serviço - 30% 3.974,48
 Adicional de Inatividade - 35% 6.027,97
 Total de Proventos 23.250,73

II – Esta Portaria produzirá seus efeitos a contar de 01/07/2023

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
 Presidente do IGEPPS/PA

Protocolo: 956929

PORTARIA RR Nº 1388 DE 21 DE JUNHO DE 2023

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DO BENEFÍCIO DE RESERVA REMUNERADA EX-OFFICIO POR PROMOÇÃO POR TEMPO DE SERVIÇO - PROCESSO Nº 2023/381035.

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária e de Proteção Social do Estado do Pará - IGEPPS, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 142 de 16/12/2021, que alterou a Lei Complementar nº 039, de 09/01/2002, resolve:

I – Transferir “ex-offício” para a Reserva Remunerada, na mesma graduação, de acordo com o art. 10, inciso I alínea “a”, § 8º, da Lei nº 8.230/2015, e alterações da Lei nº 9.387, de 16 de dezembro de 2021; art. 21-A, alínea “b” da Lei nº 4.491/1973, alterada pela Lei nº 9.387/2021; art. 27-A, anexo I, Categoria “A” da Lei nº 4.491/1973, alterada pela Lei nº 9.387/2021; art. 29-C da Lei nº 4.491/1973, alterada pela Lei nº 9.387/2021; art. 29-A da Lei nº 4.491/1973, alterada pela Lei nº 9.387/2021; art. 22-A da Lei nº 4.491/1973, alterada pela Lei nº 9.387/2021; art. 29-B, alínea “f” da Lei nº 4.491/1973, alterada pela Lei nº 9.387/2021; art. 20 da Lei nº 4.491/1973 com redação dada pelo art. 1º da Lei nº 5.231/1985; art. 134, inciso I da Lei Complementar nº 142/2021, do 1º Sargento PM RG 18617, MARLON BRANDO DA SILVA SANTOS, mat. nº 5264065/1, pertencente ao efetivo do 3º Batalhão de Polícia Militar do Estado do Pará (Santarém), percebendo nessa situação os proventos mensais de R\$ 7.572,88 (sete mil, quinhentos e setenta e dois reais e oitenta e oito centavos), conforme abaixo discriminados:

Soldo de 1º Sargento/PM 1.215,50
 Gratificação de Habilitação Militar - 40% 486,20
 Gratificação de Localidade Especial - 40% 486,20
 Gratificação de Tropa - 10% 121,55
 Gratificação de Risco de vida - 100% 1.215,50
 Gratificação de Serviço Ativo - 30% 364,65
 Representação por Graduação - 35% 425,43
 Gratificação por Tempo de Serviço - 30% 1.294,51
 Adicional de Inatividade - 35% 1.963,34
 Total de Proventos 7.572,88

II - Esta Portaria produzirá seus efeitos a contar de 01/07/2023, respeitando a legislação vigente à data que em que o(a) segurado(a) reuniu os requisitos para passagem à inatividade, nos termos do art. 132 da Lei Complementar nº 142/2021.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
 Presidente do IGEPPS/PA

Protocolo: 956935

PORTARIA RR Nº 1405 DE 22 DE JUNHO DE 2023

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DO BENEFÍCIO DE RESERVA REMUNERADA EX-OFFICIO POR PROMOÇÃO POR TEMPO DE SERVIÇO - PROCESSO Nº 2023/275478.

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária e de Proteção Social do Estado do Pará - IGEPPS, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 142 de 16/12/2021, que alterou a Lei Complementar nº 039 de 09/01/2002, resolve:

I – Transferir “ex-offício” para a Reserva Remunerada, na mesma graduação, de acordo com o art. 10, inciso IV, §§ 3º e 8º, da Lei nº 8.230/2015, e alterações da Lei nº 8.388/2016; art. 1º, inciso IV, alínea “b” do Decreto nº 2.940/1983; art. 1º, Categoria “B”, do Decreto nº 1.461/1981 c/c PORTARIA Nº 001/1999-DRH/3; art. 1º do Decreto nº 2.696/1983; art. 1º da Lei nº 8.229/2015; art. 1º, item I, do Decreto nº 3.266/1984; art. 1º, item I, alínea “f”, do Decreto nº 4.490/1986; art. 20 da Lei nº 4.491/1973 com a redação dada pelo art. 1º da Lei nº 5.231/1985; art. 1º, inciso II, do Decreto nº 4.439/1986 c/c art. 134 da Lei Complementar nº 142/2021, do 2º Sargento PM RG 19540, RIZONEIDE DE NASCIMENTO FERREIRA, mat. nº 5390613/1, pertencente ao efetivo do Comando Geral da Polícia Militar – QCG/DGP (Icoaraci), percebendo nessa situação os proventos mensais de R\$ 6.932,91 (seis mil, novecentos e trinta e dois reais e noventa e um centavos), conforme abaixo discriminados:

Soldo de 2º Sargento/PM 1.215,50
 Gratificação de Habilitação Militar - 20% 243,10
 Gratificação de Localidade Especial - 30% 364,65
 Indenização de Tropa - 10% 121,55
 Gratificação de Risco de vida - 100% 1.215,50
 Gratificação de Serviço Ativo - 30% 364,65
 Representação por Graduação - 35% 425,43

Gratificação por Tempo de Serviço - 30% 1.185,11
Adicional de Inatividade - 35% 1.797,42
Total de Proventos 6.932,91

II - Esta Portaria produzirá seus efeitos a contar de 01/07/2023, respeitando a legislação vigente à data que em que o(a) segurado(a) reuniu os requisitos para passagem à inatividade, nos termos do art. 132 da Lei Complementar nº 142/2021.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Presidente do IGEPPS/PA

Protocolo: 956936

PORTARIA RR Nº 1384 DE 20 DE JUNHO DE 2023

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DO BENEFÍCIO DE RESERVA REMUNERADA A PEDIDO - PROCESSO Nº 2023/538800.

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária e de Proteção Social do Estado do Pará - IGEPPS, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 142 de 16/12/2021, que alterou a Lei Complementar nº 039, de 09/01/2002, resolve:

I - Transferir para Reserva Remunerada, a pedido, no mesmo posto, de acordo o art. 67, inciso I c/c art. 66, §3º, inciso III da Lei Complementar nº 142/2021, bem como com o art. 1º da Lei Estadual nº 5.681/1991 e art. 45, § 9º da Constituição Estadual; art.134 parágrafo único, da Lei Complementar nº 142/2021; art. 21-A, alínea "d" da Lei nº 4.491/1973, alterada pela Lei nº 9.387/2021; art. 27-A, anexo I, Categoria "b" da Lei nº 4.491/1973, alterada pela Lei nº 9.387/2021; art. 29-C da Lei nº 4.491/1973, alterada pela Lei nº 9.387/2021; art. 29-A da Lei nº 4.491/1973, alterada pela Lei nº 9.387/2021; art. 22-A da Lei nº 4.491/1973, alterada pela Lei nº 9.387/2021; art. 29-B, alínea "f" da Lei nº 4.491/1973, alterada pela Lei nº 9.387/2021; art. 20 da Lei nº 4.491/1973 com redação dada pelo art. 1º da Lei nº 5.231/1985; art. 134, inciso I da Lei Complementar nº 142/2021; o 2º Sargento PM RG 21216, SILVIO AUGUSTO DA COSTA, mat. nº 5584205/1, pertencente ao efetivo da 5ª Batalhão de Polícia Militar do Estado do Pará (Castanhal), percebendo nessa situação os proventos mensais de R\$ 6.932,91 (Seis mil, novecentos e trinta e dois reais e noventa e um centavos), conforme abaixo discriminados: Soldo de 1º Sargento/PM 1.215,50

Gratificação de Habilitação Militar - 20% 243,10
Gratificação de Localidade Especial - 30% 364,65
Gratificação de Tropa - 10% 121,55
Gratificação de Risco de vida - 100% 1.215,50
Gratificação de Serviço Ativo - 30% 364,55
Representação por Graduação - 35% 425,43
Gratificação por Tempo de Serviço - 30% 1.185,11
Adicional de Inatividade - 35% 1.797,42
Total de Proventos 6.932,91

II - Esta Portaria produzirá seus efeitos a contar de 01/07/2023, respeitando a legislação vigente à data que em que o (a) segurado (a) reuniu os requisitos para passagem a inatividade, nos termos do art. 132 da Lei Complementar nº142/2021.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Presidente do IGEPPS/PA

Protocolo: 956940

PORTARIA RR Nº 1.313 DE 06 DE MAIO DE 2023

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DO BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO DE REFORMA EX-OFFICIO - PROCESSO Nº 2022/577592.

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária e de Proteção Social do Estado do Pará - IGEPPS, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 142 de 16/12/2021, que alterou a Lei Complementar nº 039, de 09/01/2002, resolve:

I - Reformar "ex-officio", na mesma graduação, de acordo com o art. 86, inciso III e art. 89, inciso VI, ambos da Lei Complementar nº142/2021, art. 110, art. 21-A, alínea "d" da Lei nº 4.491/1973, alterada pela Lei nº 9.387/2021, art. 29-A da Lei nº 4.491/1973, alterada pela Lei nº 9.387/2021; art. 20 da Lei nº 4.491/1973 com redação dada pelo art. 1º da Lei nº 5.231/1985, art. art. 134, inciso II da Lei Complementar nº 142/2021, do 3º Sargento PM RG 35159, BENJAMIN MENDES DE SOUSA MELO, mat. nº 57198794/1, pertencente ao efetivo do 1º Batalhão da Polícia Militar do Estado do Pará (Belém), percebendo nessa situação os proventos mensais de R\$1.855,57 (um mil, oitocentos e cinquenta e cinco reais e cinquenta e sete centavos), conforme abaixo discriminados: Soldo de 3º Sargento PM proporcional a 5.506 dias de 10.950 dias sobre R\$ 1.215,50 correspondente a 50,2831% 611,19

Gratificação de Habilitação Militar - 20% 122,24
Gratificação de Risco de Vida - 100% 611,19
Gratificação por Tempo de Serviço - 15% 201,69
Adicional de Inatividade - 20% 309,26
Total de Proventos 1.855,57

II - Esta Portaria produzirá seus efeitos a contar de 01/07/2023, respeitando a legislação vigente à data que em que o(a) segurado(a) reuniu os requisitos para passagem à inatividade, nos termos do art. 132 da Lei Complementar nº 142/2021

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Ilton GiusseppStival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Presidente do IGEPPS/PA

Protocolo: 956946

PORTARIA RR Nº 1.402 DE 22 DE JUNHO DE 2023

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DO BENEFÍCIO DE RESERVA REMUNERADA A PEDIDO - PROCESSO Nº 2023/529631.

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária e de Proteção Social do Estado do Pará - IGEPPS, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 142 de 16/12/2021, que alterou a Lei Complementar nº 039, de 09/01/2002, resolve:

I - Transferir para Reserva Remunerada, a pedido, na mesma graduação, de acordo com os artigos 1º e 2º da Lei nº 5.681/1991 c/c art. 45, §9º, da Constituição do Estado do Pará de 1989; artigos 101, inciso I, e 102 da Lei nº 5.251/1985; art. 52, § 1º, alínea "b", da Lei nº 5.251/1985 c/c art. 134, parágrafo único da Lei Complementar nº 142/2021; art. 1º, inciso II do Decreto nº 2.940/1983; art. 1º, Categoria "A", do Decreto nº 1.461/1981 c/c PORTARIA Nº 001/1999-DRH/3; art. 1º do Decreto nº 2.696/1983; art. 1º da Lei nº 8.229/2015; art. 1º, item I, do Decreto nº 3.266/1984; art. 1º, item I, alínea "f", do Decreto nº 4.490/1986; art. 20 da Lei nº 4.491/1973, com redação dada pelo art. 1º da Lei nº 5.231/1985; art. 1º, inciso II, do Decreto nº 4.439/1986 c/c art. 134 da Lei Complementar nº 142/2021; do Subtenente PM RG 24010, ANDRÉ RICARDO LUSTOSA MUNIZ, mat. nº 5705940/1, lotado no Comando de Policiamento Regional XI (Soure), percebendo nessa situação os proventos mensais de R\$16.498,92 (Dezesseis mil, quatrocentos e noventa e oito reais e noventa e dois centavos), conforme abaixo discriminados: Soldo de 2º Tenente/PM 2.648,19

Gratificação de Habilitação Militar - 40% 1.059,28
Gratificação de Localidade Especial - 40% 1.059,28
Gratificação de Tropa - 10% 264,82
Gratificação de Risco de vida - 100% 2.648,19
Gratificação de Serviço Ativo - 30% 794,46
Representação por Graduação - 35% 926,87
Gratificação por Tempo de Serviço - 30% 2.820,33
Adicional de Inatividade - 35% 4.277,50
Total de Proventos 16.498,92

II -Esta Portaria produzirá seus efeitos a contar de 01/07/2023, respeitando a legislação vigente à data que em que o (a) segurado (a) reuniu os requisitos para passagem a inatividade, nos termos do art. 132 da Lei Complementar nº142/2021.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Presidente do IGEPPS/PA

Protocolo: 956951

PORTARIA RR Nº 1.364 DE 16 DE JUNHO DE 2023

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DO BENEFÍCIO DE RESERVA REMUNERADA A PEDIDO - PROCESSO Nº 2022/1164139.

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária e de Proteção Social do Estado do Pará - IGEPPS, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 142 de 16/12/2021, que alterou a Lei Complementar nº 039, de 09/01/2002, resolve:

I - Transferir para Reserva Remunerada, a pedido, na mesma graduação, de acordo com os artigos 1º e 2º da Lei nº 5.681/1991 c/c art. 45, §9º, da Constituição do Estado do Pará de 1989; artigos 101, inciso I, e 102 da Lei nº 5.251/1985; art. 52, § 1º, alínea "b", da Lei nº 5.251/1985 c/c art. 134, parágrafo único da Lei Complementar nº 142/2021; art. 1º, inciso II do Decreto nº 2.940/1983; art. 1º, Categoria "B", do Decreto nº 1.461/1981 c/c PORTARIA Nº 001/1999-DRH/3; art. 1º do Decreto nº 2.696/1983; art. 1º da Lei nº 8.229/2015; art. 1º, item I, do Decreto nº 3.266/1984; art. 1º, item I, alínea "f", do Decreto nº 4.490/1986; art. 20 da Lei nº 4.491/1973, com redação dada pelo art. 1º da Lei nº 5.231/1985; art. 1º, inciso II, do Decreto nº 4.439/1986 c/c art. 134 da Lei Complementar nº 142/2021; do Subtenente PM RG 19885, CHARLES DA COSTA BORGES, mat. nº 5359864/1, lotado no 25º Batalhão da Polícia Militar do Estado do Pará (Mosqueiro), percebendo nessa situação os proventos mensais de R\$16.034,15 (dezesseis mil, trinta e quatro reais e quinze centavos), conforme abaixo discriminados: Soldo de 2º Tenente/PM 2.648,19

Gratificação de Habilitação Militar - 40% 1.059,28
Gratificação de Localidade Especial - 30% 794,46
Gratificação de Tropa - 10% 264,82
Gratificação de Risco de vida - 100% 2.648,19
Gratificação de Serviço Ativo - 30% 794,46
Representação por Graduação - 35% 926,87
Gratificação por Tempo de Serviço - 30% 2.740,88
Adicional de Inatividade - 35% 4.157,00
Total de Proventos 16.034,15

II -Esta Portaria produzirá seus efeitos a contar de 01/07/2023, respeitando a legislação vigente à data que em que o (a) segurado (a) reuniu os requisitos para passagem a inatividade, nos termos do art. 132 da Lei Complementar nº142/2021.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Franklin José Neves Contente

Presidente do IGEPPS/PA, em exercício.

Protocolo: 956955

PORTARIA RR Nº 1.363 16 DE JUNHO DE 2023

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DO BENEFÍCIO DE RESERVA REMUNERADA A PEDIDO - PROCESSO Nº 2023/625137.

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária e de Proteção Social do Estado do Pará - IGEPPS, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 142 de 16/12/2021, que alterou a Lei Complementar nº 039, de 09/01/2002, resolve:

I - Transferir para Reserva Remunerada, a pedido, no mesmo posto, de acordo o art. 67, inciso I c/c art. 66, §3º, inciso III da Lei Complementar nº 142/2021, bem como com o art. 1º da Lei Estadual nº 5.681/1991 e art. 45, § 9º da Constituição Estadual; art. 1º, anexo único da Lei nº 7.807/2014 c/c art.134 parágrafo único, da Lei Complementar nº 142/2021; art. 21-A, alínea "b" da Lei nº 4.491/1973, alterada pela Lei nº 9.387/2021; art. 27-A, anexo I, Categoria "B" da Lei nº 4.491/1973, alterada pela Lei nº 9.387/2021; art. 29-C da Lei nº 4.491/1973, alterada pela Lei nº 9.387/2021; art. 29-A da Lei nº 4.491/1973, alterada pela Lei nº 9.387/2021; art. 22-A da Lei nº 4.491/1973, alterada pela

Lei nº 9.387/2021; art. 29-B, alínea "c" da Lei nº 4.491/1973, alterada pela Lei nº 9.387/2021; art. 20 da Lei nº 4.491/1973 com redação dada pelo art. 1º da Lei nº 5.231/1985; art. 134, inciso I da Lei Complementar nº 142/2021; o Capítão QOABM RG 2134362, CLEY NASCIMENTO MORAES, mat. nº 5426219/1, pertencente ao efetivo do Centro de Sup. de Materiais e Viat. Operacionais do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Pará (Ananindeua), percebendo nessa situação os proventos mensais de R\$ 23.250,73 (vinte e três mil, duzentos e cinquenta reais e setenta e três centavos), conforme abaixo discriminados:

Soldo de Major/BM 3.680,08
 Gratificação de Habilitação Militar - 40% 1.472,03
 Gratificação de Localidade Especial - 30% 1.104,02
 Indenização de Tropa - 10% 368,01
 Gratificação de Risco de vida - 100% 3.680,08
 Gratificação de Serviço Ativo - 30% 1.104,02
 Representação por Graduação - 50% 1.840,04
 Gratificação por Tempo de Serviço - 30% 3.974,48
 Adicional de Inatividade - 35% 6.027,97
 Total de Proventos 23.250,73

II - Esta Portaria produzirá seus efeitos a contar de 01/07/2023

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva

Presidente do IGEPPS/PA

Protocolo: 956957

PORTARIA RR Nº 1.343 DE 14 DE JUNHO DE 2023

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DO BENEFÍCIO DE RESERVA REMUNERADA EX-OFFICIO POR PROMOÇÃO POR TEMPO DE SERVIÇO - PROCESSO Nº 2023/149264.

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária e de Proteção Social do Estado do Pará - IGEPPS, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 142 de 16/12/2021, que alterou a Lei Complementar nº 039, de 09/01/2002, resolve:

I - Transferir "ex-offício" para a Reserva Remunerada, na mesma graduação, de acordo com o art. 10, inciso I alínea "a", § 8º, da Lei nº 8.230/2015, e alterações da Lei nº 9.387, de 16 de dezembro de 2021; art. 21-A, alínea "d" da Lei nº 4.491/1973, alterada pela Lei nº 9.387/2021; art. 27-A, anexo I, Categoria "C" da Lei nº 4.491/1973, alterada pela Lei nº 9.387/2021; art. 29-C da Lei nº 4.491/1973, alterada pela Lei nº 9.387/2021; art. 29-A da Lei nº 4.491/1973, alterada pela Lei nº 9.387/2021; art. 22-A da Lei nº 4.491/1973, alterada pela Lei nº 9.387/2021; art. 29-B, alínea "f" da Lei nº 4.491/1973, alterada pela Lei nº 9.387/2021; art. 20 da Lei nº 4.491/1973 com redação dada pelo art. 1º da Lei nº 5.231/1985; art. 134, inciso I da Lei Complementar nº 142/2021, do 1º Sargento PM RG 19895, DARLIELSON FERREIRA BRAGA, mat. nº 5359503/1, lotado no 24º Batalhão da Polícia Militar do Estado do Pará (Belém), percebendo nessa situação os proventos mensais de R\$ 6.719,60 (seis mil, setecentos e dezenove reais e sessenta centavos), conforme abaixo discriminados:

Soldo de 1º Sargento/PM 1.215,50
 Gratificação de Habilitação Militar - 20% 243,10
 Gratificação de Localidade Especial - 20% 243,10
 Gratificação de Tropa - 10% 121,55
 Gratificação de Risco de vida - 100% 1.215,50
 Gratificação de Serviço Ativo - 30% 364,65
 Representação por Graduação - 35% 425,43
 Gratificação por Tempo de Serviço - 30% 1.148,65
 Adicional de Inatividade - 35% 1.742,12
 Total de Proventos 6.719,60

II - Esta Portaria produzirá seus efeitos a contar de 01/07/2023, respeitando a legislação vigente à data que em que o(a) segurado(a) reuniu os requisitos para passagem à inatividade, nos termos do art. 132 da Lei Complementar nº 142/2021.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva

Presidente do IGEPPS/PA

Protocolo: 956961

PORTARIA RR Nº 1.387 DE 20 DE JUNHO DE 2023.

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DO BENEFÍCIO DE RESERVA REMUNERADA EX-OFFICIO POR PROMOÇÃO POR TEMPO DE SERVIÇO - PROCESSO Nº 2023/413900.

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária e de Proteção Social do Estado do Pará - IGEPPS, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 142 de 16/12/2021, que alterou a Lei Complementar nº 039, de 09/01/2002, resolve:

I - Transferir "ex-offício" para a Reserva Remunerada, na mesma graduação, de acordo com o art. 10, inciso I alínea "a", § 8º, da Lei nº 8.230/2015, e alterações da Lei nº 9.387, de 16 de dezembro de 2021; art. 21-A, alínea "b" da Lei nº 4.491/1973, alterada pela Lei nº 9.387/2021; art. 27-A, anexo I, Categoria "B" da Lei nº 4.491/1973, alterada pela Lei nº 9.387/2021; art. 29-C da Lei nº 4.491/1973, alterada pela Lei nº 9.387/2021; art. 29-A da Lei nº 4.491/1973, alterada pela Lei nº 9.387/2021; art. 22-A da Lei nº 4.491/1973, alterada pela Lei nº 9.387/2021; art. 29-B, alínea "f" da Lei nº 4.491/1973, alterada pela Lei nº 9.387/2021; art. 20 da Lei nº 4.491/1973 com redação dada pelo art. 1º da Lei nº 5.231/1985; art. 134, inciso I da Lei Complementar nº 142/2021, do 1º Sargento PM RG 20245, EDVAN LIMA DA SILVA, mat. nº 5389399/1, lotado no 51º Batalhão de Polícia Militar do Estado do Pará (Paragominas), percebendo nessa situação os proventos mensais de R\$ 7.359,55 (sete mil, trezentos e cinquenta e nove reais e cinquenta e cinco centavos), conforme abaixo discriminados:

Soldo de 1º Sargento/PM 1.215,50
 Gratificação de Habilitação Militar - 40% 486,20
 Gratificação de Localidade Especial - 30% 364,65
 Gratificação de Tropa - 10% 121,55

Gratificação de Risco de vida - 100% 1.215,50
 Gratificação de Serviço Ativo - 30% 364,65
 Representação por Graduação - 35% 425,43
 Gratificação por Tempo de Serviço - 30% 1.258,04
 Adicional de Inatividade - 35% 1.908,03
 Total de Proventos 7.359,55

II - Esta Portaria produzirá seus efeitos a contar de 01/07/2023, respeitando a legislação vigente à data que em que o(a) segurado(a) reuniu os requisitos para passagem à inatividade, nos termos do art. 132 da Lei Complementar nº 142/2021.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva

Presidente do IGEPPS/PA

Protocolo: 956963

PORTARIA RR Nº 1385 DE 20 DE JUNHO DE 2023

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DO BENEFÍCIO DE RESERVA REMUNERADA A PEDIDO - PROCESSO Nº 2023/588018

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária e de Proteção Social do Estado do Pará - IGEPPS, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 142 de 16/12/2021, que alterou a Lei Complementar nº 039, de 09/01/2002, resolve:

I - Transferir para Reserva Remunerada, a pedido, no mesmo posto, de acordo com o art. 67, inciso I c/c art. 66, §3º, inciso III da Lei Complementar nº 142/2021, bem como com o art. 1º da Lei Estadual nº 5.681/1991 e art. 45, § 9º da Constituição Estadual art.134 parágrafo único, item II, da Lei Complementar nº 142/2021; art. 21-A, alínea "b" da Lei nº 4.491/1973, alterada pela Lei nº 9.387/2021; art. 27-A, anexo I, Categoria "b" da Lei nº 4.491/1973, alterada pela Lei nº 9.387/2021; art. 29-C da Lei nº 4.491/1973, alterada pela Lei nº 9.387/2021; art. 29-A da Lei nº 4.491/1973, alterada pela Lei nº 9.387/2021; art. 22-A da Lei nº 4.491/1973, alterada pela Lei nº 9.387/2021; art. 29-B, alínea "f" da Lei nº 4.491/1973, alterada pela Lei nº 9.387/2021; art. 20 da Lei nº 4.491/1973 com redação dada pelo art. 1º da Lei nº 5.231/1985; art. 134, inciso I da Lei Complementar nº 142/2021; o Subtenente PM RG 21638, JOÃO MATOS CARDOSO JÚNIOR, mat. nº 5588456/1, pertencente ao efetivo do Departamento Geral de Pessoal (Distrito Icoaraci), percebendo nessa situação os proventos mensais de R\$16.034,15 (Dezesseis mil, trinta e quatro reais e quinze centavos), conforme abaixo discriminados:

Soldo de 2º Tenente/PM 2.648,19
 Gratificação de Habilitação Militar - 40% 1.059,28
 Gratificação de Localidade Especial - 30% 794,46
 Gratificação de Tropa - 10% 264,82
 Gratificação de Risco de vida - 100% 2.648,19
 Gratificação de Serviço Ativo - 30% 794,46
 Representação por Graduação - 35% 926,87
 Gratificação por Tempo de Serviço - 30% 2.740,88
 Adicional de Inatividade - 35% 4.157,00
 Total de Proventos 16.034,15

II - Esta Portaria produzirá seus efeitos a contar de 01/07/2023, respeitando a legislação vigente à data que em que o (a) segurado (a) reuniu os requisitos para passagem a inatividade, nos termos do art. 132 da Lei Complementar nº142/2021.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva

Presidente do IGEPPS/PA

Protocolo: 956966

PORTARIA RR Nº 1311 DE 07 DE JUNHO DE 2023

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DO BENEFÍCIO DE RESERVA REMUNERADA EX-OFFICIO POR PROMOÇÃO POR TEMPO DE SERVIÇO - PROCESSO Nº 2023/274747.

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária e de Proteção Social do Estado do Pará - IGEPPS, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 142 de 16/12/2021, que alterou a Lei Complementar nº 039, de 09/01/2002, resolve:

I - Transferir "ex-offício" para a Reserva Remunerada, na mesma graduação, de acordo com o art. 10, inciso I alínea "a", § 8º, da Lei nº 8.230/2015, e alterações da Lei nº 9.387, de 16 de dezembro de 2021; art. 21-A, alínea "d" da Lei nº 4.491/1973, alterada pela Lei nº 9.387/2021; art. 27-A, anexo I, Categoria "B" da Lei nº 4.491/1973, alterada pela Lei nº 9.387/2021; art. 29-C da Lei nº 4.491/1973, alterada pela Lei nº 9.387/2021; art. 29-A da Lei nº 4.491/1973, alterada pela Lei nº 9.387/2021; art. 22-A da Lei nº 4.491/1973, alterada pela Lei nº 9.387/2021; art. 29-B, alínea "f" da Lei nº 4.491/1973, alterada pela Lei nº 9.387/2021; art. 20 da Lei nº 4.491/1973 com redação dada pelo art. 1º da Lei nº 5.231/1985; art. 134, inciso I da Lei Complementar nº 142/2021, do 1º Sargento PM RG 22910, JOSE MARIA GUIMARAES DIAS, mat. nº 5579406/1, pertencente ao efetivo do 31º Batalhão de Polícia Milita do Estado do Pará - (Abaetetuba), percebendo nessa situação os proventos mensais de R\$ 6.932,91 (seis mil, novecentos e trinta e dois reais e noventa e um centavos), conforme abaixo discriminados:

Soldo de 1º Sargento/PM 1.215,50
 Gratificação de Habilitação Militar - 20% 243,10
 Gratificação de Localidade Especial - 30% 364,65
 Gratificação de Tropa - 10% 121,55
 Gratificação de Risco de vida - 100% 1.215,50
 Gratificação de Serviço Ativo - 30% 364,65
 Representação por Graduação - 35% 425,43
 Gratificação por Tempo de Serviço - 30% 1.185,11
 Adicional de Inatividade - 35% 1.797,42
 Total de Proventos 6.932,91

II - Esta Portaria produzirá seus efeitos a contar de 01/07/2023, respeitando a legislação vigente à data que em que o(a) segurado(a) reuniu os requisitos para passagem à inatividade, nos termos do art. 132 da Lei Complementar nº 142/2021.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Presidente do IGEPPS/PA

Protocolo: 956970

PORTARIA REº 1350 DE 14 DE JUNHO DE 2023

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DO BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO DE REFORMA EX-OFFICIO - PROCESSO Nº 2022/1178827.

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará - IGEPPS, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 142 de 16/12/2021, que alterou a Lei Complementar nº 039 de 09/01/2002, resolve:

I - Reformar "ex-offício", na mesma graduação, de acordo com o art. 106, inciso II e art. 108, inciso VI, ambos da Lei nº 5.251/1985 c/c com a Lei Complementar nº 142 de 16 de dezembro de 2021, combinado com o V. Acórdão nº 16.034/1988, do Tribunal de Contas do Estado do Pará; art. 110, alínea "a", da Lei nº 5.251/1985; art. 1º, inciso IV, alínea "c", do Decreto nº 2.940/1983; art. 1º da Lei nº 8.229/2015; art. 20, da Lei nº 4.491/1973, com redação dada pelo art. 1º da Lei nº 5.231/1985; art. 1º, inciso III, do Decreto nº 4.439/1986 c/c art.134 da Lei Complementar nº 142/2021, do Cabo PM RG 35147, JOSE MARIA MIRANDA ALCANTARA, mat. nº 57200594/1, lotado no 31º Batalhão de Polícia Militar do Estado do Pará (Abaetetuba), percebendo nessa situação os proventos mensais de R\$1.855,57 (um mil, oitocentos e cinquenta e cinco reais e cinquenta e sete centavos), conforme abaixo discriminados:

Soldo de CaboPM proporcional a 5.506 dias de 10.950 dias sobre R\$ 1.215,50 correspondente a 50,2831% 619,19
Gratificação de Habilitação Militar - 20% 122,24
Gratificação de Risco de Vida - 100% 619,19
Gratificação por Tempo de Serviço - 15% 201,69
Adicional de Inatividade - 20% 309,26
Total de Proventos 1.855,57

II - Esta Portaria produzirá seus efeitos a contar de 01/07/2023, respeitando a legislação vigente à data que em que o (a) segurado (a) reuniu os requisitos para passagem à inatividade, nos termos do art. 132 da Lei Complementar nº 142/2021.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Presidente do IGEPPS /PA

Protocolo: 956975

PORTARIA RR Nº 1397 DE 21 DE JUNHO DE 2023

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DO BENEFÍCIO DE RESERVA REMUNERADA A PEDIDO - PROCESSO Nº 2023/209139.

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária e de Proteção Social do Estado do Pará - IGEPPS, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 142 de 16/12/2021, que alterou a Lei Complementar nº 039, de 09/01/2002, resolve:

I - Transferir para Reserva Remunerada, a pedido, no mesmo posto, de acordo o art. 67, inciso I c/c art. 66, §3º, inciso III da Lei Complementar nº 142/2021, bem como com o art. 1º da Lei Estadual nº 5.681/1991 e art. 45, § 9º da Constituição Estadual; art.134, parágrafo único, item II, da Lei Complementar nº 142/2021; art. 21-A, alínea "b" da Lei nº 4.491/1973, alterada pela Lei nº 9.387/2021; art. 27-A, anexo I, Categoria "A" da Lei nº 4.491/1973, alterada pela Lei nº 9.387/2021; art. 29-C da Lei nº 4.491/1973, alterada pela Lei nº 9.387/2021; art. 29-A da Lei nº 4.491/1973, alterada pela Lei nº 9.387/2021; art. 22-A da Lei nº 4.491/1973, alterada pela Lei nº 9.387/2021; art. 29-B, alínea "f" da Lei nº 4.491/1973, alterada pela Lei nº 9.387/2021; art. 20 da Lei nº 4.491/1973 com redação dada pelo art. 1º da Lei nº 5.231/1985; art. 134, inciso I da Lei Complementar nº 142/2021; o Subtenente PM RG 21840, SIDNEY NOLAN FERREIRA DA SILVA, mat. nº 5578434/1, pertencente ao efetivo da 16º Batalhão de Polícia Militar do Estado do Pará (Altamira), percebendo nessa situação os proventos mensais de R\$ 16.498,92 (Dezesseis mil, quatrocentos e noventa e oito reais e noventa e dois centavos), conforme abaixo discriminados:

Soldo de 2º Tenente/PM 2.648,19
Gratificação de Habilitação Militar - 40% 1.059,28
Gratificação de Localidade Especial - 40% 1.059,28
Gratificação de Tropa - 10% 264,82
Gratificação de Risco de vida - 100% 2.648,19
Gratificação de Serviço Ativo - 30% 794,46
Representação por Graduação - 35% 926,87
Gratificação por Tempo de Serviço - 30% 2.820,33
Adicional de Inatividade - 35% 4.277,50
Total de Proventos 16.498,92

II - Esta Portaria produzirá seus efeitos a contar de 01/07/2023, respeitando a legislação vigente à data que em que o (a) segurado (a) reuniu os requisitos para passagem à inatividade, nos termos do art. 132 da Lei Complementar nº142/2021.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Presidente do IGEPPS/PA

Protocolo: 957240

PORTARIA RE Nº 1334 DE 13 DE JUNHO DE 2023

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DO BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO DE REFORMA EX-OFFICIO - PROCESSO Nº 2021/466287.

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará - IGEPPS, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 142 de 16/12/2021, que alterou a Lei Complementar nº 039 de 09/01/2002, resolve:

I - Reformar "ex-offício", na mesma graduação, de acordo com o art. 106, inciso II e art. 108, inciso VI, ambos da Lei nº 5.251/1985, combinado com o V. Acórdão nº 16.034/1988, do Tribunal de Contas do Estado do Pará; art. 110, alínea "a", da Lei nº 5.251/1985; art. 1º, inciso IV, alínea "c" do Decreto nº 2.940/1983; art. 1º da Lei nº 8.229/2015; art. 20, da Lei nº 4.491/1973, com redação dada pelo art. 1º da Lei nº 5.231/1985; art. 1º, inciso III, do Decreto nº 4.439/1986 c/c art. 134 da Lei Complementar nº 142/2021, o Cabo PM RG 38707, RAIMUNDO ROBERTO PACHECO FREITAS, mat. nº 57227716/1, pertencente ao efetivo do 23º Batalhão de Polícia Militar do Estado do Pará (Parauapebas), percebendo nessa situação os proventos mensais de R\$ 1.558,92 (um mil, quinhentos e cinquenta e oitenta reais e noventa e dois centavos), conforme abaixo discriminados:

Soldo de CABO PM proporcional a 4.836 dias de 10.950 dias sobre R\$ 1.215,50 correspondente a 44,1646% 536,82
Gratificação de Habilitação Militar - 20% 107,36
Gratificação de Risco de Vida - 100% 536,82
Gratificação por Tempo de Serviço - 10% 118,10
Adicional de Inatividade - 20% 259,82
Total de Proventos 1.558,92

II - Esta Portaria produzirá seus efeitos a contar de 01/07/2023, respeitando a legislação vigente à data que em que o (a) segurado (a) reuniu os requisitos para passagem à inatividade, nos termos do art. 132 da Lei Complementar nº 142/2021.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Presidente do IGEPPS /PA

Protocolo: 956696

NOTIFICAÇÃO DE INDEFERIMENTO

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará - IGEPPS, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, vem, por meio deste instrumento, notificar ARMANDO LEAL DOS SANTOS que o processo de ABONO DE PERMANÊNCIA nº 2022/1167036 foi INDEFERIDO em razão do não cumprimento dos requisitos necessários ao direito, conforme a Lei Complementar nº 039/2002. Para maiores informações, procurar as Unidades de Atendimento virtuais ou presenciais.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Presidente do IGEPPS/PA

Protocolo: 960438

NOTIFICAÇÃO DE INDEFERIMENTO

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará - IGEPPS, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, vem, por meio deste instrumento, notificar WALTER JOSÉ DA SILVA que o processo de ABONO DE PERMANÊNCIA nº 2022/786913 foi INDEFERIDO em razão do não cumprimento dos requisitos necessários ao direito, conforme a Lei Complementar nº 039/2002. Para maiores informações, procurar as Unidades de Atendimento virtuais ou presenciais.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Presidente do IGEPPS/PA

Protocolo: 960446

NOTIFICAÇÃO DE INDEFERIMENTO

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará - IGEPPS, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, vem, por meio deste instrumento, notificar SEBASTIÃO PEREIRA DA SILVA que o processo de Pensão por Morte nº 2022/1195809 foi INDEFERIDO em razão da insuficiência de documentos apresentados, em desacordo com o previsto no Regulamento Geral do RPPS-PA. Para maiores informações, procurar as Unidades de Atendimento virtuais ou presenciais.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Presidente do IGEPPS/PA

Protocolo: 960429

NOTIFICAÇÃO DE INDEFERIMENTO

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará - IGEPPS, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, vem, por meio deste instrumento, notificar MOIZES ANÔNIO ALVES DE SOUZA que o processo de Auxílio Funeral nº 2020/768531 foi INDEFERIDO em razão da insuficiência de documentos apresentados, em desacordo com o previsto no Regulamento Geral do RPPS-PA. Para maiores informações, procurar as Unidades de Atendimento virtuais ou presenciais.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Presidente do IGEPPS/PA

Protocolo: 960430

NOTIFICAÇÃO DE INDEFERIMENTO

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará - IGEPPS, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, vem, por meio deste instrumento, notificar RUTH DIAS FIGUEIREDO que o processo de Pensão por Morte nº 2010/90746 foi INDEFERIDO em razão da insuficiência de documentos apresentados, em desacordo com o previsto no Regulamento Geral do RPPS-PA. Para maiores informações, procurar as Unidades de Atendimento virtuais ou presenciais.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Presidente do IGEPPS/PA

Protocolo: 960427

NOTIFICAÇÃO DE INDEFERIMENTO

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, vem, por meio deste instrumento, notificar ZEBINA MARTINS DA COSTA que o processo de Revisão de Aposentadoria nº 2018/490394 foi INDEFERIDO em razão da insuficiência de documentos apresentados, em desacordo com o previsto no Regulamento Geral do RPPS-PA. Para maiores informações, procurar as Unidades de Atendimento virtuais ou presenciais. Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 960434**NOTIFICAÇÃO DE INDEFERIMENTO**

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, vem, por meio deste instrumento, notificar ANTONIO JOSÉ DE SOUZA LIMA que o processo de ABONO DE PERMANÊNCIA nº 2022/1258207 foi INDEFERIDO em razão do não cumprimento dos requisitos necessários ao direito, conforme a Lei Complementar nº 039/2002. Para maiores informações, procurar as Unidades de Atendimento virtuais ou presenciais. Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 960436**NOTIFICAÇÃO DE INDEFERIMENTO**

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, vem, por meio deste instrumento, notificar CARLOS AUGUSTO DA CONCEIÇÃO MONTEIRO que o processo de ABONO DE PERMANÊNCIA nº 2022/1254492 foi INDEFERIDO em razão do não cumprimento dos requisitos necessários ao direito, conforme a Lei Complementar nº 039/2002. Para maiores informações, procurar as Unidades de Atendimento virtuais ou presenciais.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 960441**NOTIFICAÇÃO DE INDEFERIMENTO**

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, vem, por meio deste instrumento, notificar MARIA DE FÁTIMA ROSÁRIO MOREIRA que o processo de ABONO DE PERMANÊNCIA nº 2022/682242 foi INDEFERIDO em razão do não cumprimento dos requisitos necessários ao direito, conforme a Lei Complementar nº 039/2002. Para maiores informações, procurar as Unidades de Atendimento virtuais ou presenciais.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 960442**NOTIFICAÇÃO DE INDEFERIMENTO**

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, vem, por meio deste instrumento, notificar MARIA LUCIA SAMPAIO PAES que o processo de ABONO DE PERMANÊNCIA nº 2023/234192 foi INDEFERIDO em razão do não cumprimento dos requisitos necessários ao direito, conforme a Lei Complementar nº 039/2002. Para maiores informações, procurar as Unidades de Atendimento virtuais ou presenciais.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 960443**NOTIFICAÇÃO DE INDEFERIMENTO**

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, vem, por meio deste instrumento, notificar MARIA MACIEL CORRÊA que o processo de Revisão de Aposentadoria nº 2022/517580 foi INDEFERIDO em razão do não cumprimento dos requisitos necessários ao direito, conforme a Lei Complementar nº 039/2002. Para maiores informações, procurar as Unidades de Atendimento virtuais ou presenciais.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 960390**NOTIFICAÇÃO DE INDEFERIMENTO**

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, vem, por meio deste instrumento, notificar MARIA HELENA BEZERRA RODRIGUES DA SILVA que o processo de Revisão de Aposentadoria nº 2012/503164 foi INDEFERIDO em razão do não cumprimento dos requisitos necessários ao direito, conforme a Lei Complementar nº 039/2002. Para maiores informações, procurar as Unidades de Atendimento virtuais ou presenciais.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 960391**NOTIFICAÇÃO DE INDEFERIMENTO**

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, vem, por meio deste instrumento, notificar JOCELINA VIEIRA CARVALHO que o processo de Revisão de Aposentadoria nº 2023/367645

foi INDEFERIDO em razão do não cumprimento dos requisitos necessários ao direito, conforme a Lei Complementar nº 039/2002. Para maiores informações, procurar as Unidades de Atendimento virtuais ou presenciais. Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 960392**NOTIFICAÇÃO DE INDEFERIMENTO**

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, vem, por meio deste instrumento, notificar GUSTAVO BARROS SANTOS que o processo de Pensão por Morte nº 2020/189313 foi INDEFERIDO em razão do não cumprimento dos requisitos necessários ao direito, conforme a Lei Complementar nº 039/2002. Para maiores informações, procurar as Unidades de Atendimento virtuais ou presenciais.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 960395**NOTIFICAÇÃO DE INDEFERIMENTO**

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, vem, por meio deste instrumento, notificar MARTINHA LOPES DE MORAES que o processo de Revisão de Pensão nº 2023/338351 foi INDEFERIDO em razão do não cumprimento dos requisitos necessários ao direito, conforme a Lei Complementar nº 039/2002. Para maiores informações, procurar as Unidades de Atendimento virtuais ou presenciais.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 960396**NOTIFICAÇÃO DE INDEFERIMENTO**

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, vem, por meio deste instrumento, notificar CARLOS ALBERTO TRINDADE PRESTES que o processo de Revisão de Aposentadoria nº 2010/152439 foi INDEFERIDO em razão do não cumprimento dos requisitos necessários ao direito, conforme a Lei Complementar nº 039/2002. Para maiores informações, procurar as Unidades de Atendimento virtuais ou presenciais.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 960397**NOTIFICAÇÃO DE INDEFERIMENTO**

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, vem, por meio deste instrumento, notificar PAULO HENRIQUE MORAIS RODRIGUES que o processo de Continuidade de Pensão nº 2023/312130 foi INDEFERIDO em razão do não cumprimento dos requisitos necessários ao direito, conforme a Lei Complementar nº 039/2002. Para maiores informações, procurar as Unidades de Atendimento virtuais ou presenciais.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 960394**NOTIFICAÇÃO DE INDEFERIMENTO**

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, vem, por meio deste instrumento, notificar GEIZE LINS que o processo de Revisão de Pensão por Morte nº 2022/1647167 foi INDEFERIDO em razão do não cumprimento dos requisitos necessários ao direito, conforme a Lei Complementar nº 039/2002. Para maiores informações, procurar as Unidades de Atendimento virtuais ou presenciais.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 960400**NOTIFICAÇÃO DE INDEFERIMENTO**

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, vem, por meio deste instrumento, notificar ELIZANDRA DO CARMO CARDOSO que o processo de Pensão por Morte nº 2023/379456 foi INDEFERIDO em razão do não cumprimento dos requisitos necessários ao direito, conforme a Lei Complementar nº 039/2002. Para maiores informações, procurar as Unidades de Atendimento virtuais ou presenciais.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 960403**NOTIFICAÇÃO DE INDEFERIMENTO**

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, vem, por meio deste instrumento, notificar MARLENE RAMOS DE MORAES que o processo de Revisão de Pensão por Morte nº 2022/455227 foi INDEFERIDO em razão do não cumprimento dos requisitos necessários ao direito, conforme a Lei Complementar nº 039/2002. Para maiores informações, procurar as Unidades de Atendimento virtuais ou presenciais.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 960404

NOTIFICAÇÃO DE INDEFERIMENTO

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, vem, por meio deste instrumento, notificar ALMIRA PAES BARRETO que o processo de Revisão de Pensão por Morte nº 2017/203769 foi INDEFERIDO em razão do não cumprimento dos requisitos necessários ao direito, conforme a Lei Complementar nº 039/2002. Para maiores informações, procurar as Unidades de Atendimento virtuais ou presenciais.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 960405**NOTIFICAÇÃO DE INDEFERIMENTO**

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, vem, por meio deste instrumento, notificar ANGELA MARIA CARNEIRO DE MELO VASCONCELOS que o processo de Revisão de Aposentadoria nº 2022/1560660 foi INDEFERIDO em razão do não cumprimento dos requisitos necessários ao direito, conforme a Lei Complementar nº 039/2002. Para maiores informações, procurar as Unidades de Atendimento virtuais ou presenciais.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 960407**NOTIFICAÇÃO DE INDEFERIMENTO**

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, vem, por meio deste instrumento, notificar DOMINGAS MARIA MONTEIRO que o processo de Revisão de Pensão por Morte nº 2021/757931 foi INDEFERIDO em razão do não cumprimento dos requisitos necessários ao direito, conforme a Lei Complementar nº 039/2002. Para maiores informações, procurar as Unidades de Atendimento virtuais ou presenciais.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 960409**NOTIFICAÇÃO DE INDEFERIMENTO**

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, vem, por meio deste instrumento, notificar DEUZANIRA DINIZ SILVA que o processo de Revisão de Pensão por Morte nº 2022/1327271 foi INDEFERIDO em razão do não cumprimento dos requisitos necessários ao direito, conforme a Lei Complementar nº 039/2002. Para maiores informações, procurar as Unidades de Atendimento virtuais ou presenciais.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 960410**NOTIFICAÇÃO DE INDEFERIMENTO**

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, vem, por meio deste instrumento, notificar ANDRÉIA DE FÁTIMA FERREIRA DOS SANTOS que o processo de Pensão por Morte nº 2015/309207 foi INDEFERIDO em razão do não cumprimento dos requisitos necessários ao direito, conforme a Lei Complementar nº 039/2002. Para maiores informações, procurar as Unidades de Atendimento virtuais ou presenciais.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 960413**NOTIFICAÇÃO DE INDEFERIMENTO**

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, vem, por meio deste instrumento, notificar RAIMUNDA SILVA E SILVA que o processo de Pensão por Morte nº 2019/512108 foi INDEFERIDO em razão do não cumprimento dos requisitos necessários ao direito, conforme a Lei Complementar nº 039/2002. Para maiores informações, procurar as Unidades de Atendimento virtuais ou presenciais.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 960414**NOTIFICAÇÃO DE INDEFERIMENTO**

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, vem, por meio deste instrumento, notificar MARIA DAS GRAÇAS CARDOSO AIRES que o processo de Revisão de Aposentadoria nº 2010/156777 foi INDEFERIDO em razão do não cumprimento dos requisitos necessários ao direito, conforme a Lei Complementar nº 039/2002. Para maiores informações, procurar as Unidades de Atendimento virtuais ou presenciais.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 960415**NOTIFICAÇÃO DE INDEFERIMENTO**

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, vem, por meio deste instrumento, notificar ORDALITA DA SILVA

LACERDA que o processo de Revisão de Aposentadoria nº 2023/385474 foi INDEFERIDO em razão do não cumprimento dos requisitos necessários ao direito, conforme a Lei Complementar nº 039/2002. Para maiores informações, procurar as Unidades de Atendimento virtuais ou presenciais.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 960417**NOTIFICAÇÃO DE INDEFERIMENTO**

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, vem, por meio deste instrumento, notificar JOBER DE ARAUJO MORAES que o processo de Revisão de Aposentadoria nº 2021/273385 foi INDEFERIDO em razão do não cumprimento dos requisitos necessários ao direito, conforme a Lei Complementar nº 039/2002. Para maiores informações, procurar as Unidades de Atendimento virtuais ou presenciais.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 960419**NOTIFICAÇÃO DE INDEFERIMENTO**

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, vem, por meio deste instrumento, notificar JOSÉ ROBERTO NEBLINA SILVA que o processo de Pensão por Morte nº 2021/830447 foi INDEFERIDO em razão do não cumprimento dos requisitos necessários ao direito, conforme a Lei Complementar nº 039/2002. Para maiores informações, procurar as Unidades de Atendimento virtuais ou presenciais.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 960420**NOTIFICAÇÃO DE INDEFERIMENTO**

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, vem, por meio deste instrumento, notificar ELPIDIO MAGALHAES DA PAIXÃO que o processo de Pensão por Morte nº 2022/1041387 foi INDEFERIDO em razão do não cumprimento dos requisitos necessários ao direito, conforme a Lei Complementar nº 039/2002. Para maiores informações, procurar as Unidades de Atendimento virtuais ou presenciais.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 960422**NOTIFICAÇÃO DE INDEFERIMENTO**

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, vem, por meio deste instrumento, notificar ANA LUCIA SANTOS E SANTOS que o processo de Revisão de Aposentadoria nº 2018/380884 foi INDEFERIDO em razão do não cumprimento dos requisitos necessários ao direito, conforme a Lei Complementar nº 039/2002. Para maiores informações, procurar as Unidades de Atendimento virtuais ou presenciais.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 960423**NOTIFICAÇÃO DE INDEFERIMENTO**

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, vem, por meio deste instrumento, notificar HELENICE JUREMA DA SILVA que o processo de Auxílio Funeral nº 2023/589769 foi INDEFERIDO em razão do não cumprimento dos requisitos necessários ao direito, conforme a Lei Complementar nº 039/2002. Para maiores informações, procurar as Unidades de Atendimento virtuais ou presenciais.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 960424**NOTIFICAÇÃO DE INDEFERIMENTO**

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, vem, por meio deste instrumento, notificar MÁRIO FREITAS PINHEIRO que o processo de Auxílio Funeral nº 2019/346863 foi INDEFERIDO em razão do não cumprimento dos requisitos necessários ao direito, conforme a Lei Complementar nº 039/2002. Para maiores informações, procurar as Unidades de Atendimento virtuais ou presenciais.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 960426**PORTARIA RR Nº 1.497 DE 30 DE JUNHO DE 2023**

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DO BENEFÍCIO DE RESERVA REMUNERADA A PEDIDO – PROCESSO Nº 2023/218377.

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária e de Proteção Social do Estado do Pará - IGEPSS, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº142, de 16/12/2021, que alterou a Lei Complementar nº 039, de 09/01/2002, resolve:

I – Transferir para Reserva Remunerada, a pedido, na mesma graduação, de acordo o art. 67, inciso I c/c art. 66, §3º, inciso III da Lei Complementar nº 142/2021, bem como com o art. 1º da Lei Estadual nº 5.681/1991 e art. 45, § 9º da Constituição Estadual; art.134 parágrafo único, item II, da Lei Complementar nº 142/2021; art. 21-A, alínea "d" da Lei nº 4.491/1973, alterada pela Lei nº 9.387/2021; art. 27-A, anexo I,

Categoria "C" da Lei nº 4.491/1973, alterada pela Lei nº 9.387/2021; art. 29-C da Lei nº 4.491/1973, alterada pela Lei nº 9.387/2021; art. 29-A da Lei nº 4.491/1973, alterada pela Lei nº 9.387/2021; art. 22-A da Lei nº 4.491/1973, alterada pela Lei nº 9.387/2021; art. 29-B, alínea "f" da Lei nº 4.491/1973, alterada pela Lei nº 9.387/2021; art. 20 da Lei nº 4.491/1973 com redação dada pelo art. 1º da Lei nº 5.231/1985; art. 134, inciso I da Lei Complementar nº 142/2021, do 2º Sargento PM RG 24283, REINALDO SANTOS DE OLIVEIRA, mat. nº 5702054/1, pertencente ao efetivo do Fundo de Assistência Social da Polícia Militar do Estado do Pará (Belém), percebendo nessa situação os proventos mensais de R\$6.719,60 (seis mil, setecentos e dezenove reais e sessenta centavos), conforme abaixo discriminados:

Soldo de 1º Sargento/PM 1.215,50
 Gratificação de Habilitação Militar - 20% 243,10
 Gratificação de Localidade Especial - 20% 243,10
 Indenização de Tropa - 10% 121,55
 Gratificação de Risco de Vida - 100% 1.215,50
 Gratificação de Serviço Ativo - 30% 364,65
 Representação por Graduação - 35% 425,43
 Gratificação por Tempo de Serviço - 30% 1.148,65
 Adicional de Inatividade - 35% 1.742,12
 Total de Proventos 6.719,60

II - Esta Portaria produzirá seus efeitos a contar de 01/07/2023, respeitando a legislação vigente à data que em que o(a) segurado(a) reuniu os requisitos para passagem a inatividade, nos termos do art. 132 da Lei Complementar nº 142/2021.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
 Presidente do IGEPPS/PA

Protocolo: 959289

PORTARIA RR Nº 1.403 DE 21 DE JUNHO DE 2023

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DO BENEFÍCIO DE RESERVA REMUNERADA A PEDIDO - PROCESSO Nº 2023/400115.

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária e de Proteção Social do Estado do Pará - IGEPPS, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 142 de 16/12/2021, que alterou a Lei Complementar nº 039, de 09/01/2002, resolve:

I - Transferir para Reserva Remunerada, a pedido, na mesma graduação, de acordo com os artigos 1º e 2º da Lei nº 5.681/1991 c/c art. 45, §9º, da Constituição do Estado do Pará de 1989; artigos 101, inciso I, e 102 da Lei nº 5.251/1985; art. 52, § 1º, alínea "b", da Lei nº 5.251/1985 c/c art. 134, parágrafo único da Lei Complementar nº 142/2021; art. 1º, inciso II do Decreto nº 2.940/1983; art. 1º, Categoria "B", do Decreto nº 1.461/1981 c/c PORTARIA Nº 001/1999-DRH/3; art. 1º do Decreto nº 2.696/1983; art. 1º da Lei nº 8.229/2015; art. 1º, item I, do Decreto nº 3.266/1984; art. 1º, item I, alínea "f", do Decreto nº 4.490/1986; art. 20 da Lei nº 4.491/1973, com redação dada pelo art. 1º da Lei nº 5.231/1985; art. 1º, inciso II, do Decreto nº 4.439/1986 c/c art. 134 da Lei Complementar nº 142/2021; o Subtenente BM RG 1772106, SILVIO PRATA RIBEIRO, mat. nº 5630607/1, pertencente ao efetivo do 7º Subgruposamento de Incêndio Ind. (Belém) percebendo, nessa situação os proventos mensais de R\$15.569,40 (Quinze mil, quinhentos e sessenta e nove reais e quarenta centavos), conforme abaixo discriminados:

Soldo de 2º Tenente/BM 2.648,19
 Gratificação de Habilitação Militar - 40% 1.059,28
 Gratificação de Localidade Especial - 20% 529,64
 Gratificação de Tropa - 10% 264,82
 Gratificação de Risco de vida - 100% 2.648,19
 Gratificação de Serviço Ativo - 30% 794,46
 Representação por Graduação - 35% 926,87
 Gratificação por Tempo de Serviço - 30% 2.661,44
 Adicional de Inatividade - 35% 4.036,51
 Total de Proventos 15.569,40

II - Esta Portaria produzirá seus efeitos a contar de 01/07/2023, respeitando a legislação vigente à data que em que o (a) segurado (a) reuniu os requisitos para passagem a inatividade, nos termos do art. 132 da Lei Complementar nº 142/2021.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
 Presidente do IGEPPS/PA

Protocolo: 959918

PORTARIA RR Nº 1.496 DE 26 DE JUNHO DE 2023

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DO BENEFÍCIO DE RESERVA REMUNERADA A PEDIDO - PROCESSO Nº 2023/569134.

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária e de Proteção Social do Estado do Pará - IGEPPS, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 142, de 16/12/2021, que alterou a Lei Complementar nº 039, de 09/01/2002, resolve:

I - Transferir para Reserva Remunerada, a pedido, na mesma graduação, de acordo com o art. 67, inciso I c/c art. 66, §3º, inciso III da Lei Complementar nº 142/2021, bem como com o art. 1º da Lei Estadual nº 5.681/1991 e art. 45, § 9º da Constituição Estadual; art.134 parágrafo único, item II, da Lei Complementar nº 142/2021; art. 21-A, alínea "d" da Lei nº 4.491/1973, alterada pela Lei nº 9.387/2021; art. 27-A, anexo I, Categoria "A" da Lei nº 4.491/1973, alterada pela Lei nº 9.387/2021; art. 1º, inciso I, "g" do Decreto nº 4.490/1986; art. 29-C da Lei nº 4.491/1973, alterada pela Lei nº 9.387/2021; art. 29-A da Lei nº 4.491/1973, alterada pela Lei nº 9.387/2021; art. 22-A da Lei nº 4.491/1973, alterada pela Lei nº 9.387/2021; art. 29-B, alínea "f" da Lei nº 4.491/1973, alterada pela Lei nº 9.387/2021; art. 20 da Lei nº 4.491/1973 com redação dada pelo art. 1º da Lei nº 5.231/1985; art. 134, inciso I da Lei Complementar nº 142/2021, do SubTenente PM RG 21393, RUBTERSON QUEMEL RODRIGUES GONÇAL-

VES, mat. nº 5583438/1, pertencente ao efetivo do 13º Batalhão de Polícia Militar do Estado do Pará (Tucuruí), percebendo nessa situação os proventos mensais de R\$17.893,20 (dezesete mil, oitocentos e noventa e três reais e vinte centavos), conforme abaixo discriminados:

Soldo de 2º Tenente/PM 2.648,19
 Gratificação de Habilitação Militar - 40% 1.059,28
 Gratificação de Localidade Especial - 40% 1.059,28
 Representação de integrante de Banda de Música - 30% 794,46
 Indenização de Tropa - 10% 264,82
 Gratificação de Risco de Vida - 100% 2.648,19
 Gratificação de Serviço Ativo - 30% 794,46
 Representação por Graduação - 35% 926,87
 Gratificação por Tempo de Serviço - 30% 3.058,67
 Adicional de Inatividade - 35% 4.638,67
 Total de Proventos 17.893,20

II - Esta Portaria produzirá seus efeitos a contar de 01/07/2023, respeitando a legislação vigente à data que em que o(a) segurado(a) reuniu os requisitos para passagem a inatividade, nos termos do art. 132 da Lei Complementar nº 142/2021.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
 Presidente do IGEPPS/PA

Protocolo: 959921

PORTARIA RR Nº 1485 DE 29 DE JUNHO DE 2023

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DO BENEFÍCIO DE RESERVA REMUNERADA EX-OFFICIO POR PROMOÇÃO POR TEMPO DE SERVIÇO - PROCESSO Nº 2023/213395.

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária e de Proteção Social do Estado do Pará - IGEPPS, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 142 de 16/12/2021, que alterou a Lei Complementar nº 039, de 09/01/2002, resolve:

I - Transferir "ex-officio" para a Reserva Remunerada, na mesma graduação, de acordo com o art. 10, inciso I alínea "a", § 8º, da Lei nº 8.230/2015, e alterações da Lei nº 9.387, de 16 de dezembro de 2021; art. 21-A, alínea "d" da Lei nº 4.491/1973, alterada pela Lei nº 9.387/2021; art. 27-A, anexo I, Categoria "A" da Lei nº 4.491/1973, alterada pela Lei nº 9.387/2021; art. 29-C da Lei nº 4.491/1973, alterada pela Lei nº 9.387/2021; art. 29-A da Lei nº 4.491/1973, alterada pela Lei nº 9.387/2021; art. 22-A da Lei nº 4.491/1973, alterada pela Lei nº 9.387/2021; art. 29-B, alínea "f" da Lei nº 4.491/1973, alterada pela Lei nº 9.387/2021; art. 20 da Lei nº 4.491/1973 com redação dada pelo art. 1º da Lei nº 5.231/1985; art. 134, inciso I da Lei Complementar nº 142/2021, do 1º Sargento PM RG 18654, ROSENILSON DEHON CHAGAS RODRIGUES, mat. nº 5263972/1, pertencente ao efetivo do 3º Batalhão de Polícia Militar do Estado do Pará (Santarém), percebendo nessa situação os proventos mensais de R\$ 7.146,24 (sete mil, cento e quarenta e seis reais e vinte e quatro centavos), conforme abaixo discriminados:

Soldo de 1º Sargento/PM 1.215,50
 Gratificação de Habilitação Militar - 20% 243,10
 Gratificação de Localidade Especial - 40% 486,20
 Gratificação de Tropa - 10% 121,55
 Gratificação de Risco de vida - 100% 1.215,50
 Gratificação de Serviço Ativo - 30% 364,65
 Representação por Graduação - 35% 425,43
 Gratificação por Tempo de Serviço - 30% 1.221,58
 Adicional de Inatividade - 35% 1.852,73
 Total de Proventos 7.146,24

II - Esta Portaria produzirá seus efeitos a contar de 01/07/2023, respeitando a legislação vigente à data que em que o(a) segurado(a) reuniu os requisitos para passagem a inatividade, nos termos do art. 132 da Lei Complementar nº 142/2021.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
 Presidente do IGEPPS/PA

Protocolo: 959922

PORTARIA RR Nº 1480 DE 29 JUNHO DE 2023

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DO BENEFÍCIO DE RESERVA REMUNERADA PEDIDO - PROCESSO Nº 2023/320145

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária e de Proteção Social do Estado do Pará - IGEPPS, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 142, de 16/12/2021, que alterou a Lei Complementar nº 039, de 09/01/2002, resolve:

I - Transferir para Reserva Remunerada, a pedido, na mesma graduação, de acordo com os artigos 1º e 2º da Lei nº 5.681/1991 c/c art. 45, §9º, da Constituição do Estado do Pará de 1989; artigos 101, inciso I, e 102 da Lei nº 5.251/1985; art. 52, § 1º, alínea "b", da Lei nº 5.251/1985 c/c art. 134, parágrafo único da Lei Complementar nº 142/2021; art. 1º, inciso II, do Decreto nº 2.940/1983; art. 1º, Categoria "A", do Decreto nº 1.461/1981 c/c PORTARIA Nº 001/1999-DRH/3; art. 1º do Decreto nº 2.696/1983; art. 1º da Lei nº 8.229/2015; art. 1º, item I, do Decreto nº 3.266/1984; art. 1º, item I, alínea "f", do Decreto nº 4.490/1986; art. 20 da Lei nº 4.491/1973, com redação dada pelo art.1º da Lei nº 5.231/1985; art. 1º, inciso II, do Decreto nº 4.439/1986 c/c art.134 da Lei Complementar nº 142/2021, o Subtenente PM RG 23664 FRANCISCO LUIS DA COSTA PRINTES, matrícula nº 5622905/1, lotado no 2º Batalhão de Missões Especiais (2º BPM Santarém), percebendo nessa situação os proventos mensais de R\$16.498,92 (dezesesse mil, quatrocentos e noventa e oito reais e noventa e dois centavos), conforme abaixo discriminados:

Soldo de 2º Tenente/PM 2.648,19
 Gratificação de Habilitação Militar - 40% 1.059,28
 Gratificação de Localidade Especial - 40% 1.059,28
 Indenização de Tropa - 10% 264,82

Gratificação de Risco de Vida - 100% 2.648,19
 Gratificação de Serviço Ativo - 30% 794,46
 Representação por Graduação - 35% 926,87
 Gratificação por Tempo de Serviço - 30% 2.820,33
 Adicional de Inatividade - 35% 4.277,50
 Total de Proventos 16.498,92

II – Esta Portaria produzirá seus efeitos a contar de 01/07/2023, respeitando a legislação vigente à data que em que o(a) segurado(a) reuniu os requisitos para passagem a inatividade, nos termos do art. 132 da Lei Complementar nº 142/2021.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva

Presidente do IGEPPS/PA

Protocolo: 959925

PORTARIA RET RE Nº 1507 DE 28 DE JUNHO DE 2023

DISPÕE SOBRE RETIFICAÇÃO DO BENEFÍCIO DE REFORMA EX-OFFICIO POR INCAPACIDADE - PROCESSO Nº 2022/579612

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária e de Proteção Social do Estado do Pará - IGEPPS, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº142 de 16/12/2021, que alterou a Lei Complementar nº 039, de 09/01/2002, resolve:

I – Retificar a PORTARIA Nº 0617, de 19/05/2003, que reformou “ex-offício”, na mesma graduação, a Soldado PM REF RG 22694, JOSÉ AFONSO MARQUES DE LIMA, mat. nº 5579473/1, alterando o fundamento legal do benefício do interessado, de acordo com art. 86, inciso II e art. 89, inciso V, da Lei Complementar nº 142/2021; art. 95, inciso I da Lei Complementar nº142/2021; art. 21-A, alínea “d” da Lei nº 4.491/1973, alterada pela Lei nº 9.387/2021; art. 27-A, anexo I, Categoria “C” da Lei nº 4.491/1973, alterada pela Lei nº 9.387/2021; art. 29-C da Lei nº4.491/1973, alterada pela Lei nº 9.387/2021; art. 29-A da Lei nº 4.491/1973, alterada pela Lei nº 9.387/2021; art. 22-A da Lei nº 4.491/1973, alterada pela Lei nº 9.387/2021; art. 29-B, alínea “h” da Lei nº 4.491/1973, alterada pela Lei nº9.387/2021; art. 20 da Lei nº 4.491/1973 com redação dada pelo art. 1º da Lei nº5.231/1985; art. 135, inciso I e II, §4º Lei Complementar nº 142/2021; art. 134, inciso II da Lei Complementar nº 142/2021, percebendo nessa situação os proventos mensais de R\$6.189,33(seis mil, cento e oitenta e nove reais e trinta e três centavos), conforme abaixo discriminados:

Soldo de Soldado/PM 1.215,50
 Gratificação de Habilitação Militar - 20% 243,10
 Gratificação de Localidade Especial - 20% 243,10
 Gratificação de Tropa - 10% 121,55
 Gratificação de Risco de Vida - 100% 1.215,50
 Gratificação de Serviço Ativo - 30% 364,65
 Representação por Graduação - 30% 364,65
 Gratificação por Tempo de Serviço - 10% 376,81
 Adicional de Inatividade - 20% 828,97
 Auxílio Invalidez 1.215,50
 Total de Proventos 6.189,33

II – Os efeitos desta Portaria retroagirão a 24/02/2022, data da Sessão Ordinária nº 005/2022 - JPMSS, nos termos do art. 89, inciso V, § 2º, da Lei Complementar nº 142/2021, respeitando os valores das tabelas salariais vigentes à época.

III – Este benefício será implantado na folha de pagamento a contar de 01/07/2023.

IV- A parcela auxílio invalidez possui natureza jurídica transitória e eventualmente cessada as condições especificadas no art. art. 135, inciso I e II, §1º Lei Complementar nº 142/2021, será excluída da composição dos proventos de reforma “ex-offício”.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva

Presidente do IGEPPS/PA

Protocolo: 959930

PORTARIA RE Nº 1.468 DE 27 DE JUNHO DE 2023

DISPÕE SOBRE ALTERAÇÃO DO BENEFÍCIO DE RESERVA REMUNERADA PARA REFORMA EX-OFFICIO POR INCAPACIDADE - PROCESSO Nº 2022/785658.

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária e de Proteção Social do Estado do Pará - IGEPPS, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 142 de 16/12/2021, que alterou a Lei Complementar nº 039, de 09/01/2002, resolve:

I – Reformar “Ex-Offício” por incapacidade do 3º Sargento PM RR 11752, MARCO ANTONIO TOBIAS DE ALMEIDA, mat. nº 3408817/1, pertencente à reserva remunerada “a pedido”, por meio da PORTARIA RR Nº 1.449, de 22/07/2015, em razão da Ata de Saúde 002/2022 homologada na Sessão Ordinária nº 014/2022 - JPMSS, alterando o fundamento legal do benefício do interessado, de acordo com art. 86, inciso II e art. 89, inciso V, da Lei Complementar nº142/2021; art. 52, §1º, alínea “c” da Lei nº5251/1985 c/c art. 134, parágrafo único, inc. I e art.95, inciso I e II da Lei Complementar nº 142/2021; art. 21-A, alínea “d” da Lei nº 4.491/1973, alterada pela Lei nº 9.387/2021; art. 27-A, anexo I, Categoria “C” da Lei nº 4.491/1973, alterada pela Lei nº 9.387/2021; art. 29-C da Lei nº 4.491/1973, alterada pela Lei nº 9.387/2021; art. 29-A da Lei nº 4.491/1973, alterada pela Lei nº 9.387/2021; art. 22-A da Lei nº 4.491/1973, alterada pela Lei nº 9.387/2021; art. 29-B, alínea “f” da Lei nº 4.491/1973, alterada pela Lei nº 9.387/2021; art. 20 da Lei nº 4.491/1973 com redação dada pelo art. 1º da Lei nº 5.231/1985; art. 99, “caput” e §5º, da Lei Estadual nº 4.491/73 c/c art. 135 da LC 142/2021; art. 134, inciso I da Lei Complementar nº 142/2021, percebendo nessa situação os proventos mensais de R\$ 7.935,10 (sete mil, novecentos e trinta e cinco reais e dez centavos), conforme abaixo discriminados:

Soldo de 2º Sargento/PM 1.215,50
 Gratificação de Habilitação Militar - 20% 243,10

Gratificação de Localidade Especial - 20% 243,10
 Gratificação de Tropa - 10% 121,55
 Gratificação de Risco de vida - 100% 1.215,50
 Gratificação de Serviço Ativo - 30% 364,65
 Representação por Graduação - 35% 425,43
 Gratificação por Tempo de Serviço - 30% 1.148,65
 Auxílio Invalidez 1.215,50
 Adicional de Inatividade - 35% 1.742,12
 Total de Proventos 7.935,10

II – Os efeitos desta Portaria retroagirão a 06/06/2022, data da Sessão Ordinária nº 014/2022 - JPMSS, nos termos do art. 89, inciso V, § 2º, da Lei Complementar nº 142/2021, respeitando os valores das tabelas salariais vigentes à época.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva

Presidente do IGEPPS/PA

Protocolo: 959936

PORTARIA RE Nº 1.455 DE 20 DE JUNHO DE 2023

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DO BENEFÍCIO DE REFORMA EX-OFFICIO POR INCAPACIDADE - PROCESSO Nº 2023/337973.

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária e de Proteção Social do Estado do Pará - IGEPPS, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº142 de 16/12/2021, que alterou a Lei Complementar nº 039, de 09/01/2002, resolve:

I – Reformar “ex-offício”, na mesma graduação, de acordo com o art. 106, inciso II e art. 108, inciso III e V, da Lei nº 5.251/1985 e Item 3.5 Acórdão nº 16.034/1988 c/c Acórdão nº 60.794/2020 do TCE/PA; art. 109, §1º e § 2º, alínea “b”, da Lei nº 5.251/1985; art. 1º, inciso II do Decreto nº 2.940/1983; art. 1º, Categoria “A”, do Decreto nº 1.461/1981 c/c PORTARIA Nº 001/1999-DRH/3; art. 1º do Decreto nº 2.696/1983; art. 1º da Lei nº 8.229/2015; art. 1º, item I, do Decreto nº 3.266/1984; art. 1º, item I, alínea “f”, do Decreto nº 4.490/1986; art. 20 da Lei nº 4.491/73, com redação dada pelo art. 1º da Lei nº 5.231/1985; art. 1º, inciso III, do Decreto nº 4.439/1986 c/c art.134 da Lei Complementar nº 142/2021, do 1º Sargento PM RG 17285, ELIZEU DE OLIVEIRA SENA, mat. nº 5196493/2, pertencente ao efetivo do 8º Batalhão de Polícia Militar do Estado do Pará - BPM (Soure), percebendo nessa situação os proventos mensais de R\$13.537,57 (treze mil, quinhentos e trinta e sete reais e cinquenta e sete centavos), conforme abaixo discriminados:

Soldo de 2º Tenente/PM 2.648,19
 Gratificação de Habilitação Militar - 40% 1.059,28
 Gratificação de Localidade Especial - 40% 1.059,28
 Gratificação de Tropa - 10% 264,82
 Gratificação de Risco de Vida - 100% 2.648,19
 Gratificação de Serviço Ativo - 30% 926,87
 Representação por Graduação - 35% 926,87
 Gratificação por Tempo de Serviço - 20% 1.880,22
 Adicional de Inatividade - 20% 2.256,26
 Total de Proventos 13.537,57

II – Os efeitos desta Portaria retroagirão a 27/04/2023, data da Sessão EM Grau de Recurso nº 03/2022 - JPMSS, nos termos do art. 108, § 2º, da Lei nº 5.251/1985, respeitando os valores das tabelas salariais vigentes à época.

III – Este benefício será implantado na folha de pagamento a contar de 01/07/2023, respeitando a legislação vigente à data que em que o (a) segurado (a) reuniu os requisitos para passagem à inatividade, nos termos do 60 § 2º c/c art. 132 da Lei Complementar nº 142/2021.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva

Presidente do IGEPPS /PA

Protocolo: 959938

PORTARIA RR Nº 1395 DE 21 DE JUNHO DE 2023

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DO BENEFÍCIO DE RESERVA REMUNERADA EX-OFFICIO POR PROMOÇÃO POR TEMPO DE SERVIÇO “EX OFFICIO A PEDIDO”-PROCESSO Nº 2023/373347.

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária e de Proteção Social do Estado do Pará - IGEPPS, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 142 de 16/12/2021, que alterou a Lei Complementar nº 039 de 09/01/2002, resolve:

I – I – Transferir “ex-offício” para a Reserva Remunerada, na mesma graduação, de acordo com o art. 10, inciso I alínea “a”, § 8º, da Lei nº 8.230/2015, e alterações da Lei nº 8.388/2016 e Lei nº 9.387, de 16 de dezembro de 2021; art. 21-A, alínea “B” da Lei nº 4.491/1973, alterada pela Lei nº 9.387/2021; art. 27-A, anexo I, Categoria “A” da Lei nº 4.491/1973, alterada pela Lei nº 9.387/2021; art. 29-C da Lei nº 4.491/1973, alterada pela Lei nº 9.387/2021; art. 29-A da Lei nº 4.491/1973, alterada pela Lei nº 9.387/2021; art. 22-A da Lei nº 4.491/1973, alterada pela Lei nº 9.387/2021; art. 29-B, alínea “f” da Lei nº 4.491/1973, alterada pela Lei nº 9.387/2021; art. 20 da Lei nº 4.491/1973 com redação dada pelo art. 1º da Lei nº 5.231/1985; art. 134, inciso I da Lei Complementar nº 142/2021, do 1º Sargento PM RG 21845, FRANCISCO DE ASSIS DO NASCIMENTO, mat. nº 5578230/1, pertencente ao efetivo do 16º Batalhão da Polícia Militar do Estado do Pará (Altamira), percebendo nessa situação os proventos mensais de R\$ 7.572,88 (sete mil, quinhentos e setenta e dois reais e oitenta e oito centavos), conforme abaixo discriminados:

Soldo de 1º Sargento/PM 1.215,50
 Gratificação de Habilitação Militar - 40% 486,20
 Gratificação de Localidade Especial - 40% 486,20
 Gratificação de Tropa - 10% 121,55
 Gratificação de Risco de vida - 100% 1.215,50
 Gratificação de Serviço Ativo - 30% 364,65
 Representação por Graduação - 35% 425,43

Gratificação por Tempo de Serviço - 30% 1.294,51
Adicional de Inatividade - 35% 1.963,34
Total de Proventos 7.572,88

II - Esta Portaria produzirá seus efeitos a contar de 01/07/2023, respeitando a legislação vigente à data que em que o(a) segurado(a) reuniu os requisitos para passagem à inatividade, nos termos do art. 132 da Lei Complementar nº 142/2021.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Presidente do IGEPPS/PA

Protocolo: 959943

PORTARIA RE Nº 1.508 DE 03 DE JULHO DE 2023

DISPÕE SOBRE A ALTERAÇÃO DO BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO DE RESERVA REMUNERADA PARA REFORMA EX-OFFÍCIO POR IDADE - PROCESSO Nº 2021/1128375

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará - IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:

I - Reformar "ex-offício" por idade, da Tenente Coronel QOSPM RR 13812, GRACILDA CÂMARA CORRÊA GENU, mat. nº 5069033/1, pertencente à Reserva Remunerada a Pedido, por meio da PORTARIA RR Nº 915 de 02/07/2007, alterando o fundamento legal do benefício do interessado, de acordo com a redação original dada pelo art. 106, inciso I, alínea "c" e art. 107 da Lei nº 5251/1985; art. 52, inc. II, § 1º, alínea "c", da Lei nº 5251/1985 art. 1º, inciso II e art. 2º, inciso I ambos do Decreto nº 2.940/1983; art. 1º, Categoria "A", do Decreto nº 1.461/1981 c/c PORTARIA Nº 001/1999-DRH/3; art. 2º, inciso I do Decreto nº 2940/83; art. 1º do Decreto nº 2.696/1983; art. 1º da Lei nº 8.229/2015, inciso IV, alínea "c"; art. 1º, item I, do Decreto nº 3.266/1984; art. 1º, item I, alínea "b", do Decreto nº 4.490/1986; art. 20 da Lei nº 4.491/73, com redação dada pelo art. 1º da Lei nº 5.231/1985; art. 1º, inciso II, do Decreto nº 4.439/1986, art. 99, "caput", da Lei nº 4.491/1973 c/c art. 146 da Lei nº 5.251/1985; percebendo nessa situação os proventos mensais R\$39.828,10 (trinta e nove mil, oitocentos e vinte e oito reais e dez centavos), conforme abaixo discriminados:

Soldo de Coronel/PM 5.364,05

Gratificação de Habilitação Militar - 40% 2.145,62

Gratificação de Localidade Especial - 40% 2.145,62

Auxílio Moradia - 30% 1.609,22

Indenização de Tropa - 10% 536,41

Gratificação de Risco de Vida - 100% 5.364,05

Gratificação de Serviço Ativo - 30% 1.609,22

Representação por Graduação - 60% 3.218,43

Gratificação por Tempo de Serviço - 25% 5.498,16

Adicional de Inatividade - 35% 9.621,77

Auxílio Invalidez 2.715,55

Total de proventos 39.828,10

II - Os efeitos jurídicos desta Portaria retroagirão a 21/07/2021, data em que a militar completou 64 anos de idade, limite etário de permanência na reserva remunerada, para o posto de Tenente Coronel PM.

III - Os efeitos financeiros da parcela de Auxílio Invalidez retroagirão a 25/08/2021, data da Sessão Ordinária nº 013/2021 - JPMSS, nos termos do art. 108, §2º da Lei nº 5251/1985, respeitando os valores das tabelas salariais vigentes à época.

IV - A parcela auxílio invalidez possui natureza jurídica transitória, e, eventualmente cessadas as condições especificadas no art. 99 da Lei nº 4.491/1973, será excluída da composição dos proventos de reforma por incapacidade

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 959948

PORTARIA RE Nº 1.449 DE 26 DE JUNHO DE 2023

DISPÕE SOBRE A RETIFICAÇÃO DO BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO DE REFORMA "EX OFFÍCIO" - PROCESSO Nº 2022/1567782.

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará - IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:

I - Retificar a Portaria RE nº 598 de 30.06.2004, que reformou "ex-offício", na mesma graduação, o Soldado PM RE 21588, HAROLDO RAIOL GONZAGA, mat. nº 5389518/1, alterando o fundamento legal do benefício do interessado, de acordo com o art.106, inciso II e art. 108, inciso III, da Lei nº 5.251/1985 e V. Acórdão nº 16.034/1988 c/c Acórdão nº 60.794/2020 do Tribunal de Contas do Estado do Pará; art. 109, §1º, da Lei nº 5.251/1985; art. 1º, inciso IV, alínea "d", do Decreto nº2.940/1983; art. 1º, categoria "B" do Decreto nº1.461/1981 c/c PORTARIA Nº 001/1999 - DRH/3; art. 1º, do Decreto nº 2.696/1983; art. 1º da Lei nº 8.229/2015; art. 1º, inciso I, do Decreto nº 3.266/1984; art. 1º, inciso I, alínea "h", do Decreto nº 4.490/1986; art. 20, da Lei nº 4.491/1973, com redação dada pelo art. 1º da Lei nº 5.231/1985; art. 1º, inciso III, do Decreto nº 4.439/1986, percebendo nessa situação os proventos mensais de R\$5.134,27 (cinco mil, setecentos e dezessete reais), conforme abaixo discriminados:

Soldo de Soldado/PM 1.215,50

Gratificação de Habilitação Militar - 20% 243,10

Gratificação de Localidade Especial - 30% 364,65

Indenização de Tropa - 10% 121,55

Gratificação de Risco de Vida - 100% 1.215,50

Gratificação de Serviço Ativo - 30% 364,65

Representação por Graduação - 30% 364,65

Gratificação por Tempo de Serviço - 10% 388,96

Adicional de Inatividade - 20% 855,71

Total de Proventos 5.134,27

II - Os efeitos desta Portaria retroagirão a 06/04/2016, data da Sessão Ordinária nº 007/2016 - JPMSS, nos termos do art. 108, §2º da Lei nº 5251/1985, respeitando os valores das tabelas salariais vigentes à época.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 959955

PORTARIA RE Nº 1.525 DE 28 DE JUNHO DE 2023

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DO BENEFÍCIO DE REFORMA EX-OFFÍCIO POR INCAPACIDADE - PROCESSO Nº 2023/369076.

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária e de Proteção Social do Estado do Pará - IGEPPS, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº142 de 16/12/2021, que alterou a Lei Complementar nº 039, de 09/01/2002, resolve:

I - Reformar "ex-offício", na mesma graduação, de acordo com o art. 86, inciso II e art. 89, inciso V, da Lei Complementar nº 142/2021; art. 95, inciso I da Lei Complementar nº 142/2021; art. 21-A, alínea "d" da Lei nº 4.491/1973, alterada pela Lei nº9.387/2021; art. 27-A, anexo I, Categoria "A" da Lei nº 4.491/1973, alterada pela Lei nº9.387/2021; art. 29-C da Lei nº 4.491/1973, alterada pela Lei nº 9.387/2021; art. 29-A da Lei nº 4.491/1973, alterada pela Lei nº 9.387/2021; art. 22-A da Lei nº4.491/1973, alterada pela Lei nº 9.387/2021; art. 29-B, alínea "f" da Lei nº 4.491/1973, alterada pela Lei nº9.387/2021; art. 20 da Lei nº 4.491/1973 com redação dada pelo art. 1º da Lei nº5.231/1985; art. 134, inciso II da Lei Complementar nº 142/2021, art. 135, caput, inc. I e II, §4º da Lei Complementar nº142/2021, o 3º Sargento PM RG 33751, SAUL PAULO PEREIRA, mat. nº54195384/1, pertencente ao efetivo do 3º Batalhão da Polícia Militar do Estado do Pará (Santarém), percebendo nessa situação os proventos mensais de R\$6.834,76(seis mil, oitocentos e trinta e quatro reais e setenta e seis centavos), conforme abaixo discriminados: Soldo de 3º Sargento/PM 1.215,50

Gratificação de Habilitação Militar - 20% 243,10

Gratificação de Localidade Especial - 40% 486,20

Gratificação de Tropa - 10% 121,55

Gratificação de Risco de Vida - 100% 1.215,50

Gratificação de Serviço Ativo - 30% 364,65

Representação por Graduação - 35% 425,43

Gratificação por Tempo de Serviço - 15% 610,79

Adicional de Inatividade - 20% 936,54

Auxílio invalidez 1.215,50

Total de Proventos 6.834,76

II - Os efeitos desta Portaria retroagirão a 10/02/2022, data da Sessão Ordinária nº 004/2022 - JPMSS, nos termos do art. 89, inciso V, § 2º, da Lei Complementar nº 142/2021, respeitando os valores das tabelas salariais vigentes à época.

III - Este benefício será implantado na folha de pagamento a contar de 01/07/2023.

IV- A parcela auxílio invalidez possui natureza jurídica transitória e eventualmente cessada as condições especificadas no art. art. 135, inciso I e II, §1º Lei Complementar nº 142/2021, será excluída da composição dos proventos de reforma "ex-offício".

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Presidente do IGEPPS /PA

Protocolo: 959799

PORTARIA RR Nº 1506 DE 03 DE JULHO DE 2023

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DO BENEFÍCIO DE RESERVA REMUNERADA EX-OFFÍCIO POR PROMOÇÃO POR TEMPO DE SERVIÇO - PROCESSO Nº 2023/317273.

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária e de Proteção Social do Estado do Pará - IGEPPS, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 142 de 16/12/2021, que alterou a Lei Complementar nº 039, de 09/01/2002, resolve:

I - Transferir "ex-offício" para a Reserva Remunerada, na mesma graduação, de acordo com o art. 10, inciso I alínea "a", § 8º, da Lei nº 8.230/2015, e alterações da Lei nº 9.387, de 16 de dezembro de 2021; art. 21-A, alínea "b" da Lei nº 4.491/1973, alterada pela Lei nº 9.387/2021; art. 27-A, anexo I, Categoria "B" da Lei nº 4.491/1973, alterada pela Lei nº 9.387/2021; art. 29-C da Lei nº 4.491/1973, alterada pela Lei nº 9.387/2021; art. 29-A da Lei nº 4.491/1973, alterada pela Lei nº 9.387/2021; art. 22-A da Lei nº 4.491/1973, alterada pela Lei nº 9.387/2021; art. 29-B, alínea "f" da Lei nº 4.491/1973, alterada pela Lei nº 9.387/2021; art. 20 da Lei nº 4.491/1973 com redação dada pelo art. 1º da Lei nº 5.231/1985; art. 134, inciso I da Lei Complementar nº 142/2021, do 1º Sargento PM RG 20240 JOSÉ MARCELO MORAES MONTEIRO, mat. nº 5389798/1, pertencente ao efetivo do 19º Batalhão Polícia Militar (Paragominas), percebendo nessa situação os proventos mensais de R\$ 9.714,88 (nove mil, setecentos e catorze reais e oitenta e oito centavos), conforme abaixo discriminados:

Soldo de 1º Sargento/PM 1.604,51

Gratificação de Habilitação Militar - 40% 641,80

Gratificação de Localidade Especial - 30% 481,35

Gratificação de Tropa - 10% 160,45

Gratificação de Risco de vida - 100% 1.604,51

Gratificação de Serviço Ativo - 30% 481,35

Representação por Graduação - 35% 425,43

Gratificação por Tempo de Serviço - 30% 1.660,66

Adicional de Inatividade - 35% 2.518,67

Total de Proventos 9.714,88

II - Esta Portaria produzirá seus efeitos a contar de 01/07/2023, respeitando a legislação vigente à data que em que o(a) segurado(a) reuniu os requisitos para passagem à inatividade, nos termos do art. 132 da Lei Complementar nº 142/2021.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Presidente do IGEPPS/PA

Protocolo: 959806

PORTARIA RR Nº 1.523 DE 29 DE JUNHO DE 2023

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DO BENEFÍCIO DE RESERVA REMUNERADA EX-OFFICIO POR PROMOÇÃO POR TEMPO DE SERVIÇO - PROCESSO Nº 2023/482958.

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária e de Proteção Social do Estado do Pará - IGEPPS, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar nº 142, de 16/12/2021, que alterou a Lei Complementar nº 039, de 09/01/2002, resolve:

I - Transferir "ex-offício" para a Reserva Remunerada, na mesma graduação, de acordo com o art. 10, inciso III, § 8º, da Lei nº 8.230/2015, e alterações da Lei nº 8.388/2016 e Lei nº 9.387, de 16 de dezembro de 2021; art. 21-A, alínea "b" da Lei nº 4.491/1973, alterada pela Lei nº 9.387/2021; art. 27-A, anexo I, Categoria "a" da Lei nº 4.491/1973, alterada pela Lei nº 9.387/2021; art. 29-C da Lei nº 4.491/1973, alterada pela Lei nº 9.387/2021; art. 29-A da Lei nº 4.491/1973, alterada pela Lei nº 9.387/2021; art. 22-A da Lei nº 4.491/1973, alterada pela Lei nº 9.387/2021; art. 29-B, alínea "f" da Lei nº 4.491/1973, alterada pela Lei nº 9.387/2021; art. 20 da Lei nº 4.491/1973 com redação dada pelo art. 1º da Lei nº 5.231/1985; art. 134, inciso I da Lei Complementar nº 142/2021, do 1º Sargento PM RG 19320 CAZIMIRO CORREIA PINTO, mat. nº 5374626/1, lotado no 32º Batalhão de Polícia Militar (Cametá), percebendo nessa situação os proventos mensais de R\$ 7.572,88 (sete mil, quinhentos e setenta e dois reais e oitenta e oito centavos), conforme abaixo discriminados:

Soldo de 1º Sargento/PM 1.215,50
Gratificação de Habilitação Militar - 40% 486,20
Gratificação de Localidade Especial - 40% 486,20
Gratificação de Tropa - 10% 121,55
Gratificação de Risco de vida - 100% 1.215,50
Gratificação de Serviço Ativo - 30% 364,65
Representação por Graduação - 35% 425,43
Gratificação por Tempo de Serviço - 30% 1.294,51
Adicional de Inatividade - 35% 1.963,34
Total de Proventos 7.572,88

II - Esta Portaria produzirá seus efeitos a contar de 01/07/2023, respeitando a legislação vigente à data que em que o(a) segurado(a) reuniu os requisitos para passagem à inatividade, nos termos do art. 132 da Lei Complementar nº 142/2021.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Presidente do IGEPPS/PA

Protocolo: 959808

PORTARIA RE Nº 1.481 DE 28 DE JUNHO DE 2023

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DO BENEFÍCIO DE REFORMA EX-OFFICIO POR INCAPACIDADE - PROCESSO Nº 2023/666205.

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária e de Proteção Social do Estado do Pará - IGEPPS, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 142 de 16/12/2021, que alterou a Lei Complementar nº 039, de 09/01/2002, resolve:

I - Reformar "ex-offício", na mesma graduação, de acordo com o art. 86, inciso II e art. 89, inciso V, da Lei Complementar nº 142/2021; art. 95, inciso I e II da Lei Complementar nº 142/2021 c/c art. 134 parágrafo único da Lei Complementar nº 142/2021; art. 21-A, alínea "b" da Lei nº 4.491/1973, alterada pela Lei nº 9.387/2021; art. 27-A, anexo I, Categoria "B" da Lei nº 4.491/1973, alterada pela Lei nº 9.387/2021; art. 29-C da Lei nº 4.491/1973, alterada pela Lei nº 9.387/2021; art. 29-A da Lei nº 4.491/1973, alterada pela Lei nº 9.387/2021; art. 22-A da Lei nº 4.491/1973, alterada pela Lei nº 9.387/2021; art. 29-B, alínea "f" da Lei nº 4.491/1973, alterada pela Lei nº 9.387/2021; art. 20 da Lei nº 4.491/1973 com redação dada pelo art. 1º da Lei nº 5.231/1985; art. 135, inciso I e II, §4º Lei Complementar nº 142/2021; art. 134, inciso I da Lei Complementar nº 142/2021, o 1º Sargento BM RG 1596099, CARLOS AUGUSTO VASCONCELOS LANDEIRO, matrícula nº 5428610/1, pertencente ao efetivo do 6º Grupamento Bombeiro Militar - (Barcarena), percebendo nessa situação os proventos mensais de R\$8.575,05 (oito mil, quinhentos e setenta e cinco reais e cinco centavos), conforme abaixo discriminados:

Soldo de 1º Sargento/BM 1.215,50
Gratificação de Habilitação Militar - 40% 486,20
Gratificação de Localidade Especial - 30% 364,65
Gratificação de Tropa - 10% 121,55
Gratificação de Risco de Vida - 100% 1.215,50
Gratificação de Serviço Ativo - 30% 364,65
Representação por Graduação - 35% 425,43
Gratificação por Tempo de Serviço - 30% 1.258,04
Adicional de Inatividade - 35% 1.728,29
Auxílio Invalidez 1.908,03
Total de Proventos 8.575,05

II - Os efeitos desta Portaria retroagirão a 03/05/2023, data da Sessão Ordinária nº 004/2022 - JPMSS, nos termos do art. 89, inciso V, § 2º, da Lei Complementar nº 142/2021, respeitando os valores das tabelas salariais vigentes à época.

III - Este benefício será implantado na folha de pagamento a contar de 01/07/2023.

IV- A parcela auxílio invalidez possui natureza jurídica transitória e eventualmente cessada as condições especificadas no art. art. 135, inciso I e II, §1º Lei Complementar nº 142/2021, será excluída da composição dos proventos de reforma "ex-offício".

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Presidente do IGEPPS /PA

Protocolo: 959814

PORTARIA RR Nº 1.530 DE 04 DE JULHO DE 2023

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DO BENEFÍCIO DE RESERVA REMUNERADA EX-OFFICIO POR PROMOÇÃO POR TEMPO DE SERVIÇO - PROCESSO Nº 2023/405207.

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária e de Proteção Social do Estado do Pará - IGEPPS, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 142 de 16/12/2021, que alterou a Lei Complementar nº 039, de 09/01/2002, resolve:

I - Transferir "ex-offício" para a Reserva Remunerada, na mesma graduação, de acordo com o art. 10, inciso I alínea "a", § 8º, da Lei nº 8.230/2015, e alterações da Lei nº 9.387, de 16 de dezembro de 2021; art. 21-A, alínea "b" da Lei nº 4.491/1973, alterada pela Lei nº 9.387/2021; art. 27-A, anexo I, Categoria "B" da Lei nº 4.491/1973, alterada pela Lei nº 9.387/2021; art. 29-C da Lei nº 4.491/1973, alterada pela Lei nº 9.387/2021; art. 29-A da Lei nº 4.491/1973, alterada pela Lei nº 9.387/2021; art. 22-A da Lei nº 4.491/1973, alterada pela Lei nº 9.387/2021; art. 29-B, alínea "f" da Lei nº 4.491/1973, alterada pela Lei nº 9.387/2021; art. 20 da Lei nº 4.491/1973 com redação dada pelo art. 1º da Lei nº 5.231/1985; art. 134, inciso I da Lei Complementar nº 142/2021, do 1º Sargento PM RG 20237, JEDSON LIMA DE OLIVEIRA, mat. nº 5043417/1, pertencente ao efetivo do 51º Batalhão de Polícia Militar do Estado do Pará - BPM (Paragominas), percebendo nessa situação os proventos mensais de R\$ 7.359,55 (sete mil, trezentos e cinquenta e nove reais e cinquenta e cinco centavos), conforme abaixo discriminados:

Soldo de 1º Sargento/PM 1.215,50
Gratificação de Habilitação Militar - 40% 486,20
Gratificação de Localidade Especial - 30% 364,65
Gratificação de Tropa - 10% 121,55
Gratificação de Risco de vida - 100% 1.215,50
Gratificação de Serviço Ativo - 30% 364,65
Representação por Graduação - 35% 425,43
Gratificação por Tempo de Serviço - 30% 1.258,04
Adicional de Inatividade - 35% 1.908,03
Total de Proventos 7.359,55

II - Esta Portaria produzirá seus efeitos a contar de 01/07/2023, respeitando a legislação vigente à data que em que o(a) segurado(a) reuniu os requisitos para passagem à inatividade, nos termos do art. 132 da Lei Complementar nº 142/2021.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Presidente do IGEPPS/PA

Protocolo: 959818

PORTARIA RR Nº 1.514 DE 03 DE JULHO DE 2023.

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DO BENEFÍCIO DE RESERVA REMUNERADA EX-OFFICIO POR PROMOÇÃO POR TEMPO DE SERVIÇO "EX OFFICIO A PEDIDO"-PROCESSO Nº 2023/369508.

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária e de Proteção Social do Estado do Pará - IGEPPS, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 142 de 16/12/2021, que alterou a Lei Complementar nº 039 de 09/01/2002, resolve:

I - I - Transferir "ex-offício" para a Reserva Remunerada, na mesma graduação, de acordo com o art. 10, inciso I alínea "a", § 8º, da Lei nº 8.230/2015, e alterações da Lei nº 8.388/2016 e Lei nº 9.387, de 16 de dezembro de 2021; art. 21-A, alínea "b" da Lei nº 4.491/1973, alterada pela Lei nº 9.387/2021; art. 27-A, anexo I, Categoria "A" da Lei nº 4.491/1973, alterada pela Lei nº 9.387/2021; art. 29-C da Lei nº 4.491/1973, alterada pela Lei nº 9.387/2021; art. 29-A da Lei nº 4.491/1973, alterada pela Lei nº 9.387/2021; art. 22-A da Lei nº 4.491/1973, alterada pela Lei nº 9.387/2021; art. 29-B, alínea "f" da Lei nº 4.491/1973, alterada pela Lei nº 9.387/2021; art. 20 da Lei nº 4.491/1973 com redação dada pelo art. 1º da Lei nº 5.231/1985; art. 134, inciso I da Lei Complementar nº 142/2021, do 1º Sargento PM RG 23087, ANTONIO CARLOS LOPES DA SILVA, mat. nº 5406803/1, pertencente ao efetivo do 3º Batalhão da Polícia Militar do Estado do Pará (São Félix do Xingu), percebendo nessa situação os proventos mensais de R\$7.572,87 (sete mil, quinhentos e setenta e dois reais e oitenta e oito centavos), conforme abaixo discriminados:

Soldo de 1º Sargento/PM 1.215,50
Gratificação de Habilitação Militar - 40% 486,20
Gratificação de Localidade Especial - 40% 486,20
Indenização de Tropa - 10% 121,55
Gratificação de Risco de vida - 100% 1.215,50
Gratificação de Serviço Ativo - 30% 364,65
Representação por Graduação - 35% 425,42
Gratificação por Tempo de Serviço - 30% 1.294,51
Adicional de Inatividade - 35% 1.963,34
Total de Proventos 7.572,87

II - Esta Portaria produzirá seus efeitos a contar de 01/07/2023, respeitando a legislação vigente à data que em que o(a) segurado(a) reuniu os requisitos para passagem à inatividade, nos termos do art. 132 da Lei Complementar nº 142/2021.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Presidente do IGEPPS/PA

Protocolo: 959824

PORTARIA RR Nº 1.527 DE 03 DE JULHO DE 2023

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DO BENEFÍCIO DE RESERVA REMUNERADA A PEDIDO - PROCESSO Nº 2023/326680.

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária e de Proteção Social do Estado do Pará - IGEPPS, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 142 de 16/12/2021, que alterou a Lei Complementar nº 039, de 09/01/2002, resolve:

I - Transferir para Reserva Remunerada, a pedido, no mesmo posto, de acordo o art. 67, inciso I c/c art. 66, §3º, inciso III da Lei Complementar nº 142/2021, bem como com o art. 1º da Lei Estadual nº 5.681/1991 e art. 45, § 9º da Constituição Estadual; art. 1º, anexo único da Lei nº 7.807/2014 c/c art. 134 parágrafo único, item II, da Lei Complementar nº 142/2021; art. 21-A, alínea "b" da Lei nº 4.491/1973, alterada pela Lei nº 9.387/2021; art. 27-A, anexo I, Categoria "A" da Lei nº 4.491/1973, alterada pela Lei nº 9.387/2021; art. 29-C da Lei nº 4.491/1973, alterada pela Lei nº 9.387/2021; art. 29-A da Lei nº 4.491/1973, alterada pela Lei nº 9.387/2021; art. 22-A da Lei nº 4.491/1973, alterada pela Lei nº 9.387/2021; art. 29-B, alínea "f" da Lei nº 4.491/1973, alterada pela Lei nº 9.387/2021; art. 20 da Lei nº 4.491/1973 com redação dada pelo art. 1º da Lei nº 5.231/1985; art. 134, inciso I da Lei Complementar nº 142/2021; o Subtenente PM RG 23840, DILSON RODRIGUES DOS SANTOS, mat. nº 5703077/1,

pertencente ao efetivo da 18ª Batalhão de Polícia Militar do Estado do Pará (Monte Alegre), percebendo nessa situação os proventos mensais de R\$ 16.498,90 (Dezesseis mil, quatrocentos e noventa e oito reais e noventa centavos), conforme abaixo discriminados:

Soldo de 2º Tenente/PM 2.648,19

Gratificação de Habilitação Militar - 40% 1.059,28

Gratificação de Localidade Especial - 40% 1.059,28

Indenização de Tropa - 10% 264,82

Gratificação de Risco de vida - 100% 2.648,19

Gratificação de Serviço Ativo - 30% 794,46

Representação por Graduação - 35% 926,87

Gratificação por Tempo de Serviço - 30% 2.820,33

Adicional de Inatividade - 35% 4.277,50

Total de Proventos 16.498,90

II - Esta Portaria produzirá seus efeitos a contar de 01/07/2023, respeitando a legislação vigente à data que em que o (a) segurado (a) reuniu os requisitos para passagem a inatividade, nos termos do art. 132 da Lei Complementar nº 142/2021.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva

Presidente do IGEPPS/PA

Protocolo: 959844

PORTARIA RR Nº 1.498 DE 29 DE JUNHO DE 2023

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DO BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO DE REFORMA EX-OFFICIO - PROCESSO Nº 2022/1178806.

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária e de Proteção Social do Estado do Pará - IGEPPS, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 142 de 16/12/2021, que alterou a Lei Complementar nº 039, de 09/01/2002, resolve:

I - Reformar "ex-offício", na mesma graduação, de acordo com o art. 86, inciso II e art. 89, inciso VI, ambos da Lei Complementar nº 142/2021, art. 110, art. 21-A, alínea "b" da Lei nº 4.491/1973, alterada pela Lei nº 9.387/2021, art. 29-A da Lei nº 4.491/1973, alterada pela Lei nº 9.387/2021; art. 20 da Lei nº 4.491/1973 com redação dada pelo art. 1º da Lei nº 5.231/1985, art. 134, inciso II da Lei Complementar nº 142/2021, do 2º Sargento BM RG 1909041, DANIEL ANGELINS RODRIGUES, mat. nº 5602513/1, pertencente ao efetivo do 1º Grupamento Bombeiro Militar do Estado do Pará (Belém), percebendo nessa situação os proventos mensais de R\$4.293,07 (dois mil, duzentos e noventa e três reais e sete centavos), conforme abaixo discriminados:

Soldo de 3º Sargento BM proporcional a 10.743 dias de 10.950 dias

sobre R\$ 1.215,50 correspondente a 98,1095% 1.192,52

Gratificação de Habilitação Militar - 40% 122,24

Gratificação de Risco de Vida - 100% 1.192,52

Gratificação por Tempo de Serviço - 25% 715,51

Adicional de Inatividade - 20% 715,51

Total de Proventos 4.293,07

II - Esta Portaria produzirá seus efeitos a contar de 01/07/2023, respeitando a legislação vigente à data que em que o(a) segurado(a) reuniu os requisitos para passagem a inatividade, nos termos do art. 132 da Lei Complementar nº 142/2021.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva

Presidente do IGEPPS/PA

Protocolo: 959846

PORTARIA RR Nº 1391 DE 21 DE JUNHO DE 2023

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DO BENEFÍCIO DE RESERVA REMUNERADA EX-OFFICIO POR PROMOÇÃO POR TEMPO DE SERVIÇO "EX OFFICIO A PEDIDO"-PROCESSO Nº 2023/190220.

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária e de Proteção Social do Estado do Pará - IGEPPS, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 142 de 16/12/2021, que alterou a Lei Complementar nº 039 de 09/01/2002, resolve:

I - Transferir "ex-offício" para a Reserva Remunerada, na mesma graduação, de acordo com o art. 10, inciso I alínea "a", § 8º, da Lei nº 8.230/2015, e alterações da Lei nº 8.388/2016 e Lei nº 9.387, de 16 de dezembro de 2021; art. 21-A, alínea "B" da Lei nº 4.491/1973, alterada pela Lei nº 9.387/2021; art. 27-A, anexo I, Categoria "B" da Lei nº 4.491/1973, alterada pela Lei nº 9.387/2021; art. 29-C da Lei nº 4.491/1973, alterada pela Lei nº 9.387/2021; art. 29-A da Lei nº 4.491/1973, alterada

pela Lei nº 9.387/2021; art. 22-A da Lei nº 4.491/1973, alterada pela Lei nº 9.387/2021; art. 29-B, alínea "f" da Lei nº 4.491/1973, alterada pela Lei nº 9.387/2021; art. 20 da Lei nº 4.491/1973 com redação dada pelo art. 1º da Lei nº 5.231/1985; art. 134, inciso I da Lei Complementar nº 142/2021, do 1º Sargento PM RG 19870, EDMILSON JOSÉ PAES NUNES, mat. nº 5396344/1, pertencente ao efetivo do 10º Batalhão da Polícia Militar do Estado do Pará (Distrito de Icoaraci), percebendo nessa situação os proventos mensais de R\$ 7.359,55 (sete mil, trezentos e cinquenta e nove reais e cinquenta e cinco centavos), conforme abaixo discriminados:

Soldo de 1º Sargento/PM 1.215,50

Gratificação de Habilitação Militar - 40% 486,20

Gratificação de Localidade Especial - 30% 364,65

Gratificação de Tropa - 10% 121,55

Gratificação de Risco de vida - 100% 1.215,50

Gratificação de Serviço Ativo - 30% 364,65

Representação por Graduação - 35% 425,43

Gratificação por Tempo de Serviço - 30% 1.258,04

Adicional de Inatividade - 35% 1.908,03

Total de Proventos 7.359,55

II - Esta Portaria produzirá seus efeitos a contar de 01/07/2023, respeitando a legislação vigente à data que em que o(a) segurado(a) reuniu os requisitos para passagem a inatividade, nos termos do art. 132 da Lei Complementar nº 142/2021.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva

Presidente do IGEPPS/PA

Protocolo: 959854

PORTARIA RR Nº 1.483 DE 29 DE JUNHO DE 2023

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DO BENEFÍCIO DE RESERVA REMUNERADA A PEDIDO - PROCESSO Nº 2023/515436.

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária e de Proteção Social do Estado do Pará - IGEPPS, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 142 de 16/12/2021, que alterou a Lei Complementar nº 039, de 09/01/2002, resolve:

I - Transferir para Reserva Remunerada, a pedido, na mesma graduação, de acordo o art. 67, inciso I c/c art. 66, §3º, inciso III da Lei Complementar nº 142/2021, bem como com o art. 1º da Lei Estadual nº 5.681/1991 e art. 45, § 9º da Constituição Estadual; art. 1º, anexo único da Lei nº 7.807/2014 c/c art. 134 parágrafo único, item II, da Lei Complementar nº 142/2021; art. 21-A, alínea "b" da Lei nº 4.491/1973, alterada pela Lei nº 9.387/2021; art. 27-A, anexo I, Categoria "A" da Lei nº 4.491/1973, alterada pela Lei nº 9.387/2021; art. 29-C da Lei nº 4.491/1973, alterada pela Lei nº 9.387/2021; art. 29-A da Lei nº 4.491/1973, alterada pela Lei nº 9.387/2021; art. 22-A da Lei nº 4.491/1973, alterada pela Lei nº 9.387/2021; art. 29-B, alínea "f" da Lei nº 4.491/1973, alterada pela Lei nº 9.387/2021; art. 20 da Lei nº 4.491/1973 com redação dada pelo art. 1º da Lei nº 5.231/1985; art. 134, inciso I da Lei Complementar nº 142/2021; o Subtenente BM RG 2571248, EDIELSON ROBERTO DA SILVA FERREIRA, mat. nº 5610141/1, pertencente ao efetivo do 4º Grupamento Bombeiro Militar - GBM (Santarém), percebendo nessa situação os proventos mensais de R\$16.498,92 (Dezesseis mil, quatrocentos e noventa e oito reais e oitenta e nove centavos), conforme abaixo discriminados:

Soldo de 2º Tenente/BM 2.648,19

Gratificação de Habilitação Militar - 40% 1.059,28

Gratificação de Localidade Especial - 40% 1.059,28

Gratificação de Tropa - 10% 264,82

Gratificação de Risco de vida - 100% 2.648,19

Gratificação de Serviço Ativo - 30% 794,46

Representação por Graduação - 35% 926,87

Gratificação por Tempo de Serviço - 30% 2.820,32

Adicional de Inatividade - 35% 4.277,49

Total de Proventos 16.498,92

II - Esta Portaria produzirá seus efeitos a contar de 01/07/2023, respeitando a legislação vigente à data que em que o (a) segurado (a) reuniu os requisitos para passagem a inatividade, nos termos do art. 132 da Lei Complementar nº 142/2021.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva

Presidente do IGEPPS/PA

Protocolo: 959859

PORTARIA RR Nº 1.509 DE 03 DE JULHO DE 2023

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DO BENEFÍCIO DE RESERVA REMUNERADA EX-OFFICIO POR PROMOÇÃO POR TEMPO DE SERVIÇO - PROCESSO Nº 2023/492651.

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária e de Proteção Social do Estado do Pará - IGEPPS, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 142 de 16/12/2021, que alterou a Lei Complementar nº 039, de 09/01/2002, resolve:

I - Transferir "ex-offício" para a Reserva Remunerada, na mesma graduação, de acordo com o art. 10, inciso I alínea "a", § 8º, da Lei nº 8.230/2015, e alterações da Lei nº 9.387, de 16 de dezembro de 2021; art. 21-A, alínea "d" da Lei nº 4.491/1973, alterada pela Lei nº 9.387/2021; art. 27-A, anexo I, Categoria "B" da Lei nº 4.491/1973, alterada pela Lei nº 9.387/2021; art. 29-C da Lei nº 4.491/1973, alterada pela Lei nº 9.387/2021; art. 29-A da Lei nº 4.491/1973, alterada pela Lei nº 9.387/2021; art. 22-A da Lei nº 4.491/1973, alterada pela Lei nº 9.387/2021; art. 29-B, alínea "f" da Lei nº 4.491/1973, alterada pela Lei nº 9.387/2021; art. 20 da Lei nº 4.491/1973 com redação dada pelo art. 1º da Lei nº 5.231/1985; art. 134, inciso I da Lei Complementar nº 142/2021, do 3º Sargento PM RG 19480, LUIZ CARLOS MENDES, mat. nº 5385113/1, pertencente ao efetivo no DEPARTAMENTO GERAL DE PESSOAL - (DGP - Distrito de Icoaraci), per-

cebendo nessa situação os proventos mensais de R\$ 7.146,24 (sete mil, cento e quarenta e seis reais e vinte e quatro centavos), conforme abaixo discriminados:

Soldo de 3º Sargento/PM 1.215,50
 Gratificação de Habilitação Militar - 20% 243,10
 Gratificação de Localidade Especial - 30% 364,65
 Gratificação de Tropa - 10% 121,55
 Gratificação de Risco de vida - 100% 1.215,50
 Gratificação de Serviço Ativo - 30% 364,65
 Representação por Graduação - 35% 425,42
 Gratificação por Tempo de Serviço - 30% 1.185,11
 Adicional de Inatividade - 35% 1.797,42
 Total de Proventos 7.146,24

II - Esta Portaria produzirá seus efeitos a contar de 01/07/2023, respeitando a legislação vigente à data que em que o(a) segurado(a) reuniu os requisitos para passagem à inatividade, nos termos do art. 132 da Lei Complementar nº 142/2021.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
 Presidente do IGEPPS/PA

Protocolo: 959862

PORTARIA RR Nº 1.418 DE 23 DE JUNHO DE 2023

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DO BENEFÍCIO DE RESERVA REMUNERADA A PEDIDO - PROCESSO Nº 2023/720882.

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária e de Proteção Social do Estado do Pará - IGEPPS, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 142, de 16/12/2021, que alterou a Lei Complementar nº 039, de 09/01/2002, resolve:

I - Transferir para Reserva Remunerada, a pedido, no mesmo posto, de acordo com os artigos art. 67, inciso I c/c art. 66, §3º, inciso III da Lei Complementar nº 142/2021, bem como com o art. 1º da Lei Estadual nº 5.681/1991 e art. 45, § 9º da Constituição Estadual; art.134, parágrafo único, inciso I da Lei Complementar nº 142/2021; art. 21-A, alínea "a" da Lei nº4.491/1973, alterada pela Lei nº9.387/2021; art. 27-A, anexo I, Categoria "A" da Lei nº4.491/1973, alterada pela Lei nº9.387/2021; art. 29-C da Lei nº 4.491/1973, alterada pela Lei nº9.387/2021; art. 29-A da Lei nº 4.491/1973, alterada pela Lei nº 9.387/2021; art. 22-A da Lei nº4.491/1973, alterada pela Lei nº 9.387/2021; art. 29-B, alínea "b" da Lei nº 4.491/1973, alterada pela Lei nº 9.387/2021; art. 20 da Lei nº4.491/1973 com redação dada pelo art. 1º da Lei nº 5.231/1985; art. 134, inciso I da Lei Complementar nº 142/2021; art.39, §2º da Constituição Estado do Pará alterado pela Emenda Constitucional nº85 de 28/06/2022, do CORONEL QOBM RG 2092754 EDGAR AUGUSTO DA GAMA GOÊS, mat. nº 5399424/1, pertencente ao efetivo do 5º Grupamento de Incêndio Bombeiro Militar (Marabá), percebendo nessa situação os proventos mensais de R\$41.650,90 (quarenta e um mil, seiscentos e cinquenta reais e dezoito centavos), conforme abaixo discriminados:

Soldo de CORONEL/BM +20% 6.436,86
 Gratificação de Habilitação Militar - 50% 3.218,43
 Gratificação de Localidade Especial - 40% 2.574,74
 Gratificação de Tropa - 10% 643,69
 Gratificação de Risco de Vida - 100% 6.436,86
 Gratificação de Serviço Ativo - 30% 1.931,06
 Representação por Graduação - 60% 3.862,12
 Gratificação por Tempo de Serviço - 30% 7.531,13
 Adicional de Inatividade - 35% 11.422,21
 Subtotal 44.057,09
 Redutor Constitucional 2.406,18
 Total de Proventos 41.650,90

II - Esta Portaria produzirá seus efeitos a contar de 01/07/2023.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
 Presidente do IGEPPS/PA

Protocolo: 959866

PORTARIA RR Nº 1.302 DE 06 DE JUNHO DE 2023

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DO BENEFÍCIO DE RESERVA REMUNERADA A PEDIDO - PROCESSO Nº 2023/204246.

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária e de Proteção Social do Estado do Pará - IGEPPS, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 142 de 16/12/2021, que alterou a Lei Complementar nº 039, de 09/01/2002, resolve:

I - Transferir para Reserva Remunerada, a pedido, na mesma graduação, de acordo com os artigos 1º e 2º da Lei nº 5.681/1991 c/c art. 45, §9º, da Constituição do Estado do Pará de 1989; artigos 101, inciso I, e 102 da Lei nº 5.251/1985; art. 52, § 1º, alínea "b", da Lei nº 5.251/1985 c/c art. 134, parágrafo único da Lei Complementar nº 142/2021; art. 1º, inciso II do Decreto nº 2.940/1983; art. 1º, Categoria "B", do Decreto nº 1.461/1981 c/c PORTARIA Nº 001/1999-DRH/3; art. 1º do Decreto nº 2.696/1983; art. 1º da Lei nº 8.229/2015; art. 1º, item I, do Decreto nº 3.266/1984; art. 1º, item I, alínea "f", do Decreto nº 4.490/1986; art. 20 da Lei nº 4.491/1973, com redação dada pelo art. 1º da Lei nº 5.231/1985; art. 1º, inciso II, do Decreto nº 4.439/1986 c/c art. 134 da Lei Complementar nº 142/2021; o Subtenente QBM COV RG 2484870, LAURIVAN JONAS VASCONCELOS, mat. nº 5623618/1, pertencente ao efetivo do 2º Grupamento de Incêndio do Bombeiro Militar (Castanhal), percebendo nessa situação os proventos mensais de R\$16.034,15 (Dezesseis mil, trinta e quatro reais e quinze centavos), conforme abaixo discriminados:

Soldo de 2º Tenente/BM 2.648,19
 Gratificação de Habilitação Militar - 40% 1.059,28
 Gratificação de Localidade Especial - 30% 794,46
 Gratificação de Tropa - 10% 264,82
 Gratificação de Risco de vida - 100% 2.648,19

Gratificação de Serviço Ativo - 30% 794,46
 Representação por Graduação - 35% 926,87
 Gratificação por Tempo de Serviço - 30% 2.740,88
 Adicional de Inatividade - 35% 4.157,00
 Total de Proventos 16.034,15

II - Esta Portaria produzirá seus efeitos a contar de 01/07/2023, respeitando a legislação vigente à data que em que o (a) segurado (a) reuniu os requisitos para passagem a inatividade, nos termos do art. 132 da Lei Complementar nº142/2021.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
 Presidente do IGEPPS/PA

Protocolo: 959867

PORTARIA RR Nº 1.499 DE 30 DE JUNHO DE 2023

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DO BENEFÍCIO DE RESERVA REMUNERADA A PEDIDO - PROCESSO Nº 2023/422804.

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária e de Proteção Social do Estado do Pará - IGEPPS, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 142 de 16/12/2021, que alterou a Lei Complementar nº 039, de 09/01/2002, resolve:

I - Transferir para Reserva Remunerada, a pedido, no mesmo posto, de acordo o art. 67, inciso I c/c art. 66, §3º, inciso III da Lei Complementar nº 142/2021, bem como com o art. 1º da Lei Estadual nº 5.681/1991 e art. 45, § 9º da Constituição Estadual; art. 1º, anexo único da Lei nº 7.807/2014 c/c art.134 parágrafo único, item II, da Lei Complementar nº 142/2021; art. 21-A, alínea "b" da Lei nº 4.491/1973, alterada pela Lei nº 9.387/2021; art. 27-A, anexo I, Categoria "b" da Lei nº 4.491/1973, alterada pela Lei nº 9.387/2021; art. 29-C da Lei nº 4.491/1973, alterada pela Lei nº 9.387/2021; art. 29-A da Lei nº 4.491/1973, alterada pela Lei nº 9.387/2021; art. 22-A da Lei nº 4.491/1973, alterada pela Lei nº 9.387/2021; art. 29-B, alínea "f" da Lei nº 4.491/1973, alterada pela Lei nº 9.387/2021; art. 20 da Lei nº 4.491/1973 com redação dada pelo art. 1º da Lei nº 5.231/1985; art. 134, inciso I da Lei Complementar nº 142/2021; o Subtenente PM RG 19882, PAULO SÉRGIO DUTRA VASCONCELOS, mat. nº 5388678/1, pertencente ao efetivo do 33º Batalhão de Polícia Militar do Estado do Pará (Bragança), percebendo nessa situação os proventos mensais de R\$ 16.034,15 (Dezesseis mil, trinta e quatro reais e quinze centavos), conforme abaixo discriminados:

Soldo de 2º Tenente/PM 2.648,19
 Gratificação de Habilitação Militar - 40% 1.059,28
 Gratificação de Localidade Especial - 30% 794,46
 Indenização de Tropa - 10% 264,82
 Gratificação de Risco de vida - 100% 2.648,19
 Gratificação de Serviço Ativo - 30% 794,46
 Representação por Graduação - 35% 926,87
 Gratificação por Tempo de Serviço - 30% 2.740,88
 Adicional de Inatividade - 35% 4.157,00
 Total de Proventos 16.034,15

II - Esta Portaria produzirá seus efeitos a contar de 01/07/2023, respeitando a legislação vigente à data que em que o (a) segurado (a) reuniu os requisitos para passagem a inatividade, nos termos do art. 132 da Lei Complementar nº142/2021.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
 Presidente do IGEPPS/PA

Protocolo: 959868

PORTARIA RET RE Nº 1478 DE 28 DE JUNHO DE 2023

DISPÕE SOBRE A RETIFICAÇÃO DO BENEFÍCIO DE REFORMA "EX OFFICIO" Nº 2021/1109488

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária e de Proteção Social do Estado do Pará - IGEPPS, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº142 de 16/12/2021, que alterou a Lei Complementar nº 039, de 09/01/2002, resolve:

I - Retificar a PORTARIA RE Nº 0455 de 10/01/2018, que reformou "ex-offício", na mesma graduação, o Cabo PM RE RG 35299, DJALMA EDUARDO DE CARVALHO, matrícula nº57200581/1, para que seja incluída a parcela de Auxílio Invalidez, em razão da Ata de Saúde homologada na Sessão Ordinária nº009/2021 - JPMSS, bem como a sua fundamentação legal, passando a constar: art. 106, inciso II, art. 108, inciso V da Lei Estadual nº 5.251/1985, combinado com V. Acórdão Tribunal de Contas do Estado do Pará nº 16.034/1988; art. 1º da Lei 8229/2015; art. 1º, inciso IV, alínea "c" do Decreto nº2940/1983; art. 1º, item I, do Decreto nº. 3266/1984; art. 1º, Categoria "C" do Decreto nº. 1461/1981; art. 1º, item I, alínea "h", do Decreto nº. 4490/1986; art. 1º, do Decreto nº. 2696/1983; art. 20, da Lei Estadual nº. 4491/1973, com nova redação dada pelo art. 1º da Lei Estadual nº. 5231/1985; art. 1º, inciso III, do Decreto nº4439/86; art. 99, caput e § 5º, da Lei nº 4.491/1973, percebendo nessa situação os proventos mensais R\$6.189,33(seis mil, cento e oitenta e nove reais e trinta e três centavos), conforme abaixo discriminados:

Soldo de 3º SARGENTO/PM R\$ 1.215,50
 Gratificação de Risco de Vida - 100% R\$ 1.215,50
 Gratificação de Habilitação Militar - 20% R\$ 243,10
 Gratificação de Serviço Ativo - 30% R\$ 364,65
 Gratificação de Localidade Especial - 20% R\$ 243,10
 Representação por Graduação - 30% R\$ 364,65
 Indenização de Tropa - 10% R\$ 121,55
 Adicional por Tempo de Serviço - 10% R\$ 376,81
 Adicional de Inatividade - 20% R\$ 828,97
 Auxílio Invalidez R\$ 1.215,50
 Total de proventos R\$ 6.189,33

II – Os efeitos da parcela auxílio invalidez retroagirão a 02/06/2021, data da Sessão Ordinária nº009/2021 - JPMSS, nos termos do art. 108, §2º da Lei nº 5.251/1985, respeitando os valores das tabelas salariais vigentes à época.

III – Este benefício será implantado na folha de pagamento a contar de 01/07/2023.

III – A parcela auxílio invalidez possui natureza jurídica transitória, e, eventualmente cessadas as condições especificadas no art.99 da Lei nº4491/1973, será excluída da composição dos proventos de reforma por incapacidade.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Presidente do IGEPPS /PA

Protocolo: 959869

PORTARIA RR Nº 1380 DE 20 DE JUNHO DE 2023

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DO BENEFÍCIO DE RESERVA REMUNERADA A PEDIDO - PROCESSO Nº 2023/599018.

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária e de Proteção Social do Estado do Pará - IGEPPS, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 142 de 16/12/2021, que alterou a Lei Complementar nº 039, de 09/01/2002, resolve:

I – Transferir para Reserva Remunerada, a pedido, no mesmo posto, de acordo o art. 67, inciso I c/c art. 66, §3º, inciso III da Lei Complementar nº 142/2021, bem como com o art. 1º da Lei Estadual nº 5.681/1991 e art. 45, § 9º da Constituição Estadual; art.134 parágrafo único, item II, da Lei Complementar nº 142/2021; art. 21-A, alínea "b" da Lei nº 4.491/1973, alterada pela Lei nº 9.387/2021; art. 27-A, anexo I, Categoria "b" da Lei nº 4.491/1973, alterada pela Lei nº 9.387/2021; art. 29-C da Lei nº 4.491/1973, alterada pela Lei nº 9.387/2021; art. 29-A da Lei nº 4.491/1973, alterada pela Lei nº 9.387/2021; art. 22-A da Lei nº 4.491/1973, alterada pela Lei nº 9.387/2021; art. 29-B, alínea "f" da Lei nº 4.491/1973, alterada pela Lei nº 9.387/2021; art. 20 da Lei nº 4.491/1973 com redação dada pelo art. 1º da Lei nº 5.231/1985; art. 134, inciso I da Lei Complementar nº 142/2021; o Subtenente PM RG 23216, JOSÉ ROBERTO SOARES DE ARAÚJO, mat. nº 5672902/1, pertencente ao efetivo da 22ª Companhia Independente de Polícia Militar do Estado do Pará (Portel), percebendo nessa situação os proventos mensais de R\$ 16.034,15 (Dezesseis mil, trinta e quatro reais e quinze centavos), conforme abaixo discriminados:

Soldo de 2º Tenente/PM 2.648,19

Gratificação de Habilitação Militar - 40% 1.059,28

Gratificação de Localidade Especial - 30% 794,46

Gratificação de Tropa - 10% 264,82

Gratificação de Risco de vida - 100% 2.648,19

Gratificação de Serviço Ativo - 30% 794,46

Representação por Graduação - 35% 926,87

Gratificação por Tempo de Serviço - 30% 2.740,88

Adicional de Inatividade - 35% 4.157,00

Total de Proventos 16.034,15

II – Esta Portaria produzirá seus efeitos a contar de 01/07/2023, respeitando a legislação vigente à data que em que o (a) segurado (a) reuniu os requisitos para passagem a inatividade, nos termos do art. 132 da Lei Complementar nº142/2021.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Presidente do IGEPPS/PA

Protocolo: 959870

PORTARIA RR Nº 1.482 DE 28 DE JUNHO DE 2023

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DO BENEFÍCIO DE RESERVA REMUNERADA EX-OFFICIO POR PROMOÇÃO POR TEMPO DE SERVIÇO - PROCESSO Nº 2023/390345.

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária e de Proteção Social do Estado do Pará - IGEPPS, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar nº 142, de 16/12/2021, que alterou a Lei Complementar nº 039, de 09/01/2002, resolve:

I – Transferir "ex-offício" para a Reserva Remunerada, na mesma graduação, de acordo com o art. 10, inciso III, § 8º, da Lei nº 8.230/2015, e alterações da Lei nº 8.388/2016 e Lei nº 9.387, de 16 de dezembro de 2021; art. 21-A, alínea "B" da Lei nº 4.491/1973, alterada pela Lei nº 9.387/2021; art. 27-A, anexo I, Categoria "B" da Lei nº 4.491/1973, alterada pela Lei nº 9.387/2021; art. 29-C da Lei nº 4.491/1973, alterada pela Lei nº 9.387/2021; art. 29-A da Lei nº 4.491/1973, alterada pela Lei nº 9.387/2021; art. 22-A da Lei nº 4.491/1973, alterada pela Lei nº 9.387/2021; art. 29-B, alínea "f" da Lei nº 4.491/1973, alterada pela Lei nº 9.387/2021; art. 20 da Lei nº 4.491/1973 com redação dada pelo art. 1º da Lei nº 5.231/1985; art. 134, inciso I da Lei Complementar nº 142/2021, do 1º Sargento BM RG 2229761 JOSE ROBERTO LOPES DE MATOS, mat. nº 5421624/1, lotado no 4º Subgrupamento de Incêndio Ind. - Salinas, percebendo nessa situação os proventos mensais de R\$ 7.359,55 (sete mil, trezentos e cinquenta e nove reais e cinquenta e cinco centavos), conforme abaixo discriminados:

Soldo de 1º Sargento/BM 1.215,50

Gratificação de Habilitação Militar - 40% 486,20

Gratificação de Localidade Especial - 30% 364,65

Gratificação de Tropa - 10% 121,55

Gratificação de Risco de vida - 100% 1.215,50

Gratificação de Serviço Ativo - 30% 364,65

Representação por Graduação - 35% 425,43

Gratificação por Tempo de Serviço - 30% 1.258,04

Adicional de Inatividade - 35% 1.908,03

Total de Proventos 7.359,55

II - Esta Portaria produzirá seus efeitos a contar de 01/07/2023, respeitando a legislação vigente à data que em que o(a) segurado(a) reuniu os requisitos para passagem à inatividade, nos termos do art. 132 da Lei Complementar nº 142/2021.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Presidente do IGEPPS/PA

Protocolo: 959872

PORTARIA RE Nº 1.515 DE 03 DE JULHO DE 2023

DISPÕE SOBRE ALTERAÇÃO DO BENEFÍCIO DE RESERVA REMUNERADA PARA REFORMA EX-OFFICIO POR INCAPACIDADE - PROCESSO Nº 2022/1448936.

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária e de Proteção Social do Estado do Pará - IGEPPS, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 142 de 16/12/2021, que alterou a Lei Complementar nº 039, de 09/01/2002, resolve:

I – Reformar "Ex-Ofício" por incapacidade do Subtenente BM RR 2104618, JOSÉ BERNARDINO MOARES MAIA, mat. nº 51628150/1, pertencente à reserva remunerada "a pedido", por meio da PORTARIA RR Nº 259, de 27/01/2021, em razão da Ata de Saúde 002/2022 homologada na Sessão Ordinária nº 010/2022 - JPMSS, alterando o fundamento legal do benefício do interessado, de acordo com art. 86, inciso III e art. 89, inciso V, da Lei Complementar nº142/2021; art. 52, §1º, alínea "a" da Lei nº5251/1985 c/c art. 134, parágrafo único, inc. I e art.95, inciso I e II da Lei Complementar nº 142/2021; art. 21-A, alínea "b" da Lei nº 4.491/1973, alterada pela Lei nº 9.387/2021; art. 27-A, anexo I, Categoria "C" da Lei nº 4.491/1973, alterada pela Lei nº 9.387/2021; art. 29-C da Lei nº 4.491/1973, alterada pela Lei nº 9.387/2021; art. 29-A da Lei nº 4.491/1973, alterada pela Lei nº 9.387/2021; art. 22-A da Lei nº 4.491/1973, alterada pela Lei nº 9.387/2021; art. 29-B, alínea "f" da Lei nº 4.491/1973, alterada pela Lei nº 9.387/2021; art. 20 da Lei nº 4.491/1973 com redação dada pelo art. 1º da Lei nº 5.231/1985; art. 99, "caput" e §5º, da Lei Estadual nº 4.491/73 c/c art. 135 da LC 142/2021; art. 134, inciso I da Lei Complementar nº 142/2021, percebendo nessa situação os proventos mensais de R\$ 16.955,43 (dezesseis mil, novecentos e cinquenta e cinco reais e quarenta e três centavos), conforme abaixo discriminados:

Soldo de 2º Tenente/BM 2.648,19

Gratificação de Habilitação Militar - 40% 1.059,28

Gratificação de Localidade Especial - 20% 529,64

Gratificação de Tropa - 10% 264,82

Gratificação de Risco de vida - 100% 2.648,19

Gratificação de Serviço Ativo - 30% 794,46

Representação por Graduação - 35% 926,87

Gratificação por Tempo de Serviço - 30% 2.661,44

Auxílio Invalidez 1.386,03

Adicional de Inatividade - 35% 4.036,51

Total de Proventos 16.955,43

II – Os efeitos desta Portaria retroagirão a 20/04/2022, data da Sessão Ordinária nº 010/2022 - JPMSS, nos termos do art. 89, inciso V, § 2º, da Lei Complementar nº 142/2021, respeitando os valores das tabelas salariais vigentes à época.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Presidente do IGEPPS/PA

Protocolo: 959885

PORTARIA RR Nº 1520 DE 03 DE JULHO DE 2023

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DO BENEFÍCIO DE RESERVA REMUNERADA EX-OFFICIO POR PROMOÇÃO POR TEMPO DE SERVIÇO - PROCESSO Nº 2022/1218914.

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária e de Proteção Social do Estado do Pará - IGEPPS, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar nº 142, de 16/12/2021, que alterou a Lei Complementar nº 039, de 09/01/2002, resolve:

I – Transferir "ex-offício" para a Reserva Remunerada, na mesma graduação, de acordo com o art. 10, inciso I alínea "a", § 8º, da Lei nº 8.230/2015, e alterações da Lei nº 8.388/2016 e Lei nº 9.387, de 16 de dezembro de 2021; art. 21-A, alínea "b" da Lei nº 4.491/1973, alterada pela Lei nº 9.387/2021; art. 27-A, anexo I, Categoria "A" da Lei nº 4.491/1973, alterada pela Lei nº 9.387/2021; art. 29-C da Lei nº 4.491/1973, alterada pela Lei nº 9.387/2021; art. 29-A da Lei nº 4.491/1973, alterada pela Lei nº 9.387/2021; art. 22-A da Lei nº 4.491/1973, alterada pela Lei nº 9.387/2021; art. 29-B, alínea "f" da Lei nº 4.491/1973, alterada pela Lei nº 9.387/2021; art. 20 da Lei nº 4.491/1973 com redação dada pelo art. 1º da Lei nº 5.231/1985; art. 134, inciso I da Lei Complementar nº 142/2021, do Subtenente PM RG 20946 HERSONILDO DIAS BATISTA, mat. nº 5267285/1, lotado no 19º Batalhão de Polícia Militar do Estado do Pará (Óbidos), percebendo nessa situação os proventos mensais de R\$ 7.572,88 (sete mil, quinhentos e setenta e dois reais e oitenta e oito centavos), conforme abaixo discriminados:

Soldo de Subtenente/PM 1.215,50

Gratificação de Habilitação Militar - 40% 486,20

Gratificação de Localidade Especial - 40% 486,20

Gratificação de Tropa - 10% 121,55

Gratificação de Risco de vida - 100% 1.215,50

Gratificação de Serviço Ativo - 30% 364,65

Representação por Graduação - 35% 425,43

Gratificação por Tempo de Serviço - 30% 1.294,51

Adicional de Inatividade - 35% 1.963,34

Total de Proventos 7.572,88

II - Esta Portaria produzirá seus efeitos a contar de 01/07/2023, respeitando a legislação vigente à data que em que o(a) segurado(a) reuniu os requisitos para passagem à inatividade, nos termos do art. 132 da Lei Complementar nº 142/2021.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Presidente do IGEPPS/PA

Protocolo: 959894

PORTARIA RR Nº 1518 DE 29 DE JUNHO DE 2023

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DO BENEFÍCIO DE RESERVA REMUNERADA EX-OFFICIO POR PROMOÇÃO POR TEMPO DE SERVIÇO - PROCESSO Nº 2023/364822.

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária e de Proteção Social do Estado do Pará - IGEPPS, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 142 de 16/12/2021, que alterou a Lei Complementar nº 039, de 09/01/2002, resolve:

I - Transferir "ex-offício" para a Reserva Remunerada, na mesma graduação, de acordo com o art. 10, inciso I alínea "a", § 8º, da Lei nº 8.230/2015, e alterações da Lei nº 9.387, de 16 de dezembro de 2021; art. 21-A, alínea "b" da Lei nº 4.491/1973, alterada pela Lei nº 9.387/2021; art. 27-A, anexo I, Categoria "A" da Lei nº 4.491/1973, alterada pela Lei nº 9.387/2021; art. 29-C da Lei nº 4.491/1973, alterada pela Lei nº 9.387/2021; art. 29-A da Lei nº 4.491/1973, alterada pela Lei nº 9.387/2021; art. 22-A da Lei nº 4.491/1973, alterada pela Lei nº 9.387/2021; art. 29-B, alínea "f" da Lei nº 4.491/1973, alterada pela Lei nº 9.387/2021; art. 20 da Lei nº 4.491/1973 com redação dada pelo art. 1º da Lei nº 5.231/1985; art. 134, inciso I da Lei Complementar nº 142/2021, do Subtenente PM RG 20496, GILSIMAR LOPES DA SILVA, mat. nº 5404258/1, lotado no 24º Companhia Independente de Polícia Militar do Estado do Pará (Marabá), percebendo nessa situação os proventos mensais de R\$ 7.720,56 (sete mil, setecentos e vinte reais e cinquenta e seis centavos), conforme abaixo discriminados: Soldo de 2º Sargento/PM 1.215,50

Gratificação de Habilitação Militar - 40% 486,20

Gratificação de Localidade Especial - 40% 486,20

Gratificação de Tropa - 10% 121,55

Gratificação de Risco de vida - 100% 1.215,50

Gratificação de Serviço Ativo - 30% 364,65

Representação por Graduação - 35% 425,43

Gratificação por Tempo de Serviço - 30% 1.403,90

Adicional de Inatividade - 35% 2.001,63

Total de Proventos 7.720,56

II - Esta Portaria produzirá seus efeitos a contar de 01/07/2023, respeitando a legislação vigente à data que em que o(a) segurado(a) reuniu os requisitos para passagem à inatividade, nos termos do art. 132 da Lei Complementar nº 142/2021.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Presidente do IGEPPS/PA

Protocolo: 959901

PORTARIA RET RE Nº 1.516 DE 28 DE JUNHO DE 2023

DISPÕE SOBRE RETIFICAÇÃO DO BENEFÍCIO DE REFORMA EX-OFFICIO POR INCAPACIDADE - PROCESSO Nº 2022/356390

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária e de Proteção Social do Estado do Pará - IGEPPS, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 142 de 16/12/2021, que alterou a Lei Complementar nº 039, de 09/01/2002, resolve:

I - Retificar a PORTARIA Nº 3.362 de 30/06/2022, que retificou a PORTARIA Nº 0185 de 04/12/2017, que transferiu para reformou "ex-offício", na mesma graduação, a 3º Sargento PM RE 19597, RAIMUNDA NONATA DOS SANTOS, mat. nº 5396964/1, alterando o fundamento legal do benefício da interessada, de acordo com art. 86, inciso I e art. 89, inciso V, da Lei Complementar nº 142/2021; art. 95, inciso I e II da Lei Complementar nº 142/2021; art. 21-A, alínea "d" da Lei nº 4.491/1973, alterada pela Lei nº 9.387/2021; art. 27-A, anexo I, Categoria "B" da Lei nº 4.491/1973, alterada pela Lei nº 9.387/2021; art. 29-C da Lei nº 4.491/1973, alterada pela Lei nº 9.387/2021; art. 29-A da Lei nº 4.491/1973, alterada pela Lei nº 9.387/2021; art. 22-A da Lei nº 4.491/1973, alterada pela Lei nº 9.387/2021; art. 29-B, alínea "f" da Lei nº 4.491/1973, alterada pela Lei nº 9.387/2021; art. 20 da Lei nº 4.491/1973 com redação dada pelo art. 1º da Lei nº 5.231/1985; art. 135, inciso I e caput, §4º Lei Complementar nº 142/2021; art. 134, inciso I da Lei Complementar nº 142/2021 c/c art. 5º, inc II da Lei nº 5151/1985, percebendo nessa situação os proventos mensais de R\$7.881,76 (sete mil, oitocentos e oitenta e um reais e setenta e seis centavos), conforme abaixo discriminados: Soldo de 2º Sargento/PM 1.215,50

Gratificação de Habilitação Militar - 20% 243,10

Gratificação de Localidade Especial - 30% 364,65

Gratificação de Tropa - 10% 121,55

Gratificação de Risco de Vida - 100% 1.215,50

Gratificação de Serviço Ativo - 30% 364,65

Representação por Graduação - 35% 425,43

Gratificação por Tempo de Serviço - 25% 987,59

Adicional de Inatividade - 35% 1.728,29

Auxílio Invalidez 1.215,50

Total de Proventos 7.881,76

II - Os efeitos desta Portaria retroagirão a 10/02/2022, data da Sessão Ordinária nº 004/2022 - JPMSS, nos termos do art. 89, inciso V, § 2º, da Lei Complementar nº 142/2021, respeitando os valores das tabelas salariais vigentes à época.

III - Este benefício será implantado na folha de pagamento a contar de 01/07/2023.

IV- A parcela auxílio invalidez possui natureza jurídica transitória e eventualmente cessada as condições especificadas no art. art. 135, inciso I e II, §1º Lei Complementar nº 142/2021, será excluída da composição dos proventos de reforma "ex-offício".

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Presidente do IGEPPS/PA

Protocolo: 959902

PORTARIA RR Nº 1.513 DE 03 DE JULHO DE 2023

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DO BENEFÍCIO DE RESERVA REMUNERADA A PEDIDO - PROCESSO Nº 2023/599018.

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária e de Proteção Social do Estado do Pará - IGEPPS, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 142 de 16/12/2021, que alterou a Lei Complementar nº 039, de 09/01/2002, resolve:

I - Transferir para Reserva Remunerada, a pedido, no mesmo posto, de acordo o art. 67, inciso I c/c art. 66, §3º, inciso III da Lei Complementar nº 142/2021, bem como com o art. 1º da Lei Estadual nº 5.681/1991 e art. 45, § 9º da Constituição Estadual; art.134 parágrafo único, item II, da Lei Complementar nº 142/2021; art. 21-A, alínea "b" da Lei nº 4.491/1973, alterada pela Lei nº 9.387/2021; art. 27-A, anexo I, Categoria "b" da Lei nº 4.491/1973, alterada pela Lei nº 9.387/2021; art. 29-C da Lei nº 4.491/1973, alterada pela Lei nº 9.387/2021; art. 29-A da Lei nº 4.491/1973, alterada pela Lei nº 9.387/2021; art. 22-A da Lei nº 4.491/1973, alterada pela Lei nº 9.387/2021; art. 29-B, alínea "f" da Lei nº 4.491/1973, alterada pela Lei nº 9.387/2021; art. 20 da Lei nº 4.491/1973 com redação dada pelo art. 1º da Lei nº 5.231/1985; art. 134, inciso I da Lei Complementar nº 142/2021; o Subtenente PM RG 22857, HUMBERTO LEAL NEGRÃO, mat. nº 5579694/1, pertencente ao efetivo da 31ª Batalhão de Polícia Militar do Estado do Pará (Abaetetuba), percebendo nessa situação os proventos mensais de R\$ 16.034,15 (Dezesseis mil, trinta e quatro reais e quinze centavos), conforme abaixo discriminados: Soldo de 2º Tenente/PM 2.648,19

Gratificação de Habilitação Militar - 40% 1.059,28

Gratificação de Localidade Especial - 30% 794,46

Gratificação de Tropa - 10% 264,82

Gratificação de Risco de vida - 100% 2.648,19

Gratificação de Serviço Ativo - 30% 794,46

Representação por Graduação - 35% 926,87

Gratificação por Tempo de Serviço - 30% 2.740,88

Adicional de Inatividade - 35% 4.157,00

Total de Proventos 16.034,15

II - Esta Portaria produzirá seus efeitos a contar de 01/07/2023, respeitando a legislação vigente à data que em que o (a) segurado (a) reuniu os requisitos para passagem a inatividade, nos termos do art. 132 da Lei Complementar nº 142/2021.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Presidente do IGEPPS/PA

Protocolo: 959904

PORTARIA RR Nº 1527 DE 04 DE JULHO DE 2023

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DO BENEFÍCIO DE RESERVA REMUNERADA A PEDIDO - PROCESSO Nº 2023/451870.

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária e de Proteção Social do Estado do Pará - IGEPPS, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 142, de 16/12/2021, que alterou a Lei Complementar nº 039, de 09/01/2002, resolve:

I - Transferir para Reserva Remunerada, a pedido, na mesma graduação, de acordo o art. 67, inciso I c/c art. 66, §3º, inciso III da Lei Complementar nº 142/2021, bem como com o art. 1º da Lei Estadual nº 5.681/1991 e art. 45, § 9º da Constituição Estadual; art.134 parágrafo único, item II, da Lei Complementar nº 142/2021; art. 21-A, alínea "d" da Lei nº 4.491/1973, alterada pela Lei nº 9.387/2021; art. 27-A, anexo I, Categoria "B" da Lei nº 4.491/1973, alterada pela Lei nº 9.387/2021; art. 1º, inciso I, "g" do Decreto nº 4.490/1986; art. 29-C da Lei nº 4.491/1973, alterada pela Lei nº 9.387/2021; art. 29-A da Lei nº 4.491/1973, alterada pela Lei nº 9.387/2021; art. 22-A da Lei nº 4.491/1973, alterada pela Lei nº 9.387/2021; art. 29-B, alínea "f" da Lei nº 4.491/1973, alterada pela Lei nº 9.387/2021; art. 20 da Lei nº 4.491/1973 com redação dada pelo art. 1º da Lei nº 5.231/1985; art. 134, inciso I da Lei Complementar nº 142/2021, do SubTenente PM RG 21564, ANTONIO MÁRCIO PAIVA CARLOS, mat. nº 5583594/1, pertencente ao efetivo do 12º Batalhão de Polícia Milita do Estado do Pará (Castanhal), percebendo nessa situação os proventos mensais de R\$16.034,13 (dezesseis mil, trinta e quatro reais e quinze centavos), conforme abaixo discriminados: Soldo de 2º Tenente/PM 2.648,19

Gratificação de Habilitação Militar - 40% 1.059,28

Gratificação de Localidade Especial - 30% 794,46

Indenização de Tropa - 10% 264,82

Gratificação de Risco de Vida - 100% 2.648,19

Gratificação de Serviço Ativo - 30% 794,46

Representação por Graduação - 35% 926,87

Gratificação por Tempo de Serviço - 30% 2.740,88

Adicional de Inatividade - 35% 4.157,00

Total de Proventos 16.034,15

II - Esta Portaria produzirá seus efeitos a contar de 01/07/2023, respeitando a legislação vigente à data que em que o(a) segurado(a) reuniu os requisitos para passagem a inatividade, nos termos do art. 132 da Lei Complementar nº 142/2021.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Presidente do IGEPPS/PA

Protocolo: 959908

PORTARIA RR Nº 1511 DE 03 DE JULHO DE 2023

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DO BENEFÍCIO DE RESERVA REMUNERADA EX-OFFICIO POR PROMOÇÃO POR TEMPO DE SERVIÇO - PROCESSO Nº 2023/249219.

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária e de Proteção Social do Estado do Pará - IGEPPS, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 142 de 16/12/2021, que alterou a Lei Complementar nº 039, de 09/01/2002, resolve:

I - Transferir "ex-offício" para a Reserva Remunerada, na mesma graduação, de acordo com o art. 10, inciso I alínea "a", § 8º, da Lei nº 8.230/2015, e alterações da Lei nº 9.387, de 16 de dezembro de 2021; art. 21-A, alínea "b" da Lei nº 4.491/1973, alterada pela Lei nº 9.387/2021; art. 27-A, anexo I, Categoria "A" da Lei nº 4.491/1973, alterada pela Lei nº 9.387/2021; art. 29-C da Lei nº 4.491/1973, alterada pela Lei nº 9.387/2021; art. 29-A da Lei nº 4.491/1973, alterada pela Lei nº 9.387/2021; art. 22-A da Lei nº 4.491/1973, alterada pela Lei nº 9.387/2021; art. 29-B, alínea "f" da Lei nº 4.491/1973, alterada pela Lei nº 9.387/2021; art. 20 da Lei nº 4.491/1973 com redação dada pelo art. 1º da Lei nº 5.231/1985; art. 134, inciso I da Lei Complementar nº 142/2021, do 1º Sargento PM RG 20061, CARLOS AUGUSTO TEIXEIRA CARRERA, mat. nº 5359856/1, pertencente ao efetivo do 45º Batalhão de Polícia Militar do Estado do Pará (Tailândia), percebendo nessa situação os proventos mensais de R\$ 7.572,87 (sete mil quinhentos e setenta e dois reais e oitenta e sete centavos), conforme abaixo discriminados:

Soldo de 1º Sargento/PM 1.215,50
 Gratificação de Habilitação Militar - 40% 486,20
 Gratificação de Localidade Especial - 40% 486,20
 Gratificação de Tropa - 10% 121,55
 Gratificação de Risco de vida - 100% 1.215,50
 Gratificação de Serviço Ativo - 30% 364,65
 Representação por Graduação - 35% 425,43
 Gratificação por Tempo de Serviço - 30% 1.294,51
 Adicional de Inatividade - 35% 1.963,34
 Total de Proventos 7.572,87

II - Esta Portaria produzirá seus efeitos a contar de 01/07/2023, respeitando a legislação vigente à data que em que o(a) segurado(a) reuniu os requisitos para passagem à inatividade, nos termos do art. 132 da Lei Complementar nº 142/2021.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
 Presidente do IGEPPS/PA

Protocolo: 959909

PORTARIA RR Nº 1510 DE 03 DE JULHO DE 2023

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DO BENEFÍCIO DE RESERVA REMUNERADA A PEDIDO - PROCESSO Nº 2023/246181.

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária e de Proteção Social do Estado do Pará - IGEPPS, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 142 de 16/12/2021, que alterou a Lei Complementar nº 039, de 09/01/2002, resolve:

I - Transferir para Reserva Remunerada, a pedido, no mesmo posto, de acordo com o art. 67, inciso I c/c art. 66, §3º, inciso III da Lei Complementar nº 142/2021, bem como com o art. 1º da Lei Estadual nº 5.681/1991 e art. 45, § 9º da Constituição Estadual; art. 1º, anexo único da Lei nº 7.807/2014 c/c art.134 parágrafo único, da Lei Complementar nº 142/2021; art. 21-A, alínea "d" da Lei nº 4.491/1973, alterada pela Lei nº 9.387/2021; art. 27-A, anexo I, Categoria "A" da Lei nº 4.491/1973, alterada pela Lei nº 9.387/2021; art. 29-C da Lei nº 4.491/1973, alterada pela Lei nº 9.387/2021; art. 29-A da Lei nº 4.491/1973, alterada pela Lei nº 9.387/2021; art. 22-A da Lei nº 4.491/1973, alterada pela Lei nº 9.387/2021; art. 29-B, alínea "f" da Lei nº 4.491/1973, alterada pela Lei nº 9.387/2021; art. 20 da Lei nº 4.491/1973 com redação dada pelo art. 1º da Lei nº 5.231/1985; art. 134, inciso I da Lei Complementar nº 142/2021; o 2º SGT PM RG 23836, ANTONIO JORGE ALVES DE VASCONCELOS, mat. nº 5688825/1, pertencente ao efetivo da 18ª Batalhão de Polícia Militar do Estado do Pará (Monte Alegre), percebendo nessa situação os proventos mensais de R\$ 7.146,23 (Sete mil, cento e quarenta e seis reais e vinte e três centavos), conforme abaixo discriminados:

Soldo de 2º Sargento/PM 1.215,50
 Gratificação de Habilitação Militar - 20% 243,10
 Gratificação de Localidade Especial - 40% 486,20
 Indenização de Tropa - 10% 121,55
 Gratificação de Risco de vida - 100% 1.215,50
 Gratificação de Serviço Ativo - 30% 364,65
 Representação por Graduação - 35% 425,43
 Gratificação por Tempo de Serviço - 30% 1.221,58
 Adicional de Inatividade - 35% 1.852,73
 Total de Proventos 7.146,23

II - Esta Portaria produzirá seus efeitos a contar de 01/07/2023, respeitando a legislação vigente à data que em que o (a) segurado (a) reuniu os requisitos para passagem à inatividade, nos termos do art. 132 da Lei Complementar nº 142/2021.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
 Presidente do IGEPPS/PA

Protocolo: 959911

PORTARIA RR Nº 1.374 DE 19 DE JUNHO DE 2023

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DO BENEFÍCIO DE RESERVA REMUNERADA A PEDIDO - PROCESSO Nº 2023/433222.

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária e de Proteção Social do Estado do Pará - IGEPPS, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 142 de 16/12/2021, que alterou a Lei Complementar nº 039, de 09/01/2002, resolve:

I - Transferir para Reserva Remunerada, a pedido, na mesma graduação, de acordo com o art. 67, inciso I c/c art. 66, §3º, inciso III da Lei Complementar nº 142/2021, bem como com o art. 1º da Lei Estadual nº 5.681/1991 e art. 45, § 9º da Constituição Estadual; art. 1º, anexo único da Lei nº 7.807/2014 c/c art.134 parágrafo único, item II, da Lei Complementar nº 142/2021; art. 21-A, alínea "d" da Lei nº 4.491/1973, alterada pela Lei nº 9.387/2021; art. 27-A, anexo I, Categoria "B" da Lei nº 4.491/1973, alterada pela Lei nº 9.387/2021; art. 29-C da Lei nº 4.491/1973, alterada pela Lei nº 9.387/2021; art. 29-A da Lei nº 4.491/1973, alterada pela Lei nº 9.387/2021; art. 22-A da Lei nº 4.491/1973, alterada pela Lei nº 9.387/2021; art. 29-B, alínea "f" da Lei nº 4.491/1973, alterada pela Lei nº 9.387/2021; art. 20 da Lei nº 4.491/1973 com redação dada pelo art. 1º da Lei nº 5.231/1985; art. 134, inciso I da Lei Complementar nº 142/2021, do 2º SGT PM RG 24586 MARCOS ANTONIO DA SILVA FERREIRA, mat. nº 5695465/1, lotado no 6º Batalhão de Polícia Militar (Ananindeua), percebendo nessa situação os proventos mensais de R\$ 6.932,91 (seis mil, novecentos e trinta e dois reais e noventa e um centavos), conforme abaixo discriminados:

Soldo de 1º Sargento/PM 1.215,50
 Gratificação de Habilitação Militar - 20% 243,10
 Gratificação de Localidade Especial - 30% 364,65
 Indenização de Tropa - 10% 121,55
 Gratificação de Risco de vida - 100% 1.215,50
 Gratificação de Serviço Ativo - 30% 364,65
 Representação por Graduação - 35% 425,43
 Gratificação por Tempo de Serviço - 30% 1.185,11
 Adicional de Inatividade - 35% 1.797,42
 Total de Proventos 6.932,91

II - Esta Portaria produzirá seus efeitos a contar de 01/07/2023.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
 Presidente do IGEPPS/PA

Protocolo: 959916

NOTIFICAÇÃO PARA SANEAMENTO DE PROCESSO

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará - IGEPPS, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, vem, por meio deste instrumento, notificar TEREZA CRISTINA GOUVEIA MAIA que o processo de Pensão por Morte nº 2023/165622 está com a instrução processual incompleta, a qual deverá ser regularizada no prazo de 30 dias, a contar desta notificação, sob pena de indeferimento. Para maiores informações, procurar as Unidades de Atendimento virtuais ou presenciais.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
 Presidente do IGEPPS/PA

Protocolo: 960381

NOTIFICAÇÃO PARA SANEAMENTO DE PROCESSO

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará - IGEPPS, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, vem, por meio deste instrumento, notificar JOÃO TEIXEIRA DO ROSARIO que o processo de Pensão por Morte nº 2022/670768 está com a instrução processual incompleta, a qual deverá ser regularizada no prazo de 30 dias, a contar desta notificação, sob pena de indeferimento. Para maiores informações, procurar as Unidades de Atendimento virtuais ou presenciais.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
 Presidente do IGEPPS/PA

Protocolo: 960382

NOTIFICAÇÃO PARA SANEAMENTO DE PROCESSO

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará - IGEPPS, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, vem, por meio deste instrumento, notificar ALZENIR PINHEIRO DA SILVA que o processo de Auxílio Funeral nº 2021/303062 está com a instrução processual incompleta, a qual deverá ser regularizada no prazo de 30 dias, a contar desta notificação, sob pena de indeferimento. Para maiores informações, procurar as Unidades de Atendimento virtuais ou presenciais.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
 Presidente do IGEPPS/PA

Protocolo: 960383

NOTIFICAÇÃO DE ESCLARECIMENTO

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará - IGEPPS, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, vem, por meio deste instrumento, notificar MARYLUCIA SOUZA AMARAL que o processo de Composição de Pensão nº 2016/518339 foi CONCLUÍDO em razão do cumprimento dos requisitos necessários ao direito, conforme a Lei Complementar nº 039/2002. Para maiores informações, procurar as Unidades de Atendimento virtuais ou presenciais.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
 Presidente do IGEPPS/PA

Protocolo: 960385

NOTIFICAÇÃO DE ESCLARECIMENTO

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, vem, por meio deste instrumento, notificar ROSA DA SILVA MENINO que o processo de Composição de Pensão nº 2016/424017 foi CONCLUÍDO em razão do cumprimento dos requisitos necessários ao direito, conforme a Lei Complementar nº 039/2002. Para maiores informações, procurar as Unidades de Atendimento virtuais ou presenciais.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 960386**NOTIFICAÇÃO DE INDEFERIMENTO**

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, vem, por meio deste instrumento, notificar JOÃO BATISTA LISBOA DO ROSARIO que o processo de Revisão de Aposentadoria nº 2023/367776 foi INDEFERIDO em razão do não cumprimento dos requisitos necessários ao direito, conforme a Lei Complementar nº 039/2002. Para maiores informações, procurar as Unidades de Atendimento virtuais ou presenciais.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 960387**NOTIFICAÇÃO DE INDEFERIMENTO**

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, vem, por meio deste instrumento, notificar ZULA GOMES BARBOSA que o processo de Revisão de Aposentadoria nº 2012/410559 foi INDEFERIDO em razão do não cumprimento dos requisitos necessários ao direito, conforme a Lei Complementar nº 039/2002. Para maiores informações, procurar as Unidades de Atendimento virtuais ou presenciais.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 960389**PORTARIA RE Nº 1360 DE 15 DE JUNHO DE 2023**

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DO BENEFÍCIO DE RESERVA REMUNERADA PARA REFORMA EX-OFFICIO POR IDADE - PROCESSO Nº 2020/123202.

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária e de Proteção Social do Estado do Pará - IGEPPS, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº142 de 16/12/2021, que alterou a Lei Complementar nº 039, de 09/01/2002, resolve:

I – Reformar “ex-officio”, por idade, de acordo com o art.106, inc. I, alínea “c”, com redação original da Lei nº5.251/1985 e art.107, parágrafo único da Lei nº5.251/198, o Subtenente PM RR RG 4352 JOSUÉ DA SILVA ESTUMANO, matrícula nº 33491520/1 pertencente a reserva remunerada “a pedido”, por meio da PORTARIA RR Nº 1808, de 26/09/2000, alternado o fundamento legal do benefício do interessado, de acordo com o art. 52, § 1º, alínea “b”, da Lei nº 5251/1985 c/c art. 1º, anexo único da Lei nº 7.807/2014; art. 1º, inciso II e art. 2º, inciso I do Decreto nº 2.940/1983; art. 1º, Categoria “A”, do Decreto nº 1.461/1981 c/c PORTARIA Nº 001/1999-DRH/3; art. 1º do Decreto nº 2.696/1983; art. 1º da Lei nº 8.229/2015; art. 1º, item I, do Decreto nº 3.266/1984; art. 1º, item I, alínea “d”, do Decreto nº 4.490/1986; art. 20 da Lei nº 4.491/73, com redação dada pelo art. 1º da Lei nº5.231/1985; art. 1º, inciso I, do Decreto nº 4.439/1986, art. 99, “caput”, item I e II da Lei nº4.491/1973 c/c art. 146 da Lei nº 5.251/1985, percebendo nessa situação os proventos mensais de R\$22.942,64 (vinte e dois mil, novecentos e quarenta e dois reais e sessenta e quatro centavos), conforme abaixo discriminados:

Soldo de 2º Tenente/PM 2.648,19
Gratificação de Habilitação Militar - 40% 1.059,28
Gratificação de Localidade Especial - 40% 1.059,28
Auxílio Moradia - 30% 794,46
Gratificação de Tropa - 10% 264,82
Gratificação de Risco de Vida - 100% 2.648,19
Gratificação de Serviço Ativo - 30% 794,46
Representação por Graduação - 45% 1.191,69
Gratificação por Tempo de Serviço - 40% 4.184,15
Adicional de Inatividade - 45% 6.590,03
Auxílio invalidez 1.708,09
Total de Proventos 22.942,64

II – Os efeitos jurídicos desta Portaria retroagirão a 31/07/1999, data em que o militar completou 58 anos de idade, limite etário de permanência na reserva remunerada, para graduação de Subtenente/PM.

III – Este benefício será implantado na folha de pagamento a contar de 01/07/2023.

IV – Os efeitos financeiros da parcela de Auxílio Invalidez retroagirão a 02/10/2019, data da Sessão Ordinária nº 015/2019 – JPMSS, nos termos do art. 108, §2º da Lei nº 5251/1985, respeitando os valores das tabelas salariais vigentes à época.

V- A parcela auxílio invalidez possui natureza jurídica transitória e eventualmente cessada as condições especificadas no art. 99, inciso I e II, da Lei nº 4.491/1973, será excluída da composição dos proventos de reforma “ex-officio”.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Presidente do IGEPPS /PA

Protocolo: 960814**DISPENSA: 07/2023****Processo: 2023/738415**

Data: 05/07/2023

Valor Global: R\$ 43.500,00

Objeto: Aquisição de 150 Medalhas de Mérito Previdenciário em comemoração aos 20 anos do Instituto de Gestão Previdenciário e Proteção Social.

Fundamento Legal: ART. 75, INCISO II DA LEI Nº 14.133/21.

Unidade Orçamentária: - 84201: Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará

Unidade Gestora: - 840201: Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará

Programa do PPA 2020/2023: - 1297 – Manutenção da Gestão

Classificação Funcional Programática - 09.122.1297-8338:

Operacionalização de Ações Administrativas

Fonte de Recursos: - 01802000061000000: Recursos Próprios – Taxa de Administração.

Nº Da Ação: 284234 – Plano Interno (PI): 4120008338C

Natureza de Despesa: - 339039 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica – Razão Social: UNIART METAIS E MADEIRA LTDA, com sede na Rua Luiza de Carvalho, 378 – Vicente de Carvalho, 378 Bairro Vicente de Carvalho, Rio de Janeiro/RJ, CEP 21.371-250, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 47.482.995/0001-38, neste ato representado por LIDYA ROBEIRO OLIVEIRA, portadora do CPF/MF sob o nº 081.170.376-29.

Ordenador: FRANKLIN JOSÉ NEVES CONTENTE

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

FRANKLIN CONTENTE

Ordenador de despesa

RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Exercício: 2023

Número da Dispensa: 007/2023

Data: 05/07/2023

Ordenador: FRANKLIN JOSÉ NEVES CONTENTE

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

GIUSSEPP MENDES

Presidente do IGEPREV

EXTRATO DE CONTRATO**CONTRATO ADMINISTRATIVO: 023/2023****DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 007/2023****Processo: 2023/738415**

Data da Assinatura: 07/07/2023

Vigência: 07/07/2023 a 06/07/2024

Exercício: 2023 a 2024

Objeto: Aquisição de Medalhas do Mérito Previdenciário, conforme quantidade e especificações descritas neste contrato.

O valor total deste contrato é de R\$ 43.500,00 (Quarenta e três mil e quinhentos reais).

Contratado: UNIART METAIS E MADEIRA LTDA, com sede na Rua Luiza de Carvalho, 378 – Vicente de Carvalho, 378 Bairro Vicente de Carvalho, Rio de Janeiro/RJ, CEP 21.371-250, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 47.482.995/0001-38, neste ato representado por LIDYA ROBEIRO OLIVEIRA.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Belém, 07 de julho de 2023

ILTON GIUSSEPP STIVAL MENDES DA ROCHA LOPES DA SILVA

Presidente do Igeprev

Protocolo: 960860

ESCOLA DE GOVERNANÇA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ

DESIGNAR FISCAL DE CONTRATO**PORTARIA Nº. 101 DE 07 DE JULHO DE 2023**

A DIRETORA GERAL INTERINA DA ESCOLA DE GOVERNANÇA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ-EGPA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº. 6.569 de 06 de agosto de 2003, e posteriores alterações; e, CONSIDERANDO o disposto no Decreto nº 991 de 24 de Agosto de 2020 no Capítulo XII, art 26, acerca das disposições para aquisição de combustível; e,

CONSIDERANDO o Processo 2023/734312;

RESOLVE:

DESIGNAR a servidora DANIELA FUMIE YOSHITOME, matrícula nº. 57211100/1, Técnico em Administração e Finanças, para exercer a função de fiscal Titular do Contrato nº 013/2022 em substituição à servidora ROSANA DA SILVA RODRIGUES matricula nº 5274745/1. Contrato em questão, celebrado entre a Escola de Governança Pública do Estado do Pará – EGPA e a Empresa Norte Turismo Ltda.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

ELISANGELA MARA DA SILVA JORGE

Diretora Geral Interina

Protocolo: 960569

SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA

PORTARIA

PORTARIA Nº 1735 2023-SEFA/DAD, DE 06 DE JULHO DE 2023
DESIGNAR a servidora MARLY ANNE OLIVIER DE OLIVEIRA NOBUMASA, I.F. nº 57191447/1, ocupante do cargo/função de Assistente Administrativo, em substituição a servidora THAIS CAVALEIRO DE MACEDO COELHO, I. F. nº 5915769/2, ocupante da função de Gerente Fazendário, no período de 22/06/2023 a 06/07/2023, por motivo de férias.

ANIDIO MOUTINHO

Diretor de Administração, em exercício - SEFA/PA

PORTARIA Nº 1632/2023-SEFA/DAD, DE 29 DE JUNHO DE 2023
DESIGNAR a servidora TEREZA CRISTINA SADALA DOS SANTOS VILHENA, I.F. nº 3832/1, ocupante do cargo/função de Assistente Administrativo, em substituição ao (a) servidor (a) FRANCISCO JOAO ARAUJO CARICCHIO, I.F. nº 5964995/1, ocupante da função de Secretário de Gabinete, no período de 03/07/2023 a 17/07/2023, em virtude da PORTARIA Nº 1613 de 29/06/2023, no processo 2023/699587.

ANIDIO MOUTINHO

Diretor de Administração, em exercício - SEFA/PA

PORTARIA Nº 1613/2023-SEFA/DAD, DE 29 DE JUNHO DE 2023
DESIGNAR o servidor FRANCISCO JOAO ARAUJO CARICCHIO, I.F. nº 5964995/1, ocupante da cargo/função de Secretário de Gabinete, em substituição a servidora DANIELLY DE SOUZA DINELLY, I.F. nº 5948239/2, ocupante da função de Gerente Fazendário, no período de 03/07/2023 a 17/07/2023, em virtude da PORTARIA Nº 1612 de 29/06/2023, no processo 2023/699565.

ANIDIO MOUTINHO

Diretor de Administração, em exercício - SEFA/PA

PORTARIA Nº 1612/2023-SEFA/DAD, DE 29 DE JUNHO DE 2023
DESIGNAR a servidora DANIELLY DE SOUZA DINELLY, I.F. nº 5948239/2, ocupante da função de Gerente Fazendário, para responder pela Célula de Gestão de Pessoas/DAD, no período de 03/07/2023 a 17/07/2023, por motivo de férias, da titular EDIELEN LOPES SILVA DA SILVA, Coordenador Fazendário, Identificação Funcional nº 55586476/2.

ANIDIO MOUTINHO

Diretor de Administração, em exercício - SEFA/PA

PORTARIA Nº 1752/2023-SEFA/DAD, DE 07 DE JULHO DE 2023
DESIGNAR a servidora BRENDA MONTEIRO BATALHA, I.F. nº 51855666/2, ocupante do cargo/função de Técnico em Gestão de Obras Públicas, para responder pela CÉLULA DE GESTÃO DE RECURSOS MATERIAIS, no período de 27/06/2023 a 11/07/2023, por motivo de férias, da titular SILVIA SOUZA NASCIMENTO FERREIRA, Coordenador Fazendário, Identificação Funcional nº 3891/1.

ANIDIO MOUTINHO

Diretor de Administração, em exercício - SEFA/PA

Protocolo: 960600

PORTARIAS DE ISENÇÃO DE ICMS - CAT PORTARIA N.º 02301000687 DE 07/07/2023 - PROC N.º 032023730002128/SEFA

Motivo: Conceder a isenção do ICMS para Taxista.

Base Legal: Convênio ICMS n.º 38, de 06 de julho de 2001 e do artigo 71 do Anexo II do RICMS-PA (aprovado pelo Decreto n.º 4676/01)

Interessado: Ildaquim Sousa Sardinha - CPF: 213.171.002-04

Marca: TOYOTA/YARIS SA XS15 AT Tipo: Pas/Automóvel

PORTARIA N.º 02301000689 DE 07/07/2023 - PROC N.º 002023730004562/SEFA

Motivo: Conceder a isenção do ICMS para Taxista.

Base Legal: Convênio ICMS n.º 38, de 06 de julho de 2001 e do artigo 71 do Anexo II do RICMS-PA (aprovado pelo Decreto n.º 4676/01)

Interessado: Francisco de Sousa Moreira - CPF: 222.159.212-34

Marca: FIAT/ARGO TREKKING 1.3 FLEX 4P Tipo: Pas/Automóvel

PORTARIA N.º 02301000691 DE 07/07/2023 - PROC N.º 002023730004589/SEFA

Motivo: Conceder a isenção do ICMS para Taxista.

Base Legal: Convênio ICMS n.º 38, de 06 de julho de 2001 e do artigo 71 do Anexo II do RICMS-PA (aprovado pelo Decreto n.º 4676/01)

Interessado: Carlos Domingos Rodrigues Santos - CPF: 281.113.112-49

Marca: TOYOTA/YARIS SA XL15 FLEX Tipo: Pas/Automóvel

PORTARIA N.º 02301000693 DE 07/07/2023 - PROC N.º 002023730004344/SEFA

Motivo: Conceder a isenção do ICMS para Taxista.

Base Legal: Convênio ICMS n.º 38, de 06 de julho de 2001 e do artigo 71 do Anexo II do RICMS-PA (aprovado pelo Decreto n.º 4676/01)

Interessado: Gilvaneir Souza Santos - CPF: 713.510.602-44

Marca: CHEV/TRACKER T A LT ECONOFLEX Tipo: Pas/Automóvel

PORTARIA N.º 02301000695 DE 07/07/2023 - PROC N.º 002023730004653/SEFA

Motivo: Conceder a isenção do ICMS para Taxista.

Base Legal: Convênio ICMS n.º 38, de 06 de julho de 2001 e do artigo 71 do Anexo II do RICMS-PA (aprovado pelo Decreto n.º 4676/01)

Interessado: Luiz Mariano de Castro Rodrigues - CPF: 104.797.242-53

Marca: CHEV/SPIN 18L AT PREMIER 7 Tipo: Pas/Automóvel

PORTARIA N.º 02301000697 DE 07/07/2023 - PROC N.º 002023730003904/SEFA

Motivo: Conceder a isenção do ICMS para Taxista.

Base Legal: Convênio ICMS n.º 38, de 06 de julho de 2001 e do artigo 71 do Anexo II do RICMS-PA (aprovado pelo Decreto n.º 4676/01)

Interessado: Ariosvaldo Vaz da Mata - CPF: 361.525.522-49

Marca: I/FIAT CRONOS DRIVE 1.3 AT FLEX Tipo: Pas/Automóvel

PORTARIA N.º 02301000699 DE 07/07/2023 - PROC N.º 002023730004703/SEFA

Motivo: Conceder a isenção do ICMS para Taxista.

Base Legal: Convênio ICMS n.º 38, de 06 de julho de 2001 e do artigo 71 do Anexo II do RICMS-PA (aprovado pelo Decreto n.º 4676/01)

Interessado: Raimundo Barroso da Silva - CPF: 086.154.202-97

Marca: VW/POLO MPI 1.0 Tipo: Pas/Automóvel

PORTARIA N.º 02301000701 DE 07/07/2023 - PROC N.º 002023730000829/SEFA

Motivo: Conceder a isenção do ICMS para Taxista.

Base Legal: Convênio ICMS n.º 38, de 06 de julho de 2001 e do artigo 71 do Anexo II do RICMS-PA (aprovado pelo Decreto n.º 4676/01)

Interessado: Hellen Paola Farias Vieira - CPF: 004.011.542-97

Marca: I/JEEP RENEGADE LONGITUDE T270 1.3 TURBO FLEX AUTOMATICO. Tipo: Pas/Automóvel

PORTARIAS DE ISENÇÃO DE IPVA - CAT PORTARIA N.º 02304004195, DE 07/07/2023 - PROC N.º 2023730004686/SEFA

Motivo: Conceder a isenção do IPVA ao veículo para o ano de 2023

Base Legal: art.3º inc. VIII da Lei 6.017/96, alterada pela Lei 6427/01

Interessado: Ubiraci Lessa Novelino - CPF: 032.485.262-20

Marca/Tipo/Chassi

I/FIAT CRONOS 1.3/Pas/Automovel/8AP359ACDNU221081

PORTARIA N.º 02304004197, DE 07/07/2023 - PROC N.º 2023730004245/SEFA

Motivo: Conceder a isenção do IPVA ao veículo para o ano de 2023

Base Legal: art.3º inc. VIII da Lei 6.017/96, alterada pela Lei 6427/01

Interessado: Leidiane Rodrigues Pontes - CPF: 638.427.772-72

Marca/Tipo/Chassi

FIAT/WEEKEND ATTRACTIVE/Pas/Automovel/9BD37412FH5099547

PORTARIA N.º 02304004199, DE 07/07/2023 - PROC N.º 2023730004694/SEFA

Motivo: Conceder a isenção do IPVA ao veículo para o ano de 2023

Base Legal: art.3º inc. VIII da Lei 6.017/96, alterada pela Lei 6427/01

Interessado: Benedita Oliveira Chagas - CPF: 398.890.412-00

Marca/Tipo/Chassi

VW/POLO MCA/Pas/Automovel/9BWAG5BZ7KP520799

PORTARIA N.º 02304004201, DE 07/07/2023 - PROC N.º 2023730004654/SEFA

Motivo: Conceder a isenção do IPVA ao veículo para o ano de 2023

Base Legal: art.3º inc. VIII da Lei 6.017/96, alterada pela Lei 6427/01

Interessado: Ronaldo Chaves Failache - CPF: 106.025.422-00

Marca/Tipo/Chassi

HONDA/WR-V EXL CVT/Pas/Automovel/93HGH8860MK210871

PORTARIA N.º 02304004203, DE 07/07/2023 - PROC N.º 2023730004528/SEFA

Motivo: Conceder a isenção do IPVA ao veículo para o ano de 2023

Base Legal: art.3º inc. VIII da Lei 6.017/96, alterada pela Lei 6427/01

Interessado: Alexandre Ramos de Souza - CPF: 128.060.212-00

Marca/Tipo/Chassi

VW/VIRTUS MF/Pas/Automovel/9BWDL5BZXP510664

PORTARIA N.º 02304004205, DE 07/07/2023 - PROC N.º 2023730004475/SEFA

Motivo: Conceder a isenção do IPVA ao veículo para o ano de 2023

Base Legal: art.3º inc. VIII da Lei 6.017/96, alterada pela Lei 6427/01

Interessado: Anderson de Oliveira Brito - CPF: 489.978.462-72

Marca/Tipo/Chassi

VW/VOYAGE MPI/Pas/Automovel/9BWDG45U8PT046920

PORTARIA N.º 02304004207, DE 07/07/2023 - PROC N.º 2023730004200/SEFA

Motivo: Conceder a isenção do IPVA ao veículo para o ano de 2023

Base Legal: art.3º inc. VIII da Lei 6.017/96, alterada pela Lei 6427/01

Interessado: Telma Maria da Silva - CPF: 116.649.322-91

Marca/Tipo/Chassi

HONDA/HR-V EXL CVT/Pas/Automovel/93HRV2870MK237358

PORTARIA N.º 02304004209, DE 07/07/2023 - PROC N.º 2023730004624/SEFA

Motivo: Conceder a isenção do IPVA ao veículo para o ano de 2023

Base Legal: art.3º inc. VIII da Lei 6.017/96, alterada pela Lei 6427/01

Interessado: Valdecir Gomes da Silva - CPF: 160.489.382-68

Marca/Tipo/Chassi

CHEV/ONIX PLUS 10MT LT2/Pas/Automovel/9BGBE69A0PG152433

PORTARIA N.º 02304004211, DE 07/07/2023 - PROC N.º 2023730004660/SEFA

Motivo: Conceder a isenção do IPVA ao veículo para o ano de 2023

Base Legal: art.3º inc. VIII da Lei 6.017/96, alterada pela Lei 6427/01

Interessado: Claudio Cabanillas Sanchez - CPF: 243.526.162-49

Marca/Tipo/Chassi

TOYOTA/COROLLA GLI18 CVT/Pas/Automovel/9BRBL3HE3J0124775

Protocolo: 960652

**PORTARIAS DE CONCESSÃO DE ISENÇÃO DE IPVA CAIF/DTR
PORTARIA Nº 2023330002678, DE 03 DE JULHO DE 2023**

MOTIVO: Conceder a isenção de IPVA para o ano de 2023.
BASE LEGAL: Art. 3º, inciso XII da Lei n. 6.017, de 30 de dezembro de 1996; Decreto n. 2.703, de 27 de dezembro de 2006 e Instrução Normativa n. 04, de 25 de março de 2015.
INTERESSADO: BENJAMIN EMANOEL CASTILO GIBSON.
CPF: 260.574.927-49.
MARCA/MODELO: NISSAN/KICKS ACTIVE CVT.
CHASSI: 94DFCAP15MB402661.

PORTARIA Nº 2023330002685, DE 03 DE JULHO DE 2023

MOTIVO: Conceder a isenção de IPVA para o ano de 2023.
BASE LEGAL: Art. 3º, inciso XII da Lei n. 6.017, de 30 de dezembro de 1996; Decreto n. 2.703, de 27 de dezembro de 2006 e Instrução Normativa n. 04, de 25 de março de 2015.
INTERESSADO: BRUNO DE CASTRO CARVALHO.
CPF: 633.941.622-53.
MARCA/MODELO: TOYOTA/ETIOS SD XPLUS AT.
CHASSI: 9BRB29BT1L2260214.

PORTARIA Nº 2023330002679, DE 03 DE JULHO DE 2023

MOTIVO: Conceder a isenção de IPVA para o ano de 2023.
BASE LEGAL: Art. 3º, inciso XII da Lei n. 6.017, de 30 de dezembro de 1996; Decreto n. 2.703, de 27 de dezembro de 2006 e Instrução Normativa n. 04, de 25 de março de 2015.
INTERESSADO: DENISY MARINA PONTES MOURA.
CPF: 118.773.672-49.
MARCA/MODELO: RENAULT/CAPTUR LIFE 16 A.
CHASSI: 93YRHAMH7KJ533598.

PORTARIA Nº 2023330002667, DE 03 DE JULHO DE 2023

MOTIVO: Conceder a isenção de IPVA para o ano de 2023.
BASE LEGAL: Art. 3º, inciso XII da Lei n. 6.017, de 30 de dezembro de 1996; Decreto n. 2.703, de 27 de dezembro de 2006 e Instrução Normativa n. 04, de 25 de março de 2015.
INTERESSADO: EVANGÉ HELENA DO SOCORRO MIRANDA DE AZEVEDO.
CPF: 227.786.752-72.
MARCA/MODELO: HYUNDAI/CRETA 16A ATTITU.
CHASSI: 9BHGA811BKP131164.

PORTARIA Nº 2023330002674, DE 03 DE JULHO DE 2023

MOTIVO: Conceder a isenção de IPVA para o ano de 2023.
BASE LEGAL: Art. 3º, inciso XII da Lei n. 6.017, de 30 de dezembro de 1996; Decreto n. 2.703, de 27 de dezembro de 2006 e Instrução Normativa n. 04, de 25 de março de 2015.
INTERESSADO: IRACEMA BARBOSA VAZ.
CPF: 396.389.952-20.
MARCA/MODELO: VW/T CROSS SENSE TSI AD.
CHASSI: 9BWBH6BF0L4096575.

PORTARIA Nº 2023330002688, DE 03 DE JULHO DE 2023

MOTIVO: Conceder a isenção de IPVA para o ano de 2023.
BASE LEGAL: Art. 3º, inciso XII da Lei n. 6.017, de 30 de dezembro de 1996; Decreto n. 2.703, de 27 de dezembro de 2006 e Instrução Normativa n. 04, de 25 de março de 2015.
INTERESSADO: JAILTON GOMES VINENTE.
CPF: 676.508.562-91.
MARCA/MODELO: JEEP/RENEGADE 1.8 AT.
CHASSI: 98861110XKL270249.

PORTARIA Nº 2023330002689, DE 03 DE JULHO DE 2023

MOTIVO: Conceder a isenção de IPVA para o ano de 2023.
BASE LEGAL: Art. 3º, inciso XII da Lei n. 6.017, de 30 de dezembro de 1996; Decreto n. 2.703, de 27 de dezembro de 2006 e Instrução Normativa n. 04, de 25 de março de 2015.
INTERESSADO: LEILA MAUES OLIVEIRA HANNA.
CPF: 727.904.822-68.
MARCA/MODELO: JEEP/RENEGADE 1.8 AT.
CHASSI: 98861110XKK242561.

PORTARIA Nº 2023330002692, DE 03 DE JULHO DE 2023

MOTIVO: Conceder a isenção de IPVA para o ano de 2023.
BASE LEGAL: Art. 3º, inciso XII da Lei n. 6.017, de 30 de dezembro de 1996; Decreto n. 2.703, de 27 de dezembro de 2006 e Instrução Normativa n. 04, de 25 de março de 2015.
INTERESSADO: MANOEL DIAS DOS SANTOS FILHO.
CPF: 070.834.322-87.
MARCA/MODELO: I/FIAT CRONOS DRIVE AT.
CHASSI: 8AP359A13KU051091.

PORTARIA Nº 2023330002684, DE 03 DE JULHO DE 2023

MOTIVO: Conceder a isenção de IPVA para o ano de 2023.
BASE LEGAL: Art. 3º, inciso XII da Lei n. 6.017, de 30 de dezembro de 1996; Decreto n. 2.703, de 27 de dezembro de 2006 e Instrução Normativa n. 04, de 25 de março de 2015.
INTERESSADO: MARILENA MACOLA MARQUES.
CPF: 088.735.852-72.
MARCA/MODELO: CHEV/SPIN 1.8L AT LTZ.
CHASSI: 9BG1C75E0GB187601.

PORTARIA Nº 2023330002691, DE 03 DE JULHO DE 2023

MOTIVO: Conceder a isenção de IPVA para o ano de 2023.
BASE LEGAL: Art. 3º, inciso XII da Lei n. 6.017, de 30 de dezembro de 1996; Decreto n. 2.703, de 27 de dezembro de 2006 e Instrução Normativa n. 04, de 25 de março de 2015.
INTERESSADO: MILVIO TAVARES DE OLIVEIRA JUNIOR.
CPF: 013.106.402-97.
MARCA/MODELO: HONDA/CITY HATCH EXL.
CHASSI: 93HGN5870PK305128.

PORTARIA Nº 2023330002687, DE 03 DE JULHO DE 2023

MOTIVO: Conceder a isenção de IPVA para o ano de 2023.
BASE LEGAL: Art. 3º, inciso XII da Lei n. 6.017, de 30 de dezembro de 1996; Decreto n. 2.703, de 27 de dezembro de 2006 e Instrução Normativa n. 04, de 25 de março de 2015.
INTERESSADO: OLAVO GOMES REGO.
CPF: 348.029.241-00.
MARCA/MODELO: I/FIAT CRONOS DRIVE GSR.
CHASSI: 8AP359A1YKU059263.

PORTARIA Nº 2023330002672, DE 03 DE JULHO DE 2023

MOTIVO: Conceder a isenção de IPVA para o ano de 2023.
BASE LEGAL: Art. 3º, inciso XII da Lei n. 6.017, de 30 de dezembro de 1996; Decreto n. 2.703, de 27 de dezembro de 2006 e Instrução Normativa n. 04, de 25 de março de 2015.
INTERESSADO: RODRIGO ASSUNCAO VIEIRA MONTEIRO.
CPF: 027.941.172-38.
MARCA/MODELO: RENAULT/CAPTUR LIFE 16 A.
CHASSI: 93YRHAMH7MJ439116.

PORTARIA Nº 2023330002686, DE 03 DE JULHO DE 2023

MOTIVO: Conceder a isenção de IPVA para o ano de 2023.
BASE LEGAL: Art. 3º, inciso XII da Lei n. 6.017, de 30 de dezembro de 1996; Decreto n. 2.703, de 27 de dezembro de 2006 e Instrução Normativa n. 04, de 25 de março de 2015.
INTERESSADO: TEREZINHA DE JESUS MORAES CORDEIRO.
CPF: 167.947.022-15.
MARCA/MODELO: HONDA/FIT EX CVT.
CHASSI: 93HKG5860LZ115623.

PORTARIA Nº 2023330002681, DE 03 DE JULHO DE 2023

MOTIVO: Conceder a isenção de IPVA para o ano de 2023.
BASE LEGAL: Art. 3º, inciso XII da Lei n. 6.017, de 30 de dezembro de 1996; Decreto n. 2.703, de 27 de dezembro de 2006 e Instrução Normativa n. 04, de 25 de março de 2015.
INTERESSADO: VITORIA SOUZA RESPLANDES.
CPF: 040.388.962-69.
MARCA/MODELO: CHEV/PRISMA 1.4MT LTZ.
CHASSI: 9BGKT69V0KG130029.

PORTARIA Nº 2023330002700, DE 04 DE JULHO DE 2023

MOTIVO: Conceder a isenção de IPVA para o ano de 2023.
BASE LEGAL: Art. 3º, inciso XII da Lei n. 6.017, de 30 de dezembro de 1996; Decreto n. 2.703, de 27 de dezembro de 2006 e Instrução Normativa n. 04, de 25 de março de 2015.
INTERESSADO: ANANIAS GOIS ALMEIDA.
CPF: 036.904.743-53.
MARCA/MODELO: TOYOTA/COROLLA XEI20FLEX.
CHASSI: 9BRBD48E9D2585880.

PORTARIA Nº 2023330002701, DE 04 DE JULHO DE 2023

MOTIVO: Conceder a isenção de IPVA para o ano de 2023.
BASE LEGAL: Art. 3º, inciso XII da Lei n. 6.017, de 30 de dezembro de 1996; Decreto n. 2.703, de 27 de dezembro de 2006 e Instrução Normativa n. 04, de 25 de março de 2015.
INTERESSADO: BEATRIZ FABIANA DE ARAUJO NASCIMENTO.
CPF: 019.124.402-37.
MARCA/MODELO: CHEVROLET/ONIX 1.4MT LTZ.
CHASSI: 9BGKT48V0KG431014.

PORTARIA Nº 2023330002696, DE 04 DE JULHO DE 2023

MOTIVO: Conceder a isenção de IPVA para o ano de 2023.
BASE LEGAL: Art. 3º, inciso XII da Lei n. 6.017, de 30 de dezembro de 1996; Decreto n. 2.703, de 27 de dezembro de 2006 e Instrução Normativa n. 04, de 25 de março de 2015.
INTERESSADO: HENRIQUE TUMA WANZELER PACHECO.
CPF: 068.776.892-67.
MARCA/MODELO: JEEP/COMPASS LONG TF.
CHASSI: 98867512MPKM32002.

PORTARIA Nº 2023330002699, DE 04 DE JULHO DE 2023

MOTIVO: Conceder a isenção de IPVA para o ano de 2023.
BASE LEGAL: Art. 3º, inciso XII da Lei n. 6.017, de 30 de dezembro de 1996; Decreto n. 2.703, de 27 de dezembro de 2006 e Instrução Normativa n. 04, de 25 de março de 2015.
INTERESSADO: JOAO PAULO PEREIRA SALES.
CPF: 775.733.232-04.
MARCA/MODELO: HYUNDAI/CRETA 16A ATTITU.
CHASSI: 9BHGA811BMP185999.

PORTARIA Nº 2023330002698, DE 04 DE JULHO DE 2023

MOTIVO: Conceder a isenção de IPVA para o ano de 2023.
BASE LEGAL: Art. 3º, inciso XII da Lei n. 6.017, de 30 de dezembro de 1996; Decreto n. 2.703, de 27 de dezembro de 2006 e Instrução Normativa n. 04, de 25 de março de 2015.
INTERESSADO: KELLY RAQUEL VIEGAS DE SOUZA.
CPF: 912.416.772-04.
MARCA/MODELO: HONDA/CIVIC EXL CVT.
CHASSI: 93HFC2660MZ119498.

PORTARIA Nº 2023330002694, DE 04 DE JULHO DE 2023

MOTIVO: Conceder a isenção de IPVA para o ano de 2023.
BASE LEGAL: Art. 3º, inciso XII da Lei n. 6.017, de 30 de dezembro de 1996; Decreto n. 2.703, de 27 de dezembro de 2006 e Instrução Normativa n. 04, de 25 de março de 2015.
INTERESSADO: LAURA DA CONCEICAO LUZ SANTOS.
CPF: 001.657.442-78.
MARCA/MODELO: VW/POLO CL AD.
CHASSI: 9BWAH5BZ6JP086578.

PORTARIA Nº 2023330002697, DE 04 DE JULHO DE 2023

MOTIVO: Conceder a isenção de IPVA para o ano de 2023.
BASE LEGAL: Art. 3º, inciso XII da Lei n. 6.017, de 30 de dezembro de 1996; Decreto n. 2.703, de 27 de dezembro de 2006 e Instrução Normativa n. 04, de 25 de março de 2015.
INTERESSADO: LUIS CARLOS DE OLIVEIRA SANTOS.
CPF: 627.192.622-34.
MARCA/MODELO: VW/VOYAGE 1.6.
CHASSI: 9BWDB05U5DT114173.

PORTARIA Nº 2023330002693, DE 04 DE JULHO DE 2023

MOTIVO: Conceder a isenção de IPVA para o ano de 2023.
BASE LEGAL: Art. 3º, inciso XII da Lei n. 6.017, de 30 de dezembro de 1996; Decreto n. 2.703, de 27 de dezembro de 2006 e Instrução Normativa n. 04, de 25 de março de 2015.
INTERESSADO: RUTH DE SOUZA TAVORA.
CPF: 006.192.132-72.
MARCA/MODELO: TOYOTA/COROLLA GLI 20.
CHASSI: 9BRB33BE7M2031145.

PORTARIA Nº 2023330002695, DE 04 DE JULHO DE 2023

MOTIVO: Conceder a isenção de IPVA para o ano de 2023.
BASE LEGAL: Art. 3º, inciso XII da Lei n. 6.017, de 30 de dezembro de 1996; Decreto n. 2.703, de 27 de dezembro de 2006 e Instrução Normativa n. 04, de 25 de março de 2015.
INTERESSADO: SILVIA MARIA CARVALHO CAVALEIRO DE MACEDO.
CPF: 581.950.092-04.
MARCA/MODELO: FORD/ECOSPORT FSL AT 1.5.
CHASSI: 9BFZB55S5L8785619.

PORTARIA Nº 2023330002706, DE 05 DE JULHO DE 2023

MOTIVO: Conceder a isenção de IPVA para o ano de 2023.
BASE LEGAL: Art. 3º, inciso XII da Lei n. 6.017, de 30 de dezembro de 1996; Decreto n. 2.703, de 27 de dezembro de 2006 e Instrução Normativa n. 04, de 25 de março de 2015.
INTERESSADO: DIVANILDO FERREIRA DA SILVA.
CPF: 269.368.602-49.
MARCA/MODELO: HYUNDAI/HB20 1.6A COMF.
CHASSI: 9BHBG51DBKP925305.

PORTARIA Nº 2023330002705, DE 05 DE JULHO DE 2023

MOTIVO: Conceder a isenção de IPVA para o ano de 2023.
BASE LEGAL: Art. 3º, inciso XII da Lei n. 6.017, de 30 de dezembro de 1996; Decreto n. 2.703, de 27 de dezembro de 2006 e Instrução Normativa n. 04, de 25 de março de 2015.
INTERESSADO: MARIA LUZIA LEMOS JARDIM.
CPF: 419.088.486-34.
MARCA/MODELO: CHEV/TRACKER 12T A PR.
CHASSI: 9BGEP76B0PB166016.

PORTARIA Nº 2023330002714, DE 06 DE JULHO DE 2023

MOTIVO: Conceder a isenção de IPVA para o ano de 2023.
BASE LEGAL: Art. 3º, inciso XII da Lei n. 6.017, de 30 de dezembro de 1996; Decreto n. 2.703, de 27 de dezembro de 2006 e Instrução Normativa n. 04, de 25 de março de 2015.
INTERESSADO: DIESSYCA CARNEIRO MESQUITA.
CPF: 977.661.002-15.
MARCA/MODELO: TOYOTA/YARIS SD XLS15 AT.
CHASSI: 9BRBC3F37K8012078.

PORTARIA Nº 2023330002715, DE 06 DE JULHO DE 2023

MOTIVO: Conceder a isenção de IPVA para o ano de 2023.
BASE LEGAL: Art. 3º, inciso XII da Lei n. 6.017, de 30 de dezembro de 1996; Decreto n. 2.703, de 27 de dezembro de 2006 e Instrução Normativa n. 04, de 25 de março de 2015.
INTERESSADO: JOSE DE RIBAMAR RIBEIRO FILHO.
CPF: 129.300.912-15.
MARCA/MODELO: NISSAN/KICKS SENSE CVT.
CHASSI: 94DFCAP15NB155851.

PORTARIA Nº 2023330002710, DE 06 DE JULHO DE 2023

MOTIVO: Conceder a isenção de IPVA para o ano de 2023.
BASE LEGAL: Art. 3º, inciso XII da Lei n. 6.017, de 30 de dezembro de 1996; Decreto n. 2.703, de 27 de dezembro de 2006 e Instrução Normativa n. 04, de 25 de março de 2015.
INTERESSADO: PEDRO PAULO CANELAS CABRAL JUNIOR.
CPF: 356.066.732-15.
MARCA/MODELO: JEEP/RENEGADE 1.8 AT.
CHASSI: 98861110XKK222951.

PORTARIA Nº 2023330002666, DE 30 DE JUNHO DE 2023

MOTIVO: Conceder a isenção de IPVA para o ano de 2023.
BASE LEGAL: Art. 3º, inciso XII da Lei n. 6.017, de 30 de dezembro de 1996; Decreto n. 2.703, de 27 de dezembro de 2006 e Instrução Normativa n. 04, de 25 de março de 2015.
INTERESSADO: LARA MORAES NOGUEIRA.
CPF: 945.431.197-20.
MARCA/MODELO: NISSAN/KICKS S CVT.
CHASSI: 94DFCAP15JB143204.

PORTARIA Nº 2023330002665, DE 30 DE JUNHO DE 2023

MOTIVO: Conceder a isenção de IPVA para o ano de 2023.
BASE LEGAL: Art. 3º, inciso XII da Lei n. 6.017, de 30 de dezembro de 1996; Decreto n. 2.703, de 27 de dezembro de 2006 e Instrução Normativa n. 04, de 25 de março de 2015.
INTERESSADO: MARIA CECILIA DE OLIVEIRA PIMENTEL.
CPF: 028.557.522-80.
MARCA/MODELO: HONDA/HR-V EXL CVT.
CHASSI: 93HRV2870LZ108885.

PORTARIAS DE RECONHECIMENTO DE IMUNIDADE DE IPVA CAIF/DTR**PORTARIA Nº 2023330002690, DE 03 DE JULHO DE 2023**

MOTIVO: Reconhecer a imunidade de IPVA para o ano de 2023.
BASE LEGAL: Art. 150, inciso VI, alínea "a", § 2º da Constituição Federal, Decreto nº 2.703, de 27 de dezembro de 2006 e Instrução Normativa nº 04, de 25 de março de 2015.
INTERESSADO: MINISTERIO ESPERANCA-CAMPOS DE COLHEITA.
CNPJ: 11.509.354/0001-82.
EXERCÍCIO CHASSI MARCA/MODELO
2023 9BWAA05W3DP060629 VW/GOL 1.0 GIV
2023 9BRK19BT8H2078813 TOYOTA/ETIOS HB X 13L AT
2023 93HGE6850EZ110280 HONDA/FIT LX FLEX
2023 9BRK19BT3F2044033 TOYOTA/ETIOS HB X
2023 9BD119409F1122242 FIAT/DOBLO ADV 1.8 FLEX

PORTARIA Nº 2023330002668, DE 03 DE JULHO DE 2023

MOTIVO: Reconhecer a imunidade de IPVA para o ano de 2023.
BASE LEGAL: Art. 150, inciso VI, alínea "a", § 2º da Constituição Federal, Decreto nº 2.703, de 27 de dezembro de 2006 e Instrução Normativa nº 04, de 25 de março de 2015.
INTERESSADO: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MARABA.
CNPJ: 18.478.187/0001-07.
EXERCÍCIO CHASSI MARCA/MODELO
2023 9BD17122LF5958499 FIAT/PALIO FIRE

PORTARIA Nº 2023330002669, DE 03 DE JULHO DE 2023

MOTIVO: Reconhecer a imunidade de IPVA para o ano de 2022.
BASE LEGAL: Art. 150, inciso VI, alínea "a", § 2º da Constituição Federal, Decreto nº 2.703, de 27 de dezembro de 2006 e Instrução Normativa nº 04, de 25 de março de 2015.
INTERESSADO: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MARABA.
CNPJ: 18.478.187/0001-07.
EXERCÍCIO CHASSI MARCA/MODELO
2022 93XSNKB8TFCE05204 MMC/L200 TRITON GLS D

PORTARIA Nº 2023330002670, DE 03 DE JULHO DE 2023

MOTIVO: Reconhecer a imunidade de IPVA para o ano de 2022.
BASE LEGAL: Art. 150, inciso VI, alínea "a", § 2º da Constituição Federal, Decreto nº 2.703, de 27 de dezembro de 2006 e Instrução Normativa nº 04, de 25 de março de 2015.
INTERESSADO: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MARABA.
CNPJ: 18.478.187/0001-07.
EXERCÍCIO CHASSI MARCA/MODELO
2022 93YMAFEXCKJ757904 RENAULT/MASTER NIKS 16 P

PORTARIA Nº 2023330002671, DE 03 DE JULHO DE 2023

MOTIVO: Reconhecer a imunidade de IPVA para o ano de 2023.
BASE LEGAL: Art. 150, inciso VI, alínea "a", § 2º da Constituição Federal, Decreto nº 2.703, de 27 de dezembro de 2006 e Instrução Normativa nº 04, de 25 de março de 2015.
INTERESSADO: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MARABA.
CNPJ: 18.478.187/0001-07.
EXERCÍCIO CHASSI MARCA/MODELO
2023 93YF62005PJ316292 RENAULT/MASTER L2H2 RRAMB

PORTARIA Nº 2023330002673, DE 03 DE JULHO DE 2023

MOTIVO: Reconhecer a imunidade de IPVA para o ano de 2023.
BASE LEGAL: Art. 150, inciso VI, alínea "a", § 2º da Constituição Federal, Decreto nº 2.703, de 27 de dezembro de 2006 e Instrução Normativa nº 04, de 25 de março de 2015.
INTERESSADO: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MARABA.
CNPJ: 18.478.187/0001-07.
EXERCÍCIO CHASSI MARCA/MODELO
2023 93YF62008PJ316304 RENAULT/MASTER L2H2 RRAMB

PORTARIA Nº 2023330002680, DE 03 DE JULHO DE 2023

MOTIVO: Reconhecer a imunidade de IPVA para o ano de 2022.
BASE LEGAL: Art. 150, inciso VI, alínea "a", § 2º da Constituição Federal, Decreto nº 2.703, de 27 de dezembro de 2006 e Instrução Normativa nº 04, de 25 de março de 2015.
INTERESSADO: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MARABA.
CNPJ: 18.478.187/0001-07.
EXERCÍCIO CHASSI MARCA/MODELO
2022 9BG143DK0LC414903 GM/S10 MARIMAR AMB

PORTARIA Nº 2023330002682, DE 03 DE JULHO DE 2023

MOTIVO: Reconhecer a imunidade de IPVA para o ano de 2023.
BASE LEGAL: Art. 150, inciso VI, alínea "a", § 2º da Constituição Federal, Decreto nº 2.703, de 27 de dezembro de 2006 e Instrução Normativa nº 04, de 25 de março de 2015.
INTERESSADO: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MARABA.
CNPJ: 18.478.187/0001-07.
EXERCÍCIO CHASSI MARCA/MODELO
2023 93ZA085DZN8944476 IVECO/TECTOR 9-190

PORTARIA Nº 2023330002683, DE 03 DE JULHO DE 2023

MOTIVO: Reconhecer a imunidade de IPVA para o ano de 2022.
BASE LEGAL: Art. 150, inciso VI, alínea "a", § 2º da Constituição Federal, Decreto nº 2.703, de 27 de dezembro de 2006 e Instrução Normativa nº 04, de 25 de março de 2015.
INTERESSADO: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MARABA.
CNPJ: 18.478.187/0001-07.
EXERCÍCIO CHASSI MARCA/MODELO
2022 93YMAFEXCLJ064133 RENAULT/MST MODIFICAR EM

PORTARIAS DE CONCESSÃO DE ISENÇÃO DE ICMS CAIF/DTR
PORTARIA Nº 2023330002676, DE 03 DE JULHO DE 2023
MOTIVO: Conceder a isenção de ICMS na aquisição de veículo para pessoa com deficiência, síndrome down ou autista.
BASE LEGAL: Lei Complementar n.º 24, de 7 de janeiro de 1975; Convênio ICMS 38, de 30 de março de 2012 e arts. 1º e 50 do Anexo II do Regulamento do ICMS, aprovado pelo Decreto n.º 4.676, de 18 de junho de 2001.
INTERESSADO: SILVIA DO SOCORRO NUNES MIRANDA.
CPF: 327.193.612-91.
MARCA/MODELO: CHEV/ONIX 10TAT HB.
VALOR DO VEÍCULO COM IMPOSTOS: R\$98.990,00.
VALOR DO VEÍCULO COM ISENÇÃO DE IPI/ICMS: R\$83.642,00.

PORTARIA Nº 2023330002708, DE 05 DE JULHO DE 2023
MOTIVO: Conceder a isenção de ICMS na aquisição de veículo para pessoa com deficiência, síndrome down ou autista.
BASE LEGAL: Lei Complementar n.º 24, de 7 de janeiro de 1975; Convênio ICMS 38, de 30 de março de 2012 e arts. 1º e 50 do Anexo II do Regulamento do ICMS, aprovado pelo Decreto n.º 4.676, de 18 de junho de 2001.
INTERESSADO: KARINE DA COSTA HERMES.
CPF: 655.432.892-00.
MARCA/MODELO: TOYOTA/YARIS HA XL15.
VALOR DO VEÍCULO COM IMPOSTOS: R\$99.550,00.
VALOR DO VEÍCULO COM ISENÇÃO DE IPI/ICMS: R\$83.537,57.

PORTARIA Nº 2023330002712, DE 06 DE JULHO DE 2023
MOTIVO: Conceder a isenção de ICMS na aquisição de veículo para pessoa com deficiência, síndrome down ou autista.
BASE LEGAL: Lei Complementar n.º 24, de 7 de janeiro de 1975; Convênio ICMS 38, de 30 de março de 2012 e arts. 1º e 50 do Anexo II do Regulamento do ICMS, aprovado pelo Decreto n.º 4.676, de 18 de junho de 2001.
INTERESSADO: ELIANA MARIA PEREIRA CORREA.
CPF: 570.170.502-15.
MARCA/MODELO: TOYOTA/YARIS SA XL15.
VALOR DO VEÍCULO COM IMPOSTOS: R\$99.920,00.
VALOR DO VEÍCULO COM ISENÇÃO DE IPI/ICMS: R\$83.602,22.

Protocolo: 960689

PORTARIAS DE REVOGAÇÃO DE CONCESSÃO DE ISENÇÃO DE IPVA CAIF/DTR
PORTARIA Nº 2023330002703, DE 04 DE JULHO DE 2023
MOTIVO: Revogar a Portaria n.º 2023330002231, de 09 de maio de 2023, que concedeu a isenção do IPVA.
BASE LEGAL: Art. 3º, inciso XII da Lei n. 6.017, de 30 de dezembro de 1996; Decreto n. 2.703, de 27 de dezembro de 2006 e Instrução Normativa n. 04, de 25 de março de 2015.
INTERESSADO: JOSE MARIA AGUSTINHO.
CPF: 076.437.212-20.
MARCA/MODELO: I/TOYOTA HILUX SWSRXA4FD.
CHASSI: 8AJBA3FS8L0281158.

PORTARIA Nº 2023330002702, DE 04 DE JULHO DE 2023
MOTIVO: Revogar a Portaria n.º 2021330001946, de 03 de março de 2021, que concedeu a isenção do IPVA.
BASE LEGAL: Art. 3º, inciso XII da Lei n. 6.017, de 30 de dezembro de 1996; Decreto n. 2.703, de 27 de dezembro de 2006 e Instrução Normativa n. 04, de 25 de março de 2015.
INTERESSADO: JOSE MARIA AGUSTINHO.
CPF: 076.437.212-20.
MARCA/MODELO: I/TOYOTA HILUX SWSRXA4FD.
CHASSI: 8AJBA3FS8L0281158.

PORTARIA Nº 2023330002704, DE 04 DE JULHO DE 2023
MOTIVO: Revogar a Portaria n.º 2023330001668, de 25 de janeiro de 2023, que concedeu a isenção do IPVA.
BASE LEGAL: Art. 3º, inciso XII da Lei n. 6.017, de 30 de dezembro de 1996; Decreto n. 2.703, de 27 de dezembro de 2006 e Instrução Normativa n. 04, de 25 de março de 2015.
INTERESSADO: MARIA DAS GRACAS SILVA.
CPF: 072.119.102-91.
MARCA/MODELO: CHEV/SPIN 1.8L AT LTZ.
CHASSI: 9BGJC7520JB229738.

PORTARIA Nº 2023330002492, DE 14 DE JUNHO DE 2023
MOTIVO: Revogar a Portaria n.º 2023330002393, de 30 de maio de 2023, que concedeu a isenção do IPVA.
BASE LEGAL: Art. 3º, inciso XII da Lei n. 6.017, de 30 de dezembro de 1996; Decreto n. 2.703, de 27 de dezembro de 2006 e Instrução Normativa n. 04, de 25 de março de 2015.
INTERESSADO: MANOELA GONCALVES FERREIRA.
CPF: 033.154.872-00.
MARCA/MODELO: RENAULT/CAPTUR LIFE 16 A.
CHASSI: 93YRHAMH7KJ856699.

PORTARIA Nº 2023330002590, DE 21 DE JUNHO DE 2023
MOTIVO: Revogar a Portaria n.º 2021330003086, de 18 de outubro de 2021, que concedeu a isenção do IPVA.
BASE LEGAL: Art. 3º, inciso XII da Lei n. 6.017, de 30 de dezembro de 1996; Decreto n. 2.703, de 27 de dezembro de 2006 e Instrução Normativa n. 04, de 25 de março de 2015.
INTERESSADO: AVANILDE CARVALHO CERQUEIRA RODRIGUES.
CPF: 732.464.092-34.
MARCA/MODELO: JEEP/RENEGADE SPORT AT D.
CHASSI: 988611156GK061804.

PORTARIA Nº 2023330002591, DE 21 DE JUNHO DE 2023
MOTIVO: Revogar a Portaria n.º 2023330001848, de 28 de fevereiro de 2023, que concedeu a isenção do IPVA.
BASE LEGAL: Art. 3º, inciso XII da Lei n. 6.017, de 30 de dezembro de 1996; Decreto n. 2.703, de 27 de dezembro de 2006 e Instrução Normativa n. 04, de 25 de março de 2015.
INTERESSADO: AVANILDE CARVALHO CERQUEIRA RODRIGUES.
CPF: 732.464.092-34.
MARCA/MODELO: JEEP/RENEGADE SPORT AT D.
CHASSI: 988611156GK061804.

PORTARIA Nº 2023330002625, DE 28 DE JUNHO DE 2023
MOTIVO: Revogar a Portaria n.º 2023330002211, de 26 de abril de 2023, que concedeu a isenção do IPVA.
BASE LEGAL: Art. 3º, inciso XII da Lei n. 6.017, de 30 de dezembro de 1996; Decreto n. 2.703, de 27 de dezembro de 2006 e Instrução Normativa n. 04, de 25 de março de 2015.
INTERESSADO: MARIA MADALENA QUEIROZ RODRIGUES.
CPF: 292.473.812-15.
MARCA/MODELO: JEEP/RENEGADE 1.8 AT.
CHASSI: 988611102HK116643.

Protocolo: 960692

PORTARIA Nº 553/2023-SEFA-GS, DE 06 DE JULHO DE 2023
Altera dispositivos da PORTARIA Nº 0354, de 14 de dezembro de 2005, que dispõe sobre o Boletim de Preços Mínimos de Mercado.
O SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA, em exercício, no uso de sua competência que lhe é conferida por Lei e tendo em vista o disposto no § 1º do art. 43 do Regulamento do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviço de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS, aprovado pelo Decreto nº 4.676, de 18 de junho de 2001;
RESOLVE:
Art. 1º Os itens IV-01, IV-02, IV-03 e IV-04 do título "Outros Produtos" do Anexo Único da PORTARIA Nº 0354, de 14 de dezembro de 2005, passam a vigorar com as seguintes alterações:

IV-01	FARINHA DE TRIGO	Sc (50kg)	209,08	209,08
IV-02	FARINHA DE TRIGO	Sc (25kg)	114,45	114,45
IV-03	FARINHA DE TRIGO	Fd (10kg)	42,27	42,27
IV-04	FARINHA DE TRIGO C/FERMENTO	Fd (10kg)	45,96	45,96"

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Lourival de Barros Barbalho Junior
Secretário de Estado da Fazenda, em exercício

Protocolo: 960366

DIÁRIO

O DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO DA SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Portaria nº 451 de 13/02/2019 (publicada no DOE nº 33.805 de 15/02/2019)
RESOLVE

PORTARIA Nº 1627 / SEFA - DAD de 29 de junho de 2023. AUTORIZAR 15 e 1/2 diárias a servidora ELENISE SIQUEIRA MENDES, nº 0512810201, FISCAL-C, COORDENAÇÃO EXECUTIVA DE CONTROLE DE MERCADORIAS EM TRÂNSITO, objetivo de participar de atividade itinerante, no período de 16.07.2023 à 31.07.2023, no trecho Belém/Conceição do Araguaia/Belém

PORTARIA Nº 1647 / SEFA - DAD de 03 de julho de 2023. AUTORIZAR 3 e 1/2 diárias ao servidor JOSE GUILHERME DE SOUZA MOITTA KOURY, nº 0585816001, AUDITOR-B, CÉLULA PLANEJAMENTO MONITORAMENTO E ESTUDOS TÉCNICOS DE FISCALIZAÇÃO, objetivo de participar da reunião técnica do projeto NFC-e, no período de 17.07.2023 à 20.07.2023, no trecho Belém/São Paulo/Belém

PORTARIA Nº 1659 / SEFA - DAD de 03 de julho de 2023. AUTORIZAR 14 e 1/2 diárias ao servidor LUIZ FELIPE SOUZA FERREIRA DA ROCHA, nº 0591523401, FISCAL-A, COORD. EXEC. DE CONTROLE MERCADORIA EM TRANS. DO ITINGA, objetivo de especificação do Projeto e-Transito, no período de 17.07.2023 à 31.07.2023, no trecho Itinga/Belém/Itinga

PORTARIA Nº 1700 / SEFA - DAD de 03 de julho de 2023. AUTORIZAR 15 e 1/2 diárias ao servidor JORGE MARIA DIAS MARTINS, nº 0005029601, MOTORISTA FAZENDÁRIO - B - IV, COORD. EXEC. DE CONTROLE MERCADORIA EM TRANS. DO ITINGA, objetivo de conduzir viatura oficial, no período de 16.07.2023 à 31.07.2023, no trecho Itinga/Conceição do Araguaia/Itinga

PORTARIA Nº 1742 / SEFA - DAD de 07 de julho de 2023. AUTORIZAR 3 e 1/2 diárias ao servidor CARLOS ALBERTO RODRIGUES JUNIOR, nº 0512858701, FISCAL-C, DIRETORIA DE ARRECAÇÃO E INFORMAÇÕES FAZENDÁRIAS, objetivo de participar de reunião técnica do projeto NFC-e e NF-e - Fisco, no período de 17.07.2023 à 20.07.2023, no trecho Belém/São Paulo/Belém

PORTARIA Nº 1743 / SEFA - DAD de 07 de julho de 2023. AUTORIZAR 3 e 1/2 diárias ao servidor LUCAS PICANCO BATISTA, nº 0595057102, AUDITOR-A, DIRETORIA DE ARRECAÇÃO E INFORMAÇÕES FAZENDÁRIAS, objetivo de participar de reunião técnica do projeto NFC-e NF-e - Fisco, no período de 17.07.2023 à 20.07.2023, no trecho Belém/São Paulo/Belém

PORTARIA Nº 1749 / SEFA - DAD de 07 de julho de 2023. AUTORIZAR 3 e 1/2 diárias a servidora MARGARETE GOMES NEVES, nº 0324780501, ASSISTENTE ADMINISTRATIVO, COORDENAÇÃO EXECUTIVA DE CONTROLE DE MERCADORIAS EM TRÂNSITO, objetivo de realizar visita técnica, no período de 07.07.2023 à 10.07.2023, no trecho Belém/Capanema/São Francisco/Belém

PORTARIA Nº 1750 / SEFA - DAD de 07 de julho de 2023. AUTORIZAR 3 e 1/2 diárias ao servidor CLAUDIO JOSE DA SILVA, nº 0591471201, AUDITOR-A, COORD. EXEC. DE CONTROLE MERCADORIA EM TRANS. DO ARAGUAIA, objetivo de realizar atividade de fiscalização, no período de 06.07.2023 à 09.07.2023, no trecho Conceição do Araguaia/Bela Vista/Santa Maria das Barreiras/Conceição do Araguaia

PORTARIA Nº 1751 / SEFA - DAD de 07 de julho de 2023. AUTORIZAR 9 e 1/2 diárias ao servidor ABELARDO MARQUES PINHEIRO DE ASSIS, nº 0514946001, MOTORISTA, COORD. EXEC. DE CONTROLE MERCADORIA EM TRANS. DO ITINGA, objetivo de conduzir viatura oficial, no período de 06.07.2023 à 15.07.2023, no trecho Itinga/Belém/Rondon do Pará/Dom Eliseu/Belém/Itinga.

Anídio Moutinho
Diretor de Administração, em exercício

Protocolo: 960412

OUTRAS MATÉRIAS

ATOS DA DIRETORIA DE FISCALIZAÇÃO

O Diretor de Fiscalização da Secretaria de Estado da Fazenda FAZ SABER a todos quantos o presente Edital Irem ou dele tomarem conhecimento que foram concedidos/renovados no mês de Junho/2023, aos contribuintes a seguir, Regimes Especiais do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transportes Interestaduais e Intermunicipais e de Comunicação – ICMS, conforme abaixo:

– TIPO: RTD/EXPORTAÇÃO

BENEFÍCIO DO ICMS: desoneração na exportação indireta FUNDAMENTO LEGAL: Art. 600 do RICMS/PA CONTRIBUINTES:

152906851 - KLM EXPORTACAO DE BOVINOS LTDA - 17523

153128542 - LAMINADOS DE MADEIRA SANTAREM LTDA - 17423

155157078 - ARAGUAIA INDUSTRIA DE OLEOS E PROTEINAS S.A. - 17723

155713272 - IBIRA COMERCIO E EXPORTACAO DE MADEIRAS LTDA - 17823

156685833 - NORDELTA IMPORTACAO E EXPORTACAO DE ANIMAIS LTDA - 15123

156929481 - FERTITEX AGRO - FERTILIZANTES E PRODUTOS AGROPECUARIOS LTDA - 17223

157850790 - COMERCIAL AGRO FERNANDES LTDA - 18323

150949570 - IRMÃOS BRAGA EXPORTADORA LTDA - 14321

151997403 - S&A INDUSTRIA E COMERCIO DE MADEIRAS LTDA - 13815

152559256 - ALGIMI FLORESTAL INDUSTRIA DE PISOS DE MADEIRAS LTDA - 17615

153696737 - WOOD GREEN IND. COM. IMPORTACAO E EXPORTACAO DE MADEIRAS LTDA - 17619

155517210 - CMS BRAGA COMERCIO E EXPORTACAO LTDA -12921

156099845 - COOPERATIVA DOS MINERADORES ASSOCIADOS DA REGIAO - COOPERMAR - 13021

156138751 - C & N COMERCIO E EXPORTACOES DE MADEIRAS LTDA - 12721

156220814 - ALMADA EXPORTADORA & IMPORTADORA LTDA -119

156392917 - GUARAETA COMERCIO EXPORTACAO DE MADEIRAS LTDA - 13821

– TIPO: RTD/TRANSPORTE DE CARGA

BENEFÍCIO DO ICMS: recolhimento mensal do ICMS FUNDAMENTO LEGAL: Art. 108, IX, “a”, §§ 5º e 6º do RICMS/PA CONTRIBUINTES:

152236759 - TRANSPORTADORA E LOGISTICA BRASIL LTDA -14823

153203455 - TRANSPAR TRANSPORTADORA DO PARA LTDA -15623

153208104 - TNT MERCURIO CARGAS E ENCOMENDAS EXPRESSAS LTDA - 17323

157331580 - BNTG LOGISTICA LTDA - 18123

158724810 - PONTO NORTE TRANSPORTE & LOGISTICA LTDA -18223

152359532 - TRANSPORTES VALE DO TOCANTINS LTDA - 15519

152599193 - TRANSPORTES PESADOS MINAS S.A. - 10122

153693517 - NORTE BRASIL LOGISTICA LTDA - 17516

153861754 - TRANSPORTADORA & COMERCIO LUNARDI LTDA -13014

154154938 - ROD TRANSPORTES LTDA - 17116

155237250 - RODOVIVA TRANSPORTES LTDA - 17817

156578751 - TRANSPORTES POLONI LTDA - 1120

– TIPO: RTD/BARES/REST/LANCHONETES

BENEFÍCIO DO ICMS: reduz a carga tributária para 4% FUNDAMENTO LEGAL: Art. 132 do Anexo I do RICMS/PA CONTRIBUINTES:

152866248 - CASA DO SAULO RESTAURANTES LTDA ME - 17923

156624443 - CASA DO SAULO RESTAURANTES LTDA ME - 17123

157257452 - GFP ALIMENTOS LTDA - 18023

152650253 - M.W.S. EVENTOS E BUFFET LTDA - 12720

154930873 - FAST FOOD BELEM ALIMENTOS LTDA - 11822

156074354 - FAMIGLIA DI ITALIA COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - 11022

158038959 - CERVEJARIAS ARAGUAIA COMERCIO E INDUSTRIA LTDA - 12522

– TIPO: RTD/TERMO DE ACORDO INFORMÁTICA

BENEFÍCIO DO ICMS: reduz a carga tributária para 7% FUNDAMENTO LEGAL: Art. 221 a 225 Anexo I do RICMS/PA CONTRIBUINTES:

151579750 - LIDER COMERCIO E INDUSTRIA LTDA. - 15023

151727031 - LIDER COMERCIO E INDUSTRIA LTDA. - 15523

152137076 - LIDER COMERCIO E INDUSTRIA LTDA. - 15323

152144463 - LIDER COMERCIO E INDUSTRIA LTDA. - 14923

152156259 - LIDER COMERCIO E INDUSTRIA LTDA. - 15423

152411151 - FEIRAO DOS MOVEIS MAGAZINE LTDA - 16423

152798331 - LIDER COMERCIO E INDUSTRIA LTDA. - 15223

152893598 - FEIRAO DOS MOVEIS MAGAZINE LTDA - 16323

152894675 - FEIRAO DOS MOVEIS MAGAZINE LTDA - 16223

155111698 - FEIRAO DOS MOVEIS MAGAZINE LTDA - 16623

155111701 - FEIRAO DOS MOVEIS MAGAZINE LTDA - 16523

155348647 - FEIRAO DOS MOVEIS MAGAZINE LTDA - 16723

155528882 - FEIRAO DOS MOVEIS MAGAZINE LTDA - 16823

156038536 - FEIRAO DOS MOVEIS MAGAZINE LTDA - 16123

156038552 - FEIRAO DOS MOVEIS MAGAZINE LTDA - 16923

156114089 - FEIRAO DOS MOVEIS MAGAZINE LTDA - 16023

156416280 - FEIRAO DOS MOVEIS MAGAZINE LTDA - 15923

157283798 - FEIRAO DOS MOVEIS MAGAZINE LTDA - 15823

158287827 - FEIRAO DOS MOVEIS MAGAZINE LTDA - 15723

152033424 - CAPANEMA MOVEIS LTDA - 14312

154020575 - SEGCOM DISTRIBUIDORA LTDA - 16019

154538590 - HAVAN S.A. - 11322

154982709 - CAPANEMA MOVEIS LTDA - 3116

156255928 - CIL - COMERCIO DE INFORMATICA LTDA - 819

156731371 - HAVAN S.A. - 11522

156733234 - INFO STORE COMPUTADORES DA AMAZONIA LTDA - 720

157114120 - HAVAN S.A. - 11422

157358291 - GAZIN INDUSTRIA E COMERCIO DE MOVEIS E ELETRODOMESTICOS S.A. - 2221

– TIPO: RTD/MEDICAMENTOS

BENEFÍCIO DO ICMS: reduz a carga tributária para 8% FUNDAMENTO LEGAL: Art. 207 do Anexo I do RICMS/PA CONTRIBUINTES:

153600829 - PRADO PHARMA LTDA - 17623

150515782 - F CARDOSO E CIA LTDA - 14713

157095410 - R S LOBATO NETO LTDA - 8922

– TIPO: RTD/CARNE BOVINA

BENEFÍCIO DO ICMS: reduz carga tributária para 1,8% FUNDAMENTO LEGAL: Arts. 22 a 28 Anexo I do RICMS/PA CONTRIBUINTES:

158721411 - NORTE BOI ALIMENTOS LTDA - 17023

152317082 - J M SOARES JUNIOR & CIA LTDA - 17317

– TIPO: RTD/COURO WET BLUE

BENEFÍCIO DO ICMS: recolhimento mensal do ICMS FUNDAMENTO LEGAL: Anexo I, art. 30-A do RICMS CONTRIBUINTES:

152190414 - M.J. NOVAES DE LIMA & CIA LTDA - 14413

– TIPO: RTD/ATACADISTA

BENEFÍCIO DO ICMS: crédito presumido de 75% nas operações próprias e redução da carga tributária em 1% nas importações FUNDAMENTO LEGAL: Art. 363 do Anexo I do RICMS/PA CONTRIBUINTES:

156823926 - JPA - DISTRIBUIDORA DE PECAS AUTOMOTIVAS LTDA - 12421

– TIPO: REGIME ESPECIAL ESPECÍFICO/OUTROS

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 789 do anexo I do RICMS/PA visa facilitar o cumprimento de obrigação acessória CONTRIBUINTES:

155834800 - NACIONAL GAS BUTANO DISTRIBUIDORA LTDA -518

Paulo Rodrigues Veras

Diretor de Fiscalização

Protocolo: 960598

PORTARIA Nº 550 DE 05 DE JULHO DE 2023

O Secretário de Estado da Fazenda, considerando o disposto no artigo 162 da Constituição Federal, artigos 1º e 3º da Lei Complementar nº 63, de 11/01/90 e artigo 225 da Constituição Estadual, resolve:

Art. 1º Informar o valor da Quota Parte do ICMS aos Municípios, referente ao período de 01 a 30 de junho de 2023.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Lourival de Barros Barbalho Junior

Secretário de Estado da Fazenda, em exercício

QUOTA PARTE DO ICMS – Período de 01 a 30.06.2023

MUNICÍPIO	CONTA	MUNICÍPIOS (1)	FUNDEB (2)	TOTAL (1+2)
ABAETETUBA	170.050-2	1.548.538,86	387.134,72	1.935.673,58
ABEL FIGUEIREDO	170.281-5	412.863,84	103.215,96	516.079,80
ACARÁ	170.098-7	1.032.811,65	258.202,91	1.291.014,56
AFUÁ	170.039-1	803.932,16	200.983,04	1.004.915,21
AGUA AZUL DO NORTE	170.282-3	1.179.894,03	294.973,51	1.474.867,53
ALENQUER	170.027-8	1.076.484,10	269.121,02	1.345.605,12
ALMERIM	170.028-6	3.057.001,88	764.250,47	3.821.252,35
ALTAMIRA	170.076-6	5.183.500,13	1.295.875,03	6.479.375,16
ANAJÁS	170.040-5	724.111,84	181.027,96	905.139,80
ANANINDEUA	170.074-0	8.914.600,93	2.228.650,23	11.143.251,16
ANAPU	170.659-4	900.634,70	225.158,67	1.125.793,37
AUGUSTO CORRÊA	170.085-5	525.988,02	131.497,00	657.485,02
AURORA DO PARÁ	170.271-8	516.198,86	129.049,71	645.248,57
AVEIRO	170.029-4	886.026,25	221.506,56	1.107.532,82
BAGRE	170.041-3	580.502,99	145.125,75	725.628,74
BAIÃO	170.051-0	618.622,69	154.655,67	773.278,36
BANNACH	170.664-0	563.122,00	140.780,50	703.902,50
BARCARENA	170.052-9	12.062.689,91	3.015.672,48	15.078.362,39
BELÉM	170.001-4	32.678.735,87	8.169.683,97	40.848.419,84
BELTERRA	170.660-8	889.311,73	222.327,93	1.111.639,66
BENEVIDES	170.075-8	2.752.336,29	688.084,07	3.440.420,37
BOM JESUS TOCANTINS	170.025-1	601.389,61	150.347,40	751.737,01
BONITO	170.094-4	731.761,77	182.940,44	914.702,22
BRAGANCA	170.086-3	1.150.960,36	287.740,09	1.438.700,45
BRASIL NOVO	170.283-1	775.246,93	193.811,73	969.058,67
BREJO G. DO ARAGUAIA	170.024-3	469.631,56	117.407,89	587.039,45
BREU BRANCO	170.284-0	1.076.407,65	269.101,91	1.345.509,57
BREVES	170.042-1	1.141.814,84	285.453,71	1.427.268,55
BUJARU	170.096-0	434.624,96	108.656,24	543.281,20
CACHOEIRA DO ARARI	170.103-7	669.819,70	167.454,92	837.274,62
CACHOEIRA DO PIRIÁ	170.681-0	489.163,25	122.290,81	611.454,06
CAMETÁ	170.053-7	1.058.218,67	264.554,67	1.322.773,34
CANAA DOS CARAJÁS	170.671-3	56.247.883,41	14.061.970,85	70.309.854,26
CAPANEMA	170.084-7	1.308.328,77	327.082,19	1.635.410,96
CAPTÃO POÇO	170.069-3	812.660,31	203.165,08	1.015.825,39
CASTANHAL	170.003-0	6.499.926,01	1.624.981,50	8.124.907,51
CHAVES	170.043-0	765.746,34	191.436,59	957.182,93
COLARES	170.004-9	389.654,91	97.413,73	487.068,64
CONC. ARAGUAIA	170.058-8	926.143,38	231.535,85	1.157.679,23
CONCORDIA DO PARÁ	170.097-9	630.458,20	157.614,55	788.072,75
CUMARU DO NORTE	170.285-8	1.210.109,63	302.527,41	1.512.637,03
CURIONÓPOLIS	170.017-0	2.451.545,17	612.886,29	3.064.431,47
CURRALINHO	170.044-8	648.154,52	162.038,63	810.193,14
CURUÁ	170.678-0	435.800,64	108.950,16	544.750,79
CURUÇÁ	170.005-7	513.129,71	128.282,43	641.412,14

DOM ELIZEU	170.083-9	1.427.126,08	356.781,52	1.783.907,61
ELDORADO DO CARAJÁS	170.286-6	898.104,85	224.526,21	1.122.631,06
FARO	170.031-6	773.025,91	193.256,48	966.282,39
FLORESTA DO ARAGUAIA	170.677-2	1.052.766,45	263.191,61	1.315.958,06
GARRAÃO DO NORTE	170.072-3	542.318,32	135.579,58	677.897,89
GOIANÉSIA DO PARÁ	170.287-4	823.680,18	205.920,05	1.029.600,23
GURUPÁ	170.045-6	784.410,80	196.102,70	980.513,50
IGARAPÉ-AÇU	170.006-5	623.783,67	155.945,92	779.729,59
IGARAPÉ-MIRI	170.054-5	818.215,73	204.553,93	1.022.769,66
INHANGAPI	170.007-3	446.558,31	111.639,58	558.197,89
IPIXUNA DO PARÁ	170.276-9	968.217,04	242.054,26	1.210.271,30
IRITUJA	170.070-7	492.108,55	123.027,14	615.135,69
ITAITUBA	170.032-4	7.351.746,39	1.837.936,60	9.189.682,99
ITUPIRANGA	170.020-0	954.932,96	238.733,24	1.193.666,19
JACAREACANGA	170.288-2	4.112.944,87	1.028.236,22	5.141.181,09
JACUNDÁ	170.021-9	831.830,43	207.957,61	1.039.788,03
JURUTI	170.033-2	2.324.006,33	581.001,58	2.905.007,92
LIMOEIRO AJURU	170.055-3	550.892,81	137.723,20	688.616,01
MÃE DO RIO	170.071-5	580.004,97	145.001,24	725.006,21
MAGALHÃES BARATA	170.008-1	376.156,79	94.039,20	470.195,99
MARABÁ	170.022-7	20.493.563,00	5.123.390,75	25.616.953,74
MARACANÃ	170.009-0	451.709,74	112.927,43	564.637,17
MARAPANIM	170.010-3	437.620,72	109.405,18	547.025,90
MARITUBA	170.675-6	3.459.883,16	864.970,79	4.324.853,95
MEDICILÂNDIA	170.077-4	1.025.615,79	256.403,95	1.282.019,73
MELGAÇO	170.046-4	650.555,94	162.638,99	813.194,92
MOCAJUBA	170.056-1	528.828,22	132.207,05	661.035,27
MOJU	170.057-0	2.396.266,54	599.066,64	2.995.333,18
MOJÚ DOS CAMPOS	182.726-0	641.138,67	160.284,67	801.423,34
MONTE ALEGRE	170.034-0	1.061.334,83	265.333,71	1.326.668,53
MUANÁ	170.105-3	675.326,20	168.831,55	844.157,74
NOVA ESPERANÇA PIRIÁ	170.279-3	574.829,47	143.707,37	718.536,83
NOVA IPIXUNA	170.666-7	547.572,17	136.893,04	684.465,22
NOVA TIMBOTEUA	170.087-1	393.722,77	98.430,69	492.153,46
NOVO PROGRESSO	170.289-0	2.427.590,93	606.897,73	3.034.488,67
NOVO REPARTIMENTO	170.290-4	1.434.352,53	358.588,13	1.792.940,66
ÓBIDOS	170.035-9	1.206.580,68	301.645,17	1.508.225,85
OEIRAS DO PARÁ	170.047-2	575.142,50	143.785,62	718.928,12
ORIXIMINÁ	170.036-7	4.949.542,98	1.237.385,75	6.186.928,73
OURÉM	170.093-6	429.342,44	107.335,61	536.678,05
OURILÂNDIA NORTE	170.065-0	2.263.556,79	565.889,20	2.829.445,98
PACAJÁS	170.018-9	991.062,11	247.765,53	1.238.827,63
PALESTINA DO PARÁ	170.291-2	510.432,84	127.608,21	638.041,05
PARAGOMINAS	170.068-5	5.978.571,52	1.494.642,88	7.473.214,40
PARAUAPEBAS	170.019-7	69.607.598,61	17.401.899,65	87.009.498,26
PAU D'ARCO	170.296-3	574.324,57	143.581,14	717.905,71
PEIXE-BOI	170.088-0	358.631,32	89.657,83	448.289,15
PIÇARRA	170.670-5	859.590,71	214.897,68	1.074.488,39
PLACAS	170.661-6	659.078,07	164.769,52	823.847,59
PONTA DE PEDRAS	170.104-5	623.394,20	155.848,55	779.242,75
PORTEL	170.048-0	1.168.244,27	292.061,07	1.460.305,34
PORTO DE MOZ	170.079-0	887.917,05	221.979,26	1.109.896,31
PRAINHA	170.037-5	819.128,45	204.782,11	1.023.910,56
PRIMAVERA	170.089-8	841.313,82	210.328,45	1.051.642,27
QUATIPURU	170.680-2	387.832,15	96.958,04	484.790,19
REDEÇÃO	170.059-6	2.695.900,34	673.975,08	3.369.875,42
RIO MARIA	170.060-0	1.200.957,61	300.239,40	1.501.197,01
RONDON PARÁ	170.081-2	1.241.130,92	310.282,73	1.551.413,66
RURÓPOLIS	170.030-8	835.687,69	208.921,92	1.044.609,61
SALINÓPOLIS	170.091-0	664.778,35	166.194,59	830.972,94
SALVATERRA	170.102-9	568.678,95	142.169,74	710.848,68
STA BARBARA DO PARÁ	170.278-5	615.245,87	153.811,47	769.057,33
SANTA CRUZ ARARI	170.100-2	527.779,44	131.944,86	659.724,29
SANTA IZABEL PARÁ	170.011-1	2.031.253,47	507.813,37	2.539.066,83
SANTA LUZIA DO PARÁ	170.292-0	538.478,64	134.619,66	673.098,29
STA MARIA BARREIRAS	170.062-6	1.945.614,76	486.403,69	2.432.018,45
SANTA MARIA PARÁ	170.012-0	555.494,62	138.873,65	694.368,27
SANTANA ARAGUAIA	170.061-8	2.150.572,88	537.643,22	2.688.216,10
SANTARÉM	170.038-3	6.730.382,11	1.682.595,53	8.412.977,64

SANTARÉM NOVO	170.092-8	354.727,05	88.681,76	443.408,81
SANTO ANTÔNIO TAUÁ	170.013-8	658.572,41	164.643,10	823.215,51
SÃO CAETANO ODIVELAS	170.014-6	436.518,04	109.129,51	545.647,55
SÃO DOM.DM.ARAGUAIA	170.297-1	744.756,53	186.189,13	930.945,66
SÃO DOMINGOS CAPIM	170.073-1	495.614,57	123.903,64	619.518,21
SÃO FÉLIX XINGU	170.063-4	3.734.436,34	933.609,09	4.668.045,43
SÃO FRANCISCO PARÁ	170.015-4	411.949,98	102.987,49	514.937,47
SÃO GERALDO ARAGUAIA	170.067-7	1.214.728,63	303.682,16	1.518.410,79
SÃO JOÃO DA PONTA	170.679-9	346.716,31	86.679,08	433.395,39
SAO JOAO PIRABAS	170.090-1	418.575,58	104.643,90	523.219,48
SÃO JOÃO ARAGUAIA	170.023-5	455.448,90	113.862,22	569.311,12
SÃO MIGUEL GUAMÁ	170.002-2	707.917,23	176.979,31	884.896,54
SÃO SEBASTIÃO B VISTA	170.049-9	667.746,97	166.936,74	834.683,72
SAPUCAIA	170.672-1	619.249,51	154.812,38	774.061,89
SENAD. JOSÉ PORFÍRIO	170.080-4	778.163,19	194.540,80	972.703,99
SOURE	170.600-4	637.136,17	159.284,04	796.420,21
TAILÂNDIA	170.099-5	2.415.659,11	603.914,78	3.019.573,88
TERRA ALTA	170.277-7	360.803,04	90.200,76	451.003,80
TERRA SANTA	170.293-9	853.461,21	213.365,30	1.066.826,51
TOME-AÇU	170.095-2	1.461.161,87	365.290,47	1.826.452,34
TRACUATEUA	170.685-3	474.059,46	118.514,86	592.574,32
TRAIRÃO	170.294-7	770.176,92	192.544,23	962.721,15
TUCUMÃ	170.064-2	1.206.644,51	301.661,13	1.508.305,64
TUCURUÍ	170.026-0	9.390.257,64	2.347.564,41	11.737.822,05
ULIANÓPOLIS	170.280-7	1.182.060,39	295.515,10	1.477.575,49
URUARÁ	170.078-2	1.114.664,57	278.666,14	1.393.330,71
VIGIA	170.016-2	646.326,02	161.581,51	807.907,53
WISEU	170.082-0	668.942,14	167.235,54	836.177,68
VITÓRIA DO XINGU	170.295-5	8.365.611,52	2.091.402,88	10.457.014,40
XINGUARA	170.066-9	2.345.288,92	586.322,23	2.931.611,15
TOTAL		382.209.846,58	95.552.461,65	477.762.308,23

Protocolo: 960340
PORTARIA Nº 551 DE 05 DE JULHO DE 2023
O Secretário de Estado da Fazenda, considerando o disposto no artigo 162 da Constituição Federal, artigos 1º e 7º da Lei Complementar nº 63, de 11/01/90 e artigo 225 da Constituição Estadual, resolve:
Art. 1º Informar o valor da Quota Parte do IPI aos Municípios, referente ao período de 01 a 30 de junho de 2023.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Lourival de Barros Barbalho Junior
Secretário de Estado da Fazenda, em exercício
QUOTA PARTE DO IPI – Período de 01 a 30.06.2023

MUNICÍPIO	CONTA	BASE (1)	PASEP (2)	MUNICIPIOS (1-2)
ABAETETUBA	170.050-2	34.541,25	345,41	34.195,84
ABEL FIGUEIREDO	170.281-5	9.209,22	92,09	9.117,13
ACARÁ	170.098-7	23.037,59	230,38	22.807,22
AFUÁ	170.039-1	17.932,27	179,32	17.752,95
AGUA AZUL DO NORTE	170.282-3	26.318,37	263,18	26.055,18
ALENQUER	170.027-8	24.011,74	240,12	23.771,62
ALMERIM	170.028-6	68.188,58	681,89	67.506,69
ALTAMIRA	170.076-6	115.621,62	1.156,22	114.465,40
ANAJÁS	170.040-5	16.151,82	161,52	15.990,31
ANANINDEUA	170.074-0	198.846,45	1.988,46	196.857,98
ANAPU	170.659-4	20.089,29	200,89	19.888,40
AUGUSTO CORRÊA	170.085-5	11.732,53	117,33	11.615,21
AURORA DO PARÁ	170.271-8	11.514,18	115,14	11.399,04
AVEIRO	170.029-4	19.763,44	197,63	19.565,80
BAGRE	170.041-3	12.948,53	129,49	12.819,04
BAIÃO	170.051-0	13.798,81	137,99	13.660,83
BANNACH	170.664-0	12.560,83	125,61	12.435,22
BARCARENA	170.052-9	269.066,79	2.690,67	266.376,12
BELÉM	170.001-4	728.922,21	7.289,22	721.632,99
BELTERRA	170.660-8	19.836,72	198,37	19.638,36
BENEVIDES	170.075-8	61.392,80	613,93	60.778,87
BOM JESUS TOCANTINS	170.025-1	13.414,42	134,14	13.280,27
BONITO	170.094-4	16.322,46	163,22	16.159,24
BRAGANCA	170.086-3	25.672,98	256,73	25.416,25
BRASIL NOVO	170.283-1	17.292,43	172,92	17.119,50
BREJO GRAN.ARAGUAIA	170.024-3	10.475,46	104,75	10.370,71
BREU BRANCO	170.284-0	24.010,03	240,10	23.769,93
BREVES	170.042-1	25.468,98	254,69	25.214,29

BUJARU	170.096-0	9.694,62	96,95	9.597,67
CACHOEIRA DO ARARI	170.103-7	14.940,80	149,41	14.791,39
CACHOEIRA DO PIRIÁ	170.681-0	10.911,13	109,11	10.802,02
CAMETÁ	170.053-7	23.604,31	236,04	23.368,27
CANAÃ DOS CARAJÁS	170.671-3	1.254.648,64	12.546,49	1.242.102,15
CAPANEMA	170.084-7	29.183,19	291,83	28.891,36
CAPITÃO POÇO	170.069-3	18.126,96	181,27	17.945,69
CASTANHAL	170.003-0	144.985,43	1.449,85	143.535,57
CHAVES	170.043-0	17.080,51	170,81	16.909,71
COLARES	170.004-9	8.691,53	86,92	8.604,61
CONC. ARAGUAIA	170.058-8	20.658,28	206,58	20.451,70
CONCORDIA DO PARÁ	170.097-9	14.062,81	140,63	13.922,19
CUMARU DO NORTE	170.285-8	26.992,35	269,92	26.722,42
CURIONÓPOLIS	170.017-0	54.683,44	546,83	54.136,61
CURRALINHO	170.044-8	14.457,54	144,58	14.312,97
CURUÁ	170.678-0	9.720,84	97,21	9.623,63
CURUÇÁ	170.005-7	11.445,72	114,46	11.331,26
DOM ELIZEU	170.083-9	31.833,05	318,33	31.514,72
ELDORADO DO CARAJÁS	170.286-6	20.032,86	200,33	19.832,53
FARO	170.031-6	17.242,89	172,43	17.070,46
FLORESTA DO ARAGUAIA	170.677-2	23.482,70	234,83	23.247,87
GARRAFO DO NORTE	170.072-3	12.096,79	120,97	11.975,82
GOIANÉSIA DO PARÁ	170.287-4	18.372,77	183,73	18.189,04
GURUPÁ	170.045-6	17.496,84	174,97	17.321,87
IGARAPÉ-ACU	170.006-5	13.913,93	139,14	13.774,79
IGARAPÉ-MIRI	170.054-5	18.250,88	182,51	18.068,37
INHANGAPI	170.007-3	9.960,80	99,61	9.861,19
IPIXUNA DO PARÁ	170.276-9	21.596,76	215,97	21.380,80
IRITUÍ	170.070-7	10.976,83	109,77	10.867,06
ITAITUBA	170.032-4	163.985,88	1.639,86	162.346,02
ITUPIRANGA	170.020-0	21.300,45	213,00	21.087,45
JACAREACANGA	170.288-2	91.742,13	917,42	90.824,71
JACUNDÁ	170.021-9	18.554,56	185,55	18.369,02
JURUTI	170.033-2	51.838,60	518,39	51.320,21
LIMOEIRO AJURU	170.055-3	12.288,05	122,88	12.165,17
MÃE DO RIO	170.071-5	12.937,42	129,37	12.808,04
MAGALHÃES BARATA	170.008-1	8.390,44	83,90	8.306,54
MARABÁ	170.022-7	457.123,35	4.571,23	452.552,12
MARACANÃ	170.009-0	10.075,70	100,76	9.974,95
MARAPANIM	170.010-3	9.761,44	97,61	9.663,82
MARITUBA	170.675-6	77.175,13	771,75	76.403,38
MEDICILÂNDIA	170.077-4	22.877,08	228,77	22.648,31
MELGAÇO	170.046-4	14.511,11	145,11	14.366,00
MOCAJUBA	170.056-1	11.795,89	117,96	11.677,93
MOJU	170.057-0	53.450,41	534,50	52.915,91
MOJÚ DOS CAMPOS	182.726-0	14.301,05	143,01	14.158,04
MONTE ALEGRE	170.034-0	23.673,82	236,74	23.437,08
MUANÁ	170.105-3	15.063,63	150,64	14.912,99
NOVA ESPERANÇA PIRIÁ	170.279-3	12.821,98	128,22	12.693,76
NOVA IPIXUNA	170.666-7	12.213,98	122,14	12.091,84
NOVA TIMBOTEUA	170.087-1	8.782,26	87,82	8.694,44
NOVO PROGRESSO	170.289-0	54.149,12	541,49	53.607,63
NOVO REPARTIMENTO	170.290-4	31.994,24	319,94	31.674,30
ÓBIDOS	170.035-9	26.913,63	269,14	26.644,50
OEIRAS DO PARÁ	170.047-2	12.828,96	128,29	12.700,67
ORIXIMINÁ	170.036-7	110.403,04	1.104,03	109.299,01
OUREM	170.093-6	9.576,79	95,77	9.481,02
OURILÂNDIA NORTE	170.065-0	50.490,23	504,90	49.985,33
PACAJÁS	170.018-9	22.106,34	221,06	21.885,27
PALESTINA DO PARÁ	170.291-2	11.385,56	113,86	11.271,71
PARAGOMINAS	170.068-5	133.356,25	1.333,56	132.022,68
PARAUAPEBAS	170.019-7	1.552.646,49	15.526,46	1.537.120,02
PAU D'ARCO	170.296-3	12.810,71	128,11	12.682,61
PEIXE-BOI	170.088-0	7.999,52	80,00	7.919,53
PIÇARRA	170.670-5	19.173,78	191,74	18.982,04
PLACAS	170.661-6	14.701,20	147,01	14.554,19
PONTA DE PEDRAS	170.104-5	13.905,25	139,05	13.766,19
PORTEL	170.048-0	26.058,51	260,59	25.797,93
PORTO DE MOZ	170.079-0	19.805,61	198,06	19.607,56

PRAINHA	170.037-5	18.271,24	182,71	18.088,52
PRIMAVERA	170.089-8	18.766,10	187,66	18.578,44
QUATIPURU	170.680-2	8.650,87	86,51	8.564,36
REDENÇÃO	170.059-6	60.133,95	601,34	59.532,62
RIO MARIA	170.060-0	26.788,20	267,88	26.520,32
RONDON PARÁ	170.081-2	27.684,30	276,84	27.407,46
RURÓPOLIS	170.030-8	18.640,60	186,41	18.454,20
SALINÓPOLIS	170.091-0	14.828,35	148,28	14.680,07
SALVATERRA	170.102-9	12.684,78	126,85	12.557,94
SANTA BARBARA PARÁ	170.278-5	13.723,49	137,23	13.586,26
SANTA CRUZ ARARI	170.100-2	11.772,49	117,72	11.654,77
SANTA IZABEL PARÁ	170.011-1	45.308,54	453,09	44.855,45
SANTA LUZIA DO PARÁ	170.292-0	12.011,15	120,11	11.891,03
STA MARIA BARREIRAS	170.062-6	43.398,31	433,98	42.964,32
SANTA MARIA PARÁ	170.012-0	12.390,70	123,91	12.266,79
SANTANA ARAGUAIA	170.061-8	47.970,04	479,70	47.490,34
SANTARÉM	170.038-3	150.125,91	1.501,26	148.624,65
SANTARÉM NOVO	170.092-8	7.912,44	79,12	7.833,31
SANTO ANTÔNIO TAUÁ	170.013-8	14.689,92	146,90	14.543,02
SÃO CAETANO ODIVELAS	170.014-6	9.736,84	97,37	9.639,47
SÃO DOM. ARAGUAIA	170.297-1	16.612,32	166,12	16.446,20
SÃO DOMINGOS CAPIM	170.073-1	11.055,03	110,55	10.944,48
SÃO FÉLIX XINGU	170.063-4	83.299,23	832,99	82.466,24
SÃO FRANCISCO PARÁ	170.015-4	9.188,83	91,89	9.096,95
SÃO GERALDO ARAGUAIA	170.067-7	27.095,38	270,95	26.824,42
SÃO JOÃO DA PONTA	170.679-9	7.733,75	77,34	7.656,41
SAO JOAO PIRABAS	170.090-1	9.336,62	93,37	9.243,26
SÃO JOÃO ARAGUAIA	170.023-5	10.159,11	101,59	10.057,52
SÃO MIGUEL GUAMÁ	170.002-2	15.790,59	157,91	15.632,69
SÃO SEBASTIÃO B VISTA	170.049-9	14.894,57	148,95	14.745,62
SAPUCAIA	170.672-1	13.812,80	138,13	13.674,67
SEM. JOSÉ PORFÍRIO	170.080-4	17.357,48	173,57	17.183,90
SOURE	170.600-4	14.211,77	142,12	14.069,65
TAILÂNDIA	170.099-5	53.882,98	538,83	53.344,15
TERRA ALTA	170.277-7	8.047,97	80,48	7.967,49
TERRA SANTA	170.293-9	19.037,05	190,37	18.846,68
TOME-ACU	170.095-2	32.592,24	325,92	32.266,32
TRACUATEUA	170.685-3	10.574,23	105,74	10.468,49
TRAIRÃO	170.294-7	17.179,34	171,79	17.007,54
TUCUMÃ	170.064-2	26.915,06	269,15	26.645,90
TUCURUÍ	170.026-0	209.456,31	2.094,56	207.361,74
ULIANÓPOLIS	170.280-7	26.366,69	263,67	26.103,02
URUARÁ	170.078-2	24.863,38	248,63	24.614,74
VIGIA	170.016-2	14.416,76	144,17	14.272,59
WISEU	170.082-0	14.921,23	149,21	14.772,01
VITÓRIA DO XINGU	170.295-5	186.600,85	1.866,01	184.734,85
XINGUARA	170.066-9	52.313,32	523,13	51.790,19
TOTAL		8.525.459,69	85.254,60	8.440.205,09

OBS *: BASE COM DEDUÇÃO DE 20% SOBRE A RECEITA TOTAL REF. CONTRIB.. AO FUNDEB

Protocolo: 960341
PORTARIA Nº 552 DE 05 DE JULHO DE 2023
O Secretário de Estado da Fazenda, considerando o disposto no artigo 162 da Constituição Federal, artigos 1º e 2º da Lei Complementar nº 63, de 11/01/90 e artigo 225 da Constituição Estadual, resolve:
Art. 1º Informar o valor da Quota Parte do IPVA aos Municípios, referente ao período de 01 a 30 de junho de 2023.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Lourival de Barros Barbalho Junior
Secretário de Estado da Fazenda, em exercício

QUOTA PARTE DO IPVA– Período de 01 a 30.06.2023

MUNICÍPIO	CONTA	MUNICÍPIOS (1)	FUNDEB (2)	TOTAL (1+2)
ABAETETUBA	170.050-2	499.827,45	124.956,88	624.784,33
ABEL FIGUEIREDO	170.281-5	25.400,24	6.350,06	31.750,30
ACARÁ	170.098-7	65.627,79	16.406,97	82.034,76
AFUÁ	170.039-1	914,79	228,70	1.143,49
AGUA AZUL DO NORTE	170.282-3	69.161,12	17.290,29	86.451,41
ALENQUER	170.027-8	60.737,71	15.184,43	75.922,14
ALMERIM	170.028-6	23.049,92	5.762,51	28.812,43
ALTAMIRA	170.076-6	955.583,53	238.895,89	1.194.479,42
ANAJÁS	170.040-5	2.085,95	521,49	2.607,44

ANANINDEUA	170.074-0	3.954.229,15	988.557,30	4.942.786,45
ANAPU	170.659-4	134.424,30	33.606,10	168.030,40
AUGUSTO CORRÊA	170.085-5	46.060,41	11.515,12	57.575,53
AURORA DO PARÁ	170.271-8	43.000,69	10.750,20	53.750,89
AVEIRO	170.029-4	2.680,90	670,23	3.351,13
BAGRE	170.041-3	8.856,78	2.214,20	11.070,98
BAIÃO	170.051-0	61.910,80	15.477,71	77.388,51
BANNACH	170.664-0	22.718,10	5.679,54	28.397,64
BARCARENA	170.052-9	684.685,97	171.171,51	855.857,48
BELÉM	170.001-4	17.183.584,28	4.295.894,57	21.479.478,85
BELTERRA	170.660-8	62.911,31	15.727,85	78.639,16
BENEVIDES	170.075-8	444.951,84	111.237,97	556.189,81
BOM JESUS TOCANTINS	170.025-1	73.834,06	18.458,51	92.292,57
BONITO	170.094-4	47.665,41	11.916,37	59.581,78
BRAGANCA	170.086-3	516.534,92	129.133,74	645.668,66
BRASIL NOVO	170.283-1	113.832,85	28.458,22	142.291,07
BREJO G. DO ARAGUAIA	170.024-3	21.910,24	5.477,59	27.387,83
BREU BRANCO	170.284-0	131.840,25	32.960,07	164.800,32
BREVES	170.042-1	66.484,06	16.621,03	83.105,09
BUJARU	170.096-0	47.861,67	11.965,45	59.827,12
CACHOEIRA DO ARARI	170.103-7	10.882,36	2.720,62	13.602,98
CACHOEIRA DO PIRIÁ	170.681-0	33.401,80	8.350,49	41.752,29
CAMETÁ	170.053-7	152.870,86	38.217,72	191.088,58
CANAÃ DOS CARAJÁS	170.671-3	597.663,04	149.415,80	747.078,84
CAPANEMA	170.084-7	604.700,93	151.175,26	755.876,19
CAPITÃO POÇO	170.069-3	173.195,09	43.298,79	216.493,88
CASTANHAL	170.033-0	1.942.464,17	485.616,04	2.428.080,21
CHAVES	170.043-0	1.959,50	489,87	2.449,37
COLARES	170.004-9	14.518,70	3.629,68	18.148,38
CONC. ARAGUAIA	170.058-8	232.818,76	58.204,69	291.023,45
CONCORDIA DO PARÁ	170.097-9	90.336,32	22.584,08	112.920,40
CUMARU DO NORTE	170.285-8	31.736,16	7.934,05	39.670,21
CURIONÓPOLIS	170.017-0	118.576,78	29.644,20	148.220,98
CURRALINHO	170.044-8	3.370,18	842,55	4.212,73
CURUÁ	170.678-0	5.121,89	1.280,48	6.402,37
CURUÇÁ	170.005-7	67.963,59	16.990,93	84.954,52
DOM ELIZEU	170.083-9	260.905,29	65.226,34	326.131,63
ELDORADO DO CARAJÁS	170.286-6	177.569,93	44.392,49	221.962,42
FARO	170.031-6	799,10	199,78	998,88
FLORESTA DO ARAGUAIA	170.677-2	54.003,85	13.500,96	67.504,81
GARRAÃO DO NORTE	170.072-3	48.513,84	12.128,50	60.642,34
GOIANÉSIA DO PARÁ	170.287-4	101.847,32	25.461,85	127.309,17
GURUPÁ	170.045-6	2.311,95	578,00	2.889,95
IGARAPÉ-AÇU	170.006-5	170.208,10	42.552,02	212.760,12
IGARAPÉ-MIRI	170.054-5	93.985,33	23.496,32	117.481,65
INHANGAPI	170.007-3	22.616,96	5.654,26	28.271,22
IPIXUNA DO PARÁ	170.276-9	69.326,82	17.331,71	86.658,53
IRITUJA	170.070-7	51.035,36	12.758,86	63.794,22
ITAITUBA	170.032-4	909.301,22	227.325,33	1.136.626,55
ITUPIRANGA	170.020-0	450.344,99	112.586,25	562.931,24
JACAREACANGA	170.288-2	25.730,57	6.432,65	32.163,22
JACUNDÁ	170.021-9	233.636,97	58.409,27	292.046,24
JURUTI	170.033-2	32.703,60	8.175,90	40.879,50
LIMOIEIRO AJURU	170.055-3	2.767,04	691,78	3.458,82
MÃE DO RIO	170.071-5	178.072,96	44.518,25	222.591,21
MAGALHÃES BARATA	170.008-1	8.337,80	2.084,45	10.422,25
MARABÁ	170.022-7	3.054.194,10	763.548,56	3.817.742,66
MARACANÃ	170.009-0	28.257,02	7.064,29	35.321,31
MARAPANIM	170.010-3	31.315,17	7.828,81	39.143,98
MARITUBA	170.675-6	585.108,63	146.277,15	731.385,78
MEDICILÂNDIA	170.077-4	144.452,13	36.113,01	180.565,14
MELGAÇO	170.046-4	2.122,90	530,73	2.653,63
MOCAJUBA	170.056-1	39.795,86	9.948,99	49.744,85
MOJU	170.057-0	154.973,30	38.743,36	193.716,66
MOJUÍ DOS CAMPOS	182.726-0	62.679,76	15.669,96	78.349,72
MONTE ALEGRE	170.034-0	95.338,64	23.834,66	119.173,30
MUANÁ	170.105-3	4.578,02	1.144,50	5.722,52
NOVA ESPERANÇA PIRIÁ	170.279-3	30.371,44	7.592,87	37.964,31
NOVA IPIXUNA	170.666-7	88.041,11	22.010,31	110.051,42

NOVA TIMBOTEUA	170.087-1	41.798,02	10.449,52	52.247,54
NOVO PROGRESSO	170.289-0	346.570,53	86.642,64	433.213,17
NOVO REPARTIMENTO	170.290-4	316.350,16	79.087,55	395.437,71
ÓBIDOS	170.035-9	61.713,59	15.428,42	77.142,01
OEIRAS DO PARÁ	170.047-2	7.732,30	1.933,08	9.665,38
ORIXIMINÁ	170.036-7	67.221,94	16.805,49	84.027,43
OUREM	170.093-6	38.560,95	9.640,24	48.201,19
OURILÂNDIA NORTE	170.065-0	169.919,14	42.479,78	212.398,92
PACAJÁS	170.018-9	140.546,36	35.136,60	175.682,96
PALESTINA DO PARÁ	170.291-2	17.751,89	4.438,00	22.189,89
PARAGOMINAS	170.068-5	1.135.294,09	283.823,52	1.419.117,61
PARAUPEBAS	170.019-7	3.143.434,88	785.858,72	3.929.293,60
PAU D'ARCO	170.296-3	21.466,77	5.366,70	26.833,47
PEIXE-BOI	170.088-0	23.774,83	5.943,71	29.718,54
PIÇARRA	170.670-5	21.338,82	5.334,69	26.673,51
PLACAS	170.661-6	33.678,15	8.419,54	42.097,69
PONTA DE PEDRAS	170.104-5	11.234,68	2.808,68	14.043,36
PORTEL	170.048-0	12.114,58	3.028,65	15.143,23
PORTO DE MOZ	170.079-0	8.547,16	2.136,79	10.683,95
PRAINHA	170.037-5	14.490,36	3.622,61	18.112,97
PRIMAVERA	170.089-8	38.657,23	9.664,33	48.321,56
QUATIPURU	170.680-2	14.872,95	3.718,26	18.591,21
REDEÇÃO	170.059-6	1.242.168,18	310.542,05	1.552.710,23
RIO MARIA	170.060-0	119.879,66	29.969,94	149.849,60
RONDON PARÁ	170.081-2	288.645,27	72.161,31	360.806,58
RURÓPOLIS	170.030-8	104.571,30	26.142,82	130.714,12
SALINÓPOLIS	170.091-0	172.252,41	43.063,14	215.315,55
SALVATERRA	170.102-9	41.854,95	10.463,75	52.318,70
STA BARBARA DO PARÁ	170.278-5	68.265,79	17.066,44	85.332,23
SANTA CRUZ ARARI	170.100-2	633,70	158,43	792,13
SANTA IZABEL PARÁ	170.011-1	318.278,73	79.569,67	397.848,40
SANTA LUZIA DO PARÁ	170.292-0	64.274,58	16.068,67	80.343,25
STA MARIA BARREIRAS	170.062-6	64.638,12	16.159,56	80.797,68
SANTA MARIA PARÁ	170.012-0	139.727,39	34.931,87	174.659,26
SANTANA ARAGUAIA	170.061-8	180.091,20	45.022,82	225.114,02
SANTARÉM	170.038-3	2.800.689,54	700.172,38	3.500.861,92
SANTARÉM NOVO	170.092-8	14.366,14	3.591,52	17.957,66
SANTO ANTÔNIO TAUÁ	170.013-8	56.591,64	14.147,90	70.739,54
SÃO CAETANO ODIVELAS	170.014-6	19.540,82	4.885,21	24.426,03
SÃO DOM.DO ARAGUAIA	170.297-1	103.357,58	25.839,43	129.197,01
SÃO DOMINGOS CAPIM	170.073-1	34.855,62	8.713,90	43.569,52
SÃO FÉLIX XINGU	170.063-4	201.368,58	50.342,17	251.710,75
SÃO FRANCISCO PARÁ	170.015-4	56.905,46	14.226,35	71.131,81
SÃO GERALDO ARAGUAIA	170.067-7	92.278,26	23.069,56	115.347,82
SÃO JOÃO DA PONTA	170.679-9	9.616,00	2.404,01	12.020,01
SAO JOAO PIRABAS	170.090-1	29.352,75	7.338,19	36.690,94
SÃO JOÃO ARAGUAIA	170.023-5	26.257,56	6.564,39	32.821,95
SÃO MIGUEL GUAMÁ	170.002-2	213.576,17	53.394,04	266.970,21
SÃO SEBASTIÃO B VISTA	170.049-9	1.954,51	488,65	2.443,16
SAPUCAIA	170.672-1	18.898,30	4.724,57	23.622,87
SENAD. JOSÉ PORFÍRIO	170.080-4	26.787,78	6.696,96	33.484,74
SOURCE	170.600-4	40.022,88	10.005,72	50.028,60
TAILÂNDIA	170.099-5	350.782,44	87.695,62	438.478,06
TERRA ALTA	170.277-7	25.067,96	6.267,00	31.334,96
TERRA SANTA	170.293-9	4.714,60	1.178,65	5.893,25
TOME-AÇU	170.095-2	407.981,04	101.995,28	509.976,32
TRACUATEUA	170.685-3	52.296,22	13.074,06	65.370,28
TRAIRÃO	170.294-7	62.326,02	15.581,52	77.907,54
TUCUMÃ	170.064-2	349.371,68	87.342,93	436.714,61
TUCURUÍ	170.026-0	573.443,73	143.360,93	716.804,66
ULIANÓPOLIS	170.280-7	140.912,70	35.228,20	176.140,90
URUARÁ	170.078-2	222.870,16	55.717,54	278.587,70
VIGIA	170.016-2	123.842,43	30.960,62	154.803,05
WISEU	170.082-0	48.278,75	12.069,70	60.348,45
VITÓRIA DO XINGU	170.295-5	62.539,76	15.634,96	78.174,72
XINGUARA	170.066-9	401.024,98	100.256,25	501.281,23
TOTAL		51.733.416,42	12.933.354,12	64.666.770,54

**SECRETARIA DE ESTADO
DE SAÚDE PÚBLICA****DESIGNAR FISCAL DE CONTRATO****PORTARIA Nº 134 DE 07 DE JULHO DE 2023.**

O Secretário Adjunto de Gestão Administrativa, no uso de suas atribuições legais, conferidas por intermédio do Decreto publicado em 03 de julho de 2020 no DOE nº 34.272, e PORTARIA Nº335 de 03 de julho de 2020 publicado em 07 de julho de 2020 no DOE de nº 34.272 e, CONSIDERANDO a obrigação da Administração de fiscalizar a execução de seus contratos administrativos, nos termos dos art. 58, inciso III, e 67 da Lei Federal nº 8.666/93; os termos do Decreto Estadual nº 870, de 04 de outubro de 2013 e suas alterações no Decreto Estadual nº 2.724, de 31/10/2022, a Cláusula Décima do Contrato nº 001/2018 nos autos do Processo nº 2023/2159585.

R E S O L V E: I - Revogar a designação do servidor ANISS ABNADER, matrícula nº 5189306/1, nomeado na portaria 245 de 09/09/2021, publicado no DOE Nº 34.696 de 13/09/2021. II - Designar em substituição, o servidor MÁRIO VER VALEN DOS SANTOS NETO (Fiscal suplente), matrícula nº 5914914/3, juntamente com a servidora ODINEIDE DA SILVA BASTOS RÊGO (Fiscal titular), matrícula nº 5719414/3, para acompanhar, controlar e fiscalizar o Contrato abaixo, bem como pelo atesto dos documentos de despesa, quando comprovada a fiel e correta execução do objeto contratado, para fins de pagamento, no âmbito da SESP, adotando todos os procedimentos necessários e previstos em Lei. REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE GABINETE DO SECRETÁRIO ADJUNTO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA/SESPA – ARIEL DOURADO SAMPAIO MARTINS DE BARROS.

Protocolo: 960472**PORTARIA Nº 135 DE 07 DE JULHO DE 2023**

O Secretário Adjunto de Gestão Administrativa, no uso de suas atribuições legais, conferidas por intermédio do Decreto publicado em 03 de julho de 2020 e PORTARIA Nº 335 de 03 de julho de 2020, publicados no DOE nº 34.272 de 07 de julho de 2020 e, CONSIDERANDO a obrigação da Administração de fiscalizar a execução de seus contratos administrativos, nos termos dos art. 58, inciso III, e 67 da Lei Federal nº 8.666/93 bem como o Decreto Federal nº 10.426/2020; CONSIDERANDO os termos do Decreto Estadual nº 870, de 04 de outubro de 2013, bem como do Termo de Execução Descentralizada nº 04/2023 e os autos do Processo 2023/459502.

R E S O L V E:

Designar os servidores CURSINO DA SILVA LOBATO FILHO, Engenheiro Civil, Matrícula nº 57223215/3, como Fiscal Titular e RENATA TEIXEIRA DE CARVALHO E SILVA, Arquiteta, Matrícula nº 3328473/3, como Fiscal Suplente, ambos lotadas no DESAM/SESPA, para acompanhar, controlar e fiscalizar a execução do objeto do TED, bem como pelo atesto dos documentos de despesa, quando comprovada a fiel e correta execução do objeto contratado.

TED PARTES OBJETO 04/2023 SESP/SEOP O presente instrumento tem por objeto o repasse financeiro para a SEOP por meio de descentralização de crédito, nos termos estabelecidos neste TED devidamente aprovado e observada a classificação funcional programática, para que a SEOP realize a Construção de uma Ala Psiquiátrica e Estacionamento no Entorno do Novo Pronto Socorro, no Município de Belém – Pará.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

ARIEL DOURADO SAMPAIO MARTINS DE BARROS

SECRETÁRIO ADJUNTO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA

Protocolo: 960572**TERMO ADITIVO A CONTRATO****16º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 73/2020 - PROCESSO Nº 2020/604336**

PARTES: SESP E A EMPRESA BELÉM RIO SEGURANÇA EIRELI, DO OBJETO: O presente Termo Aditivo tem por objetivo prorrogar o prazo de vigência do Contrato nº 73/2020.

DA VIGÊNCIA: Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato nº 073/2020, por mais 12 (doze) meses, a contar de 08.09.2023 a 07.09.2024.

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: A presente despesa está prevista na seguinte Dotação Orçamentária: Projeto Atividade: 8338, Elemento de Despesa: 339037, Fontes de Recurso: 0.1.500.1002.03 / 0.2.500.1002.03 / 0.1.500.0000.01 / 0.2.500.0000.01 e Ação: 282998.

DA RATIFICAÇÃO: Ficam ratificadas as demais cláusulas previstas no contrato nº 73/2020.

Data de assinatura: 07 de julho de 2023.

Ordenador: ARIEL DOURADO SAMPAIO MARTINS DE BARROS- Secretário Adjunto de Gestão Administrativa- Portaria 335 de 03 de julho de 2020- Ordenador de despesa

Protocolo: 960561**INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO****EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 019/SESPA/2023.**

PROCESSO: 2021/145927.

OBJETO: aquisição do Medicamento Importado ISODIOLEX THC FREE 6000 MG/120 ML, para atender o paciente E.O.A, visto que o mesmo está pautado Ação Civil Pública - Processo Judicial nº 0856375-64.2018.8.14.0301.

CONTRATANTE: SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA

CNPJ Nº: 05.054.929/0001-17.

CONTRATADO: FARMAUSA PHARMACEUTICAL LTDA.

CNPJ Nº: 37.124.240/0001-08.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Art. 25, Inciso I, da Lei Federal nº 8.666/93.

VALOR: R\$ 45.237,68 (quarenta e cinco mil, duzentos e trinta e sete reais e sessenta e oito centavos).

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 8288

ELEMENTO DE DESPESA: 3390-30.

Fonte: 01.500.1002.03.

Belém (PA), 07 de julho de 2023.

RÔMULO RODOVALHO GOMES

SECRETÁRIO DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 019/2023
Nesta data, RATIFICO o Termo de Inexigibilidade de Licitação nº 019/2023, com fundamento no art. 26 da Lei 8.666/93, com suas posteriores modificações.

Belém (PA), 07 de julho de 2023.

RÔMULO RODOVALHO GOMES

SECRETÁRIO DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA

Protocolo: 960486**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO****TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO****SRP Nº 005/SESPA/2023**

Considerando a conformidade da licitação aos princípios aplicados à matéria, bem como o parecer do Controle Interno/SESPA, que opinou pelo prosseguimento, HOMOLOGO o Pregão Eletrônico SRP nº 005/SESPA/2023, no valor total de R\$ 25.095.000,0000 (vinte e cinco milhões e noventa e cinco mil reais). OBJETO: Objeto da presente licitação é o registro de preços para futura e eventual aquisição dos Equipamentos Médicos Hospitalares listados na Tabela 1, com a finalidade de renovação do parque tecnológico dos Estabelecimentos Assistenciais de Saúde - EAS do Estado do Pará, por intermédio da Secretaria de Saúde do Estado do Pará - SESP, em conformidade com as normas da ANVISA, ABNT, INMETRO E RDC. Possui validade de 12 (doze) meses, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas em Edital e seus anexos.

EMPRESA VENCEDORA:

CANON MEDICAL SYSTEMS DO BRASIL LTDA, CNPJ: 46.563.938/0014-35, foi a vencedora do ITEM 1, pelo critério de menor preço, no valor total de R\$ 25.095.000,0000 (vinte e cinco milhões e noventa e cinco mil reais).

Valor total do Pregão Eletrônico SRP nº 005/SESPA/2023 de R\$ 25.095.000,0000 (vinte e cinco milhões e noventa e cinco mil reais).

Belém (PA), 07 de julho de 2023.

ARIEL DOURADO SAMPAIO MARTINS DE BARROS

Secretário Adjunto de Gestão Administrativa/SESPA

Protocolo: 960539**CONVÊNIO****CONVÊNIO Nº 04/2023**

Processo: 2023/590492

Objeto: Aquisição de equipamentos e materiais permanentes para a Policlínica Ruth Nobre Bragança.

Data de assinatura: 07/07/2023

Vigência: 07/07/2023 a 06/07/2024

Dotação Orçamentária:

Projeto Atividade: 8289;

Elemento de Despesa: 444042;

PI.: 1040008289E;

Fontes de Recurso: 01 500 1002 03 / 02 500 1002 03 01 500 0000 01 / 02 500 0000 01;

Ação: 290216

Valor total: R\$ 10.804.460,90

Valor Concedente: R\$ 9.724.014,81

Valor Contrapartida: R\$ 1.080.446,09

Conveniente: Prefeitura Municipal de Bragança

Concedente: Secretaria de Estado de Saúde Pública – SESP

Ordenador: Rômulo Rodovalho Gomes –

Secretário de Estado de Saúde Pública/SESPA

Protocolo: 960597**FÉRIAS****PORTARIA Nº 840 DE 06 JULHO DE 2023/DGTES/SESPA**

A Diretora de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela PORTARIA Nº039/03.04.1996, publicada no DOE nº. 28.190 de 11.04.1996 e, CONSIDERANDO o que dispõe os arts. 74 a 76, da Lei nº 5.810, de 24 de janeiro de 1994; CONSIDERANDO o processo E-2023/2153737

RESOLVE:

AUTORIZAR o gozo de 25 (vinte e cinco) dias de férias regulamentares, ao servidor RAIMUNDO DE ARAÚJO MORAIS OLIVEIRA, matrícula nº 54190539/1, lotado na Seção de Transportes, no período de 07.08.2023 a 31.08.2023, referente ao período aquisitivo de 13/06/2021 a 12/06/2022, interrompidas através da PORTARIA Nº 1567 de 12/12/2022, publicada no DOE nº 35.216 de 13/12/2022.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE
GDV/DIRETORIA DE GESTÃO DO TRABALHO E DA EDUCAÇÃO NA SAÚDE / SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA, em 06.07.2023.

Simone Gabbay do Nascimento

Diretora de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde-em exercício.

Protocolo: 960408

ERRATA DE FÉRIAS

Retifica-se a Portaria Coletiva nº 687/06.06.2023, publicado no DOE nº. 35.429 DE 07.06.2023, referente a servidora MONIKA CAMILA PEREIRA CAMELO BRAGA nº.5804299/2, o PERÍODO DE GOZO DE FÉRIAS.

Onde se lê: PERÍODO DE GOZO DE FERIAS 24.07.2023 A 07.08.2023.

Leia-se: PERÍODO DE GOZO DE FERIAS 05.07.2023 A 03.08.2023.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRE-SE.

GDV/DIRETORIA DE GESTÃO DO TRABALHO E DA EDUCAÇÃO NA SAÚDE / SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA, em 07.07.2023.

Simone Gabbay do Nascimento

Diretora de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde- em exercício.

Protocolo: 960401

OUTRAS MATÉRIAS**GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ****SECRETARIA DE SAÚDE PÚBLICA - SESPA****EXTRATO DO EDITAL Nº 007/2023 - SESPA, 07 DE JULHO DE 2023
26º PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA CONTRATAÇÃO
TEMPORÁRIA**

O Secretário de Estado de Saúde Pública, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, torna pública a realização do 26º Processo Seletivo Simplificado – PSS, para selecionar candidatos a fim de desempenharem funções de médio e superior conforme Anexo I.A do Edital. As vagas foram autorizadas através dos Processos nº 2022/1565962, nº 2023/45776 e nº 2023/45777. As contratações serão de caráter temporário, obedecendo aos termos da Lei Complementar nº 07/1991, alterada pela Lei Complementar nº 077/2011.

As inscrições estarão abertas no período de 00:00 horas do dia 17.07.2023 até as 23:59 horas do dia 18.07.2023 e deverão ser efetuadas exclusivamente no endereço eletrônico <http://sipros.pa.gov.br>.

Maiores detalhes sobre as vagas oferecidas e outras informações constam no Edital que se encontrará disponível a partir do dia 10.07.2023, no endereço eletrônico <http://sipros.pa.gov.br>.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRE-SE,

GABINETE DO SECRETÁRIO DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA,

EM 07.07.2023.

RÔMULO RODOVALHO GOMES

Secretário de

Protocolo: 960627

TERMO DE EXECUÇÃO DESCENTRALIZADA Nº 04/2023

PROCESSO Nº 2023/459502

PARTES: SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA E SECRETARIA DE ESTADO DE OBRAS PÚBLICAS

OBJETO: O presente instrumento tem por objeto o repasse financeiro para a SEOP por meio de descentralização de crédito, nos termos estabelecidos neste TED devidamente aprovado e observada a classificação funcional programática, para que a SEOP realize a Construção de uma Ala Psiquiátrica e Estacionamento no Entorno do Novo Pronto Socorro, no Município de Belém – Pará.

VALOR: R\$ 58.268.522,15

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Dotação Orçamentária: 7582 Elemento de Despesa: 449051

Fonte de Recurso: 01 500 1002 03 / 02 500 1002 03 / 01 500 0000 01 / 02 500 0000 01 / 01 754 0000 30 / 02 754 0000 30

VIGÊNCIA: 07/07/2023 a 06/07/2024

DATA DA ASSINATURA: 07/07/2023

SIGNATÁRIOS: Pela SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA, Rômulo Rodovalho Gomes, Secretário de Estado de Saúde Pública e pela SECRETARIA DE ESTADO DE OBRAS PÚBLICAS, Benedito Ruy Santos Cabral, Secretário de Estado de Obras Públicas

Protocolo: 960565

ESCOLA TÉCNICA DO SUS**DIÁRIA****PORTARIA DE CONCESSÃO DE DIÁRIAS Nº 39 DE 06 DE JULHO DE 2023**

A Diretora da Escola Técnica do SUS/PA, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pela PORTARIA Nº 1.489/2020 – CCG, Publicada no DOE Nº 34.283 de 16 de julho de 2020, e tendo em vista as instruções contidas em Fundamento Legal: no Art. 145 da Lei 5.810 de 24/01/1994,

DECRETO No 2.819 de 06 de setembro de 1994, disciplina a concessão de DIÁRIAS em missão Oficial do Estado e obtendo capacitação profissional.

Resolve:

Conceder: diárias ao(s) Servidor(es):

Matrícula/Nome/CPF

51492156 / Antonio Carlos de Oliveira / 212.010.302-00

Número de diárias: 5,5 (cinco e meia)

Valor: R\$ 1.305,59

(um mil, trezentos e cinco reais e cinquenta e nove centavos)

Período: 10 a 15/07/2023

Origem: Belém

Destinos: Limoeiro do Ajuru

Objetivo: REALIZAR SUPERVISÃO E APOIO PEDAGÓGICO NO MÓDULO V DO CURSO DE QUALIFICAÇÃO PARA AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, NO MUNICÍPIO DE LIMOEIRO DO AJURU, NO PERÍODO DE 10 A 15/07/2023.

Ordenador: ELIZETH DO SOCORRO DA SILVA BRAGA

Protocolo: 960647

**LABORATÓRIO CENTRAL
DO ESTADO DO PARÁ****PORTARIA Nº 125 DE 03/07/2023**

Fundamento Legal: Art. 145 da Lei 5.810/94

Objetivo: REALIZAR AÇÃO EM ALUSÃO AO MÊS DAS HEPATITES VIRAIS – JULHO AMARELO, EM PARCERIA COM O LACEN NA VIGILÂNCIA LABORATORIAL E VIGILÂNCIA SANITÁRIA, NO MUNICÍPIO DE SALINÓPOLIS.

Período da viagem: 30/06 a 02/07/2023.

Quantidade: 3 e ½ (Três e Meia) diárias.

Origem: Belém – PA

Destino: SALINÓPOLIS – PA

Servidores: Rosicleia da Silva Sousa Ferreira / Mat. 5157994-1 / Comissionado

Greice Emanuele Vieira Pinheiro / Mat. 57234532-1 / Agente Administrativo

Sanderson Rayol Eloy / Mat. 54193554-1 / Agente Administrativo

Ordenador: Alberto Simões Jorge Junior

Protocolo: 960516

PORTARIA Nº 130 DE 03/07/2023

Fundamento Legal: Art. 145 da Lei 5.810/94

Objetivo: CONDUZIR A EQUIPE TÉCNICA QUE IRÁ REALIZAR MOBILIZAÇÃO / TRIAGEM / CADASTRAMENTO / TESTAGEM E DIAGNÓSTICO EM TESTES RÁPIDOS PARA HEPATITES VIRAIS NA AÇÃO EM ALUSÃO AO MÊS DAS HEPATITES VIRAIS – JULHO AMARELO EM PARCERIA COM O LACEN NA VIGILÂNCIA LABORATORIAL E VIGILÂNCIA SANITÁRIA, NO MUNICÍPIO DE SALINÓPOLIS.

Período da viagem: 13 a 16/07/2023.

Quantidade: 3 e ½ (Três e Meia) diárias.

Origem: Belém – PA

Destino: SALINÓPOLIS – PA

Servidores: George Fernando Belém Bezerra / Mat. 57206587-1 / Motorista

Ordenador: Alberto Simões Jorge Junior

Protocolo: 960510

PORTARIA Nº 129 DE 03/07/2023

Fundamento Legal: Art. 145 da Lei 5.810/94

Objetivo: REALIZAR AÇÃO EM ALUSÃO AO MÊS DAS HEPATITES VIRAIS – JULHO AMARELO, EM PARCERIA COM O LACEN NA VIGILÂNCIA LABORATORIAL E VIGILÂNCIA SANITÁRIA, NO MUNICÍPIO DE SALINÓPOLIS.

Período da viagem: 13 a 16/07/2023.

Quantidade: 3 e ½ (Três e Meia) diárias.

Origem: Belém – PA

Destino: SALINÓPOLIS – PA

Servidores: Rosicleia da Silva Sousa Ferreira / Mat. 5157994-1 / Comissionado

Hoberdan da Silva Monteiro / Mat. 57192488-1 / Farmacêutico

Caroline Oliveira de Figueiredo / Mat. 57191013-1 / Farmacêutico

Ordenador: Alberto Simões Jorge Junior

Protocolo: 960512

PORTARIA Nº 126 DE 03/07/2023

Fundamento Legal: Art. 145 da Lei 5.810/94

Objetivo: CONDUZIR A EQUIPE TÉCNICA QUE IRÁ REALIZAR MOBILIZAÇÃO / TRIAGEM / CADASTRAMENTO NA AÇÃO EM ALUSÃO AO MÊS DAS HEPATITES VIRAIS – JULHO AMARELO, EM PARCERIA COM O LACEN NA VIGILÂNCIA LABORATORIAL E VIGILÂNCIA SANITÁRIA, NO MUNICÍPIO DE SALINÓPOLIS.

Período da viagem: 28 a 31/07/2023.

Quantidade: 3 e ½ (Três e Meia) diárias.

Origem: Belém – PA

Destino: SALINÓPOLIS – PA

Servidores: George Fernando Belém Bezerra / Mat. 57206587-1 / Motorista

Ordenador: Alberto Simões Jorge Junior

Protocolo: 960513

PORTARIA Nº 124 DE 03/07/2023

Fundamento Legal: Art. 145 da Lei 5.810/94

Objetivo: PARTICIPAR DA AÇÃO EM ALUSÃO AO MÊS DAS HEPATITES VIRAIS – JULHO AMARELO EM PARCERIA COM O LACEN NA VIGILÂNCIA LABORATORIAL E VIGILÂNCIA SANITÁRIA, NO MUNICÍPIO DE SALINÓPOLIS

Período da viagem: 28 a 30/07/2023.

Quantidade: 2 e ½ (Duas e Meia) diárias.

Origem: Belém – PA

Destino: SALINÓPOLIS – PA

Servidores: Alessandra Quinto Bentes / Mat. 5865034-2 / Diretora de Vigilância em Saúde

Ordenador: Alberto Simões Jorge Junior

Protocolo: 960518

PORTARIA Nº 133 DE 03/07/2023

Fundamento Legal: Art. 145 da Lei 5.810/94

Objetivo: CONDUZIR A DIRETORA DA VIGILÂNCIA EM SAÚDE QUE IRÁ PARTICIPAR DA AÇÃO EM ALUSÃO AO MÊS DAS HEPATITES VIRAIS – JULHO AMARELO EM PARCERIA COM LACEN NA VIGILÂNCIA LABORATORIAL E VIGILÂNCIA SANITÁRIA, NO MUNICÍPIO DE SALINÓPOLIS.

Período da viagem: 28 a 30/07/2023.

Quantidade: 2 e ½ (Duas e Meia) diárias.

Origem: Belém – PA

Destino: SALINÓPOLIS – PA

Servidores: Alessandra Quinto Bentes / Mat. 5865034-2 / Diretora de Vigilância em Saúde

Ordenador: Alberto Simões Jorge Junior

Protocolo: 960519

DIÁRIAS**PORTARIA Nº 583 DE DIÁRIAS DE 07/07/2023**

Lei Ordinária nº 5.810, de 24 de Janeiro de 1995, Decreto Estadual nº 734, de 07 de Abril de 1992.

Objetivo: Realizar visita técnica para busca ativa dos agravos referentes de trabalho nos prontuários dos estabelecimentos de saúde, garantindo a redução das subnotificações e alcance dos indicadores municipais, assim como monitoramento no sistema de informação de notificações de agravos (SINAN NET).

Origem: Castanhal-PA

Destino: São João da Ponta-PA Período: 13/07/2023

Servidora: Luciana do Socorro Neves Duarte Função: Agente Administrativo CPF: 680696852-04 mat. 57190872.

Ordenador: Francisco de Sales Neves Neto.

Protocolo: 960349

PORTARIA Nº 584 DE DIÁRIAS DE 07/07/2023

Lei Ordinária nº 5.810, de 24 de Janeiro de 1995, Decreto Estadual nº 734, de 07 de Abril de 1992.

Objetivo: Realizar visita técnica para busca ativa dos agravos referentes de trabalho nos prontuários dos estabelecimentos de saúde, garantindo a redução das subnotificações e alcance dos indicadores municipais, assim como monitoramento no sistema de informação de notificações de agravos (SINAN NET).

Origem: Castanhal-PA

Destino: Terra Alta-PA Período: 18 e 19/07/2023 e Curuçá-PA Período: 20 e 21/07/2023

Servidora: Luciana do Socorro Neves Duarte Função: Agente Administrativo CPF: 680696852-04 mat. 57190872.

Ordenador: Francisco de Sales Neves Neto.

Protocolo: 960351

PORTARIA Nº 585 DE DIÁRIAS DE 07/07/2023

Lei Ordinária nº 5.810, de 24 de Janeiro de 1995, Decreto Estadual nº 734, de 07 de Abril de 1992.

Objetivo: Realizar visita técnica para busca ativa dos agravos referentes de trabalho nos prontuários dos estabelecimentos de saúde, garantindo a redução das subnotificações e alcance dos indicadores municipais, assim como monitoramento no sistema de informação de notificações de agravos (SINAN NET).

Origem: Castanhal-PA

Destino: Marapanim-PA Período: 25 e 26/07/2023

Servidora: Luciana do Socorro Neves Duarte Função: Agente Administrativo CPF: 680696852-04 mat. 57190872.

Ordenador: Francisco de Sales Neves Neto.

Protocolo: 960353

PORTARIA Nº 587 DE DIÁRIAS DE 07/07/2023

Lei Ordinária nº 5.810, de 24 de Janeiro de 1995, Decreto Estadual nº 734, de 07 de Abril de 1992.

Objetivo: Realizar visita técnica para busca ativa dos agravos referentes de trabalho nos prontuários dos estabelecimentos de saúde, garantindo a redução das subnotificações e alcance dos indicadores municipais.

Origem: Castanhal-PA

Destino: Terra Alta-PA Período: 18/07/2023

Servidora: Gírlene Dos Santos Soares Função: Agente Administrativo CPF: 316048972-87 mat. 55209618-1.

Ordenador: Francisco de Sales Neves Neto.

Protocolo: 960363

PORTARIA Nº 588 DE DIÁRIAS DE 07/07/2023

Lei Ordinária nº 5.810, de 24 de Janeiro de 1995, Decreto Estadual nº 734, de 07 de Abril de 1992.

Objetivo: Realizar visita técnica para busca ativa dos agravos referentes de trabalho nos prontuários dos estabelecimentos de saúde, garantindo a redução das subnotificações e alcance dos indicadores municipais.

Origem: Castanhal-PA

Destino: Curuçá-PA Período: 20/07/2023

Servidora: Gírlene Dos Santos Soares Função: Agente Administrativo CPF: 316048972-87 mat. 55209618-1.

Ordenador: Francisco de Sales Neves Neto.

Protocolo: 960364

PORTARIA Nº 589 DE DIÁRIAS DE 07/07/2023

Lei Ordinária nº 5.810, de 24 de Janeiro de 1995, Decreto Estadual nº 734, de 07 de Abril de 1992.

Objetivo: Realizar visita técnica para busca ativa dos agravos referentes de trabalho nos prontuários dos estabelecimentos de saúde, garantindo a redução das subnotificações e alcance dos indicadores municipais.

Origem: Castanhal-PA

Destino: Marapanim-PA Período: 25/07/2023

Servidora: Gírlene Dos Santos Soares Função: Agente Administrativo CPF: 316048972-87 mat. 55209618-1.

Ordenador: Francisco de Sales Neves Neto.

Protocolo: 960365

SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
PÚBLICA - 7ª REGIONAL

ERRATA**ERRATA – DIÁRIA**

PORTARIA Nº 260 DE 06 DE JULHO DE 2023– DIÁRIA
NOME: MARCO AURELIO BASTOS FAVACHO - MATRÍCULA: 5913560/1
PORTARIA Nº 261 DE 06 DE JULHO DE 2023– DIÁRIA

PORTARIA Nº 590 DE DIÁRIAS DE 07/07/2023

Lei Ordinária nº 5.810, de 24 de Janeiro de 1995, Decreto Estadual nº 734, de 07 de Abril de 1992.

Objetivo: Conduzir servidoras que irão realizar visita técnica para busca ativa dos agravos referentes de trabalho nos prontuários dos estabelecimentos de saúde, garantindo a redução das subnotificações e alcance dos indicadores municipais, assim como monitoramento no sistema de informação de notificações de agravos (SINAN NET).

Origem: Castanhal-PA

Destino: São João da Ponta-PA Período: 13/07/2023

Servidor: Waldocelys Pereira Manos Moraes Função: Motorista CPF: 410549542-91 mat. 57206406-1.

Ordenador: Francisco de Sales Neves Neto.

Protocolo: 960367

PORTARIA Nº 591 DE DIÁRIAS DE 07/07/2023

Lei Ordinária nº 5.810, de 24 de Janeiro de 1995, Decreto Estadual nº 734, de 07 de Abril de 1992.

Objetivo: Conduzir servidoras que irão realizar visita técnica para busca ativa dos agravos referentes de trabalho nos prontuários dos estabelecimentos de saúde, garantindo a redução das subnotificações e alcance dos indicadores municipais, assim como monitoramento no sistema de informação de notificações de agravos (SINAN NET).

Origem: Castanhal-PA

Destino: Terra Alta-PA Período: 18 e 19/07/2023

Servidor: Edmilson Alves Cavalcante Filho Função: Motorista CPF: 218055632-20 mat. 0503399.

Ordenador: Francisco de Sales Neves Neto.

Protocolo: 960368

PORTARIA Nº 592 DE DIÁRIAS DE 07/07/2023

Lei Ordinária nº 5.810, de 24 de Janeiro de 1995, Decreto Estadual nº 734, de 07 de Abril de 1992.

Objetivo: Conduzir servidoras que irão realizar visita técnica para busca ativa dos agravos referentes de trabalho nos prontuários dos estabelecimentos de saúde, garantindo a redução das subnotificações e alcance dos indicadores municipais, assim como monitoramento no sistema de informação de notificações de agravos (SINAN NET).

Origem: Castanhal-PA

Destino: Curuçá-PA Período: 20 e 21/07/2023

Servidor: Cícero Alves Ferreira Função: Motorista CPF: 108102502-68 mat. 0478954.

Ordenador: Francisco de Sales Neves Neto.

Protocolo: 960369

PORTARIA Nº 594 DE DIÁRIAS DE 07/07/2023

Lei Ordinária nº 5.810, de 24 de Janeiro de 1995, Decreto Estadual nº 734, de 07 de Abril de 1992.

Objetivo: Conduzir servidoras que irão realizar visita técnica para busca ativa dos agravos referentes de trabalho nos prontuários dos estabelecimentos de saúde, garantindo a redução das subnotificações e alcance dos indicadores municipais, assim como monitoramento no sistema de informação de notificações de agravos (SINAN NET).

Origem: Castanhal-PA

Destino: Marapanim-PA Período: 25 e 26/07/2023

Servidor: Vitor Jorge Fernandes Pereira Função: Motorista CPF: 173260952-72 mat. 1086516.

Ordenador: Francisco de Sales Neves Neto.

Protocolo: 960370

PORTARIA Nº 586 DE DIÁRIAS DE 07/07/2023

Lei Ordinária nº 5.810, de 24 de Janeiro de 1995, Decreto Estadual nº 734, de 07 de Abril de 1992.

Objetivo: Realizar visita técnica para busca ativa dos agravos referentes de trabalho nos prontuários dos estabelecimentos de saúde, garantindo a redução das subnotificações e alcance dos indicadores municipais.

Origem: Castanhal-PA

Destino: São João da Ponta-PA Período: 13/07/2023

Servidora: Gírlene Dos Santos Soares Função: Agente Administrativo CPF: 316048972-87 mat. 55209618-1.

Ordenador: Francisco de Sales Neves Neto.

Protocolo: 960360

NOME: EUSTON CARVALHO DA SILVA - MATRÍCULA: 1013599
LOTAÇÃO: 7ºCRS
ONDE SE LÊ: PERÍODO 10/07/2023 A 21/07/2023
LEIA-SE: PERÍODO 10/07/2023 A 18/07/2023
ONDE SE LÊ: VALOR R\$ 2.729,87
LEIA-SE: VALOR R\$ 2.017,73
ORDENADOR: VALDINEI SILVA TEIXEIRA JÚNIOR

Protocolo: 960631

SUPRIMENTO DE FUNDO

Portaria: 270 DE 06 DE JULHO DE 2023
Prazo para Aplicação (em dias): 30
Prazo para Prestação de Contas (em dias): 45
Nome do Servidor Cargo do Servidor Matrícula
LAUDINALDO GONÇALVES NUNES-AGENTE ADMINISTRATIVO –
Mat.54191385-1
Programa de Trabalho Fonte do Recurso Natureza da Despesa Valor
908306 01500100203 339033 720,00
Observação: A fim de cobrir despesas com transporte fluvial e terrestre para o município de São Sebastião da Boa Vista.
Ordenador: Valdinei Silva Teixeira Júnior.

Protocolo: 960469

DIÁRIA

PORTARIA Nº 266 de 06 de Julho de 2023
NÚMERO DE DIÁRIAS: 5 diárias e meia VALOR: R\$ 1.305,59
FONTE: FES - SUS/FUNDO A FUNDO
ORIGEM: 7º CRS, DESTINO: SÃO SEBASTIÃO DA BOA VISTA
PERÍODO: DE 10/07/2023 A 15/07/2023
MATRÍCULA / NOME / CPF
5955743 / VALDINEI SILVA TEIXEIRA JÚNIOR / 023.235.842-78
OBJETIVO: Acompanhar e supervisionar o trabalho da equipe da Divisão de Organização, Controle e Avaliação – DOCA/7ºCRS/SESPA, que irá realizar capacitação da equipe do município de São Sebastião da Boa Vista que trabalham com Sistema de planejamento gestão da saúde (Sistema DIGISUS), bem como o monitoramento da alimentação dos instrumentos de gestão do município: PMS/RDQA/RAG e PAS.
DIRETOR DO 7º CRS/SESPA: VALDINEI SILVA TEIXEIRA JÚNIOR.
PORTARIA Nº 267 de 06 de Julho de 2023
NÚMERO DE DIÁRIAS: 5 diárias e meia VALOR: R\$ 1.305,59
FONTE: FES - SUS/FUNDO A FUNDO
ORIGEM: 7º CRS, DESTINO: SÃO SEBASTIÃO DA BOA VISTA
PERÍODO: DE 10/07/2023 A 15/07/2023
MATRÍCULA / NOME / CPF
54191385 / LAUDINALDO GONÇALVES NUNES / 608.863.742-00
OBJETIVO: Realizar capacitação da equipe do município de São Sebastião da Boa Vista que trabalham com Sistema de planejamento gestão da saúde (Sistema DIGISUS), bem como o monitoramento da alimentação dos instrumentos de gestão do município: PMS/RDQA/RAG e PAS.
DIRETOR DO 7º CRS/SESPA: VALDINEI SILVA TEIXEIRA JÚNIOR.
PORTARIA Nº 268 de 06 de Julho de 2023
NÚMERO DE DIÁRIAS: 5 diárias e meia VALOR: R\$ 1.305,59
FONTE: FES - SUS/FUNDO A FUNDO
ORIGEM: 7º CRS, DESTINO: SÃO SEBASTIÃO DA BOA VISTA
PERÍODO: DE 10/07/2023 A 15/07/2023
MATRÍCULA / NOME / CPF
5719823 / IVANA MARIA TAVARES DE JESUS / 332.957.272-87
OBJETIVO: Realizar capacitação da equipe do município de São Sebastião da Boa Vista que trabalham com Sistema de planejamento gestão da saúde (Sistema DIGISUS), bem como o monitoramento da alimentação dos instrumentos de gestão do município: PMS/RDQA/RAG e PAS.
DIRETOR DO 7º CRS/SESPA: VALDINEI SILVA TEIXEIRA JÚNIOR.
PORTARIA Nº 269 de 06 de Julho de 2023
NÚMERO DE DIÁRIAS: 5 diárias e meia VALOR: R\$ 1.305,59
FONTE: FES - SUS/FUNDO A FUNDO
ORIGEM: 7º CRS, DESTINO: SÃO SEBASTIÃO DA BOA VISTA
PERÍODO: DE 10/07/2023 A 15/07/2023
MATRÍCULA / NOME / CPF
57190964 / FABIOLA MARIA SILVA / 794.759.302-72
OBJETIVO: Auxiliar o município de São Sebastião da Boa Vista, na montagem da equipe municipal que trabalhará com a Ouvidoria do SUS, bem como capacitar os integrantes desta equipe na utilização do Sistema de Ouvidoria do SUS e no direcionamento/Atendimento das demandas encaminhadas ao setor de ouvidoria do município.
DIRETOR DO 7º CRS/SESPA: VALDINEI SILVA TEIXEIRA JÚNIOR.

Protocolo: 960507

PORTARIA Nº 271 de 07 de Julho de 2023
NÚMERO DE DIÁRIAS: 4 diárias e meia VALOR: R\$ 1.068,21
FONTE: FES - SUS/FUNDO A FUNDO
ORIGEM: 7º CRS, DESTINO: PONTA DE PEDRAS
PERÍODO: DE 24/07/2023 A 28/07/2023
MATRÍCULA / NOME / CPF
5955649 / FRANCIANE TRINDADE DE CORREA SERRA / 688.098.082-15
OBJETIVO: Atuar complementarmente, monitorar, avaliar e dar apoio técnico e administrativo as ações do Programa Hepatites Virais, mês alusivo ao "JULHO AMARELO"
DIRETOR DO 7º CRS/SESPA: VALDINEI SILVA TEIXEIRA JÚNIOR

PORTARIA Nº 272 de 07 de Julho de 2023
NÚMERO DE DIÁRIAS: 4 diárias e meia VALOR: R\$ 1.068,21
FONTE: FES - SUS/FUNDO A FUNDO
ORIGEM: 7º CRS, DESTINO: PONTA DE PEDRAS
PERÍODO: DE 24/07/2023 A 28/07/2023
MATRÍCULA / NOME / CPF
54191342 / ADRIANA DUARTE CUNHA / 424.358.032-49
OBJETIVO: Apoio técnico na ação complementarmente, monitorar, avaliar administrativo as ações do Programa Hepatites Virais, mês alusivo ao "JULHO AMARELO"
DIRETOR DO 7º CRS/SESPA: VALDINEI SILVA TEIXEIRA JÚNIOR
PORTARIA Nº 273 de 07 de Julho de 2023
NÚMERO DE DIÁRIAS: 4 diárias e meia VALOR: R\$ 1.068,21
FONTE: FES - SUS/FUNDO A FUNDO
ORIGEM: 7º CRS, DESTINO: PONTA DE PEDRAS
PERÍODO: DE 24/07/2023 A 28/07/2023
MATRÍCULA / NOME / CPF
5971369 / ELENSON GLEISON DE SOUZA MEDEIROS / 787.356.102-04
OBJETIVO: Apoio técnico na ação complementarmente, monitorar, avaliar administrativo as ações do Programa Hepatites Virais, mês alusivo ao "JULHO AMARELO"
DIRETOR DO 7º CRS/SESPA: VALDINEI SILVA TEIXEIRA JÚNIOR.
PORTARIA Nº 274 de 07 de Julho de 2023
NÚMERO DE DIÁRIAS: 4 diárias e meia VALOR: R\$ 1.068,21
FONTE: FES - SUS/FUNDO A FUNDO
ORIGEM: 7º CRS, DESTINO: PONTA DE PEDRAS
PERÍODO: DE 24/07/2023 A 28/07/2023
MATRÍCULA / NOME / CPF
5719823 / IVANA MARIA TAVARES DE JESUS / 332.957.272-87
OBJETIVO: Apoio técnico na ação complementarmente, monitorar, avaliar administrativo as ações do Programa Hepatites Virais, mês alusivo ao "JULHO AMARELO"
DIRETOR DO 7º CRS/SESPA: VALDINEI SILVA TEIXEIRA JÚNIOR.
PORTARIA Nº 275 de 07 de Julho de 2023
NÚMERO DE DIÁRIAS: 4 diárias e meia VALOR: R\$ 1.068,21
FONTE: FES - SUS/FUNDO A FUNDO
ORIGEM: 7º CRS, DESTINO: PONTA DE PEDRAS
PERÍODO: DE 24/07/2023 A 28/07/2023
MATRÍCULA / NOME / CPF
54194740 / DAISY REJANE AGUIAR DOS REIS / 491.674.051-34
OBJETIVO: Apoio técnico na ação complementarmente, monitorar, avaliar administrativo as ações do Programa Hepatites Virais, mês alusivo ao "JULHO AMARELO"
DIRETOR DO 7º CRS/SESPA: VALDINEI SILVA TEIXEIRA JÚNIOR.

Protocolo: 960573

SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
PÚBLICA - 10ª REGIONAL

PORTARIA Nº 355/2023, de 04/07/2023
Portaria Coletiva
Objetivo: Realizar visita técnica às unidades de saúde e capacitação da atenção primária em saúde do trabalhador aos profissionais de saúde do município de Anapu.
Fundamento legal: Art.145 da lei 5.810 do RJU
Origem: Altamira/PA
Destino (s): Anapu/PA
Servidor: 5967048/1 / LILIANY CUNHA RAPOSO (FISIOTERAPEUTA) / 4,5 diárias (completa) de 17/07 a 21/07/2023
Servidor: 5895557/4 / LILIAN MORAES DOS SANTOS (ASSISTENTE SOCIAL) / 4,5 diárias (completa) de 17/07 a 21/07/2023
Servidor: 5900489/1 / ROSILENE CORDEIRO CORREA (TÉCNICA DE ENFERMAGEM) / 4,5 diárias (completa) de 17/07 a 21/07/2023
Ordenador de Despesa
Gilmar Santana Nunes
Diretor do 10º CRS/SESPA

Protocolo: 960771

PORTARIA Nº 356/2023, de 04/07/2023
Portaria Individual
Objetivo: Conduzir veículo oficial com servidores para realizar visita técnica às unidades de saúde e capacitação da atenção primária em saúde do trabalhador aos profissionais de saúde do município de Anapu.
Fundamento legal: Art.145 da lei 5.810 do RJU
Origem: Altamira/PA
Destino (s): Anapu/PA
Servidor: 57224644/1 / LOUVER SILVA DE SOUZA (MOTORISTA) / 4,5 diárias (completa) de 17/07 a 21/07/2023
Ordenador de Despesa
Gilmar Santana Nunes
Diretor do 10º CRS/SESPA

Protocolo: 960772

SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA - 11ª REGIONAL

PORTARIA

PORTARIA Nº 074 DE 07 DE JULHO DE 2023

O (a) Ordenador (a) de Despesa da SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA, usando de suas atribuições e tendo em vista as instruções contidas no DECRETO Nº 1.180/08, Artigo 3º, Parágrafo 1º, que disciplina a concessão e aplicação de suprimimento de Fundos.

RESOLVE:

CONCEDER, ao servidor (a) abaixo, Suprimimento de Fundos para ser aplicado no período de 30 (trinta dias), contados a partir da emissão da Ordem Bancária, visto que se destinam ao pagamento de despesas que não podem subordinar-se ao processo normal de aplicação da unidade.

CONCEDER, o prazo de 45 (quarenta e cinco dias), contados da data da emissão da ordem bancária, para encaminhamento de Prestação de contas, sendo que após esse período, estará o servidor impedido de receber novo Suprimimento de Fundos, além de estar sujeito a Tomada de Contas Especial a ser promovida pelo Tribunal de Contas do Estado.

NOME	CARGO	MATRICULA	CPF
DARDORES MORORO AGUIAR	AGENTE ADMINISTRATIVO	5967105/1	716.719.942-72
Projeto Atividade	Natureza da Despesa	Fonte	Valores
4120008338	3390-39	0103000000	R\$ 1.750,00
TOTAL DA DESPESA		R\$ 1.750,00	

IRLANDIA DA SILVA GALVÃO

Diretora 11º CRS/SESPA

PORTARIA Nº 1.650/2020-CCG

Protocolo: 960478

SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA - 13ª REGIONAL

DESIGNAR SERVIDOR

GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ SECRETARIA DE SAÚDE PÚBLICA 13º CENTRO REGIONAL DE SAÚDE

PORTARIA Nº 44 DE 05 DE JULHO DE 2023

O Diretor do 13º Centro Regional de Saúde/SESPA, usando de suas atribuições que lhe foram conferidas pela PORTARIA Nº 81/2022-CCG de 19 de Janeiro de 2022, publicada no Diário Oficial do Estado nº 34838 de 20/01/2022. R E S O L V E:

DESIGNAR a servidora MÍRIAN DA ROCHA ALBUQUERQUE matrícula nº 5966196-1, lotada no Escritório Regional/13ºCRS para responder pela Direção do 13º Centro Regional de Saúde, pelos períodos de 20 a 23/06/2023, 25 a 27/06/2023, 28/06/23 a 01/07/2023

DESIGNAR a servidora SHIRLE PONTES DE FREITAS matrícula nº 5948119-1, lotada no Escritório Regional/13ºCRS para responder pela Direção do 13º Centro Regional de Saúde, pelo período de 12 a 15/06/2023.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete do Diretor do 13º CRS/SESPA em: 05/07/2023

Hélius Cezar Tocantins de Souza

Diretor do 13º Centro Regional de Saúde

Protocolo: 960485

HOSPITAL OPHIR LOYOLA

PORTARIA Nº 414/2023 - GAB/DG/HOL.

A DIRETORA GERAL DO HOSPITAL OPHIR LOYOLA, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo Decreto de 01/12/2021, Publicado no DOE nº 34.783 de 02/12/2021.

CONSIDERANDO o gozo de férias no período de 17/07 a 15/08/2023, do servidor MARCELO DOS SANTOS MONTEIRO, Agente Administrativo, matrícula nº 3256871/1, Chefe da Divisão de Arquivo Médico - DAME, deste Hospital. CONSIDERANDO os termos contidos nos processos nº 2023/2156530 de 04/07/2023.

R E S O L V E:

DESIGNAR a servidora MARIA DE FATIMA NAKANO TAVARES DE OLIVEIRA, Técnico em Administração e Finanças (Cienc. Econom.), matrícula nº

57229895/1, pertencente ao Quadro de Pessoal Ativo do HOL, para responder pela Chefia da Divisão de Arquivo Médico - DAME, em razão da ausência do seu titular.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Hospital Ophir Loyola.

Em, 07 de julho de 2023.

Ivete Gadelha Vaz

Diretora Geral do HOL

Protocolo: 960736

PORTARIA Nº 411/2023 – GAB/DG/HOL.

A DIRETORA GERAL DO HOSPITAL OPHIR LOYOLA, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo DECRETO de 01/12/2021, publicado no DOE nº 34.783 de 02/12/2021.

CONSIDERANDO a licença para tratar de assuntos particulares, no período de 10 a 14/07/2023, da servidora ANA PAULA BORGES DE SOUZA, Comissionado (Médico), matrícula nº 54181125/5, Superintendente do Instituto de Oncologia - SIO, deste Hospital.

CONSIDERANDO os termos contidos no Processo nº 2023/2160393 de 06/07/2023.

RESOLVE:

DESIGNAR a servidora ELISABEL LAVAREDA DO NASCIMENTO, Enfermeiro, matrícula nº 5088461/2, pertencente ao Quadro de Pessoal Ativo do HOL, para responder pela Superintendência do Instituto de Oncologia - SIO, em razão da ausência do seu titular.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Hospital Ophir Loyola.

Em, 07 de julho de 2023.

Ivete Gadelha Vaz

Diretora Geral do HOL

Protocolo: 960731

PORTARIA Nº 412/2023 – GAB/DG/HOL.

A DIRETORA GERAL DO HOSPITAL OPHIR LOYOLA, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo DECRETO de 01/12/2021, publicado no DOE nº 34.783 de 02/12/2021.

CONSIDERANDO a participação na programação de defesa Pública Dissertação do Mestrado no período de 19 a 22/06/2023, na Cidade de Ribeirão Preto - SP, da servidora MARIA DE NAZARE GOMES BOTELHO, matrícula nº 5828406/2, Enfermeiro, Chefe da Divisão de Material e Esterilização - DME, desde Hospital.

CONSIDERANDO os termos contidos no Processo nº 2023/2137453 de 16/06/2023.

RESOLVE:

DESIGNAR, a servidora JUCELINE MAURA BORGES CORREA DE SOUZA, Enfermeiro, matrícula nº 5558891/3, pertencente ao Quadro de Pessoal Ativo do HOL, para responder pela Chefia da Divisão de Material e Esterilização - DME, em razão da ausência do seu titular.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Hospital Ophir Loyola.

Em, 07 de julho de 2023.

Ivete Gadelha Vaz

Diretora Geral do HOL

Protocolo: 960734

SUPRIMENTO DE FUNDO

PORTARIA Nº 413/2023 – GAB/DG/HOL.

A DIRETORA GERAL DO HOSPITAL OPHIR LOYOLA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS.

CONSIDERANDO os termos contidos no Processo nº 2023/2136753 de 15/06/2023.

R E S O L V E:

CONCEDER SUPRIMENTO DE FUNDOS, em nome de MARCIANA ALVES DE ANDRADE, matrícula funcional nº 5569567/11, Comissionado (Técnico em Administração e Finanças - Administrador), lotada na Superintendência do Instituto Central - SUIC, nos seguintes elementos de despesas: 33.90.30 no valor de R\$ 6.000,00 (seis mil reais) e 33.90.39 no valor de R\$ 2.800,00 (dois mil e oitocentos reais) para fazer face às despesas eventuais com material de consumo e serviço desta Instituição; O prazo de utilização do Suprimento de Fundos será de 60 (sessenta) dias, a contar da data de emissão da Ordem Bancária.

O prazo de encaminhamento para prestação de contas é de 15 (quinze) dias, após o período sujeitando-se a tomada de contas se não o fizer no prazo determinado.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete da Diretoria Geral do Hospital Ophir Loyola, 21.06.2023.

Ivete Gadelha Vaz

Diretora Geral do HOL

Protocolo: 960743

FÉRIAS

PORTARIA Nº 399/2023- GAB/DG/HOL.

A DIRETORA GERAL DO HOSPITAL OPHIR LOYOLA, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo DECRETO de 01/12/2021 publicado no DOE Nº 34.783 de 02/12/2021.

RESOLVE:

CONCEDER, de acordo com o artigo 74, da Lei nº 5.810/94, Férias regulamentares aos servidores deste Órgão, no período determinado conforme abaixo relacionados de Setembro 2023.

Matricula	Nome	Aquisitivo	GOZO
57206762/2	ADAMS BRUNNO SILVA	06/06/2022 a 14/10/2023	15/09/2023 a 14/10/2023
5915874/1	ADRIANA CARLA SANTOS PAIXAO	05/09/2022 a 04/09/2023	05/09/2023 a 04/10/2023
5957634/1	ADRIANA TEIXEIRA GOMES DIOGO	01/12/2021 a 30/11/2022	18/09/2023 a 17/10/2023
5273447/2	ALCILENA JANE BARBOSA FIGUEIREDO	03/09/2022 a 02/09/2023	04/09/2023 a 03/10/2023
5636302/3	ALCIONE MERCES NASCIMENTO	01/09/2022 a 31/08/2023	18/09/2023 a 17/10/2023
5955092/2	ALCIONE BARROS FERREIRA DOS SANTOS	01/08/2022 a 31/07/2023	15/09/2023 a 14/10/2023
57195733/1	ALEXANDRA DA SILVA CORREA	01/04/2022 a 31/03/2023	15/09/2023 a 14/10/2023
57229856/1	ALEXANDRE DA PAIXAO SILVA	01/06/2022 a 31/05/2023	01/09/2023 a 30/09/2023
5912600/2	ALINE DAMASCENO SEABRA	01/07/2022 a 30/06/2023	18/09/2023 a 17/10/2023
55208942/1	ALINE KELLY ALVES OLIVEIRA	30/06/2022 a 29/06/2023	04/09/2023 a 03/10/2023
5897753/1	ALVARO INACIO NEGRAO DE MATOS	27/02/2022 a 26/02/2023	11/09/2023 a 10/10/2023
5957812/1	ANA LAURA PEREIRA DE SOUZA NOVAES	01/01/2022 a 31/12/2022	01/09/2023 a 30/09/2023
57195576/1	ANA LILIA SARMENTO DE SOUZA	03/03/2022 a 02/03/2023	01/09/2023 a 30/09/2023
5762359/4	ANA MARIA PINHEIRO MACEDO	01/01/2022 a 31/12/2022	10/09/2023 a 09/10/2023
5890458/1	ANA MARIANA BRAGA DE OLIVEIRA	06/06/2022 a 05/06/2023	11/09/2023 a 10/10/2023
54189794/1	ANGELA VERA AITA	20/04/2022 a 19/04/2023	01/09/2023 a 30/09/2023
3257053/1	ANTONIO ADRIANO DE LIMA	01/04/2022 a 31/03/2023	15/09/2023 a 14/10/2023
57223188/1	ANTONIO BASTOS PASCOAL	03/05/2022 a 02/05/2023	01/09/2023 a 30/09/2023
5956150/1	ARIELE LIMA DOS SANTOS	01/08/2022 a 31/07/2023	19/09/2023 a 18/10/2023
5852340/1	ARLENE DO SOCORRO SANTOS DA GAMA	02/01/2022 a 01/01/2023	11/09/2023 a 10/10/2023
55208815/1	ARLEY LIVRAMENTO DA CONCEIÇÃO	30/06/2022 a 29/06/2023	04/09/2023 a 03/10/2023
5888845/2	AURELINA GUSMAO DA SILVA LISBOA	08/07/2022 a 07/07/2023	04/09/2023 a 03/10/2023
55586403/2	AUGUSTO LUIZ BARATA SILVA	17/08/2022 a 16/08/2023	04/09/2023 a 03/10/2023
5908767/1	BARBARA CRISTINA SANTOS DA SILVA	03/10/2021 a 02/10/2022	04/09/2023 a 03/10/2023
57220049/1	BENEDITO DA GRACA CALANDRINE DE AZEVEDO	01/09/2022 a 31/08/2023	01/09/2023 a 30/09/2023
5942668/1	CAMILA DE OLIVEIRA RODRIGUES	04/01/2023 a 03/07/2023	18/09/2023 a 07/10/2023
5890829/4	CAMILA PEDREIRA OLIVEIRA	01/01/2022 a 31/12/2022	04/09/2023 a 03/10/2023
5935801/2	CARLA ADRIANA MONTEIRO SILVA	01/08/2022 a 31/07/2023	11/09/2023 a 10/10/2023
5927095/2	CARLA DE CASTRO SANT'ANNA	01/06/2022 a 31/05/2023	11/09/2023 a 10/10/2023
5939591/1	CARLOS RAPHAEL PEREIRA PARENTE	05/02/2022 a 04/02/2023	01/09/2023 a 30/09/2023
5903259/1	CASSIA LOBO LIMA	03/12/2021 a 02/12/2022	15/09/2023 a 14/10/2023
5956092/1	CATIA CRISTINA GOMES RODRIGUES	01/08/2022 a 31/07/2023	15/09/2023 a 14/10/2023
5939345/3	CELIA REGINA SANTOS EWERTON	01/08/2022 a 31/07/2023	15/09/2023 a 14/10/2023
5906690/2	CHIARA DO SOCORRO CHAVES CASTRO	04/07/2022 a 03/07/2023	18/09/2023 a 17/10/2023
57200633/2	CLAUDIA DARLA FALCAO DA SILVA	10/07/2022 a 09/07/2023	08/09/2023 a 07/10/2023
55586243/1	CLAUDIO RODRIGUES SOUTO DE SOUSA	28/06/2022 a 27/06/2023	18/09/2023 a 17/10/2023
57196321/1	CONCEIÇÃO DO SOCORRO MORAES RODRIGUES	01/04/2022 a 31/03/2023	08/09/2023 a 07/10/2023
5938004/2	DANIEL DAMASCENO DA CONCEIÇÃO	01/08/2022 a 31/07/2023	01/09/2023 a 30/09/2023
5920026/2	DANIELLE CAYE SILVEIRA DA SILVA	01/03/2022 a 28/02/2023	04/09/2023 a 03/10/2023
5956550/1	DANIELLE DA COSTA FREIRE	01/08/2022 a 31/07/2023	01/09/2023 a 30/09/2023
3256979/1	DARACY PINHEIRO BRABO SANTOS	01/04/2022 a 31/03/2023	11/09/2023 a 10/10/2023
5957775/1	DAVI DA SILVA BARROS	01/01/2022 a 31/12/2022	15/09/2023 a 14/10/2023
5949383/2	DIANA PINHEIRO BARBOSA	08/03/2022 a 07/03/2023	10/09/2023 a 09/10/2023
57230404/1	DILMA NAZARE PAVAO ALMEIDA	01/07/2022 a 30/06/2023	11/09/2023 a 10/10/2023
5893521/1	DOUGLAS WILLIAM ALNCAR DE SOUSA	28/08/2022 a 27/08/2023	04/09/2023 a 03/10/2023
57229847/1	EDE CARLOS LIMA DOS SANTOS	01/06/2022 a 31/05/2023	15/09/2023 a 14/10/2023
55589821/1	EDILSON CORREA DE MIRANDA	02/07/2022 a 01/07/2023	01/09/2023 a 30/09/2023
57203003/1	EDUARDO DE ALENCAR CARVALHO	15/09/2022 a 14/09/2023	15/09/2023 a 14/10/2023
5890713/1	ELIANA DE NAZARE BARBOSA E SILVA	01/08/2022 a 31/07/2023	04/09/2023 a 03/10/2023
5928979/1	ELIANE SANTOS DA SILVA	01/09/2022 a 31/08/2023	15/09/2023 a 14/10/2023
57197029/1	ELICELMA LAVAREDA DO NASCIMENTO	01/05/2022 a 30/04/2023	08/09/2023 a 07/10/2023
5953157/2	ELISABETE SOUZA SENA	30/06/2022 a 29/06/2023	11/09/2023 a 10/10/2023
57192085/2	ELISANGELA LOPES GALATTI	01/08/2022 a 31/07/2023	11/09/2023 a 10/10/2023
57195222/3	ELIZIARIO PIMENTEL	10/07/2022 a 09/07/2023	15/09/2023 a 14/10/2023
5833965/1	ELVIRA SILVESTRE CHAVES	01/06/2022 a 31/05/2023	04/09/2023 a 03/10/2023
5813808/2	ELLAINE CRISTINA DOS SANTOS RODRIGUES	01/01/2023 a 30/06/2023	01/09/2023 a 20/09/2023
57197175/1	ELZANI DE SOUZA COSTA	01/05/2022 a 30/04/2023	01/09/2023 a 30/09/2023
55589822/1	EMERSON MIRANDA DOS SANTOS	02/07/2021 a 01/07/2022	04/09/2023 a 03/10/2023
57201047/2	ERICA DO SOCORRO OLIVEIRA SOUZA	01/11/2021 a 31/10/2022	15/09/2023 a 14/10/2023
57198338/3	ERICA PRESTES SANTANA	12/09/2022 a 11/09/2023	15/09/2023 a 14/10/2023
5951661/2	ERIKI CRISTINA DE ARAUJO GONCALVES BEZERRA	01/04/2022 a 31/03/2023	15/09/2023 a 14/10/2023
5433363/1	ERNANI REGO DAS NEVES	15/04/2022 a 14/04/2023	11/09/2023 a 10/10/2023
5815290/1	EULALIA DO SOCORRO MARTINS	03/01/2022 a 02/01/2023	04/09/2023 a 03/10/2023
57194861/2	FABIOLA REIS LIMA	07/06/2022 a 06/06/2023	15/09/2023 a 14/10/2023
5909494/3	FRANCIEN DA COSTA RIBEIRO	01/07/2022 a 30/06/2023	15/09/2023 a 14/10/2023
5135362/1	FRANCILENE MARIA DE MELO E SILVA	01/06/2022 a 31/05/2023	04/09/2023 a 03/10/2023
5901967/1	GESSICA MARIA FARIAS ESTUMANO	24/08/2022 a 23/08/2023	11/09/2023 a 10/10/2023
5915722/1	GIZILDA DAS CHAGAS FIGUEIREDO	25/08/2022 a 24/08/2023	15/09/2023 a 14/10/2023
5959359/1	GLEICE DIAS BAIA	01/04/2022 a 31/03/2023	15/09/2023 a 14/10/2023
5959387/1	HELEN CRISTINA LIMA SOUZA	01/04/2022 a 31/03/2023	15/09/2023 a 14/10/2023
3257347/1	HELENA DAMASCENO GONÇALVES	01/08/2022 a 31/07/2023	13/09/2023 a 12/10/2023
5908808/1	HELSON JORGE OLIVEIRA LOPES	03/10/2021 a 02/10/2022	18/09/2023 a 03/10/2023
57223223/3	IRLANDO FERREIRA GOMES	01/11/2022 a 30/04/2023	04/09/2023 a 23/09/2023
5911855/2	ISIS ATAIDE DA SILVA	01/04/2022 a 31/03/2023	04/09/2023 a 03/10/2023
57194217/1	IVONILDO SEABRA LEDO	17/03/2021 a 16/03/2022	04/09/2023 a 03/10/2023
5951708/1	JAKELINE DE OLIVEIRA BASTOS	01/11/2021 a 31/10/2022	04/09/2023 a 03/10/2023
57195772/1	JEAN ROBERT COSTA REZENDE	01/04/2022 a 31/03/2023	15/09/2023 a 14/10/2023
3260216/1	JEREMIAS TAVARES DE MIRANDA	20/02/2021 a 19/02/2022	18/09/2023 a 17/10/2023
5738130/1	JOSE CLAUDIO MONTEIRO RODRIGUES	11/04/2022 a 10/04/2023	26/09/2023 a 25/10/2023
57193169/2	JOSE ELIAS MESSCOUTO CUNHA	12/07/2022 a 11/07/2023	11/09/2023 a 10/10/2023
54188543/3	JOSE HAROLDIO MENDES DA SILVA	30/06/2022 a 29/06/2023	15/09/2023 a 14/10/2023
3257096/1	JOSE REINALDO DE JESUS COSTA	01/04/2022 a 31/03/2023	04/09/2023 a 03/10/2023
5087546/1	JOSE SEBASTIAO FONSECA	02/05/2021 a 01/05/2022	11/09/2023 a 10/10/2023
5957806/1	JOYANE MESQUITA GOIS ANDRADE	01/01/2022 a 31/12/2022	15/09/2023 a 14/10/2023
5901972/1	JULIANA FERREIRA RIBEIRO	24/08/2022 a 23/08/2023	04/09/2023 a 03/10/2023
57190643/7	KARLA ERIKA SOUSA LISBOA	01/04/2022 a 31/03/2023	11/09/2023 a 10/10/2023
5915725/1	KARLA JANAINA RIBEIRO DE SOUZA	20/08/2022 a 19/08/2023	15/09/2023 a 14/10/2023
5636523/1	KATIA LUCIA MELO SERRAO	28/03/2022 a 27/03/2023	04/09/2023 a 03/10/2023
57223583/1	KLEBSON JOSE LOPES DE OLIVEIRA	04/01/2023 a 03/07/2023	11/09/2023 a 30/09/2023
55209053/1	LAUREN KARINE RIBEIRO RODRIGUES	30/06/2022 a 29/06/2023	05/09/2023 a 04/10/2023
57195330/1	LAZIEL CARDOSO DA CONCEIÇÃO	03/03/2022 a 02/03/2023	04/09/2023 a 03/10/2023
55586388/3	LEILIANE DIAS MORAES CATARINO	01/01/2022 a 31/12/2022	11/09/2023 a 10/10/2023
57223296/2	LEONARDO DO SOCORRO FARIAS MENDONÇA	10/07/2022 a 09/07/2023	15/09/2023 a 14/10/2023

5911373/4	LETICIA COSTA SIMOES MARTINS	30/06/2022 a 29/06/2023	04/09/2023 a 03/10/2023
8400875/1	LIAMAR DA SILVA COUTA	04/07/2022 a 03/07/2023	04/09/2023 a 03/10/2023
5949364/2	LIVIA DE OLIVEIRA SAINT CLAIR IGREJA	01/11/2021 a 31/10/2022	15/09/2023 a 14/10/2023
54195808/2	LUANA DE CARVALHO MERGULHAO LEMOS	01/07/2022 a 30/06/2023	18/09/2023 a 17/10/2023
5927957/1	LUIS OTAVIO AMARAL DUARTE PINTO	01/08/2022 a 31/07/2023	01/09/2023 a 30/09/2023
5896116/2	LUIZ CLAUDIO SOUZA DA SILVA	23/11/2021 a 22/11/2022	15/09/2023 a 14/10/2023
5352398/2	LUIZ FLAVIO AREAS	20/04/2022 a 19/04/2023	01/09/2023 a 30/09/2023
55208694/1	LUIZA MARTINHO TRINDADE	30/06/2022 a 29/06/2023	04/09/2023 a 03/10/2023
5903312/1	MARCELA CLEISY RAMOS NASCIMENTO DENEKE	04/12/2021 a 03/12/2022	11/09/2023 a 10/10/2023
57230422/1	MARCELO MORAES DO NASCIMENTO	01/07/2022 a 30/06/2023	11/09/2023 a 10/10/2023
57230501/1	MARCIA NOVAIS DE ALMEIDA	01/07/2022 a 30/06/2023	04/09/2023 a 03/10/2023
57230499/1	MARCIA PATRICIA DE ALMEIDA GOMES	01/07/2022 a 30/06/2023	01/09/2023 a 30/09/2023
5956193/1	MARCIO JOSE DOS SANTOS PEREIRA	01/08/2022 a 31/07/2023	15/09/2023 a 14/10/2023
57197671/1	MARCUS VINICIUS DA COSTA SILVA	01/06/2022 a 31/05/2023	10/09/2023 a 09/10/2023
5290481/4	MARIA BERENICE DE OLIVEIRA	30/06/2022 a 29/06/2023	04/09/2023 a 03/10/2023
5903374/1	MARIA CONCEIÇÃO PINHEIRO FAVACHO SILVA	03/12/2021 a 02/12/2022	15/09/2023 a 14/10/2023
57230469/2	MARIA DAS GRACAS DOS SANTOS ARAUJO	01/07/2022 a 01/07/2023	10/09/2023 a 09/10/2023
3260739/2	MARIA DAS GRÇAS PANTOJA DE LIMA	01/01/2022 a 31/12/2022	11/09/2023 a 10/10/2023
5485878/1	MARIA DE BELEM DOS SANTO CAVALCANTE	01/07/2022 a 30/06/2023	11/09/2023 a 10/10/2023
5737702/1	MARIA DE NAZARE RIBEIRO DE SOUZA	01/07/2022 a 30/06/2023	11/09/2023 a 10/10/2023
5185475/4	MARIA DO CARMO FERREIRA CHAVES	25/07/2022 a 24/07/2023	11/09/2023 a 10/10/2023
5903434/1	MARIA DO ROSARIO CABRAL MOURA	01/12/2022 a 31/05/2023	11/09/2023 a 30/09/2023
57230433/1	MARIA DO SOCORRO BARBOSA DA SILVA	01/07/2021 a 10/05/2023	15/09/2023 a 14/10/2023
5901949/1	MARIA DO SOCORRO CARDOSO MAGNO	03/09/2021 a 02/09/2022	15/09/2023 a 14/10/2023
55590207/1	MARIA DO SOCORRO CRUZ DA SILVA	02/07/2022 a 01/07/2023	15/09/2023 a 14/10/2023
54181313/1	MARIA DO SOCORRO DO NASCIMENTO	01/09/2022 a 31/08/2023	15/09/2023 a 14/10/2023
57188620/2	MARIA DOS ANJOS DE SOUZA SILVA	07/11/2019 a 06/11/2022	01/09/2023 a 30/09/2023
3260836/1	MARIA ELZA RAMOS DE SOUSA	25/02/2022 a 24/02/2023	18/09/2023 a 17/10/2023
5737818/1	MARIA IRACEMA ASSUNÇÃO LIMA	01/07/2022 a 30/06/2023	10/09/2023 a 09/10/2023
5719784/1	MARIA LUCINEIA FERREIRA	01/06/2022 a 31/05/2023	15/09/2023 a 14/10/2023
57189029/2	MARIA JANETE NAHUM GOMES	10/03/2021 a 09/03/2022	18/09/2023 a 17/10/2023
57189029/1	MARIA JANETE NAHUM GOMES	03/09/2021 a 02/09/2022	18/09/2023 a 17/10/2023
57197843/1	MARIA JOANA MARTINS GOMES	01/06/2022 a 31/05/2023	11/09/2023 a 10/10/2023
5636426/1	MARIA JOSE BASTOS	28/03/2022 a 27/03/2023	01/09/2023 a 30/09/2023
5635586/1	MARIA JOSE DE OLIVEIRA BRANDAO	01/05/2022 a 04/05/2023	01/09/2023 a 30/09/2023
55208742/1	MARIA JOSE PIRES GOMES	30/06/2022 a 29/06/2023	15/09/2023 a 14/10/2023
57227333/1	MARIA JUREMA DA LUZ OLEIRAS	01/05/2022 a 30/04/2023	01/09/2023 a 30/09/2023
55590005/1	MARIA ZENAIDE ANDRADE SANTOS	02/07/2022 a 01/07/2023	01/09/2023 a 30/09/2023
5890608/1	MARIANA BORGES PETROLI	19/07/2022 a 18/07/2023	04/09/2023 a 03/10/2023
5220181/3	MARISTELA BACELLAR CRUZ NUNES	02/07/2022 a 01/07/2023	18/09/2023 a 17/10/2023
5470757/1	MARLUZIA DE JESUS PARAENSE	05/01/2022 a 04/01/2023	11/09/2023 a 10/10/2023
5858518/1	MAURO BRITO DE ALMEIDA	03/06/2021 a 02/06/2022	15/09/2023 a 14/10/2023
5939696/1	MAURO JEFFERSON FERREIRA DE ABREU	05/02/2022 a 04/02/2023	04/09/2023 a 03/10/2023
5963045/2	MAYZA MARTINS FURTADO BARBOSA	01/07/2022 a 31/12/2022	23/09/2023 a 11/10/2023
5116511/2	MIGUEL CARDOSO DE JESUS	28/03/2022 a 27/03/2023	04/09/2023 a 03/10/2023
5928984/1	MIRIAN JANNE CONCEIÇÃO NUNES	01/09/2022 a 31/08/2023	11/09/2023 a 10/10/2023
5910190/1	MONIQUE RIBEIRO CEZAR	07/01/2022 a 06/01/2023	04/09/2023 a 03/10/2023</

57231589/2	VANJA DO SOCORRO TAVARES BARBOSA	12/09/2022 a 11/09/2023	13/09/2023 a 12/10/2023
5958132/2	VERENA IANNINO SOARES ROLO	14/03/2022 a 13/03/2023	18/09/2023 a 17/10/2023
5915246/1	VEZILEI PANTOJA FARIAS	11/08/2022 a 10/08/2023	01/09/2023 a 30/09/2023
57224361/2	VITOR HUGO MAGNO MARTINS	15/10/2021 a 14/10/2022	25/09/2023 a 24/10/2023
5911226/1	VIVIANE DE PAIVA REGO	03/03/2022 a 02/03/2023	15/09/2023 a 14/10/2023
5945146/3	VIVIANE MARA NOGUEIRA CUNHA	01/04/2022 a 31/03/2023	11/09/2023 a 25/09/2023
55589899/1	VANESSA ASSAD MONARD	02/07/2022 a 01/07/2023	15/09/2023 a 14/10/2023
5957797/1	VERENA KELLY SOARES FIGUEIRA	01/01/2022 a 31/12/2022	11/09/2023 a 10/10/2023
5908781/2	WANESSA CRISTINA DE AS MORAES	05/08/2022 a 04/02/2023	11/09/2023 a 30/09/2023
57197878/2	WELLINGTON COELHO PANTOJA	01/08/2022 a 31/07/2023	15/09/2023 a 14/10/2023
5903452/1	WELLINGTON LUIZ CORDEIRO DE SOUZA DE LUCENA	23/11/2021 a 22/11/2022	08/09/2023 a 07/10/2023
5956127/1	WILTON FABRICIO ALVES DA SILVA	01/08/2022 a 31/07/2023	11/09/2023 a 10/10/2023

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE
Hospital Ophir Loyola
Em,03 de julho de 2023
Ivete Gadelha Vaz
Diretora Geral do HOL.

Protocolo: 960712



PORTARIA

PORTARIA Nº 507/2023/CAPE/FSCMP
A Presidente da FUNDAÇÃO SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DO PARÁ, em exercício, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei nº 6.178, de 30 de dezembro de 1998, e posteriores alterações, e, CONSIDERANDO o PAE nº E-2023/2149882
RESOLVE:
I - DESIGNAR o servidor JOSÉ ROBERTO DUARTE JUNIOR, matrícula: 57192726, cargo: Gerente, lotado na Gerência de Diagnóstico por Imagem e Endoscopia-GDIE, telefone (91) 988315565, E-mail: jose.junior@santacasa.pa.gov.br, para exercer o encargo de Fiscal do Contrato nº 121/2023/FSCMPA, oriundo da ADESAO A ATA DE RP Nº 027/2021 DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 052/2021 - FEPISERH; firmados pela SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DO PARÁ - FSCMP com a empresa CENTRAL DE LAUDOS DE SERVIÇOS LTDA, CNPJ: 11.897.718/0001-49, tendo como objeto a PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS MÉDICO HOSPITALARES.
II - DESIGNAR o servidor MARCELO ARAÚJO MIRANDA, Matrícula: 5854075, cargo: Gerente, Lotado na Gerência de Equipamentos-GEQP, telefone (91) 983660793, E-mail: marcelo.miranda@santacasa.pa.gov.br, para na ausência do titular, exercerem o encargo de substituto.
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
Belém/PA, 07 de julho de 2023.
BRUNO MENDES CARMONA
PRESIDENTE
FUNDAÇÃO SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DO PARÁ

Protocolo: 960702

PORTARIA Nº 506/2023/CAPE/FSCMPA
O Presidente da FUNDAÇÃO SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DO PARÁ, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei nº 6.178, de 30 de dezembro de 1998, e posteriores alterações, e, CONSIDERANDO o PAE nºE- 2023/2015488
RESOLVE:
I - DESIGNAR o servidor MARCELO ARAÚJO MIRANDA, matrícula: 5854075-1/2, cargo: Coordenador de Equipamento, lotado na Coordenação de Estrutura Física Funcional e Patrimônio - CEFF, Telefone: (91) 4009-2305, E-mail: marcelo.miranda@santacasa.pa.gov.br, para exercer o encargo de Fiscal do Contrato nº 119/2023/FSCMPA, oriundo da PE Nº 021/2023/FSCMPA; firmados pela SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DO PARÁ - FSCMPA com a empresa WHITE MARTINS GASES INDUSTRIAIS NORTE LTDA, CNPJ: 34.597.955/0013-23, tendo como objeto a AQUISIÇÃO DE CILINDROS DE GÁS OXIGÊNIO MEDICINAL (0,7 a 1,5m³).
II - DESIGNAR o servidor RAPHAEL DE CARVALHO DOS SANTOS RODRIGUES, Matrícula: 57234003/1, cargo: Assistente Administrativo, lotado na Coordenação de Estrutura Física Funcional e Patrimônio - CEFF, Telefone (91) 4009-2305, E-mail: raphael.rodrigues@santacasa.pa.gov.br, para na ausência do titular, exercer o encargo de substituto.
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
Belém/PA, 05 de julho de 2023
BRUNO MENDES CARMONA
PRESIDENTE
FUNDAÇÃO SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DO PARÁ

Protocolo: 960643

DESIGNAR SERVIDOR

PORTARIA Nº 505/2023 – GAPE/GP/FSCMPA, DE 06 DE JULHO DE 2023.
O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DO PARÁ, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pelo Decreto do dia 02/05/2019, publicado no DOE nº 33.864,

CONSIDERANDO os termos da tramitação através do Processo nº 2023/777115;
RESOLVE:
DESIGNAR o (a) servidor (a) MICHEL FABRICIO RIBEIRO PADINHA, Id. Funcional nº 5959565/2, ocupante do cargo de Administrador, para responder pela Diretoria Administrativa e Financeira-DIAF durante o impedimento do titular do cargo - CARLOS GILBERTO VIEIRA DA SILVA JUNIOR, Id. Funcional nº 57173543/3- no período de 24/07/2023 a 07/08/2023, em gozo de férias regulares.
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
Belém – PA, 06 de julho de 2023.
BRUNO MENDES CARMONA
Presidente da FSCMPA

Protocolo: 960654

CONTRATO

CONTRATO: 119/2023/FSCMPA
Exercício: 2023
Objeto: AQUISIÇÃO DE CILINDROS DE GÁS OXIGÊNIO MEDICINAL (0,7 a 1,5m³).
Valor: R\$85.491,00
Data de Assinatura: 05/07/2023
Vigência: 05/07/2023 a 05/07/2024
PE Nº021/2023/FSCMPA - PAEE-2023/2015488
FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 10.302.1507.8288 e 10.302.1507.8289;
FONTE DE RECURSO: 0150000001-000000, 01500100203-000000, 01501000061-000000, 01659000061-000000, 01659000069-000000 e seus respectivos superavits;
ELEMENTO DE DESPESA: 44905.
Contratado: WHITE MARTINS GASES INDUSTRIAIS NORTE LTDA; CNPJ/MF Nº 34.597.955/0013-23
Endereço: Avenida Augusto Montenegro S/N-Km 12 Part - Colonia do Pinheiro - Belém/PA, CEP: 66.820-000
Fone/Fax: (91) 3211-7260
Ordenador: BRUNO MENDES CARMONA
Presidente da FSCMPA

Protocolo: 960642

CONTRATO: 121/2023/FSCMPA
Exercício: 2023
Objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS MÉDICO HOSPITALARES.
Valor: 3.120.000,00
Data de Assinatura: 07/07/2023
Vigência: 07/07/2023 a 06/07/2024
ADESAO A ATA DE RP Nº 027/2021 DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 052/2021 - FEPISERH - PAE E 2023/2149882
FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 10.302.1507.8288 e 10.122.1297.8338;
FONTES DE RECURSO: 0150000001-000000, 01500100203-000000, 01501000061-000000, 01659000069-000000, 01659000069-003264, 01659000069-006841, 01659000069-006842, 01659000069-008053, 01659000069-008054, 01659000069-008067, 01659000069-008100, 01659000069-008101, 01659000069-008102, 01600000049-006653, 01600000049-009936, e seus respectivos superavits
ELEMENTO DE DESPESA: 339039
CONTRATADA: CENTRAL DE LAUDOS DE SERVIÇOS LTDA, CNPJ/MF sob o n.º 11.897.718/0001-49,
ENDEREÇO: Av. Teresina, nº 999, sala 04, Bairro Parque Piauí, Teresina/PI, CEP: 65.636-500, Telefone: (86) 3214-9100 / 98894-8554
Ordenador: Bruno Mendes Carmona
Presidente da FSCMPA

Protocolo: 960701

APOSTILAMENTO

APOSTILAMENTO
Número: 1
Data de Assinatura: 10/07/2023
OBJETO: Fontes de recurso: 0150000001-000000, 01500100203-000000, 01501000061-000000, 01659000069-000000, 01659000069-003264, 01659000069-006841, 01659000069-006842, 01659000069-006962, 01659000069-008053, 01659000069-008054, 01659000069-008067, 01659000069-008100, 01659000069-008101, 01659000069-008102, 01659000069-009829, 01600000049-006653, 01600000049-009936, 02600312049-009679 e seus respectivos superávits.
PAE Nº 2023/775821 - Proc. Original: 2022/444559
CONTRATO nº 328/2022/FSCMPA - PE SRP 035/2022/FSCMPA
CONTRATADA: MEDILAR IMPORTAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE PRODUTOS MÉDICO HOSPITALARES S/A,
CNPJ/MF sob o n.º 07.752.236/0001-23
Ordenador: Tiago de Lima Ribeiro
Presidente em exercício da FSCMPA

Protocolo: 960640

APOSTILAMENTO
Número: 1
Data de Assinatura: 10/07/2023
OBJETO: Fontes de recurso 0150000001-000000, 01500100203-000000, 01501000061-000000, 01659000069-000000, 01659000069-003264, 01659000069-006841, 01659000069-006842, 01659000069-006962,

01659000069-008053, 01659000069-008054, 01659000069-008067, 01659000069-008100, 01659000069-008101, 01659000069- 008102, 01659000069-008239, 01659000069-009829, 01600000049-006653, 01600000049-009936, 02602000049-008569, 02603000049-008569, 02602000049- 008725, 02603000049-008725, 02602000049-009308, 02603000049-009308, 02602000049-009535, 02603000049-009535, 02602000049-009607, 02603000049- 009607, 02600312049-009679 e seus respectivos superávits
PAE Nº 2022/1237730 - Proc. Original: 2022/272458
CONTRATO nº 213/2022/FSCMPA - PE SRP 026/2022/FSCMPA
CONTRATADA: AHCOR COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA
CNPJ/MF sob o n.º 37.556.213/0001-04
Ordenador: Tiago de Lima Ribeiro
Presidente em exercício da FSCMPA

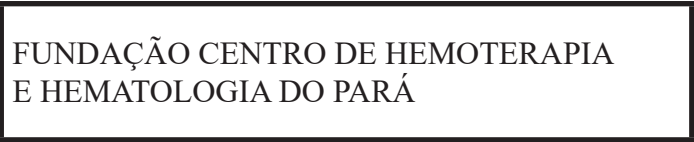
Protocolo: 960635

OUTRAS MATÉRIAS

AVISO DE ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

A Fundação Santa Casa de Misericórdia do Pará - FSCMPA, torna pública a ADESÃO A ATA DE RP Nº 027/2021 DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 052/2021 - FEPISERH, nos autos do PAE nº E-2023/2149882, destinada a prestação de serviços de locação de equipamentos médico hospitalares, para um período de 12 (Doze) meses, com valor anual de R\$ 3.120.000,00 (Três Milhões, Cento e Vinte Mil Reais), com a empresa CENTRAL DE LAUDOS DE SERVIÇOS LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 11.897.718/0001-49.
Belém-PA, 07 de julho de 2023.
Dr. BRUNO MENDES CARMONA
FUNDAÇÃO SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DO PARÁ
PRESIDENTE

Protocolo: 960846



PORTARIA

PORTARIA Nº 715/2023 – COPAD/AJUR/GAPRE/HEMOPA, de 04 de julho de 2023.

O Presidente do Centro de Hemoterapia e Hematologia do Pará – Fundação HEMOPA, no uso de suas atribuições legais, Considerando que a autoridade que tiver ciência de irregularidade no serviço público é obrigada a promover a sua apuração imediata, mediante sindicância ou processo administrativo disciplinar, assegurado ao acusado a ampla defesa;
Considerando que nenhuma sanção poderá ser imposta a servidor público sem que se garanta, por intermédio do devido processo legal, o direito de defesa a ser exercitado da forma mais ampla possível, conforme o estabelecido o art. 5º, LV da Constituição Federal, reiterado pela Lei. 5.810/94;
Considerando a necessidade de instituição da Comissão de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar que irá apurar responsabilidade(s) de servidor(es) por infrações praticadas no exercício de suas atribuições, de acordo com os arts. 199 e seguintes da Lei 5.810/94;
RESOLVE,

I – Designar os servidores abaixo relacionados, para, sob a Presidência do primeiro, constituírem a Comissão de Sindicância, que irá apurar eventual responsabilidade de servidor(es) desta Fundação HEMOPA lotado(s) no Hemonúcleo de Capanema - HENCA por fatos descritos no processo nº 2022/1149478, com prazo de 30 (trinta) dias da data da publicação desta Portaria, prorrogáveis por igual período:
- MÁRCIO AUGUSTO SOUZA DE AZEVEDO (Presidente)
- SELVINA MARIA MOREIRA TEIXEIRA LEITE (Vogal)
- SHIRLEY WESCHE PINA (Secretária)
II - Dê-se ciência, Publique-se e Cumpra-se.
Gabinete da Presidência do Centro de Hemoterapia e Hematologia do Pará – Fundação HEMOPA, em 04 de julho de 2023
Paulo André Castelo Branco Bezerra
Presidente da Fundação HEMOPA

Protocolo: 960567

PORTARIA Nº 737/2023 – GEAPE/GAPRE/HEMOPA, 05 de julho de 2023.

O Presidente da Fundação Centro de Hemoterapia e Hematologia do Pará – HEMOPA, no uso de suas atribuições legais, Considerando a concessão de férias ao servidor Joao Batista Macola Raiol, procedida através da PORTARIA Nº 418/2023-GEAPE/GAPRE publicada no DOE Nº 35.410 de 24/05/2023.
Considerando a autorização do Processo nº 2023/771947;
RESOLVE:
I - DESIGNAR o servidor Celso Murilo Palha Da Cruz, Operador de Computador, matrícula nº 5892650/1, para substituir o servidor João Batista Macola Raiol, Analista de Sistemas/Gerente, matrícula nº 57226329/1, em virtude do gozo de férias, no período de 01 de junho de 2023 a 30 de junho de 2023.

II - Dê-se Ciência, Registre-se, Publique-se e Cumpra-se,
Gabinete da Presidência da Fundação Centro de Hemoterapia e Hematologia do Pará – HEMOPA, 05 de julho de 2023.
Dr. PAULO ANDRÉ CASTELO BRANCO BEZERRA
Presidente da Fundação HEMOPA

Protocolo: 960549

TÉRMINO DE VÍNCULO DE SERVIDOR

PORTARIA Nº 742/2023 - GEAPE/GAPRE/HEMOPA, de 06 de julho de 2023.

O Presidente da Fundação Centro de Hemoterapia e Hematologia do Pará – HEMOPA, no uso de suas atribuições legais, Considerando o Processo nº 2023/777187
RESOLVE:

I – Distratar, a pedido, o (a) servidor (a) James Ratis Terra Da Trindade, matrícula nº 5970104/1 do cargo de Médico, lotado (a) no (a) Gerência de Triagem de Doadores desta Fundação Centro de Hemoterapia e Hematologia do Pará - HEMOPA, a contar de 10 de julho de 2023.
II – Dê-se Ciência, Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.
Gabinete da Presidência da Fundação Centro de Hemoterapia e Hematologia do Pará - HEMOPA, em 06 de julho de 2023.
Dr. PAULO ANDRÉ CASTELO BRANCO BEZERRA
Presidente da Fundação HEMOPA

Protocolo: 960388

PORTARIA Nº 741/2023 - GEAPE/GAPRE/HEMOPA, de 06 de junho de 2023.

O Presidente da Fundação Centro de Hemoterapia e Hematologia do Pará – HEMOPA, no uso de suas atribuições legais, Considerando o Processo nº 2023/684784
RESOLVE:

I – Distratar, a pedido, o (a) servidor (a) Edison Miguel Da Cruz Ferreira, matrícula nº 5908787/2 do cargo de Médico, lotado (a) no (a) Coordenação do Hemocentro Regional de Marabá desta Fundação Centro de Hemoterapia e Hematologia do Pará - HEMOPA, a contar de 19 de junho de 2023.
II – Dê-se Ciência, Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.
Gabinete da Presidência da Fundação Centro de Hemoterapia e Hematologia do Pará - HEMOPA, em 06 de julho de 2023.
Dr. PAULO ANDRÉ CASTELO BRANCO BEZERRA
Presidente da Fundação HEMOPA

Protocolo: 960384

SUPRIMENTO DE FUNDO

Nº da portaria: 727/2023
Nº do Processo: 2023/775680

Prazo para Aplicação (em dias): 30
Prazo para prestação de constas(em dias): 15
Nome do servidor: Cargo do servidor: Matricula:
RAFAEL MAIA DA SILVA Gerente/GEINE 5971599
Natureza de Trabalho: Fonte de Recurso: Natureza de Despesa: Valor:
10122129783380000 01659000069001022 339036 1500,00
10122129783380000 01659000069001022 339039 1500,00
Ordenador: PAULO ANDRÉ CASTELO BRANCO BEZERRA

Protocolo: 960628

Nº da portaria: 728/2023
Nº do Processo: 2023/750757

Prazo para Aplicação (em dias): 30
Prazo para prestação de constas(em dias): 15
Nome do servidor: Cargo do servidor: Matricula:
MARCELO VITOR MOURA ARANHA Gerente/GEMAN 57225120
Natureza de Trabalho: Fonte de Recurso: Natureza de Despesa: Valor:
10122129783380000 01659000069001022 339039 3.500,00
Ordenador: PAULO ANDRÉ CASTELO BRANCO BEZERRA

Protocolo: 960687

Nº da portaria: 729/2023
Nº do Processo: 2023/750705

Prazo para Aplicação (em dias): 30
Prazo para prestação de constas(em dias): 15
Nome do servidor: Cargo do servidor: Matricula:
MARCELO VITOR MOURA ARANHA Gerente/GEMAN 57225120
Natureza de Trabalho: Fonte de Recurso: Natureza de Despesa: Valor:
10122129783380000 01659000069001022 339030 1980,00
Ordenador: PAULO ANDRÉ CASTELO BRANCO BEZERRA

Protocolo: 960754

Nº da portaria: 726/2023
Nº do Processo: 2023/778128

Prazo para Aplicação (em dias): 30
Prazo para prestação de constas (em dias): 15
Nome do servidor: Cargo do servidor: Matricula:
RITA DE CÁSSIA LIMA FAVACHO Gerente/HRSAN 5828651
Natureza de Trabalho: Fonte de Recurso: Natureza de Despesa: Valor:
10122129783380000 01659000069001022 339030 3.000,00
10122129783380000 01659000069001022 339036 1.500,00
10122129783380000 01659000069001022 339039 1.500,00
Ordenador: PAULO ANDRÉ CASTELO BRANCO BEZERRA

Protocolo: 960563

DIÁRIA**PORTARIA Nº 724/2023 De 10 De Julho De 2023**

O Presidente Do Centro De Hemoterapia E Hematologia Do Pará - Hemopa, No Uso De Suas Atribuições Estatutárias.

Considerando A Solicitação Constante Do Processo Nº 2023/774292.

Resolve: Conceder Diária(S) Ao(S) Abaixo Relacionado(S), Para Tratar Da Regularização Das Documentações Técnicas, Certificados De Conselhos Regionais E Alvará Do Prédio Do Nh-Red, No Período 17 A 21/07/2023.

Luiz Alberto Monteiro Leite, Cpf: 167.952.372-49, Cargo: Aux. Administrativo, Matrícula: 2019710, 4,5 Diárias.

Gabinete Da Presidência Do Centro De Hemoterapia E Hematologia Do Pará - Hemopa - Pará, 10 De Julho De 2023. Paulo Andre Castelo Branco Bezerra Presidente

Protocolo: 960484

PORTARIA Nº 725/2023 De 10 De Julho De 2023

O Presidente Do Centro De Hemoterapia E Hematologia Do Pará - Hemopa, No Uso De Suas Atribuições Estatutárias.

Considerando A Solicitação Constante Do Processo Nº 2023/766139.

Resolve: Conceder Diária(S) Ao(S) Abaixo Relacionado(S), A Fim De Fornecer Suporte Para Campanha Externa, No Dia 11/07/2023.

Shirliane Silva De Moraes, Cpf: 847.236.372-49, Cargo: Agente De Artes Plásticas, Matrícula: 57174663, 0,5 Diária.

Gabinete Da Presidência Do Centro De Hemoterapia E Hematologia Do Pará - Hemopa - Pará, 10 De Julho De 2023. Paulo Andre Castelo Branco Bezerra Presidente

Protocolo: 960515

PORTARIA Nº 723/2023 De 10 De Julho De 2023

O Presidente Do Centro De Hemoterapia E Hematologia Do Pará - Hemopa, No Uso De Suas Atribuições Estatutárias.

Considerando A Solicitação Constante Do Processo Nº 2023/776826.

Resolve: Conceder Diária(S) Ao(S) Abaixo Relacionado(S), Condução De Servidores Ao Município De Tailândia Que Irão Trabalhar Na Campanha Externa Nas Dependências Do Hospital Geral Do Referido Município, No Período 07 A 09/07/2023.

Luiz Emanuel Ursulino De França, Cpf: 146.353.302-06, Cargo: Motorista, Matrícula: 54194916, 2,5 Diárias. Carlos Alexandre Oliveira Dos Santos, Cpf: 690.142.212-15, Cargo: Motorista, Matrícula: 541891441, 2,5 Diárias.

Gabinete Da Presidência Do Centro De Hemoterapia E Hematologia Do Pará - Hemopa - Pará, 10 De Julho De 2023. Paulo Andre Castelo Branco Bezerra Presidente

Protocolo: 960449

PORTARIA Nº 721/2023 De 10 De Julho De 2023

O Presidente Do Centro De Hemoterapia E Hematologia Do Pará - Hemopa, No Uso De Suas Atribuições Estatutárias.

Considerando A Solicitação Constante Do Processo Nº 2023/778811.

Resolve: Conceder Diária(S) Ao(S) Abaixo Relacionado(S), A Fim De Fornecer Suporte Para Campanha Externa, No Dia 11/07/2023.

José Ribamar Santos Rodrigues, Cpf: 186.672.952-72, Cargo: Servente, Matrícula: 7000170, 0,5 Diária.

Gabinete Da Presidência Do Centro De Hemoterapia E Hematologia Do Pará - Hemopa - Pará, 10 De Julho De 2023. Paulo Andre Castelo Branco Bezerra Presidente

Protocolo: 960377

PORTARIA Nº 722/2023 De 10 De Julho De 2023

O Presidente Do Centro De Hemoterapia E Hematologia Do Pará - Hemopa, No Uso De Suas Atribuições Estatutárias.

Considerando A Solicitação Constante Do Processo Nº 2023/778638.

Resolve: Conceder Diária(S) Ao(S) Abaixo Relacionado(S), A Fim De Fornecer Suporte Para Campanha Externa, No Dia 12/07/2023.

José Ribamar Santos Rodrigues, Cpf: 186.672.952-72, Cargo: Servente, Matrícula: 7000170, 0,5 Diária.

Gabinete Da Presidência Do Centro De Hemoterapia E Hematologia Do Pará - Hemopa - Pará, 10 De Julho De 2023. Paulo Andre Castelo Branco Bezerra Presidente

Protocolo: 960378

OUTRAS MATÉRIAS**EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 002/2023. REFERENTE AO PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 017/2023**

Aos 19 dias do mês de junho do ano de 2023, a Fundação Centro de Hemoterapia e Hematologia do Pará - HEMOPA, CNPJ/MF nº 05.837.521/0001-11, Código UASG: 925452, com sede na Travessa Padre Eutíquio nº 2109, CEP: 66033-00, Bairro: Batista Campos, Belém-Pa, nesta ato representada por seu Presidente Sr. Paulo André Castelo Branco Bezerra, brasileiro, Administrador, portador do CPF/MF nº 229.089.192-49, residente e domiciliado nesta cidade, após ter HOMOLOGADO a classificação da(s) proposta(s) apresentada(s) no **PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 017/2023**, nos termos da Lei Federal nº 10.520/2002 (Institui a modalidade de licitação denominada pregão no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios); Decreto Federal nº 3.555/2000 (Regulamenta a modalidade de licitação denominada pregão); Decreto Federal nº 7.892/13 (Regulamenta o Sistema de Registro de Preços previsto no art. 15 da Lei nº 8.666/1993); Decreto Federal nº 10.024/2019 (Regulamenta o pregão na forma eletrônica); Lei Estadual nº 6.474/2002 (Institui a modalidade de licitação pregão no âmbito da Administração Pública Estadual); Decreto Estadual nº 534/2020 (Regulamenta a licitação,

na modalidade pregão, na forma eletrônica no âmbito da Administração Pública Estadual); Decreto Estadual nº 991/2020 (Regulamenta o Sistema de Registro de Preços no âmbito da Administração Pública Estadual); Lei nº 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor), Lei nº 10.406/2002 (Código Civil) e Lei Complementar Federal nº 123/2006 e suas alterações (Estatuto da microempresa e empresa de pequeno porte); Decreto Estadual nº 878/2008 (Regulamenta o tratamento diferenciado e simplificado para microempresa e empresa de pequeno porte no âmbito da Administração Pública Estadual); Decreto Estadual nº 877/2008 (Dispõe sobre o pagamento de fornecedores da Administração Pública direta e indireta do Governo do Estado do Pará), Instrução Normativa nº 3/2018 (Estabelece regras de funcionamento do Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF); a Instrução Normativa SEAD/DGL nº 003/2018 (Dispõe sobre a utilização do Banco Referencial de Preços no Estado do Pará) e subsidiariamente a Lei Federal nº 8.666/1993 e alterações (Lei de Licitações e Contratos Administrativos), assim como as exigências previstas no Edital e Anexos, RESOLVE Registrar os preços para aquisição de mobiliário para o Hemocentro Regional Marabá, Hemocentro Regional Santarém, Núcleo de Hemoterapia Abaetetuba, Núcleo de Hemoterapia Altamira, Núcleo de Hemoterapia Tucuruí, Núcleo de Hemoterapia Capane- ma e Núcleo de Hemoterapia Redenção, Hemocentro Coordenador Belém, de acordo com as condições e especificações do Edital e seus Anexos, a ser oferecido pela empresa ALMEIDA E BRASIL COMÉRCIO E INDÚSTRIA LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 83.373.670/0001-80, Inscrição Estadual nº 151720215, com sede na Avenida Ceará, 526 - Canudos / Belém - Pará CEP: 66070-080, Tel.: 3274-3431/3246-1997 Fax: 3274-3770 E-mail: almeidaebrazil@gmail.com, neste ato representada pelo Sr. HUMBERTO BRASIL DE ALMEIDA brasileiro, empresário, casado em comunhão parcial de bens, portador da Cédula de Identidade nº. 2418188-SSP/PA, CPF/MF sob o nº. 612.051.682-49, residente e domiciliado na Travessa Teófilo Conduzê, 549, Canudos, CEP: 66035-135 na cidade de Belém/PA; de acordo com o resultado do **PREGÃO ELETRÔNICO SRP nº 017/2023**, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o REGISTRO DE PREÇOS PARA aquisição de mobiliário para o Hemocentro Regional Marabá, Hemocentro Regional Santarém, Núcleo de Hemoterapia Abaetetuba, Núcleo de Hemoterapia Altamira, Núcleo de Hemoterapia Tucuruí, Núcleo de Hemoterapia Capane- ma e Núcleo de Hemoterapia Redenção, Hemocentro Coordenador Belém, conforme descrito neste Termo Referência nas condições definidas no ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e Ata do **Pregão Eletrônico SRP nº 017/2023 vinculada ao Processo nº 2022/1250825** que integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO E REVISÃO

2.1. O preço registrado, a quantidade, o fornecedor e as especificações dos objetos constantes deste instrumento encontram-se contidos na tabela abaixo: Empresa: ALMEIDA E BRASIL COMÉRCIO E INDÚSTRIA LTDA, CNPJ/MF nº 83.373.670/0001-80, Inscrição Estadual nº 151720215.

LOTE 01

ITEM	ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA	QUANT	PREÇO UNITÁRIO R\$	PREÇO TOTAL R\$
01	MESA DE TRABALHO SEM GAVETAS 120 CM, com tampo reto em MDF, com tampo revestido totalmente em laminado melamínico na cor ovo/bege; ESTRUTURA METÁLICA - com tratamento anticorrosivo e pintura epóxi, fosfatizada na cor preta, tampa para passagem de fiação elétrica, eletrônica, lógica, travessa superior em tubo de aço, travessa inferior de tubo de aço, sapatas reguláveis M6 injetada em polietileno copolímero e estrutura metálica tubular; Dimensões aproximadas - largura de 60 cm, comprimento de 120 cm, e altura de 73 cm. Marca: almeida Brasil Fabricante: almeida brasil	85	300,00	25.500,00
02	MESA DE TRABALHO SEM GAVETAS 100 CM, com tampo reto em MDF, com tampo revestido totalmente em laminado melamínico na cor ovo/bege; ESTRUTURA METÁLICA - com tratamento anticorrosivo e pintura epóxi, fosfatizada na cor preta, tampa para passagem de fiação elétrica, eletrônica, lógica, travessa superior em tubo de aço, travessa inferior de tubo de aço, sapatas reguláveis M6 injetada em polietileno copolímero e estrutura metálica tubular; Dimensões aproximadas - largura de 60 cm, comprimento de 90 cm e altura de 73cm. Marca: almeida Brasil Fabricante: almeida brasil	31	275,00	8.525,00
03	MESA DE TRABALHO SEM GAVETAS 180 CM, com tampo reto em MDF, com tampo revestido totalmente em laminado melamínico na cor ovo/bege; ESTRUTURA METÁLICA - com tratamento anticorrosivo e pintura epóxi, fosfatizada na cor preta, tampa para passagem de fiação elétrica, eletrônica, lógica, travessa superior em tubo de aço, travessa inferior de tubo de aço, sapatas reguláveis M6 injetada em polietileno copolímero e estrutura metálica tubular; Dimensões aproximadas - largura de 60 cm, comprimento de 180 cm e altura de 73 cm. Marca: almeida Brasil Fabricante: almeida brasil	02	520,00	1.040,00
04	MÓDULO GAVETEIRO COM RODÍZIO, com corpo em MDF de 18 mm de espessura, dimensões (largura de 35cm, profundidade de 50 cm e altura 55 cm do tampo ao chão); Revestimento interno e externamente em laminado melamínico na cor ovo; 04 Gavetas com frentes em MDF de 18 mm; Puxadores em alumínio natural; Sistema de travamento das gavetas por haste de alumínio com acionamento frontal e fechadura com 2 chaves; Trilhos das gavetas em aço, 04 Rodízios em nylon anti risco, sendo os dois frontais com travas. Marca: almeida Brasil Fabricante: almeida brasil	85	490,00	41.650,00

05	ARMÁRIO BAIXO AMADEIRADO COR FREIJÓ, com dimensões aproximadas de largura de 80 cm, profundidade de 50cm e altura de 75cm; CORPO ARMÁRIO - em MDF com espessura e tampo de 25mm de espessura, frente e fundo de 18mm de espessura, ambos com densidade média de 600 Kg/m³, revestido com laminado melamínico em ambas as faces, com duas prateleiras, encabeçado com fita de poliestireno com superfície visível texturizada. Na cor AMADEIRADO FREIJÓ; PORTA - em MDF de 18mm de espessura, revestido com laminado melamínico em ambas as faces com travamento através de fechadura. Na cor AMADEIRADO FREIJÓ; DOBRADIÇA - em aço de alta resistência, automática com tecnologia Snap-On, regulagem horizontal livre e ajuste lateral integrado, com ângulo de abertura de 110º com o sistema de alojamento interno no MDF, com acabamento niquelado; SISTEMA DE TRAVAMENTO DAS PORTAS - com trinco metálico na porta esquerda, fixado através de parafusos rosca auto integrado cortante tipo chipboard para madeira e chave para fechadura frontal com alma interna em aço de alta resistência ao toque, com capa plástica externa de proteção em polietileno injetado com sistema escamoteável; PUXADORES - sobrepor de formato retangular com pintura metálica na cor preta; PRATELEIRA - em MDF 18 mm de espessura. Na cor AMADEIRADO FREIJÓ; RODAPÉ - confeccionado em chapa metálica perfilada tipo "U" 20x50 mm com 1,5 mm de espessura, sapata regulável com rosca M6 e injetadas em polietileno copolímero. Marca: almeida Brasil Fabricante: almeida brasil	11	780,00	8.580,00
06	ARMÁRIO ALTO AMADEIRADO COR FREIJÓ, com dimensões aproximadas de largura de 80 cm, profundidade de 50 cm, altura de 160 cm; CORPO ARMÁRIO - em MDF com espessura e tampo de 25mm de espessura, frente e fundo de 18mm de espessura, ambos com densidade média de 600 Kg/m³, revestido com laminado melamínico em ambas as faces, com duas prateleiras, encabeçado com fita de poliestireno com superfície visível texturizada. Na cor AMADEIRADO FREIJÓ; PORTA - em MDF de 18mm de espessura, revestido com laminado melamínico em ambas as faces com travamento através de fechadura. Na cor AMADEIRADO FREIJÓ; DOBRADIÇA - em aço de alta resistência, automática com tecnologia Snap-On, regulagem horizontal livre e ajuste lateral integrado, com ângulo de abertura de 110º com o sistema de alojamento interno no MDF, com acabamento niquelado; SISTEMA DE TRAVAMENTO DAS PORTAS - com trinco metálico na porta esquerda, fixado através de parafusos rosca auto integrado cortante tipo chipboard para madeira e chave para fechadura frontal com alma interna em aço de alta resistência ao toque, com capa plástica externa de proteção em polietileno injetado com sistema escamoteável; PUXADORES - sobrepor de formato retangular com pintura metálica na cor preta; PRATELEIRA - em MDF 18 mm de espessura. Na cor AMADEIRADO FREIJÓ; RODAPÉ - confeccionado em chapa metálica perfilada tipo "U" 20x50 mm com 1,5 mm de espessura, sapata regulável com rosca M6 e injetadas em polietileno copolímero. Marca: almeida Brasil Fabricante: almeida brasil	19	890,00	16.910,00
07	ARMÁRIO BAIXO, com dimensões aproximadas de largura 80 cm, profundidade de 50 cm e altura de 75cm; CORPO ARMÁRIO - em MDF com espessura e tampo de 25mm de espessura, frente e fundo de 18mm de espessura, ambos com densidade média de 600 Kg/m³, revestido com laminado melamínico em ambas as faces, com duas prateleiras, encabeçado com fita de poliestireno com superfície visível texturizada. Na cor OVO/ BEGE; PORTA - em MDF de 18mm de espessura, revestido com laminado melamínico em ambas as faces com travamento através de fechadura. Na cor ovo/bege; DOBRADIÇA - em aço de alta resistência, automática com tecnologia Snap-On, regulagem horizontal livre e ajuste lateral integrado, com ângulo de abertura de 110º com o sistema de alojamento interno no MDF, com acabamento niquelado; SISTEMA DE TRAVAMENTO DAS PORTAS - com trinco metálico na porta esquerda, fixado através de parafusos e rosca auto integrados cortantes tipo chipboard para madeira, e chave para fechadura frontal com alma interna em aço de alta resistência ao toque, com capa plástica externa de proteção em polietileno injetado com sistema escamoteável; PUXADORES - sobrepor de formato retangular com pintura metálica na cor preta; PRATELEIRA - em MDF 18 mm de espessura. Na cor ovo/bege; RODAPÉ - confeccionado em chapa metálica perfilada tipo "U" 20x50mm com 1,5 mm de espessura, sapata regulável com rosca M6 e injetadas em polietileno copolímero. Marca: almeida Brasil Fabricante: almeida brasil	17	465,00	7.905,00

08	ARMÁRIO ALTO, com dimensões Aproximadas de largura de 80 cm, profundidade de 50 cm, altura de 160 cm; CORPO ARMÁRIO - em MDF com espessura e tampo de 25 mm de espessura, frente e fundo de 18 mm de espessura, ambos com densidade média de 600 Kg/m³, revestido com laminado melamínico em ambas as faces, com duas prateleiras, encabeçado com fita de poliestireno com superfície visível texturizada. Na cor ovo/bege; PORTA - em MDF de 18 mm de espessura, revestido com laminado melamínico em ambas as faces com travamento através de fechadura. Na cor ovo/bege; DOBRADIÇA - em aço de alta resistência, automática com tecnologia Snap-On, regulagem horizontal livre e ajuste lateral integrado, com ângulo de abertura de 110º com o sistema de alojamento interno no MDF, com acabamento niquelado; SISTEMA DE TRAVAMENTO DAS PORTAS - com trinco metálico na porta esquerda, fixado através de parafusos rosca auto integrado cortante tipo chipboard para madeira, e chave para fechadura frontal com alma interna em aço de alta resistência ao toque, com capa plástica externa de proteção em polietileno injetado com sistema escamoteável; PUXADORES - sobrepor de formato retangular com pintura metálica na cor preta; 03 PRATELEIRAS - em MDF 18 mm de espessura. Na cor ovo/bege; RODAPÉ - confeccionado em chapa metálica perfilada tipo "U" 20x50 mm com 1,5 mm de espessura, sapata regulável com rosca M6 e injetadas em polietileno copolímero. Marca: almeida Brasil Fabricante: almeida brasil	79	840,00	66.360,00
TOTAL DO LOTE 01				176.470,00

LOTE 02

ITEM	ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA	QUANT	PREÇO UNITÁRIO R\$	PREÇO TOTAL R\$
09	LONGARINA METALICA 2 LUGARES, com barra de apoio 40*80 mm X 2.0 mm espessura, apoio de braços anatômico em aço cromado, pés formato de Y cromados com sapatas niveladoras de piso emborrachadas, reguláveis, assento e encosto concha única; Assento em chapa de aço perfurada 1.3 - 1.5 mm, com laterais de reforço com corte a laser, bordas arredondadas; Encosto com forma levemente adaptada ao corpo para proteção da região lombar; Acabamento em pintura epóxi cor prata brilhante, frisos laterais cromados; Estofamento do assento e encosto em espuma injetável e revestido em couvin azul 290yal. Tamanho aproximado: largura 125 cm, altura 77 cm e profundidade 68 cm. Marca: almeida Brasil Fabricante: almeida brasil	97	1.300,00	126.100,00
10	LONGARINA METALICA 3 LUGARES, com barra de apoio 40*80 mm X 2.0 mm espessura, apoio de braços anatômico em aço cromado, pés formato de Y cromados com sapatas niveladoras de piso emborrachadas, reguláveis, assento e encosto concha única; Assento em chapa de aço perfurada 1.3 - 1.5 mm, com laterais de reforço com corte a laser, bordas arredondadas; Encosto com forma levemente adaptada ao corpo para proteção da região lombar; Acabamento em pintura epóxi cor prata brilhante, frisos laterais cromados; Estofamento do assento e encosto em espuma injetável e revestido em couvin azul 290yal. Tamanho aproximado: largura 175 cm, altura 77 cm e profundidade 68 cm. Marca: almeida Brasil Fabricante: almeida brasil	12	1.700,00	20.400,00
11	MOXO ALTO COM RODÍZIO, ENCOSTO E BRAÇOS, regulagem de altura por meio de pistão pneumático com altura mínima de 60 cm e máxima de pelo menos 80 cm em relação ao chão; Assento e Encosto em Espuma Anatômica em Poliuretano; Revestimento do Assento e Encosto em couvin azul 290yal; Braços em Polipropileno com regulagem de altura mínima de 17 cm e máxima de pelo menos 25 cm em relação ao assento; Pé preto com estrutura revestida em nylon, com suporte circular para pés e com cinco hastes e rodízios em Nylon anti risco; Capacidade para pelo menos 110 kg; Dimensões máximas (Largura de até 45 cm, Comprimento de até 55 cm; Peso Máximo de até 20 kg. Marca: almeida Brasil Fabricante: almeida brasil	72	450,00	32.400,00
12	CADEIRA COM RODÍZIO SEM BRAÇOS, Regulagem de Altura por meio de Pistão Pneumático com altura mínima de 45 cm e máxima de pelo menos 55 cm em relação ao chão; Assento em Espuma Anatômica em Poliuretano; Revestimento do Assento em couvin azul 290yal; Pé preto com estrutura revestida em nylon com cinco hastes e rodízios em Nylon anti risco; Encosto em tela preta de alta resistência; Capacidade para pelo menos 110 kg; Dimensões máximas (Largura de até 45 cm, Comprimento de até 55 cm, Altura máxima com pistão elevado de até 100 cm); Peso Máximo de até 18 kg. Marca: almeida Brasil Fabricante: almeida brasil	51	560,00	28.560,00
13	CADEIRA COM RODÍZIO E BRAÇOS, Regulagem de Altura por meio de Pistão Pneumático com altura mínima de 45 cm e máxima de pelo menos 55 cm em relação ao chão; Assento em Espuma Anatômica em Poliuretano; Revestimento do Assento em couvin azul 300yal; Braços em Polipropileno com regulagem de altura mínima de 17 cm e máxima de pelo menos 25 cm em relação ao assento; Pé preto com estrutura revestida em nylon com cinco hastes e rodízios em Nylon anti risco; Encosto em tela preta de alta resistência; Capacidade para pelo menos 110 kg; Dimensões máximas (Largura de até 45 cm, Comprimento de até 55 cm, Altura máxima com pistão elevado de até 100 cm); Peso Máximo de até 18 kg. Marca: almeida Brasil Fabricante: almeida brasil	118	600,00	70.800,00

14	POLTRONA COM RODÍZIOS E BRAÇOS, Regulagem de Altura por meio de Pistão Pneumático com altura mínima de 47 cm e máxima de pelo menos 58 cm em relação ao chão; Assento em Espuma Anatômica em Poliuretano; Revestimento do Assento em couvin azul 300yal; Braços em Polipropileno com regulagem de altura mínima de 17 cm e máxima de pelo menos 25 cm em relação ao assento; Pé preto com estrutura revestida em nylon com cinco hastes e rodízios em Nylon anti risco; Encosto em tela preta de alta resistência; Capacidade para pelo menos 110 kg; Dimensões máximas (Largura de até 65 cm, Comprimento de até 65 cm, Altura máxima com pistão elevado de até 110 cm); Peso Máximo de até 15 kg. Marca: almeida Brasil Fabricante: almeida brasil	07	850,00	5.950,00
15	POLTRONA FIXA COM BRAÇOS, Altura do assento entre 47 cm e 58 cm em relação ao chão; Assento em Espuma Anatômica em Poliuretano; Revestimento do Assento em couvin azul 310yal; Braços em Polipropileno com altura entre 16 cm e 20 cm em relação ao assento; base tipo balancim, com laterais em tubo de aço. Acabamento em pintura epóxi na cor preta com sapatas em polipropileno para proteção do piso; Encosto em tela preta de alta resistência; Capacidade para pelo menos 110 kg; Dimensões máximas (Largura de até 65 cm, Comprimento de até 65 cm, Altura máxima de até 100 cm); Peso Máximo de até 15 kg Marca: almeida Brasil Fabricante: almeida brasil	64	700,00	44.800,00
TOTAL DO LOTE 02				329.010,00

LOTE 03

ITEM	ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA	QUANT	PREÇO UNITÁRIO R\$	PREÇO TOTAL R\$
16	ESTANTE DE AÇO 30 CM, Com 5 Prateleiras Reguláveis cor cinza; Capacidade de pelo menos 25 kg por prateleira; Espessura prateleira de chapa 28 e coluna de chapa 20; Medidas aproximadas: 180 x 110 x 30 cm (altura, largura e profundidade). Pintura eletrostática a pó automatizada com fosfatização. Marca: w3 Fabricante: w3	59	440,00	25.960,00
17	ESTANTE DE AÇO 50 CM, Com 5 Prateleiras Reguláveis cor cinza; Capacidade de pelo menos 35 kg por prateleira; Espessura prateleira de chapa 28 e coluna de chapa 20; Medidas aproximadas: 180 x 110 x 50 cm (altura, largura e profundidade); Pintura eletrostática a pó automatizada com fosfatização. Marca: w3 Fabricante: w3	12	1.000,00	12.000,00
18	ARQUIVO DE AÇO, com quatro gavetas para pastas suspensas, com fechaduras e chaves, na cor cinza, medindo aproximadamente 60 cm de profundidade, 50 cm de largura, 132 cm de altura; Pintura eletrostática a pó automatizada com fosfatização. Marca: w3 Fabricante: w3	16	1.500,00	24.000,00
TOTAL DO LOTE 03				61.960,00
VALOR GLOBAL GRUPO 01, 02 e 03				567.440,00

O valor global desta Ata é de R\$ 567.440,00 (Quinhentos e sessenta e sete mil, quatrocentos e quarenta reais).
A vigência desta Ata será de 12 (doze) meses, a contar da data de sua assinatura em 19/06/2023, incluídas eventuais prorrogações.
Houve registro de cadastro de reserva para o lote 01 (Itens: 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7 e 8) conforme abaixo.
CADASTRO DE RESERVA PARA O LOTE 01 (Itens: 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7 e 8) DA ATA Nº 002/2023 DO PREGÃO ELETRÔNICO SRP 017/2023, POR ORDEM DE CLASSIFICAÇÃO, NOS TERMOS DO DECRETO FEDERAL Nº 7.892/2013, ALTERADO PELO DECRETO Nº 8.250/2014 E DECRETO ESTADUAL Nº 991/2020, A SEGUIR:
1 - B DA SILVA AMARAL EIRELI-ME, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 29.450.078/0001-90, com sede na Rua Jose Marcelino de Oliveira n 1288 cep. 67.030.170 bairro centro ANANINDEUA-PA TELEFONE: (91) 99980/3602 EMAIL: baindustria@outlook.com, neste ato representado pelo Sr BRUNO AMARAL, brasileiro, solteiro, empresário, nascido em 15/11/1981, natural de Florianópolis - PI, portador do CPF nº 798-776-642-91, e do CNH 02409671267 DETRAN/PA, residente e domiciliado à Rua Jose Marcelino de Oliveira n 1288 cep. 67.030.170 bairro centro ANANINDEUA-PA TELEFONE: (91) 99980/3602 EMAIL: baindustria@outlook.com.
Belém/PA, 07 de julho de 2023
Presidente da Fundação HEMOPA: Paulo André Castelo Branco Bezerra.

Protocolo: 960520
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 003/2023.
REFERENTE AO PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 017/2023
Aos 19 dias do mês de junho do ano de 2023, a Fundação Centro de Hemoterapia e Hematologia do Pará - HEMOPA, CNPJ/MF nº 05.837.521/0001-11, Código UASG: 925452, com sede na Travessa Padre Eutíquio nº 2109, CEP: 66033-00, Bairro: Batista Campos, Belém-Pa, nesta ato representada por seu Presidente Sr. Paulo André Castelo Branco Bezerra, brasileiro, Administrador, portador do CPF/MF nº 229.089.192-49, residente e domiciliado nesta cidade, após ter HOMOLOGADO a classificação da(s) proposta(s) apresentada(s) no **PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 017/2023**, nos termos da Lei Federal nº 10.520/2002 (Institui a modalidade de licitação denominada pregão no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios); Decreto Federal nº 3.555/2000 (Regulamenta a modalidade de licitação denominada pregão); Decreto Federal nº 7.892/13 (Regulamenta o Sistema de Registro de Preços previsto no art. 15 da Lei nº 8.666/1993); Decreto Federal nº 10.024/2019

(Regulamenta o pregão na forma eletrônica); Lei Estadual nº 6.474/2002 (Institui a modalidade de licitação pregão no âmbito da Administração Pública Estadual); Decreto Estadual nº 534/2020 (Regulamenta a licitação, na modalidade pregão, na forma eletrônica no âmbito da Administração Pública Estadual); Decreto Estadual nº 991/2020 (Regulamenta o Sistema de Registro de Preços no âmbito da Administração Pública Estadual); Lei nº 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor), Lei nº 10.406/2002 (Código Civil) e Lei Complementar Federal nº 123/2006 e suas alterações (Estatuto da microempresa e empresa de pequeno porte); Decreto Estadual nº 878/2008 (Regulamenta o tratamento diferenciado e simplificado para microempresa e empresa de pequeno porte no âmbito da Administração Pública Estadual); Decreto Estadual nº 877/2008 (Dispõe sobre o pagamento de fornecedores da Administração Pública direta e indireta do Governo do Estado do Pará), Instrução Normativa nº 3/2018 (Estabelece regras de funcionamento do Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF); a Instrução Normativa SEAD/DGL nº 003/2018 (Dispõe sobre a utilização do Banco Referencial de Preços no Estado do Pará) e subsidiariamente a Lei Federal nº 8.666/1993 e alterações (Lei de Licitações e Contratos Administrativos), assim como as exigências previstas no Edital e Anexos, RESOLVE Registrar os preços para aquisição de mobiliário para o Hemocentro Regional Marabá, Hemocentro Regional Santarém, Núcleo de Hemoterapia Abaetetuba, Núcleo de Hemoterapia Altamira, Núcleo de Hemoterapia Tucuruí, Núcleo de Hemoterapia Capanema e Núcleo de Hemoterapia Redenção, Hemocentro Coordenador Belém, de acordo com as condições e especificações do Edital e seus Anexos, a ser oferecido pela empresa A OLIVEIRA CRUZ SOLUCOES EMPRESARIAIS LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 45.226.829/0001-45, Inscrição Estadual nº 15.815.399-5, com sede na ROD PA 440, SN, BAIRRO: VILA DOS MIRITIS, CIDADE: SÃO JOÃO DE PIRABAS/PA, CEP - 68.719-000, neste ato representada pelo(a) Sr (a) ALISON ANDERSON OLIVEIRA CRUZ, brasileiro, solteiro, portador da Cédula de Identidade nº. 16363/TEM/PA, CPF/MF sob o nº. 025.672.832-18, residente e domiciliado na Rua Manoel de Souza nº 132, bairro Distrito Industrial, Ananindeua PARÁ, CEP: 67.030-660, CONTATO: (91) 9 98325-2868, E-MAIL: licitaeasy2022@gmail.com; de acordo com o resultado do **PREGÃO ELETRÔNICO SRP nº 017/2023**, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:
CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO
1.1. A presente Ata tem por objeto o REGISTRO DE PREÇOS PARA aquisição de mobiliário para o Hemocentro Regional Marabá, Hemocentro Regional Santarém, Núcleo de Hemoterapia Abaetetuba, Núcleo de Hemoterapia Altamira, Núcleo de Hemoterapia Tucuruí, Núcleo de Hemoterapia Capanema e Núcleo de Hemoterapia Redenção, Hemocentro Coordenador Belém, conforme descrito neste Termo Referência nas condições definidas no ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e Ata do **Pregão Eletrônico SRP nº 017/2023 vinculada ao Processo nº 2022/1250825** que integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro.
CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO E REVISÃO
2.1. O preço registrado, a quantidade, o fornecedor e as especificações dos objetos constantes deste instrumento encontram-se contidos na tabela abaixo:
A OLIVEIRA CRUZ SOLUCOES EMPRESARIAIS LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 45.226.829/0001-45, Inscrição Estadual nº 15.815.399-5

ITEM	ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA	QUANT	PREÇO UNITÁRIO R\$	PREÇO TOTAL R\$
19	CONJUNTO MESA E CADEIRA EM POLIPROPILENO, na cor vermelha, móvel, com pés em alumínio polido, medindo aproximadamente 0,70 cm de largura, 70 cm de comprimento, 75 cm de altura, contendo 04 (quatro) cadeiras em polipropileno, com encosto e sem braço, empilháveis, na cor vermelha, com pés em alumínio polido, medindo aproximadamente 50 cm de largura, 40 cm de profundidade e 81 cm de altura do chão até o topo do encosto. Capacidade máxima recomendado de pelo menos 110 kg. MARCA: TECH MÓVEIS	18	5.566,00	100.188,00

O valor global desta Ata é de R\$ 100.188,00 (Cem mil, cento e oitenta e oito reais).
A vigência desta Ata será de 12 (doze) meses, a contar da data de sua assinatura em 19/06/2023, incluídas eventuais prorrogações.
Não houve registro de cadastro de reserva para esta ATA.
Belém/PA, 07 de julho de 2023
Presidente da Fundação HEMOPA: Paulo André Castelo Branco Bezerra.
Protocolo: 960527

FUNDAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL HOSPITAL DE CLÍNICAS GASPAR VIANNA

PORTARIA

PORTARIA Nº 314, DE 05 DE JULHO DE 2023
A Diretora Presidente da Fundação Pública Estadual Hospital de Clínicas Gaspar Vianna, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo decreto Governamental de 03 de fevereiro de 2023, publicado no DOE nº 356277 de 03/02/2023.
Considerando os termos do Processo Administrativo Eletrônico nº 2022/862248.

RESOLVE:
REMOVER, o(a) servidor(a) abaixo relacionado(a), lotado(a) no(a) Serviço de Unidade de Terapia Intensiva – UTI para o(a) Serviço de Apoio Diagnóstico e Terapêutico – SADT/Hemodinâmica, para fins de regularização funcional.

MATRÍCULA	NOME	CARGO
57188382/1	JESSE SANTOS ALMEIDA	TÉCNICO DE ENFERMAGEM

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.
HELOISA MARIA MELO E SILVA GUIMARÃES
Diretora Presidente / FHCgv

Protocolo: 960634

LICENÇA MATERNIDADE

Laudó: 01/2023 (PAE: 2023/98508)
Nome: ELLEN SAMARA SOUSA DA SILVA DE ARAUJO
Matrícula: 57174899/2
Cargo/Lotação: Enfermeiro/FHCgv
Período: 20/12/2022 a 17/06/2023

Protocolo: 960646

AVISO DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO
Modalidade Pregão Eletrônico
Número: 70/2023.
A presente licitação tem por objeto a aquisição de produtos para atender à necessidade de 12 (doze) meses da Comissão Intra-hospitalar de Doação de Órgãos e Tecidos para Transplantes (CIHDOTT) da Fundação Pública Estadual Hospital de Clínicas Gaspar Vianna, conforme especificações do Termo de Referência - Anexo I, o qual é parte integrante do edital para fornecimento nos prazos e condições constantes no referido termo.
Entrega do Edital: www.comprasnet.gov.br
Observação: O horário de abertura será referente ao horário de Brasília.
Responsável pelo certame: Lucilene Pereira Tavares
Local de Abertura: www.comprasnet.gov.br
Data de Abertura: 21/07/2023.
Hora de Abertura: 9h, Horário de Brasília.
Ordenador: HELOISA MARIA MELO E SILVA GUIMARÃES.
Protocolo: 960599

AVISO DE LICITAÇÃO
Modalidade Pregão Eletrônico – SRP.
Número: 71/2023
A presente licitação tem por objeto o Registro de Preços para aquisição eventual de soluções e insumos para processamento de produtos para saúde (PPS), a serem utilizados na Central de Material e Esterilização (CME), com o comodato de equipamentos para atender às necessidades da Fundação Pública Estadual Hospital de Clínicas Gaspar Vianna (FPEHCGV) e da Clínica de Hemodiálise Monteiro Leite (CHML), pelo período de 12 (doze) meses, conforme especificações do Termo de Referência - Anexo I, o qual é parte integrante do edital, para adquirir nos prazos e condições constantes no referido termo.
Entrega do Edital: www.comprasnet.gov.br
Observação: O horário de abertura será referente ao horário de Brasília.
Responsável pelo certame: Leonardo Rodrigues Gemaque.
Local de Abertura: www.comprasnet.gov.br
Data de Abertura: 24/07/2023.
Hora de Abertura: 9h, Horário de Brasília.
Ordenador: HELOISA MARIA MELO E SILVA GUIMARÃES.
Protocolo: 960536

AVISO DE LICITAÇÃO
Modalidade Pregão Eletrônico
Número: 65/2023.
A presente licitação tem por objeto a aquisição de material de higiene pessoal (Fraldas), para reposição, abastecimento e distribuição entre os setores da Fundação Pública Estadual Hospital de Clínicas Gaspar Vianna – FPEHCGV, em conformidade com as especificações do ANEXO I – Termo de Referência, para atender à necessidade de 12 (doze) meses, conforme especificações do Termo de Referência - Anexo I, o qual é parte integrante do edital para fornecimento nos prazos e condições constantes no referido termo.
Entrega do Edital: www.comprasnet.gov.br
Observação: O horário de abertura será referente ao horário de Brasília.
Responsável pelo certame: Leonardo Rodrigues Gemaque.
Local de Abertura: www.comprasnet.gov.br
Data de Abertura: 21/07/2023.
Hora de Abertura: 9h, Horário de Brasília.
Ordenador: HELOISA MARIA MELO E SILVA GUIMARÃES.

Protocolo: 960786

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 47/FHCgv/2023.
OBJETO: A presente licitação tem por objeto a aquisição de medicamentos comuns para atender à necessidade nas clínicas, unidades de terapia intensiva, ambulatório, centro cirúrgico e obstétrico da Fundação Pública Estadual Hospital de Clínicas Gaspar Vianna (FPEHCGV), para o período de 12 (doze) meses.

EMPRESA(S) VENCEDORA(S):

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QUANT	VALOR GLOBAL	VENCEDOR
1.	Dipirona 500mg	10.000	R\$ 2.000,00	EXEMPLARME COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA
2.	Morfina 10mg	10.000		Item cancelado no julgamento
3.	Codeína 30mg	5.000		Item cancelado no julgamento
4.	Codeína 60mg	5.000		Item cancelado no julgamento

TOTAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 47/FHCgv/2023:
R\$ 2.000,00 (Dois mil reais).
Belém/PA, 07 de julho de 2023.
Heloisa Maria Melo e Silva Guimarães.
Ordenadora Responsável

Protocolo: 960657

HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 34/FHCgv/2023.
OBJETO: A presente licitação tem por objeto o Registro de Preços para aquisição eventual de medicamentos de uso geral, tipo injetáveis, para atender à necessidade nas clínicas, unidades de terapia intensiva, ambulatório, centro cirúrgico e obstétrico da Fundação Pública Estadual Hospital de Clínicas Gaspar Vianna (FPEHCGV).

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QUANT	VALOR UNITÁRIO	VENCEDOR
1.	Acetilcisteína 100mg/ml, 3 ml, via Intravenosa e Inalatória, uso adulto e pediátrico	3.000	R\$ 3,70	ALTAMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA
2.	Ácido Epsilon – Aminocapróico 50 mg/ml (1g), 20 ml, via Intravenosa, uso adulto e pediátrico	6.000	R\$ 26,68	F CARDOSO E CIA LTDA
3.	Ácido Tranexâmico 50mg/ml, 5 ml, via Intravenosa, uso adulto e pediátrico	8.000	R\$ 5,20	ALTAMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA
4.	Adenosina 3mg/ml, 2 ml, via Intravenosa, uso adulto	2.000	R\$ 7,81	POLYMEDH. LTDA
5.	Albumina humana 0,2 g/ml (20%), 50 ml, via Intravenosa, uso adulto e pediátrico	1.800	R\$ 129,00	F CARDOSO E CIA LTDA
6.	Alteplase 50mg (50 ml), via intravenosa, uso adulto	300		ITEM CANCELADO NO JULGAMENTO
7.	Aminofilina 24mg/ml, 10 ml, via Intravenosa, uso adulto e pediátrico	4.000	R\$ 2,70	R C ZAGALLO MARQUES & CIA LTDA
8.	Amiodarona (cloridrato) 50mg/ml, 3 ml, via Intravenosa, uso adulto	16.000	R\$ 2,45	R C ZAGALLO MARQUES & CIA LTDA
9.	Atropina (sulfato) 0,25mg/ml, 1 ml, via Intravenosa, Intramuscular e Subcutânea, uso adulto e pediátrico	16.000	R\$ 0,89	FARMACE - INDUSTRIA QUIMICO-FARMACEUTICA CEARENSE
10.	Azul de Metileno ou Metilitionínio 10mg/ml (1%), 10 ml, via Intravenosa,uso adulto e pediátrico	2.500		ITEM CANCELADO NO JULGAMENTO
11.	Betametasona (acetato) 3mg/ml + Betametasona (fosfato dissódico) 3mg/ml, 1 ml, via Intramuscular, injeção direta nos tecidos moles, intra e periarticular, intralesional e injeção local, uso adulto	500		ITEM CANCELADO NO JULGAMENTO
12.	Bromoprida 5mg/ml, 2 ml, via intravenosa e intramuscular, uso adulto e pediátrico	20.000	R\$ 2,35	RIOBHAFARMA COMERCIO E DISTRIBUICAO DE PRODUTOS MEDICOS E COSMETICOS LTDA
13.	Cetoprofeno 100mg pó liofilizado, via intravenosa IV, uso adulto	7.000	R\$ 4,20	ALTAMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA
14.	Cimetidina 150mg/mL	1.500		ITEM CANCELADO NO JULGAMENTO
15.	Ciclofosfamida 1g pó liofilizado, via intravenosa, uso adulto e pediátrico	100	R\$ 56,84	ELFA MEDICAMENTOS S.A
16.	Clonidina 150 mcg /ml, 1 ml, via intratecal, epidural, intramuscular e intravenosa, uso adulto	800	R\$ 7,80	CRISTALIA PRODUTOS QUIMICOS FARMACEUTICOS LTDA
17.	Deslanosídeo C - 0,2mg/ml, 2ml, via intravenosa e intramuscular, uso adulto e pediátrico	3.200	R\$ 2,05	M M LOBATO DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA
18.	Dexametasona (fosfato dissódico) 10 mg (4mg/ml), 2,5 ml, via intravenosa e intramuscular, uso adulto e pediátrico	10.000	R\$ 1,51	R C ZAGALLO MARQUES & CIA LTDA
19.	Diclofenaco sódico 75mg	500	R\$ 0,97	FARMACE - INDUSTRIA QUIMICO-FARMACEUTICA CEARENSE
20.	Dipirona sódica 500mg/ml	100.000	R\$ 1,20	FARMACE - INDUSTRIA QUIMICO-FARMACEUTICA CEARENSE
21.	Dobutamina (cloridrato) 12,5mg/ml	16.000	R\$ 6,68	R C ZAGALLO MARQUES & CIA LTDA
22.	Dopamina (cloridrato) 5mg/ml	1.500	R\$ 2,90	CRISTALIA PRODUTOS QUIMICOS FARMACEUTICOS LTDA
23.	Enoxaparina 40mg - para uso subcutâneo	35.000	R\$ 17,15	ALTAMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA
24.	Enoxaparina 60mg - para uso subcutâneo	35.000	R\$ 23,95	CRISTALFARMA COMERCIO REPRESENTACAO IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA
25.	Enoxaparina 80mg - para uso subcutâneo	10.000	R\$ 29,00	ELFA MEDICAMENTOS S.A
26.	Epinefrina 1mg/ml	30.000	R\$ 1,48	CIRURGICA MONTEBELLO LTDA
27.	Ergometrina (maleato) 0,2mg/ml	200	R\$ 2,38	F CARDOSO E CIA LTDA
28.	Escopolamina (butilbrometo) 20mg/ml	9.000	R\$ 1,00	FARMACE - INDUSTRIA QUIMICO-FARMACEUTICA CEARENSE
29.	Esmolol 10mg/ml	500	R\$ 60,00	CRISTALIA PRODUTOS QUIMICOS FARMACEUTICOS LTDA
30.	Etilefrina (cloridrato) 10mg/ml	500	R\$ 2,30	ALTAMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA
31.	Furosemdia 10mg/ml	80.000	R\$ 1,62	F CARDOSO E CIA LTDA
32.	Heparina sódica 5000 UI/ml IV	20.000	R\$ 14,00	CRISTALIA PRODUTOS QUIMICOS FARMACEUTICOS LTDA
33.	Hidralazina (cloridrato) 20mg/ml	1.200	R\$ 6,10	ALTAMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA

34.	Hidrocortisona 100mg (succinato sódico) pó liofilizado	12.000	R\$ 4,09	R C ZAGALLO MARQUES & CIA LTDA
35.	Hidrocortisona 500mg (succinato sódico) pó liofilizado	7.000	R\$ 5,10	R C ZAGALLO MARQUES & CIA LTDA
36.	Hidróxido de ferro III (sacarato) 100mg/5ml EV	1.200	R\$ 12,00	ALTAMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA
37.	Isossorbida (mononitrato) 10mg/ml	4.000	ITEM CANCELADO NO JULGAMENTO	
38.	Metilprednisolona 125mg (succinato sódico) pó liofilizado	2.000	R\$ 7,71	POLYMEDH. LTDA
39.	Metilprednisolona 500mg (succinato sódico) pó liofilizado	1.000	R\$ 13,11	POLYMEDH. LTDA
40.	Metoclopramida (cloridrato) 5mg/ml	10.000	R\$ 0,75	FARMACE - INDUSTRIA QUIMI-CO-FARMACEUTICA CEARENSE
41.	Metoprolol (succinato) 10mg/mL	1.000	R\$ 22,00	CRISTALIA PRODUTOS QUIMI-COS FARMACEUTICOS LTDA
42.	Milrinona (lactato) 1mg/ml	5.000	R\$ 62,00	FLUKKA FARMACIA DE MANIPULACAO LTDA
43.	Neostigmina (metilsulfato) 0,5mg/ml	6.000	R\$ 1,77	M M LOBATO DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA
44.	Nitroglicerina 50mg	6.000	R\$ 37,00	CRISTALIA PRODUTOS QUIMI-COS FARMACEUTICOS LTDA
45.	Nitroprusseto de Sódio 25mg/ml	3.000	R\$ 17,50	ALTAMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA
46.	Norepinefrina 2mg/ml	40.000	R\$ 3,20	COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA
47.	Ocitocina 5 UI/ml	1.000	ITEM CANCELADO NO JULGAMENTO	
48.	Ondansetrona 2mg/ml	18.000	R\$ 2,38	R C ZAGALLO MARQUES & CIA LTDA
49.	Pantoprazol 40mg pó liofilizado	40.000	R\$ 7,75	NORD PRODUTOS EM SAUDE LTDA
50.	Papaverina (cloridrato) 50mg/ml	600	R\$ 13,60	ALTAMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA
51.	Protamina (cloridrato) 10mg/ml	10.000	ITEM CANCELADO NO JULGAMENTO	
52.	Sugamadex sódico 100mg/mL	1.000	R\$ 55,00	HOSPFAR INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS
53.	Tenoxicam 20mg pó liofilizado	2.000	R\$ 7,00	CRISTALIA PRODUTOS QUIMI-COS FARMACEUTICOS LTDA
54.	Tenoxicam 40mg pó liofilizado	1.000	R\$ 9,50	CRISTALIA PRODUTOS QUIMI-COS FARMACEUTICOS LTDA
55.	Terbulina (sulfato) 0,5mg/ml	2.000	R\$ 1,92	POLYMEDH. LTDA
56.	Tiamina+Piridoxina+Cianocobalamina (Vit. B1, B6 e B12)	2.000	ITEM CANCELADO NO JULGAMENTO	
57.	Vasopressina 20 UI/mL	2.500	ITEM CANCELADO NO JULGAMENTO	
58.	Vitamina Complexo B	6.000	R\$ 1,52	POLYMED. LTDA
59.	Vitamina C 100mg/ml	4.000	R\$ 1,12	FARMACE - INDUSTRIA QUIMI-CO-FARMACEUTICA CEARENSE
60.	Vitamina K/ Fitomenadiona IM 10mg/ml	3.000	R\$ 2,60	R C ZAGALLO MARQUES & CIA LTDA

TOTAL DO PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 34/FHCGV/2023:
R\$ 4.442.055,00 (Quatro milhões, quatrocentos e quarenta e dois mil, e cinquenta e cinco reais).
Belém/PA, 07 de julho de 2023.
Heloisa Maria Melo e Silva Guimarães.
Ordenadora Responsável

Protocolo: 960639
HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 31/FHCGV/2023.
OBJETO: A presente licitação tem por objeto o Registro de Preços para aquisição eventual de introdutores a serem utilizados nos procedimentos realizados no Serviço de Hemodinâmica em pacientes do SUS, para atender à necessidade da Fundação Pública Estadual Hospital de Clínicas Gaspar Vianna (FPEHCGV).
EMPRESA(S) VENCEDORA(S):

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QUANT	VALOR UNITÁRIO	VENCEDOR
1.	Introdutor 4F Radial, com válvula hemostática, agulha de punção e fio guia, tamanho aproximado de 11cm	20	ITEM CANCELADO NO JULGAMENTO	
2.	Introdutor 5F Radial, com válvula hemostática, agulha de punção e fio guia, tamanho aproximado de 11cm	600	R\$ 45,00	BIOMEDICAL PRODUTOS CIENTIFICOS MEDICOS E HOSPITALARES S A
3.	Introdutor 5F Femoral, com válvula hemostática, agulha de punção e fio guia, tamanho aproximado de 11cm	500	R\$ 35,00	BIOMEDICAL PRODUTOS CIENTIFICOS MEDICOS E HOSPITALARES S A
4.	Introdutor 6F valvulado aramado Contra- lateral 45cm ponta reta	30	R\$ 930,00	BIOLINE COMERCIAL LTDA.
5.	Introdutor 6F valvulado aramado Contra- lateral 45cm ponta curva	30	R\$ 950,00	MSB MEDICAL SYSTEM DO BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS MEDICOS LTDA
6.	Introdutor 6F longo valvulado aramado 90cm ponta reta	30	R\$ 703,00	MSB MEDICAL SYSTEM DO BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS MEDICOS LTDA
7.	Introdutor 6F longo valvulado aramado 90cm ponta curva	30	ITEM CANCELADO NO JULGAMENTO	
8.	Introdutor 7F valvulado aramado Contra- lateral 45cm ponta reta	20	ITEM CANCELADO NO JULGAMENTO	
9.	Introdutor 7F valvulado aramado Contra- lateral 45cm ponta curva	20	R\$ 1.400,00	MSB MEDICAL SYSTEM DO BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS MEDICOS LTDA
10.	Introdutor 8F valvulado aramado 45cm ponta reta	30	ITEM CANCELADO NO JULGAMENTO	
11.	Introdutor 8F valvulado aramado 45cm ponta curva	30	ITEM CANCELADO NO JULGAMENTO.	

12.	Introdutor 10F Femoral, com válvula hemostática, agulha de punção e fio guia, tamanho aproximado de 11cm	20	R\$ 125,00	LAIBO MEDICAL PRODUTOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA
-----	--	----	------------	--

TOTAL DO PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 31/FHCGV/2023:
R\$ 152.490,00 (Cento e cinquenta e dois mil, quatrocentos e noventa reais).
Belém/PA, 07 de julho de 2023.
Heloisa Maria Melo e Silva Guimarães.
Ordenadora Responsável

Protocolo: 960684
HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 58/FHCGV/2023.
OBJETO: Aquisição eventual de Solução de eletrólitos via endovenosa para atender à necessidade de 12 (doze) meses na FHCGV.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QUANT	VALOR UNITÁRIO	VENCEDOR
1.	Solução de eletrólitos pH 7,4 concentrações aproximadas em cada 100mL: 526 mg de Cloreto de sódio, 502 mg de Gluconato de sódio, 368 mg de acetato de sódio tri-hidratado, 37 mg de Cloreto de potássio, 30 mg de Clo- reto de magnésio, hidróxido de sódio para ajuste de pH 7,4 (6,5 - 8,0) Os- molaridade: 294 mosmol/L	3.500	R\$ 27,78	HALEX ISTAR INDUSTRIA FARMACEUTICA SA

TOTAL DO PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 58/FHCGV/2023:
R\$ 97.230,00 (Noventa e sete mil, duzentos e trinta reais).
Belém/PA, 07 de julho de 2023.
Heloisa Maria Melo e Silva Guimarães.
Ordenadora Responsável

Protocolo: 960672
HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 53/FHCGV/2023.
OBJETO: A presente licitação tem por objeto o Registro de Preços para aquisição eventual de próteses penianas em regime de antecipação para realização de procedimentos de cirurgia urológica em pacientes do SUS, por um período de 12 (doze) meses.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QUANT	VALOR UNITÁRIO	VENCEDOR
1.	Prótese peniana tipo maleável, modelo articulável, matéria prima elastômero de silicone grau médico, tipo estrutura haste interna de prata, componente 2 cilindros, diâmetro cerca de 09 a 11 mm, comprimento cerca de 10 a 25 cm, componente adicional c/ extensor de ponta, esterilidade estéril.	16	R\$ 1.760,00	GUILBER FARMACEUTICA COMERCIO LTDA

TOTAL DO PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 53/FHCGV/2023:
R\$ 28.160,00 (Vinte e oito mil, cento e sessenta reais).
Belém/PA, 07 de julho de 2023.
Heloisa Maria Melo e Silva Guimarães.
Ordenadora Responsável.

Protocolo: 960704
HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 18/FHCGV/2023.
OBJETO: A presente licitação tem por objeto o Registro de Preços para aquisição eventual de Soluções Parenterais de Pequeno e Grande Volume e outros produtos padronizados, para atender a necessidade de 12 meses nas clínicas, unidades de terapia intensiva, ambulatório, centro cirúrgico e obstétrico da Fundação Pública Estadual Hospital de Clínicas Gaspar Vianna (FHCGV).
EMPRESA(S) VENCEDORA(S):

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QUANT	VALOR UNITÁRIO	VENCEDOR
1.	Digoxina (elixir pediátrico) 0,05mg/ml	100	ITEM DESERTO	
2.	Escina associada gel ou Polissulfato 10mg/g + salicilato dietilamônio gel 50mg/g	200	ITEM DESERTO	
3.	Fosfato de sódio (mono e dibásico), 160 mg/mL + 60 mg/mL, uso retal	800	ITEM CANCELADO NO JULGAMENTO	
4.	Fumarato de Formoterol dihidratado/bude- sonida 6mcg + 200 mcg, 120 doses	200	ITEM DESERTO	
5.	Hidrocortisona, acetato 10 mg/g (1%), creme, uso Adulto/Pediátrico	200	R\$ 11,58	LOBATO COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA
6.	Ibuprofeno 100 mg/mL suspensão oral, uso Adulto/Pediátrico	200	ITEM CANCELADO NO JULGAMENTO	
7.	Potássio (cloreto) 60mg/ml xarope	1.500	ITEM CANCELADO NO JULGAMENTO	
8.	Prednisolona, fosfato sódico 3mg/mL, so- lução oral, uso Adulto/Pediátrico	200	R\$ 9,48	LOBATO COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA
9.	Salbutamol 2mg/5ml xarope	300	ITEM CANCELADO NO JULGAMENTO	
10.	Salbutamol spray 100 mcg	500	ITEM CANCELADO NO JULGAMENTO	
11.	Vitamina A + D gotas	400	R\$ 6,10	A J COMERCIO ATACADISTA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALAR LTDA
12.	Iobitridol Aquoso a 65,81% com teor de iodo 300 mg/mL ou análogo	10.000	ITEM CANCELADO NO JULGAMENTO	
13.	Ioxitalamato de Meglumina de sódio ou análogo	8.000	ITEM CANCELADO NO JULGAMENTO	
14.	Ácido fólico 5mg	5.000	R\$ 0,07	ONCONORTE LTDA
15.	Ácido fólico 15mg	500	ITEM CANCELADO NO JULGAMENTO	
16.	Bisacodil 5 mg, uso oral, Adulto/Pediátrico	2.000	R\$ 0,31	LOBATO COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA
17.	Cálcio (carbonato) 500mg	2.000	ITEM CANCELADO NO JULGAMENTO	
18.	Captopril 12,5 mg	15.000	ITEM CANCELADO NO JULGAMENTO	
19.	Cilostazol 100mg	30.000	R\$ 0,70	A J COMERCIO ATACADISTA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALAR LTDA

20.	Cimetidina 200 mg	5.000	ITEM CANCELADO NO JULGAMENTO	
21.	Clopidogrel 75mg	25.000	ITEM CANCELADO NO JULGAMENTO	
22.	Diclofenaco de Sódio 50mg	3.000	ITEM CANCELADO NO JULGAMENTO	
23.	Diltiazem (cloridrato) 60mg	3.500	R\$ 0,45	A J COMERCIO ATACADISTA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOS- PITALAR LTDA
24.	Glimepirida 2mg	1.200	ITEM CANCELADO NO JULGAMENTO	
25.	Hidralazina (cloridrato) 25mg	30.000	ITEM CANCELADO NO JULGAMENTO	
26.	Hidralazina (cloridrato) 50mg	30.000	ITEM CANCELADO NO JULGAMENTO	
27.	Levotiroxina sódica 25mcg	10.000	ITEM CANCELADO NO JULGAMENTO	
28.	Minoxidil 10mg	1000	ITEM DESERTO	
29.	Nifedipina 20mg	22.000	ITEM CANCELADO NO JULGAMENTO	
30.	Propranolol (cloridrato) 40mg	10.000	R\$ 0,06	ONCONORTE LTDA
31.	Varfarina 5mg	3.000	ITEM CANCELADO NO JULGAMENTO	
32.	Vitaminas do Complexo B	2.000	ITEM CANCELADO NO JULGAMENTO	

TOTAL DO PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 18/FHCGV/2023:
R\$ 30.797,00 (trinta mil, setecentos e noventa e sete reais).
Belém/PA, 07 de julho de 2023.
Heloisa Maria Melo e Silva Guimaraes.
Ordenadora Responsável

Protocolo: 960725

FÉRIAS

PORTARIA Nº 306, DE 03 DE JULHO DE 2023

A Diretora Presidente da Fundação Pública Estadual Hospital de Clínicas Gaspar Vianna, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo De-
creto de 02 de fevereiro de 2023, publicado no DOE nº 35.277 de 03 de
fevereiro de 2023.

RESOLVE,
CONCEDER, férias regulamentares aos servidores abaixo relacionados, lo-
tados na Fundação Pública Estadual Hospital de Clínicas Gaspar Vianna,
referente ao mês de JULHO 2023.

PERÍODO AQUISITIVO 2019/2020

MATRICULA	NOME	PERÍODO
54189312	2	GABRIELA MARIA COIMBRA COELHO DE ASSIS
		03/07/2023 01/08/2023

PERÍODO AQUISITIVO 2020/2021

MATRICULA	NOME	PERÍODO
54193825	1	ANA MARIA MOREIRA DA SILVA CAPELONI
57234063	1	ANGELA MARIA DE OLIVEIRA BARBOSA
54193859	1	CARMEN CECILIA GUILHON LOBO
54187974	1	CLAUDIA DZIMIDAS HABER
57192083	1	EDVANILZA PEREIRA FERREIRA
57175392	1	EMILIA SANTOS SILVA CAMPOS
57188739	1	FABIO JUNIO BENICIO DA SILVA
55587314	1	JOYCE COUTO DA SILVA
5892417	1	MARCIA DA CONCEICAO CARDOSO DE SOUZA
55590231	1	NOELLE OLIVEIRA GOMES
		17/07/2023 15/08/2023

PERÍODO AQUISITIVO 2021/2022

MATRICULA	NOME	PERÍODO
57192995	1	ADIB KOURY JUNIOR
54184617	2	ADRIANA FREIRE NERY MARTINS
55586077	1	ADRIANA VALLE DE LIMA
57189548	1	ADRIANE MARLUCI LIMA RODRIGUES
54195128	1	ANA CLAUDIA DA SILVA SOUSA
54181301	3	ANDREA RODRIGUES TORRES ANDRADE
54184207	2	ANDREZZA CRISTINA GOMES DE SOUZA
57196719	1	ANNE CAROLINE GONCALVES LIMA
57174454	2	CHEHDEN BITAR DE MESQUITA
5785073	2	CRISTIAN GARCIA DA MOTA
54193612	1	CRISTINA TEREZA BRITO
57193883	1	DANIELE FARIAS DAS CHAGAS
57192068	1	DANIELLE CONCEICAO MACHADO
54193866	1	DEISE MARIA CAMPOS BARROSO
57228484	1	DEVISON OLIVEIRA DE CARVALHO
5635535	2	EDIANA COELHO DOS SANTOS
54187937	2	EDIANE VANISE PINHEIRO CAVALCANTE
57192787	1	EDIVALDO DE SA GONCALVES
54191784	1	ELAINE CRISTINA OLIVEIRA LOPES
57188319	1	ELANA CLAUDIA FARIAS FERREIRA
5052289	1	FELIPE JOSE GILLET MONTEIRO
57192290	1	FRANCISCA NAZARE SARATIVA DE LIMA LOURINHO
123021	1	FRANCISCO RUY SILVA MATOS
57188322	1	FRANK DIAS DOS SANTOS
57193708	1	GLEICE ALESSANDRA PANTOJA PORTUGAL RIBEIRO
54193607	1	GLEISSON FERNANDES SANTOS DOS SANTOS
57192238	1	GRACIETE MATOS DA SILVA
5739942	1	HOSANA DE NAZARE MIRANDA DE CARVALHO
57192271	1	IRENE CRISTINA DA SILVA MOURA
57195072	2	JOSE MACIEL CALDAS DOS REIS
57192292	1	JULIENE JENIFFER DA CUNHA MAIA
723304	5	KAREN SOARES XAVIER
57188534	1	KELLY CRISTINA GONCALVES MARTINS
54187844	1	LUCIANE OLIVEIRA MENDES LOBATO
54192674	1	LUCIANE VALE MORAES
54195174	1	MARCIA PAULA DOS SANTOS CORDEIRO
54195174	2	MARCIA PAULA DOS SANTOS CORDEIRO
54185451	2	MARCONDES TAVARES NEVES JUNIOR
		01/07/2023 30/07/2023

101591	1	MARIA DE NAZARE COSTA PEREIRA	01/07/2023 30/07/2023
57188554	1	MARIA DO SOCORRO CAVALCANTE DE CARVALHO	01/07/2023 30/07/2023
57188559	1	MARIA LIDUINA MENDONCA DE SOUZA SARMANHO	03/07/2023 01/08/2023
729817	5	MARIO ANTONIO MORAES VIEIRA	03/07/2023 01/08/2023
54184764	2	MARIO ROBERTO FREIRE LOBATO	03/07/2023 01/08/2023
5829321	2	MAURICIO SOARES CARNEIRO	16/07/2023 14/08/2023
3404374	2	OSVALDO DA SILVA PEIXOTO	03/07/2023 01/08/2023
5889272	1	RAFAELA SANTOS ARAUJO	13/07/2023 11/08/2023
5313783	2	RITA DE CASSIA CARVALHO DA SILVA	03/07/2023 01/08/2023
5813522	2	SANDRA REGINA MONTEIRO FERREIRA	01/07/2023 30/07/2023
54184432	2	SHIRLEY RAIMUNDA VANZELER BARROS	03/07/2023 01/08/2023
5836360	2	SILVANA FRANCA VALE	01/07/2023 30/07/2023
5851149	2	SILVIA HELENA SILVA DO NASCIMENTO	03/07/2023 01/08/2023
3257975	1	SILVIA LUCIA SOUZA COSTA	17/07/2023 15/08/2023
57197324	1	SOCORRO DE NAZARE MAIA VIEIRA DIAS	03/07/2023 01/08/2023
54191791	1	WANGLEYSON KELLON LUGLIME OLIVEIRA DA COSTA	01/07/2023 30/07/2023

PERÍODO AQUISITIVO 2022/2023

MATRICULA	NOME	PERÍODO
5955229	2	ABEL DOS SANTOS
5955144	2	ADALBERTO ROSA NETO
54190931	1	ADRIELE JULIANA DUARTE DE MEDEIROS DE SOUZA
5077680	1	AGNALDO SEVERO LOURINHO DE ABREU
54189111	1	ALDAIR DA SILVA GUTERRES
54193865	1	ALEX D ALBUQUERQUE SILVA
57217275	4	ALEXANDRE SAMPAIO SOUSA
6060963	3	ALINE LEILA THEREZO MARTINS
724580	1	AMAURI DA COSTA DUARTE
57196723	1	ANA CLAUDIA DAS NEVES LOPES
5889698	1	ANA LUCIA CORREA DA SILVA NUNES
5294916	3	ANA ROSA FRANCO DE MENEZES
54189125	1	ANDRE LUIS BONIFACIO DE AMORIM
5326214	2	ANDREA CRISTINA PEREIRA DOS SANTOS AZEVEDO
5908949	3	ANTONIO PEREIRA DA COSTA
5966083	1	BENILDA LUCIA NERY GUERREIRO DE LIMA
5265371	3	BERNADETE DE LOURDES SALIM FROTA LIMA
5963770	1	BIANCA PINTO CUNHA
5896724	1	BRUNO GOUVEA DE QUEIROZ
54188942	1	CAMILA DO SOCORRO DE OLIVEIRA MOREIRA DA SILVA
5964246	1	CAROLINE SANTOS DA FONSECA
5154510	1	CELIA NADIA ROCHA DE OLIVEIRA
54189604	1	CLEIDE DO SOCORRO DA SILVA
54189199	2	DALVA BASTOS E SILVA COUTINHO
57198490	1	DANIELE CRISTINA DE SOUZA RIBEIRO
57173312	1	DANIELLE CRISTINA SILVA DO NASCIMENTO COSTA
5077249	1	DEBORA CORREA PAMPLONA ARRUDA
54195820	1	DIONE DO SOCORRO ALVES VALENTE
5302196	2	EDINEA MONTEIRO CORREA
54190626	2	EDUARDO PIOTTO LEONARDI
54190626	1	EDUARDO PIOTTO LEONARDI
54190578	1	ELIZETE MENESES CUENTRO
54186046	2	ELSON SANTA BRIGIDA QUADROS
5966091	1	ERNANDA DA CONCEICAO DIAS
5150922	1	EVANILDO DAS NEVES GOUVEA
5955027	2	FABIO KADRATZ KLEMZ
5889297	1	FELICIANO DE ARAGAO PONTE NETO
5898322	1	FRANCILENI CARVALHO MONTEIRO
5937968	2	GEISIANE SERRAO DE CASTRO
2059320	1	GERALDA VIEIRA SOARES
57194996	2	GERLANDIA DEIVES DE OLIVEIRA CAMPOS CAVALCANTE
57194996	1	GERLANDIA DEIVES DE OLIVEIRA CAMPOS CAVALCANTE
54189934	1	GILDETE DOS SANTOS SILVA
57188329	1	GLAUCIMAR DIAS FRANCA
54190674	1	IVONE DA SILVA SANTOS
54190652	1	JACEMIR PAULO FERREIRA MENDONCA
729795	1	JAIRO GUILHERME GONZAGA DE VASCONCELOS
5963739	1	JANAINA GOMES DE LUCENA DE SOUZA
57195086	1	JAQUELINE DA SILVA CHAVES COLINS
5964155	1	JESSICA JANAINA DE MEDEIROS BISSI
5942952	3	JESSICA LORENA ALVES
5904446	2	JESSICA RODRIGUES DE SOUSA
57197793	1	JOELMA MORAES MAIA CAMPOS DE CARVALHO
57194548	1	JORGE LUIS PEREIRA CARMO SEGUNDO
55208309	1	JUCILEA DAMASCENO DOS SANTOS
54190643	1	JUCILENE REIS COSTA
5959915	2	JULIANA LISBOA MARTINS
3206424	2	LUIS CARLOS FERREIRA LIMA
57192778	1	MARCIA CLIVER BAIA DOS SANTOS
54195840	1	MARIA CLAUDIA DUARTE DA CONCEICAO
5130751	1	MARIA DO SOCORRO PEREIRA DE ALMEIDA
5557330	5	MARLENI DO SOCORRO PINHEIRO GONCALVES
5828880	2	MARLI SANTOS DO MONTE AZEVEDO
5938304	2	MARLUCE DE NAZARE DE JESUS SANTIAGO
57233812	2	MERI ONICE MORAES DOS SANTOS
57197612	1	NAILTON MARTINS DE OLIVEIRA
54196763	4	NATHALIA OLIVEIRA NEVES FREITAS
5090440	1	NAZEAZENO ROCHA PIRES
5903800	4	NICOLLI PATRICIA VIEIRA PEREIRA MENDES
57224492	1	PRISCILA DO SOCORRO DOS SANTOS GONCALVES
55208306	1	RENATA LEDO DE SOUZA FERNANDES
5636450	1	RENATA MARIA COUTINHO ALVES
54196944	1	RODOLFO VALENTIM CARVALHO DO NASCIMENTO
5964168	1	SANAIRA SUYAN LIMA SOARES
57188565	1	SAVINA MARIA VIANA PANTOJA
		13/07/2023 11/08/2023

5828244	4	SERGIO FIGUEIREDO DE LIMA JUNIOR	03/07/2023	01/08/2023
57195653	1	SILVANA LOBATO GOMES TEIXEIRA	03/07/2023	01/08/2023
54197108	1	SILVANA MARIA BATISTA DA COSTA	16/07/2023	14/08/2023
73504044	1	SILVIA ATAIDE DA SILVA	13/07/2023	11/08/2023
57197914	1	SILVIA BERNADETE DA SILVA SIMOES	10/07/2023	08/08/2023
5963572	2	TAIS QUINTELA MANDELSTAM FERNANDEZ	16/07/2023	14/08/2023
57194183	1	THAIS MOJANE DA LUZ LISBOA	01/07/2023	30/07/2023
5158117	1	WALTER FERREIRA DE ABREU	02/07/2023	31/07/2023

PERÍODO AQUISITIVO 2023/2023

MATRICULA	NOME	PERÍODO
5091390	3 HAROLDO KOURY MAUES	13/07/2023 01/08/2023

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.
HELOISA MARIA MELO E SILVA GUIMARAES
Diretora Presidente FHCGV

Protocolo: 960641

Lotação: Diretoria de Planejamento
Período: 03/07 a 01/08/2023
Nº de dias: 30 (trinta)
Triênio: 29/12/2009 a 28/12/2012.
PORTARIA Nº 271 DE 06 DE JULHO DE 2023
Servidor (a): NESTOR SILVA DE JESUS
Id. Funcional: 2047039/1
Cargo: Operador de Máquinas
Lotação: 9º Núcleo Regional
Período: 01/06 a 30/07/2023
Nº de dias: 60 (sessenta)
Triênio: 01/08/1974 a 31/07/1977
ANA CAROLINA RIBEIRO RODRIGUES
Coordenador Financeiro

Protocolo: 960835

HOSPITAL REGIONAL DE CAMETÁ

DIÁRIA

PORTARIA: 076/2023, Cametá, 03/07/2023
NOME: MANOEL LAUDELINO VALENTE COSTA
MATRÍCULA: 57210035-1
CARGO/FUNÇÃO: MOTORISTA
OBJETIVO: Realizar transporte de Hemocomponentes do HENAB (Abaeteta) para o Hospital Regional de Cametá.
ORIGEM: CAMETÁ
DESTINO: ABAETETUBA
PERÍODO: 03 à 04/07/2023
Nº DE DIÁRIAS: 1,5 (uma e meia) diárias
VALOR DAS DIÁRIAS: R\$ 356,07
(Trezentos e Cinquenta e Seis Reais e Sete Centavos)
REGISTRA-SE, PUBLICA-SE E CUMPRASE.
MARCELO VEIGA COSTA
DIRETOR DO HRC
PORTARIA: 077/2023, Cametá, 06/07/2023
NOME: MARCELO VEIGA COSTA
MATRÍCULA: 5967228-1
CARGO/FUNÇÃO: DIRETOR
OBJETIVO: Resolver demandas de gestão do HRC na SAGA/SESPA (Secretaria adjunta de Gestão administrativa).
ORIGEM: CAMETÁ
DESTINO: BELÉM
PERÍODO: 06/07/2023
Nº DE DIÁRIAS: 1 (uma) diária
VALOR DAS DIÁRIAS: R\$ 237,38
(Duzentos e Trinta e Sete Reais e Oito Centavos)
REGISTRA-SE, PUBLICA-SE E CUMPRASE.
MARCELO VEIGA COSTA
DIRETOR DO HRC
PORTARIA: 078/2023, Cametá, 06/07/2023
NOME: JOSÉ ADELERMO CAVALHO RODRIGUES
MATRÍCULA: 57206620-1
CARGO: MOTORISTA
OBJETIVO: Transportar em veículo oficial o diretor para resolver demandas de gestão do HRC na SAGA/SESPA (Secretaria adjunta de Gestão administrativa).
ORIGEM: CAMETÁ
DESTINO: BELÉM
PERÍODO: 06/07/2022
Nº DE DIÁRIAS: 1 (uma) diária
VALOR DAS DIÁRIAS: R\$ 237,38
(Duzentos e Trinta e Sete Reais e Oito Centavos)
REGISTRA-SE, PUBLICA-SE E CUMPRASE.
MARCELO VEIGA COSTA
DIRETOR DO HRC

Protocolo: 960416

SECRETARIA DE ESTADO
DE TRANSPORTES

LICENÇA PRÊMIO

Assunto: Licença Prêmio
PORTARIA Nº 270 DE 06 DE JULHO DE 2023
Servidor (a): ANTONIO NOÉ CARVALHO DE FARIAS
Id. Funcional: 2035391/1
Cargo: Engenheiro Civil

DIÁRIA

ASSUNTO: DIÁRIAS
PORTARIA Nº 273 de 06 de julho de 2023
Fundamento Legal: Art. 145 da Lei 5.810/94
PAE nº 2023/763755
Objetivo: Fiscalizar obras de conservação e manutenção nos municípios de Oeiras e Portel.
Origem: Belém
Destino(s): Oeiras e Portel
Servidor (a): Emerson Evandro de Araújo Braga
Cargo: Gerente
Id. Funcional: 5964615/1
Período: 17 a 22/07/2023
Diária(s): 5,5 (cinco e meia)
PORTARIA Nº 274 de 06 de julho de 2023
Fundamento Legal: Art. 145 da Lei 5.810/94
PAE nº 2023/767438
Objetivo: O servidor se deslocará para fiscalizar obras nos municípios de Santarém.
Origem: Belém
Destino(s): Santarém
Servidor (a): Leno Augusto Machado Barbosa
Cargo: Supervisor Técnico
Id. Funcional: 5947412/1
Período: 17 a 21/07/2023
Diária(s): 4,5 (quatro e meia)
PORTARIA Nº 275 de 06 de julho de 2023
Fundamento Legal: Art. 145 da Lei 5.810/94
PAE nº 2023/763668
Objetivo: O Engenheiro se deslocará para fiscalizar obras no município de Breu Branco.
Origem: Belém
Destino(s): Breu Branco
Servidor (a): Emerson Evandro de Araújo Braga
Cargo: Gerente
Id. Funcional: 5964615/1
Período: 25 a 26/07/2023
Diária(s): 1,5 (uma e meia)
PORTARIA Nº 277 de 06 de julho de 2023
Fundamento Legal: Art. 145 da Lei 5.810/94
PAE nº 2023/763619
Objetivo: O Engenheiro se deslocará para fiscalizar obras na PA – 256 entre as Rodovias BR – 010 (Paragominas) e PA – 475 (Tailândia) de lotes 1,2 e mais 16 pontes ao longo da PA – 256.
Origem: Belém
Destino(s): Tomé Açu/Paragominas
Servidor (a): Marcelo Augusto Silva Gonzaga
Cargo: Gerente
Id. Funcional: 5963148/1
Período: 17 a 21/07/2023
Diária(s): 4,5 (quatro e meia)
PORTARIA Nº 278 de 06 de julho de 2023
Fundamento Legal: Art. 145 da Lei 5.810/94
PAE nº 2023/764052
Objetivo: Fiscalizar obras nos municípios de Salinas - PA - 324.
Origem: Belém
Destino(s): Salinas
Servidor (a): Raimunda Alcilene Mendes dos Santos
Cargo: Gerente
Id. Funcional: 5947119/2
Período: 03 a 04/07/2023
Diária(s): 1,5 (uma e meia)
PORTARIA Nº 279 de 06 de julho de 2023
Fundamento Legal: Art. 145 da Lei 5.810/94
PAE nº 2023/763814
Objetivo: O Eng.º se deslocará para fiscalizar obras nos municípios de Bragança.
Origem: Belém
Destino(s): Bragança
Servidor (a): Emerson Evandro de Araújo Braga
Cargo: Gerente
Id. Funcional: 5964615/1
Período: 11 a 12/07/2023
Diária(s): 1,5 (uma e meia)

PORTARIA Nº 280 de 06 de julho de 2023
Fundamento Legal: Art. 145 da Lei 5.810/94
PAE nº 2023/763915
Objetivo: O Engenheiro se deslocará para fiscalizar obras no município de Vizeu.
Origem: Belém
Destino(s): Viseu
Servidor (a): Emerson Evandro de Araújo Braga
Cargo: Gerente
Id. Funcional: 5964615/1
Período: 04 a 05/07/2023
Diária(s): 1,5 (uma e meia)

PORTARIA Nº 281 de 06 de julho de 2023
Fundamento Legal: Art. 145 da Lei 5.810/94
PAE nº 2023/763957
Objetivo: O Engenheiro se deslocará para fiscalizar as obras de ponte sobre o rio Fresco em São Félix do Xingu PA - 279 .
Origem: Belém
Destino(s): Tomé Açu/Paragominas
Servidor (a): Afonso Costa Picanço
Cargo: Gerente
Id. Funcional: 5963148/1
Período: 17 a 21/07/2023

PORTARIA Nº 282 de 06 de julho de 2023
Fundamento Legal: Art. 145 da Lei 5.810/94
PAE nº 2023/764023
Objetivo: PA -154 Fiscalizar pontes sobre o rio Camarazinho e os serviços de manutenção dos municípios de Soure, Salvaterra e Cachoeira.
Origem: Belém
Destino(s): Soure
Servidor (a): Afonso Costa Picanço
Cargo: Gerente
Id. Funcional: 5901792/3
Período: 04 a 05/07/2023
Diária(s): 1,5 (uma e meia)

PORTARIA Nº 283 de 06 de julho de 2023
Fundamento Legal: Art. 145 da Lei 5.810/94
PAE nº 2023/763979
Objetivo: O Eng.º se deslocará para fiscalizar obra da PA - 159 trecho pe-rímetro urbano de Breves/Vila Aprocotane em Breves.
Origem: Belém
Destino(s): Breves
Servidor (a): Afonso Costa Picanço
Cargo: Gerente
Id. Funcional: 5901792/1
Período: 13 a 15/07/2023
Diária(s): 2,5 (duas e meia)
ANA CAROLINA RIBEIRO RODRIGUES
Coordenador Financeiro

Protocolo: 960824

AGÊNCIA ESTADUAL DE REGULAÇÃO
E CONTROLE DE SERVIÇOS PÚBLICOS

PORTARIA

PORTARIA Nº 538/2023 – ARCON-PA/CAF
Belém, 06 de julho de 2023.
O Diretor Geral da Agência de Regulação e Controle de Serviços Públicos do Estado do Pará - ARCON, no exercício de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº. 6.099/ 97, e;
Dispõe sobre a designação de administrador de contrato, atendendo as disposições da Lei 8.666/93 e suas alterações.
RESOLVE:
I - DESIGNAR a servidora Maria do Socorro neves Prado, Supervisora I, matrícula nº 3195686/1, CPF: 132.942.292-91 como administradora do CONTRATO N.º 19/2022 da empresa CLARO S.A, com objetivo, PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TELEFONIA FIXA.
II - Na ausência ou impedimento do servidor caberá a Administração a servidora Mariana Pereira de Holanda Fabbri, Auxiliar em Regulação de Serviços Públicos, matrícula nº 8002834/1, com as mesmas atribuições referentes à contratação nos termos do contrato.
III - Caberá ao servidor designado, anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, bem como, efetivar os atos que dizem respeito ao cumprimento dos prazos, vigência e atesto das notas fiscais, determinando quando for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.
IV - As decisões e providências que ultrapassarem a competência do servidor deverão ser solicitadas a seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes. A presente designação terá validade durante toda a vigência do contrato.
V - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE,
EURIPEDES REIS DA CRUZ FILHO

Protocolo: 960529

PORTARIA Nº 537/2023 – ARCON-PA/CAF
Belém, 06 de julho de 2023.
O Diretor Geral da Agência de Regulação e Controle de Serviços Públicos do Estado do Pará - ARCON, no exercício de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº. 6.099/ 97, e;
Dispõe sobre a designação de administrador de contrato, atendendo as disposições da Lei 8.666/93 e suas alterações.
RESOLVE:
I - DESIGNAR a servidora Maria do Socorro neves Prado, Supervisora I, matrícula nº 3195686/1, CPF: 132.942.292-91 como administradora do CONTRATO N.º 07/2023 da empresa BELÉM RIO SEGURANÇA LTDA, com objetivo de PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA PATRIMONIAL OS-TENSIVA ARMADA.
II - Na ausência ou impedimento do servidor caberá a Administração a servidora Mariana Pereira de Holanda Fabbri, Auxiliar em Regulação de Serviços Públicos, matrícula nº 8002834/1, com as mesmas atribuições referentes à contratação nos termos do contrato.
III - Caberá ao servidor designado, anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, bem como, efetivar os atos que dizem respeito ao cumprimento dos prazos, vigência e atesto das notas fiscais, determinando quando for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.
IV - As decisões e providências que ultrapassarem a competência do servidor deverão ser solicitadas a seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes. A presente designação terá validade durante toda a vigência do contrato.
V - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE,
EURIPEDES REIS DA CRUZ FILHO
Diretor Geral da ARCON-PA

Protocolo: 960524

PORTARIA Nº 528/2023– ARCON-PA, 04 DE JULHO DE 2023
O Diretor-Geral da Agência de Regulação e Controle de Serviços Públicos do Estado do Pará – ARCON-PA, usando das atribuições conferidas pela Lei nº 6.099, de 30 de dezembro de 1997, e alterações introduzidas pela Lei nº 6.838, de 20 de fevereiro de 2006 e considerando o disposto no art. 74 da Lei nº 5.810, de 24 de janeiro de 1994;RESOLVE:I – CONCEDER férias regulamentares aos servidores abaixo:

MATRÍCULA	NOME	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO
54190977/1	Ademir Antonio Silveira Junior	10/07/2022 a 09/07/2023	17/08/2023 a 15/09/2023
3255336/1	Américo Herialdo de Castro Ribeiro	10/08/2022 a 09/08/2023	18/08/2023 a 30/08/2023
5852129/3	Adolfo Maia da Costa Junior	10/12/2020 a 09/12/2021	01/08/2023 a 10/08/2023
54188342/1	Christina Ribeiro Santos	04/01/2022 a 03/01/2023	21/08/2023 a 30/08/2023
5947459/1	Dayanne Matos das Chagas	01/04/2022 a 31/03/2023	07/08/2023 a 05/09/2023
5946213/1	Edmilson Souza da Silva Junior	30/01/2022 a 29/01/2023	03/08/2023 a 17/08/2023
5947418/1	Evandro Borges de Queiroz	01/04/2022 a 31/03/2023	01/08/2023 a 30/08/2023
5900896/2	Hildegardes de Lima Abdon	30/01/2022 a 29/01/2023	17/07/2023 a 31/07/2023
54180861/1	Gerson Antonio Jose Lisboa	01/07/2020 a 30/06/2021	09/08/2023 a 23/08/2023
5946036/1	Jean Luiz Brandão Quaresma	30/01/2022 a 29/01/2023	16/08/2023 a 31/08/2023
57221329/2	Jonathan Fernandes da Silva	05/04/2022 a 04/04/2023	07/08/2023 a 05/09/2023
5947523/1	Jose Francisco Santos Soares	01/04/2022 a 31/03/2023	01/08/2023 a 30/08/2023
5953882/1	Jeiphanie Almeida Guimarães	17/02/2022 a 16/02/2023	01/08/2023 a 30/08/2023
5948106/1	João Carlos Pereira de Souza	05/04/2022 a 04/04/2023	01/08/2023 a 30/08/2023
3272362/1	João Batista Henrique de Oliveira	22/04/2022 a 21/04/2023	01/08/2023 a 30/08/2023
2035677/1	Luiz Valdir Trindade de Lima	21/06/2022 a 20/06/2023	01/08/2023 a 30/08/2023
8002834/1	Mariana Pereira de Holanda Fabbri	05/04/2022 a 04/04/2023	01/08/2023 a 30/08/2023
5943617/2	Moises Rodrigues Figueiredo	10/12/2021 a 09/12/2022	01/08/2023 a 30/08/2023
2044293/1	Raimundo Nonato Pantoja da Silva	01/07/2022 a 30/06/2023	01/08/2023 a 30/08/2023
2029561/1	Paulo Lima dos Santos	25/01/2022 a 24/01/2023	01/08/2023 a 30/08/2023
2025043/1	Rosendo Caetano de Sarges	17/03/2021 a 16/03/2022	01/08/2023 a 30/08/2023
5952240/1	Valdomiro Soares Lopes	10/12/2021 a 09/12/2022	01/08/2023 a 30/08/2023

II –Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. EURIPEDES REIS DA CRUZ FILHODiretor-Geral – ARCON-PA

Protocolo: 959977

DESIGNAR SERVIDOR

PORTARIA Nº 529/2023 – ARCON – PA, 03 DE JULHO DE 2023.
O Diretor-Geral da Agência de Regulação e Controle de Serviços Públicos do Estado do Pará – ARCON-PA, usando das atribuições conferidas pela Lei Nº 6.099 de 30 de dezembro de 1997, e alterações introduzidas pela Lei nº 6.838 de 20 de fevereiro de 2006; Considerando o Processo Eletrônico N.º 2023/758318 – ARCON – DIG RESOLVE: I – DESIGNAR WILDSON ARAUJO DE MELLO, matrícula nº 5960869/1, a responder como DIRETOR GERAL, no período a contar de 10/07/2023 a 24/07/2023, durante as férias do Titular EURIPEDES REIS DA CRUZ FILHO, matrícula nº 5945659/1. II – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação. REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE. AGÊNCIA DE REGULAÇÃO E CONTROLE DE SERVIÇOS PÚBLICOS DO ESTADO DO PARÁ, 03 DE JULHO DE 2023. EURI-PEDES REIS DA CRUZ FILHO Diretor Geral – ARCON-PA

Protocolo: 958029

SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO E DA PESCA

PORTARIA

PORTARIA Nº 209 DE 06 DE JULHO DE 2023.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO E DA PESCA, no uso das atribuições que lhe foram delegadas pelo Decreto Governamental publicado no DOE nº 35.276 de 02 de fevereiro de 2023;

CONSIDERANDO o Processo nº 2023/555177

CONSIDERANDO o Decreto Estadual nº 870 de 04/10/2013;

R E S O L V E:

Art. 1º - DESIGNAR, o servidor FABIO HENRIQUE DE OLIVEIRA ALVES, matrícula nº 5917943/4, ocupante do cargo de Coordenador do Núcleo de Marabá, como Fiscal do Convênio nº 005/2023 - SEDAP, celebrado com o MUNICÍPIO DE NOVO REPARTIMENTO, CNPJ/MF sob o nº 34.626.416/0001-31; Art. 2º - São atribuições do FISCAL DO CONVÊNIO: I - Acompanhar e fiscalizar a execução do convênio sob sua responsabilidade e emitir respectivos relatórios; II - Propor a celebração de aditivos ou rescisão, quando necessário; III - Controlar o prazo de vigência do convênio sob sua responsabilidade; IV - Manter controle atualizado dos pagamentos efetuados, em ordem cronológica, cuidando para que o valor do convênio não seja ultrapassado; V - Comunicar formalmente à unidade competente, após contatos prévios com a conveniada, as irregularidades cometidas passíveis de penalidade; VI - Solicitar, à unidade competente, esclarecimentos acerca do convênio sob sua responsabilidade; VIII - Manter, sob sua guarda, cópia do processo de convênio; IX - Encaminhar, à autoridade competente, eventuais pedidos de modificações no cronograma físico-financeiro; Art. 3º. Fica garantido ao Fiscal do Convênio amplo e irrestrito acesso aos autos do processo administrativo relativo ao Convênio sob fiscalização. DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

GIOVANNI CORREA QUEIROZ

Secretário de Estado de Desenvolvimento Agropecuário e da Pesca.

Protocolo: 960562

LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

PORTARIA Nº 223 DE 07 DE JULHO DE 2023

O DIRETOR ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO, no uso das atribuições que lhe são conferidas

CONSIDERANDO, o processo nº 2023/783958

R E S O L V E:

CONCEDER licença saúde ao servidor, HILDENER HELBER DE AGUIAR FRANCO, mat. 19321/1, ocupante do cargo de Engenheiro Agrônomo, no período de 23/05/2023 a 20/08/2023, conforme laudo médico nº 104618 DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

MÁRCIO MARCELO DE SOUZA TRINDADE

Diretor Administrativo e Financeiro

Protocolo: 960667

TERMO ADITIVO A CONTRATO

2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 83/2021 - SEDAP

OBJETO: 1. PRORROGAR O PRAZO DE VIGÊNCIA DO INSTRUMENTO ORIGINÁRIO POR MAIS 12 (DOZE) MESES, A CONTAR DE 30 DE JUNHO DE 2023 A 29 DE JUNHO DE 2024; 2. REDUZIR O NÚMERO DE LICENÇAS DE USO DE SISTEMAS GLOBAIS DE 22 (VINTE E DUAS) PARA 12 (DOZE); 3. AUMENTAR A BANDA LARGA DAS UNIDADES ATIVAS EM RÁDIO DE 1MBPS PARA 5MBPS; 4. AUMENTAR A BANDA LARGA DA UNIDADE SEDE DA SEDAP DE 32MBPS PARA 97 MBPS.

DO VALOR: O NOVO VALOR MENSAL ESTIMADO DO CONTRATO SERÁ DE R\$ 30.715,23 (TRINTA MIL, SETENTOS E QUINZE REAIS E VINTE E TRÊS CENTAVOS). O NOVO VALOR GLOBAL ESTIMADO SERÁ DE R\$ 368.582,76 (TREZENTOS E SESSENTA E OITO MIL, QUINHENTOS E OITENTA E DOIS REAIS E SETENTA E SEIS CENTAVOS), CUJAS DESPESAS DECORRENTES DO PRESENTE INSTRUMENTO, CORRERÃO POR CONTA DE DOTAÇÃO PRÓPRIA DA CONTRATANTE.

DATA DE ASSINATURA: 29.06.2023.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: PROJETO ATIVIDADE: 8238/FONTE DE RECURSO: 01.500.0000.01/NATUREZA DE DESPESA: 339140/FUNÇÃO PROGRAMÁTICA: 20.126.1508.8238

CONTRATADO: EMPRESA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO DO ESTADO DO PARÁ - PRODEPA

JUSTIFICATIVA: PARA ATENDER INTERESSE PÚBLICO.

ENDEREÇO: RODOVIA AUGUSTO MONTENEGRO, KM 10, CENTRO ADMINISTRATIVO DO ESTADO, DISTRITO DE ICOARACI, CEP 66820-000, CIDADE DE BELÉM-PA

ORDENADOR: GIOVANNI CORREA QUEIROZ

Protocolo: 960694

CONVÊNIO

Convênio nº 006/2023 - SEDAP

Processo nº 2023/555387

Concedente: Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agropecuário e da Pesca. Objeto: Transferência voluntária para AQUISIÇÃO DE 01 (UMA) RETROESCA-VADEIRA, para atender as demandas do Município de Goianésia do Pará/PA. Representante do Município: Francisco David Leite Rocha

Data de assinatura: 07/07/2023.

Valor Total: R\$ 528.266,67 (Quinhentos e Vinte e Oito Mil, Duzentos e Sessenta e Seis Reais e Sessenta e Sete Centavos).

Valor da Contrapartida do Município: R\$ 28.266,67 (Vinte e Oito Mil, Duzentos e Sessenta e Seis Reais e Sessenta e Sete Centavos).

Dotação Orçamentária: Projeto Atividade: 8705; Elemento de Despesa: 444042; Fonte de Recursos: 01.500.0000.01; Função Programática: 20.608.1491.8705.

Prazo de Vigência: 10/07/2023 a 09/07/2024.

Conveniente: Município de Goianésia do Pará, CNPJ nº 83.211.433/0001-13.

Endereço: Rua Pedro Soares Oliveira, s/n, Bairro: Colegial, CEP: 68.639-000 - Estado do Pará.

Ordenador de Despesas: GIOVANNI CORREA QUEIROZ.

Protocolo: 960717

TERMO ADITIVO A CONVÊNIO

1º Termo Aditivo ao Convênio Nº 74/2022 - SEDAP

Data de assinatura: 30/06/2023.

Objeto: Alterações do Plano de Trabalho propostas pelo CONVENIENTE e prorrogação do prazo de vigência do Convênio nº 74/2022, por mais 12 (doze) meses, a contar do dia 01/07/2023 a 30/06/2024.

Conveniente: MUNICIPIO DE BELÉM.

Endereço: Praça Dom Pedro II, Palácio Antônio Lemos, Bairro da Cidade Velha, no Município de Belém, Estado do Pará, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 05.055.009/0001-13.

Ordenador: GIOVANNI CORREA QUEIROZ.

Protocolo: 960645

SUPRIMENTO DE FUNDO

PORTARIA DE SUPRIMENTO DE FUNDOS Nº 018/2023

FUNDAMENTO LEGAL: Lei nº 5.810/94, Art. 145. Estadual nº 1.180/2008 PRAZO PARA APLICAÇÃO: 60 DIAS PRAZO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS: 15 DIAS OBJETIVO: Ocorrer com despesas de pronto pagamento de manutenção de veículo modelo CHEVROLET/S10 placa 4009, para atender as necessidades das atividades desenvolvidas no Núcleo Regional de Santarém. BENEFICIÁRIO: Willi Duarte Siqueira CARGO/ FUNÇÃO: Assistente Técnico Administrativo MATRÍCULA: 5972119 VALOR: R\$ 7.682,20 (Sete mil, seiscentos e oitenta e dois reais e vinte centavos) NATUREZA DA DESPESA: 3390-39: PROJETO ATIVIDADE. 8705 FONTE DE RECURSO: 0101000000 ORDENADOR: Márcio Marcelo de Souza Trindade Diretor Administrativo e Financeiro/SEDAP

PORTARIA DE SUPRIMENTO DE FUNDOS Nº 017/2023

FUNDAMENTO LEGAL: Lei nº 5.810/94, Art. 145. Estadual nº 1.180/2008 PRAZO PARA APLICAÇÃO: 60 DIAS PRAZO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS: 15 DIAS OBJETIVO: Para ocorrer com despesa de pronto pagamento de manutenção e recuperação da carroceria do caminhão, placa OTZ 5356, para atender as necessidades das atividades desenvolvidas no Núcleo Regional de Itaituba. BENEFICIÁRIO: João Paulo Meister CARGO/ FUNÇÃO: Coordenador MATRÍCULA: 57193499-2 VALOR: R\$ 7.880,00 (Sete mil, oitocentos e oitenta reais) NATUREZA DA DESPESA: 3390-39: PROJETO ATIVIDADE. 8338 FONTE DE RECURSO: 0101000000 ORDENADOR: Márcio Marcelo de Souza Trindade Diretor Administrativo e Financeiro/SEDAP

PORTARIA DE SUPRIMENTO DE FUNDOS Nº 016/2023

FUNDAMENTO LEGAL: Lei nº 5.810/94, Art. 145. Estadual nº 1.180/2008 PRAZO PARA APLICAÇÃO: 60 DIAS PRAZO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS: 15 DIAS OBJETIVO: Para ocorrer com despesa de pronto pagamento de Serviços de manutenção de veículo Triton 4X4 - PLACA QDX 3009, para atender as necessidades das atividades desenvolvidas no Núcleo Regional de Redenção. BENEFICIÁRIO: Graziela Chiara Leão CARGO/ FUNÇÃO: Coordenadora MATRÍCULA: 5965761/1 VALOR: R\$ 7.800,00 (Sete mil e oitocentos reais) NATUREZA DA DESPESA: 3390-39: PROJETO ATIVIDADE. 8338 FONTE DE RECURSO: 0101000000 ORDENADOR: Márcio Marcelo de Souza Trindade Diretor Administrativo e Financeiro/SEDAP

Protocolo: 960686

DIÁRIA

PORTARIA DE DIÁRIAS Nº 497/2023 FUNDAMENTO LEGAL: Lei nº 5.810/94, Art. 145. BASE LEGAL: Decreto Estadual nº 734/1992 ORIENTAÇÃO NORMATIVA 001/AGE - PORTARIA Nº 278/2019. BENEFICIÁRIO: Aristoteles Pires de Matos. CARGO: Colaborador Eventual CPF: 048 553 455 04 ORIGEM: Belém/PA DESTINO: Salvaterra/PA. OBJETIVO: Participar como instrutor da programação de Transferência e Difusão Tecnológica de Abacaxi em Salvaterra. PERÍODO: 26/08 a 02/09/2023. Nº DE DIÁRIAS: 7½ (sete e meia). ORDENADOR: Márcio Marcelo de Souza Trindade Diretor Administrativo e Financeiro/SEDAP

Protocolo: 960768

PORTARIA DE DIÁRIAS Nº 517/2023 FUNDAMENTO LEGAL: Lei nº 5.810/94, Art. 145. BASE LEGAL: Decreto Estadual nº 734/1992 ORIENTAÇÃO NORMATIVA 001/AGE – PORTARIA Nº 278/2019. BENEFICIÁRIO: João Carlos Leão Ramos . CARGO: Diretor de Desenvolvimento Agropecuário MATRÍCULA: 5815398 ORIGEM: Belém/PA.. DESTINO: Altamira e Vitória do Xingu/PA OBJETIVO: Realizar Reuniões referente as ações do Território Sustentável e Programa Água para todos. PERÍODO: 11 a 13/07/2023. Nº DE DIÁRIAS: 2 ½ (duas e meia). ORDENADOR: Márcio Marcelo de Souza Trindade /Diretor Administrativo e Financeiro/SEDAP

PORTARIA DE DIÁRIAS Nº 518/2023 FUNDAMENTO LEGAL: Lei nº 5.810/94, Art. 145. BASE LEGAL: Decreto Estadual nº 734/1992 ORIENTAÇÃO NORMATIVA 001/AGE – PORTARIA Nº 278/2019. BENEFICIÁRIO: Renildo Viana de Castro CARGO: Gerente MATRÍCULA: 55586644/3. ORIGEM: Belém/PA. DESTINO: Altamira e Vitória do Xingu/PA OBJETIVO: Acompanhar do diretor da DDAG/SEDAP em reuniões referente as ações do Território Sustentável e Programa Água para todos. PERÍODO: 10 a 13/07/2023. Nº DE DIÁRIAS: 3 ½ (três e meia). ORDENADOR: Márcio Marcelo de Souza Trindade /Diretor Administrativo e Financeiro/SEDAP

PORTARIA DE DIÁRIAS Nº 519/2023 FUNDAMENTO LEGAL: Lei nº 5.810/94, Art. 145. BASE LEGAL: Decreto Estadual nº 734/1992 ORIENTAÇÃO NORMATIVA 001/AGE – PORTARIA Nº 278/2019. BENEFICIÁRIO: Ana Rosa Ferreira Oliveira CARGO: Chefe de Gabinete MATRÍCULA: 5932325/3. ORIGEM: Belém/PA DESTINO: Altamira e Vitória do Xingu/PA OBJETIVO: Acompanhar do diretor da DDAG/SEDAP em reuniões referente as ações do Território Sustentável e Programa Água para todos. PERÍODO: 10 a 13/07/2023. Nº DE DIÁRIAS: 3 ½ (três e meia). ORDENADOR: Márcio Marcelo de Souza Trindade /Diretor Administrativo e Financeiro/SEDAP

PORTARIA DE DIÁRIAS Nº 520/2023 FUNDAMENTO LEGAL: Lei nº 5.810/94, Art. 145. BASE LEGAL: Decreto Estadual nº 734/1992 ORIENTAÇÃO NORMATIVA 001/AGE – PORTARIA Nº 278/2019. BENEFICIÁRIO: Victor Tiago da Silva Catuxo CARGO: Extensionista Rural MATRÍCULA: 57174756 ORIGEM: Belém/PA DESTINO: Altamira e Vitória do Xingu/PA OBJETIVO: Acompanhar do diretor da DDAG/SEDAP em reuniões referente as ações do Território Sustentável e Programa Água para todos. PERÍODO: 10 a 13/07/2023. Nº DE DIÁRIAS: 3 ½ (três e meia). ORDENADOR: Márcio Marcelo de Souza Trindade /Diretor Administrativo e Financeiro/SEDAP

PORTARIA DE DIÁRIAS Nº 521/2023 FUNDAMENTO LEGAL: Lei nº 5.810/94, Art. 145. BASE LEGAL: Decreto Estadual nº 734/1992 ORIENTAÇÃO NORMATIVA 001/AGE – PORTARIA Nº 278/2019. BENEFICIÁRIO: Raimunda de Carvalho Pereira CARGO: Coordenadora MATRÍCULA: 5942413/2 ORIGEM: Belém/PA DESTINO: Altamira e Vitória do Xingu/PA OBJETIVO: Acompanhar do diretor da DDAG/SEDAP em reuniões referente as ações do Território Sustentável e Programa Água para todos. PERÍODO: 10 a 13/07/2023. Nº DE DIÁRIAS: 3 ½ (três e meia). ORDENADOR: Márcio Marcelo de Souza Trindade /Diretor Administrativo e Financeiro/SEDAP

Protocolo: 960745

PORTARIA DE DIÁRIAS Nº 522/2023 FUNDAMENTO LEGAL: Lei nº 5.810/94, Art. 145. BASE LEGAL: Decreto Estadual nº 734/1992 ORIENTAÇÃO NORMATIVA 001/AGE – PORTARIA Nº 278/2019. BENEFICIÁRIO: Arlindo Lima Paiva CARGO: Motorista MATRÍCULA: 12130. ORIGEM: Belém/PA DESTINO: Maracanã/PA. OBJETIVO: Conduzir a equipe de assessores da secretaria que irão acompanhar a Secretaria Adjunta que participara do 1º encontro sobre fundos socioambientas das mares e das águas e 2º encontro da rede das mulheres das águas e das mares do Pará, na reserva extrativista marina de maracanã. PERÍODO: 12 a 15/07/2023. Nº DE DIÁRIAS: 3½ (três e meia). ORDENADOR: Márcio Marcelo de Souza Trindade /Diretor Administrativo e Financeiro/SEDAP

PORTARIA DE DIÁRIAS Nº 523/2023 FUNDAMENTO LEGAL: Lei nº 5.810/94, Art. 145. BASE LEGAL: Decreto Estadual nº 734/1992 ORIENTAÇÃO NORMATIVA 001/AGE – PORTARIA Nº 278/2019. BENEFICIÁRIO: Jerusalém Loiola Pojo CARGO: Assessora Técnica MATRÍCULA: 5973503-1. ORIGEM: Belém/PA DESTINO: Maracanã/PA. OBJETIVO: Acompanhar a Secretaria Adjunta que participara do 1º encontro sobre fundos socioambientas das mares e das águas e 2º encontro da rede das mulheres das águas e das mares do Pará, na reserva extrativista marina de maracanã. PERÍODO: 12 a 15/07/2023. Nº DE DIÁRIAS: 3½ (três e meia). ORDENADOR: Márcio Marcelo de Souza Trindade /Diretor Administrativo e Financeiro/SEDAP

PORTARIA DE DIÁRIAS Nº 524/2023 FUNDAMENTO LEGAL: Lei nº 5.810/94, Art. 145. BASE LEGAL: Decreto Estadual nº 734/1992 ORIENTAÇÃO NORMATIVA 001/AGE – PORTARIA Nº 278/2019. BENEFICIÁRIO: Deusamar Pereira Machado. CARGO: Supervisor MATRÍCULA: 5295890/4. ORIGEM: Belém/PA DESTINO: Maracanã/PA. OBJETIVO: Acompanhar a Secretaria Adjunta que participara do 1º encontro sobre fundos socioambientas das mares e das águas e 2º encontro da rede das mulheres das águas e das mares do Pará, na reserva extrativista marina de maracanã. PERÍODO: 12 a 15/07/2023. Nº DE DIÁRIAS: 3½ (três e meia). ORDENADOR: Márcio Marcelo de Souza Trindade /Diretor Administrativo e Financeiro/SEDAP

Protocolo: 960781



PORTARIA

EXTRATO DA(S) PORTARIA(S) DE HOMOLOGAÇÃO EXPEDIDA(S) PELO ILMO. SR. PRESIDENTE DO INSTITUTO DE TERRAS DO PARÁ-ITERPA, NOS AUTOS DOS PROCESSOS DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA ONEROSA (COMPRA) DE TERRAS, EM QUE FIGURA COMO INTERESSADO:

PROCESSO	NOME	DENOMINAÇÃO	ÁREA	MUNICÍPIO	PORTARIA
2016/295726	MARCIO VAZ	FAZENDA ÁGUA BOA	463,4288 HA	GOIANÉSIA DO PARÁ	579/2023
2022/469359	HENRY MUFARREJ HAGE	SÍTIO SALOZAK	32,6213 HA	BENEVIDES	580/2023

Belém(Pa), 07/07/2023
Bruno Yoheiji Kono Ramos – Presidente

Protocolo: 960553

ERRATA

NA Publicação DO DIA 30/06/2023-DOE Nº 35.456 ONDE SE LÊ:

ATO:Contrato nº044/2023
NOME:TATIANE BARBARELLY SERRA SOUZA MORAES
CARGO/FUNÇÃO:Técnico em Gestão de Desenvolvimento Agrário e Fundiário/Engº Florestal.
Vigência:03/07/2023 a 02/07/2024
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:319004
AUTORIZAÇÃO:Processo nº 2023/231214
ATO:Contrato nº083/2023
NOME:CARLA RAISSA VIEGAS BOTELHO
CARGO/FUNÇÃO:Técnico em Gestão de Desenvolvimento Agrário e Fundiário/Engº Agrônomo.
Vigência:03/07/2023 a 02/07/2024
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:319004
AUTORIZAÇÃO:Processo nº 2023/231214
ATO:Contrato nº096/2023
NOME:BRUNO MATEUS SANTIAGO DA SILVA
CARGO/FUNÇÃO:Técnico em Gestão de Desenvolvimento Agrário e Fundiário/EngºFlorestal
Vigência:03/07/2023 a 02/07/2024
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:319004
AUTORIZAÇÃO:Processo nº 2023/231214

LEIA-SE

ATO:Contrato nº044/2023
NOME:TATIANE BARBARELLY SERRA SOUZA MORAES
CARGO/FUNÇÃO:Técnico em Gestão de Desenvolvimento Agrário e Fundiário/Engº Agrônomo.
Vigência:03/07/2023 a 02/07/2024
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:319004
AUTORIZAÇÃO:Processo nº 2023/231214
ATO:Contrato nº083/2023
NOME:CARLA RAISSA VIEGAS BOTELHO
CARGO/FUNÇÃO:Técnico em Gestão de Desenvolvimento Agrário e Fundiário/Engº Ambiental.
Vigência:03/07/2023 a 02/07/2024
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:319004
AUTORIZAÇÃO:Processo nº 2023/231214
ATO:Contrato nº096/2023
NOME:BRUNO MATEUS SANTIAGO DA SILVA
CARGO/FUNÇÃO:Técnico em Gestão de Desenvolvimento Agrário e Fundiário/EngºAmbiental
Vigência:03/07/2023 a 02/07/2024
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:319004
AUTORIZAÇÃO:Processo nº 2023/231214

Protocolo: 960818

SUPRIMENTO DE FUNDO

SUPRIMENTO DE FUNDO PORTARIA Nº 577/23,de 07/07/2023

Prazo de Aplicação(em dias)30
Prazo de prestação de contas(em dias)15
Servidor :
-5927-959/4-Alfredo Fernando Borges Neves Júnior-Gerente/GLT
-33.90.30- R\$ 2.000,00
-33.90.36- R\$ 1.000,00
-33.90.39- R\$ 1.000,00
TOTAL= R\$ 4.000,00
Município : Belém/PA
Ordenador :Bruno Yoheiji Kono Ramos-Presidente

Protocolo: 960773

DIÁRIA

PORTARIA Nº 0566/23 de 05/07/2023

Objetivo:Reuniões Institucionais
Município: São Miguel do Guamá/PA
Período: 10/07/2023 a 15/07/2023 (5,5) Diárias.
-5930-538/3-Marco Antonio Guedes Cardoso-Gerente/GAM
2042-363/1-João Borges Prestes-Motorista
-Ordenador: Bruno Yoheiji Kono Ramos-Presidente

PORTARIA Nº 0568/23 de 05/07/2023

Objetivo:Reuniões Institucionais
Município: Abaetetuba,São Miguel do Guamá,Ourém,Capanema,Bragança e Viseu/PA
Período: 04 a 07/07/2023 (3,5) Diárias.
-5721-3619/1-Gleicy Mercedes Rocha de Albuquerque-Coordenadora/CAF
-8084-5160/1-Everton Cordeiro Farias-Motorista
-Ordenador: Bruno Yoheiji Kono Ramos-Presidente

PORTARIA Nº 0574/23 de 07/07/2023

Objetivo: Ação de Regularização Fundiária
Município: Ulianópolis, Dom Eliseu e Paragominas/PA
Período: 10 a 14/07/2023 (5,0) Diárias
-3167-054/1-Raimundo Hugo de Moraes Filho-Técnico Agrícola
-3167-321/1-José Valdir Costa Miranda-Motorista
-Ordenador: Bruno Yoheiji Kono Ramos-Presidente

PORTARIA Nº 0575/23 de 07/07/2023

Objetivo: Ação de Regularização Fundiária
Município: Santa Izabel do Pará/PA
Período: 07 a 08/07/2023(1,5) Diárias
Servidores:
-3168-085/1-Maria Alzenora de Almeida-Engenheiro Agrônomo
-5719-5917/1-Renata Guizard Queiroz de Leão-Assistente Administrativo
-3170-454/1-Manoel dos Anjos Santos Nepomuceno-Motorista
-Ordenador: Bruno Yoheiji Kono Ramos-Presidente

PORTARIA Nº 0576/23 de 07/07/2023

Objetivo: Ação de Regularização Fundiária
Município: Prainha/PA
Período: 30/06/2023 a 02/07/2023(2,5) Diárias
Servidores:
-8084-5162/1-João Bosco Fortes de Castro Júnior-Técnico/DEAF
-Ordenador: Bruno Yoheiji Kono Ramos-Presidente

Protocolo: 960755

PORTARIA DE SUPRIMENTO DE FUNDO Nº 2741/2023: BENEFICIÁRIO: MARIA ALICE ALVES THOMAZ LISBOA; Matrícula: 54185728; Função: 20Agricultura; Programa: 1297; Projeto/Atividade: 928338; Fonte: 01501; Objetivo: Realizar despesas de pronto pagamento de prestação de serviço de pessoa jurídica, para atender as necessidades da Gerência do Programa de Pragas de Importância Econômica e Quarentenárias - GPIE. Elemento de Despesa / Valor: 339039/ R\$ 3.950,00; Prazo de Aplicação (em dia): 60Prazo de prestação de contas (em dia): 15. Ordenador de Despesas: LUCIONILA PANTOJA PIMENTEL.

Protocolo: 960439**DIÁRIA****Portaria: 2731/2023**

Objetivo: Realizar levantamentos e detecção das pragas dos citros em quinze propriedades rurais. Fundamento Legal: Lei 5.810/94 Art. 145/149. Origem: TERRA ALTA/PA Destino: CASTANHAL, SÃO DOMINGOS DO CAPIM/PA Servidor: 54187029 / CLECIO LEANDRO GOMES DE MENDONÇA (ENGENHEIRO AGRÔNOMO) / 4,5 DIÁRIAS / 10/07/2023 a 14/07/2023. Ordenador: LUCIONILA PANTOJA PIMENTEL.

Protocolo: 960440**Portaria: 2732/2023**

Objetivo: Realizar fiscalização do trânsito de maquinários de implementos agrícolas no território Paraense. Fundamento Legal: Lei 5.810/94 Art. 145/149. Origem: DOM ELISEU/PA Destino: FLORESTA DO ARAGUAIA, SANTANA DO ARAGUAIA/PA Servidor: 5861500 / DENIS CLAUDIO SILVA DO ESPIRITO SANTO (AGENTE DE DEFESA AGROPECUÁRIA) / 10,5 DIÁRIAS / 17/07/2023 a 27/07/2023. Ordenador: LUCIONILA PANTOJA PIMENTEL.

Protocolo: 960445**Portaria: 2733/2023**

Objetivo: Realizar levantamento de detecção da Praga Quarentenária Moniliase do cacau e cupuaçu. Fundamento Legal: Lei 5.810/94 Art. 145/149. Origem: ORIXIMINÁ/PA Destino: FARO/PA Servidor: 57220929 / CELSO ANDERSON BATISTA PEREIRA (AGENTE DE DEFESA AGROPECUÁRIA) / 5,5 DIÁRIAS / 10/07/2023 a 15/07/2023. Ordenador: LUCIONILA PANTOJA PIMENTEL.

Protocolo: 960451**Portaria: 2742/2023**

Objetivo: Realizar inspeção em 20 Propriedades produtoras de bananeiras, da safra 2023, no município. Fundamento Legal: Lei 5.810/94 Art. 145/149. Origem: SANTARÉM/PA Destino: ALLENQUER/PA Servidor: 00010499 / CLOVIS ANTONIO VILLACORTA VASCONCELOS (ENGENHEIRO AGRÔNOMO) / 4,5 DIÁRIAS / 03/07/2023 a 07/07/2023. Ordenador: LUCIONILA PANTOJA PIMENTEL.

Protocolo: 960448**Portaria: 2745/2023**

Objetivo: Realizar fiscalização volante agropecuária. Fundamento Legal: Lei 5.810/94 Art. 145/149. Origem: CASTANHAL/PA Destino: ACARÁ, BARCARENA, MOJU/PA Servidor: 555893311/ RAIMUNDO FREDSON CARVALHO DOS SANTOS (AUXILIAR DE CAMPO) / 3,5 DIÁRIAS / 11/07/2023 a 14/07/2023. Ordenador: LUCIONILA PANTOJA PIMENTEL.

Protocolo: 960464**Portaria: 2746/2023**

Objetivo: Realizar vigilância Epidemiológica, atualização Cadastral e Vacinação Assistida e/ou Fiscalizada no município. Fundamento Legal: Lei 5.810/94 Art. 145/149. Origem: TUCURUI/PA Destino: BAIÃO/PA Servidor: 55586097 / LUIS ALBERTO SOUSA TORRES (TÉCNICO AGRÍCOLA) / 4,5 DIÁRIAS / 10/07/2023 a 14/07/2023. Ordenador: ADRIELE CAROLINA FRANCO CARDOSO.

Protocolo: 960465**Portaria: 2747/2023**

Objetivo: Realizar ações administrativas e técnicas como reuniões, definições de funções e metas, assim como a realização das ações de vigilâncias com inspeção de patas e bocas e propriedades nos municípios. Fundamento Legal: Lei 5.810/94 Art. 145/149. Origem: PARAGOMINAS/PA Destino: AURORA DO PARÁ, MÃE DO RIO/PA Servidor: 54181050/ ARLINEA MARIA MOTA RODRIGUES (MÉDICO VETERINÁRIO) / 3,5 DIÁRIAS / 04/07/2023 a 07/07/2023. Ordenador: ADRIELE CAROLINA FRANCO CARDOSO.

Protocolo: 960467**Portaria: 2748/2023**

Objetivo: Realizar vigilância epidemiológica, atualização cadastral e vacinação assistida e/ou fiscalizada no município. Fundamento Legal: Lei 5.810/94 Art. 145/149. Origem: TUCURUI/PA Destino: BAIÃO/PA Servidor: 5869552/ FLAVIO SILVA DE FIGUEIREDO (AGENTE DE DEFESA AGROPECUÁRIA) / 4,5 DIÁRIAS / 10/07/2023 a 14/07/2023. Ordenador: ADRIELE CAROLINA FRANCO CARDOSO.

Protocolo: 960468**Portaria: 2735/2023**

Objetivo: Realizar levantamento de Detecção da Praga Quarentenária Bactrocera Carambolae (Mosca da Carambola). Fundamento Legal: Lei 5.810/94 Art. 145/149. Origem: BREVES/PA Destino: BAGRE/PA Servidor: 59430009 / RAIMUNDO FREIRE PEREIRA JÚNIOR (AUXILIAR DE CAMPO) / 1,5 DIÁRIA / 13/07/2023 a 14/07/2023. Ordenador: LUCIONILA PANTOJA PIMENTEL.

Protocolo: 960458**Portaria: 2744/2023**

Objetivo: Realizar reuniões técnicas com revendedores de agrotóxicos e produtores rurais, além de fiscalizar o comércio de agrotóxicos em revendas. Fundamento Legal: Lei 5.810/94 Art. 145/149. Origem: DOM ELISEU/PA Destino: ABEL FIGUEIREDO, BOM JESUS DO TOCANTINS, RONDON DO PARÁ/PA Servidor: 57232464 / IVANI DO SOCORRO BENITO MALCHER (ENGENHEIRO AGRÔNOMO) / 3,5 DIÁRIAS / 04/07/2023 a 07/07/2023. Ordenador: LUCIONILA PANTOJA PIMENTEL.

Protocolo: 960459

AGÊNCIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA DO ESTADO DO PARÁ

PORTARIA**PORTARIA Nº 2723/2023 - ADEPARÁ, DE 06 DE JULHO DE 2023**

O DIRETOR GERAL DA AGÊNCIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA DO ESTADO DO PARÁ-ADEPARÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 22, da Lei Estadual 6.482 de 17 de setembro de 2002.

CONSIDERANDO o PAE-E 223/2117479, o de acordo da DDIA e o de acordo da DG. RESOLVE:

REVOGAR, a contar de 06 de julho de 2023, a PORTARIA Nº 0198/2022 de 04 de fevereiro de 2022, publicada no DOE 34864 de 14/02/2022 de lotação da servidora DILZA HELENA OLIVEIRA DO CARMO, matrícula 57205159/3. REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE
JAMIR JUNIOR PARAGUASSU MACEDO
Diretor Geral

Protocolo: 960728**PORTARIA Nº 2722/2023 - ADEPARÁ, DE 06 DE JULHO DE 2023**

A AGÊNCIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA DO ESTADO DO PARÁ - ADEPARÁ, por meio de seu Diretor Administrativo e Financeiro, em conjunto com a Gerente de Recursos Humanos, pelas atribuições regimentalmente conferidas pelo artigo 15, inciso I, VII e artigo 18, inciso I e XIX de Decreto Estadual nº 393 de 11 de setembro de 2003.

CONSIDERANDO o PAE 20232157382.

R E S O L V E:

EXCLUIR, da Portaria de Licença Prêmio de julho nº 2431 de 20 de junho de 2023, publicada no DOE 35445 de 22/06/23 o servidor RAIMUNDO ALESSANDRO DA SILVA CUNHA, matrícula nº 57189744/1, referente ao triênio de 2016/2019, no período de 03/07/23 a 01/08/23.

REGISTRE-SE PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

ELIANA BRAGA DE SOUZA

Gerente de Área de Gestão de Pessoas

JEFFERSON PINTO DE OLIVEIRA

Diretor Administrativo e Financeiro

Protocolo: 960498**ERRATA**

ERRATA do extrato do 1º Termo Aditivo ao contrato 39/2022, publicado no DOE 35.463 de 07 de julho de 2023 - Protocolo 959928.

Onde se lê: Valor Total: R\$ 7.200,00

Lê -se: Valor Total: R\$ 3.600,00

Protocolo: 960490**SUPRIMENTO DE FUNDO**

PORTARIA DE SUPRIMENTO DE FUNDO Nº 2758/2023: BENEFICIÁRIO: ELIZABETH PATRICIA LOPES RENDEIRO; Matrícula: 05883075; Função: 20Agricultura; Programa: 1297; Projeto/Atividade: 928338; Fonte: 01501; Objetivo: Realizar despesas de pronto pagamento de prestação de serviço de pessoa jurídica, para atender as necessidades da ULSA de Xinguara. Elemento de Despesa / Valor: 339039 / R\$ 1.000,00; Prazo de Aplicação (em dia): 60Prazo de prestação de contas (em dia): 15. Ordenador de Despesas: JEFFERSON PINTO DE OLIVEIRA.

Protocolo: 960523

Portaria: 2734/2023

Objetivo: Realizar Levantamento de Detecção da Praga Quarentenária *Bactrocera carambolae* (Mosca da Carambola).Fundamento Legal: Lei 5.810/94, Art. 145/149. Origem: AURORA DO PARÁ/PA Destino: MÃE DO RIO/PA Servidor: 5908938 / HÉRIKA MARIA VASCONCELOS DE SOUSA (FISCAL ESTADUAL AGROPECUÁRIO) / 0,5 DIÁRIA / 13/07/2023 a 13/07/2023.Ordenador: LUCIONILA PANTOJA PIMENTEL.

Protocolo: 960454**Portaria: 2743/2023**

Objetivo: Realizar cadastro de propriedades e unidades produtivas de açaí. Fundamento Legal: Lei 5.810/94 Art. 145/149.Origem: ABAETETUBA/PA Destino: IGARAPÉ-MIRI/PA Servidor: 08400661 / ALTINO DIAS DA COSTA (AGENTE DE DEFESA AGROPECUÁRIA) / 4,5 DIÁRIAS / 10/07/2023 a 14/07/2023.Ordenador: LUCIONILA PANTOJA PIMENTEL.

Protocolo: 960455**Portaria: 2729/2023**

Objetivo: Realizar fiscalização do vazio sanitário da soja em 15 propriedades no município.Fundamento Legal: Lei 5.810/94 Art. 145/149.Origem: REDENÇÃO/PA Destino: SANTA MARIA DAS BARREIRAS/PA Servidor: 5869684 / ADRA DAVID ANTONIO (ENGENHEIRO AGRÔNOMO) / 4,5 DIÁRIAS / 10/07/2023 a 14/07/2023.Ordenador: LUCIONILA PANTOJA PIMENTEL.

Protocolo: 960433**Portaria: 2728/2023**

Objetivo: Realizar Levantamento de Detecção da Praga Quarentenária *Bactrocera carambolae* (Mosca da Carambola).Fundamento Legal: Lei 5.810/94 Art. 145/149.Origem: SANTO ANTÔNIO DO TAUÁ/PA Destino: COLARES/PA Servidor: 54187600 / JOANNES PAULUS FERNANDES DE SOUSA (AGENTE DE DEFESA AGROPECUÁRIA) / 0,5 DIÁRIA / 10/07/2023 a 10/07/2023.Ordenador: LUCIONILA PANTOJA PIMENTEL.

Protocolo: 960428**Portaria: 2740/2023**

Objetivo: Realizar Fiscalização em 10 (dez) estabelecimentos comerciantes de AGROTOXICOS nos municípios.Fundamento Legal: Lei 5.810/94 Art. 145/149.Origem: ALTAMIRA/PA Destino: MEDICILÂNDIA, PLACAS/PA Servidor: 54186960 / PEDRO PAULO MATOS DE ARAUJO (ENGENHEIRO AGRÔNOMO) / 4,5 DIÁRIAS / 10/07/2023 a 14/07/2023.Ordenador: LUCIONILA PANTOJA PIMENTEL.

Protocolo: 960431**Portaria: 2730/2023**

Objetivo: Realizar levantamento de Detecção da Praga Quarentenária *Bactrocera Carambolae* (Mosca da Carambola).Fundamento Legal: Lei 5.810/94 Art. 145/149.Origem: BREVES/PA Destino: ANAJÁS/PA Servidor: 5942399 / IÊDA RODRIGUES DA SILVA (AUXILIAR DE CAMPO) / 2,5 DIÁRIAS / 12/07/2023 a 14/07/2023.Ordenador: LUCIONILA PANTOJA PIMENTEL.

Protocolo: 960435**Portaria:2739/2023**

Objetivo: Realizar vistoria nas armadilhas da Mosca da Carambola.Fundamento Legal: Lei 5.810/94 Art. 145/149.Origem: PALESTINA DO PARÁ/PA Destino: BREJO GRANDE DO ARAGUAIA/PA Servidor: 5829135 / WALEM ALVES FERREIRA (AGENTE FISCAL DE DEFESA AGROPECUÁRIA E FLORESTAL) / 0,5 DIÁRIA / 11/07/2023 a 11/07/2023.Ordenador: LUCIONILA PANTOJA PIMENTEL.

Protocolo: 960425**Portaria: 2738/2023**

Objetivo: Realizar levantamento em 16 propriedades rurais produtoras de cacau com a finalidade de atestar a ausência da praga *M.roreri*.Fundamento Legal: Lei 5.810/94 Art. 145/149.Origem: RURÓPOLIS/PA Destino: ITAITUBA/PA Servidor: 57227121 / ALEXANDRE PINTO DE CARVALHO NINA (FISCAL ESTADUAL AGROPECUÁRIO) / 4,5 DIÁRIAS / 10/07/2023 a 14/07/2023.Ordenador: LUCIONILA PANTOJA PIMENTEL.

Protocolo: 960421**Portaria: 2757/2023**

Objetivo: Dar apoio nas ações de abertura de cadastro com recolhimento de documentações dos indígenas e retiradas de coordenadas in loco em comunidades e posterior inserção das mesmas no sistema no município. Sendo necessário pernoite do servidor na região até a finalização das buscas.Fundamento Legal: Lei 5.810/94 Art. 145/149.Origem: PARAGOMINAS/PA Destino: PARAGOMINAS/PA Servidor: 6300451 / DERIVALDO BARBOSA DE LIMA (AUXILIAR DE CAMPO) / 4,5 DIÁRIAS / 10/07/2023 a 14/07/2023.Ordenador: ADRIELE CAROLINA FRANCO CARDOSO.

Protocolo: 960517**Portaria: 2759/2023**

Objetivo: Participar do XIV Festival Internacional de Chocolate e Cacau-Chocolat Bahia.Fundamento Legal: Lei 5.810/94 Art. 145/149.Origem: BELÉM/PA Destino: ILHÉUS/BA Servidor: 54189457 / JAMIR JUNIOR PARAGUASSU MACEDO (DIRETOR GERAL) / 4,5 DIÁRIAS / 19/07/2023 a 23/07/2023.Ordenador: JEFFERSON PINTO DE OLIVEIRA.

Protocolo: 960526**Portaria: 2760/2022**

Objetivo: Realizar o recebimento da documentação dos candidatos aprovados no 8º PSS.Fundamento Legal: Lei 5.810/94 Art. 145/149.Origem: BELÉM/PA Destino: MARABÁ/PA Servidor: 5861870/ MAURO AUGUSTO FADUL NEVES (ENGENHEIRO AGRÔNOMO) / 5,5 DIÁRIAS / 19/06/2023 a 24/06/2023.Ordenador: JEFFERSON PINTO DE OLIVEIRA.

Protocolo: 960531**Portaria: 2756/2023**

Objetivo: Realizar vigilância epidemiológica, atualização cadastral e vacinação assistida e/ou fiscalizada no município.Fundamento Legal: Lei 5.810/94 Art. 145/149.Origem: TUCURUI/PA Destino: BAIÃO/PA Servidor: 54187187/ MACIEL CARVALHO ARAUJO (AGENTE DE DEFESA AGROPECUÁRIA) / 4,5 DIÁRIAS / 10/07/2023 a 14/07/2023.Ordenador: ADRIELE CAROLINA FRANCO CARDOSO.

Protocolo: 960509**Portaria: 2754/2023**

Objetivo: Fiscalizar da execução dos exames de brucelose e tuberculose realizados pelos médicos veterinários da iniciativa privada habilitados junto ao programa nos municípios.Fundamento Legal: Lei 5.810/94 Art. 145/149.Origem: BELÉM/PA Destino: BUJARU, SANTA IZABEL DO PARÁ/PA Servidor: 54185775 / ADRIANO MARCOS DE CARVALHO VILAR (FISCAL ESTADUAL AGROPECUÁRIO) / 1,5 DIÁRIA / 04/07/2023 a 05/07/2023. Ordenador: ADRIELE CAROLINA FRANCO CARDOSO.

Protocolo: 960500**Portaria: 2755/2023**

Objetivo: Conduzir servidora que irá realizar fiscalização e inspeção em estabelecimentos artesanais de origem animal no município.Fundamento Legal: Lei 5.810/94 Art. 145/149.Origem: BELÉM/PA Destino: CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA/PA Servidor: 54187223 / OVIDIO GOMES BRICIO NETO (MOTORISTA) / 4,5 DIÁRIAS / 17/07/2023 a 21/07/2023.Ordenador: ADRIELE CAROLINA FRANCO CARDOSO.

Protocolo: 960503**Portaria: 2737/2023**

Objetivo: Realizar fiscalização do trânsito de maquinários de implementos agrícolas no território Paraense.Fundamento Legal: Lei 5.810/94, Art. 145/149. Origem: DOM ELISEU/PA Destino: FLORESTA DO ARAGUAIA, SANTANA DO ARAGUAIA/PA Servidor: 54186842 / LETO JOSE LAMEIRA (AGENTE DE DEFESA AGROPECUÁRIA) / 10,5 DIÁRIAS / 17/07/2023 a 27/07/2023.Ordenador: LUCIONILA PANTOJA PIMENTEL.

Protocolo: 960492**Portaria: 2752/2023**

Objetivo: Conduzir o servidor Roberto Borges Ferreira que irá com o objetivo de buscar o veículo locado que estava na unidade de Parauapebas, para realizar manutenção em Belém, e realizar a verificação e acompanhamento da manutenção dos veículos da ADEPARÁ, INLOCO, nas oficinas credenciadas no Sistema de Manutenção de Frotas da VOLUS e uso e conservação dos veículos localizados nas cidades de Marabá e Parauapebas. Fundamento Legal: Lei 5.810/94 Art. 145/149.Origem: BELÉM/PA Destino: MARABÁ, PARAUAPEBAS/PA Servidor: 57232250 / WILLIAM CÉSAR SOARES LOBATO (MOTORISTA) / 4,5 DIÁRIAS / 03/07/2023 a 07/07/2023. Ordenador: JEFFERSON PINTO DE OLIVEIRA.

Protocolo: 960487**Portaria: 2753/2023**

Objetivo: Participar da Reunião do Planejamento Estratégico da ADEPARA.Fundamento Legal: Lei 5.810/94 Art. 145/149.Origem: REDENÇÃO/PA Destino: BELÉM/PA Servidor: 939656 / GEOVANNI AGUIAR ARRUDA (GERENTE REGIONAL) / 4,5 DIÁRIAS / 03/07/2023 a 07/07/2023.Ordenador: JEFFERSON PINTO DE OLIVEIRA.

Protocolo: 960496**Portaria: 2736/2023**

Objetivo: Realizar levantamento de ocorrência de Mosca da Carambola através de armadilhas Jackson.Fundamento Legal: Lei 5.810/94, Art. 145/149. Origem: SÃO JOÃO DE PIRABAS/PA Destino: SALINÓPOLIS/PA Servidor: 5868424 / LEONIDAS PARRY DE CASTRO (ENGENHEIRO AGRÔNOMO) / 0,5 DIÁRIA / 11/07/2023 a 11/07/2023.Ordenador: LUCIONILA PANTOJA PIMENTEL.

Protocolo: 960489**Portaria: 2750/2023**

Objetivo: Realizar vistoria técnica no recinto do evento e conferencia de Guia de Trânsito Animal e Carteira de vacinação dos animais em município. Pois o evento é dentro do mesmo município.Fundamento Legal: Lei 5.810/94, Art. 145/149. Origem: SANTARÉM/PA Destino: SANTARÉM/PA Servidor: 54186934/NIVALDO ESPIRITO SANTO SARMENTO (AGENTE DE DEFESA AGROPECUÁRIA) / 1 DIÁRIA / 01/07/2023 a 02/07/2023.Ordenador: ADRIELE CAROLINA FRANCO CARDOSO.

Protocolo: 960481**Portaria: 2751/2023**

Objetivo: Dar apoio administrativo nos municípios.Fundamento Legal: Lei 5.810/94 Art. 145/149.Origem: BELÉM/PA Destino: AURORA DO PARÁ, PARAGOMINAS/PA Servidor: 57189787/ AUREA SIRLENE FERREIRA PERES FIGUEIREDO (ASSISTENTE ADMINISTRATIVO) / 10,5 DIÁRIAS / 03/07/2023 a 13/07/2023.Ordenador: JEFFERSON PINTO DE OLIVEIRA.

Protocolo: 960483**Portaria:2749/2023**

Objetivo: Realizar fiscalização de evento agropecuário no município. Se trata de um evento a uma distância de mais de 50 km fora da sede do município, onde as atividades serão realizadas em período diurno e noturno. Fundamento Legal: Lei 5.810/94 Art. 145/149.Origem: MONTE ALEGRE/PA Destino: MONTE ALEGRE/PA Servidor: RG5098149/ ROSENILDO SILVA DE ALMEIDA (AGENTE FISCAL AGROPECUÁRIO) / 1,5 DIÁRIA / 01/07/2023 a 02/07/2023.Ordenador: ADRIELE CAROLINA FRANCO CARDOSO.

Protocolo: 960471**Portaria: 2761/2023**

Objetivo: Realizar perícia de ambiente de trabalho.Fundamento Legal: Lei 5.810/94 Art. 145/149.Origem: BELÉM/PA Destino: BRAGANÇA, CACHEIRA DO PIRIÁ, CAPANEMA, CAPITÃO POÇO, NOVA ESPERANÇA DO PIRIÁ, SANTO ANTÔNIO DO TAUÁ, TERRA ALTA, VIGIA/PA Servidor: 57176268 / MARIA JOSE SANTOS MELO DA SILVA (ASSISTENTE ADMINISTRATIVO) / 4,5 DIÁRIAS / 11/07/2023 a 15/07/2023.Ordenador: JEFFERSON PINTO DE OLIVEIRA.

Protocolo: 960542**Portaria: 2762/2023**

Objetivo: Realizar fiscalização de evento agropecuário no município. Se trata de um evento a uma distância de mais de 50 km fora da sede do município. Fundamento Legal: Lei 5.810/94 Art. 145/149.Origem: MONTE ALEGRE/PA Destino: MONTE ALEGRE/PA Servidor: RG6881220 / STEFANY LEONARA MEIRELES CORDEIRO (FEA - MÉDICO VETERINÁRIO) / 1,5 DIÁRIA / 01/07/2023 a 02/07/2023.Ordenador: ADRIELE CAROLINA FRANCO CARDOSO.

Protocolo: 960546

EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DO ESTADO DO PARÁ

ERRATA

PORTARIA Nº 0436/2023, - Publicada no DOE nº 35.456 de 30/06/2023.

Onde se lê – Nomear, a contar da data da assinatura do contrato

Leia-se – Nomear a Auxiliar de Administração – LEDA ISA DA SILVA BARATA CHAVES (Titular)

JONIEL VIEIRA DE ABREU – Presidente

Protocolo: 960710

TERMO ADITIVO A CONTRATO

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 038/2021

Data de Assinatura: 22/08/2022

Objeto: O presente Termo Aditivo tem por objeto prorrogar o prazo de vigência do Contrato de nº 038/2021 por 12 (doze) meses contados a partir do dia 25/08/2022 até 24/08/2023.

Justificativa: O presente ajuste faz-se necessário para reiteração da publicidade do ato

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

PROGRAMA: 1491 Agricultura, pecuária, pesca e aquicultura

AÇÃO: 8712 – Fortalecimento das Unidades de ATER

P.I; 207000CUDCG

FONTE: 0301-Tesouro Superávit

ELEM. DESP.: 449051 – Obras e Instalações

VALOR: R\$ 218.822,98

MUNICÍPIO: Conceição do Araguaia

Contratada: EMPRESA E DA S MIRANDA

Ordenador: ROSIVAL POSSIDÔNIO DO NASCIMENTO

Presidente da Emater-Pará

Protocolo: 960470

SUPRIMENTO DE FUNDO

Suprimento de Fundos – PORTARIA Nº052/2023, Beneficiário: Rudiney Ribeiro Magalhães/ Matrícula: 57212866/Cargo ou Função: Ext. Rural II/ Município: Piçarra/Objetivo: Atender despesas administrativas de pronto pagamento para o Seminário “Políticas de ATER e Plano Safra 2023” em São Domingos do Araguaia/Programa: 1491/Projeto Atividade:8711 / FONTE:01500.000001/ Elemento de Despesa: 339030=R\$ 2.000,00/Valor Total R\$ 2.000,00 / Prazo para Aplicação:30 dias/comprovação: 15 dias / Ordenador de Despesas: Mauro Pires Salgado Moraes. PAE e-2023/2159714.

Protocolo: 960735

PORTARIA DE SUPRIMENTO DE FUNDO Nº 042/2023;

BENEFICIÁRIA:BRUNA PAULA COSTA DOS SANTOS;MATRÍCULA:57190819;FUNÇÃO:EXT. RURAL II;OBJETIVO:PARA ATENDER DESPESAS COM A EXECUÇÃO DE ATIVIDADES DE ATER (UMA OFICINA E DUAS REUNIÕES) ;PROGRAMA:1491;PROJETO ATIVIDADE:8711-C;FONTE;01.500.0000.01;ELEMENTO DE DESPESAS:339030=R\$2.000,00; DESTINO:SÃO SEBASTIÃO DA BOA VISTA;PRAZO DE APLICAÇÃO:60 DIAS APÓS A EMISSÃO DA ORDEM BANCÁRIA:PRAZO PARA COMPROVAÇÃO :15 DIAS APÓS A REALIZAÇÃO DAS DESPESAS :ORDENADOR DE DESPESAS :JONIEL VIEIRA DE ABREU.

Protocolo: 960644

SUPRIMENTO DE FUNDOS – PORTARIA 028/2023

BENEFICIÁRIO (A): EDERLAN CORRÊA PEREIRA / MATRÍCULA: 57189839/ CARGO OU FUNÇÃO: EXTENSIONISTA RURAL II / MUNICÍPIO: BELTERRA / OBJETIVO: CUSTEAR DESPESAS DE PRONTO PAGAMENTO DO ESCRITÓRIO LOCAL DE BELTERRA PREVISTAS NO PROATER 2023 / PROGRAMA: 1491 / PROJ. ATIV.: 8711 / FONTE: 01500000001 / ELEMENTO DE DESPESA: 3390-30 = R\$ 1.200,00 NO VALOR TOTAL R\$ 1.200,00 / PRAZO PARA APLICAÇÃO: 30 DIAS / COMPROVAÇÃO: 15 DIAS / ORDENADOR DE DESPESAS DA UG SANTARÉM: NEUBER DE OLIVEIRA BRANDÃO.

Protocolo: 960601

SUPRIMENTO DE FUNDOS - PORTARIA 029/2023

BENEFICIÁRIO (A): DALVAIR JOSÉ SALES FIMA / MATRÍCULA: 5310377/ CARGO OU FUNÇÃO: EXTENSIONISTA RURAL II / MUNICÍPIO: MOJÚ DOS CAMPOS / OBJETIVO: CUSTEAR DESPESAS DE PRONTO PAGAMENTO DO ESCRITÓRIO LOCAL DE MOJÚ DOS CAMPOS PREVISTAS NO PROATER 2023 / PROGRAMA: 1491 / PROJ. ATIV.: 8711 / FONTE: 01500000001 / ELEMENTO DE DESPESA: 3390-30 = R\$ 700,00 E NO 3390-39 = 500,00 NO VALOR TOTAL R\$ 1.200,00 / PRAZO PARA APLICAÇÃO: 30 DIAS / COMPROVAÇÃO: 15 DIAS / ORDENADOR DE DESPESAS DA UG SANTARÉM: NEUBER DE OLIVEIRA BRANDÃO.

Protocolo: 960603

SUPRIMENTO DE FUNDOS - PORTARIA 030/2023

BENEFICIÁRIO (A): RENATA JÚLIA COSTA PAZ / MATRÍCULA: 5964983/1 / CARGO OU FUNÇÃO: AUXILIAR DE ADMINISTRAÇÃO/ MUNICÍPIO: CURUÁ / OBJETIVO: CUSTEAR DESPESAS DE PRONTO PAGAMENTO DO ESCRITÓRIO LOCAL DE CURUÁ PREVISTAS NO PROATER 2023 / PROGRAMA: 1491 / PROJ. ATIV.: 8711 / FONTE: 01500000001 / ELEMENTO DE DESPESA: 3390-30 = R\$ 500,00 / NO 3390-39 = R\$ 500,00 NO VALOR TOTAL R\$ 1.000,00 / PRAZO PARA APLICAÇÃO: 30 DIAS / COMPROVAÇÃO: 15 DIAS / ORDENADOR DE DESPESAS DA UG SANTARÉM: NEUBER DE OLIVEIRA BRANDÃO.

Protocolo: 960606

SUPRIMENTO DE FUNDOS - PORTARIA 031/2023

BENEFICIÁRIO (A): CLELIA HELENA GUERREIRO PANTOJA MATRÍCULA: 3179230/1 / CARGO OU FUNÇÃO: EXTENSIONISTA RURAL I / MUNICÍPIO: OBIDOS / OBJETIVO: CUSTEAR DESPESAS DE PRONTO PAGAMENTO DO ESCRITÓRIO LOCAL DE OBIDOS PREVISTAS NO PROATER 2023 / PROGRAMA: 1491 / PROJ. ATIV.: 8711 / FONTE: 01500000001 / ELEMENTO DE DESPESA: 3390-30 = R\$ 1.200,00 NO VALOR TOTAL R\$ 1.200,00 / PRAZO PARA APLICAÇÃO: 30 DIAS / COMPROVAÇÃO: 15 DIAS / ORDENADOR DE DESPESAS DA UG SANTARÉM: NEUBER DE OLIVEIRA BRANDÃO.

Protocolo: 960608

SUPRIMENTO DE FUNDOS – PORTARIA 032/2023

BENEFICIÁRIO (A): ALEXANDER FARIAS VALENTE / MATRÍCULA: 54196324 / CARGO OU FUNÇÃO: EXTENSIONISTA RURAL I / MUNICÍPIO: OXIGIMINÁ / OBJETIVO: CUSTEAR DESPESAS DE PRONTO PAGAMENTO DO ESCRITÓRIO LOCAL DE OXIGIMINÁ PREVISTAS NO PROATER 2022 / PROGRAMA: 1491 / PROJ. ATIV.: 8711 / FONTE: 01500000001 / ELEMENTO DE DESPESA: 3390-30 = R\$ 800,00 E NO 3390-39 = R\$ 400,00 NO VALOR TOTAL R\$ 1.200,00 / PRAZO PARA APLICAÇÃO: 30 DIAS / COMPROVAÇÃO: 15 DIAS / ORDENADOR DE DESPESAS DA UG SANTARÉM: NEUBER DE OLIVEIRA BRANDÃO.

Protocolo: 960610

SUPRIMENTO DE FUNDOS - PORTARIA 027/2023

BENEFICIÁRIO (A): PAULO SÉRGIO CAMPOS DE MELO / MATRÍCULA: 3175766 / CARGO OU FUNÇÃO: EXTENSIONISTA RURAL I / MUNICÍPIO: SANTARÉM / OBJETIVO: CUSTEAR DESPESAS DE PRONTO PAGAMENTO DO ESCRITÓRIO LOCAL DE SANTARÉM PREVISTA NO PROATER 2023 / PROGRAMA: 1491 / PROJ. ATIV.: 8711 / FONTE: 0150000001 / ELEMENTO DE DESPESA: 3390-30 = R\$ 800,00 E NO 3390-39 = R\$ 400,00, VALOR TOTAL R\$ 1.200,00 / PRAZO PARA APLICAÇÃO: 30 DIAS / COMPROVAÇÃO: 15 DIAS / ORDENADOR DE DESPESAS DA UG SANTARÉM: NEUBER DE OLIVEIRA BRANDÃO.

Protocolo: 960595

SUPRIMENTO DE FUNDOS - PORTARIA 026/2023

BENEFICIÁRIO (A): MIGUEL WILTON LOBATO REÇA / MATRÍCULA: 5485762/2 / CARGO OU FUNÇÃO: AUXILIAR DE ADMINISTRAÇÃO / MUNICÍPIO: SANTARÉM - R / OBJETIVO: CUSTEAR DESPESAS DE PRONTO PAGAMENTO DO ESCRITÓRIO REGIONAL SANTARÉM CONFORME PROATER 2023 / PROGRAMA: 1491 / PROJ. ATIV.: 8711 / FONTE: 0150000001 / ELEMENTO DE DESPESA: 3390-30 = R\$ 800,00 E 3390-39 = R\$ 1.200,00, VALOR TOTAL R\$ 2.000,00 / PRAZO PARA APLICAÇÃO: 30 DIAS / COMPROVAÇÃO: 15 DIAS / ORDENADOR DE DESPESAS DA UG SANTARÉM: NEUBER DE OLIVEIRA BRANDÃO.

Protocolo: 960592

SUPRIMENTO DE FUNDOS - PORTARIA 035/2023

BENEFICIÁRIO (A): DIANE RODRIGUES ALMEIDA SILVA / MATRÍCULA: 57196123/1 / CARGO OU FUNÇÃO: AUXILIAR DE ADMINISTRAÇÃO / MUNICÍPIO: SANTARÉM - R / OBJETIVO: CUSTEAR DESPESAS DE PRONTO PAGAMENTO DO ESCRITÓRIO LOCAL DE FARO, PREVISTAS NO PROATER 2023 / PROGRAMA: 1491 / PROJ. ATIV.: 8711 / FONTE: 01500000001 / ELEMENTO DE DESPESA: 3390-30 = R\$ 1.000,00 / VALOR TOTAL R\$ 1.000,00 / PRAZO PARA APLICAÇÃO: 30 DIAS / COMPROVAÇÃO: 15 DIAS / ORDENADOR DE DESPESAS DA UG SANTARÉM: NEUBER DE OLIVEIRA BRANDÃO.

Protocolo: 960622

SUPRIMENTO DE FUNDOS - PORTARIA 033/2023

BENEFICIÁRIO (A): SÉRGIO LUIZ PEDROSO CORREA / MATRÍCULA: 80845101/ CARGO OU FUNÇÃO: EXTENSIONISTA RURAL II / MUNICÍPIO: JURUTI / OBJETIVO: CUSTEAR DESPESAS DE PRONTO PAGAMENTO DO ESCRITÓRIO LOCAL DE JURUTI PREVISTAS NO PROATER 2023 / PROGRAMA: 1491 / PROJ. ATIV.: 8711 / FONTE: 01500000001 / ELEMENTO DE DESPESA: 3390-30 = R\$ 1.000,00 NO VALOR TOTAL R\$ 1.000,00 / PRAZO PARA APLICAÇÃO: 30 DIAS / COMPROVAÇÃO: 15 DIAS / ORDENADOR DE DESPESAS DA UG SANTARÉM: NEUBER DE OLIVEIRA BRANDÃO.

Protocolo: 960613

SUPRIMENTO DE FUNDOS - PORTARIA 034/2023

BENEFICIÁRIO (A): DORIVAN DOS PASSOS DO VALE SOUSA / MATRÍCULA: 3177815/1 CARGO OU FUNÇÃO: EXTENSIONISTA RURAL II / MUNICÍPIO: TERRA SANTA / OBJETIVO: CUSTEAR DESPESAS DE PRONTO PAGAMENTO DO ESCRITÓRIO LOCAL DE TERRA SANTA, PREVISTAS NO PROATER 2023 / PROGRAMA: 1491 / PROJ. ATIV.: 8711 / FONTE: 01500000001 / ELEMENTO DE DESPESA: 3390-30 = R\$ 700,00 E NO 3390-39 = R\$ 300,00 NO VALOR TOTAL R\$ 1.000,00 / PRAZO PARA APLICAÇÃO: 30 DIAS / COMPROVAÇÃO: 15 DIAS / ORDENADOR DE DESPESAS DA UG SANTARÉM: NEUBER DE OLIVEIRA BRANDÃO.

Protocolo: 960619

Suprimento de Fundos – PORTARIA Nº054/2023, Beneficiário: Walter William de Miranda Ferreira/ Matrícula: 5066026/Cargo ou Função: Ext. Rural I/ Município: Itupiranga/Objetivo: Atender despesas administrativas de pronto pagamento para o Escritório Local de Itupiranga/ Programa: 1491/Projeto Atividade:8711 / FONTE:01501000061 / Elemento de Despesa: 339030=R\$2.000,00 / 339039=R\$ 2.000,00 Valor Total R\$ 4.000,00 / Prazo para Aplicação:30 dias/comprovação: 15 dias / Ordenador de Despesas: Mauro Pires Salgado Moraes. PAE e-2023/2159992.

Protocolo: 960746

Suprimento de Fundos – PORTARIA Nº053/2023, Beneficiário: Walter William de Miranda Ferreira/ Matrícula: 5066026/Cargo ou Função: Ext. Rural I/ Município: Itupiranga/Objetivo: Atender despesas administrativas de pronto pagamento para o Escritório Local de Itupiranga/ Programa: 1491/Projeto Atividade:8711 / FONTE:01501000061 / Elemento de Despesa: 339039=R\$ 4.000,00 Valor Total R\$ 4.000,00 / Prazo para Aplicação:30 dias/comprovação: 15 dias / Ordenador de Despesas: Mauro Pires Salgado Moraes. PAE e-2023/2159983.

Protocolo: 960741

Suprimento de Fundos – PORTARIA Nº056/2023. Beneficiário: José Luiz do Carmo Lopes/Matrícula: 3178323/Cargo ou Função: Ext. Rural II/ Município: Goianésia do Pará/Objetivo: Atender despesas de pronto pagamento para a realização das seguintes atividades: Dia de Campo "Bovino-cultura Leiteira" e 02 Seminários sobre "Mercados e Negócios – Acesso as Políticas Públicas de ATER" a serem realizados em Goianésia do Pará e Jacundá./Programa: 1491/Projeto Atividade: 8711 / FONTE:01500.000001/ Elemento de Despesa: 339030=R\$ 3.104,00/Valor Total R\$ 3.104,00 / Prazo para Aplicação:30 dias/comprovação: 15 dias/Ordenador de Despesas: Mauro Pires Salgado Moraes. PAE e-2023/2161280.

Protocolo: 960751

Suprimento de Fundos – PORTARIA Nº055/2023, Beneficiário: Rony Luiz Torquato / Matrícula: 57184870 / Cargo ou Função: Ext. Rural I / Município: Itupiranga / Objetivo: Custear despesas de pronto pagamento para Manutenção Corretiva do Veículo de Placa OGP-2427, lotado no Escritório Local de Itupiranga / Programa: 1491 / Projeto Atividade:8711/FONTE: 01501000061 / Elemento de Despesa: 339039=R\$ 4.000,00 Valor Total R\$ 4.000,00 / Prazo para Aplicação:30 dias/comprovação: 15 dias/Ordenador de Despesas: Mauro Pires Salgado Moraes. PAE e-2023/2159998.

Protocolo: 960749

DIÁRIA

PORTARIA DE DIARIA Nº 123/2023;BENEFICIÁRIO:ROBSON DE CASTRO SILVA;MATRÍCULA :57213878/4;FUNÇÃO:DIRETOR ADMINISTRATIVO;OBJETIVO: PARTICIPAR DA ABERTURA DO 19º AGRO FEST ULIANÓPOLIS REPRESENTANTE DESTA EMPRESA;PERÍODO: 06 A 09.07.2023;Nº DE DIÁRIAS:3,5(TRÊS E MEIA);DESTINO:ULIANÓPOLIS; ORDENADOR DE DESPESAS:JONIEL VIEIRA DE ABREU.

Protocolo: 960632

PORTARIA Nº 005/2023
NÚMERO DE DIÁRIAS: 2,5 DIÁRIAS
FONTE: 01500000001-006357-RECURSO TESOIRO
ORIGEM: REDENÇÃO/ DESTINO: CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA
PERÍODO: 04 a 06/07/2023
MATRÍCULA: 54196657/BENEFICIÁRIO: JADSON SILVA FEITOSA
CARGO: EXTENSIONISTA RURAL II
OBJETIVO: PARTICIPAR DE NIVELAMENTO DE RETIFICAÇÃO DO CADASTRO AMBIENTAL RURAL – CAR
ORDENADOR DE DESPESAS SUBSTITUTO: ALFREDO DA LUZ DA SILVA

Protocolo: 960732

PORTARIA Nº 004/2023
NÚMERO DE DIÁRIAS: 2,5 DIÁRIAS
FONTE: 01500000001-006357-RECURSO TESOIRO
ORIGEM: CUMARU DO NORTE/ DESTINO: CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA
PERÍODO: 04 a 06/07/2023
MATRÍCULA: 5235154/BENEFICIÁRIO: ISMAEL PEREIRA BASTOS
CARGO: EXTENSIONISTA RURAL II
OBJETIVO: PARTICIPAR DE NIVELAMENTO DE RETIFICAÇÃO DO CADASTRO AMBIENTAL RURAL – CAR
ORDENADOR DE DESPESAS SUBSTITUTO: ALFREDO DA LUZ DA SILVA

Protocolo: 960730

PORTARIA Nº 003/2023
NÚMERO DE DIÁRIAS: 4,5 DIÁRIAS
FONTE: 01500000001-006357-RECURSO TESOIRO
ORIGEM: CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA/ DESTINO: BELÉM
PERÍODO: 19/06 a 23/06/2023.
MATRÍCULA: 57174750/BENEFICIÁRIO: FLAVIO PEDRO DIAS BARROS
CARGO: EXTENSIONISTA RURAL I
OBJETIVO: REUNIR COM A DIREX DA EMPRESA PARA TRATAR DE ASSUNTOS RELACIONADOS AO REGIONAL DE CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA.
ORDENADOR DE DESPESAS SUBSTITUTO: ALFREDO DA LUZ DA SILVA

Protocolo: 960726

TORNAR SEM EFEITO

TORNAR SEM EFEITO PORTARIA Nº0416/ 2023 – 20.06.2023, Publicada no DOE 35.447 de 23.06.2023,
D E S I G N A R, a contar de 03/07/2023 à 01/08/2023, o Auxiliar de Administração- ROOSEVELT MARQUES RIBEIRO- Matrícula nº 3178633/1, para responder pela Chefia do Escritório Local de Cachoeira do Arari/Regional das Ilhas, em virtude do titular encontrar-se em gozo de Férias. (PAE: 2023/2112471).

Protocolo: 960706

SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE

DESIGNAR SERVIDOR

PORTARIA Nº 01372/2023-GAB/SEMAS, de 07.07.2023
Servidora: CARLA TATIANI DO CARMO PEREIRA
Cargo: Técnico em Gestão de Meio Ambiente
Matrícula: 55587537/1

I – DESIGNAR, a servidora para responder pela Gerência de Fiscalização de Atividades Poluidoras e Degradoras - GERAD, durante o impedimento da titular ADRIELLE BAIÁ RODRIGUES, matrícula nº 57230542/3, de férias no período de 03/07/2023 a 01/08/2023.
Processo nº 2023/649091-GERAD
RAUL PROTÁZIO ROMÃO
Secretário de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade, em exercício

Protocolo: 960827

PORTARIA Nº 01373/2023-GAB/SEMAS, de 07.07.2023
Servidor: RIVALDO COSTA CARDOSO JÚNIOR
Cargo: Técnico em Gestão de Meio Ambiente
Matrícula: 57230164/1
I – DESIGNAR, o servidor para responder pela Gerência de Projetos Florestais – GEFAP, durante o impedimento da titular JESSICA DOS SANTOS CABRAL, matrícula nº 5963870/1, no período de 10/07/2023 a 15/07/2023.
Processo nº 2023/764633-GEFAP
RAUL PROTÁZIO ROMÃO
Secretário de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade, em exercício

Protocolo: 960837

PORTARIA Nº 01374/2023-GAB/SEMAS, de 07.07.2023
Servidora: ÉRIKA LARISSA PADILHA CASTRO
Cargo: Gerente
Matrícula: 6113164/4
I – DESIGNAR, a servidora para responder pela Coordenadoria de Gestão Florestal - COGEF, durante o impedimento do titular YAGO BORGES DE SOUZA, matrícula nº 6045430/3, ocupante do cargo de Coordenador, no período de 10/07/2023 a 15/07/2023.
Processo nº 2023/766273-COGEF
RAUL PROTÁZIO ROMÃO
Secretário de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade, em exercício

Protocolo: 960842

PORTARIA Nº 01375/2023-GAB/SEMAS, de 07.07.2023
Servidor: YAGO BORGES DE SOUZA
Cargo: Coordenador
Matrícula: 6045430/3
I - DESIGNAR, a servidora para responder pela Coordenadoria de Licitação, Contratos e Convênios-CCON, durante o I – DESIGNAR, o servidor para responder pela Diretoria Agrossilvipastoril - DGEFLOR, durante o impedimento do titular ANTONIO RICARDO VILLAÇA VANETTA matrícula nº 5957671/1, de férias, no período de 17/07/2023 a 31/07/2023.
Processo nº 2023/752074-DGFLOR
RAUL PROTÁZIO ROMÃO
Secretário de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade, em exercício

Protocolo: 960844

PORTARIA Nº 01375/2023-GAB/SEMAS, de 07.07.2023
Servidor: YAGO BORGES DE SOUZA
Cargo: Coordenador
Matrícula: 6045430/3
I – DESIGNAR, o servidor para responder pela Diretoria Agrossilvipastoril - DGEFLOR, durante o impedimento do titular ANTONIO RICARDO VILLAÇA VANETTA matrícula nº 5957671/1, de férias, no período de 17/07/2023 a 31/07/2023.
Processo nº 2023/752074-DGFLOR
RAUL PROTÁZIO ROMÃO
Secretário de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade, em exercício

Protocolo: 960847

PORTARIA Nº 01376/2023-GAB/SEMAS, de 07.07.2023
Servidora: SHEILA MICHELLA ALBUQUERQUE DE SOUZA BONIFÁCIO
Cargo: Assistente Administrativo/Gerente
Matrícula: 57201638/1
I – DESIGNAR, a servidora para responder pela Coordenadoria de Ordenamento e Descentralização da Gestão Ambiental - COMAM, durante o impedimento do titular VINÍCIUS SILVA DA SILVA, matrícula nº 5894318/3, de férias, no período de 17/07/2023 a 31/07/2023.
Processo nº 2023/774779-DIORED
RAUL PROTÁZIO ROMÃO
Secretário de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade, em exercício

Protocolo: 960851

DESIGNAR FISCAL DE CONTRATO

PORTARIA Nº 01380/2023 - SAGAT/SEMAS
A Secretária Adjunta de Gestão Administrativa e Tecnologias, no uso das atribuições que lhe são conferidas de acordo com a Portaria 734, de 24 de abril de 2023/GAB/SEMAS, publicada no DOE nº 35.376, de 26 de abril de 2023. Considerando as informações constantes nos autos do Processo PAE nº 2023/113229- SEMAS/PA;
RESOLVE:
I – DESIGNAR, para atuar como fiscais do Termo De Inexigibilidade De Licitação Nº 025/2023, celebrado entre a SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE - SEMAS/PA e a empresa. CONSULTRE CONSULTORIA E TREINAMENTO LTDA, os servidores: JOÃO ALVES DO VALE JÚNIOR, matrícula nº 5936038/2 como fiscal Titular e LUCAS GONÇALVES DA SILVA, matrícula nº 57216352/1, como fiscal Suplente, a contar da data de assinatura do termo de inexigibilidade.
II – Determinar à Coordenadoria de Licitação, Contratos e Convênios - CCON que através do setor competente, tome as devidas providências ao fiel cumprimento do presente Ato.
III – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Belém/PA, 07 de julho de 2023.
DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE E CUMPRE-SE.
LÍLIA MÁRCIA RAMOS REIS
Secretária Adjunta de Gestão Administrativa e Tecnologias

Protocolo: 960699

PORTARIA Nº 01383/2023 - GAB/SEMAS

A Diretora de Gestão Administrativa e Financeira, no uso das atribuições que lhe são conferidas de acordo com a PORTARIA Nº 0421, de 05 de abril de 2021 - GAB/SEMAS, publicada no DOE nº 34.544, de 07 de abril de 2021.

Considerando as informações constantes nos autos do Processo PAE nº 2023/358189 - SEMAS/PA;

RESOLVE:

I - DESIGNAR, para atuar como fiscais do Contrato nº 019/2023-SEMAS/PA, celebrado entre a SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE-SEMAS/PA e a empresa ENERGIMAQ COMÉRCIO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA, os servidores: MARCELO DO NASCIMENTO BASTOS, matrícula. 5964255/1, como fiscal Titular e GERALDO MAGELLA TEIXEIRA, matrícula. 5958309/1, como fiscal Suplente, a contar da data de assinatura do contrato. em 06 de julho de 2023.

II - Determinar à Coordenadoria de Licitação, Contratos e Convênios - CCON que através do setor competente, tome as devidas providências ao fiel cumprimento do presente Ato.

III - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Belém/PA, 07 de junho de 2023.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE

LÍLIA MARCIA RAMOS REIS

Secretária Adjunta de Gestão Administrativa e Tecnologias

Protocolo: 960753

PORTARIA Nº 01386/2023 - SAGAT/SEMAS

A Secretária Adjunta de Gestão Administrativa e Tecnologias, no uso das atribuições que lhe são conferidas de acordo com a Portaria 734, de 24 de abril de 2023/GAB/SEMAS, publicada no DOE nº 35.376, de 26 de abril de 2023.

Considerando as informações constantes nos autos do Processo PAE nº 2023/37654- SEMAS/PA;

RESOLVE:

I - DESIGNAR, para atuar como fiscais do Contrato Nº 026/2023, celebrado entre a SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE - SEMAS/PA e a empresa. LUXPLACAS INDÚSTRIA, COMÉRCIO & SERVIÇOS LIMITADA, os servidores: FRANCINALDA DOS SANTOS GALIZA, matrícula. 5965820/1, como fiscal Titular e ANDREA DE NAZARÉ CELESTINO DA SILVA, matrícula. 5907530/4, como fiscal Suplente, a contar da data de assinatura do contrato.

II - Determinar à Coordenadoria de Licitação, Contratos e Convênios - CCON que através do setor competente, tome as devidas providências ao fiel cumprimento do presente Ato.

III - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Belém/PA, 07 de JULHO de 2023.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

LÍLIA MÁRCIA RAMOS REIS

Secretária Adjunta de Gestão Administrativa e Tecnologias

Protocolo: 960757

PORTARIA Nº 01385/2023 - SAGAT/SEMAS

A Secretária Adjunta de Gestão Administrativa e Tecnologias, no uso das atribuições que lhe são conferidas de acordo com a Portaria 734, de 24 de abril de 2023/GAB/SEMAS, publicada no DOE nº 35.376, de 26 de abril de 2023.

Considerando as informações constantes nos autos do Processo PAE nº 2022/868569 - SEMAS/PA;

RESOLVE:

I - DESIGNAR, para atuar como fiscais do Contrato Nº 027/2023, celebrado entre a SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE - SEMAS/PA e a empresa. NORTE TURISMO LTDA EPP, os servidores: LUCIANA DE ALMEIDA BORGES Matrícula 6403657/2, como fiscal Titular e CARLOS ALBERTO AMARAL DA SILVA JUNIOR Matrícula 5953156/1, como fiscal Suplente, a contar da data de assinatura do contrato.

II - Determinar à Coordenadoria de Licitação, Contratos e Convênios - CCON que através do setor competente, tome as devidas providências ao fiel cumprimento do presente Ato.

III - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Belém/PA, 07 de julho de 2023.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

LÍLIA MÁRCIA RAMOS REIS, Secretária Adjunta de Gestão Administrativa e Tecnologias

Protocolo: 960787

CONTRATO**CONTRATO Nº 028/2023-SEMAS/PA****TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 014/2023**

PROCESSO PAE Nº 2023/358189

Objeto: Este Instrumento tem por finalidade a aquisição de equipamentos de Grupo Gerador, para atender da missão institucional, junto as bases itinerantes montadas pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade no enfrentamento ao combate de atos ilícitos praticados junto a natureza dentro do território paraense

Valor global: R\$ 170.403,20 (Cento e setenta mil, quatrocentos e três reais e vinte centavos)

Assinatura: 06/07/20 23

Dotação Orçamentaria: UNIDADE: 27102; GESTÃO: 00001; PTRES: 278338; FONTE: 01759000016006246 - SUPERÁVIT LEILÃO; ELEMENTO: 449052; PI: 4120008338E;

Contratado: ENERGIMAQ COMÉRCIO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA (CNPJ 45.486.401/0001-31)

Endereço: Rodovia BR 316 - KM 0, nº 3262 Bairro: Castanheira, Cidade: Belém, CEP 66.063-495, telefone: (91) 4042-2194, E-mail: financeiro@energimaq.com.br

Ordenador(a): Raul Protázio Romão, Secretário de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade, em exercício

Protocolo: 960738

CONTRATO Nº 026/2023-SEMAS/PA**TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 013/2023**

PROCESSO PAE Nº 2023/37654

Objeto: Contratação de EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE CRACHÁS, SUPORTES E CORDÕES para a secretaria de estado de meio ambiente e sustentabilidade do Pará - SEMAS/PA.

Valor global: R\$ 17.544,80

Assinatura: 06/07/2023

Vigência: (06/07/2023 a 05/07/2024)

Dotação Orçamentaria:

UNIDADE: 27102; GESTÃO: 00001; PTRES: 278338; FONTE: 01759000016000000 - FEMA; ELEMENTO: 339030; PI: 4120008338C; AÇÃO: 183714

Contratado: LUXPLACAS INDÚSTRIA, COMÉRCIO & SERVIÇOS LIMITADA (CNPJ 40.787.494/0001-10).

Endereço: QUADRA VINTE SETE, 03, CONJ UIRAPURUTRAVESSA WE 02 QUADRA27 LOTE 03, ICUI-GUAJARA, ANANINDEUA, PA, CEP: 67.125-864, E-mail: hemersonoeiras@gmail.com, (91)98430-7021.

Ordenador(a): RAUL PROTAZIO ROMÃO,

Secretário de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade, em exercício

Protocolo: 960587

DISPENSA DE LICITAÇÃO**TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 014/2023**

PARTES: O ESTADO DO PARÁ, pessoa jurídica de direito público interno, por intermédio da SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE - SEMAS, inscrita no CNPJ/MF. nº 34.921.783/0001-68, e a empresa ENERGIMAQ COMÉRCIO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA, inscrita no CNPJ/MF. Nº 45.486.401/0001-31.

DO OBJETO: Este Instrumento tem por finalidade a aquisição de equipamentos de Grupo Gerador, para atender da missão institucional, junto as bases itinerantes montadas pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade no enfrentamento ao combate de atos ilícitos praticados junto a natureza dentro do território paraense

DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL E JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE LICITAÇÃO: A presente contratação fundamenta-se no art. artigo 24, inciso IV da Lei nº 8.666/93, considerando o valor para contratação constante no Processo 2023/358189.

VALOR ESTIMADO: R\$ 170.403,20 (Cento e setenta mil, quatrocentos e três reais e vinte centavos)

RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS: UNIDADE: 27102; GESTÃO: 00001; PTRES: 278338 - OPERACIONALIZAÇÃO DAS AÇÕES ADMINISTRATIVAS; FONTE: 01759000016006246 - SUPERÁVIT LEILÃO; ELEMENTO: 449052 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE; PI: 4120008338E

ORDENADOR RESPONSÁVEL: LÍLIA MARCIA RAMOS REIS

FORO: Belém/ Estado do Pará.

Belém/PA, 06 de julho de 2023.

LÍLIA MÁRCIA RAMOS REIS,

Secretaria Adjunta de Gestão Administrativa e Tecnologias

Protocolo: 960748

TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 013/2023

PARTES: O ESTADO DO PARÁ, pessoa jurídica de direito público interno, por intermédio da SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE - SEMAS, inscrita no CNPJ/MF. nº 34.921.783/0001-68, e a empresa LUXPLACAS INDÚSTRIA, COMÉRCIO & SERVIÇOS LIMITADA, inscrita no CNPJ/MF nº 40.787.494/0001-10.

DO OBJETO: contratação da empresa LUXPLACAS INDÚSTRIA, COMÉRCIO & SERVIÇOS LIMITADA, inscrita no CNPJ/MF nº 40.787.494/0001-10, para fornecimento de crachás, suportes e cordões para a Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade.

DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL E JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE LICITAÇÃO: A presente contratação fundamenta-se no art. 24, II da Lei nº 8.666/1993 e Decreto nº. 2.168 de 10 de março de 2010, considerando o valor para contratação.

VALOR ESTIMADO: R\$ 17.544,80 (Dezessete mil, quinhentos e quarenta e quatro reais e oitenta centavos).

RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:

UNIDADE: 27102

GESTÃO: 00001

PTRES: 278338

FONTE: 01759000016000000 - FEMA

ELEMENTO: 339030

PI: 4120008338C

AÇÃO: 183714

ORDENADOR RESPONSÁVEL: LÍLIA MÁRCIA RAMOS REIS

FORO: Belém/ Estado do Pará.

Belém/PA, 06 de julho de 2023.

LÍLIA MÁRCIA RAMOS REIS

Secretária Adjunta de Gestão Administrativa e Tecnologias

Protocolo: 960548

RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO**RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO**

O Secretário de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade, resolve ratificar o Termo de Dispensa de Licitação nº 014/2023, para contratação da empresa ENERGIMAQ COMÉRCIO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA, inscrita no CNPJ/MF. Nº 45.486.401/0001-31.

Valor Global: R\$ 170.403,20 (Cento e setenta mil, quatrocentos e três reais e vinte centavos)

Belém/PA, 06 de julho de 2023.

RAUL PROTÁZIO ROMÃO

Secretário de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade E.E.

Protocolo: 960752

RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

O Secretário de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade, resolve ratificar o Termo de Dispensa de Licitação nº 013/2023, para contratação da LUXPLACAS INDÚSTRIA, COMÉRCIO & SERVIÇOS LIMITADA, inscrita no CNPJ/MF nº 40.787.494/0001-10.

Valor: R\$ 17.544,80 (Dezessete mil, quinhentos e quarenta e quatro reais e oitenta centavos).

Belém/PA 06 de julho de 2023.

RAUL PROTÁZIO ROMÃO

Secretário de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade, em exercício.

Protocolo: 960552

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO****PREGÃO ELETRÔNICO Nº 07/2023-SEMAS**

Considerando a tramitação do Processo Licitatório nº 2023/228995 e depois de constatada a regularidade dos atos procedimentais Eu, RAUL PROTÁZIO ROMÃO, HOMOLOGO o resultado do Pregão Eletrônico nº 07/2023 – SEMAS, cujo objeto é aquisição de SUPRIMENTOS DE INFORMÁTICA, em lotes, para atender necessidades internas da Administração Estadual, na forma da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade do Estado do Pará – SEMAS, tendo como vencedoras do certame, as empresas abaixo discriminadas:

Empresa: MAXXI LAGO COMERCIAL E SERVICOS LTDA

CNPJ: 02.114.152/0001-40

Valor Total: R\$ 87.394,00 (GRUPO 1)

Empresa: HYPER TECNOLOGIES COMERCIO DE INFORMATICA E SEVIÇOS LTDA CNPJ: 40.689.972/0001-50

Valor Total: R\$ 3.423,50 (GRUPO 2)

GRUPO 3 – Cancelado no Julgamento (FRACASSADO)

Empresa: A. R. DA C BARRA LTDA CNPJ: 16.646.573/0001-27

Valor Total: R\$ 23.735,00 (GRUPO 4)

Belém/PA, 06 de julho de 2023.

RAUL PROTÁZIO ROMÃO

SECRETARIO DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE - EM EXERCÍCIO

Protocolo: 960769

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 06/2023-SEMAS**

Considerando a tramitação do Processo Licitatório nº 2023/268499 e depois de constatada a regularidade dos atos procedimentais, Eu, RAUL PROTÁZIO ROMÃO, HOMOLOGO o resultado do Pregão Eletrônico nº 06/2023 – SEMAS, cujo objeto é aquisição de material de consumo/expediente, para atender as necessidades internas da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade - SEMAS, tendo como vencedoras do certame, as empresas abaixo discriminadas:

Empresa: FORMIX COMERCIO E SERVIÇOS LTDA - CNPJ: 47.487.824/0001-00

Valor Total: R\$ 162.881,50 (GRUPO 1)

Empresa: FORMIX COMERCIO E SERVIÇOS LTDA - CNPJ: 47.487.824/0001-00

Valor Total: R\$ 16.176,00 (GRUPO 2)

Empresa: FELIPE NEVES DE SOUZA - CNPJ: 48.463.797/0001-90

Valor Total: R\$ 7.189,00 (GRUPO 3)

Empresa: GUAJARA COMERCIO E SERVIÇOS LTDA - CNPJ: 07.931.806/0001-42

Valor Total: R\$ 17.584,50 (GRUPO 4)

Belém/PA, 06 de julho de 2023.

RAUL PROTÁZIO ROMÃO

SECRETARIO DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE - EM EXERCÍCIO

Protocolo: 960727

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 04/2023-SEMAS**

Considerando a tramitação do Processo Licitatório nº 2023/241162 e depois de constatada a regularidade dos atos procedimentais Eu, RAUL PROTÁZIO ROMÃO, HOMOLOGO o resultado do Pregão Eletrônico nº 04/2023 – SEMAS, cujo objeto é Aquisição de caixa d'água, a fim de atender as necessidades internas da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade, tendo como resultado do certame, conforme discriminado: Item 1 – Cancelado no julgamento (Fracassado).

Belém/PA, 06 de julho de 2023.

RAUL PROTÁZIO ROMÃO

SECRETARIO DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE - EM EXERCÍCIO

Protocolo: 960840

TERMO DE ADJUDICAÇÃO**TERMO DE ADJUDICAÇÃO****PREGÃO ELETRÔNICO Nº 06/2023-SEMAS**

O Pregoeiro Oficial designado pela PORTARIA Nº 805/2023 – GAB/SEMAS, de 04/05/2022, no uso das atribuições que lhe são conferidas (art. 3º, IV da Lei 10.520/02) após constatação do cumprimento das exigências legais relativas ao processo licitatório nº 2023/268499, resolve ADJUDICAR o Pregão Eletrônico nº 06/2023 – SEMAS, cujo objeto é aquisição de material de consumo/expediente, para atender as necessidades internas da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade - SEMAS, tendo como vencedoras do certame, as empresas abaixo discriminadas:

Empresa: FORMIX COMERCIO E SERVIÇOS LTDA - CNPJ: 47.487.824/0001-00

Valor Total: R\$ 162.881,50 (GRUPO 1)

Empresa: FORMIX COMERCIO E SERVIÇOS LTDA - CNPJ: 47.487.824/0001-00

Valor Total: R\$ 16.176,00 (GRUPO 2)

Empresa: FELIPE NEVES DE SOUZA - CNPJ: 48.463.797/0001-90

Valor Total: R\$ 7.189,00 (GRUPO 3)

Empresa: GUAJARA COMERCIO E SERVIÇOS LTDA - CNPJ: 07.931.806/0001-42

Valor Total: R\$ 17.584,50 (GRUPO 4)

Belém/PA, 22 de junho de 2023.

AZIEL MORAES DA LUZ

PREGOEIRO/SEMAS

Protocolo: 960722

TERMO DE ADJUDICAÇÃO**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 07/2023-SEMAS**

A Pregoeira Oficial designada pela PORTARIA Nº 805/2023 – GAB/SEMAS, de 04/05/2023, no uso das atribuições que lhe são conferidas (art. 3º, IV da Lei 10.520/02) após constatação do cumprimento das exigências legais relativas ao processo licitatório nº 2023/228995, resolve ADJUDICAR o Pregão Eletrônico nº 07/2023 – SEMAS, cujo objeto é aquisição de SUPRIMENTOS DE INFORMÁTICA, em lotes, para atender necessidades internas da Administração Estadual, na forma da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade do Estado do Pará – SEMAS, tendo como vencedoras do certame, as empresas abaixo discriminadas:

Empresa: MAXXI LAGO COMERCIAL E SERVICOS LTDA

CNPJ: 02.114.152/0001-40

Valor Total: R\$ 87.394,00 (GRUPO 1)

Empresa: HYPER TECNOLOGIES COMERCIO DE INFORMATICA E SEVIÇOS LTDA CNPJ: 40.689.972/0001-50

Valor Total: R\$ 3.423,50 (GRUPO 2)

GRUPO 3 – Cancelado no Julgamento (FRACASSADO)

Empresa: A. R. DA C BARRA LTDA CNPJ: 16.646.573/0001-27

Valor Total: R\$ 23.735,00 (GRUPO 4)

Belém/PA, 30 de junho de 2023.

TALITA MARIA CARMONA DOS SANTOS ESTÁCIO

PREGOEIRA/SEMAS

Protocolo: 960758

DIÁRIA**PORTARIA Nº 1179/2023 - GAB/SEMAS 20 DE JUNHO DE 2023.**

Objetivo: Comparecer como testemunha em audiência de Instrução e Julgamento, conforme determinação judicial.

Fundamento Legal: Art.145 da Lei 5.810, de 24.01.1994.

Origem: Belém/PA.

Destino: Senador José Porfírio/PA

Período: 04/07 a 08/07/2023 – 04,½ diárias.

Servidores:

-57175833/1 – VICTOR MENDES DA SILVA –

(Técnico Em Gestão De Meio Ambiente)

-57218879/5 – FABIO RIBEIRO FIEL - (Motorista)

ORDENADOR: LÍLIA MARCIA RAMOS REIS/Secretária Adjunta de Gestão Administrativa e Tecnologias.

Protocolo: 952458

PORTARIA Nº 1168/2023 – GAB/SEMAS 19 DE JUNHO DE 2023.

Objetivo: Dar apoio na ação de fiscalização ambiental integrada com órgãos que compõem o PLANO ESTADUAL DE COMBATE AO DESMATAMENTO NO PARÁ "OPERAÇÃO AMAZÔNIA VIVA – FASE 34".

Fundamento Legal: Art.145 da Lei 5.810, de 24.01.1994.

Origem: Belém/PA.

Destino: Novo Progresso/PA, Itaituba/PA, Trairão/PA, Rurópolis/PA, Mojuí/PA e Santarém/PA.

Período: 18/06 à 30/06/2023 – 12 e ½ diárias.

Servidores:

– 5913943 – JOÃO MILHOMEM – (Delegado)

– 5913834 – MANOEL SILVA MORAES FILHO – (Escrivão)

– 5940037 – RAMON ARAN CARVALHO DE SOUSA – (Investigador)

– 5619319 – MIGUEL FERREIRA JÚNIOR– (Investigador)

ORDENADOR: LÍLIA MARCIA RAMOS REIS/Secretária Adjunta de Gestão Administrativa e Tecnologias.

Protocolo: 952222

PORTARIA Nº 1125/2023 - GAB/SEMAS 15 DE JUNHO DE 2023.

Objetivo: Dar apoio na Ação de Fiscalização Ambiental Integrada com os órgãos que compõem a Força Estadual de Combate ao Desmatamento.

Fundamento Legal: Art.145 da Lei 5.810, de 24.01.1994.

Origem: Belém/PA.

Destino: Tucuruí, Pacajá, Anapu, Novo Repartimento,

Senador José Porfírio e Portel/PA.

Período: 16/06 à 02/07/2023 – 16 e ½ diárias.

Servidores:

5187990-2 - DURVAL PONTES FERREIRA (Perito Criminal)

5963419-1 - ELIGSON LIMA GARCIA (Auxiliar Operacional)

5920378-2- ANDERSON HAGE ODA (Motorista)

ORDENADOR: LÍLIA MARCIA RAMOS REIS/Secretária Adjunta de Gestão Administrativa e Tecnologias.

Protocolo: 950336

PORTARIA Nº 1128/2023 - GAB/SEMAS 15 DE JUNHO DE 2023.

Objetivo: Dar apoio na Ação de Fiscalização Ambiental Integrada com os órgãos que compõem a Força Estadual de Combate ao Desmatamento.

Fundamento Legal: Art.145 da Lei 5.810, de 24.01.1994.

Origem: Belém/PA.

Destino: Tucuruí, Pacajá, Anapu, Novo Repartimento,

Senador José Porfírio e Portel/PA.

Período: 16/06 à 02/07/2023 – 16 e ½ diárias.

Servidores:

571893082- WESLEY ANDRÉ PIEDADE PADILHA (1º Tenente Pm)

57328241- JOELSON DA SILVA E SOUZA (3º Sargento)

5944773/1- RAYANE DE SOUZA CARDOZO (Soldado Pm)

64014421- MAYCON LIMA SETÚBAL (Soldado Pm)

ORDENADOR: LÍLIA MARCIA RAMOS REIS/Secretária Adjunta de Gestão Administrativa e Tecnologias.

Protocolo: 950367

PORTARIA Nº 1276/2023 - GAB/SEMAS 27 DE JUNHO DE 2023.

Objetivo: Realizar ação de fiscalização ambiental na Comunidade Iracema (Empresa Revenda - Dinagro LTDA), em combate aos impactos causados pelo uso de agrotóxicos.

Fundamento Legal: Art.145 da Lei 5.810, de 24.01.1994.

Origem: Belém/PA.

Destino: Castanhal/PA.

Período: 29/06/2023 – ½ diária.

Servidores:

57203213/ 2- ELVES MARCELO BARRETO PEREIRA

(Técnico Em Gestão De Meio Ambiente)

5954898/ 1- CLAUDIO HAYDEMAR DE OLIVEIRA RAMOS

(Técnico Em Gestão De Meio Ambiente)

5654807/ 1- JESUS DE NAZARE CARDOSO PALHETA (Motorista)

ORDENADOR: LÍLIA MARCIA RAMOS REIS/Secretária Adjunta de Gestão Administrativa e Tecnologias.

Protocolo: 955563

PORTARIA Nº 1194/2023 - GAB/SEMAS 20 DE JUNHO DE 2023.

Objetivo: Dar apoio na Ação de Fiscalização Ambiental Integrada com os órgãos que compõem a Força Estadual de Combate ao Desmatamento.

Fundamento Legal: Art.145 da Lei 5.810, de 24.01.1994.

Origem: Belém/PA.

Destino: Tailândia, Moju, Goianésia, Dom Eliseu, Paragominas e Ipixuna/PA.

Período: 19/06 à 04/07/2023 – 15 e ½ diárias.

Servidores:

- 5940429 – ANTONIO MORORÓ JÚNIOR – (Delegado da Polícia Civil)

- 5940325 - JUSCELINO MEIRA TEIXEIRA JÚNIOR – (Escrivão da Polícia Civil)

- 57200175 - SILAS CHAVES APINAGÉS – (Investigador da Polícia Civil)

- 5421926 - JOSÉ SANTOS DE SOUZA – (Investigador da Polícia Civil)

ORDENADOR: LÍLIA MARCIA RAMOS REIS/Secretária Adjunta de Gestão Administrativa e Tecnologias.

Protocolo: 952992

PORTARIA Nº 1233/2023 - GAB/SEMAS 22 DE JUNHO DE 2023.

Objetivo: Realizar ação de fiscalização ambiental na(o) área/polígono do aterro sanitário do município, com Base no acordo judicial, que determina o termo de cooperação técnica de funcionamento, além de identificar atividades irregulares ou ilícitas durante o período da fiscalização.

Fundamento Legal: Art.145 Da Lei 5.810, De 24.01.1994.

Origem: Belém/PA.

Destino: Marituba/PA.

Período: 30/06/2023 – ½ diárias.

Servidores:

- 57230542/ 3 – ADRIELLE BAIA RODRIGUES - (Gerente)

- 5954934/ 1 – GUSTAVO AIRES SARMAHNO –

(Técnico em Gestão de Meio Ambiente)

- 57196796/ 1 – MARCELO ANTÔNIO DE SÁ MEDEIROS – (Motorista)

ORDENADOR: LÍLIA MARCIA RAMOS REIS/Secretária Adjunta de Gestão Administrativa e Tecnologias.

Protocolo: 953978

PORTARIA Nº 1250/2023 - GAB/SEMAS 23 DE JUNHO DE 2023.

Objetivo: Realizar ação de fiscalização ambiental na Comunidade Areia Branca (Fazenda Reunidas-SOCOCO), em combate aos impactos causados pelo uso de agrotóxicos.

Fundamento Legal: Art.145 da Lei 5.810, de 24.01.1994.

Origem: Belém/PA.

Destino: Santa Izabel do Pará/PA.

Período: 28/06/2023– ½ diária.

Servidores:

57203213/ 2- ELVES MARCELO BARRETO PEREIRA

(Técnico Em Gestão De Meio Ambiente)

5954898/ 1- CLAUDIO HAYDEMAR DE OLIVEIRA RAMOS

(Técnico Em Gestão De Meio Ambiente)

57196924/ 1- PAULO CARVALHO LIMA (Motorista)

ORDENADOR: LÍLIA MARCIA RAMOS REIS/Secretária Adjunta de Gestão Administrativa e Tecnologias.

Protocolo: 954336

PORTARIA Nº 1371/2023 - GAB/SEMAS 07 DE JULHO DE 2023.

Objetivo: Realizar visita guiada à estação meteorológica de Curuçá.

Fundamento Legal: Art.145 da Lei 5.810, de 24.01.1994.

Origem: Belém/PA.

Destino: Curuçá/PA.

Período: 07/07/2023 – ½ diária.

Servidores:

57234142/ 1- ANTONIO JOSE DA SILVA SOUSA (Coordenador)

5654831/ 1- EVANDRO DE SOUZA PAES BARRETO (Motorista)

ORDENADOR: LÍLIA MARCIA RAMOS REIS/Secretária Adjunta de Gestão Administrativa e Tecnologias.

Protocolo: 960393

PORTARIA Nº 1357/2023 - GAB/SEMAS 06 DE JULHO DE 2023.

Objetivo: Participa do XII Encontro Raízes Negras do Baixo Amazonas.

Fundamento Legal: Art.145 da Lei 5.810, de 24.01.1994.

Origem: Belém/PA.

Destino: Santarém e Óbidos/PA.

Período: 12/07 a 17/07/2023– 05 e ½ diárias.

Servidores:

57173608/ 2- ANDREIA RODRIGUES MONTEIRO (Coordenador)

5901157/ 1- LEONARDO NUNES FREITAS

(Técnico Em Gestão De Desenv Ciencia Tecno)

57175401/ 1- MARCIA CRISTINA SARGES DE OLIVEIRA

(Técnico Em Gestão Pública)

ORDENADOR: LÍLIA MARCIA RAMOS REIS/Secretária Adjunta de Gestão Administrativa e Tecnologias.

Protocolo: 959787

PORTARIA Nº 1341/2023 - GAB/SEMAS 04 DE JULHO DE 2023.

Objetivo:Auxiliar na organização do Seminário do Plano Estadual de Recuperação da Vegetação Nativa do Estado do Pará -PRVN.

Fundamento Legal: Art.145 da Lei 5.810, de 24.01.1994.

Origem: Belém/PA.

Destino: Marabá/PA

Período: 12/07 à 15/07/2023 – 03,½ diárias.

Servidores:

-5972128/1 – CALIL LAMAS SAUMA PACHECO – (Gerente)

-5965897/1 - GIULIA NATÁLIA GUIMARÃES RIBEIRO SOUZA -

(Ass. Administrativo)

ORDENADOR: LÍLIA MARCIA RAMOS REIS/Secretária Adjunta de Gestão Administrativa e Tecnologias.

Protocolo: 959030

PORTARIA Nº 1342/2023 - GAB/SEMAS 05 DE JULHO DE 2023.

Objetivo: Auxiliar na organização do Seminário do Plano Estadual de Recuperação da Vegetação Nativa do Estado do Pará - PRVN.

Fundamento Legal: Art.145 da Lei 5.810, de 24.01.1994.

Origem: Belém/PA.

Destino: Marabá /PA

Período: 12/07 à 15/07/2023 – 03,½ diárias.

Servidora:

-5937348/2 – CLEFEA CORREA PACHECO – (Assistente Administrativo)

ORDENADOR: LÍLIA MARCIA RAMOS REIS/Secretária Adjunta de Gestão Administrativa e Tecnologias.

Protocolo: 959105

PORTARIA Nº 1362/2023 - GAB/SEMAS 06 DE JULHO DE 2023.

Objetivo: Como complementação, referente a PORTARIA Nº. 0945/2023- GAB/SEMAS de 18/05/2023, publicada no DOE nº 35.437 do dia 16/06/2023.

Fundamento Legal: Art.145 Da Lei 5.810, De 24.01.1994.

Origem: Belém/PA.

Destino: Altamira/PA, Anapú/PA, São Félix do Xingu/PA, Pacajá/PA, Novo Progresso/PA, Itaituba/PA, Portel/PA, Senador José Porfírio/PA, Novo Repartimento/PA, Uruará/PA, Rurópolis/PA, Placas/PA, Trairão/PA, Jacareacanga/PA e Medicilândia/PA.

Período: 07/06/2023 – 01 (uma) diária.

Servidores:

5953252/ 1- KARLA KAROLINE LEITE DO ROSÁRIO

(Técnico Em Gestão De Meio Ambiente)

5953145/ 2- LUCAS DOS SANTOS ALVES

(Técnico Em Gestão De Meio Ambiente)

5954940/ 1- FÁBIO BENTES PINHEIRO

(Técnico Em Gestão De Meio Ambiente)

ORDENADOR: LÍLIA MARCIA RAMOS REIS/Secretária Adjunta de Gestão Administrativa e Tecnologias.

Protocolo: 959987

PORTARIA Nº 1365/2023 - GAB/SEMAS 06 DE JULHO DE 2023.

Objetivo: Como complementação, referente a PORTARIA Nº. 1036/2023- GAB/SEMAS de 23/05/2023, publicada no DOE nº 35.006 do dia 13/06/2023.

Fundamento Legal: Art.145 Da Lei 5.810, De 24.01.1994.

Origem: Belém/PA.

Destino: Tucuruí/PA, Rurópolis/PA, Novo Progresso/PA, Itaituba/PA e Altamira/PA.

Período: 04/06 à 05/06/2022 – 02 (duas) diárias.

Servidores:

5211476/1 - ODENILDO GUIMARÃES DE SOUZA (1º SGT QBM)

5623294/12 - JOSINELIO DA CONCEIÇÃO COSTA (1º SGT BM / CONDUTOR)

ORDENADOR: LÍLIA MARCIA RAMOS REIS/Secretária Adjunta de Gestão Administrativa e Tecnologias.

Protocolo: 960123

PORTARIA Nº 1355/2023 - GAB/SEMAS 06 DE JULHO DE 2023.

Objetivo: Participa do Plano Estadual de Recuperação da Vegetação Nativa do Estado do Pará – PRVN.

Fundamento Legal: Art.145 da Lei 5.810, de 24.01.1994.

Origem: Belém/PA.

Destino: Marabá/PA.

Período: 12/07 a 15/07/2023– 03 e ½ diárias.
Servidora:
57188671/ 6- ROSA MARIA FERREIRA DA ROCHA
(Técnico Em Gestão De Meio Ambiente)
ORDENADOR: LÍLIA MARCIA RAMOS REIS/Secretária Adjunta de Gestão Administrativa e Tecnologias.

Protocolo: 959775

PORTARIA Nº 1356/2023 – GAB/SEMAS 06 DE JULHO DE 2023.
Objetivo: Participação na Oficinas regionais para construção do Plano de Recuperação da Vegetação Nativa do Estado do Pará.
Fundamento Legal: Art.145 da Lei 5.810, de 24.01.1994.
Origem: São Paulo/SP.
Destino: Belém/PA.
Período: 10/07 à 12/07/2023 – 02 e ½ diárias.
Colaborador Eventual:
– CARLOS ALBERTO DE MATTOS SCARAMUZZA – (Colaborador Eventual)
ORDENADOR: LÍLIA MARCIA RAMOS REIS/Secretária Adjunta de Gestão Administrativa e Tecnologias.

Protocolo: 959779

ALTERAÇÃO DE FÉRIAS

PORTARIA Nº1346/2023-DGAF/GAB/SEMAS, 04/07/2023
ALTERAR, por necessidade de serviço, o gozo de férias, do servidor SEBASTIAO ANISIO DOS SANTOS , Id. Funcional nº 3254593/ 1, que seria de 03/07/2023 a 01/08/2023 para 18/07/2023 a 01/08/2023, concedida através da PORTARIA Nº 1062/2023-DGAF/GAB/SEMAS de 06/06/2023, publicada no DOE nº 35.431 de 12/06/2023, referente ao exercício 2022-2023.
LÍLIA MÁRCIA RAMOS REIS
Secretária Adjunta de Gestão Administrativa e Tecnologias

Protocolo: 960770

TORNAR SEM EFEITO

Tornar sem efeito a publicação do TERMO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 006/2023 publicado no DOE 35.304 de 28/02/2023.
Nº do Protocolo: 908358.

Protocolo: 960432

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO FLORESTAL E DA BIODIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ

PORTARIA

PORTARIA Nº. 413 de 06 de julho de 2023
CONSIDERANDO o memorando nº 023/2023 - SEC/DGMUC/IDEFLOR-Bio, PAE 2023/767584;
RESOLVE:
Art. 1º - Autorizar o servidor Átilla Melo do Nascimento, matrícula nº 5900252, ocupante do cargo de Técnico em Gestão de Pesca e Aquicultura, Carteira Nacional de Habilitação nº 05163164303, Categoria AB, a dirigir veículos oficiais do IDEFLORBio, na área de abrangência da Diretoria de Gestão e Monitoramento das Unidades de Conservação, para realização das atividades pertinentes à referida unidade do IDEFLOR-Bio, no período de 04/07/2023 a 03/07/2024.
NILSON PINTO DE OLIVEIRA
PRESIDENTE DO IDEFLOR-Bio

Protocolo: 960614

PORTARIA Nº 417 de 07 de julho de 2023
RESOLVE:
Art. 1º - Instituir, a contar de 13 de junho de 2023, no âmbito do Instituto de Desenvolvimento Florestal e da Biodiversidade do Estado do Pará – IDEFLOR-Bio, a Comissão específica para Planejamento, Coordenação, Execução, Supervisão e Deliberação do Processo Seletivo Simplificado – PSS, para contratação de servidores, por tempo determinado para exercer função temporária neste IDEFLOR-Bio.
Parágrafo Único. Destituir os membros da comissão constituída através da PORTARIA Nº. 072, de 15 de março de 2023 e revogar os dispositivos contrários
Art. 2º - A Comissão será composta pelos seguintes servidores:

Nome	Matrícula	Lotação
Claudia Cristina França Silva	55589391	DGAF
Crisomar Raimundo da Silva Lobato	3253570	DGBIO
Elivelton de Carvalho da Cunha	5933860	DGMUC
Felipe Silveira Brazão e Silva	57227073	NTI
Maria do Perpetuo Socorro Santiago Silva Nascimento	351237	DGAF
Soraya Sousa de Lemos	57201136	PROJUR

Art. 3º - A Comissão será presidida pela servidora Cláudia Cristina França Silva, que convocará reuniões sempre que houver necessidade.
Parágrafo Único. Qualquer membro da Comissão poderá solicitar reunião informando previamente à Presidência.

Art. 4º - O Gabinete da Presidência prestará o apoio administrativo necessário ao desenvolvimento das atividades da Comissão, devendo todos os setores do IDEFLOR-Bio, quando demandados, prestar as informações necessárias à Comissão para a execução de suas competências.
NILSON PINTO DE OLIVEIRA
PRESIDENTE DO IDEFLOR-Bio

Protocolo: 960602

DESIGNAR FISCAL DE CONTRATO

PORTARIA Nº 419 de 07 de Julho de 2023
O Presidente do Instituto de Desenvolvimento Florestal e da Biodiversidade do Estado do Pará, no uso das atribuições conferidas pelo Decreto Estadual de 02 de fevereiro de 2023, publicado no Diário Oficial nº. 35.276, de 02 de fevereiro de 2023 e alterações posteriores.
CONSIDERANDO o disposto no Decreto nº 870, de 04 de outubro de 2013.
RESOLVE:
Art 1º- Designar LIGIA ANTÔNIA DO VALE CORDEIRO, lotação/Belém - Sede, matrícula nº 5829993, para exercer a função de Fiscal e ANA LAURA DE SOUZA GOMES, lotação/Belém Sede, matrícula nº 5956184 para exercer a função de suplente do Contrato nº 07/2023, firmado pelo IDEFLOR-Bio e a empresa LG SERVIÇOS PROFISSIONAIS LTDA, CNPJ: 06.028.733/0001-10, que tem por objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONDUTORES DE VEÍCULOS AUTOMOTORES (MOTORISTAS), a serem prestados junto ao INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO FLORESTAL E DA BIODIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ - IDEFLOR-Bio.
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.
Belém, 07 de julho de 2023.

Protocolo: 960774

PORTARIA Nº. 420 de 07 Julho de 2023
O Presidente do Instituto de Desenvolvimento Florestal e da Biodiversidade do Estado do Pará, no uso das atribuições conferidas pelo Decreto Estadual de 02 de fevereiro de 2023, publicado no Diário Oficial nº. 35.276, de 02 de fevereiro de 2023 e alterações posteriores.
CONSIDERANDO o disposto no Decreto nº 870, de 04 de outubro de 2013.
RESOLVE:
Art1º - Designar FELIPE SILVEIRA BRAZÃO E SILVA, lotação/Belém Sede, matrícula nº 57227073, para exercer a função de Fiscal e RODRIGO BENTES DOS SANTOS, lotação/Belém Sede, matrícula nº 8014420, para exercer a função de suplente do Contrato nº 06/2023, firmado pelo IDEFLOR - Bio e EMPRESA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO DO ESTADO DO PARÁ - PRODEPA, CNPJ: 05.059.613/0001-18, que tem por objeto a PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO – TIC.
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.
Belém, 07 de Julho de 2023.
NILSON PINTO DE OLIVEIRA
Presidente do IDEFLOR-Bio

Protocolo: 960777

CONTRATO

EXTRATO DO CONTRATO Nº 07/2023
PARTES: IDEFLOR-Bio E EMPRESA LG SERVIÇOS PROFISSIONAIS LTDA.
OBJETO: A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONDUTORES DE VEÍCULOS AUTOMOTORES (MOTORISTAS).
VALOR: R\$ 647.591,76 (seiscentos e quarenta e sete mil, quinhentos e noventa e um reais e setenta e seis centavos).
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: PTRES - 8338; Fontes de Recursos - 01759000016, 02759000016, 02759000056, 01500000001 e 02501000061; Elemento de Despesa -33.90.37.
ASSINATURA: 07/07/2023.
VIGÊNCIA: 07/07/2023 A 06/07/2024
NILSON PINTO DE OLIVEIRA
Presidente do IDEFLOR-Bio
CONTRATANTE
LUCIA DE FÁTIMA DO NASCIMENTO
LG SERVIÇOS PROFISSIONAIS LTDA.
CONTRATADA

Protocolo: 960760

DIÁRIA

PORTARIA Nº 165 de 11 de abril de 2023
Fundamento Legal: conforme o processo nº 2023/404244 e Art.145 da Lei Estadual nº. 5.810 de 24/01/1994.
Objetivo: Apoio aos servidores do IDEFLOR-Bio nas atividades de Monitoramento e Fiscalização intensiva e intermitente na FLOTA do Trombetas – Base de Jaramacaru.
Origem: Santarém-PA
Destino: Oriximiná e Jaramacaru/Óbidos-PA
Período: 10 a 27/04/2023 - 17,5 (dezessete e meia) diárias
Servidor: 2º SGT Valdemir Figueira de Andrade – 5733766
CB PM Flavio Lincoln de Castro Melo – 5719179
SD PM Ledyel Pinheiro de Sousa – 59446841
SD PM Lívea Amazonas de Jesus – 5944772
NILSON PINTO DE OLIVEIRA
PRESIDENTE DO IDEFLOR-Bio

PORTARIA Nº 415 de 06 de julho de 2023
I - Autorizar o deslocamento da servidora conforme abaixo, com destino a Cachoeira do Arari-PA, de 18 a 21/07/2023:

Servidor	Objetivo
Osiane Barbosa de Oliveira, matrícula nº 5906862, ocupante do cargo de Gerente.	Reunião com a Secretaria Municipal de Agricultura do Município de Cachoeira do Arari e fazer diagnósticos dos produtores rurais nas comunidades Soledade, Gurupá, Umarizal, Santa Rosa, Camará e Santo Antônio.

II - Conceder 3,5 (três e meia) diárias, conforme o processo nº 2023/762178 e Art.145 da Lei Estadual nº. 5.810 de 24/01/1994.
NILSON PINTO DE OLIVEIRA
PRESIDENTE DO IDEFLOR-Bio
PORTARIA Nº 416 de 06 de julho de 2023
I - Autorizar o deslocamento da servidora conforme abaixo, com destino a Salvaterra-PA, de 11 a 14/07/2023:

Servidor	Objetivo
Osiane Barbosa de Oliveira, matrícula nº 5906862, ocupante do cargo de Gerente.	Reunião com a Secretaria Municipal de Agricultura do Município de Salvaterra e fazer diagnósticos dos produtores rurais nas comunidades: Mangueiras, Providência, Rosário, Salvar e Deus Ajude.

II - Conceder 3,5 (três e meia) diárias, conforme o processo nº 2023/762139 e Art.145 da Lei Estadual nº. 5.810 de 24/01/1994.
NILSON PINTO DE OLIVEIRA
PRESIDENTE DO IDEFLOR-Bio

Protocolo: 960612

FÉRIAS

PORTARIA Nº. 421 de 07 de julho de 2023
CONSIDERANDO a solicitação apresentada no PAE nº 2023/778273;
RESOLVE:
Conceder 15 (quinze) dias consecutivos de férias ao servidor Felipe Silveira Brazão e Silva, matrícula nº 57227073/ 3, para o intervalo de 17/07 a 31/07/2023, referente ao período aquisitivo de 10/10/2022 a 09/10/2023.
NILSON PINTO DE OLIVEIRA
PRESIDENTE DO IDEFLOR-Bio
PORTARIA Nº. 422 de 07 de julho de 2023
RESOLVE:
Art.1º - Conceder, 30 (trinta) dias consecutivos de férias regulamentares aos servidores abaixo:

Nome	Matrícula	Período Aquisitivo	Período de Gozo
ALBERT IVY LIMA PEREIRA	57213092	09/03/2022 a 08/03/2023	07/08/2023 a 05/09/2023
FABIO FONSECA FILGUEIRA	5950032	05/08/2020 a 04/08/2021	01/08/2023 a 30/08/2023
JOÃO CLAUDIO CONCEIÇÃO DE SOUZA	57201094	01/11/2021 a 30/11/2022	01/08/2023 a 30/08/2023
MARIA JALVA COSTA BRAGA	54197020	17/02/2022 a 16/02/2023	07/08/2023 a 05/09/2023
SORAYA TATIANA MACEDO ALVES	54186246	16/06/2022 a 15/06/2023	01/08/2023 a 30/08/2023

NILSON PINTO DE OLIVEIRA
PRESIDENTE DO IDEFLOR-Bio
PORTARIA Nº. 423 de 07 de junho de 2023
CONSIDERANDO o Art.74, Art.75 inciso I, e Art.76 da Lei Estadual nº. 5.810 de 24/01/1994;
RESOLVE:
Art.1º - Conceder, 15 (quinze) dias consecutivos de férias aos servidores abaixo:

Nome	Matrícula	Período Aquisitivo	Período de Gozo
ADRIANA OLIVEIRA MAUES FERREIRA	57176021	02/04/2020 a 01/04/2021	16/08/2023 a 30/08/2023
DEOCLECIO NEVES CORDEIRO JUNIOR	54197969	01/06/2021 a 31/05/2022	17/08/2023 a 31/08/2023
THIAGO PACHECO DE OLIVEIRA	5953392	16/01/2021 a 15/01/2022	16/08/2023 a 30/08/2023

NILSON PINTO DE OLIVEIRA
PRESIDENTE DO IDEFLOR-Bio

Protocolo: 960665



PORTARIA

PORTARIA Nº 1239/2023-CGP/SAGA, Belém, 07 de julho de 2023
O Secretário Adjunto de Gestão Administrativa da Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social, no uso de suas atribuições legais.
CONSIDERANDO: O Processo nº 2018/488430 de 31/10/2018, de solicitação de Aposentadoria.
CONSIDERANDO: O Processo nº 2023/509028, de 03/05/2023 e requerimento da servidora que solicitou o cancelamento da aposentadoria.
RESOLVE: Retornar ao serviço a servidora MARIA APARECIDA MENDES VASCONCELOS, MF: 3153975/1, Técnico de Administração e Finanças, a contar de 10/07/2023.
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE
PAULO ROBERTO DOS SANTOS LIMA
Secretário Adjunto de Gestão Administrativa da SEGUP
Protocolo: 960604

ADMISSÃO DE SERVIDOR

ACORDO DE COOPERAÇÃO Nº 044/2023 Protocolo Eletrônico nº 2023/414842
Objeto: a cooperação mútua entre os partícipes visando à adesão do ADERENTE ao Plano Estadual de Segurança Pública, da Política Estadual de Apoio aos Órgãos Municipais de Segurança Pública - PEOSP.
Fundamentação Legal: Parecer nº 362/2023/CONJUR
Data de assinatura: 07/07/2023.
Vigência: 07/07/2023 à 06/07/2025 (vigência por 24 meses).
Valor: R\$ 0,00 (não envolve a transferência de recursos financeiros)
Partes: Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social e a Prefeitura Municipal de Jacundá/PA.
Assinaram:
UALAME FIALHO MACHADO - Secretário de Estado de Segurança Pública e Defesa Social - SEGUP.
ITONIR APARECIDO TAVARES - Prefeito do Município de Jacundá/PA.
Protocolo: 960564

DESIGNAR SERVIDOR

PORTARIA Nº 1238/2023-SAGA Belém, 07 de julho de 2023
CONSIDERANDO: PORTARIA Nº 1204/2023-SAGA de 07.07.2023, que concedeu 10 (dez) dias do período de gozo de férias no mês de julho de 2023 à servidora ROSIANE SOARES MOUTINHO BARBOSA, Coordenador de Gestão de Pessoas, MF 5917350/1, 2021/2022, no período de 10.07 a 19.07.2023.
R E S O L V E: Designar a servidora VERA LÚCIA ALBUQUERQUE AMARAL, Gerente de Comunicação Crítica, MF 51855572/7, para responder pelo cargo de Coordenador de Gestão de Pessoas, no referido período.
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE
PAULO ROBERTO DOS SANTOS LIMA
Secretário Adjunto de Gestão Administrativa da SEGUP
Protocolo: 960594

PORTARIA Nº 1206/2023-SAGA Belém, 05 de julho de 2023
O Secretário Adjunto de Gestão Administrativa da Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social, no uso de suas atribuições legais.
CONSIDERANDO: O Processo nº 2023/748498, e Mem. nº 037/2023-GAB. IESP, de 27.06.2023.
CONSIDERANDO: PORTARIA Nº 902/2023-SAGA de 30.05.2023, publicada no DOE nº 35.422 de 01.06.2023, que concedeu 30 (trinta) dias de férias ao servidor WALTÊNIO SANTIAGO DA SILVA, Gerente Técnico-Administrativo de Ensino Profissional, 5430496/2, 2022/2023 no período de 01.07 a 30.07.2023.
R E S O L V E: Designar o servidor CB BM GERDERSON JOSÉ NEVES BEZERRA, MF 57217702, para responder pelo Gerente Técnico-Administrativo de Ensino Profissional, no referido período.
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE
PAULO ROBERTO DOS SANTOS LIMA
Secretário Adjunto de Gestão Administrativa da SEGUP
Protocolo: 960462

ERRATA

ERRATA DA PORTARIA Nº 1186/2023 - SAGA, PUBLICADA EM DOE Nº 35.463, publicada em 07.07.2023
ONDE LÊ: SERVIDOR (ES): CB PM IRANILDO DOS SANTOS, MF:4219372-1
LEIA-SE: SERVIDOR (ES): CB PM IRANILDO DOS SANTOS NASCIMENTO, MF:4219372-1
ORDENADOR: PAULO ROBERTO DOS SANTOS LIMA
ERRATA DA PORTARIA Nº 1198/2023 - SAGA, PUBLICADA EM DOE Nº 35.463, publicada em 07.07.2023
ONDE LÊ: SERVIDOR (ES): CB PM DIEGO DA SILVA CRISPIM
LEIA-SE: SERVIDOR (ES): CB PM DIEGO DA SILVA CRISPIM, MF:59219902
ORDENADOR: PAULO ROBERTO DOS SANTOS LIMA
ERRATA DA PORTARIA Nº 1219/2023 - SAGA, PUBLICADA EM DOE Nº 35.463, publicada em 07.07.2023
ONDE LÊ: SERVIDOR (ES): TEN CEL BM CLEDSON DE SOUZA OLIVEIRA, MF:54185292-1
LEIA-SE: SERVIDOR (ES): TEN CEL BM CLEDSON DE SOUSA OLIVEIRA, MF:54185292-1
ORDENADOR: PAULO ROBERTO DOS SANTOS LIMA
ERRATA DA PORTARIA Nº 1220/2023 - SAGA, PUBLICADA EM DOE Nº 35.463, publicada em 07.07.2023
ONDE LÊ: OBJETIVO: COMPLEMENTAÇÃO a PORTARIA Nº 969/2023-SAGA de 15.06.2023, aos servidores abaixo mencionados, em virtude ter permanecido na cidade de BRAGANÇA PAULISTA/SP," B", À serviço da SEGUP.
LEIA-SE: OBJETIVO: COMPLEMENTAÇÃO a PORTARIA Nº 969/2023-SAGA de 15.06.2023, aos servidores abaixo mencionados, em virtude ter permanecido na cidade de BRAGANÇA PAULISTA/SP," C", À serviço da SEGUP.
ORDENADOR: PAULO ROBERTO DOS SANTOS LIMA
ERRATA DA PORTARIA Nº 1222/2023 - SAGA, PUBLICADA EM DOE Nº 35.463, publicada em 07.07.2023
ONDE LÊ: PERÍODO: 27.06.2023
SERVIDOR (ES): RODRIGO VENOSO ZAMBERDINO, MF:57233482

LEIA-SE: PERÍODO: 30.06.2023
SERVIDOR (ES): RODRIGO VENOSO ZAMBARDINO, MF:57233482
ORDENADOR: PAULO ROBERTO DOS SANTOS LIMA
ERRATA DA PORTARIA Nº 1228/2023 - SAGA, PUBLICADA EM DOE Nº 35.463, publicada em 07.07.2023
ONDE LÊ: NOME DO SERVIDOR: CEL PM JOSE MAGALHÃES DOS SANTOS
LEIA-SE: NOME DO SERVIDOR: CEL PM WELLINGTON JOSE MAGALHÃES DOS SANTOS
ORDENADOR: PAULO ROBERTO DOS SANTOS LIMA

Protocolo: 960570

CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 136/2023-SEGUP/PA
Processo: 2023/618724
Exercício: 2023
Origem: Termo de Dispensa de Licitação nº 006/2023-SEGUP/PA
Objeto: contratação de empresa para a prestação de Serviço de fornecimento de Internet através da Rede de Comunicação de Dados do Estado do Pará, Link de dados (fibra óptica) e IP válido através de NAT, bem com, a permitir o acesso ao mainframe localizado na sede da PRODEPA, através da licença de uso de Sistemas Globais (Acesso ao SIAFEM/SIMAS), de acordo com as condições e especificações do Termo de Referência, e Proposta Comercial nº 112/2023-PRODEPA.
Fundamentação Legal: Parecer Jurídico Nº 354/2023-CONJUR
Data da Assinatura: 06/07/2023
Vigência: 06/07/2023 a 05/07/2024
Valor Global: R\$ 749.070,00 (setecentos e quarenta e nove mil e setenta reais)
Programação Orçamentária: 21.101.06.126.1508.8238 - Gestão da Tecnologia da Informação e Comunicação; Natureza: 339140; Fonte: 01500000001.
Contratada: EMPRESA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO DO ESTADO DO PARÁ - PRODEPA
CNPJ: 05.059.613/0001-18
Endereço: Rodovia Augusto Montenegro, km 10, Centro Administrativo do Estado, Bairro de Icoaraci, CEP 66820-000
Ordenador: PAULO ROBERTO DOS SANTOS LIMA

Protocolo: 960607

DIÁRIA

PORTARIA Nº 1209/2023 -SAGA
OBJETIVO: À serviço da SEGUP.
PROCESSO: 2023/768158
FUNDAMENTO LEGAL: decreto nº 2.819/1994 e PORTARIA Nº 278/2019-SEAD
MUNICÍPIO DE ORIGEM: BELÉM/PA
DESTINO(S): BRAGANÇA/PA
PERÍODO: 06 à 10.07.2023
QUANTIDADE DE DIÁRIAS: 05(cinco) alimentação e 04(quatro) pousada
SERVIDOR (ES): CEL PM WELLINGTON JOSÉ MAGALHÃES DOS SANTOS, MF:5773768/1
SUB TEN PM CHARLES RAIMUNDO GARCIA BRANCO, MF:5653568/2
SGT BM FLAVIO MENDONÇA COSTA, MF:54194953/1
SGT BM GESIMO POMPEU ALMEIDA, MF:5601975/1
SGT PM RONALD ARMANDO FERREIRA MUNIZ, MF:5584167-1
ORDENADOR: PAULO ROBERTO DOS SANTOS LIMA
PORTARIA Nº 1229/2023 -SAGA
OBJETIVO: Operação Verão 2023.
PROCESSO: 2023/755265
FUNDAMENTO LEGAL: decreto nº 2.819/1994 e PORTARIA Nº 278/2019-SEAD
MUNICÍPIO DE ORIGEM: BELÉM/PA
DESTINO(S): MOSQUEIRO/PA
PERÍODO: 26.07 à 02.08.2023
QUANTIDADE DE DIÁRIAS: 08(oito) alimentação e 07(sete) pousada
SERVIDOR (ES): 3º SGT PM EMERSON SIDNEY PINTO LEÃO, MF:57222113/1
QUANTIDADE DE DIÁRIAS: 7 ½ (sete e meia)
SERVIDOR (ES): ADEMAR HENRIQUE NASCIMENTO BRITO, MF:5964125
ORDENADOR: PAULO ROBERTO DOS SANTOS LIMA
PORTARIA Nº 1230/2023 -SAGA
OBJETIVO: Operação Curupira.
PROCESSO: 2023/735190
FUNDAMENTO LEGAL: decreto nº 2.819/1994 e PORTARIA Nº 278/2019-SEAD
MUNICÍPIO DE ORIGEM: BELÉM/PA
DESTINO(S): SÃO FÉLIX DO XINGU/PA
PERÍODO: 10 à 28.07.2023
QUANTIDADE DE DIÁRIAS: 19(dezenove) alimentação e 18(dezoito) pousada
SERVIDOR (ES): MAJ PM GILMAR MENDES CAVALCANTE, MF:571983331
ORDENADOR: PAULO ROBERTO DOS SANTOS LIMA
PORTARIA Nº 1231/2023 -SAGA
OBJETIVO: Realizar transporte de combustível para abastecimento de Aeronaves.
PROCESSO: 2023/761025
FUNDAMENTO LEGAL: decreto nº 2.819/1994 e PORTARIA Nº 278/2019-SEAD
MUNICÍPIO DE ORIGEM: BELÉM/PA
DESTINO(S): CASTANHAL/PA
PERÍODO: 28.06.2023
QUANTIDADE DE DIÁRIAS: 01(uma) alimentação
SERVIDOR (ES): SGT PM EIMAR CORRÊA DOS SANTOS JÚNIOR, MF:57200054-1
SGT PM BENEDITO DA SILVA MIRES, MF:51267540-1
ORDENADOR: PAULO ROBERTO DOS SANTOS LIMA

PORTARIA Nº 1218/2023 -SAGA
OBJETIVO: Operação Verão 2023.
PROCESSO: 2023/753888
FUNDAMENTO LEGAL: decreto nº 2.819/1994 e PORTARIA Nº 278/2019-SEAD
MUNICÍPIO DE ORIGEM: BELÉM/PA
DESTINO(S): SALINÓPOLIS/PA
PERÍODO: 26 à 27.06.2023
QUANTIDADE DE DIÁRIAS: 02(duas) alimentação e 01(uma) pousada
SERVIDOR (ES): CEL PM AUGUSTO JOSÉ COELHO DA SILVA BITTENCOURT, MF:5755549-1
CEL BM MARLON FRANCEZ BRITO, MF:5619777-1
CEL PM RICARDO BRUNO DE FREITAS ALMEIDA, MF:5755425-1
TEN BM DOUGLAS JÂNIO BEZERRA DE MORAES, MF:5561272-1
SUB TEN BM MARCOS CLEISON BARROS MARTINS, MF:5427991
SUB TEN PM GEAN CLEDSON NEGRÃO TOBIAS, MF:5793211/1
SGT PM EDIR CARLOS RIBEIRO QUARESMA, MF:5579333-1
SGT PM IZAIAS MACHADO DOS SANTOS, MF:5578000-1
SGT PM BRUNO LEONARDO DE FRANÇA GASPAR, MF:57199641-1
SGT PM JOÃO CARLOS DE AZEVEDO COSTA JÚNIOR, MF:57222381
SGT PM NERO SERRÃO FIALHO, MF:4220028-1
SGT BM ROGERIO SARMENTO FERNANDES, MF:54184999-1
SGT BM JEFFERSON JOSÉ GARCIA NEGRÃO, MF:57189247/1
SGT PM ALEXANDRE OLIVEIRA DE LIMA, MF:5701856-1
SGT PM BENEDITO DA SILVA MIRES, MF:51267540-1
CB PM JOAN DE JESUS AZEVEDO, MF:57222557-1
ORDENADOR: PAULO ROBERTO DOS SANTOS LIMA
*** Republicado por ter saído com incorreções no Diário Oficial do Estado nº 35.463, de 07 de Julho de 2023.**

Protocolo: 960580

FÉRIAS

PORTARIA Nº 1204/2023-SAGA
Belém, 07 de julho de 2023
CONSIDERANDO: O Processo 2023/770907,e Memorando nº71/2023-CGP, de 05.07.2023.
CONSIDERANDO: A PORTARIA Nº 899/2022-SAGA, de 06.06.2022, publicada no DOE nº 35.002, de 09.06.2022, que transferiu o período de férias da servidora ROSIANE SOARES MOUTINHO BARBOSA, Coordenador de Gestão de Pessoas, MF 5917350/1, 2021/2022,do período de 01.06 a 30.06.2022, para 20.06 a 24.06.2022(05 dias), por necessidade de serviço.
Ficando o restante de 25(vinte e cinco) dias do período de gozo de férias, para ser usufruído em data oportuna.
R E S O L V E:
-Conceder 10 (dez) dias do período de gozo de férias no mês de julho de 2023 à servidora ROSIANE SOARES MOUTINHO BARBOSA, Coordenador de Gestão de Pessoas, MF 5917350/1, 2021/2022, no período de 10.07 a 19.07.2023.
-Ficando o restante de 15 (quinze) dias do período de gozo de férias, para ser usufruído em data oportuna.
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMpra-SE
PAULO ROBERTO DOS SANTOS LIMA
Secretário Adjunto de Gestão Administrativa da SEGUP

Protocolo: 960593

PORTARIA Nº 1207/2023-SAGA
Belém, 06 de julho de 2023
CONSIDERANDO: Processo 2023/773981 e Memorando nº 62/2023 CCV-SEGUP de 05.07.2023.
CONSIDERANDO: A PORTARIA Nº 902/2023-SAGA, de 30.05.2023, publicada no DOE nº 35.422, de 01.06.2023, que concedeu 30 (trinta) dias de férias à servidora PATRICIA DA ROCHA QUINDERE FERREIRA, Assessor II, MF 5900805/2, 2022/2023, no período de 10.07.2023 a 08.08.2023.
R E S O L V E:
I - Retificar o período de gozo de férias da servidora PATRICIA DA ROCHA QUINDERE FERREIRA, Assessor II, MF 5900805/2, do período de 10.07.2023 a 08.08.2023, para 10.07.2023 a 28.07.2023 19 (dezenove) dias.
II - Ficando restante 11 (onze) dias do período de gozo de férias para ser usufruído em data oportuna
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMpra-SE
PAULO ROBERTO DOS SANTOS LIMA
Secretário Adjunto de Gestão Administrativa da SEGUP

Protocolo: 960495

TORNAR SEM EFEITO

TORNAR SEM EFEITO AS PUBLICAÇÕES CONSTANTE NO DIÁRIO OFICIAL Nº 35.459 DE 04/07/2023 REFERENTE AO NÚMERO DE PORTARIA Nº 1145/2023 - SAGA, QUE GEROU O PROTOCOLO DE PUBLICAÇÃO: 958369.
ORDENADOR: PAULO ROBERTO DOS SANTOS LIMA.
TORNAR SEM EFEITO AS PUBLICAÇÕES CONSTANTE NO DIÁRIO OFICIAL Nº 35.453 DE 28/06/2023 REFERENTE À DIARIA DE PORTARIA Nº 1081/2023 - SAGA, QUE GEROU O PROTOCOLO DE PUBLICAÇÃO: 956059.
ORDENADOR: PAULO ROBERTO DOS SANTOS LIMA.

Protocolo: 960568

POLÍCIA MILITAR DO PARÁ

OUTRAS MATÉRIAS

7º TERMO ADITIVO AO TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA E OPERACIONAL COM ENCARGOS Nº 009/2019. OBJETO: "Inclusão das alíneas 'h' do inciso 'I' e 'f' do inciso 'II' da Cláusula Segunda, bem como a prorrogação do prazo de vigência em 12 (doze) meses do Termo de Cooperação Técnica e Operacional com Encargos nº 009/2019, celebrado entre a Polícia Militar do Pará e a Secretaria de Estado de Administração Penitenciária, a contar do dia 01 de julho de 2023". ASSINATURA: 30/06/2023. VIGÊNCIA: 01/07/2023 a 30/06/2024. PARTES: POLÍCIA MILITAR DO PARÁ - CEL QOPM JOSÉ DILSON MELO DE SOUZA JÚNIOR - Comandante Geral da PMPA; CEL QOPM MARCO ANTONIO SIROTTEAU CORRÊA RODRIGUES - Secretário de Estado de Administração Penitenciária.

Protocolo: 960482

POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PARÁ

TERMO ADITIVO A CONTRATO

Termo Aditivo 2. Contrato: 037/2021-PC/PA.

Partes: Polícia Civil do Estado do Pará. CNPJ nº 00.368.105/0001-06 e LUANA DE CÁSSIA RODRIGUES DÓRIA, CPF nº 939.278.352-34. Objeto: Prorrogação de prazo de vigência por mais 06 meses e reajuste pelo IGP-M acumulado nos últimos 12 meses. Data da Assinatura: 09/07/2023. Vigência: 09/07/2023 à 09/01/2024. Valor: R\$3.226,01 mês. Orçamento: Funcional programática, Natureza da Despesa, Fonte de Recurso e Origem do Recurso. 40101.06.181.1502.8266.339036.01500000001. Processo nº 2023/608918. Contratado: LUANA DE CÁSSIA RODRIGUES DÓRIA. Endereço: Av José Rodrigues do Santos, nº 88 Benevides/Pa, CEP: 68.795-000. Ordenadora Responsável: ANA MICHELLE GONÇALVES SOARES ZAGALO. Chefe de Gabinete do Delegado Geral da Polícia Civil.

Protocolo: 959919

POLÍCIA CIENTÍFICA DO PARÁ

LICENÇA PRÊMIO

PORTARIA Nº 173 DE 04/07/2023-DAF

SERVIDOR: JOÃO MARCELO CRISTIANO LIMA DE OLIVEIRA
CARGO: Motorista, MATRÍCULA: 57190929/1
PERÍODO: 31.08.2023 a 29.09.2023
TRIÊNIO: 04.03.1996 a 03.03.1999

Protocolo: 960379

FÉRIAS

PORTARIA Nº 178/23-GAB/DG/PCEPA DE 06 DE JULHO DE 2023

O DIRETOR-GERAL DA POLÍCIA CIENTÍFICA DO PARÁ, usando das atribuições legais e conferidas Pelo Decreto Governamental s/n publicado no DOE Nº 33.771 de 02.01.2019.

CONSIDERANDO a Lei nº 5.810 de 24.01.94, e a Lei nº 6.282 de 19.01.00 e o Processo nº2023/96340.

R E S O L V E:

CONCEDER 30 dias de gozo de férias a servidora HELLEN JORGE SILVA DA CRUZ, Assistente Administrativo, matrícula nº 57190939/1, no período de 01.08.2023 a 30.08.2023, suspensas pela PORTARIA Nº249/22 de 29.08.2022, publicada no DOE nº35.098 de 31.08.2022.

REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

POLÍCIA CIENTÍFICA DO PARÁ, 06 de Julho de 2023.

CELSON DA SILVA MASCARENHAS

Diretor-Geral

Protocolo: 960402

ALTERAÇÃO DE FÉRIAS

PORTARIA Nº179/23-GAB/DG/PCEPA DE 06 DE JULHO DE 2023

O DIRETOR-GERAL DA POLÍCIA CIENTÍFICA DO PARÁ, usando das atribuições legais e conferidas Pelo Decreto Governamental s/n publicado no DOE Nº 33.771 de 02.01.2019.

CONSIDERANDO a Lei nº 5.810/94, Art. nº74, §2º e o Processo nº2023/777062.

R E S O L V E:

SUSPENDER o gozo de férias da servidora ÉRICA EMMANUELLE LIMA SANTOS, Perito Criminal, matrícula nº57202380/2, por necessidade de serviço, concedida pela Portaria Nº171/2023-GAB/DG/PCEPA de 30.06.2023, publicada no DOE nº 35.458 de 03.07.2023, para posterior gozo.

REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

POLÍCIA CIENTÍFICA DO PARÁ, 06 de Julho de 2023.

CELSON DA SILVA MASCARENHAS

Diretor-Geral

Protocolo: 960525

DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO ESTADO DO PARÁ

PORTARIA

PORTARIA Nº 2510/2023-DAF/CGP, de 07 de julho de 2023.

A Coordenadora de Gestão de Pessoas do Departamento de Trânsito do Estado do Pará – detran/pa, usando das atribuições que lhe foram delegadas, e, CONSIDERANDO a solicitação constante do Memorando nº 99/2023, data-do de 05/07/2023, protocolado sob o nº 2023/771521,

R E S O L V E:

RETIFICAR na Portaria 1779/2023-DAF/CGP, o período concessivo de FÉRIAS da servidora ALSEISA RAMOS COSTA, Auxiliar de Administração, matrícula 3268780/1, lotada na CIRETRAN "B" de São Miguel do Guamá, onde se lê de 01.07 a 30.07.2023, **leia-se** 17.07 a 15.08.2023, referentes ao exercício 07.04.2022/2023.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Nazaré de Fátima Matos Oliveira

Coordenadora de Gestão de Pessoas.

Protocolo: 960656

PORTARIA Nº 06/2023-CETRA/PA

O Presidente do Conselho Estadual de Trânsito, no uso das atribuições Legais que lhe confere o Decreto nº 1.365, de 24 de novembro de 2004.

CONSIDERANDO: que cabe ao Presidente do CETRA/PA aprovar a inclusão de assuntos extra-pauta, quando revestidos de caráter de urgência e relevância previsto no inciso V do Art. 13 do Regimento Interno do CETRA/PA e ainda baixar atos administrativos de caráter normativo conforme o inciso IX do referido Regimento;

CONSIDERANDO: a PORTARIA Nº 03/21 publicada no D.O.E nº 34.814 de 29 de dezembro de 2021, que criou a Comissão para analisar e julgar aos processos recursais que ora encontram-se prontos para a distribuição, bem como aos que futuramente entrarão via Secretaria, bem como a PORTARIA Nº 01/22 publicada no D.O.E nº 34.907 de 25 de março de 2022 (Troca de membros).

RESOLVE:

1- DISPENSAR Wender Moraes Vicente, Conselheiro Suplente de Marabá, como membro da Comissão para analisar e julgar aos processos recursais, conforme PORTARIA Nº 03/21 publicada no D.O.E nº 34.814 de 29 de dezembro de 2021 e PORTARIA Nº 01/22 publicada no D.O.E nº 34.907 de 25 de março de 2022.

2- DESIGNAR o Cel PM Erick Alexandre Martins Miranda- Conselheiro Titular da PM para compor a referida Comissão;

3- PRORROGAR por mais 90 dias, as atividades da Comissão criada por intermédio da PORTARIA Nº 03/21 publicada no D.O.E nº 34.814 de 29 de dezembro de 2021;

2- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Belém-Pa, de 06 de julho de 2023

UALAME FIALHO MACHADO

Secretário de Estado de Segurança Pública e Defesa Social do Pará

Presidente do CETRA/PA

Protocolo: 960453

PORTARIA Nº 05 /2023

O Presidente do Conselho Estadual de Trânsito, no uso das atribuições Legais que lhe confere o Decreto nº 1.365, de 24 de novembro de 2004.

CONSIDERANDO: que conforme o art. 12, V do Código de Trânsito Brasileiro (CTB), compete ao CONTRAN estabelecer seu regimento interno e as diretrizes para o funcionamento dos CETRA/PA e CONTRANDIFE;

CONSIDERANDO: a Resolução nº 901 de 09 de março de 2022 do CONTRAN, que consolida as normas sobre as diretrizes para a elaboração do Regimento Interno, dos Conselhos Estaduais de Trânsito (CETRA/PA);

CONSIDERANDO: que conforme o art. 3º, III do Regimento Interno do CETRA/PA, aprovado pelo Decreto Estadual nº 1.365 de 24 de novembro de

2004 (D.O.E nº 30323 de 25 de novembro de 2004), compete ao Conselho estabelecer seu Regimento Interno segundo as diretrizes do Conselho Nacional de Trânsito – CONTRAN.

CONSIDERANDO: a PORTARIA Nº 03/22 publicada no D.O.E nº 35.136 de 30 de setembro de 2022, que criou a Comissão para analisar e propor mudanças no atual Regimento Interno do CETRAN e a PORTARIA Nº 03/23, publicada no D.O.E nº 35.318 de 09 de março de 2023 (Prorrogação dos trabalhos);

RESOLVE:

1- DESIGNAR a Comissão abaixo, sob a Presidência do primeiro, para analisar e propor mudanças do atual Regimento Interno deste Conselho:

Cel PM Erick Alexandre Martins Miranda- Conselheiro Titular da PM Maria Anita Pinheiro Rocha- Conselheira Titular do SINTRACARPA

Luiz Carlos da Silva Rosa-- Conselheiro Suplente do SINTRITUR

Rodrigo Nassar Cruz- Conselheiro Titular da SETRAN

Wender Moraes Vicente- Conselheiro Suplente de Marabá

2- A comissão terá o prazo de 60 (sessenta dias) para conclusão dos trabalhos,

3- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as Portarias nº 03/22 (D.O.E nº 35.136 de 30 de setembro de 2022) e 03/23 (D.O.E nº 35.318 de 09 de março de 2023) deste CETRAN.

Belém-Pa, 06 de Julho de 2023.

UALAME FIALHO MACHADO

Secretário de Estado de Segurança Pública e Defesa Social do Pará

Presidente do CETRAN

Protocolo: 960447

PORTARIA 67/2023-CGD/SIND.PUN.DIVERSAS

Belém, 03 de julho de 2023.

A Corregedora-Chefe do Departamento de Trânsito do Estado do Pará, no uso de suas atribuições conferidas por lei, e ...

CONSIDERANDO os termos da PORTARIA Nº 1861/2017-DG/CG/DETRAN, de 07/06.2017, publicada no Diário Oficial do Estado em 22.06.2017, que delegou poderes ao Corregedor-Chefe para instauração de sindicância, investigativa ou acusatória, e/ou processo disciplinar;

CONSIDERANDO os termos do Ofício nº 88/2023 – SSPAD/DETRAN (E-2023/2154030), de 03/07/2023 subscrito pelo Presidente do Colegiado Processante, Jaime de Sousa Furtado, no qual solicita e fundamenta a necessidade de recondução, por mais 30 (trinta) dias, dos trabalhos apuratórios da comissão designada pela PORTARIA Nº 01/2023 – SIND. PUNITIVA, de 03/04/2023, publicada no Diário Oficial do Estado nº 35.354, de 06/04/2023 atinente ao Processo de Sind. Punitiva Eletrônico - PAE nº 2022/1135855.

R E S O L V E:

I - RECONDUZIR, por mais 30 (trinta) dias a triade processante instituída pela PORTARIA Nº 01/2023 – SIND. PUNITIVA, de 03/04/2023, publicada no Diário Oficial do Estado nº 35.354, de 06/04/2023, para que seja dada continuidade a instrução processual, a contar da data de 06 de julho de 2023.

II - ENCAMINHAR à Coordenadoria de Procedimentos Disciplinares e à Coordenadoria de Gestão de Pessoas, para que adotem as providências para o pleno cumprimento do presente ato.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

JUCIRENE SILVA DE ARAÚJO

Corregedora-Chefe/DETRAN-PA

PORTARIA Nº 68/2023-CGD/PAD/DIVERSAS

Belém, 03 de julho de 2023.

A Corregedora-Chefe, do Departamento de Trânsito do Estado do Pará, no uso de suas atribuições conferidas por lei, e ...

CONSIDERANDO os termos da PORTARIA Nº 1861/2017-DG/CG/DETRAN, de 07/06/2017, publicada no Diário Oficial do Estado em 22.06.2017, que delegou poderes ao Corregedor-Chefe para instauração de sindicância, Investigativa ou Acusatória, e/ou processo disciplinar;

CONSIDERANDO os termos do OFÍCIO 87/2023-SSPAD-DETRAN (E-2023/2153940) de 03 de julho de 2023, subscrito pela Presidente do colegiado processante Geórgia Oliari Toso, no qual solicita a prorrogação do prazo para continuidade processual, por mais 60 (sessenta) dias, dos trabalhos apuratórios da comissão designada pela PORTARIA Nº 03/2023 – CGD/PAD, de 03/04/2023, publicada no Diário Oficial do Estado nº 35.354 de 06/04/2023, atinente ao Processo Administrativo Eletrônico - PAE nº 2019/405095.

R E S O L V E:

I – PRORROGAR, por 60 (sessenta) dias, o prazo do processo administrativo disciplinar instaurado pela PORTARIA Nº 03/2023 – CGD/PAD, de 03/04/2023, publicada no Diário Oficial do Estado nº 35.354 de 06/04/2023, para dar continuidade e devida dos conclusões dos trabalhos, conforme preceitua o artigo 208 da Lei nº 5.810/94, contados a partir de 06 de julho de 2023;

II – ENCAMINHAR à Coordenadoria de Procedimentos Disciplinares e à Coordenadoria de Gestão de Pessoas, para que adotem as providências para o pleno cumprimento do presente ato.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

JUCIRENE SILVA DE ARAÚJO

Corregedora-Chefe DETRAN/PA

Protocolo: 960550

PORTARIA Nº 2514/2023-DG/CGP, de 07/07/2023

A Diretora Geral do Departamento de Trânsito do Estado do Pará – DETRAN/PA, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

R E S O L V E:

EXCLUIR a Gratificação por Regime Especial de Trabalho de Tempo Integral, concedida através da PORTARIA Nº 4071/2019-DG/CGP, ao servidor OSCAR DOS SANTOS FERREIRA, Assistente de Trânsito, matrícula 57193997/1, lotado na CIRETRAN “B” de Mãe do Rio, com base em 40% do vencimento do cargo efetivo.

Os efeitos desta Portaria retroagirão a 15/06/2023.

RENATA MIRELLA FREITAS G. DE SOUZA COELHO

Diretora Geral

PORTARIA Nº 2339/2023-DAF/CGP, de 04/07/2023

A Coordenadora de Gestão de Pessoas, do Departamento de Trânsito do Estado do Pará – DETRAN/PA, usando das atribuições que lhe foram delegadas, e, **CONSIDERANDO** o disposto no art. 81, da Lei 5.810/94, de 24/01/1994, e ainda a apresentação do Laudo Médico nº 103934, de 30/05/2023,

R E S O L V E:

CONCEDER à servidora Lucimília de Fátima Andrade da Silva, Auxiliar de Serviços Gerais, matrícula 3265900/1, lotada na CIRETRAN “A” de Marabá, 90 (noventa) dias de Licença para Tratamento de Saúde, no período de 03/04 a 01/07/2023, conforme Laudo Médico nº 103934, de 30/05/2023. Os efeitos desta Portaria retroagirão a 03/04/2023.

Nazaré de Fátima Matos Oliveira

Coordenadora de Gestão de Pessoas.

PORTARIA Nº 2010/2023-DAF/CGP, de 19/06/2023

A Coordenadora de Gestão de Pessoas do Departamento de Trânsito do Estado do Pará – DETRAN/PA, usando das atribuições que lhe foram delegadas, e, **CONSIDERANDO** os termos constantes no Processo 2022/942956, reconhecendo o direito da servidora à concessão de Licença Prêmio,

R E S O L V E:

CONCEDER à servidora TERESINHA CANTANHEDE DE CARVALHO, Auxiliar de Administração, matrícula 3268500/1, lotada na CIRETRAN “B” de Xinguara, sessenta (60) dias de Licença Prêmio, no período de 05/06 a 03/08/2023, referentes ao triênio 01.04.2006/2009, de acordo com a Lei nº 5.810/94-RJU, de 24/01/1994.

Os efeitos desta Portaria retroagirão a 05/06/2023.

Nazaré de Fátima Matos Oliveira

Coordenadora de Gestão de Pessoas.

PORTARIA Nº 2009/2023-DAF/CGP, de 19/06/2023

A Coordenadora de Gestão de Pessoas do Departamento de Trânsito do Estado do Pará – DETRAN/PA, usando das atribuições que lhe foram delegadas, e, **CONSIDERANDO** os termos constantes no Processo 2015/427455, deferindo a concessão de Licença Prêmio,

R E S O L V E:

CONCEDER à servidora Benedita Costa Reis, Assistente de Administração, matrícula 3261697/1, lotada na Chefia de Gabinete, sessenta (60) dias de Licença Prêmio, no período de 14/06 a 12/08/2023, referentes aos triênios 1996/1999 (30 dias) e 1999/2002 (30 dias), de acordo com a Lei 5.810/94-RJU, de 24/01/1994.

Os efeitos desta Portaria retroagirão a 14/06/2023.

Nazaré de Fátima Matos Oliveira

Coordenadora de Gestão de Pessoas.

PORTARIA Nº 2523/2023-DAF/CGP, de 07/07/2023

A Coordenadora de Gestão de Pessoas do Departamento de Trânsito do Estado do Pará – DETRAN/PA, usando das atribuições que lhe foram delegadas, e, **CONSIDERANDO** os termos constantes do despacho às fls. 09, do Processo 2022/620451, reconhecendo o direito da servidora à concessão de Licença Prêmio,

R E S O L V E:

CONCEDER à servidora SANDRA MARIA PEREIRA FLORES, Datilógrafa, matrícula 3168743/1, lotada na Coordenadoria de Registro de Veículos, 120 (cento e vinte) dias, de Licença Prêmio, no período de 04/05 a 31/08/2023, referentes aos triênios 2001/2004 (30 dias), 2010/2013 (60 dias) e 2013/2016 (30 dias), de acordo com Lei nº 5.810/94-RJU, de 24/01/1994.

Os efeitos desta Portaria retroagirão a 04/05/2023.

Nazaré de Fátima Matos Oliveira

Coordenadora de Gestão de Pessoas.

PORTARIA Nº 2527/2023-DAF/CGP, de 07/07/2023

A Coordenadora de Gestão de Pessoas do Departamento de Trânsito do Estado do Pará – DETRAN/PA, usando das atribuições que lhe foram delegadas, e, **CONSIDERANDO** os termos constantes do Despacho às fls.10, do Processo 2022/1264989, deferindo a concessão de Licença Prêmio,

R E S O L V E:

CONCEDER ao servidor LACÊNIO NONATO BARBOSA, Assistente de Trânsito, matrícula 5050863/2, lotado na Assessoria de Comunicação, noventa (90) dias de Licença Prêmio, no período de 13/03 a 11/05/2023, referentes aos triênios 15.11.2014/2017 (30 dias) e 15.11.2017/2020 (30 dias), de acordo com a Lei nº 5.810/94-RJU, de 24/01/1994.

Os efeitos desta Portaria retroagirão a 13/03/2023.

NAZARÉ DE FÁTIMA MATOS OLIVEIRA

Coordenadora de Gestão de Pessoas.

PORTARIA Nº 2528/2023-DAF/CGP, de 07/07/2023

A Coordenadora de Gestão de Pessoas do Departamento de Trânsito do Estado do Pará – DETRAN/PA, usando das atribuições que lhe foram delegadas, e, **CONSIDERANDO** a solicitação da servidora constante do Requerimento datado de 22/07/2022, e o despacho às fls. 15, no PAE 2022/1028587, reconhecendo o direito à concessão de Licença Prêmio,

R E S O L V E:

CONCEDER à servidora MARIA AUXILIADORA ANDRADE DE SOUZA, Assistente de Administração, matrícula 3263720/1, lotada na Gerência de Atendimento e Registro de Veículos, 30 (trinta) dias de Licença Prêmio, no período de 17/07 a 15/08/2023, referentes ao triênio 20.12.2004/2007, de acordo com a Lei nº 5.810/94-RJU, de 24/01/1994.

Os efeitos desta Portaria entrarão em vigor em 17/07/2023.

NAZARÉ DE FÁTIMA MATOS OLIVEIRA

Coordenadora de Gestão de Pessoas.

Protocolo: 960853

DIÁRIA

PORTARIA Nº 2284/2023-DAF/CGP, de 03/07/2023.

A Diretora Administrativa e Financeira do Departamento de Trânsito do Estado do Pará-DETRAN-PA, usando das atribuições que lhe foram delegadas pela PORTARIA Nº 3057/2020-DG/CGP.
CONSIDERANDO a solicitação de concessão de diária constante no Processo nº 2023/2151595;
R E S O L V E:
AUTORIZAR o pagamento de cinco e meia (05 e 1/2) diárias aos servidores abaixo especificados, referente ao deslocamento do Município de Belém para o município de Salinópolis no período de 29/06 à 04/07/2023, a fim de realizar abertura oficial da Operação Verão 2023.

nome	matrícula
Regina Coeli Silva Wassally	5921145 /2
Regina Barbosa Rocha	5325056 /4

REGINA BARBOSA ROCHA
Diretora Administrativa e Financeira

Protocolo: 960703

PORTARIA Nº 2268 /2023-DAF/ cgp , de 03 de julho de 2023.

A Diretora Administrativa e Financeira do Departamento de Trânsito do Estado do Pará-DETRAN-PA, usando das atribuições que lhe foram delegadas pela PORTARIA Nº 3057/2020-DG/CGP.
CONSIDERANDO a solicitação de concessão de diária constante no Processo nº 2023/000396;
R E S O L V E:
AUTORIZAR o pagamento de vinte e meia (20 e 1/2) diárias ao servidor abaixo especificado, referente ao deslocamento do Município de Belém para o município de Barcarena no período de 02/07 à 22/07/2023, a fim de realizar atendimento e retaguarda de CNH na agencia do referido município

nome	matrícula
Antonio Augusto Andrade dos Santos	80845517/1

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.
REGINA BARBOSA ROCHA

Diretora Administrativa e Financeira

PORTARIA Nº 2274 /2023-DAF/ cgp , de 03 de julho de 2023.

A Diretora Administrativa e Financeira do Departamento de Trânsito do Estado do Pará-DETRAN-PA, usando das atribuições que lhe foram delegadas pela PORTARIA Nº 3057/2020-DG/CGP.
CONSIDERANDO a solicitação de concessão de diária constante no Processo nº 2023/000537;
R E S O L V E:
AUTORIZAR o pagamento de vinte e meia (20 e 1/2) diárias a servidora abaixo especificada, referente ao deslocamento do Município de Belém para os municípios de Altamira - 09/07/2023, Uruará - 10/07 à 28/07/2023, Altamira/Belém - 29/07/2023, a fim de realizar SUPORTE RENAINF para a CIRETRAN do município de Uruará.

nome	matrícula
Andrea Maria da Silva Carvalho	80845546/1

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.
REGINA BARBOSA ROCHA

Diretora Administrativa e Financeira

PORTARIA Nº 2278 /2023-DAF/ cgp , de 03 de julho de 2023.

A Diretora Administrativa e Financeira do Departamento de Trânsito do Estado do Pará-DETRAN-PA, usando das atribuições que lhe foram delegadas pela PORTARIA Nº 3057/2020-DG/CGP.
CONSIDERANDO a solicitação de concessão de diária constante no Processo nº 2023/000556;
R E S O L V E:
AUTORIZAR o pagamento de vinte e meia (20 e 1/2) diárias ao servidor abaixo especificado, referente ao deslocamento do Município de Belém para o município de Vigia no período de 09/07 à 29/07/2023, a fim de realizar atendimento no setor de vistorias veiculares.

nome	matrícula
Joelson Rocha Ribeiro	54192354 /2

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.
REGINA BARBOSA ROCHA

Diretora Administrativa e Financeira

PORTARIA Nº 2283/2023-DAF/ cgp , de 03 de julho de 2023.

A Diretora Administrativa e Financeira do Departamento de Trânsito do Estado do Pará-DETRAN-PA, usando das atribuições que lhe foram delegadas pela PORTARIA Nº 3057/2020-DG/CGP.
CONSIDERANDO a solicitação de concessão de diária constante no Processo nº 2023/2151595;
R E S O L V E:
AUTORIZAR o pagamento de cinco e meia (05 e 1/2) diárias aos servidores abaixo especificados, referente ao deslocamento do Município de Belém para o município de Salinópolis no período de 29/06 à 04/07/2023, a fim de realizar abertura oficial da Operação Verão 2023.

nome	matrícula
Renata Mirella Freitas Guimarães de S.Coelho	5937269 /3

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.
REGINA BARBOSA ROCHA

Diretora Administrativa e Financeira

PORTARIA Nº 2319/2023-DAF/ cgp , de 03 de julho de 2023.

A Diretora Administrativa e Financeira do Departamento de Trânsito do Estado do Pará-DETRAN-PA, usando das atribuições que lhe foram delegadas pela PORTARIA Nº 3057/2020-DG/CGP.
CONSIDERANDO a solicitação de concessão de diária constante no Processo nº 2023/2150759;
R E S O L V E:
AUTORIZAR o pagamento de treze e meia (13 e 1/2) diárias aos servidores abaixo especificados, referente ao deslocamento do Município de Belém para os municípios de Tailândia/Belém - 13/07 à 17/07/2023, Moju/Belém - 20/07 à 24/07/2023, Acará/Belém - 27/07 à 31/07/2023, a fim de acompanhar as equipes de fiscalização de trânsito na Operação Verão 2023.

nome	matrícula
Fernando Zanuto Ferrari	57175882 /2
Georgia Oliari Toso	80845450 /1

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.
REGINA BARBOSA ROCHA

Diretora Administrativa e Financeira

PORTARIA Nº 2338/2023-DAF/ cgp , de 04 de julho de 2023.

A Diretora Administrativa e Financeira do Departamento de Trânsito do Estado do Pará-DETRAN-PA, usando das atribuições que lhe foram delegadas pela PORTARIA Nº 3057/2020-DG/CGP.
CONSIDERANDO a solicitação de concessão de diária constante no Processo nº 2023/000615;
R E S O L V E:
AUTORIZAR o pagamento de dezesseis e meia (16 e 1/2) diárias aos servidores abaixo especificados, referente ao deslocamento do Município de Itaituba para o município de Rurópolis no período de 16/07 à 01/08/2023, a fim de desempenhar suas atividades funcionais, em Operações de Fiscalização de trânsito, em cumprimento a programação da DTO, no referido município, em especial por ocasião da "Operação Verão 2023".

nome	matrícula
Antonio Carlos Almeida Santos	57214204 /2
Marcos Aurélio Castro Feitosa	57201534 /1
Patricia Barbosa Lima de Moraes	57224315 /2
Valdir Amadeu da Silva	5827485 /2
Vonildo Soares dos Santos	57227326 /1

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.
REGINA BARBOSA ROCHA

Diretora Administrativa e Financeira

PORTARIA Nº 2346 /2023-DAF/ cgp , de 04 de julho de 2023.

A Diretora Administrativa e Financeira do Departamento de Trânsito do Estado do Pará-DETRAN-PA, usando das atribuições que lhe foram delegadas pela PORTARIA Nº 3057/2020-DG/CGP.
CONSIDERANDO a solicitação de concessão de diária constante no Processo nº 2023/000518;
R E S O L V E:
AUTORIZAR o pagamento de quinze e meia (15 e 1/2) diárias ao servidor abaixo especificado, referente ao deslocamento do Município de Belém para o município de Abaetetuba no período de 18/07 à 02/08/2023, a fim de realizar monitoramento dos serviços e sistemas do Detran-PA, afim de garantir a disponibilidade dos mesmos em Tempo Integral, e a prestação de serviço aos servidores desse Detran que se encontram nas Ciretrans e Sede, para que sejam sanados os problemas relacionados.

nome	matrícula
Taibe Andrey da Silva Cruz	57194017 /1

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.
REGINA BARBOSA ROCHA

Diretora Administrativa e Financeira

PORTARIA Nº 2347 /2023-DAF/ cgp , de 04 de julho de 2023.

A Diretora Administrativa e Financeira do Departamento de Trânsito do Estado do Pará-DETRAN-PA, usando das atribuições que lhe foram delegadas pela PORTARIA Nº 3057/2020-DG/CGP.
CONSIDERANDO a solicitação de concessão de diária constante no Processo nº 2023/000579;
R E S O L V E:
AUTORIZAR o pagamento de vinte e cinco e meia (25 e 1/2) diárias ao servidor abaixo especificado, referente ao deslocamento do Município de Belém para o município de Salinópolis no período de 05/07 à 30/07/2023, a fim de de promover o monitoramento dos serviços do Detran na OPERAÇÃO VERÃO 2023.

nome	matrícula
Fladerny Marques dos Santos	57192569 /2

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.
REGINA BARBOSA ROCHA

Diretora Administrativa e Financeira

PORTARIA Nº 2348/2023-DAF/ cgp , de 04 de julho de 2023.

A Diretora Administrativa e Financeira do Departamento de Trânsito do Estado do Pará-DETRAN-PA, usando das atribuições que lhe foram delegadas pela PORTARIA Nº 3057/2020-DG/CGP.
CONSIDERANDO a solicitação de concessão de diária constante no Processo nº 2023/000623;
R E S O L V E:
AUTORIZAR o pagamento de três e meia (03 e 1/2) diárias aos servidores abaixo especificados, referente ao deslocamento do Município de Abaetetuba para o município de Barcarena no período de 30/06 à 03/07/2023, a fim de realizar exames teóricos e práticos no referido município.

nome	matricula
Maria da Conceição Rodrigues Matias	80845407 /1
Jesus Nazareno Vera Cruz Lobato	3268683 /1
Cleberson Rodrigues Pantoja	57195652 /1
Kleber Guimarães Lima	57201995 /1
André Kemil Silva dos Santos	55588504/1
Alexsander Dias Lima	57230535 /1

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.
Belém, 04 de julho de 2023.
REGINA BARBOSA ROCHA
Diretora Administrativa e Financeira
PORTARIA Nº 2349 /2023-DAF/cgp , de 04 de julho de 2023.
A Diretora Administrativa e Financeira do Departamento de Trânsito do Estado do Pará-DETRAN-PA, usando das atribuições que lhe foram delegadas pela PORTARIA Nº 3057/2020-DG/CGP.
CONSIDERANDO a solicitação de concessão de diária constante no Processo nº 2023/000524;
R E S O L V E:
AUTORIZAR o pagamento de vinte e meia (20 e 1/2) diárias ao servidor abaixo especificado, referente ao deslocamento do Município de Belém para o município de Castanhal no período de 02/07 à 22/07/2023, a fim de realizar atendimento de retaguarda de habilitação na Ciretran.

nome	matricula
Paulo Robson Silva da Silva	57190248 /3

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.
REGINA BARBOSA ROCHA
Diretora Administrativa e Financeira
PORTARIA Nº 2352/2023-DAF/cgp , de 04 de julho de 2023.
A Diretora Administrativa e Financeira do Departamento de Trânsito do Estado do Pará-DETRAN-PA, usando das atribuições que lhe foram delegadas pela PORTARIA Nº 3057/2020-DG/CGP.
CONSIDERANDO a solicitação de concessão de diária constante no Processo nº 2023/000611;
R E S O L V E:
AUTORIZAR o pagamento de dezesseis e meia (16 e 1/2) diárias aos servidores abaixo especificados, referente ao deslocamento do Município de Santarém para o município de Belterra no período de 16/07 à 01/08/2023, a fim de desempenhar suas atividades funcionais, em Operações de Fiscalização de trânsito, em cumprimento a programação da DTO, no referido município, em especial por ocasião da “Operação Verão 2023”.

nome	matricula
Albeson da Silva Dias	57201777 /1
Benedito dos Santos Araújo Júnior	57201660 /1
Jean Carneiro Oliveira	57202100 /1
Jean da Silva e Silva	57201709 /1
José Carlos de Souza Nascimento	57230623 /1
Sharley Jones Valente Barbosa	55207765 /1

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.
REGINA BARBOSA ROCHA
Diretora Administrativa e Financeira
PORTARIA Nº 2353 /2023-DAF/cgp , de 04 de julho de 2023.
A Diretora Administrativa e Financeira do Departamento de Trânsito do Estado do Pará-DETRAN-PA, usando das atribuições que lhe foram delegadas pela PORTARIA Nº 3057/2020-DG/CGP.
CONSIDERANDO a solicitação de concessão de diária constante no Processo nº 2023/000378;
R E S O L V E:
AUTORIZAR o pagamento de vinte e meia (20 e 1/2) diárias a servidora abaixo especificada, referente ao deslocamento do Município de Belém para o município de Paragominas no período de 02/07 à 22/07/2023, a fim de realizar retaguarda de CNH na Ciretran do município.

nome	matricula
Sandovina Cordeiro Oliveira	5722381 2

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.
REGINA BARBOSA ROCHA
Diretora Administrativa e Financeira
PORTARIA Nº 2354 /2023-DAF/cgp , de 04 de julho de 2023.
A Diretora Administrativa e Financeira do Departamento de Trânsito do Estado do Pará-DETRAN-PA, usando das atribuições que lhe foram delegadas pela PORTARIA Nº 3057/2020-DG/CGP.
CONSIDERANDO a solicitação de concessão de diária constante no Processo nº 2023/000527;
R E S O L V E:
AUTORIZAR o pagamento de vinte e dois e meia (22 e 1/2) diárias ao servidor abaixo especificado, referente ao deslocamento do Município de Belém para o município de Salinópolis no período de 10/07 à 01/08/2023, a fim de dar suporte técnico no posto de fiscalização da PA444 e Pa124, localizado no município de Salinópolis, que vai ser cumprido em consonância com a programação da DTO/COFT referente à Operação Verão 2023 que dita o protocolo PAE E-2023/2133016, que inclui finais de semana e feriado

nome	matricula
Carlos Alberto Soares Junior	55587555 /1

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.
REGINA BARBOSA ROCHA
Diretora Administrativa e Financeira

PORTARIA Nº 2355 /2023-DAF/cgp , de 04 de julho de 2023.
A Diretora Administrativa e Financeira do Departamento de Trânsito do Estado do Pará-DETRAN-PA, usando das atribuições que lhe foram delegadas pela PORTARIA Nº 3057/2020-DG/CGP.
CONSIDERANDO a solicitação de concessão de diária constante no Processo nº 2023/000541;
R E S O L V E:
AUTORIZAR o pagamento de dezesseis e meia (16 e 1/2) diárias ao servidor abaixo especificado, referente ao deslocamento do Município de Belém para o município de Salinópolis no período de 16/07 à 01/08/2023, a fim de acompanhar a equipe que realizará ações de fiscalização de trânsito nesse município, bem como desenvolver ações determinadas pela Diretoria Técnica e Operacional.

nome	matricula
Ivan Carlos Feitosa Gomes	57198371 /1

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.
REGINA BARBOSA ROCHA
Diretora Administrativa e Financeira
PORTARIA Nº 2356/2023-DAF/cgp , de 04 de julho de 2023.
A Diretora Administrativa e Financeira do Departamento de Trânsito do Estado do Pará-DETRAN-PA, usando das atribuições que lhe foram delegadas pela PORTARIA Nº 3057/2020-DG/CGP.
CONSIDERANDO a solicitação de concessão de diária constante no Processo nº 2023/000612;
R E S O L V E:
AUTORIZAR o pagamento de dezesseis e meia (16 e 1/2) diárias aos servidores abaixo especificados, referente ao deslocamento do Município de Altamira para o município de Medicilândia no período de 16/07 à 01/08/2023, a fim de desempenhar suas atividades funcionais, em Operações de Fiscalização de trânsito, em cumprimento a programação da DTO, no referido município, em especial por ocasião da “Operação Verão 2023”.

nome	matricula
José Neto Santos Alves	57223373 /2
Marco Aurélio Reis Sena	57201765 /1
Nayra Glais Pereira Trindade	5936400 /2

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.
REGINA BARBOSA ROCHA
Diretora Administrativa e Financeira
PORTARIA Nº 2357 /2023-DAF/cgp , de 04 de julho de 2023.
A Diretora Administrativa e Financeira do Departamento de Trânsito do Estado do Pará-DETRAN-PA, usando das atribuições que lhe foram delegadas pela PORTARIA Nº 3057/2020-DG/CGP.
CONSIDERANDO a solicitação de concessão de diária constante no Processo nº 2023/000574;
R E S O L V E:
AUTORIZAR o pagamento de dezesseis e meia (16 e 1/2) diárias ao servidor abaixo especificado, referente ao deslocamento do Município de Tucuruí para o município de Belém no período de 16/07 à 01/08/2023, a fim de desempenhar suas atividades funcionais, em Operações de Fiscalização de trânsito, em cumprimento a programação da DTO, no referido município, em especial por ocasião da “Operação Verão 2023”.

nome	matricula
Augusto Álvaro Gaspar do Rosário Júnior	57189668 /2

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.
REGINA BARBOSA ROCHA
Diretora Administrativa e Financeira
PORTARIA Nº 2358 /2023-DAF/cgp , de 04 de julho de 2023.
A Diretora Administrativa e Financeira do Departamento de Trânsito do Estado do Pará-DETRAN-PA, usando das atribuições que lhe foram delegadas pela PORTARIA Nº 3057/2020-DG/CGP.
CONSIDERANDO a solicitação de concessão de diária constante no Processo nº 2023/000554;
R E S O L V E:
AUTORIZAR o pagamento de dezesseis e meia (16 e 1/2) diárias aos servidores abaixo especificados, referente ao deslocamento do Município de Belém para o município de Salinópolis no período de 16/07 à 01/08/2023, a fim de realizar controle de fluxo de veículo, ações de fiscalização de trânsito no referido município, na qual contemplará a “Operação Verão 2023”, bem como desenvolver ações determinadas pela Diretoria Técnica e Operacional. Com Pernoite.

nome	matricula
Gustavo Alex Santos de Oliveira	57226721 /1
Jorge Alberto Luz Bahia Filho	57227367 /1
Maria de Lourdes Ferreira Batista	54187987 /3
Priscyla Roman Vieira	57200275 /1
Silvío Nazareno de Moraes	57201601 /1
Walmero Jesus Costa	57226865 /1

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.
REGINA BARBOSA ROCHA
Diretora Administrativa e Financeira
PORTARIA Nº 2359/2023-DAF/cgp , de 04 de julho de 2023.
A Diretora Administrativa e Financeira do Departamento de Trânsito do Estado do Pará-DETRAN-PA, usando das atribuições que lhe foram delegadas pela PORTARIA Nº 3057/2020-DG/CGP.
CONSIDERANDO a solicitação de concessão de diária constante no Processo nº 2023/000622;
R E S O L V E:

AUTORIZAR o pagamento de dezesseis e meia (16 e 1/2) diárias aos servidores abaixo especificados, referente ao deslocamento do Município de Itaituba para o município de Santarém no período de 16/07 à 01/08/2023, a fim de desempenhar suas atividades funcionais, em Operações de Fiscalização de trânsito, em cumprimento a programação da DTO, no referido município, em especial por ocasião da “Operação Verão 2023”.

nome	matricula
Antonio Dima Lima	57201219 /1
Elisângela Costa de Souza Travassos	57201292 /1
Francisco Nedson Ferreira Nunes	57201528 /1
José de Arimatéia Corrêa Fernandes Júnior	57208444 /2
Kátia da Silva Sá	57214238 /2
Orlane Ferreira Nunes	57227349 /1
Willian Cândido Félix	57224024 /1

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.
REGINA BARBOSA ROCHA
Diretora Administrativa e Financeira
PORTARIA Nº 2361 /2023-DAF/cgp , de 04 de julho de 2023.
A Diretora Administrativa e Financeira do Departamento de Trânsito do Estado do Pará-DETRAN-PA, usando das atribuições que lhe foram delegadas pela PORTARIA Nº 3057/2020-DG/CGP.
CONSIDERANDO a solicitação de concessão de diária constante no Processo nº 2023/000546;
R E S O L V E:

AUTORIZAR o pagamento de dezesseis e meia (16 e 1/2) diárias aos servidores abaixo especificados, referente ao deslocamento do Município de Belém para o município de Soure no período de 16/07 à 01/08/2023, a fim de realizar controle de fluxo de veículo, ações de fiscalização de trânsito no referido município, na qual contemplará a “Operação Verão 2023”, bem como desenvolver ações determinadas pela Diretoria Técnica e Operacional. Com Pernoite.

nome	matricula
Britis Helena Valente do Carmo	57202136 /2
Enivaldo Pardauli da Costa	57198277 /1
Marcos Allan dos Santos Brito	57232048 /1
Wil Maurício de Aragão Rocha	57200272 /1

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.
REGINA BARBOSA ROCHA
Diretora Administrativa e Financeira
PORTARIA Nº 2362/2023-DAF/cgp , de 04 de julho de 2023.
A Diretora Administrativa e Financeira do Departamento de Trânsito do Estado do Pará-DETRAN-PA, usando das atribuições que lhe foram delegadas pela PORTARIA Nº 3057/2020-DG/CGP.
CONSIDERANDO a solicitação de concessão de diária constante no Processo nº 2023/000627;
R E S O L V E:

AUTORIZAR o pagamento de dezesseis e meia (16 e 1/2) diárias aos servidores abaixo especificados, referente ao deslocamento do Município de Marabá para o município de Conceição do Araguaia no período de 16/07 à 01/08/2023, a fim de desempenhar suas atividades funcionais, em Operações de Fiscalização de trânsito, em cumprimento a programação da DTO, no referido município, em especial por ocasião da “Operação Verão 2023”.

nome	matricula
Diego Oliveira Lemos	5964624 /1
Gilmar Ramos da Costa	57201691 /1
João Bosco Mendes Júnior	57201706 /1
Marizângela Bittencourt	57201741 /1

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.
REGINA BARBOSA ROCHA
Diretora Administrativa e Financeira
PORTARIA Nº 2364/2023-DAF/cgp , de 04 de julho de 2023.
A Diretora Administrativa e Financeira do Departamento de Trânsito do Estado do Pará-DETRAN-PA, usando das atribuições que lhe foram delegadas pela PORTARIA Nº 3057/2020-DG/CGP.
CONSIDERANDO a solicitação de concessão de diária constante no Processo nº 2023/000618;
R E S O L V E:

AUTORIZAR o pagamento de dezesseis e meia (16 e 1/2) diárias aos servidores abaixo especificados, referente ao deslocamento do Município de Marabá para o município de Itupiranga no período de 16/07 à 01/08/2023, a fim de desempenhar suas atividades funcionais, em Operações de Fiscalização de trânsito, em cumprimento a programação da DTO, no referido município, em especial por ocasião da “Operação Verão 2023”.

nome	matricula
Darlan Pereira da Silva	57201673 /1
Dennis de Lima Duarte	5958558 /1
Francisco Aires da Silva	57201674 /1
Marcos Divino da Silva Silva	57201715 /1

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.
REGINA BARBOSA ROCHA
Diretora Administrativa e Financeira
PORTARIA Nº 2365 /2023-DAF/cgp , de 04 de julho de 2023.
A Diretora Administrativa e Financeira do Departamento de Trânsito do Estado do Pará-DETRAN-PA, usando das atribuições que lhe foram delegadas pela PORTARIA Nº 3057/2020-DG/CGP.
CONSIDERANDO a solicitação de concessão de diária constante no Processo nº 2023/000573;

R E S O L V E:
AUTORIZAR o pagamento de dezesseis e meia (16 e 1/2) diárias aos servidores abaixo especificados, referente ao deslocamento do Município de Marabá para o município de Belém no período de 16/07 à 01/08/2023, a fim de desempenhar suas atividades funcionais, em Operações de Fiscalização de trânsito, em cumprimento a programação da DTO, no referido município, em especial por ocasião da “Operação Verão 2023”.

nome	matricula
Jefferson Eduardo Carvalho Ramos	5949907 /2
Jhoseph Ricardo Costa e Costa	5958766 /1
Joana Paula Neves dos Santos	5958963 /1
José Leandro Cecim Pinto	5964208 /1
Reinaldo da Silva Braz	5958760 /1
Rodrigo Serra dos Santos	4220010 2
Thiago da Luz Rodrigues	5958619 /1
Tracy Ketlen da Silva França Tavares	5929411 /4

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.
REGINA BARBOSA ROCHA
Diretora Administrativa e Financeira
PORTARIA Nº 2366/2023-DAF/cgp , de 04 de julho de 2023.
A Diretora Administrativa e Financeira do Departamento de Trânsito do Estado do Pará-DETRAN-PA, usando das atribuições que lhe foram delegadas pela PORTARIA Nº 3057/2020-DG/CGP.
CONSIDERANDO a solicitação de concessão de diária constante no Processo nº 2023/000628;
R E S O L V E:

AUTORIZAR o pagamento de dezesseis e meia (16 e 1/2) diárias a servidora abaixo especificada, referente ao deslocamento do Município de Santarém para o município de Belterra no período de 16/07 à 01/08/2023, com a finalidade de acompanhar a equipe de fiscalização de trânsito para apoio administrativo, realizando as atividades correlatas a sua área de atuação no município acima citado, em especial por ocasião da “Operação Verão 2023”.

nome	matricula
Joelma Melo Pereira	57175513 /1

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.
REGINA BARBOSA ROCHA
Diretora Administrativa e Financeira
PORTARIA Nº 2367/2023-DAF/cgp , de 04 de julho de 2023.
A Diretora Administrativa e Financeira do Departamento de Trânsito do Estado do Pará-DETRAN-PA, usando das atribuições que lhe foram delegadas pela PORTARIA Nº 3057/2020-DG/CGP.
CONSIDERANDO a solicitação de concessão de diária constante no Processo nº 2023/000616;
R E S O L V E:

AUTORIZAR o pagamento de dezesseis e meia (16 e 1/2) diárias ao servidor abaixo especificado, referente ao deslocamento do Município de Belém para os municípios de São Félix do Xingú – 16/07 à 23/07/2023, Conceição do Araguaia/Belém – 24/07 à 01/08/2023, a fim de reunir, planejar e acompanhar os trabalhos realizados pelas equipes de fiscalização de trânsito, bem como controle de fluxo de veículos nos referidos municípios, em especial por ocasião da “Operação Verão 2023”.

nome	matricula
Josimar Marques Viana	57227635 /1

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.
REGINA BARBOSA ROCHA
Diretora Administrativa e Financeira
PORTARIA Nº 2368 /2023-DAF/cgp , de 04 de julho de 2023.
A Diretora Administrativa e Financeira do Departamento de Trânsito do Estado do Pará-DETRAN-PA, usando das atribuições que lhe foram delegadas pela PORTARIA Nº 3057/2020-DG/CGP.
CONSIDERANDO a solicitação de concessão de diária constante no Processo nº 2023/000544;
R E S O L V E:

AUTORIZAR o pagamento de dezesseis e meia (16 e 1/2) diárias aos servidores abaixo especificados, referente ao deslocamento do Município de Belém para o município de Tailândia no período de 16/07 à 01/08/2023, a fim de realizar controle de fluxo de veículo, ações de fiscalização de trânsito no referido município, na qual contemplará a “Operação Verão 2023”, bem como desenvolver ações determinadas pela Diretoria Técnica e Operacional em especial para acompanhar os trabalhos da empresa que fará a pesagem de veículos de carga na balança localizada naquele município conforme ofício nº 681/2019 – GAB/SETRAN.. Com Pernoite.

nome	matricula
Mauro Moura da Silva	54195728 /2
Carla do Socorro Estumano de Sena	57203709 /1
Cláudia da Silva Nascimento	57224176 /2
Alberto Jansen Ferreira	57231977 /1
Jacson Cleiton de Melo Saraiva	57200226 /1

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.
REGINA BARBOSA ROCHA
Diretora Administrativa e Financeira
PORTARIA Nº 2369/2023-DAF/cgp , de 04 de julho de 2023.
A Diretora Administrativa e Financeira do Departamento de Trânsito do Estado do Pará-DETRAN-PA, usando das atribuições que lhe foram delegadas pela PORTARIA Nº 3057/2020-DG/CGP.
CONSIDERANDO a solicitação de concessão de diária constante no Processo nº 2023/000620;

RESOLVE:

AUTORIZAR o pagamento de dezesseis e meia (16 e 1/2) diárias aos servidores abaixo especificados, referente ao deslocamento do Município de Marabá para o município de Altamira no período de 16/07 à 01/08/2023, a fim de desempenhar suas atividades funcionais, em Operações de Fiscalização de trânsito, em cumprimento a programação da DTO, no referido município, em especial por ocasião da “Operação Verão 2023”.

nome	matricula
Luzinaldo Batista França	57201996 /1
Paulo Renee Ferreira dos Santos	5958759 /1
Pedro da Silva Lima Junior	5958543 /1

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

REGINA BARBOSA ROCHA

Diretora Administrativa e Financeira

PORTARIA Nº 2370 /2023-DAF/cgp , de 04 de julho de 2023.

A Diretora Administrativa e Financeira do Departamento de Trânsito do Estado do Pará-DETRAN-PA, usando das atribuições que lhe foram delegadas pela PORTARIA Nº 3057/2020-DG/CGP.

CONSIDERANDO a solicitação de concessão de diária constante no Processo nº 2023/000562;

RESOLVE:

AUTORIZAR o pagamento de dezesseis e meia (16 e 1/2) diárias aos servidores abaixo especificados, referente ao deslocamento do Município de Castanhal para o município de Belém no período de 16/07 à 01/08/2023, a fim de desempenhar suas atividades funcionais, em Operações de Fiscalização de trânsito, em cumprimento a programação da DTO, no referido município, em especial por ocasião da “Operação Verão 2023”.

nome	matricula
Carlos Arthênio Batista Dias	57202225 /1
Evanildo dos Santos Moraes	5143861 /2
João Carlos Rodrigues da Silva	57175075 /2
Robson Machado Paiva	57200274 /1

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

REGINA BARBOSA ROCHA

Diretora Administrativa e Financeira

PORTARIA Nº 2371/2023-DAF/cgp , de 04 de julho de 2023.

A Diretora Administrativa e Financeira do Departamento de Trânsito do Estado do Pará-DETRAN-PA, usando das atribuições que lhe foram delegadas pela PORTARIA Nº 3057/2020-DG/CGP.

CONSIDERANDO a solicitação de concessão de diária constante no Processo nº 2023/000614;

RESOLVE:

AUTORIZAR o pagamento de dezesseis e meia (16 e 1/2) diárias ao servidor abaixo especificado, referente ao deslocamento do Município de Itaituba para o município de Santarém no período de 16/07 à 01/08/2023, a fim de acompanhar o trabalho da equipe e desempenhar suas atividades funcionais, em Operações de Fiscalização de trânsito, em cumprimento a programação da DTO, no referido município, em especial por ocasião da “Operação Verão 2023”.

nome	matricula
Kleyton Gemaque Miranda da Silva	57227943 /1

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

REGINA BARBOSA ROCHA Diretora Administrativa e Financeira

PORTARIA Nº 2372/2023-DAF/cgp , de 04 de julho de 2023.

A Diretora Administrativa e Financeira do Departamento de Trânsito do Estado do Pará-DETRAN-PA, usando das atribuições que lhe foram delegadas pela PORTARIA Nº 3057/2020-DG/CGP.

CONSIDERANDO a solicitação de concessão de diária constante no Processo nº 2023/000613;

RESOLVE:

AUTORIZAR o pagamento de dezesseis e meia (16 e 1/2) diárias ao servidor abaixo especificado, referente ao deslocamento do Município de Altamira para o município de Brasil Novo no período de 16/07 à 01/08/2023, a fim de desempenhar suas atividades funcionais, em Operações de Fiscalização de trânsito, em cumprimento a programação da DTO, no referido município, em especial por ocasião da “Operação Verão 2023”.

nome	matricula
Elissandra Helena Chiarini de Moura Santana	54185273 /2
Simone Cunha dos Santos Soares	57220904 /1
Thiago Yuri Dias dos Santos	5958765 /1

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

REGINA BARBOSA ROCHA

Diretora Administrativa e Financeira

PORTARIA Nº 2375/2023-DAF/cgp , de 04 de julho de 2023.

A Diretora Administrativa e Financeira do Departamento de Trânsito do Estado do Pará-DETRAN-PA, usando das atribuições que lhe foram delegadas pela PORTARIA Nº 3057/2020-DG/CGP.

CONSIDERANDO a solicitação de concessão de diária constante no Processo nº 2023/000610;

RESOLVE:

AUTORIZAR o pagamento de dezesseis e meia (16 e 1/2) diárias aos servidores abaixo especificados, referente ao deslocamento do Município de Santarém para o município de Juruti no período de 16/07 à 01/08/2023, a fim de desempenhar suas atividades funcionais, em Operações de Fiscalização de trânsito, em cumprimento a programação da DTO, no referido município, em especial por ocasião da “Operação Verão 2023”.

nome	matricula
Derivaldo Gonzaga Alves	57201632 /1
Eliangelo Siqueira Gamboa	57201633 /1
João Pedro de Oliveira Junior	57214885 /2
Luciane Budelon Albuquerque	57201643 /1
Renan Patrick de Carvalho Marçal	5958761 /1
Rodolfo Campos Sales	57201770 /1
Wladimir Carvalho Batista	57199610 /2

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

REGINA BARBOSA ROCHA

Diretora Administrativa e Financeira

PORTARIA Nº 2376/2023-DAF/cgp , de 04 de julho de 2023.

A Diretora Administrativa e Financeira do Departamento de Trânsito do Estado do Pará-DETRAN-PA, usando das atribuições que lhe foram delegadas pela PORTARIA Nº 3057/2020-DG/CGP.

CONSIDERANDO a solicitação de concessão de diária constante no Processo nº 2023/000619;

RESOLVE:

AUTORIZAR o pagamento de dezesseis e meia (16 e 1/2) diárias a servidora abaixo especificada, referente ao deslocamento do Município de Belém para os municípios de São Félix do Xingú – 16/07 23/07/2023, Conceição do Araguaia/Belém – 24/07 à 01/08/2023, com a finalidade de acompanhar e auxiliar o Gerente de Operação e Fiscalização de Trânsito das Ciretrans “A”, desenvolvendo atividades administrativas e correlatas nos municípios acima citados, em especial por ocasião da “Operação Verão 2023”.

nome	matricula
Alessandra da Silva Azevedo	80845421/1

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

REGINA BARBOSA ROCHA

Diretora Administrativa e Financeira

PORTARIA Nº 2377/2023-DAF/cgp , de 04 de julho de 2023.

A Diretora Administrativa e Financeira do Departamento de Trânsito do Estado do Pará-DETRAN-PA, usando das atribuições que lhe foram delegadas pela PORTARIA Nº 3057/2020-DG/CGP.

CONSIDERANDO a solicitação de concessão de diária constante no Processo nº 2023/000606;

RESOLVE:

AUTORIZAR o pagamento de dezesseis e meia (16 e 1/2) diárias aos servidores abaixo especificados, referente ao deslocamento do Município de Tucuruí para o município de Breu Barco no período de 16/07 à 01/08/2023, a fim de desempenhar suas atividades funcionais, em Operações de Fiscalização de trânsito, em cumprimento a programação da DTO, no referido município, em especial por ocasião da “Operação Verão 2023”.

nome	matricula
Dayriane do Socorro de Oliveira Costa	5958551 /1
Dolcinei Amaral Moraes	5958529 /1
Eliana Ramos da Silva	57203584 /1
Marcilio da Silva Dias	5958564 /1
Romulo Henrique Tavares Uchoa da Silva	57176316 /2

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

REGINA BARBOSA ROCHA

Diretora Administrativa e Financeira

PORTARIA Nº 2379/2023-DAF/cgp , de 04 de julho de 2023.

A Diretora Administrativa e Financeira do Departamento de Trânsito do Estado do Pará-DETRAN-PA, usando das atribuições que lhe foram delegadas pela PORTARIA Nº 3057/2020-DG/CGP.

CONSIDERANDO a solicitação de concessão de diária constante no Processo nº 2023/000597;

RESOLVE:

AUTORIZAR o pagamento de dezesseis e meia (16 e 1/2) diárias aos servidores abaixo especificados, referente ao deslocamento do Município de Abaetetuba para o município de Barcarena no período de 16/07 à 01/08/2023, a fim de desempenhar suas atividades funcionais, em Operações de Fiscalização de trânsito, em cumprimento a programação da DTO, no referido município, em especial por ocasião da “Operação Verão 2023”.

nome	matricula
Claudionilso Quaresma Lima	5212650 /2
Marco Antonio Carvalho Quaresma	57202004 /1
Pedro Paulo Ferreira Barbosa	57202090 /1

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

REGINA BARBOSA ROCHA

Diretora Administrativa e Financeira

PORTARIA Nº 2380/2023-DAF/cgp , de 04 de julho de 2023.

A Diretora Administrativa e Financeira do Departamento de Trânsito do Estado do Pará-DETRAN-PA, usando das atribuições que lhe foram delegadas pela PORTARIA Nº 3057/2020-DG/CGP.

CONSIDERANDO a solicitação de concessão de diária constante no Processo nº 2023/000593;

RESOLVE:

AUTORIZAR o pagamento de dezesseis e meia (16 e 1/2) diárias aos servidores abaixo especificados, referente ao deslocamento do Município de Castanhal para o município de Vigia no período de 16/07 à 01/08/2023, a fim de desempenhar suas atividades funcionais, em Operações de Fiscalização de trânsito, em cumprimento a programação da DTO, no referido município, em especial por ocasião da “Operação Verão 2023”.

nome	matricula
Ederson José da Silva e Silva	57202063 /1
Jézio Nunes de Sousa	57226852 /1
Lindon Júlio Santiago dos Santos	57202003 /1
Mário Sérgio Silva da Silva	57202007 /1

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.
REGINA BARBOSA ROCHA
Diretora Administrativa e Financeira
PORTARIA Nº 2381/2023-DAF/cgp , de 04 de julho de 2023.
A Diretora Administrativa e Financeira do Departamento de Trânsito do Estado do Pará-DETRAN-PA, usando das atribuições que lhe foram delegadas pela PORTARIA Nº 3057/2020-DG/CGP.
CONSIDERANDO a solicitação de concessão de diária constante no Processo nº 2023/000585;
R E S O L V E:
AUTORIZAR o pagamento de dezesseis e meia (16 e 1/2) diárias aos servidores abaixo especificados, referente ao deslocamento do Município de Parauapebas para o município de Eldorado dos Carajás no período de 16/07 à 01/08/2023, a fim desempenhar suas atividades funcionais, em Operações de Fiscalização de trânsito, em cumprimento a programação da DTO, no referido município, em especial por ocasião da “Operação Verão 2023”.

nome	matricula
Alan Feitoza Figueiredo	57201898 /1
Francisco Garcia de Moura	5919449 /3
Gabriel Costa de Almeida	5965999 /1

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.
REGINA BARBOSA ROCHA
Diretora Administrativa e Financeira
PORTARIA Nº 2382/2023-DAF/cgp , de 04 de julho de 2023.
A Diretora Administrativa e Financeira do Departamento de Trânsito do Estado do Pará-DETRAN-PA, usando das atribuições que lhe foram delegadas pela PORTARIA Nº 3057/2020-DG/CGP.
CONSIDERANDO a solicitação de concessão de diária constante no Processo nº 2023/000602;
R E S O L V E:
AUTORIZAR o pagamento de dezesseis e meia (16 e 1/2) diárias aos servidores abaixo especificados, referente ao deslocamento do Município de Redenção para o município de Conceição do Araguaia no período de 16/07 à 01/08/2023, a fim desempenhar suas atividades funcionais, em Operações de Fiscalização de trânsito, em cumprimento a programação da DTO, no referido município, em especial por ocasião da “Operação Verão 2023”.

nome	matricula
Davi de Castro e Silva	57201909 /1
Everaldo Cunha da Silva	5822661 /2

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.
REGINA BARBOSA ROCHA
Diretora Administrativa e Financeira
PORTARIA Nº 2386/2023-DAF/cgp , de 04 de julho de 2023.
A Diretora Administrativa e Financeira do Departamento de Trânsito do Estado do Pará-DETRAN-PA, usando das atribuições que lhe foram delegadas pela PORTARIA Nº 3057/2020-DG/CGP.
CONSIDERANDO a solicitação de concessão de diária constante no Processo nº 2023/000588;
R E S O L V E:
AUTORIZAR o pagamento de quinze e meia (15 e 1/2) diárias ao servidor abaixo especificado, referente ao deslocamento do Município de Belém para o município de Salinópolis no período de 01/07 à 16/07/2023, para Operação Verão e serviços administrativos, processos de registros de veículos e habilitação de condutores, pendências, orientação acerca de procedimentos, entre outros.

nome	matricula
Josedequê Sousa dos Santos	5880971 /2

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.
REGINA BARBOSA ROCHA
Diretora Administrativa e Financeira
PORTARIA Nº 2388/2023-DAF/cgp , de 05 de julho de 2023.
A Diretora Administrativa e Financeira do Departamento de Trânsito do Estado do Pará-DETRAN-PA, usando das atribuições que lhe foram delegadas pela PORTARIA Nº 3057/2020-DG/CGP.
CONSIDERANDO a solicitação de concessão de diária constante no Processo nº 2023/000550;
R E S O L V E:
AUTORIZAR o pagamento de dezesseis e meia (16 e 1/2) diárias aos servidores abaixo especificados, referente ao deslocamento do Município de Belém para o município de Salinópolis, no período de 15/07 à 31/07/2023, a fim de realizar controle de fluxo de veículo, ações de fiscalização de trânsito no referido município, na qual contemplará a “Operação Verão 2023”, bem como desenvolver ações determinadas pela Diretoria Técnica e Operacional.

nome	matricula
Anderson Bahia da Silva	57225847 /1
Benedito Cláudio Silva	57200473 /1
Celso Luis dos Santos Matos	57200270 /1
Denise de Souza Matos	57176007 /3
Eduardo Augusto Ferreira Lins	57203591 /1
Ellen Monteiro Barros	57232978 /1
Ely Moraes Anselmo	57227280 /1
Francisca Moraes da Silva	57201682/2

Gilsley Ferreira e Ferreira	57209068 /1
Idenil Rocha de Almeida	54184449 /2
Jammerson Ferreira Lopes	57227487 /1
Kleverson Oeiras de Almeida	57205255 /1
Madson José Alves de Oliveira	57200235 /1
Naum Bastos de Souza Santos	57227682 /1
Nívia Guedes Gorayeb	57195550 /2
Paulo Sérgio Antunes dos Santos	57175441 /3
Pedro Afonso Rey Guimarães	57214892 /1
Rogério Barbosa Ferreira	57226724 /1
Walisson Pedro Pereira de Souza	57226730 /1

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.
REGINA BARBOSA ROCHA
Diretora Administrativa e Financeira
PORTARIA Nº 2389/2023-DAF/cgp , Belém, 05 de julho de 2023.
A Diretora Administrativa e Financeira do Departamento de Trânsito do Estado do Pará-DETRAN-PA, usando das atribuições que lhe foram delegadas pela PORTARIA Nº 3057/2020-DG/CGP.
CONSIDERANDO a solicitação de concessão de diária constante no Processo nº 2023/000553
R E S O L V E:
AUTORIZAR o pagamento de dezesseis e meia (16 e 1/2) diárias aos servidores abaixo especificados, referente ao deslocamento do Município de Belém para o município de Salinópolis, no período de 15/07 à 31/07/2023, a fim de realizar controle de fluxo de veículo, ações de fiscalização de trânsito no referido município, na qual contemplará a “Operação Verão 2023”, bem como desenvolver ações determinadas pela Diretoria Técnica e Operacional.

nome	matricula
Antonieta Cristina Araújo Carvalho Athayde	5632994 /2
Charles Santos e Cunha	54191524 /2
Charles Yuri Souza de Castro	57232049 /1
Cláudia Deolinda Alvarez Félix	57226873 /1
Edmée Maria Queiroz de Araujo Alves	57229227 /1
Franciana Maria Jatene Cavalcante	57212348 /2
Frederico Costa Lins	57176371 /2
Ilmar Anaisy Araújo Borges	57205216 /1
Iolete Maria dos Santos Anderson	54191814 /3
Joelma Lima Barbosa dos Passos	57212280 /2
Leydiane Marques Machado	57200238 /1
Marisandra Maia da Silva	57198274 /1
Nelson Horacio Salgado Rego	57232981 /1
Pedro Hugo de Lima Filho	57226484 /1
Rosemiro Filho de Freitas Maués	57195019 /2
Sandra Seny China Bastos	57230596 /1
Sidclei Furtado Farias	5921334 /1
Silverton dos Santos Gomes	57227376 /1
Sônia Maria Lima da Costa	57200228 /1
Vera Márcia da Silva Paredes	57194771 /2
Wanderley Pontes Ferreira	57211861 /2

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.
REGINA BARBOSA ROCHA
Diretora Administrativa e Financeira
PORTARIA Nº 2390/2023-DAF/cgp , Belém, 05 de julho de 2023.
A Diretora Administrativa e Financeira do Departamento de Trânsito do Estado do Pará-DETRAN-PA, usando das atribuições que lhe foram delegadas pela PORTARIA Nº 3057/2020-DG/CGP.
CONSIDERANDO a solicitação de concessão de diária constante no Processo nº 2023/000549;
R E S O L V E:
AUTORIZAR o pagamento de dezesseis e meia (16 e 1/2) diárias aos servidores abaixo especificados, referente ao deslocamento do Município de Belém para o município de Salinópolis, no período de 15/07 à 31/07/2023, a fim de realizar controle de fluxo de veículo, ações de fiscalização de trânsito no referido município, na qual contemplará a “Operação Verão 2023”, bem como desenvolver ações determinadas pela Diretoria Técnica e Operacional.

nome	matricula
Alexandre Caetano de Sousa	57209138 /1
Antonia Pereira de Oliveira Coelho	57226492 /1
Antonio Robson Cascaes Dantas	57217207 /2
Bárbara de Cássia Ferreira Moreira	57226452 /1
Clodoaldo Medina Godinho Junior	54192741 /3
Deninson Henrique Monteiro Maia	57200271 /1
Edmilson Juarez dos Santos Borges	5843219 /2
Esmerinda Angélica Diniz Carvalho	57200231 /1
Fabício Gomes de Oliveira	54192712 /2
Inaldo Carlos Costa Araujo	57211166 /2
Inês Maria Miléo Guerreiro	8080089 /1
Jorge Eduardo Prazer da Conceição	57226691 /1
Karina Sant’Ana Aleixo	57226498 /1
Liliane Ferreira Pontes	5945397 /1
Luana Aline Cardoso Leitão	54192725 /2
Luis Antonio Pinheiro Cardoso	57230582 /1
Luiz Vinicius Moreira de Abreu	57214957 /1
Sávio Marcelo Oliveira Henriques	57226858 /1
Wellington Carlos Henriques Martins	54195738 /2

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.
REGINA BARBOSA ROCHA
Diretora Administrativa e Financeira

PORTARIA Nº 2391/2023-DAF/cgp, Belém, 05 de julho de 2023.
A Diretora Administrativa e Financeira do Departamento de Trânsito do Estado do Pará-DETRAN-PA, usando das atribuições que lhe foram delegadas pela PORTARIA Nº 3057/2020-DG/CGP.
CONSIDERANDO a solicitação de concessão de diária constante no Processo nº 2023/000548;
R E S O L V E:
AUTORIZAR o pagamento de dezesseis e meia (16 e 1/2) diárias aos servidores abaixo especificados, referente ao deslocamento do Município de Belém para o município de Santa Bárbara do Pará, no período de 15/07 à 31/07/2023, a fim de realizar controle de fluxo de veículo, ações de fiscalização de trânsito no referido município, na qual contemplará a “Operação Verão 2023”, bem como desenvolver ações determinadas pela Diretoria Técnica e Operacional.

nome	matricula
Adenor de Jesus Guedes	54186678 /3
Antonio Rafael Rodrigues Queiroz	57227951 /1
Edson Itamar Barradas da Silva	57200229 /1
Evandro Ferreira Marques	57188406 /2
Fábio Rodrigo Braga Santiago	57197560 /2
Franciley Roberto Maciel Ferreira	57227745 /1
Francisco Antonio da Silva	57198620 /1
Gerson Gomes Santiago	57192440 /2
Giselle Oliveira Uribe Rosado	57213563 /2
João das Mercês Oliveira Júnior	57226382 /1
Jofre Costa e Cunha	54191302 /2
José Ribamar do Nascimento	57201705 /1
Lorena Suelen de Souza Costa	57232111 /1
Lyndon Chrysler de Almeida	5816874 /2
Marco Antonio Pinheiro Paciência	57195024 /2
Moisés de Albuquerque Pereira	57203792 /2
Rita de Cássia Moreira de Melo Pompeu	57205875 /1
Robson Diego Oliveira da Silva	54185842 /3
Sirley da Silva Julio	57214394 /2
Soraia Selma Andrade Cardoso	57202052 /1
Thyago Fernando Pinheiro de Lima	57201687 /2

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.
REGINA BARBOSA ROCHA
Diretora Administrativa e Financeira
PORTARIA Nº 2392 /2023-DAF/cgp , de 05 de julho de 2023.
A Diretora Administrativa e Financeira do Departamento de Trânsito do Estado do Pará-DETRAN-PA, usando das atribuições que lhe foram delegadas pela PORTARIA Nº 3057/2020-DG/CGP.
CONSIDERANDO a solicitação de concessão de diária constante no Processo nº 2023/000577;
R E S O L V E:
AUTORIZAR o pagamento de vinte e meia (20 e 1/2) diárias ao servidor abaixo especificado, referente ao deslocamento do Município de Belém para o município de Tomé - Açu no período de 09/07 à 29/07/2023, a fim de realizar vistorias veiculares na CRT de Tomé-Açu.

nome	matricula
Eliezer Souza de Oliveira	57175427 /2

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.
REGINA BARBOSA ROCHA
Diretora Administrativa e Financeira
PORTARIA Nº 2394 /2023-DAF/cgp , de 05 de julho de 2023.
A Diretora Administrativa e Financeira do Departamento de Trânsito do Estado do Pará-DETRAN-PA, usando das atribuições que lhe foram delegadas pela PORTARIA Nº 3057/2020-DG/CGP.
CONSIDERANDO a solicitação de concessão de diária constante no Processo nº 2023/000584;
R E S O L V E:
AUTORIZAR o pagamento de dezessete e meia (17 e 1/2) diárias ao servidor abaixo especificado, referente ao deslocamento do Município de Belém para o município de Salinópolis no período de 15/07 à 01/08/2023, a fim de dar suporte técnico no Posto de Fiscalização da PA444 e PA124, localizado no Município de Salinópolis, que vai ser cumprido em consonância com a programação da DTO/COFT referente à Operação Verão 2023 que dita o protocolo PAE E-2023/2133016, que inclui finais de semanas e feriados.

nome	matricula
Paulo Prestes Campos	3261468 /1

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.
REGINA BARBOSA ROCHA
Diretora Administrativa e Financeira
PORTARIA Nº 2395/2023-DAF/cgp , de 05 de julho de 2023.
A Diretora Administrativa e Financeira do Departamento de Trânsito do Estado do Pará-DETRAN-PA, usando das atribuições que lhe foram delegadas pela PORTARIA Nº 3057/2020-DG/CGP.
CONSIDERANDO a solicitação de concessão de diária constante no Processo nº 2023/000545;
R E S O L V E:
AUTORIZAR o pagamento de dezesseis e meia (16 e 1/2) diárias aos servidores abaixo especificados, referente ao deslocamento do Município de Belém para o município de Santa Bárbara do Pará no período de 16/07 à 01/08/2023, a fim de realizar controle de fluxo de veículo, ações de fiscalização de trânsito no referido município, na qual contemplará a “Operação Verão 2023”, bem como desenvolver ações determinadas pela Diretoria Técnica e Operacional. Com Pernoite.

nome	matricula
Melquizelec dos Santos Andrade	54189205 /2
Sandra Paula dos Remédios Cunha de Oliveira	57202190 /1
Rodolfo Rannieri Pacheco Bastos	57196573 /2
Karine Monik Almeida da Costa	57226816 /1
Izaura Valadares de Souza	57211114 /2
Gilvan Veloso Cruz	57213689 /2
Shirley Alessandra Soares Castanheira	57226458 /1
Marcela Alexopulos Santa Rosa	57228982 /1
Nei Eduardo Trindade do Rosário	57193274 /2
Cláudia dos Santos Menezes Almeida	57230594 /1

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.
REGINA BARBOSA ROCHA
Diretora Administrativa e Financeira
PORTARIA Nº 2397 /2023-DAF/cgp , de 05 de julho de 2023.
A Diretora Administrativa e Financeira do Departamento de Trânsito do Estado do Pará-DETRAN-PA, usando das atribuições que lhe foram delegadas pela PORTARIA Nº 3057/2020-DG/CGP.
CONSIDERANDO a solicitação de concessão de diária constante no Processo nº 2023/000558;
R E S O L V E:
AUTORIZAR o pagamento de dezesseis e meia (16 e 1/2) diárias ao servidor abaixo especificado, referente ao deslocamento do Município de Capanema para o município de Salinópolis no período de 16/07 à 01/08/2023, a fim de desempenhar suas atividades funcionais, em Operações de Fiscalização de trânsito, em cumprimento a programação da DTO, no referido município, em especial por ocasião da “Operação Verão 2023”.

nome	matricula
Denis Pinheiro Vales	57207186 /1

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.
REGINA BARBOSA ROCHA
Diretora Administrativa e Financeira
PORTARIA Nº 2398 /2023-DAF/cgp , de 05 de julho de 2023.
A Diretora Administrativa e Financeira do Departamento de Trânsito do Estado do Pará-DETRAN-PA, usando das atribuições que lhe foram delegadas pela PORTARIA Nº 3057/2020-DG/CGP.
CONSIDERANDO a solicitação de concessão de diária constante no Processo nº 2023/000578;
R E S O L V E:
AUTORIZAR o pagamento de dezesseis e meia (16 e 1/2) diárias a servidor(a) abaixo especificada, referente ao deslocamento do Município de Belém para os municípios de Acará no período de 16/07 à 23/07/2023, Abaetetuba/Belém – 24/07 à 01/08/2023, a fim de acompanhar os trabalhos que se realizam no município acima citado, na qual contemplará a “Operação Verão 2023”, bem como, cumprir o cronograma de ações determinadas pela Diretoria Técnica e Operacional. Com Pernoite.

nome	matricula
Jonhilda do Socorro Milleo Cardoso	57227434 /1

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.
REGINA BARBOSA ROCHA
Diretora Administrativa e Financeira
PORTARIA Nº 2399/2023-DAF/cgp , de 05 de julho de 2023.
A Diretora Administrativa e Financeira do Departamento de Trânsito do Estado do Pará-DETRAN-PA, usando das atribuições que lhe foram delegadas pela PORTARIA Nº 3057/2020-DG/CGP.
CONSIDERANDO a solicitação de concessão de diária constante no Processo nº 2023/000547;
R E S O L V E:
AUTORIZAR o pagamento de dezesseis e meia (16 e 1/2) diárias aos servidores abaixo especificados, referente ao deslocamento do Município de Belém para o município de Abaetetuba no período de 15/07 à 31/07/2023, a fim de realizar controle de fluxo de veículo, ações de fiscalização de trânsito no referido município, na qual contemplará a “Operação Verão 2023”, bem como desenvolver ações determinadas pela Diretoria Técnica e Operacional.

nome	matricula
Almir dos Santos da Silva	57191487 /2
Eduardo Valério Amaral Cavalcante	57198618 /1
Jorge Fernando dos Santos Tuma	57198267 /1
Luiz Rabello Junior Melo	57205417 /1
Madson William Rodrigues de Leão	57199356 /2
Peter Mendes Pereira	57226369 /1
Raimundo da Costa Cunha	57198617 /1
Waldir Fernando Accarino Grobério	5169593 /3

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.
REGINA BARBOSA ROCHA
Diretora Administrativa e Financeira
PORTARIA Nº 2400/2023-DAF/cgp , de 05 de julho de 2023.
A Diretora Administrativa e Financeira do Departamento de Trânsito do Estado do Pará-DETRAN-PA, usando das atribuições que lhe foram delegadas pela PORTARIA Nº 3057/2020-DG/CGP.
CONSIDERANDO a solicitação de concessão de diária constante no Processo nº 2023/000609;
R E S O L V E:
AUTORIZAR o pagamento de onze e meia (11 e 1/2) diárias aos servidores abaixo especificados, referente ao deslocamento do Município de Belém para o município de Bragança no período de 20/07 à 31/07/2023, a fim de diminuir a grande quantidade de ressarcimento com defeitos e com falta de documentos contundentes.

nome	matrícula
Marcos Antônio Rêgo e Silva	5951861 /1
Edineia Brito da Silva	57224231 /1

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.
REGINA BARBOSA ROCHA
Diretora Administrativa e Financeira
PORTARIA Nº 2401 /2023-DAF/cgp , de 05 de julho de 2023.
A Diretora Administrativa e Financeira do Departamento de Trânsito do Estado do Pará-DETRAN-PA, usando das atribuições que lhe foram delegadas pela PORTARIA Nº 3057/2020-DG/CGP.
CONSIDERANDO a solicitação de concessão de diária constante no Processo nº 2023/000617;
R E S O L V E:
AUTORIZAR o pagamento de vinte e oito e meia (28 e 1/2) diárias aos servidores abaixo especificados, referente ao deslocamento do Município de Belém para os municípios de Uruará no período de 01/08 à 03/08/2023, Rurópolis – 04/08 à 06/08/2023, Itaituba – 07/08 à 10/08/2023, Novo Progresso – 11/08 à 14/08/2023, Santarém – 15/08 à 18/08/2023, Monte Alegre – 19/08 à 20/08/2023, Alenquer – 21/08 à 22/08/2023, Óbidos – 23/08 à 24/08/2023, Oriximiná/Belém – 25/08 à 29/08/2023, a fim de realizar vistoria técnica para análise das atividades das Empresas Credenciadas em Vistoria - ECV, conforme PORTARIA Nº 024/2020-DG/DETRAN, nos municípios acima informados.

nome	matrícula
Solange Maria Anaice Lopes	80845576 /1
Pablo Condurú Monteiro	80845373 /1
Jorge Cardias Alves Junior	57200735 /1
Giovanna Amaral Dias Cunha	5890037 /3
Francisco Carlos Bittencourt	5117226 /2

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.
Belém, 05 de julho de 2023.
REGINA BARBOSA ROCHA
Diretora Administrativa e Financeira
PORTARIA Nº 2403 /2023-DAF/cgp , de 05 de julho de 2023.
A Diretora Administrativa e Financeira do Departamento de Trânsito do Estado do Pará-DETRAN-PA, usando das atribuições que lhe foram delegadas pela PORTARIA Nº 3057/2020-DG/CGP.
CONSIDERANDO a solicitação de concessão de diária constante no Processo nº 2023/000608;
R E S O L V E:
AUTORIZAR o pagamento de quatorze e meia (14 e 1/2) diárias aos servidores abaixo especificados, referente ao deslocamento do Município de Belém para o município de Salinópolis no período de 03/07 à 17/07/2023, a fim de diminuir a grande quantidade de ressarcimento com defeitos e com falta de documentos contundentes.

nome	matrícula
Edineia Brito da Silva	57224231 /1
Marcos Antônio Rêgo e Silva	5951861 /1

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.
REGINA BARBOSA ROCHA
Diretora Administrativa e Financeira
PORTARIA Nº 2404/2023-DAF/cgp , de 05 de julho de 2023.
A Diretora Administrativa e Financeira do Departamento de Trânsito do Estado do Pará-DETRAN-PA, usando das atribuições que lhe foram delegadas pela PORTARIA Nº 3057/2020-DG/CGP.
CONSIDERANDO a solicitação de concessão de diária constante no Processo nº 2023/000560;
R E S O L V E:
AUTORIZAR o pagamento de dezesseis e meia (16 e 1/2) diárias aos servidores abaixo especificados, referente ao deslocamento do Município de Itaituba para o município de Salinópolis no período de 16/07 à 01/08/2023, a fim de desempenhar suas atividades funcionais, em Operações de Fiscalização de trânsito, em cumprimento a programação da DTO, no referido município, em especial por ocasião da "Operação Verão 2023".

nome	matrícula
Jairo Nogueira da Costa	57201191 /1
Oclênio Fernandes de Lima	57227329 /1

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.
REGINA BARBOSA ROCHA
Diretora Administrativa e Financeira
PORTARIA Nº 2405/2023-DAF/cgp , de 05 de julho de 2023.
A Diretora Administrativa e Financeira do Departamento de Trânsito do Estado do Pará-DETRAN-PA, usando das atribuições que lhe foram delegadas pela PORTARIA Nº 3057/2020-DG/CGP.
CONSIDERANDO a solicitação de concessão de diária constante no Processo nº 2023/000582;
R E S O L V E:
AUTORIZAR o pagamento de treze e meia (13 e 1/2) diárias ao servidor abaixo especificado, referente ao deslocamento do Município de Belém para o município de Santa Bárbara do Pará no período de 02/07 à 15/07/2023, a fim de dar suporte técnico no Posto de Fiscalização da Para o posto de Santa Bárbara, para dar suporte no posto localizado na PA 391, que vai ser cumprido em consonância com a programação da DTO/COFT referente à Operação 2023

nome	matrícula
Marcus Vinícius da Silva Alencar	55587592 /1

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.
REGINA BARBOSA ROCHA
Diretora Administrativa e Financeira
PORTARIA Nº 2406/2023-DAF/cgp , de 05 de julho de 2023.
A Diretora Administrativa e Financeira do Departamento de Trânsito do Estado do Pará-DETRAN-PA, usando das atribuições que lhe foram delegadas pela PORTARIA Nº 3057/2020-DG/CGP.
CONSIDERANDO a solicitação de concessão de diária constante no Processo nº 2023/000576;
R E S O L V E:
AUTORIZAR o pagamento de vinte e meia (20 e 1/2) diárias a servidora abaixo especificada, referente ao deslocamento do Município de Belém para o município de Bragança no período de 09/07 à 29/07/2023, a fim de realizar atendimento de habilitação na Ciretran de Bragança.

nome	matrícula
Maria dos Anjos Duarte Trindade	57194008 /1

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.
REGINA BARBOSA ROCHA
Diretora Administrativa e Financeira
PORTARIA Nº 2407 /2023-DAF/cgp , de 05 de julho de 2023.
A Diretora Administrativa e Financeira do Departamento de Trânsito do Estado do Pará-DETRAN-PA, usando das atribuições que lhe foram delegadas pela PORTARIA Nº 3057/2020-DG/CGP.
CONSIDERANDO a solicitação de concessão de diária constante no Processo nº 2023/000603;
R E S O L V E:
AUTORIZAR o pagamento de vinte e nove e meia (29 e 1/2) diárias aos servidores abaixo especificados, referente ao deslocamento do Município de Belém para o município de Salinópolis no período de 02/07 à 31/07/2023, a fim de realizar operação verão e serviços administrativos, processos de registros de veículos e habilitação de condutores, pendências, orientação acerca de procedimentos, entre outros.

nome	matrícula
Dinis Macapuna Soares	80845589 /1
Leonardo Comesanha Pinheiro	55588507 /1

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.
REGINA BARBOSA ROCHA
Diretora Administrativa e Financeira
PORTARIA Nº 2409 /2023-DAF/cgp , de 05 de julho de 2023.
A Diretora Administrativa e Financeira do Departamento de Trânsito do Estado do Pará-DETRAN-PA, usando das atribuições que lhe foram delegadas pela PORTARIA Nº 3057/2020-DG/CGP.
CONSIDERANDO a solicitação de concessão de diária constante no Processo nº 2023/000654;
R E S O L V E:
AUTORIZAR o pagamento de quatorze e meia (14 e 1/2) diárias a servidora abaixo especificada, referente ao deslocamento do Município de Belém para os municípios de Salinópolis no período de 10/07 à 17/07/2023, Bragança/Belém – 18/07 à 24/07/2023, a fim de realizar atendimento com a equipe de barreira nas rodovias.

nome	matrícula
Etelvina Julia Falcao Valente	5953697 /1

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.
REGINA BARBOSA ROCHA
Diretora Administrativa e Financeira
PORTARIA Nº 2459 /2023-DAF/cgp , de 06 de julho de 2023.
A Diretora Administrativa e Financeira do Departamento de Trânsito do Estado do Pará-DETRAN-PA, usando das atribuições que lhe foram delegadas pela PORTARIA Nº 3057/2020-DG/CGP.
CONSIDERANDO a solicitação de concessão de diária constante no Processo nº 2023/000669;
R E S O L V E:
AUTORIZAR o pagamento de vinte e sete e meia (27 e 1/2) diárias aos servidores abaixo especificados, referente ao deslocamento do Município de Belém para o município de Altamira no período de 20/07 à 16/08/2023, finalidade de conferência, catalogação e traslado dos processos de veículos da CRT para a sede.

nome	matrícula
Pedro Paulo Carvalho	80845480 /1
Raimundo Paulo Medeiros da Silva	3266524 1
Alex Henrique Moreira de Souza	5922439 /4
Joaquim Luiz Farias Caldas	54183121 /3

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.
REGINA BARBOSA ROCHA
Diretora Administrativa e Financeira

SECRETARIA DE ESTADO
DE ADMINISTRAÇÃO
PENITENCIÁRIA

ADMISSÃO DE SERVIDOR

PORTARIA Nº 245/2023 – GAB/SEAP

Belém, 06 de julho de 2023.
O Secretário de Estado de Administração Penitenciária do Estado do Pará, no uso de suas atribuições legais.

CONSIDERANDO o disposto no Art. 67, da Lei Federal nº 8.666/93 e o disposto no Decreto nº. 870 de 04/10/2013

RESOLVE:
Art. 1º - Designar o servidor DIEGO GUSTAVO SANTOS ALVES - Matrícula Funcional nº 57210872 como fiscal titular e o servidor EDERVANI PIMENTA DE OLIVEIRA JUNHO - Matrícula Funcional nº : 5943462 como fiscal suplente do Contrato Administrativo nº 051/2023/SEAP, celebrado entre a CH TECNOLOGIA E PRODUTOS EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA – ME e a SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA – SEAP, cujo objeto é a contratação de empresa especializada no fornecimento de Licenças de uso de Antivírus, visando atender a segurança da rede interna através de sistema de proteção contra arquivos maliciosos que tendem a danificar arquivos de uso desta secretaria, filtragem de conteúdo e assim detectando ameaças no parque tecnológico desta SEAP.

Parágrafo Único- São atribuições do fiscal: acompanhar e fiscalizar o fiel cumprimento do contrato, das cláusulas contratuais e fazer relatório de finalização do contrato.

Art.2º - Deliberar que o servidor atue em conformidade com o estabelecido no dispositivo legal mencionado em epígrafe, até a vigência final do referido instrumento.

Dê-se Ciência, Publique-se e Cumpra-se
MARCO ANTONIO SIROTTHAU CORRÊA RODRIGUES
SECRETARIO DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA

Protocolo: 960723

TÉRMINO DE VÍNCULO DE SERVIDOR

ENCERRAMENTO DE CONTRATO

ATO: TERMO DE DISTRATO

- Término de Vínculo: 03/07/2023
Motivo: DISTRATO A PEDIDO
Servidor Temporário: ALEXSANDRO ALVES DA SILVA
Matrícula: 55209440/1 – AGENTE PENITENCIÁRIO
ORDENADOR: MARCO ANTONIO SIROTTHAU CORREA RODRIGUES
Secretário de Estado de Administração Penitenciária

Protocolo: 960852

LICENÇA PRÊMIO

LICENÇA PRÊMIO

PORTARIA Nº 910/2023 – DGP.SEAP BELÉM, 07 DE JULHO DE 2023.

Nome: FÁBIO JÚNIOR, Matrícula n.º 5915835/3, Cargo: Policial Penal.
Assunto: Licença Prêmio
Período Aquisitivo: 2019 a 2022
Período de Gozo: 15/07/2023 a 13/08/2023
WALDILSON COLINS
Diretor de Gestão de Pessoas

Protocolo: 960714

LICENÇA PRÊMIO

PORTARIA Nº 911/2023 – DGP.SEAP BELÉM, 07 DE JULHO DE 2023.

Nome: WASHINGTON STERFERSON SANTOS OLIVEIRA, Matrícula n.º 5953859/1, Cargo: Policial Penal.
Assunto: Licença Prêmio
Período Aquisitivo: 2020 a 2023
Período de Gozo: 03/07/2023 a 01/08/2023
WALDILSON COLINS
Diretor de Gestão de Pessoas

Protocolo: 960709

DESIGNAR FISCAL DE CONTRATO

PORTARIA Nº 244/2023 – GAB/SEAP

Belém, 06 de julho de 2023.
O Secretário de Estado de Administração Penitenciária do Estado do Pará, no uso de suas atribuições legais.

CONSIDERANDO o disposto no Art. 67, da Lei Federal nº 8.666/93 e o disposto no Decreto nº. 870 de 04/10/2013.

RESOLVE:
Art. 1º - Designar a servidora THAINAN AZEVEDO DE OLIVEIRA - Matrícula Funcional nºº 5952405 como fiscal titular e a servidor ALBERTO CAMPOS RIBEIRO FILHO - Matrícula Funcional nº 5969073 como fiscal suplente do

Contrato Administrativo nº 035/2023/SEAP, celebrado entre a ORGANIZAÇÃO SOCIAL PARÁ 2000 e a SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA – SEAP, cujo objeto é locação do espaço “Arena Guilherme Paraense” para realização do evento “Cerimônia de posse dos nomeados aprovados ao cargo de policial penal da SEAP”, nos dias 14 de março de 2023, 03 de maio de 2023 e 15 de junho de 2023.

Parágrafo Único- São atribuições do fiscal: acompanhar e fiscalizar o fiel cumprimento do contrato, das cláusulas contratuais e fazer relatório de finalização do contrato.

Art.2º - Deliberar que o servidor atue em conformidade com o estabelecido no dispositivo legal mencionado em epígrafe, até a vigência final do referido instrumento.

Dê-se Ciência, Publique-se e Cumpra-se
MARCO ANTONIO SIROTTHAU CORRÊA RODRIGUES
SECRETARIO DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA

Protocolo: 960719

ERRATA

ERRATA DE PUBLICAÇÃO

Errata da Publicação do 3º Termo Aditivo ao C.A. nº 043/2020 no DOE nº. 35.463 de 07/07/2023 sob o nº de Protocolo 960219

Onde se lê:

3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 120/2021/SEAP

Leia-se:

3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 043/2020/SEAP

Protocolo: 960742

ERRATA DE PUBLICAÇÃO

Errata da Publicação do 4º Termo Aditivo ao C.A. nº 125/2021 no DOE nº. 35.463 de 07/07/2023 sob o nº de Protocolo 960127

Onde se lê:

Motivo: Reajuste de Valor e Acréscimo Contratual.
Justificativa: O Contrato terá reajuste com base no Índice IGP-DI, calculado entre o período de fevereiro/2022 a janeiro/2023, na ordem de 2,997810%, reajustando o valor anual estimado do contrato de R\$ 13.394.822,24 para R\$ 13.782.907,52 e será acrescido o valor de R\$ 2.053.156,48, referente à inserção de unidades prisionais, perfazendo o valor anual estimado para R\$ 15.836.064,00.

Leia-se:

Motivo: Reajuste de Valor, Acréscimo Contratual e Prorrogação do Prazo de Vigência.

Justificativa: O Contrato terá reajuste com base no Índice IGP-DI, calculado entre o período de fevereiro/2022 a janeiro/2023, na ordem de 2,997810%, reajustando o valor anual estimado do contrato de R\$ 13.394.822,24 para R\$ 13.782.907,52 e será acrescido o valor de R\$ 2.053.156,48, referente à inserção de unidades prisionais, perfazendo o valor anual estimado para R\$ 15.836.064,00.

Vigência: 06/07/2023 a 06/07/2024

Protocolo: 960737

DIÁRIA

DIÁRIA

PORTARIA Nº: 05100/2023/DIÁRIAS/DGP/SEAP/PA

Objetivo: REALIZAR A ENTREGA DO VEÍCULO PARA APOIO OPERACIONAL.
Origem: MARABÁ;
Destino: SANTARÉM;
Período: 14/06/2023 a 16/06/2023;
Diária(s): 2 e ½ (duas e meia);
Servidor(es):
5920730; WALNEI DE NAZARE ALVES DE ARAUJO; MOTORISTA;
Ordenador: LUIZ ANDRE CONCEICAO MAUES

Protocolo: 960828

DIÁRIA

PORTARIA Nº: 05153/2023/DIÁRIAS/DGP/SEAP/PA

Objetivo: REALIZAR ATIVIDADES DE APOIO INSTITUCIONAL
Origem: SALINÓPOLIS;
Destino: BRAGANÇA;
Período: 27/06/2023 a 29/06/2023;
Diária(s): 2 e ½ (duas e meia);
Servidor(es):
5949539; VICTOR BARROSO MENEZES; POLICIAL PENAL;
5942427; JUCÉLIA CASTRO SARAIVA; POLICIAL PENAL;
54187423; GALDEBERGES SOUZA DA SILVA; MOTORISTA;
Ordenador: LUIZ ANDRE CONCEICAO MAUES

Protocolo: 960829

DIÁRIA

PORTARIA Nº: 03079/2023/DIÁRIAS/DGP/SEAP/PA

Origem: VITÓRIA DO XINGU;
Destino: BELÉM;
Período: 28/04/2023 a 05/05/2023;
Diária(s): 7 e ½ (sete e meia);
Servidor(es):
Objetivo: CONDUZIR VTR COM PPLs, EM CARATER DE TRANSFERÊNCIA.
5825407; LINDINALDO DE MELO BANDEIRA; AGENTE PENITENCIÁRIO;
Ordenador: LUIZ ANDRE CONCEICAO MAUES

Protocolo: 960831

DIÁRIA
PORTARIA Nº: 04588/2023/DIÁRIAS/DGP/SEAP/PA
Objetivo: CONDUZIR VTR PARA REALIZAR A ENTREGA DAS REFEIÇÕES PARA O CURSO OPERACIONAL DE BUSCA E RECAPTURA - COBRA.
Origem: BELÉM;
Destino: TERRA ALTA;
Período: 31/05/2023 a 31/05/2023;
Diária(s): ½ (meia diária);
Servidor(es):
5908925; THIAGO MARTINS DA COSTA; AGENTE PENITENCIÁRIO;
Ordenador: LUIZ ANDRE CONCEICAO MAUES

Protocolo: 960836

DIÁRIA
PORTARIA Nº: 04583/2023/DIÁRIAS/DGP/SEAP/PA
Objetivo: ESCOLTAR PPL EM CARÁTER DE TRANSFERÊNCIA.
Origem: BELÉM;
Destino: MARABÁ;
Período: 27/05/2023 a 28/05/2023;
Diária(s): 1 e ½ (uma e meia);
Servidor(es):
5949940; WUERMESON SIQUEIRA DOS SANTOS; POLICIAL PENAL;
5970554; MARILIA CASTRO BRASIL DUARTE; POLICIAL PENAL;
Ordenador: LUIZ ANDRE CONCEICAO MAUES

Protocolo: 960821

DIÁRIA
PORTARIA Nº: 04089/2023/DIÁRIAS/DGP/SEAP/PA
Objetivo: REALIZAR ESCOLTA DE PPL PARA PARTICIPAR DE SESSÃO DO TRIBUNAL DO JÚRI.
Origem: BELÉM;
Destino: JACAREACANGA;
Período: 26/05/2023 a 07/06/2023;
Diária(s): 12 e ½ (doze e meia);
Servidor(es):
5953896; ADONAI DO ESPIRITO SANTO MENDONCA DA SILVA; POLICIAL PENAL;
5954271; HELTON BATISTA COSTA; POLICIAL PENAL;
5954043; RICHARDSON MACHADO DOS SANTOS; POLICIAL PENAL;
Ordenador: LUIZ ANDRE CONCEICAO MAUES

Protocolo: 960833

DIÁRIA
PORTARIA Nº: 05284/2023/DIÁRIAS/DGP/SEAP/PA
Origem: CAPANEMA;
Destino: BELÉM;
Período: 10/03/2023 a 10/03/2023;
Diária(s): ½ (meia diária);
Servidor(es):
Objetivo: CONDUZIR A VTR.
54180771; GIOVANY RITA MATOS BARROSO; MOTORISTA;
Objetivo: REALIZAR ENTREGA DE MATERIAIS DIVERSOS.
80846133; RAPHAEL FERNANDO VIEIRA DA ROSA; DIRETOR;
Ordenador: LUIZ ANDRE CONCEICAO MAUES

Protocolo: 960834

DIÁRIA
PORTARIA Nº: 05121/2023/DIÁRIAS/DGP/SEAP/PA
Objetivo: REALIZAR ATIVIDADES INERENTES A ASSESSORIA, VOLTADAS À ÁREA DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL NO MUNICÍPIO DE ABAETETUBA.
Origem: BELÉM;
Destino: ABAETETUBA;
Período: 16/06/2023 a 17/06/2023;
Diária(s): 1 e ½ (uma e meia);
Servidor(es):
57202908; GILBERTO NAZARENO MONTEIRO; AGENTE PENITENCIÁRIO;
5954371; THIAGO DE SOUSA GOMES; POLICIAL PENAL;
Ordenador: LUIZ ANDRE CONCEICAO MAUES

Protocolo: 960825

DIÁRIA
PORTARIA Nº: 04529/2023/DIÁRIAS/DGP/SEAP/PA
Objetivo: CONDUZIR VTR COM PPL EM CARATER DE TRANSFERÊNCIA.
Origem: TOMÉ-AÇU;
Destino: CASTANHAL;
Período: 29/05/2023 a 29/05/2023;
Diária(s): ½ (meia diária);
Servidor(es):
8400426; MARCOS ANTONIO OKABE; MOTORISTA;
Ordenador: LUIZ ANDRE CONCEICAO MAUES

Protocolo: 960826

DIÁRIA
PORTARIA Nº: 04837/2023/DIÁRIAS/DGP/SEAP/PA
Objetivo: EMPREENDER REVISTAS E SE ESTABELECEER, DANDO CONTINUIDADE NAS ROTINAS OPERACIONAIS.
Origem: SANTA IZABEL DO PARÁ;
Destino: ABAETETUBA;
Período: 16/06/2023 a 17/06/2023;
Diária(s): 1 e ½ (uma e meia);
Servidor(es):
5631386; RUBENS TEIXEIRA MAUES JUNIOR; DIRETOR;
5588596; JOAO CARLOS BRITO BARREIROS; POLICIAL MILITAR;
4219256; JOSE LEAL RAIOL JUNIOR; POLICIAL MILITAR;
5923839; ANDERSON DA SILVA COELHO; POLICIAL MILITAR;
Ordenador: LUIZ ANDRE CONCEICAO MAUES

Protocolo: 960823

DIÁRIA
PORTARIA Nº: 04619/2023/DIÁRIAS/DGP/SEAP/PA
Origem: ITAITUBA;
Destino: BELÉM;
Período: 06/06/2023 a 13/06/2023;
Diária(s): 7 e ½ (sete e meia);
Servidor(es):
Objetivo: ESCOLTAR PPLS EM CARÁTER DE TRANSFERÊNCIA.
5957830; FRANCISCO DE ASSIS SILVA SANTOS; POLICIAL PENAL;
Objetivo: CONDUZIR VTR COM PPLS EM CARATER DE TRANSFERÊNCIA.
5832055; JACKSON CAMPOS DE MACEDO; MOTORISTA;
Objetivo: ESCOLTAR PPLS EM CARÁTER DE TRANSFERÊNCIA.

DIÁRIA
PORTARIA Nº: 04583/2023/DIÁRIAS/DGP/SEAP/PA
Objetivo: ESCOLTAR PPL EM CARÁTER DE TRANSFERÊNCIA.
Origem: BELÉM;
Destino: MARABÁ;
Período: 27/05/2023 a 28/05/2023;
Diária(s): 1 e ½ (uma e meia);
Servidor(es):
5949940; WUERMESON SIQUEIRA DOS SANTOS; POLICIAL PENAL;
5970554; MARILIA CASTRO BRASIL DUARTE; POLICIAL PENAL;
Ordenador: LUIZ ANDRE CONCEICAO MAUES

Protocolo: 960821

OUTRAS MATÉRIAS

LICENÇA NOJO
PORTARIA Nº 905/2023 – DGP/SEAP
BELÉM, 05 DE JUNHO DE 2023.
O DIRETOR DE GESTÃO DE PESSOAS, no uso de suas atribuições legais, **RESOLVE:**
Conceder 08 (oito) dias de Licença Nojo ao servidor ANDRESON CARNEIRO DA SILVA, Técnico de Enfermagem, Matrícula nº 8400859/2, no período de 01/07/2023 a 07/07/2023
WALDILSON COLINS
Diretor de Gestão de Pessoas

Protocolo: 960729

LICENÇA GALA
PORTARIA Nº 906/2023 – DGP/SEAP
BELÉM, 07 DE JULHO DE 2023.
O DIRETOR DE GESTÃO DE PESSOAS, no uso de suas atribuições legais, **RESOLVE:**
Conceder 08 (oito) dias de Licença Gala ao servidor CLEIDERSON TORRES DA COSTA, Diretor, Matrícula nº 5887585/4, no período de 26/06/2023 a 03/07/2023.
WALDILSON COLINS
Diretor de Gestão de Pessoas

Protocolo: 960733

PORTARIA de Função Gratificada
PORTARIA Nº 912/2023-DGP/SEAP/PA
Belém, 07 de julho de 2023.
O DIRETOR DE GESTÃO DE PESSOAS, no uso de suas atribuições legais que lhe foram conferidas, pela PORTARIA nº 037/2023/GAB/SEAP de 30/01/2023;
EXCLUIR DA PORTARIA Nº 707/2023/DGP/SEAP/PA de 12/06/2023, publicada no DOE nº 35.433 de 14/06/2023, TAYNARA RIBEIRO VIANA, matrícula funcional nº 5928678/2, da Função Gratificada de Supervisor de Equipe Penitenciária (GSEP), na lotação no (a) Centro de Reeducação Feminino de Vitória do Xingu (CRFV), a contar de 06 de julho de 2023.
Diretor de Gestão de Pessoas

Protocolo: 960708

PORTARIA Nº 5260/2023/CRH/DGP/SEAP
Belém, 07 de Julho de 2023.
O DIRETOR DE GESTÃO DE PESSOAS, no uso de suas atribuições legais que lhe foram conferidas, pela PORTARIA nº 037/2023/GAB/SEAP de 30/01/2023;
Resolve:
EXCLUIR do (a) servidor (a) VINICIUS TADEU GUIMARAES DE MIRANDA, matrícula funcional nº 5941846, ocupante do cargo de ASSISTENTE ADMINISTRATIVO, a Gratificação de Tempo Integral no percentual de 50% no incidente sobre o padrão do vencimento do cargo exercido, a contar de 01/07/2023.
CONCEDER ao (à) servidor (a) GABRIEL DO NASCIMENTO RODRIGUES, matrícula funcional nº 55208813, ocupante do cargo de TEC GESTÃO PENITENCIÁRIA, a Gratificação de Tempo Integral no percentual de 50% no incidente sobre o padrão do vencimento do cargo exercido, a contar de 01/07/2023.
WALDILSON COLINS
Diretor de Gestão de Pessoas

Protocolo: 960705



CONVÊNIO

EXTRATO DO TERMO DE CONVÊNIO:
TERMO DE CONVÊNIO: 013/2023
PROCESSO ADMINISTRATIVO: 2023/538852
OBJETO: CONCURSO DE QUADRILHAS JUNINAS DE SOURE/PA
VALOR DO REPASSE DA SECULT: R\$ 70.000,00 (SETENTA MIL REAIS)
ASSINATURA: 30/06/2023
VIGÊNCIA: TRÊS MESES, A CONTAR DE SUA ASSINATURA

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: ART. 116 DA LEI 8.666/1993 E DECRETO ESTADUAL 733/2013.
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
PROJETO ATIVIDADE: 8421
FONTE DE RECURSO: 01500000001- (RECURSOS ORDINÁRIOS)
NATUREZA DA DESPESA:334041-CONTRIBUIÇÕES
PTRES: 158421
PI: 23DEMP0019
AÇÃO: 289524
FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 13.392.1503-8421
FISCAL DO CONVÊNIO: IRIS LETIERE DA SILVA SANTOS- MATRÍCULA Nº. 5946497/1
ENTIDADE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SOURE/PA CNPJ: 05.133.863/0001-50
ENDEREÇO: 2ª RUA, 381, CENTRO, CEP 68.870-000, SOURE/PA
ORDENADOR RESPONSÁVEL: BRUNO CHAGAS DA SILVA FERREIRA RODRIGUES

Protocolo: 960718

OUTRAS MATÉRIAS

EXTRATO TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA E FINANCEIRA
TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA FINANCEIRA: 001/2023
PROCESSO ADMINISTRATIVO: 2023/662399
OBJETO: O PRESENTE INSTRUMENTO TEM POR OBJETO DESENVOLVIMENTO DE UM CURSO DE FORMAÇÃO DE AGENTES CULTURAIS, APTOS NA ELABORAÇÃO DE PROJETOS CULTURAIS, COM ÊNFASE NAS LEI PAULO GUSTAVO E LEI DE INCENTIVO A CULTURA, CONFORME AS EXIGÊNCIAS CONTIDAS EM CADA EDITAL, EM FORMATO ONLINE E PRESENCIAL.
ASSINATURA: 07/07/2023
VIGÊNCIA: A PARTIR DE SUA ASSINATURA ATÉ 31/12/2023
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: LEI ESTADUAL Nº. 5.753, MODIFICADA PELA LEI ESTADUAL Nº. 6.739/2005
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
1)VALOR DE R\$ 799.962,48
PROJETO ATIVIDADE: 8424
FONTE DE RECURSO: 02759000017 (SUPERAVIT DO TESOIRO)
NATUREZA DA DESPESA: 335041- CONTRIBUIÇÃO
PTRES: 158424
PI: 1030008424C
AÇÃO: 290231
FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 13.392.1503-8424
ÓRGÃO OU ENTE: A FUNDAÇÃO DE AMPARO E DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA - FADESP CNPJ Nº. 05.572.870/0001-59
ENDEREÇO: AV. AUGUSTO CORRÊA, S/N, CIDADE UNIVERSITÁRIA “PROF. JOSÉ DA SILVEIRA NETTO”, GUAMÁ - BELÉM/PA CEP: 66.075-110
ORDENADOR DE DESPESA: BRUNO CHAGAS DA SILVA RODRIGUES FERREIRA

Protocolo: 960616



PORTARIA

PORTARIA
PORTARIA Nº 1116/2023, de 10 de julho de 2023.
O Presidente da Fundação Cultural do Estado do Pará, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 4.437, de 20 de agosto de 1986, nos termos da Lei nº 5.322, de 26 de junho de 1986, alterada pela Lei nº 6.576, de 03 de setembro de 2003, alterada pela Lei nº 8.096, de 1º de janeiro de 2015 e pelo Decreto do Governador do Estado do Pará, publicado no DOE nº 34.488 de 10 de fevereiro de 2021, considerando o procedimento licitatório na modalidade concurso, regulamentado pelo Edital N.º 006/2023 de 01 de março de 2023 - SELEÇÃO DE FILMES 1º FESTIVAL DE CINEMA AÇAÍ, que trata do resultado final da etapa de Seleção do certame, RESOLVE:
I-Tornar pública a Homologação do resultado final da etapa de seleção do Edital N.º 006/2023 de 01 de março de 2023 - SELEÇÃO DE FILMES 1º FESTIVAL DE CINEMA AÇAÍ de acordo com o disposto nos subitens 7.2, 10.3, 10.4 e 10.15 do edital.
II - São considerados premiados os candidatos abaixo relacionados, na seguinte ordem: nome do proponente e nota dos filmes selecionados e nome do proponente e nota do filme selecionado para cadastro reserva:
CATEGORIA 1 - REGIONAL
CURTA-METRAGEM

Nº	PROONENTE	FILME	NOTA
01	João Pedro Augusto de Paula e Albuquerque	Kumarú: Cura, Força e Resistência - 7 min.	100
02	José Denis de Oliveira Bezerra	Do Lugar de onde se vê - 7 min.	100
03	Lamparina Filmes	Não Quero Mais Sentir Medo - 17 min.	95
04	Maião de Menezes Vieira	Sentidos do Estupro na Amazônia - 22 min.	93

05	Rodrigo Rodrigues das Neves	Caçador de Cabeças - 17 min.	91,50
06	Wanderson Luiz Lobato Nunes	Ver-O-Peso 24 Horas - 10 min.	80
07	Erismar Fernandes Rodrigues	A Escola da Minha Vida - 16 min.	80
08	Ramon Pereira dos Reis	Corpo (in) finito - 7 min.	80
09	Priscila Rodrigues Duque	Vivências do Carimbó: Resistência Urbana - 18 min.	80

FILME RESERVA

Nº	PROONENTE	FILME	NOTA
01	James Souza da Silva	Primeiros Anos - Ressignificando A Identidade Na Infância - 13 min.	80

MÉDIA-METRAGEM

Nº	PROONENTE	FILME	NOTA
01	Francisco Queiroz Carneiro	Dona Raimundinha do Rio Tajapuru - 57 min.	100
02	Francisco Weyl	#ForaCargill - 35 min.	100
03	Lamparina Filmes	Samba de Cacete: Alvorada Quilombola - 26 min.	100
04	Felipe Marcos Gonçalves Cortez	Iracema e o Brinquedo de Voar - 47 min.	100
05	Ana Carolina Marceliano Nunes	A Voz do Cinema Silencioso - 27 min.	100
06	José Edivaldo Moura da Silva	Era Uma Vez em Castanhal - 31 min.	88
07	M Z Caramex da Castro Leite Carneiro - ME	Praiano - 30 min.	80
08	Alessandro Ricardo Pinto Campos	Um Tambor pra Mata - 34 min.	80
09	Vitor Samuel Pereira de Moraes	O Reggae em Belém do Pará - 54 min.	80

FILME RESERVA

Nº	PROONENTE	FILME	NOTA
01	Anna Karla de Sousa Lima	Minha Vida Por Um Fio - 56 min.	80

LONGA-METRAGEM

Nº	PROONENTE	FILME	NOTA
01	Luciano Lira dos Santos	Dirigível Coletivo 10 anos - Deliciosamente Caótico - 85 min.	86,5
02	Tamires Duarte Cecim de Souza	Os Fãs Mais Rebeldes que A Banda - 93 min.	82
03	Alexandra Castro Conceição	A Câmera-stylo de Vicente F. Cecim - 76 min.	80

CATEGORIA 2 - NACIONAL
CURTA-METRAGEM

Nº	PROONENTE	FILME	NOTA
01	Débora Mácola MacDowell de Oliveira	Terra Fértil: Vêxoa e A Arte Indígena Contemporânea na Pinacoteca de São Paulo - 22 min.	100
02	Marcus Vinicius Eliziário Sá Barreto	Procura-se Bixas Pretas - 25 min.	100
03	Álvaro da Cunha Almeida	O Ouro Branco da Transamazônia - 23 min.	100
04	Muamba Estúdio LTDA	Não Serei Interrompida - 13min.	93
05	Letícia Leão	O Fundo dos Nossos Corações - 20min.	80
06	Aline Amorim de Assis	Ferro's Bar - 24 min.	80

FILME RESERVA

Nº	PROONENTE	FILME	NOTA
01	João Vítor Pinheiro da Conceição	Desamor - 20 min.	80

MÉDIA-METRAGEM

Nº	PROONENTE	FILME	NOTA
01	Nelson Kao Wei Chin	8 Bilhões: Somos Todos Responsáveis - 29 min.	100
02	Maria Julia Andrade	Um arquivo, Dois Ofícios - 30 min.	80
03	Jeferson Mundel	Vida Mais Leve - 52 min.	80
04	Robson de Oliveira Duarte	Eu Te Prometo, Vó - 35 min.	80
05	Eduardo Bandeira Lima Neto	Do Livro para o Filme da Vida - Eu, Preta - 50 min.	80
06	Bruno Figueroa Colares	Mergulho - 29 min.	80

FILME RESERVA

Nº	PROONENTE	FILME	NOTA
01	Rodrigo Ferreira Campos	Nunca Estarei Lá - 29 min.	80

LONGA-METRAGEM

Nº	PROONENTE	FILME	NOTA
01	Luís Alberto Rocha Melo	O Cangaceiro da Moviola - 95 min.	80
02	Rafael Fesciana Calomeni	Horizonte - 108 min.	80

03	Elder Fraga Almeida	O Artista e A Força do Pensamento - 90 min.	80
04	Felipe Negreiros de Bretas Freitas	Mar de Lama -73 min.	80
05	Thiago Foresti	Da Porta pra Fora - 84 min.	80
06	Tiago Augusto Neves	Cervejas no escuro - 84 min	80

FILME RESERVA

Nº	PROponente	FILME	NOTA
01	Leonardo dos Santos Pinheiro	O Orvalho e o Rio - 88min.	80

III- Está aberto o prazo editalício para os proponentes selecionados enviarem a documentação descrita no subitem 11.1, EM ATÉ 05 DIAS ÚTEIS CONTADOS A PARTIR DESTA CONVOCAÇÃO para o e-mail acaifestivalfcp@gmail.com até as 23h59 do último dia. OS PROPONENTES DO CADASTRO RESERVA DEVERÃO ATENDER A CONVOCATÓRIA E APRESENTAR A MESMA DOCUMENTAÇÃO NO PRAZO ESTABELECIDO PARA OS PROPONENTES SELECIONADOS.

IV- Esta PORTARIA entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

THIAGO FARIAS MIRANDA

Presidente da Fundação Cultural do Estado do Pará

Protocolo: 960713

PORTARIA Nº 1108 DE 07 DE JULHO DE 2023

O Presidente da Fundação Cultural do Estado Pará, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 4.437, de 20 de agosto de 1986, nos termos da Lei nº 5.322, de 26 de junho de 1986, pelo Decreto Estadual, publicados no DOE nº 32.798 de 01 de janeiro de 2015 e no DOE nº 33.111 de 19 de abril de 2016, e ainda Decreto Governamental publicado no DOE nº 35.286, de 10 de fevereiro de 2023.

CONSIDERANDO a Lei 8.666/93, sobre o acompanhamento e fiscalização de contratos, convênios e parcerias, e ainda de acordo com o PAE nº 2023/597021

RESOLVE DESIGNAR, para as funções de Fiscais do PROJETO "O CAMINHO DAS CANÇÕES II", referente à IN 634/2023- FCP; Fiscal Titular, o (a) servidor (a) RICARDO MORAES MAIA; Matrícula nº 55208202; Cargo: Assistente Administrativo; Setor/ Local de Trabalho: ASTEC; e como Fiscal Substituto, o (a) servidor (a) MARCELO DOS SANTOS CARMO; Matrícula nº 5888124; Cargo: Técnico Em Gestão Cultural; Setor/ Local de Trabalho: DIC.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE

THIAGO FARIAS MIRANDA

Presidente da Fundação Cultural do Estado do Pará- FCP

Protocolo: 960508

PORTARIA Nº 1107 DE 07 DE JULHO DE 2023

O Presidente da Fundação Cultural do Estado Pará, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 4.437, de 20 de agosto de 1986, nos termos da Lei nº 5.322, de 26 de junho de 1986, pelo Decreto Estadual, publicados no DOE nº 32.798 de 01 de janeiro de 2015 e no DOE nº 33.111 de 19 de abril de 2016, e ainda Decreto Governamental publicado no DOE nº 35.286, de 10 de fevereiro de 2023.

CONSIDERANDO a Lei 8.666/93, sobre o acompanhamento e fiscalização de contratos, convênios e parcerias, e ainda de acordo com o PAE nº 2023/448173

RESOLVE DESIGNAR, para as funções de Fiscais do PROJETO "SOM E MOVIMENTO I", referente à IN 633/2023- FCP; Fiscal Titular, o (a) servidor (a) JOSÉ JAIRO SILVA DO NASCIMENTO; Matrícula nº 55208006/1; Cargo: Assistente Administrativo; Setor/ Local de Trabalho: DIC; e como Fiscal Substituto, o (a) servidor (a) MARCELO DOS SANTOS CARMO; Matrícula nº 5888124; Cargo: Técnico Em Gestão Cultural; Setor/ Local de Trabalho: DIC.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE

THIAGO FARIAS MIRANDA

Presidente da Fundação Cultural do Estado do Pará- FCP

Protocolo: 960504

DESIGNAR FISCAL DE CONTRATO

PORTARIA Nº 1111 DE 07 DE JULHO DE 2023

O Presidente da Fundação Cultural do Estado Pará, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 4.437, de 20 de agosto de 1986, nos termos da Lei nº 5.322, de 26 de junho de 1986, pelo Decreto Estadual, publicados no DOE nº 32.798 de 01 de janeiro de 2015 e no DOE nº 33.111 de 19 de abril de 2016, e ainda Decreto Governamental publicado no DOE nº 35.286, de 10 de fevereiro de 2023.

CONSIDERANDO a Lei 8.666/93, sobre o acompanhamento e fiscalização de contratos, convênios e parcerias, e ainda de acordo com o PAE nº 2023/596951.

RESOLVE DESIGNAR, para as funções de Fiscais do "CAMINHO DAS CANÇÕES I", referente à IN 635/2023- FCP; FISCAL TITULAR, o (a) servidor (a) Ricardo Moraes Maia, Matrícula nº: 55208202; Cargo: Assistente Administrativo, LOCAL DE TRABALHO: ASTEC; e como FISCAL SUBSTITUTO, o (a) servidor (a) Marcelo dos Santos Carmo, matrícula nº 5888124/1; Cargo: Técnico em Gestão Cultural, LOCAL DE TRABALHO: DIC.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE

THIAGO FARIAS MIRANDA

Presidente da Fundação Cultural do Estado do Pará- FCP

Protocolo: 960679

PORTARIA Nº 1110 DE 07 DE JULHO DE 2023

O Presidente da Fundação Cultural do Estado Pará, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 4.437, de 20 de agosto de 1986, nos termos da Lei nº 5.322, de 26 de junho de 1986, pelo Decreto Estadual, publicados no DOE nº 32.798 de 01 de janeiro de 2015 e no DOE nº

33.111 de 19 de abril de 2016, e ainda Decreto Governamental publicado no DOE nº 35.286, de 10 de fevereiro de 2023.

CONSIDERANDO a Lei 8.666/93, sobre o acompanhamento e fiscalização de contratos, convênios e parcerias, e ainda de acordo com o PAE nº 2023/448016.

RESOLVE DESIGNAR, para as funções de Fiscais do "CULTURA, SOM E ARTE II, referente à IN 636/2023- FCP; FISCAL TITULAR, o (a) servidor (a) Maria Janiele de Menezes Albuquerque, Matrícula nº: 5955037; Cargo: Assistente Administrativo, LOCAL DE TRABALHO: ASTEC; e como FISCAL SUBSTITUTO, o (a) servidor (a) Marcelo dos Santos Carmo, matrícula nº 5888124/1; Cargo: Técnico em Gestão Cultural, LOCAL DE TRABALHO: DIC.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE

THIAGO FARIAS MIRANDA

Presidente da Fundação Cultural do Estado do Pará- FCP

Protocolo: 960590

CONTRATO

Contrato: 042/2023

PAE Nº: 2022/1509418

Referente: PE nº 007/2023- FCP

Objeto: Contratação de empresa especializada no fornecimento de ALIMENTOS DE USO COMUM E ÁGUA MINERAL NATURAL (Leite em pó e água mineral 300 ml).

Vigência: 06/07/2023 a 06/07/2024

Valor Total: R\$ 16.996,00

Dotação Orçamentária: Programa de Trabalho: 8338; Plano Interno: 412.000.8338C, Fonte de Recurso: 015.0000.0001; Elemento de Despesa: 339030; Ação: 283302

Contratante: FUNDAÇÃO CULTURAL DO ESTADO DO PARÁ – FCP, inscrita no CNPJ: 14.662.886/0001-43, Avenida Gentil Bittencourt, nº 650, Bairro: Nazaré, CEP 66.035-340, Belém/PA.

Contratada: A. SAMPAIO NOVAIS, com sede em Ananindeua/PA, no conjunto Geraldo Palmeira Qd. 17 Nº 18, Centro CEP nº 67040-170 inscrita no CNPJ/MF sob o nº 44.168.160/0001-10, representada neste ato por ADENILTON SAMPAIO NOVAIS, portador da carteira de identidade nº 3490145 SSP-PA e inscrito no CPF/MF nº 691.351.182-53

Data de Assinatura: 06/07/2023

Ordenador: Thiago Farias Miranda

Protocolo: 960411

RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 635/2023

PAE: 2023/596951

Objeto: Projeto "CAMINHO DAS CANÇÕES I", no qual os artistas: FABÍULA FREITAS, WAGNER RIBEIRO, LUANA BRONZE, ANDREZINHO SAUDADE, LUU SOUSA, JOTTA BEZZY, DANY BLACK, KAROL MILER, JUNIOR GONÇALVES, RONY DO VALE, RICKY AVIZ, CINTIA LAZARY, JESIEL DIAS, GIL MARTINS, a ser realizado em 13 e 14/07/2023 nos horários de 16h às 23h, na Orla de Icoaraci, passando a Feira do Paracuri, Icoaraci - Belém.

Fundamento Legal: Fundamenta-se no Art. 25, Inciso III da Lei Federal nº 8.666/93 e conforme o Parecer Jurídico nº 513/2023 – PROJUR/FCP.

Disponibilidade orçamentária: Projeto Atividade: 8841 23 DEF 326045; Fonte Recurso: 015.0000.0001; Elemento Despesa: 339039; Ação : 285483.

Contratante: FUNDAÇÃO CULTURAL DO ESTADO DO PARÁ - FCP, inscrita no CNPJ 14.662.886/0001-43, Avenida Gentil Bittencourt, nº 650, bairro Nazaré, CEP 66.035-340, Belém/PA.

Favorecidos: AGORA PRODUÇÕES E EVENTOS, inscrita no CNPJ: 45.254.531/0001-49

Valor Total: R\$ 150.000,00

Data: 07/07/2023

Ordenador: THIAGO FARIAS MIRANDA

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 635/2023

Nesta data, RATIFICO o Termo de Inexigibilidade de Licitação nº 635/2023, com fundamento no art. 26 da Lei 8.666/93, com suas posteriores modificações.

Data de Ratificação: 07/07/2023

Ordenador: THIAGO FARIAS MIRANDA

Protocolo: 960678

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 634/2023

PAE: 2023/597021

Objeto: Projeto "O CAMINHO DAS CANÇÕES II", no qual a artista: GIL MARTINS, DENILSON CUNHA, JEAN GADELHA, BANDA THE BOTECO, KAROL MILER, FABÍULA FREITAS, NANDINHO PRESSÃO, RONY DO VALE, JOSEANE CORREA, a ser realizado no dia 16/07/2023 nos horários de 15h às 00h, no estacionamento da orla de Icoaraci - Rua Siqueira Mendes, 297, Cruzeiro, Icoaraci.

Fundamento Legal: Fundamenta-se no Art. 25, Inciso III da Lei Federal nº 8.666/93 e conforme o Parecer Jurídico nº 511/2023 – PROJUR/FCP.

Disponibilidade orçamentária: Projeto Atividade: 8841 23 DEF 326046; Fonte Recurso: 015.0000.0001;Elemento Despesa: 339039; Ação: 285483.

Contratante: FUNDAÇÃO CULTURAL DO ESTADO DO PARÁ - FCP, inscrita no CNPJ 14.662.886/0001-43, Avenida Gentil Bittencourt, nº 650, bairro Nazaré, CEP 66.035-340, Belém/PA.

Favorecido: AGORA PRODUÇÕES E EVENTOS, inscrita no CNPJ: 45.254.531/0001-49;

Valor Total: R\$ 100.000,00

Data: 07/07/2023

Ordenador: THIAGO FARIAS MIRANDA
TERMO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 634/2023
Nesta data, RATIFICO o Termo de Inexigibilidade de Licitação nº 634/2023, com fundamento no art. 26 da Lei 8.666/93, com suas posteriores modificações.
Data de Ratificação: 07/07/2023
Ordenador: THIAGO FARIAS MIRANDA

Protocolo: 960506
EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 633/2023
PAE: 2023/448173

Objeto: Projeto "SOM E MOVIMENTO I'", no qual a artista: REGALO, CHAMA MAIS, TERAPIA DANCE, BANDA XARADA, PARAKALIENTE, a ser realizado no dia 14/07/2023 nos horários de 18h às 22h, na Praça do Paraíso dos Pássaros - Maracangalha, Belém - PA.
Fundamento Legal: Fundamenta-se no Art. 25, Inciso III da Lei Federal nº 8.666/93 e conforme o Parecer Jurídico nº 514/2023 - PROJUR/FCP.
Disponibilidade orçamentária: Projeto Atividade: 8841 23 DEF 404997; Fonte Recurso: 015.0000.0001;Elemento Despesa: 339039; Ação: 285483.
Contratante: FUNDAÇÃO CULTURAL DO ESTADO DO PARÁ - FCP, inscrita no CNPJ 14.662.886/0001-43, Avenida Gentil Bittencourt, nº 650, bairro Nazaré, CEP 66.035-340, Belém/PA.
Favorecido: GNF PRODUÇÕES, inscrita no CNPJ: 11.648.957/0001-65; Valor Total: R\$ 65.000,00
Data: 07/07/2023
Ordenador: THIAGO FARIAS MIRANDA
TERMO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 633/2023
Nesta data, RATIFICO o Termo de Inexigibilidade de Licitação nº 633/2023, com fundamento no art. 26 da Lei 8.666/93, com suas posteriores modificações.
Data de Ratificação: 07/07/2023
Ordenador: THIAGO FARIAS MIRANDA

Protocolo: 960502
EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 636/2023
PAE: 2023/448016

Objeto: Projeto "CULTURA, SOM E ARTE II", no qual os artistas: RICARDO FROTA, KALANGO POP, ÁLVARO JR, CHAMA MAIS, BANDA HALLEY, VINGADORES DO BREGA, a ser realizado em 12/07/2023 nos horários de 18h às 23h, na Praça do Paraíso dos Pássaros - Maracangalha, Belém - PA.
Fundamento Legal: Fundamenta-se no Art. 25, Inciso III da Lei Federal nº 8.666/93 e conforme o Parecer Jurídico nº 515/2023 - PROJUR/FCP.
Disponibilidade orçamentária: Projeto Atividade: 8841 23 DEF 404985; Fonte Recurso: 015.0000.0001; Elemento Despesa: 339039; Ação : 285483.
Contratante: FUNDAÇÃO CULTURAL DO ESTADO DO PARÁ - FCP, inscrita no CNPJ 14.662.886/0001-43, Avenida Gentil Bittencourt, nº 650, bairro Nazaré, CEP 66.035-340, Belém/PA.
Favorecidos: GNF PRODUÇÕES, inscrita no CNPJ: 11.648.957/0001-65 Valor Total: R\$ 61.000,00
Data: 07/07/2023
Ordenador: THIAGO FARIAS MIRANDA
TERMO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 636/2023
Nesta data, RATIFICO o Termo de Inexigibilidade de Licitação nº 636/2023, com fundamento no art. 26 da Lei 8.666/93, com suas posteriores modificações.
Data de Ratificação: 07/07/2023
Ordenador: THIAGO FARIAS MIRANDA

Protocolo: 960589

DIÁRIA

PORTARIA Nº 1106 - CGP/ FCP DE 06 DE JULHO DE 2023.

O Presidente da Fundação Cultural do Estado do Pará, no uso de suas atribuições legais pelo Decreto nº 4.437, de 20 de agosto de 1986, DOE de 22/08/1986, nos termos da Lei nº 5.322, de 26 de junho de 1986, alterada pela Lei nº 6.576, de 03 de setembro de 2003, alterada pela Lei Nº 8.096, de 1º janeiro de 2015, e pelo Decreto do Governador do Estado do Pará, publicado no DOE nº 35.286 10 de Fevereiro de 2023.
CONSIDERANDO a Lei nº 5.810, de 24 de janeiro de 1994 e ainda o processo nº 2023 / 763067 - DIC / GAPRES / CGP / FCP de 03/07/2023.
RESOLVE:
Conceder de acordo com as bases legais vigentes, complementação de diárias ao servidor abaixo mencionado, devido à mudança na data de retorno do local onde irá fiscalizar o projeto "Veraneando 2023 - Praia do Boto", processo: 2023/710523, (período anterior: 06 a 10/07/2023), no município de Santana do Araguaia/PA.

NOME	MATRÍCULA	CARGO	PERÍODO	DIÁRIA
OSVALDO MARCOS LIMA DA SILVA	57200970/ 1	TECNICO EM ADMINISTRACAO E FINANCAS	11/07/2023	1

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.
THIAGO FARIAS MIRANDA
Presidente da Fundação Cultural do Estado do Pará/FCP

Protocolo: 960650
PORTARIA Nº 1113 - CGP/ FCP DE 07 DE JULHO DE 2023.

O Presidente da Fundação Cultural do Estado do Pará, no uso de suas atribuições legais pelo Decreto nº 4.437, de 20 de agosto de 1986, DOE de 22/08/1986, nos termos da Lei nº 5.322, de 26 de junho de 1986, alterada pela Lei nº 6.576, de 03 de setembro de 2003, alterada pela Lei Nº 8.096, de 1º janeiro de 2015, e pelo Decreto do Governador do Estado do Pará, publicado no DOE nº 35.286 de 10 de Fevereiro de 2023.
CONSIDERANDO a Lei nº 5.810, de 24 de janeiro de 1994 e ainda o processo nº 2023 / 2159125 - DIC / GABPRES / FCP de 07/07/2023.

RESOLVE:
Conceder de acordo com as bases legais vigentes, diárias ao servidor abaixo mencionado, para fiscalização do Projeto: "Música Inclusiva", "Circuito Cultural do Interior", "Entoando o Som", "O Papel da Música na Sociedade", que serão realizados no município de Garrafão do Norte, conforme especificado nos processos: 2023/596284, 2023/597646, 2023/598119, 2023/596972.

NOME	MATRÍCULA	CARGO	PERÍODO	DIÁRIA
FRANCINILDES DIAS DE LIMA	5888393/ 1	COORDENADORA	15 a 18/07/2023	3 ½

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.
THIAGO FARIAS MIRANDA
Presidente da Fundação Cultural do Estado do Pará/FCP

Protocolo: 960775
PORTARIA Nº 1105 - CGP/ FCP DE 06 DE JULHO DE 2023.

O Presidente da Fundação Cultural do Estado do Pará, no uso de suas atribuições legais pelo Decreto nº 4.437, de 20 de agosto de 1986, DOE de 22/08/1986, nos termos da Lei nº 5.322, de 26 de junho de 1986, alterada pela Lei nº 6.576, de 03 de setembro de 2003, alterada pela Lei Nº 8.096, de 1º janeiro de 2015, e pelo Decreto do Governador do Estado do Pará, publicado no DOE nº 35.286 10 de Fevereiro de 2023.
CONSIDERANDO a Lei nº 5.810, de 24 de janeiro de 1994 e ainda o processo nº 2023 / 2158812 - DIC / GAPRES / CGP / FCP de 05/07/2023.
RESOLVE:
Conceder de acordo com as bases legais vigentes, diárias ao servidor abaixo mencionado, que irá fiscalizar os projetos: "Trilha Sonora Envolvente", "Apresentação Musical Nordestina" e "Ferrozão da Vila", que serão realizados nos dias 15 e 16 de Julho de 2023, no município de Capitão Poço/PA, atendendo os processos nº: 2023/596178, 2023/597425, 2023/598202.

NOME	MATRÍCULA	CARGO	PERÍODO	DIÁRIA
ANDERSON DIAS DOS SANTOS	55208012/ 1	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	15 a 16/07/2023	1 ½

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.
THIAGO FARIAS MIRANDA
Presidente da Fundação Cultural do Estado do Pará/FCP

Protocolo: 960494

FÉRIAS

PORTARIA Nº 1115 - CGP/FCP DE 07 DE JULHO DE 2023

O Presidente da Fundação Cultural do Estado Pará, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 4.437, de 20 de agosto de 1986, nos termos da Lei nº 5.322, de 26 de junho de 1986, alterada pela Lei nº 6.576, de 03 de setembro de 2003, alterada pela Lei Nº 8.096, de 1º janeiro de 2015, e pelo Decreto do Governador do Estado do Pará, publicado no DOE nº 35.286 10 de Fevereiro de 2023.
CONSIDERANDO o disposto nos Art. 74, § 2º da Lei nº 5.810, de 24 de janeiro de 1994, o e-mail Institucional da CBPAV/FCP de 06/07/2023, o e-mail Institucional da DART/FCP de 07/07/2023 e o Memo. Nº 022/2023 - CAO/FCP de 07/07/2023;
RESOLVE:
CONCEDER Férias aos servidores relacionados abaixo:

MATRÍCULA	NOME	CARGO	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO
3253147/1	JOSE ANTONIO DA SILVA SANTOS	AUXILIAR OPER. E SEGURANCA	26/10/2021 à 25/10/2022	17/07/2023 à 01/08/2023
57205072/2	JOSE AUGUSTO RODRIGUES DA SILVA	AUXILIAR OPERACIONAL	02/03/2021 à 01/03/2022	15/08/2023 à 13/09/2023
10154/1	MARIA DE NAZARE DE LA ROCQUE SOARES	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	01/08/2022 à 31/07/2023	01/08/2023 à 30/08/2023

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.
THIAGO FARIAS MIRANDA
Presidente da Fundação Cultural do Estado do Pará/FCP

Protocolo: 960547
PORTARIA Nº 1114 - CGP/ FCP DE 07 DE JULHO DE 2023

O Presidente da Fundação Cultural do Estado do Pará, no uso de suas atribuições legais pelo Decreto nº 4.437, de 20 de agosto de 1986, DOE de 22/08/1986, nos termos da Lei nº 5.322, de 26 de junho de 1986, alterada pela Lei nº 6.576, de 03 de setembro de 2003, alterada pela Lei Nº 8.096, de 1º janeiro de 2015, e pelo Decreto do Governador do Estado do Pará, publicado no DOE nº 35.286 10 de Fevereiro de 2023.
CONSIDERANDO os dispostos da Lei nº 5.810, de 24 de janeiro de 1994 e o E-mail Institucional da CBPAV/FCP de 06/07/2023;
RESOLVE:
EXCLUIR da PORTARIA nº 1046 - CGP/FCP de 03/07/2023, publicada no DOE 35.461 de 05/07/2023, as Férias da servidora MARIA DE NAZARÉ JACKSON COSTA, matrícula nº 57233484/1, do cargo de ASSISTENTE CULTURAL.
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.
THIAGO FARIAS MIRANDA
Presidente da Fundação Cultural do Estado do Pará/FCP

Protocolo: 960544

TORNAR SEM EFEITO

TORNAR SEM EFEITO A PUBLICAÇÃO DE Protocolo: 960095; Publicado no D.O.E.Nº 35.463 em 07/07/2023, referente ao Contrato nº 042/2023.

Ordenador: Thiago Farias Miranda

Protocolo: 960406

SECRETARIA DE ESTADO DE COMUNICAÇÃO

PORTARIA

PORTARIA Nº 429 DE 30 DE JULHO DE 2023.

A Secretária de Estado de Comunicação, no uso de suas atribuições que foram designadas através do Decreto Governamental publicado no DOE nº 35.140 de 04 de outubro de 2023 e aquelas previstas na Lei Estadual nº 7.056/2007, com base nos termos previstos no Artigo 58, § III e Artigo 67, § 1º e 2º, da Lei Federal nº 8.666/1993, sobre o acompanhamento e a fiscalização de contratos e respeitando o limite estabelecido no Artigo 5º do Decreto nº 870 de 04 de outubro de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º - DESIGNAR os servidores desta Secretaria, abaixo relacionados, para a função de Fiscal Titular e Suplente do Contrato citado abaixo:

CONTRATO	DESCRIÇÃO	EMPRESA	NOME FISCAL	MATRÍCULA
01/2023	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE LAVAGEM DE VEÍCULOS	JAFFESON ARGUI-LEIRA PEREIRA JAR-GUILHEIRA COMERCIO E SERVIÇOS	Valdemir Chaves de Sousa (TITULAR) Elcimara Magalhães Lima (SUPLENTE)	7003447/1 5948724/4

Protocolo: 960849

PORTARIA Nº 428 DE 30 DE JULHO DE 2023.

A Secretária de Estado de Comunicação, no uso de suas atribuições que lhe foram designadas através do Decreto Governamental publicado no DOE nº 35.140 de 03 de outubro de 2022.

RESOLVE:

Tornar sem efeito a PORTARIA nº 256 de 05 de maio de 2023, publicada no DOE 35.398 de 15 de maio de 2023.

Dê ciência, Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Vera Lucia Alves de Oliveira

Secretária de Estado de Comunicação.

Protocolo: 960843

APOSTILAMENTO

2º TERMO DE APOSTILAMENTO

JUSTIFICATIVA: O presente apostilamento tem por finalidade o reajuste de valor do Contrato Administrativo, celebrado entre a SECOM e a empresa LOCALIZA VEÍCULOS ESPECIAIS S.A, cujo objeto é a contratação de empresa especializada na locação de veículos.

CONTRATO: 08/2020

EXERCÍCIO: 2023

VALOR MENSAL ESTIMADO: R\$ 26.661,57 (vinte e seis mil seiscentos e sessenta e um reais e cinquenta e sete centavos)

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 24.122.1297.8338- Operacionalização das ações administrativas

ELEMENTO DE DESPESA: 339033- Passagens e Despesas com Locomoção

FONTE DE RECURSO: 015000001

FUNDAMENTO LEGAL DO APOSTILAMENTO: Art. 65, § 8º da Lei 8.666/93

Belém, 10 de julho de 2023.

Vera Lúcia Alves de Oliveira

Secretária de Estado de Comunicação.

Protocolo: 960839

DIÁRIA

PORTARIA nº 501 de 06 de Julho de 2023.

ORIENTAÇÃO NORMATIVA Nº 001/2008 – AGE

A Secretária de Estado de Comunicação, usando de suas atribuições legais e conforme PROC. Nº 2023/784386/SECOM.

RESOLVE:

I - Conceder ao servidor relacionado; 1½ (uma diária e meia), que se deslocará para o município de Tucuruí nos dias 08 e 09 de julho de 2023, para conduzir a equipe que efetuará a cobertura jornalística das ações do Governo do Estado.

NOME: WANDERIL DO ROSÁRIO DE SOUZA MAIA

MATRÍCULA: 5953109

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

VERA LÚCIA ALVES DE OLIVEIRA

Secretária de Estado de Comunicação

Protocolo: 960776

FUNDAÇÃO PARAENSE DE RADIODIFUSÃO

ERRATA

Errata da PORTARIA de Férias Nº 200/2023, de 05 de Julho de 2023, que trata da CONCESSÃO DE FERIAS, dos servidores, publicada em DOE 35.463 de 07 de Julho de 2023:

EXCLUIR:

NOME	MAT.	ADMISSÃO	PERÍODO AQUISITIVO	AGOS-TO/2023
ANTONIO CELSO VASCONCELOS MENDONÇA	7004532/2	01/09/2016	01/09/22 a 31/08/23	01/08/23 a 30/08/23

ONDE SE LÊ:

NOME	MAT.	ADMISSÃO	PERÍODO AQUISITIVO	AGOS-TO/2023
JOSE ALBERTO DE OLIVEIRA FARES	5016657/1	23/03/1988	15/10/21 a 14/10/22	08/08/23 a 06/08/23

SE LÊ:

NOME	MAT.	ADMISSÃO	PERÍODO AQUISITIVO	AGOS-TO/2023
JOSE ALBERTO DE OLIVEIRA FARES	5016657/1	23/03/1988	15/10/21 a 14/10/22	08/08/23 a 06/09/23

Protocolo: 960618

Errata da PORTARIA de Diária Nº 171/2023, de 28 de Junho de 2023, publicada em DOE 35.456 de 30 de Junho de 2023:

ONDE SE LÊ:

no período de 28/06/2023 a 02/07/2023.

SE LÊ:

no período de 28/06/2023 a 30/06/2023.

Protocolo: 960452

Errata da PORTARIA de Diária Nº 191/2023, de 03 de Julho de 2023, publicada em DOE 35.460 de 05 de Julho de 2023:

ONDE SE LÊ:

no período de 07 à 10/07/2023.

SE LÊ:

no período de 14 à 16/07/2023.

Protocolo: 960491

Errata da PORTARIA de Diária Nº 190/2023, de 03 de Julho de 2023, publicada em DOE 35.460 de 05 de Julho de 2023:

ONDE SE LÊ:

no período de 07 à 10/07/2023.

SE LÊ:

no período de 28 à 31/07/2023.

Protocolo: 960479

SUPRIMENTO DE FUNDO

PORTARIA Nº 222/2023, DE 07 DE JULHO DE 2023.

O Presidente da Fundação Paraense de Radiodifusão – FUNTELPA, no uso das atribuições que lhes foram conferidas pelo Decreto Governamental de 10 de Abril de 2023 e de acordo com a Lei n.º 7.215 de 03 de novembro de 2008;

CONSIDERANDO os termos do Ofício n.º 071/2023 – DTEC/FUNTELPA de solicitação de Suprimento de Fundos, contido nos autos do Processo 2023/2153448, de 30/06/2023.

R E S O L V E:

I - CONCEDER Suprimento de Fundos ao servidor SERGIO CARLOS FARIAS DE OLIVEIRA, matrícula n.º 3181855/1, ocupante do cargo em comissão de GERENTE, no valor de R\$ 400,00 (quatrocentos reais), obedecendo a seguinte classificação orçamentária:

Categoria de Gasto	LOCOMOÇÃO	
Elemento de Despesa	339033	
Valor por elemento	400,00	
Fonte de Recurso	01.500.00000.01	
TOTAL	R\$ 400,00	
Ação	283.519	MANUTENÇÃO DE REPETIDORAS E RETRANSMISSORAS DE TV

II - Determinar aplicação do Suprimento de Fundos, no período de 30 dias a contar da emissão da Ordem Bancária, para ocorrer com despesa(s) da travessia (ida e volta) na balsa do veículo desta fundação via balsa no trecho de Cametá/Carapajó para que o mesmo possa chegar ao município de Limoeiro do Ajuru, para manutenção no transmissor da RTV da FUNTELPA. Viagem programada para o período de 17 a 22/07/2022. Estabelecendo o prazo de 15 (quinze) dias consecutivos, para a realização da prestação de contas, após o período de aplicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

WALDEMIRO EDUARDO DE ASSIS SANNOVA NASCIMENTO

Presidente

Protocolo: 960662

DIÁRIA**PORTARIA Nº 224/2023, DE 07 DE JULHO DE 2023.**

O Presidente da Fundação Paraense de Radiodifusão – FUNTELPA, no uso das atribuições que lhes foram conferidas pelo Decreto Governamental de 10 de Abril de 2023 e de acordo com a Lei n.º 7.215 de 03 de novembro de 2008;

CONSIDERANDO os termos do Ofício nº 14/2023 da GTRA/FUNTELPA, de 04/07/2023, contidos nos autos do Processo nº 2023/2156920 de 04/07/2023;

RESOLVE:

CONCEDER 5 e ½ (cinco e meia) diárias ao servidor ELIOENAI ANDRADE DA LUZ, ocupante do cargo de MOTORISTA, Matrícula nº 55588141/1, para custear despesas com viagem ao(s) Município(s) de Vigia e Marapanim, no período de 10 a 15/07/2023, com o objetivo de conduzir a equipe técnica da RTV aos Municípios.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

WALDEMIRO EDUARDO DE ASSIS SANOVA NASCIMENTO

Presidente

Protocolo: 960658

PORTARIA Nº 220/2023, DE 06 DE JULHO DE 2023.

O Presidente da Fundação Paraense de Radiodifusão – FUNTELPA, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo Decreto Governamental de 10 de Abril de 2023 e de acordo com a Lei n.º 7.215 de 03 de novembro de 2008;

CONSIDERANDO os termos do Ofício nº 070/2023 da DTEC/FUNTELPA, de 30/06/2023 de solicitação de Diárias, contidos nos autos do Processo nº 2023/2153426 de 30/06/2023.

R E S O L V E:

CONCEDER 5 e ½ (cinco e meia) diárias ao servidor HAROLDO DE SOUZA CORREA, ocupante do cargo de Auxiliar Técnico, matrícula nº 380450/1, para custear despesas com viagem ao(s) Município(s) de Limoeiro do Ajurú, com o objetivo de realizar a Reativação do sinal da TV cultura com a instalação do transmissor no município, no período de 17 a 22/07/2023.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

WALDEMIRO EDUARDO DE ASSIS SANOVA NASCIMENTO

Presidente

Protocolo: 960711

PORTARIA Nº 221/2023, DE 06 DE JULHO 2023.

O Presidente da Fundação Paraense de Radiodifusão – FUNTELPA, no uso das atribuições que lhes foram conferidas pelo Decreto Governamental de 10 de Abril de 2023 e de acordo com a Lei n.º 7.215 de 03 de novembro de 2008;

CONSIDERANDO os termos do Ofício nº 69/2023 da DTEC/FUNTELPA, de 30/06/2023, contidos nos autos do Processo nº 2023/2153422, de 30/06/2023.

R E S O L V E:

CONCEDER 5 e ½ (cinco e meia) diárias ao servidor VALDETE BARROS DAMASCENO, ocupante do cargo em comissão de ASSISTENTE I, Matrícula funcional nº 54197248/4, para custear despesas com viagem ao(s) Município(s) de Limoeiro do Ajurú, no período de 17 a 22/07/2023, com o objetivo de realizar a reativação do sinal da TV CULTURA, instalação do transmissor que estava em laboratório, montagem da parabólica do sistema elétrico e aterramento da torre.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

WALDEMIRO EDUARDO DE ASSIS SANOVA NASCIMENTO

Presidente

Protocolo: 960374

PORTARIA Nº 216/2023, DE 06 DE JULHO 2023.

O Presidente da Fundação Paraense de Radiodifusão – FUNTELPA, no uso das atribuições que lhes foram conferidas pelo Decreto Governamental de 10 de Abril de 2023 e de acordo com a Lei n.º 7.215 de 03 de novembro de 2008;

CONSIDERANDO os termos do Ofício nº 01/2023 da GAB/FUNTELPA, de 03/07/2023, contidos nos autos do Processo nº 2023/2155383, de 03/07/2023.

R E S O L V E:

CONCEDER 5 e ½ (duas e meia) diárias a servidora RAIANA ALVES COELHO, ocupante do cargo em comissão de ASSESSOR DE IMPRENSA, Matrícula funcional nº 5925375/5, para custear despesas com viagem ao(s) Município(s) de Salinópolis, no período de 07 a 09/07/2023, com o objetivo de realizar cobertura jornalística do primeiro final de semana do Festival de Verão Cultura Eco.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

WALDEMIRO EDUARDO DE ASSIS SANOVA NASCIMENTO

Presidente

Protocolo: 960375

PORTARIA Nº 207/2023, DE 06 DE JULHO DE 2023.

O Presidente da Fundação Paraense de Radiodifusão – FUNTELPA, no uso das atribuições que lhes foram conferidas pelo Decreto Governamental de 10 de Abril de 2023 e de acordo com a Lei n.º 7.215 de 03 de novembro de 2008;

CONSIDERANDO os termos do Ofício nº 02/2023 da COTI/FUNTELPA, de 04/07/2023, contidos nos autos do Processo nº 2023/2157192 de 04/07/2023.

R E S O L V E:

CONCEDER 3 e 1/2 (três e meia) diárias ao servidor SAULO AUGUSTO RIBEIRO SOUZA, ocupante do cargo em comissão de ASSISTENTE II, Matrícula funcional nº 5946610/1, para custear despesas com viagem ao(s) Município(s) de Salinópolis, no período de 07 a 10/07/2023, com o objetivo de realizar suporte ao Teradek e a equipe do Cultura ECO.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

WALDEMIRO EDUARDO DE ASSIS SANOVA NASCIMENTO

Presidente

Protocolo: 960376

PORTARIA Nº 210/2023, DE 06 DE JULHO 2023.

O Presidente da Fundação Paraense de Radiodifusão – FUNTELPA, no uso das atribuições que lhes foram conferidas pelo Decreto Governamental de 10 de Abril de 2023 e de acordo com a Lei n.º 7.215 de 03 de novembro de 2008;

CONSIDERANDO os termos do Ofício nº 64/2023 da DTEC/FUNTELPA, de 30/06/2023, contidos nos autos do Processo nº 2023/2153394, de 30/06/2023.

R E S O L V E:

CONCEDER 5 e ½ (cinco e meia) diárias ao servidor VALDETE BARROS DAMASCENO, ocupante do cargo em comissão de ASSISTENTE I, Matrícula funcional nº 54197248/4, para custear despesas com viagem ao(s) Município(s) de Vigia e Marapanim, com os seguintes objetivos: Vigia: Manutenção no transmissor que encontra-se fora do ar, revisão no sistema irradiante e revisão na parte elétrica. Marapanim: Manutenção no transmissor que encontra-se fora do ar, revisão no sistema irradiante, manutenção nas 4 antenas, colocação do cabo na torre (40m de cabo) de 7/8 e revisão na parte elétrica e no aterramento da torre devido a mesma ter passado por reforma, no período de 10 a 15/07/2023.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

WALDEMIRO EDUARDO DE ASSIS SANOVA NASCIMENTO

Presidente

Protocolo: 960354

PORTARIA Nº 209/2023, DE 06 DE JULHO DE 2023.

O Presidente da Fundação Paraense de Radiodifusão – FUNTELPA, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo Decreto Governamental de 10 de Abril de 2023 e de acordo com a Lei n.º 7.215 de 03 de novembro de 2008;

CONSIDERANDO os termos do Ofício nº 065/2023 da DTEC/FUNTELPA, de 30/06/2023 de solicitação de Diárias, contidos nos autos do Processo nº 2023/2153398 de 30/06/2023.

R E S O L V E:

CONCEDER 5 e ½ (cinco e meia) diárias ao servidor HAROLDO DE SOUZA CORREA, ocupante do cargo de Auxiliar Técnico, Matrícula funcional nº 380450/1, para custear despesas com viagem ao(s) Município(s) de Vigia e Marapanim, com os seguintes objetivos: Vigia: Manutenção no transmissor que encontra-se fora do ar, revisão no sistema irradiante e revisão na parte elétrica. Marapanim: Manutenção no transmissor que encontra-se fora do ar, revisão no sistema irradiante, manutenção nas 4 antenas, colocação do cabo na torre (40m de cabo) de 7/8 e revisão na parte elétrica e no aterramento da torre devido a mesma ter passado por reforma, no período de 10 a 15/07/2023.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

WALDEMIRO EDUARDO DE ASSIS SANOVA NASCIMENTO

Presidente

Protocolo: 960352

PORTARIA Nº 201/2023, DE 06 DE JULHO DE 2023.

O Presidente da Fundação Paraense de Radiodifusão – FUNTELPA, no uso das atribuições que lhes foram conferidas pelo Decreto Governamental de 10 de Abril de 2023 e de acordo com a Lei n.º 7.215 de 03 de novembro de 2008;

CONSIDERANDO os termos do Ofício nº 02/2023 da DCCI/FUNTELPA, de 29/06/2023, contidos nos autos do Processo nº 2023/2152550 de 29/06/2023.

R E S O L V E:

CONCEDER 3 e ½ (três e meia) diárias a servidora VANESSA MARTINS FROTA VIEIRA PIERONI, ocupante do cargo em comissão de ASSISTENTE III, Matrícula funcional nº 5939810/2, para custear despesas com viagem ao(s) Município(s) de Salinópolis, no período de 07 a 10/07/2023, com o objetivo de desenvolver o projeto playground sustentável na programação de verão Cultura Eco.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

WALDEMIRO EDUARDO DE ASSIS SANOVA NASCIMENTO

Presidente

Protocolo: 960347

PORTARIA Nº 218/2023, DE 06 DE JULHO DE 2023.

O Presidente da Fundação Paraense de Radiodifusão – FUNTELPA, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo Decreto Governamental de 10 de Abril de 2023 e de acordo com a Lei n.º 7.215 de 03 de novembro de 2008;

CONSIDERANDO os termos do Ofício nº 68/2023 da DTEC/FUNTELPA, de 30/06/2023 de solicitação de Diárias, contidos nos autos do Processo nº 2023/2153417 de 30/06/2023.

R E S O L V E:

CONCEDER 5 e ½ (cinco e meia) diárias ao servidor SÉRGIO CARLOS FARIAS DE OLIVEIRA, ocupante do cargo em comissão de GERENTE, Matrícula nº 3181855/1, para custear despesas com viagem ao(s) Município(s) de Limoeiro do Ajurú, no período de 17 a 22/07/2023, com o objetivo de realizar a reativação do sinal da TV CULTURA, instalação do transmissor que estava em laboratório, montagem da parabólica do sistema elétrico e aterramento da torre.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

WALDEMIRO EDUARDO DE ASSIS SANOVA NASCIMENTO

Presidente

Protocolo: 960361

PORTARIA Nº 219/2023, DE 06 DE JULHO 2023.

O Presidente da Fundação Paraense de Radiodifusão – FUNTELPA, no uso das atribuições que lhes foram conferidas pelo Decreto Governamental de 10 de Abril de 2023 e de acordo com a Lei n.º 7.215 de 03 de novembro de 2008;

CONSIDERANDO os termos do Ofício nº 66/2023 da DTEC/FUNTELPA, de 30/06/2023, contidos nos autos do Processo nº 2023/2153402, de 30/06/2023.

R E S O L V E:

CONCEDER 2 e ½ (duas e meia) diárias ao servidor JOÃO BATISTA FLEXA DE MELO, ocupante do cargo de Tec. Est. Repet. Retr. de Tv, Matrícula funcional nº 3179974/1, para custear despesas com viagem ao(s) Município(s) de São Sebastião da Boa Vista, no período de 12 a 14/07/2023, com o objetivo de Montagem do transmissor na repetidora do município.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

WALDEMIRO EDUARDO DE ASSIS SANOVA NASCIMENTO

Presidente

Protocolo: 960362

PORTARIA Nº 214/2023, DE 06 DE JULHO 2023.

O Presidente da Fundação Paraense de Radiodifusão – FUNTELPA, no uso das atribuições que lhes foram conferidas pelo Decreto Governamental de 10 de Abril de 2023 e de acordo com a Lei n.º 7.215 de 03 de novembro de 2008;

CONSIDERANDO os termos do Ofício nº 04/2023 da GAB/FUNTELPA, de 03/07/2023, contidos nos autos do Processo nº 2023/2155445, de 03/07/2023.

R E S O L V E:

CONCEDER 2 e 1/2 (duas e meia) diárias ao servidor ANDRÉ MÁRCIO SOUZA NERI, ocupante do cargo em comissão de chefe de gabinete, Matrícula funcional nº 912477033/2, para custear despesas com viagem ao(s) Município(s) de Salinópolis/Pa, com objetivo de Participar das ações do primeiro final de semana do Festival de Verão Cultura Eco.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

WALDEMIRO EDUARDO DE ASSIS SANNOVA NASCIMENTO
Presidente

Protocolo: 960357

PORTARIA Nº 215/2023, DE 06 DE JULHO DE 2023.

O Presidente da Fundação Paraense de Radiodifusão – FUNTELPA, no uso das atribuições que lhes foram conferidas pelo Decreto Governamental de 10 de Abril de 2023 e de acordo com a Lei nº 7.215 de 03 de novembro de 2008;

CONSIDERANDO os termos do Ofício nº 01/2023 da DCCI/FUNTELPA, de 29/06/2023, contidos nos autos do Processo nº 2023/2152482 de 29/06/2023.

R E S O L V E:

CONCEDER 7 e 1/2 (sete e meia) diárias ao servidor MAICON ANDREI PEREIRA GOMES, ocupante do cargo em comissão de ASSISTENTE II, Matrícula funcional nº 5919327/3, para custear despesas com viagem ao(s) Município(s) de Salinópolis, no período de 03 à 10/07/2023, com o objetivo de representar esta Diretoria na reunião de organização e planejamento do Festival de Verão do Cultura ECO.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

WALDEMIRO EDUARDO DE ASSIS SANNOVA NASCIMENTO
Presidente

Protocolo: 960358

PORTARIA Nº 217/2023, DE 06 DE JULHO DE 2023.

O Presidente da Fundação Paraense de Radiodifusão – FUNTELPA, no uso das atribuições que lhes foram conferidas pelo Decreto Governamental de 10 de Abril de 2023 e de acordo com a Lei nº 7.215 de 03 de novembro de 2008;

CONSIDERANDO os termos do Ofício nº 09/2023 da DTEC/FUNTELPA, de 03/07/2023, contidos nos autos do Processo nº 2023/2155362, de 03/07/2023;

RESOLVE:

CONCEDER 3 e ½ (três e meia) diárias ao servidor ALMIR DOS SANTOS COSTA, ocupante do cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS OPERACIONAIS, Matrícula nº 55588112/1, para custear despesas com viagem ao(s) Município(s) de Salinópolis, no período de 07 a 10/07/2023, com o objetivo de realizar montagem e desmontagem da infraestrutura elétrica do evento Festival Cultura de Verão.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

WALDEMIRO EDUARDO DE ASSIS SANNOVA NASCIMENTO
Presidente

Protocolo: 960359

PORTARIA Nº 211/2023, DE 06 DE JULHO DE 2023.

O Presidente da Fundação Paraense de Radiodifusão – FUNTELPA, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo Decreto Governamental de 10 de Abril de 2023 e de acordo com a Lei nº 7.215 de 03 de novembro de 2008;

CONSIDERANDO os termos do Ofício nº 63/2023 da DTEC/FUNTELPA, de 30/06/2023 de solicitação de Diárias, contidos nos autos do Processo nº 2023/2153383 de 30/06/2023.

R E S O L V E:

CONCEDER 5 e ½ (cinco e meia) diária ao servidor SÉRGIO CARLOS FARIAS DE OLIVEIRA, ocupante do cargo em comissão de GERENTE, Matrícula nº 3181855/1, para custear despesas com viagem ao(s) Município(s) de Vigia e Marapanim, com os seguintes objetivos: Vigia: Manutenção no transmissor que encontra-se fora do ar, revisão no sistema irradiante e revisão na parte elétrica. Marapanim: Manutenção no transmissor que encontra-se fora do ar, revisão no sistema irradiante, manutenção nas 4 antenas, colocação do cabo na torre (40m de cabo) de 7/8 e revisão na parte elétrica e no aterramento da torre devido a mesma ter passado por reforma, no período de 10 a 15/07/2023.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

WALDEMIRO EDUARDO DE ASSIS SANNOVA NASCIMENTO
Presidente

Protocolo: 960350

PORTARIA Nº 212/2023, DE 06 DE JULHO DE 2023.

O Presidente da Fundação Paraense de Radiodifusão – FUNTELPA, no uso das atribuições que lhes foram conferidas pelo Decreto Governamental de 10 de Abril de 2023 e de acordo com a Lei nº 7.215 de 03 de novembro de 2008;

CONSIDERANDO os termos do Ofício nº 04/2023 da DCCI/FUNTELPA, de 30/06/2023, contidos nos autos do Processo nº 2023/2152919 de 30/06/2023.

R E S O L V E:

CONCEDER 3 e 1/2 (três e meia) diárias a servidora VANESSA CORREA-VASCONCELOS, ocupante do cargo em comissão de DIRETOR, Matrícula funcional nº 5251753/4, para custear despesas com viagem ao(s) Município(s) de Salinópolis, no período de 14 à 17/07/2023, com o objetivo de realizar o desenvolvimento do projeto para o Festival Verão Cultura Eco.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

WALDEMIRO EDUARDO DE ASSIS SANNOVA NASCIMENTO
Presidente

Protocolo: 960344

PORTARIA Nº 202/2023, DE 06 DE JULHO DE 2023.

O Presidente da Fundação Paraense de Radiodifusão – FUNTELPA, no uso das atribuições que lhes foram conferidas pelo Decreto Governamental de 10 de Abril de 2023 e de acordo com a Lei nº 7.215 de 03 de novembro de 2008;

CONSIDERANDO os termos do Ofício nº 03/2023 da DCCI/FUNTELPA, de 29/06/2023, contidos nos autos do Processo nº 2023/2152556 de 29/06/2023.

R E S O L V E:

CONCEDER 2 e 1/2 (duas e meia) diárias a servidora VANESSA CORREA-VASCONCELOS, ocupante do cargo em comissão de DIRETOR, Matrícula funcional nº 5251753/4, para custear despesas com viagem ao(s) Município(s) de Salinópolis, no período de 07 à 09/07/2023, com o objetivo de realizar o desenvolvimento do projeto para o Festival Verão Cultura Eco.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

WALDEMIRO EDUARDO DE ASSIS SANNOVA NASCIMENTO
Presidente

Protocolo: 960345

PORTARIA Nº 213/2023, DE 06 DE JULHO DE 2023.

O Presidente da Fundação Paraense de Radiodifusão – FUNTELPA, no uso das atribuições que lhes foram conferidas pelo Decreto Governamental de 10 de Abril de 2023 e de acordo com a Lei nº 7.215 de 03 de novembro de 2008;

CONSIDERANDO os termos do Ofício nº 06/2023 da DCCI/FUNTELPA, de 30/06/2023, contidos nos autos do Processo nº 2023/2153117 de 30/06/2023.

R E S O L V E:

CONCEDER 3 e 1/2 (três e meia) diárias a servidora VANESSA CORREA-VASCONCELOS, ocupante do cargo em comissão de DIRETOR, Matrícula funcional nº 5251753/4, para custear despesas com viagem ao(s) Município(s) de Salinópolis, no período de 28 à 31/07/2023, com o objetivo de realizar o desenvolvimento do projeto para o Festival Verão Cultura Eco.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

WALDEMIRO EDUARDO DE ASSIS SANNOVA NASCIMENTO
Presidente

Protocolo: 960346

TORNAR SEM EFEITO

PORTARIA Nº 208/2023, DE 06 DE JULHO DE 2023.

O Presidente da Fundação Paraense de Radiodifusão – FUNTELPA, no uso das atribuições que lhes foram conferidas pelo Decreto Governamental de 10 de Abril de 2023 e de acordo com a Lei nº 7.215 de 03 de novembro de 2008;

RESOLVE:

I – TORNAR SEM EFEITO a PORTARIA nº 198/2023, de 05 de Julho de 2023, publicada no DOE nº 35.462, de 06/07/2023.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

WALDEMIRO EDUARDO DE ASSIS SANNOVA NASCIMENTO
Presidente

Protocolo: 960355

SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO

PORTARIA

**PORT. DE REDES/SUBST. Nº 811/2023-GAB/PAD.
Belém, 07 de julho de 2023.**

A OUVIDORA DESTA SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO – SEDUC, usando a competência que lhe foi delegada pela PORTARIA nº 704/2015 – GS/SEDUC de 28 de outubro de 2015.

CONSIDERANDO o Processo Administrativo Disciplinar nº 56/2018-GAB/PAD de 13/03/2018, publicada no DOE edição nº 33.577 de 14/03/2018, prorrogada pela PORTARIA nº 161/2018-GAB/PAD de 27/06/2018, publicada no DOE nº 33.648 de 03/07/2018;

CONSIDERANDO os termos do Memorando nº 01/2023, datado em 06/07/2023, da Comissão Processante;

CONSIDERANDO o disposto no art. 199 da Lei Estadual nº 5.810/94-RJU.

R E S O L V E:

I - REDESIGNAR, de acordo com o disposto no art. 208, da Lei Estadual nº 5.810, de 24 de janeiro de 1994, por mais 60 (sessenta) dias úteis, o prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão Processante, de que trata a PORTARIA acima referida, a contar da data subsequente ao termo final do último prazo então concedido;

II - DESIGNAR a servidora ROSALINA OLIVEIRA MUNIZ, matrícula nº 5890701-1, na condição de presidente do Processo Administrativo Disciplinar supracitado, em substituição ao servidor NEYRE ALEXANDRE BARROS MACHADO, matrícula nº 57176508-2, SUBSTITUIR a servidora SUELI BRASIL BRAGA DOS SANTOS, matrícula nº 240842-1 pela servidora TELMA LÚCIA DA SILVA MOREIRA, matrícula nº 5890577-1 e INCLUIR a servidora CÉLIA REGINA SOUZA DA CRUZ, matrícula nº 761303-1, na composição de tal Colegiado, na condição de membro;

III - CONVALIDAR os atos praticados pela Comissão Processante.

IV – Revogam-se as disposições em contrário;

V – Esta PORTARIA entra em vigor na data de sua publicação.

DÊ-SE CIÊNCIA, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

Rosângela Wanzeller Siqueira Ferreira.

Matrícula nº 5073812-1

Corregedora/SEDUC

Protocolo: 960609

ADMISSÃO DE SERVIDOR

Ato: CONTRATO Nº 2653//2023-MARABA

Nome: ELVIS ALMEIDA DA SILVA

Cargo: PROFESSOR

Vigência: 03/07/2023 a 02/07/2024

Dotação orçamentária: Processo nº 2023/143494, autorizado em 06/03/2023

Protocolo: 960559

DIÁRIA

PORTARIA DE DIARIAS No. 57985/2023

OBJETIVO: Visita técnica para levantamento técnico da EE Governador Fernando Guilhon, localizada no Município de Mojui dos Campos, bem como, visita técnica para levantamento técnico das EE Gonçalves Dias, EE Dom Tiago Ryan, EE Frei Othmar e EE Nossa Senhora de Guadalupe, localizadas no Município de Santarém

ORIGEM/DESTINO/PERÍODO:
BELEM / SANTAREM / 10/07/2023 - 10/07/2023 Nº Diárias: 0
SANTAREM / MOJUI DOS CAMPOS / 10/07/2023 - 12/07/2023 Nº Diárias: 2
MOJUI DOS CAMPOS / SANTAREM / 12/07/2023 - 13/07/2023 Nº Diárias: 1
SANTAREM / BELEM / 13/07/2023 - 14/07/2023 Nº Diárias: 1.5

NOME: LUDMILLA MOREIRA SANTOS
MATRÍCULA: 5974499
CPF: 03290183297
CARGO/FUNÇÃO: TECNICO EM GESTAO DE INFRA-ESTRUTURA / ATIV NI-VEL SUPERIOR
ORDENADOR: ARNALDO DOPAZO ANTONIO JOSE CPF: 17283884220
Protocolo: 960577

PORTARIA DE DIARIAS No. 57984/2023

OBJETIVO: Participar de Oficina de capacitação, destinada aos coordena-dores estaduais do Programa Bolsa Família.

ORIGEM/DESTINO/PERÍODO:
BELEM / BRASILIA / 11/07/2023 - 12/07/2023 Nº Diárias: 1
BRASILIA / BELEM / 12/07/2023 - 12/07/2023 Nº Diárias: 0.5

NOME: GIOVANA DO SOCORRO DOS SANTOS COSTA
MATRÍCULA: 5947258
CPF: 33324786215
CARGO/FUNÇÃO: COORDENADOR / DIRECAO
ORDENADOR: JULIO CESAR MEIRELES DE FREITAS CPF: 57442320287
Protocolo: 960530

PORTARIA DE DIARIAS No. 57986/2023

OBJETIVO: Visita técnica para levantamento técnico da EE Governador Fernando Guilhon, localizada no Município de Mojui dos Campos, bem como, visita técnica para levantamento técnico das EE Gonçalves Dias, EE Dom Tiago Ryan, EE Frei Othmar e EE Nossa Senhora de Guadalupe, localizadas no Município de Santarém

ORIGEM/DESTINO/PERÍODO:
BELEM / SANTAREM / 10/07/2023 - 10/07/2023 Nº Diárias: 0
SANTAREM / MOJUI DOS CAMPOS / 10/07/2023 - 12/07/2023 Nº Diárias: 2
MOJUI DOS CAMPOS / SANTAREM / 12/07/2023 - 13/07/2023 Nº Diárias: 1
SANTAREM / BELEM / 13/07/2023 - 14/07/2023 Nº Diárias: 1.5

NOME: HAMILTON VASCONCELLOS FURTADO
MATRÍCULA: 5910752
CPF: 01517736293
CARGO/FUNÇÃO: TECNICO EM GESTAO DE INFRA-ESTRUTURA / ATIV NI-VEL SUPERIOR
ORDENADOR: ARNALDO DOPAZO ANTONIO JOSE CPF: 17283884220
Protocolo: 960581

PORTARIA DE DIARIAS No. 57987/2023

OBJETIVO: Visita técnica para levantamento técnico da EE Governador Fernando Guilhon, localizada no Município de Mojui dos Campos, bem como, visita técnica para levantamento técnico das EE Gonçalves Dias, EE Dom Tiago Ryan, EE Frei Othmar e EE Nossa Senhora de Guadalupe, localizadas no Município de Santarém, referentes aos processos nº 2023/687748, 2022/671517, 2022/1287466, 2021/99674 e 2020/712750

ORIGEM/DESTINO/PERÍODO:
BELEM / SANTAREM / 10/07/2023 - 10/07/2023 Nº Diárias: 0
SANTAREM / MOJUI DOS CAMPOS / 10/07/2023 - 12/07/2023 Nº Diárias: 2
MOJUI DOS CAMPOS / SANTAREM / 12/07/2023 - 13/07/2023 Nº Diárias: 1
SANTAREM / BELEM / 13/07/2023 - 14/07/2023 Nº Diárias: 1.5

NOME: SERGIO VIRGINIO DA SILVA
MATRÍCULA: 5971650
CPF: 25705741200
CARGO/FUNÇÃO: TECNICO EM GESTAO DE INFRA-ESTRUTURA / ATIV NI-VEL SUPERIOR
ORDENADOR: ARNALDO DOPAZO ANTONIO JOSE CPF: 17283884220
Protocolo: 960583

PORTARIA DE DIARIAS No. 57988/2023

OBJETIVO: Visita técnica para levantamento técnico da EE Governador Fernando Guilhon, localizada no Município de Mojui dos Campos, bem como, visita técnica para levantamento técnico das EE Gonçalves Dias, EE Dom Tiago Ryan, EE Frei Othmar e EE Nossa Senhora de Guadalupe, localizadas no Município de Santarém, referentes aos processos nº 2023/687748, 2022/671517, 2022/1287466, 2021/99674 e 2020/712750

ORIGEM/DESTINO/PERÍODO:
BELEM / SANTAREM / 10/07/2023 - 10/07/2023 Nº Diárias: 0
SANTAREM / MOJUI DOS CAMPOS / 10/07/2023 - 12/07/2023 Nº Diárias: 2
MOJUI DOS CAMPOS / SANTAREM / 12/07/2023 - 13/07/2023 Nº Diárias: 1
SANTAREM / BELEM / 13/07/2023 - 14/07/2023 Nº Diárias: 1.5

NOME: MANOEL DAS MERCES CORREA JUNIOR
MATRÍCULA: 55209458
CPF: 38103397253
CARGO/FUNÇÃO: TECNICO EM GESTAO DE INFRA-ESTRUTURA / ATIV NI-VEL SUPERIOR
ORDENADOR: ARNALDO DOPAZO ANTONIO JOSE CPF: 17283884220
Protocolo: 960584

OUTRAS MATÉRIAS

LICENÇA ESPECIAL

PORTARIA nº.5924/2023 de 05/07/2023

Nome: SILVIA CARINA NYLANDER SILVA
Matrícula: 5890979/1 Cargo: Assist. Administ.
Lotação: Divisão de Lotação/Belém
Período: 18/10/2022 a 16/12/2022
Triênios: 01/08/2017 a 05/03/2022

PORTARIA nº.5921/2023 de 05/07/2023

Nome: LILIA CARMEN FARIAS DE ANDRADE
Matrícula: 57212381/2 Cargo: Técnico em G Publica
Lotação: Assessoria de Planejamento/Belém
Período de Gozo: 13/07/2023 a 10/09/2023
Período Aquisitivo: 28/01/2018 a 01/09/2022
PORTARIA nº.005920/2023 de 03/06/2023
Nome: DARCIROLDA BATISTA DA SILVA
Matrícula: 5254795/4 Cargo: Esp. em Educação
Lotação: Divisão de Legislação e Enquadramento/Belém
Período: 13/07/2023 a 11/08/2023 a 15/10/2023 a 13/11/2023
Triênios: 02/01/2010 a 01/01/2013

LICENÇA MATERNIDADE

PORTARIA nº.:5535/2023 de 14/06/2023

Formalizar a Concessão de Licença Maternidade, a NILCILENE MARTNS AZEVEDO, Matrícula Nº 57218665/1, Servente, lotada na EE Prado Lopes sede vinc/Currallinho, no período de 19/02/2016 a 16/08/2016, para fins de regularização funcional.

PORTARIA nº.:5534/2023 de 14/06/2023

Conceder Licença Maternidade, a EDILENE ALVES DA SILVA, Matrícula n 5889176/3, Professor, lotada na EE Prof Florentina Damasceno sede/Santa Luzia do Pará, no período de 20/04/2023 a 16/10/2023.

PORTARIA nº.:005532/2023 de 14/06/2023

Conceder Licença Maternidade, a LUANA ABREU MELO, matricula nº 57208619/1, Especialista em Educação, lotada na EE Profº José Edmundo Queiroz/Marituba, no período de 31/03/2023 a 26/09/2023.

PORTARIA nº.:005533/2023 de 14/06/2023

Conceder Licença Maternidade, a ELITA FERREIRA DE FREITAS, matricula nº 57212022/2, Professor, lotada na EE Felipe Patroni Sede/Acará, no pe-ríodo de 02/04/2023 a 28/09/2023.

LICENÇA PATERNIDADE

PORTARIA nº.:5999/2023 de 27/06/2023

Conceder Licença Paternidade, a ADENILSON VIEIRA COSTA, Matrícula n 5947942/1, Professor, lotado na EE Amadeu Burlamaqui Simoes/Alenquer, no período de 05/10/2022 a 24/10/2022, para fins de regularização funcional.

PORTARIA nº.:036/2023 de 29/03/2023

Conceder Licença Paternidade, a servidor MARCIO ANDRE NASCIMENTO SANTOS, Matrícula n 57210884/1, Vigia, lotada na EEEM Profª Dairce Pe-drosa Torres/Altamira, no período de 27/03/2023 a 15/04/2023.

APROVAÇÃO ESCALA DE FERIAS

PORTARIA nº.:6282/2023 de 06/07/2023

Nome: MARIA DO SOCORRO TAVARES TELES
Matrícula: 453447/1 Período: 01/09/23 à 30/09/23 Exercício: 2023
Unidade: EE Maroja neto/Belém

PORTARIA nº.:6283/2023 de 06/07/2023

Nome: ROSECLEIDE ANDRADE DA SILVA
Matrícula: 5901508/1 Período: 01/09/23 à 15/10/23 Exercício: 2023
Unidade: EE São Pedro/Icoaraci

PORTARIA nº.:6284/2023 de 06/07/2023

Nome: GRACINEIDE MAIA MENDES
Matrícula: 5941612/1 Período: 04/09/23 à 03/10/23 Exercício: 2021
Unidade: EE Augusto Meira Maroja neto/Belém

PORTARIA nº.:6285/2023 de 06/07/2023

Nome: ROSILENE SIMOES DE BRITO
Matrícula: 5721935/2 Período: 01/09/23 à 15/10/23 Exercício: 2023
Unidade: EEEFM Nossa Senhora da Conceição/Belém

PORTARIA nº.:6287/2023 de 06/07/2023

Nome: ROBERTA VIANA SANTANA DE ALMEIDA
Matrícula: 5901464/1 Período: 01/09/23 à 15/10/23 Exercício: 2023
Unidade: EE DR Justo Chermont/Belém

PORTARIA nº.:6289/2023 de 06/07/2023

Nome: ANA RAQUEL MESQUITA PINHEIRO
Matrícula: 5368391/3 Período: 04/09/23 à 18/10/23 Exercício: 2023
Unidade: EE Domingos A Nunes/Belém

PORTARIA nº.:6290/2023 de 06/07/2023

Nome: ELIELSON RODRIGUES DA SILVA
Matrícula: 5890747/1 Período: 01/09/23 à 30/09/23 Exercício: 2023
Unidade: EE Mario Barbosa/Belém

PORTARIA nº.:6291/2023 de 06/07/2023

Nome: MARIA IVANILDE RIBEIRO LIMA
Matrícula: 5901071/1 Período: 01/09/23 à 15/10/23 Exercício: 2023
Unidade: EE Prof Maria Luiza da C Rego/Icoaraci

PORTARIA nº.:6292/2023 de 06/07/2023

Nome: JANETE PINHEIRO COSTA
Matrícula: 5468442/2 Período: 18/09/23 à 01/11/23 Exercício: 2023
Unidade: Eeef Lindanor Celina Coelho Casha/Belém

PORTARIA nº.:6293/2023 de 06/07/2023

Nome: MARGARETH SILVA DE JESUS
Matrícula: 5941599/1 Período: 01/09/23 à 30/09/23 Exercício: 2023
Unidade: EEEF Fonte Viva/Belém

PORTARIA nº.:6294/2023 de 06/07/2023

Nome: IOLANDA MARIA DA CONCEIÇÃO GUEDES
Matrícula: 448095/1 Período: 01/09/23 à 30/09/23 Exercício: 2023
Unidade: EEEF 15 de Outubro/Belém

PORTARIA nº.:6295/2023 de 06/07/2023

Nome: SILVIA CRISTINA SILVA FERREIRA
Matrícula: 54194685/2 Período: 01/09/23 à 30/09/23 Exercício: 2022
Unidade: EE Prof Asterio de Campos/Belém

PORTARIA nº.:6296/2023 de 06/07/2023

Nome: SULEMA RODRIGUES SALLES
Matrícula: 299332/1 Período: 01/09/23 à 30/09/23 Exercício: 2023
Unidade: EEEM Raymundo Martins Vianna/Belém

PORTARIA nº.:6297/2023 de 06/07/2023

Nome: MARIA ESTERNILA MARTINS DE SOUSA
Matrícula: 5189519/1 Período: 01/09/23 à 30/09/23 Exercício: 2023
Unidade: EE Ruth dos Santos Almeida/Belém

PORTARIA nº.:6299/2023 de 06/07/2023

Nome: ROSE MARY SANTOS DA SILVA LOPES
Matrícula:392510/1 Período:04/09/23 à 03/10/23Exercício:2023
Unidade:EEEF Nossa Senhora de Fatima I/Belém

PORTARIA nº.:6300/2023 de 06/07/2023

Nome: CHARLES ALLAN MENEZES DAS NEVES
Matrícula:5949025/1 Período:11/09/23 à 10/10/23Exercício:2023
Unidade:EE Vilhena Alves/Belém

PORTARIA nº.:28/2023 de 20/06/2023

Nome: LÁZARO BORBA DOS SANTOS
Matrícula:6312837/1 Período:10/07/22 à 23/08/23Exercício:2018
Unidade:DRE/Xinguara/Pa

PORTARIA nº.:1760/2023 de 03/07/2023

Nome: DIANE TEIXEIRA NUNES
Matrícula:5900892/1 Período:01/08/23 à 30/08/23Exercício:2023
Unidade:EEEFM. Elcione Therezinha Zahluth Barbalho/Castanhal

PORTARIA nº.:175/2023 de 05/07/2023

Nome: SUELY SILVA RODRIGUES
Matrícula:5713439/2 Período:04/08/23 à 17/09/23Exercício:2023
Unidade:EEEM Polivalente/Altamira

PORTARIA nº.:32/2023 de 05/07/2023

Nome: LUCINEI TORRES DE FREITAS
Matrícula: 5902304/1Período:07/08/23 à 20/09/23Exercício:2023
Unidade:EEEM José Luiz Martins/Água Azul do Norte

PORTARIA nº.:088/2023 de 16/03/2023

Nome:GEORGE ANTÔNIO PAULA MELO
Matrícula:57212357/1 Período:01/07/23 à 30/07/23Exercício:2023
Unidade:EEEM Des. Augusto Olímpio/Nova Timboteua

PORTARIA nº.:109/2023 de 23/03/2023

Nome: ANA SELMA DA SILVA
Matrícula: 57210363/1Período:01/07/23 à 14/08/23Exercício:2022
Unidade:EEEM Des. Augusto Olímpio/Nova Timboteua

PORTARIA nº.:170/2023 de 05/07/2023

Nome: ANDRE DORNELAS DO CARMO
Matrícula: 5892918/1Período:17/08/23 à 15/09/23Exercício:2023
Unidade:EEEM Padre João Boonekamp/Cametá

PORTARIA nº.:171/2023 de 05/07/2023

Nome: CRISTILENA MORAES DOS SANTOS
Matrícula:5744083/1 Período:18/08/23 à 01/10/23Exercício:2023
Unidade:EEEM Padre João Boonekamp/Cametá

PORTARIA nº.:0558/2023 de 05/06/2023

Nome:MARIA JOSÉ DA COSTA
Matrícula: 57209523/1Período:01/08/23 à 14/09/23Exercício:2022
Unidade:EEEM Marluce Marissol de Souza/Parauapebas

PORTARIA nº.:062/2023 de 07/06/2023

Nome:LENIR SANTOS DE FREITAS
Matrícula:57213813/1 Período:01/08/23 à 30/08/23Exercício:2023
Unidade:EEEM Padre João Boonekamp/Cametá

PORTARIA nº.:006233/2023 de 05/07/2023

Nome: MARIA DE NAZARÉ VIEIRA PINTO
Matrícula: 730297/1Período:01/08/23 à 30/08/23Exercício:2023
Unidade:EE Jaderlandia/Ananindeua

PORTARIA nº.:006234/2023 de 05/07/2023

Nome:OSMAR NUNES FERREIRA
Matrícula: 391069/1Período:01/08/23 à 30/08/23Exercício:2023
Unidade:EE Jaderlandia/Ananindeua

PORTARIA nº.:006235/2023 de 05/07/2023

Nome: TELMA LUCIA OLIVEIRA BARROS
Matrícula: 116939/2Período:01/08/23 à 30/08/23Exercício:2022
Unidade:ERC Instituto Felipe Smaldone/Belém

PORTARIA nº.:006236/2023 de 05/07/2023

Nome: MARIA AMALIA PEREIRA CAVALCANTE
Matrícula: 5899980/1Período:01/08/23 à 14/09/23Exercício:2023
Unidade:EE Instituto de Educ. Estadual do Pará/Belém

PORTARIA nº.:006237/2023 de 05/07/2023

Nome: ELIEIDI BRITO DA CONCEIÇÃO
Matrícula:5948292/1 Período:15/08/23 à 13/09/23Exercício:2023
Unidade:EE Cornelio de Barros/Belém

PORTARIA nº.:006238/2023 de 05/07/2023

Nome: RAIMUNDA PINHEIRO CARDOSO
Matrícula: 55586072/1Período:01/08/23 à 30/08/23Exercício:2020
Unidade:EEEFM.Dr. Ulisses Guimarães/Belém

PORTARIA nº.:319/2023 de 15/05/2023

Nome:ANDRE MODESTO DE SOUSA
Matrícula:57211262/1Período:01/09/23 à 30/09/23Exercício:2023
Unidade:EE. Ezeriel Monico de Matos/Santarem

PORTARIA nº.:372/2023 de 01/06/2023

Nome:LUCIDEA LOBATO
Matrícula:5811376/2Período:01/09/23 à 15/10/23Exercício:2023
Unidade:EE.Pedro Alvares Cabral/Santarem

PORTARIA nº.:317/2023 de 15/05/2023

Nome:MARCIA DA SILVA MOTA MENDES
Matrícula:5811384/2Período:01/09/23 à 15/10/23Exercício:2023
Unidade:EE. Dom Tiago Ryan/Santarem

PORTARIA nº.:324/2023 de 19/05/2023

Nome:DINA MAURA MORAIS DA SILVA
Matrícula:5951015/1Período:01/09/23 à 30/09/23Exercício:2023
Unidade:EE.Fernando Guilhon/Santarem

PORTARIA nº.:322/2023 de 18/05/2023

Nome:JOSÉ NORMANDO SANTOS DE CASTRO
Matrícula:6319181/1Período:01/09/23 à 15/10/23Exercício:2023
Unidade:EE.Frei Ambrosio/Santarem

PORTARIA nº.:326/2023 de 19/05/2023

Nome:DANUBIA MARCELA PEREIRA VALENTE
Matrícula:5893205/1Período:01/09/23 à 30/09/23Exercício:2023
Unidade:EE.Frei Othmar/Santarem

PORTARIA nº.:318/2023 de 15/05/2023

Nome: PERSIA CONCEIÇÃO MIRANDA FERREIRA
Matrícula:5901556/1Período:01/09/23 à 15/10/23Exercício:2023
Unidade:EE. Dom Tiago Ryan/Santarem

PORTARIA nº.:320/2023 de 15/05/2023

Nome: JULIANA DA PONTE SANTOS
Matrícula: 54194750/2Período:04/09/23 à 18/10/23Exercício:2023
Unidade:EEETPA/Santarém

PORTARIA nº.:325/2023 de 19/05/2023

Nome: RUTH NOGUEIRA SANCHES
Matrícula: 5901578/2Período:01/09/23 à 15/10/23Exercício:2023
Unidade:EE.Felisbelo Jaguar Sussuarana/Santarém

PORTARIA nº.:329/2023 de 22/05/2023

Nome:ADRIANE CAMPOS JORGE
Matrícula: 57214852/1Período:01/09/23 à 30/09/23Exercício:2023
Unidade:EE. Julia Passarinho/Santarém

PORTARIA nº.:327/2023 de 19/05/2023

Nome:CÉLIA HOLANDA SILVA
Matrícula:5247527/1Período:01/09/23 à 15/10/23Exercício:2023
Unidade:EE.Frei Othmar/Santarem

PORTARIA nº.:337/2023 de 22/05/2023

Nome:WASHINGTON LIMA CORREA
Matrícula: 57226946/2Período:01/09/23 à 15/10/23Exercício:2023
Unidade:EE.Prof. Onésima Pereira de Barros/Santarém

PORTARIA nº.:333/2023 de 22/05/2023

Nome:LISSANDRA PEDROSO DO AMARAL
Matrícula:57234841/1Período:01/09/23 à 30/09/23Exercício:2023
Unidade:EEE. Nossa Senhora Guadalupe/Santarém

PORTARIA nº.:322/2023 de 22/05/2023

Nome:EDUARDO TELES DE OLIVEIRA
Matrícula: 57215212/1Período:01/09/23 à 30/09/23Exercício:2023
Unidade:EE.Madre Imaculada/Santarem

PORTARIA nº.:331/2023 de 22/05/2023

Nome:ALINE FERNANDA DA ROCHA OLIVEIRA
Matrícula: 57217401/1Período:01/09/23 à 30/09/23Exercício:2023
Unidade:EE.Madre Imaculada/Santarem

PORTARIA nº.:334/2023 de 22/05/2023

Nome:FABRICIO MEIRELES SILVA
Matrícula: 5893216/1Período:01/09/23 à 30/09/23Exercício:2023
Unidade:EEE. Nossa Senhora Guadalupe/Santarém

PORTARIA nº.:336/2023 de 22/05/2023

Nome:MARIA HERICA DOS SANTOS CORDEIRO
Matrícula: 5902067/1Período:01/09/23 à 15/10/23Exercício:2023
Unidade:EE.Prof. Onésima Pereira de Barros/Santarém

PORTARIA nº.:342/2023 de 22/05/2023

Nome:ANA NIZIA DOS SANTOS REBELO
Matrícula: 5902448/0Período:01/09/23 à 15/10/23Exercício:2023
Unidade:EE. Rio Tapajos/Santarém

PORTARIA nº.:328/2023 de 19/05/2023

Nome:SARA ASSUNÇÃO DOS SANTOS
Matrícula: 5901554/1Período:01/09/23 à 15/10/23Exercício:2023
Unidade:EE. Gonaçlves Dias/Santarém

PORTARIA nº.:340/2023 de 22/05/2023

Nome:ELVIS ROCHA DA SILVA
Matrícula:57217794/1Período:01/09/23 à 30/09/23Exercício:2023
Unidade:EE. Richard Hennington/Santarém

PORTARIA nº.:330/2023 de 22/05/2023

Nome:EDIMARLEM REGO ROCHA
Matrícula: 5950214/1Período:01/09/23 à 15/10/23Exercício:2023
Unidade:EE. Julia Passarinho/Santarém

PORTARIA nº.:338/2023 de 22/05/2023

Nome:VERA LUCIA DOS SANTOS DUARTE
Matrícula:6320997/1Período:01/09/23 à 15/10/23Exercício:2023
Unidade:EE. Placídio de Castro/Santarém

PORTARIA nº.:343/2023 de 28/04/2023

Nome:MARIA DE JESUS DA SILVA PEREIRA
Matrícula: 269778/1Período:01/09/23 à 15/10/23Exercício:2023
Unidade:EE.Rodrigues dos Santos/Santarém

PORTARIA nº.:348/2023 de 22/05/2023

Nome:GISELLY PATRÍCIA SUSSUARANA
Matrícula: 5901533/1Período:01/09/23 à 15/10/23Exercício:2023
Unidade:ERC. São Francisco/Santarém

PORTARIA nº.:347/2023 de 22/05/2023

Nome:MARA SILVANA MONTEIRO DA SILVA SOUSA
Matrícula: 5892328/1Período:01/09/23 à 30/09/23Exercício:2023
Unidade:ERC. São Francisco/Santarém

PORTARIA nº.:351/2023 de 22/05/2023

Nome:ANA ZELIA BENTES PEREIRA
Matrícula: 57214996/1Período:01/09/23 à 30/09/23Exercício:2023
Unidade:EE.Prof.Terezinha Rodrigues de Jesus/Santarém

PORTARIA nº.:341/2023 de 22/05/2023

Nome:ELIANA BALTAZAR VIANA
Matrícula: 5902055/1Período:01/09/23 à 15/10/23Exercício:2023
Unidade:EE. Rio Tapajos/Santarém

PORTARIA nº.:345/2023 de 22/05/2023

Nome: PAULO SERGIO MELO PEREIRA
Matrícula: 5902057/1 Período: 01/09/23 à 15/10/23 Exercício: 2023
Unidade: EE. São Felipe/Santarém

PORTARIA nº.:344/2023 de 22/05/2023

Nome: ALDA CESAR DOS SANTOS GUIMARÃES
Matrícula: 57211410/1 Período: 01/09/23 à 30/09/23 Exercício: 2022
Unidade: EE. Romana Tavares Leal/Santarém

PORTARIA nº.:346/2023 de 22/05/2023

Nome: ANDREA OLIVEIRA DOS SANTOS
Matrícula: 5901580/1 Período: 01/09/23 à 15/10/23 Exercício: 2023
Unidade: EE. São José/Santarém

PORTARIA nº.:339/2023 de 22/05/2023

Nome: ADNA GONÇALVES VIANA
Matrícula: 5901573/1 Período: 01/09/23 à 15/10/23 Exercício: 2023
Unidade: EE. Richard Hennington/Santarém

PORTARIA nº.:352/2023 de 22/05/2023

Nome: EVERALDO DE SOUZA CORDEIRO
Matrícula: 5902130/1 Período: 01/09/23 à 15/10/23 Exercício: 2023
Unidade: EE. Prof. Terezinha Rodrigues de Jesus/Santarém

PORTARIA nº.:308/2023 de 15/05/2023

Nome: ANA GREICE SENA GALUCIO
Matrícula: 5901745/1 Período: 01/09/23 à 15/10/23 Exercício: 2023
Unidade: EE. Álvaro Adolfo da Silveira/Santarém

PORTARIA nº.:314/2023 de 15/05/2023

Nome: ROSINALDO DE SOUSA LIMA
Matrícula: 57211076/1 Período: 01/09/23 à 30/09/23 Exercício: 2022
Unidade: EE. Antonio Batista Belo de Carvalho/Santarém

PORTARIA nº.:349/2023 de 22/05/2023

Nome: POLIANE NEVES VIEIRA
Matrícula: 51561/190 Período: 01/09/23 à 15/10/23 Exercício: 2023
Unidade: ERC. São Francisco/Santarém

PORTARIA nº.:350/2023 de 22/05/2023

Nome: KELLY TATIANA SOUSA DE JESUS
Matrícula: 57220684/1 Período: 01/09/23 à 30/09/23 Exercício: 2023
Unidade: ERC. São Raimundo Nonata/Santarém

PORTARIA nº.:188/2023 de 22/03/2023

Nome: RAIMUNDA BARBOSA DOS SANTOS
Matrícula: 6303870/1 Período: 01/09/23 à 30/09/23 Exercício: 2023
Unidade: EMEF. Jupiter Maia/Curuça

PORTARIA nº.:183/2023 de 20/03/2023

Nome: CARLOS AUGUSTO SENA DE SOUSA
Matrícula: 6303790/1 Período: 01/09/23 à 30/09/23 Exercício: 2023
Unidade: EMEF. Candorina Campos/Curuça

PORTARIA nº.:922/2023 de 13/04/2023

Nome: ANTONIO PEREIRA DAS NEVES FILHO
Matrícula: 57203027/1 Período: 01/09/23 à 15/10/23 Exercício: 2023
Unidade: EEEFM. Augusto Ramos Pinheiro/Terra Alta

PORTARIA nº.:090/2023 de 17/04/2023

Nome: RAFAEL RENNER FONSECA DE LIMA
Matrícula: 57209854/1 Período: 01/09/23 à 30/09/23 Exercício: 2023
Unidade: EE Magalhães Barata/Stª Maria do Pará

PORTARIA nº.:110/2023 de 25/04/2023

Nome: MARIA DAS GRAÇAS MOURA SANTOS
Matrícula: 57225307/1 Período: 01/09/23 à 30/09/23 Exercício: 2023
Unidade: EEM Profª Dairce Pedrosa Torres/Altamira

PORTARIA nº.:193/2023 de 05/05/2023

Nome: ARLON DOS SANTOS COSTA
Matrícula: 5902561/1 Período: 01/09/23 à 30/09/23 Exercício: 2023
Unidade: 13ª URE/Breves

PORTARIA nº.:194/2023 de 05/05/2023

Nome: EDEMIRSON OTAVIO DE SOUZA
Matrícula: 184853/1 Período: 01/09/23 à 30/09/23 Exercício: 2023
Unidade: 13ª URE/Breves

PORTARIA nº.:195/2023 de 05/05/2023

Nome: MARIA EDNA GAMA DE CARVALHO
Matrícula: 5776066/3 Período: 01/09/23 à 15/10/23 Exercício: 2023
Unidade: 13ª URE/Breves

PORTARIA nº.:192/2023 de 04/05/2023

Nome: ADRIENY RODRIGUES
Matrícula: 57215521/1 Período: 01/09/23 à 30/09/23 Exercício: 2023
Unidade: EEM Leopoldina Guerreiro/Afuá

ERRATA

***ERRATA na Publicação da PORTARIA nº.:006106/2023 de 03/07/2023**
Nome: ANA CLAUDIA GODINHO DE SOUZA

Onde se lê: da função de Vice-Diretor I (GED-3)

Leia-se: da função de Diretor I (GED-3)

Publicada no Diário Oficial nº. 35462 de 06/07/2023

***República por ter saído com incorreção no Diário Oficial 35463 de 07/07/2023**

ERRATA na Publicação da PORTARIA nº.:6032/2023 de 28/06/2023

Onde se lê: JOSÉ CARLOS DAMASCENO DOS SANTOS

Leia-se: JOSÉ ANTÔNIO DAMASCENO DOS SANTOS

Publicada no Diário Oficial nº. 35463 de 07/07/2023

Protocolo: 960623

Errata ao Protocolo: 960333

Contrato de Prestação de Serviços Nº 045/2023 – SEDUC/ Norte Turismo LTDA EPP.

Onde se Lê:

Prestação de serviço de agenciamento de viagens compreendendo sistema de gestão para solicitação de passagens e o fornecimento de passagens aéreas, nacionais e internacionais, terrestres e fluviais, com remessa, emissão, remarcação, cancelamento, reembolso, ressarcimento e entrega de bilhete (manual ou eletrônico) e/ou ordens de passagens, emissão de

seguro de assistência em viagem internacional, e quaisquer outras atividades relacionadas que se mostrem necessárias ao completo alcance da locomoção via aérea, fluvial e terrestre, de servidores, em âmbito nacional ou internacional dos órgãos e entidades do Governo do Estado Pará, a fim de atender as necessidades dos órgãos e entidades do poder executivo estadual, de acordo com os termos e regras instituídos no edital e seus anexos.

Leia-se:

Prestação de serviço de agenciamento de viagens compreendendo sistema de gestão para solicitação de passagens e o fornecimento de passagens aéreas, nacionais e internacionais, terrestres e fluviais, com remessa, emissão, remarcação, cancelamento, reembolso, ressarcimento e entrega de bilhete (manual ou eletrônico) e/ou ordens de passagens, emissão de seguro de assistência em viagem internacional, e quaisquer outras atividades relacionadas que se mostrem necessárias ao completo alcance da locomoção via aérea, fluvial e terrestre, de servidores, em âmbito nacional ou internacional da Secretaria de Estado de Educação - SEDUC/PA, a fim de atender as necessidades do órgão, de acordo com os termos e regras instituídos no edital e seus anexos. Publicado no DOE: 35.463 em 07/07/2023

Ordenador: Patrick Tranjan /Secretário Adjunto de Planejamento e Finanças.

Errata ao Protocolo: 960279

Termo Aditivo: 02

Contrato de Prestação de Serviços Nº 160/2022 – SEDUC/ Saram Serviços Especializados LTDA.

Onde se Lê:

Assinatura: 30/06/2022

Leia-se:

Assinatura: 30/06/2023

Publicado no DOE: 35.463 em 07/07/2023

Ordenador: Marcelo Thiago França Roque Ribeiro/ Secretário Adjunto de Gestão de Pessoas.

Termo Aditivo: 1

Convênio de Cooperação Técnica e Financeira: 059/2022

Objeto do Convênio: Reforma da Escola Padre Eurico, no município de Vitória do Xingu/PA., conforme detalhado no Plano de Trabalho.

Objeto do Aditivo: Alterar a Cláusula Décima – Do Prazo de Execução e Vigência do convênio original, prorrogando sua vigência por mais 360 (trezentos e sessenta) dias, conforme Nota Técnica anexa aos autos.

Dotação Orçamentária:

Fonte (Tesouro): 01500100102011026. Ação: 277.267. Funcional Programática: 16.101.12 122.1509. Projeto/Atividade: 7674. Produto: 3008. Natureza da Despesa: 4440.42

Partes:

Concedente: Secretaria de Estado de Educação /CNPJ.: 05.054.937/0001-63, com sede na Rod. Augusto Montenegro, Km 10, s/n, CEP.: 66.820-000, Tenoné, Belém/PA.

Conveniente: Município de Vitória do Xingu, com CNPJ/MF.: 34.887.935/001-53, com sede na Av. Manoel Félix de Farias, s/n, Bairro: Centro, CEP.: 68.383-000, Vitória do Xingu/PA.

Data de Assinatura: 29/06/2023

Vigência: 02/07/2023 a 26/06/2024

Ordenador: Arnaldo Dopazo Antônio José /Secretário Adjunto de Infraestrutura.

Protocolo: 960862

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ

PORTARIA**PROGRESSÃO FUNCIONAL TÉCNICO ADMINISTRATIVO****PROTOCOLO: 2023/561773****PORTARIA Nº 2598/23, de 06 de julho de 2023.**

R E S O L V E : CONCEDER ao(a) servidor(a) IVETE ROSANA DE SOUZA LIMA, Id. Funcional nº 5888439/ 1, cargo de AGENTE ADMINISTRATIVO C - I, lotada na SECRETARIA GERAL DA REITORIA, Progressão funcional por Merecimento-Avaliação de Desempenho, período aquisitivo 2021/2023, para referência II da Classe C, do cargo de Agente Administrativo integrante do quadro permanente de servidores Técnicos, Administrativos e Operacionais da UEPA, com vigência retroativa a contar de 11.05.2023.

CLAY ANDERSON NUNES CHAGAS

Reitor da UEPA

PROTOCOLO:2023/306961**PORTARIA Nº 2611/23, de 06 de julho de 2023.**

R E S O L V E : CONCEDER ao(a) servidor(a) ANA RUTE SILVA FERREIRA, Id. Funcional nº 5812275/ 1, cargo de AGENTE ADMINISTRATIVO C - III, lotada na SECRETARIA DE ORÇÃOS COLEGIADOS SUPERIORES, Progressão funcional por Merecimento-Avaliação de Desempenho, período aquisitivo 2020/2022, para referência IV da Classe C, do cargo de Agente Administrativo integrante do quadro permanente de servidores Técnicos, Administrativos e Operacionais da UEPA, com vigência retroativa a contar de 16.03.2022.

CLAY ANDERSON NUNES CHAGAS

Reitor da UEPA

PROTOCOLO:2023/534969**PORTARIA Nº 2612/23, de 06 de julho de 2023.**

R E S O L V E : CONCEDER ao(a) servidor(a) DANNYEL BATISTA DO NASCIMENTO, Id. Funcional nº 57214586/ 2, cargo de AGENTE ADMINISTRATIVO B - IV, lotado na DIRETORIA DE CONTROLE ACADEMICO, Progressão funcional por Antiguidade, período aquisitivo 2021/2023, para referência

da Classe C, do cargo de AGENTE ADMINISTRATIVO, integrante do quadro permanente de servidores Técnicos, Administrativos e Operacionais da UEPA, com vigência retroativa a contar de 09.05.2023.

CLAY ANDERSON NUNES CHAGAS
Reitor da UEPA

PROTOCOLO:2023/537232

PORTARIA Nº 2613/23, de 06 de julho de 2023.

R E S O L V E: CONCEDER ao(a) servidor(a) FRANCINEY PASSOS DA ROCHA, Id. Funcional nº 57200852/ 1, cargo de CITOTECNICO B - IV, lotado na COORDENADORIA ADMINISTRATIVA DO CAMPUS III, Progressão funcional por Antiguidade, período aquisitivo 2020/2022, para referência I da Classe C, do cargo de Citotécnico, integrante do quadro permanente de servidores Técnicos, Administrativos e Operacionais da UEPA, com vigência retroativa a contar de 09.05.2023.

CLAY ANDERSON NUNES CHAGAS
Reitor da UEPA

PROTOCOLO: 2023/563569

PORTARIA Nº 2614/23, de 06 de julho de 2023.

R E S O L V E: CONCEDER ao(a) servidor(a) JORGE ALBERTO FURTADO, Id. Funcional nº 57213413/ 1, cargo de MOTORISTA C - II, lotado na DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO DE SERVIÇO, Progressão funcionalpor Antiguidade, período aquisitivo 2021/2023, para referência III da Classe C, do cargo de Motorista, integrante do quadro permanente de servidores Técnicos, Administrativos e Operacionais da UEPA, com vigência retroativa a contar de 16.05.2023.

CLAY ANDERSON NUNES CHAGAS
Reitor da UEPA

Protocolo: 960534

PORTARIA ORDINATÓRIA Nº 2513, DE 05 DE JULHO DE 2023.

ALTERA DESIGNAÇÃO DE SERVIDOR DA UEPA COMO RESPONSÁVEL PELA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO Nº 25/2022-UEPA, FIRMADO COM UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ E A EMPRESA C.Q COMERCIO E SERVIÇOS ALIMENTÍCIOS E EVENTOS LTDA.

O Reitor da Universidade do Estado do Pará, no uso das atribuições legais; e respeitando o princípio da publicidade,

R E S O L V E:

Art. 1º – Alterar responsável, para que na qualidade de representante desta Autarquia, acompanhe e fiscalize a fiel execução do contrato acima especificado conforme abaixo:

CONTRA-TO	PROCESSO	FISCAL SUBSTITUÍDO	FISCAL SUBSTITUTO
25/2022	2023/754914	LETÍCIA ALVES DA SILVA Matrícula nº 20181005185	VIVIANE CRITYNY AMORIM CORRÊA Matrícula nº 2021013891

Art. 2º – Estabelecer que cópia desta PORTARIA e respectiva publicação constem do processo acima indicado;

Art. 3º – Como atribuição o fiscal deverá realizar anotações, em registros próprios, de todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou defeitos observados. O encargo de fiscal terá a duração davigência do contrato.

Art. 4º – A desídia do fiscal poderá acarretar penalidades previstas na lei 8.666/93 e5.810/94

Art. 5º – Esta PORTARIA entra em vigor a partir da sua publicação.

Dá-se ciência. Cumpra-se.

Belém (PA), 05 de Julho de 2023.

CLAY ANDERSON NUNES CHAGAS

Reitor da Universidade do Estado do Pará

Protocolo: 960476

RECOLOCAÇÃO DE CANDIDATO APROVADO EM CONCURSO PUBLICO PROTOCOLO: 2023/694977

PORTARIA Nº 2619/23, de 06 de julho de 2023.

R E S O L V E: RECOLOCAR, JEFFER SANDRO DE JESUS LOPES DA CONCEIÇÃO, cargo de Artífice de Manutenção, PARA A ÚLTIMA COLOCAÇÃO DENTRE OS CLASSIFICADOS do referido cargo, referente ao Concurso Público realizado pelo Edital nº 80/2019-UEPA.

CLAY ANDERSON NUNES CHAGAS
Reitor da UEPA

Protocolo: 960537

ADMISSÃO DE SERVIDOR

NOMEAÇÃO PARA CARGO EFETIVO - CONCURSO PÚBLICO EDITAL080/2019-UEPA.

PROTOCOLO: 2023/694977

PORTARIA Nº 2620/23, de 06 de julho de 2023.

R E S O L V E: NOMEAR em função de aprovação em Concurso Público, LUCAS LIMA GUIMARAES, para exercer o cargo de ARTÍFICE DE MANUTENÇÃO, lotado(a) no CAMPUS VIII - MARABÁ.

CLAY ANDERSON NUNES CHAGAS
Reitor da UEPA

Protocolo: 960538

LICENÇA PRÊMIO

LICENÇA PRÊMIO

PROTOCOLO:2023/601260

PORTARIA Nº 2439/23, de 04 de julho de 2023.

R E S O L V E: CONCEDER ao(a) servidor(a) FRANCINEY PASSOS DA ROCHA, Id. Funcional nº 57200852/ 1, cargo de CITOTÉCNICO, lotado(a) no(a) COORDENADORIA ADMINISTRATIVA DO CAMPUS III, 30 (trinta) dias de Licença Prêmio, referente ao triênio de 04.08.2014 a 03.08.2017, no período de 03.07.2023 a 01.08.2023.

CLAY ANDERSON NUNES CHAGAS
Reitor da UEPA

PROTOCOLO:2023/411521

PORTARIA Nº 2590/23, de 05 de julho de 2023.

R E S O L V E: CONCEDER a servidora SANDRA CHRISTINA FERREIRA DOS SANTOS, Id. Funcionalnº 759139/ 3, cargo de PROFESSOR ASSISTENTE - II, lotada no DEPARTAMENTO DE ARTES, 300 (trezentos) dias de Licença Prêmio, nos períodos de 02.01.2024 a 29.06.2024 e 01.08.2024 a 28.11.2024, referente aos triênios:

10/03/2006 a 09/03/2009 = 60 (sessenta) dias;
10/03/2009 a 09/03/2012 = 60 (sessenta) dias;
10/03/2012 a 09/03/2015 = 60 (sessenta) dias;
10/03/2015 a 09/03/2018 = 60 (sessenta) dias;
10/03/2018 a 12/10/2022 = 60 (sessenta) dias.

CLAY ANDERSON NUNES CHAGAS
Reitor da UEPA

PROTOCOLO: 2023/418335

PORTARIA Nº 2591/23, de 05 de julho de 2023.

R E S O L V E: CONCEDER ao servidor SANDRO GONÇALVES LOPES, Id. Funcional nº 54195794/ 2, cargo de AUXILIAR DE LABORATÓRIO, lotado na COORDENADORIA ADMINISTRATIVA DO CAMPUS II, 60 (sessenta) dias de Licença Prêmio, referente ao triênio de 20.01.2015 a 19.01.2018, no período de 01.05.2023 a 29.06.2023.

CLAY ANDERSON NUNES CHAGAS
Reitor da UEPA

PROTOCOLO:2023/630905

PORTARIA Nº 2597/23, de 05 de julho de 2023.

R E S O L V E: CONCEDER a servidora WALNELIA BENIGNO MAGALHÃES CARRIJO, Id. Funcional nº 5739730/ 2, cargo de TECNICO C, lotada no CAMPUS DE CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA, 60 (sessenta) dias de Licença Prêmio, referente ao triênio de 01.08.2014 a 31.07.2017, no período de 01.08.2023 a 29.09.2023.

CLAY ANDERSON NUNES CHAGAS
Reitor da UEPA

Protocolo: 960528

DESIGNAR SERVIDOR

DESIGNAÇÃO DE SERVIDOR

PROTOCOLO:2023/755051

PORTARIA Nº 2540/23, de 05 de junho de 2023

R E S O L V E: DESIGNAR, os servidores desta IES abaixo relacionados, para comporem a COORDENAÇÃO DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA da Universidade do Estado do Pará, no período de 29 de junho/2023 a 28 de junho/2025.

COORDENADOR	MATRÍCULA
CARLOS JORGE NOGUEIRA DE CASTRO	54189742/ 3
VICE-COORDENADOR	
FABIANO DE OLIVEIRA BRINGEL	54191681/ 3
CLAY ANDERSON NUNES CHAGAS	

Reitor da UEPA

PROTOCOLO: 2023/757248

PORTARIA Nº 2545/23, de 05 de junho de 2023

R E S O L V E: DESIGNAR, os servidores desta IES abaixo relacionados, para comporem a COORDENAÇÃO DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM MÚSICA NA AMAZÔNIA (PPGMUSA) – no período de 20 de junho/2023 a 19 de junho/2025.

COORDENADOR	MATRÍCULA
PAULO MURILO GUERREIRO DO AMARAL	5886309/ 2
VICE-COORDENADOR	
ANA PAULA CUNHA DOS SANTOS FERNANDES	5905456/ 1.
CLAY ANDERSON NUNES CHAGAS	

Reitor da UEPA

Protocolo: 960532

TERMO ADITIVO A CONTRATO

ADITIVO AO TERMO DE CONTRATO

Nº DO CONTRATO/EXERCÍCIO: 03/2022 - UEPA

PAE Nº 2023/675384 - UEPA

PAE ORIGINÁRIO Nº 2021/291273 - UEPA

Tomada de Preços Nº 003/2021-CEL/UEPA

Nº TERMO: 6

CLASSIFICAÇÃO: Obra
 DATA DE ASSINATURA: 26/06/2023
 MOTIVO: Acréscimo de valor
 JUSTIFICATIVA: Acréscimo de valor do contrato nº 03/2022 - UEPA
 VALOR DO TERMO ADITIVO: R\$ 27.406,38 (vinte e sete mil quatrocentos e seis reais e trinta e oito centavos).
 INÍCIO DA VIGÊNCIA: A partir da data de assinatura
 TÉRMINO DA VIGÊNCIA: 06.07.2023
 FORO: BELÉM/PA
 ORÇAMENTO
 FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 74201 12 364 1506 7666
 ELEMENTO DE DESPESA: 449051
 FONTE DE RECURSO: 02500000001 e 01500100102
 CONTRATADO
 EMPRESA: ENGEVEL CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA
 PERSONALIDADE: Pessoa Jurídica
 CNPJ nº 02.100.753/0001-02
 ENDEREÇO: Av. Rômulo Maiorana, 700, Torre Vitta Office, Sala 1608
 BAIRRO: Marco
 CIDADE: Belém PA
 UF: PA
 CEP: 66.093- 672
 ORDENADOR
 NOME: CLAY ANDERSON NUNES CHAGAS

Protocolo: 960474

ADITIVO AO TERMO DE CONTRATO**Nº DO CONTRATO/EXERCÍCIO: 14/2023 – UEPA**

PAE Nº 2023/760227 – UEPA
 PAE ORIGINÁRIO Nº 2022/172069 - UEPA
 Nº TERMO: 2
 CLASSIFICAÇÃO: Obra
 DATA DE ASSINATURA: 06/07/2023
 MOTIVO: Prorrogação de vigência.
 JUSTIFICATIVA: Prorrogação de vigência do contrato nº 14/2023 - UEPA
 VALOR DO TERMO ADITIVO:
 INÍCIO DA VIGÊNCIA: 07.07.2023
 TÉRMINO DA VIGÊNCIA: 05.09.2023
 FORO: BELÉM/PA
 ORÇAMENTO
 FUNCIONAL PROGRAMÁTICA:
 ELEMENTO DE DESPESA:
 FONTE DE RECURSO:
 CONTRATADO
 EMPRESA: PAULO BARROSO ENGENHARIA LTDA
 PERSONALIDADE: Pessoa Jurídica
 CNPJ nº 07.924.897/0001-99
 ENDEREÇO: Av. Perimetral, 2000
 BAIRRO: Terra Firme
 CIDADE: Belém/PA
 UF: PA
 CEP: 66.077-830
 ORDENADOR
 NOME: CLAY ANDERSON NUNES CHAGAS

Protocolo: 960456

OUTRAS MATÉRIAS**RESCISÃO CONTRATUAL****PROTOCOLO: 2023/737982****PORTARIA Nº 2621/23, de 06 de julho de 2023**

R E S O L V E: RESCINDIR, o Contrato Administrativo firmado entre a Universidade do Estado do Pará, e o(a) servidor(a) JULIANNE SILVA DE LIMA, Id. Funcional nº 80015601/ 1, cargo de PROFESSOR SUBSTITUTO, lotado(a) no(a) DEPARTAMENTO DE PATOLOGIA, a contar de 27.06.2023.
 CLAY ANDERSON NUNES CHAGAS
 Reitor da UEPA

Protocolo: 960533

EXTRATO DO EDITAL Nº63/2023 – UEPA**SELEÇÃO DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM BIOLOGIA PARASITÁRIA NA AMAZÔNIA DOUTORADO-ANO ACADÊMICO DE 2023**

O Reitor da Universidade do Estado do Pará – UEPA torna público o presente Edital, em caráter de fluxo contínuo, para a admissão de inscrições no Curso de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Biologia Parasitária na Amazônia, visando o preenchimento de vagas complementares, referente à demanda específica direta dos orientadores cadastrados no referido Programa. Este edital terá vigência de 10 de julho a 29 de novembro de 2023 ou até o preenchimento da totalidade das vagas ofertadas. As vagas disponíveis e as áreas/linhas de pesquisa estão disponíveis no presente Edital.

O edital na íntegra está disponível no site: www.uepa.br.

Belém-PA, 10 de julho de 2023.

CLAY ANDERSON NUNES CHAGAS

Reitor da Universidade do Estado do Pará

Protocolo: 960373

SECRETARIA DE ESTADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO, EMPREGO E RENDA

LICENÇA PRÊMIO**PORTARIA Nº 903/2023 - DAF/SEASTER**

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO, EMPREGO E RENDA, no uso das atribuições que lhe foram delegadas através do Decreto de 01 de janeiro de 2019, publicado no DOE nº 33.771 de 02 de janeiro de 2019.

PROCESSO: 2023/ 758640

R E S O L V E:

CONCEDER, 30 (trinta) dia de Licença Prêmio no período de 03/08/2023 a 01/09/2023, correspondente ao triênio de 02/07/1990 a 01/07/1993 para ao servidor, EUGENIO NUNES TAVARES, Matrícula nº. 3255808/1, CARGO: de TÉCNICO B - ECONOMISTA lotado no CEES/ SEASTER.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Secretaria de Estado de Assistência Social, Trabalho, Emprego e Renda, em 05 de julho de 2023.

INOCENCIO RENATO GASPARIM

Secretário de Estado Assistência Social Trabalho, Emprego e Renda.

Mat. 5945555/ 1

PORTARIA Nº 902/2023 - DAF/SEASTER

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO, EMPREGO E RENDA, no uso das atribuições que lhe foram delegadas através do Decreto de 01 de janeiro de 2019, publicado no DOE nº 33.771 de 02 de janeiro de 2019.

PROCESSO: 2023/ 758748

R E S O L V E:

CONCEDER, 30 (trinta) dia de Licença Prêmio no período de 31/08/2023 a 29/09/2023, correspondente ao triênio de 12/01/89 a 11/01/92 para a servidora, CLARICE NEVES GUIMARÃES, Matrícula nº. 3201643/1, CARGO: de SERVENTE lotado na SEASTER.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Secretaria de Estado de Assistência Social, Trabalho, Emprego e Renda, em 05 de julho de 2023.

INOCENCIO RENATO GASPARIM

Secretário de Estado Assistência Social Trabalho, Emprego e Renda.

Mat. 5945555/ 1

Protocolo: 960638

ERRATA**PORTARIA Nº 727/2023 – SEASTER**

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO, EMPREGO E RENDA, no uso das atribuições que lhe foram delegadas através do Decreto de 01 de janeiro de 2019, publicado no DOE nº 33.771 de 02 de janeiro de 2019.

Considerando o PAE nº 2023/779319

ERRATA:

Onde se lê: de 05/07 a 08/07/2023, para Realizar a Conferência Municipal de Assistência Social em Peixe-Boi/PA.

Leia-se: de 04 a 07/07/2023, para Realizar a Conferência Municipal de Assistência Social em Peixe-Boi/PA.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Secretaria de Estado de Assistência Social, Trabalho, Emprego e Renda, em 07 de Julho de 2023.

INOCENCIO RENATO GASPARIM

Secretário de Estado Assistência Social Trabalho, Emprego e Renda.

Mat. 5945555/ 1

Protocolo: 960712

DIÁRIA**PORTARIA Nº 800/2023 – SEASTER**

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE ASSISTENCIA SOCIAL, TRABALHO, EMPREGO E RENDA, no uso das atribuições que lhe foram delegadas através do Decreto de 01 de janeiro de 2019, publicado no DOE nº 33.771 de 02 de janeiro de 2019

Considerando o Processo nº 2023/ 694506

RESOLVE:

Autorizar o pagamento de 03 e ½ (três e meia) diárias PARA CADA SERVIDOR CITADO ABAIXO:

ROSA MARIA DA SILVA BARBOSA, CPF: 085.209.411-68, Cargo Conselheira/Presidente, que se deslocará para FLORESTA DO ARAGUAIA, no período de 28/06 a 01/07/2023 tendo como objetivo de Palestrante do CONSEANS NA Realização da Conferencia municipal de segurança alimentar do município

Classificação Orçamentária:

43.0101 – 08.422.1505.8402 F: 01 500.0000 01 283.698 339036
Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.
Secretaria de Estado de Assistência Social, Trabalho, Emprego e Renda em,
20 de junho 2023.
INOCENCIO RENATO GASPARIM
Secretário de Estado de Assistência Social, Trabalho, Emprego e Renda
Mat. 5945555/1

PORTARIA Nº 917/2023 – SEASTER

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE ASSISTENCIA SOCIAL, TRABALHO, EMPREGO E RENDA, no uso das atribuições que lhe foram delegadas através do Decreto de 01 de janeiro de 2019, Publicado no DOE nº 33.771 de 02 de janeiro de 2019

Considerando o Processo nº 2023/ 768614

RESOLVE:

Autorizar o pagamento de 03 ½ (TRÊS E MEIA) diárias PARA CADA SERVIDOR CITADO ABAIXO:

MARIA de Nazaré Cardoso Costa da Rocha, 80845759/3, Diretora que se deslocará para Baião/PA, no período de 12/07 a 15/07/2023, com objetivo desenvolver atividades do projeto Hortas Sociais Pedagógicas do Pará, Convenio com a fundação Banco do Brasil Fase de Inauguração. Luiz Otavio Santana Lima, 5596882/1, Motorista.

Classificação Orçamentária:

43.101 – 08.244.1505.7678 F: 01. 500.0000.01 6357 283.561 339014

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Secretaria de Estado de Assistência Social, Trabalho, Emprego e Renda em, 07 de julho 2023.

INOCENCIO RENATO GASPARIM

Secretário de Estado de Assistência Social, Trabalho, Emprego e Renda
Mat. 5945555/1

PORTARIA Nº 918/2023 – SEASTER

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE ASSISTENCIA SOCIAL, TRABALHO, EMPREGO E RENDA, no uso das atribuições que lhe foram delegadas através do Decreto de 01 de janeiro de 2019, publicado no DOE nº 33.771 de 02 de janeiro de 2019

Considerando o Processo nº 2023/ 769415

RESOLVE:

Autorizar o pagamento de 04 e ½ (quatro e meia) diárias PARA CADA SERVIDOR CITADO ABAIXO:

RENAM GOMES REIS, 57224964/2, Secretario de Diretoria, CHARLES MORANDINI SILVEIRA DE MATOS, 3542761/1, ASSISTENTE ADMINISTRATIVO, que se deslocará para BAIÃO/PA no período de 10/07 a 14/07/2023 tendo como objetivo Desenvolver atividades do Projeto Hortas Sociais Pedagógicas do Pará, convenio com a fundação Banco do Brasil Fase de inauguração.

Classificação Orçamentária:

43.101 – 08.244.1505.7678 F: 01 500 0000. 01 6357 283.561 339014

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Secretaria de Estado de Assistência Social, Trabalho, Emprego e Renda em, 07 de julho 2023.

INOCENCIO RENATO GASPARIM

Secretário de Estado de Assistência Social, Trabalho, Emprego e Renda
Mat. 5945555/1

PORTARIA Nº 919/2023 – SEASTER

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE ASSISTENCIA SOCIAL, TRABALHO, EMPREGO E RENDA, no uso das atribuições que lhe foram delegadas através do Decreto de 01 de janeiro de 2019, publicado no DOE nº 33.771 de 02 de janeiro de 2019

Considerando o Processo nº 2023/ 761957

RESOLVE:

Autorizar o pagamento de 01 diaria (uma) diárias PARA CADA SERVIDOR CITADO ABAIXO:

RENAM GOMES REIS, 57224964/2, Secretario de Diretoria, CHARLES MORANDINI SILVEIRA DE MATOS, 3542761/1, ASSISTENTE ADMINISTRATIVO, que se deslocará para MARITUBA E ANANINDUEA no período de 06/07 a 07/07/2023 tendo como objetivo Desenvolver atividades do Projeto Hortas Sociais Pedagógicas do Pará, Ministério do Desenvolvimento Assistência Social, Famílias e Combate a Fome .

Classificação Orçamentária:

43.101 – 08.244.1505.7678 F: 01 500 0000. 01 6357 283.561 339014

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Secretaria de Estado de Assistência Social, Trabalho, Emprego e Renda em, 07 de julho 2023.

INOCENCIO RENATO GASPARIM

Secretário de Estado de Assistência Social, Trabalho, Emprego e Renda
Mat. 5945555/1

PORTARIA Nº 920/2023 – SEASTER

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE ASSISTENCIA SOCIAL, TRABALHO, EMPREGO E RENDA, no uso das atribuições que lhe foram delegadas através do Decreto de 01 de janeiro de 2019, Publicado no DOE nº 33.771 de 02 de janeiro de 2019

Considerando o Processo n 2023/750926

RESOLVE:

Autorizar o pagamento de 02 e ½ (Duas e meia) diárias PARA CADA SERVIDOR CITADO ABAIXO

SHEILA MIRANDA VEIGA, 54192695/1, ASSISTENTE SOCIAL, que se deslocará para o Município de ABAETUBA/PA, no período de 21/07 a

23/07/2023, para Realizar Monitoramento e apoio técnico para o Fortalecimento da Rede de Proteção da Criança e do Adolescentes no cumprimento de ações conjuntas para enfrentamento ao trabalho Infantil nas praias.

Classificação Orçamentária:

87.101 - 08.244.1505.8863 F: 02 660.0000 39 002989 284.004 3390 14

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Secretaria de Estado de Assistência Social, Trabalho, Emprego e Renda em, 07 de julho 2023.

INOCENCIO RENATO GASPARIM

Secretário de Estado de Assistência Social, Trabalho, Emprego e Renda
Mat. 5945555/1

PORTARIA Nº 921/2023 – SEASTER

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE ASSISTENCIA SOCIAL, TRABALHO, EMPREGO E RENDA, no uso das atribuições que lhe foram delegadas através do Decreto de 01 de janeiro de 2019, Publicado no DOE nº 33.771 de 02 de janeiro de 2019

Considerando o Processo n 2023/ 738422

RESOLVE:

Autorizar o pagamento de 02 e ½ (Duas e meia) diárias PARA CADA SERVIDOR CITADO ABAIXO

SHEILA MIRANDA VEIGA, 54192695/1, ASSISTENTE SOCIAL, que se deslocará para o Município de BARCARENA/PA, no período de 14/07 a 16/07/2023, para Realizar Monitoramento e apoio técnico para o Fortalecimento da Rede de Proteção da Criança e do Adolescentes no cumprimento de ações conjuntas para enfrentamento ao trabalho Infantil nas praias.

Classificação Orçamentária:

87.101 - 08.244.1505.8863 F: 02 660.0000 39 002989 284.004 3390 14

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Secretaria de Estado de Assistência Social, Trabalho, Emprego e Renda em, 07 de julho 2023.

INOCENCIO RENATO GASPARIM

Secretário de Estado de Assistência Social, Trabalho, Emprego e Renda
Mat. 5945555/1

Protocolo: 960637

FUNDAÇÃO DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO DO PARÁ

PORTARIA**PORTARIA Nº. 689 DE 04 DE JULHO DE 2023**

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO DO PARÁ, no uso das atribuições que lhe foram delegadas pelo Decreto Governamental de 02 de fevereiro de 2023, publicado no DOE 35.277 de 03 de fevereiro de 2023.

CERTIDÃO DE ÓBITO: 140624 01 55 2023 4 00163 202 0034172 34

Conforme PAE: 2023/749493

CONCEDER: 08 (oito) dias de LICENÇA NOJO ao (a) servidor (a) ANA MARIA GOMES CHAMMA, Matrícula nº 3195988/1 ocupante do cargo de ASSISTENTE SPICIAL, lotada na coordenadoria de Assistência Social I -SAS, no período de 14.06.2023 à 21.06.2023.

CARLOS ALBERTO DE ANDRADE RODRIGUES JUNIOR

Presidente da FASEPA

Protocolo: 960651

PORTARIA Nº. 680 DE 07 DE JULHO DE 2023

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO DO PARÁ, no uso das atribuições que lhe foram delegadas pelo Decreto Governamental de 02 de fevereiro de 2023, publicado no DOE 35.277 de 03 de fevereiro de 2023, e;

CONSIDERANDO tratar-se da manutenção de contratos de Temporários com amparo legal e sem acréscimo de despesas ao erário público, quanto à contratação temporária, nos termos e prazos da Lei Complementar nº 07 de 25 de setembro de 1991, alterada pela Lei Complementar nº 077 de 28 de dezembro de 2011;

CONSIDERANDO que se trata de TERMO ADITIVO, conforme autorizado através do Processo Eletrônico Administrativo – PAE Nº 2023/540668;

CONSIDERANDO sequencial 30 do PAE Nº 2023/540668, o qual a Casa Civil autoriza a Prorrogação dos Servidores Temporários até 31/01/2024;

CONSIDERANDO sequencial 32 do PAE Nº 2023/540668, o qual informa a reativação e prorrogação dos contratos temporários até 31/01/2024.

RESOLVE:

Art. 1º. PRORROGAR até 31.01.2024, os Contratos Administrativos de Servidores Temporários listados na planilha em anexo a esta PORTARIA, conforme Lei complementar nº 131, de 16 de abril de 2020; Lei complementar nº 136, de 17 de março de 2021; Lei complementar nº 140, de 16 de dezembro de 2021; Lei nº 9.722, de 23 de dezembro de 2022; e, Lei Complementar nº 160, de 14 de março de 2023.

CARLOS ALBERTO DE ANDRADE RODRIGUES JUNIOR

Presidente da FASEPA

ANEXO: 01

Nº	NOME	MATRÍCULA	VIN	EXERCÍCIO	CARGO	PREVISÃO DE VACÂNCIA
1	ADAILSON DOS SANTOS SILVA	57204794	5	16/12/2021	MONITOR	01/07/2023
2	ADAO LENNON DE SOUSA FEITOSA	5956653	1	01/09/2020	MOTORISTA	01/07/2023
3	ADDILEY COSTA MARTINS	5938723	2	03/08/2020	AG. DE PORTARIA	01/07/2023
4	ADEILTON GOMES BATISTA	57211468	5	10/08/2020	MONITOR	01/07/2023
5	ADILSON MODESTO FELIX	5956687	1	03/08/2020	PSICOLOGO	01/07/2023
6	ADIR TEIXEIRA DE OLIVEIRA	5596068	3	16/12/2021	MONITOR	01/07/2023
7	ADRIANA CARREIRA MELO PESSOA	5891040	4	03/08/2020	PSICOLOGO	01/07/2023
8	ADRIANA DE NAZARE RIBEIRO DIAS PINTO	57191728	2	03/08/2020	PEDAGOGO	01/07/2023
9	ADRIANA OLIVEIRA DE PAIVA	5956581	1	10/08/2020	MONITOR	01/07/2023
10	ADRIANA RAYOL DO NASCIMENTO	5909026	3	16/12/2021	PSICOLOGO	01/07/2023
11	ADRIANA SANTOS VIEIRA	5956587	1	10/08/2020	MONITOR	01/07/2023
12	ADRIANA VASCONCELOS DOS SANTOS	5956352	1	05/08/2020	PSICOLOGO	01/07/2023
13	ADRIANE GALVAO MONTEIRO	5962846	1	01/11/2021	AGENTE DE ARTES PRÁTICAS	01/07/2023
14	ADSON BENEDITO BATISTA DA SILVA	57174255	4	01/11/2021	MONITOR	01/07/2023
15	AFONSO CELSO FRANCO DE SA JUNIOR	57197670	3	16/12/2021	AGENTE ADMINISTRATIVO	01/07/2023
16	ALAN FABRICIO PICANCO MONTEIRO	5956657	1	03/08/2020	MONITOR	01/07/2023
17	ALDIENE MAGALHAES ROCHA	5956957	1	24/08/2020	AUX. DE ENFERMAGEM	01/07/2023
18	ALDRIN SOUZA SILVA	5956751	1	10/08/2020	MOTORISTA	01/07/2023
19	ALESSANDRA COELHO LIMA	5924000	2	03/08/2020	MONITOR	01/07/2023
20	ALESSANDRA GAIA DE ASSUNÇÃO DA SILVA	5963777	1	16/12/2021	MONITOR	01/07/2023
21	ALESSANDRA SUELY GARCIA DOS SANTOS DUARTE	54180865	3	16/12/2021	AUX. DE ENFERMAGEM	01/07/2023
22	ALESSANDRO MARTINS PEREIRA DE CASTRO	5939141	2	16/12/2021	PSICOLOGO	01/07/2023
23	ALEX DOUGLAS CARDOSO DE LIMA	5937162	2	03/08/2020	MONITOR	01/07/2023
24	ALEX JULIO DE SOUZA CAMPELO	5935694	2	03/08/2020	MOTORISTA	01/07/2023
25	ALEX SANDRO AUGUSTO PAIVA DA COSTA	5943734	2	16/12/2021	MONITOR	01/07/2023
26	ALEXANDRA LUCIA SOUSA MIRANDA	5913342	3	05/08/2020	MONITOR	01/07/2023
27	ALEXANDRE DE OLIVEIRA	5888207	4	03/08/2020	MONITOR	01/07/2023
28	ALEXANDRE JORGE DANTAS DE SOUZA	5963703	1	16/12/2021	MONITOR	01/07/2023
29	ALEXANDRE SAMPAIO BEZERRA	5933450	2	03/08/2020	MONITOR	01/07/2023
30	ALEXANDRINA TEREZA THOMAZ SANTIAGO	57195505	4	03/08/2020	PSICOLOGO	01/07/2023
31	ALINE SABRINA PAZ DE ARAUJO DE SOUSA	5956691	1	03/08/2020	ASSIST. SOCIAL	01/07/2023
32	ALMIR DJALMA MAGALHÃES FERREIRA	6045526	2	16/11/2021	MONITOR	01/07/2023
33	ALTEMAR SANTOS DA SILVA	5956358	1	05/08/2020	MONITOR	01/07/2023
34	ALTEME BRITO DE AQUINO	57235113	3	01/12/2020	MONITOR	01/07/2023
35	ALUISIO FONSECA SANTANA	5956407	1	03/08/2020	AG. DE PORTARIA	01/07/2023
36	ANA BENTO MOREIRA	5963601	1	16/12/2021	MONITOR	01/07/2023
37	ANA CLARA DIAS CORDEIRO	5963631	1	16/12/2021	AG. DE PORTARIA	01/07/2023
38	ANA CLAUDIA CUNHA MATOS	5962820	1	01/11/2021	AGENTE ADMINISTRATIVO	01/07/2023
39	ANA CLAUDIA DE PAIVA LIMA	5963742	1	16/12/2021	MONITOR	01/07/2023
40	ANA CRISTINA FERREIRA PEREIRA	5934544	2	03/08/2020	MONITOR	01/07/2023
41	ANA FERREIRA DE LIMA BRAGA	5928084	2	16/12/2021	AUX. DE ENFERMAGEM	01/07/2023
42	ANA LUCIA DO ROSARIO FERREIRA	5923847	2	03/08/2020	MONITOR	01/07/2023
43	ANA LUCIA RAMOS OLIVEIRA	3212327	7	03/08/2020	PEDAGOGO	01/07/2023
44	ANA MARIA DA SILVA BOTELHO	5933136	2	01/11/2021	AGENTE DE ARTES PRÁTICAS	01/07/2023
45	ANA PAULA GOMES	5934548	2	03/08/2020	MONITOR	01/07/2023
46	ANA PAULA SANTOS DA SILVA	5905447	4	10/08/2020	MONITOR	01/07/2023
47	ANDER AFONSO OLIVEIRA FABIANO	5943253	2	16/12/2021	MONITOR	01/07/2023
48	ANDERSON DE VASCONCELOS MARRAS	5963668	1	16/12/2021	MONITOR	01/07/2023
49	ANDERSON SILVA PINTO	57222683	7	03/08/2020	MONITOR	01/07/2023
50	ANDERSON TELES DUARTE	5956402	1	03/08/2020	AG. DE PORTARIA	01/07/2023
51	ANDRE JORGE LIMA GOMES	5358906	1	16/12/2021	MONITOR	01/07/2023
52	ANDRE LUIZ DOS SANTOS TEIXEIRA	54196825	5	16/12/2021	MONITOR	01/07/2023
53	ANDREA SILVA MACHADO	5956694	1	03/08/2020	AUX. DE ENFERMAGEM	01/07/2023
54	ANDREI FIGUEIREDO BARBOSA	5956361	1	05/08/2020	PSICOLOGO	01/07/2023
55	ANDREIA DE JESUS MEDEIROS DE MELO	5956688	1	03/08/2020	MONITOR	01/07/2023
56	ANDREIA DE NAZARE SIQUEIRA BARBOSA	5933915	2	03/08/2020	ASSIST. SOCIAL	01/07/2023
57	ANDREIA DE OLIVEIRA FIGUEIREDO	57194312	4	16/12/2021	ASSIST. SOCIAL	01/07/2023
58	ANDREIA DO SOCORRO PORTILHO DE ALMEIDA	5963547	1	16/12/2021	MONITOR	01/07/2023
59	ANDRELINA DA LUZ DIAS	55589879	7	01/11/2021	TEC. SOCIAL: Estatística	01/07/2023
60	ANDRES DE ALBUQUERQUE NUNEZ	54180501	4	03/08/2020	PSICOLOGO	01/07/2023
61	ANDREZA AMARAL FREITAS DE BRITO	5911087	2	03/08/2020	MONITOR	01/07/2023
62	ANGELA MARIA FERREIRA MAIA	5962917	1	01/11/2021	AGENTE DE ARTES PRÁTICAS	01/07/2023
63	ANGELICA LORRAY SILVA SANTOS	5956607	1	10/08/2020	MONITOR	01/07/2023
64	ANGELO ANDRE BATISTA FIGUEIRA	5963750	1	16/12/2021	AUX. DE ENFERMAGEM	01/07/2023
65	ANILDE GOMES PINHEIRO	5945879	2	16/12/2021	MONITOR	01/07/2023
66	ANNA BRIGIDA DUARTE LOPES	5956455	1	03/08/2020	ASSIST. SOCIAL	01/07/2023
67	ANTONIA EURENICE RODRIGUES SILVA	5845122	4	16/12/2021	PEDAGOGO	01/07/2023
68	ANTONIO CARLOS SOUZA BENJAMIN	3387488	3	16/11/2021	MONITOR	01/07/2023
69	ANTONIO CRUZ MOREIRA	5962992	1	16/11/2021	MONITOR	01/07/2023
70	ANTONIO FABIO RIBEIRO DA SILVA	5890073	3	03/08/2020	MOTORISTA	01/07/2023
71	ANTONIO JOCINELSON ALMEIDA DE SOUSA	5956461	1	03/08/2020	MONITOR	01/07/2023
72	ANTONIO JOSE SILVA DE BRITO	5963760	1	16/12/2021	MONITOR	01/07/2023
73	ANTONIO KLAGENS CAMBRAIA DOS SANTOS	5850673	2	16/12/2021	ASSIST. SOCIAL	01/07/2023
74	ANTÔNIO LUZENILSON MENDES PIMENTEL	57192579	2	16/12/2021	AUX. DE ENFERMAGEM	01/07/2023
75	ANTONIO NASCIMENTO BARROS	5941944	2	16/12/2021	MONITOR	01/07/2023

76	ANTONIO ROBSON NASCIMENTO ESTEVES	5901980	4	16/12/2021	MONITOR	01/07/2023
77	ANTONIO RUBENS ALVES DE SOUZA	5921326	3	16/12/2021	MONITOR	01/07/2023
78	ANTONIO SERGIO FERREIRA DE LIMA	57231116	5	03/08/2020	MONITOR	01/07/2023
79	ANTONIO VICENTE RAMALHO DA SILVA	5956637	1	10/08/2020	MONITOR	01/07/2023
80	ARAO DA SILVA CARVALHO	5942633	2	16/12/2021	MONITOR	01/07/2023
81	ARLEY RAFAEL PIMENTEL PEREIRA	5956611	1	10/08/2020	MONITOR	01/07/2023
82	ARLINDO DA SILVA CARDOSO	5956454	1	03/08/2020	MONITOR	01/07/2023
83	ATHOS DA SILVA ROCHA RODRIGUES	5962814	1	01/11/2021	MONITOR	01/07/2023
84	AUGUSTO CESAR COSTA LOPES DOS ANJOS	5963805	1	16/12/2021	MONITOR	01/07/2023
85	BARBARA BRENA DOS REIS AMADOR	5905118	3	16/12/2021	MONITOR	01/07/2023
86	BEATRIZ CRUZ OLIVEIRA	5963603	1	16/12/2021	AUX. DE ENFERMAGEM	01/07/2023
87	BENEDITO MARTINS SACRAMENTO	5963821	1	16/12/2021	MONITOR	01/07/2023
88	BENEVALDO SARDINHA SARGES	5956669	1	03/08/2020	MONITOR	01/07/2023
89	BRAS BORGES DA TRINDADE	5956502	1	03/08/2020	MOTORISTA	01/07/2023
90	BRENDA DE AMORIM BASTOS	5909457	2	03/08/2020	MONITOR	01/07/2023
91	BRENDA DO SOCORRO CABECA SILVA	5926017	2	03/08/2020	MONITOR	01/07/2023
92	BRUNA COSTA SANTOS	5913396	3	03/08/2020	MONITOR	01/07/2023
93	BRUNA TEIXEIRA LEITE	5963646	1	16/12/2021	MONITOR	01/07/2023
94	BRUNO ALMEIDA DE CASTRO	5937169	2	16/12/2021	MONITOR	01/07/2023
95	BRUNO CESAR PEREIRA DA SILVA	5956685	1	03/08/2020	MONITOR	01/07/2023
96	BRUNO CEZAR DE SOUSA TAVARES	57233893	3	16/11/2021	MONITOR	01/07/2023
97	BRUNO DA SILVA SOUSA	5963685	1	16/12/2021	AG. DE PORTARIA	01/07/2023
98	BRUNO LIMA CORREA	5943479	2	03/08/2020	MONITOR	01/07/2023
99	CAMILA DE MIRANDA MEDINA	5956507	1	03/08/2020	ASSIST. SOCIAL	01/07/2023
100	CAMILA MARINA GONÇALVES RODRIGUES	5963548	1	16/12/2021	MONITOR	01/07/2023
101	CAMILA TAYNARAH PINHEIRO SILVA	5933449	2	03/08/2020	MONITOR	01/07/2023
102	CARLA YASMINE CASTRO GOMES	5956717	1	03/08/2020	MONITOR	01/07/2023
103	CARLOS ALBERTO AMARAL DE OLIVEIRA JUNIOR	54196394	3	03/08/2020	MONITOR	01/07/2023
104	CARLOS ALBERTO PURIFICACAO DO VALE	5936079	2	06/12/2021	MONITOR	01/07/2023
105	CARLOS AUGUSTO DA SILVA SANTOS	5904249	2	03/08/2020	MONITOR	01/07/2023
106	CARLOS DANIELSON SANTOS DE ARAUJO	5956722	1	03/08/2020	MONITOR	01/07/2023
107	CARLOS HENRIQUE LEAO MAIA	5839050	2	16/12/2021	MONITOR	01/07/2023
108	CARLOS WALBER SILVA DA SILVA	5956412	1	03/08/2020	MONITOR	01/07/2023
109	CARLOS WILLIAMES LIMA DE SOUZA	5963807	1	16/12/2021	MONITOR	01/07/2023
110	CELIA ALVES DOS REIS	5963765	1	16/12/2021	MONITOR	01/07/2023
111	CELINALDO WAUGHAN SARDINHA	73504131	3	05/08/2020	MONITOR	01/07/2023
112	CELIONEI SOUSA NASCIMENTO	5958119	1	01/12/2020	MONITOR	01/07/2023
113	CESAR DARLAN PINHEIRO DOS SANTOS	5791499	3	16/12/2021	MONITOR	01/07/2023
114	CHARLENE ARAUJO DE ANDRADE	5956747	1	10/08/2020	AUX. DE ENFERMAGEM	01/07/2023
115	CID LOBATO DOS SANTOS	5915927	3	03/08/2020	MONITOR	01/07/2023
116	CLAUDIO EDSON MENDES DE SOUZA	5862418	4	03/08/2020	MONITOR	01/07/2023
117	CLAUDIO NAZARENO SANTOS DE ALMEIDA	5956420	1	03/08/2020	AG. DE PORTARIA	01/07/2023
118	CLAYSON RUBENS DANTAS QUEIROZ	5923357	2	03/08/2020	MONITOR	01/07/2023
119	CLEINALDO ALCANTARA REIS	57209211	4	03/08/2020	MONITOR	01/07/2023
120	CLEONICE SILVA DOS SANTOS	5904267	4	01/11/2021	AGENTE DE ARTES PRÁTICAS	01/07/2023
121	CLEYTON SANTANA PRADO	5947833	2	16/12/2021	MONITOR	01/07/2023
122	CRISTIANO MARCELO DA COSTA MOREIRA	5956375	1	05/08/2020	MONITOR	01/07/2023
123	CRISTIANO MOTA DE SOUSA	5918555	2	05/08/2020	AG. DE PORTARIA	01/07/2023
124	CRISTINA MARIA DA COSTA SOARES	5935555	2	01/11/2021	AUX. DE ENFERMAGEM	01/07/2023
125	DALVA FERREIRA GARCIA	5942930	2	01/11/2021	PSICOLOGO	01/07/2023
126	DANIEL ABREU CARDOSO	5963709	1	16/12/2021	MONITOR	01/07/2023
127	DANIEL MACIEL	5963744	1	16/12/2021	MONITOR	01/07/2023
128	DANIEL SAVIO COSTA SANTOS	5956362	1	05/08/2020	MONITOR	01/07/2023
129	DARILSON DA SILVA CASTRO	5963743	1	16/12/2021	MONITOR	01/07/2023
130	DAVISON DAVI MENEZES FORTE	5936194	2	01/11/2021	AGENTE DE ARTES PRÁTICAS	01/07/2023
131	DEILSON DE SOUZA MACHADO	97571315	2	03/08/2020	MONITOR	01/07/2023
132	DEISE FERNANDA AGUIAR DE OLIVEIRA	97571506	2	03/08/2020	ASSIST. SOCIAL	01/07/2023
133	DEJANIRA DA FONSECA DA SILVA	5453330	5	01/11/2021	AGENTE DE ARTES PRÁTICAS	01/07/2023
134	DELICIO DO SOCORRO SIQUEIRA SERRA	5963761	1	16/12/2021	MONITOR	01/07/2023
135	DENER CHARLES DE SOUZA	5892609	3	16/12/2021	MONITOR	01/07/2023
136	DENIS JUNIOR PINHEIRO DE SOUZA	5963527	1	16/12/2021	MONITOR	01/07/2023
137	DIANA DE SOUSA CORREA	5935711	2	03/08/2020	MONITOR	01/07/2023
138	DIANY DO SOCORRO BASTOS SERRA	5867576	4	03/08/2020	AG. DE PORTARIA	01/07/2023
139	DIEGO CAMPOS DA SILVA	5892753	3	16/12/2021	MONITOR	01/07/2023
140	DIEGO DE SOUZA CONRADO	5956424	1	03/08/2020	AG. DE PORTARIA	01/07/2023
141	DIEGO NEVES CARDOSO	5935743	2	03/08/2020	MONITOR	01/07/2023
142	DIEGO SEABRA PINHEIRO	5963752	1	16/12/2021	MONITOR	01/07/2023
143	DIEGO SILVA PARENTE	5956366	1	05/08/2020	MONITOR	01/07/2023
144	DILENE SIQUEIRA DE SOUSA OLIVEIRA	57204518	2	01/12/2020	MONITOR	01/07/2023
145	DILZA DO SOCORRO ASSENCAO DE MELO	5925912	3	03/08/2020	MONITOR	01/07/2023
146	DIOGENES PEREIRA DE SOUSA	5956738	1	10/08/2020	MOTORISTA	01/07/2023
147	DIOLENE DO SOCORRO MATIAS NEGRÃO	5941059	2	01/11/2021	ASSIST. SOCIAL	01/07/2023
148	DMILSON CARDOSO OLIVEIRA	57192524	2	03/08/2020	PEDAGOGO	01/07/2023
149	DONIELTSON DOS SANTOS MALTA	5946737	2	16/12/2021	MONITOR	01/07/2023
150	DORILENY DO SOCORRO SALDANHA ANDRADE	5928369	2	03/08/2020	PEDAGOGO	01/07/2023
151	DOUGLAS DOS SANTOS NEGRAO JUNIOR	57204782	4	03/08/2020	MONITOR	01/07/2023
152	DOUGLAS SANTOS DA SILVEIRA	5963533	1	16/12/2021	MONITOR	01/07/2023

153	ED PAULO PAIVA GATINHO	97571427	2	03/08/2020	MONITOR	01/07/2023
154	EDERSON JOSE SOUSA DE ALMEIDA	57235104	4	05/08/2020	MONITOR	01/07/2023
155	EDIEMILLY DA SILVA PANTOJA	5956696	1	03/08/2020	MONITOR	01/07/2023
156	EDIL GELSON RODRIGUES	57223761	4	05/08/2020	MONITOR	01/07/2023
157	EDILENE DO SOCORRO CARNEIRO DAS CHAGAS	5956656	1	03/08/2020	MONITOR	01/07/2023
158	EDILEUZA ALVES FERREIRA	5956558	1	03/08/2020	MONITOR	01/07/2023
159	EDIMILSON MARINHO HOLLES	5892759	6	16/11/2021	MONITOR	01/07/2023
160	EDINA MARIA DUTRA	5963782	1	16/12/2021	MONITOR	01/07/2023
161	EDINAEISON DA SILVA SILVA	5956617	1	10/08/2020	AG. DE PORTARIA	01/07/2023
162	EDION WILSON PEDRO GONCALVES DE AZEVEDO	5892704	2	03/08/2020	MONITOR	01/07/2023
163	EDITH DE JESUS MATOS	5914007	2	03/08/2020	MONITOR	01/07/2023
164	EDNA CRISTINA MARQUES DE ARAUJO	55588012	6	01/11/2021	AGENTE DE ARTES PRÁTICAS	01/07/2023
165	EDNA MARIA DE SOUSA PEREIRA	57222676	4	16/12/2021	PSICOLOGO	01/07/2023
166	EDNAN MARCOS DA COSTA PEREIRA	5956494	1	03/08/2020	MONITOR	01/07/2023
167	EDSON BATISTA DE ALMEIDA	5956482	1	03/08/2020	MONITOR	01/07/2023
168	EDSON DA SILVA CARNEIRO	5904625	3	10/08/2020	MONITOR	01/07/2023
169	EDUARDO DA SILVA RODRIGUES	5956511	1	03/08/2020	MOTORISTA	01/07/2023
170	EDUARDO FELIZ CAVALCANTE	5894765	6	03/08/2020	PSICOLOGO	01/07/2023
171	EDUARDO MONTEIRO PAES	5923319	3	16/12/2021	MONITOR	01/07/2023
172	EDUARDO NAZARENO DO NASCIMENTO JUNIOR	5956474	1	03/08/2020	MOTORISTA	01/07/2023
173	EDUARDO ROBERTO JORGE CONCEICAO	5927328	2	03/08/2020	MONITOR	01/07/2023
174	ELBER ROCHA MOURA	5963627	1	16/12/2021	MONITOR	01/07/2023
175	ELBERTE SANTOS DE SOUZA	5958112	1	01/12/2020	MONITOR	01/07/2023
176	ELDER OTAVIO SANTOS AGUIAR	57214043	2	01/12/2020	MONITOR	01/07/2023
177	ELI ALVES BRAUNA JUNIOR	5935703	2	16/11/2021	MONITOR	01/07/2023
178	ELIANE CRISTINA LIMA SILVA	5890511	2	10/08/2020	MONITOR	01/07/2023
179	ELIELSON BARROS DA SILVA	5956385	1	05/08/2020	MONITOR	01/07/2023
180	ELIENE DE LIMA PEREIRA	5848490	3	16/12/2021	AG. DE PORTARIA	01/07/2023
181	ELINE SOCORRO GOMES BILBY NEVES	80845366	3	05/08/2020	AG. DE PORTARIA	01/07/2023
182	ELISVANDA BARRETO SANTANA VIEGAS	5956677	1	03/08/2020	MONITOR	01/07/2023
183	ELIZEL CAVALCANTE NUNES	5956469	1	03/08/2020	MONITOR	01/07/2023
184	ELIZEU COSTA DE SOUZA	5905542	2	03/08/2020	MONITOR	01/07/2023
185	ELMA DE SOUZA GOMES	5962844	1	01/11/2021	AGENTE DE ARTES PRÁTICAS	01/07/2023
186	ELOIZA RODRIGUES MOREIRA VERNER	5956740	1	10/08/2020	AUX. DE ENFERMAGEM	01/07/2023
187	ELTON LEYS CORDOVID MARTINS	57216275	4	03/08/2020	MONITOR	01/07/2023
188	ELVIS SOUZA ALMEIDA	5956462	1	03/08/2020	MONITOR	01/07/2023
189	EMYLly RENATA FERNANDES RIBEIRO	6039175	2	03/08/2020	MONITOR	01/07/2023
190	ERIKA DE JESUS ELEUTERIO	5963636	1	16/12/2021	AG. DE PORTARIA	01/07/2023
191	ERINEI SANTOS DE SOUZA	5935459	2	05/08/2020	MONITOR	01/07/2023
192	ERINELDO DA SILVA LIRA	5933959	2	16/12/2021	MONITOR	01/07/2023
193	ERNANDES FELIX DO NASCIMENTO	6403714	2	01/11/2021	MONITOR	01/07/2023
194	ESMAEL DA COSTA MATOS	5724872	5	16/12/2021	MONITOR	01/07/2023
195	EVALDO LEMOS DOS SANTOS	5941918	2	16/12/2021	MONITOR	01/07/2023
196	EVANILDA CORREA CAVALHEIRO	80845195	4	01/11/2021	AGENTE DE ARTES PRÁTICAS	01/07/2023
197	EVELEN NATACHA RODRIGUES LEAO	5956531	1	03/08/2020	MONITOR	01/07/2023
198	EVERTON DE JESUS CABRAL DA CONCEIÇÃO	5943210	2	16/12/2021	MONITOR	01/07/2023
199	EVERTON PATRICIO MONTEIRO BARBOSA	5956701	1	03/08/2020	AG. DE PORTARIA	01/07/2023
200	EWERTON FURTADO RIBEIRO	5956614	1	10/08/2020	MONITOR	01/07/2023
201	EWERTON LOBATO DE SOUZA	5908332	2	03/08/2020	MONITOR	01/07/2023
202	FABIO MARQUES GAMA	5918534	3	16/12/2021	MONITOR	01/07/2023
203	FABIO TADEU DE SOUZA BARBOSA	57230410	5	16/12/2021	MONITOR	01/07/2023
204	FABRICIO AMANCIO BARBOSA DE CAMPOS	5963506	1	16/12/2021	MONITOR	01/07/2023
205	FABRICIO BRUNO DOS SANTOS GONCALVES	5963741	1	16/12/2021	MONITOR	01/07/2023
206	FELIPE DE ALMEIDA GUIMARAES	7565252	2	10/08/2020	MONITOR	01/07/2023
207	FELIPE LUIS DOS SANTOS	5962845	1	01/11/2021	AGENTE DE ARTES PRÁTICAS	01/07/2023
208	FELIPE MATHEUS DE BRITO SILVA	5956478	1	03/08/2020	MONITOR	01/07/2023
209	FERNANDA LETICIA ANDRADE DE SOUZA GORAYEB	5936242	2	03/08/2020	PEDAGOGO	01/07/2023
210	FERNANDO AUGUSTO COSTA LEAL	5923433	2	05/08/2020	MONITOR	01/07/2023
211	FERNANDO CAMPOS REIS	5963699	1	16/12/2021	MONITOR	01/07/2023
212	FERNANDO LUIZ ALVES DE MEDEIROS	57174370	3	05/08/2020	MONITOR	01/07/2023
213	FERNANDO NASCIMENTO DE LIMA	5956501	1	03/08/2020	MONITOR	01/07/2023
214	FERNANDO RODRIGUES QUARESMA	5956655	1	03/08/2020	MONITOR	01/07/2023
215	FLAVIO WEBER SODRE FILHO	6403709	2	16/12/2021	MONITOR	01/07/2023
216	FLODOALDO RODRIGUES VIEIRA	5961413	2	16/12/2021	MONITOR	01/07/2023
217	FRANCELY MELO MOREIRA	5150884	3	03/08/2020	PEDAGOGO	01/07/2023
218	FRANCIELY FIGUEIRA DA SILVA	5913320	2	01/12/2020	MONITOR	01/07/2023
219	FRANCINE MONTE DUARTE	5956782	1	03/08/2020	NUTRICIONISTA	01/07/2023
220	FRANCIOELSON DE MELO FARIAS	5956500	1	03/08/2020	MONITOR	01/07/2023
221	FRANCISCA DE FREITAS LIMA	57192057	2	24/08/2020	AUX. DE ENFERMAGEM	01/07/2023
222	FRANCISCA LIMA SOUSA	5920984	2	10/08/2020	MONITOR	01/07/2023
223	FRANCISCA MARIA DE OLIVEIRA DE ARAÚJO	5935776	2	01/11/2021	AGENTE DE ARTES PRÁTICAS	01/07/2023
224	FRANCISCA RUFINO DA COSTA	5914323	2	24/08/2020	AUX. DE ENFERMAGEM	01/07/2023
225	FRANCISCO CARLOS DIOGO DA MOTA	5890117	4	16/12/2021	MONITOR	01/07/2023
226	FRANCISCO CARLOS SOUZA LOPES	5894244	4	16/12/2021	MONITOR	01/07/2023
227	FRANCISCO DE LIMA SOUSA	5956741	1	10/08/2020	MOTORISTA	01/07/2023
228	FRANCISCO HUGO SOUZA SANTOS	5923971	2	16/12/2021	MONITOR	01/07/2023
229	FRANCISCO JARDEL DA SILVA	5920299	2	16/12/2021	MONITOR	01/07/2023

230	FRANCISCO JOSE LETTE DA PAZ	5963763	1	16/12/2021	MONITOR	01/07/2023
231	FRANCISCO NAZARE PINTO FARIAS JUNIOR	57190236	5	03/08/2020	MONITOR	01/07/2023
232	FRANCISO PEREIRA BRITO JÚNIOR	5963660	1	16/12/2021	AG. DE PORTARIA	01/07/2023
233	FRANCIZELIA DE AZEVEDO DA SILVA	5941949	2	01/11/2021	MONITOR	01/07/2023
234	GABRIEL WEBER GONCALVES CERDEIRA	5957384	1	03/11/2020	AGENTE ADMINISTRATIVO	01/07/2023
235	GABRIELA DE ABREU SENA	5962821	1	01/11/2021	AGENTE DE ARTES PRÁTICAS	01/07/2023
236	GABRIELA GOMES RIBEIRO	5956709	1	03/08/2020	ASSIST. SOCIAL	01/07/2023
237	GEFFESSON DOS SANTOS LINHARES	5956585	1	10/08/2020	MONITOR	01/07/2023
238	GEISIANY MACEDO AMORIM	5956577	1	10/08/2020	MONITOR	01/07/2023
239	GENY DE NAZARE BOTELHO DA SILVA	8400668	2	16/12/2021	MONITOR	01/07/2023
240	GEOVA SANTOS BALDUINO	5956580	1	10/08/2020	MONITOR	01/07/2023
241	GERUSA LIMA MENEZES FERREIRA	5956704	1	03/08/2020	MONITOR	01/07/2023
242	GILBERTO CHARLENSON PALHETA	5909657	2	16/12/2021	MONITOR	01/07/2023
243	GILBERTO RIBEIRO DE OLIVEIRA	5956496	1	03/08/2020	MOTORISTA	01/07/2023
244	GILDAN DA SILVA SOUSA	5931426	2	16/12/2021	MONITOR	01/07/2023
245	GILFRANK SOUSA NUNES	5956394	1	05/08/2020	MOTORISTA	01/07/2023
246	GILNEY DOS SANTOS GOMES	5956499	1	03/08/2020	MOTORISTA	01/07/2023
247	GIOVANNI MORAES MIRANDA	5963648	1	16/12/2021	AGENTE ADMINISTRATIVO	01/07/2023
248	GISELLE DO SOCORRO ARAUJO QUEIROZ	6039024	3	03/08/2020	MONITOR	01/07/2023
249	GLANDSTON VICTOR HAUSSLER OLIVEIRA	5956465	1	03/08/2020	MONITOR	01/07/2023
250	GLAUCIA PEDROSA FONSECA	5956712	1	03/08/2020	MONITOR	01/07/2023
251	GREICE KELLY BATISTA DE SOUZA	5941460	2	05/08/2020	MONITOR	01/07/2023
252	HELEN CRISTINA BARATA PEREIRA	5956697	1	03/08/2020	MONITOR	01/07/2023
253	HENRIQUE AFONSO CARREIRA DE AZEREDO	5899465	3	03/08/2020	PEDAGOGO	01/07/2023
254	HUGO LOPES BORGES	5925343	2	16/12/2021	MONITOR	01/07/2023
255	IGARO ALENCAR LIMA	5963632	1	16/12/2021	MONITOR	01/07/2023
256	IGOR FELIPE DE LIMA PANTOJA	5956437	1	03/08/2020	MONITOR	01/07/2023
257	INALDO MARTINS SOUZA	5796733	3	16/12/2021	MONITOR	01/07/2023
258	INGLITH RODRIGUES DE LIMA	5956368	1	05/08/2020	PSICOLOGO	01/07/2023
259	IONA ALMEIDA CAVALCANTE	5431859	3	16/12/2021	MONITOR	01/07/2023
260	ISAIAS SILVA PIRES	7565258	2	10/08/2020	MONITOR	01/07/2023
261	ISMAEL GAIA DE ASSUNCAO	5956699	1	03/08/2020	MONITOR	01/07/2023
262	ITALO MOREIRA DE SOUZA	5949582	2	16/12/2021	MONITOR	01/07/2023
263	ITAMAR MORAES	5935122	2	16/12/2021	PEDAGOGO	01/07/2023
264	IVANEY SOARES RODRIGUES	5931525	2	03/08/2020	PEDAGOGO	01/07/2023
265	IVANILDA ESPINDOLA COSTA	5956427	1	03/08/2020	AG. DE PORTARIA	01/07/2023
266	IVANILSON FERREIRA BARROS	5956690	1	03/08/2020	MONITOR	01/07/2023
267	IVANIR DE OLIVEIRA SOUTO	5956781	1	03/08/2020	MONITOR	01/07/2023
268	IVO DE JESUS	5899687	5	16/12/2021	MONITOR	01/07/2023
269	IVO FERREIRA DE OLIVEIRA	5934696	2	16/12/2021	MONITOR	01/07/2023
270	IVONEIDE SALES DE QUEIROZ	5923375	2	03/08/2020	ASSIST. SOCIAL	01/07/2023
271	IZETE FARIAS MENDES	5933673	2	16/12/2021	MONITOR	01/07/2023
272	JACKSON DE SOUSA SANTOS	5956371	1	05/08/2020	MONITOR	01/07/2023
273	JAILSON MOURAO DE CARVALHO	5956591	1	10/08/2020	MONITOR	01/07/2023
274	JAMILLY DE FATIMA MARTINS SOUZA	5956713	1	03/08/2020	MONITOR	01/07/2023
275	JANAINA FERNANDES RABELO	8400923	2	05/08/2020	PSICOLOGO	01/07/2023
276	JANETE ALVES CAVALCANTE	5963664	1	16/12/2021	MONITOR	01/07/2023
277	JANIO ALVES BARBOSA	5956450	1	03/08/2020	MOTORISTA	01/07/2023
278	JAQUELINE DA SILVA GOMES BARROS	5963625	1	16/12/2021	AGENTE ADMINISTRATIVO	01/07/2023
279	JAQUELINE MICHELI LETTE LOBATO	5956702	1	03/08/2020	MONITOR	01/07/2023
280	JARELE ALVES TORRES	5956490	1	03/08/2020	MOTORISTA	01/07/2023
281	JEAN HERBTH SANTOS GALVAO	5934993	2	05/08/2020	MONITOR	01/07/2023
282	JEFFERSON CRISTIANO SOUZA DA SILVA	5931359	2	03/08/2020	MONITOR	01/07/2023
283	JEFFERSON LUIZ PINTO ALVES	5894728	3	16/12/2021	MONITOR	01/07/2023
284	JEFFERSON ROCHA DE SENA	5956510	1	03/08/2020	MONITOR	01/07/2023
285	JEFFERSON XAVIER DE SA BARBOSA	5920252	2	03/08/2020	MOTORISTA	01/07/2023
286	JEHAN KARLO SANTANA RIBEIRO	5670446	5	01/11/2021	MONITOR	01/07/2023
287	JERONIMO LEONARDO DA SILVA	5962991	1	16/11/2021	MONITOR	01/07/2023
288	JESSE PEREIRA DE CARVALHO	5948130	2	10/08/2020	MONITOR	01/07/2023
289	JESSICA DOS SANTOS CAVALCANTE	5963635	1	16/12/2021	AG. DE PORTARIA	01/07/2023
290	JESSICA PINTO TRINDADE LEAL	5956381	1	05/08/2020	TEC. SOCIAL: Enfermagem	01/07/2023
291	JHONNATHAN KEVIN SILVA DA ROCHA	97571482	2	03/08/2020	MOTORISTA	01/07/2023
292	JOACELI VITELLI VALENTE	5918758	3	16/11/2021	MONITOR	01/07/2023
293	JOAO AGRESON PRATES BRITO	5956592	1	10/08/2020	MOTORISTA	01/07/2023
294	JOAO BATISTA ALMEIDA CARNEIRO	5935847	2	16/11/2021	MONITOR	01/07/2023
295	JOAO CARLOS FIGUEIREDO SALDANHA	5956714	1	03/08/2020	MONITOR	01/07/2023
296	JOAO MARCOS VALERIO ALMEIDA	5936001	2	16/12/2021	MONITOR	01/07/2023
297	JOCIDELMA ADA BARRA LIMA PINTO	5935698	2	16/12/2021	MONITOR	01/07/2023
298	JODILSON DA COSTA MORAES	5937844	2	16/12/2021	MONITOR	01/07/2023
299	JOEL SILVA	5956595	1	10/08/2020	MONITOR	01/07/2023
300	JOELSON CARVALHO DE SOUZA	5931242	2	03/08/2020	MONITOR	01/07/2023
301	JOEVERTON ARRISON MARQUES CORREIA	97571326	2	22/11/2021	MONITOR	01/07/2023
302	JOICE DA SILVA CONCEICAO	5963612	1	16/12/2021	AUX. DE ENFERMAGEM	01/07/2023
303	JOICE DE JESUS FERREIRA E SILVA	5956448	1	03/08/2020	MONITOR	01/07/2023
304	JOQUIBEDE NASCIMENTO SILVA	5956663	1	03/08/2020	AG. DE PORTARIA	01/07/2023
305	JORGE RICARDO FARIAS DA SILVA	57225273	4	03/08/2020	MONITOR	01/07/2023
306	JOSE CARLOS DA COSTA CHUCRE	5956665	1	03/08/2020	AG. DE PORTARIA	01/07/2023

307	JOSE CARLOS FERREIRA LIRA	5928106	2	01/12/2020	MONITOR	01/07/2023
308	JOSE CARLOS MATOS DO PATROCÍNIO	5927323	2	03/08/2020	MOTORISTA	01/07/2023
309	JOSE CARLOS RIBEIRO DIAS	5274427	2	16/12/2021	AG. DE PORTARIA	01/07/2023
310	JOSE CARLOS SIMOES DA SILVA	5956513	1	03/08/2020	ASSIST. SOCIAL	01/07/2023
311	JOSE CLAUDIO DE ARAUJO	57231652	3	01/11/2021	MONITOR	01/07/2023
312	JOSE ELSON GOMES DA SILVA	5962842	1	01/11/2021	AGENTE DE ARTES PRÁTICAS	01/07/2023
313	JOSE FRANCISCO ALVES RIBEIRO JUNIOR	5918105	3	16/12/2021	MONITOR	01/07/2023
314	JOSE HENRIQUE ARAUJO DA SILVA	5935832	2	16/12/2021	MONITOR	01/07/2023
315	JOSE LUIZ ARRUDA CARVALHO	5947239	2	16/12/2021	AGENTE ADMINISTRATIVO	01/07/2023
316	JOSE LUIZ OLIVEIRA DE ALMEIDA	5934855	2	03/08/2020	MONITOR	01/07/2023
317	JOSE MARIA DA SILVA CARVALHO	5939229	2	03/08/2020	MONITOR	01/07/2023
318	JOSE MARIA DA SILVA CORREA	7565558	2	03/08/2020	MONITOR	01/07/2023
319	JOSE MAURO DOS SANTOS SILVA	5935799	2	16/12/2021	MONITOR	01/07/2023
320	JOSE REINALDO DIAS BATA SA	5956599	1	10/08/2020	MONITOR	01/07/2023
321	JOSE SANDRO BALIEIRO DIAS	5956483	1	03/08/2020	MONITOR	01/07/2023
322	JOSEFA EDILANIA CELESTINO NEGRÃO	5913569	2	01/11/2021	AGENTE DE ARTES PRÁTICAS	01/07/2023
323	JOSIANE MACHADO DOS REIS	5938768	2	03/08/2020	MONITOR	01/07/2023
324	JOSIEL GONCALVES	5923887	2	03/08/2020	MONITOR	01/07/2023
325	JOSINETE RODRIGUES DE SOUZA	5911107	3	01/11/2021	AGENTE DE ARTES PRÁTICAS	01/07/2023
326	JOSUE JAQUES	5963526	1	16/12/2021	AG. DE PORTARIA	01/07/2023
327	JOYCELAINE DE SOUSA DANTAS	5956481	1	03/08/2020	MONITOR	01/07/2023
328	JUARI MADEIRA BARBOSA	5963769	1	16/12/2021	MONITOR	01/07/2023
329	JULIA MARIA DE NAZARÉ FERREIRA	97571268	2	01/11/2021	AGENTE DE ARTES PRÁTICAS	01/07/2023
330	JULIANA MARTINS MENDES	5927565	2	03/08/2020	ASSIST. SOCIAL	01/07/2023
331	JULIO CEZAR CASTRO FROES	57222749	2	03/08/2020	MONITOR	01/07/2023
332	JUNIEL DE SOUZA SILVA	5963719	1	16/12/2021	MONITOR	01/07/2023
333	JUSCELINO TAVARES TEIXEIRA	57192336	4	16/12/2021	MONITOR	01/07/2023
334	KAIQUE LUCAS COSTA E SILVA	5963624	1	16/12/2021	MONITOR	01/07/2023
335	KAMILA TRINDADE PAMPLONA	5899841	2	16/12/2021	AUX. DE ENFERMAGEM	01/07/2023
336	KAREN PRISCILA PERDIGAO CARDIAS	5956504	1	03/08/2020	ASSIST. SOCIAL	01/07/2023
337	KAROLINE DE FATIMA SANTOS LIMA	5956491	1	03/08/2020	MONITOR	01/07/2023
338	KATIANA RAMOS MOURAO	5918723	3	16/12/2021	MONITOR	01/07/2023
339	KAYLLA PEREIRA PANTOJA	5962994	1	16/11/2021	MONITOR	01/07/2023
340	KENNEDY DA CUNHA SANTOS	5956508	1	03/08/2020	MONITOR	01/07/2023
341	KERLANNY DO AMARAL SOUSA	5956403	1	05/08/2020	ASSIST. SOCIAL	01/07/2023
342	KESIA CAROLINE SILVA DOS SANTOS	5956716	1	03/08/2020	PSICOLOGO	01/07/2023
343	KESSIA CECILIA DIAS AZEVEDO SILVA	5956409	1	05/08/2020	MONITOR	01/07/2023
344	KEYLA SUZANY SOUSA RABELO	5963754	1	16/12/2021	AUX. DE ENFERMAGEM	01/07/2023
345	KLEBER JOSE CRUZ DE BARROS	5937807	2	16/12/2021	MONITOR	01/07/2023
346	LARISSA BRITO LUSO	5963647	1	16/12/2021	AG. DE PORTARIA	01/07/2023
347	LEANDRO HENRIQUE PEREIRA PINTO	5934123	2	22/11/2021	MONITOR	01/07/2023
348	LEANDRO NASCIMENTO SARMENTO COSTA	5934508	2	03/08/2020	MONITOR	01/07/2023
349	LEIDE MARA SOUZA LIMA	5956343	1	05/08/2020	MONITOR	01/07/2023
350	LEILA SENA DE SOUZA	5956788	1	03/08/2020	NUTRICIONISTA	01/07/2023
351	LEILIANE BATISTA FERREIRA	5956485	1	03/08/2020	MONITOR	01/07/2023
352	LENIR SANTOS DE ANDRADE	5962815	1	01/11/2021	TEC. SOCIAL: Enfermagem	01/07/2023
353	LEONARDO COSTA DOS SANTOS	5956600	1	10/08/2020	MONITOR	01/07/2023
354	LIA MARA LEONARDO DOS SANTOS	57224357	3	01/11/2021	AGENTE DE ARTES PRÁTICAS	01/07/2023
355	LICE ENEDINA CARVALHO DA SILVA	5920395	2	03/08/2020	AG. DE PORTARIA	01/07/2023
356	LIDIANNE CRISTINA DOS ANJOS BARATA	5956602	1	10/08/2020	MONITOR	01/07/2023
357	LILIANE DE SANTANA SANTOS RIBEIRO	5962841	1	01/11/2021	AGENTE DE ARTES PRÁTICAS	01/07/2023
358	LINDANOR SILVA DE SOUZA	5926644	2	03/08/2020	AUX. DE ENFERMAGEM	01/07/2023
359	LINDOMAR DOS SANTOS CARDOSO	57231609	4	03/08/2020	MONITOR	01/07/2023
360	LISSANDRA SANTOS RABELO	5900366	3	16/12/2021	MONITOR	01/07/2023
361	LOURINALDO DA COSTA PINHEIRO	5956533	1	03/08/2020	MONITOR	01/07/2023
362	LUANA DA CRUZ ANTUNES	5920576	3	03/08/2020	AUX. DE ENFERMAGEM	01/07/2023
363	LUCAS SILVA PEREIRA	5956693	1	03/08/2020	MONITOR	01/07/2023
364	LUCIA ANDREA COSTA DA SILVA DE PAIVA	5962828	1	01/11/2021	AGENTE DE ARTES PRÁTICAS	01/07/2023
365	LUCIANA SILVA MONTEIRO DA MOTA	97571298	2	03/08/2020	MONITOR	01/07/2023
366	LUCIANO CELESTINO SOARES MIRANDA	5935804	2	16/12/2021	MONITOR	01/07/2023
367	LUCIELTON VIEIRA DO NASCIMENTO	5956671	1	03/08/2020	AG. DE PORTARIA	01/07/2023
368	LUCILEIA CARDOSO CAVALCANTE	5918798	3	10/08/2020	PEDAGOGO	01/07/2023
369	LUCILENE DA SILVA NASCIMENTO	5183421	6	16/12/2021	AUX. DE ENFERMAGEM	01/07/2023
370	LUCIMARY GONCALVES DE FRANCA	5909038	2	03/08/2020	PEDAGOGO	01/07/2023
371	LUIS CLAUDIO DE OLIVEIRA FURTADO	5778816	1	05/08/2020	MONITOR	01/07/2023
372	LUIS FELIPE VARAO COSTA	5956744	1	10/08/2020	MONITOR	01/07/2023
373	LUIS FERNANDO DO NASCIMENTO CONDE	5956705	1	03/08/2020	MONITOR	01/07/2023
374	LUIZ AUGUSTO DA SILVA ALCANTARA	5920980	2	03/08/2020	MOTORISTA	01/07/2023
375	LUIZ AUGUSTO DE MOURA JUNIOR	57192400	2	16/12/2021	MONITOR	01/07/2023
376	LUIZ CARLOS MENDES BASTOS	5907276	3	03/08/2020	MOTORISTA	01/07/2023
377	LUIZ CLAUDIO VICTOR HOLANDA	5926692	2	10/08/2020	MONITOR	01/07/2023
378	LUIZ DOS REIS GONCALVES JUNIOR	5956700	1	03/08/2020	MONITOR	01/07/2023
379	LUIZ MIGUEL SOUSA DOS SANTOS	5956516	1	03/08/2020	MONITOR	01/07/2023
380	LUIZ OTAVIO SOUZA CAMPOS	5908159	3	16/12/2021	MONITOR	01/07/2023
381	LUIZ RENATO DE SOUSA VIEIRA	80846344	4	01/12/2020	MONITOR	01/07/2023
382	MACIEL TOME DA SILVA	5956654	2	16/11/2021	MONITOR	01/07/2023
383	MADSON AYLAN BRAGA MOTA	5962843	1	01/11/2021	AGENTE DE ARTES PRÁTICAS	01/07/2023

384	MANOEL DOS SANTOS PEREIRA	5903013	3	03/08/2020	MOTORISTA	01/07/2023
385	MANUEL PEDRO COSTA DE ALCANTARA	5963808	1	16/12/2021	MONITOR	01/07/2023
386	MARA GABRIELA BARBOSA CARDOSO	5904247	3	03/08/2020	ASSIST. SOCIAL	01/07/2023
387	MARCEL DE JESUS FERREIRA	5938324	2	16/12/2021	AG. DE PORTARIA	01/07/2023
388	MARCELO CARLOS DA CONCEICAO SANTOS	5899230	2	17/08/2020	MOTORISTA	01/07/2023
389	MARCELO DE JESUS PORTILHO FERREIRA	5917643	3	03/08/2020	MONITOR	01/07/2023
390	MARCELO MIRANDA DA SILVA	5933773	2	03/08/2020	MONITOR	01/07/2023
391	MARCELO NILANDER TORRES	5933207	2	16/12/2021	MONITOR	01/07/2023
392	MARCELO SILVA E SILVA	5956583	1	10/08/2020	MONITOR	01/07/2023
393	MARCIA DE FATIMA MOURA GURJAO	5936521	2	03/08/2020	PEDAGOGO	01/07/2023
394	MARCIA IVONE VIEIRA	54196828	5	16/12/2021	AUX. DE ENFERMAGEM	01/07/2023
395	MARCILENE CONCEIÇÃO PEREIRA DIAS	5962993	1	16/11/2021	MONITOR	01/07/2023
396	MARCIO AILAN MOURA LOBO	5956509	1	03/08/2020	MOTORISTA	01/07/2023
397	MARCIO ALEXANDRE DO NASCIMENTO	5936607	2	03/08/2020	MONITOR	01/07/2023
398	MARCIO ANDRE TEIXEIRA DA COSTA	5963549	1	16/12/2021	MONITOR	01/07/2023
399	MARCIO LIMA DA CONCEICAO	5933439	2	10/08/2020	MONITOR	01/07/2023
400	MARCO ANTONIO CRUZ DE OLIVEIRA	5889932	2	16/12/2021	MONITOR	01/07/2023
401	MARCO ANTONIO DE SOUZA CAMPOS	54194950	2	16/12/2021	MONITOR	01/07/2023
402	MARCOS ANTONIO MELO TAVARES	5956487	1	03/08/2020	MOTORISTA	01/07/2023
403	MARCOS LENO PINHEIRO DOS SANTOS MARCIEL	5935762	2	16/12/2021	AG. DE PORTARIA	01/07/2023
404	MARCOS VINICIUS SOUSA DA SILVA	5963634	1	16/12/2021	MONITOR	01/07/2023
405	MARIA ALEIDE CASTRO DE MENEZES	5956457	1	03/08/2020	ADMINISTRADOR	01/07/2023
406	MARIA CATARINA DOS SANTOS NEGRÃO	57226254	3	16/12/2021	AGENTE ADMINISTRATIVO	01/07/2023
407	MARIA DA CONCEICAO DE OLIVEIRA BELO	5958090	1	01/12/2020	MONITOR	01/07/2023
408	MARIA DE JESUS BORGES	5963516	1	16/12/2021	MONITOR	01/07/2023
409	MARIA DE JESUS DE SOUZA JUCA	5889459	4	01/11/2021	AGENTE DE ARTES PRÁTICAS	01/07/2023
410	MARIA DE NAZARE COELHO	5956492	1	03/08/2020	MONITOR	01/07/2023
411	MARIA DE NAZARE MACIEL GOMES	5956674	1	03/08/2020	AG. DE PORTARIA	01/07/2023
412	MARIA DO SOCORRO DAIBES DE VASCONCELOS	5935970	2	01/11/2021	ASSIST. SOCIAL	01/07/2023
413	MARIA EDVANY BORGES DE BARROS	5963690	1	16/12/2021	MONITOR	01/07/2023
414	MARIA ELENILDA PAIVA DA SILVA	5956596	1	10/08/2020	MONITOR	01/07/2023
415	MARIA ESTER FERREIRA DA COSTA	5963748	1	16/12/2021	PSICOLOGO	01/07/2023
416	MARIA GEORGINA DOS SANTOS RAPOSO	5956405	1	03/08/2020	AG. DE PORTARIA	01/07/2023
417	MARIA IVANETE OLIVEIRA MATOS	5963762	1	16/12/2021	MONITOR	01/07/2023
418	MARIA JOSE ARAUJO SOUSA	5956615	1	10/08/2020	MONITOR	01/07/2023
419	MARIA JOSE NERIS LEAL	5304067	3	16/12/2021	AG. DE PORTARIA	01/07/2023
420	MARIA LUIZA BARROS DE LIMA	57222677	4	03/08/2020	MONITOR	01/07/2023
421	MARIA POLLYANNA GOMES BARBOZA	5956681	1	03/08/2020	MONITOR	01/07/2023
422	MARIENE TEIXEIRA PASCOAL	5956711	1	03/08/2020	MONITOR	01/07/2023
423	MARILDA FRANCO DE ARAÚJO	5808260	1	16/12/2021	MONITOR	01/07/2023
424	MARILEI ALVES DE OLIVEIRA	5956784	1	03/08/2020	MONITOR	01/07/2023
425	MARILIA FRANCA OLIVEIRA	5956683	1	03/08/2020	PSICOLOGO	01/07/2023
426	MARINALDO DA LUZ SILVA	54188331	3	16/12/2021	MONITOR	01/07/2023
427	MARIO ALMEIDA MONTEIRO JUNIOR	5905998	3	03/08/2020	MOTORISTA	01/07/2023
428	MARLLON WESLEN CAMPOS DE ALMEIDA	5956391	1	05/08/2020	MONITOR	01/07/2023
429	MARLUCE DO SOCORRO MATOS DA SILVA	5956658	1	03/08/2020	MONITOR	01/07/2023
430	MARLY ANGELA RIBEIRO NEVES	57208079	2	01/11/2021	AGENTE DE ARTES PRÁTICAS	01/07/2023
431	MATEUS ARAUJO MAIA	5956682	1	03/08/2020	MONITOR	01/07/2023
432	MATEUS MENDES DO REGO	5929893	2	03/08/2020	TEC. SOCIAL: Educação Física	01/07/2023
433	MATHEUS DA SILVA LEITE	5956519	1	03/08/2020	MONITOR	01/07/2023
434	MATHEUS MONTEIRO NETO	5962824	1	01/11/2021	AGENTE DE ARTES PRÁTICAS	01/07/2023
435	MAURICIO PIMENTEL DE MELO	5956535	1	03/08/2020	MONITOR	01/07/2023
436	MAURO CESAR BARROS DO NASCIMENTO	5956695	1	03/08/2020	MONITOR	01/07/2023
437	MAURO HENRIQUE DOS SANTOS SILVA	5894768	4	16/11/2021	MONITOR	01/07/2023
438	MAX ALAN BARROS DO NASCIMENTO	5956467	1	03/08/2020	MONITOR	01/07/2023
439	MERIAN DAS CHAGAS RODRIGUES	5963773	1	16/12/2021	AUX. DE ENFERMAGEM	01/07/2023
440	MICHELE OLIVEIRA DA SILVA	5963609	2	16/12/2021	MONITOR	01/07/2023
441	MICHELE SUSAM SILVA E SANTOS	5963606	1	16/12/2021	MONITOR	01/07/2023
442	MICHELLE KARLLIANNE GUIMARAES PINA	54188757	2	16/11/2021	MONITOR	01/07/2023
443	MIGUEL OLIVEIRA FABIANO	5889124	4	16/12/2021	MONITOR	01/07/2023
444	MOISES BALIEIRO DOS SANTOS	5909881	3	03/08/2020	MONITOR	01/07/2023
445	MOISES GONÇALVES DOS SANTOS	57207154	5	16/12/2021	MONITOR	01/07/2023
446	MONALISA PEREIRA DE MIRANDA	5956795	1	10/08/2020	ASSIST. SOCIAL	01/07/2023
447	MONICA DO SOCORRO NUNES DA SILVA	54188722	2	16/12/2021	MONITOR	01/07/2023
448	MONICA SANTOS DE OLIVEIRA	5963633	1	16/12/2021	AGENTE ADMINISTRATIVO	01/07/2023
449	MURILO DE ARAUJO SOUSA	5956594	1	03/08/2020	MONITOR	01/07/2023
450	MURILO DE OLIVEIRA CABRAL	5911623	3	16/12/2021	MONITOR	01/07/2023
451	MYKE OTAVIO DE OLIVEIRA	5812003	5	16/12/2021	MONITOR	01/07/2023
452	NAJANE CARDIAS MORAES	5956414	1	03/08/2020	MONITOR	01/07/2023
453	NAIARA CRISTINA PAZ HENRIQUE	70096693	2	03/08/2020	ASSIST. SOCIAL	01/07/2023
454	NAYLLA DE CASSIA BRABO COELHO	5956430	1	03/08/2020	AG. DE PORTARIA	01/07/2023
455	NAZARENO FIGUEIREDO DE SOUSA	5943629	2	03/08/2020	MONITOR	01/07/2023
456	NEIVA CRISTINA FERREIRA BRABO	5938405	3	16/12/2021	AGENTE ADMINISTRATIVO	01/07/2023
457	NEYLOR FELIPE NINA GUIMARAES	5956566	1	05/08/2020	MONITOR	01/07/2023
458	NORMA SUELY CELSO DOS SANTOS MONCAO	54182289	4	03/08/2020	TEC. SOCIAL: Enfermagem	01/07/2023
459	NORTON BARROS FREIRE	5956706	1	03/08/2020	MONITOR	01/07/2023
460	ORLANDO BASILIO DOS SANTOS	5956723	1	03/08/2020	MONITOR	01/07/2023

461	OSANA LOPES DOS SANTOS BORGES	5921556	3	16/12/2021	MONITOR	01/07/2023
462	OSCAR JOSE DOS SANTOS RIBEIRO	5906549	2	03/08/2020	MONITOR	01/07/2023
463	OSEAS BARBOSA DA SILVA	5925852	2	10/08/2020	MONITOR	01/07/2023
464	OSVALDO SILVA MORAES FILHO	5902045	3	16/12/2021	MONITOR	01/07/2023
465	OTAVIO PEREIRA DOS SANTOS	5918580	2	16/12/2021	MONITOR	01/07/2023
466	OZAR MAIKON CARDOSO DE FREITAS	633013	2	03/08/2020	MONITOR	01/07/2023
467	PATRICK ARAUJO DO NASCIMENTO	5963546	1	16/12/2021	AG. DE PORTARIA	01/07/2023
468	PAULA CRISTINA SANTOS DE MORAES	5901993	3	03/08/2020	MONITOR	01/07/2023
469	PAULO ANDERSON CAMPELO LOBO	5956506	1	03/08/2020	MOTORISTA	01/07/2023
470	PAULO CESAR FURTADO DOS SANTOS	5956686	1	03/08/2020	MONITOR	01/07/2023
471	PAULO IGOR SOUSA DE FARIAS	57223733	4	01/11/2021	MONITOR	01/07/2023
472	PAULO ROBERTO DA SILVA	3196186	4	16/12/2021	AGENTE ADMINISTRATIVO	01/07/2023
473	PAULO SERGIO DE CARVALHO RODRIGUES	57228218	4	03/08/2020	MONITOR	01/07/2023
474	PAULO SERGIO LOBO	5963811	1	16/12/2021	MONITOR	01/07/2023
475	PAULO SERGIO MENDONÇA SOUZA	54183023	3	16/12/2021	MONITOR	01/07/2023
476	PAULO TRINDADE CABRAL NETO	5956673	1	03/08/2020	MONITOR	01/07/2023
477	PAULO VITOR SOUSA E SILVA	5956512	1	03/08/2020	MOTORISTA	01/07/2023
478	PEDRO GASPAR BARILE DA SILVA FILHO	57211498	5	01/11/2021	MONITOR	01/07/2023
479	PEDRO PETRONIO OTONI OLIVEIRA	5725593	6	03/08/2020	MONITOR	01/07/2023
480	RAFAEL CAMPOS CASTRO	5931536	2	05/08/2020	MONITOR	01/07/2023
481	RAFAEL CAMPOS CORREA	5956567	1	05/08/2020	MOTORISTA	01/07/2023
482	RAFAEL DA SILVA CORREA AMARAL	5956441	1	05/08/2020	MOTORISTA	01/07/2023
483	RAFAEL DOS SANTOS BARBOSA	5931883	2	03/08/2020	MONITOR	01/07/2023
484	RAIMUNDA DO SOCORO PEREIRA TEIXEIRA	5936661	2	03/08/2020	MONITOR	01/07/2023
485	RAIMUNDO OZEAS XAVIER OLIVEIRA	5600766	2	03/08/2020	MOTORISTA	01/07/2023
486	RAONI DA LUZ SILVA	5920149	2	05/08/2020	MONITOR	01/07/2023
487	RAPHAEL CUNHA NORONHA	5917986	3	03/08/2020	MONITOR	01/07/2023
488	RAQUEL CANCIO DAS CHAGAS	5956411	1	03/08/2020	AG. DE PORTARIA	01/07/2023
489	RAQUEL CARDOSO MENEZES	5956708	1	03/08/2020	MONITOR	01/07/2023
490	RAQUEL FARIAS DE ALMEIDA	5956692	1	03/08/2020	AUX. DE ENFERMAGEM	01/07/2023
491	RAUL DE JESUS FERREIRA PERNA	5889164	3	01/12/2020	MONITOR	01/07/2023
492	RAYANE PRISCILA FIGUEIRA DA CONCEICAO	5956755	1	05/08/2020	PEDAGOGO	01/07/2023
493	REGINALDO CORREA DA SILVA	5956489	1	03/08/2020	MONITOR	01/07/2023
494	REMILDO RAMOS PINTO	54184082	3	03/08/2020	MONITOR	01/07/2023
495	RENAN BARBOSA DE OLIVEIRA	5956488	1	03/08/2020	MONITOR	01/07/2023
496	RENATO VIEIRA DA SILVA	5956622	1	10/08/2020	MONITOR	01/07/2023
497	RENILSON DE BRITO FAGUNDES	5956479	1	03/08/2020	MONITOR	01/07/2023
498	RENNY RAMOS DA SILVA	5934681	2	10/08/2020	MONITOR	01/07/2023
499	REVIERO DE ALMEIDA FERREIRA	5943580	2	03/08/2020	MONITOR	01/07/2023
500	RICARDO CAVALCANTE LIMA	5927324	2	10/08/2020	MONITOR	01/07/2023
501	RICARDO COSTA JARDIM	5908208	4	03/08/2020	MONITOR	01/07/2023
502	RICARDO DE LIMA RIBEIRO	5937755	2	16/11/2021	MONITOR	01/07/2023
503	RICARDO JULIO DOS SANTOS GASPAR	5956689	1	03/08/2020	MONITOR	01/07/2023
504	RICARDO RODRIGUES GOMES	54196915	4	03/08/2020	MONITOR	01/07/2023
505	RIVELINO CRUZ PAZ	6045423	2	03/08/2020	AG. DE PORTARIA	01/07/2023
506	ROBERTO HERCULANO SILVA DOS SANTOS	7565582	2	03/08/2020	MONITOR	01/07/2023
507	ROBERTO WILLES ARAUJO DE SOUZA	5946992	2	03/08/2020	MONITOR	01/07/2023
508	ROBERVAL DA SILVA BARBOSA	5956505	1	03/08/2020	MOTORISTA	01/07/2023
509	RODRIGO LIMA RABELO	5956621	1	10/08/2020	MONITOR	01/07/2023
510	RODRIGO RODOLFO DOS SANTOS RIBEIRO	5931413	2	05/08/2020	MONITOR	01/07/2023
511	RODRIGO SOARES DE FREITAS	5956445	1	03/08/2020	MONITOR	01/07/2023
512	RODSON GUSTAVO DA CRUZ OLIVEIRA	5831210	3	01/11/2021	MONITOR	01/07/2023
513	ROGERIO FALCAO RAMON	5956395	1	05/08/2020	MONITOR	01/07/2023
514	ROGERIO SOUSA LINS	55587630	6	16/12/2021	AGENTE ADMINISTRATIVO	01/07/2023
515	RONALDO DOS SANTOS MARQUES	5935712	2	16/11/2021	MONITOR	01/07/2023
516	RONALDO NEGRAO FERREIRA	5956662	1	03/08/2020	MONITOR	01/07/2023
517	RONNE CARLOS NUNES DO NASCIMENTO	5963771	1	16/12/2021	AUX. DE ENFERMAGEM	01/07/2023
518	ROSE CLAIR MENDONÇA MARACAIPE MARQUES	5956754	1	10/08/2020	AUX. DE ENFERMAGEM	01/07/2023
519	ROSINALDO DOS SANTOS CARDOSO	5956542	1	03/08/2020	MONITOR	01/07/2023
520	ROSINEIDE MACIEL LOPES	5963544	1	16/12/2021	AGENTE ADMINISTRATIVO	01/07/2023
521	ROSIVALDO DA SILVA ARAUJO	57224321	3	03/08/2020	MONITOR	01/07/2023
522	ROSYANE COUTO DA SILVA CARDOSO	5896871	3	03/08/2020	ASSIST. SOCIAL	01/07/2023
523	RUBEM ALEXANDRE DE OLIVEIRA GUEDES	5905548	3	16/12/2021	MONITOR	01/07/2023
524	RUBENS JUNIOR MORAIS GOMES	5962847	1	01/11/2021	MOTORISTA	01/07/2023
525	RUBIANE DE SOUZA NASCIMENTO	5963666	1	16/12/2021	MONITOR	01/07/2023
526	SABRINA SCHERER	5958096	1	01/12/2020	MONITOR	01/07/2023
527	SALOMÃO DENNY RODRIGUES FERNANDES	5962990	1	16/11/2021	MONITOR	01/07/2023
528	SALOMAO SANTOS DE SOUZA	5956503	1	03/08/2020	MONITOR	01/07/2023
529	SAMANTHA DE OLIVEIRA MOREIRA	5956728	1	03/08/2020	MONITOR	01/07/2023
530	SANDERSON CONCEICAO PEREIRA PORTAL	5956442	1	03/08/2020	MONITOR	01/07/2023
531	SANDRA DIAS SOARES TEIXEIRA	5907334	3	10/08/2020	MONITOR	01/07/2023
532	SANDRA HELENA COSTA PERDIGAO	5962832	1	01/11/2021	AGENTE DE ARTES PRÁTICAS	01/07/2023
533	SANDRA MARIA GARCIA DOS SANTOS	5635772	3	16/12/2021	AG. DE PORTARIA	01/07/2023
534	SAULO DE TARSO COSTA E COSTA	5963768	1	16/12/2021	MONITOR	01/07/2023
535	SAVIO RENATO LIMA DE ALMEIDA	54183438	4	16/12/2021	MONITOR	01/07/2023
536	SEBASTIAO JORGE QUARESMA DE LEMOS	54181426	6	03/08/2020	MONITOR	01/07/2023
537	SERGIO CARNEIRO GOMES	8401153	2	03/08/2020	MOTORISTA	01/07/2023

538	SERVULO MAGALHAES FERREIRA	5963512	1	16/12/2021	MONITOR	01/07/2023
539	SIDNEI MUNIS MELO	5963745	1	16/12/2021	MONITOR	01/07/2023
540	SILAS PORTO RODRIGUES	5930733	3	03/08/2020	MONITOR	01/07/2023
541	SILVEIRA MARTINS REIS	5956586	1	10/08/2020	MOTORISTA	01/07/2023
542	SILVIA MOREIRA DOS SANTOS	8027068	3	01/11/2021	AGENTE DE ARTES PRÁTICAS	01/07/2023
543	SILVIO DA SILVA BORGES	5963740	1	16/12/2021	MONITOR	01/07/2023
544	SILVIO DE SOUZA SOARES	5956425	1	03/08/2020	MOTORISTA	01/07/2023
545	SIMONE SANTOS TOBIAS DA SILVA	54196578	5	01/11/2021	AGENTE DE ARTES PRÁTICAS	01/07/2023
546	SONIA CRISTINA DE OLIVEIRA SILVA SOUZA	5956659	1	03/08/2020	MONITOR	01/07/2023
547	SUEDANA MARINHO VIDAL	5962813	2	01/11/2021	AGENTE DE ARTES PRÁTICAS	01/07/2023
548	SUELLEM MONTEIRO DE MORAIS	5931088	3	16/12/2021	MONITOR	01/07/2023
549	SUELY CARVALHO DA SILVA	5910685	3	03/08/2020	MONITOR	01/07/2023
550	TADEU JUNIOR SOUZA DE LIMA	57207335	3	03/08/2020	MONITOR	01/07/2023
551	TALITA JANE RIBEIRO DE ARAÚJO	5963707	1	16/12/2021	ASSIST. SOCIAL	01/07/2023
552	TARCISIO SCHREIBER JUNIOR	5956399	1	05/08/2020	MONITOR	01/07/2023
553	TATIANE FARIAS MACEDO	5963545	1	16/12/2021	MONITOR	01/07/2023
554	TELMA DO SOCORRO RABELO RODRIGUES	57206501	4	03/08/2020	ASSIST. SOCIAL	01/07/2023
555	TEREZA MARIA DA SILVA BARBOSA BARROS	5963747	1	16/12/2021	AUX. DE ENFERMAGEM	01/07/2023
556	THALYSON AZEVEDO BEZERRA	5956486	1	03/08/2020	MONITOR	01/07/2023
557	THAMARA PAULA OLIVEIRA DA SILVA	5956590	1	10/08/2020	AUX. DE ENFERMAGEM	01/07/2023
558	THARLES SILVA COSTA	5933307	2	10/08/2020	MONITOR	01/07/2023
559	THATIANNY NAZARE AZEVEDO PAIXAO	5935302	2	10/08/2020	MONITOR	01/07/2023
560	THIAGO DE ARAUJO SOUSA	5956400	1	05/08/2020	MONITOR	01/07/2023
561	THIAGO DE SOUZA SANTOS	5963656	1	16/12/2021	MONITOR	01/07/2023
562	THULIO SELTON MARTINS DE SOUZA AGUIAR	5943284	2	03/08/2020	AG. DE PORTARIA	01/07/2023
563	ULISSES TELEMACHO SILVA CASAS	5956609	1	10/08/2020	MONITOR	01/07/2023
564	VAGNO DA SILVA SOARES	54188774	4	16/12/2021	MONITOR	01/07/2023
565	VALCILENA TEIXEIRA E SILVA	5427282	1	16/12/2021	AUX. DE ENFERMAGEM	01/07/2023
566	VALDICLEIA DE ALENCAR PEREIRA	5963715	1	16/12/2021	MONITOR	01/07/2023
567	VALDIZA PIRES DA SILVA	5956610	1	10/08/2020	MONITOR	01/07/2023
568	VANESSA BASTOS LOBATO GÓES	5963508	1	16/12/2021	AGENTE ADMINISTRATIVO	01/07/2023
569	VANIA JAMILLY MAIA MOURA	5956495	1	03/08/2020	MONITOR	01/07/2023
570	VANIA QUEIROZ RIBEIRO	5956498	1	03/08/2020	PEDAGOGO	01/07/2023
571	VILSON TEIXEIRA LUZ	5901988	3	03/08/2020	MONITOR	01/07/2023
572	WALCICLEY COSTA DE SOUZA	5956715	1	03/08/2020	MONITOR	01/07/2023
573	WANDER CLESTO MIRANDA BASTOS	5849080	6	16/12/2021	MONITOR	01/07/2023
574	WANDER MOREIRA ANDRADE	54185619	2	05/08/2020	MONITOR	01/07/2023
575	WANDERLEY MARTINS DE ARAUJO	5963535	1	16/12/2021	MONITOR	01/07/2023
576	WANDSON JUNIOR DA SILVA SOUTO	5956433	1	03/08/2020	MOTORISTA	01/07/2023
577	WASHINGTON JOSE ACACIO TEIXEIRA	5931150	2	03/08/2020	MONITOR	01/07/2023
578	WELLINGTON GENTIL TEIXEIRA	5962817	1	01/11/2021	MOTORISTA	01/07/2023
579	WEMERSON OLIVEIRA BARBOSA	5963639	1	16/12/2021	MONITOR	01/07/2023
580	WILLIAN CHAVES DA SILVA	5956718	1	03/08/2020	MONITOR	01/07/2023
581	WILSON MAIA JUNIOR	5941872	2	16/12/2021	MONITOR	01/07/2023
582	WILSON SOARES DOS SANTOS	8401143	2	03/08/2020	MOTORISTA	01/07/2023
583	WLADIMILSON BRITO DE SOUZA	5851815	2	16/12/2021	MONITOR	01/07/2023
584	WLADIMIR BECKMAN DO VALE	5956423	1	03/08/2020	AG. DE PORTARIA	01/07/2023
585	YAN SOARES FERREIRA	5963610	1	16/12/2021	MONITOR	01/07/2023
586	YURI OLIVEIRA DA SILVA	5956428	1	03/08/2020	MONITOR	01/07/2023
587	ZACARIAS DE JESUS PANTOJA DE OLIVEIRA	5956720	1	03/08/2020	MONITOR	01/07/2023
588	ZORAIA MARIA PEREIRA TRINDADE	5963542	1	16/12/2021	MONITOR	01/07/2023

Protocolo: 960477

PORTARIA nº 669/2023-GAB/PRES BELÉM, 03 DE JUIHO DE 2023.

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO DO PARÁ no uso das atribuições legais conferidas pelo Decreto Governamental de 02/02/2023, publicado no DOE nº 35.277 de 03/02/2023 e pelos dispositivos da Lei nº 5.810/94.Considerando o Memorando nº 04/2023-CSPAD de 26/06/2023 e os despachos da Coordenação da ASPAD de 26.06.2023 e do Presidente da FASEPA de 26/06/2023;RESOLVE: Art. 1º. DESIGNAR que a servidora MEIRE ELEN GOMES CAETANO, matrícula nº 57195164/1, substitua a servidora ARLENE BRITO DE MORAES, dando continuidade aos atos apuratórios do PAD Nº 27/2023 (Processo nº 2021/83931), a partir de 03/07/2023, haja vista que estará em gozo de férias no período de 03/07 a 01/08/2023; Art. 2º. Esta PORTARIA entra em vigor com data retroativa a contar de 03.07.2023 com publicação no Diário Oficial do Estado. REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, DÊ-SE CIÊNCIA E CUMPRE-SE. CARLOS ALBERTO DE ANDRADE RODRIGUES JUNIOR/Presidente da FASEPA.

PORTARIA nº 675/2023-GAB/PRES BELÉM, 03 DE JUIHO DE 2023.

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO DO PARÁ no uso das atribuições legais conferidas pelo Decreto Governamental de 02/02/2023, publicado no DOE nº 35.277 de 03/02/2023 e pelos dispositivos da Lei nº 5.810/94.Considerando o Memorando nº 03/2023-CSPAD de 27/06/2023 e os despachos da Coordenação da ASPAD de 26.06.2023 e do Presidente da FASEPA de 27/06/2023;RESOLVE: Art. 1º. DESIGNAR que a servidora MEIRE ELEN GOMES CAETANO, matrícula nº 57195164/1, substitua a servidora ARLENE BRITO DE MORAES, dando continuidade aos atos apuratórios do PAD Nº 26/2023 (Processo nº 2022/736040), a partir de 03/07/2023, haja vista que estará em gozo de férias no período de 03/07 a 01/08/2023; Art. 2º. Esta PORTARIA entra em vigor com data retroativa a contar de 03.07.2023 com publicação no Diário Oficial do Estado. REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, DÊ-SE CIÊNCIA E CUMPRE-SE. CARLOS ALBERTO DE ANDRADE RODRIGUES JUNIOR/Presidente da FASEPA.

PORTARIA nº 676/2023-GAB/PRES BELÉM, 03 DE JULHO DE 2023.

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO DO PARÁ no uso das atribuições legais conferidas pelo Decreto Governamental de 02/02/2023, publicado no DOE nº 35.277 de 03/02/2023 e pelos dispositivos da Lei nº 5.810/94.Considerando o Memorando nº 08/2023-CSPAD de 28/06/2023 e os despachos da Coordenação da ASPAD de 28.06.2023 e do Presidente da FASEPA de 29/06/2023;RESOLVE: Art. 1º. DESIGNAR que a servidora MEIRE ELEN GOMES CAETANO, matrícula nº 57195164/1, substitua a servidora ARLENE BRITO DE MORAES, dando continuidade aos atos apuratórios da SINDICÂNCIA PUNITIVA Nº 05/2023 (Processo nº 2020/345582), a partir de 03/07/2023, haja vista que estará em gozo de férias no período de 03/07 a 01/08/2023; Art. 2º. Esta PORTARIA entra em vigor com data retroativa a contar de 03.07.2023 com publicação no Diário Oficial do Estado. REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, DÊ-SE CIÊNCIA E CUMPRE-SE. CARLOS ALBERTO DE ANDRADE RODRIGUES JUNIOR/Presidente da FASEPA.

PORTARIA nº 677/2023-GAB/PRES BELÉM, 03 DE JULHO DE 2023.

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO DO PARÁ no uso das atribuições legais conferidas pelo Decreto Governamental de 02/02/2023, publicado no DOE nº 35.277 de 03/02/2023 a contar de 03/02/2023 e pelos dispositivos da Lei nº 5.810/94. Considerando o Memo. nº 04/CSPAD de 29/06/2023, despacho da ASPAD de 29/06/2023 e despacho do Presidente da FASEPA de 29/06/2023; R E S O L V E: Art. 2º. PRORROGAR, com base no parágrafo único do art. 208, a apuração do PAD Nº 019/2023 (Processo nº. 2020/429608), legitimado pela PORTARIA nº 498/2023 – GAB/PRES de 02/05/2023 (DOE nº 35.386 de 04/05/2023), por mais 60 (sessenta) dias a contar de 03/07/2023. Art. 2º. Esta PORTARIA entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial do Estado. REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, DÊ-SE CIÊNCIA E CUMPRE-SE. CARLOS ALBERTO DE ANDRADE RODRIGUES JUNIOR/Presidente da FASEPA.

Protocolo: 960560

DIÁRIA

PORTARIA nº 412, de 07 de julho de 2023.
Processo nº 762493/2023.
OBJETIVO: Entregar 01 (um) adolescente, aos familiares, e transferir 02 (dois), custodiados no CIAM/MRB, em cumprimento a determinação judicial, conforme os termos do processo.
ORIGEM: MARABÁ/PA
DESTINO: RONDON DO PARÁ/PA – BELÉM/PA.
PERÍODO: 01/07/2023 a 02/07/2023. – (1,5) DIÁRIA
SERVIDOR: ANDREIA DE OLIVEIRA FIGUEIREDO, ASSISTENTE SOCIAL, Matrícula 57194312/4, GABRIEL MARTINS PAIXÃO, MONITOR, Matrícula 5947597/2, e JOÃO AGRESON PRATES BRITO, MOTORISTA, Matrícula 5956592/1.
CARLOS ALBERTO DE ANDRADE RODRIGUES JÚNIOR
PRESIDENTE DA FASEPA

Protocolo: 960677

PORTARIA nº 411, de 07 de julho de 2023.
Processo nº 763449/2023.
OBJETIVO: Realizar elaboração de instrumentais técnicos, relatórios e PIAS, no CIAM/MRB, conforme os termos do processo.
ORIGEM: BELÉM/PA - DESTINO: MARABÁ/PA.
PERÍODO: 17/07/2023 a 29/07/2023. – (12,5) DIÁRIAS
SERVIDOR: ROSICLEA DA SILVA CORECHA, PSICÓLOGA, Matrícula 54183274/2.
CARLOS ALBERTO DE ANDRADE RODRIGUES JÚNIOR
PRESIDENTE DA FASEPA

Protocolo: 960673

PORTARIA nº 413, de 07 de julho de 2023.
Processo nº 764295/2023.
OBJETIVO: Realizar assessoramento técnico e revisão do plano municipal decenal de atendimento socioeducativo, bem como cumprimento de metas GDAS, conforme termos do processo.
ORIGEM: BELÉM/PA - DESTINO: CHAVES/PA.
PERÍODO: 31/07/2023 a 04/08/2023. – (4,5) DIÁRIAS
SERVIDOR: ANTONIA BENEDITA LEÃO LIRA, ASSISTENTE SOCIAL, Matrícula 54194530/1, e LÉLIA PESSOA OLIVEIRA, ASSISTENTE SOCIAL, Matrícula 3202640/1.
CARLOS ALBERTO DE ANDRADE RODRIGUES JÚNIOR
PRESIDENTE DA FASEPA

Protocolo: 960683

FÉRIAS

PORTARIA Nº678/2023-DAF/GRH de 03 de julho de 2023
CONCEDER,de acordo com o art.74 da Lei 5.810,de 24.01.94,30(trinta) dias de férias consecutivos, aos servidores abaixo relacionados:

NOME	AQUISIT	INICIO	FIM
Adriana Kelly Sarmiento Lisboa	22/23	07/08/2023	05/09/2023
Adailton da Silva Moura	22/23	01/08/2023	30/08/2023
Alan Trindade Barbosa	22/23	02/08/2023	31/08/2023
Altemar Santos da Silva	21/22	01/08/2023	30/08/2023
Amarildo Reis Correa	22/23	15/08/2023	13/09/2023
Ana Amelia dos Santos Faleiro	22/23	01/08/2023	30/08/2023
Ana Claudia Penelva de Albuquerque	22/23	21/08/2023	19/09/2023
Ana Paula Rodrigues de Moraes	22/23	07/08/2023	05/09/2023
Angela de Oliveira Melo	22/23	01/08/2023	30/08/2023
Anne de Araújo Alves	22/23	07/08/2023	05/09/2023
Arlene do Socorro Souza Gomes	22/23	02/08/2023	31/08/2023
Bruno da Silva Sousa	21/22	01/08/2023	30/08/2023
Camilla Taynarah Pinheiro Silva	22/23	03/08/2023	01/09/2023
Carlos Augusto A. Fernandes	22/23	01/08/2023	30/08/2023
Claudete da Silva Nepónuceno	22/23	01/08/2023	30/08/2023
Cleidiane da Natividade Monteiro	22/23	07/08/2023	05/09/2023
Daniel Lima Cardoso	21/22	01/08/2023	30/08/2023
Danielle Calazans Valente Salvador	22/23	07/08/2023	05/09/2023
David Cascaes Pinto	22/23	01/08/2023	30/08/2023

Dmilson Cardoso Oliveira	22/23	07/08/2023	05/09/2023
Dilza Maria Feio do Nascimento	22/23	02/08/2023	31/08/2023
Edilce Maria da Silva Gomes	22/23	15/08/2023	13/09/2023
Edilena Galvao Teixeira	22/23	15/08/2023	13/09/2023
Edna Cristina Marques de Araujo	21/22	01/08/2023	30/08/2023
Eduardo da Silva Rodrigues	21/22	01/08/2023	30/08/2023
Eliane Franco Coelho Falcão	22/23	02/08/2023	31/08/2023
Elizanete Lisboa Miranda	22/23	01/08/2023	30/08/2023
Emille Castro da Rocha	22/23	16/08/2023	14/09/2023
Everton Patricio Monteiro Barbosa	22/23	03/08/2023	01/09/2023
Ewerton Lobato de Souza	21/22	04/08/2023	02/09/2023
Fabio Rodrigo Saraiva Braz	22/23	01/08/2023	30/08/2023
Fernanda Kelly da Silveira Gomes Palheta	22/23	01/08/2023	30/08/2023
Francimary Marinho Ribeiro	22/23	01/08/2023	30/08/2023
Francisco da Silva Alves	22/23	01/08/2023	30/08/2023
Francisco de Caninde Cuimar Americo	21/22	01/08/2023	30/08/2023
Gildan da Silva Sousa	21/22	07/08/2023	05/09/2023
Gilvani Pinheiro de Oliveira Lelis	22/23	01/08/2023	30/08/2023
Ginaldo de Oliveira Bispo	22/23	01/08/2023	30/08/2023
Giorgiane de Assis Machado PIRES	22/23	01/08/2023	30/08/2023
Heloisa de Oliveira Silva	22/23	01/08/2023	30/08/2023
Jackson Amoras Alves	22/23	01/08/2023	30/08/2023
Jaqueline Coutinho Martins	22/23	21/08/2023	19/09/2023
Jaracelyr Tubinambas dos Anjos Ferreira	21/22	01/08/2023	30/08/2023
Jeferson Almeida Pires	22/23	01/08/2023	30/08/2023
joelson carvalho de souza	22/23	10/08/2023	08/09/2023
Jonh Fabrizio Souza de Moura	22/23	01/08/2023	30/08/2023
Jose Allan Kardek Lopes de Oliveira	22/23	01/08/2023	30/08/2023
Jose Ribamar de Nazaré Gonçalves	22/23	01/08/2023	30/08/2023
Joselly Gomes Mourao	22/23	07/08/2023	05/09/2023
JUARI MADEIRA BARBOSA	21/22	15/08/2023	13/09/2023
KEILA CRISTINA DO NASCIMENTO BRASIL	21/22	01/08/2023	30/08/2023
Kilder Paulo Farias Perotes	22/23	17/08/2023	15/09/2023
Laurijane Monteiro MONTEIRO 15dias C	21/22	16/08/2023	30/08/2023
Leide Cristina Prist de Assis	22/23	21/08/2023	19/09/2023
Leticia de Carvalho Santos	22/23	07/08/2023	05/09/2023
Lidiane Santos de Moraes	22/23	01/08/2023	30/08/2023
Liliam Fernandes da Silva	22/23	15/08/2023	13/09/2023
Lourival Gomes Neves	22/23	07/08/2023	05/09/2023
Lucelia Mariana Santos Nazario	22/23	01/08/2023	30/08/2023
Lucideia Nunes da Silva	22/23	07/08/2023	05/09/2023
Lucilene Viana de Souza	22/23	01/08/2023	30/08/2023
Lucio Alves Rodrigues	22/23	01/08/2023	30/08/2023
Luiz Renato de Sousa Vieira	21/22	01/08/2023	30/08/2023
Madalena Loliola Lima	22/23	16/08/2023	14/09/2023

Manoel de Jesus Barbosa de Souza	22/23	07/08/2023	05/09/2023
Marcio Sergio Benicio Braga	22/23	15/08/2023	13/09/2023
Marcos Giovanni Barbosa Moraes	22/23	01/08/2023	30/08/2023
Maria Carlos Novaes Borges	22/23	01/08/2023	30/08/2023
Maria da Conceicao da Silva Dias	22/23	15/08/2023	13/09/2023
Maria de Nazaré Nunes de Souza da Cunha	21/22	15/08/2023	13/09/2023
Maria Domingas Matos Monteiro	22/23	02/08/2023	31/08/2023
Maria Helena Souza da Silva	22/23	01/08/2023	30/08/2023
Maria Lucia da Silva Baia Nunes	22/23	01/08/2023	30/08/2023
Maria Luisa Justo dos Santos	22/23	16/08/2023	14/09/2023
Maria Ronizele Santos Carneiro	22/23	01/08/2023	30/08/2023
Marinaldo da Costa Ribeiro	21/22	01/08/2023	30/08/2023
Max Alan Barros do Nascimento	22/23	03/08/2023	01/09/2023
Max Luiz Trindade Pinheiro	22/23	16/08/2023	14/09/2023
Michel David Pascoal Pereira	21/22	01/08/2023	30/08/2023
Nelson Ney Mourão Seabra	22/23	16/08/2023	14/09/2023
Odila Monteiro Bittencourt	22/23	01/08/2023	30/08/2023
Paulo Sergio dos Santos Santiago	22/23	01/08/2023	30/08/2023
Raildo Fernandes	22/23	01/08/2023	30/08/2023
Raimundo Nonato Gonzaga da Silva 15dias	22/23	01/08/2023	15/08/2023
Regina Cruz Costa de Oliveira	22/23	16/08/2023	14/09/2023
Regina Lucia Santana Carvalho	21/22	15/08/2023	13/09/2023
Rogério Falcao Ramon	21/22	01/08/2023	30/08/2023
Rosalia Magaly Nascimento do Valle	22/23	02/08/2023	31/08/2023
Rosier da Paixao Sousa	22/23	01/08/2023	30/08/2023
Sergio de Jesus Araujo Barbosa	22/23	08/08/2023	06/09/2023
Sherlene da Silva Santos	22/23	05/08/2023	03/09/2023
Silvana de Almeida Rodrigues	22/23	01/08/2023	30/08/2023
Silvania de Cassia Ferreira da S.Dias	22/23	10/08/2023	08/09/2023
Silvia Cristina dos Santos Reis	22/23	01/08/2023	30/08/2023
Silvia de Nazaré Lima de São Marcos	22/23	01/08/2023	30/08/2023
Silvia Maria Gama Fonseca	22/23	14/08/2023	12/09/2023
Silvio Cesar Lima Fonseca	22/23	01/08/2023	30/08/2023
Simone do Socorro Ribeiro Rodrigues	22/23	01/08/2023	30/08/2023
Simone Oliveira Gomes	22/23	15/08/2023	13/09/2023
Sirley do Socorro dos Santos	22/23	01/08/2023	30/08/2023
Sonia Maria Carvalho Rebelo	22/23	10/08/2023	08/09/2023
Telmara Silva da Silva Pereira	22/23	01/08/2023	30/08/2023
Thulio Selton Martins de Souza Aguiar	22/23	03/08/2023	01/09/2023
Vanderly Cilene da Silva Bentes	22/23	01/08/2023	30/08/2023
Vanessa de Castro Umbelino	22/23	01/08/2023	30/08/2023
Vera Debora Maciel Vilhena	22/23	01/08/2023	30/08/2023
Vlaedemilson Pereira Caminha 15 dias	22/23	16/08/2023	30/08/2023
Walter Wayne Pamplona de Souza	22/23	15/08/2023	13/09/2023
Wanda Lucia da Silva Batista	22/23	16/08/2023	14/09/2023

Yan Soares Ferreira	21/22	01/08/2023	30/08/2023
Zozimo Raimundo A. Sousa	22/23	01/08/2023	30/08/2023

Ordenador Responsável:Carlos Alberto de Andrade Rodrigues Junior
Protocolo: 960659

OUTRAS MATÉRIAS

PORTARIA Nº 672 DE 28 DE JUNHO DE 2023-RESOLVE:
CONCEDER, 30 (trinta) dias de Licença Prêmio a servidora ANA MARIA CARVALHO COELHO E COELHO matrícula nº. 55586546/1, ocupante do cargo de MONITOR, correspondente ao triênio 14.10.2017/20.05.2022, com gozo no período de15. 07.2023 à 13.08.2023.
PORTARIA Nº 658 DE 26 DE JUNHO DE 2023
O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO DO PARÁ, no uso das atribuições que lhe foram delegadas através do DECRETO de 02.02.2023, publicado no DOE nº 35.277 de 03.02.2023 e;
R E S O L V E:
I – EXCLUIR do servidor abaixo relacionado, a Gratificação de Tempo Integral – GTI, o percentual de 50% (cinquenta por cento).
LIEGE CAJUEIRO PROENÇA matrícula nº 54194100/1, ocupante do cargo de AGENTE ADMINISTRATIVO, a referida exclusão a partir de 16.05.2023.
II – CONCEDER ao servidor abaixo relacionado a Gratificação de Tempo Integral – GTI, o percentual de 42% (quarenta e dois por cento).
MARCO ANTONIO RAMOS DE MORAES, matrícula nº 5848318/2, ocupante do cargo de MONITOR, a referida concessão a partir de 16.05.2023.
CARLOS ALBERTO DE ANDRADE RODRIGUES JUNIOR-Presidente
Protocolo: 960473



LICENÇA PRÊMIO

PORTARIA Nº 281/2023-GGP/SEJU Belém (PA), 03 de julho de 2023.
O SECRETÁRIO DE ESTADO DE JUSTIÇA, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pelo Decreto de 02/02/2023, publicado no DOE nº 35.276, de 02/02/2023, e;
CONSIDERANDO o Artigo 98, da Lei nº. 5810 de 24 de janeiro de 1994 – RJU/PA, e o Processo Administrativo Eletrônico nº 2023/692805.
RESOLVE:
CONCEDER, 30 (trinta), dias de licença-prêmio ao servidor: Wagner Nascimento de Almeida, matrícula nº 5901141/1, ocupante do cargo de Auxiliar em Serviços Operacionais - Fotografia, lotado no Núcleo de Comunicação Social – NCS/ SEJU, referente a primeira parcela do aquisitivo: 2013/2016, no período de 03/07/2023 a 01/08/2023.
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.
EVANDRO GARLA PEREIRA DA SILVA
Secretário de Estado de Justiça.
Protocolo: 960850

CONTRATO

Contrato nº 04/2023
Processo: 2023/197751
Dispensa de Licitação nº 01/2023.
CONTRATADA: ASSOCIAÇÃO POLO PRODUTIVO PARÁ.
CNPJ: 07.553.026/0001/06.
Objeto: O referido contrato tem como objeto a contratação emergencial de Empresa Especializada para prestação de serviços de limpeza, higienização, conservação e encarregado; copeiragem e recepção, por período de 180 (cento e oitenta) dias, com fornecimento de mão-de-obra exclusiva, materiais e equipamentos, para atender as necessidades da Secretaria de Estado de Justiça - SEJU e suas respectivas Unidades.
Dotação Orçamentária: UG: 180101. PRTES: 188338. Plano de Trabalho: 1412212978338. Plano Interno: 4120008338C. Natureza Despesa: 339037. Fonte: 01500000001.Ação: 284426 (OPERACIONALIZAÇÃO DAS AÇÕES ADMINISTRATIVAS DE LIMPEZA pagamento de contrato de limpeza).
Valor Mensal: R\$ 154.317,80
Valor Semestral: 925.906,80
Vigência: 180 dias a contar da data da publicação.
Ordenador de Despesa: EVANDRO GARLA PEREIRA DA SILVA
Secretario de Estado de Justiça
Protocolo: 960582

DISPENSA DE LICITAÇÃO

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 01/2023 / SEJU / 2023.
– CONTRATAÇÃO EMERGENCIAL DE EMPRESA ESPECIALIZADA.

Contrato nº 04/2023 – SEJU.

Processo: 2023/197751
Objeto: O referido contrato tem como objeto a contratação emergencial de Empresa Especializada para prestação de serviços de limpeza, higienização, conservação e encarregado; copeiragem e recepção, por período de 180 (cento e oitenta) dias, com fornecimento de mão-de-obra exclusiva, materiais e equipamentos, para atender as necessidades da Secretaria de Estado de Justiça - SEJU e suas respectivas Unidades.
Modalidade de Licitação: Dispensa de Licitação nº 01/2023.
Fundamentação Legal: O presente contrato tem como fundamento legal o artigo 24, IV da Lei Federal nº 8.666/1993.
Data da Assinatura: 06/07/2023
Vigência: 180 dias a contar da data da publicação.
Valor estimado do Contrato: O presente contrato tem o valor total de R\$ 925.906,80 (novecentos e vinte e cinco mil e novecentos e seis reais e oitenta centavos).
Dotação Orçamentária:
UG: 180101
PRTES: 188338
Plano de Trabalho: 1412212978338
Plano Interno: 4120008338C
Natureza Despesa: 339037
Fonte: 01500000001
Valor Mensal: R\$ 154.317,80
Valor Semestral: 925.906,80
Ação: 284426 (OPERACIONALIZAÇÃO DAS AÇÕES ADMINISTRATIVAS DE LIMPEZA pagamento de contrato de limpeza).
CONTRATANTE: Secretaria de Estado de Justiça – SEJU.
CNPJ: 05.054.895/0001-60.
Representante Legal: EVANDRO GARLA PEREIRA DA SILVA.
CONTRATADA: ASSOCIAÇÃO POLO PRODUTIVO PARÁ.
CNPJ: 07.553.026/0001/06.
Representante Legal: ARTUR JOSE JANSEN NOVAES.
Rosiane Andrade Terra
Diretora de Administração e Finanças

Protocolo: 960636

RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

O Secretário de Estado de Justiça, no uso de suas atribuições legais e, de acordo com o que determina o artigo 24, IV da Lei nº 8.666/93, vem através do presente, RATIFICAR E AUTORIZAR a execução do objeto do Processo nº 2023/197751, de Dispensa de Licitação referente a Contratação emergencial de Empresa Especializada para Prestação de Serviços de Limpeza, Higienização, Conservação e Encarregado; Copeiragem e Recepção, por período de 180 (cento e oitenta) dias, com fornecimento de mão-de-obra exclusiva, materiais e equipamentos, para atender as necessidades da SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA - SEJU e suas respectivas Unidades.
CONTRATADA: ASSOCIAÇÃO POLO PRODUTIVO PARÁ.
CNPJ: 07.553.026/0001/06.
Valor: R\$ 925.906,80 (novecentos e vinte e cinco mil e novecentos e seis reais e oitenta centavos).
Belém, 23/06/2023
EVANDRO GARLA PEREIRA DA SILVA
Secretário de Estado de Justiça

Protocolo: 960578

DIÁRIA

PORTARIA Nº 255 DE 23 DE JUNHO DE 2023

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE JUSTIÇA , no uso de suas atribuições legais e regulamentares;
CONSIDERANDO os termos o Decreto de 02 de fevereiro de 2023, publicação no DOE Nº 35.276, de 02 de fevereiro de 2023.
CONSIDERANDO, os termos do Processo Nº 2023/723155.
R E S O L V E:
CONCEDER TRÊS E MEIA diárias em favor dos servidores desta SEJU, abaixo identificados, para participarem e supervisionarem a ação de atendimento e orientação ao consumidor, no município de Bragança/PA, no período de 19 a 22/07/2023.

Nome	Cargo	Matrícula
GAREZA CALDAS DE MORAES	Diretora/PROCON	57216853/3
FLÁVIA DE JESUS ALVES MIRANDA SANTOS	Coordenadora	5970030/1
MANOEL SERGIO BORGES	Motorista	5807239

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA , 23 DE JUNHO DE 2023
EVANDRO GARLA PEREIRA DA SILVA
Secretário de Estado de Justiça

Protocolo: 960630

PORTARIA Nº 247 DE 23 DE JUNHO DE 2023

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE JUSTIÇA , no uso de suas atribuições legais e regulamentares;
CONSIDERANDO os termos o Decreto de 02 de fevereiro de 2023, publicação no DOE Nº 35.276, de 02 de fevereiro de 2023.
CONSIDERANDO, os termos do Processo Nº 2023/723048
R E S O L V E:
CONCEDER CINCO E MEIA diárias em favor dos servidores desta SEJU, abaixo identificados, para realizarem ação de atendimento e orientação ao consumidor, em mosqueiro, no período de 11 a 16/07/2023.

Nome	Cargo	Matrícula
JONAS SALVIANO DA SILVEIRA	Motorista	27216173/1
CRISTIANE MAIA DO ESPÍTIRO SANTO	Pedagoga	57202664/2
CELESTE WAUGHAN SOUSA	Assistente Administrativo	3164861/2
IVANEIDE BESSA CAMPOS	Serviço Social	57202321/1
ROSELEIA DO SOCORRO MORAIS DE OLIVEIRA	Assistente Administrativo	2009056/1

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA , 23 DE JUNHO DE 2023
EVANDRO GARLA PEREIRA DA SILVA
Secretário de Estado de Justiça

Protocolo: 960649

PORTARIA Nº 233 DE 21 DE JUNHO DE 2023

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE JUSTIÇA , no uso de suas atribuições legais e regulamentares;
CONSIDERANDO os termos o Decreto de 11 de fevereiro de 2021, publicação no DOE Nº 34.490, de 12 de fevereiro de 2021.
CONSIDERANDO, os termos do Processo Nº 2023/710555
R E S O L V E:
CONCEDER QUATRO E MEIA diárias, em favor dos servidores desta SEJU, abaixo identificados, para realizarem ação de fiscalização nos estabelecimentos comerciais, em Salinópolis/PA, no período de 12 a 16/07/2023

Nome	Cargo	Matrícula
JEFFERSON RODRIGO DE OLIVEIRA GONÇALVES	Assistente Administrativo	57195607/2
CÍCERO DA PAIXÃO RIBEIRO FILHO	Agente de Vigilância Sanitária	86665/1
DENIS VINÍCIUS RODRIGUES RENAULT	Coordenador Fiscalização	57175057/3
CLAUDIO DAS MERCÊS C. DE CASTRO	Motorista	5061288/4

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA , 21 DE JUNHO DE 2023
EVANDRO GARLA PEREIRA DA SILVA
Secretário de Estado de Justiça

Protocolo: 960620

PORTARIA Nº 257 DE 23 DE JUNHO DE 2023

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE JUSTIÇA , no uso de suas atribuições legais e regulamentares;
CONSIDERANDO os termos o Decreto de 02 de fevereiro de 2023, publicação no DOE Nº 35.276, de 02 de fevereiro de 2023.
CONSIDERANDO, os termos do Processo Nº 2023/723726
R E S O L V E:
CONCEDER MEIA diária em favor dos servidores desta SEJU, abaixo identificados, para realização de ação de cidadania, em Icoaraci/Belém, no dia 24/06/2023

Nome	Cargo	Matrícula
MARIA DO CARMO MARQUES DA COSTA	Agente Administrativo	5050279
SANDRA MARIA SANTOS NOBRE	Agente de PORTARIA	5050723
REINALDO LEMOS DA SILVA	Agente de PORTARIA	40380/1
OSMAR FERREIRA GUIMARÃES	Motorista	57230905/1
JOCIMAR SIQUEIRA DA SILVA	Agente Administrativo	32395/1
GESUALDO DA COSTA VELOSO	Agente de Fotografia	5050693/4
EDNA SOCORRO TAVARES DA SILVA	Papiloscopista	61263
CRAMILDA NATALINA DE SOUZA MAGALHÃES	Datilógrafa	50502862
RISONIDE CAROL PINHEIRO LOBATO	Coordenadora/CPCDH	597875/1
CAMILA MORAIS DE ALMEIDA	Assistente Administrativo	0305045
BRUNO VINÍCIUS WANZELLER MATOS	Gerente/GTI	5898744/2
ANÍSIO NUNES FIGUEIREDO	Agente Administrativo	5050332
ALENE SEBASTIANA RIBEIRO DA SILVA BRILHANTE	Secretária de Diretoria	5969807/1
YARA TAINÁ LISBOA DA SILVA SANTOS	Gerente/GGP	596.9803/1
SIRHAN RODRIGUES SIQUEIRA	Coordenador/CAFIN	5973812

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA , 23 DE JUNHO DE 2023
EVANDRO GARLA PEREIRA DA SILVA
Secretário de Estado de Justiça

Protocolo: 960605

FÉRIAS

PORTARIA Nº 283/2023-GGP/SEJU Belém (PA), 06 de julho de 2023.
O SECRETÁRIO DE ESTADO DE JUSTIÇA, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pelo Decreto de 02/02/2023, publicado no DOE nº 35.276, de 02/02/2023, e;
CONSIDERANDO o Artigo 74, da Lei nº. 5810 de 24 de janeiro de 1994 – RJU/PA, e o Processo Administrativo Eletrônico nº 2023/779770.
RESOLVE:
CONCEDER 30 (trinta), dias de férias regulares ao servidor listado abaixo.

Matrícula	Servidor	Exercício	Período
57217096/1	Priscilla Mendes Taveira da Silva	2023	17/07/2023 a 15/08/2023

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
EVANDRO GARLA PEREIRA DA SILVA
Secretário de Estado de Justiça.

Protocolo: 960522

SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, MINERAÇÃO E ENERGIA

INSTITUTO DE METROLOGIA DO ESTADO DO PARÁ

DESIGNAR SERVIDOR

PORTARIA Nº 105/2023 - GAB/IMETROPARÁ, 06 DE JULHO DE 2023.
Dispõe sobre Designação de servidor.
O Presidente do Instituto de Metrologia do Estado do Pará – IMETROPARÁ, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo Art. 13 da Lei Estadual nº 7.136/2008 e de acordo com o Decreto publicado no DOE Nº 35.270 de 27 de janeiro de 2023.
CONSIDERANDO o Processo Nº 202301231 e PORTARIA Nº 076/2023 -GAB/IMETROPARÁ, de 01 de junho de 2023.
RESOLVE:
Art. 1º - DESIGNAR a servidora MAYRA SUNAMITA PARDAUIL SILVA FARIAS DE FREITAS, matrícula Nº 5951314/2, ocupante do cargo de Gerente de Finanças, para substituir a servidora RAYSSA MARCELLA SANTOS DA SILVA, matrícula Nº 5966170/1, ocupante do cargo de Chefe de Gabinete do Presidente, no período de 03/07/2023 a 01/08/2023, referente ao gozo de férias regulamentares.
Art. 2º - DESIGNAR a servidora VITORIA RAISSA DA SILVA SOUSA, matrícula Nº 5966171/1, ocupante do cargo de Secretária de Diretoria, para substituir a servidora MAYRA SUNAMITA PARDAUIL SILVA FARIAS DE FREITAS, matrícula Nº 5951314/2, no cargo de Gerente de Finanças, durante o período de 03/07/2023 a 01/08/2023.
Art. 3º - TORNAR SEM EFEITO a PORTARIA de Designação Nº 77/2023-GAB/IMETROPARÁ, de 01 de junho de 2023, publicada no DOE Nº 35.425, de 05 de junho de 2023.
Art. 4º - Registre-se, publique-se e cumpra-se.
Gabinete, Belém/Pará, 06 de julho de 2023.
DANIEL FREITAS NASCIMENTO
Presidente
IMETROPARÁ

Protocolo: 960633

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO PARÁ

TÉRMINO DE VÍNCULO DE SERVIDOR

TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO DE SERVIDOR TEMPORÁRIO.
Pelo presente TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO DE SERVIDOR TEMPORÁRIO, celebrado entre JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO PARÁ – JUCEPA, pessoa jurídica de direito público, com sede à Av. Gov. Magalhães Barata, 1234, inscrita no CNPJ sob o nº 04825329/0001-42, neste ato representada por Cilene Moreira Sabino de Oliveira, brasileira, casada, Presidente da JUCEPA, residente e domiciliada na Av. Pedro Alva-

res Cabral, nº 1323, Bairro: Umarizal, Belém/PA, portadora da Carteira de Identidade nº 2321650 SEGUP/PA e CPF nº 166.564.768-05, designada CONTRATANTE, e AMANDA ALMEIDA CARVALHO DA SILVA, brasileira, solteira, residente e domiciliado na Rua dos Caripunas, nº 1571, Edifício Caripunas, Apto 202, Bloco A, Bairro Batista Campos, CEP 66033-337, Belém/PA, portadora da Carteira de Identidade nº 3498603 2ª Via, PC/PA e CPF nº 811.804.972-87, designada CONTRATADA, em comum acordo, as partes resolvem rescindir, em caráter definitivo e irrevogável, a partir de 07/07/2023, o referido Contrato Administrativo, firmado no dia 05 de junho de 2018, publicado no DOE/PA nº 33632, no dia 07 de junho de 2018, e prorrogado no dia 1º de abril de 2023, publicado no DOE/PA nº 35.394, no dia 11 de maio de 2023, ambos relativos à aprovação no Processo Seletivo Simplificado nº 01/2018 - PSS-JUCEPA, para o Cargo de Técnico em Informática do Registro Mercantil – CL A, observadas as cláusulas e condições a seguir, que, reciprocamente, se outorgam e obrigam:
CLÁUSULA 1ª – DA APROVAÇÃO DA MINUTA
A minuta deste Termo de Rescisão do Contrato Administrativo de Servidor Temporário foi aprovada pela Procuradoria da JUCEPA, conforme Parecer nº 277/2023-PRO, nos termos do Parágrafo Único do art. 38 da Lei nº. 8.666/1993.
CLÁUSULA 2ª: DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:
O presente Termo de Rescisão encontra amparo no artigo 36 da Constituição Estadual; Art. 8º, X, do Decreto Estadual nº 520/2007; art. 13, VII, do Decreto nº 1.230/2015; e na CLÁUSULA XI (Rescisão, Distrato e Anulação), subcláusula 11.1, do Contrato Administrativo celebrado.
CLÁUSULA 3ª: DA EFICÁCIA E DA PUBLICAÇÃO
Fica rescindido o Contrato, a partir de 07 de Julho de 2023, e será publicada pela JUCEPA, no Diário Oficial do Estado – D.O.E.
E por estarem assim justas e acordadas, firmam o presente instrumento, em 03 (três) vias de igual teor e forma.
Belém, 07 de Julho de 2023.
CILENE MOREIRA SABINO DE OLIVEIRA
Presidente da Junta Comercial do Estado do Pará
AMANDA ALMEIDA CARVALHO DA SILVA
Contratada

Protocolo: 960437

DIÁRIA

PORTARIA Nº 184/2023 de 04/07/2023.
Art. 1º CONCEDER diárias as servidoras que participarão da Reunião Técnica da Junta Comercial do Estado de São Paulo/JUCESP, que ocorrerá em São Paulo/SP, no período de 05 a 07/07/2023, conforme processo nº 2023/755209.

Servidor	Matrícula	Nº de diárias	Ida	Volta
Nádia Helena Botinelly do Amaral e Silva	2022290/1	4,5	04/07/2023	08/07/2023
Maria do Socorro Porto Lima Torres	2022206/1	4,5	04/07/2023	08/07/2023

CILENE MOREIRA SABINO DE OLIVEIRA – Presidente

Protocolo: 960399

NÚCLEO EXECUTOR DO PROGRAMA MUNICÍPIOS VERDES

DESIGNAR FISCAL DE CONTRATO

PORTARIA DE DESIGNAÇÃO Nº 018/2023 – NEPMV
Processo nº 2017/228572
A Diretora Geral do Núcleo Executor do Programa Municípios Verde – NEPMV, no exercício de suas atribuições legais, estabelecidas na Lei Estadual nº 7.756/2013, resolve:
Art. 1. REVOGAR as PORTARIAS de designação nº 008/2019 de 22 de março de 2019 – DOE 33832 e nº 036/2020 de 26 de outubro de 2020 – DOE 34.386 33832 de fiscais titulares e substitutos do Contrato Administrativo nº 008/2017.
Art. 2. DESIGNAR a servidora Jessyka Caroline Costa Naiff Ferreira, matrícula 5935735/4, para atuar como fiscal do Contrato Administrativo nº 008/2017- NEPMV firmado com a DINASTIA VIAGENS E TURISMO LTDA -EPP, cujo objeto é a prestação de serviço de agenciamento e emissão, marcação, remarcação, cancelamento e reembolso de bilhetes de passagens aéreas, rodoviárias, fluviais e rodo fluviais interestaduais e intermunicipais, regionais, nacional e internacionais.
Art. 3. O fiscal anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do Contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.
Art. 4. As decisões e providências que ultrapassarem a competência do fiscal deverão ser encaminhadas aos seus superiores, em tempo hábil, para adoção das medidas convenientes.
Art. 5. Esta PORTARIA entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 6. Dê-se ciência, publique-se e cumpra-se.
Belém-PA, 05 de julho de 2023.(CAMILLA PENNA DE MIRANDA FIGUEIREDO - Diretora Geral do Núcleo Executor do Programa Municípios Verdes – NEPMV)

Protocolo: 960801

CONTRATO

Processo: 2023/491274 - NEPMV
Contrato: 001/2023 - NEPMV
Licitação: Adesão a Ata de Registro de Preços nº 17/2022, oriunda do Pregão Eletrônico Nº 23/2021 SRP/DGL/SEPLAD
Objeto: Prestação de serviço de agenciamento de viagens compreendendo sistema de gestão para solicitação de passagens e o fornecimento de passagens aéreas, nacionais e internacionais, terrestres e fluviais, com remessa, emissão, remarcação, cancelamento, reembolso, ressarcimento e entrega de bilhete (manual ou eletrônico) e/ou ordens de passagens, emissão de seguro de assistência em viagem internacional, e quaisquer outras atividades relacionadas que se mostrem necessárias ao completo alcance da locomoção via aérea, fluvial e terrestre, de servidores, a fim de atender as necessidades do Núcleo Executor do Programa Municípios Verdes - NEPMV.
Valor Total: R\$ 45.000,00 (quarenta e cinco mil reais)
Data da assinatura: 07/07/2023
Vigência: 07/07/2023 a 07/07/2024
Funcional Programática: 27103.18.128.1508.8913;
PI: 4120008913C;
Elemento de Despesa: 339033;
Funcional Programática: 27103.18.541.1497.8931;
PI: 2100008931C;
Elemento de Despesa: 339033;
Funcional Programática: 27103.18.122.1297.8407;
PI: 4120008407C;
Elemento de Despesa: 339033;
Fonte: 0150000001
Contratada: NORTE TURISMO LTDA-EPP | C.N.P.J.: 05.570.254/0001-69 |
Endereço: Rua Padre Prudêncio, nº 43, Bairro da Campina, Belém-PA
Ordenadora: CAMILLA PENNA DE MIRANDA FIGUEIREDO

Protocolo: 960720



DESIGNAR SERVIDOR

PORTARIA Nº. 0796/2023, DE 07 DE JULHO DE 2023.
O SECRETÁRIO DE ESTADO DE OBRAS PÚBLICAS, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pelo Decreto/CCG de 01/01/2019, publicado no DOE nº. 33.771, de 02/01/2019,
CONSIDERANDO os termos do Processo nº 2023/744822, de 28/06/2023 e os termos do Memorando nº57/2023, de 28/06/2023-CORH/SEOP.
R E S O L V E:
I - DESIGNAR a servidora FLAVIA AUGUSTA DA SILVA PAES, matrícula nº. 5960545/1, ocupante do Cargo de Coordenador, para responder pelo Cargo de Coordenador, no período de 10/07/2023 a 24/07/2023 (15 dias), sem ônus para esta SEOP, sem prejuízo de suas atribuições, em razão da titular a servidora ROSSANE DO SOCORRO MENDES DE SOUSA PINTO, matrícula nº 57196033/1, está usufruindo do gozo de férias.
II - Esta PORTARIA entra em vigor na data da publicação.
Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.
Eng.º Civil BENEDITO RUY SANTOS CABRAL/CREA 8430D PA
Secretário de Estado de Obras Públicas.

Protocolo: 960811

ERRATA

ERRATA
Na matéria, protocolo nº 954301, publicada no DOE nº 35.447, DE 23 DE JUNHO DE 2023, referente ao 1º TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO nº 169/2022:
ONDE SE LÊ: Prorrogação de Prazo, alteração da denominação da Concedente.
LEIA-SE: Prorrogação de Prazo, alteração da denominação da Concedente e atualizar as fontes de recursos orçamentários do contrato 01500000001 / 02500000001 à cláusula sétima do instrumento original, cfe. Art. 65, §8º da Lei nº 8.666/93.
ORDENADOR: Benedito Ruy Santos Cabral
Secretário de Estado de Obras Públicas

Protocolo: 960551

ERRATA DE PORTARIA
PORTARIA Nº. 0782/2023, DE 04 DE JUNHO DE 2023.
PUBLICADA NO DOE Nº. 35.462, DE 06/07/2023.
Onde se lê:
PORTARIA Nº. 0782/2023, DE 04 DE JUNHO DE 2023.
PERÍODO: 05 a 06/07/2023.
Leia-se:
PORTARIA Nº. 0782/2023, DE 04 DE JULHO DE 2023.
PERÍODO: 06 a 07/07/2023.

Protocolo: 960845

APOSTILAMENTO

1º TERMO DE APOSTILAMENTO
CONTRATO Nº: 137/2022 – TP nº 20/2022
OBJETO DO CONTRATO: A revitalização da orla da vila Monte Alegre do Maú, no município de Marapanim, neste Estado.
Justificativa: Promover a alteração da denominação da Contratante e atualizar as fontes de recursos orçamentários do contrato 01500000001 / 02500000001 à cláusula sexta do instrumento original, cfe. Art. 65, §8º da Lei nº 8.666/93.
DATA DE ASSINATURA: 07/07/2023
CONTRATADA: LEMES E LEMES CONSTRUTORA EIRELI
ORDENADOR RESPONSÁVEL: Benedito Ruy Santos Cabral
Secretário de Estado de Obras Públicas

Protocolo: 960444

1º TERMO DE APOSTILAMENTO
Convênio nº 141/2022
Objeto do Convênio: Construção de passarela em concreto armado da Rua João Paulo II, no Bairro Centro, no município de Afuá, neste Estado.
Justificativa: Atualizar as fontes de recursos orçamentários da SEOP para: 01500000001/ 02500000001 constante da cláusula sétima do instrumento original, cfe. art. 65, §8º da Lei nº 8.666/93.
Data de Assinatura: 07/07/2023
Conveniente: Prefeitura Municipal de Afuá
Ordenador responsável: Benedito Ruy Santos Cabral
Secretário de Estado de Obras Públicas

Protocolo: 960514

1º TERMO DE APOSTILAMENTO
Convênio nº 49/2022
Objeto do Convênio: Ampliação de rede de abastecimento de água do Bairro Capim Marinho, no município de Afuá, neste Estado.
Justificativa: Promover a alteração da denominação da Concedente e atualizar as fontes de recursos orçamentários da SEOP para: 01500000001/ 02500000001 constante da cláusula sétima do instrumento original, cfe. art. 65, §8º da Lei nº 8.666/93.
Data de Assinatura: 07/07/2023
Conveniente: Prefeitura Municipal de Afuá
Ordenador responsável: Benedito Ruy Santos Cabral
Secretário de Estado de Obras Públicas

Protocolo: 960499

TERMO ADITIVO A CONVÊNIO

3º TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO 85/2021
PARTES:
- Secretaria de Estado de Obras Públicas – CNPJ 03.137.985/0001-90
- Prefeitura Municipal de Peixe-Boi – CNPJ 05.149.158/0001-41
OBJETO DO CONVÊNIO: REQUALIFICAÇÃO DA ORLA DO RIO PEIXE BOI, NO MUNICÍPIO DE PEIXE BOI, NESTE ESTADO.
JUSTIFICATIVA: Alteração da denominação da Concedente, Prorrogação de Prazo e atualização a natureza de despesa e as fontes de recursos orçamentários ao Convênio para: 444042 01500000001/02500000001 constante da cláusula sétima do instrumento original, de acordo com o art. 65, § 8º, da Lei nº 8.666/93.
VIGÊNCIA: 11/07/2023 a 11/07/2024
DATA DA ASSINATURA: 07/07/2023
ORDENADOR RESPONSÁVEL: Benedito Ruy Santos Cabral
Secretário de Estado de Obras Públicas

Protocolo: 960716

2º TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO Nº 156/2022
PARTES:
-Secretaria de Estado de Obras Públicas – CNPJ 03.137.985/0001-90
-Prefeitura Municipal de Castanhal – CNPJ 04.873.600/0001-15
OBJETO DO CONVÊNIO: Reforma e ampliação da Praça do bairro do Novo Estrela, no Município de Castanhal, neste estado.
JUSTIFICATIVA: Reformulação do Plano de Trabalho do Convênio
DATA DA ASSINATURA: 06/07/2023
ORDENADOR RESPONSÁVEL: Benedito Ruy Santos Cabral
Secretário de Estado de Obras Públicas

Protocolo: 960394

DIÁRIA

PORTARIA Nº. 0792/2023, DE 6 DE JULHO DE 2023.
O SECRETÁRIO ADJUNTO, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo Decreto/CCG, de 22/05/2023, publicado no DOE nº. 35.408, do dia 22/05/2023.
CONSIDERANDO o que dispõe os Arts. 145 a 149, da Lei nº. 5.810, de 24 de janeiro de 1994; e
CONSIDERANDO os termos do Processo nº 2023/760691, de 04/07/2023 – DIFIS/SEOP.
R E S O L V E:
CONCEDER, de acordo com as bases legais vigentes, diárias aos servidores abaixo relacionados:
NOME: Lia Pereira Pinheiro, Matrícula nº 5965152/1, Cargo/Função: Técnico em Gestão de Obras Públicas - Engenheiro Sanitarista.
OBJETIVO: Realizar visita para fiscalizar as obras de conclusão do Sistema de Abastecimento de Água de Prainha/PA, objeto do contrato 009/2023.
DESTINO: Prainha/PA.
DIÁRIAS: 2,5 (duas e meia).
PERÍODO: 18 a 20/07/2023.
Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.
VALDIR PARRY ACATAUASSU
Secretário Adjunto

Protocolo: 960838

PORTARIA Nº. 0787/2023, DE 05 DE JULHO DE 2023.

O SECRETÁRIO ADJUNTO, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo Decreto/CCG, de 22/05/2023, publicado no DOE nº. 35.408, do dia 22/05/2023. CONSIDERANDO o que dispõe os arts. 145 a 149, da Lei nº. 5.810, de 24 de Janeiro de 1994; e CONSIDERANDO os termos do Processo nº 2023/756703, de 30/06/2023 – DIFIS/SEOP; R E S O L V E: CONCEDER, de acordo com as bases legais vigentes, diária aos servidores abaixo relacionados:
NOME: Marcus Vinicius Angelim de Azevedo, Matrícula nº 5936254/2; Cargo/Função: Coordenador.
OBJETIVO: Fiscalização nas Obras de Construção do Novo Hospital Regional de Tucuruí Contrato nº 108/2022.
NOME: Tiago Leão, Matrícula nº 5116694/1; Cargo/Função: Motorista.
OBJETIVO: Conduzir o veículo com o servidor Marcus Vinicius de Azevedo, ao município de Tucuruí/PA
DESTINO: Tucuruí/PA
DIÁRIAS: 1,5 (uma e meia).
PERÍODO: 13 a 14/07/2023
Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.
VALDIR PARRY ACATAUASSU
Secretário Adjunto.

Protocolo: 960841**PORTARIA Nº. 0795/2023, DE 06 DE JULHO DE 2023.**

O SECRETÁRIO ADJUNTO, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo Decreto/CCG, de 22/05/2023, publicado no DOE nº. 35.408, do dia 22/05/2023, CONSIDERANDO o que dispõe os arts. 145 a 149, da Lei nº. 5.810, de 24 de janeiro de 1994; e CONSIDERANDO os termos do Processo nº 2023/773765, de 05/07/2023 – DIFIS/SEOP; R E S O L V E: CONCEDER, de acordo com as bases legais vigentes, diárias aos servidores abaixo relacionados:
NOME: Paulo Francinette Marques, Matrícula nº. 6661/1; Cargo/Função: Técnico em Gestão de Infraestrutura – Engenheiro Civil.
OBJETIVO: Proceder a Fiscalização de Obras no Município de Goianésia contrato Nº 60/2021 - (Implantação do Sistema de Abastecimento de Água)
NOME: José Garcia Amorim da Silva, Matrícula nº 5657/1; Cargo/Função: Agente de Artes Práticas.
OBJETIVO: Acompanhar o servidor Paulo Francinette Marques, ao município de Goianésia/PA
DESTINO: Goianésia/PA.
DIÁRIAS: 1,5 (uma e meia).
PERÍODO: 27/07 a 28/07/2023.
Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.
VALDIR PARRY ACATAUASSU
Secretário Adjunto.

Protocolo: 960815**PORTARIA Nº. 0791/2023, DE 06 DE JULHO DE 2023.**

O SECRETÁRIO ADJUNTO, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo Decreto/CCG, de 22/05/2023, publicado no DOE nº. 35.408, do dia 22/05/2023. CONSIDERANDO o que dispõe os arts. 145 a 149, da Lei nº. 5.810, de 24 de janeiro de 1994; e CONSIDERANDO os termos do Processo nº 2023/772867, de 06/07/2023 – GAB/SEOP; R E S O L V E: CONCEDER, de acordo com as bases legais vigentes, diária ao servidor abaixo relacionado:
NOME: Benedito Ruy Santos Cabral, Matrícula nº. 5946678/1; Cargo/Função: Secretário de Estado de Obras Públicas.
OBJETIVO: Acompanhar o Excelentíssimo Senhor Governador no ato de Inauguração da Orla do Rio Caeté do Município de Bragança/PA.
DESTINO: Bragança/PA.
DIÁRIAS: 2,5 (duas e meia).
PERÍODO: 07 a 09/07/2023
Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.
VALDIR PARRY ACATAUASSU
Secretário Adjunto

Protocolo: 960817**PORTARIA Nº. 0793/2023, DE 06 DE JULHO DE 2023.**

O SECRETÁRIO ADJUNTO, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo Decreto/CCG, de 22/05/2023, publicado no DOE nº. 35.408, do dia 22/05/2023, CONSIDERANDO o que dispõe os arts. 145 a 149, da Lei nº. 5.810, de 24 de Janeiro de 1994; e CONSIDERANDO os termos do Processo nº 2023/764487, de 04/07/2023 – COSG/SEOP; R E S O L V E: CONCEDER, de acordo com as bases legais vigentes, diária ao servidor abaixo relacionado:
NOME: José Garcia Amorim da Silva, Matrícula nº 5657/1; Cargo/Função: Agente de Artes Práticas.
OBJETIVO: Acompanhar o técnico da SEOP, ao Distrito de Mosqueiro, com fim de assessoramento técnico necessário referente as obras de pavimentação asfáltica.
DESTINO: Mosqueiro (Distrito de Belém) /PA.
DIÁRIAS: 0,5 (meia).
DATA: 06/07/2023.
Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.
VALDIR PARRY ACATAUASSU
Secretário Adjunto.

Protocolo: 960832**PORTARIA Nº. 0794/2023, DE 06 DE JULHO 2023.**

O SECRETÁRIO ADJUNTO, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo Decreto/CCG, de 22/05/2023, publicado no DOE nº. 35.408, do dia 22/05/2023, CONSIDERANDO o que dispõe os arts. 145 a 149, da Lei nº. 5.810, de 24 de Janeiro de 1994; e CONSIDERANDO os termos do Processo nº 2023/773730, de 05/07/2023 – DIFIS/SEOP; R E S O L V E: CONCEDER, de acordo com as bases legais vigentes, diária ao servidor abaixo relacionado:
NOME: Paulo Francinette Marques, Matrícula nº 6661/1; Cargo/Função: Técnico em Gestão de Obras Públicas – Engenheiro Civil.
OBJETIVO: Proceder a fiscalização no município de Marabá (contrato Nº 97/2022 - Construção da Policlínica de Marabá).
DESTINO: Marabá/PA.
DIÁRIAS: 1,5 (uma e meia).
PERÍODO: 25 e 26/07/2023.
Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.
VALDIR PARRY ACATAUASSU
Secretário Adjunto

Protocolo: 960812**PORTARIA Nº. 0790/2023, DE 06 DE JULHO DE 2023.**

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE OBRAS PÚBLICAS, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pelo Decreto/CCG de 01/01/2019, publicado no DOE nº. 33.771, de 02/01/2019, CONSIDERANDO o que dispõe os arts. 145 a 149, da Lei nº. 5.810, de 24 de janeiro de 1994; e CONSIDERANDO os termos do Processo nº 2023/772304 de 05/07/2023 – GAB/SEOP; R E S O L V E: CONCEDER, de acordo com as bases legais vigentes, diárias aos servidores abaixo relacionados:
NOME: Andréia Rocha de Almeida, Matrícula nº. 5946403/2; Cargo/Função: Chefe de Gabinete.
OBJETIVO: Acompanhar o Excelentíssimo Senhor Secretário no ato de Inauguração da Orla do Rio Caeté do Município de Bragança/PA.
NOME: Almir Nelson Araújo de Oliveira, Matrícula nº. 3211339/1; Cargo/Função: Motorista.
OBJETIVO: Conduzir o veículo com o Sr. Secretário Benedito Ruy Santos Cabral, ao referido Município.
DESTINO: Bragança/PA.
DIÁRIAS: 2,5 (duas e meia).
PERÍODO: 07 a 09/07/2023
Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.
Eng.º Civil BENEDITO RUY SANTOS CABRAL/CREA 8430D PA
Secretário de Estado de Obras Públicas.

Protocolo: 960822**COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARÁ****AVISO DE LICITAÇÃO****PREGÃO ELETRÔNICO Nº 019/2023- COSANPA**

Objeto: Contratação de empresa para o fornecimento de materiais de expediente, pelo prazo de 12 (doze) meses, destinados a atender as necessidades da Companhia de Saneamento do Pará.
A abertura do certame ocorrerá dia 20/07/2023 às 09:00H, no endereço eletrônico: <https://www.comprasgovernamentais.gov.br/UASG 925802>.
O Edital encontra-se disponível (gratuitamente), na internet, nos endereços eletrônicos: <https://www.comprasgovernamentais.gov.br/>, <http://www.compraspara.pa.gov.br/> e <http://www.cosanpa.pa.gov.br/>.
Belém-Pa, 10 de Julho de 2023.
Raiza Freitas Gois
Pregoeira

Protocolo: 960621**OUTRAS MATÉRIAS****TERMO DE RECONHECIMENTO DE DÍVIDA**

CREDOR: FAX COMUNICAÇÃO LTDA, CNPJ nº 34.841.635/0001-33
DEVEDOR: COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARÁ – COSANPA, CNPJ nº 04.945.341/0001-90
OBJETO: O CREDOR é o titular do crédito no valor R\$152.852,20 (cento e cinquenta e dois mil, oitocentos e cinquenta e dois reais e vinte centavos)

decorrente das notas fiscais: NF 14254 – Valor R\$ 63.954,00; NF 14255 – Valor R\$ 62.799,00, NF 14256 – Valor R\$ 26.099,20, apresentadas em virtude da prestação de serviços de publicidade, oriundo de Contrato Verbal, o qual, o DEVEDOR reconhece a dívida e ajusta no presente termo, a forma do devido pagamento.

Ordenador: José Fernando De Mendonça Gomes Júnior.

Protocolo: 960339

AVISO CONVOCAÇÃO – COSANPA

COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARÁ

CNPJ nº. 04.945.341/0001-90

NIRE nº 15.3.0000537.0

O Conselho de Administração convoca os acionistas da Companhia de Saneamento do Pará - COSANPA para a Assembleia Geral Extraordinária que será realizada na sede social da Companhia, na Avenida Magalhães Barata, nº 1201, Belém - PA, às 08h00min do dia 19 de julho de 2023, a fim de deliberar sobre a seguinte ordem do dia:

ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

1) Exoneração de 02 (dois) membros titulares do Conselho de Administração da Companhia, com eleição dos respectivos substitutos, para complemento dos mandatos daqueles;

2) Eleição do Conselheiro nomeado José Fernando de Mendonça Gomes Junior e respectivo suplente, em substituição ao titular José Antônio de Angelis e sua suplente que renunciaram no presente exercício, para complemento dos mandatos destes;

3) O que ocorrer.

Belém – PA, 05 de julho de 2023.

EDUARDO DE CASTRO RIBEIRO JUNIOR

Presidente do Conselho de Administração

Protocolo: 959981

COMPANHIA DE HABITAÇÃO DO ESTADO DO PARÁ

ERRATA

No Diário Oficial do Estado Nº 35.463, Edição do dia 07.07.2023, Protocolo nº 959777.

Extrato da PORTARIA nº 176/2023, de 03/07/2023

Onde se lê: Designar o Assistente Administrativo ANTÔNIO MARIA MELO NUNES – Matrícula: 3191206/1, para substituir a Assistente Técnica, Sra. FLAVIA LOUISE OLIVEIRA DA COSTA – Matrícula: 73504058/2, no período de 03.07.2023 a 25.03.2023.

Leia-se: Designar o Assistente Administrativo ANTÔNIO MARIA MELO NUNES – Matrícula: 3191206/1, para substituir a Assistente Técnica, Sra. FLAVIA LOUISE OLIVEIRA DA COSTA – Matrícula: 73504058/2, no período de 03.07.2023 a 25.07.2023.

Protocolo: 960813

NÚCLEO DE GERENCIAMENTO DE TRANSPORTE METROPOLITANO

OUTRAS MATÉRIAS

TERMO DE AJUSTE DE CONTAS E RECONHECIMENTO DE DÍVIDA

PROCESSO: 2023/554235

CONTRATO: 012/2021

Data da assinatura: 29/06/2023

Classificação do Objeto: Obra/Serviço Engenharia

Justificativa: O valor do presente TERMO DE AJUSTE DE CONTAS E RECONHECIMENTO DE DÍVIDA, correspondente a despesas relativa à execução dos serviços realizados no âmbito do Boletim de Medição nº18, executados pela empresa CONSTRUTORA MARQUISE S/A, CNPJ 07.950.702/0001-85, no valor de R\$2.653.697,24 (dois milhões, seiscentos e cinquenta e três mil, seiscentos e noventa e sete reais e vinte e quatro centavos).

Ordenador: Eduardo de Castro Ribeiro Junior

Protocolo: 960540

SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E EDUCAÇÃO SUPERIOR, PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

PORTARIA

PORTARIA Nº 302 DE 07 DE JULHO DE 2023.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E EDUCAÇÃO SUPERIOR, PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA, COM BASE NO DECRETO DE 01.02.2023, publicado no DOE Nº 35.276, de 02/02/2023.

CONSIDERANDO o disposto na Lei Estadual nº 7.017/2007, alterada pela Lei Estadual nº 9.104/2020, a Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia, Educação Superior, Profissional e Tecnológica tem por finalidade planejar, coordenar, formular e acompanhar a Política Estadual de Desenvolvimento Econômico, Científico, Tecnológico, bem como, promover apoiar, controlar e avaliar as ações relativas ao desenvolvimento e ao fomento da pesquisa e aplicação de conhecimento científico e tecnológico no Estado do Pará;

CONSIDERANDO os termos do Processo nº 2023/757066;

RESOLVE:

Art. 1º - CONSTITUIR Comissão de Avaliação de trabalhos a serem apresentados no IX Congresso Nacional de Educação – CONEDU.

Art. 2º - DESIGNAR o servidor FERNANDO COSTA DE QUEIROZ, Identidade Funcional nº 8014464/4, como Presidente e as bolsistas RAIMUNDA CÉLIA DA SILVA MAFRA, CPF nº 330.721.242-72 e ALESSANDRA DE ALMEIDA PEREIRA ARNUND, CPF nº 708.194.592-91, na qualidade de membros, para comporem a referida Comissão.

Art. 3º. Esta PORTARIA entra em vigor na data da sua publicação.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Educação Superior, Profissional e Tecnológica, em 07 de julho de 2023.

HÉLIO LEITE DA SILVA

Secretário de Estado

Protocolo: 960653

PORTARIA Nº 300 DE 06 DE JULHO DE 2023.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E EDUCAÇÃO SUPERIOR, PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA, com base no DECRETO DE 01.02.2023, publicado no DOE Nº 35.276, de 02/02/2023.

CONSIDERANDO o disposto no Decreto nº 870, de 04 de outubro de 2013;

CONSIDERANDO os termos do Processo nº 2021/351282;

R E S O L V E:

I – DESIGNAR os servidores LETÍCIA FRANÇA SARMAHNO, Identidade Funcional nº 55588623/2, ocupante do cargo de Gerente e JOÃO FRANCISCO COSTA DE OLIVEIRA, Identidade Funcional nº 5964833/1, ocupante do cargo Técnico em Gestão Pública, lotados na Diretoria de Educação Superior, Profissional e Tecnológica – DETEC, na qualidade de Fiscal e Suplente, respectivamente, sem prejuízo de suas atividades principais, de supervisionar fiscalizar e acompanhar a execução do Convênio de Cooperação Técnica e Financeira nº 005/2021, celebrado entre a Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Educação Superior, Profissional e Tecnológica – SECTET, e a Prefeitura Municipal de Oriximiná, inscrito no CNPJ sob o nº 05131081/0001-82, cujo objeto é realizar ações conjuntas e o compartilhamento de espaços e equipamentos necessários ao atendimento de demandas sociais e produtivas identificadas de Educação, Superior, Profissional e Tecnológica que viabilizem a oferta de vagas em cursos, abrangendo todos os níveis e modalidades definidos em legislação federal, incluindo o Ensino Superior, Ensino Tecnológico, Ensino Médio Técnico, os itinerários profissionais, certificação por competência profissional, formação inicial e continuada e qualificação profissional no âmbito dos Programas “Pará Profissional” e do “Forma Pará” no município de Oriximiná, Região de integração do Baixo Amazonas, no estado do Pará.

II – Caberá aos servidores designados neste ato a obrigação de anotar em registro próprio todas as ocorrências e deficiências porventura existentes com a execução do referido Convênio, devendo tomar providências para a regularização das faltas ou defeitos observados.

III – Esta PORTARIA possui efeitos retroativos ao dia 01/06/2023.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Educação Superior, Profissional e Tecnológica, em 06 de julho de 2023.

HÉLIO LEITE DA SILVA

Secretário de Estado

Protocolo: 960488

ERRATA

Fica retificado na publicação da Alteração do Cronograma do Edital 008.2021 – StartUP Pará/ Sectet, publicada no DOE nº Nº35.454 do dia 29/06/2023.

Onde se lê: “Período de submissão de documentação para habilitação – 03 meses”

Leia-se: “Período de submissão de documentação para habilitação – 08 meses”

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Educação Superior, Profissional e Tecnológica, em 07 de julho de 2023.

Protocolo: 960380

OUTRAS MATÉRIAS

EXTRATO DO ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA Nº 02/2023 – SECTET

OBJETO: O presente Acordo tem por objeto a cooperação entre a COOPERANTE e a FUNDAÇÃO ITAÚ para a implantação do Projeto na referida localidade, de acordo com abrangência e etapas definidas constantes do Plano de Trabalho anexo a este Acordo ("Plano de Trabalho").

VALOR: Este Acordo não implica o repasse de recursos financeiros entre as Partes

DATA DE ASSINATURA: 03/07/2023

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 03/07/2023

TÉRMINO DA VIGÊNCIA: 31/12/2025

COOPERANTE: Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Educação Superior, Profissional e Tecnológica - SECTET (CNPJ nº: 08.978.226/0001-73)

PROPONENTE: FUNDAÇÃO ITAÚ PARA EDUCAÇÃO E CULTURA (CNPJ nº 59.573.030/0001-30)

Protocolo: 960585

**FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO
A ESTUDOS E PESQUISAS**

PORTARIA

PORTARIA Nº 098/2023 – GABINETE, de 07 de Julho de 2023.

O Diretor-Presidente em exercício da FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS – FAPESPA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 8º, da Lei Complementar Estadual nº. 061, de 24 de julho de 2007 e alterações posteriores.

CONSIDERANDO os fatos constantes nos autos dos Processos Eletrônicos nº 2023/88636, nº 2023/88703, nº 2023/89021, nº 2023/89178, nº 2023/110907, nº 2023/110973, nº 2023/180988, nº 2023/181062, nº 2023/111856 e nº 2023/290176;

CONSIDERANDO os termos da RESOLUÇÃO do TCE/PA nº 18.874, que aprova o compêndio de orientações acerca dos procedimentos da Tomada de Contas Especial regulamentada pela Resolução TCE/PA nº 18.784/2016 no âmbito da administração pública estadual, o qual é denominado de "Tomada de Contas Especial - Perguntas e Respostas";

CONSIDERANDO a necessidade de serem adotadas medidas administrativas em casos de dispensa de envio ao Tribunal de Contas do Estado do Pará - TCE/PA de Tomada de Contas Especial - TCE, em razão de débito ser inferior ao limite estabelecido na Resolução nº 19.472 da corte estadual de contas;

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR os servidores SUELY BARBOSA MEIRELES BEZERRA, matrícula nº 5918349, FRANCIMARY SARAIVA DOS SANTOS, matrícula nº 57189894, ANDERSON ALBERTO SALDANHA TAVARES, matrícula 5916895 e CLEYTON PEREIRA DA COSTA, matrícula nº 5918081, para, sob a presidência da primeira, compor a Comissão que será responsável pela adoção de todas as providências previstas nos artigos 4º, 5º, 11 e 16, §4º da Resolução nº 18.784/2016, do TCE/PA, sem prejuízo das inscrições dos danos nas contas contábeis adequadas, relativas aos processos em epígrafe.

Art. 2º Esta PORTARIA entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Gabinete do Diretor-Presidente, em 07 de Julho de 2023.

Deyvison Andrey Medrado Gonçalves

Diretor-Presidente em exercício

Protocolo: 960566

LICENÇA PRÊMIO

PORTARIA Nº 097/2023 – GABINETE, de 06 de Julho de 2023.

O Diretor-Presidente em exercício da FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS – FAPESPA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 8º, da Lei Complementar Estadual nº. 061, de 24 de julho de 2007 e alterações posteriores.

CONSIDERANDO os termos do Processo 2023/648466.

RESOLVE:

CONCEDER 60 (sessenta) dias de Licença Prêmio, a servidora MARIA ROSIANE BORGES FONSECA, Id. Funcional nº. 5942078/1, ocupante do cargo efetivo AUXILIAR OPERACIONAL, no período de 18/09/2023 a 16/11/2023, referente ao triênio 08/06/2018 a 07/06/2023, considerando o período de suspensão de tempo de serviço delimitado pela Lei Complementar nº 173/2020.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Gabinete do Diretor-Presidente, em 06 julho de 2023.

Deyvison Andrey Medrado Gonçalves

Diretor-Presidente em exercício

Protocolo: 960661

ERRATA

ERRATA**PORTARIA Nº 073/2023 – GABINETE, de 15 de Junho de 2023.**

Publicada no DOE nº 35.437 de 16/06/2023, referente à concessão de férias: JULIANA FURTADO CARNEIRO, matrícula 54185831/2.

Onde se lê: Período aquisitivo 01/02/2021 A 31/01/2022

Leia-se: Período aquisitivo 19/10/2017 A 18/10/2018

Protocolo: 960571

CONTRATO

TERMO DE OUTORGA N.º 080/2023

Objeto: o apoio da FAPESPA, por meio de financiamento, ao projeto de pesquisa científica, tecnológica e/ou de inovação intitulado "Manejo de palmeiras de importância econômica para a Amazônia", submetido pela FAPESPA ao Edital n.º 38/2022 - Programa de Desenvolvimento da Pós-Graduação (PDPG) - Parcerias Estratégicas nos Estados III, da CAPES.

Outorgado(a): Allan Klynger da Silva Lobato

Valor: R\$ 568.820,00 (quinhentos e sessenta e oito mil, oitocentos e vinte reais)
Vigência: Até 48 (quarenta e oito) meses, a contar da assinatura do Termo de Outorga.

Data de Assinatura: 07/07/2023

Dotação Orçamentária: 19.571.1490.8698

Fonte: 01500000001

Natureza de Despesa: 339020

Deyvison Medrado - Diretor-Presidente em exercício.

Protocolo: 960756

TERMO DE OUTORGA N.º 094/2023

Objeto: o apoio da FAPESPA, por meio de financiamento, ao projeto de pesquisa científica, tecnológica e/ou de inovação intitulado "Fortalecimento de programas de pós-graduação estratégicos para a Bioeconomia no Estado do Pará: Cadeias produtivas sustentáveis de origem animal e vegetal na Amazônia", submetido pela FAPESPA ao Edital n.º 38/2022 - Programa de Desenvolvimento da Pós-Graduação (PDPG) - Parcerias Estratégicas nos Estados III, da CAPES.

Outorgado(a): Antonio Humberto Hamad Minervino

Valor: R\$ 434.980,00 (quatrocentos e trinta e quatro mil, novecentos e oitenta reais)

Vigência: Até 48 (quarenta e oito) meses, a contar da assinatura do Termo de Outorga

Data de Assinatura: 07/07/2023

Funcional Programática: 8698 – Fomento à Pesquisa Científica e Tecnológica

Dotação Orçamentária: 19.571.1490.8698

Natureza de Despesas: 01500000001

Fonte: 339020

Deyvison Medrado - Diretor-Presidente em exercício.

Protocolo: 960759

CONVÊNIO

CONVÊNIO N.º 006/2023

Objeto: Constitui objeto deste Convênio a execução de projeto de pesquisa, desenvolvimento e inovação, com transferência de recursos financeiros públicos, cuja finalidade é a execução do projeto intitulado "O processo de reordenamento da paisagem produtiva sustentável via objetivos agrícolas perenes: uma transição à bioeconomia", que tem como objetivo a proposição de método de reordenamento territorial com ênfase à produção agroflorestal, visando identificar, e priorizar, territórios alterados com aptidões naturais para produção sustentável, como forma de restaurar a paisagem produtiva, utilizando sistemas de produção integrados.

Concedente: Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas – FAPESPA.

Conveniente: Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA

Interveniente: Fundação Arthur Bernardes - FUNARBE

Valor: R\$ 349.394,10 (Trezentos e quarenta e nove mil, trezentos e noventa e quatro reais e dez centavos)

Vigência: 24 (vinte e quatro) meses, contados a partir da data de sua assinatura

Data de Assinatura: 07/07/2023

Dotação Orçamentária: 19.571.1490.8698 - FOMENTO À PESQUISA CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA

Fonte: 01500000001

Natureza de Despesa: 335041 – ODC 445042 – ODK

Dotação Orçamentária: 19.571.1490.8697 - CONCESSÃO DE BOLSA DE PESQUISA

Fonte: 01500000001

Natureza de Despesa: 335041 – ODC

Deyvison Medrado - Diretor-Presidente em exercício.

Protocolo: 960762

EMPRESA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO DO ESTADO DO PARÁ

PORTARIA

PORTARIA - PRESI Nº. 112, DE 06 DE JULHO DE 2023 -

O PRESIDENTE DA PRODEPA - EMPRESA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO DO ESTADO PARÁ, no uso de suas competências que lhe são conferidas pelo Art. 26, do Regimento desta empresa; CONSIDERANDO o período de férias da Diretora da DTC, Maria Helena Moscoso da Silva; CONSIDERANDO o processo nº 2023/774238. R E S O L V E: Art.1º Designar LÉA VÂNIA CARVALHO DE OLIVEIRA MACEDO, matrícula 3251900, como substituta interina de MARIA HELENA MOSCOSO DA SILVA, Diretora, matrícula 3274616, para Função Comissionada de Diretora da Diretoria de Tecnologia e Comunicação DTC da PRODEPA, no período de 16/08/2023 a 11/09/2023. Art. 2º Esta PORTARIA entrará em vigor a partir desta data. Art. 3º Dê-se ciência e cumpra-se. Gabinete da Presidência da PRODEPA - Empresa de Tecnologia da Informação e Comunicação do Estado do Pará, 06 de julho de 2023. Carlos Edilson de Almeida Maneschy - Presidente da Empresa de Tecnologia da Informação e Comunicação do Estado do Pará.

Protocolo: 960629

PORTARIA - PRESI Nº. 113, DE 07 DE JULHO DE 2023 -

O PRESIDENTE DA PRODEPA - EMPRESA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO DO ESTADO PARÁ, no uso de suas competências que lhe são conferidas pelo Art. 26, do Regimento desta empresa; R E S O L V E: Art. 1º Exonerar FARUK FUAD AMATE, matrícula 5945830, da Função Comissionada de Gerente de Divisão da Divisão de Núcleos de Negócios - DNN, subordinada à Gerência de Núcleos - GNU/DRI. Art. 2º Nomear FARUK FUAD AMATE, matrícula 5945830, para Função de Gerente de Área da Gerência Administrativa - GAD, subordinada à Diretoria Administrativa e Financeira - DAF. Art. 3º Esta PORTARIA entra em vigor nesta data. Art. 4º Dê-se ciência e cumpra-se. Gabinete da Presidência da PRODEPA - Empresa de Tecnologia da Informação e Comunicação do Estado do Pará, 07 de julho de 2023.

Carlos Edilson de Almeida Maneschy - Presidente da Empresa de Tecnologia da Informação e Comunicação do Estado do Pará - PRODEPA.

PORTARIA - PRESI Nº.114, DE 07 DE JULHO DE 2023 -

O PRESIDENTE DA PRODEPA - EMPRESA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO DO ESTADO PARÁ, no uso de suas competências que lhe são conferidas pelo Art. 26, do Regimento desta empresa; R E S O L V E: Art.1º Exonerar WILFRAN JOSUÉ CARDOSO, da Função Comissionada de Assessor II, subordinada à Diretoria de Desenvolvimento de Sistemas - DDS, lotado na gerência de tecnologia e inovação - GTI. Art.2º Nomear WILFRAN JOSUÉ CARDOSO, para Função Comissionada de Gerente de Divisão da Divisão de Núcleos de Negócios - DNN, subordinada à Gerência de Núcleos - GNU/DRI. Art. 3º Esta PORTARIA entrará em vigor nesta data. Art. 4º Dê-se ciência e cumpra-se. Gabinete da Presidência da PRODEPA - Empresa de Tecnologia da Informação e Comunicação do Estado do Pará, 07 de julho de 2023.

Carlos Edilson de Almeida Maneschy - Presidente da Empresa de Tecnologia da Informação e Comunicação do Estado do Pará - PRODEPA.

PORTARIA - PRESI Nº.115, DE 07 DE JULHO DE 2023 -

O PRESIDENTE DA PRODEPA - EMPRESA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO DO ESTADO PARÁ, no uso de suas competências que lhe são conferidas pelo Art. 26, do Regimento desta empresa; R E S O L V E: Art.1º Exonerar JOSÉ CARLOS COELHO RODRIGUES JÚNIOR, matrícula 5946324, da Função Comissionada de Assessor III, subordinada à Diretoria de Projetos Especiais - DPE. Art.2º Nomear JOSÉ CARLOS COELHO RODRIGUES JÚNIOR, para Função Comissionada de Assessor II, matrícula 5946324, subordinada à Diretoria de Projetos Especiais - DPE. Art. 3º Esta PORTARIA entrará em vigor nesta data. Art. 4º Dê-se ciência e cumpra-se. Gabinete da Presidência da PRODEPA - Empresa de Tecnologia da Informação e Comunicação do Estado do Pará, 07 de julho de 2023. Carlos Edilson de Almeida Maneschy - Presidente da Empresa de Tecnologia da Informação e Comunicação do Estado do Pará - PRODEPA.

PORTARIA - PRESI Nº.116, DE 07 DE JULHO DE 2023 -

O PRESIDENTE DA PRODEPA - EMPRESA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO DO ESTADO PARÁ, no uso de suas competências que lhe são conferidas pelo Art. 26, do Regimento desta empresa; R E S O L V E: Art.1º Nomear JOÃO PAULO SILVA PAES, da Função Comissionada de Assessor III, subordinada à Diretoria de Projetos Especiais - DPE. Art. 3º Esta PORTARIA entrará em vigor nesta data. Art. 4º Dê-se ciência e cumpra-se. Gabinete da Presidência da PRODEPA - Empresa de Tecnologia da Informação e Comunicação do Estado do Pará, 07 de julho de 2023. Carlos Edilson de Almeida Maneschy - Presidente da Empresa de Tecnologia da Informação e Comunicação do Estado do Pará - PRODEPA.

Protocolo: 960809

DIÁRIA

PORTARIA Nº 156, DE 5 DE JULHO DE 2023 -

Diária ao(à) colaborador(a) GILNEI FREIRE DOS SANTOS, Técnico em Redes de Computadores, matrícula 71682, 04/07/2023 a 04/07/2023, à Belém-PA/Concórdia do Pará/Belém-PA, para TDesk: 2023021219 (Manutenção na cidade de Concórdia do Pará: Cliente Banpará). Região Rio Capim. Ordenador: CARLOS EDILSON DE ALMEIDA MANESCHY - Presidente da Empresa de Tecnologia da Informação e Comunicação do Estado do Pará.

PORTARIA Nº 157, DE 5 DE JULHO DE 2023 -

Diária ao(à) colaborador(a) SEBASTIAO DE SOUSA MESQUITA, ANALISTA DE SUPORTE - RESPONSÁVEL NÚCLEO MARABÁ, matrícula 8080577 - 1, 05/07/2023 a 05/07/2023, à Marabá-PA/Jacundá-PA/Marabá-PA, para T-Desk 2023021918 Verificação do AP07 que se encontra com funcionamento instável. CLIENTE AFETADO: MPPA Jacundá - PA. Região Lago Tucuruí. Ordenador: CARLOS EDILSON DE ALMEIDA MANESCHY - Presidente da Empresa de Tecnologia da Informação e Comunicação do Estado do Pará.

PORTARIA Nº 158, DE 6 DE JULHO DE 2023 -

Diária ao(à) colaborador(a) ALESSANDRO MORAIS NONATO, Analista de Suporte, matrícula 73442, 07/07/2023 a 07/07/2023, à Belém-PA/CASTANHAL/Belém-PA, para Ativação de Unidade Escolar - EEEFM Maria Mercês de Oliveira Conon - Município de Castanhal, Ordenador: CARLOS EDILSON DE ALMEIDA MANESCHY - Presidente da Empresa de Tecnologia da Informação e Comunicação do Estado do Pará.

PORTARIA Nº 159, DE 7 DE JULHO DE 2023 -

Diária ao(à) colaborador(a) RODRIGO RAMOS SILVEIRA, Analista de Suporte - RESPONSÁVEL NÚCLEO PARAGOMINAS, matrícula 8080020-8, 07/07/2023 a 08/07/2023, à PARAGOMINAS-PA/TOMÉ AÇU/PARAGOMINAS-PA, para ATENDIMENTO SOLIITAÇÃO COMERCIAL DE SUBSTITUIÇÃO DE EQUIPAMENTO CLIENTE TER 39ª ZE - TOMÉ AÇU. Ordenador: CARLOS EDILSON DE ALMEIDA MANESCHY - Presidente da Empresa de Tecnologia da Informação e Comunicação do Estado do Pará.

Protocolo: 960480

SECRETARIA DE ESTADO DE ESPORTE E LAZER

ERRATA

Errata ao Processo nº 2023/319000, referente ao Termo de Fomento nº 026/2023-SEEL, a qual altera a nomenclatura de instituição para instituto. A alteração abrangerá os Termos referente a Inexigibilidade de chamamento público nº 33/2023, o Termo de Fomento nº 026/2023 e a PORTARIA de Gestor nº 250/2023, protocolos nº 957852, nº 957854, nº 959597 e nº 959606, respectivamente. Publicados nos DOE's nº 35.458 de 03/07/2023 e nº 35.462 de 06/07/2023.

Onde se lê:

- INSTITUIÇÃO FREDERICO SOUZA.

Leia-se:

- INSTITUTO FREDERICO SOUZA

Belém (Pa), 07 de Julho de 2023.

GLEISSON OLIVEIRA DA SILVA

Secretário de Estado de Esporte e Lazer - em exercício

Protocolo: 960796

TERMO ADITIVO A CONTRATO

4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 027/2021-SEEL PROCESSO: 2016/142056

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO DO CONTRATO ORIGINÁRIO

1.1 - O presente instrumento tem por objeto a contratação de empresa especializada para a construção de Arenas Esportivas no município de Marapanim/PA, de acordo com as especificações que se encontram enumeradas e explicitadas nos Anexos do Edital da Tomada de Preços nº. 006/2017.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO DO PRESENTE ADITIVO

2.1 - O presente termo aditivo tem por finalidade a prorrogação do Contrato nº 027/2021-SEEL, por mais 180 (Cento e oitenta) dias de vigência.

ASSINATURA: 28/06/2023

VIGÊNCIA: 28/06/2023 a 25/12/2023

CONTRATADA: STYLUS CONSTRUÇÃO CIVIL E SERVIÇOS EIRELI, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 07.342.268/0001/50.

ORDENADOR DE DESPESA: CASSIO COELHO ANDRADE

SECRETARIA DE ESTADO DE ESPORTE E LAZER

Protocolo: 960744

SECRETARIA DE ESTADO
DE TURISMO

DESIGNAR SERVIDOR

PORTARIA Nº 380/GEPS/SETUR 04 DE JULHO 2023
CONSIDERANDO os termos do processo 2023/738684; CONSIDERANDO a PORTARIA de nº 379/2023, publicada no DOE 35.460 de 05/07/2023, que concede Licença Maternidade a Diretora de Produtos Turísticos. RESOLVE: DESIGNAR a servidora, ROSEMARY REBELO PEREIRA, matrícula nº 54194422/5, cargo de Assessora, para responder pela Diretoria de Produtos Turísticos, no período de 28/06/2023 a 24/12/2023, durante a Licença Maternidade da titular ALESSANDRA PAMPLONA DE AZEVEDO. ORDENADORA: TIMARA DE SOUZA MIRANDA

Protocolo: 960338

ALTERAÇÃO DE FÉRIAS

PORTARIA Nº 387/GEPS/SETUR DE 07 DE JULHO 2023
ALTERAÇÃO DE FÉRIAS. CONSIDERANDO as necessidades de trabalho nesta Secretaria; e CONSIDERANDO os termos do processo nº 2023/752774. RESOLVE: ALTERAR as férias regulares, do período aquisitivo 2022/2023, publicadas no DOE 35.445 de 22/06/2023, de FABIO ALBERTO BATISTA SANTOS, mat. 57197097/1, Assistente de Gestão em Turismo marcadas anteriormente para 03/07/2023 a 01/08/2023. O período de gozo das férias será transferido para 10/07/2023 a 08/08/2023. ORDENADORA: TIMARA DE SOUZA MIRANDA.

Protocolo: 960586

TORNAR SEM EFEITO

PORTARIA Nº 389/GEPS/SETUR DE 07 DE JULHO DE 2023
RESOLVE: TORNAR SEM EFEITO a PORTARIA Nº 315/2023 de diária, publicada no DOE nº 35.443 de 21/06/2023. ORDENADORA: TIMARA DE SOUZA MIRANDA

Protocolo: 960554

OUTRAS MATÉRIAS

PORTARIA Nº 387/GEPS/SETUR DE 07 DE JULHO 2023
INTERRUPÇÃO DE FÉRIAS. CONSIDERANDO as necessidades de trabalho nesta Secretaria; e CONSIDERANDO os termos do processo nº 2023/773800. RESOLVE: INTERROMPER as férias regulares, do período aquisitivo 2022/2023, publicadas no DOE 35.431 de 12/06/2023, de JÚLIO CÉZAR TEIXEIRA BORCEM, mat. 54196760/1, Motorista, marcadas anteriormente para 01/07 a 21/07/2023. O período de gozo das férias será transferido para 08 a 28/12/2023. ORDENADORA: TIMARA DE SOUZA MIRANDA.

Protocolo: 960588

DEFENSORIA PÚBLICA

PORTARIA

PORTARIA Nº 533/2023/GGP/DPG, DE 06 DE JULHO DE 2023.
A SUBDEFENSORA PÚBLICA-GERAL DO ESTADO DO PARÁ, no uso das atribuições que lhe confere o art. 9º. V, da Lei Complementar nº 054, de 07 de fevereiro de 2006; considerando a INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 01, DE 23 DE SETEMBRO DE 2019; considerando o Processo Administrativo Eletrônico nº 2023/768129; RESOLVE: Conceder folgas compensatórias aos servidores abaixo relacionados, em razão de realização de plantões:

NOME	MATRÍCULA	PERÍODO DE FOLGAS
ADSON DOS SANTOS LEITE	5899910/ 1	05/06/2023
EVALDO CÍRIO BORGES	57232065/ 2	16, 17 e 18/08/2023
EVERALDO DOS SANTOS REIS	5900079/ 1	28/06/2023
ANA CAROLINA DE MIRANDA TAVARES	5942464/ 3	27/08/2023

ALDO ROGÉRIO VERAS ABREU	5899907/ 1	21 e 24/07/2023
DINÁ RAQUEL MONTEIRO DA SILVA	57216845/ 3	24/07/2023
YANCA DE CÁSSIA LOPES SALES	5916805/ 3	23/06/2023
LUCAS CARVALHO DO ESPIRITO SANTO SILVA	5933495/ 3	28 e 29/08/2023
ALINE DE NAZARÉ RODRIGUES NEVES	57209394/ 2	27, 28, 29 e 30/11/2023; 01/12/2023
LETHICIA MARIA SOUZA E SILVA	5901979/ 2	31/07/2023; 01, 02, 03 e 04/08/2023
FÁBIO CAMPOS REIS	57190520/ 2	23/06/2023

MÔNICA PALHETA FURTADO BELÉM
Subdefensora Pública-Geral do Estado do Pará

Protocolo: 960579

PORTARIA Nº 532/2023/GGP/DPG, DE 06 DE JULHO DE 2023.
A SUBDEFENSORA PÚBLICA-GERAL DO ESTADO DO PARÁ, no uso das atribuições que lhe confere o art. 9º. V, da Lei Complementar nº 054, de 07 de fevereiro de 2006; considerando o disposto nos artigos 7º, § 4º da resolução nº 299, de 07 de fevereiro de 2022, a qual dispõe sobre a realização de Plantão pelas Defensorias Públicas vinculadas à Diretoria Metropolitana e à Diretoria do Interior, alterada e acrescida pela resolução CSDP nº 300, de 21 de fevereiro de 2022 e resolução CSDP nº 345, de 03 de abril de 2023; considerando os processos administrativos internos que versam sobre os pedidos de folgas compensatórias formulados pelos Defensores Públicos figurantes no rol desta em razão da realização de plantões, cujas manifestações das respectivas Diretorias da Metropolitana e do Interior são favoráveis à concessão; considerando o Processo Administrativo Eletrônico nº 2023/768129; RESOLVE: Conceder folgas compensatórias na forma abaixo estabelecida, em razão da realização de Plantão pelos (as) seguintes Defensores (as) públicos (as):

NOME	MATRÍCULA	PERÍODO DE FOLGAS
JOSÉ ANIJAR FRAGOSO REI	55588719/ 1	16 e 17/08/2023
FERNANDO JOSÉ SAMPAIO LOBO	80846028/ 1	16, 17 e 18/08/2023
SUZY SOUZA DE OLIVEIRA	55588696/ 1	16/08/2023
ANA MARINA MONTEIRO VALENTE DO COUTO	5693829/ 1	22 e 23/06/2023
THAIS COELHO DE VILHENA	57192989/ 1	06 e 07/07/2023; 16, 17 e 18/08/2023
FRANCISCO ROBÉRIO CAVALCANTE PINHEIRO FILHO	57233819/ 1	16, 17, 18, 21 e 22/08/2023
FRANCISCO JOSÉ PINHO VIEIRA	57233810/ 1	07/08/2023
LUCIANA SOUZA DOS ANJOS	57234663/ 1	01 e 02/08/2023
JOSÉ ADAUMIR ARRUDA DA SILVA	55589075/ 1	16/06/2023
LUCIANA ALBUQUERQUE LIMA	80845369/ 2	17/07/2023
ROMINA ARIANE RODRIGUES AZEVEDO BALESTROS	80845908/ 1	15, 18, 19, 20 e 21/09/2023
PAULA BARROS PEREIRA DE FARIAS OLIVEIRA	5895961/ 1	07/08/2023
NILBERT ALLYSON ALMEIDA DE MORAES	57190969/ 1	02, 03 e 04/08/2023
GERALDO ROLIM TAVARES JUNIOR	57191060/ 1	31/07/2023; 01, 02, 03 e 04/08/2023
LUCIANA SANTOS FILIZZOLA BRINGEL	55589612/ 1	24, 25, 26, 27 e 28/07/2023
DYEGO AZEVEDO MAIA	55589058/ 1	10, 11, 12, 13 e 14/07/2023

MÔNICA PALHETA FURTADO BELÉM
Subdefensora Pública-Geral do Estado do Pará

Protocolo: 960576

PORTARIA Nº 531/2023/GGP/DI, DE 06 DE JULHO DE 2023.
O DIRETOR DO INTERIOR, em Exercício, no uso das atribuições delegadas pelo art. 9º, inciso I, da PORTARIA nº 60/2022/GAB/DPG, de 06 de outubro de 2022, publicada no DOE nº 35.152, de 17 de outubro de 2022; considerando a Resolução CSDP nº 283, de 16 de novembro de 2021; considerando o que consta no Processo Administrativo Eletrônico nº 2023/770720; RESOLVE: Conceder gratificação de acumulação aos Defensores Públicos, conforme discriminado na tabela abaixo:

REGIONAL DO ARAGUAIA (REDEÇÃO)

DEFENSOR(A) PÚBLICA(A)	MATRÍCULA	DESIGNAÇÃO	ACUMULAÇÃO	GRATIFICAÇÃO	PERÍODO
Rogério Felipe Zacharias	57231637/ 1	1ª DP Cível de Redenção.	DP Agrária de Redenção.	10% do vencimento-base, nos termos do art. 2º, I da Resolução do CSDP nº 283, de 16/11/2021.	01/07/2023 a 19/12/2023
Vanessa Maria de Matos Castro	5968100/ 1	2ª DP de Xinguará.	1ª DP de Rio Maria.	10% do vencimento-base, nos termos do art. 2º, II da Resolução do CSDP nº 283, de 16/11/2021.	01/07/2023 a 19/12/2023
Rogério Siqueira dos Santos	57231637/ 1	1ª DP de Santana do Araguaia.	1ª DP de São Geraldo do Araguaia.	10% do vencimento-base, nos termos do art. 2º, II da Resolução do CSDP nº 283, de 16/11/2021.	01/07/2023 a 19/12/2023

REGIONAL DO BAIXO AMAZONAS (SANTARÉM)

DEFENSOR(A) PÚBLICA(A)	MATRÍCULA	DESIGNAÇÃO	ACUMULAÇÃO	GRATIFICAÇÃO	PERÍODO
Plínio Tsuji Barros	55589614/ 1	1ª DP Cível de Santarém.	1ª DP de Rurópolis.	10% do vencimento-base, nos termos do art. 2º, II da Resolução do CSDP nº 283, de 16/11/2021.	01/07/2023 a 19/12/2023
Marcos Antônio dos Santos Vieira	5895968/ 1	1ª DP de Monte Alegre.	DP Agrária de Santarém.	10% do vencimento-base, nos termos do art. 2º, II da Resolução do CSDP nº 283, de 16/11/2021.	01/07/2023 a 19/12/2023
João Rafael Monteiro Rodrigues	5968085/ 1	1ª DP de Oriximiná.	1ª DP de Juruti.	10% do vencimento-base, nos termos do art. 2º, II da Resolução do CSDP nº 283, de 16/11/2021.	01/07/2023 a 19/12/2023
Hindemburgo Rabello de Moura Júnior	5957717/ 1	DP de Alenquer.	DP de Óbidos.	10% do vencimento-base, nos termos do art. 2º, II da Resolução do CSDP nº 283, de 16/11/2021.	01/07/2023 a 19/12/2023

REGIONAL DO CAETÉ (CAPANEMA)

DEFENSOR(A) PÚBLICA(A)	MATRÍCULA	DESIGNAÇÃO	ACUMULAÇÃO	GRATIFICAÇÃO	PERÍODO
Marcelo Augusto Santos Nogueira	5968064/ 1	2ª DP Cível/Criminal de Bragança.	3ª DP Cível/Criminal de Bragança.	5% do vencimento-base, nos termos do art. 4º da Resolução do CSDP nº 283, de 16/11/2021.	01/07/2023 a 06/07/2023
		1ª DP de Augusto Corrêa.		10% do vencimento-base, nos termos do art. 2º, II da Resolução do CSDP nº 283, de 16/11/2021.	
Marcus Vinicius Kruger Becker	5968046/ 1	2ª DP Criminal de Capanema.	1ª DP de Nova Timboteua.	10% do vencimento-base, nos termos do art. 2º, II da Resolução do CSDP nº 283, de 16/11/2021.	01/07/2023 a 19/12/2023
Jaqueline Kurita	57234661/ 1	1ª DP Cível de Capanema.	3ª DP Cível/Infância de Capanema.	5% do vencimento-base, nos termos do art. 4º da Resolução do CSDP nº 283, de 16/11/2021.	01/07/2023 a 19/12/2023
Matheus Gomes Camacho	5968042/ 1	2ª DP Cível de Capanema.	3ª DP Cível/Infância de Capanema.	5% do vencimento-base, nos termos do art. 4º da Resolução do CSDP nº 283, de 16/11/2021.	01/07/2023 a 19/12/2023
Kelvin Breno Rowe Rodrigues	5957724/ 1	1ª DP Cível/Criminal de Bragança.	3ª DP Cível/Criminal de Bragança.	5% do vencimento-base, nos termos do art. 4º da Resolução do CSDP nº 283, de 16/11/2021.	01/07/2023 a 06/07/2023
Guilherme Israel Kochi Silva	5931572/ 1	1ª DP Criminal de Capanema.	DP de Bonito	10% do vencimento-base, nos termos do art. 2º, II da Resolução do CSDP nº 283, de 16/11/2021.	01/07/2023 a 19/12/2023

REGIONAL DE CARAJÁS (MARABÁ)

DEFENSOR(A) PÚBLICA(A)	MATRÍCULA	DESIGNAÇÃO	ACUMULAÇÃO	GRATIFICAÇÃO	PERÍODO
Rilker Mikelson de Oliveira Viana	5895993/ 1	5ª DP Cível/Infância de Marabá.	1ª DP de São Domingos do Araguaia.	10% do vencimento-base, nos termos do art. 2º, II, da Resolução do CSDP nº 283, de 16/11/2021.	01/07/2023 a 19/12/2023
Luis Marcelo Macedo de Souza	5938970/ 2	Auxiliar as Defensorias Públicas Cíveis de Marabá.	1ª DP de Itupiranga.	10% do vencimento-base, nos termos do art. 2º, II da Resolução do CSDP nº 283, de 16/11/2021.	01/07/2023 a 19/12/2023
César Thiago Barreto Correia	5957714/ 1	Auxiliar as Defensorias Públicas Criminais de Marabá.	DP de Jacundá.	10% do vencimento-base, nos termos do art. 2º, II, da Resolução do CSDP nº 283, de 16/11/2021.	01/07/2023 a 19/12/2023
Allysson George Alves de Castro	57231695/ 1	2ª DP Criminal de Marabá.	DP de São João do Araguaia.	5% do vencimento-base, nos termos do art. 3º, II e art. 3º, Parágrafo Único da Resolução do CSDP nº 283, de 16/11/2021.	01/07/2023 a 19/12/2023
Nara de Cerqueira Pereira	5895973/ 1	5ª DP Criminal de Marabá.	DP de São João do Araguaia.	7,5% do vencimento-base, nos termos do art. 3º, I e III e art. 3º, Parágrafo Único da Resolução do CSDP nº 283, de 16/11/2021.	01/07/2023 a 19/12/2023

REGIONAL DO GUAMÁ (CASTANHAL)					
DEFENSOR(A) PÚBLICA(A)	MATRÍCULA	DESIGNAÇÃO	ACUMULAÇÃO	GRATIFICAÇÃO	PERÍODO
Anderson Araújo de Medeiros	5957711/ 1	Auxiliar as Defensorias Públicas Cíveis de Castanhãl.	DP de Curuçá.	10% do vencimento-base, nos termos do art. 2º, II da Resolução do CSDP nº 283, de 16/11/2021.	01/07/2023 a 19/12/2023
Leonardo Cabral Jacinto	5890175/ 1	1ª DP Criminal de Castanhãl.	DP de Santo Antônio do Tauá.	10% do vencimento-base, nos termos do art. 2º, II da Resolução do CSDP nº 283, de 16/11/2021.	01/07/2023 a 19/12/2023
Flávia Christina Maranhão Campos	57234676/ 2	3ª DP Criminal de Castanhãl.	2ª DP Criminal de Castanhãl.	10% do vencimento-base, nos termos do art. 2º, I da Resolução do CSDP nº 283, de 16/11/2021.	01/07/2023 a 19/12/2023
Joaquim Azevedo Lima Filho	57234668/ 1	2ª DP Cível de Castanhãl.	DP de Igarapé-Açu.	10% do vencimento-base, nos termos do art. 2º, II da Resolução do CSDP nº 283, de 16/11/2021.	01/07/2023 a 19/12/2023
REGIONAL DO LAGO TUCURUÍ (TUCURUÍ)					
DEFENSOR(A) PÚBLICA(A)	MATRÍCULA	DESIGNAÇÃO	ACUMULAÇÃO	GRATIFICAÇÃO	PERÍODO
Renato Mendes Carneiro Teixeira	57231648/ 1	2ª DP Cível de Tucuruí.	DP de Goianésia do Pará.	10% do vencimento-base, nos termos do art. 2º, II da Resolução do CSDP nº 283, de 16/11/2021.	01/07/2023 a 19/12/2023
Samuel Oliveira Ribeiro	5931564/ 1	Auxiliar as Defensorias Públicas Criminais de Tucuruí.	DP de Breu Branco.	10% do vencimento-base, nos termos do art. 2º, II da Resolução do CSDP nº 283, de 16/11/2021.	01/07/2023 a 19/12/2023
Pablo de Souza Melo	55589590/ 2	1ª DP Criminal de Tucuruí.	1ª DP de Novo Repartimento.	10% do vencimento-base, nos termos do art. 2º, inciso II, da Resolução CSDP nº 283, de 16/11/2021.	01/07/2023 a 19/12/2023
Julia Gracielle Rezende de Sousa	5968113/ 1	2ª DP de Tailândia.	1ª DP de Tailândia.	10% do vencimento-base, nos termos do art. 2º, I da Resolução do CSDP nº 283, de 16/11/2021.	01/07/2023 a 19/12/2023
REGIONAL DO MARAJÓ (BREVES)					
DEFENSOR(A) PÚBLICA(A)	MATRÍCULA	DESIGNAÇÃO	ACUMULAÇÃO	GRATIFICAÇÃO	PERÍODO
Fernanda de Sales Schettini	5968121/ 1	2ª DP Criminal de Breves.	1ª DP de Melgaço.	10% do vencimento-base, nos termos do art. 2º, II da Resolução do CSDP nº 283, de 16/11/2021.	01/07/2023 a 19/12/2023
Fernanda Silva Marcião	5909012/ 4	2ª DP Cível de Breves.	1ª DP de Curralinho.	10% do vencimento-base, nos termos do art. 2º, II da Resolução do CSDP nº 283, de 16/11/2021.	01/07/2023 a 19/12/2023
Luana Garcia Lima	5968103/ 1	1ª DP Criminal de Breves.	1ª DP de Bagre.	10% do vencimento-base, nos termos do art. 2º, II da Resolução do CSDP nº 283, de 16/11/2021.	01/07/2023 a 19/12/2023
Joana Aurélio de Lima	5968071/ 1	1ª DP de Soure.	1ª DP de Salvaterra.	10% do vencimento-base, nos termos do art. 2º, II da Resolução do CSDP nº 283, de 16/11/2021.	01/07/2023 a 19/12/2023
REGIONAL DE PARAUAPEBAS (PARAUPEBAS)					
DEFENSOR(A) PÚBLICA(A)	MATRÍCULA	DESIGNAÇÃO	ACUMULAÇÃO	GRATIFICAÇÃO	PERÍODO
Bruno Farias Lima	5931569/ 1	2ª DP Cível de Parauapebas.	DP de Curionópolis.	10% do vencimento-base, nos termos do art. 2º, II da Resolução do CSDP nº 283, de 16/11/2021.	01/07/202 a 19/12/2023
Luiz Gustavo Bessa Albuquerque	5957726/ 1	2ª DP Criminal de Parauapebas.	1ª DP Criminal de Parauapebas.	10% do vencimento-base, nos termos do art. 2º, I da Resolução do CSDP nº 283, de 16/11/2021.	01/07/202 a 19/12/2023
Fernando Savariz Ferrari	5957716/ 1	3ª DP Cível/Infância de Parauapebas.	DP de Eldorado dos Carajás.	10% do vencimento-base, nos termos do art. 2º, II da Resolução do CSDP nº 283, de 16/11/2021.	01/07/2023 a 19/12/2023
REGIONAL DO RIO CAPIM (PARAGOMINAS)					
DEFENSOR(A) PÚBLICA(A)	MATRÍCULA	DESIGNAÇÃO	ACUMULAÇÃO	GRATIFICAÇÃO	PERÍODO
Rodrigo Souza da Silva	5935437/ 1	1ª DP Cível de Paragominas.	3ª DP Cível/Infância de Paragominas.	10% do vencimento-base, nos termos do art. 2º, I da Resolução do CSDP nº 283, de 16/11/2021.	01/07/2023 a 19/12/2023
		DP de Tomé-Açu.		10% do vencimento-base, nos termos do art. 2º, II da Resolução do CSDP nº 283, de 16/11/2021.	01/07/2023 a 19/12/2023
		DP de Mãe do Rio.		10% do vencimento-base, nos termos do art. 2º, II da Resolução do CSDP nº 283, de 16/11/2021.	01/07/2023 a 19/12/2023
Diogo Marcell Silva Nascimento Eluan	57227857/ 3	2ª DP Criminal de Paragominas.	2ª DP Cível de Paragominas.	10% do vencimento-base, nos termos do art. 2º, I da Resolução do CSDP nº 283, de 16/11/2021.	01/07/2023 a 19/12/2023
		DP de Ulianópolis.		10% do vencimento-base, nos termos do art. 2º, II da Resolução do CSDP nº 283, de 16/11/2021.	01/07/2023 a 19/12/2023

REGIONAL DO TAPAJÓS (ITAITUBA)					
DEFENSOR(A) PÚBLICA(A)	MATRÍCULA	DESIGNAÇÃO	ACUMULAÇÃO	GRATIFICAÇÃO	PERÍODO
Ana Carolina Simão Fernandes de Miranda	5968366/ 1	3ª DP Cível/Criminal de Itaituba.	DP de Novo Progresso.	10% do vencimento-base, nos termos do art. 2º, II da Resolução do CSDP nº 283, de 16/11/2021.	01/07/2023 a 19/12/2023
REGIONAL DO TOCANTINS (ABAETETUBA)					
DEFENSOR(A) PÚBLICA(A)	MATRÍCULA	DESIGNAÇÃO	ACUMULAÇÃO	GRATIFICAÇÃO	PERÍODO
Walter Augusto Barreto Teixeira	54191077/ 2	2ª DP Cível/Criminal de Barcarena.	3ª DP Cível/Criminal de Barcarena.	5% do vencimento-base, nos termos do art. 4º da Resolução do CSDP nº 283, de 16/11/2021.	01/07/2023 a 19/12/2023
Juliana Andrea Oliveira	5895991/ 1	1ª DP Cível/Criminal de Barcarena.	3ª DP Cível/ Criminal de Barcarena.	5% do vencimento-base, nos termos do art. 4º da Resolução do CSDP nº 283, de 16/11/2021.	01/07/2023 a 19/12/2023
Anderson Luis Lima da Silva	5968074/ 1	1ª DP de Igarapé-miri	1ª DP de Mocajuba.	10% do vencimento-base, nos termos do art. 2º, II da Resolução do CSDP nº 283, de 16/11/2021.	01/07/2023 a 19/12/2023
Maria Carolina Amaral Cordeiro	5969892/ 1	2ª DP Criminal de Abaetetuba. 1ª DP Criminal de Abaetetuba.	3ª DP Cível/Infância de Abaetetuba.	10% do vencimento-base, nos termos do art. 2º, I da Resolução do CSDP nº 283, de 16/11/2021.	01/07/2023 a 19/12/2023
			10% do vencimento-base, nos termos do art. 2º, I da Resolução do CSDP nº 283, de 16/11/2021.	01/07/2023 a 19/12/2023	
Larisse Campelo Messias	5968093/ 1	2ª DP de Cametá.	1ª DP de Baião.	10% do vencimento-base, nos termos do art. 2º, II da Resolução do CSDP nº 283, de 16/11/2021.	01/07/2023 a 19/12/2023
Andre Filipe Ribeiro Valente	57220824/ 2	1ª DP de Acará.	1ª DP de Concórdia do Pará. (Reg. Rio Capim)	10% do vencimento-base, nos termos do art. 2º, II da Resolução do CSDP nº 283, de 16/11/2021.	01/07/2023 a 19/12/2023
REGIONAL DO XINGU (ALTAMIRA)					
DEFENSOR(A) PÚBLICA(A)	MATRÍCULA	DESIGNAÇÃO	ACUMULAÇÃO	GRATIFICAÇÃO	PERÍODO
Lucas Rafael de Alencar Mota Silva	5968098/ 1	1ª DP Cível de Altamira.	1ª DP de Vitória do Xingu.	10% do vencimento-base, nos termos do art. 2º, II da Resolução do CSDP nº 283, de 16/11/2021.	01/07/2023 a 19/12/2023
Victor Rafael Maltez de Lemos	5903201/ 4	1ª DP Criminal de Altamira.	1ª DP de Porto de Moz.	10% do vencimento-base, nos termos do art. 2º, II da Resolução do CSDP nº 283, de 16/11/2021.	01/07/2023 a 19/12/2023

FLÁVIO CÉSAR CANCELA FERREIRA
Diretor do Interior em Exercício

Protocolo: 960348

LICENÇA PRÊMIO

PORTARIA Nº 526/23/GGP/DPG, DE 05 DE JULHO DE 2023.
Considerando o PAE nº. 2023/515817 de 04.05.2023. RESOLVE: Conceder 30 (trinta) dias de Licença Prêmio a Servidora Pública MARIA DE NAZARE SALES DE FREITAS, Id Funcional 3241360/ 2, referentes ao Triênio (2014/2017), com fruição no período de 03/07/2023 a 01/08/2023. Dê-se ciência, cumpra-se e publique-se.
Mônica Palheta Furtado Belém Dias
Subdefensora Pública Geral do Estado do Pará

Protocolo: 960724

DIÁRIA

PORTARIA Nº 169/2023 - DA BELÉM, 05/07/2023.
A Subdefensora Pública-Geral da Defensoria Pública do Estado do Pará, no uso das competências que lhe foram delegadas por meio da PORTARIA nº 178/2020-GAB/DPG, de 15 de julho de 2020. Considerando a Solicitação de Diária nº 2023/534703 de 09/05/2023; RESOLVE: Conceder diárias aos servidores abaixo relacionados, tendo como fundamento legal a Lei nº 5810/94 e regulamentada pela Resolução do CSDP nº 266/21, consoante elemento de despesa 339014.

NOME	FUNÇÃO	LOTAÇÃO	MATRÍCULA	OBJETIVO	PROGRAMÁTICA
AMANDA MARQUES DE SOUSA	PAPILOSCOPISTA	PCPA-CASTANHAL	5966302	PARTICIPAR DE AÇÃO CIDADANIA EM CUMPRIMENTO DO PPA.	03.091.1492.8730
ANA CÉLIA MODESTO LOPES	TÉC. DE DEFENSORIA	DEF.PÚBLICA/NARE CIVEL	2009315/ 1		
ANA DO SOCORRO NUNES MOURA JATENE SOUSA	TÉC. DE DEFENSORIA	DEF.PÚBLICA/CFIN	33138/ 1		
CECÍLIA CLÁUDIA DE FREITAS TEIXEIRA	ASSESSORIA JURÍDICA	DEF.PÚBLICA/GAB	57176495/ 7		
CELIO JUNIOR DA SILVA GUIMARÃES	TÉC. DE DEFENSORIA	DEF.PÚBLICA/NUGEN	5900062/ 1		
DAYSE FERNANDA FERREIRA TEIXEIRA	PAPILOSCOPISTA	PCPA/ABAETETUBA	55209670		
DIEGO JOSÉ BARROS	TÉC. DE DEFENSORIA	DEF.PÚBLICA/BD	57201700/ 1		
EDNA MARIA FERREIRA GOUVÊA	TÉC. DE DEFENSORIA	DEF.PÚBLICA/BD	466964/ 1		
EDUARDO TATHUHIRO NAKATA	TÉC. DE DEFENSORIA	DEF.PÚBLICA/CLCC	57231663/ 1		
ELITON RAFAEL LIMA DOS SANTOS	SECRETÁRIO DE NÚCLEO DO INTERIOR	DEF.PÚBLICA/BD	5964878/1		
ERIKA CAROLINE PANTOJA PINTO	PAPILOSCOPISTA	POLÍCIA CIVIL	5916983		
HÉLIO DA SILVA SANTOS JUNIOR	SECRETÁRIO DE NÚCLEO	DEF.PÚBLICA/BD	5964875/ 1		
JANAINA PAIVA GOMES	GERENTE DE GESTAO DE PESSOAS	DEF.PÚBLICA/CFIN	5951451/ 2		
JOÃO CARLOS DA FONSECA	AUX. DE DEFENSORIA	DEF.PÚBLICA/BD	57202183/ 1		
JULIANA DE JESUS QUEIROZ PICAÇÃO	AUX. DE DEFENSORIA	DEF.PÚBLICA/DI	54191702/ 3		
LEONARDO AUGUSTO MESQUITA LOPES	DIGITADOR	PREF.MUN. DE PONTA DE PEDRAS	128985-3		
LINDEMBERG DOS SANTOS GUIMARÃES	TÉC. DE DEFENSORIA	DEF.PÚBLICA/BD	3254143/ 1		
MARCOS ROGERIO ARAUJO DA SILVA	TÉC. DE DEFENSORIA	DEF.PÚBLICA/DM	57201277/ 2		
MARIA ISABEL ARAÚJO DE ARAÚJO	ANALISTA DE DEFENSORIA	DEF.PÚBLICA/GGP	3083268/ 1		
MARIA RAIMUNDA SANTANA DOS SANTOS	TÉC. DE DEFENSORIA	DEF.PÚBLICA/GGP	3152758/ 1		
NORMA SUELY VALENTE RIBEIRO	COORDENADORA DO NUCLEO DE PLANEJAMENTO	DEF.PÚBLICA/NUPLAN	55587622/ 3		
RAIDA RENATA REIS TRINDADE	ANALISTA DE DEFENSORIA	DEF.PÚBLICA/BD	57211852/ 1		
ROGÉRIO DA SILVA PEREIRA	AUX. DEFENSORIA	DEF.PÚBLICA/CLCC	5890906/ 2		
TATIANA MACHADO PINTO MACIEL	ASSESSORA JURÍDICA	DEF.PÚBLICA/ESDP	57205343/ 3		
TIAGO SANTOS DA PAIXÃO E SILVA	SECRETÁRIO LEGISLATIVO	CÂM. MUN. DE BELÉM	5007220		
WALDINEIA DA SILVA MORAES	ESCREV. DATILÓGRAFA	DEF.PÚBLICA/NDDH	6010806/ 1		
WILTON ANDERSON MARQUES TELES	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	PREF. MUN. DE SANTA CRUZ DO ARARÁ	0004119		
HIDELFRAN OLIVEIRA ALVES	MOTORISTA	DEF. PUBLICA/ GETRAN	57201688/ 1	CONDUZIR SERVIDORES	
LUIS CARLOS DE ALMEIDA RODRIGUES			57211823/ 1		

Para deslocarem-se ao município abaixo relacionado:

ORIGEM	DESTINO	PERÍODO	QTDE
BELÉM	MOSQUEIRO	10/06/2023	1/2

JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ

CONTRATO

Extrato do Contrato nº 047/2023/TJ/PA – Termo de Doação // Partes: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ E A POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO PARÁ EM FAVOR DA CORREGEDORIA DA POLÍCIA MILITAR – Belém/Pará, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 05.054.994/0001-42. // Objeto do Contrato: Doação de bens móveis inservíveis// Processo: PA-PRO-2023/2388// Fundamentação Legal: Art. 17, II, “a” da Lei nº 8.666/93// Foro: Cidade de Belém// Valor (depreciado) dos bens R\$ 3.943,40 (três mil, novecentos e quarenta e três reais e quarenta centavos) // Data da assinatura do Contrato: 27.06.2023// Responsável pela assinatura: Vicente de Paula Barbosa Marques Junior – Secretário de Administração do TJPA.

Protocolo: 960556

CONVÊNIO

Extrato do Termo de Cooperação Técnica nº. 015/2023-TJPA// Partes: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ e a PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE TRAIRÃO //Objeto: Cooperação mútua entre os partícipes para a implementação e a execução do Ponto de Inclusão Digital (PID) do Projeto Justiça sem fronteiras, conforme Plano de Trabalho elaborado pelas partes, em cumprimento à Recomendação nº 130 de 22.06.2022 do CNJ.// Vigência: pelo prazo de 60 (sessenta) meses, contados da data da assinatura do instrumento, respeitado o prazo de execução especificado no Plano de Trabalho// Recursos: Cada partícipe será responsável pelas despesas decorrentes da execução de suas demandas e em havendo a necessidade de transferência de recursos financeiros entre os partícipes, será realizado por instrumento próprio.// Foro: Belém/PA// Data da assinatura: 06.07.2023//. Responsável pela assinatura: Maria de Nazaré Silva Gouveia dos Santos – Desembargadora Presidente do TJ/PA

Protocolo: 960623

Extrato do Acordo de Cooperação Técnica nº. 017/2023-TJPA// Partes: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ e a EMPRESA A C ALVES NOGUEIRA SERVIÇOS DE ALIMENTAÇÃO EIRELI, inscrita no CNPJ nº. 36.126.020/0001-50 // Objeto: Combate ao desperdício de alimentos e a fome das pessoas em situação de vulnerabilidade social e condições de insegurança alimentar, mediante destinação adequada do excedente de alimentos próprio para o consumo humano e não comercializado pelo restaurante localizado no Prédio Sede do Tribunal de Justiça do Estado do Pará, proveniente do Contrato nº 011/2022, relativo à Concessão Administrativa de Espaço Público para prestação de serviço de restaurante e lanchonete nas instalações do Prédio Sede, evitando, assim, geração de lixo e aumento de resíduos orgânicos nesse Tribunal. //Vigência: início 07 de julho de 2023 a 21 de fevereiro de 2024, data que encerra o Contrato nº 011/2022, podendo ser alterado ou renovado caso haja interesse dos partícipes, em conformidade ao Art. 57, inciso II da Lei 8.666/93. // Foro: Belém/PA // Data da assinatura: 07/07/2023. Responsável pela assinatura: Andreza de Lourdes Oliveira Cassiano, Secretária de Administração do TJPA, em exercício.

Protocolo: 960648

OUTRAS MATÉRIAS

RESOLUÇÃO Nº03/2022

Aprova o Regimento Interno do Conselho Gestor do Fundo de Apoio ao Registro Civil do Estado do Pará.

O CONSELHO GESTOR DO FUNDO DE APOIO AO REGISTRO CIVIL DO ESTADO DO PARÁ, no uso das atribuições legais estabelecidas pelo art.6º, parágrafo único, da Lei Estadual nº 6.831, de 13 de fevereiro de 2006, com as alterações da Lei Estadual nº 7.792, de 14 de janeiro de 2014, e da Lei

Estadual nº 8.923, de 14 de novembro de 2019; CONSIDERANDO o disposto no art. 6º, parágrafo único, inciso IV, da Lei Estadual nº. 6.831, de 2006, que atribui ao Conselho Gestor do Fundo de Apoio ao Registro Civil do Estado do Pará (FRC) a competência para, no âmbito de sua autonomia administrativa e financeira, elaborar o seu Regimento Interno, nele dispondo sobre a organização, atribuições e funcionamento do Conselho; e, CONSIDERANDO a reunião ordinária ocorrida no dia 23 de junho de 2023, na qual foi aprovada, por unanimidade, a proposta de modificação do Regimento Interno do Conselho Gestor do Fundo de Apoio ao Registro Civil do Estado do Pará (FRC), relativa à necessidade de inserir na composição da Secretaria Executiva do Fundo a atribuição para o atendimento das demandas oriundas dos órgãos de fiscalização.

RESOLVE:

Art.1ºFica alterada a redação do artigo 16 do Regimento Interno do Conselho Gestor do Fundo de Apoio ao Registro Civil do Estado do Pará (FRC), constante do Anexo Único da Resolução nº04/2022, de 04 de novembro de 2022, passando a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 16. A Secretaria Executiva é o órgão componente da estrutura básica do Conselho Gestor do FRC, consoante art. 6º deste Regimento, tendo como competência:

1º.....

VI-01(um) Assessor Técnico Fiscal Financeiro.

7º Ao Assessor Técnico Fiscal Financeiro compete: (NR)

I-consolidação das informações fiscais e transmissão digital dos dados aos órgãos fiscais;

II-atendimento das demandas oriundas dos órgãos fiscais;

III-elaboração de relatórios bimestrais da situação fiscal e trabalhista do FRC;

IV-monitoramento e regularização da situação fiscal das serventias geridas por responsáveis interinos.

8ºAos integrantes da Secretaria Executiva será pago gratificação pelo trabalho decorrente de suas atribuições nos termos deste artigo.”

Art.2º Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01 de maio de 2023.

Belém (PA),05 de julho de 2023.

Miguel Lucivaldo Alves Santos

Presidente do Conselho Gestor do FRC

Protocolo: 960505

RESOLUÇÃO Nº 004/2023 - FRC

Aprova o novo valor da renda mínima às Serventias Extrajudiciais de Registro Civil das Pessoas Naturais do Estado do Pará.

O PRESIDENTE DO CONSELHO GESTOR DO FUNDO DE APOIO AO REGISTRO CIVIL DO ESTADO DO PARÁ - FRC, no uso da atribuição conferida pelo art. 14, VII, do Regimento Interno, do Conselho Gestor do FRC, aprovado pela Resolução nº 003/2011-FRC;

CONSIDERANDO o disposto pelo art. 5º-A, da Lei Estadual nº 6.831, de 13 de fevereiro de 2006, incluído por força da Lei Estadual nº 7.792, de 14 de janeiro de 2014, que atribui ao Conselho Gestor do FRC a responsabilidade pela definição dos critérios técnicos e financeiros para a concessão da renda mínima aos Cartórios de Registro Civil das Pessoas Naturais;

CONSIDERANDO a disponibilidade financeira do Fundo de Apoio ao Registro Civil do Estado do Pará para financiar o novo valor da renda mínima a ser paga às Serventias de Registro de Pessoas Naturais deficitárias; e

CONSIDERANDO a deliberação do Conselho Gestor do Fundo de Apoio ao Registro Civil do Estado do Pará, na reunião realizada em 23 de junho de 2023, que aprovou o valor de R\$ 5.000.00(cinco mil reais), com base no estudo técnico acerca disponibilidade orçamentária e financeira do Fundo, com efeitos a contar de 01 de julho de 2023;

RESOLVE:

Art. 1º APROVAR o novo valor da renda mínima às serventias extrajudiciais que prestem serviços de registro civil das pessoas naturais no Estado do Pará, a ser fixado em R\$5.000,00 (cinco mil reais), com efeitos financeiros a contar de 01/07/2023.

Art. 2º Os recursos financeiros necessários para garantir o pagamento do novo valor da renda mínima serão oriundos do orçamento do Fundo de Apoio ao Registro Civil do Estado do Pará(FRC).

Art. 3º Ficam mantidas as demais disposições previstas na Resolução nº 017/2014-FRC, de 12 de junho de 2014, alterada pela Resolução nº 004/2021-FRC, de 23 de fevereiro de 2021, que não contrariem a presente Resolução.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Belém (PA), 05 de julho de 2023.

MIGUEL LUCIVALDO ALVES SANTOS

Presidente do Conselho Gestor do FRC

Protocolo: 960511

TRIBUNAIS DE CONTAS

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARÁ

Ata de Registro de Preços
No Tribunal de Contas do Estado do Pará foram registrados os preços do(s) fornecedores(s), em sessão pública ocorrida em 28 de JUNHO de 2023 abaixo identificada(s), para fornecimento de material de expediente, conforme condições, especificações, quantidades, características e prazos constantes no Anexo I do Edital - Termo de Referência, resultante do Pregão Eletrônico nº 03/2023 - TCE/PA para Sistema de Registro de Preços. As especificações constantes do processo TCE/PA nº 002263/2023, assim como os termos da proposta de preços e do contrato ou instrumento substitutivo, integram esta Ata de Registro de Preços, independentemente de transcrição.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	MARCA	UN	QTD	VALOR UNT	VALOR TOTAL
01	Caneta esferográfica cor azul corpo transparente, sextavada, furo lateral, bic ou de melhor qualidade, devendo esta atender o padrão de desempenho e qualidade da marca de referência com similaridade atestada pelo órgão competente, Inmetro.	COMPACTOR	UND	5.000	1,35	6.750,00
02	Caneta esferográfica cor preta, corpo transparente, sextavada, furo lateral, bic ou de melhor qualidade, devendo esta atender o padrão de desempenho e qualidade da marca de referência com similaridade atestada pelo órgão competente, Inmetro.	COMPACTOR	UND	2.000	1,35	2.700,00
03	Caneta esferográfica cor vermelha, corpo transparente, sextavada, furo lateral, bic ou de melhor qualidade, devendo esta atender o padrão de desempenho e qualidade da marca de referência com similaridade atestada pelo órgão competente, Inmetro.	COMPACTOR	UND	2.000	1,35	2.700,00
04	Caneta hidrográfica cor azul, espessura escrita fina, marca Faber Castell ou de melhor qualidade, devendo esta atender o padrão de desempenho e qualidade da marca de referência com similaridade atestada pelo órgão competente, Inmetro.	COMPACTOR	UND	360	1,77	637,20
05	Caneta hidrográfica cor preta, espessura escrita fina, marca Faber Castell ou de melhor qualidade, devendo esta atender o padrão de desempenho e qualidade da marca de referência com similaridade atestada pelo órgão competente, Inmetro.	COMPACTOR	UND	312	1,77	552,24
06	Caneta hidrográfica cor vermelha, espessura escrita fina, marca Faber Castell ou de melhor qualidade, devendo esta atender o padrão de desempenho e qualidade da marca de referência com similaridade atestada pelo órgão competente, Inmetro.	COMPACTOR	UND	408	1,77	722,16
07	Caneta marca texto na cor verde fluorescente, pilot lumi color ou de melhor qualidade, devendo esta atender o padrão de desempenho e qualidade da marca de referência com similaridade atestada pelo órgão competente, Inmetro.	GATTE	UND	1.200	1,52	1.824,00
TOTAL GLOBAL DA PROPOSTA	R\$ 15.885,60					

LOTE 02

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	MARCA	UN	QTD	VALOR UNT	VALOR TOTAL
08	Clips colorido para papel, em metal pintado, nº 2/0 caixa com 100 Unidades.	CHAPARRAU	CAIXA	80	6,43	514,40
09	Clips para papel, em metal niquelado, nº 2/0, caixa com 100 unidades, marca ACC ou de melhor qualidade.	CHAPARRAU	CAIXA	700	6,43	4.501,00
10	Clips para papel, em metal niquelado, nº 4/0, caixa com 50 unidades, marca ACC ou de melhor qualidade.	CHAPARRAU	CAIXA	300	6,43	1.929,00
11	Clips para papel, em metal niquelado, nº 6/0, caixa com 50 unidades, marca ACC ou de melhor qualidade.	CHAPARRAU	CAIXA	220	7,27	1.599,40
12	Colchete de fixação, material aço, tratamento superficial latonado, Nº 05, caixa com 72 unidades, marca ACC ou de melhor qualidade.	CHAPARRAU	CAIXA	50	8,79	439,50
13	Colchete de fixação, material aço, tratamento superficial latonado, Nº 07, caixa com 72 unidades, marca ACC ou de melhor qualidade.	CHAPARRAU	CAIXA	130	9,27	1205,10
14	Colchete de fixação, material aço, tratamento superficial latonado, Nº 08, caixa com 72 unidades, marca ACC ou de melhor qualidade.	CHAPARRAU	CAIXA	50	10,13	506,50
15	Colchete de fixação, material aço, tratamento superficial latonado, Nº 12, caixa com 72 unidades, marca ACC ou de melhor qualidade.	CHAPARRAU	CAIXA	120	13,07	1.568,40
16	Colchete de fixação, material aço, tratamento superficial latonado, Nº 15, caixa com 72 unidades, marca ACC ou de melhor qualidade.	CHAPARRAU	CAIXA	120	16,82	2.018,40
TOTAL GLOBAL DA PROPOSTA	R\$ 14.281,70					

LOTE 03

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	MARCA	UN	QTD	VALOR UNT	VALOR TOTAL
17	Envelope tipo ofício, branco, 23 cm x 11 cm, 75g/m², sem timbre.	SCRITY	UND	1.000	0,91	910,00
18	Envelope tipo saco, branco, 36 cm x 26 cm, 75g/m², sem timbre.	SCRITY	UND	1.000	1,31	1.310,00
19	Envelope tipo saco, branco, 28,2 cm x 20 cm, 75g/m², sem timbre.	SCRITY	UND	1.500	1,06	1.590,00
20	Envelope tipo saco, amarelo, 28,2 cm x 20 cm, 75g/m², sem timbre.	SCRITY	UND	1.000	1,04	1.040,00
21	Envelope branco, 09 cm x 14 cm, 75g/m², sem timbre.	SCRITY	UND	1.000	0,81	810,00

22	Envelope branco, 19 cm x 12,5 cm 75g/m², sem timbre.	SCRITY	UND	1.000	0,91	910,00
23	Envelope branco, 16 cm x 11,5 cm 75g/m², sem timbre.	SCRITY	UND	2.000	0,80	1.600,00
24	Etiqueta autoadesiva para impressora laser, cor branca, medindo 25,4 mm x 101,6 mm, 20 etiquetas por folha, embalagem com 25 folhas, marca Pimaco ou de melhor qualidade.	LINK	PACOTE	40	13,45	538,00

25	Etiqueta autoadesiva para impressora laser, cor branca, medindo 33,9 mm x 101,6 mm, 14 etiquetas por folha, embalagem com 25 folhas, marca Pimaco ou de melhor qualidade.	LINK	PACOTE	100	13,45	1.345,00
26	Etiqueta autoadesiva para impressora laser, cor branca, medindo 138,11 mm x 106,36 mm, 04 etiquetas por folha, embalagem com 25 folhas, marca Pimaco ou de melhor qualidade.	LINK	PACOTE	100	13,45	1.345,00
27	Etiqueta autoadesiva para impressora laser, cor branca, medindo 25,4 mm x 66,7 mm, 30 etiquetas por folha, embalagem com 25 folhas, marca Pimaco ou de melhor qualidade.	LINK	PACOTE	20	13,45	269,00
28	Etiqueta autoadesiva para impressora laser, cor branca, medindo 279,4 mm x 215,9 mm, 01 etiqueta por folha, embalagem com 100 folhas, marca Pimaco ou de melhor qualidade.	LINK	PACOTE	100	46,16	4.616,00

TOTAL GLOBAL DA PROPOSTA	R\$ 16.283,00
--------------------------	---------------

LOTE 04

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	MARCA	UN	QTD	VALOR UNT	VALOR TOTAL
29	Capa plástica para encadernação, 210 mm x 297 mm, A-4, capa transparente ou fumê e contra capa preta, (jogo).	LASSANE	JOGO	2.000	2,28	4.560,00
30	Espiral para encadernação, 09 mm de diâmetro, em plástico transparente, PVC semirrígido, com comprimento de 33 cm.	LASSANE	UND	1.000	0,56	560,00
31	Espiral para encadernação, 12 mm de diâmetro, em plástico transparente, PVC semirrígido, com comprimento de 33 cm.	LASSANE	UND	700	0,61	427,00
32	Espiral para encadernação, 14 mm de diâmetro, em plástico transparente, PVC semirrígido, com comprimento de 33 cm.	LASSANE	UND	500	0,74	370,00

33	Espiral para encadernação, 23 mm de diâmetro, em plástico transparente, PVC semirrígido, com comprimento de 33 cm.	LASSANE	UND	140	1,53	214,20
34	Pasta classificadora, material cartolina plastificada, gramatura 300 g/m², com grampo e trilho em PVC, largura 230 mm, altura 340 mm. Cores (verde, azul e amarela).	TP PASTAS	UND	800	2,89	2.312,00
35	Pasta com elástico plastificada, gramatura 300 g/m², comprimento 340 mm, largura 230 mm, Cores (verde, azul e amarela).	TP PASTAS	UND	3.000	2,96	8.880,00
36	Pasta cartão duplo, 480 g/m², formato 340 mm x 230 mm, com grampo e trilho plástico.	POLYCART	UND	500	8,18	4.090,00
37	Pasta arquivo, tipo AZ, largura 285 mm, altura 350 mm, lombo 80 mm, cor preta ou azul.	FRAMA	UND	200	20,80	4.160,00
38	Pasta suspensa KRAFT marmorizada, com hastes plásticas tamanho A4.	TP PASTAS	UND	200	3,12	624,00
39	Pasta com elástico, polipropileno (PVC), formato 335mm x 235mm x 20mm.	ACP	UND	1.000	4,00	4.000,00
40	Papel Diplomata Opaline 180g, branco, 210 mm x 297 mm, pacote com 50 folhas.	USAPEL	PACOTE	600	20,48	12.288,00
41	Livro ata (capa dura) com 100fs	SIDGRAPH	UND	50	16,00	800,00
42	Livro ata (capa dura) com 200fs	SIDGRAPH	UND	50	28,80	1.440,00
TOTAL GLOBAL DA PROPOSTA	R\$ 44.725,20					

LOTE 05

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	MARCA	UN	QTD	VALOR UNT	VALOR TOTAL		
43	Almofada plástica para carimbo nº 3.	JAPAN	UND	12	4,09	49,08		
44	Apagador para quadro branco magnético, com suporte para dois (2) pincéis.	MASTERPRINT	UND	30	4,50	135,00		
45	Apontador de lápis, em metal, tipo escolar, tamanho pequeno, com um (01) furo, sem depósito de resíduo.	LEONORA	UND	90	1,09	98,10		
46	Bobina para maquina calculadora, papel acetinado, 57mm x 30m, 1(uma) via, cor branca.	REGISPEL	UND	60	2,80	168,00		
47	Borracha bicolor (vermelha e azul), isenta de substâncias tóxicas, sendo a parte vermelha para apagar escrita a lápis e lapiseira e a parte azul, mais abrasiva, para apagar escrita a caneta esferográfica, medindo 47 mm x 17 mm x 8 mm.	MASTER	UND	80	0,68	54,40		
48	Borracha apagadora de escrita, cor branca, atóxica, medindo 45 mm x 23 mm x 12 mm, com capa protetora ergométrica.	LEONORA	UND	320	1,37	438,40		
49	Lapiseira 0,7 mm - ultra resistente; corpo hexagonal; com certificado immetro; abnt/nbr 15236/05. Marca CIS ou der melhor qualidade, devendo esta atender o desempenho e qualidade atestada pelo órgão competente.	MARIPEL	UND	200	5,04	1.008,00		

50	Grafite macio para lapiseira 0,07 mm - grafite ultra resistente e com certificado inmetro. - cx c/ 12, devendo esta atender o desempenho e qualidade atestada pelo órgão competente.	BRW	UND	400	1,28	512,00		
51	Cola plástica em bastão, composta de glicerina e resina sintética, atóxica, 21g.	GATTE	UND	200	1,52	304,00		
52	Cola plástica líquida branca, à base d'água, lavável, atóxica, frasco com 90 g.	ZASTRAZ	FRASCO	160	2,50	400,00		
53	A caneta corretiva contendo corretivo líquido, com ponta metálica e de fácil secagem, 7 ml. Marca Faber Castell ou de superior qualidade.	LEONORA	UND	150	4,60	690,00		
54	DVD-R, virgem, capacidade 4,7 GB, com embalagem individual acrílica.	MAXPRINT	UND	100	7,92	792,00		
55	Estilete com cabo em plástico rígido lâmina de aço de 18 mm de largura, avanço graduável com trava de segurança.	GATTE	UND	200	2,16	432,00		
56	Extrator de grampo, tipo espátula, material aço inoxidável, tratamento superficial niquelado, dimensões aproximadas 150 mm x 20 mm.	CAVIA	UND	180	1,29	232,20		
57	Fita adesiva crepe, cor bege, tipo monoface, largura 48 mm, comprimento 50 m, aplicação multiuso, marca Scotch 3M ou de melhor qualidade.	SUPERFITAS	ROLO	500	15,68	7.840,00		
58	Fita adesiva, tipo durex, material polipropileno transparente, tipo monoface, 12 mm x 30 m, aplicação multiuso, marca Scotch 3M ou de melhor qualidade.	SUPERFITAS	ROLO	80	1,17	93,60		
59	Fita adesiva, tipo durex, material polipropileno transparente, tipo monoface, 19 mm x 50 m, aplicação multiuso, marca Scotch 3M ou de melhor qualidade.	SUPERFITAS	ROLO	200	2,38	476,00		
60	Fita adesiva, tipo invisível (Mágica), tipo monoface, 19 mm x 33 m, aplicação multiuso, marca Scotch 3M ou de melhor qualidade.	EUROCEL	ROLO	120	19,60	2.352,00		
61	Fita adesiva, material polipropileno, tipo gomada, monoface, transparente/incolor, 48 mm x 50 m, aplicação empacotamento, marca Scotch 3M ou de melhor qualidade.	SUPERFITAS	ROLO	240	5,37	1288,80		
62	Folha de papel para embrulho 80g/m² (KRAFT).	REIPEL	FOLHA	200	0,92	184,00		
63	Grampeador de mesa, tratamento superficial pintado, material metal, com capacidade de grampear 20 folhas 75 g/m². Marcas de referências, CIS ou Carbox.	CLASSE	UND	240	13,05	3.132,00		
64	Grampo em metal galvanizado, 26/6, caixa com 1000 unidades.	BRW	CAIXA	1.000	12,86	12.860,00		
65	Grampo em metal galvanizado, Rapid - 9/10, caixa com 5000 unidades.	BRW	CAIXA	6	21,00	126,00		
66	Lâmina estilete, material aço, largura 18 mm, aplicação estilete retrátil.	GATTE	UND	30	0,50	15,00		
67	Lápis preto, material corpo madeira, dureza de carga HB, corpo cilíndrico, carga grafite nº 2.	BRW	UND	200	0,53	106,00		
68	Liga elástica de borracha natural, nº 18, cor amarela, para uso geral, embalagem com 100 gramas, contendo nome do fabricante, data de fabricação e prazo de validade mínima de 11 meses.	PREMIER	PACOTE	100	4,40	440,00		
69	Molha dedo em pasta ou gel, antibacteriano, antialérgico, atóxico, embalagem plástica, 12 gramas.	WALEU	UND	100	2,96	296,00		
70	Pen drive com capacidade de 16Gb ou de superior capacidade. Marca Multilaser ou de superior qualidade com característica anti-perda de tampa, tecnologia USB.	MULTI	UND	100	38,52	3.852,00		
71	Perfurador de papel, material metal, tipo médio, tratamento superficial pintado, capacidade de perfuração 20 folhas, funcionamento manual.	BRW	UND	200	22,20	4.440,00		
72	Pincel para quadro branco magnético, corpo plástico, ponta feltro, carga descartável, cores: azul, vermelho e preto.	GATTE	UND	120	2,29	274,80		
73	Marcador permanente (pincel atômico), cores: preto e vermelho.	GATTE	UND	60	2,09	125,40		
74	Régua plástica transparente, 30 cm, graduação centímetro/milímetro, medidas 0,3 x 2,5 x 30 cm.	MAXCRIL	UND	100	1,96	196,00		
75	Rolo de fio, tipo barbante, 100% algodão, Nº 8, acabamento superficial torcido, contendo 300 m, cor branca.	EUROROMA	ROLO	100	15,84	1.584,00		
76	Tesoura, material aço inoxidável, material cabo plástico, comprimento 20 cm, para uso diverso.	BRW	UND	150	7,68	1.152,00		
77	Tinta para carimbo, cor preta, componentes: água e pigmentos, aspecto físico líquido, frasco com 42 ml.	JAPAN	UND	80	3,60	288,00		
78	Régua transparente de 50cm, com graduação cm/ml.	MAXCRIL	UND	50	3,90	195,00		
TOTAL GLOBAL DA PROPOSTA	R\$ 46.629,78							

LOTE 06

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	MARCA	UN	QTD	VALOR UNT	VALOR TOTAL
01	Copo descartável para água, 180 ml, branco, sem tampa, normatização abnt/nbr 14.865, (caixa com 25 centos). Copo 180 ml ps poliestireno pcte com 100 = caixa com 2.500 copos.	TOTAL-PLAST	CAIXA	144	117,50	16.920,00
02	Copo descartáveis para café, 50ml, branco, sem tampa, normatizado abnt/nbr 14.865 (caixa com 50 centos). Copo 50 ml ps poliestireno pcte com 100 = caixa com 5.000 copos.	TOTAL-PLAST	CAIXA	12	172,50	2.070,00
TOTAL GLOBAL DA PROPOSTA	R\$ 18.990,00					

O contrato ou instrumento hábil que vier a substituí-lo, na forma do art. 62, caput e § 4º da Lei nº 8.666/93, regulará as demais especificações. O presente registro terá a vigência de doze (12) meses, a contar da data de sua assinatura. Será realizada pesquisa periódica de mercado para comprovação da vantajosidade dos preços registrados nesta ata, a ser realizada pelos fiscais de contrato, constantes no item 8 do Termo de Referência – Anexo I do Edital.

Protocolo: 960080

MINISTÉRIO PÚBLICO

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

CONTRATO

Núm. do Contrato: 096/2023-MP/PA
Inexigibilidade de Licitação: nº 008/2023-MPPA
Processo: Gedoc nº 123066/2023.
Fundamento Legal: artigo 74, inciso I da Lei nº. 14.133/2021.
Partes: Ministério Público do Estado do Pará e a empresa BPGR TECNOLOGIA E INFORMACÃO LTDA (CNPJ 00.885.818/0001-39).
Objeto: Assinatura por 12 meses do buscador DOINET – BASE DE DIÁRIOS OFICIAIS.
Valor Total: R\$ 20.386,40 (vinte mil, trezentos e oitenta e seis reais e quarenta centavos).
Dotação Orçamentária: Funcional Programática: 12101.03.122.1494.8760 - Governança e Gestão; Natureza de Despesa: 339039 – Outros serviços de terceiros – Pessoa Jurídica; Fonte de Recursos: 01.500.0000-01 – Recursos Não Vinculados de Impostos;
Data da Assinatura: 06/07/2023
Data de divulgação no PNCP: 07/07/2023
Vigência: 10/07/2023 a 10/07/2024.
Foro: Justiça Estadual do Pará, Comarca de Belém.
Ordenador responsável: Dr. César Bechara Nader Mattar Júnior, Procurador-Geral de Justiça.

Protocolo: 960624

TERMO ADITIVO A CONTRATO

EXTRATO DE TERMO ADITIVO AO CONTRATO 045/2020-MP/PA
Núm. do Termo aditivo: 4º
Núm. do Contrato: 045/2020-MP/PA
Modalidade: Pregão Eletrônico nº 025/2020-MP/PA
Partes: Ministério Público do Estado do Pará e a empresa CENA2 PRODUÇÕES DIGITAIS EIRELI-ME, CNPJ/MF nº 13.615.357/0001-26.
Objeto do contrato: prestação de serviço de armazenamento, transmissão e edição de áudio e vídeo via internet, com fornecimento de mão de obra e equipamentos para captação da realização de eventos do Ministério Público do Estado do Pará a partir da capital ou de cidades do interior do estado, com disponibilização de conteúdo gravado ou ao vivo, também através de Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA).
Objeto deste termo aditivo: corrigir o prazo de vigência na cláusula segunda do 2º Termo Aditivo e prorrogar o prazo de vigência do Contrato Original por mais 12 (doze) meses, a contar de 23/07/2023, conforme protocolo Gedoc nº 114150/2023.
Valor deste termo aditivo: R\$ 12.562,56 mensais, totalizando R\$ 150.750,72 para o período de 12 meses;
Data de assinatura deste termo aditivo: 06/07/2023.
Vigência do 2º Termo Aditivo: 23/07/2022 a 22/07/2023.
Vigência deste Termo Aditivo: 23/07/2023 a 22/07/2024.
Dotação Orçamentária: Funcional Programática: 12101.03.122.1494.8760 - Governança e Gestão; Natureza Da Despesa: 339040 – Serv. de Tec. da Informação e Comunicação – Pessoa Jurídica.; Fonte: 01 500 0000 01 – Recursos Ordinários.
Ordenador Responsável: Dr. CÉSAR BECHARA NADER MATTAR JÚNIOR, Procurador-Geral de Justiça.

Protocolo: 960398

DIÁRIA

Republicada por alteração na original publicada no D.O.E. de 26 de janeiro de 2023
PORTARIA Nº 0281/2023-MP/PGJ
A DIRETORIA DO DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS, usando das atribuições que lhe foram delegadas pela PORTARIA nº4206/2012-MP/PGJ, de 19/09/2012, publicada no D.O.E. de 1/10/2012,
R E S O L V E:
CONCEDER diárias, em virtude de haver sido autorizado deslocamento no âmbito do expediente nº 101977/2023 conforme abaixo relacionado:
NOME: EVANDRO JOSE PERES PEREIRA
CARGO/FUNÇÃO: MOTORISTA - AOM-B-II
MATRÍCULA: 999.1644
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: art. 145, da Lei Estadual nº. 5.810, de 24/1/1994
ORIGEM: Belém - PA
DESTINO(S): Concórdia do Pará/PA
PERÍODO(S): 01/02/2023 - 02/02/2023
QUANTIDADE DE DIÁRIAS: 1 e 1/2 (um e meia) diaria(s)

FINALIDADE: Condução de membro/servidor à serviço do MPPA
Ordenador(a) da Despesa: CESAR BECHARA NADER MATTAR JUNIOR
DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS.
BELÉM, 24 de janeiro de 2023.
CAMILA CAVALCANTE DOS SANTOS
DIRETORA DO DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS, EM EXERCÍCIO
PORTARIA Nº 0416/2023-MP/SUB-TA
A SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, PARA A ÁREA TÉCNICO-ADMINISTRATIVA, usando das atribuições que lhe foram delegadas pela PORTARIA nº. 114/2018-MP/PGJ, de 12/01/2018, publicada no D.O.E. de 15/01/2018,
RESOLVE:
Autorizar deslocamento no âmbito do expediente 129711/2023, conforme relacionado abaixo
NOME: PEDRO LUCAS DE SOUZA CARNEIRO
CARGO/FUNÇÃO: TECNICO EM INFORMATICA - AAI-A-I
MATRÍCULA: 999.3698
ORIGEM: Capanema/Pará
DESTINO(S): Peixe-Boi/Pará
PERÍODO(S): 20/06/2023 - 20/06/2023
FINALIDADE: Reparos em bens móveis/imóveis - Realizar a desmontagem dos equipamentos de informática da PJ de Peixe-Boi/PA
SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, PARA A ÁREA TÉCNICO-ADMINISTRATIVA.
Belém, 04 de julho de 2023.
UBIRAGILDA SILVA PIMENTEL
Subprocuradora-Geral de Justiça, para a Área Técnico-Administrativa
PORTARIA Nº 3715/2023-MP/PGJ
A DIRETORIA DO DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS, usando das atribuições que lhe foram delegadas pela PORTARIA nº4206/2012-MP/PGJ, de 19/09/2012, publicada no D.O.E. de 01/10/2012,
RESOLVE:
Conceder diárias, em virtude de haver sido autorizado deslocamento no âmbito do expediente 128224/2023, conforme abaixo relacionado
NOME: JANE CLEIDE SILVA SOUZA
CARGO/FUNÇÃO: 10o Promotor de Justiça de Marabá
MATRÍCULA: 999.1332
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: art. 117, da Lei Complementar Estadual nº. 057, de 06 de julho de 2006
ORIGEM: Marabá/Pará
DESTINO(S): São João do Araguaia/Pará
PERÍODO(S): 15/06/2023 - 15/06/2023
QUANTIDADE DE DIÁRIAS: 1/2 (meia) diária
FINALIDADE: Acumulação
Ordenador(a) da Despesa: CESAR BECHARA NADER MATTAR JUNIOR
DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS .
Belém, 06 de julho de 2023.
CAMILA CAVALCANTE DOS SANTOS
DIRETORA DO DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS, EM EXERCÍCIO
PORTARIA Nº 3716/2023-MP/PGJ
A DIRETORIA DO DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS, usando das atribuições que lhe foram delegadas pela PORTARIA nº4206/2012-MP/PGJ, de 19/09/2012, publicada no D.O.E. de 01/10/2012,
RESOLVE:
TORNAR SEM EFEITO a PORTARIA 1928/2022, publicada no D.O.E em 13/05/2022, protocolo 117228/2022, conforme abaixo relacionada
NOME: BRUNO CARDOSO RODRIGUES
CARGO/FUNÇÃO: CORPO OP MILITAR (CABO PM) - MP.FG.GM I
MATRÍCULA: 999.2805
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Art 117, da lei complementar estadual nº 057, de 06 de julho de 2006
ORIGEM: Belém/Pará
DESTINO(S): Soure/Pará
PERÍODO(S): 28/05/2022 - 05/06/2022
QUANTIDADE DE DIÁRIAS: 8 e 1/2 (oito e meia) diárias
FINALIDADE: Escolta Policial
DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS .
Belém, 06 de julho de 2023.
CAMILA CAVALCANTE DOS SANTOS
DIRETORA DO DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS, EM EXERCÍCIO
PORTARIA Nº 3717/2023-MP/PGJ
A DIRETORIA DO DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS, usando das atribuições que lhe foram delegadas pela PORTARIA nº4206/2012-MP/PGJ, de 19/09/2012, publicada no D.O.E. de 01/10/2012,
RESOLVE:
Conceder diárias, em virtude de haver sido autorizado deslocamento no âmbito do expediente 131878/2023, conforme abaixo relacionado
NOME: HELIO RODRIGUES LEMOS
CARGO/FUNÇÃO: MOTORISTA - AOM-B-IV
MATRÍCULA: 999.1182
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Art. 145, da lei estadual nº 5.810, de 24/01/1994
ORIGEM: Castanhal/Pará
DESTINO(S): Vigia/Pará
PERÍODO(S): 29/06/2023 - 29/06/2023
QUANTIDADE DE DIÁRIAS: 1/2 (meia) diária
FINALIDADE: Condução de membro/servidor à serviço do MPPA - Conduzir o servidor Edson Gomes de Aguiar Silva até a PJ de Vigia/PA
Ordenador(a) da Despesa: CESAR BECHARA NADER MATTAR JUNIOR
DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS .
Belém, 06 de julho de 2023.
CAMILA CAVALCANTE DOS SANTOS
DIRETORA DO DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS, EM EXERCÍCIO

PORTARIA Nº 3718/2023-MP/PGJ

A DIRETORIA DO DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS, usando das atribuições que lhe foram delegadas pela PORTARIA nº4206/2012-MP/PGJ, de 19/09/2012, publicada no D.O.E. de 01/10/2012, RESOLVE:

Conceder diárias, em virtude de haver sido autorizado deslocamento no âmbito do expediente 132311/2023, conforme abaixo relacionado

NOME: MARCELO FAGUNDES DE MORAES

CARGO/FUNÇÃO: MOTORISTA - AOM-B-III

MATRÍCULA: 999.1292

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Art. 145, da lei estadual nº 5.810, de 24/01/1994

ORIGEM: Belém/Pará

DESTINO(S): Baião/Pará, Igarapé-Açu/Pará, Santarém Novo/Pará

PERÍODO(S): 12/07/2023 - 14/07/2023

QUANTIDADE DE DIÁRIAS: 2 e 1/2 (duas e meia) diárias

FINALIDADE: Condução de membro/servidor à serviço do MPPA - Conduzir o servidor João Odilson Siqueira da Silva até os municípios de Baião, Igarapé-Açu e Santarém Novo.

Ordenador(a) da Despesa: CESAR BECHARA NADER MATTAR JUNIOR

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS .

Belém, 06 de julho de 2023.

CAMILA CAVALCANTE DOS SANTOS

DIRETORA DO DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS, EM EXERCÍCIO

PORTARIA Nº 3719/2023-MP/PGJ

A DIRETORIA DO DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS, usando das atribuições que lhe foram delegadas pela PORTARIA nº4206/2012-MP/PGJ, de 19/09/2012, publicada no D.O.E. de 01/10/2012, RESOLVE:

Conceder diárias, em virtude de haver sido autorizado deslocamento no âmbito do expediente 132330/2023, conforme abaixo relacionado

NOME: REGINA LUIZA TAVEIRA DA SILVA

CARGO/FUNÇÃO: 1o Promotor de Justiça de Santa Izabel do Pará

MATRÍCULA: 999.464

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: art. 117, da Lei Complementar Estadual n.º

057, de 06 de julho de 2006

ORIGEM: Santa Izabel do Pará/Pará

DESTINO(S): Brasília/Distrito Federal

PERÍODO(S): 12/07/2023 - 12/07/2023

QUANTIDADE DE DIÁRIAS: 1/2 (meia) diária

FINALIDADE: Reunião de trabalho - Participar do evento de encerramento da Gestão da Comissão de Defesa dos Direitos Fundamentais- CDDF, que ocorrerá no dia 12/07/2023, em Brasília/DF

Ordenador(a) da Despesa: CESAR BECHARA NADER MATTAR JUNIOR

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS .

Belém, 06 de julho de 2023.

CAMILA CAVALCANTE DOS SANTOS

DIRETORA DO DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS, EM EXERCÍCIO

PORTARIA Nº 3720/2023-MP/PGJ

A DIRETORIA DO DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS, usando das atribuições que lhe foram delegadas pela PORTARIA nº4206/2012-MP/PGJ, de 19/09/2012, publicada no D.O.E. de 01/10/2012, RESOLVE:

Conceder diárias, em virtude de haver sido autorizado deslocamento no âmbito do expediente 132457/2023, conforme abaixo relacionado

NOME: NEY TAPAJOS FERREIRA FRANCO

CARGO/FUNÇÃO: Promotor de Justiça de Curuçá

MATRÍCULA: 999.822

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Art. 145, da lei estadual nº 5.810, de 24/01/1994

ORIGEM: Curuçá/Pará

DESTINO(S): Igarapé-Açu/Pará

PERÍODO(S): 05/07/2023 - 07/07/2023, 12/07/2023 - 13/07/2023, 19/07/2023 - 21/07/2023, 24/07/2023 - 26/07/2023

QUANTIDADE DE DIÁRIAS: 5 e 1/2 (cinco e meia) diárias

FINALIDADE: Acumulação

Ordenador(a) da Despesa: CESAR BECHARA NADER MATTAR JUNIOR

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS .

Belém, 06 de julho de 2023.

CAMILA CAVALCANTE DOS SANTOS

DIRETORA DO DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS, EM EXERCÍCIO

PORTARIA Nº 3721/2023-MP/PGJ

A DIRETORIA DO DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS, usando das atribuições que lhe foram delegadas pela PORTARIA nº4206/2012-MP/PGJ, de 19/09/2012, publicada no D.O.E. de 01/10/2012, RESOLVE:

Conceder diárias, em virtude de haver sido autorizado deslocamento no âmbito do expediente 132304/2023, conforme abaixo relacionado

NOME: RENATA VALERIA PINTO CARDOSO

CARGO/FUNÇÃO: 5o Promotor de Justiça de Altamira

MATRÍCULA: 999.1542

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: art. 117, da Lei Complementar Estadual n.º

057, de 06 de julho de 2006

ORIGEM: Altamira/Pará

DESTINO(S): Belém/Pará

PERÍODO(S): 22/06/2023 - 23/06/2023

QUANTIDADE DE DIÁRIAS: 1 e 1/2 (uma e meia) diárias

FINALIDADE: Acumulação

Ordenador(a) da Despesa: CESAR BECHARA NADER MATTAR JUNIOR

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS .

Belém, 06 de julho de 2023.

CAMILA CAVALCANTE DOS SANTOS

DIRETORA DO DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS, EM EXERCÍCIO

PORTARIA Nº 3722/2023-MP/PGJ

A DIRETORIA DO DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS, usando das atribuições que lhe foram delegadas pela PORTARIA nº4206/2012-MP/PGJ, de 19/09/2012, publicada no D.O.E. de 01/10/2012, RESOLVE:

Conceder diárias, em virtude de haver sido autorizado deslocamento no âmbito do expediente 132345/2023, conforme abaixo relacionado

NOME: PATRICIA PIMENTEL RABELO ANDRADE

CARGO/FUNÇÃO: 4o Promotor de Justiça de Redenção

MATRÍCULA: 999.2460

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: art. 117, da Lei Complementar Estadual n.º

057, de 06 de julho de 2006

ORIGEM: Redenção - PA

DESTINO(S): Belém/PA, Cametá/PA

PERÍODO(S): 26/06/2023 - 30/06/2023

QUANTIDADE DE DIÁRIAS: 4 e 1/2 (quatro e meia) diárias

FINALIDADE: Acumulação

Ordenador(a) da Despesa: CESAR BECHARA NADER MATTAR JUNIOR

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS .

Belém, 06 de julho de 2023.

CAMILA CAVALCANTE DOS SANTOS

DIRETORA DO DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS, EM EXERCÍCIO

PORTARIA Nº 3723/2023-MP/PGJ

A DIRETORIA DO DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS, usando das atribuições que lhe foram delegadas pela PORTARIA nº4206/2012-MP/PGJ, de 19/09/2012, publicada no D.O.E. de 01/10/2012, RESOLVE:

Conceder diárias, em virtude de haver sido autorizado deslocamento no âmbito do expediente 129844/2023, conforme abaixo relacionado

NOME: FRANCISCA SUENIA FERNANDES DE SA

CARGO/FUNÇÃO: 1o Promotor de Justiça de Salinópolis

MATRÍCULA: 999.1330

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Art. 145, da lei estadual nº 5.810, de 24/01/1994

ORIGEM: Salinópolis/Pará

DESTINO(S): Belém/Pará, Itaituba/Pará, Novo Progresso/Pará

PERÍODO(S): 09/07/2023 - 15/07/2023

QUANTIDADE DE DIÁRIAS: 6 e 1/2 (seis e meia) diárias

FINALIDADE: Acumulação

Ordenador(a) da Despesa: CESAR BECHARA NADER MATTAR JUNIOR

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS .

Belém, 06 de julho de 2023.

CAMILA CAVALCANTE DOS SANTOS

DIRETORA DO DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS, EM EXERCÍCIO

PORTARIA Nº 3724/2023-MP/PGJ

A DIRETORIA DO DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS, usando das atribuições que lhe foram delegadas pela PORTARIA nº4206/2012-MP/PGJ, de 19/09/2012, publicada no D.O.E. de 01/10/2012, RESOLVE:

Conceder diárias, em virtude de haver sido autorizado deslocamento no âmbito do expediente 131422/2023, conforme abaixo relacionado

NOME: ALAN JOHNNES LIRA FEITOSA

CARGO/FUNÇÃO: 1o Promotor de Justiça de Tailândia

MATRÍCULA: 999.2349

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: art. 117, da Lei Complementar Estadual n.º

057, de 06 de julho de 2006

ORIGEM: Tailândia/Pará

DESTINO(S): Limoeiro do Ajuru/Pará

PERÍODO(S): 03/07/2023 - 07/07/2023

QUANTIDADE DE DIÁRIAS: 4 e 1/2 (quatro e meia) diárias

FINALIDADE: Acumulação

Ordenador(a) da Despesa: CESAR BECHARA NADER MATTAR JUNIOR

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS .

Belém, 06 de julho de 2023.

CAMILA CAVALCANTE DOS SANTOS

DIRETORA DO DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS, EM EXERCÍCIO

PORTARIA Nº 3725/2023-MP/PGJ

A DIRETORIA DO DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS, usando das atribuições que lhe foram delegadas pela PORTARIA nº4206/2012-MP/PGJ, de 19/09/2012, publicada no D.O.E. de 01/10/2012, RESOLVE:

Conceder diárias, em virtude de haver sido autorizado deslocamento no âmbito do expediente 132105/2023, conforme abaixo relacionado

NOME: FRANCISCO VIEIRA DE ARAUJO

CARGO/FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVICOS DE MANUTENCAO - AOS-B-I

MATRÍCULA: 999.1231

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Art. 145, da lei estadual nº 5.810, de 24/01/1994

ORIGEM: Capanema/Pará

DESTINO(S): São Miguel do Guamá/Pará

PERÍODO(S): 19/07/2023 - 19/07/2023, 20/07/2023 - 20/07/2023, 21/07/2023 - 21/07/2023

QUANTIDADE DE DIÁRIAS: 1 e 1/2 (uma e meia) diárias

FINALIDADE: Reparos em bens móveis/imóveis - Realizar serviços de manutenção e pintura na PJ de São Miguel do Guamá/PA

Ordenador(a) da Despesa: CESAR BECHARA NADER MATTAR JUNIOR

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS .

Belém, 06 de julho de 2023.

CAMILA CAVALCANTE DOS SANTOS

DIRETORA DO DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS, EM EXERCÍCIO

PORTARIA Nº 3726/2023-MP/PGJ

A DIRETORIA DO DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS, usando das atribuições que lhe foram delegadas pela PORTARIA nº4206/2012-MP/PGJ, de 19/09/2012, publicada no D.O.E. de 01/10/2012,

RESOLVE:

Conceder diárias, em virtude de haver sido autorizado deslocamento no âmbito do expediente 131380/2023, conforme abaixo relacionado
 NOME: PAULO SERGIO SILVA MATOS
 CARGO/FUNÇÃO: CORPO OP MILITAR (CABO PM) - MP.FG.GM I
 MATRÍCULA: 999.3326
 FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei Estadual n.º 5.119, de 16/5/1984 c/c Lei Estadual n.º 7.551, de 14/9/2011; art. 145, da Lei Estadual n.º 5.810, de 24/1/1994.

ORIGEM: Belém/Pará

DESTINO(S): Castanhal/Pará

PERÍODO(S): 14/06/2023 - 14/06/2023, 15/06/2023 - 15/06/2023, 16/06/2023 - 16/06/2023

QUANTIDADE DE DIÁRIAS: 1 e 1/2 (uma e meia) diárias

FINALIDADE: Levantamento de informações - Dar cumprimento de ordem de missão

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ.

Belém, 06 de julho de 2023.

CAMILA CAVALCANTE DOS SANTOS

DIRETORA DO DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS, EM EXERCÍCIO

PORTARIA Nº 3727/2023-MP/PGJ

A DIRETORIA DO DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS, usando das atribuições que lhe foram delegadas pela PORTARIA nº4206/2012-MP/PGJ, de 19/09/2012, publicada no D.O.E. de 01/10/2012,

RESOLVE:

Conceder diárias, em virtude de haver sido autorizado deslocamento no âmbito do expediente 124328/2023, conforme abaixo relacionado

NOME: BRUNO ALVES CAMARA

CARGO/FUNÇÃO: 2o Promotor de Justiça de Novo Progresso

MATRÍCULA: 999.2697

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: art. 117, da Lei Complementar Estadual n.º 057, de 06 de julho de 2006

ORIGEM: Novo Progresso - PA

DESTINO(S): Belém/PA

PERÍODO(S): 22/06/2023 - 24/06/2023

QUANTIDADE DE DIÁRIAS: 2 e 1/2 (dois e meia) diárias

FINALIDADE: Reunião de trabalho - Participar da reunião do GT Agrário em Belém/PA

Ordenador(a) da Despesa: CESAR BECHARA NADER MATTAR JUNIOR

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS .

Belém, 06 de julho de 2023.

CAMILA CAVALCANTE DOS SANTOS

DIRETORA DO DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS, EM EXERCÍCIO

PORTARIA Nº 3728/2023-MP/PGJ

A DIRETORIA DO DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS, usando das atribuições que lhe foram delegadas pela PORTARIA nº4206/2012-MP/PGJ, de 19/09/2012, publicada no D.O.E. de 01/10/2012,

RESOLVE:

Conceder diárias, em virtude de haver sido autorizado deslocamento no âmbito do expediente 132130/2023, conforme abaixo relacionado

NOME: JOSE LOURENCO DA COSTA SIQUEIRA

CARGO/FUNÇÃO: MOTORISTA - AOM-C-V

MATRÍCULA: 999.082

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Art. 145, da lei estadual nº 5.810, de 24/01/1994

ORIGEM: Belém/Pará

DESTINO(S): Abaetetuba/Pará

PERÍODO(S): 05/07/2023 - 07/07/2023

QUANTIDADE DE DIÁRIAS: 2 e 1/2 (duas e meia) diárias

FINALIDADE: Condução de membro/servidor à serviço do MPPA - Conduzir o servidor Wagner da Silva Santos até o município de Abaetetuba/PA

Ordenador(a) da Despesa: CESAR BECHARA NADER MATTAR JUNIOR

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS .

Belém, 06 de julho de 2023.

CAMILA CAVALCANTE DOS SANTOS

DIRETORA DO DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS, EM EXERCÍCIO

PORTARIA Nº 3729/2023-MP/PGJ

A DIRETORIA DO DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS, usando das atribuições que lhe foram delegadas pela PORTARIA nº4206/2012-MP/PGJ, de 19/09/2012, publicada no D.O.E. de 01/10/2012,

RESOLVE:

Conceder diárias, em virtude de haver sido autorizado deslocamento no âmbito do expediente 129174/2023, conforme abaixo relacionado

NOME: JOSE ALVES REIS

CARGO/FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVICOS DE MANUTENCAO - AOS-B-IV

MATRÍCULA: 999.1190

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Art. 145, da lei estadual nº 5.810, de 24/01/1994

ORIGEM: Marabá/Pará

DESTINO(S): Parauapebas/Pará

PERÍODO(S): 20/06/2023 - 20/06/2023

QUANTIDADE DE DIÁRIAS: 1/2 (meia) diária

FINALIDADE: Reparos em bens móveis/imóveis - Realizar serviços de manutenção urgente no banheiro da PJ de Parauapebas/PA

Ordenador(a) da Despesa: CESAR BECHARA NADER MATTAR JUNIOR

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS .

Belém, 06 de julho de 2023.

CAMILA CAVALCANTE DOS SANTOS

DIRETORA DO DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS, EM EXERCÍCIO

PORTARIA Nº 3730/2023-MP/PGJ

A DIRETORIA DO DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS, usando das atribuições que lhe foram delegadas pela PORTARIA nº4206/2012-MP/PGJ, de 19/09/2012, publicada no D.O.E. de 01/10/2012,

RESOLVE:

Conceder diárias, em virtude de haver sido autorizado deslocamento no âmbito do expediente 132286/2023, conforme abaixo relacionado

NOME: ANGELA MARIA BALIEIRO QUEIROZ

CARGO/FUNÇÃO: Coordenador de Centro de Apoio Operacional Cível, Processual e do Cidadão (CAOCP)

MATRÍCULA: 999.452

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Art. 145, da lei estadual nº 5.810, de 24/01/1994

ORIGEM: Belém/Pará

DESTINO(S): Santarém/Pará

PERÍODO(S): 25/07/2023 - 31/07/2023

QUANTIDADE DE DIÁRIAS: 6 e 1/2 (seis e meia) diárias

FINALIDADE: Reunião de trabalho - Participar do Fórum do Baixo Amazonas de Direito do Consumidor: Conectividade, Eletricidade, Consumo e Saúde Humana, que se realizará entre os dias 27 e 29/07/2023, na cidade de Santarém/PA

Ordenador(a) da Despesa: CESAR BECHARA NADER MATTAR JUNIOR

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS .

Belém, 06 de julho de 2023.

CAMILA CAVALCANTE DOS SANTOS

DIRETORA DO DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS, EM EXERCÍCIO

PORTARIA Nº 3731/2023-MP/PGJ

A DIRETORIA DO DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS, usando das atribuições que lhe foram delegadas pela PORTARIA nº4206/2012-MP/PGJ, de 19/09/2012, publicada no D.O.E. de 01/10/2012,

RESOLVE:

Conceder diárias, em virtude de haver sido autorizado deslocamento no âmbito do expediente 132028/2023, conforme abaixo relacionado

NOME: PEDRO LUCAS DE SOUZA CARNEIRO

CARGO/FUNÇÃO: TECNICO EM INFORMATICA - AAI-A-I

MATRÍCULA: 999.3698

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Art. 145, da lei estadual nº 5.810, de 24/01/1994

ORIGEM: Capanema/Pará

DESTINO(S): Viseu/Pará

PERÍODO(S): 10/07/2023 - 11/07/2023

QUANTIDADE DE DIÁRIAS: 1 e 1/2 (uma e meia) diárias

FINALIDADE: Reparos em bens móveis/imóveis - Realizar a manutenção corretiva e preventiva dos equipamentos de informatica da PJ de Viseu/PA

Ordenador(a) da Despesa: CESAR BECHARA NADER MATTAR JUNIOR

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS .

Belém, 06 de julho de 2023.

CAMILA CAVALCANTE DOS SANTOS

DIRETORA DO DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS, EM EXERCÍCIO

PORTARIA Nº 3732/2023-MP/PGJ

A DIRETORIA DO DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS, usando das atribuições que lhe foram delegadas pela PORTARIA nº4206/2012-MP/PGJ, de 19/09/2012, publicada no D.O.E. de 01/10/2012,

RESOLVE:

Conceder diárias, em virtude de haver sido autorizado deslocamento no âmbito do expediente 131757/2023, conforme abaixo relacionado

NOME: RAMON FURTADO SANTOS

CARGO/FUNÇÃO: 10o Promotor de Justiça de Santarém

MATRÍCULA: 999.1557

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: art. 117, da Lei Complementar Estadual n.º 057, de 06 de julho de 2006

ORIGEM: Santarém/Pará

DESTINO(S): Almeirim/Pará

PERÍODO(S): 17/07/2023 - 21/07/2023

QUANTIDADE DE DIÁRIAS: 4 e 1/2 (quatro e meia) diárias

FINALIDADE: Acumulação

Ordenador(a) da Despesa: CESAR BECHARA NADER MATTAR JUNIOR

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS .

Belém, 06 de julho de 2023.

CAMILA CAVALCANTE DOS SANTOS

DIRETORA DO DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS, EM EXERCÍCIO

PORTARIA Nº 3733/2023-MP/PGJ

A DIRETORIA DO DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS, usando das atribuições que lhe foram delegadas pela PORTARIA nº4206/2012-MP/PGJ, de 19/09/2012, publicada no D.O.E. de 01/10/2012,

RESOLVE:

Conceder diárias, em virtude de haver sido autorizado deslocamento no âmbito do expediente 131379/2023, conforme abaixo relacionado

NOME: TADEU PAULO NASCIMENTO DE ALMEIDA

CARGO/FUNÇÃO: CORPO OP MILITAR (SOLDADO) - MP.FG.GM I

MATRÍCULA: 999.3166

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei Estadual n.º 5.119, de 16/5/1984 c/c Lei Estadual n.º 7.551, de 14/9/2011; art. 145, da Lei Estadual n.º 5.810, de 24/1/1994.

ORIGEM: Belém/Pará

DESTINO(S): Castanhal/Pará

PERÍODO(S): 14/06/2023 - 14/06/2023, 15/06/2023 - 15/06/2023, 16/06/2023 - 16/06/2023

QUANTIDADE DE DIÁRIAS: 1 e 1/2 (uma e meia) diárias

FINALIDADE: Levantamento de informações - Dar cumprimento de ordem de missão.

Ordenador(a) da Despesa: CESAR BECHARA NADER MATTAR JUNIOR

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS .

Belém, 06 de julho de 2023.

CAMILA CAVALCANTE DOS SANTOS

DIRETORA DO DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS, EM EXERCÍCIO

PORTARIA Nº 3734/2023-MP/PGJ

A DIRETORIA DO DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS, usando das atribuições que lhe foram delegadas pela PORTARIA nº4206/2012-MP/PGJ, de 19/09/2012, publicada no D.O.E. de 01/10/2012, RESOLVE:

Conceder diárias, em virtude de haver sido autorizado deslocamento no âmbito do expediente 131370/2023, conforme abaixo relacionado

NOME: PAULO SERGIO SILVA MATOS

CARGO/FUNÇÃO: CORPO OP MILITAR (CABO PM) - MP.FG.GM I

MATRÍCULA: 999.3326

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei Estadual n.º 5.119, de 16/5/1984 c/c Lei Estadual n.º 7.551, de 14/9/2011; art. 145, da Lei Estadual n.º 5.810, de 24/1/1994.

ORIGEM: Belém/Pará

DESTINO(S): Castanhal/Pará

PERÍODO(S): 25/06/2023 - 26/06/2023

QUANTIDADE DE DIÁRIAS: 1 (uma) diária

FINALIDADE: Cumprimento de mandados judiciais - Dar cumprimento de ordem de missão sigilosa.

Ordenador(a) da Despesa: CESAR BECHARA NADER MATTAR JUNIOR

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS .

Belém, 06 de julho de 2023.

CAMILA CAVALCANTE DOS SANTOS

DIRETORA DO DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS, EM EXERCÍCIO

PORTARIA Nº 3737/2023-MP/PGJ

A DIRETORIA DO DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS, usando das atribuições que lhe foram delegadas pela PORTARIA nº4206/2012-MP/PGJ, de 19/09/2012, publicada no D.O.E. de 01/10/2012, RESOLVE:

Conceder diárias, em virtude de haver sido autorizado deslocamento no âmbito do expediente 128818/2023, conforme abaixo relacionado

NOME: MARCELO BATISTA GONCALVES

CARGO/FUNÇÃO: 7o Promotor de Justiça da Infância e Juventude de Belém

MATRÍCULA: 999.272

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: art. 117, da Lei Complementar Estadual n.º 057, de 06 de julho de 2006

ORIGEM: Belém/Pará

DESTINO(S): Cachoeira do Arari/Pará

PERÍODO(S): 20/06/2023 - 23/06/2023

QUANTIDADE DE DIÁRIAS: 3 e 1/2 (três e meia) diárias

FINALIDADE: Acumulação

Ordenador(a) da Despesa: CESAR BECHARA NADER MATTAR JUNIOR

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ.

Belém, 06 de julho de 2023.

CAMILA CAVALCANTE DOS SANTOS

DIRETORA DO DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS, EM EXERCÍCIO

PORTARIA Nº 3739/2023-MP/PGJ

A DIRETORIA DO DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS, usando das atribuições que lhe foram delegadas pela PORTARIA nº4206/2012-MP/PGJ, de 19/09/2012, publicada no D.O.E. de 01/10/2012, RESOLVE:

Conceder diárias, em virtude de haver sido autorizado deslocamento no âmbito do expediente 132235/2023, conforme abaixo relacionado

NOME: SERGIO TIBURCIO DOS SANTOS SILVA

CARGO/FUNÇÃO: Corregedor-Geral do Ministério Público

MATRÍCULA: 999.049

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: art. 117, da Lei Complementar Estadual n.º 057, de 06 de julho de 2006

ORIGEM: Belém/Pará

DESTINO(S): Parauapebas/Pará, Curionópolis/Pará

PERÍODO(S): 26/07 a 27/07/2023

QUANTIDADE DE DIÁRIAS: 1 e 1/2 (uma e meia) diárias

FINALIDADE: Reunião de trabalho

Ordenador(a) da Despesa: CESAR BECHARA NADER MATTAR JUNIOR

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ.

Belém, 06 de julho de 2023.

CAMILA CAVALCANTE DOS SANTOS

DIRETORA DO DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS, EM EXERCÍCIO

PORTARIA Nº 3740/2023-MP/PGJ

A DIRETORIA DO DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS, usando das atribuições que lhe foram delegadas pela PORTARIA nº4206/2012-MP/PGJ, de 19/09/2012, publicada no D.O.E. de 01/10/2012, RESOLVE:

Conceder diárias, em virtude de haver sido autorizado deslocamento no âmbito do expediente 131933/2023, conforme abaixo relacionado

NOME: IVANILSON PAULO CORREA RAIOL

CARGO/FUNÇÃO: 15o Promotor de Justiça Criminal de Belém

MATRÍCULA: 999.393

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: art. 117, da Lei Complementar Estadual n.º 057, de 06 de julho de 2006

ORIGEM: Belém/Pará

DESTINO(S): Soure/Pará

PERÍODO(S): 10/07/2023 - 14/07/2023, 24/07/2023 - 27/07/2023

QUANTIDADE DE DIÁRIAS: 8 (oito) diárias

FINALIDADE: Acumulação

Ordenador(a) da Despesa: CESAR BECHARA NADER MATTAR JUNIOR

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ.

Belém, 06 de julho de 2023.

CAMILA CAVALCANTE DOS SANTOS

DIRETORA DO DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS, EM EXERCÍCIO

PORTARIA Nº 3742/2023-MP/PGJ

A DIRETORIA DO DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS, usando das atribuições que lhe foram delegadas pela PORTARIA nº4206/2012-MP/PGJ, de 19/09/2012, publicada no D.O.E. de 01/10/2012, RESOLVE:

Conceder diárias, em virtude de haver sido autorizado deslocamento no âmbito do expediente 131654/2023, conforme abaixo relacionado

NOME: ODELIO DIVINO GARCIA JUNIOR

CARGO/FUNÇÃO: Promotor de Justiça de Ourilândia do Norte

MATRÍCULA: 999.2841

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: art. 117, da Lei Complementar Estadual n.º 057, de 06 de julho de 2006

ORIGEM: Ourilândia do Norte/Pará

DESTINO(S): São Félix do Xingu/Pará

PERÍODO(S): 17/07/2023 - 21/07/2023

QUANTIDADE DE DIÁRIAS: 4 e 1/2 (quatro e meia) diárias

FINALIDADE: Acumulação

Ordenador(a) da Despesa: CESAR BECHARA NADER MATTAR JUNIOR

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ.

Belém, 06 de julho de 2023.

CAMILA CAVALCANTE DOS SANTOS

DIRETORA DO DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS, EM EXERCÍCIO

PORTARIA Nº 3744/2023-MP/PGJ

A DIRETORIA DO DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS, usando das atribuições que lhe foram delegadas pela PORTARIA nº4206/2012-MP/PGJ, de 19/09/2012, publicada no D.O.E. de 01/10/2012, RESOLVE:

Conceder diárias, em virtude de haver sido autorizado deslocamento no âmbito do expediente 130514/2023, conforme abaixo relacionado

NOME: RODRIGO SILVA VASCONCELOS

CARGO/FUNÇÃO: Promotor de Justiça de Melgaço

MATRÍCULA: 999.2843

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: art. 117, da Lei Complementar Estadual n.º 057, de 06 de julho de 2006

ORIGEM: Melgaço/Pará

DESTINO(S): Breves/Pará

PERÍODO(S): 03/07/2023 - 07/07/2023

QUANTIDADE DE DIÁRIAS: 4 e 1/2 (quatro e meia) diárias

FINALIDADE: Acumulação

Ordenador(a) da Despesa: CESAR BECHARA NADER MATTAR JUNIOR

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ.

Belém, 06 de julho de 2023.

CAMILA CAVALCANTE DOS SANTOS

DIRETORA DO DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS, EM EXERCÍCIO

PORTARIA Nº 3745/2023-MP/PGJ

A DIRETORIA DO DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS, usando das atribuições que lhe foram delegadas pela PORTARIA nº4206/2012-MP/PGJ, de 19/09/2012, publicada no D.O.E. de 01/10/2012, RESOLVE:

Conceder diárias, em virtude de haver sido autorizado deslocamento no âmbito do expediente 130998/2023, conforme abaixo relacionado

NOME: LADIELSON NASCIMENTO DOS SANTOS

CARGO/FUNÇÃO: AUXILIAR DE ADMINISTRACAO - AUD-B-II

MATRÍCULA: 999.1513

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Art. 145, da lei estadual nº 5.810, de 24/01/1994

ORIGEM: Capanema/Pará

DESTINO(S): Garrafão do Norte/Pará

PERÍODO(S): 10/07/2023 - 14/07/2023

QUANTIDADE DE DIÁRIAS: 4 e 1/2 (quatro e meia) diárias

FINALIDADE: Substituição Legal

Ordenador(a) da Despesa: CESAR BECHARA NADER MATTAR JUNIOR

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ.

Belém, 06 de julho de 2023.

CAMILA CAVALCANTE DOS SANTOS

DIRETORA DO DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS, EM EXERCÍCIO

PORTARIA Nº 3746/2023-MP/PGJ

A DIRETORIA DO DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS, usando das atribuições que lhe foram delegadas pela PORTARIA nº4206/2012-MP/PGJ, de 19/09/2012, publicada no D.O.E. de 01/10/2012, RESOLVE:

Conceder diárias, em virtude de haver sido autorizado deslocamento no âmbito do expediente 132158/2023, conforme abaixo relacionado

NOME: ELAINE CRISTINA NASCIMENTO DO NASCIMENTO

CARGO/FUNÇÃO: CHEFE DO SERVICO DE DOCUMENTACAO - MP.FG-3

MATRÍCULA: 999.1467

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Art. 145, da lei estadual nº 5.810, de 24/01/1994

ORIGEM: Belém/Pará

DESTINO(S): Abaetetuba/Pará

PERÍODO(S): 05/07/2023 - 06/07/2023

QUANTIDADE DE DIÁRIAS: 1 e 1/2 (uma e meia) diárias

FINALIDADE: Organização de arquivos

Ordenador(a) da Despesa: CESAR BECHARA NADER MATTAR JUNIOR

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ.

Belém, 06 de julho de 2023.

CAMILA CAVALCANTE DOS SANTOS

DIRETORA DO DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS, EM EXERCÍCIO

PORTARIA Nº 3747/2023-MP/PGJ

A DIRETORIA DO DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS, usando das atribuições que lhe foram delegadas pela PORTARIA nº4206/2012-MP/PGJ, de 19/09/2012, publicada no D.O.E. de 01/10/2012, RESOLVE:

Conceder diárias, em virtude de haver sido autorizado deslocamento no âmbito do expediente 132121/2023, conforme abaixo relacionado
NOME: ANDRE DE OLIVEIRA SOBRINHO
CARGO/FUNÇÃO: TECNICO ESPECIALIZADO - ENGENHEIRO - ATE-C-V
MATRÍCULA: 999.770

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Art. 145, da lei estadual nº 5.810, de 24/01/1994
ORIGEM: Belém/Pará

DESTINO(S): Moju/Pará

PERÍODO(S): 05/07/2023 - 06/07/2023

QUANTIDADE DE DIÁRIAS: 1 e 1/2 (uma e meia) diárias

FINALIDADE: Fiscalização de Contrato

Ordenador(a) da Despesa: CESAR BECHARA NADER MATTAR JUNIOR
DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ.

Belém, 06 de julho de 2023.

CAMILA CAVALCANTE DOS SANTOS

DIRETORA DO DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS, EM EXERCÍCIO

PORTARIA Nº 3748/2023-MP/PGJ

A DIRETORIA DO DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS, usando das atribuições que lhe foram delegadas pela PORTARIA nº4206/2012-MP/PGJ, de 19/09/2012, publicada no D.O.E. de 01/10/2012, RESOLVE:

Conceder diárias, em virtude de haver sido autorizado deslocamento no âmbito do expediente 130541/2023, conforme abaixo relacionado
NOME: MARCIO DE OLIVEIRA MENDES

CARGO/FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVICOS GERAIS - AOG-B-II

MATRÍCULA: 999.1500

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Art. 145, da lei estadual nº 5.810, de 24/01/1994
ORIGEM: Belém/Pará

DESTINO(S): Muaná/Pará

PERÍODO(S): 17/07/2023 - 22/07/2023

QUANTIDADE DE DIÁRIAS: 5 e 1/2 (cinco e meia) diárias

FINALIDADE: Levantamento de informações

Ordenador(a) da Despesa: CESAR BECHARA NADER MATTAR JUNIOR
DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ.

Belém, 06 de julho de 2023.

CAMILA CAVALCANTE DOS SANTOS

DIRETORA DO DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS, EM EXERCÍCIO

PORTARIA Nº 3749/2023-MP/PGJ

A DIRETORIA DO DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS, usando das atribuições que lhe foram delegadas pela PORTARIA nº4206/2012-MP/PGJ, de 19/09/2012, publicada no D.O.E. de 01/10/2012, RESOLVE:

Conceder diárias, em virtude de haver sido autorizado deslocamento no âmbito do expediente 132143/2023, conforme abaixo relacionado
NOME: MARCIO ANTONIO CUNHA SOLIMÕES

CARGO/FUNÇÃO: ASSESSOR ESPECIALIZADO - MP.CPCE-102.4

MATRÍCULA: 999.1111

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Art. 145, da lei estadual nº 5.810, de 24/01/1994
ORIGEM: Belém/Pará

DESTINO(S): Curitiba/Paraná

PERÍODO(S): 15/08/2023 - 19/08/2023

QUANTIDADE DE DIÁRIAS: 3 (três) diárias

FINALIDADE: Curso/encontro/seminário (anexar programação)

Ordenador(a) da Despesa: CESAR BECHARA NADER MATTAR JUNIOR
DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ.

Belém, 06 de julho de 2023.

CAMILA CAVALCANTE DOS SANTOS

DIRETORA DO DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS, EM EXERCÍCIO

PORTARIA Nº 3750/2023-MP/PGJ

A DIRETORIA DO DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS, usando das atribuições que lhe foram delegadas pela PORTARIA nº4206/2012-MP/PGJ, de 19/09/2012, publicada no D.O.E. de 01/10/2012, RESOLVE:

Conceder diárias, em virtude de haver sido autorizado deslocamento no âmbito do expediente 132639/2023, conforme abaixo relacionado
NOME: MARIA DO CARMO ANDION FARIAS

CARGO/FUNÇÃO: ASSESSOR ESPECIALIZADO DE APOIO TECNICO-OPE-
RACIONAL JUDICIAL E EXTRAJUDICIAL

MATRÍCULA: 999.1745

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Art. 145, da lei estadual nº 5.810, de 24/01/1994
ORIGEM: Belém/Pará

DESTINO(S): Santarém/Pará, Juruti/Pará

PERÍODO(S): 25/07/2023 - 31/07/2023

QUANTIDADE DE DIÁRIAS: 6 e 1/2 (seis e meia) diárias

FINALIDADE: Seminário

Ordenador(a) da Despesa: CESAR BECHARA NADER MATTAR JUNIOR
DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ.

Belém, 06 de julho de 2023.

CAMILA CAVALCANTE DOS SANTOS

DIRETORA DO DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS, EM EXERCÍCIO

PORTARIA Nº 3751/2023-MP/PGJ

A DIRETORIA DO DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS, usando das atribuições que lhe foram delegadas pela PORTARIA nº4206/2012-MP/PGJ, de 19/09/2012, publicada no D.O.E. de 01/10/2012,

RESOLVE:

Conceder diárias, em virtude de haver sido autorizado deslocamento no âmbito do expediente 132287/2023, conforme abaixo relacionado
NOME: LORENNNA MENDES PACHECO

CARGO/FUNÇÃO: ASSESSOR ESPECIALIZADO APOIO TEC-OPER JUD E EXTRAJUD

MATRÍCULA: 999.1944

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Art. 145, da lei estadual nº 5.810, de 24/01/1994

ORIGEM: Belém/Pará

DESTINO(S): Santarém/Pará

PERÍODO(S): 25/07/2023 - 31/07/2023

QUANTIDADE DE DIÁRIAS: 6 e 1/2 (seis e meia) diárias

FINALIDADE: Reunião de trabalho

Ordenador(a) da Despesa: CESAR BECHARA NADER MATTAR JUNIOR
DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ.

Belém, 06 de julho de 2023.

CAMILA CAVALCANTE DOS SANTOS

DIRETORA DO DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS, EM EXERCÍCIO

PORTARIA Nº 3752/2023-MP/PGJ

A DIRETORIA DO DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS, usando das atribuições que lhe foram delegadas pela PORTARIA nº4206/2012-MP/PGJ, de 19/09/2012, publicada no D.O.E. de 01/10/2012, RESOLVE:

Conceder diárias, em virtude de haver sido autorizado deslocamento no âmbito do expediente 130198/2023, conforme abaixo relacionado
NOME: DANIELLE SANTOS DA CUNHA CARDOSO

CARGO/FUNÇÃO: ASSESSOR ESPECIALIZADO APOIO TEC-OPER JUD E EXTRAJUD

MATRÍCULA: 999.2859

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Art. 145, da lei estadual nº 5.810, de 24/01/1994
ORIGEM: Belém/Pará

DESTINO(S): Maceió/Alagoas

PERÍODO(S): 25/09/2023 - 29/09/2023

QUANTIDADE DE DIÁRIAS: 3 (três) diárias

FINALIDADE: Seminário

Ordenador(a) da Despesa: CESAR BECHARA NADER MATTAR JUNIOR
DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ.

Belém, 06 de julho de 2023.

CAMILA CAVALCANTE DOS SANTOS

DIRETORA DO DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS, EM EXERCÍCIO

PORTARIA Nº 3753/2023-MP/PGJ

A DIRETORIA DO DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS, usando das atribuições que lhe foram delegadas pela PORTARIA nº4206/2012-MP/PGJ, de 19/09/2012, publicada no D.O.E. de 01/10/2012, RESOLVE:

Conceder diárias, em virtude de haver sido autorizado deslocamento no âmbito do expediente 131879/2023, conforme abaixo relacionado
NOME: ANGELICA COSTA MACHADO LIMA

CARGO/FUNÇÃO: TECNICO - ASSISTENTE SOCIAL - ATC-A-I

MATRÍCULA: 999.3492

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Art. 145, da lei estadual nº 5.810, de 24/01/1994
ORIGEM: Capanema/Pará

DESTINO(S): Salinópolis/Pará, São Miguel do Guamá/Pará

PERÍODO(S): 05/07/2023 - 05/07/2023, 06/07/2023 - 06/07/2023,

07/07/2023 - 07/07/2023, 11/07/2023 - 11/07/2023, 12/07/2023 -

12/07/2023, 13/07/2023 - 13/07/2023

QUANTIDADE DE DIÁRIAS: 3 (três) diárias

FINALIDADE: Elaboração de relatório psicossocial

Ordenador(a) da Despesa: CESAR BECHARA NADER MATTAR JUNIOR
DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ.

Belém, 06 de julho de 2023.

CAMILA CAVALCANTE DOS SANTOS

DIRETORA DO DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS, EM EXERCÍCIO

PORTARIA Nº 3754/2023-MP/PGJ

A DIRETORIA DO DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS, usando das atribuições que lhe foram delegadas pela PORTARIA nº4206/2012-MP/PGJ, de 19/09/2012, publicada no D.O.E. de 01/10/2012, RESOLVE:

Conceder diárias, em virtude de haver sido autorizado deslocamento no âmbito do expediente 109339/2023, conforme abaixo relacionado
NOME: JAIR SOUZA MEIRELES

CARGO/FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVICOS DE MANUTENCAO - AOS-B-IV

MATRÍCULA: 999.1114

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Art. 145, da lei estadual nº 5.810, de 24/01/1994
ORIGEM: Belém/Pará

DESTINO(S): Irituia/Pará

PERÍODO(S): 13/03/2023 - 13/03/2023

QUANTIDADE DE DIÁRIAS: 1/2 (meia) diária

FINALIDADE: Reparos em bens móveis/imóveis

Ordenador(a) da Despesa: CESAR BECHARA NADER MATTAR JUNIOR
DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ.

Belém, 06 de julho de 2023.

CAMILA CAVALCANTE DOS SANTOS

DIRETORA DO DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS, EM EXERCÍCIO

PORTARIA Nº 3759/2023-MP/PGJ

A DIRETORIA DO DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS, usando das atribuições que lhe foram delegadas pela PORTARIA nº4206/2012-MP/PGJ, de 19/09/2012, publicada no D.O.E. de 01/10/2012,

RESOLVE:

Conceder diárias, em virtude de haver sido autorizado deslocamento no âmbito do expediente 132191/2023, conforme abaixo relacionado

NOME: LUCAS ROCHA GARCIA

CARGO/FUNÇÃO: ASSESSOR MILITAR III - CPC-MP-GM III

MATRÍCULA: 999.3271

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei Estadual n.º 5.119, de 16/5/1984 c/c Lei Estadual n.º 7.551, de 14/9/2011; art. 145, da Lei Estadual n.º 5.810, de 24/1/1994.

ORIGEM: Belém/Pará

DESTINO(S): Brasília/Distrito Federal

PERÍODO(S): 10/07/2023 - 12/07/2023

QUANTIDADE DE DIÁRIAS: 2 e 1/2 (duas e meia) diárias

FINALIDADE: Escolta Policial

Ordenador(a) da Despesa: CESAR BECHARA NADER MATTAR JUNIOR

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA.

Belém, 06 de julho de 2023.

CAMILA CAVALCANTE DOS SANTOS

DIRETORA DO DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS, EM EXERCÍCIO

Protocolo: 960615

OUTRAS MATÉRIAS**PORTARIA Nº 0421/2023-MP-SUB-TA**

A SUBPROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA PARA A ÁREA TÉCNICO-ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe são delegadas pela PORTARIA nº 114/2018-MP/PGJ, de 12 de janeiro de 2018, e tendo em vista que é dever da Administração apurar irregularidades no serviço público, conforme preceitua o art. 199 da Lei Estadual nº 5.810, de 24 de janeiro de 1994,

R E S O L V E:

DETERMINAR o ARQUIVAMENTO da Sindicância Administrativa Investigatória instaurada por meio da PORTARIA nº 0847/2022-MP/SUB-TA, de 09/11/2022, publicada no D.O.E. de 17/11/2022.

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, PARA A ÁREA TÉCNICO-ADMINISTRATIVA.

Belém, 07 de julho de 2023.

UBIRAGILDA SILVA PIMENTEL

Subprocuradora-Geral de Justiça, para a Área Técnico-Administrativa

Protocolo: 960625

**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ
XIII CONCURSO PÚBLICO PARA O PROVIMENTO DE VAGAS E A
FORMAÇÃO DE CADASTRO DE RESERVA NO CARGO DE PROMO-
TOR DE JUSTIÇA DE PRIMEIRA ENTRÂNCIA E DE PROMOTOR DE
JUSTIÇA SUBSTITUTO DE PRIMEIRA ENTRÂNCIA DO MINISTÉRIO
PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ**

EDITAL Nº 17 – MPPA PROMOTOR, DE 6 DE JULHO DE 2023

O Ministério Público do Estado do Pará torna públicos o **resultado final na inscrição definitiva (sindicância de vida pregressa e investigação social)** e a **convocação para a prova oral**, referentes ao concurso público para o provimento de vagas e a formação de cadastro de reserva no cargo de Promotor de Justiça de Primeira Entrância e de Promotor de Justiça Substituto de Primeira Entrância do Ministério Público do Estado do Pará.

1 DO RESULTADO FINAL NA INSCRIÇÃO DEFINITIVA

1.1 Relação final dos candidatos que tiveram a sua inscrição definitiva deferida, na seguinte ordem: de inscrição e nome do candidato em ordem alfabética.

10006373, Adriana Pimenta Vani Bemfica / 10003482, Adriano Moda Silva / 10001952, Afonso Miguel Pereira de Araujo / 10001558, Ailk de Souza Pinheiro / 10003682, Al Jarreaux Dcesares Vasconcelos da Silva Barbosa / 10004628, Albino Romero Junior / 10004254, Aleixo Nunes Gonçalves Neto / 10005251, Algomiro Carvalho Junior / 10001804, Allyson Lyel Ribeiro Vasconcelos / 10005473, Amanda Silvestre Patrus Ananias / 10004427, Ana Paula Soares de Souza / 10001389, Andre Felipe de Souza Barreto / 10007042, Andre Filipe Ribeiro Valente / 10000420, Antonio Moreno Boregas e Rego / 10006055, Antonio Raniere Barros Figueiredo Filho / 10000843, Barbara Kelly de Alexandre / 10001882, Beatriz Moura Brauna / 10000650, Bianca Davi Pereira de Almeida / 10001171, Bruna de Oliveira Silva / 10004062, Bruno Magera Conceicao / 10000669, Bruno Silva Costa / 10005334, Bruno Silva Leopoldino Resende / 10006532, Camila de Melo Dutra / 10004097, Camilla Sousa Correea / 10003748, Camus Soares Pinheiro / 10001516, Carlos Jeremias Marques Sousa / 10003628, Cleiton Anderson de Castro / 10005765, Daniel Isaac Barros de Souza Leao / 10003811, Daniel Lage Machado Silva / 10001996, Daniel Luz da Silva / 10007649, Daniel Luz e Silva Almeida / 10005240, Daniela Gomes Fonseca / 10005561, Danubia Andrade da Silva Santos / 10000925, Davi Rocha Ferreira / 10000756, Debora Cristina Riccio Maia / 10001987, Denys Cesar dos Santos Silva / 10002172, Diego Lima Azevedo / 10007399, Domingos de Araujo Bessa Neto / 10005558, Drummond Ataide Moraes / 10003944, Eduardo Henrique Prado Castilho / 10005590, Eduardo Marinho de Brito Torres / 10006328, Eduardo Pereira de Oliveira / 10004767, Eliezer Lima da Silva / 10001586, Elimara Aparecida Ferreira Moura / 10006808, Erivan Almeida Ribeiro / 10003846, Fabio Roger Pires Lopes / 10007724, Farley Kaique Gomes de Sales / 10002140, Felipe Freitas Vasconcelos / 10007277, Felipe Lambert de Faria / 10001807, Felipe Luiz Ribeiro Sampaio de Andrade / 10004120, Felipe Moreira Costa Formiga / 10000285, Felipe Ramos de Oliveira Zahan Kloos / 10006374, Felipe Ribeiro Peixoto / 10000110, Felipe

Rocha Vasconcellos de Freitas Pinheiro / 10001677, Felipe Stuart Souza de Almeida / 10004224, Fernanda de Carvalho Santos / 10002230, Fernando Mantovani Leandro / 10005162, Flavia Guglielmo Lisboa / 10004965, Flavio Vieira Lopes Montalvao / 10003364, Francisco Cardoso Carvalho / 10003677, Gabriela Cristina Silva e Deus / 10007538, Gabriela Elleres Vasques / 10001220, Gabriela Hanna Pereira / 10004757, Gelvanny Trindade Lima / 10000067, Gerson Mesquita de Brito / 10000908, Gleyzzer Jose Gomes Lopes / 10000667, Grace Mara Souza Brandao / 10003463, Guillermo Timm Rocha / 10000006, Gustavo Brito Galdino / 10005466, Gustavo Chiamulera Cristianetti / 10005199, Henrique Geraldo Campos Junior / 10004425, Hugo Cezar Carneiro Reis / 10005903, Humberto Pinto Brito Filho / 10002212, Iago Marinho Neto / 10001562, Igor Dantas / 10004613, Igor Fabricio Gomes Dourado / 10001825, Isadora Sampaio Mendonca / 10003685, Isis Lopes Teixeira Lima / 10001629, Isolda de Pontes Prado / 10003361,IVALDO DA CRUZ LIMA JUNIOR / 10004005, Ivo Souza Martins Filho / 10005418, Jail Jose Alves Silva Junior / 10006861, Jaime Fernandes de Mattos Junior / 10003379, Jair Eduardo Arruda Guimaraes / 10001043, Janaina Brelaz da Rocha Bastos / 10005940, Jaquiline Liz Staub / 10004877, Jaymerson Carlos Pereira Marques / 10003786, Joao Carlos Cavalcanti de Rangel Moreira Filho / 10004203, Joao Goncalves de Souza Neto / 10006608, Joao Luis Laguardia Grossi / 10003469, Joao Marques Neto / 10001835, Joao Pedro Hoffert Monteiro de Lima / 10006054, Joao Victor Passos Pires / 10003742, Jonivaldo de Sousa Sanchez / 10007700, Jordana Celestino Dourado / 10003868, Jose Trailson de Jesus Santos / 10004729, Jose Lucas Leal / 10000297, Julia Dalessio / 10002022, Juliana Pereira dos Santos Aras / 10001092, Karla Cristina Maneta Ferreira / 10004813, Katiucia Alves Diniz Maia / 10006407, Kellymar Pedrosa de Sousa / 10005485, Kelson Francisco de Brito Lima / 10006936, Larissa Poliana Lima Viana Cunha / 10001808, Leandro da Conceicao Benicio / 10003904, Leandro Mendes Neris / 10004970, Leandro Ramalho Pessoa Negromonte / 10005204, Leo Vitor Travessa de Abreu / 10001342, Levi Oliveira Goncalves de Melo / 10003422, Ligia Pinto da Silveira / 10000182, Lua Brito Barbosa / 10007175, Luan Ferreira Teixeira / 10005021, Lucas Pinheiro Madureira / 10000488, Lucas Ramos Carvalho / 10000520, Luis Fernando Zucchi Lebed / 10002148, Luiz Felipe Azevedo Ferreira / 10007336, Marcel Moraes Mota / 10006503, Marcelo Henrique Gomes Marinho / 10003705, Marcos Daywisson da Silva Pereira / 10005978, Marcus Tulio Aversari Cavalcante / 10001831, Maria Andrea Silva Pinheiro / 10000311, Mariana Bastos de Senna Nascimento / 10000183, Marina Martins Maneschy / 10001132, Marisa Bezerra Cortes Nascimento / 10006717, Marleisa de Souza Giordano / 10000966, Mateus Dantas de Carvalho / 10003674, Matheus Adolfo dos Santos da Silva / 10001446, Matheus Ravi Rodrigues da Silva / 10000417, Maura Lelis Guimaraes Goulart / 10000723, Maximiano Tenorio de Albuquerque Neto / 10005359, Mayanna de Araujo Santiago / 10004339, Milena Cristina Leal Ribeiro / 10004585, Natalia Franklin Silva e Carvalho / 10001856, Nielsen Rodrigues de Oliveira / 10001484, Nilson Junior Pastrolin Ozorio / 10005749, Otavio Augusto de Oliveira / 10000719, Pablo Michel de Melo Souza / 10006499, Paulo Henrique de Souza / 10002128, Pedro Augusto Barbosa Pereira de Almeida / 10007258, Pedro Cesar Vieira Camillo / 10005100, Pedro Erick Araujo Bezerra / 10003579, Pedro Felipe Santos Camejo / 10005908, Petronio Alexandre de Melo Leao Junior / 10000133, Rafael de Castro Brandao / 10006948, Rafael Hermizio de Souza Rego / 10003799, Rafael Simoni de Freitas / 10002073, Rafaela Valentim Aragao / 10000974, Raimundo Fabio da Silva / 10003710, Ramon Lisboa Mesquita / 10004887, Rayssa Kelly Duarte de Paiva / 10003882, Renan Augusto Goncalves Batista / 10000946, Renan Guedes da Silva Fanara / 10005397, Rennan Fernandes de Souza / 10001280, Rennatha Pereira Xavier Pinto / 10004174, Rhander Lima Teixeira / 10004486, Ricardo Andre Monteiro / 10003817, Ricardo Machado Aguiar / 10004024, Rivaldo Ramalho Junior / 10004806, Roberto Rocha Saboia / 10000098, Rodrigo Cardoso Soares / 10004111, Rodrigo da Silva Neri / 10001033, Rodrigo Flavio Alves de Oliveira / 10007330, Rodrigo Franciscan / 10000023, Rodrigo Lirio Araujo / 10003925, Rodrigo Marques Pontes / 10000157, Rodrigo Rettori Guimaraes / 10004148, Rogerio Luiz Ferreira Silva / 10001173, Ronaldo Cardoso Fernandes / 10003279, Ronaldo Carvalho Bastos Junior / 10006341, Ronieli Amancio Rodrigues / 10000140, Ruy Loury Pinheiro de Oliveira / 10001329, Sara Weiser Martins / 10005955, Sidione Braga Dupke / 10005960, Silvio Felix Gomes Fonseca / 10007078, Sonildo Soares de Sousa Filho / 10005917, Stefan Furtado Chodachi / 10003303, Stefan Schmid da Luz / 10005463, Taisa Silva Dias Frezza / 10004734, Talis Mendonca Soares / 10001554, Tarcisio Agripino de Oliveira / 10005022, Thiago Cabral Arruda / 10005360, Thiago Costa Pinheiro / 10004275, Thiago da Nobrega Dantas / 10000338, Thiago da Silva Picoreli / 10000461, Thiago Marsicano da Nobrega Araujo / 10000035, Thiago Moreira Feitosa de Aguiar / 10005004, Victor Fernando Santos de Brito / 10003983, Vinicius Albino Gomes / 10006451, Vinicius Domingues Maciel / 10000313, Vinicius Lessa Costa / 10000735, Vitor Lima Cardoso dos Santos / 10007283, Vitor Oliveira Rocha Fontes / 10005316, Vitor Resende Oliveira / 10006376, Wladimir Sousa de Jesus.

1.1.1 Relação final dos candidatos com deficiência que tiveram a sua inscrição definitiva deferida, na seguinte ordem: número de inscrição e nome do candidato em ordem alfabética.

10006039, Alan Freire de Alencar / 10001532, Ana Carolina Nascimento Mendes / 10001497, Ana Luiza Rocha Bringel / 10006599, Aurelio Souza da Silva Junior / 10007587, Bruno de Sousa Lopes / 10006663, Claudia do Socorro Moraes Costa / 10001071, Dayanna de Sousa Catao / 10005374, Denise Evangelista Peloso da Silva / 10006806, Emanuel Eugenio Alves / 10003267, Felipe Jose Goncalves / 10005994, Filipe Calazans Rodrigues de Oliveira / 10003364, Francisco Cardoso Carvalho / 10004757, Gelvanny Trindade Lima / 10007179, Guilherme Silva Coelho / 10001017, Jamerson Serafim de Moura / 10001440, Jamille de Fatima dos Passos Nascimento Costa / 10001855, Joao Guilherme Salve / 10004753, Lidia Maria Barbosa

Calado Coimbra / 10003483, Marcos Leite Castro / 10005296, Marlo Pereira Lima / 10002048, Renan de Oliveira Freitas / 10000588, Rubinaldo Silva de Alencar / 10004972, Samantha Sabrina de Holanda Gomes / 10006951, Victor Soares Nunes / 10005826, Wallac Lima Franca / 10001270, Wesley Abrantes Leandro / 10000902, Yuri Maciel Teles.

1.1.2 Relação final dos candidatos com deficiência, nos termos da Decisão proferida nos autos do Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00230/2023-90, que tiveram a sua inscrição definitiva deferida, na seguinte ordem: número de inscrição e nome do candidato em ordem alfabética.

10006833, Jaqueline Lima Lopes / 10003648, William Lorda Portela.

1.1.3 Relação final dos candidatos que se autodeclararam negros que tiveram a sua inscrição definitiva deferida, na seguinte ordem: número de inscrição e nome do candidato em ordem alfabética.

10000007, Alex Miranda Soares / 10005308, Alisson Fidelis de Freitas / 10001945, Andre Felipe Gomes Guimaraes / 10003296, Cleyton Garcia Surubi de Souza / 10001996, Daniel Luz da Silva / 10006970, Daniel Pinheiro Mota da Silva Ferreira / 10004390, Debora Sonaly Borges Santos / 10006328, Eduardo Pereira de Oliveira / 10002044, Eliezer Garcia de Moura / 10004767, Eliezer Lima da Silva / 10006806, Emanuel Eugenio Alves / 10003352, Enos Eduardo Lins de Paula / 10004615, Fabiano Marques da Silva Santos / 10007602, Fabricio Cavalcante Guimaraes / 10007538, Gabriela Elleres Vasques / 10001868, Gilmar Pereira Avelino / 10000006, Gustavo Brito Galdino / 10004613, Igor Fabricio Gomes Dourado / 10004877, Jaymerson Carlos Pereira Marques / 10001487, Jefferson Ferreira Coelho / 10004650, Jessica Luiza Moreira Barbosa / 10003898, Joao Francisco Amaral Neto / 10002061, Joao Ramos Netto / 10003742, Jonivaldo de Sousa Sanches / 10001498, Josias Bezerra Brito Junior / 10002022, Juliana Pereira dos Santos Aras / 10005485, Kelson Francisco de Brito Lima / 10007052, Laecio Soares de Brito / 10006936, Larissa Poliana Lima Viana Cunha / 10000727, Lazaro Alves Borges / 10001808, Leandro da Conceicao Benicio / 10003904, Leandro Mendes Neris / 10001100, Leon Klinsman Farias Ferreira / 10006603, Lucas Rocha do Nascimento / 10002221, Lucivaldo Cohen Borges / 10002148, Luiz Felipe Azevedo Ferreira / 10004046, Marcio Ricardo de Araujo Reis / 10006295, Marcos Paulo Miranda Nunes / 10003674, Matheus Adolfo dos Santos da Silva / 10005359, Mayanna de Araujo Santiago / 10000336, Milton Araujo Ferreira / 10004444, Pedro Smith do Amaral Neto / 10000637, Priscila do Espirito Santo Lima / 10000557, Rafael Freire Gomes / 10003776, Raffael de Santana Lima / 10005397, Rennan Fernandes de Souza / 10006341, Ronielen Amancio Rodrigues / 10006756, Samara Viana Correa / 10004947, Sandrylene Marques Melo Santos / 10005960, Silvio Felix Gomes Fonseca / 10005754, Thiago Carlos Martins da Silva / 10004869, Tiago Lima Tavares / 10006376, Wladimir Sousa de Jesus.

1.1.4 Relação final dos candidatos que se autodeclararam negros, nos termos da Decisão proferida nos autos do Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00230/2023-90, que tiveram a sua inscrição definitiva deferida, na seguinte ordem: número de inscrição e nome do candidato em ordem alfabética.

10003326, Carmem Nazare de Farias Rocha / 10005215, Erlon Leite Fernandes dos Reis / 10004993, Fernando Brunno Nogueira de Oliveira / 10000347, Jefferson Lucas de Lima Evangelista / 10004966, Jessica Cordeiro da Rocha / 10003541, Joao Pereira Lima Filho / 10006593, Rhelber Guimaraes Braz / 10006062, Ricardo Silva Cruz / 10007561, Rogerio Marcos Milhomem Silva.

1.1.5 Relação final dos candidatos que se autodeclararam indígenas que tiveram a sua inscrição definitiva deferida, na seguinte ordem: número de inscrição e nome do candidato em ordem alfabética.

10001130, Dereck Luan Viana de Vasconcelos / 10001925, Fernando da Silva Souza Junior.

1.1.6 Relação final dos candidatos que se autodeclararam quilombolas que tiveram a sua inscrição definitiva deferida, na seguinte ordem: número de inscrição e nome do candidato em ordem alfabética.

10004338, Jairo do Socorro dos Santos da Costa.

1.1.7 Relação final dos candidatos sub judice com deficiência que tiveram a sua inscrição definitiva deferida, na seguinte ordem: número de inscrição e nome do candidato em ordem alfabética.

10007145, Alexandre Rufino de Albuquerque.

2 DO RESULTADO FINAL NA SINDICÂNCIA DE VIDA PREGRESSA E INVESTIGAÇÃO SOCIAL

2.1 Relação final dos candidatos indicados na sindicância de vida pregressa e investigação social, na seguinte ordem: número de inscrição e nome do candidato em ordem alfabética.

10006373, Adriana Pimenta Vani Bemfica / 10003482, Adriano Moda Silva / 10001952, Afonso Miguel Pereira de Araujo / 10001558, Ailk de Souza Pinheiro / 10003682, Al Jarreaux Dcesares Vasconcelos da Silva Barbosa / 10004628, Albino Romero Junior / 10004254, Aleixo Nunes Gonçalves Neto / 10005251, Algomiro Carvalho Junior / 10001804, Allyson Lyel Ribeiro Vasconcelos / 10005473, Amanda Silvestre Patrus Ananias / 10004427, Ana Paula Soares de Souza / 10001389, Andre Felipe de Souza Barreto / 10007042, Andre Filipe Ribeiro Valente / 10000420, Antonio Moreno Boregas e Rego / 10006055, Antonio Raniere Barros Figueiredo Filho / 10000843, Barbara Kelly de Alexandre / 10001882, Beatriz Moura Brauna / 10000650, Bianca Davi Pereira de Almeida / 10001171, Bruna de Oliveira Silva / 10004062, Bruno Magera Conceicao / 10000669, Bruno Silva Costa / 10005334, Bruno Silva Leopoldino Resende / 10003474, Caio Martins Lisboa / 10006532, Camila de Melo Dutra / 10004097, Camilla Sousa Correa / 10003748, Camus Soares Pinheiro / 10001516, Carlos Jeremias Marques Sousa / 10003628, Cleiton Anderson de Castro / 10005765, Daniel Isaac Barros de Souza Leao / 10003811, Daniel Lage Machado Silva / 10001996, Daniel Luz da Silva / 10007649, Daniel Luz e Silva Almeida / 10005240, Daniela Gomes Fonseca / 10005561, Danubia Andrade da Silva Santos /

10000925, Davi Rocha Ferreira / 10000756, Debora Cristina Riccio Maia / 10001987, Denys Cesar dos Santos Silva / 10002172, Diego Lima Azevedo / 10007399, Domingos de Araujo Bessa Neto / 10005558, Drummond Ataide Moraes / 10003944, Eduardo Henrique Prado Castilho / 10005590, Eduardo Marinho de Brito Torres / 10006328, Eduardo Pereira de Oliveira / 10004767, Eliezer Lima da Silva / 10001586, Elimara Aparecida Ferreira Moura / 10006808, Erivan Almeida Ribeiro / 10003846, Fabio Roger Pires Lopes / 10007724, Farley Kaique Gomes de Sales / 10002140, Felipe Freitas Vasconcelos / 10007277, Felipe Lambert de Faria / 10001807, Felipe Luiz Ribeiro Sampaio de Andrade / 10004120, Felipe Moreira Costa Formiga / 10000285, Felipe Ramos de Oliveira Zahan Kloos / 10006374, Felipe Ribeiro Peixoto / 10000110, Felipe Rocha Vasconcellos de Freitas Pinheiro / 10001677, Felipe Stuart Souza de Almeida / 10004224, Fernanda de Carvalho Santos / 10002230, Fernando Mantovani Leandro / 10005162, Flavia Guglielmo Lisboa / 10004965, Flavio Vieira Lopes Montalvao / 10003364, Francisco Cardoso Carvalho / 10001051, Gabriel Diogo de Sampaio / 10003677, Gabriela Cristina Silva e Deus / 10007538, Gabriela Elleres Vasques / 10001220, Gabriela Hanna Pereira / 10004757, Gelvanny Trindade Lima / 10000067, Gerson Mesquita de Brito / 10000908, Gleyzzer Jose Gomes Lopes / 10000667, Grace Mara Souza Brandao / 10003463, Guillermo Timm Rocha / 10001400, Guilherme Homem Brazil Barbosa / 10000006, Gustavo Brito Galdino / 10005466, Gustavo Chiamulera Cristianetti / 10005199, Henrique Geraldo Campos Junior / 10004425, Hugo Cezar Carneiro Reis / 10005903, Humberto Pinto Brito Filho / 10002212, Iago Marinho Neto / 10001562, Igor Dantas / 10004613, Igor Fabricio Gomes Dourado / 10001825, Isadora Sampaio Mendonca / 10003685, Isis Lopes Teixeira Lima / 10001629, Isolda de Pontes Prado / 10003361,IVALdo da Cruz Lima Junior / 10004005, Ivo Souza Martins Filho / 10005418, Jail Jose Alves Silva Junior / 10006861, Jaime Fernandes de Mattos Junior / 10003379, Jair Eduardo Arruda Guimaraes / 10001043, Janaina Brelaz da Rocha Bastos / 10005940, Jaqueline Liz Staub / 10004877, Jaymerson Carlos Pereira Marques / 10003786, Joao Carlos Cavalcanti de Rangel Moreira Filho / 10004203, Joao Goncalves de Souza Neto / 10006608, Joao Luis Laguardia Grossi / 10003469, Joao Marques Neto / 10001835, Joao Pedro Hoffert Monteiro de Lima / 10006054, Joao Victor Passos Pires / 10003742, Jonivaldo de Sousa Sanches / 10007700, Jordana Celestino Dourado / 10003868, Jose Iraelson de Jesus Santos / 10004729, Jose Lucas Leal / 10000297, Julia Dalessio / 10002022, Juliana Pereira dos Santos Aras / 10001092, Karla Cristina Maneta Ferreira / 10004813, Katiuscia Lisandra Alves Diniz Maia / 10006407, Kellymar Pedrosa de Sousa / 10005485, Kelson Francisco de Brito Lima / 10006936, Larissa Poliana Lima Viana Cunha / 10001808, Leandro da Conceicao Benicio / 10003904, Leandro Mendes Neris / 10004970, Leandro Ramalho Pessoa Negromonte / 10005204, Leo Vitor Travessa de Abreu / 10001342, Levi Oliveira Goncalves de Melo / 10003422, Ligia Pinto da Silveira / 10000182, Lua Brito Barbosa / 10007175, Luan Ferreira Teixeira / 10005021, Lucas Pinheiro Madureira / 10000488, Lucas Ramos Carvalho / 10000520, Luis Fernando Zucchi Lebed / 10002148, Luiz Felipe Azevedo Ferreira / 10007336, Marcel Moraes Mota / 10006503, Marcelo Henrique Gomes Marinho / 10000352, Marco Antonio de Sousa Magalhaes / 10003705, Marcos Daywisson da Silva Pereira / 10005978, Marcus Tulio Aversari Cavalcante / 10001831, Maria Andrea Silva Pinheiro / 10000311, Mariana Bastos de Senna Nascimento / 10000183, Marina Martins Maneschy / 10001132, Marisa Bezerra Cortes Nascimento / 10006717, Marleisa de Souza Giordano / 10000966, Mateus Dantas de Carvalho / 10003674, Matheus Adolfo dos Santos da Silva / 10001446, Matheus Ravi Rodrigues da Silva / 10000417, Maura Lelis Guimaraes Goulart / 10000723, Maximiano Tenorio de Albuquerque Neto / 10005359, Mayanna de Araujo Santiago / 10004339, Milena Cristina Leal Ribeiro / 10001748, Monica Maria Vieira Evangelista / 10004585, Natalia Franklin Silva e Carvalho / 10001856, Nielsen Rodrigues de Oliveira / 10001484, Nilson Junior Pastrolin Ozorio / 10005749, Otavio Augusto de Oliveira / 10000719, Pablo Michel de Melo Souza / 10006499, Paulo Henrique de Souza / 10002128, Pedro Augusto Barbosa Pereira de Almeida / 10007258, Pedro Cesar Vieira Camillo / 10005100, Pedro Erick Araujo Bezerra / 10003579, Pedro Felipe Santos Camejo / 10001914, Pedro Henrique de Deus Moreira / 10005908, Petronio Alexandre de Melo Leao Junior / 10000133, Rafael de Castro Brandao / 10006948, Rafael Hermizio de Souza Rego / 10003799, Rafael Simoni de Freitas / 10002073, Rafaela Valentim Aragao / 10000974, Raimundo Fabio da Silva / 10003710, Ramon Lisboa Mesquita / 10004887, Rayssa Kelly Duarte de Paiva / 10003882, Renan Augusto Goncalves Batista / 10000946, Renan Guedes da Silva Fanara / 10005397, Rennan Fernandes de Souza / 10001280, Rennatha Pereira Xavier Pinto / 10004174, Rhander Lima Teixeira / 10004486, Ricardo Andre Monteiro / 10003817, Ricardo Machado Aguiar / 10004024, Rivaldo Ramalho Junior / 10004806, Roberto Rocha Saboia / 10000098, Rodrigo Cardoso Soares / 10004111, Rodrigo da Silva Neri / 10001033, Rodrigo Flavio Alves de Oliveira / 10007330, Rodrigo Franciscan / 10000023, Rodrigo Lirio Araujo / 10003925, Rodrigo Marques Pontes / 10000157, Rodrigo Rettori Guimaraes / 10004148, Rogerio Luiz Ferreira Silva / 10001173, Ronaldo Cardoso Fernandes / 10003279, Ronaldo Carvalho Bastos Junior / 10006341, Ronielen Amancio Rodrigues / 10000140, Ruy Loury Pinheiro de Oliveira / 10001329, Sara Weiser Martins / 10005955, Sidione Braga Dupke / 10005960, Silvio Felix Gomes Fonseca / 10007078, Sonildo Soares de Sousa Filho / 10005917, Stefan Furtado Chodachi / 10003303, Stefan Schmid da Luz / 10005463, Taisa Silva Dias Frezza / 10004734, Talis Mendonca Soares / 10001554, Tarcisio Agripino de Oliveira / 10005022, Thiago Cabral Arruda / 10005360, Thiago Costa Pinheiro / 10004275, Thiago da Nobrega Dantas / 10000338, Thiago da Silva Picoreli / 10000461, Thiago Marsicano da Nobrega Araujo / 10000035, Thiago Moreira Feitosa de Aguiar / 10005004, Victor Fernando Santos de Brito / 10003983, Vinicius Albino Gomes / 10006451, Vinicius Domingues Maciel / 10000313, Vinicius Lessa Costa / 10004710, Vitor de Araujo Xavier / 10000735, Vitor Lima

Cardoso dos Santos / 10007283, Vitor Oliveira Rocha Fontes / 10005316, Vitor Resende Oliveira / 10006376, Wladimir Sousa de Jesus.

2.1.1 Relação final dos **candidatos com deficiência** indicados na sindicância de pregressa e investigação social, na seguinte ordem: número de inscrição e nome do candidato em ordem alfabética.

10006039, Alan Freire de Alencar / 10001532, Ana Carolina Nascimento Mendes / 10001497, Ana Luiza Rocha Brangel / 10006599, Aurelio Souza da Silva Junior / 10007587, Bruno de Sousa Lopes / 10006663, Claudia do Socorro Moraes Costa / 10001071, Dayanna de Sousa Catão / 10005374, Denise Evangelista Peloso da Silva / 10006806, Emanuel Eugenio Alves / 10003267, Felipe Jose Goncalves / 10005994, Filipe Calazans Rodrigues de Oliveira / 10003364, Francisco Cardoso Carvalho / 10004757, Gelvanny Trindade Lima / 10007179, Guilherme Silva Coelho / 10001017, Jamerson Serafim de Moura / 10001440, Jamille de Fatima dos Passos Nascimento Costa / 10001855, Joao Guilherme Salve / 10004753, Lidia Maria Barbosa Calado Coimbra / 10003483, Marcos Leite Castro / 10005296, Marlo Pereira Lima / 10002048, Renan de Oliveira Freitas / 10000588, Rubinaldo Silva de Alencar / 10004972, Samantha Sabrina de Holanda Gomes / 10006951, Victor Soares Nunes / 10003975, Victoria Eduarda Santos da Silva / 10005826, Wallac Lima Franca / 10001270, Wesley Abrantes Leandro / 10000902, Yuri Maciel Teles.

2.1.2 Relação final dos **candidatos com deficiência, nos termos da Decisão proferida nos autos do Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00230/2023-90**, indicados na sindicância de pregressa e investigação social, na seguinte ordem: número de inscrição e nome do candidato em ordem alfabética.

10006833, Jaqueline Lima Lopes / 10003648, William Lorda Portela.

2.1.3 Relação final dos **candidatos que se autodeclararam negros** indicados na sindicância de pregressa e investigação social, na seguinte ordem: número de inscrição e nome do candidato em ordem alfabética.

10000007, Alex Miranda Soares / 10005308, Alisson Fidelis de Freitas / 10001945, Andre Felipe Gomes Guimaraes / 10003296, Cleyton Garcia Surubi de Souza / 10001996, Daniel Luz da Silva / 10006970, Daniel Pinheiro Mota da Silva Ferreira / 10004390, Debora Sonaly Borges Santos / 10006328, Eduardo Pereira de Oliveira / 10002044, Eliezer Garcia de Moura / 10004767, Eliezer Lima da Silva / 10006806, Emanuel Eugenio Alves / 10003352, Enos Eduardo Lins de Paula / 10004615, Fabiano Marques da Silva Santos / 10007602, Fabricio Cavalcante Guimaraes / 10007538, Gabriela Elleres Vasques / 10001868, Gilmar Pereira Avelino / 10000006, Gustavo Brito Galdino / 10000344, Hugo da Silva Moraes / 10004613, Igor Fabricio Gomes Dourado / 10004877, Jaymerson Carlos Pereira Marques / 10001487, Jefferson Ferreira Coelho / 10004650, Jessica Luiza Moreira Barbosa / 10003898, Joao Francisco Amaral Neto / 10002061, Joao Ramos Netto / 10003742, Jonivaldo de Sousa Sanches / 10007625, Jorge Augusto Paiva da Cunha / 10001498, Josias Bezerra Brito Junior / 10002022, Juliana Pereira dos Santos Aras / 10005485, Kelson Francisco de Brito Lima / 10007052, Laecio Soares de Brito / 10006936, Larissa Poliana Lima Viana Cunha / 10000727, Lazaro Alves Borges / 10001808, Leandro da Conceicao Benicio / 10003904, Leandro Mendes Neris / 10001100, Leon Klinsman Farias Ferreira / 10006603, Lucas Rocha do Nascimento / 10002221, Lucivaldo Cohen Borges / 10005044, Luiz Carlos Alves de Melo / 10002148, Luiz Felipe Azevedo Ferreira / 10004046, Marcio Ricardo de Araujo Reis / 10006295, Marcos Paulo Miranda Nunes / 10003674, Matheus Adolfo dos Santos da Silva / 10005359, Mayanna de Araujo Santiago / 10000336, Milton Araujo Ferreira / 10004444, Pedro Smith do Amaral Neto / 10000637, Priscila do Espirito Santo Lima / 10000557, Rafael Freire Gomes / 10003776, Raffael de Santana Lima / 10005397, Rennan Fernandes de Souza / 10006341, Ronielen Amancio Rodrigues / 10006756, Samara Viana Correa / 10004947, Sandrylene Marques Melo Santos / 10005960, Silvio Felix Gomes Fonseca / 10005754, Thiago Carlos Martins da Silva / 10004869, Tiago Lima Tavares / 10006376, Wladimir Sousa de Jesus.

2.1.4 Relação final dos **candidatos que se autodeclararam negros, nos termos da Decisão proferida nos autos do Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00230/2023-90**, indicados na sindicância de pregressa e investigação social, na seguinte ordem: número de inscrição e nome do candidato em ordem alfabética.

10003326, Carmem Nazare de Farias Rocha / 10005215, Erlon Leite Fernandes dos Reis / 10004993, Fernando Brunno Nogueira de Oliveira / 10000347, Jefferson Lucas de Lima Evangelista / 10004966, Jessica Cordeiro da Rocha / 10003541, Joao Pereira Lima Filho / 10006593, Rhelber Guimaraes Braz / 10006062, Ricardo Silva Cruz / 10007561, Rogerio Marcos Milhomem Silva.

2.1.5 Relação final dos **candidatos que se autodeclararam indígenas** indicados na sindicância de pregressa e investigação social, na seguinte ordem: número de inscrição e nome do candidato em ordem alfabética.

10001130, Dereck Luan Viana de Vasconcelos / 10001925, Fernando da Silva Souza Junior.

2.1.6 Relação final dos **candidatos que se autodeclararam quilombolas** indicados na sindicância de pregressa e investigação social, na seguinte ordem: número de inscrição e nome do candidato em ordem alfabética.

10004338, Jairo do Socorro dos Santos da Costa.

2.1.7 Relação final dos **candidatos sub judice com deficiência** indicados na sindicância de pregressa e investigação social, na seguinte ordem: número de inscrição e nome do candidato em ordem alfabética.

10007145, Alexandre Rufino de Albuquerque.

3 DA CONVOCAÇÃO PARA A PROVA ORAL

3.1 Convocação para a prova oral, na seguinte ordem: número de inscrição e nome do candidato em ordem alfabética.

10006373, Adriana Pimenta Vani Bemfica / 10003482, Adriano Moda Silva / 10001952, Afonso Miguel Pereira de Araujo / 10001558, Ailck de Souza Pinheiro / 10003682, Al Jarreaux Dcesares Vasconcelos da Silva Barbosa / 10004628, Albino Romero Junior / 10004254, Aleixo Nunes Goncalves

Neto / 10005251, Algomiro Carvalho Junior / 10001804, Allyson Lyel Ribeiro Vasconcelos / 10005473, Amanda Silvestre Patrus Ananias / 10004427, Ana Paula Soares de Souza / 10001389, Andre Felipe de Souza Barreto / 10007042, Andre Filipe Ribeiro Valente / 10000420, Antonio Moreno Boregas e Rego / 10006055, Antonio Raniere Barros Figueiredo Filho / 10000843, Barbara Kelly de Alexandre / 10001882, Beatriz Moura Brauna / 10000650, Bianca Davi Pereira de Almeida / 10001171, Bruna de Oliveira Silva / 10004062, Bruno Magera Conceicao / 10000669, Bruno Silva Costa / 10005334, Bruno Silva Leopoldino Resende / 10006532, Camila de Melo Dutra / 10004097, Camilla Sousa Correa / 10003748, Camus Soares Pinheiro / 10001516, Carlos Jeremias Marques Sousa / 10003628, Cleiton Anderson de Castro / 10005765, Daniel Isaac Barros de Souza Leao / 10003811, Daniel Lage Machado Silva / 10001996, Daniel Luz da Silva / 10007649, Daniel Luz e Silva Almeida / 10005240, Daniela Gomes Fonseca / 10005561, Danubia Andrade da Silva Santos / 10000925, Davi Rocha Ferreira / 10000756, Debora Cristina Riccio Maia / 10001987, Denys Cesar dos Santos Silva / 10002172, Diego Lima Azevedo / 10007399, Domingos de Araujo Bessa Neto / 10005558, Drummond Ataide Moraes / 10003944, Eduardo Henrique Prado Castilho / 10005590, Eduardo Marinho de Brito Torres / 10006328, Eduardo Pereira de Oliveira / 10004767, Eliezer Lima da Silva / 10001586, Elimara Aparecida Ferreira Moura / 10006808, Erivan Almeida Ribeiro / 10003846, Fabio Roger Pires Lopes / 10007724, Farley Kaique Gomes de Sales / 10002140, Felipe Freitas Vasconcelos / 10007277, Felipe Lambert de Faria / 10001807, Felipe Luiz Ribeiro Sampaio de Andrade / 10004120, Felipe Moreira Costa Formiga / 10000285, Felipe Ramos de Oliveira Zahan Kloos / 10006374, Felipe Ribeiro Peixoto / 10000110, Felipe Rocha Vasconcelos de Freitas Pinheiro / 10001677, Felipe Stuart Souza de Almeida / 10004224, Fernanda de Carvalho Santos / 10002230, Fernando Mantovani Leandro / 10005162, Flavia Guglielmo Lisboa / 10004965, Flavio Vieira Lopes Montalvao / 10003364, Francisco Cardoso Carvalho / 10003677, Gabriela Cristina Silva e Deus / 10007538, Gabriela Elleres Vasques / 10001220, Gabriela Hanna Pereira / 10004757, Gelvanny Trindade Lima / 10000067, Gerson Mesquita de Brito / 10000908, Gleyzzer Jose Gomes Lopes / 10000667, Grace Mara Souza Brandao / 10003463, Guillermo Timm Rocha / 10000006, Gustavo Brito Galdino / 10005466, Gustavo Chiamulera Cristianetti / 10005199, Henrique Geraldo Campos Junior / 10004425, Hugo Cezar Carneiro Reis / 10005903, Humberto Pinto Brito Filho / 10002212, Iago Marinho Neto / 10001562, Igor Dantas / 10004613, Igor Fabricio Gomes Dourado / 10001825, Isadora Sampaio Mendonca / 10003685, Isis Lopes Teixeira Lima / 10001629, Isolda de Pontes Prado / 10003361, Ivaldo da Cruz Lima Junior / 10004005, Ivo Souza Martins Filho / 10005418, Jail Jose Alves Silva Junior / 10006861, Jaime Fernandes de Mattos Junior / 10003379, Jair Eduardo Arruda Guimaraes / 10001043, Janaina Brelaz da Rocha Bastos / 10005940, Jaqueline Liz Staub / 10004877, Jaymerson Carlos Pereira Marques / 10003786, Joao Carlos Cavalcanti de Rangel Moreira Filho / 10004203, Joao Goncalves de Souza Neto / 10006608, Joao Luis Laguardia Grossi / 10003469, Joao Marques Neto / 10001835, Joao Pedro Hoffert Monteiro de Lima / 10006054, Joao Victor Passos Pires / 10003742, Jonivaldo de Sousa Sanches / 10007700, Jordana Celestino Dourado / 10003868, Jose Trailson de Jesus Santos / 10004729, Jose Lucas Leal / 10000297, Julia Dalesio / 10002022, Juliana Pereira dos Santos Aras / 10001092, Karla Cristina Maneta Ferreira / 10004813, Katiuscia Lisandra Alves Diniz Maia / 10006407, Kellymar Pedrosa de Sousa / 10005485, Kelson Francisco de Brito Lima / 10006936, Larissa Poliana Lima Viana Cunha / 10001808, Leandro da Conceicao Benicio / 10003904, Leandro Mendes Neris / 10004970, Leandro Ramalho Pessoa Negromonte / 10005204, Leo Vitor Travessa de Abreu / 10001342, Levi Oliveira Goncalves de Melo / 10003422, Ligia Pinto da Silveira / 10000182, Lua Brito Barbosa / 10007175, Luan Ferreira Teixeira / 10005021, Lucas Pinheiro Madureira / 10000488, Lucas Ramos Carvalho / 10000520, Luis Fernando Zucchi Lebed / 10002148, Luiz Felipe Azevedo Ferreira / 10007336, Marcel Moraes Mota / 10006503, Marcelo Henrique Gomes Marinho / 10003705, Marcos Daywisson da Silva Pereira / 10005978, Marcus Tulio Aversari Cavalcante / 10001831, Maria Andrea Silva Pinheiro / 10000311, Mariana Bastos de Senna Nascimento / 10000183, Marina Martins Maneschy / 10001132, Marisa Bezerra Cortes Nascimento / 10006717, Marleisa de Souza Giordano / 10000966, Mateus Dantas de Carvalho / 10003674, Matheus Adolfo dos Santos da Silva / 10001446, Matheus Ravi Rodrigues da Silva / 10000417, Maura Lelis Guimaraes Goulart / 10000723, Maximiano Tenorio de Albuquerque Neto / 10005359, Mayanna de Araujo Santiago / 10004339, Milena Cristina Leal Ribeiro / 10004585, Natalia Franklin Silva e Carvalho / 10001856, Nielsen Rodrigues de Oliveira / 10001484, Nilson Junior Pastrolin Ozorio / 10005749, Otavio Augusto de Oliveira / 10000719, Pablo Michel de Melo Souza / 10006499, Paulo Henrique de Souza / 10002128, Pedro Augusto Barbosa Pereira de Almeida / 10007258, Pedro Cesar Vieira Camillo / 10005100, Pedro Erick Araujo Bezerra / 10003579, Pedro Felipe Santos Camejo / 10005908, Petronio Alexandre de Melo Leao Junior / 10000133, Rafael de Castro Brandao / 10006948, Rafael Hermizio de Souza Rego / 10003799, Rafael Simoni de Freitas / 10002073, Rafaela Valentim Aragao / 10000974, Raimundo Fabio da Silva / 10003710, Ramon Lisboa Mesquita / 10004887, Rayssa Kelly Duarte de Paiva / 10003882, Renan Augusto Goncalves Batista / 10000946, Renan Guedes da Silva Fanara / 10005397, Rennan Fernandes de Souza / 10001280, Rennatha Pereira Xavier Pinto / 10004174, Rhandier Lima Teixeira / 10004486, Ricardo Andre Monteiro / 10003817, Ricardo Machado Aguiar / 10004024, Rivaldo Ramalho Junior / 10004806, Roberto Rocha Saboia / 10000098, Rodrigo Cardoso Soares / 10004111, Rodrigo da Silva Neri / 10001033, Rodrigo Flavio Alves de Oliveira / 10007330, Rodrigo Francison / 10000023, Rodrigo Lirio Araujo / 10003925, Rodrigo Marques Pontes / 10000157, Rodrigo Rettori Guimaraes / 10004148, Rogerio Luiz Ferreira Silva / 10001173, Ronaldo Cardoso Fernandes / 10003279, Ronaldo Carvalho Bastos Junior / 10006341, Ronielen Amancio Rodrigues /

10000140, Ruy Loury Pinheiro de Oliveira / 10001329, Sara Weiser Martins / 10005955, Sidione Braga Dupke / 10005960, Silvio Felix Gomes Fonseca / 10007078, Sonildo Soares de Sousa Filho / 10005917, Stefan Furtado Chodachi / 10003303, Stefan Schmid da Luz / 10005463, Taisa Silva Dias Frezza / 10004734, Talis Mendonça Soares / 10001554, Tarcisio Agripino de Oliveira / 10005022, Thiago Cabral Arruda / 10005360, Thiago Costa Pinheiro / 10004275, Thiago da Nobrega Dantas / 10000338, Thiago da Silva Picoreli / 10000461, Thiago Marsicano da Nobrega Araujo / 10000035, Thiago Moreira Feitosa de Aguiar / 10005004, Victor Fernando Santos de Brito / 10003983, Vinicius Albino Gomes / 10006451, Vinicius Domingues Maciel / 10000313, Vinicius Lessa Costa / 10000735, Vitor Lima Cardoso dos Santos / 10007283, Vitor Oliveira Rocha Fontes / 10005316, Vitor Resende Oliveira / 10006376, Wladimir Sousa de Jesus.

3.1.1 Convocação dos **candidatos com deficiência** para a prova oral, na seguinte ordem: número de inscrição e nome do candidato em ordem alfabética.

10006039, Alan Freire de Alencar / 10001532, Ana Carolina Nascimento Mendes / 10001497, Ana Luiza Rocha Bringel / 10006599, Aurelio Souza da Silva Junior / 10007587, Bruno de Sousa Lopes / 10006663, Claudia do Socorro Moraes Costa / 10001071, Dayanna de Sousa Catao / 10005374, Denise Evangelista Peloso da Silva / 10006806, Emanuel Eugenio Alves / 10003267, Felipe Jose Goncalves / 10005994, Filipe Calazans Rodrigues de Oliveira / 10003364, Francisco Cardoso Carvalho / 10004757, Gelvanny Trindade Lima / 10007179, Guilherme Silva Coelho / 10001017, Jamerson Serafim de Moura / 10001440, Jamille de Fatima dos Passos Nascimento Costa / 10001855, Joao Guilherme Salve / 10004753, Lidia Maria Barbosa Calado Coimbra / 10003483, Marcos Leite Castro / 10005296, Marlo Pereira Lima / 10002048, Renan de Oliveira Freitas / 10000588, Rubinaldo Silva de Alencar / 10004972, Samantha Sabrina de Holanda Gomes / 10006951, Victor Soares Nunes / 10005826, Wallac Lima Franca / 10001270, Wesley Abrantes Leandro / 10000902, Yuri Maciel Teles.

3.1.2 Convocação dos **candidatos com deficiência, nos termos da Decisão proferida nos autos do Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00230/2023-90**, para a prova oral, na seguinte ordem: número de inscrição e nome do candidato em ordem alfabética.

10006833, Jaqueline Lima Lopes / 10003648, William Lorda Portela.

3.1.3 Convocação dos **candidatos que se autodeclararam negros** para a prova oral, na seguinte ordem: número de inscrição e nome do candidato em ordem alfabética.

10000007, Alex Miranda Soares / 10005308, Alisson Fidelis de Freitas / 10001945, Andre Felipe Gomes Guimaraes / 10003296, Cleyton Garcia Surubi de Souza / 10001996, Daniel Luz da Silva / 10006970, Daniel Pinheiro Mota da Silva Ferreira / 10004390, Debora Sonaly Borges Santos / 10006328, Eduardo Pereira de Oliveira / 10002044, Eliezer Garcia de Moura / 10004767, Eliezer Lima da Silva / 10006806, Emanuel Eugenio Alves / 10003352, Enos Eduardo Lins de Paula / 10004615, Fabio Marques da Silva Santos / 10007602, Fabricio Cavalcante Guimaraes / 10007538, Gabriela Elleres Vasques / 10001868, Gilmar Pereira Avelino / 10000006, Gustavo Brito Galdino / 10004613, Igor Fabricio Gomes Dourado / 10004877, Jaymerson Carlos Pereira Marques / 10001487, Jefferson Ferreira Coelho / 10004650, Jessica Luiza Moreira Barbosa / 10003898, Joao Francisco Amaral Neto / 10002061, Joao Ramos Netto / 10003742, Jonivaldo de Sousa Sanches / 10001498, Josias Bezerra Brito Junior / 10002022, Juliana Pereira dos Santos Aras / 10005485, Kelson Francisco de Brito Lima / 10007052, Laecio Soares de Brito / 10006936, Larissa Poliana Lima Viana Cunha / 10000727, Lazaro Alves Borges / 10001808, Leandro da Conceicao Benicio / 10003904, Leandro Mendes Neris / 10001100, Leon Klinsman Farias Ferreira / 10006603, Lucas Rocha do Nascimento / 10002221, Lucivaldo Cohen Borges / 10002148, Luiz Felipe Azevedo Ferreira / 10004046, Marcio Ricardo de Araujo Reis / 10006295, Marcos Paulo Miranda Nunes / 10003674, Matheus Adolfo dos Santos da Silva / 10005359, Mayanna de Araujo Santiago / 10000336, Milton Araujo Ferreira / 10004444, Pedro Smith do Amaral Neto / 10000637, Priscila do Espirito Santo Lima / 10000557, Rafael Freire Gomes / 10003776, Raffael de Santana Lima / 10005397, Rennan Fernandes de Souza / 10006341, Ronielen Amancio Rodrigues / 10006756, Samara Viana Correa / 10004947, Sandrylene Marques Melo Santos / 10005960, Silvio Felix Gomes Fonseca / 10005754, Thiago Carlos Martins da Silva / 10004869, Tiago Lima Tavares / 10006376, Wladimir Sousa de Jesus.

3.1.4 Convocação dos **candidatos que se autodeclararam negros, nos termos da Decisão proferida nos autos do Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00230/2023-90** para a prova oral, na seguinte ordem: número de inscrição e nome do candidato em ordem alfabética.

10003326, Carmem Nazare de Farias Rocha / 10005215, Erlon Leite Fernandes dos Reis / 10004993, Fernando Brunno Nogueira de Oliveira / 10000347, Jefferson Lucas de Lima Evangelista / 10004966, Jessica Cordeiro da Rocha / 10003541, Joao Pereira Lima Filho / 10006593, Rhelber Guimaraes Braz / 10006062, Ricardo Silva Cruz / 10007561, Rogerio Marcos Milhomem Silva.

3.1.5 Convocação dos **candidatos que se autodeclararam indígenas** para a prova oral, na seguinte ordem: número de inscrição e nome do candidato em ordem alfabética.

10001130, Derek Luan Viana de Vasconcelos / 10001925, Fernando da Silva Souza Junior.

3.1.6 Convocação dos **candidatos que se autodeclararam quilombolas** para a prova oral, na seguinte ordem: número de inscrição e nome do candidato em ordem alfabética.

10004338, Jairo do Socorro dos Santos da Costa.

3.1.7 Convocação dos **candidatos sub judice com deficiência** para a prova oral, na seguinte ordem: número de inscrição e nome do candidato em ordem alfabética.

10007145, Alexandre Rufino de Albuquerque.

4 DA PROVA ORAL

4.1 Para a prova oral, a ser realizada pelo Cebraspe no dia **16 de julho de 2023**, o candidato deverá observar todas as instruções contidas no item **11** do Edital nº 1 – MPPA Promotor, de 22 de agosto de 2022, e suas alterações, e neste edital.

4.1.1 O candidato deverá, obrigatoriamente, acessar o endereço eletrônico http://www.cebraspe.org.br/concursos/mp_pa_22_promotor, a partir do dia **12 de julho de 2023**, para verificar o horário de início e o local de realização da prova oral, por meio de consulta individual, devendo, para tanto, informar os dados solicitados. O candidato somente poderá realizar a prova oral no horário e no local designados na consulta individual disponível no endereço eletrônico citado anteriormente.

4.2 O candidato que não foi convocado para a prova oral será eliminado e não terá classificação do concurso público.

4.3 A prova oral, de caráter eliminatório e classificatório, valerá, em seu conjunto, **10,00 pontos** e versará sobre as áreas de conhecimento estabelecidas no quadro do subitem 7.1 do edital de abertura, agrupadas em pontos, para efeito de sorteio.

4.3.1 Na avaliação da prova oral, serão avaliados os seguintes quesitos: o domínio do conhecimento jurídico (até **5,00 pontos**), a articulação do raciocínio (até **1,00 ponto**), a capacidade de argumentação (até **1,00 ponto**), o uso correto do vernáculo (até **1,00 ponto**), a adequação da linguagem (até **1,00 ponto**) e a postura (até **1,00 ponto**).

4.3.2 Para efeito de arguição, as disciplinas serão agrupadas conforme descrição a seguir:

4.3.2.1 Ponto 1:

- a) Direito Constitucional, Direito Administrativo e Direito Tributário;
- b) Direito Processual Penal e Direito Penal;
- c) Direito Civil, Direito Processual Civil e Direito Empresarial;
- d) Direito Eleitoral.

4.3.2.2 Ponto 2:

- a) Direito Constitucional, Direito Administrativo e Direito Tributário;
- b) Direito Processual Penal e Direito Penal;
- c) Direito Civil, Direito Processual Civil e Direito Empresarial;
- d) Legislação referente ao Ministério Público.

4.3.2.3 Ponto 3:

- a) Direito Constitucional, Direito Administrativo e Direito Tributário;
- b) Direito Processual Penal e Direito Penal;
- c) Direito Civil, Direito Processual Civil e Direito Empresarial;
- d) Tutela dos Interesses Difusos, Coletivos e Individuais Homogêneos.

4.3.2.4 Ponto 4:

- a) Direito Constitucional, Direito Administrativo e Direito Tributário;
- b) Direito Processual Penal e Direito Penal;
- c) Direito Civil, Direito Processual Civil e Direito Empresarial;
- d) Direitos Humanos e Promoção da Igualdade Étnico-racial e legislação específica correspondente.

4.3.2.5 Ponto 5:

- a) Direito Constitucional, Direito Administrativo e Direito Tributário;
- b) Direito Processual Penal e Direito Penal;
- c) Direito Civil, Direito Processual Civil e Direito Empresarial;
- d) Direito Agrário.

4.3.2.6 As questões poderão ser elaboradas de forma interdisciplinar, de modo a contemplar mais de uma disciplina definida por questão.

4.3.3 A nota final na prova oral corresponderá à média aritmética das notas atribuídas por todos os membros da Banca Examinadora.

4.3.4 Os candidatos que obtiverem nota inferior a **5,00 pontos** na prova oral serão eliminados e não terão classificação no concurso.

4.4 A prova oral será realizada nos turnos matutino e vespertino, sendo que, em cada turno de sua realização, os candidatos permanecerão isolados em uma sala de espera inicial. Os candidatos cuja arguição for designada para o turno matutino permanecerão isolados no local de realização da prova, pelo menos, até as 14 horas e 10 minutos, observado o horário local (horário limite para a chegada dos candidatos cuja arguição for designada para o turno vespertino).

4.4.1 No dia de realização da prova oral, os candidatos permanecerão isolados em uma sala de espera inicial até o momento de sua avaliação. Durante esse período, fica vedado consultar livros, anotações, impressos ou qualquer outro material de consulta, inclusive legislação comentada e(ou) anotada, súmulas, livros doutrinários, manuais e(ou) impressos, ou, ainda, fazer qualquer anotação.

4.5 A ordem de arguição dos candidatos será definida pela ordem crescente do número de inscrição.

4.5.1 A prova oral terá duração de, no máximo, **20 minutos**, tempo em que o candidato deverá ler e responder a respeito das questões que lhe forem entregues por escrito, bem como responder às arguições da Banca Examinadora, caso se fizerem necessárias.

4.5.2 O ponto a ser utilizado na avaliação de todos os candidatos será sorteado no turno da manhã momentos antes da aplicação da prova.

4.5.3 O sorteio do ponto ocorrerá na sala de espera inicial na presença de candidatos que já estiverem no local, de acordo com o horário estabelecido na consulta individual de que trata o subitem 4.1.1 deste edital.

4.5.4 Após o sorteio do ponto, o envelope contendo as questões será encaminhado à Banca Examinadora. Os candidatos terão conhecimento do teor do envelope somente no momento da arguição.

4.5.5 O candidato não poderá utilizar recursos de multimídia, gravação e audiovisual durante a exposição da apresentação oral.

4.5.6 O candidato terá acesso a quatro salas de arguição. Em cada sala, o candidato terá até **5 minutos** para ler e responder a respeito de cada questão que lhe for entregue por escrito, bem como responder às arguições da Banca Examinadora, caso se fizerem necessárias.

4.5.7 Os candidatos serão encaminhados para cada sala de arguição por um fiscal encaminhador e somente finalizarão a prova oral após serem avaliados pelos quatro examinadores a respeito do ponto sorteado.

4.5.8 Nos deslocamentos entre salas e durante a realização da prova, os candidatos não poderão, sob pena de eliminação do certame, manter comunicação entre si, consultar livros, anotações, impressos ou qualquer outro material de consulta, ou, ainda, fazer qualquer anotação.

4.6 Conforme Recomendação do CNMP nº 83, de 10 de agosto de 2021, fica garantida a realização de prova oral, por meio virtual, para o ingresso nas carreiras iniciais de membros do Ministério Público, quando o deslocamento para o local do exame venha a requerer a necessária utilização de transporte aéreo, terrestre ou aquático:

I – às candidatas grávidas a partir da 28ª semana de gestação;

II – às candidatas gestantes em casos de gravidez de risco, independentemente da fase de gestação, desde que o deslocamento em questão não seja recomendado pelo médico que a acompanha;

III – às candidatas em fase puerperal;

IV – às candidatas lactantes.

4.6.1 A candidata que se enquadrar nas condições do subitem 4.6 deste edital e desejar realizar a prova oral por meio virtual deverá enviar, via *upload*, das **10 horas do dia 10 de julho de 2023 às 18 horas do dia 11 de julho de 2023** (horário oficial de Brasília/DF), no endereço eletrônico http://www.cebraspe.org.br/concursos/mp_pa_22_promotor, imagem legível de atestado médico, no qual deverá constar, expressamente, o estado de gravidez, o período gestacional em que se encontra, a data provável do parto, bem como a data, a assinatura, o carimbo e o CRM do profissional que o emitirá.

4.6.2 Fica assegurado à candidata o direito de fazer a prova oral presencialmente, se assim o desejar e permitirem suas condições de saúde.

4.6.3 A candidata que não enviar a imagem legível do atestado médico citado no subitem 4.6.1 deste edital e não comparecer à prova oral alegando estado de gravidez, será eliminada do concurso.

4.7 Em hipótese alguma, o candidato poderá assistir à prova de outro candidato.

5 DA SESSÃO PÚBLICA DE REALIZAÇÃO DA PROVA ORAL

5.1 A prova oral será prestada em sessão pública, na presença dos membros da banca examinadora, da equipe de aplicação da prova (fiscais, cinegrafistas etc.) e do público, conforme subitens 5.2 a 5.12 deste edital.

5.2 Para assistir à prova oral, o interessado deverá, necessariamente, fazer seu agendamento por meio do *link* disponível no endereço eletrônico http://www.cebraspe.org.br/concursos/mp_pa_22_promotor, no período entre **10 horas do dia 10 de julho de 2023 e 18 horas do dia 11 de julho de 2023** (horário oficial de Brasília/DF).

5.3 Para realizar o agendamento, o interessado deverá estar cadastrado no *site* do Cebraspe e deverá, ainda, escolher o turno de sua preferência.

5.4 Em hipótese alguma será permitido realizar mais de um agendamento por CPF.

5.5 Após o agendamento, o sistema gerará um comprovante que deverá ser apresentado no dia e no horário agendados, acompanhado, obrigatoriamente, do documento de identidade original.

5.6 O comprovante de agendamento é pessoal e intransferível.

5.7 O público deverá chegar ao local de aplicação da prova oral com antecedência mínima de **30 minutos** do horário previsto para seu início.

5.8 Será permitida a entrada de no máximo uma pessoa do público por sala de arguição. O público entrará nas referidas salas 15 minutos antes da entrada do primeiro candidato designado para o respectivo turno.

5.9 O público não poderá se ausentar do local de prova sem a autorização expressa do coordenador de aplicação da prova, bem como não poderá transitar desacompanhado no ambiente de realização da prova.

5.9.1 Para as pessoas que agendarem sua participação no público para o período matutino, a liberação será dada somente após a chegada dos candidatos que realizarão a prova oral no período da tarde.

5.10 O público não poderá, durante toda sua permanência no local de prova, manter comunicação entre si, utilizar máquinas calculadoras ou similares, livros, impressos ou fazer qualquer tipo de anotação.

5.11 O público deverá observar, ainda, as demais instruções da equipe do Cebraspe no local de realização da prova.

5.11.1 Antes de entrar na sala de provas, o público deverá guardar, em embalagem porta-objetos fornecida pela equipe de aplicação, **obrigatoriamente desligados**, telefone celular e qualquer outro equipamento eletrônico relacionado no subitem 6.6 deste edital, sob pena de não poder permanecer no ambiente de aplicação da prova.

5.11.2 Para a segurança dos candidatos e a garantia da lisura do certame, o público poderá ser submetido ao detector de metal para acesso à sala.

5.12 Não será permitido a nenhum candidato inscrito no concurso, mesmo que eliminado em fases anteriores, assistir às sessões públicas da prova oral.

6 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS SOBRE A PROVA ORAL

6.1 Não haverá segunda chamada para a realização da prova oral. O não comparecimento à prova oral implicará a eliminação do candidato do concurso.

6.2 Não será realizada prova oral, em hipótese alguma, fora do espaço físico, da data e dos horários predeterminados na consulta individual de que trata o subitem 4.1.1 deste edital.

6.3 O candidato deverá comparecer ao local designado para a realização da prova oral com antecedência mínima de **uma hora** em relação ao horário fixado para o seu início.

6.4 Não será admitido, em hipótese alguma, o ingresso de candidato no local de realização da prova oral após o horário fixado para o seu início.

6.4.1 Por ocasião da realização da prova oral, o candidato que não apresentar documento de identidade original, na forma definida no edital de abertura, será automaticamente excluído do concurso.

6.5 São de responsabilidade do candidato a identificação correta de seu local de realização da prova oral e o comparecimento no horário determinado.

6.6 Será eliminado do concurso o candidato que, durante a realização da prova oral, for surpreendido portando:

a) aparelhos eletrônicos, tais como *wearable tech*, máquinas calculadoras, agendas eletrônicas e(ou) similares, telefones celulares, *smartphones*, *tablets*, *ipods*®, gravadores, *pen drive*, *mp3 player* e(ou) similar, relógio de qualquer espécie, alarmes, chaves com alarme ou com qualquer outro componente eletrônico, fones de ouvido e(ou) qualquer transmissor, gravador e(ou) receptor de dados, imagens, vídeos e mensagens etc

b) óculos escuros, protetor auricular, lápis, lapiseira/grafite, marca-texto e(ou) borracha;

c) quaisquer acessórios de chapelaria, tais como: chapéu, boné, gorro etc.;

d) qualquer recipiente ou embalagem, tais como: garrafa de água, suco, refrigerante e embalagem de alimentos (biscoitos, barras de cereais, chocolate, balas etc.), que não seja fabricado com material transparente;

e) armas.

6.7 Sob pena de ser eliminado do concurso, antes de entrar na sala de prova, o candidato deverá guardar, em embalagem porta-objetos fornecida pela equipe de aplicação, obrigatoriamente desligados, telefone celular e qualquer outro equipamento eletrônico relacionado no subitem 6.6 deste edital.

6.8 O Cebraspe não se responsabilizará por perdas ou extravios de objetos ou de equipamentos eletrônicos ocorridos durante a realização da prova oral, nem por danos a eles causados.

6.9 Por ocasião da realização da prova oral, todos os candidatos deverão apresentar-se adequadamente trajados, sendo que os candidatos do sexo masculino deverão apresentar-se obrigatoriamente usando terno e gravata.

6.10 A prova oral será gravada exclusivamente pelo Cebraspe para efeito de registro e avaliação. Não serão fornecidas, em hipótese alguma, a cópia e a transcrição da referida gravação.

6.11 A realização da prova oral poderá ser interrompida, se assim exigir o número de candidatos ou em caso fortuito, para ter prosseguimento em dia, em local e em horário a serem anunciados pelo Cebraspe no ato de suspensão dos trabalhos, dispensando-se, neste caso, qualquer forma de publicação.

6.12 Não será permitida no ambiente de prova a comunicação das pessoas presentes, entre si ou com candidato, exceto na sala de espera, ou a prática de qualquer outro ato que possa interferir na concentração ou no rendimento do candidato.

6.13 O candidato que desejar interpor recursos contra o resultado provisório na prova oral deverá observar os procedimentos disciplinados no respectivo edital de resultado provisório.

6.14 O Cebraspe disponibilizará acesso à gravação das provas, durante prazo a ser estabelecido no edital de resultado provisório nas fases, somente para fins de interposição de recurso.

6.15 É proibido ao candidato realizar *download* da gravação das provas e(ou) divulgá-la(s) para fins não dispostos nos procedimentos de interposição de recursos, ainda que para uso próprio e sem fins lucrativos, sob pena de sua eliminação do concurso, sem prejuízo das demais penalidades previstas em lei.

7 DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

7.1 As justificativas da banca para o deferimento ou indeferimento dos recursos interpostos contra o resultado provisório na inscrição definitiva (sindicância de vida pregressa e investigação social) estarão à disposição dos candidatos a partir da data provável de **14 de julho de 2023**, no endereço eletrônico http://www.cebraspe.org.br/concursos/mp_pa_22_promotor.

7.2 O Cebraspe não arcará com prejuízos advindos de problemas de ordem técnica dos computadores, de falhas de comunicação, de congestionamento das linhas de comunicação e de outros fatores, de responsabilidade do candidato, que impossibilitem a visualização das justificativas da banca para o deferimento ou indeferimento.

7.3 O edital de resultado provisório na prova oral será publicado no *Diário Oficial do Estado do Pará* e divulgado no endereço eletrônico http://www.cebraspe.org.br/concursos/mp_pa_22_promotor, na data provável de **31 de julho de 2023**.

CÉSAR BECHARA NADER MATTAR JÚNIOR

Presidente da Comissão do Concurso

Protocolo: 960861

MUNICÍPIOS

PREFEITURA MUNICIPAL DE BREVES

PREFEITURA MUNICIPAL DE BREVES AVISO DE ALTERAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 028/2023-PE-SRP/SEMSA/FMS

O Município de Breves, através do Fundo Municipal de Saúde, torna público que FOI ALTERADA A DATA DE ABERTURA do PE Nº 028/2023-PE-SRP/SEMSA/FMS, que estava marcada para o dia 07 de julho de 2023, 9:00 hrs. Fica alterado a data de abertura para a data 14 de julho de 2023, às 09:00 horas, que tem como objeto a Formação de registro de preços para futura e eventual contratação de empresas especializadas em transporte fluvial, para o fornecimento de passagens fluviais, para suprir a demanda específica do programa de tratamento fora de domicílio, vinculado à Secretaria Municipal de Saúde de Breves, para o consumo de 12 meses. Os interessados poderão obter todas as informações sobre a licitação através do acesso à página do Tribunal de Contas do Município/PA, www.licitanet.com.br ou na sala da Comissão Permanente de Licitação - CPL junto à Prefeitura Municipal de Breves, situada à Praça 03 de outubro, nº 01 - centro - Cep: 68.800-000, no horário de 8h às 14h, em dias de efetivo expediente. **Jucineide Alves Barbosa - Secretária Municipal de Saúde.**

Protocolo: 960763

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMETÁ

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMETÁ AVISO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO INEXIGIBILIDADE Nº 17/2023 - PMC

A Prefeitura Municipal de Cametá, CNPJ Nº 05.105.283/0001-50, com base no art. 25, inc. III, da Lei Federal nº 8.666/93, AUTORIZA e RATIFICA a Inexigibilidade de licitação cujo Objeto: Contratação de Pessoa Jurídica Detentora de exclusividade de Contratação do Artista Durval Lelys Para Realização de Show Musical, Por atração Musical Conhecida Como Durval Lelys, Consagrada Pela Opinião Pública e Pela Crítica especializada, Para Apresentação no Período de Veraneio no Município de Cametá, e também ao Termo de Referência, em favor de Olá Music Entertainment Ltda, CNPJ: 06.161.826/0001-19. Valor: R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais). Data da Ratificação: 04/07/2023. **Victor Correa Cassiano, Prefeito Municipal de Cametá. Ordenador de Despesas.**

EXTRATO DE CONTRATO

Objeto: Contratação de Pessoa Jurídica Detentora de Exclusividade de Contratação do Artista Durval Lelys Para Realização de Show Musical, Por Atração Musical Conhecida Como Durval Lelys, Consagrada Pela Opinião Pública e Pela Crítica Especializada, Para Apresentação no Período de Veraneio no Município de Cametá. CONTRATO Nº 01.INEX.017/2023 - PMC. Contratante: Prefeitura Municipal de Cametá, CNPJ nº 05.105.283/0001-50. Contratado: Olá Music Entertainment Ltda, CNPJ: 06.161.826/0001-19. Valor: R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais). Vigência: 04/07/2023 a 04/10/2023. **Ordenador: Victor Correa Cassiano, Prefeito Municipal de Cametá.**

Protocolo: 960765

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPITÃO POÇO

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPITÃO AVISO DE LICITAÇÃO

TOMADA DE PREÇO Nº 005/2023 PMCP

Tipo Menor preço global; Abertura da habilitação e Proposta: dia 26/07/2023 às 10:00h. Objeto: Contratação de empresa especializada para os serviços de reforma e ampliação das escolas de EMFI Caminho do Saber, Pato Donald, Rui Barbosa, São João e Valderina Muniz zona rural do Município de Capitão Poço- Nos Termos da Lei. A realizar-se na sala da CPL-PMCP. O edital encontra-se disponível G-OBRA- TCM-PA, sala da CPL-PMCP, localizada na Avenida Moura Carvalho, 1255, Tatajuba, Capitão Poço/PA.

RETIFICAÇÃO

No aviso da Publicação de tomada de Preço circulado no D.O.U SEÇÃO 3 pág. 250, DOE/PA pág. 104 de DIÁRIO DO PARÁ pág. B10 no dia 29/06/2023, cujo o objeto é Contratação de empresa para Construção da Escola Professora Flora Alves Bezerra do Município de Capitão Poço, no item 6.5.4 do edital.

ONDE SE LÊ: Demonstrações financeiras do último exercício social ou seja: 2021. **LEIA-SE:** Demonstrações financeiras do último exercício social ou seja: 2022. As demais informações permanecem inalteradas.

Protocolo: 960766

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURUÇÁ

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURUÇÁ / PA AVISO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO PREGÃO Nº 012/2023- SEMOUT/PMC

A PREFEITURA MUNICIPAL DE CURUÇÁ/PA, torna público que foi Adjudicado e Homologado o PREGÃO eletrônico Nº 012/2023semout/PMC - Processo Administrativo nº 1805/2023, cujo objeto a presente licitação tem por objeto o Registro De Preços Para Eventual Contratação De Empresa Especializada Na Prestação Dos Serviços De Manutenção E Recuperação De Estradas Vicinais Localizadas No Município De Curuçá/PA, Estado Do Pará, tendo como Vencedor as empresa W C DOS SANTOS GERALDO LTDA; CNPJ nº 11.732.523/0001-49, no Valor R\$ 9.860.944,58, **Jefferson Ferreira de Miranda - Prefeito Municipal.**

EXTRATO DE E REGISTRO DE PREÇO

ORIGEM: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 012/2023SEMOUT

OBJETO: o Registro De Preços Para Eventual Contratação De Empresa Especializada Na Prestação Dos Serviços De Manutenção E Recuperação De Estradas Vicinais Localizadas No Município De Curuçá/PA. ORGÃO GERENCIADOR: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURUÇÁ CNPJ:05.171.939/0001-32 VENCEDORES: W C DOS SANTOS GERALDO LTDA; ASSINATURA: 04/07/2023 vigência: 12 (DOZE) MESES.

Protocolo: 960767

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURUÇÁ / PA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 011/2023- /PMC

A PREFEITURA MUNICIPAL DE CURUÇÁ/PA, torna público que foi Adjudicado e Homologado o PREGÃO eletrônico Nº 011/2023/PMC - Processo Administrativo nº 1005/2023, cujo objeto a presente licitação tem por a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA OU INSTITUIÇÃO ESPECIALIZADA NA EXECUÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO, VISANDO O PREENCHIMENTO DE CARGOS PÚBLICOS, INCLUINDO ORGANIZAÇÃO, PLANEJAMENTO DAS ETAPAS, ELABORAÇÃO DOS CONTEÚDOS E DOS EDITAIS, APLICAÇÃO DE PROVAS, CORREÇÃO E DIVULGAÇÃO DOS RESULTADOS.

1. ADJUDICAR o objeto do certame A INSTITUTO BEZERRA NELSON LTDA (08.197.465/0001-96) no valor da MEDIA DAS TAXAS DOS CARGOS DE NIVEL FUNDAMENTAL, CARGOS DE NIVEL MEDIO E CARGOS DE NIVEL SUPERIOR de R\$ 100,00(CEM REAIS). Adjudicado no Dia 27/06/2023

2.HOMOLOGAR o procedimento licitatório referente ao Pregão Eletrônico Nº011/2023 tendo como Vencedor A INSTITUTO BEZERRA NELSON LTDA (08.197.465/0001-96), homologado em : 06/07/2023, o valor MEDIA DAS TAXAS DOS CARGOS DE NIVEL FUNDAMENTAL,CARGOS DE NIVEL MEDIO E CARGOS DE NIVEL SUPERIOR de R\$ 100,00(CEM REAIS)./**Jefferson Ferreira de Miranda - Prefeito Municipal.**

Protocolo: 960779

PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIANÉSIA DO PARÁ

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Espécie: 6º termo aditivo de Prorrogação de prazo de 06 meses a partir de 01/07/2023, ao contrato nº 15.9.014.2018, oriundo do Pregão Presencial nº 9-014/2018/SMS. **Joaquim Jacibergues Garcias Urbano, Secretário Municipal de Saúde.**

Protocolo: 960780

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARABÁ

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 499/2023-FMS/PMC

Processo Administrativo nº 16.957/2022-PMM autuado na modalidade, Pregão Eletrônico (SRP) Nº 074/2022-CPL/PMC. Objeto do Contrato: Constitui objeto do presente instrumento contratual a aquisição de fórmula para alimentação enteral e/ou oral para atendimento do Fundo Municipal de Saúde de Marabá. Empresa: DISTRIBUIDORA FLAMED HOSPITALAR EIRELI, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 11.888.791/0001-54. VALOR: R\$ 289.154,50 (Duzentos e oitenta e nove mil cento e cinquenta reais e cinquenta centavos). Dotações Orçamentárias: 10 302 0012 2.055 ATENÇÃO MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE - MAC/SIH, Elemento de despesas: 3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO. DATA DA ASSINATURA 06 de julho de 2023. **MONICA BORCHART NICOLAU - Secretária Municipal de Saúde de Marabá /PA.**

Protocolo: 960782

SERVIÇO DE SANEAMENTO AMBIENTAL DE MARABÁ - SSAM
EXTRATO DO TERMO DE RETIFICAÇÃO

O presente **TERMO DE RETIFICAÇÃO Nº 002/2023-SSAM** referente ao **Contrato Nº 048/2023-SSAM**. Processo Administrativo Nº 29.447/2022-SSAM, celebrado entre o SERVIÇO DE SANEAMENTO AMBIENTAL DE MARABÁ - SSAM e a empresa V G DE SOUSA FERREIRA LTDA, CNPJ Nº 23.912.114/0001-03, corrigindo-se o que segue:

ONDE SE LÊ: ITEM 02: LEITE PASTEURIZADO (TIPO C) EM PACOTES DE 1L.
Especificação: Leite integral (sem adição de açúcar, tipo C), cor, aroma e odor característico, não rançoso, acondicionado em embalagem plástica, atóxica, resistente, contendo 1 Litro, com identificação na embalagem (rótulo) dos ingredientes, valor nutricional, peso, fornecedor, data de fabricação e validade. O produto deverá possuir selo de inspeção do órgão competente. Validade mínima de 15 (quinze) dias a contar da data de entrega. Marca: Amoleite. Fabricante: Amoleite Ind Laticínios.

UNID. Litro - QUANT. 13.500 - VL. UNIT. R\$4,55 - VL. TOTAL R\$61.425,00.

ITEM 04: PÃO FRANCÊS DEVENDO CADA UNIDADE CONTER NO MÍNIMO 50G.
Especificação: Pão tipo francês, peso 50g. Formato fusiforme com adição de sal, composto de farinha de trigo especial, água, sal e fermento químico. Deverão ser acondicionados em sacos de polietileno, impermeável, resistente e atóxico, com 10 unidades cada de forma que o produto seja entregue íntegro.

O produto deverá apresentar validade mínima de 24 horas após entrega. Será rejeitado o pão queimado ou mal assado, com odor e sabor desagradável, presença de fungos e não será permitida a adição de farelos e de corantes de qualquer natureza em sua confecção. Isento de parasitas, sujidades, larvas e material estranho. Marca: Panificadora Vitória. Fabricante: Panificadora Vitória. **UNID. Kg - QUANT. 8.250 - VL. UNIT. R\$13,84 - VL. TOTAL R\$114.180,00.**

ITEM 06: CAFÉ A VÁCUO EM PACOTES DE 500G.

Especificação: Café torrado e moído do tipo superior, de primeira qualidade, com as devidas características. Espécie: 100% de café arábica. Embalagem: tipo alto vácuo ou vácuo puro em pacotes, com impressão do nome do fabricante, registro no Ministério da Saúde e validade do produto não inferior a 11 meses, contados da data do recebimento definitivo. Aspecto: Grãos de café dos tipos 2 a 6, da COB - Classificação Oficial Brasileira. Características físicas: grão torrados e moídos, com o ponto de torra variando entre 50 e 65 pontos de Disco Agron. Marca: Rancheiro Fabricante: Rancheiro.

UNID. Pc - QUANT. 1.875 - VL. UNIT. R\$14,27 - VL. TOTAL R\$26.756,25. VALOR TOTAL R\$202.361,25

LEIA-SE: ITEM 02: LEITE PASTEURIZADO (TIPO C) EM PACOTES DE 1L.
Especificação: Leite integral (sem adição de açúcar, tipo C), cor, aroma e odor característico, não rançoso, acondicionado em embalagem plástica, atóxica, resistente, contendo 1 Litro, com identificação na embalagem (rótulo) dos ingredientes, valor nutricional, peso, fornecedor, data de fabricação e validade. O produto deverá possuir selo de inspeção do órgão competente. Validade mínima de 15 (quinze) dias a contar da data de entrega. Marca: Amoleite. Fabricante: Amoleite Ind Laticínios.

UNID. Litro - QUANT. 13.500 - VL. UNIT. R\$4,55 - VL. TOTAL R\$61.425,00.

ITEM 04: PÃO FRANCÊS DEVENDO CADA UNIDADE CONTER NO MÍNIMO 50G.
Especificação: Pão tipo francês, peso 50g. Formato fusiforme com adição de sal, composto de farinha de trigo especial, água, sal e fermento químico. Deverão ser acondicionados em sacos de polietileno, impermeável, resistente e atóxico, com 10 unidades cada de forma que o produto seja entregue íntegro.

O produto deverá apresentar validade mínima de 24 horas após entrega. Será rejeitado o pão queimado ou mal assado, com odor e sabor desagradável, presença de fungos e não será permitida a adição de farelos e de corantes de qualquer natureza em sua confecção. Isento de parasitas, sujidades, larvas e material estranho. Marca: Panificadora Vitória. Fabricante: Panificadora Vitória. **UNID. Kg - QUANT. 0 - VL. UNIT. R\$13,84 - VL. TOTAL R\$0,00.**

ITEM 06: CAFÉ A VÁCUO EM PACOTES DE 500G.

Especificação: Café torrado e moído do tipo superior, de primeira qualidade, com as devidas características. Espécie: 100% de café arábica. Embalagem: tipo alto vácuo ou vácuo puro em pacotes, com impressão do nome do fabricante, registro no Ministério da Saúde e validade do produto não inferior a 11 meses, contados da data do recebimento definitivo. Aspecto: Grãos de café dos tipos 2 a 6, da COB - Classificação Oficial Brasileira. Características físicas: grão torrados e moídos, com o ponto de torra variando entre 50 e 65 pontos de Disco Agron. Marca: Rancheiro Fabricante: Rancheiro.

UNID. Pc - QUANT. 0 - VL. UNIT. R\$14,27 - VL. TOTAL R\$0,00.

VALOR TOTAL R\$61.425,00

Marabá, 06 de junho de 2023. **Múcio Eder Andalécio - Diretor Presidente.**

Protocolo: 960783

SERVIÇO DE SANEAMENTO AMBIENTAL DE MARABÁ - SSAM
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE
PREÇO Nº 055/2023- CEL/SEVOP/PM
PROCESSO 6.404/2023-PM

PREGÃO PRESENCIAL (SRP) Nº 033/2023-CEL/SEVOP/PM

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE UNIFORMES PARA OS SERVIDORES DO SERVIÇO DE SANEAMENTO AMBIENTAL DE MARABÁ - SSAM. Empresa: V G DE SOUSA FERREIRA LTDA, CNPJ Nº 23.912.114/0001-03, vencedora dos lotes 01, 02, 03 e 04 no Valor total de R\$1.300.000,00 (um milhão e trezentos mil reais). Vigência da Presente Ata: 12 (doze) meses, não podendo ser prorrogada. Marabá-PA, 03 de julho de 2023. **Múcio Eder Andalécio - Diretor Presidente.**

Protocolo: 960784

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 501/2023-FMS/PM
Processo Administrativo nº 26.716/2022-PM autuado na modalidade, **Pregão Eletrônico (SRP) Nº 108/2022-CPL/PM**. Objeto do Contrato: Constitui objeto do presente instrumento contratual a aquisição de extintores, recarga e placas de sinalização destinados a atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde. Empresa: FOGOESTE EXTINTORES LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 27.230.141/0001-57. VALOR: R\$ 64.105,00 (Sessenta e quatro mil e cento e cinco reais). Dotações Orçamentárias: 10 302 0012 2.055 Atenção Média e Alta Complexidade - MAC/SIH, 10 301 0012 2.047 Programa Atenção Básica de Saúde - PAB, 10 305 0012 2.050 Atenção Vigilância e Saúde Epidemiológica, 10 302 0012 2.057 Manutenção Ações Saúde Trabalhador - CEREST, 10 122 0001 2.045 Manutenção Secretaria Municipal de Saúde, 10 302 0012 2.054 Serviço de Atendimento Móvel Urgente - SAMU 192. Elemento de despesas: 3.3.90.30.00 Material de consumo. DATA DA ASSINATURA 06 de julho de 2023. **MONICA BORCHART NICOLAU - Secretária Municipal de Saúde de Marabá /PA.**

Protocolo: 960789

EXTRATO DE TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

Termo de Homologação referente ao PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 053/2023-CEL/SEVOP/PM, Processo nº 8.617/2023-PM -CEL/SEVOP/PM. Objeto: REGISTRO DE PREÇO PARA EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA COM VISTAS A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS GRÁFICOS EM BANNERS E FAIXAS; AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE PAPELARIA; CAMISETAS, TECIDOS E VIAMENTOS; BANDEIRAS E MASTROS; DESTINADOS AOS EVENTOS DIVERSOS PROMOVIDOS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - SEMED conforme Edital e seus Anexos. Adjudica e Homologa as empresas: G M F COMERCIO E SERVIÇOS LTDA, CNPJ: 47.657.207/0001-05, vencedora do lote 01 no valor total de R\$ 43.500,00, J LOPES DA SILVA RIZZO EMBALE LTDA, CNPJ: 40.995.099/0001-23, vencedora dos lotes 02, 03, 04, 05, 09, 10 e 12 no valor total de R\$ 218.095,75, R E ROCHA COMERCIO E SERVIÇOS LTDA, CNPJ: 07.984.683/0001-08, vencedora dos lotes 06, 07 e 08 no valor total de R\$ 33.399,50, R DA S COSTA MENDONÇA COMERCIO DE TECIDO LTDA, CNPJ: 12.591.019/0001-39, vencedora do lote 11 no valor total de R\$ 137.862,50 pelo que ADJUDICO E HOMOLOGO o resultado final. Marabá - PA, 20.06.2023, **Marilza de Oliveira Leite - Secretaria Municipal de Educação.**

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Ata de Registro de Preço Nº 076/2023-CEL/SEVOP/PM. Origem: PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 053/2023-CEL/SEVOP/PM, Processo nº 8.617/2023-PM -CEL/SEVOP/PM. Objeto: REGISTRO DE PREÇO PARA EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA COM VISTAS A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS GRÁFICOS EM BANNERS E FAIXAS; AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE PAPELARIA; CAMISETAS, TECIDOS E VIAMENTOS; BANDEIRAS E MASTROS; DESTINADOS AOS EVENTOS DIVERSOS PROMOVIDOS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - SEMED. Empresas: G M F COMERCIO E SERVIÇOS LTDA, CNPJ: 47.657.207/0001-05, vencedora do lote 01 no valor total de R\$ 43.500,00, J LOPES DA SILVA RIZZO EMBALE LTDA, CNPJ: 40.995.099/0001-23, vencedora dos lotes 02, 03, 04, 05, 09, 10 e 12 no valor total de R\$ 218.095,75, R E ROCHA COMERCIO E SERVIÇOS LTDA, CNPJ: 07.984.683/0001-08, vencedora dos lotes 06, 07 e 08 no valor total de R\$ 33.399,50, R DA S COSTA MENDONÇA COMERCIO DE TECIDO LTDA, CNPJ: 12.591.019/0001-39 vencedora do lote 11 no valor total de R\$ 137.862,50 Vigência: 12 meses. Órgão gerenciador: Secretaria Municipal de Educação - SEMED. Assinatura: 22.06.2023, **Marilza de Oliveira Leite - Secretaria Municipal de Educação.**

Protocolo: 960790

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO

ADESÃO Nº 024/2023 - CEL/SEVOP/PM
Homologação do Processo nº 16.888/2023- PM - Objeto: ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 076/2022-CEL/SEVOP/PM, PROCESSO Nº 10.248/2022-PM, REFERENTE A CONCORRÊNCIA (SRP) Nº 009/2022-CEL/SEVOP/PM - LOCAÇÃO DE VEÍCULOS, DESTINADOS A ATENDER AS NECESSIDADES DE CONDUÇÃO DA EQUIPE QUE ATUA NA EXECUÇÃO DO PROCAD-SUAS, PROJETO VINCULADO A SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, PROTEÇÃO E ASSUNTOS COMUNITÁRIOS -SEASPA. Fornecedora do serviço a empresa: MARABÁ LOCADORA DE VEÍCULOS LTDA, CNPJ: 03.659.854/0001-72. Origem dos recursos: Próprios e Federal - Dotação Orçamentária: Operacionalização do Programa IGD-PAB. Valor total: R\$ 192.430,00 (cento e noventa e dois mil, quatrocentos e trinta reais), pelo que HOMOLOGO o resultado final. Marabá -PA, 06 de julho de 2023. **Nadjalucia Oliveira Lima - Secretária Municipal de Assistência Social, Proteção e Assuntos Comunitários.**

Protocolo: 960788

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO (SRP) nº 039/2023-CPL/PM

Processo Licitatório nº 14.197/2023-PM. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE CAMINHÕES COM EQUIPAMENTOS, DESTINADOS A ATENDER AS NECESSIDADES DO SERVIÇO DE SANEAMENTO AMBIENTAL DE MARABÁ - SSAM. UASG: 929648. Onde sagrou vencedora a empresa: METALURGICA PERPETUO SOCORRO LTDA, inscrita no CNPJ sob o Nº 31.262.616/0001-64, vencedora dos Itens: 01 e 02 Perfazendo o Valor Total de R\$ 5.082.000,00 (Cinco milhões, oitenta e dois mil reais), pelo que HOMOLOGO o resultado. Marabá 06/07/2023 - **Múcio Eder Andalécio - Serviço de Saneamento Ambiental de Marabá - SSAM - Portaria nº 221/2017-GP.**

Protocolo: 960792

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 345/2023/CPL Beneficiário - METALURGICA PERPETUO SOCORRO LTDA, inscrita no CNPJ sob o Nº 31.262.616/0001-64, vencedora dos Itens: 01 e 02 Perfazendo o Valor Total de R\$ 5.082.000,00 (Cinco milhões, oitenta e dois mil reais). Vigência da Ata é de 12 meses a partir da assinatura. Oriunda PREGÃO ELETRÔNICO (SRP) nº 039/2023-CPL/PMM. Processo Licitatório nº 14.197/2023-PMM. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE CAMINHÕES COM EQUIPAMENTOS, DESTINADOS A ATENDER AS NECESSIDADES DO SERVIÇO DE SANEAMENTO AMBIENTAL DE MARABÁ - SSAM. Marabá 07/07/2023 - **Múcio Eder Andalécio - Serviço de Saneamento Ambiental de Marabá - SSAM - Portaria nº 221/2017-GP.**

Protocolo: 960793

SECRETARIA MUNICIPAL DE VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS**EXTRATO AO CONTRATO Nº 449/2023-SEVOP**

Processo Administrativo nº 7.051/2023-CEL/SEVOP/PMM, autuado na modalidade PREGÃO PRESENCIAL (SRP) Nº 042/2023-CEL/PMM, que gerou a Ata de Registro de Preços Nº 065/2023-CEL/SEVOP/PMM, objeto: Aquisição De Material de Limpeza e Higiene, para atender as necessidades da SEVOP. Empresa: MASH REPRESENTANTES COMERCIAIS E AGENTES DO COMERCIO DE MERCADORIAS EIRELI, CNPJ: 35.334.877/0001-01; Valor R\$ 29.944,49 (vinte e nove mil, novecentos e quarenta e quatro reais, quarenta e nove centavos), Assinatura 06/07/2023, Vigência: 31/12/2023 **Fábio Cardoso Moreira, Secretário de Obras.**

Protocolo: 960794

SERVIÇO DE SANEAMENTO AMBIENTAL DE MARABÁ - SSAM**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO****PROCESSO Nº 15.776/2023 - PMM****PREGÃO PRESENCIAL Nº 062/2023-CEL/SEVOP/PMM**

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE SEERVIÇO DE RECAPAGEM DE PNEUS, DESTINADOS A ATENDER AS NECESSIDADES DO SERVIÇO DE SANEAMENTO AMBIENTAL DE MARABÁ-SSAM. Depois de constatada a regularidade dos atos procedimentais pela Controladoria Geral do Município - CONGEM, através do Parecer nº 539/2023-CONGEM, ao resultado do Processo nº 15.776/2023-PMM, referente ao Pregão Presencial nº 062/2023-CEL/SEVOP/PMM, HOMOLOGA o resultado ao licitante vencedor relacionado abaixo, por atender as condições previstas no Instrumento Convocatório, Empresa: RECANORTE RECAPAGEM DE PNEUS LTDA, CNPJ Nº 07.373.737/0001-07. Valor Total: R\$469.990,84 (quatrocentos e sessenta e nove mil novecentos e noventa reais e oitenta e quatro centavos). Publique-se o resultado do processo em tela que seja elaborado, atendendo ao princípio da vinculação ao instrumento convocatório de acordo com a Lei de Licitações, a ATA DE REGISTRO DE PREÇOS e os competentes CONTRATOS ADMINISTRATIVOS e convoquem-se as empresas vencedoras do referido certame para celebrá-los. Marabá-PA, 07 de julho de 2023. **Múcio Eder Andalécio - Diretor Presidente.**

Protocolo: 960795

AVISO DE SUSPENSÃO DE LICITAÇÃO**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 045/2023-CPL/PMM**

PROCESSO Nº 12.632/2023-PMM, Tipo: Menor Preço por lote. Data do certame: 10/07/2023. Horário: 09:00 (horário de Brasília-DF). Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM MEDICINA DO TRABALHO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ELABORAÇÃO DO PGR - PROGRAMA DE GERENCIAMENTO DE RISCOS DO HOSPITAL MUNICIPAL DE MARABÁ (HMM). A Secretaria Municipal de Saúde de Marabá - SMS, determinou a SUSPENSÃO da abertura deste certame com fundamento no art.21 parágrafo 4 da lei 8.666/93 para Retificação do Edital. Marabá (PA), 07/07/2023. **FLEDINALDO OLIVEIRA LIMA - Pregoeiro CPL/PMM.** Portaria nº 1.008/2023-GP/PMM.

Protocolo: 960797

**PREFEITURA MUNICIPAL
DE PACAJÁ****PREFEITURA MUNICIPAL DE PACAJÁ****FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE****EXTRATO DE ADITIVO DE CONTRATO 20210221****ORIGEM: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 033/2021**

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CONTRATADA: LABOCLIN CENTRO INTEGRADO DE DIAGNÓSTICOS EIRELI, CNPJ 13.620.194/0001-70.

OBJETO: Segundo Termo Aditivo prorrogação de prazo de vigência contratual por mais 12 meses (doze) fundamentação legal: Art. 57, Inciso II, da Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

VIGÊNCIA: 19 de julho de 2023 a 18 de julho de 2024.

CLEIDE FERREIRA CHAVES

Pregoeira

Protocolo: 960798

**PREFEITURA MUNICIPAL
DE PARAGOMINAS****ESTADO DO PARÁ****PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAGOMINAS****ADMINISTRATIVO****ATO ADMINISTRATIVO****PREGÃO ELETRÔNICO Nº 9/2023-00033**

Objeto: "Locação de veículo tipo ambulância com motorista para simples remoção de paciente, objetivando atender a Secretaria Municipal de Saúde e seus programas, Unidade de Pronto Atendimento - UPA e Hospital Municipal de Paragominas na remoção de pacientes para tratamento em Hospital conveniados ao SUS - Sistema Único de Saúde em Belém/PA, Bragança/PA e Capanema/PA". Considerando os pedidos de ESCLARECIMENTO/IMPUGNAÇÃO enviados tempestivamente no Portal de Compras Públicas. Considerando o art. 17, inciso II, do Decreto 10.024/2019 que destaca dentre as atribuições do Pregoeiro: "Receber, examinar e decidir as impugnações e os pedidos de esclarecimentos ao edital e aos anexos, além de poder requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração desses documentos". Considerando que não foi possível responder e adequar em tempo hábil o edital do processo em referência, torna sem efeito a publicação que previa a abertura do processo em 17 de julho de 2023 às 9 horas. Desta forma, depois de sanadas as dúvidas e retificação, caso haja a necessidade, a nova data de abertura será publicada nos mesmos meios de comunicação utilizados anteriormente. Paragominas/PA, 06 de julho de 2023. **Diego Guimarães Vieira - Pregoeiro. Portaria GPP. 09/2023.**

Diego Guimarães Vieira-Pregoeiro

Protocolo: 960799

**PREFEITURA MUNICIPAL
DE PORTEL****AVISO DE LICITAÇÃO****PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0021/2023****PROC. ADMINISTRATIVO 00507001/23**

A Prefeitura Municipal de Portel, torna público aos interessados que realizará licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, tipo menor preço, Registro de preço objetivando a futura e eventual Aquisição de duas motocicletas 0KM, uma Caminhonete tipo Pick Up 4x4 Cabine Dupla 0KM e uma Voadeira, destinados a atender as necessidades da Secretaria Municipal de Educação do Município de Portel/PA. Abertura: 20/07/2023, às 09:30hs. A retirada do edital e seus anexos encontram-se disponíveis no Mural de Licitações/TCM-PA, www.bnc.org.br ou pelo site (www.portel.pa.gov.br). Informações: E-mail: licitaportel2021@gmail.com.

Portel/PA, 07 de julho de 2023.

MAYCON SERRÃO MARTINS

Pregoeiro Municipal

Protocolo: 960800

**PREFEITURA MUNICIPAL
DE SANTA IZABEL DO PARÁ****PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 016/2023-PMSIP**

A Prefeitura Municipal de Santa Izabel do Pará, torna publico que realizará licitação objetivando Aquisição de combustível para atender as necessidades de abastecimento da frota de veículos da Prefeitura Municipal de Santa Izabel do Pará e de suas secretarias jurisdicionadas; SESSAO PÚBLICA: 20 de julho de 2023, às 09hs, horário de Brasília, www.comprasnet.gov.br. Edital disponível: Endereço eletrônico: <http://www.comprasnet.gov.br> (UASG 455288) e TCM PA - Informações e-mail: pregoeiropmsip@gmail.com.

Rosinaldo Ferreira de Freitas

PREGOEIRO CPL/PMSIP.

Protocolo: 960135

**PREFEITURA MUNICIPAL
DE SÃO FÉLIX DO XINGU****PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO XINGU - PA****AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO****RETIFICAÇÃO TOMADA DE PREÇOS TP009/2022**

Levamos ao conhecimento dos interessados o resultado da Tomada de Preços TP009/2022, que tem como Objeto: CONSTRUÇÃO DE UMA PRAÇA

PÚBLICA NO BAIRRO RODOVIÁRIO CONFORME CONVENIO 276/2022-SEDOP E RECONSTRUÇÃO DA PRAÇA E QUADRA DO TRIANGULO CONFORME CONVENIO 252/2022- SEDOP, E foi declarado como vencedora a empresa F. ARAÚJO CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA, inscrita no CNPJ sob o número 06.213.700/0001-40, e o valor total dos itens foi de R\$ 2.339.530,57 (dois milhões trezentos e trinta e nove mil e quinhentos e trinta reais e cinquenta e sete centavos).

ONDE SE LÊ: R\$ R\$ 2.339.530,57 (dois milhões trezentos e trinta e nove mil e quinhentos e trinta reais e cinquenta e sete centavos)

LEIA-SE: LOTE I - CONSTRUÇÃO DE UMA PRAÇA PÚBLICA NO BAIRRO RODOVIÁRIO CONFORME CONVENIO nº. 276/2022-SEDOP com o valor de R\$ 857.870,08 (oitocentos e cinquenta e sete mil e oitocentos e setenta reais e oito centavos) E LOTE II - RECONSTRUÇÃO DA PRAÇA E QUADRA DO TRIANGULO CONFORME CONVENIO 252/2022- SEDOP com o valor de R\$ 1.481.660,49 (um milhão quatrocentos e oitenta e um mil e seiscentos e sessenta reais e quarenta e nove centavos).

LUIZ OZENEIA DOS SANTOS

Presidente da Comissão

Protocolo: 960802

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO DA BOA VISTA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO DA BOA VISTA EXTRATO DE TERMO ADITIVO

ESPÉCIE: 5º Termo Aditivo ao Contrato nº 0607001-2022. Origem: Tomada de Preços nº 2/2022-005. Contratante: Município de São Sebastião da Boa Vista, CNPJ nº 05.105.143/0001-81. Contratada: Atcon Engenharia Ltda, CNPJ nº 40.419.922/0001-52. Objeto: O presente Termo Aditivo objetiva a prorrogação do prazo de execução do Contrato nº 0607001-2022 até o dia 27 de agosto de 2023 adequação, nos termos do art. 57, § 1º inciso II, da Lei Federal nº 8.666/93. Data da Assinatura: 07/07/2023.

Protocolo: 960803

PREFEITURA MUNICIPAL DE SOURE

PREFEITURA MUNICIPAL DE SOURE AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 026/2023-PE/SRP

A Prefeitura Municipal de Soure-PA, torna público a todos os interessados ao processo licitatório que tem como objetivo: REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE GENEROS ALIMENTICIOS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINSITRAÇÃO E PLANEJAMENTO DO MUNICIPIO DE SOURE/PA. A abertura será no dia 21/07/2023 as 08:00 horário de Brasília. O Edital e seus anexos estão disponíveis em www.portaldecompraspublicas.com.br informações e-mail: sourelitacao@gmail.com.

AVISO DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇO Nº 003/2023-TP

A Prefeitura Municipal de Soure-PA, torna público a todos os interessados ao processo licitatório que tem como objeto: contratação de empresa para recuperação de estradas vicinais de acesso à RESEX Marinha de Soure, para o atendimento de famílias extrativistas residentes no Município de Soure, no Estado do Pará, para o atendimento de 2187 famílias em área vinculada ao Programa Nacional de Reforma Agrária, conforme planilha orçamentaria, cronograma físico -financeiro e memorial descritivo. A abertura será no dia 28/07/2023 as 10:00 horário de Brasília. O Edital e seus anexos estão disponíveis em <https://soure.pa.gov.br/portal-da-transparencia/> informações e-mail: sourelitacao@gmail.com.

Carlos Augusto de Lima Gouvêa
PREFEITO

Protocolo: 960804

PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA ALTA

PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA ALTA EXTRATO DE CONTRATO DISPENSA DE LICITAÇÃO 4/2023 - SMS CONTRATO: 0607001

OBJETO: Contratação de Pessoa Jurídica para recarga de cilindro de oxigênio medicinal, destinados à Secretaria Municipal da Saúde de Terra Alta/

PA, oriundo da Dispensa de Licitação 4/2023. PARTES: Secretaria Municipal de Saúde de Terra Alta e a empresa R. V. DA S. Marques EIRELI, CNPJ 06.105.627/0001-93. VALOR TOTAL: R\$ 52.003,40 (cinquenta e dois mil, três reais e quarenta centavos). VIGÊNCIA: 06/07/2023 até o dia 05/07/2024.

Protocolo: 960721

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUCUMÃ

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 9/2023-049FMS

O Município de Tucumã, através do Fundo Municipal de Saúde, por intermédio da Comissão de Licitação, torna público que fará licitação às 09:00 horas do dia 20 de julho de 2023, na modalidade Pregão Eletrônico SRP Nº 9/2023-049FMS, tipo menor preço por ITEM, cujo Registro de Preços para eventual e futura contratação de empresa especializada em locação de equipamento de ultrassonografia para uso na Clínica de Especialidades Hermógenes Pelegrini, pertencente a Secretaria Municipal de Saúde de Tucumã-PA, de acordo com o que determina a legislação vigente, a realizar-se no Portal de Compras Públicas, no site www.portaldecompraspublicas.com.br. Informações Gerais: O edital está disponível na Rua do Café, S/ Nº, Setor Alto Morumbi, Tucumã/PA, das 07:30hs às 11:30hs e também pelo e-mail: cpl2021pmt@gmail.com, bem como no site do TCM, no endereço www.tcm.pa.gov.br/mural-de-licitacoes/. Tucumã - PA, 07 de julho de 2023. **José Augusto da Silva Fonseca - Pregoeiro.**

Protocolo: 960805

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUCURUÍ

AVISO DE EDITAL DE LICITAÇÃO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

PREGÃO ELETRONICO SRP Nº 8.2023-030

Abertura dia 21/07/2023 às 10:00 horas, no portal bnc, tipo menor preço por item, Objeto Registro de preços contratação de empresa para fornecimento de peças automotivas e pneus, para atender a Secretaria Municipal de Saúde, do município de Tucuruí no site <http://tucuruí.pa.gov.br/>. Tucuruí/PA, 10/07/2023.

FERNANDO BARROS LIMA
Pregoeiro

Protocolo: 960848

PARTICULARES

JAQUELINE MINETTO CPF - 015.868.671-30

Torna público que recebeu junto a Secretária de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade (SEMAS/PA) - DIREH A DDO - Dispensa de Outorga nº 2023/001.937 para captação de água subterrânea (poço Artesiano) conforme comprovante de cadastroº, Av. BR Isaías Antunes Pinheiro, 1018 - Novo Progresso-PA.

Protocolo: 960675

A pessoa física PEDRO MIRANDA DE OLIVEIRA CPF nº 114.908.539-87

(Espólio), neste ato representado por seu inventariante Pedro Miranda de Oliveira Junior CPF nº 117.921.752-72, torna público que obteve da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Marabá - SEMMA, a Licenças Ambiental Rural - LAR sob nº 11/2023, com validade 17/05/2027, solicitada através do protocolo para a atividade de Bovinocultura, Processo nº 6.950/2022 Fazenda Vale do Bom Jesus, localizada na Zona Rural do município de Marabá-PA.

Protocolo: 960664

NELSON LEITE DA SILVA C.P.F Nº 000.011.042-68

Torna público que recebeu da SEMAS a AUTEF Nº 274400/2025 com validade 03/07/2025 e LAR Nº 13726/2021 com validade 17/10/2026 do Imóvel FAZENDA SANTO ANTONIO, - Município de Portel, Pará.

Protocolo: 960666

MARCELO FERRAZ DE SOUZA CPF: 529.282.501-82 PROPRIETÁRIO DO IMÓVEL RURAL DENOMINADO DE FAZENDA CHAPADÃO DO GIL

Localizada na Rodovia BR 163, KM 930, margem direita, sentido Cuiabá-Santarém, adentrando 49 KM pela Vicinal Clareira/Kayapo, município de

Altamira - PA, torna público que REQUEREU junto a SEMMA/PMA, a Licença de Atividade Rural - LAR, para a atividade de Culturas de Ciclo Curto conforme protocolo 3255/2023, processo 046/2023.

Protocolo: 960668

SEBASTIÃO DA CONCEIÇÃO SANTOS
CPF 375.832.632-04
Proprietário da FAZENDA TROPEIRO

Localizada na BR 163 KM 1.085 ME VICINAL APROJIM KM 10 MD, Novo Progresso/PA, torna público que formalizou o TCA nº 2286/2023 junto à SEMAS/PA no âmbito do Programa de Regularização Ambiental, por meio do qual o declarante se comprometeu a cumprir suas obrigações decorrentes dos passivos ambientais discriminados no referido Instrumento bem como aos passivos ambientais referente ao AI 9190030-E e TEI 801086-E vinculados ao PA 02001.0148812/2018-95.

Protocolo: 960669

EMPRESARIAL

FAZENDA SANTA LUZIA
PROPRIEDADE DA AGROPECUÁRIA
BODOQUENA/XINGU - EIRELI
CNPJ nº 05.888.869/001-38

Localizada município de SÃO FELIX DO XINGU/PA, vem por meio deste veículo de comunicação tornar pública a LICENÇA DE ATIVIDADE RURAL - LAR nº 067/2023 para Atividade de Bovinocultura e cultivo de ciclos curtos, DEFERIDO, através do protocolo nº 2023/1770 juntamente à Secretaria Executiva de Meio Ambiente e Mineração- SEMMAS São Felix do Xingu.

Protocolo: 960671

TORNA-SE PÚBLICO
A CONCESSÃO DO LICENCIAMENTO DE ATIVIDADE
RURAL - LAR, Nº 039/2022, PROTOCOLADA
SOB O Nº 382/2022, FAZENDA RECANTO

Localizada na vicinal rajada, a 2,8 km sentido oeste depois da à vila rajada s/n - zona rural do município de Moju no Estado do Pará. Imóvel pertencente ao srº Wanderlan Pimenta dos Santos. Prefeitura Municipal de Moju. Secretaria de Ciência, Tecnologia e meio Ambiente - SECTEMA - MOJU/PA.

TORNA-SE PÚBLICO
A CONCESSÃO DO LICENCIAMENTO DE SUPRESSÃO
DE VEGETAÇÃO SECUNDÁRIA, Nº 027/2022
PROTOCOLADA SOB O Nº 382/2022, FAZENDA RECANTO

Localizada na vicinal rajada, a 2,8 km sentido oeste depois da à vila rajada s/n - zona rural do município de Moju no Estado do Pará. Imóvel pertencente ao srº Wanderlan Pimenta dos Santos. Prefeitura Municipal de Moju. Secretaria de Ciência, Tecnologia e meio Ambiente - SECTEMA - MOJU/PA.

Protocolo: 960674

POSTO ICCAR LTDA
CNPJ: 02.280.133/0049-39

Torna público que requereu junto a Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Turismo - SEMMAT, renovação da Licença de Operação - LO Nº 202200000067, por meio do processo nº L202300001064, para atividade de Comércio Varejista de Combustíveis para veículos automotores, localizado na Rodovia BR 316, snº, bairro Park Alvorada, no Município de Belenópolis/PA.

Protocolo: 960676

A CLARO S.A.
Inscrita no CNPJ: 40.432.544/0241-60

Torna público recebeu da Secretaria Municipal de Meio Ambiente de São Geraldo do Araguaia a Renovação da Licença de Operação com validade até 22/06/2024 para atividade de telefonia celular, situado na Rua José Bonifácio, nº 1247, Centro, CEP: 68170000, São Geraldo do Araguaia/PA (PASGZ01).

Protocolo: 960680

PEDIDO LICENÇA DE OPERAÇÃO
A CLARO S.A.

Inscrita no CNPJ: 40.432.544/0241-60

Torna público requereu da Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Melgaço a Renovação da Licença de Operação para atividade de telefonia celular, situado na Rua Francisco Leite, Nº 517, Miritizal - Melgaço / PA (PAMEC01).

Protocolo: 960681

POSTO ICCAR LTDA
CNPJ: 02.280.133/0066-30

Torna público que requereu junto a Secretaria Municipal de Meio Ambiente - SEMMA, renovação da Licença de Operação - LO Nº 152/2022, por meio do processo nº 2023SM0002982, para atividade de Comércio Varejista de Combustíveis para veículos automotores, localizado na Rod. Alça Viária, com Rua Moderna, s/nº, bairro São João, no Município de Marituba/PA.

Protocolo: 960700

COMERCIAL SOUSA LTDA - MATRIZ
CNPJ 02.819.294/0001-03

Torna publico que através do protocolo nº526/2023 requereu a SEMMA/BRAGANÇA, a renovação da LO nº033/2021 para a atividade de Comercio atacadista de cerveja, chope,vinho,cachaça, refrigerante e outras bebidas com atividade de fracionamento e acondicionamento, localizada na Travesa Coronel Antônio Pedro, Aldeia, Bragança- PA.

Protocolo: 960695

GROUP OF THE LORD MINERIOS EIRELI
CNPJ nº39.406.659/0001-88

Torna público que requereu à SEMAS/PA, a Licença de Operação Pesquisa Mineral, com uso de guia de utilização para atividade de extração e beneficiamento de minério de Ouro, Cobre, Diamante, Ferro, Terras raras e paládio em lote de terras situado na zona rural do município de Palestina do Pará/PA. Não foi determinado estudo de impacto ambiental.

Protocolo: 960696

POSTO TREVÃO CACHOEIRA DA SERRA
CNPJ: 12.852.447/0001-78

Torna público que recebeu da Secretária de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade (SEMAS/PA)- DIREH, Renovação da DDO. nº 3293/2023 com validade até 28/06/2028, conforme processo nº 2023/0000011521 para captação Poço Artesiano de água subterrânea na BR-163-km,895 s/n Dist. Cachoeira da Serra, Altamira-PA.

Protocolo: 960697

COMERCIAL SOUSA LTDA - FILIAL
CNPJ 02.819.294/0002-94

Torna publico que através do protocolo nº525/2023 requereu a SEMMA/BRAGANÇA, a renovação da LO nº032/2021 para a atividade de Comercio Varejista de Mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios, localizada na Rua Henrique Darcia, nº1010, Aldeia, Bragança/PA.

Protocolo: 960698

A EMPRESA ESPERANÇA TRANSPORTE
SERVIÇO E TERRAPLANAGEM LTDA
NOME FANTASIA ESPERANÇA SERVIÇO E TERRAPLANAGEM
Inscrita no CNPJ: 07.434.416/0001-67

Situada na Rod PA 263, S/N, KM 08, Caixa Postal 253, no Distrito Industrial, município de Breu Branco - PA, CEP: 68.488-000, torna público que requereu junto a SEMAS/PA - Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade do Pará, a solicitação da LICENÇA DE OPERAÇÃO, para exercer a atividade de TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE SUBSTÂNCIAS E RESÍDUOS PERIGOSOS.

Protocolo: 960688

R C SIQUEIRA COMERCIAL - ME
CNPJ 07.199.928/0001-96

Torna publico que através do processo nº521/2023 que requereu a SEMMA/BRAGANÇA, a renovação da LO nº034/2021 para a atividade de Comercio Varejista de Gás Liquefeito de Petróleo - GLP, localizada na AV. Castilho França, nº1531, CEP 68.600-000, Bragança/PA.

Protocolo: 960693

COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL PARAGOMINENSE -
COOPERNORTE - CENTRO COMERCIAL AGROPECUÁRIO
CNPJ: 14.718.125/0005-90

Localizada no município de Paragominas, torna público que recebeu da SEMAS/PA a LO sob nº 14170/2023 para atividade de Comércio Atacadista e Armazenamento de Produtos Químicos.

Protocolo: 960690

A C BARROS DO NASCIMENTO LTDA (PERI AUTO CENTER)
CNPJ: 46.981.662/ 0001-90

Torna público que está requerendo junto à SEMMA - Tucuruí/PA, a Licença de Operação para a realização das atividades, comércio de peças e acessórios para veículos automotores.

Protocolo: 960691

A FAZENDA FAZENDA NOVA ESPERANÇA

Localizada na Vicinal do Km 224 Norte - Uruará-PA, torna público que recebeu a Autorização de Limpeza Nº 005/2023 E processo Nº /2022-9, junto à Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Uruará-PA.

Protocolo: 960663

A FAZENDA FAZENDA NOVA ESPERANÇA

Localizada na Vicinal do Km 224 Norte - Uruará-PA, torna público que recebeu a Licença Ambiental Rural - LAR Nº0007/2023 e processo Nº310/2023-5, junto à Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Uruará-PA.

Protocolo: 960660



EXECUTIVO

GABINETE DO GOVERNADOR

LEI Nº 9.977, DE 6 DE JULHO DE 2023

Dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício financeiro de 2024. A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARÁ estatui e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Ficam estabelecidas, em cumprimento ao disposto no § 3º do art. 204 da Constituição do Estado do Pará, e, em atendimento às disposições da Seção II da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000, as diretrizes orçamentárias do Estado do Pará, para o exercício financeiro de 2024, compreendendo:

- I - das disposições preliminares;
- II - das metas e prioridades da Administração Pública estadual;
- III - da estrutura e organização dos orçamentos;
- IV - das diretrizes para elaboração e execução dos orçamentos do Estado e suas alterações;
- V - das normas para avaliação dos programas de governo;
- VI - das disposições relativas às despesas do Estado com pessoal;
- VII - das disposições sobre as alterações na legislação tributária do Estado;
- VIII - da política de aplicação de recursos financeiros pelas agências financeiras oficiais de fomento;
- IX - das disposições finais desta Lei.

Parágrafo único. Integram a presente, os seguintes anexos:

- I - Anexo I - Riscos Fiscais;
- II - Anexo II - Metas Fiscais;
- III - Anexo III - Demonstração da Remuneração de Pessoal Ativo e Inativo; e
- IV - Anexo IV - Demonstração da Lotação de Pessoal Ativo por Poder e Unidade Orçamentária.

CAPÍTULO II DAS METAS E PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL

Art. 2º As metas e prioridades da Administração Pública estadual, para o exercício de 2024, serão estabelecidas na Lei do Plano Plurianual, relativo ao período de 2024-2027, observando as seguintes diretrizes e critérios de priorização:

- I - diretrizes:
 - a) Sociedade de Direitos;
 - b) Crescimento Inteligente;
 - c) Trabalho com Responsabilidade; e
 - d) Gestão Pública Presente;
 - II - critérios de priorização:
 - a) alinhamento aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS); e
 - b) concordância com o Plano Estadual Amazônia Agora (PEAA).
- § 1º As metas e prioridades da Administração Pública estadual para o exercício de 2024 terão precedência na alocação dos recursos no Projeto de Lei Orçamentária Anual de 2024, atendidas as despesas que compõem as obrigações constitucionais ou legais do Estado e as de funcionamento dos órgãos e entidades, que integram os Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social.

§ 2º As metas e prioridades da Administração Pública estadual para o exercício de 2024, poderão ser modificadas, mediante autorização do Poder Legislativo, para atender necessidades econômicas e sociais advindas de consequências provocadas por fatos supervenientes imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, reconhecidas pelo Poder Público.

CAPÍTULO III DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DOS ORÇAMENTOS

Art. 3º As categorias de programação de que trata esta Lei serão identificadas no Projeto de Lei Orçamentária Anual de 2024 e na respectiva lei, por função, subfunção, programas, projetos, atividades e/ou operações especiais.

§ 1º Para efeito desta Lei, entende-se por:

- I - categoria de programação: o detalhamento do programa de trabalho, identificado por função, subfunção, programa, projeto, atividade e/ou operações especiais;
- II - função: nível máximo de agregação das ações desenvolvidas pelo setor público;
- III - subfunção: nível de agregação de um conjunto de ações do setor público;
- IV - programa: instrumento de organização da ação governamental que visa à concretização dos objetivos pretendidos, mensurados por indicadores estabelecidos no Plano Plurianual;

V - projeto: instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da ação de governo;

VI - atividade: instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta um produto necessário à manutenção da ação de governo;

VII - operação especial: despesas que não contribuem para a manutenção, expansão ou aperfeiçoamento das ações de governo, das quais não resulta um produto e não geram contraprestação direta sob a forma de bens ou serviços;

VIII - unidade orçamentária: menor nível da classificação institucional, agrupada em órgãos orçamentários, estes últimos entendidos como os de maior nível da classificação institucional;

IX - unidade gestora: centro de alocação e execução orçamentária, inserida na unidade orçamentária;

X - fonte de recursos: indica a origem e a destinação dos recursos para o financiamento da despesa;

XI - transferências voluntárias para efeitos da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000: compreende a entrega de recursos correntes ou de capital a outro ente da Federação, a título de cooperação, auxílio ou assistência financeira, que não decorra de determinação constitucional ou legal ou se destine ao Sistema Único de Saúde (SUS);

XII - transferências voluntárias para efeitos da Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014: parcerias entre a Administração Pública e as Organizações da Sociedade Civil (OSC's), envolvendo repasses financeiros;

XIII - concedente: órgão ou entidade da Administração Pública estadual direta ou indireta, responsável pela transferência de recursos financeiros, inclusive os decorrentes de descentralização de créditos orçamentários;

XIV - conveniente: órgão ou entidade da Administração Pública direta ou indireta da União, Estados e Distrito Federal ou Municípios e as entidades privadas, na forma da lei, com os quais a Administração Pública Estadual pactue a execução de ações com transferência de recursos financeiros;

XV - organização da sociedade civil de interesse público (OSCIP), entidade sem fins lucrativo, com a finalidade, única e exclusiva, de celebrar Termo de Parceria com o Poder Público, desde que constituída no Brasil e que se encontre em funcionamento regular há, no mínimo, 3 (três) anos, conforme objetivos sociais e normas estatutárias que atendam aos requisitos instituídos pela Lei Federal nº 9.790, de 23 de março de 1999;

XVI - organizações sociais: pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, cujas atividades sejam dirigidas à prestação de serviços sociais, e qualificadas pelo Poder Público, na forma e condições estabelecidas na Lei Estadual nº 5.980, de 19 de julho de 1996, regulamentada pelo Decreto Estadual nº 21, de 14 de fevereiro de 2019;

XVII - convênio: acordo, ajuste ou qualquer outro instrumento que discipline a transferência de recursos financeiros de dotações consignadas nos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social do Estado e tenha como partícipe, de um lado, órgãos ou entidades da Administração Pública estadual, e, de outro lado, órgão ou entidade da Administração Pública da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, visando à execução de programa de governo, envolvendo a realização de projeto, atividade, serviço, aquisição de bens ou evento de interesse recíproco, em regime de mútua cooperação;

XVIII - termo de fomento: instrumento por meio do qual são formalizadas as parcerias estabelecidas pela Administração Pública com Organizações da Sociedade Civil (OSC's) para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco de iniciativa das Organizações da Sociedade Civil (OSC's), que envolvam a transferência de recursos financeiros;

XIX - termo de colaboração: instrumento por meio do qual são formalizadas as parcerias estabelecidas pela Administração Pública com Organizações da Sociedade Civil (OSC's) para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco de iniciativa da Administração Pública, que envolvam a transferência de recursos financeiros;

XX - termo de parceria: instrumento firmado com transferência de recursos orçamentários, entre os órgãos estaduais e as Organizações Sociais de Interesse Público (OSCIP's); e

XXI - acordo de cooperação: instrumento formal de cooperação entre instituições públicas que tenham interesses e condições equivalentes ou recíprocos sem implicar na constituição de uma nova entidade e nem transferência de recursos financeiros.

§ 2º Cada programa identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de projetos, atividades e operações especiais, especificando seus valores e metas, bem como as unidades orçamentárias responsáveis pela realização das ações.

§ 3º Cada projeto, atividade e operação especial identificará a função e a subfunção aos quais se vinculam, conforme estabelece a Portaria nº 42, de 14 de abril de 1999, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, e suas posteriores alterações.

§ 4º As atividades com mesma finalidade de outras já existentes deverão observar o mesmo código, independentemente da unidade executora.

§ 5º O produto e a unidade de medida são os mesmos especificados para cada ação do Plano Plurianual.

Art. 4º Os Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social e o Orçamento de Investimento das Empresas compreenderão a programação dos Poderes, Fundos, Autarquias e Fundações, instituídas e mantidas pelo Poder Público, bem como as Empresas Públicas, Sociedades de Economia Mista e demais entidades em que o Estado, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto e que recebam recursos do Tesouro Estadual para sua manutenção.

Art. 5º Os Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social e o Orçamento de Investimento das Empresas discriminarão a despesa por unidade orçamentária, com suas categorias de programação detalhadas com as respectivas dotações, especificando a esfera orçamentária, a modalidade de aplicação, o grupo de natureza de despesa, o identificador de uso e a fonte de recursos.

§ 1º A esfera orçamentária, referida no **caput** deste artigo tem por finalidade a identificação do tipo de orçamento: Orçamento Fiscal (F), Seguridade Social (S) ou de Investimento (I).

§ 2º A Modalidade de Aplicação (MA) destina-se a indicar se os recursos serão aplicados:

I - diretamente, pela unidade detentora do crédito orçamentário ou em decorrência de descentralização de crédito orçamentário, por outro órgão ou entidade integrante dos Orçamentos Fiscal ou da Seguridade Social;

II - indiretamente, mediante transferência, por outras esferas de governo, seus órgãos, fundos ou entidades ou por entidades privadas, exceto o caso previsto no inciso III deste parágrafo; ou

III - indiretamente, mediante delegação, por outros entes da Federação ou consórcios públicos para aplicação de recursos em ações de responsabilidade exclusiva do Estado que impliquem preservação ou acréscimo no valor de bens públicos estaduais.

§ 3º A especificação da modalidade de que trata o § 2º deste artigo, sem prejuízo das demais previstas pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN), observará o seguinte detalhamento:

I - Transferências à União - 20;

II - Execução Orçamentária Delegada à União - 22;

III - Transferências a Estados e ao Distrito Federal - 30;

IV - Transferências a Estados e ao Distrito Federal - Fundo a Fundo - 31;

V - Execução Orçamentária Delegada a Estados e ao Distrito Federal - 32;

VI - Transferências a Municípios - 40;

VII - Transferências a Municípios - Fundo a Fundo - 41;

VIII - Execução Orçamentária Delegada a Municípios - 42;

IX - Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos - 50;

X - Transferências a Instituições Privadas com Fins Lucrativos - 60;

XI - Transferências a Instituições multigovernamentais - 70;

XII - Transferências a Consórcios Públicos mediante Contrato de Rateio - 71;

XIII - Execução Orçamentária Delegada a Consórcios Públicos - 72;

XIV - Transferências ao Exterior - 80;

XV - Aplicações Diretas - 90;

XVI - Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social - 91;

XVII - Aplicação Direta de Recursos Recebidos de Outros Entes da Federação Decorrentes de Delegação ou Descentralização - 92;

XVIII - A Definir - 99.

§ 4º O Projeto de Lei Orçamentária Anual de 2024 e a respectiva lei, bem como os créditos adicionais, não poderão conter modalidade de aplicação "A Definir - 99", ressalvadas a Reserva de Contingência e a Reserva do Regime Próprio de Previdência.

§ 5º É vedada a execução orçamentária na modalidade de aplicação 99, devendo ser alterada quando de sua definição, conforme as modalidades especificadas nos incisos do § 3º deste artigo.

§ 6º Os Grupos de Natureza de Despesa (GND), mencionados no **caput** deste artigo, constituem agregação de elementos de despesa de mesma característica quanto ao objeto de gasto, conforme a seguir especificado:

I - Pessoal e encargos sociais (GND 1);

II - Juros e encargos da dívida (GND 2);

III - Outras despesas correntes (GND 3);

IV - Investimentos (GND 4);

V - Inversões financeiras (GND 5); e

VI - Amortização da dívida (GND 6).

§ 7º A Reserva de Contingência será classificada no (GND 9).

§ 8º O Identificador de Uso (IU) destina-se a indicar se os recursos que compõem contrapartida estadual de empréstimos, de doações ou destinam-se a outras aplicações, constando da Lei Orçamentária Anual de 2024 e dos créditos adicionais pelos seguintes dígitos, que antecederão o código das fontes de recursos:

I - Recursos não destinados à contrapartida (IU 0);

II - Contrapartida de empréstimos do Banco Internacional para Reconstrução e o Desenvolvimento - BIRD (IU 1);

III - Contrapartida de empréstimo do Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID (IU 2);

IV - Contrapartida de empréstimos por desempenho ou com enfoque setorial amplo (IU 3);

V - Contrapartida de outros empréstimos (IU 4);

VI - Contrapartida de doações (IU 5);

VII - Contrapartida de transferência por meio de convênios (IU 6); e

VIII - Recursos de transferências oriundos de Emendas Individuais/OGU (IU 7).

§ 9º O grupo de destinação de recursos que indica os recursos originários do Tesouro ou de Outras Fontes e fornece a indicação sobre o exercício em que foram arrecadados obedecerão à classificação ou destinação de recursos de acordo com o § 4º do art. 1º da Portaria Conjunta STN/SOF nº 20, de 23 de fevereiro de 2021.

§ 10. No caso do Orçamento de Investimento das Empresas, referido no **caput** deste artigo, as despesas serão discriminadas por unidade orçamentária, detalhando-as por categoria de programação com as respectivas dotações e fonte(s) de recurso(s).

§ 11. O Projeto de Lei Orçamentária Anual de 2024 e a respectiva lei deverão discriminar as transferências a consórcio público, observando critérios de classificação por função programática, por natureza de despesa e por fonte/destinação de recursos, devendo o consórcio público prestar as informações necessárias para subsidiar a elaboração da lei orçamentária, no prazo de 30 (trinta) dias antes do prazo final para o encaminhamento do projeto de lei ao Poder Legislativo, conforme definido na Portaria STN nº 274, de 13 de maio de 2016.

§ 12. A discriminação quanto à natureza da despesa far-se-á, no mínimo, por categoria econômica, grupo de natureza de despesa e modalidade de aplicação, conforme definido na Portaria STN/SOF nº 163, de 4 de maio de 2001, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

§ 13. O Poder Executivo deverá encaminhar, como parte integrante da proposta orçamentária, anexo, com a regionalização das dotações orçamentárias para as regiões de integração do Estado, assim consideradas pelo Executivo, nos termos do que determina o art. 50 da Constituição Estadual.

Art. 6º A programação dos Poderes do Estado, dos Fundos, das Autarquias e das Fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, bem como das Empresas Estatais dependentes, constantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, terá sua execução orçamentária e financeira integralmente e obrigatoriamente realizada no Sistema Integrado de Administração Financeira Estadual (SIAFE), conforme § 6º do art. 48 da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000.

§ 1º Excluem-se do disposto no **caput** deste artigo as empresas que recebem recursos do Estado sob a forma de:

I - participação acionária;

II - pagamento pelo fornecimento de bens e prestação de serviços; e

III - pagamento de empréstimos e financiamentos concedidos por terceiros.

§ 2º As empresas estatais dependentes, cuja programação conste integralmente dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, não integrarão o Orçamento de Investimento das Empresas.

§ 3º A programação dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social será apresentada conjuntamente.

Art. 7º A Receita do Orçamento Fiscal será estruturada de acordo com o previsto no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) e pelos atos da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e da Secretaria de Orçamento Federal, vinculadas ao Ministério da Economia.

Art. 8º São Receitas do Orçamento da Seguridade Social:

I - contribuições sociais dos servidores públicos, contribuições patronais da Administração Pública e outras que vierem a ser criadas por lei;

II - receitas próprias dos órgãos, fundos e entidades que atuam nas áreas de saúde, previdência e assistência social;

III - transferências efetuadas por meio do Sistema Único de Saúde (SUS) e de Assistência Social;

IV - transferências do Orçamento Fiscal, oriundas da receita resultante de impostos, conforme dispõe a Emenda à Constituição Federal nº 29, de 13 de setembro de 2000; e

V - outras Fontes vinculadas à seguridade social.

Art. 9º O Orçamento de Investimento das Empresas compreende a programação das Empresas Estaduais em que o Estado, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto e que recebem, exclusivamente, recursos a título de aumento de capital à conta do Orçamento Fiscal.

Parágrafo único. O investimento de que trata este artigo compreende as dotações destinadas a:

I - planejamento e execução de obras, priorizando as obras em andamento;

II - aquisição de imóveis necessários à realização de obras;

III - aquisição de instalações, equipamentos e material permanente; e

IV - aquisição de imóveis ou bens de capital em utilização.

Art. 10. São Receitas do Orçamento de Investimento das Empresas as:

I - geradas pela empresa;

II - decorrentes da participação acionária do Estado;

III - oriundas de operações de crédito internas e externas;

IV - concessão de créditos; e

IV - de outras origens.

Art. 11. A Lei Orçamentária Anual discriminará em categorias de programação específicas as dotações destinadas:

I - às ações descentralizadas de educação, saúde, segurança pública, trabalho e assistência social;

II - ao atendimento do Programa de Alimentação Escolar;

III - ao pagamento de precatórios judiciais;

IV - ao pagamento de sentenças judiciais transitadas em julgado, consideradas de pequeno valor, na forma definida em lei, nos termos do § 3º do art. 100 da Constituição Federal;

V - às despesas com publicidade, propaganda e divulgação oficial, de acordo com o § 15 do art. 204 da Constituição Estadual;

VI - ao atendimento das operações relativas à dívida do Estado;

VII - ao pagamento dos benefícios previdenciários da Administração Pública estadual, por Poder, do Ministério Público, da Defensoria Pública e dos demais órgãos constitucionais independentes;

VIII - às despesas com servidores, de natureza complementar, como auxílios e outros benefícios, no âmbito dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, do Ministério Público, da Defensoria Pública e dos demais órgãos constitucionais independentes, inclusive da Administração Pública indireta, que recebam recursos à conta dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social;

IX - às despesas com capacitação e valorização de servidores;

X - às ações descentralizadas do Poder Judiciário e;

XI - às ações de combate e prevenção a epidemias, endemias e pandemias.

§ 1º As despesas de que trata o inciso V do **caput** deste artigo, financiadas com recursos do Tesouro Estadual, no âmbito do Poder Executivo, exceto aquelas relativas à educação e à saúde, deverão ser alocadas na Secretaria de Estado de Comunicação (SECOM), conforme estabelecido na Lei Estadual nº 7.056, de 19 de novembro de 2007.

§ 2º O disposto no inciso VIII do **caput** deste artigo aplica-se, igualmente, aos órgãos e entidades que prestem, total ou parcialmente, os referidos benefícios a seus servidores e respectivos dependentes.

§ 3º As despesas de que trata o inciso IX do **caput** deste artigo, financiadas com recursos do Tesouro Estadual, no âmbito do Poder Executivo, exceto aquelas relativas à formação específica das áreas de educação, saúde, segurança pública e fazendária, ou de competência da Escola Superior da Advocacia Pública (ESAP), nos termos da Lei Complementar Estadual nº 41, de 29 de agosto de 2002, deverão ser executadas pela Escola de Governança Pública do Estado do Pará (EGPA), ressalvadas situações de impossibilidade técnica de atendimento pela autarquia, conforme Lei Estadual nº 6.569, de 6 de agosto de 2003.

Art. 12. O Projeto de Lei Orçamentária que o Poder Executivo encaminhará à Assembleia Legislativa observará, além das demais disposições constitucionais e legais, o disposto no art. 5º da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000, constituindo-se de:

I - texto da Lei;

II - quadros orçamentários consolidados;

III - anexos dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, discriminando a receita e a despesa, na forma definida nesta Lei, evidenciando a estrutura de financiamento e o programa de trabalho por unidade orçamentária;

IV - Anexo do Orçamento de Investimento das Empresas;

V - Anexos dos demonstrativos previstos no art. 5º da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000;

VI - descrição das principais finalidades e a legislação básica dos órgãos e entidades da Administração Pública estadual;

VII - discriminação da legislação da receita;

VIII - portfólio dos investimentos por programa de governo, região de integração, municípios, órgão/entidade, fonte de financiamento, integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social e do Orçamento de Investimentos das Empresas, identificando as obras novas e as em andamento;

IX - demonstrativo regionalizado dos percentuais de incidência sobre as receitas e despesas, decorrentes de isenções, anistias, remissões, subsídios e benefícios de natureza financeira, tributária e creditícia, conforme estabelece o § 11 do art. 204 da Constituição Estadual; e

X - demonstrativo da estimativa do impacto orçamentário-financeiro, resultante da concessão ou ampliação de incentivos ou benefícios de natureza tributária, da qual decorra renúncia de receita, indicando as medidas de compensação.

§ 1º Os quadros orçamentários a que se refere o inciso II do **caput** deste artigo, incluindo os complementos referenciados no art. 22, inciso III, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, são os seguintes:

I - evolução da receita do Tesouro Estadual segundo as categorias econômicas e seus desdobramentos;

II - resumo da receita dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, isolada e conjuntamente, por categoria econômica e origem dos recursos;

III - resumo da receita da Administração Pública indireta, por categoria econômica;

IV - evolução da despesa segundo as categorias econômicas e os grupos de natureza de despesa;

V - resumo da despesa dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, isolada e conjuntamente, por categoria econômica, grupo de natureza de despesa e origem dos recursos;

VI - despesa dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, por Poder e órgão/entidade, segundo os grupos de natureza da despesa;

VII - despesa por função e órgão/entidade, segundo as categorias econômicas;

VIII - despesa por programa, detalhada por Poder e órgão/entidade, Ministério Público, Defensoria Pública e demais órgãos constitucionais independentes;

IX - receita e despesa dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, isolada e conjuntamente, segundo as categorias econômicas;

X - resumo das fontes de financiamento, por categoria econômica e grupo de natureza de despesa, por Poder, Ministério Público, Defensoria Pública e demais órgãos constitucionais independentes;

XI - evolução da despesa do Tesouro, por Poder, Ministério Público, Defensoria Pública e demais órgãos constitucionais independentes, segundo as categorias econômicas e grupos de natureza da despesa.

§ 2º O Orçamento de Investimento das Empresas, referido no inciso IV do **caput** deste artigo, será composto dos seguintes demonstrativos:

I - estrutura de financiamento, por fonte de recursos;

II - consolidação dos investimentos, por função e órgão/entidade;

III - consolidação dos investimentos, por programa; e

IV - programa de trabalho, por órgão/entidade e fonte de financiamento.

Art. 13. A mensagem que encaminhar o Projeto de Lei Orçamentária Anual compor-se-á de:

I - texto analítico, contendo:

a) análise da situação econômico-financeira do Estado, considerando:

1. o desempenho das atividades econômicas;

2. o cenário da economia mundial e nacional e seus impactos sobre a economia local;

3. o ritmo inflacionário;

4. as possíveis perdas de receita por conta das mudanças nas alíquotas de Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS); e

5. a desoneração da incidência de tributos sobre diversos produtos;

b) justificativa das premissas da estimativa da receita e da fixação da despesa;

c) estoque da dívida fundada e flutuante do Estado;

d) destaque para ações estratégicas que serão implementadas por meio dos Programas na Lei Orçamentária Anual de 2024; e

e) capacidade de endividamento do Estado;

II - quadros demonstrativos, contendo:

a) receita, segundo a origem dos recursos dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social;

b) receita própria e despesa dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, bem como do Orçamento de Investimento das Empresas, de forma regionalizada;

c) aplicação de recursos na saúde e na educação, conforme determinam o art. 198, § 2º, inciso II, e o art. 212 da Constituição Federal;

d) revisão de operações de crédito internas e externas e das respectivas contrapartidas, com indicação dos agentes financeiros e da programação a ser financiada;

e) relação das obras em execução em 2023 e que tenham previsão de continuidade em 2024, bem como o patrimônio público a ser conservado, com indicação quantitativa do que já foi executado, tanto em porcentagem, quanto em montante financeiro, e a quantificação do que ainda falta para a conclusão das obras relacionadas; e

f) proposta orçamentária da previdência estadual, evidenciando as receitas por fonte de recurso e as despesas com inativos e pensionistas por Poder, Ministério Público, Defensoria Pública e demais órgãos constitucionais independentes.

Parágrafo único. Todos os documentos referentes ao Projeto de Lei Orçamentária Anual de 2024 devem ser encaminhados à Assembleia Legislativa por meio impresso e/ou digital e o banco de dados que gerou as informações, em arquivo XLS ou XML, de forma a permitir a carga no Sistema de Emendas, bem como a atualização e redação final da Lei Orçamentária Anual.

CAPÍTULO IV

DAS DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS DO ESTADO E SUAS ALTERAÇÕES

Seção I

Diretrizes Gerais

Art. 14. A Lei Orçamentária Anual de 2024 conterá a Reserva do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) e a Reserva de Contingência, conforme dispõe o inciso III do art. 5º da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000.

§ 1º A Reserva do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) corresponde ao ingresso de recursos superavitários destinados a garantir futuros desembolsos do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS), do ente respectivo, devendo constar no Projeto de Lei Orçamentária Anual.

§ 2º A Reserva de Contingência será constituída, exclusivamente, de recursos do Orçamento Fiscal, equivalendo, no Projeto de Lei Orçamentária, ao limite de até 3% (três por cento) da receita corrente líquida do Orçamento Fiscal.

§ 3º A Reserva de Contingência poderá ser utilizada como fonte de recursos para abertura de créditos adicionais e para o atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos.

§ 4º A dotação global denominada Reserva de Contingência, bem como a de Reserva do Regime Próprio de Previdência do Servidor, será identificada nos orçamentos pelos códigos "99.999.9999.9008" e "99.997.9999.9041", respectivamente, no que se refere às classificações por função e subfunção e estrutura programática.

§ 5º As Reservas referidas no **caput** deste artigo serão identificadas, quanto à natureza da despesa, pelo código "9.9.99.99.99".

Art. 15. A proposta orçamentária para o exercício de 2024 será elaborada tendo como parâmetros de referência:

I - para estimativa das receitas:

a) tributárias:

1. inflação prevista com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); e

2. projeção do Produto Interno Bruto (PIB) estadual;

b) transferidas pela União: de acordo com as estimativas da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), compatibilizadas com o desempenho dessas receitas;

c) fundos estaduais: de acordo com a origem das receitas;

d) demais receitas próprias: Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), e outros índices de preços, avaliada a compatibilidade com o desempenho de cada item da receita; e

e) a realização da receita no exercício em curso;

II - para fixação das despesas:

a) de pessoal e encargos sociais:

1. variação na taxa de inflação, mensurada pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), ressalvados os reajustes para a preservação do poder aquisitivo do salário- mínimo, conforme legislação federal;

2. crescimento vegetativo da folha;

3. implementação e/ou alteração das estruturas de cargos, carreira e remuneração dos servidores da Administração Pública estadual aprovada em lei;

4. previsão de preenchimento de cargos comissionados e efetivos;

5. as contribuições previdenciárias, em observância ao disposto na legislação específica; e

6. observância aos tetos salariais estabelecidos no âmbito de cada Poder, do Ministério Público, da Defensoria Pública e dos demais órgãos constitucionais independentes;

b) da dívida pública estadual: projetada com base nos indicadores que norteiam as cláusulas contratuais;

c) dos débitos de precatórios atualizados com base na legislação vigente; e

d) demais despesas:

1. obras: com base no Índice Nacional de Custo da Construção Civil (INCC), da Fundação Getúlio Vargas (FGV);

2. contratos de prestação de serviços de natureza continuada: pelo Índice Geral de Preços de Mercado (IGP-M), da Fundação Getúlio Vargas (FGV) e, ainda, havendo contratação de mão de obra, pelos: Acordos, Convenções e Dissídios Coletivos de Trabalho, definidos na data base da categoria;

3. energia, combustível e água: com base no Índice Geral de Preços de Mercado (IGPM), da Fundação Getúlio Vargas (FGV);

4. telefonia: com base no Índice de Serviços de Telecomunicações (IST), da Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL), ou do Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna (IGP-DI);

5. gastos correntes referentes a serviços administrativos de natureza continuada do Poder Judiciário: pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC); e

6. outros itens: os índices, Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Índice Geral de Preços de Mercado (IGP-M), da Fundação Getúlio Vargas (FGV) e, ainda, a variação do dólar projetado, quando couber.

Parágrafo único. Os parâmetros de que trata o inciso II, alínea "a", deste artigo, serão aplicados em observância aos limites legais para cada Poder, estabelecidos no art. 20, inciso II, da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000.

Art. 16. Na programação dos investimentos em obras da Administração Pública estadual, só serão incluídos novos projetos depois de adequadamente atendidos aqueles em andamento e contempladas as despesas de conservação do patrimônio, conforme estabelece o art. 45 da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000.

§ 1º Terão precedência para alocação os novos projetos que, além de preencherem os requisitos do **caput** deste artigo, apresentem garantia de participação de parcerias para sua execução.

§ 2º Para efeito do disposto no **caput** do presente artigo, serão consideradas: I - obras em andamento: aquelas já iniciadas e cujo cronograma de execução físico-financeira ultrapasse o exercício de 2023; e

II - despesas de conservação do patrimônio: aquelas destinadas a atender bens, cujo estado indique possível ameaça à prestação de serviços, especialmente quanto à saúde, educação, assistência e segurança pública.

Seção II

Das Diretrizes Específicas para os Poderes Legislativo e Judiciário, o Ministério Público, a Defensoria Pública e os Órgãos Constitucionais Independentes

Art. 17. Ficam fixados, para efeito da elaboração da proposta orçamentária de 2024, dos órgãos e entidades dos Poderes Legislativo e Judiciário, Ministério Público, Defensoria Pública e dos demais órgãos constitucionais independentes, os seguintes percentuais da receita líquida resultante de impostos:

I - Assembleia Legislativa do Estado - 4,38%;

II - Tribunal de Justiça do Estado - 9,76%;

III - Ministério Público - 5,15%;

IV - Ministério Público de Contas do Estado - 0,35%;

V - Ministério Público de Contas dos Municípios - 0,23%;

VI - Tribunal de Contas do Estado - 1,89%;

VII - Tribunal de Contas dos Municípios - 1,60%;

VIII - Defensoria Pública - 1,64%.

§ 1º Para fins de cálculo da receita líquida resultante de impostos, mencionada no **caput** deste artigo, entendem-se as receitas resultantes de impostos de competência estadual e os impostos transferidos constitucionalmente pela União, ao Estado, deduzidas as receitas de caráter extraordinário, as transferências constitucionais aos Municípios, a parcela dos recursos vinculados à manutenção do ensino e as ações e serviços públicos de saúde, nos termos do art. 212, § 1º, da Constituição Federal e da Emenda à Constituição Federal nº 29, de 2000.

§ 2º O Poder Executivo colocará à disposição dos Poderes Legislativo e Judiciário, do Ministério Público, da Defensoria Pública e dos demais órgãos constitucionais independentes, a estimativa da receita para o exercício de 2024, no mínimo, 30 (trinta) dias antes do prazo final para encaminhamento de suas propostas orçamentárias, à Secretaria de Estado de Planejamento e Administração (SEPLAD).

§ 3º O saldo financeiro, decorrente dos recursos repassados pelo Executivo aos órgãos e entidades dos Poderes Legislativo e Judiciário, Ministério Público, Defensoria Pública e dos demais órgãos constitucionais independentes, deverá ser restituído à Conta Única do Estado ou ser deduzido das primeiras parcelas a serem repassadas no exercício seguinte, em conformidade ao que determina o § 2º do art. 168 da Constituição Federal.

Art. 18. A Secretaria de Estado da Fazenda (SEFA) deverá proceder à retenção, quando do repasse mensal da quota financeira, do valor referente à contribuição para o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PASEP) sobre a receita do Tesouro Estadual.

Parágrafo único. Os Poderes, o Ministério Público, a Defensoria Pública e os órgãos constitucionais independentes deverão repassar o valor correspondente ao Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PASEP), incidentes sobre suas receitas próprias, até o dia 20 (vinte) de cada mês.

Art. 19. Fica facultado aos Poderes Legislativo e Judiciário, ao Ministério Público, à Defensoria Pública e aos demais órgãos constitucionais independentes a utilização do Sistema Integrado de Planejamento do Estado do Pará (SigPLAN), Sistema de Execução Orçamentária (SEOWeb), Sistema Integrado de Materiais e Serviços (SIMAS), Processo Administrativo Eletrônico (PAE), Sistema de Informações Gerenciais de Contratos (SIGC) ou outro(s) sistema(s) que vier(em) a substituí-lo(s).

Art. 20. Com vistas ao acompanhamento e à fiscalização orçamentária a que se refere o inciso XV do art. 92 da Constituição Estadual, será assegurada aos deputados, no início do período legislativo, mediante solicitação do Presidente da Assembleia Legislativa, senha de acesso irrestrito, para consulta, inclusive de anos anteriores, ao Sistema Integrado de Adminis-

tração Financeira Estadual (SIAFE), Sistema Integrado de Planejamento do Estado do Pará (SigPLAN), Sistema Integrado de Materiais e Serviços (SIMAS) ou outro(s) sistema(s) que vier(em) a substituí-lo(s).

Art. 21. A Programação de Trabalho financiada com recursos do Fundo de Reaparelhamento do Judiciário (FRJ) será alocada integralmente no Tribunal de Justiça do Estado.

Art. 22. Os Poderes, o Ministério Público, a Defensoria Pública e os órgãos constitucionais independentes deverão recolher, até o 30º (trigésimo) dia do mês subsequente, para a Conta Única do Estado, a diferença do Imposto de Renda - Pessoa Física, retida na fonte, incidente sobre a remuneração de seus servidores e prestadores de serviços, após a apuração e o cotejamento entre as quotas devidas e os valores efetivamente repassados pelo Poder Executivo.

Parágrafo único. Excetua-se do disposto no **caput** deste artigo o mês de dezembro do exercício, que será apurado por estimativa de receita.

Seção III

Do Controle e da Transparência

Art. 23. A elaboração do Projeto de Lei Orçamentária Anual de 2024, a aprovação e a execução da respectiva Lei deverão observar as disposições legais sobre transparência da gestão fiscal, possibilitando amplo acesso às informações pela sociedade.

§ 1º Para assegurar a transparência e a participação da sociedade durante o processo de elaboração da proposta orçamentária será(ão) promovida(s) audiência(s) pública(s), nos termos do art. 48 da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000.

§ 2º Os titulares dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, do Ministério Público, da Defensoria Pública e dos demais órgãos constitucionais independentes, no que couber a cada um, farão divulgar:

I - por meio da Internet:

a) estimativa da receita:

1. orçamentária anual;

2. corrente líquida anual e por quadrimestre; e

3. do Tesouro Estadual prevista para os respectivos quadrimestres.

b) demonstrativo dos limites orçamentários fixados para os órgãos e entidades dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, o Ministério Público, a Defensoria Pública e demais órgãos constitucionais independentes; e

c) Projeto de Lei Orçamentária e seus anexos, bem como a Lei Orçamentária Anual;

II - por publicação no Diário Oficial do Estado:

a) a Lei Orçamentária Anual;

b) o Relatório Resumido de Execução Orçamentária (RREO), a cada bimestre, em observância ao art. 52 da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000, e as Portarias da Secretaria do Tesouro Nacional (STN); e

c) o Relatório da Gestão Fiscal (RGF), ao final de cada quadrimestre, na forma e conteúdo definidos nos arts. 54 e 55 da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000, e as Portarias da Secretaria do Tesouro Nacional (STN).

§ 3º O Poder Executivo demonstrará e avaliará o cumprimento das metas fiscais, de cada quadrimestre, em audiência pública na Assembleia Legislativa, nos termos do art. 9º, § 4º, da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000.

§ 4º Para fins de realização da audiência pública prevista no § 3º deste artigo, o Poder Executivo deverá encaminhar à Assembleia Legislativa relatórios de avaliação do cumprimento das metas fiscais constantes do Anexo II desta Lei, com as justificativas de eventuais desvios e indicação das medidas corretivas adotadas, no prazo de até 5 (cinco) dias antes da audiência, em meio impresso e/ou digital.

§ 5º Na condição de estado de calamidade previsto no art. 65 da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000, ou de medidas restritivas decretada pelo Executivo, o incentivo à participação popular e demais audiências previstas nesta Lei serão realizadas em formato online/virtual.

Seção IV

Das Normas Relativas ao Controle de Custos

Art. 24. A alocação dos recursos na Lei Orçamentária Anual de 2024 e em seus créditos adicionais, bem como a respectiva execução, serão feitas de forma a propiciar o controle dos custos das ações e a avaliação dos resultados dos programas de governo.

Parágrafo único. A otimização e o controle da aplicação dos recursos públicos devem ser estabelecidos pelos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, Ministério Público, Defensoria Pública e demais órgãos constitucionais independentes, por meio de normas e medidas de racionalização de custos.

Seção V

Das Transferências

Art. 25. As entidades públicas e privadas beneficiadas com recursos públicos a qualquer título estarão submetidas à fiscalização do Poder Público, com a finalidade de verificar o cumprimento de metas e objetivos, para os quais receberam os recursos, e obedecerão às leis e atos normativos vigentes.

§ 1º Os órgãos e entidades da Administração Pública estadual, por ocasião das transferências voluntárias realizadas na forma especificada nas Subseções I e II, ficam obrigados, no ato da assinatura e publicação no Diário Oficial do Estado, a alimentar e cadastrar com o conteúdo e documentos exigidos no Sistema Integrado de Administração Financeira Estadual (SIAFE), no Módulo de Gestão de Convênios, somente quando disponibilizado pela Secretaria de Estado da Fazenda (SEFA) e Secretaria de Estado de Planejamento e Administração (SEPLAD).

§ 2º É vedada a transferência de recursos para obras e serviços de engenharia que não atendam ao disposto na Lei Federal nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).

Art. 26. A Administração Pública estadual poderá destinar recursos para, direta ou indiretamente, cobrir necessidades de pessoas físicas ou déficits de pessoas jurídicas, sem fins lucrativos e de interesse social, por meio de contribuições, auxílios, subvenções e material, bens ou serviços de distribuição gratuita.

§ 1º Para fins do disposto neste artigo, entende-se por:

I - contribuições: despesas orçamentárias às quais não corresponda contraprestação direta em bens e serviços e não sejam reembolsáveis pelo receptor, inclusive aquelas destinadas a atender às despesas de manutenção de outras entidades de direito público ou privado, observado o disposto na legislação vigente;

II - auxílios: despesas orçamentárias destinadas a atender despesas de investimentos ou inversões financeiras de outras esferas de governo ou de entidades privadas sem fins lucrativos, observado, respectivamente, o disposto nos arts. 25 e 26 da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000;

III - subvenções sociais: despesas orçamentárias para prestação de serviços essenciais de assistência social, médica e educacional, observados os arts. 16 e 17 da Lei Federal nº 4.320, de 1964, e o disposto no art. 26 da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000;

IV - subvenções econômicas: despesas orçamentárias autorizadas por lei específica, exclusivamente a pessoas jurídicas com fins lucrativos; e

V - material, bem ou serviço para distribuição gratuita: despesa orçamentária com aquisição de materiais, bens ou serviços, para distribuição gratuita, tais como livros didáticos, medicamentos, gêneros alimentícios e outros materiais, bens ou serviços que possam ser distribuídos gratuitamente, exceto se destinados a premiações culturais, artísticas, científicas, desportivas e outras.

§ 2º O recurso público destinado a atender à pessoa física em situação de risco pessoal e social, para fins do disposto neste artigo, corresponde à ajuda ou apoio financeiro e subsídio ou complementação na aquisição de bens, não classificados explicita ou implicitamente em outros elementos de despesa, observado o disposto no art. 26 da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000.

§ 3º As dotações consignadas na Lei Orçamentária Anual e as incluídas por créditos adicionais, na forma estabelecida nos incisos I, II e III do § 1º do **caput** deste artigo, serão realizadas somente com entidades privadas sem fins lucrativos e de interesse social que comprovem o funcionamento de suas atividades há pelo menos 3 (três) anos, sem prejuízo de observância das regras previstas nas Leis Federais nº 13.019, de 2014, e nº 9.637, de 15 de maio de 1998, bem como na Lei Estadual nº 5.980, de 1996, e demais legislações sobre a matéria.

§ 4º A destinação de recursos pelo Tribunal de Justiça do Estado, na forma estabelecida nos incisos I, II e III do § 1º, e sem prejuízo do estabelecido neste artigo, somente poderá ser realizada para cobrir necessidades de pessoas físicas ou déficits de pessoas jurídicas, sem fins lucrativos e de interesse social, que sejam de apoio ao desenvolvimento dos serviços jurisdicionais.

§ 5º Os recursos destinados a pessoas jurídicas com fins lucrativos, na forma estabelecida no inciso IV do § 1º deste artigo, somente serão realizadas mediante autorização por lei específica, que ditará as regras de enquadramento, observados os arts. 18 e 19 da Lei Federal nº 4.320, de 1964, e o disposto no art. 26 da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000.

Subseção I

Das Diretrizes para Realização de Parcerias em Regime de Mútua Cooperação com Municípios, Estados e União

Art. 27. A celebração de parcerias em regime de mútua cooperação entre o Poder Executivo estadual e entes ou entidades públicas de outro ente da Federação, que envolvam transferência de recursos financeiros para consecução de finalidades de interesse público e recíproco, a título de cooperação, auxílio ou assistência financeira, formalizadas por meio de convênio, acordo ou outro instrumento congêneres, estão disciplinadas pelo art. 25 da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000, e sua regulamentação em âmbito estadual, e será precedida do atendimento das seguintes condições, por parte do ente beneficiado:

I - do atendimento ao disposto no art. 25 da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000, e demais leis e atos normativos que regem a matéria;

II - da contrapartida definida no art. 25, § 1º, inciso IV, alínea "d", da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000, exclusivamente financeira, devidamente pactuada, de acordo com a capacidade financeira do respectivo ente beneficiado;

III - da situação de regularidade junto a Previdência estadual, mediante Certidão Negativa ou Positiva com efeitos de Negativa, emitida pelo órgão/entidade competente;

IV - do atendimento ao disposto na Lei Estadual nº 6.286, de 5 de abril de 2000.

§ 1º Ao órgão/entidade responsável pela transferência de recursos caberá: I - verificar a observância das condições previstas neste artigo, mediante a apresentação de declaração, pelo ente beneficiado, que ateste o cumprimento das disposições estabelecidas, com a devida documentação comprobatória;

II - proceder aos trâmites necessários no Sistema de Execução Orçamentária (SEOWeb) e no Sistema Integrado de Administração Financeira Estadual (SIAFE) ou outros sistemas que vierem a substituí-los; e

III - após a assinatura do convênio, a entidade ou órgão concedente dará ciência do mesmo à Assembleia Legislativa, conforme dispõe o art. 19 da Constituição Estadual e o § 2º do art. 116 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, observada, neste último caso, o encerramento da norma em 30 de dezembro de 2023.

§ 2º Não se considera como transferência voluntária, para fins do disposto neste artigo, a descentralização de recursos a Municípios, para realização de ações cuja competência seja exclusiva do Estado ou que tenham sido delegadas com ônus aos referidos entes da Federação.

§ 3º Para fins do disposto no inciso II do **caput**, a contrapartida financeira fica estabelecida nos seguintes percentuais mínimos:

I - 4% (quatro por cento) para Municípios com até 50.000 (cinquenta mil) habitantes;

II - 5% (cinco por cento) para Municípios entre 50.001 (cinquenta mil e um) a 100.000 (cem mil) habitantes; e

III - 10% (dez por cento) para os demais.

Subseção II

Das Diretrizes para Realização de Parcerias em Regime de Mútua Cooperação com Pessoas Jurídicas de Direito Privado ou Organizações da Sociedade Civil (OSC's)

Art. 28. A celebração de parcerias em regime de mútua cooperação entre o Poder Executivo estadual e pessoas jurídicas de direito privado sem fins lucrativos ou Organizações da Sociedade Civil (OSC's) que envolvam transferência de recursos financeiros para consecução de finalidades de interesse público e recíproco, mediante convênios, termos de colaboração, termos de fomento, termos de parceria ou acordo de cooperação deverá atender às regras estabelecidas na Lei Federal nº 13.019, de 2014, e sua regulamentação estadual, e ser precedida do atendimento das seguintes condições:

I - pelo órgão ou entidade da Administração Pública estadual:

a) previsão de recursos no orçamento ou em seus créditos adicionais;

b) realização de chamamento público; e

c) aprovação de plano de trabalho;

II - pelas pessoas jurídicas de direito privado sem fins lucrativos e Organizações da Sociedade Civil (OSC's):

a) comprovação de que não tenham sofrido, nos últimos 5 (cinco) anos, condenação judicial por qualquer forma de fraude ou má utilização dos recursos públicos, bem como de utilização de trabalho escravo ou infantil; e b) comprovação de que não tenham incorrido em infração civil no que tange à divulgação, por meio eletrônico ou similar, de notícias falsas sobre epidemias, endemias e pandemias no Estado do Pará;

§ 1º O chamamento público previsto na alínea "b" do inciso I do **caput** deste artigo deverá ser divulgado por meio de edital, contendo expressamente os critérios de seleção.

§ 2º O chamamento público de que trata a alínea "b" do inciso I do **caput** deste artigo será dispensado ou inexigível nas hipóteses previstas nos arts. 30 e 31 da Lei Federal nº 13.019, de 2014, devendo o extrato do ato declaratório da dispensa ou inexigibilidade do chamamento público ser publicado no meio oficial de publicidade da Administração Pública sob pena de nulidade do ato de formalização de parceria prevista nesta Lei.

§ 3º As Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP's), regidas pela Lei Federal nº 9.790, de 1999, aplicam-se todas as condições e exigências previstas nesta Lei para firmarem termo de parceria com os órgãos e as entidades da Administração Pública estadual.

§ 4º As exigências estabelecidas neste artigo deverão ser observadas no momento da celebração de termos de fomento, termos de cooperação ou instrumentos congêneres e de aditivos de valor.

§ 5º Serão disponibilizadas, no Portal da Transparência do Estado do Pará, as informações referentes às parcerias celebradas de que trata este artigo, inclusive as relacionadas às prestações de contas dos recursos transferidos, com a identificação dos parceiros, dos valores repassados, dos resultados alcançados e da situação da prestação de contas.

§ 6º Nos casos de inexigibilidade de chamamento público, a autorização em lei específica para transferência de recursos financeiros às Organizações da Sociedade Civil (OSC's) de que trata o inciso II do art. 31 da Lei Federal nº 13.019, de 2014, deverá indicar expressamente os beneficiários para os quais serão transferidos os recursos financeiros, o programa, as ações e metas a serem atingidas, os valores a serem transferidos e o público-alvo.

§ 7º Fica vedada a realização, pelo Poder Executivo, de quaisquer despesas decorrentes de convênios, termos de fomento e termos de colaboração celebrados com entidades sem fins lucrativos que deixarem de prestar conta periodicamente, na forma prevista pelo instrumento em questão, ao órgão ou entidade estadual responsável, com informações detalhadas sobre a utilização dos recursos públicos, conforme estabelecido na legislação estadual.

Art. 29. Fica facultada aos demais poderes a adoção das regras aplicáveis ao Poder Executivo estadual ou a elaboração de regimento próprio, desde que atendido o disposto na Lei Federal nº 13.019, de 2014, para as parcerias com as Organizações da Sociedade Civil (OSC's).

Art. 30. A Administração Pública estadual poderá exigir contrapartida, calculada sobre o valor transferido pelo concedente, para recebimento de recursos mediante convênios e outros instrumentos congêneres por meio de recursos financeiros, humanos ou materiais, ou de bens e serviços economicamente mensuráveis.

§ 1º No caso de a contrapartida ser exclusivamente financeira, devidamente pactuada, será calculada sobre o valor do repasse no mesmo percentual definido no § 3º do art. 27 desta Lei, com base na população do Município em que a sede da organização está localizada.

§ 2º Poderá não ser exigida contrapartida financeira como requisito para celebração da parceria, sendo exigida a contrapartida em bens, serviços e material devidamente identificado no termo de colaboração ou de fomento, na forma exigida na Lei Federal nº 13.019, de 2014, e suas alterações.

Art. 31. Os recursos destinados a pessoas jurídicas com fins lucrativos somente serão realizados mediante autorização por lei específica, que ditará as regras de enquadramento, observados os arts. 18 e 19 da Lei Federal nº 4.320, de 1964, e o disposto no art. 26 da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000.

Subseção III

Das Transferências para Pessoas Jurídicas do Setor Privado Qualificadas como Organizações Sociais

Art. 32. A transferência de recursos financeiros para fomento às atividades realizadas por pessoas jurídicas de direito privado, cujas atividades sejam dirigidas à prestação de serviços sociais, qualificadas como Organizações Sociais, nos termos da Lei Estadual nº 5.980, de 1996, a qual se dará por meio de Contrato de Gestão e deverá ser precedida do atendimento das seguintes condições:

I - previsão de recursos no orçamento do órgão ou da entidade supervisora da área correspondente à atividade fomentada;

II - aprovação do Plano de Trabalho do Contrato de Gestão pelo Conselho de Administração ou Curador e pelo Secretário de Estado da área corres-

pondente ao seu objeto social e do Secretário de Estado de Planejamento e Administração;

III - adimplência da Organização Social junto a qualquer órgão ou entidade da Administração Pública estadual;

IV - definição de metas a serem atingidas, com os respectivos prazos de execução, assim como os critérios objetivos de avaliação de desempenho, mediante indicadores de qualidade e produtividade;

V - estudo detalhado que contemple a avaliação precisa dos custos do serviço e dos ganhos de eficiência esperados pela execução do contrato, a ser elaborado pelo órgão contratante.

§ 1º As Organizações Sociais qualificadas e autorizadas a receberem recursos financeiros de órgãos da Administração Pública estadual deverão disponibilizar sistema informatizado para acompanhamento da gestão administrativa e financeira do Contrato de Gestão, especificando metas, retóricas de atendimento, histórico do cumprimento das metas e outras informações de relevante interesse.

§ 2º O Poder Executivo, por intermédio das Secretarias de Estado responsáveis, disponibilizará trimestralmente, no Portal da Transparência do Estado, em formato acessível, os relatórios referentes à execução dos Contratos de Gestão evidenciando a prestação de contas dos repasses transferidos pelo Estado, em conformidade com o disposto na legislação estadual.

§ 3º Os órgãos e as entidades estaduais que celebrarem Contratos de Gestão com Organizações Sociais deverão remeter ao Tribunal de Contas do Estado, quando de suas Contas Anuais, a prestação de contas dos referidos contratos, para o atingimento do disposto no § 2º do art. 11 da Lei Estadual nº 5.980, de 1996.

Seção VI Da Lei Orçamentária Anual

Art. 33. O Projeto de Lei Orçamentária Anual será devolvido para sanção do Governador, após a sua aprovação pela Assembleia Legislativa.

§ 1º Na hipótese da Lei Orçamentária Anual não ser sancionada até o dia 31 de dezembro de 2023, fica autorizada a execução da proposta orçamentária originalmente encaminhada à Assembleia Legislativa, sendo as dotações orçamentárias liberadas mensalmente, obedecendo aos seguintes limites:

I - no montante necessário para a cobertura de despesas com pessoal e encargos sociais, pagamento de benefícios da previdência social, serviço da dívida, transferências constitucionais e legais, débitos de precatórios, obras em andamento, contratos de serviços, contrapartidas estaduais e demais despesas de caráter continuado; e

II - até o limite de sua efetiva arrecadação, para as despesas financiadas com receitas vinculadas e de operações de crédito.

§ 2º Os saldos negativos, eventualmente apurados em virtude do procedimento previsto no inciso I do § 1º deste artigo, serão ajustados após a sanção da Lei Orçamentária Anual, mediante a abertura de créditos adicionais com base na anulação total ou parcial de dotações orçamentárias.

§ 3º Fica autorizada a antecipação da quota orçamentária do exercício, enquanto pendente de publicação do Decreto de Programação Orçamentária e Cronograma de Execução Mensal de Desembolso dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, nos limites constantes dos incisos I e II do § 1º deste artigo, que posteriormente será incorporada na programação orçamentária de desembolso, dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social para o primeiro quadrimestre de 2024.

Art. 34. A criação, a expansão ou o aperfeiçoamento da ação governamental que acarrete aumento da despesa fica condicionado às especificações dos arts. 16 e 17 da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000.

Parágrafo único. Excluem-se do disposto neste artigo as despesas de caráter irrelevante, consideradas aquelas cujo valor não ultrapasse, para bens e serviços:

I - até 29 de dezembro de 2023, os limites estabelecidos nos incisos I e II do art. 24 da Lei Federal nº 8.666, de 1993, atualizado pelo Decreto Federal nº 9.412 de 18 de junho de 2018; e

II - a partir de 30 de dezembro de 2023, os limites estabelecidos nos incisos I e II do art. 75 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

Art. 35. Os recursos do Tesouro Estadual, destinados ao atendimento das ações e serviços públicos de saúde e da assistência social, serão programados integralmente nas Unidades Orçamentárias, Fundo Estadual de Saúde (FES) e Fundo Estadual de Assistência Social (FEAS), respectivamente, respeitada a legislação sobre a matéria.

Art. 36. No Projeto de Lei Orçamentária Anual somente poderão ser incluídas dotações relativas às operações de crédito contratadas ou cujo pedido de autorização para sua realização tenham sido encaminhadas ao Poder Legislativo, até 30 de agosto do mesmo exercício em que é elaborado o referido projeto.

Seção VII Dos Precatórios

Art. 37. O Poder Judiciário estadual encaminhará à Casa Civil da Governadoria e à Procuradoria-Geral do Estado (PGE), até 15 de julho de 2023, a relação dos débitos oriundos de sentenças transitadas em julgado, constantes de precatórios judiciais apresentados até 2 de abril de 2023, em obediência ao disposto na Emenda à Constituição Federal nº 114, de 16 de dezembro de 2021, para serem incluídos no Projeto de Lei Orçamentária Anual, discriminada por órgão e entidade da Administração Pública direta e indireta, especificando:

I - número do ajuizamento da ação originária;

II - número do precatório;

III - tipo da causa julgada;

IV - data da autuação do precatório;

V - nome do beneficiário;

VI - valor do precatório a ser pago; e

VII - data do trânsito em julgado.

§ 1º Os órgãos e entidades constantes da relação dos débitos pelo Poder Judiciário, encaminharão à Secretaria de Estado de Planejamento e Administração (SEPLAD), no prazo máximo de 5 (cinco) dias, contados do recebimento da relação dos débitos pelo Poder Judiciário, apontando, se for o caso, eventuais divergências entre a relação e os processos que originaram os precatórios recebidos, para sua inclusão no Projeto de Lei Orçamentária Anual.

§ 2º Caberá à Procuradoria-Geral do Estado (PGE) verificar e aferir os precatórios da Administração Pública direta, das Autarquias e Fundações do Poder Executivo estadual.

Seção VIII Das Diretrizes Específicas para Previdência

Art. 38. A Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2024 deverá consignar, no Instituto de Gestão Previdenciária e de Proteção Social do Estado do Pará (IGEPPS) e demais fundos geridos e vinculados à autarquia, os recursos orçamentários destinados ao Plano de Custeio do Regime Estadual de Previdência.

§ 1º O pagamento de benefícios e pensões dos militares será realizado pelo Fundo do Sistema de Proteção Social dos Militares do Estado do Pará (SPSM), órgão vinculado ao Instituto de Gestão Previdenciária e de Proteção Social do Estado do Pará (IGEPPS), conforme art. 47 da Lei Complementar Estadual nº 142, de 16 de dezembro de 2021.

§ 2º Deverão os órgãos e entidades dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, o Ministério Público, a Defensoria Pública e demais órgãos constitucionais independentes transferir, quando necessário, recursos financeiros para cobertura de eventual diferença entre o valor das contribuições arrecadadas no mês anterior e o valor necessário ao pagamento dos benefícios previdenciários do Regime Próprio de Previdência do Servidor, em conformidade com o estabelecido no inciso VI do art. 84 da Lei Complementar Estadual nº 039, de 9 de janeiro de 2002.

§ 3º A majoração dos encargos com o Regime Próprio de Previdência do Servidor, decorrente do aumento da alíquota das contribuições e/ou resultante da expansão da base dos contribuintes, aprovada por lei, após o encaminhamento do Projeto de Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2024, fica condicionada à indicação pelo Poder Executivo, de recursos adicionais para o seu financiamento.

§ 4º Os Poderes, o Ministério Público, a Defensoria Pública e os órgãos constitucionais independentes e demais órgãos constitucionais independentes deverão enviar ao Instituto de Gestão Previdenciária e de Proteção Social do Estado do Pará (IGEPPS), até o 30º (trigésimo) dia do mês subsequente, a listagem nominal dos segurados do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) participantes dos fundos previdenciários, em obediência à Lei Federal nº 9.717, de 27 de novembro de 1998, e Orientações Normativas do Ministério da Previdência Social em vigor, evidenciando, no mínimo:

I - nome e demais dados pessoais, inclusive dos dependentes;

II - matrícula e outros dados funcionais;

III - remuneração de contribuição;

IV - valores mensais da contribuição do segurado; e

V - valores mensais da contribuição do órgão/entidade.

§ 5º Aos órgãos e entidades dos Poderes Legislativo e Judiciário, ao Ministério Público, à Defensoria Pública e demais órgãos constitucionais independentes, será disponibilizado o acesso a todas as informações concernentes à execução orçamentária e financeira de suas respectivas dotações, alocadas no Instituto de Gestão Previdenciária e de Proteção Social do Estado do Pará (IGEPPS).

§ 6º As contribuições dos patrocinadores, referentes ao Poder Executivo, uma vez formalizada a adesão dos Poderes Legislativo e Judiciário, do Ministério Público, da Defensoria Pública e demais órgãos constitucionais independentes, ao Regime de Previdência Complementar, deverão ser consignadas em operações especiais próprias no orçamento de cada órgão/entidade.

§ 7º No caso dos servidores do Poder Executivo e militares estaduais, os recursos de que trata o § 2º deste artigo serão alocados nos Encargos Gerais, sob a supervisão da Secretaria de Estado de Planejamento e Administração (SEPLAD).

Seção IX Das Vedações

Art. 39. Não poderão ser destinados recursos para atender despesas:

I - sem que estejam definidas as respectivas fontes de recursos;

II - destinadas a ações de caráter sigiloso, salvo quando realizadas por órgãos ou entidades cuja legislação que as criou estabeleça, entre suas competências, o desenvolvimento de atividades relativas à segurança da sociedade e do Estado e que tenham como precondição o sigilo;

III - para pagamento a servidores da Administração Pública ou empregado de Empresa Pública ou de Sociedade de Economia Mista, por serviços a título de consultoria ou assistência técnica, inclusive custeada com recursos provenientes de convênios, acordos, ajustes ou instrumentos congêneres, firmados com órgãos ou entidades de direito público ou privado, nacionais ou internacionais;

IV - para o pagamento de despesas com pessoal, a qualquer título, com recursos transferidos pelo Estado, a entidades privadas sem fins lucrativos e a órgãos de outras esferas de governo, sob a forma de contribuições, subvenções e auxílios;

V - para pagamento de entidades de previdência complementar, salvo na condição de patrocinador; e

VI - para pagamento a sindicato, associação ou clube de servidores públicos.

§ 1º Excetuam-se do inciso IV deste artigo os recursos transferidos para as Organizações Sociais sem fins lucrativos e de interesse social, declaradas de utilidade pública estadual e os fundos e programas federais autorizados por lei.

§ 2º Excetua-se do inciso V deste artigo o aporte, em caráter excepcional, de recursos necessários ao funcionamento inicial de entidade fechada de previdência complementar estadual ou de adesão à entidade fechada de previdência complementar, de natureza pública, a título de adiantamento de contribuições futuras.

Seção X Da Descentralização dos Créditos

Art. 40. A descentralização de créditos orçamentários, efetuada para unidades orçamentárias integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, será realizada por meio de destaque ou provisão de crédito, quando o órgão ou entidade executor, integrar os referidos orçamentos.

§ 1º Para efeito do que dispõe o **caput** deste artigo, entende-se por:

I - descentralização de créditos orçamentários: a delegação da execução da programação de trabalho, consignada no orçamento de um órgão e entidade, para execução por outro órgão ou entidade da mesma unidade federativa;

II - destaque: a operação descentralizadora externa de crédito orçamentário, em que o gestor de um órgão ou entidade transfere para outro órgão ou entidade, fora de sua estrutura, o poder de utilização no todo ou em parte de recurso orçamentário que lhe tenha sido destinado na Lei Orçamentária Anual; e

III - provisão: a operação descentralizadora interna de crédito orçamentário, por meio do qual uma unidade gestora transfere a execução de seu programa de trabalho para outra unidade gestora que lhe seja subordinada, ou seja, para outra unidade de sua própria estrutura, autorizando a movimentação de determinadas dotações orçamentárias.

§ 2º A utilização da descentralização de crédito orçamentário tem como objetivo a consecução do objeto previsto no programa de trabalho consignado na Lei Orçamentária Anual, só devendo ser utilizada quando for para o fiel cumprimento a que se destinam os recursos aprovados em lei, devendo atender à necessidade de aprimoramento da ação de governo.

§ 3º Não poderá haver descentralização de crédito orçamentário para atendimento de despesas que não sejam atribuição do órgão ou entidade concedente ou quando o bem gerado com a aplicação dos recursos não puder incorporar ao patrimônio do Estado.

§ 4º As dotações orçamentárias consignadas no Fundo Estadual de Saúde (FES) e no Fundo Estadual de Assistência Social (FEAS) poderão ser operacionalizadas pelo próprio fundo ou por destaque às unidades gestoras ou aos órgãos e entidades que executem ações de saúde e assistência social.

Art. 41. Os órgãos e entidades da Administração Pública, integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, que optarem pela execução orçamentária na forma de Destaque Orçamentário, deverão firmar Termo de Execução Descentralizada estabelecendo as condições de execução e as obrigações entre as partes, informando seu número no documento do Sistema de Execução Orçamentária (SEOWeb) ou outro que vier a substituí-lo, para efeito de liberação da quota orçamentária pela Secretaria de Estado de Planejamento e Administração (SEPLAD).

Parágrafo único. Excetuam-se do disposto no **caput** deste artigo os Fundos Estaduais, o Instituto de Gestão Previdenciária e de Proteção Social do Estado do Pará (IGEPPS), no âmbito da ação de Encargos com a Previdência Social dos Servidores e do Sistema de Proteção Social dos Militares do Estado do Pará e os órgãos e entidades dos Poderes Legislativo e Judiciário, o Ministério Público, a Defensoria Pública e demais órgãos constitucionais independentes, no caso do destaque para a Secretaria de Estado da Fazenda (SEFA), a fim de atender o recolhimento do Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PASEP).

Seção XI

Das Emendas ao Projeto de Lei Orçamentária Anual

Art. 42. As propostas de emendas parlamentares ao Projeto de Lei Orçamentária Anual de 2024 deverão respeitar o § 2º do art. 205 da Constituição Estadual, observada a Emenda à Constituição Estadual nº 61, de 11 de junho de 2014, que dispõe sobre a possibilidade de conversão de valores em emendas impositivas, relativas a 1,2% (um inteiro e dois décimos por cento) da receita líquida de impostos, deduzidas as despesas constitucionais e as vinculadas, na área de saúde e educação.

§ 1º Consideram-se incompatíveis as Emendas ao Projeto de Lei Orçamentária Anual que:

I - no somatório total, reduzirem a dotação do projeto ou da atividade em valor superior ao programado;

II - não apresentarem objetivos e metas compatíveis com a unidade orçamentária, projeto ou atividade, esfera orçamentária, grupo de natureza de despesa e destinação de recursos;

III - conceder dotação para o início de obra cujo projeto não esteja aprovado pelos órgãos competentes, conforme art. 33 da Lei Federal nº 4.320, de 1964;

IV - conceder dotação para instalação ou funcionamento de serviço que não esteja anteriormente criado, conforme art. 33 da Lei Federal nº 4.320, de 1964; e

V - anularem o valor das dotações orçamentárias provenientes de:

a) despesas com a manutenção dos órgãos e entidades, alocadas no Programa Manutenção da Gestão;

b) despesas com recursos vinculados da Administração Pública direta e fundos, para outro objeto que não os definidos nas leis específicas;

c) despesas financiadas com recursos próprios das entidades da Administração Pública indireta para outro órgão ou entidade;

d) contrapartida obrigatória de recursos transferidos ao Estado;

e) recursos de operações de crédito internas e externas; e

f) recursos para repasses financeiros em ajustes de mútua cooperação em que o Estado figure com uma das partes do avenço.

§ 2º As emendas que alterarem financeiramente o valor dos projetos ou atividades deverão ser acompanhadas dos respectivos ajustes na quantificação física do produto.

Seção XII

Da Execução dos Orçamentos e suas Modificações

Art. 43. A execução orçamentária e financeira será registrada integralmente no Sistema Integrado de Planejamento do Estado do Pará (SigPLAN), Sistema de Execução Orçamentária (SEOWeb), Sistema Integrado de Materiais e Serviços (SIMAS) ou outro(s) sistema(s) que vier(em) a substituí-lo(s) e obrigatoriamente no Sistema Integrado de Administração Fi-

nanceira Estadual (SIAFE), conforme o disposto no § 6º do art. 48 da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000.

Art. 44. No que se refere ao regime orçamentário, as receitas serão reconhecidas por ocasião da sua arrecadação e as despesas, de acordo com os seus respectivos estágios, empenho, liquidação e pagamento, na forma prevista na Lei Federal nº 4.320, de 1964, observando as seguintes peculiaridades:

I - receita: no mês em que ocorrer o respectivo ingresso; e

II - despesa: conforme os estágios definidos no **caput** deste artigo, sendo que a liquidação deverá ocorrer da seguinte forma:

a) folha de pessoal e encargos sociais: dentro do mês de competência a que se referir o gasto;

b) fornecimento de material: na data da entrega;

c) prestação de serviço: na data da realização; e

d) obra: na ocasião da medição.

Parágrafo único. Aos titulares dos Poderes Legislativo e Judiciário, do Ministério Público, da Defensoria Pública e demais órgãos constitucionais independentes, será disponibilizado o acesso ao Sistema Integrado de Administração Financeira Estadual (SIAFE), ou ainda a qualquer extrator de dados, para acompanhamento em tempo real da realização da receita e das despesas financeiras e orçamentárias, além da disponibilização continuada de informações bimestrais sobre a realização da receita líquida resultante de impostos.

Art. 45. A gestão patrimonial será realizada, no âmbito de cada Poder, do Ministério Público, da Defensoria Pública e demais órgãos constitucionais independentes.

§ 1º Todo bem patrimonial adquirido no exercício de 2024, com recursos dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social ou de convênios, será tombado pelo órgão ou entidade detentor do recurso orçamentário, passando a integrar o seu patrimônio.

§ 2º A gestão patrimonial, no âmbito do Poder Executivo, será efetivada por meio do Sistema de Patrimônio Mobiliário do Estado do Pará (SISPAT WEB), Sistema de Patrimônio Imobiliário (SISPAT), Sistema Integrado de Materiais e Serviços (SIMAS) ou outro(s) sistema(s) que vier(em) a substituí-lo(s).

Art. 46. Os recursos repassados à conta do Tesouro Estadual às empresas em que o Estado, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto, mediante subscrição de ações, destinar-se-ão ao financiamento de investimentos do setor e ao serviço da dívida.

Art. 47. Os grupos de natureza da despesa, aprovados na Lei Orçamentária Anual, em cada projeto, atividade e operações especiais, terão seu detalhamento registrado no Sistema Integrado de Administração Financeira Estadual (SIAFE), por elemento de despesa, no Quadro de Detalhamento da Despesa (QDD), no momento da abertura do sistema para o exercício vigente.

Parágrafo único. As alterações necessárias nos elementos de despesa, referidos no **caput** deste artigo, serão registradas no Sistema de Execução Orçamentária (SEOWeb) ou outro(s) sistema(s) que vier(em) a substituí-lo(s) e no Sistema Integrado de Administração Financeira Estadual (SIAFE), pelas unidades orçamentárias, no âmbito de cada Poder constituído, do Ministério Público, da Defensoria Pública e dos demais órgãos constitucionais independentes, desde que sejam efetivadas no mesmo projeto, atividade e operação especial e no mesmo grupo de natureza da despesa, fonte e modalidade de aplicação, aprovados na Lei Orçamentária Anual.

Art. 48. Ficam autorizadas as seguintes alterações:

I - as redefinições de fontes de recursos do Tesouro Estadual, desde que observados os limites legais e constitucionais;

II - os identificadores de uso;

III - as esferas orçamentárias;

IV - as denominações das classificações orçamentárias, desde que constatado erro de ordem técnica ou legal; e

V - ajustes na codificação orçamentária, decorrentes da necessidade de adequação à classificação vigente, desde que não impliquem mudança de valores e de finalidade da programação.

§ 1º No âmbito do Poder Executivo, as alterações previstas nos incisos I a V do **caput** deste artigo serão realizadas por meio de Portaria do titular da Secretaria de Estado de Planejamento e Administração (SEPLAD), e, para os demais Poderes e órgãos constitucionais independentes, por ato de seus representantes.

§ 2º As alterações das modalidades de aplicação serão realizadas diretamente no Sistema Integrado de Administração Financeira Estadual (SIAFE) e no Sistema de Execução Orçamentária (SEOWeb) ou outro que vier a substituí-lo pela unidade orçamentária, desde que não altere os grupos de natureza de despesa, ainda que a modalidade de aplicação esteja atrelada ao elemento de despesa.

Art. 49. A execução das atividades, projetos e operações especiais integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social dos órgãos e entidades do Poder Executivo, quando de seu empenho, deve ser objeto de ação detalhada no Sistema Integrado de Planejamento do Estado do Pará (SigPLAN) ou outro que vier a substituí-lo, de modo a garantir de maneira clara e concisa a identificação do gasto, permitindo o monitoramento e avaliação dos Programas do Plano Plurianual vigente.

Parágrafo único. Entende-se por ação detalhada o menor nível de programação, sendo utilizado para especificar a localização física da ação e a transparência dos recursos financeiros aplicados.

Art. 50. A Lei Orçamentária Anual conterá autorização para abertura de créditos suplementares, conforme o disposto no inciso I do art. 7º, obedecidas as disposições do art. 43, ambos da Lei Federal nº 4.320, de 1964.

Art. 51. Os créditos suplementares não autorizados previamente na Lei Orçamentária Anual dependerão de autorização do Poder Executivo.

§ 1º As solicitações de alterações orçamentárias, no âmbito do Poder Executivo, serão encaminhadas à Secretaria de Estado de Planejamento e Ad-

ministração (SEPLAD), por meio do Sistema de Execução Orçamentária (SEOWeb) ou outro que vier a substituí-lo.

§ 2º As alterações orçamentárias, de superávit financeiro e excesso de arrecadação, no âmbito dos Poderes, do Ministério Público, da Defensoria Pública e dos órgãos constitucionais independentes, serão encaminhadas à Secretaria de Estado de Planejamento e Administração (SEPLAD), por meio do Sistema de Execução Orçamentária (SEOWeb) ou outro sistema que vier a substituí-lo.

§ 3º As alterações orçamentárias, mediante abertura de crédito suplementar, por anulação total ou parcial de recursos dos órgãos e entidades dos Poderes Legislativo e Judiciário, do Ministério Público, da Defensoria Pública e demais órgãos constitucionais independentes, serão autorizadas por ato de seus representantes.

§ 4º Os ajustes na Lei Orçamentária Anual, para atender despesa não programada previamente nas leis orçamentárias, dar-se-á por abertura de crédito especial, mediante autorização do legislativo, conforme dispõe o art. 40 da Lei Federal nº 4.320, de 1964, c/c o inciso V do art. 206 da Constituição Estadual.

Art. 52. O Poder Executivo poderá, mediante Decreto, transpor, remanejar, transferir ou utilizar, total ou parcialmente, as dotações orçamentárias aprovadas na Lei Orçamentária Anual de 2024, e, em créditos adicionais, em decorrência de extinção, transformação, transferência, incorporação ou desmembramento de órgãos e entidades, bem como de alterações de suas competências ou atribuições, mantida a estrutura programática, expressa por categoria de programação.

Parágrafo único. A transposição, a transferência ou remanejamento não poderá resultar em alteração dos valores das programações aprovadas na Lei Orçamentária Anual de 2024 ou em créditos adicionais, podendo haver, excepcionalmente, adequação da classificação funcional.

Art. 53. A reabertura dos créditos especiais e extraordinários, conforme disposto no § 2º do art. 206 da Constituição Estadual, será efetivada, quando necessária, mediante Decreto do Chefe do Poder Executivo.

Seção XIII

Da Programação Orçamentária e o Cronograma de Execução Mensal de Desembolso

Art. 54. Os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, o Ministério Público, a Defensoria Pública e demais órgãos constitucionais independentes deverão elaborar e publicar, por ato próprio, a programação orçamentária e o cronograma de execução mensal de desembolso dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, nos termos do art. 8º da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000, sendo constituído de:

I - meta quadrimestral da receita do Estado, com especificação das metas bimestrais de arrecadação, desdobradas pela origem dos recursos;

II - quotas orçamentárias mensais, discriminando as despesas por área, unidade orçamentária, programa, grupo de despesa e fonte de financiamento; e

III - cronograma de pagamento mensal das despesas à conta de recursos do Tesouro e de outras fontes, por grupo de despesa.

§ 1º A programação orçamentária e o cronograma de execução mensal de desembolso dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social serão publicados até 30 (trinta) dias após a publicação dos orçamentos, referentes ao primeiro quadrimestre, e, para os demais quadrimestres, serão publicados até 30 (trinta) dias após o encerramento do quadrimestre anterior.

§ 2º Para os Poderes Legislativo e Judiciário, o Ministério Público, a Defensoria Pública e demais órgãos constitucionais independentes, a programação e o cronograma serão publicados no prazo de 20 (vinte) dias, a contar da data do recebimento das informações do Poder Executivo quanto à estimativa financeira, na forma estabelecida no inciso II do **caput** deste artigo.

§ 3º A disponibilização das quotas orçamentárias será efetivada mensalmente no Sistema Integrado de Administração Financeira Estadual (SIAFE), para o Poder Executivo, por meio da Secretaria de Estado de Planejamento e Administração (SEPLAD), e por cada órgão e entidade dos Poderes Legislativo e Judiciário, pelo Ministério Público, pela Defensoria Pública e pelos demais órgãos constitucionais independentes.

§ 4º Para o Poder Executivo, o ato referido no **caput** deste artigo será aprovado pelo Chefe do Poder Executivo e suas alterações serão de responsabilidade da Secretaria de Estado de Planejamento e Administração (SEPLAD), por meio de Portaria de seu titular.

§ 5º Cabe aos Poderes Legislativo e Judiciário, ao Ministério Público, à Defensoria Pública e aos demais órgãos constitucionais independentes a disponibilização mensal no Sistema Integrado de Administração Financeira Estadual (SIAFE) ou outro sistema que vier a substituí-lo das receitas que compõem os Fundos vinculados a cada Poder ou órgão/entidade.

§ 6º Para subsidiar a programação de que trata o § 1º deste artigo, os órgãos e entidades do Poder Executivo deverão encaminhar as suas respectivas programações orçamentárias à Secretaria de Estado de Planejamento e Administração (SEPLAD), via Sistema de Execução Orçamentária (SEOWeb) ou outro que vier a substituí-lo, com base nos tetos da receita encaminhados pela Secretaria, até o 15º (décimo quinto) dia útil do mês de janeiro e até o 25º (vigésimo quinto) dia dos meses de abril e de agosto.

Art. 55. Verificado, ao final de cada bimestre, que a realização da receita poderá não comportar o cumprimento das metas fiscais estabelecidas na Lei Orçamentária Anual, os Poderes, o Ministério Público, a Defensoria Pública e demais órgãos constitucionais independentes promoverão, por ato próprio e nos montantes necessários, nos 30 (trinta) dias subsequentes, limitação de empenho e movimentação financeira, observando os seguintes critérios:

I - proporcionalidade de participação de cada um, conforme limites definidos nesta Lei;

II - comportamento dos recursos legalmente vinculados à finalidade específica;

III - cumprimento dos limites dos gastos com pessoal e encargos sociais, serviço da dívida, transferências constitucionais aos Municípios e vinculação à educação e à saúde;

IV - conservação dos recursos das contrapartidas estaduais a convênios firmados; e

V - garantia do cumprimento das despesas decorrentes de sentenças judiciais transitadas em julgado.

§ 1º Cabe ao Poder Executivo informar aos Poderes Legislativo e Judiciário, ao Ministério Público, à Defensoria Pública e aos demais órgãos constitucionais independentes, até o 10º (décimo) dia após o encerramento do prazo estabelecido no **caput** deste artigo, o montante que caberá a cada um na limitação de empenho e da movimentação financeira, inclusive os parâmetros adotados.

§ 2º Os Poderes Legislativo e Judiciário, o Ministério Público, a Defensoria Pública e demais órgãos constitucionais independentes, com base na informação de que trata o § 1º deste artigo, publicarão ato, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento das informações, estabelecendo as despesas, com os respectivos valores, que serão objeto de limitação de empenho e movimentação financeira.

§ 3º Na condição de estado de calamidade decretado na forma do art. 65 da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000, os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, o Ministério Público, a Defensoria Pública e demais órgãos constitucionais independentes deverão efetivar medidas de contingenciamento do orçamento e redimensionamento das quotas financeiras, para se adequar à receita arrecadada, enquanto perdurar o estado de calamidade, com exceção dos serviços considerados essenciais à sociedade.

CAPÍTULO V

DAS NORMAS GERAIS PARA ELABORAÇÃO, MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS DE GOVERNO

Art. 56. A elaboração do Plano Plurianual deve conter diretrizes, objetivos e metas que deverão estar alinhadas aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, bem como contemplar ações que promovam a igualdade de gênero e garantia de direitos as populações tradicionais.

Art. 57. O monitoramento e a avaliação dos programas constantes do Plano Plurianual 2024- 2027, financiados com recursos dos Orçamentos Fiscal, da Seguridade Social e do Orçamento de Investimentos das Empresas, têm caráter permanente e destinam-se ao aperfeiçoamento dos programas de governo.

§ 1º Compete à Secretaria de Estado de Planejamento e Administração (SEPLAD), a definição de diretrizes e orientações técnicas para o processo de elaboração, monitoramento e avaliação dos programas integrantes do Plano Plurianual 2024-2027.

§ 2º Em caso de destaque orçamentário, caberá ao órgão/entidade concedente, proceder ao seu registro, no campo das informações qualitativas do Sistema Integrado de Planejamento do Estado do Pará (SigPLAN) – cuja administração caberá a Secretaria de Estado de Planejamento e Administração (SEPLAD) ou outro que vier a substituí-lo, cabendo ao órgão/entidade destinatário, inserir as informações físicas e qualitativas referentes à execução da ação correspondente.

CAPÍTULO VI

DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS ÀS DESPESAS DO ESTADO COM PESSOAL

Art. 58. No exercício financeiro de 2024, a despesa total do Estado com pessoal, conforme definido no art. 18, apurada na forma do inciso II do art. 19, ambos da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000, observará o limite máximo de 60% (sessenta por cento) da Receita Corrente Líquida, não excedendo os limites estabelecidos no art. 20 da referida Lei Complementar Federal.

Art. 59. Se a despesa com pessoal exceder a 95% (noventa e cinco por cento) do limite, fica vedado para aqueles que incorrerem no excesso:

I - a concessão de novas vantagens, aumentos, reajustes ou adequações de remunerações, a qualquer título, salvo os derivados de sentença judicial ou de determinação legal ou contratual, ressalvada a obrigatoriedade da revisão, prevista no inciso X do art. 37 da Constituição Federal;

II - a criação de cargo, emprego ou função;

III - a alteração de estrutura de carreira que implique aumento de despesa;

IV - o provimento de cargo público, admissão ou contratação de pessoal, a qualquer título, ressalvada a reposição decorrente de aposentadoria ou falecimento de servidores das áreas de educação, saúde e segurança; e

V - a realização de hora extra, salvo aquelas destinadas ao atendimento de relevantes interesses públicos, especialmente os voltados para as áreas de segurança, assistência social, saúde, justiça e das funções essenciais à justiça, que ensejam situações emergenciais de risco ou de prejuízo para a sociedade.

Art. 60. Os projetos de lei sobre criação e transformação de cargos, bem como os relacionados ao aumento de gastos com pessoal e encargos sociais, deverão ser acompanhados, no âmbito de cada Poder, do Ministério Público, da Defensoria Pública e dos demais órgãos constitucionais independentes, de demonstrativo da observância do inciso II do art. 20 da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000.

§ 1º No âmbito do Poder Executivo, as manifestações de que trata o **caput** deste artigo são de competência da Secretaria de Estado de Planejamento e Administração (SEPLAD), com a análise jurídica da Procuradoria-Geral do Estado (PGE).

§ 2º Para atendimento do disposto no **caput** deste artigo, os projetos de lei serão sempre acompanhados de declaração do titular do órgão/entidade e do ordenador de despesa, com as premissas e metodologias de cálculo utilizadas, conforme estabelecem os arts. 16 e 17 da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000.

§ 3º Os projetos de lei previstos neste artigo não poderão conter dispositivo com efeitos financeiros retroativos a exercícios anteriores à sua entrada em vigor.

Art. 61. Os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, o Ministério Público, a Defensoria Pública e demais órgãos constitucionais independentes poderão realizar concurso público, ficando estes, desde já, condicionados à prorrogação dos que estão em vigência, bem como ao estabelecido no art. 16 e ao limite estabelecido no inciso II do art. 20, ambos da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000.

Art. 62. Os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, o Ministério Público, a Defensoria Pública e demais órgãos constitucionais independentes farão publicar, no Diário Oficial do Estado, até o 20º (vigésimo) dia do mês subsequente ao bimestre vencido, a remuneração do pessoal ativo e inativo e dos pensionistas, realizada no bimestre anterior, na forma do demonstrativo constante do Anexo III desta Lei.

Parágrafo único. O cumprimento do **caput** deste artigo, no âmbito do Poder Executivo, caberá à Secretaria de Estado de Planejamento e Administração (SEPLAD) e ao Instituto de Gestão Previdenciária e de Proteção Social do Estado do Pará (IGEPPS).

Art. 63. Os Poderes Executivo, Legislativo, Judiciário, o Ministério Público, a Defensoria Pública e demais órgãos constitucionais independentes disponibilizarão em seus respectivos sítios na Internet, até o 20º (vigésimo) dia do mês subsequente ao bimestre vencido, informações atualizadas sobre a lotação do pessoal ativo, conforme seus respectivos organogramas, na forma do demonstrativo constante do Anexo IV desta Lei.

Parágrafo único. O cumprimento do **caput** do artigo, no âmbito do Poder Executivo, caberá à Secretaria de Estado de Planejamento e Administração (SEPLAD).

Art. 64. Ficam autorizadas as despesas relativas ao inciso II do § 1º do art. 169 da Constituição Federal, somente nos limites compatíveis com a Lei de Responsabilidade Fiscal e a Lei Orçamentária Anual aprovada para o exercício de 2024.

CAPÍTULO VII

DAS DISPOSIÇÕES SOBRE AS ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA DO ESTADO

Art. 65. O Chefe do Poder Executivo poderá encaminhar à Assembleia Legislativa proposta de alteração na legislação tributária, com o objetivo de adequá-la à promoção do desenvolvimento socioeconômico, ambiental e cultural.

Parágrafo único. Os efeitos das alterações na legislação tributária serão considerados na estimativa da receita, especialmente os relacionados com:

I - benefícios e incentivos fiscais;

II - fiscalização e controle das renúncias fiscais condicionadas;

III - medidas do Governo Federal, em especial as de política tributária; e
IV - tratamento tributário diferenciado à microempresa e à empresa de pequeno porte, bem como a outros contribuintes de micro e pequeno porte, inclusive os de caráter cooperativista e associativo, em especial os que têm origem em formas familiares de produção e consumo urbano e rural.

Art. 66. A concessão ou ampliação de incentivo, isenção ou benefício de natureza tributária ou financeira deverá estar acompanhada de estimativa do impacto nas finanças públicas estaduais, assim como das medidas de compensação previstas na legislação em vigor.

Art. 67. Na estimativa das receitas do Projeto de Lei Orçamentária Anual, deverão ser considerados os efeitos de propostas de alteração na legislação tributária e das contribuições que sejam objeto de projetos de lei, em tramitação na Assembleia Legislativa.

§ 1º Se estimada a receita na forma deste artigo, no Projeto de Lei Orçamentária Anual, será identificada a programação de despesa condicionada às alterações de que trata este artigo.

§ 2º Caso as alterações propostas não sejam aprovadas ou sejam de forma a gerar receita menor que a estimada na Lei Orçamentária Anual, as dotações correspondentes serão canceladas na mesma proporção da frustração da estimativa de receita, mediante Decreto do Poder Executivo, até 31 de julho de 2024.

CAPÍTULO VIII

DA POLÍTICA DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS FINANCEIROS DAS AGÊNCIAS OFICIAIS DE FOMENTO

Art. 68. A política de fomento para o desenvolvimento, concebida a partir da dimensão e da diversidade territorial do Estado, tem como objetivo orientar e promover trajetórias sustentáveis voltadas para a melhoria da qualidade de vida da população, tendo como principais diretrizes:

I - consolidar e integrar a base produtiva do Estado, de forma a permitir maior difusão social dos impactos do crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), em termos de distribuição de renda e de melhoria das condições de vida da população e em consonância com Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis (ODS);

II - estimular políticas de desenvolvimento sustentável, bem como o incentivo ao desenvolvimento de pesquisas científicas e tecnológicas, visando a compatibilizar o aumento da produtividade com inclusão social, para a redução da desigualdade social, com o aproveitamento do potencial social, energético e do capital natural local;

III - promover políticas de inclusão social, prioritariamente, nas áreas com maiores níveis de exclusão social, aferidas pelo Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), promovendo seminários itinerantes, contemplando em todos os Municípios pilotos, em especial os de baixa renda, com histórico de pouca ou nenhuma operação de crédito contratada, que demonstrem prestação de contas com as atividades de fomento;

IV - promover o desenvolvimento rural sustentável nas diferentes regiões, por meio do Zoneamento Econômico-Ecológico (ZEE), do fortalecimento da

agricultura familiar, nos segmentos de comunidades tradicionais, ribeirinhas, quilombolas, indígenas e de assentados de reforma agrária;

V - instituir políticas socioambientalmente sustentáveis, no Estado do Pará, garantindo os direitos dos povos e comunidades tradicionais, fortalecendo a gestão de recursos naturais, preservando as características regionais e reconhecendo projetos alternativos de sustentabilidade, mobilizando a participação do projeto Rotas de Integração Nacional, em alinhamento aos objetivos da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), tendo como vetor de desenvolvimento as redes de arranjos produtivos locais;

VI - estimular a economia verde, como uma das formas de desenvolvimento econômico, promovendo o bem-estar social, a redução dos riscos ambientais e a conservação do meio natural;

VII - promover política estadual que incremente a competitividade da indústria local, do comércio e dos serviços, e estimule a atração de novos empreendimentos, respeito à sustentabilidade social e econômica, assim como à legislação ambiental, fundiária e trabalhista, bem como a ampliação da política de igualdade de gênero e a igualdade de oportunidade;

VIII - implementar políticas públicas, voltadas ao desenvolvimento do microempreendedor individual (MEI), das microempresas e empresas de pequeno porte, do cooperativismo, do associativismo, dos empreendimentos da economia solidária, da economia criativa, do terceiro setor, da parceria público-privada, do artesanato, da cultura e do esporte;

IX - estimular as vantagens do associativismo e cooperativismo, com planejamento e controle da produção, compra de insumos, comercialização, análise de custos e captação de crédito e microcrédito;

X - fomentar a cooperação e o intercâmbio com outros países, objetivando incrementar o fluxo do comércio internacional e promover oportunidades de investimentos produtivos, em uma gestão integrada de desburocratização, com vistas a novos investimentos;

XI - promover o controle, acompanhamento, fiscalização e a verticalização da cadeia produtiva dos minerais metálicos e não metálicos; estimular a mineração responsável de gemas e metais preciosos; e fomentar a cadeia produtiva de agrominerais e novos insumos minerais para o setor das atividades minerais, verticalizando a cadeia produtiva de gemas e ouro e agrominerais para o setor agropecuário;

XII - democratizar o acesso ao crédito e ao financiamento, a fim de apoiar as iniciativas para o investimento, produção, serviços e consumo no Estado do Pará, estimulando a formalização da economia com foco na economia solidária e na produção familiar;

XIII - melhorar e viabilizar as condições de acessibilidade e mobilidade entre Municípios, com ênfase na qualidade de vida e respeito à pessoa com deficiência;

XIV - fortalecer o processo de expansão dos setores agropecuário e agroextrativista, do turismo rural, da piscicultura, da aquicultura, da pesca artesanal, ornamental, esportiva e pesca industrial e da agricultura nas suas diversas técnicas de produção, especialmente da produção familiar, com estímulo e apoio aos diferentes elos da cadeia produtiva em bases sustentáveis e a expedição de certificação de produtos orgânicos, favorecendo a transição agroecológica e a segurança alimentar e nutricional;

XV - estimular a regularização fundiária e ambiental das atividades econômicas desenvolvidas no Estado, de acordo com Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), previstos em diretrizes de direitos humanos, bem como em respeito ao Decreto Federal nº 10.088, de 5 de novembro de 2019;

XVI - promover ações e planos estratégicos, com vistas à geração de energia renovável e de baixo impacto, à conservação de energia e à eficiência energética, como alternativas econômica e ambientalmente sustentáveis, para o aumento da oferta;

XVII - estimular e fomentar ações de universalização do acesso à energia, em especial com a adoção de tecnologias para implantação de sistemas isolados e ao uso de fontes alternativas de água, em especial sistemas de captação de águas pluviais, em sinergia com as políticas de desenvolvimento sociais e econômicas;

XVIII - estimular a implantação e otimização de polos industriais no Estado do Pará, com foco nas especificidades regionais como forma de fortalecer as empresas estaduais, ampliando seus negócios, aumentando sua competitividade e reduzindo custos logísticos e de processamento locais e regionais, para o estabelecimento de mercado interno e externo;

XIX - implementar políticas de prevenção à vulnerabilidade de pessoas atingidas por barragens;

XX - estimular políticas de proteção do consumidor, especialmente para coibir práticas de aumento abusivo de preços, em razão de calamidades públicas;

XXI - fomentar a cooperação e integração entre as políticas públicas das diversas esferas de governo, objetivando a formulação e execução de políticas públicas voltadas ao desenvolvimento econômico e social do Estado;

XXII - ampliar, adensar e enraizar o desenvolvimento econômico e social, promovendo a competitividade e a sustentabilidade de Arranjos Produtivos Locais (APLs) em consonância com as diretrizes e planos estratégicos do Estado;

XXIII - estimular a interação e cooperação entre atores de Arranjos Produti-

vos Locais (APL's), com possibilidade de investimentos coletivos, promovendo processos de aquisição e agregação de conhecimentos, qualidade e valor a produtos e processos de empresas de Arranjos Produtivos Locais (APL's); XXIV - estimular a implantação de projetos coletivos de Arranjos Produtivos Locais (APL's), visando o desenvolvimento setorial, com foco nas especificidades e particularidades das Regiões de Integração do Estado; XXV - implantação de políticas para o desenvolvimento inovativo e produtivo, visando incorporar uma visão sistêmica para o desenvolvimento econômico estadual;

XXVI - implementar políticas públicas voltadas ao combate à discriminação em virtude de raça, etnia, religião, expressão de gênero, peso, deficiência, estatura, condições de emprego, orientação sexual e idade;

XXVII - promover a leitura e a produção literária com foco na organização de bibliotecas comunitárias rurais e na formação de facilitadores de leitura; XXVIII - implementar políticas públicas para o desenvolvimento de projetos de turismo de base comunitária em comunidades quilombolas, ribeirinhas, assentamentos da reforma agrária e comunidades tradicionais;

XXIX - promover e fortalecer a cultura do açaí no âmbito do Estado do Pará, cujos incentivos deverão priorizar regiões com maior ocorrência de estoques naturais de açaí e onde a atividade desenvolva-se em empreendimentos familiares de produção e em feiras e mercados;

XXX - fomentar a cooperação e a integração entre os entes federados para fortalecer as políticas públicas de comercialização e abastecimento alimentar, apoiando a revitalização de equipamentos públicos de comercialização, fomentando a organização de ambientes de comercialização da produção agrofamiliar de base agroecológica, com fomento ao associativismo e ao cooperativismo, acesso a crédito, qualificação profissional, bem como democratizar o acesso a máquinas, equipamentos e insumos;

XXXI - fomentar a cooperação e a integração das políticas públicas para a implantação de assentamentos rurais em áreas públicas estaduais, articulando políticas públicas de regularização fundiária, moradia, infraestrutura, crédito e fomento às atividades produtivas familiares, em especial com foco na pacificação de conflitos agrários coletivos;

XXXII - implementar a política estadual de aquisição de alimentos para fortalecer a produção agrofamiliar, estimular a agroecológica e incrementar a renda em comunidades tradicionais, quilombolas e ribeirinhas;

XXXIII - fomentar a produção audiovisual e dar estímulo à cadeia produtiva e à valorização dos produtores e da produção audiovisual local;

XXXIV - implementar políticas de prevenção a acidentes e crimes ambientais, fomentando o desenvolvimento sustentável, socialmente justo e ecologicamente equilibrado, por meio da implantação de um sistema estadual de monitoramento de condicionantes de licenças ambientais; e realizar avaliações de impactos sinérgicos entre os grandes projetos, como a Avaliação Ambiental Estratégica (AAE) e a Avaliação Ambiental Integral (AAI); XXXV - fomentar os prestadores de serviços turísticos com o objetivo de viabilizar a realização da Conferência do Clima das Nações Unidas (COP), no Estado do Pará, em 2025;

XXXVI - implementar políticas públicas de primeiro emprego para profissionais graduados em Educação Especial, no âmbito do Estado do Pará.

XXXVII - estimular a ampliação de investimentos em infraestrutura e de alternativas para a melhoria da prestação de serviços públicos mediante autorização, concessão e parcerias público-privadas;

XXXVIII - articular interações entre produtos da cadeia produtiva local com outros países, fomentando a exportação;

XXXIX - promover a otimização do gasto público e alinhar as condicionantes dos incentivos fiscais e financeiros aos compromissos ambientais do Estado, após a realização de estudos de avaliação de impactos socioeconômicos e ambientais da Política de Incentivos ao Desenvolvimento Socioeconômico do Estado do Pará; e

XL - fomentar o desenvolvimento de cadeias produtivas relacionadas à biodiversidade amazônica em território paraense, fortalecendo desta forma a Bioeconomia.

Parágrafo único. O fomento referido no **caput** deste artigo será efetuado de forma autônoma e/ou complementar às de outras linhas de crédito oficiais existentes, por meio dos seguintes instrumentos:

a) Fundo de Desenvolvimento Econômico do Estado do Pará (FDE);

b) Programa de Microcrédito (CREDCIDADÃO);

c) Banco do Estado do Pará (BANPARÁ);

d) Fundo para o Desenvolvimento Sustentável da Base Produtiva do Estado do Pará (Crédito do Produtor);

e) Incentivo Financeiro e Fiscal;

f) Fundo Estadual do Meio Ambiente (FEMA);

g) Fundo de Apoio à Cacaicultura do Pará (FUNCACAU);

h) Programa de Redução da Pobreza e Gestão dos Recursos Naturais do Pará (PARÁRURAL);

i) Fundo Estadual de Desenvolvimento Florestal (FUNDEFLO); e

j) Fundo Amazônia Agora.

CAPÍTULO IX DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 69. A proposição de dispositivo legal que crie órgãos, entidades, fundos, programas especiais ou similares, vinculando receita ou originando nova despesa, deverá, obrigatoriamente, atender o disposto nos arts. 16 e 17 da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000, e ser submetida previamente à Secretaria de Estado de Planejamento e Administração (SEPLAD). § 1º A criação de fundos especiais deverá observar, ainda, os seguintes requisitos:

I - previsão das receitas específicas que o comporão;

II - vinculação de receitas a gastos determinados, que atendam a finalidade do fundo; e

III - vinculação a órgão ou entidade da Administração Pública.

§ 2º Fica vedada:

I - a criação de fundo que tenha como finalidade o pagamento de despesa de pessoal;

II - a criação de fundo, quando seus objetivos puderem ser alcançados mediante a vinculação de receitas orçamentárias específicas ou mediante a execução direta por programação orçamentária e financeira, de órgão ou entidade da Administração Pública.

Art. 70. Observados os limites globais de empenho e a suficiência de disponibilidade de caixa, somente poderão ser inscritas em Restos a Pagar as despesas de competência do exercício financeiro, considerando-se como despesa liquidada aquela em que o serviço ou material contratado tenha sido prestado ou entregue e aceito pelo contratante; e não liquidada, mas de competência do exercício, aquela em que o serviço ou material contratado tenha sido prestado ou entregue e que se encontre em 31 de dezembro de cada exercício financeiro, em fase de verificação do direito adquirido pelo credor (em liquidação).

Parágrafo único. Os procedimentos e normas relativas à inscrição de despesas empenhadas a pagar e de despesas empenhadas a liquidar, respectivamente, em restos a pagar processados e não processados, serão regulamentados por ato do Poder Executivo, respeitando a autonomia e a independência de cada Poder constituído, do Ministério Público, da Defensoria Pública e dos demais órgãos constitucionais independentes.

Art. 71. Ficam os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, o Ministério Público, a Defensoria Pública e demais órgãos constitucionais independentes autorizados a parcelar os débitos de exercícios anteriores, reconhecidos administrativamente, de forma a garantir o equilíbrio das contas públicas e o controle sobre os gastos.

§ 1º Para fins do disposto neste artigo, os Poderes Legislativo e Judiciário, o Ministério Público, a Defensoria Pública e demais órgãos constitucionais independentes poderão estabelecer normas por ato de seus titulares.

§ 2º Os órgãos e entidades do Poder Executivo deverão encaminhar à Secretaria de Estado de Planejamento e Administração (SEPLAD), impreterivelmente, até o dia 31 de janeiro, a relação das despesas do exercício anterior, com os valores e o objeto, por grupo de despesa.

§ 3º As normas operacionais aos órgãos e entidades da Administração Pública do Poder Executivo serão estabelecidas pela Secretaria de Estado de Planejamento e Administração (SEPLAD) e pela Secretaria de Estado da Fazenda (SEFA).

Art. 72. As normas e os prazos relativos ao encerramento da execução orçamentária, financeira e patrimonial do exercício serão regulamentados por ato do Poder Executivo, os quais serão aplicáveis, no que couber, aos órgãos e entidades dos Poderes Legislativo e Judiciário, do Ministério Público, da Defensoria Pública e dos demais órgãos constitucionais independentes, sem prejuízo da competência e autonomia constitucional destes.

§ 1º Caberá aos órgãos e entidades da Administração Pública direta e indireta do Poder Executivo, inclusive seus fundos, movimentar seus recursos financeiros no Sistema de Conta Única do Estado, de acordo com as deliberações da Secretaria de Estado da Fazenda (SEFA).

§ 2º De forma a assegurar o aperfeiçoamento da gestão financeira do Estado, poderão os Poderes Legislativo e Judiciário, o Ministério Público, a Defensoria Pública e demais órgãos constitucionais independentes, aderir à sistemática definida no § 1º deste artigo.

Art. 73. Em atendimento ao § 3º do art. 4º da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000, o demonstrativo dos passivos contingentes e outros passivos fiscais, capazes de afetar as contas públicas no exercício de 2024, bem como as providências a serem adotadas, casos esses passivos se concretizem, estão definidos no Anexo I – Riscos Fiscais.

Parágrafo único. As entidades da Administração Pública indireta encaminharão anualmente, até 15 de fevereiro de cada exercício, à Procuradoria-Geral do Estado (PGE), os dados relativos aos seus respectivos passivos contingentes, para subsidiar a consolidação das informações relativas ao Risco Fiscal, decorrentes de demandas judiciais contra o Estado.

Art. 74. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO DO GOVERNO, 6 de julho de 2023.

HELDER BARBALHO
Governador do Estado

ANEXOS
LEI DE DIRETRIZES
ORÇAMENTÁRIAS
2024
ANEXO I

RISCOS FISCAIS

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO I - RISCOS FISCAIS
(art. 4º, § 3º, da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000)

I. PASSIVOS CONTINGENTES

O anexo de riscos fiscais vem apresentar informações dos passivos contingentes decorrentes de demandas judiciais capazes de afetar as contas públicas no exercício financeiro vindouro.

Faz-se necessário destacar, que na área de atuação judicial, a regra é que todos os pagamentos resultantes de demandas judiciais sejam submetidos ao regime de precatórios ou de requisições de pequeno valor, nos termos da Constituição Federal, sendo que tais montantes não se identificam com o conceito de risco fiscal, uma vez que podem ser devidamente planejados e incluídos na previsão orçamentária.

Em razão disso, o anexo de riscos fiscais tem por finalidade evidenciar a possibilidade de concretização de eventos incertos, capazes de afetar o equilíbrio fiscal. É também instrumento de planejamento e transparência de gestão fiscal e de definição de estratégias de enfrentamento dos riscos na hipótese de eventual concretização.

O Manual de Demonstrativos Fiscais da Secretaria do Tesouro Nacional dispõe que à medida que a gestão dos riscos fiscais for aperfeiçoada com a gradual identificação e monitoramento dos riscos, maior será a transparência da gestão fiscal e melhores serão seus resultados.

Portanto, para atender o disposto no art. 4º, § 3º, da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF), o Estado do Pará apresenta levantamento das demandas judiciais que estão em fase de execução, após o trânsito em julgado das decisões de conhecimento, e que representam dívidas em processos de reconhecimento para o Erário estadual.

Vale mencionar que os passivos contingentes referem-se a possíveis obrigações de pagamentos, cuja confirmação depende da ocorrência de eventos futuros e incertos e cujo valor não pode ser mensurado com segurança.

Cumprе ressaltar que as demandas judiciais tramitam por prazos longos e em diversas instâncias de modo que constam do Anexo de Riscos Fiscais por diversos exercícios, podendo ser reclassificadas ou dele excluídas de acordo com o andamento e o desfecho do processo judicial.

No que tange às demandas judiciais acompanhadas pela Procuradoria Geral do Estado (PGE), parte considerável das ações está pendente de julgamento final, não tendo ocorrido, ainda, o trânsito em julgado de condenações.

Salienta-se, portanto, a exclusão do anexo em questão, das demandas contra o Estado do Pará que ainda estão em fase de conhecimento, por não haver como ser aferido com precisão, o quantitativo que representam, uma vez que estão registradas pelo valor da causa no sistema de controle de processos. Sendo assim, qualquer levantamento contábil nesse sentido divergiria absurdamente do real passivo em vias de ser devido.

De outro lado, dentre as demandas de massa e outras ações que já importaram condenações de valores ao Erário, o Estado do Pará, por meio de sua Procuradoria-Geral, tem atuado no sentido de promover a reversão das decisões judiciais, seja na instância local ou nas instâncias superiores, com resultados favoráveis em alguns casos e outras ações em via de julgamento no presente ano.

Passa-se a seguir, à exposição analítica do passivo contingente do Estado do Pará representado por demandas judiciais. Vale ressaltar que as informações sobre passivos contingentes do Estado abrangem não apenas as demandas judiciais acompanhadas diretamente pela Procuradoria-Geral do Estado (PGE), mas também as demandas judiciais em fase de execução contra algumas entidades da Administração Indireta Estadual, tais como o IGEPREV, FASEPA, EMATER, FUNTELPA, UEPA, HEMOPA e COHAB.

A razão para a inclusão destas entidades é, no primeiro caso, a sua natureza jurídica de direito público e, no segundo, ser enquadrado como estatal dependente deste Ente Estadual.

Em relação às informações sobre bloqueios e sequestros em geral resultantes de descumprimento de decisões judiciais esta Procuradoria-Geral indica como suficiente para atender essas ocorrências o valor de R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais).

Iniciando pelo levantamento feito junto à Administração Direta, a soma do total das dívidas em processo de reconhecimento do Estado do Pará importou em R\$ 604.361.129,69 (seiscentos e quatro milhões, trezentos e sessenta e um mil, cento e vinte e nove reais e sessenta e nove centavos).

Ressalte-se que em relação aos processos judiciais em fase de execução, a Procuradoria do Estado do Pará (PGE), via de regra, apresenta impugnações aos valores cobrados, questionando parâmetros de cálculos utilizados, a incidência ou não de juros, seus patamares e diversos outros aspectos que podem gerar considerável redução dos valores finais a serem pagos. Ademais, cumpre destacar que a Câmara de Negociação, Conciliação, Mediação e Arbitragem da Administração Pública Estadual, por meio da qual a Procuradoria-Geral do Estado (PGE) celebra acordos com interessados, busca reduzir demandas e o valor das condenações judiciais.

No que tange às dívidas em processo de reconhecimento, apuradas junto à Administração Direta já somadas no total acima apontado, destacam-se os processos de valores expressivos, que totalizam R\$ 523.011.892,18 (quinhentos e vinte e três milhões, onze mil, oitocentos e noventa e dois reais e dezoito centavos).

Em relação ao passivo contingente das entidades da Administração Indireta do Estado foram informadas as seguintes demandas judiciais de valor significativo, em fase de execução, e, portanto, compreendidas no conceito de dívidas em processo de reconhecimento.

O IGEPREV arrolou as demandas judiciais em tramitação as quais somam o importe de R\$ 49.916.055,04 (quarenta e nove milhões, novecentos e dezesseis mil, cinquenta e cinco reais e quatro centavos).

As demandas judiciais da EMATER alcançam a quantia de R\$ 10.523.185,61 (dez milhões, quinhentos e vinte e três mil, cento e oitenta e cinco reais e sessenta e um centavos).

A FUNTELPA informou passivo contingente no montante de R\$ 7.771.330,04 (sete milhões, setecentos e setenta e um mil, trezentos e trinta reais e quatro centavos).

Em seu levantamento, o IDEFLOR-Bio apontou que os valores executados alcançam o valor de R\$ 890.513,82 (oitocentos e noventa mil, quinhentos e treze reais e oitenta e dois centavos).

A FSCMPA informou o valor de R\$. 2.201.202,39 (dois milhões, duzentos e um mil, duzentos e dois reais e trinta e nove centavos). E o HOL indicou o valor de R\$ 655.185,02 (seiscentos e cinquenta e cinco mil, cento e oitenta e cinco reais e dois centavos).

Já a COHAB indicou que o passivo contingente em demandas em fase de execução judicial alcançam o valor de R\$ 4.241.076,84 (quatro milhões, duzentos e quarenta e um mil, setenta e seis reais e oitenta e quatro centavos).

Também informaram as demandas judiciais em fase de execução a FASEPA, no importe de R\$ 1.579.335,11 (um milhão, quinhentos e setenta e nove mil, trezentos e trinta e cinco reais e onze centavos) e a FPEHCGV, no valor de R\$ 2.006.391,24 (dois milhões, seis mil, trezentos e noventa e um reais e vinte e quatro centavos).

A UEPA por sua vez apontou o montante de R\$ 1.593.083,54 (um milhão, quinhentos e noventa e três mil, oitenta e três reais e cinquenta e quatro centavos). Enquanto a ARCON relatou a soma de R\$. 1.627.389,24 (um milhão seiscentos e vinte e sete mil trezentos e oitenta e nove reais e vinte e quatro centavos) referente aos valores executados.

Já a FCP indicou o valor de R\$ 368.646,49 (trezentos e sessenta e oito mil, seiscentos e quarenta e seis reais e quarenta e nove centavos), relativo às ações judiciais em fase executória.

Apontaram ainda demandas judiciais em fase de execução a CEASA, no valor total de R\$ 772.083,49 (setecentos e setenta e dois mil, oitenta e três reais e quarenta e nove centavos), o IMETRO, no importe de R\$ 725.290,06 (setecentos e vinte e cinco mil, duzentos e noventa reais e seis centavos), e a ADEPARÁ no montante de R\$ 318.115,17 (trezentos e dezoito mil, cento e quinze reais e dezessete centavos).

Por fim, a COSANPA indicou que seu passivo contingente alcança a quantia de R\$ 1.690.146.815,53 (um bilhão, seiscentos e noventa milhões, cento e quarenta e seis mil, oitocentos e quinze reais e cinquenta e três centavos).

Encerram-se assim as informações acerca do passivo contingente relacionado às demandas judiciais contra o Estado do Pará.

II. ATIVOS CONTINGENTES

Em oposição aos passivos contingentes, existem os ativos contingentes, que são direitos que estão sendo cobrados, judicial ou administrativamente e, sendo recebidos, geram receita adicional àquela prevista na Lei Orçamentária Anual.

No caso do Estado do Pará, aponta-se a Dívida Ativa como ativo contingente. Esta se constitui em um conjunto de direitos ou créditos de várias naturezas, em favor da Fazenda Pública, com prazos estabelecidos na legislação pertinente, vencidos e não pagos pelos devedores, por meio de órgão ou unidade específica instituída para fins de cobrança na forma da lei.

A inscrição de créditos em Dívida Ativa gera um ativo para o Estado, sujeito a juros, multa e atualização monetária que, segundo a Lei Estadual nº 6.182/1998 e Lei Federal nº 4.320/1964, que serão escriturados como receita do exercício em que forem arrecadados, nas respectivas rubricas orçamentárias. Por essa razão, considera-se a Dívida Ativa um ativo contingente.

Segundo a Lei Federal nº 4.320/1964, classifica-se, como Dívida Ativa Tributária, o crédito da Fazenda Pública proveniente da obrigação legal relativa a tributos e respectivos adicionais e multas e, como Dívida Ativa não Tributária,

os demais créditos da Fazenda Pública. Estes últimos são, em geral, provenientes de multas de natureza não tributária, foros, laudêmios, alugueis ou taxas de ocupação, custas processuais, preços de serviços prestados por estabelecimentos públicos, indenizações, reposições, restituições, alcances dos responsáveis definitivamente julgados.

Compete à Procuradoria-Geral do Estado (PGE), após análise de regularidade liquidez, certeza e exigibilidade e ao processamento da inscrição em Certidão da Dívida Ativa (CDA), pela SEFA, a cobrança judicial, nos limites da Lei Estadual nº 8.870/2019.

Em levantamento das execuções propostas pelo Estado do Pará durante o exercício de 2022 junto ao sistema de controle de processos da Procuradoria - Geral, a Procuradoria da Dívida Ativa (PDA) informa que consta em execução o montante de R\$ 1.063.542.744,40 (um bilhão, sessenta e três milhões, quinhentos e quarenta e dois mil, setecentos e quarenta e quatro reais e quarenta centavos), passível, portanto, de incrementar o orçamento vindouro, caso finalizada a questão judicial por acordo ou decisão transitada em julgado.

Não se pode olvidar, todavia, que o recebimento dos ativos contingentes pelo Erário depende não somente da atuação da Procuradoria-Geral do Estado (PGE), mas também da delonga na tramitação junto ao Poder Judiciário.

Por fim, registra-se que a Procuradoria-Geral possui um Núcleo de Inteligência para laborar sobre os grandes devedores e praticar diligências administrativas em concomitante com a tramitação jurídica a fim de agilizar a cobrança desses ativos.

III. CONCLUSÃO

Em seu anexo de risco fiscal, o Estado do Pará fornece as informações imprescindíveis para a quantificação dos passivos contingentes na LDO de 2024, em especial no que se refere ao total das ações em tramitação na fase executiva.

Busca-se ainda, apresentar além do passivo contingente da Administração Direta sob gestão da Procuradoria do Estado, o passivo existente

junto a outras entidades de sua Administração Indireta, que por sua natureza e dependência econômica faz-se necessária a inclusão neste anexo.

Ajuizamento de ações rescisórias, interposição de recursos, a depender da matéria, até instâncias superiores e sustentações orais, demonstram a estratégia judicial usada por este Ente Público, por meio de sua Procuradoria do Estado, para atenuar o risco fiscal, sendo esta uma medida dentre outras tantas, tais como pedidos de suspensão e recursos contra liminares, entabulamento de acordos com deságio para a Fazenda Pública nas causas cuja probabilidade de êxito para o Estado seja remota, apoio às Indiretas, com atuação conjunta em Juízo, intervenção administrativa em tratativas de acordo ou junto ao Ministério Público.

Por fim, manteve-se a inclusão dos ativos contingentes, em similaridade à atuação adotada pela União em sua LDO, também como forma de demonstrar contraponto aos riscos fiscais ante a existência de possibilidades reais de aumento do orçamento anual vindouro.


RECEITA

No tocante a receita, um dos principais riscos de frustração de receitas se refere, não obstante liminar favorável do STF, quanto à permanência da Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão (TUST) e Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição (TUSD) na base de cálculo do ICMS incidente sobre energia elétrica.

A receita foi estimada com base em decisão liminar do Supremo Tribunal Federal. Caso a decisão definitiva do STF se dê pela exclusão da base de cálculo do ICMS nas operações com energia elétrica, irá impactar o desempenho da arrecadação tributária do Estado.

Cabe ressaltar, ainda, a possibilidade de não concretização dos parâmetros estimados, especialmente em relação ao PIB e a Inflação previstos. O crescimento da atividade econômica (PIB) aquém das expectativas, bem como a evolução da inflação (IPCA) distante das expectativas configuram risco fiscal, tendo em vista que podem comprometer o alcance das metas de receitas projetadas para o período.

Dessa forma, para 2024 foi estimado risco fiscal relacionado à frustração de receita (arrecadação de tributos menor que o valor previsto) na ordem de R\$1.143.000.000,00 (um bilhão, cento e quarenta e três milhões), sendo recomendável revisão das estimativas de receitas por ocasião da elaboração da LOA 2024.



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE RISCOS FISCAIS

Tabela 1 – Demonstrativo de Riscos Fiscais e Providências 2023

PASSIVOS CONTINGENTES DESCRIÇÃO	VALOR	DESCRIÇÃO	PROVIDÊNCIAS
DEMANDAS JUDICIAIS		Em se tratando de litígio judicial, caberá ao Poder Judiciário a decisão final. Esta Procuradoria Geral do Estado iniciou um sistema que visa cadastrar e acompanhar, de forma mais efetiva, os processos judiciais e administrativos, com vistas a realização de ações planejadas para o gerenciamento de dívidas potenciais, bem como minimizar o impacto das finanças estaduais.	
BLOQUEIOS E SEQUESTROS	R\$ 2.000.000,00		Atuação Judicial PGE
DÍVIDAS EM PROCESSO DE RECONHECIMENTO	R\$ 604.361.129,69		Atuação Judicial PGE e acordos
IGEPREV	R\$ 49.916.055,04		
EMATER	R\$ 10.523.185,61		
FUNTELPA	R\$ 7.771.330,04		
IDEFLOR-Bio	R\$ 890.513,82		
FSCMPA	R\$ 2.201.202,39		
COHAB	R\$ 4.241.076,84		
FASEPA	R\$ 1.579.335,11		
FPEHCGV	R\$ 2.006.391,24		
UEPA	R\$ 1.593.083,54		
ARCON	R\$ 1.627.389,24		
FCP	R\$ 368.646,49		
CEASA	R\$ 772.083,49		
IMETRO	R\$ 725.290,06		
ADEPARÁ	R\$ 318.115,17		
COSANPA	R\$ 1.690.146.815,53		
SUB - TOTAL	R\$ 2.381.041.643,30		
DEMAIS RISCOS FISCAIS			
DESCRIÇÃO	VALOR	PROVIDÊNCIAS	VALOR
Frustração de Receitas			
Arrecadação de tributos menor que o valor previsto	RS1.143.048.720,00	Limitação de Empenho	RS1.143.048.720,00
TOTAL DOS RISCOS FISCAIS			R\$3.524.090.363,42

Fonte: PGE/ SEFA/SEPLAD

ANEXO II

METAS FISCAIS



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO II - METAS FISCAIS

DEMONSTRATIVO 1 - METAS ANUAIS

(LRF, art. 4º, § 1º)

As metas anuais projetadas para a LDO 2024, e exercícios subsequentes de 2025, 2026 e 2027, tiveram como base a arrecadação projetada para 2024, estimada na série histórica de arrecadação de receitas de exercícios anteriores, bem como os indicadores macroeconômicos divulgados pela Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas (FAPESPA), em março de 2023.

Segundo estudos de cenários macroeconômicos elaborados pelo IPEA (Visão Geral da Conjuntura, de 31 de março de 2023), as perspectivas de crescimento de importantes economias no primeiro trimestre de 2023, sinalizam melhoras no contexto econômico mundial em relação ao que se esperava até o final de 2024. Porém, nem a quebra de bancos regionais americanos associada às dificuldades de bancos europeus, foram suficientes para mudar a trajetória de elevação dos juros nessas economias.

No Brasil, segundo o IPEA, os indicadores setoriais apontavam, no último trimestre do ano passado, sinais de desaceleração da economia. No mercado de trabalho a população ocupada denota baixo dinamismo, refletida pelo leve aumento na taxa de desocupação. Os juros notadamente a Selic, permanecem no patamar elevado, mesmo com a tendência de redução dos índices de inflação.

A despeito da taxa de juros elevada, é esperado para o primeiro trimestre de 2023 um avanço de 1,2% no PIB, em relação ao trimestre passado, e previsão de crescimento neste ano de 1,4%, e 2% em 2024.

É importante ressaltar que as pautas de política econômica, como o projeto do novo Arcabouço Fiscal, assim como a Reforma Tributária prevista para essa legislatura, certamente irão impactar as contas públicas em todas as esferas de governo, entretanto, ainda são imponderáveis, razão pela qual não foram incorporados nas projeções das Receitas e Despesas elaboradas para a LDO 2024.

O rebatimento dessas perspectivas para o Estado do Pará, segundo projeções elaboradas pela Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas do Pará (FAPESPA), apontam um crescimento para o PIB Pará de 2,03% para 2023, e de 2,82% para 2024. A FAPESPA também projetou com base no boletim Focus do Banco Central, o IPCA (IBGE) de 5,90% para 2023, e 4,02% para 2024. Esses indicadores foram adotados nas metodologias de projeções das receitas e despesas para o quadriênio 2024 a 2027, compreendendo o período de vigência do próximo Plano Plurianual (PPA), em elaboração.

A seguir são apresentadas, para o período de 2024 a 2027, as projeções dos indicadores econômicos e financeiros utilizados nas estimativas orçamentárias para esta LDO.

Projeções dos Indicadores Econômicos e Financeiros, para os anos de 2023 a 2027						
INDICADORES	UNIDADE DE MEDIDA	2023	2024	2025	2026	2027
IPCA	(%)	5,90	4,02	3,80	3,77	4,00
IGP-M	(%)	4,11	4,17	4,00	4,00	4,00
TR(1)	(%)	0,65	0,57	0,53	0,51	0,55
Taxa Selic (média do período)	(%)	12,93	10,29	8,98	8,75	8,67
TJLP ⁽¹⁾	(%)	7,14	6,19	5,85	5,76	5,63
TLp(3)	(%)	6,40	4,52	4,30	4,27	4,14
Taxa de Câmbio (média do período)	(R\$/US\$)	5,23	5,27	5,30	5,33	5,33
Salário Mínimo ⁽¹⁾	R\$	1.302,00	1.392,00	1.470,00	1.555,00	1.620,00
PIB Pará ⁽¹⁾	(%) REAL	2,03	2,82	3,26	3,24	4,01
PIB Pará ⁽¹⁾	R\$ (mil)	270.779.642	282.088.115	299.877.799	314.459.236	332.371.274
PIB Brasil	(%) REAL	0,85	1,50	1,80	2,00	2,00
PIB Brasil	R\$ (milhão)	10.378.145	10.995.583	11.590.374	12.205.449	12.859.822

Fonte: IBGE, Banco Central do Brasil em 03/03/2023 e FMI (PIB Brasil - Valor corrente estimado outubro/2022). Elaboração: Fapespa, 2023.

⁽¹⁾ Dados estimados em março/2023, com base na conjuntura do período, portanto sujeitos a alteração.

Metodologia de Projeção das Receitas Próprias

Na elaboração das projeções da receita estadual para a LDO 2024 adotou-se como ponto de partida a arrecadação projetada para 2023, estimada com base na série histórica da arrecadação de receitas de exercícios anteriores, conforme metodologia descrita a seguir. Para projetar a receita dos anos seguintes (2024, 2025, 2026 e 2027), foram utilizadas as taxas de crescimento previstas para o PIB Pará e PIB Brasil, bem como a estimativa da inflação (IPCA), divulgadas pela FAPESPA em março de 2023.

As arrecadações de ICMS, IPVA e ITCD foram estimadas com a utilização de modelos de séries temporais baseadas em dois métodos comumente utilizados na previsão de receitas tributárias:

- Análise de séries temporais, metodologia Box-Jenkins, modelo SARIMA; e
- Análise de séries temporais, metodologia de Suavização Exponencial, modelo Holt Winters (aditivo e multiplicativo).

Esses métodos são utilizados para análise de séries temporais e têm propriedades direcionadas à projeções de valores futuros para um período curto de tempo, sendo que as informações necessárias à obtenção dos resultados são extraídas do comportamento da própria série de interesse.

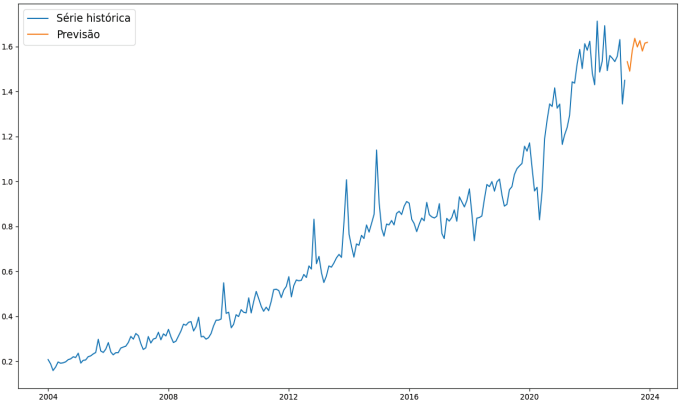
No cálculo das estimativas de ICMS, principal tributo do Estado, foram adotados os seguintes procedimentos:

1. O primeiro passo foi estruturar a base de dados com valores da arrecadação de exercícios anteriores (2004 a 2022). Utilizou-se não apenas a base de dados total, com os valores efetivamente observados, mas também valores ajustados, pontualmente, para o ano de 2022, tendo em vista a atipicidade do comportamento das receitas neste ano, em função do Programa de Regularização Fiscal (Prorefis), (Decretos Nº 2.103/21 e Nº 2.149/22), bem como da publicação das Leis Complementares Nº 192/2022 e 194/2022, que alterou a base de cálculo e alíquotas nos segmentos de combustíveis, energia elétrica e telecomunicações;
2. Em seguida, a partir dos dados de arrecadação de 2004 a 2022 e com a utilização do software PYTHON, foram efetuados os cálculos de regressão linear SARIMA e Holt Winters para projetar os valores da arrecadação de 2023;
3. Sobre o valor da arrecadação estimado para 2023, realizaram-se os ajustes relativos às renúncias de receitas e aos impactos resultantes de alterações na legislação tributária.
4. A estimativa de arrecadação de ICMS dos anos seguintes (2024 a 2027) foi elaborada a partir dos valores estimados para 2023, acrescidos das variações do PIB (média Pará e Brasil) e da inflação (IPCA) projetadas para os respectivos anos.

Para a estimativa da arrecadação da Taxa Mineral (TFRM), foram considerados os recolhimentos efetuados em 2022, com os devidos ajustes em decorrência da publicação do Decreto Nº 1.353/21 e da Lei Nº 9.731/22, bem como da realização do Prorefis em 2022.

A seguir são apresentados os resultados da aplicação da metodologia descrita na seção anterior para projeção da receita de ICMS:

Procedimento i e ii - Série Histórica da Arrecadação de ICMS (2004 a 2022) e previsão para 2023



Procedimento iii - Ajustes relativos às Renúncias de Receitas

Detalhado no Item II - Metodologia e Memória de Cálculo da Renúncia de Receita

Procedimento iv - Indicadores Econômicos, 2023 a 2027 (em fator)

INDICADORES PARA A PROJEÇÃO LDO 2024

INDICADOR	ANO				
	2023	2024	2025	2026	2027
IPCA	1,0590	1,0402	1,0380	1,0377	1,0400
PIB-PA	1,0203	1,0282	1,0326	1,0324	1,0401
PIB-BR	1,0085	1,0150	1,0180	1,0200	1,0200
MÉDIA -PIB PA / PIB BR	1,0144	1,0216	1,0253	1,0262	1,0301
MÉDIA -PIB PA / PIB BR + IPCA	1,0742	1,0627	1,0643	1,0649	1,0713

Para a estimativa de arrecadação de ICMS para os anos de 2024 a 2027, considerou-se a arrecadação estimada para o ano de 2023, a projeção anual de inflação (IPCA-IBGE) e a média de crescimento real do PIB Brasil e do PIB Pará, conforme a seguir:

Receita ano (2024 a 2027) = Receita ano anterior x IPCA ano x média da variação PIB-PA e PIB-BR ano, em que:

- Receita ano: estimativa de arrecadação anual
- Receita ano anterior: arrecadação projetada para o ano anterior
- IPCA ano: projeção de inflação anual, medida pelo IPCA (em fator)
- Média da variação PIB-PA e PIB-BR ano: média entre a projeção de crescimento real anual do PIB do Pará e a projeção de crescimento real anual do PIB do Brasil (em fator), divulgadas pela Fapespa em março de 2023.

O quadro a seguir apresenta as projeções de arrecadação dos principais tributos da Receita Própria Estadual para o período de 2024 a 2027, calculadas conforme a metodologia descrita.

LDO 2024 - ESTIMATIVA DE RECEITA DE ICMS, IPVA, ITCD E TAXA MINERAL (2024 A 2027)

RECEITA	ESTIMATIVA				VAR NOM.%			
	2024	2025	2026	2027	2024	2025	2026	2027
ICMS	20.348,2	21.655,8	23.061,0	24.704,1	6,3%	6,4%	6,5%	7,1%
IPVA	1.064,9	1.133,3	1.206,9	1.292,9	6,3%	6,4%	6,5%	7,1%
ITCD	60,7	62,5	64,3	66,9	3,2%	3,0%	2,9%	4,0%
TAXA MINERAL	1.387,2	1.443,0	1.497,8	1.554,3	5,9%	4,0%	3,8%	3,8%
TOTAL	22.861,0	24.294,6	25.830,0	27.618,1	6,2%	6,3%	6,3%	6,9%

Fonte: SEFA/DAIF

Cabe ressaltar que, por ocasião das projeções de receitas para a LDO 2024, ainda não foi possível avaliar, com precisão, os efeitos decorrentes da publicação da Lei nº 9.755/22, que alterou a Lei Estadual nº 5.530/1989, elevando de 17% para 19% a alíquota (modal) de ICMS do Estado do Pará.

Além disso, não obstante liminar favorável do STF, ainda restam dúvidas quanto à permanência da TUSD e TUST na base de cálculo do ICMS nas operações com energia elétrica, eventos que podem impactar o desempenho da arrecadação tributária do Estado.

Dessa forma, para 2024, foi estimado risco fiscal relacionado à frustração de receitas (arrecadação de tributos menor que o valor previsto) da ordem de R\$ 1,143 bilhão, sendo recomendável revisão das estimativas de receitas por ocasião da elaboração da LOA 2024.

No âmbito da despesa prevista para a LDO 2024, cujos principais grupos de contas têm características bem diferenciadas, foram utilizados os seguintes parâmetros:

DESPESAS CORRENTES.

1. **Pessoal e Encargos Sociais:** É a maior despesa do estado na categoria de despesa corrente (que engloba toda a despesa de custeio – pessoal, material de consumo, encargos sociais e transferências correntes). Para a LDO/2024, a projeção da Despesa com Pessoal e Encargos, adotou processo semelhante ao utilizado na estimativa da Receita. Inicialmente foi projetada a Despesa com Pessoal para 2023, que considerou a partir da folha de março de 2023 (sem atipicidades e sem elementos com pagamentos eventuais ou não permanentes), a incorporação do crescimento vegetativo da folha de pagamento (0,5% mês), e os prováveis impactos e acréscimos decorrentes de:

- Reajuste piso do magistério;
- Ajustes de tabelas salariais;
- Reajuste de categorias específicas;
- Ingresso de policiais penais;
- Promoção de militares;
- Interstício dos militares;
- Ingresso de concursados;
- Implantação de Plano de Cargos, Carreiras e Remunerações (PCCRs);
- Criação e Reestruturação de órgãos.

Esses impactos consideraram ainda o mês de sua concessão e o consequente incremento na folha de pessoal mensal e anual. (vide memória de cálculo)

Conhecido o valor projetado de 2023, a Despesa de Pessoal e Encargos prevista para a LDO 2024, foi obtida pela correção IPCA, pelo incremento do crescimento vegetativo (0,5% mês), e dos impactos programados e previstos de:

Reajuste linear projetado para 2024, observando o equilíbrio orçamentário e os limites em relação a Receita Corrente Líquida, estabelecidos pela LRF;

- Ingresso de concursados;
- Aumento de gratificações;
- Implantação de Plano de Cargos, Carreiras e Remunerações (PCCRs).

Do memos modo esses impactos levaram em conta o mês de concessão, e seus reflexos no total do exercício de 2024.

2. **Demais Despesas Correntes:** As Despesas Correntes desde 2022 não agregam mais os valores referentes Transferência Constitucionais para os Municípios (TCM) e a contribuição estadual para a formação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação (FUNDEB), que são deduzidos diretamente da receita projetada sobre os Impostos que constituem os referidos repasses obrigatórios. A projeção dessa despesa para a LDO 2024 considerou a reestimativa de 2023 corrigida pelo IPCA estimado pela FAPESPA para 2024, além dos impactos previstos e programados:

- Impacto das atividades de novas unidades hospitalares (despesas com Organizações Sociais – OS);
- Impacto das atividades das Usinas da Paz;
- Impacto com ODC de Pessoal (auxílio transporte e auxílio alimentação), decorrente do ingresso de concursados;
- Impacto com ODC decorrente da criação de órgãos e manutenção de novos patrimônios públicos.

Esse método de projeção empregado para as Despesas de Pessoal e Despesas Correntes, a partir de um ponto de partida e ir agregando os impactos orçamentários mês a mês, tem a vantagem de gerar estimativas mais condizentes com a realidade, na medida em que, as projeções com métodos de tendências, de usos de médias temporais e de coeficientes sazonais requerem séries históricas ajustadas, sem atipicidades, o que não se dispõe no momento, especialmente depois da pandemia sanitária do COVID-19.

3. **Encargos e Juros da Dívida:** A apuração dessa Despesa é feita pela SEFA com base no que reza os convênios, tratados e contratos de operações de créditos, observando os indexadores pactuados de taxas de juros, taxas de câmbios. Também é considerado os cronogramas de pagamentos dessas operações. Vale lembrar que nessa

despesa não se incluiu os pagamentos dos principais das dívidas contraídas (amortizações).

DESPESAS DE CAPITAL

4. **Amortizações Financeiras:** São despesas com o pagamento ou refinanciamento do principal das dívidas públicas internas e externas, bem como da atualização monetária ou cambial da dívida. Essas despesas, a exemplo dos Encargos e Juros da Dívida é apurada pela SEFA, observando cronogramas de pagamentos e os indexadores de taxas de juros e câmbios.

5. **Inversões Financeiras:** É uma despesa de capital destinada a aquisição de imóveis; aquisições de títulos do capital de empresas ou entidades, que não importe em aumento de capital; e aporte para aumento de capital de empresas ou entidades, que visem a objetivos comerciais ou financeiros, inclusive operações bancárias ou de seguros. Os procedimentos de projeção dessa despesa de capital, compreendeu a correção de preços (IPCA), para 2024, considerando a dotação atualizada das Inversões Financeiras de 2023, informada no Relatório Bimestral da Execução Orçamentária (janeiro e fevereiro de 2023), publicado no DOE de 31 de março de 2023. O valor dessa correção para 2024, sofreu ajustes visando garantir o equilíbrio orçamentário das Despesas com as Receitas projetadas, sem comprometer a funcionalidade dos órgãos que dependem dessas inversões.

6. **Investimentos:** A conta de capital referente a investimentos, é uma despesa discricionária, que não observa regras e limites, tem forte identidade com as prioridades do governo para: mitigação das desigualdades socioeconômicas; promover o crescimento e o desenvolvimento do Estado; fortalecer a infraestrutura produtiva do Estado, etc. O valor das despesas com investimentos é apurado pelas operações de crédito, liberação de créditos de operações já contratadas em exercícios anteriores e novas contratações com liberações no exercício vigente, e pela disponibilidade das receitas, após a dedução das despesas correntes e de capital, especialmente as de caráter obrigatório, como Pessoal e Encargos e as Despesas Correntes vinculadas a Educação e Saúde.

Importante salientar que da disponibilidade de receita (resultado operacional), parte é destinada as reservas de contingências e reservas do Regime Próprio da Previdência Social. O saldo final, pode ou não vir a compor as despesas de Investimentos. Desde 2019 o Governo vem dando atenção especial as despesas de Investimentos, buscando de forma sistemática e contínua assegurar níveis de investimentos condizentes

com as necessidades da infraestrutura produtiva e social, que se traduzam no crescimento e desenvolvimento do Pará.

Feitas as devidas estimativas, os números finais das grandes contas de Despesas para 2024, resultou nos valores discriminados a seguir:

DESCRIÇÃO	VALOR
DESPESAS CORRENTES	36.867.609.764,92
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	22.921.402.201,66
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	666.111.325,74
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	13.280.096.237,52
DESPESAS DE CAPITAL	4.364.577.211,79
INVESTIMENTOS	3.115.709.794,29
INVERSÕES FINANCEIRAS	405.339.959,09
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	843.527.458,41
DESPESA SUB-TOTAL	41.232.186.976,71
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	218.411.303,03
DESPESAS (INTRAORÇAMENTÁRIAS)	3.193.697.927,53
DESPESA TOTAL	41.450.598.279,74

Fonte: SEPLAD

As projeções das Receitas e Despesas para esta LDO 2024, registraram resultado primário, pelo critério acima da linha e sem o RPPS, superávit de R\$ 146,71 milhões, garantindo a manutenção da trajetória de crescimento e desenvolvimento do Estado, bem como das novas políticas de ações contempladas no PPA para o quadriênio 2024 a 2027.

Quanto ao resultado nominal, indicador que representa o conjunto das operações fiscais realizadas pela administração pública, espera-se para 2024, um resultado positivo de R\$ 284,82 milhões, obtido a partir do acréscimo do resultado primário ao saldo da conta de juros, ou seja, a diferença entre juros ativos e passivos.

Importante destacar que as ações planejadas pelo Governo e refletidas nesta LDO, também, são analisadas com base na capacidade de endividamento do Estado, cujos limites foram apurados, para 2024, de acordo com a legislação vigente e evidenciam que o Estado se encontra bem abaixo do índice de endividamento, conforme Resolução do Senado Federal, que é de até 200% da RCL, pois sua Dívida Consolidada líquida é negativa.

DISCRIMINAÇÃO	VALORES
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL)	R\$ -467.989.437
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (RCL)	R\$ 35.943.950.659,00
NÍVEL DE ENDIVIDAMENTO (DCL/RCL)	...

Fonte: Sefa.



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

DEMONSTRATIVO 1 - METAS FISCAIS ATUAIS – 2024 a 2026

(LRF, art. 4º, § 1º)

ESPECIFICAÇÃO	Ano de 2024				Ano de 2025				Ano de 2026			
	Valor Corrente (a)	Valor Constante (a) Base 2022	% PIB PARÁ (270.779.642) (a / PIB) x 100	% RCL (35.943.951) (a / RCL) x 100	Valor Corrente (a)	Valor Constante (a) Base 2022	% PIB PARÁ (299.877.799) (a / PIB) x 100	% RCL (37.628.967) (a / RCL) x 100	Valor Corrente (a)	Valor Constante (a) Base 2022	% PIB PARÁ (314.459.236) (a / PIB) x 100	% RCL (39.198.097) (a / RCL) x 100
Receita Total	38.228.146.273	34.702.384.053	12,82%	106,35%	40.559.066.150	35.472.333.523	13,53%	107,79%	38.228.146.273	32.219.255.182	12,16%	97,53%
Receitas Primárias (I)	36.459.876.339	33.097.200.743	12,22%	101,44%	37.366.776.393	32.680.406.151	12,46%	99,30%	40.172.603.478	33.858.072.885	12,78%	102,49%
Receitas Primárias Correntes	47.531.720.814	43.147.894.712	15,93%	132,24%	50.290.699.803	43.983.470.179	16,77%	133,65%	52.591.451.048	44.324.863.926	16,72%	134,17%
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	26.391.270.729	23.957.217.438	8,85%	73,42%	27.959.014.639	24.452.522.861	9,32%	74,30%	29.632.557.779	24.974.764.247	9,42%	75,60%
Transferências Correntes	18.072.766.854	16.405.924.886	6,06%	50,28%	18.744.331.993	16.393.503.580	6,25%	49,81%	19.235.913.307	16.212.316.315	6,12%	49,07%
Demais Receitas Primárias Correntes	3.067.683.231	2.784.752.388	1,03%	8,53%	3.587.353.170	3.137.443.738	1,20%	9,53%	3.722.979.962	3.137.783.364	1,18%	9,50%
Receitas Primárias de Capital	35.555.808	32.276.514	0,01%	0,10%	35.555.808	31.096.561	0,01%	0,09%	38.298.320	32.278.399	0,01%	0,10%
Despesa Total	38.228.146.280	34.702.384.059	12,82%	106,35%	39.807.039.014	34.814.622.192	13,27%	105,79%	39.353.949.835	33.168.099.313	12,51%	100,40%
Despesas Primárias (II)	36.313.167.536	32.964.022.818	12,17%	101,03%	37.819.291.079	33.076.168.514	12,61%	100,51%	37.366.776.393	31.493.279.724	11,88%	95,33%
Despesas Primárias Correntes	32.979.046.439	29.937.405.991	11,06%	91,75%	34.358.473.380	30.049.390.747	11,46%	91,31%	33.906.958.930	28.577.293.662	10,78%	86,50%
Pessoal e Encargos Sociais	19.698.950.202	17.882.126.182	6,60%	54,80%	20.573.733.485	17.993.469.901	6,86%	54,68%	20.126.203.065	16.962.665.878	6,40%	51,34%
Outras Despesas Correntes	13.280.096.238	12.055.279.809	4,45%	36,95%	13.784.739.895	12.055.920.845	4,60%	36,63%	13.780.755.866	11.614.627.784	4,38%	35,16%
Despesas Primárias de Capital	3.115.709.794	2.828.349.486	1,04%	8,67%	3.234.106.766	2.828.499.883	1,08%	8,59%	3.233.172.054	2.724.965.911	1,03%	8,25%
Pagamento de Restos a Pagar de Despesas Primárias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado Primário (SEM RPPS) - Acima da Linha (III) = (I - II)	146.708.803	133.177.925	0,05%	0,41%	748.408.770	654.546.764	0,25%	1,99%	2.805.827.085	2.364.793.160	0,89%	7,16%
Dívida Pública Consolidada (DC)	5.758.072.251	5.227.008.216	1,93%	16,02%	5.351.004.656	4.679.906.119	1,78%	14,22%	4.847.025.760	4.085.146.026	1,54%	12,37%
Dívida Consolidada Líquida (DCL)	-467.989.437	-424.827.013	-0,16%	-1,30%	-1.111.647.377	-972.229.645	-0,37%	-2,95%	-1.859.268.254	-1.567.019.177	-0,59%	-4,74%
Resultado Nominal (SEM RPPS) - Abaixo da linha	284.824.171	258.554.985	0,10%	0,79%	643.657.939	562.933.304	0,21%	1,71%	747.620.877	630.106.091	0,24%	1,91%

FONTE: SEPLAD/SEFA - Valores deflacionados para DEZ 2022.

Notas:

(1) Para Cálculo da Receita Primárias considerou-se as deduções (TCM e Fundeb):

2024: R\$ 11.107.400

2025: R\$ 11.759.907

2026: R\$ 12.457.146

(2) Para cálculo do Resultado Primário, considerou-se como valor de Reserva de Contingências valores:

2024: R\$ 218.411.303,03

2025: R\$ 226.710.932,54

2026: R\$ 226.645.409,15



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

DEMONSTRATIVO 2 - AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR

(LRF, art. 4º, §2º, inciso I)

As metas fiscais projetadas para a LDO 2022, após a execução orçamentária, atestam o esforço do atual Governo do Estado do Pará, na manutenção do desenvolvimento econômico do Estado, mesmo com as adversidades provocadas pela Pandemia do Covid-19.

Através de uma gestão orçamentária e financeira eficiente, o Estado superou as metas fixadas para o exercício de 2022, o que possibilitou um incremento maior nas suas ações, conforme pode ser observado na tabela deste demonstrativo. A Receita Total estimada em R\$ 30,4 bilhões, foi realizada em R\$ 39,2 bilhões, um crescimento de 19,98%, bem acima das projeções da FAPESPA para o PIB Pará (5,58%), agregado ao IPCA registrado pelo IBGE para o ano de 2022 (5,78%), 11,92%. Vale lembrar que em 2022, a energia elétrica, combustíveis, telecomunicação e transporte público que geram expressivos valores de arrecadação do ICMS, tiveram suas alíquotas congeladas em 17% (Lei Complementar nº 192/2022), mesmo assim a Receita projetada para a LDO 2022 foi realizada com um acréscimo de R\$ 8,83 bilhões.

A Receita Primária apurada a partir das projeções feitas para a LDO 2022, totalizaram R\$ 29,12 bilhões, enquanto que a Despesa Primária também estimada, resultaram em R\$ 29,10 bilhões, (um incremento de 17,85% em relação as projeções iniciais), com isso o Resultado Primário, pelo critério acima da linha, sem RPPS, registrou nas projeções superávit de R\$ 8.118 milhões. Essa meta foi cumprida e superada na execução orçamentária de 2022, uma vez que o Resultado Primário apurado, a partir da diferença entre a Receita Primária realizada (R\$ 35,06 bilhões) e a Despesa Primária executada (R\$ 34,82 bilhões), apresentou superávit de R\$ 237,10 milhões, o correspondente a 2.820,68% de crescimento em relação ao Resultado Primário projetado.

O crescimento registrado pela Receita Primária realizada em relação ao inicialmente projetado, possibilitou ao Estado ampliar os Investimentos, refletidos no crescimento das despesas primárias, comprovando a Gestão Fiscal eficaz no exercício.

A par disso o superávit primário, também denota o esforço do Governo em reduzir o endividamento do Estado no médio e longo prazo.

O reflexo desta Gestão pode ser observado no comparativo dos dados da Dívida Pública. Enquanto o Governo mantém o objetivo de investir no desenvolvimento do Estado, tanto com recursos próprios, quanto através de empréstimos, a Dívida Consolidada Líquida foi cerca de 105,41% inferior à meta fixada, constatando que os haveres financeiros do Estado foram em montante suficiente para arcar com a Dívida Pública Consolidada do exercício de 2022.

A meta do Resultado Nominal pelo critério abaixo da linha, e sem RRPS, projetada pela LDO 2022 de R\$ -348,56 milhões (negativo), também foi cumprida, tendo em vista o valor deste indicador apurado após a execução orçamentária de 2022, ter registrado valor superavitário de R\$ 1,042 bilhões



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

DEMONSTRATIVO 2 - AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR

AMF - Demonstrativo 2 (LRF, art. 4º, §2º, inciso I)

Em R\$ 1.000,00

ESPECIFICAÇÃO	Metas Previstas em 2022 (a)	% PIB PARÁ (R\$ 196.406.316,00)	% RCL (R\$ 23.932.176,00)	Metas Realizadas em 2022 (b)	% PIB (Realizado)	% RCL (Realizada)	Variação	
							Valor (c) = (b-a)	% (c/a) x 100
Receita Total	30.399.239,00	15,48%	127,02%	39.233.492,33	19,98%	114,40%	8.834.253,33	29,06%
Receitas Primárias (I)	29.116.996,00	14,82%	121,66%	35.058.051,88	17,85%	102,22%	5.941.055,88	20,40%
Despesa Total	30.399.239,00	15,48%	27,02%	38.407.424,00	19,56%	11,99%	8.008.185,00	26,34%
Despesas Primárias (II)	29.108.877,00	14,82%	121,63%	34.820.951,33	17,73%	101,53%	5.712.074,33	19,62%
Resultado Primário (Sem RPPS) Acima da Linha (III) = (I-II)	8.118,00	0,00%	0,03%	237.100,55	0,12%	0,69%	228.982,55	2820,68%
Dívida Pública Consolidada (DC)	7.385.959,00	3,76%	30,86%	5.496.824,26	2,80%	16,03%	-1.889.134,74	-25,58%
Dívida Consolidada Líquida (DCL)	4.751.792,00	2,42%	19,86%	-257.306,41	-0,13%	-0,75%	-5.009.098,41	-105,41%
Resultado Nominal (Sem RPPS) - Abaixo da Linha	-348.562,00	-0,18%	-1,46%	1.042.854,43	0,53%	3,04%	1.051.175,26	-301,57%

FONTE: SEPLAD / SEFA

NOTA: A elaboração desse demonstrativo deve seguir a metodologia de cálculo disposta no item 03.06.00 - Anexo 6 da Parte III do MDF. Portanto, não devem ser consideradas as receitas e despesas com as fontes do RPPS no cálculo acima da linha. Também não devem ser consideradas as dívidas, disponibilidade de caixa e haveres financeiros do RPPS no cálculo abaixo da linha.

PARÂMETROS	VALOR PREVISTO 2022	VALOR REALIZADO 2022
PIB nominal (1)	R\$ 196.406.316.000,00	R\$ 196.406.316.000,00
Receita Corrente Líquida (RCL)	R\$ 23.932.176.000,00	R\$ 34.296.178.000,00

Fonte: SEPLAD / SEFA. Nota(1): PIB PARÁ 2022 não foi ainda apurado, permanece a estimativa de 2022.



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

DEMONSTRATIVO 3 - METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS METAS FISCAIS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES

(LRF, art.4º, §2º, inciso II)

O comparativo das metas anuais fixadas nos três exercícios anteriores a 2024 com as projetadas para o período 2025-2027, demonstra a evolução das metas anuais previstas nas respectivas leis de diretrizes orçamentárias, a preços constantes de 2022, atualizadas pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA.

Com o avanço da vacinação e a consequente redução do isolamento social e restrição de mobilidade, a economia mostrou sinais de recuperação, o PIB Brasil registrou alta de 4,6%, em 2021.

O ano de 2022 ainda inicia com os impactos remanescentes da pandemia da Covid-19, o cenário ainda se revela incerto para a realização de projeções de perspectiva econômica para os anos subsequentes de 2023 a 2027. O nível de dificuldade para a realização de previsões da duração da pandemia e, consequentemente, seus reflexos sobre o nível de atividade econômica global e doméstica. Somam-se a esses fatos as tensões do conflito no leste europeu (Rússia e Ucrânia), que ampliaram o cenário de incertezas da economia mundial.

As metas estabelecidas nas Leis de Diretrizes Orçamentárias nos exercícios anteriores (2020 a 2022), e para os anos subsequentes 2024 a 2027 adotaram como referência o cenário macroeconômico nacional expressos na PLDO da União para esses períodos, nas perspectivas econômicas estaduais traduzidas pelos indicadores de crescimento de PIB Estadual, dimensionados pela FAPESPA.

Segundo esses indicadores, a economia paraense deve registrar no período 2024- 2027, tendência de crescimento econômico com relativa sustentação, o PIB Pará de 2024 deve crescer 2,82%, no ano seguinte 3,26%, em 2026 crescimento de 3,24%, e em 2027 o PIB segundo a FAPESPA deve crescer 4,01%.

No comparativo dos anos de 2022 e 2021, as projeções da LDO daqueles anos, revelam claramente a melhora do cenário econômico com o arrefecimento da crise pandêmica do Covid-19. A Receita Total projetada em 2022 foi superior a 8,79% a estimada para 2021. As Receitas e Despesas Primárias também tiveram evolução de 11,25% e 11,23% respectivamente, na comparação 2022 e 2021.

O Resultado Primário apurado pelo critério acima da linha, sem RPPS, foi superior em 332,96% em relação a meta de Resultado Primário de 2021. O Resultado Nominal, em menor proporção, também foi superior, 21,45%. Por sua vez, a Dívida Consolidada e a Dívida Consolidada Líquida, consideraram respectivamente, metas de crescimento de 3,04% e 10,62%, no comparativo de 2022 em relação 2021.

Para a LDO 2023, o governo estadual teve os devidos cuidados em projetar a evolução da Receita e da Despesa, e esse nível de responsabilidade se mostrou acertado, quando logo após a conclusão da LDO 2023 em abril de 2022, o Congresso e o Executivo Nacional aprovaram, em junho daquele ano, a Lei Complementar 194 que reduziu fortemente as alíquotas do ICMS incidentes sobre combustíveis, energia elétrica, telecomunicações e transporte público, que provocou perdas consideráveis na receita do ICMS para os Estados. Soma-se a isso, o acirramento do conflito Rússia e Ucrânia, com graves reflexos na economia mundial, a partir do recrudescimento da inflação e da elevação das taxas de juros nas grandes economias, inclusive a nacional que iniciou o ano de 2022 com a SELIC no patamar de 9,25% e encerrou o ano fixada em 13,75%.

Na LDO 2023, comparada a LDO do ano anterior, a Receita projetada foi 5,50% maior que a receita de 2022. Proporção abaixo da inflação naquele ano que foi de 5,79% (IPCA/IBGE). Por ocasião da conclusão da LDO 2023 em abril de 2022, a inflação acumulada nos últimos 12 meses, registrava no IPCA 12,13%.

A Receita e a Despesa Primária no comparativo 2023/2022 apontou evolução de 5,15% e 5,08% respectivamente. O Resultado Primário, acima da linha e sem RPPS, foi 262,21% superior ao fixado como meta para 2022. Já o Resultado Nominal (abaixo da linha e sem RPPS), foi 156,05% menor que a meta projetada para o ano anterior. Mesmo comportamento da Dívida Consolidada e Dívida Consolidada Líquida que apresentaram queda de 4,86% e 74,16% respectivamente, na comparação das metas projetadas de 2023 em relação a 2022.

As metas fiscais projetadas na Lei de Diretrizes Orçamentária para este exercício (2024) e as projeções para os anos de 2025 a 2027, que também integram o Demonstrativo 3, reafirmam a preocupação do Governo Estadual em estimar suas Receitas e Despesas, observando as tendências da economia internacional e nacional e seus reflexos na economia estadual, além do emprego de metodologias de projeção das Receitas e Despesas, balizadas pelos indicadores da LRF e do controle dos gastos públicos, resguardando sempre o princípio do equilíbrio orçamentário.



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS

DEMONSTRATIVO 3 - METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS METAS FISCAIS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CORRENTES (Em 1.000,00)										
	2021	2022	%	2023	%	2024	%	2025	%	2026	%
Receita Total	27.943.723,00	30.399.239,00	8,79%	32.070.303,00	5,50%	38.228.146,00	19,20%	40.559.066,15	6,10%	41.664.533,00	2,73%
Receitas Primárias (I)	26.172.699,00	29.116.996,00	11,25%	30.616.047,00	5,15%	36.459.876,00	19,09%	37.366.776,39	2,49%	40.172.603,48	7,51%
Despesa Total	27.943.723,00	30.399.239,00	8,79%	30.586.643,00	0,62%	36.313.168,00	18,72%	37.819.291,08	4,15%	37.366.776,39	-1,20%
Despesas Primárias (II)	26.170.824,00	29.108.877,00	11,23%	30.586.643,00	5,08%	38.228.146,00	24,98%	37.819.291,08	-1,07%	37.366.776,39	-1,20%
Resultado Primário (Sem RPPS) Acima da Linha (III) = (I-II)	1.875,00	8.118,00	332,96%	29.404,00	262,21%	146.709,00	398,94%	748.408,77	410,13%	2.805.827,08	274,91%
Dívida Pública Consolidada (DC)	7.168.245,00	7.385.959,00	3,04%	7.027.303,00	-4,86%	5.758.072,00	-18,06%	5.351.004,66	-7,07%	4.847.025,76	-9,42%
Dívida Consolidada Líquida (DCL)	4.295.710,00	4.751.792,00	10,62%	1.227.631,00	-74,16%	-467.989,00	-138,12%	-1.111.647,38	137,54%	-1.859.268,25	67,25%
Resultado Nominal (Sem RPPS) - Abaixo da Linha	-1.625.256,00	-348.562,00	21,45%	195.358,00	-156,05%	284.824,00	45,80%	643.657,94	125,98%	747.620,88	16,15%

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CONSTANTES (Em R\$ 1.000,00) - BASE 2022										
	2021	2022	%	2023	%	2024	%	2025	%	2026	%
Receita Total	29.952.876,68	30.399.239,00	1,49%	29.112.475,49	-4,23%	33.433.746,72	14,84%	34.183.789,42	2,24%	33.763.803,08	-1,23%
Receitas Primárias (I)	28.054.516,06	29.116.996,00	3,79%	27.792.344,77	-4,55%	31.887.245,06	14,73%	31.493.279,72	-1,24%	32.554.784,02	3,37%
Despesa Total	29.952.876,68	30.399.239,00	1,49%	27.765.652,69	-8,66%	31.758.936,51	14,38%	31.874.665,89	0,36%	30.281.018,14	-5,00%
Despesas Primárias (II)	28.052.506,25	29.108.877,00	3,77%	27.765.652,69	-4,61%	33.433.746,72	20,41%	31.874.665,89	-4,66%	30.281.018,14	-5,00%
Resultado Primário (Sem RPPS) Acima da Linha (III) = (I-II)	2.009,81	8.118,00	303,92%	26.692,08	228,80%	128.309,43	380,70%	630.770,14	391,60%	2.273.765,87	260,47%
Dívida Pública Consolidada (DC)	7.683.641,82	7.385.959,00	-3,87%	6.379.178,47	-13,63%	5.035.920,94	-21,06%	4.509.907,00	-10,45%	3.927.897,70	-12,91%
Dívida Consolidada Líquida (DCL)	4.604.571,55	4.751.792,00	3,20%	1.114.407,23	-76,55%	-409.295,96	-136,73%	-936.913,09	128,91%	-1.506.700,36	60,82%
Resultado Nominal (Sem RPPS) - Abaixo da Linha	-1.742.111,91	-348.562,00	-79,99%	177.340,23	-150,88%	249.102,68	40,47%	542.484,57	117,78%	605.851,60	11,68%

FONTE: SEPLAD/SEFA-CFIS

NOTA: A elaboração desse demonstrativo deve seguir a metodologia de cálculo disposta no item 03.06.00 - Anexo 6 da Parte III do MDF. Portanto, não devem ser consideradas as receitas e despesas com as fontes do RPPS no cálculo acima da linha. Também não devem ser consideradas as dívidas, disponibilidade de caixa e haveres financeiros do RPPS no cálculo abaixo.

ANO	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027
TAXAS DO ICMS (APURADA E PROJETADA)	3,57%	3,50%	3,90%	4,02%	3,80%	3,77%	4,00%

FONTE: IGG - FAPEM/A



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS

DEMONSTRATIVO 4 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO ATUALIZADO
(LRF, art. 4º, §2º, inciso III)

O Patrimônio Líquido (PL) reflete, em termos monetários, a situação patrimonial líquida do Estado, ou seja, representa a diferença entre o "Ativo" e o "Passivo". Conforme a 9ª Edição do Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP), integram o patrimônio líquido o patrimônio / capital social, as reservas e resultados acumulados, além de outros desdobramentos do saldo patrimonial, conforme abaixo:

- Patrimônio / Capital Social: Compreende o patrimônio social das Autarquias, Fundações e Fundos e o capital social das demais entidades da Administração Indireta.
- Reservas: Compreende os valores acrescidos ao patrimônio que não transitam pelo resultado, a reserva constituída com parcelas do lucro líquido das entidades para finalidades específicas e as demais reservas, inclusive aquelas que terão seus saldos realizados por terem sido extintas pela legislação.
- Resultados Acumulados: Compreende o saldo remanescente dos lucros ou prejuízos líquido das Empresas e os superávits ou déficits acumulados da Administração Direta, Autarquias, Fundações e Fundos. Também integra a conta de Resultados Acumulados a conta de Ajustes de Exercícios Anteriores, que registra os efeitos da mudança de critério contábil ou da retificação de erro imputável a exercício anterior que não possam ser atribuídos a fatos subseqüentes.

Notas:

- Elaborado conforme as orientações contidas no Manual de Demonstrativos Fiscais – 13ª edição, aprovado pela Portaria (STN) nº 1447, de 14 de junho de 2022, demonstra a evolução do Patrimônio Líquido (PL) dos últimos três exercícios anteriores ao ano da edição da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2024.
- No exercício de 2022, a variação total do PL representou um aumento de 23,94% em relação a 2021, passando de R\$ 26,089 bilhões para R\$ 32,333 bilhões. As principais movimentações foram:
 - Apuração do resultado patrimonial do exercício, positivo em R\$ 6,150 bilhões. Constituído por R\$ 6,059 bilhões, apurado pelos Órgãos da Administração Direta, Fundos, Autarquias e Fundações, e R\$ 91 milhões, apurado pelas Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista. Esse resultado é representado pela diferença entre as variações patrimoniais aumentativas e as variações patrimoniais diminutivas que totalizaram R\$ 93,657 e R\$ 87,507 bilhões, respectivamente.
 - As Empresas Públicas e as Sociedades de Economia Mista apresentaram variações positivas nas contas de adiantamento para futuro aumento de capital, reservas de lucros, resultado do exercício e lucros e prejuízos acumulados nos valores de R\$ 167 mil, R\$ 84 mil, R\$ 37 milhões e R\$ 67 milhões respectivamente, e variação negativa na conta de ajustes de exercícios anteriores no valor de R\$ 10 milhões.

- Nos tipos de Administrações: Direta, Fundos, Autarquias e Fundações houve uma variação negativa em ajustes de exercícios anteriores de R\$ 30 milhões.

- Por outro lado, um fator relevante no desempenho do resultado patrimonial foi o acréscimo ocorrido no Plano Financeiro de Previdência do Estado do Pará no valor de R\$ 257 milhões.

- O PL referente ao Regime Próprio de Previdência do Estado do Pará (RPPS) é constituído pelo Fundo Financeiro de Previdência do Estado do Pará (FINANPREV), Fundo Previdenciário do Estado do Pará (FUNPREV) e pelo Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará (IGEPREV). Foram apurados no período de 2020 a 2022 os seguintes resultados:

- Em 2020 o resultado patrimonial foi negativo no FINANPREV e FUNPREV em - R\$ 714 milhões e - R\$ 153 milhões, respectivamente, enquanto que o IGEPREV (Administrativo) apresentou resultado patrimonial positivo de R\$ 1 milhão, apurando um patrimônio líquido ao final do exercício de R\$ 538 milhões (FINANPREV), R\$ 3,370 bilhões (FUNPREV) e R\$ 6 milhões (IGEPREV), resultando em um decréscimo em termos percentuais no FINANPREV e FUNPREV, em relação a 2019, de 132,62% e 4,53%, respectivamente e um

acréscimo no IGEPREV de 19,17%. Essas variações devem-se principalmente, no caso do FINANPREV, aos saldos que passaram do exercício de 2019 nas contas caixa e equivalente de caixa e investimentos e aplicações temporárias em curto prazo, recursos recebidos do FUNPREV, referente aos rendimentos de capitalização conforme disposto no Art.6º da Lei Complementar nº 115, de 17 de junho de 2017, e que foram utilizados em sua totalidade, em 2020, para custear os benefícios previdenciários, conforme Art.5º da Lei Complementar nº 125, de 30 de dezembro de 2019. Quanto ao decréscimo ocorrido no FUNPREV foi originado em grande parte pelos registros de provisões matemáticas atuariais.

- Em 2021 o resultado patrimonial foi positivo no FINANPREV e FUNPREV em R\$ 77 milhões e R\$ 649 milhões, respectivamente. Houve também no IGEPREV (Administrativo) resultado patrimonial positivo de R\$ 5 milhões, sendo apurado um patrimônio líquido ao final do exercício de R\$ 615 milhões (FINANPREV), R\$ 4,020 bilhões (FUNPREV) e R\$ 11 milhões (IGEPREV), resultando em um acréscimo em termos percentuais no FINANPREV, FUNPREV e IGEPREV em relação a 2020, de 14,34%, 19,27% e 74,86%, respectivamente. Essas variações devem-se principalmente, no caso do FINANPREV, ao saldo positivo de investimentos e aplicações temporárias em curto prazo no valor de R\$ 12 milhões, e ao aumento das alíquotas de segurados e patronal que passaram de 11% e 18% para 14% e 23%, respectivamente. Quanto ao acréscimo ocorrido no FUNPREV os fatores relevantes foram também o aumento das alíquotas conforme supracitado, combinado com o ingresso de novos servidores tanto do Poder Executivo quanto dos Outros Poderes, que ocasionaram aumento na arrecadação, e no decréscimo das perdas referente às aplicações financeiras.

- Em 2022 o resultado patrimonial foi positivo no Plano Financeiro e negativo no Plano Previdenciário em R\$ 257 milhões e R\$ 128 milhões, respectivamente, enquanto que no IGPREV (Administrativo) ocorreu um resultado patrimonial positivo de R\$ 50 milhões. Apurou-se um patrimônio líquido, ao final do exercício, de R\$ 873 milhões no Plano Financeiro, R\$ 3,892 bilhões no Plano Previdenciário e R\$ 62 milhões no (IGPREV/Administrativo), resultando em um acréscimo em termos percentuais no Plano Financeiro, e (IGPREV/Administrativo) em

relação a 2021, de 41,84%, 468,84%, respectivamente e um decréscimo de 3,17% no Plano Previdenciário. Essas variações devem-se principalmente, no caso do Plano Financeiro, ao saldo positivo de investimentos e aplicações temporárias em curto prazo, as transferências recebidas do Plano Previdenciário, Lei Nº 125/2019 e as receitas referente às compensações financeiras recebidas do Regime Geral de Previdência (RGPS). Quanto ao decréscimo ocorrido no Plano Previdenciário os fatores relevantes foram as despesas intraorçamentárias referente às taxas administrativas pagas ao (IGPREV/Administrativo), as transferências efetuadas ao Plano Financeiro referente à Lei Nº 125/2019 e aos registros das provisões matemáticas previdenciárias, que também contribuíram para esse decréscimo em seu Patrimônio Líquido.



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS

DEMONSTRATIVO 4 – PATRIMONIO LÍQUIDO ATUALIZADO
(LRF, art. 4º, §2º, inciso III)

AMF - Demonstrativo 4 (LRF, art.4º, § 2º, inciso III)						R\$ 1,00
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2022	%	2021	%	2020	%
Patrimônio/Capital	175.510.588,20	0,54	175.343.248,33	0,67	176.443.488,84	0,85
Reservas	11.668.829,24	0,04	11.585.159,31	0,04	19.306.533,61	0,09
Resultado Acumulado	32.146.259.987,45	99,43	25.902.014.054,99	99,28	20.449.904.852,75	99,05
TOTAL	32.333.439.404,89	100,00	26.088.942.462,63	100,00	20.645.654.875,20	100,00

REGIME PREVIDENCIÁRIO

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2022	%	2021	%	2020	%
Patrimônio				-		0,00
Reservas						
Lucros ou Prejuízos Acumulados	4.883.611.095,36	100,00	4.661.971.646,25	100,00	3.914.607.837,42	100,00
TOTAL	4.883.611.095,36	100,00	4.661.971.646,25	100,00	3.914.607.837,42	100,00

Fonte: Sistema SIAFEM, Unidade Responsável SEFA/DICONF, Data de emissão 26/abr/2023 e Hora de emissão 13h29min.



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS

DEMONSTRATIVO 5 – ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS
(LRF, art. 4º, §2º, inciso III)

AMF - Demonstrativo 5 (LRF, art.4º, §2º, inciso III)				R\$ 1,00
RECEITAS REALIZADAS	2022 (a)	2021 (b)	2020 (c)	
RECEITAS DE CAPITAL - ALIENAÇÃO DE ATIVOS (I)				
Alienação de Bens Móveis	21.210.122,00	13.714.016,41	13.817.147,23	
Alienação de Bens Imóveis	4.403.850,00	2.083.595,00	649.650,00	
Alienação de Bens Intangíveis	13.554.203,89	10.673.136,33	12.493.620,36	
Rendimentos de Aplicações Financeiras	3.252.068,11	957.285,08	673.876,87	
DESPESAS EXECUTADAS	2022 (d)	2021 (e)	2020 (f)	
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS (II)	7.931.512,58	9.034.461,51	3.267.140,12	
DESPESAS DE CAPITAL				
Investimentos	7.931.512,58	9.034.461,51	3.267.140,12	
Inversões Financeiras				
Amortização da Dívida	7.931.512,58	9.034.461,51	3.267.140,12	
DESPESAS CORRENTES DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA				
Regime Geral de Previdência Social				
Regime Próprio de Previdência dos Servidores				

SALDO FINANCEIRO	2022 (g)=(Ia-Id)+IIIf	2021 (h)=(Ib-Ie)+IIIf	2020 (i)=(Ic-Iff)
VALOR (III)	28.508.171,43	15.229.562,01	10.550.007,11

Fonte: Sistema SIAFEM, Unidade Responsável SEFA / DICONF, Data de emissão 14/abr/2023 e Hora de emissão 13h58min.

Nota: O Demonstrativo da Receita de Alienação de Ativos e Aplicação dos recursos RREO/LRF, Anexo 11 considera como executada as despesas pagas, enquanto esse, Anexo de Metas Fiscais, considera as despesas empenhadas.

Notas:

- A Lei de Responsabilidade Fiscal, em seu art. 44, veda a aplicação de receita de capital derivada da alienação de bens e direitos que integram o patrimônio público para o financiamento de despesa corrente, salvo se destinada por lei aos regimes de previdência social, geral e próprio dos servidores públicos.
- A receita de capital oriunda da alienação de ativos, em 2022, totalizou R\$ 21,210 milhões, sendo em sua maioria referente a bens imóveis, correspondendo a 63,90% do total das receitas realizadas.
- No que se refere às alienações de bens móveis representaram 20,76% do total das receitas realizadas, e os rendimentos de aplicações financeiras oriundos das respectivas alienações corresponderam a 15,33%.
- Quanto às despesas empenhadas, com recursos da alienação de ativos, em 2022, totalizaram o valor de R\$ 7,932 milhões, em despesas de capital investimentos restando um saldo de R\$ 28,508 milhões a ser aplicado nos exercícios seguintes.
- Comparando com 2021, o exercício de 2022 apresentou um acréscimo de arrecadação nas receitas de alienação de ativos de 54,66% e um decréscimo na aplicação desses recursos de 12,21%.



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ

**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS****DEMONSTRATIVO 6 - AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA E
ATUARIAL DO REGIME DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES**
(LRF, art. 4º, §2º, inciso IV)**1. HISTÓRICO E ABRANGÊNCIA**

A gestão eficiente do Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos do Estado do Pará é pauta como prioritária, uma vez que assegura a concessão de benefícios previdenciários aos segurados e seus dependentes nos momentos de maior vulnerabilidade social, como nos eventos de doença, invalidez, morte ou idade avançada.

Diante da relevante finalidade dos recursos geridos pelos regimes próprios de previdência social, bem como da necessidade de serem estabelecidas normas gerais de organização e funcionamento das entidades gestoras desses regimes foi aprovada a Lei Federal nº. 9717, de 27 de novembro de 1998.

A citada legislação introduziu regras de contabilidade e atuária que devem ser observadas por todas as entidades gestoras, no intuito de garantir o equilíbrio financeiro e atuarial dos fundos de previdência e viabilizar o cumprimento dos compromissos presentes e futuros aos beneficiários de tais regimes.

A Lei 9.717, de 27 de novembro de 1998, trouxe as regras para a organização e o funcionamento dos Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS) dos servidores públicos de todas as esferas de governo, estabelecendo normas gerais de contabilidade e atuária que devem ser observadas por todas as entidades gestoras, no intuito de garantir o equilíbrio financeiro e atuarial dos fundos de previdência e viabilizar o cumprimento dos compromissos aos beneficiários de tais regimes.

Em sequência, a Emenda Constitucional nº. 20, de 15 de dezembro de 1998, em seu artigo 40 e, posteriormente, a Emenda Constitucional nº. 41, de 19

de dezembro de 2003, consolidaram a instituição dos Regimes Próprios de Previdência Social ao estabelecerem que "aos servidores titulares de cargos efetivos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas suas autarquias e fundações, é assegurado o Regime de Previdência de caráter contributivo e solidário, mediante contribuição do respectivo ente público, dos servidores ativos, inativos e dos pensionistas, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial".

No âmbito estadual, o sistema previdenciário dos servidores públicos foi estruturado a partir da Lei Complementar nº. 39, de 09 de janeiro de 2002. Em seguida, por meio da Lei Complementar nº. 44/2003 foi criado o Igeprev, autarquia estadual com personalidade jurídica de direito público, responsável pela gestão dos benefícios previdenciários vinculados ao Regime Próprio de Previdência do Estado do Pará, bem como pelo acompanhamento e controle do Plano de Custeio Previdenciário e pelo gerenciamento do Fundo Financeiro de Previdência do Estado do Pará – Finanprev e o Fundo Previdenciário do Estado do Pará – Funprev, sob a orientação superior do Conselho Estadual de Previdência – CEP.

1.1. Regras Excepcionais do Sistema Previdenciário Estadual**1.1.1. Sistema de Proteção Social dos Militares.**

Os militares estaduais antes vinculados ao Regime Próprio de Previdência do Estado passaram a ser regidos pelo Sistema de Proteção Social dos Militares (SPSM), instituído pela lei nº 13.954, de 16 de dezembro de 2019. Assim, conforme legislação atual, eles não integram mais o RPPS/PA.

Na referida lei não há exigência quanto ao equilíbrio financeiro e atuarial desse sistema, no entanto, a responsabilidade financeira e fiscal é inerente a qualquer despesa pública, independente de sua natureza específica. Assim, persiste a necessidade de se gerir com responsabilidade os recursos provenientes das contribuições (militar e patronal) no intuito de garantir a manutenção dos pagamentos dos proventos de inatividade e pensão por morte

aos militares e seus dependentes.

Portanto, no presente documento, também, será apresentado o resultado atuarial do Sistema de Proteção Social dos Militares – SPSM, para fins de acompanhamento dos órgãos de controle e transparência à sociedade.

Na esfera estadual, o SPSM foi criado a partir da Lei Complementar nº. 142, de 16 de dezembro de 2021, que alterou e revogou alguns dispositivos da Lei Complementar Estadual nº 039, de 09 de janeiro de 2002, da Lei Estadual nº 4.491 de 28 de novembro de 1973, da Lei Estadual nº 5.162-A de 16 de outubro de 1984 e da Lei 5.251, de 31 de julho de 1985.

O Sistema de Proteção Social dos Militares visa prover recursos, exclusivamente, para o pagamento dos benefícios relativos à inatividade (reserva remunerada/reforma) e à pensão militar. O citado sistema está vinculado ao Igeprev, que passa a denominar-se IGEPPS (Instituto de Gestão Previdenciária e Proteção Social do Estado do Pará), ao qual compete gerir os benefícios referentes à inatividade e pensão militares, sob a orientação superior do Conselho Estadual de Previdência e Proteção Social.

No intuito de regulamentar o novo sistema foi publicada a Lei Estadual nº 9.387, de 16 de dezembro de 2021, que trouxe adequações necessárias em alguns dispositivos da Lei Estadual nº 6.564, de 1º de agosto de 2003, no tocante à criação da Diretoria de Proteção Social dos Militares, a qual passou a compor a Diretoria Executiva do Instituto (IGEPPS) juntamente com os cargos comissionados de Presidente, Diretor de Administração e Finanças, Diretor de Previdência e ProcuradorChefe, que deverão ter reputação ilibada, formação em nível superior e elevado conceito no campo de sua especialidade.

Dito de outro modo, os procedimentos operacionais relativos à concessão e pagamento das reservas remuneradas, reformas e pensões por morte da categoria militar continuam a ser geridos pelo Igeprev, bem como a gestão contábil e o acompanhamento do plano de custeio do Sistema de Proteção Social dos Militares do Estado do Pará. Na prática, houve alteração da natureza dos benefícios que deixam de ser previdenciários e passam a serem custeados pela contribuição dos militares e pelo Tesouro Estadual.

1.1.2. Outros pagamentos e serviços de natureza não previdenciária

Além de gerir os benefícios decorrentes do Sistema de Proteção Social dos Militares, o Igeprev também realiza a gestão contábil e financeira de outros benefícios de natureza assistencial e não previdenciária. São eles: pensão especial militar (a partir do mês de Junho do exercício de 2022), auxílio funeral de inativos civis, salário família e as Requisições de Pequeno Valor – RPV.

2. CUSTEIO DA PREVIDÊNCIA PÚBLICA E DO SPSM

O plano previdenciário e o plano de benefícios do SPSM instituídos garantem aos servidores públicos e militares estaduais os seguintes benefícios:

a) Civis:

No tocante aos segurados: aposentadoria voluntária por tempo de contribuição e por idade, aposentadoria por incapacidade permanente para o trabalho e aposentadoria compulsória. Em relação aos dependentes: pensão por morte e a pensão por ausência.

b) Militares (SPSM):

No tocante aos militares: reserva remunerada a pedido, reserva remunerada "ex officio", reforma "ex officio" por invalidez e reforma "ex officio" por idade. Em relação aos dependentes: pensão por morte e a pensão por ausência.

2.1 Singularidades da contabilidade pública aplicada aos regimes próprios.

Apesar das unidades gestoras dos Regimes Próprios de Previdência Social serem parte integrante da administração direta ou indireta do ente público que as instituiu (União, Estado, Distrito Federal ou Município), elas guardam singularidades no tocante às regras de contabilidade pública aplicadas, especialmente relativas aos seguintes aspectos (LIMA E GUIMARÃES, 2009):

(a) visão de longo prazo: a preocupação é que a entidade se perpetue, para que seja possível o cumprimento do seu objeto social.

(b) foco no patrimônio: diferentemente da maioria dos órgãos públicos, a preocupação dos RPPS não está voltada exclusivamente para a execução orçamentária e financeira, mas também para o fortalecimento de seu patrimônio, objetivando garantir as condições de honrar os compromissos previdenciários sob sua responsabilidade.

(c) trazer as provisões para o balanço: as provisões atuariais constituídas são fundamentais, para aferir a capacidade de os RPPS garantirem a cobertura dos compromissos assumidos no momento do ingresso do servidor ao regime.

(d) taxa de administração: a unidade gestora dos RPPS dispõe de um limite de recursos para fazer face aos seus gastos administrativos, que pode ser controlado em conta contábil específica (em caso de opção) e com possibilidade de acumulação, a fim de constituir reserva, para utilização em exercícios posteriores (em caso de alíquota expressamente definida).

(e) carteira de investimentos – objetivando garantir a segurança, a rentabilidade, a solvência e a liquidez dos ativos, ou seja, a sustentabilidade do regime, os recursos disponíveis dos RPPS devem ser aplicados conforme as condições preestabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional, mediante resoluções atualizadas, para que se mantenham as melhores remunerações e os menores riscos para os ativos financeiros dos RPPS.

2.2 Custeio da Previdência Pública Estadual

O financiamento dos benefícios previdenciários do RPPS do Estado do Pará é realizado por dois fundos, ambos de natureza contábil:

✓**Finanprev1**, vinculado ao Igeprev, gerido em regime de fluxo de caixa ou repartição simples, constituído por recursos arrecadados das contribuições dos servidores ativos, inativos e pensionistas (segurado), bem como do Estado (patronal). A finalidade desse fundo é prover recursos para o pagamento dos benefícios de aposentadoria e pensão por morte aos beneficiários civis do RPPS Estadual.

A Lei Complementar n.º 112/2016 que alterou a data da segregação de massa entre os Fundos, promovendo a migração das contribuições previdenciárias dos Segurados e do Patronal do Funprev para o Finanprev, de todos os servidores que ingressaram no RPPS até 31 de dezembro de 2016.

Ressalta-se, que diante da insuficiência de recursos, o Tesouro Estadual aporta ao Finanprev, mensalmente, valores complementares para cumprir as obrigações com a massa de servidores inativos e pensionistas a ele vinculados.

✓**Funprev2**, vinculado ao Igeprev, gerido em regime de capitalização das contribuições dos servidores e do Estado, em que os recursos são aplicados em ativos financeiros comercializados por entidades públicas e privadas do mercado financeiro, formando as reservas necessárias ao pagamento dos compromissos futuros.

O Funprev é um fundo de natureza contábil, em regime de capitalização, cuja finalidade é prover recursos, para o pagamento dos benefícios de aposentadoria, pensão, reserva remunerada e reforma aos segurados do Regime de Previdência Estadual que ingressaram no Estado, a partir de 01 de janeiro de 2017, conforme disposto na Lei Complementar n.º 112/2016.

2.2.1 Histórico das Alíquotas de contribuição do RPPS/PA

As receitas dos Fundos têm suas origens asseguradas pelas seguintes contribuições: Estado, Autarquias, Fundações, servidores efetivos, dotações previstas na LOA, créditos adicionais, produto da alienação de bens que lhe forem destinados, rendimentos de seu patrimônio, recursos de convênios, contratos, acordos ou ajustes de prestação de serviços, recursos de operações de crédito, compensação previdenciária com o RGPS, legados e rendas extraordinárias ou eventuais, bem como, pelos aportes repassados pelo governo do Estado para cobertura de eventuais insuficiências financeiras que venham a ocorrer.

Desde a instituição do Regime Próprio de Previdência Estadual as alíquotas de contribuição previdenciária (Segurado e Patronal) vêm sendo majoradas na tentativa de minimizar o déficit da previdência pública estadual, desonerar o Tesouro Estadual e contribuir para o alcance do equilíbrio financeiro e atuarial do regime.

2.2.1.1 Contribuição dos servidores públicos ativos, militares ativos, inativos civis, pensionistas civis e inativos militares (Código 0254 - Segurado)

2.2.1.1.1 FINANPREV

a) Janeiro de 2002 (LC39/02) a Abril de 2005 (LC49/05):

- Contribuição mensal dos segurados ativos à razão de 8% (oito por cento) sobre a parcela de remuneração ou subsídio;

Os pensionistas militares eram isentos de contribuição para a previdência.

b) Abril de 2005 (LC49/05) a Abril de 2020 (LC128/20):

- Contribuição dos segurados ativos, à razão de 11% (onze por cento) sobre a totalidade da base de contribuição;

- Contribuição dos inativos e pensionistas civis, à razão de 11% sobre a parcela dos proventos que excedia o teto do RGPS. Houve período excepcional de abril de 2005 a janeiro de 2006, no qual os inativos e pensionistas civis contribuíram na base de 11%, incidentes sobre a parcela dos proventos de aposentadorias e pensões que superassem 50% do teto do RGPS.

- No caso de invalidez comprovada, nos termos da lei, percentual de 11% incidia sobre o dobro do teto do RGPS.

- Os inativos e pensionistas militares eram isentos de contribuição para a previdência. c) A partir de Abril de 2020 (LC 128/20):

c) A partir de Abril de 2020 (LC 128/20):

- Contribuição dos servidores públicos ativos à razão de 14% (catorze por cento) sobre a totalidade da base de contribuição.

- Contribuição dos servidores públicos inativos e respectivos pensionistas, excluídos os inativos e pensionistas militares, à razão de 14% (catorze por cento), sobre a parcela dos proventos de aposentadoria e pensão que supere o teto do RGPS.

- A categoria militar passou a ser regida por normas específicas aqui demonstradas em subitem específico.

2.2.1.1.2 FUNPREV

a) Janeiro de 2002 (LC39/02) a Abril de 2005 (LC49/05):

- Contribuição mensal do Estado através dos órgãos dos Poderes Executivo, suas Autarquias e Fundações públicas, Legislativo, Judiciário, Ministério Público e Tribunais de Contas, à razão de 16% (dezesseis por cento) da remuneração e subsídios.

b) Abril de 2005 (LC49/05) a Abril de 2020 (LC128/20):

- Contribuição mensal do Estado, à razão de 11% de que trata o inciso III deste artigo, relativa aos servidores que ingressaram no Estado após 11 de janeiro de 2002, obedecerá à mesma razão de contribuição estabelecida para os segurados ativos.

c) A partir de Abril de 2020 (LC49/05):

- Contribuição mensal do Estado, por intermédio dos órgãos do Poder Executivo, suas autarquias, inclusive as de regime especial, e fundações, dos Poderes Legislativo e Judiciário, do Ministério Público Estadual e dos Ministérios Públicos junto aos Tribunais de Contas e dos Tribunais de Contas, relativa aos segurados civis vinculados ao FUNPREV, à razão de 14% (catorze por cento), incidentes sobre a mesma base de cálculo das contribuições dos respectivos servidores públicos, ativos e inativos, e pensionistas.

2.2.1.2 Alíquotas dos Militares do Estado do Pará No que concerne aos militares estaduais, destaca-se que, por força do art. 24-C do Decreto-Lei nº 667/69 (com redação dada pela Lei Federal nº 13.954/19), e por determinação

da PGE/PA, passaram a ser aplicadas aos militares ativos, inativos e seus pensionistas, a partir de abril/2020, alíquotas iguais à aplicável às Forças Armadas, no percentual de 9,5% (nove e meio por cento) até dezembro de 2020 e a partir de janeiro de 2021 foi majorada para 10,5%, nos termos da legislação federal.

No período de abril de 2020 a dezembro de 2020, o SPSM ainda estava em fase de estruturação, por esta razão a Contribuição do Estado (Patronal) foi aplicada, provisoriamente, nos mesmos parâmetros aplicados aos civis, ou seja, Militares Finaprev – 18% e Militares Funprev – 11%. No ano de 2021, em virtude do texto da lei federal e do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público – PCASP 2021 terem sido omissos no que tange às alíquotas pertinentes ao desconto patronal dos militares, a Secretaria da Fazenda Estadual – SEFA/PA concluiu que não era devida a cobrança de tal contribuição, as quais, inclusive, não estavam contempladas nos cálculos contábeis referentes à execução da despesa e da receita de contribuições patronais relativas à categoria militar.

A partir da LC nº. 142/2021, os militares (ativos, reserva, reforma e pensionistas) foram formalmente absorvidos pelo Sistema de Proteção Social dos Militares - SPSM, passando a pertencer a UG específica, totalmente apartada de nossos fundos financeiro e previdenciário, além de ser dotado de independência patrimonial e financeira.

Portanto, a contar de janeiro de 2022, a contribuição dos militares ativos, inativos e dos beneficiários de pensão por morte militar à razão de 10,5% (dez inteiros e cinco décimos por cento) sobre a totalidade da base de contribuição e a contribuição mensal do Estado, à razão de 18% (dezoito por cento), incidente sobre a mesma base de cálculo das contribuições dos segurados. No caso de insuficiência de recursos, deve o Estado, via contribuição complementar, cobrir a diferença entre o valor das contribuições (segurado e patronal) arrecadadas no mês anterior, e o valor necessário ao pagamento dos benefícios.

2.2.1.3 Contribuição Previdenciária de servidor afastado por licença sem vencimento A LC nº 128/2020 introduziu a obrigatoriedade de recolhimento previdenciário por parte dos servidores licenciados sem vencimentos. Isto porque, estabelecem os artigos 91-A e 92-A da LC nº 39/2002, que durante o período de licença sem remuneração, o vínculo do servidor com o RPPS Estadual se mantém, razão pelo que o segurado em gozo de licença sem remuneração contribuirá para o regime durante o período de afastamento, recolhendo a contribuição (segurado e patronal), diretamente ao Igeprev, por meio de documento próprio de arrecadação.

Além disso, apesar dos artigos 87 e 88 da Lei Complementar nº39/2002 estabelecerem em seus textos que as contribuições previdenciárias do Estado e aquelas devidas pelos segurados serão recolhidas ao IGEPREV até o 12º (décimo segundo) dia do mês subsequente, em virtude da Emenda Constitucional nº 77/2020, a partir da competência Abril/2020, entrou em vigor mudança em relação à data limite para que sejam realizados os repasses das contribuições previdenciárias ao IGEPREV, por intermédio dos Poderes Executivo, Legislativo, Judiciário, das autarquias e das fundações públicas do Estado do Pará.

Neste sentido, a redação do artigo 218 da Constituição do Estado do Pará, trazida com a emenda constitucional nº 77/2020 (artigo 19), determina o repasse das contribuições segurado e patronal até o dia 10 do mês subsequente. 2.3 Gestão Única do RPPS A Lei nº. 9.717/98 e, posteriormente, a introdução do §20 no art. 40 da CRFB/88 pela EC nº. 41/2003 vedam a existência de mais de um regime próprio de previdência social, para os servidores públicos titulares de cargos efetivos no âmbito da União, de cada ente federativo e dos Municípios, bem como proíbe que seja instituída mais de uma unidade gestora para este regime.

A citada exigência representa um grande desafio para a União, Estados e Municípios que, historicamente, realizam a gestão da folha de pagamento dos servidores ativos, inativos e pensionistas de maneira segregada, seja por poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário), seja por órgãos distintos, no âmbito de um mesmo poder. A importância da gestão única dos benefícios previdenciários é inquestionável, uma vez que assegura maior controle dos dados funcionais, financeiros, previdenciários e fiscais dos servidores públicos,

evitando a aplicação de entendimentos, rotinas e procedimentos diversos para concessão, manutenção e extinção de benefícios previdenciários.

Ademais, a gestão única do RPPS contribui para o equilíbrio financeiro e atuarial do sistema, além de coibir/minimizar a ocorrência de fraudes e facilitar o controle e fiscalização realizada pelos órgãos de controle interno e externo. Dessa forma, a convergência das bases de dados cadastrais para o órgão Gestor Único Previdenciário (IGEPREV) passou a ser objetivo central das ações do Poder Executivo. A atual gestão do Igeprev vem atuando junto aos Poderes Legislativo, Judiciário e demais Órgãos Auxiliares para obtenção de acesso aos dados cadastrais dessas instituições e, posteriormente, viabilizar o processamento da Folha de Inativos e pensionistas pendentes de migração. Como exemplo, destaca-se a parceria firmada entre Igeprev e demais Poderes, unindo esforços quanto à realização do Censo de ativos e inativos.

3. RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS

GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ ANEXO DE METAS FISCAIS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO RPPS 2020-2022 RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DOS SERVIDORES PLANO FINANCEIRO (FUNDO EM REPARTIÇÃO) AMF – Demonstrativo Anexo 4 (LRF, art. 53, inciso II)			
Em R\$ milhares			
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	2020	2021	2022
RECEITAS CORRENTES (VIII)	2.909.441	2.148.068	2.800.216
Receita de Contribuições dos Segurados	956.718	826.439	1.008.181
Civil	776.211	826.439	1.008.181
Ativo	654.763	704.963	811.806
Inativo	97.129	92.766	163.329
Pensionista	24.319	28.710	33.045
Militar	180.507	-	-
Ativo	95.368	-	-
Inativo	79.716	-	-
Pensionista	14.836	-	-
Outras Receitas de Contribuição	-	-	-
Receita de Contribuições Patronais	1.599.665	1.305.695	1.613.067
Civil	1.263.412	1.305.695	1.613.067
Ativo	1.067.247	1.147.928	1.301.550
Inativo	156.853	111.926	259.132
Pensionista	39.312	45.840	52.384
Militar	336.252	-	-
Ativo	157.102	-	-
Inativo	151.040	-	-
Pensionista	28.100	-	-
Em Regime de Parcelamento de Débitos	-	-	-
Receita Patrimonial	-	11.574	41.556
Receita Imobiliárias	-	-	-
Receita de Valores Mobiliários	-	11.574	41.556
Outras Receitas patrimoniais	-	-	-
Receita de Serviços	-	-	-
Outras Receitas Correntes	353.058	4.359	137.411
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	1.237	1.626	135.050
Demais Receitas Correntes	351.821	2.732	2.360
RECEITAS DE CAPITAL (IX)	-	-	-
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	-	-	-
Amortização de empréstimo	-	-	-
Outras Receitas de Capital	-	-	-
TOTAL DAS RECEITAS RPPS (X) = (VIII+IX)	2.909.441	2.148.068	2.800.216

Fonte: RREQ, BO e Igeprev (Nuplan, Coaf e Cofin)

Nota: 1 Os valores referentes às contribuições previdenciárias dos Servidores Militares em 2020 eram vinculadas ao Plano Financeiro (Fundo em repartição), a partir de 02 de Janeiro de 2021, as contribuições de Militares foram vinculadas ao SPSM Sistema de Proteção Social dos Militares (SPSM), em decorrência das seguintes bases normativas: Emenda Constitucional nº 103, de 12/11/2019; Lei Federal nº 13.954, de 16/12/2019; e Decreto-Lei Federal nº 667, de 2/7/1969.

DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DOS SERVIDORES PLANO FINANCEIRO (FUNDO EM REPARTIÇÃO) AMF – Demonstrativo Anexo 4 (LRF, art. 53, inciso II)

Em R\$ milhares			
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	2020	2021	2022
ADMINISTRAÇÃO (XI)	40.980	101.742	65.385
Despesas Correntes	39.482	86.919	32.071
Despesa de Capital	1.498	14.823	33.314
PREVIDÊNCIA (XII)	4.313.915	3.192.835	3.913.826
Benefício-Civil	3.035.514	3.051.653	3.850.977
Aposentadoria	2.388.996	2.504.341	3.178.602
Pensões	516.368	547.312	672.375
Aposentadoria e Pensões - DEA	-	-	-
Outros Benefícios Previdenciários	130.151	-	-
Benefício - Militar	1.278.401	-	-
Reforma	1.045.889	-	-
Pensões	189.595	-	-
Reforma e Pensões - DEA	-	-	-
Outros Benefícios Previdenciários	42.918	-	-
Outras despesas Previdenciárias	-	141.182	62.849
Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS	-	-	-
Demais Despesas Previdenciárias	-	141.182	62.849
Patronal	-	-	-
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (XIII)=(XI+XII)	4.313.915	3.294.577	3.979.211

RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (XIV)=(X-XIII)	(1.404)	(1.044)	(1.113)
--	----------------	----------------	----------------

APORTES DE RECURSOS PARA O FINANPREV	2020	2021	2022
Recursos para cobertura de insuficiência financeira	432.990	817.376	991.272
Aporte de Rendimentos previsto no art. 6º da LC 115/17	-	-	-
Outros Aportes para RPPS	310.368	271.429	-

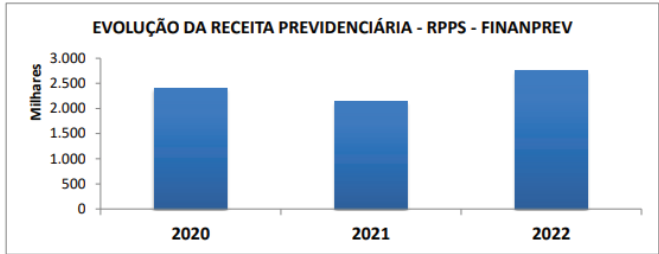
BENS E DIREITOS DO RPPS	2020	2021	2022
Caixa e Equivalentes de Caixa	265.012	214.310	206.767
Investimento e Aplicação	289.975	334.904	422.263
Outros Bens e Direitos	2.120	-	-

Fonte: RREQ, BO e Igeprev (Nuplan, Coaf e Cofin)

Nota: 1 Os valores referentes às despesas previdenciárias dos Servidores Militares em 2020 eram vinculadas ao Plano Financeiro (Fundo em repartição), a partir de 02 de Janeiro de 2021, as contribuições de Militares foram vinculadas ao SPSM Sistema de Proteção Social dos Militares (SPSM) na UG específica 840240, em decorrência das seguintes bases normativas: Emenda Constitucional nº 103, de 12/11/2019; Lei Federal nº 13.954, de 16/12/2019; e Decreto-Lei Federal nº 667, de 2/7/1969.

Ao avaliar os dados do RREO do Plano Financeiro de 2022, observa-se que houve uma variação positiva no total da Receita de Contribuições Previdenciárias (Segurado e Patronal) da contribuição dos civis ao RPPS do Estado do Pará em comparação aos anos anteriores, sendo 15,30% a maior em relação a 2020, e 29,12% a maior quando comparado ao ano de 2021. Considerando o exercício 2021, a Receita Previdenciária sofreu uma variação negativa de 10,71% em relação a 2020.

Gráfico 1: Evolução da receita previdenciária das contribuições de segurado e patronal dos Civis ao Fundo Financeiro 2020-2022

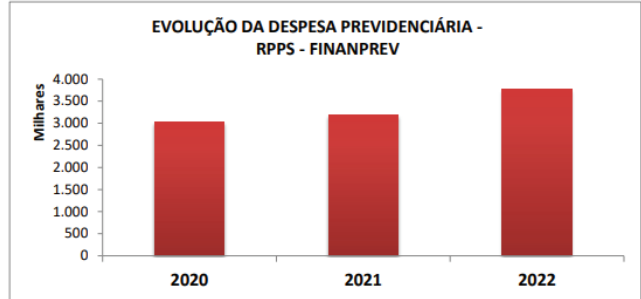


Fonte: COAF/IGEPREV.

A variação da rentabilidade dos investimentos no FINANPREV em 2022 apresentou resultado positivo. Entretanto, ao comparar o exercício de 2022 com 2021 observou-se a variação da rentabilidade dos fundos no percentual 259,05% a mais.

Com relação à Despesa Previdenciária da contribuição dos civis do RPPS do Estado do Pará ao Fundo Financeiro observa-se que em 2022 houve uma variação de 18,47% para mais em comparação ao ano de 2021 e uma variação de 24,61% a maior em relação às despesas previdenciárias de 2020. A variação da despesa entre os exercícios 2021-2020 representa uma variação positiva de 5,18%.

Gráfico 2: Evolução da despesa previdenciária dos Civis ao Fundo Financeiro 2020-2022



Fonte: COAF/IGEPREV.

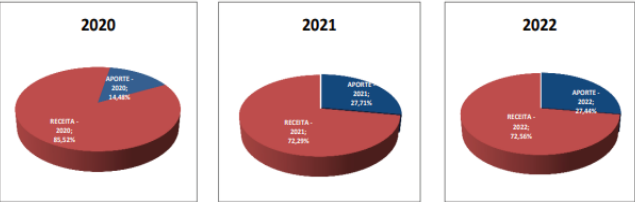
O Resultado Previdenciário do RPPS do Estado do Pará do Plano Financeiro vem apresentando um sistema deficitário nos anos 2020, 2021 e 2022 nos valores de R\$ -1.404.475.000,00, R\$ -1.044.766.554,13, R\$ 1.113.611.190,88 respectivamente.

Em relação ao ano de 2021 em decorrência da segregação do Sistema de Proteção Social dos Militares (SPSM), tal mudança torna inadequada a comparabilidade da informação com os exercícios anteriores. Porém, na comparação 2022-2021, o resultado previdenciário demonstrou variação negativa de 20,73%.

Ressalte-se que o aumento significativo da receita no Fundo Financeiro – FINANPREV originou-se em 2017, com o surgimento da Lei Complementar 112/2016, que alterou a data de corte da segregação de massa e possibilitou a migração da receita dos servidores que outrora pertenciam ao Fundo previdenciário – FUNPREV, para o FINANPREV, com o intuito de reduzir o déficit da previdência estadual e o Aporte do Tesouro Estadual. Destaca-se ainda a continuidade no aumento da receita previdenciária em função da reforma da previdência que majorou as alíquotas de 11% para 14% segurado e 18% para 23% patronal (FINANPREV), e 11% para 14% segurado e 11% para 14% patronal (FUNPREV).

Como o FINANPREV é um fundo em extinção, há uma tendência de redução no valor das contribuições com o ingresso de segurados para a inatividade e/ou com a concessão de benefícios de pensões, ocasionando a necessidade da cobertura do déficit previdenciário por meio da complementação do Tesouro Estadual em níveis crescentes. A velocidade com que ocorrerá a elevação do déficit depende do fluxo dos benefícios de Aposentadoria e Pensão.

Gráfico 3: Evolução da participação dos aportes para cobertura do déficit na despesa total previdenciária (FINANPREV), 2020-2022



Fonte: RREO, BO e Igprev (Nuplan, Coaf e Cofin).

O percentual da receita de contribuição do regime de repartição simples, no total das despesas previdenciárias para os anos de 2020 a 2022 é apresentado na Figura 3, e mostra que, em 2022 o aporte para cobertura de déficit efetuado pelo governo ficou em aproximadamente 27,44%. Esses números mostram que em cada R\$1,00 gasto com o sistema previdenciário estadual em 2022, as contribuições dos segurados e patronal contribuíram com aproximadamente R\$0,72 e o tesouro estadual com aproximadamente R\$0,28. Ao analisar o ano de 2022 em relação ao ano de 2021 nota-se aumento da dependência de aporte em 22%. Vale salientar que a partir de 2018, houve uma redução considerável no aporte do tesouro estadual em decorrência das Leis Complementares nº112/2016, nº115/2017 e nº125/2019, reduzindo a dependência dos recursos do tesouro estadual para o financiamento dos benefícios previdenciários vinculados ao FINANPREV.

RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DOS SERVIDORES
PLANO PREVIDENCIÁRIO (FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO)
AMF – Demonstrativo Anexo 4 (LRF, art. 53, inciso II)

	Em R\$ milhares		
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	2020	2021	2022
RECEITAS CORRENTES (I)	30.955	295.120	385.395
Receita de Contribuições dos Segurados	47.557	50.324	79.045
Civil	37.049	50.324	79.045
Ativo	37.049	50.324	79.045
Inativo	-	-	-
Pensionista	-	-	-
Militar	10.508	-	-
Ativo	10.503	-	-
Inativo	-	-	-
Pensionista	-	-	-
Receita de Contribuições Patronais	48.979	47.209	72.011
Civil	37.229	47.209	72.011
Ativo	37.229	47.209	72.011
Inativo	-	-	-
Pensionista	-	-	-
Militar	11.749	-	-
Ativo	11.743	-	-
Inativo	-	-	-
Pensionista	-	-	-
Em Regime de Parcelamento de Débitos	-	-	-
Receita Patrimonial	209.419	197.586	234.338
Receita Imobiliária	-	-	-
Receita de Valores Mobiliários	209.419	197.586	234.338
Outras Receitas patrimoniais	-	-	-
Receita de Serviços	-	-	-
Receita de Aporte Periódico de Valores Predefinidos	-	-	-
Outras Receitas Correntes	-	-	-
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	-	-	-
Demais Receitas Correntes	-	-	-
RECEITAS DE CAPITAL (II)	-	-	-
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	-	-	-
Amortização de empréstimo	-	-	-
Outras Receitas de Capital	-	-	-
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS (III) = (I+II)	305.955	295.120	385.395

Fonte: RREO, BO e Igprev (Nuplan, Coaf e Cofin)
Nota: * Os valores referentes às contribuições previdenciárias dos Servidores Militares em 2019 e 2020 eram vinculadas ao Plano Previdenciário (Fundo em capitalização), a partir de 01 de Janeiro de 2021, as contribuições de Militares foram vinculadas ao SPSM Sistema de Proteção Social dos Militares (SPSM) na UG específica 840240, em decorrência das seguintes bases normativas: Emenda Constitucional nº 103, de 12/11/2019; Lei Federal nº 13.954, de 16/12/2019; e Decreto-Lei Federal nº 667, de 2/7/1969.

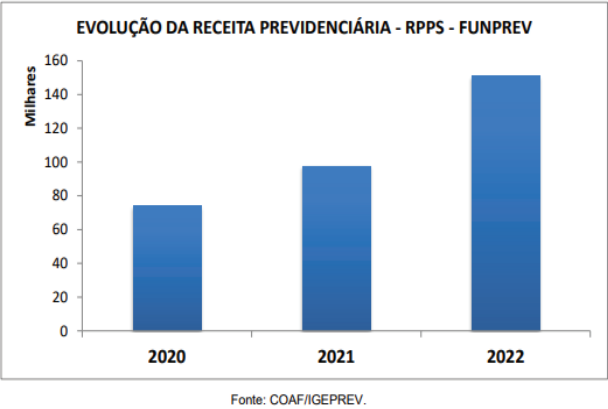
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DOS SERVIDORES
PLANO PREVIDENCIÁRIO (FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO)
AMF – Demonstrativo Anexo 4 (LRF, art. 53, inciso II)

Em R\$ milhares			
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS – (III)=(I+II)	2020	2021	2022
ADMINISTRAÇÃO (IV)	-	-	-
Despesas Correntes	-	-	-
Despesa de Capital	-	-	-
PREVIDÊNCIA (V)	132	98.136	194.284
Benefício – Civil	62	168	585
Aposentadoria	-	-	-
Pensões	62	168	585
Aposentadoria e Pensões - DEA	-	-	-
Outros Benefícios Previdenciários	-	-	-
Benefício - Militar	69	-	-
Reforma	62	-	-
Pensões	8	-	-
Outros Benefícios Previdenciários	-	-	-
Outras despesas Previdenciárias	-	97.968	193.699
Compensação Prev. do RPPS para o RGPS	-	-	-
Demais Despesas Previdenciárias	-	97.968	193.699
Patronal	-	-	-
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (VI)=(IV+V)	132	98.136	194.284
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII)=(III-VI)	305.823	196.983	191.111
RECURSOS RPPS ARREC. NO EXERCÍCIO ANTERIOR	2020	2021	2022
VALOR	1.060.144	357.674	282.507
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	2020	2021	2022
VALOR	261.478	500.000	107.718
APORTES DE RECURSOS PARA O FUNPREV	2020	2021	2022
TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS	-	-	-
Plano de amortização – Contribuição Patronal Suplementar	-	-	-
Plano de amortização – Aporte Periódico de Valores Predeterminados	-	-	-
Outros Aportes para o RPPS	-	-	-
Recurso para Cobertura de Déficit Financeiro	-	-	-
BENS E DIREITOS DO RPPS	2020	2021	2022
Caixa e Equivalentes de Caixa	7.889	2.148	11.212
Investimento e aplicações	4.366.015	4.176.772	4.176.460
Outros bens e Direitos	-	-	-

Fonte: RREO, BO e Igeprev (Nuplan, Coaf e Cofin).
Nota: * Os valores referentes às despesas previdenciárias dos Servidores Militares em 2019 e 2020 eram vinculadas ao Plano Previdenciário (Fundo em capitalização), e a partir de 01 de Janeiro de 2021, as contribuições de Militares foram vinculadas ao SPSM Sistema de Proteção Social dos Militares (SPSM) na LG específica 840240, em decorrência das seguintes bases normativas: Emenda Constitucional nº 103, de 12/11/2019; Lei Federal nº 13.954, de 16/12/2019; e Decreto-Lei Federal nº 667, de 2/7/1969.

Ao avaliar os dados do RREO do Plano Previdenciário de 2022, observa-se que houve uma variação positiva no total da Receita de Contribuições Previdenciárias (Segurado e Patronal) da contribuição dos civis ao RPPS do Estado do Pará em comparação aos anos anteriores, sendo 103,37% em relação a 2020, e 31% a maior quando comparado ao ano de 2021. Considerando o exercício 2021, a Receita Previdenciária sofreu uma variação negativa de 54,88% em relação a 2020. Conforme demonstrado na figura abaixo:

Gráfico 4: Evolução da receita previdenciária das contribuições de segurado e patronal dos Civis ao Fundo previdenciário 2020-2022

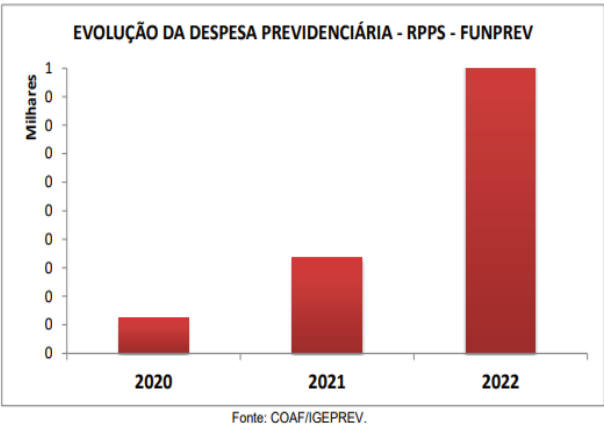


A variação da rentabilidade dos investimentos do FUNPREV do exercício 2022 foi positiva em comparação aos exercícios anteriores, com percentual de 11,90% a maior em relação a 2020 e 18,60% a maior comparado a 2021. Em relação ao período 2021-2020, a variação de rentabilidade dos fundos foi negativa, com percentual de aproximadamente 5,65% para menos.

Com relação à Despesa Previdenciária da contribuição dos civis ao Plano Previdenciário observa-se que em 2022 houve uma variação de 250,30% para mais em comparação ao ano de 2021 e uma variação de 843,55% a maior em relação às Despesas Previdenciárias de 2020. A variação da despesa entre os

exercícios 2021- 2020 representa uma variação positiva de 169,35%. Conforme demonstrado na figura abaixo:

Gráfico 5: Evolução da despesa previdenciária dos Civis ao Fundo Previdenciário 2020-2022



O Resultado Previdenciário do RPPS do Estado do Pará do Plano Previdenciário vem apresentando um sistema superavitário nos anos 2020 e 2021, nos valores de R\$ 305.823 e 196.983.545,16 milhões, respectivamente. Em relação ao ano de 2021 em decorrência da segregação do Sistema de Proteção Social dos Militares (SPSM), tal mudança torna inadequada a comparabilidade da informação com os exercícios anteriores. Porém, na comparação 2021-2020, o resultado previdenciário demonstrou variação negativa de 35,59%.

RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DOS SERVIDORES
SPSM (FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO)

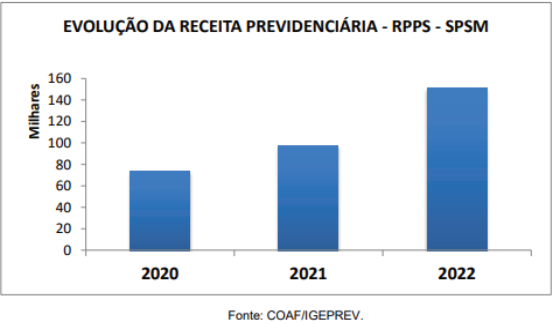
AMF – Demonstrativo Anexo 4 (LRF, art. 53, inciso II)

Em R\$ milhares			
RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	2020	2021	2022
RECEITAS CORRENTES (VIII)	-	249.541	708.862
Receita de Contribuições dos Militares	-	249.541	708.862
Militar	-	249.541	708.862
Ativo	-	108.733	325.617
Inativo	-	144.148	303.791
Pensionista	-	25.075	76.501
Outras Receitas de Contribuição	-	1.583	2.951
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS (VIII)	-	249.541	708.862
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS – (III)=(I+II)	2020	2021	2022
PREVIDÊNCIA (V)	-	1.442.672	1.699.231
Inativos	-	1.172.447	1.371.603
Pensões	-	227.013	277.397
Outras despesas Previdenciárias	-	43.212	50.230
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (VI)=(IV+V)	-	1.442.672	1.699.231
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII)=(III-VI)	-	1.193.130	990.369
TRANSFERÊNCIA DO TESOURO PARA O SPSM	2020	2021	2022
Recursos para o Sistema de Proteção Social dos Militares	-	1.160.919	-
Outras transferências	-	48.248	-
BENS E DIREITOS DO RPPS	2020	2021	2022
Caixa e Equivalentes de Caixa	-	11.023	-
Investimento e aplicações	-	8.602	-
Outros bens e Direitos	-	-	-

Fonte: RREO, BO e Igeprev (Nuplan, Coaf e Cofin).
Nota: * Os valores referentes às contribuições e despesas previdenciárias dos Servidores Militares em 2019 e 2020 eram vinculadas ao Plano Previdenciário (Fundo em capitalização) e ao Plano Financeiro (Fundo em repartição), a partir de 01 de Janeiro de 2021, as contribuições e despesas previdenciárias de Militares foram segregadas e vinculadas ao SPSM Sistema de Proteção Social dos Militares (SPSM) na LG específica 840240, em decorrência das seguintes bases normativas: Emenda Constitucional nº 103, de 12/11/2019; Lei Federal nº 13.954, de 16/12/2019; e Decreto-Lei Federal nº 667, de 2/7/1969.
Nota: * O Repasse Financeiro para a cobertura do déficit do SPSM foi de R\$1.014.484.931,86.

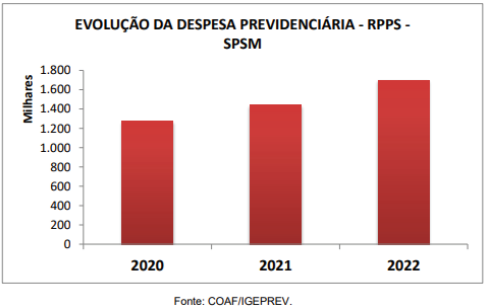
Ao avaliar os dados do RREO do Sistema de Proteção Social dos Militares (SPSM) de 2022, observa-se que houve uma variação negativa no total da Receita dos Militares ao RPPS do Estado do Pará em comparação aos anos anteriores, sendo 28,50% a menor em relação a 2020, e 30,59% a maior quando comparado ao ano de 2021. Considerando o exercício 2021, a Receita Previdenciária dos Militares sofreu uma variação negativa de 45,25% em relação a 2020. Cumpre frisar que apesar do Fundo de Proteção Social dos Militares ter previsão legal desde o final de 2019, apenas a partir do exercício de 2021 foi criada uma fonte própria de recursos.

Gráfico 6: Evolução da receita previdenciária dos Militares 2020-2022



Com relação à Despesa Previdenciária dos Militares ao RPPS do Estado do Pará, observa-se que em 2022 houve uma variação de 17,78% para mais em comparação ao ano de 2021 e uma variação de 32,91% a maior em relação às despesas previdenciárias de 2020. A variação da despesa entre os exercícios 2021- 2020 representa uma variação positiva de 12,84%.

Gráfico 7: Evolução da despesa previdenciária dos Militares 2020-2022



O Resultado Previdenciário do RPPS do Estado do Pará do Sistema de Proteção Social dos Militares (SPSM) em 2022 apresenta um sistema deficitário, no valor de R\$ -990.369.264,47 milhões. Em relação ao ano de 2021 em decorrência da segregação do Sistema de Proteção Social dos Militares (SPSM) do Finanprev e Funprev, tal mudança torna inadequada a comparabilidade da informação com os exercícios anteriores.

O Sistema de Proteção Social dos Militares (SPSM) foi segregado em 2021 do FINANPREV/FUNPREV em decorrência das seguintes bases normativas: Emenda Constitucional nº 103, de 12/11/2019; Lei Federal nº 13.954, de 16/12/2019; e Decreto-Lei Federal nº 667, de 2/7/1969 (RREO-Sefa/PA,2021).

4. PROJEÇÃO ATUARIAL DO RPPS.

O Demonstrativo apresenta a Projeção Atuarial do Regime Próprio de Previdência Social – RPPS do Estado do Pará, estimando ao longo de 75 anos os fluxos monetários dos repasses de contribuição patronal, das receitas e despesas previdenciárias com pagamento de benefícios, de acordo com o disposto no Art. 4º, § 2º, inciso IV, alínea “a”, da lei Complementar nº 101/2000. Esse demonstrativo permite a visualização das insuficiências financeiras esperadas para cada exercício futuro.

Para a elaboração da Projeção Atuarial foram utilizados os dados constantes da Avaliação Atuarial para o exercício 2023, em consonância com as normas e critérios estabelecidos pelo Ministério da Previdência Social. Tendo como principais informações os números relativos à situação atuarial do Estado referente às despesas e receitas previdenciárias com os servidores dos Poderes e órgãos autônomos: Executivo, Tribunal de Justiça do Estado, Justiça Militar do Estado, Assembleia Legislativa Estadual, Tribunal de Contas do Estado, Tribunal de Contas dos Municípios, Ministério Público do Estado do Pará, Ministério Público junto ao Tribunal de Contas dos Municípios (MP-TCM, Ministério Público junto ao Tribunal de Contas do Estado (MP-TCE).

A Lei Complementar nº 039/2002 e suas alterações através da LC nº 044/2003, LC nº 049/2005, LC nº 051/2006, LC nº 128/2020 e LC nº 142/2021, organiza o sistema previdenciário dos servidores civis do Estado do Pará em dois regimes distintos integrantes do RPPS:

- i) Regime Orçamentário, em extinção, destinado aos servidores que ingressaram até 31 de dezembro de 2016 denominado Fundo Financeiro de Previdência do Estado do Pará – FINANPREV; e
- ii) Regime Capitalizado, formado pelos servidores que ingressaram após janeiro de 2017 denominado Fundo Previdenciário do Estado do Pará – FUNPREV.

A Lei Complementar nº 142/2021 institui o fundo do Sistema de Proteção Social dos Militares do Estado do Pará, de natureza contábil, vinculado ao Instituto de Gestão Previdenciária e de Proteção Social do Estado do Pará (IGEPPS) com a finalidade de prover recursos, exclusivamente, para o pagamento dos benefícios relativos à inatividade e pensão militar.

4.1 Base de dados utilizada no Cálculo Atuarial

Os valores projetados tomaram como base os seguintes dados abaixo relacionados:

Tabela 1 – Quantitativo dos servidores civis ativos, inativos e pensionistas por base: Out /2022.

SERVIDORES - CIVIS	QUANTIDADE		TOTAL
	FINANPREV	FUNPREV	
ATIVOS	59.527	6.915	66.442
INATIVOS	31.209	2	31.211
PENSIONISTAS	8.323	65	8.388
TOTAL	99.059	6.982	106.041

Fonte: VESTING Consultoria Financeira e Atuarial/Avaliação Atuarial – 2023.

Tabela 2 – Quantitativo dos servidores militares ativos, inativos e pensionistas base: Out /2022.

SERVIDORES - MILITARES	QUANTIDADE
ATIVOS	18.683
INATIVOS	9.645
PENSIONISTAS	3.973
TOTAL	32.301

Fonte: VESTING Consultoria Financeira e Atuarial/Avaliação Atuarial – 2023.

As premissas utilizadas na elaboração dos cálculos foram as seguintes:

a) Hipóteses Financeiras:

- Para os servidores abrangidos pelo FINANPREV, o regime financeiro é o de Repartição Simples;
 - Para os servidores abrangidos pelo FUNPREV, o regime financeiro é o de Capitalização;
 - Taxa de juros - FINANPREV: usou-se a taxa de 3,00% a.a.;
 - Taxa de juros - FUNPREV: usou-se a taxa de 3,00% a.a.;
 - Crescimento salarial: a taxa de crescimento real das remunerações de 1,00% ao ano;
 - Crescimento salarial benefício: a taxa de crescimento real dos benefícios de 0% ao ano;
 - Fator de Capacidade Salarial: 100%;
 - Fator de Capacidade de Benefício: 100%;
 - Taxa administrativa: 2% sobre salários e benefícios;
 - Idade de início da fase de contribuição para regime previdenciário: 25 anos;
 - Indexador do RPPS: IPCA;
 - Teto do RGPS: R\$ 7.087,22;
 - Alíquota civil – FINANPREV
 - a) 14,00% para os servidores ativos, aposentados e pensionistas;
 - b) 23,00% a título de contribuição do Ente.
 - Alíquota civil – FUNPREV
 - c) 14,00% para os servidores ativos, aposentados e pensionistas;
 - d) 14,00% a título de contribuição do Ente.
 - Alíquota militar – SPSM
 - e) 10,50% para os servidores ativos, reserva/reforma e pensionistas;
 - f) 18,00% a título de contribuição do Ente.
- b) Hipóteses Biométricas:
- Novos Entrandos (FUNPREV): Grupo aberto;

- Novos Entrandos (FINANPREV): Grupo fechado;
- Tábua de Mortalidade de Válido (evento gerador morte): RP-2000 masculina;
- Tábua de Mortalidade de Inválido: Experiência IBGE-2021 unisex;
- Tábua de Entrada em invalidez: Álvaro Vindas;
- Composição Familiar: Esposa 3 anos mais nova e dois filhos, com diferença de idade de 22 e 24 anos em relação ao servidor;
- Hipótese de geração futura: Grupo de ativos de tamanho constante. As adesões de novos servidores serão todas no Plano Previdenciário.

- b) Hipóteses para cálculo dos Benefícios:
- Para os Civis foram utilizadas as regras constantes na emenda constitucional do Estado do Pará nº 77 de 23/12/2019;
 - Para os Militares foram utilizadas as regras constantes na Lei Complementar nº 142/2021.

4.2 Resultados Atuariais do Finanprev, Funprev e SPSM.

O resultado da reavaliação atuarial do FINANPREV CIVIL apresenta um déficit atuarial de R\$ 81.207.207.704,86, cujo valor será equacionado com aportes do Governo do Estado, de forma a complementar as despesas previdenciárias até a extinção da massa de servidores a ele vinculado.

A reavaliação atuarial do FUNPREV CIVIL, geração atual, apresenta resultado superavitário na ordem de R\$ 4.122.497.004,97, não necessitando até o presente momento de aportes do Ente.

Enquanto o Sistema de Proteção Social dos Militares - SPSM apresenta déficit de R\$ 19.978.910.909,50 o qual será equacionado com aportes do Governo do Estado.

PLANO PREVIDENCIÁRIO				
EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (c) = (a - b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = ("d" exerc. Anterior) + (c)
2021	295.120.435,11	98.136.889,95	196.983.545,16	4.176.722.201,75
2022	385.395.021,33	194.284.981,10	191.110.040,23	4.367.832.241,98
2023	684.599.200,88	7.162.432,17	657.436.768,71	5.025.269.010,69
2024	723.285.794,75	9.031.445,36	714.254.339,39	5.739.523.350,08
2025	784.858.141,99	11.074.137,26	773.784.004,73	6.513.307.354,81
2026	842.422.155,54	13.507.394,45	828.914.761,09	7.342.222.115,90
2027	895.830.659,82	15.915.373,97	879.915.285,85	8.222.137.401,75
2028	950.384.113,63	19.186.897,96	931.197.215,68	9.154.004.613,43
2029	1.014.412.544,14	21.402.009,26	993.010.534,88	10.147.015.152,31
2030	1.082.077.160,42	24.585.507,53	1.057.491.652,89	11.204.506.805,20
2031	1.165.916.441,87	28.183.842,10	1.137.732.599,77	12.342.239.404,97
2032	1.216.664.903,12	32.025.710,22	1.184.639.192,90	13.506.879.137,87
2033	1.293.011.431,62	36.619.197,31	1.256.392.234,31	14.763.271.372,18
2034	1.391.477.438,67	41.742.321,92	1.349.735.116,75	16.115.006.285,94
2035	1.490.149.429,58	47.134.947,67	1.443.014.481,91	17.558.020.767,09
2036	1.594.190.013,05	52.889.055,80	1.541.300.957,25	19.099.321.724,34
2037	1.703.277.295,06	59.506.134,00	1.643.771.161,06	20.743.092.885,40
2038	1.817.919.629,31	66.710.839,76	1.751.208.789,55	22.494.301.674,95
2039	1.980.578.214,69	81.069.221,76	1.900.508.992,93	24.402.810.567,88
2040	2.120.966.842,23	93.333.484,44	2.027.633.357,79	26.430.443.925,67
2041	2.242.760.020,62	105.504.444,00	2.137.255.576,62	28.568.153.502,29
2042	2.369.096.433,65	118.756.269,94	2.250.340.163,71	30.818.493.666,00
2043	2.508.149.974,98	136.273.239,01	2.371.876.735,97	33.190.370.491,97
2044	2.637.424.032,82	158.196.352,94	2.479.227.679,88	35.669.598.081,85
2045	2.755.004.638,65	200.207.225,88	2.554.097.412,77	38.223.695.494,62
2046	2.866.639.851,35	228.203.474,69	2.638.436.376,66	40.862.331.871,28
2047	2.979.446.199,49	250.302.482,97	2.729.143.716,52	43.591.305.587,80
2048	3.083.699.055,28	299.424.495,30	2.784.274.559,98	46.375.660.147,78
2049	3.184.305.774,95	351.263.602,19	2.833.042.172,76	49.208.702.320,54
2050	3.288.769.351,69	422.103.844,25	2.866.665.507,44	52.076.367.827,98
2051	3.399.299.002,30	461.032.739,36	2.938.266.262,94	55.014.634.090,82
2052	3.504.010.190,20	493.743.623,35	3.004.266.566,95	58.024.900.657,77
2053	3.575.718.743,17	1.350.491.291,16	2.225.227.452,01	60.248.128.109,78
2054	3.610.566.223,52	1.446.596.121,37	2.163.970.102,15	62.414.098.211,93
2055	3.665.474.784,42	1.543.074.113,86	2.122.400.670,56	64.536.498.882,49
2056	3.739.025.053,69	1.625.274.507,01	2.113.750.546,68	66.660.249.425,17
2057	3.821.424.853,11	1.699.220.328,14	2.122.204.524,97	68.782.453.954,14
2058	3.888.189.365,56	2.459.311.246,27	1.428.878.119,29	70.251.332.073,43
2059	3.863.107.257,44	2.596.666.386,66	1.266.440.870,78	71.517.772.944,21
2060	3.903.118.992,92	2.793.576.254,51	1.167.142.738,41	72.684.915.682,62
2061	3.940.261.450,10	2.849.175.432,35	1.091.086.017,75	73.776.001.700,37
2062	3.977.305.480,02	2.950.005.875,76	1.018.299.604,26	74.794.301.304,63
2063	4.012.878.154,04	3.075.948.583,28	936.929.570,76	75.733.230.875,39
2064	4.044.470.212,06	3.249.957.684,50	794.512.527,56	76.527.743.402,95
2065	4.067.449.498,78	3.411.335.394,10	656.114.104,68	77.183.857.507,63
2066	4.086.883.983,31	3.568.296.890,15	518.587.093,16	77.702.444.600,79
2067	4.102.704.005,95	3.736.361.942,30	366.337.094,65	78.068.781.695,44
2068	4.112.408.931,11	3.913.586.442,59	198.822.488,52	78.267.604.183,96
2069	4.112.765.394,92	4.251.755.696,11	-138.990.301,19	78.128.613.882,77
2070	4.093.241.762,02	4.468.589.748,62	-375.347.986,60	77.753.265.896,17
2071	4.074.827.924,16	4.660.255.818,26	-585.427.894,10	77.167.838.002,07
2072	4.050.852.947,80	4.854.287.991,52	-803.435.043,72	76.364.402.958,15
2073	4.019.321.799,65	5.069.697.970,42	-1.050.376.230,57	75.314.027.728,58
2074	3.977.006.943,16	5.364.988.670,74	-1.387.981.727,58	73.926.045.000,00
2075	3.915.720.875,04	5.550.507.573,04	-1.634.786.698,00	72.291.258.302,00
2076	3.859.683.031,96	5.666.521.057,83	-1.806.838.025,87	70.484.420.276,13
2077	3.804.051.141,11	5.768.077.998,40	-1.964.026.857,29	68.520.393.418,84
2078	3.742.645.875,75	5.892.452.819,41	-2.149.806.943,66	66.371.586.475,18
2079	3.675.720.117.070,91	6.035.813.208,17	-2.359.092.754,45	64.020.489.720,73
2080	3.606.311.471,39	6.065.129.439,95	-2.458.817.968,56	61.561.675.752,17
2081	3.533.401.834,23	6.084.576.778,99	-2.551.174.944,76	59.060.500.807,41
2082	3.463.921.678,18	6.065.214.410,50	-2.601.292.732,32	56.459.208.075,09
2083	3.394.764.161,37	6.072.220.943,18	-2.677.456.781,76	53.781.751.287,33
2084	3.313.819.857,62	6.424.982.813,08	-3.111.162.955,46	50.670.588.331,87
2085	3.206.411.714,68	6.419.254.525,26	-3.212.842.810,58	47.457.745.521,29
2086	3.116.224.251,41	6.377.862.289,11	-3.261.638.037,70	44.196.107.483,59
2087	3.028.084.771,39	6.303.813.208,17	-3.275.728.470,70	40.920.379.012,89
2088	2.940.175.392,41	6.239.646.941,62	-3.297.471.549,21	37.622.407.463,68
2089	2.841.654.392,59	6.775.590.442,53	-3.933.935.049,94	33.687.062.413,74
2090	2.677.142.442,21	6.718.659.668,71	-4.041.517.226,50	29.645.545.187,24
2091	2.563.674.298,82	6.658.894.065,45	-4.095.219.766,63	25.550.325.420,61
2092	2.448.979.530,18	6.579.294.651,21	-4.130.315.124,03	21.420.010.296,58
2093	2.336.621.765,73	6.494.513.247,66	-4.157.891.481,93	17.260.118.814,65
2094	2.214.769.205,80	6.404.632.394,12	-4.189.863.188,32	12.810.255.626,13
2095	2.061.161.044,13	6.636.228.730,51	-4.575.067.686,38	8.235.187.939,75

F O N T E : Vesting Consultoria Financeira e Atuarial - Cálculos Atuariais por Recorrência, UG Responsável IGPREV, Data de emissão 20/01/2023 e Hora de emissão 15h.

EXERCÍCIO	PLANO FINANCEIRO			SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) ("d" exerc. Anterior) + (c)
	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (c) = (a - b)	
2021	2.148.068.735,54	3.192.835.293,17	(1.044.766.557,63)	(1.078.671.380,67)
2022	2.800.216.298,58	3.913.827.489,46	(1.113.611.190,88)	(2.192.282.571,55)
2023	1.736.178.775,33	5.846.866.690,41	(3.622.687.915,10)	(5.814.970.486,65)
2024	1.660.061.278,04	5.392.197.560,56	(3.732.136.282,52)	(9.547.106.769,17)
2025	1.609.628.277,90	5.418.737.063,30	(3.809.108.785,40)	(13.356.215.554,57)
2026	1.568.996.093,28	5.414.253.406,84	(3.845.256.713,56)	(17.201.472.268,13)
2027	1.538.217.278,16	5.371.810.146,02	(3.833.592.867,83)	(21.035.069.735,96)
2028	1.505.572.176,38	5.323.319.069,89	(3.817.746.943,61)	(24.852.811.427,57)
2029	1.458.429.675,25	5.285.569.148,01	(3.827.139.472,76)	(28.679.956.152,33)
2030	1.407.158.089,72	5.223.183.324,27	(3.816.024.634,57)	(32.495.980.786,90)
2031	1.365.150.026,51	5.142.290.787,86	(3.777.140.761,35)	(36.273.121.548,25)
2032	1.314.939.738,79	5.057.947.476,90	(3.742.967.738,11)	(40.016.089.025,21)
2033	1.257.981.852,45	4.979.061.419,79	(3.721.079.567,34)	(43.737.168.592,55)
2034	1.157.481.280,67	4.961.010.815,13	(3.803.529.538,46)	(47.540.698.131,01)
2035	1.068.439.703,03	4.907.747.081,41	(3.832.307.378,38)	(51.373.005.509,39)
2036	989.175.324,48	4.826.921.887,56	(3.837.756.563,08)	(55.210.762.072,47)
2037	900.920.408,39	4.750.480.142,12	(3.858.559.685,73)	(59.069.321.758,20)
2038	813.178.260,45	4.683.896.981,23	(3.870.718.720,78)	(62.940.040.478,98)
2039	644.605.205,43	4.739.950.208,95	(4.095.345.003,52)	(67.035.385.482,50)
2040	558.218.249,90	4.646.326.911,94	(4.088.108.662,04)	(71.123.494.144,54)
2041	484.085.439,81	4.530.930.989,88	(4.046.845.550,07)	(75.170.339.694,61)
2042	407.534.218,80	4.416.377.103,92	(4.008.842.885,12)	(79.179.182.579,73)
2043	322.321.611,81	4.318.421.803,62	(3.996.100.191,81)	(83.175.282.771,54)
2044	253.267.023,68	4.191.022.613,68	(3.937.755.590,00)	(87.113.038.370,79)
2045	208.493.436,70	4.021.182.441,81	(3.812.689.005,11)	(90.925.727.357,84)
2046	127.970.963,62	3.840.409.198,54	(3.662.078.234,92)	(94.592.805.592,76)
2047	140.338.114,84	3.656.799.553,29	(3.516.461.438,45)	(98.109.267.031,21)
2048	113.427.174,99	3.470.482.067,44	(3.357.054.892,45)	(101.466.321.923,66)
2049	86.330.287,06	3.288.498.867,06	(3.202.168.579,99)	(104.668.901.503,65)
2050	70.650.053,24	3.094.138.794,30	(3.023.488.741,06)	(107.691.977.244,11)
2051	56.764.775,04	2.904.452.058,52	(2.847.687.283,48)	(110.539.664.527,59)
2052	43.310.038,58	2.721.131.374,85	(2.677.861.336,27)	(113.217.525.863,86)
2053	37.248.570,22	2.535.079.159,02	(2.497.830.579,80)	(115.715.094.523,66)
2054	30.626.851,82	2.358.144.565,65	(2.327.517.713,83)	(118.042.612.235,68)
2055	25.630.801,57	2.187.384.117,77	(2.161.753.316,20)	(120.204.365.551,88)
2056	21.863.214,01	2.023.136.517,97	(2.001.273.303,96)	(122.205.638.858,84)
2057	18.187.705,35	1.867.117.383,91	(1.848.929.678,56)	(124.054.568.531,40)
2058	15.315.945,86	1.718.092.786,51	(1.702.776.840,65)	(125.757.345.375,05)
2059	13.020.456,39	1.566.062.548,39	(1.563.042.092,35)	(127.320.387.467,40)
2060	11.030.665,17	1.471.443.905,88	(1.430.733.240,71)	(128.750.500.708,11)
2061	9.219.355,69	1.319.025.233,26	(1.309.755.877,57)	(130.054.254.685,68)
2062	7.860.050,37	1.191.653.873,40	(1.183.793.823,03)	(131.238.048.508,71)
2063	6.622.896,94	1.076.673.384,69	(1.070.050.487,75)	(132.308.098.996,46)
2064	5.585.940,16	997.897.859,67	(962.634.919,51)	(133.270.515.915,97)
2065	4.707.434,98	890.910.387,40	(863.511.391,37)	(134.131.351.391,37)
2066	3.977.173,94	769.265.662,92	(765.288.488,98)	(134.896.639.880,35)
2067	3.369.302,72	678.189.162,55	(675.819.859,83)	(135.572.458.718,18)
2068	2.863.488,38	595.341.379,88	(592.477.891,50)	(136.164.936.610,68)
2069	2.444.025,04	505.425.096,26	(503.348.071,22)	(136.680.284.704,90)
2070	2.094.273,18	446.553.392,16	(444.459.118,68)	(137.124.743.823,58)
2071	1.801.175,46	378.841.675,44	(378.641.675,44)	(137.504.585.492,02)
2072	1.552.739,03	323.071.824,88	(321.465.085,85)	(137.826.050.584,87)
2073	1.340.561,15	270.627.240.061,15	(269.286.678,91)	(138.092.717.266,08)
2074	1.157.420,04	224.614.899,10	(223.457.479,10)	(138.318.424.741,18)
2075	994.694,28	183.743.551,62	(182.748.857,35)	(138.508.173.598,52)
2076	852.023,23	148.792.157,69	(147.940.114,45)	(138.649.113.712,97)
2077	726.654,02	119.627.021,41	(118.937.367,23)	(138.767.441.080,20)
2078	615.217,23	94.088.772,26	(93.473.555,03)	(138.860.914.635,23)
2079	514.634,30	71.742.069,81	(71.229.435,51)	(138.933.814.063,74)
2080	426.650,32	56.565.594,08	(56.138.943,76)	(138.989.953.007,50)
2081	341.246,05	42.944.155,51	(42.602.909,46)	(139.032.862.916,96)
2082	275.530,44	32.258.685,70	(31.983.155,26)	(139.064.539.072,22)
2083	219.961,94	23.940.504,84	(23.729.542,90)	(139.088.268.615,12)
2084	173.375,61	17.581.824,05	(17.408.448,44)	(139.105.677.063,56)
2085	124.115,78	12.761.712,88	(12.637.606,88)	(139.118.311.670,44)
2086	101.464,83	9.178.179,76	(9.076.714,93)	(139.127.388.385,37)
2087	76.361,98	6.558.499,92	(6.482.137,94)	(139.133.870.523,31)
2088	56.291,81	4.661.543,40	(4.605.251,59)	(139.138.475.688,50)
2089	40.756,04	3.294.294,68	(3.253.538,64)	(139.142.739.227,14)
2090	29.978,20	2.348.653,08	(2.318.674,88)	(139.144.058.588,42)
2091	20.734,21	1.678.066,36	(1.657.332,15)	(139.145.715.940,57)
2092	14.529,45	1.207.038,09	(1.192.808,64)	(139.146.908.749,21)
2093	9.531.888,74	864.357,06	(8.667.531,68)	(139.147.773.106,89)
2094	6.451,11	645.048,74	(638.597,63)	(139.148.411.703,90)
2095	4.318,53	482.763,92	(478.445,39)	(139.148.890.145,29)

Por fim, cabe salientar que as receitas e despesas previdenciárias projetadas indicam déficits anuais que deverão ser cobertos por aportes adicionais oriundo do Tesouro Estadual e que são extremamente sensíveis às variações das hipóteses e premissas utilizadas nos cálculos, ou seja, modificações futuras destes fatores poderão implicar em variações substanciais nos resultados atuariais.



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO II - METAS FISCAIS

DEMONSTRATIVO 7 - ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA
(LRF, art. 4º, §2º, inciso V)

No cálculo das projeções de receitas, foram expurgados os valores dos benefícios fiscais, de caráter não geral, concedidos pelo Estado, conforme determina o art. 14 da Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal). Para 2024, o valor expurgado (renúncias fiscais) totaliza R\$ 1.544,0 milhões, conforme quadro abaixo.

ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA (2024 a 2027)

RS 10											
TRIBUTO	MODALIDADE	PROGRAMAS / SETORES / BENEFICIÁRIOS					2024	2025	2026	2027	COMPENSAÇÃO
CRÉDITO PRESUMIDO		AGROINDÚSTRIA		INDÚSTRIA EM GERAL		INDÚSTRIA DO PESCADO		COMÉRCIO ATACADISTA		INDÚSTRIA DA CARNE	
		POLÍTICA DE INCENTIVOS DO ESTADO		INDÚSTRIA DO PESCADO		INDÚSTRIA DO PESCADO		INDÚSTRIA DO PESCADO		INDÚSTRIA DO PESCADO	
		REGIMENS TRIBUTÁRIOS DIFERENCIADOS (RTD)		REGIMENS TRIBUTÁRIOS DIFERENCIADOS (RTD)		REGIMENS TRIBUTÁRIOS DIFERENCIADOS (RTD)		REGIMENS TRIBUTÁRIOS DIFERENCIADOS (RTD)		REGIMENS TRIBUTÁRIOS DIFERENCIADOS (RTD)	
		OUTROS TRATAMENTOS ESPECIAIS		OUTROS TRATAMENTOS ESPECIAIS		OUTROS TRATAMENTOS ESPECIAIS		OUTROS TRATAMENTOS ESPECIAIS		OUTROS TRATAMENTOS ESPECIAIS	
		PRODUTOS DA CESTA BÁSICA		PRODUTOS DA CESTA BÁSICA		PRODUTOS DA CESTA BÁSICA		PRODUTOS DA CESTA BÁSICA		PRODUTOS DA CESTA BÁSICA	
	AGROINDÚSTRIA		INDÚSTRIA EM GERAL		INDÚSTRIA DO PESCADO		COMÉRCIO ATACADISTA		INDÚSTRIA DA CARNE		Estes benefícios fiscais não compensam as metas fiscais estabelecidas pelo Estado uma vez que foram instituídos no âmbito do ICMS de forma permanente, conforme o disposto no inciso II do art. 155 do CF e no art. 1º do Complementar nº 161/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).
	POLÍTICA DE INCENTIVOS DO ESTADO		INDÚSTRIA DO PESCADO		INDÚSTRIA DO PESCADO		INDÚSTRIA DO PESCADO		INDÚSTRIA DO PESCADO		
	REGIMENS TRIBUTÁRIOS DIFERENCIADOS (RTD)		REGIMENS TRIBUTÁRIOS DIFERENCIADOS (RTD)		REGIMENS TRIBUTÁRIOS DIFERENCIADOS (RTD)		REGIMENS TRIBUTÁRIOS DIFERENCIADOS (RTD)		REGIMENS TRIBUTÁRIOS DIFERENCIADOS (RTD)		
	OUTROS TRATAMENTOS ESPECIAIS		OUTROS TRATAMENTOS ESPECIAIS		OUTROS TRATAMENTOS ESPECIAIS		OUTROS TRATAMENTOS ESPECIAIS		OUTROS TRATAMENTOS ESPECIAIS		
	PRODUTOS DA CESTA BÁSICA		PRODUTOS DA CESTA BÁSICA		PRODUTOS DA CESTA BÁSICA		PRODUTOS DA CESTA BÁSICA		PRODUTOS DA CESTA BÁSICA		
ISENÇÃO	REDUÇÃO DE BASE DE CÁLCULO	AGROINDÚSTRIA		INDÚSTRIA EM GERAL		INDÚSTRIA DO PESCADO		COMÉRCIO ATACADISTA		INDÚSTRIA DA CARNE	
		POLÍTICA DE INCENTIVOS DO ESTADO		INDÚSTRIA DO PESCADO		INDÚSTRIA DO PESCADO		INDÚSTRIA DO PESCADO		INDÚSTRIA DO PESCADO	
		REGIMENS TRIBUTÁRIOS DIFERENCIADOS (RTD)		REGIMENS TRIBUTÁRIOS DIFERENCIADOS (RTD)		REGIMENS TRIBUTÁRIOS DIFERENCIADOS (RTD)		REGIMENS TRIBUTÁRIOS DIFERENCIADOS (RTD)		REGIMENS TRIBUTÁRIOS DIFERENCIADOS (RTD)	
		OUTROS TRATAMENTOS ESPECIAIS		OUTROS TRATAMENTOS ESPECIAIS		OUTROS TRATAMENTOS ESPECIAIS		OUTROS TRATAMENTOS ESPECIAIS		OUTROS TRATAMENTOS ESPECIAIS	
		PRODUTOS DA CESTA BÁSICA		PRODUTOS DA CESTA BÁSICA		PRODUTOS DA CESTA BÁSICA		PRODUTOS DA CESTA BÁSICA		PRODUTOS DA CESTA BÁSICA	
IPVA	ISENÇÃO	AGROINDÚSTRIA		INDÚSTRIA EM GERAL		INDÚSTRIA DO PESCADO		COMÉRCIO ATACADISTA		INDÚSTRIA DA CARNE	
		POLÍTICA DE INCENTIVOS DO ESTADO		INDÚSTRIA DO PESCADO		INDÚSTRIA DO PESCADO		INDÚSTRIA DO PESCADO		INDÚSTRIA DO PESCADO	
		REGIMENS TRIBUTÁRIOS DIFERENCIADOS (RTD)		REGIMENS TRIBUTÁRIOS DIFERENCIADOS (RTD)		REGIMENS TRIBUTÁRIOS DIFERENCIADOS (RTD)		REGIMENS TRIBUTÁRIOS DIFERENCIADOS (RTD)		REGIMENS TRIBUTÁRIOS DIFERENCIADOS (RTD)	
		OUTROS TRATAMENTOS ESPECIAIS		OUTROS TRATAMENTOS ESPECIAIS		OUTROS TRATAMENTOS ESPECIAIS		OUTROS TRATAMENTOS ESPECIAIS		OUTROS TRATAMENTOS ESPECIAIS	
		PRODUTOS DA CESTA BÁSICA		PRODUTOS DA CESTA BÁSICA		PRODUTOS DA CESTA BÁSICA		PRODUTOS DA CESTA BÁSICA		PRODUTOS DA CESTA BÁSICA	
ITCD	ISENÇÃO	AGROINDÚSTRIA		INDÚSTRIA EM GERAL		INDÚSTRIA DO PESCADO		COMÉRCIO ATACADISTA		INDÚSTRIA DA CARNE	
		POLÍTICA DE INCENTIVOS DO ESTADO		INDÚSTRIA DO PESCADO		INDÚSTRIA DO PESCADO		INDÚSTRIA DO PESCADO		INDÚSTRIA DO PESCADO	
TOTAL											

Fonte: SEFA/DAF

Nota-se que a maior parcela dos valores expurgados a título de renúncia de receita refere-se ao ICMS, na modalidade crédito presumido.

Vale ressaltar que o aumento do valor da renúncia de receita em 2024 - quando comparado aos dados divulgados em leis orçamentárias anteriores a 2023 - deve-se à adoção de novos critérios e metodologia de cálculo, conforme avaliação do Grupo de Trabalho constituído com o objetivo de elaborar um sistema de gestão, controle e acompanhamento das renúncias de receitas do Estado do Pará (Portarias n.º 393/21 e n.º 603/21).

Nesse sentido, na LDO 2024 estão sendo demonstrados valores de renúncia fiscal de programas e tratamentos tributários especiais - como produtos da cesta básica, laticínios industriais, comércio de máquinas pesadas e Programa Sua Casa - que já vigoravam em anos anteriores, mas que não eram classificados como incentivo fiscal ou não dispunham de metodologia ou instrumentos para adequada quantificação.

Além disso, a Secretaria de Estado da Fazenda está aperfeiçoando a metodologia de cálculo da renúncia de receitas. No caso da Política de Incentivos do Estado, por exemplo, o valor da renúncia - que antes era estimado com base nos dados apresentados nos projetos encaminhados pelas empresas requerentes de incentivos à SEDEME - foi calculado com base nas declarações (DIEF) apresentadas pelas empresas incentivadas nos últimos três anos (2020, 2021 e 2022).

No caso dos Regimes Tributários Diferenciados – RTD e outros tratamentos especiais, a estimativa da renúncia foi realizada a partir de levantamento, nas notas fiscais eletrônicas dos produtos/segmentos contemplados com os regimes diferenciados, referentes ao ano de 2022. O valor da renúncia estimado é igual à diferença entre a arrecadação observada com a adoção do RTD e a arrecadação potencial no regime normal, sem o referido regime tributário especial.

Também foi incluída estimativa de renúncia de receita decorrente de incentivos eventualmente concedidos no decorrer do ano corrente, ainda não previsíveis por ocasião da elaboração da LDO.

Para o cálculo das renúncias de IPVA e ITCD, apurou-se o valor efetivo da renúncia fiscal observada em 2022 para cada tributo. Os valores referentes aos anos seguintes foram projetados com a utilização do IPCA estimado pela FAPESPA.



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS

DEMONSTRATIVO 8 - MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS
DE CARÁTER CONTINUADO

(Art. 4º, § 2º, inciso V)

Segundo os §§ 2º e 3º do art. 17 da LRF, para que se possa criar ou expandir uma DOCC, deve haver redução permanente de despesa ou aumento permanente de receita, sendo o último definido como o proveniente da elevação de alíquotas, ampliação de base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição. Desse modo, o demonstrativo em questão deve apresentar os aumentos permanentes de receita, conforme definição mencionada, deduzidos das respectivas transferências por repartição de receita. A esse montante líquido é somado o valor da redução permanente de despesa. Por fim, desse total, abate-se o montante dessa margem já comprometido devido ao crescimento vegetativo de DOCC já existentes.

O aumento permanente de receita, como já dito, é definido como aquele proveniente de elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo ou majoração ou criação de tributo ou contribuição (§ 3º do art. 17 da LRF). Considera-se ampliação da base de cálculo, por sua vez, o aumento na base econômica da receita derivado de medidas legislativas ou de mudanças macroeconômicas.

Assim, para estimar o aumento permanente de receita de caráter exclusivamente tributário, é observado o crescimento da economia (PIB Pará), que retrata o aumento da base de contribuintes, estimado em 2,03% para o período em pauta; as projeções de elevação das receitas tributárias elaboradas pela SEFA decorrentes das mudanças na legislação e do quantitativo de vendas de produtos chaves na composição da receita dos tributos estaduais (automóveis, bebidas, etc.), do volume das aplicações financeiras e das medidas de melhoria de gestão do esforço de arrecadação. A aplicação desses fatores na arrecadação reestimada para 2023 resultou em aumento de R\$ 1,48 bilhão na receita prevista para 2024.

Desse modo, prevê-se o aumento permanente de receita total descontadas as transferências aos Municípios e para o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb).

Essas deduções resultam no Saldo Final do Aumento Permanente de Receita de R\$ 1,36 bilhão. Esse valor, a priori, deve comportar a expansão das Despesas Corrente de Caráter Continuado (DCCC).

O valor da expansão da DCCC para a LDO 2024 compreende, no que concerne a expansão das Despesas com Pessoal, o crescimento vegetativo da folha de pagamento, dos reajustes e ajustes salariais (salário mínimo, piso dos professores, categorias específicas, funcionalismo civil, militar da ativa e dos inativos), reajuste de gratificações, impacto do ingresso de concursados, da implantação de Planos de Cargos, Carreiras e Remunerações (PCCR), criação, interstício e promoção de militares, implantação e reestruturação de órgãos. Em relação as Demais Despesas Correntes a expansão de caráter continuado, considerou o custo operacional das novas organizações criadas e/ou reestruturadas, inclusive àquelas sob a gestão de Organizações Sociais (OS). No Pará não há Parcerias Públicas e Privadas (PPPs), que também podem ser consideradas na expansão das DCCCs. Esses aumentos para 2024 em Pessoal e Demais Despesas Correntes somam R\$ 1,30 bilhão.

O Total da expansão das DCCCs (R\$ 1,30 bilhão) é deduzido do Saldo Final do Aumento Permanente de Receita (R\$ 1,36 bilhão), e o valor resultante de R\$ 55,99 milhões sinaliza que a expansão das RCCCs responde favorável ao aumento das DCCCs, e que os aumentos projetados para as Despesas podem ser recepcionados pelo orçamento proposto para 2024.

AMF – Demonstrativo 8 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso V)

Em R\$ 1.000,00

EVENTOS	Valor Previsto para 2024
Aumento Permanente da Receita	1.484.233
(-) Transferências Constitucionais	336.643
(-) Transferências ao Fundeb	274.798
Saldo Final do Aumento Permanente de Receita (I)	1.358.088
Redução Permanente de Despesa (II)	-
Margem Bruta (III) = (I+II)	1.358.088
Saldo Utilizado da Margem Bruta (IV)	1.302.098
Novas DOCC	1.302.098
Novas DOCC geradas por PPP	-
Margem Líquida de Expansão de DOCC (V) = (III-IV)	55.990

Fonte: SEPLAD/SEFA

MEMÓRIA DE CÁLCULO



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ

LDO 2024 - MEMÓRIA CÁLCULO – RESULTADO PRIMÁRIO E NOMNAL
PARTE 1

III - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para o Resultado Primário do Estado do Pará									
RECEITA E DESPESA - PROJETADA							R\$ milhares		
ESPECIFICAÇÃO	2024	2024 RPPS	S/	2025	2025 RPPS	S/	2026	2026 RPPS	S/
RECEITAS CORRENTES	51.667.879	48.445.427		54.180.934	50.962.252		56.627.963		52.968.627
Receita de Impostos e Taxas	26.391.271	26.391.271		27.959.015	27.959.015		29.632.558		29.632.558
Receita de Contribuição	3.874.736	1.180.480		4.021.976	1.349.325		4.173.604		1.293.630
Receita Patrimonial	1.209.046	1.073.646		1.254.989	1.115.849		1.302.302		1.051.352
Receitas Financeiras	1.049.106	913.706		1.088.972	949.832		1.130.026		879.076
Receitas Não Financeiras	159.940	159.940		166.018	166.018		172.276		172.276
Receita Agropecuária									
Receita Industrial	10.635	10.635		11.039	11.039		11.455		11.455
Receita de Serviços	1.245.736	1.245.736		1.293.073	1.293.073		1.341.822		1.341.822
Transferências Correntes	18.072.767	18.072.767		18.744.332	18.744.332		19.235.913		19.235.913
Demais Receitas Correntes	863.689	470.893		896.510	489.619		930.308		401.896
RECEITAS DE CAPITAL	890.120	890.120		1.356.721	1.356.721		1.153.052		1.153.052
Operações de Crédito	820.000	820.000		1.283.937	1.283.937		1.077.523		1.077.523
Amortização de Empréstimos	34.564	34.564		35.878	35.878		37.230		37.230
Alienações de Ativos (VII)	19.816	19.816		20.569	20.569		21.345		21.345
Transferência de Capital	15.739	15.739		16.338	16.338		16.954		16.954
Outras Receitas de Capital									
DEDUÇÃO DO FUNDEB	5.357.730	5.357.730		5.644.174	5.644.174		5.948.250		5.948.250
DEDUÇÃO TCM	5.749.670	5.749.670		6.115.733	6.115.733		6.508.896		6.508.896
DESPESAS CORRENTES	36.867.610	33.645.158		38.268.579	35.049.897		38.257.519		34.598.183
Pessoal e Encargos Sociais	22.921.402	19.698.950		23.792.415	20.573.733		23.785.539		20.126.203
Juros e Encargos da Dívida	666.111	666.111		691.424	691.424		691.224		691.224
Outras Despesas Correntes	13.280.096	13.280.096		13.784.740	13.784.740		13.780.756		13.780.756
DESPESAS DE CAPITAL	4.364.577	4.364.577		4.530.431	4.530.431		4.529.122		4.529.122
Investimento	3.115.710	3.115.710		3.234.107	3.234.107		3.233.172		3.233.172
Inversões Financeiras	405.340	405.340		420.743	420.743		420.621		420.621
Concessão de Empréstimos	405.340	405.340		420.743	420.743		420.621		420.621
Demais Inversões Financeiras	-	-		-	-		-		-
Amortização da Dívida	843.527	843.527		875.582	875.582		875.328		875.328
RESERVA DE CONTINGENCIA	218.411	218.411		226.711	226.711		226.645		226.645
RESERVA DO RPPS	-	-		-	-		-		-
FONTE: SEFA/SEPLAD									



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ

LDO 2024 - MEMÓRIA CÁLCULO – RESULTADO PRIMÁRIO E NOMNAL
PARTE 2

RESULTADO PRIMÁRIO							R\$ milhares		
ESPECIFICAÇÃO	2024	2024 RPPS	S/	2025	2025 RPPS	S/	2026	2026 RPPS	S/
RECEITAS CORRENTES	51.667.879	48.445.427		54.180.934	50.962.252		56.627.963	52.968.627	
(-) Aplicações Financeira	1.049.106	913.706		1.088.972	949.832		1.130.026	879.076	
RECEITAS FISCAIS CORRENTES	50.618.773	47.531.721		53.091.962	50.012.420		55.497.937	52.089.551	
RECEITAS DE CAPITAL	890.120	890.120		1.356.721	1.356.721		1.153.052	1.153.052	
(-) Operações de Crédito	820.000	820.000		1.283.937	1.283.937		1.077.523	1.077.523	
(-) Amortização de Empréstimos	34.564	34.564		35.878	35.878		37.230	37.230	
RECEITAS FISCAIS DE CAPITAL	35.556	35.556		36.907	36.907		38.298	38.298	
(-) DEDUÇÃO DO FUNDEB	5.357.730	5.357.730		5.644.174	5.644.174		5.948.250	5.948.250	
(-) DEDUÇÃO DO TCM	5.749.670	5.749.670		6.115.733	6.115.733		6.508.896	6.508.896	
RECEITAS PRIMÁRIAS (A)	39.546.928	36.459.876		41.368.962	38.289.420		43.079.089	39.670.703	
DESPESAS CORRENTES	36.867.610	33.645.158		38.268.579	35.049.897		38.257.519	34.598.183	
(-) Juros e Encargos da Dívida	666.111	666.111		691.424	691.424		691.224	691.224	
DESPESAS FISCAIS CORRENTES	36.201.498	32.979.046		37.577.155	34.358.473		37.566.295	33.906.959	
DESPESAS DE CAPITAL	4.364.577	4.364.577		4.530.431	4.530.431		4.529.122	4.529.122	
(-) Concessão de Empréstimos	405.340	405.340		420.743	420.743		420.621	420.621	
(-) Amortização da Dívida	843.527	843.527		875.582	875.582		875.328	875.328	
DESPESAS FISCAIS DE CAPITAL	3.115.710	3.115.710		3.234.107	3.234.107		3.233.172	3.233.172	
RESERVA DE CONTINGENCIA	218.411	218.411		226.711	226.711		226.645	226.645	
DESPESA PRIMÁRIA	39.535.620	36.313.168		41.037.973	37.819.291		41.026.112	37.366.776	
RESULTADO PRIMÁRIO (A-B)	11.309	146.709		330.989	470.129		2.052.977	2.303.927	
FONTE: SEFA/SEPLAD									

Notas: - O cálculo da Meta de Resultado Primário obedeceu à metodologia estabelecida pelo Governo Federal, por meio das Portarias expedidas pela STN, relativas às normas de Contabilidade Pública.
- A partir do exercício de 2023,o Estado adota a metologia de deduzir as Transferências Constitucionais aos Municípios da fonte.
- O valores de 2020 à 2022 são os fixados nas LDOs dos referidos exercícios, excluído as intraorçamentárias. Os valores de 2023 à 2025 referem-se a projeções, excluídas as receitas e despesas intraorçamentárias de acordo com o Manual de Demonstrativos Fiscais, da STN, 12ª edição.



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ

LDO 2024 - MEMÓRIA CÁLCULO – RESULTADO PRIMÁRIO E NOMNAL

PARTE 3

IV - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para o Resultado Nominal do Estado do Pará			
META FISCAL - RESULTADO NOMINAL			R\$ milhares
RESULTADO PRIMÁRIO - Acima da Linha (a)	11.309	330.989	2.052.977
JUROS NOMINAIS	2024	2025	2026
Juros, Encargos e Variações Monetárias Ativos (b)	1.612.080	1.673.339	1.736.423
Juros, Encargos e Variações Monetárias Passivos (c)	773.934	803.344	833.630
RESULTADO NOMINAL (acima d linha) (d) = (a) + (b-c)	849.454	1.200.983	2.955.771
FONTE: SEPLAD			
Notas:			
- O valores de 2020 à 2022 são os fixados nas LDOs dos referidos exercícios, os valores de 2023 a 2025 refere-se a projeções.			
- O cálculo das Metas Anuais relativas ao Resultado Nominal, foi efetuado em conformidade com a metodologia estabelecida pelo Governo Federal, normatizado pala STN, a partir de 2020, acima da linha, conforme Manual de Demonstrativos Fiscais da STN 12ª edição			



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ

LDO 2024 - MEMÓRIA CÁLCULO – RESULTADO PRIMÁRIO E NOMNAL

PARTE 4

V - Metodologia e Memória de Calculo das Metas Anuais para o Montante da Dívida do Estado do Pará			
META FISCAL - MONTANTE DA DÍVIDA			R\$ milhares
ESPECIFICAÇÃO	2024	2025	2026
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	5.758.072	5.351.005	4.847.026
Dívida Mobiliária	-	-	-
Outras Dívidas	5.758.072	5.351.005	4.847.026
DEDUÇÕES (II)	6.226.062	6.462.652	6.706.294
Ativo Disponível	7.700.112	7.992.716	8.294.041
Haveres Financeiros	417.096	432.946	449.268
(-) Restos a Pagar Processados	1.891.146	1.963.009	2.037.015
DCL (III)=(I-II)	(467.989)	(1.111.647)	(1.859.268)
RESULTADO NOMINAL (abaixo da linha) (d) = (a) + (b-c)	284.824	643.658	747.621

FONTE: SEFA/SEPLAD

Notas: - Projeção com base o cronograma previsto de pagamento, considerando os indexadores dos contratos, para os respectivos anos.

- O valores de 2020 à 2022 são os fixados nas LDOs dos referidos exercícios, os valores de 2023 a 2025 refere-se a projeções.

- O Estado do Pará não possui Dívida Mobiliária



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
LDO 2024 - MEMÓRIA CÁLCULO – RESULTADO PRIMÁRIO E NOMNAL
PARTE 5

VI - Metodologia e Memória de Cálculo das Deduções do FUNDEB e TCM			
DADOS TOTAIS			
ESPECIFICAÇÃO	Valores Brutos		
	2024	2025	2026
IPVA	1.064.910	1.133.343	1.206.883
ITCD	60.700	62.493	64.321
ICMS	20.348.158	21.655.759	23.060.952
FPE	10.549.294	10.950.167	11.362.989
IPI	513.445	532.956	553.048
CIDE	7.257	7.533	7.817
TOTAL	32.536.507	34.334.718	36.248.192
FONTE: SEFA/SEPLAD			
A) DESTINADO AO FUNDEB			
ESPECIFICAÇÃO	Valores Brutos		
	2024	2025	2026
IPVA	106.491	113.334	120.688
ITCD	12.140	12.499	12.864
ICMS	3.052.224	3.248.364	3.459.143
FPE	2.109.859	2.190.033	2.272.598
IPI	77.017	79.943	82.957
TOTAL	5.357.730	5.644.174	5.948.250
B) DESTINADO A TCM			
ESPECIFICAÇÃO	Valores Brutos		
	2024	2025	2026
IPVA	532.455	566.671	603.441
ICMS	5.087.040	5.413.940	5.765.238
FPE	128.361	133.239	138.262
CIDE	1.814	1.883	1.954
TOTAL	5.749.670	6.115.733	6.508.896
FONTE: SEFA/SEPLAD			
Notas: - Metodologia aplicada a partir da LDO 2023			



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
LDO 2024 - MEMÓRIA CÁLCULO – RESULTADO PRIMÁRIO E NOMNAL
PARTE 6

VII - Receita Previdenciária (Projeção)			
ESPECIFICAÇÃO	Valores Brutos		
	2024	2025	2026
REGIME FINANCEIRO	2.780.751	2.767.938	3.083.483
Contribuição Prev. (Servidor)	981.122	951.855	987.739
Contribuição Prev. (Patronal)	1.617.580	1.625.629	1.793.480
Outras Receitas	144.649	149.314	261.124
Rec. Patrimonial (Val. Mobiliários)	37.400	41.140	41.140
REGIME CAPITALIZADO	193.554	193.167	308.565
Contribuição Prev. (Servidor)	47.777	47.583	49.377
Contribuição Prev. (Patronal)	47.777	47.584	49.378
Outras Receitas			
Rec. Patrimonial (Val. Mobiliários)	98.000	98.000	209.810
IGEPREV	248.147	257.577	267.288
Serv. Administrativos	248.147	257.577	267.288
TOTAL	3.222.452	3.218.682	3.659.336
FONTE: SEFA/SEPLAD			



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ

MEMÓRIA DE CÁLCULO LDO 2024

ESTIMATIVAS DE DESPESAS

a) Reestimativa das Despesas com Pessoal e Encargos Sociais para 2023.

A reestimativa das Despesas de Pessoal e Encargos para 2023, de modo a propiciar as projeções para 2024, considerou como ponto de partida a folha de pessoal empenhada em março de 2023, sem atipicidades e elementos não permanentes nas Despesas de Pessoal. Definido o ponto de partida foram agregados os impactos programados para serem concedidos ainda neste exercício de 2023.

As despesas com Pessoal e Encargos Sociais reestimada para 2023, é resultante do total das despesas anuais, incluindo 13º e férias, o montante dos impactos discriminados na memória de cálculo, e o crescimento vegetativo da folha, dimensionado em 0,5% ao mês.

SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO - SEPLAD					
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIA - LDO 2024					
MEMÓRIA DE CÁLCULO DA REESTIMATIVA DAS DESPESAS DE PESSOAL E ENCARGOS 2023					
PONTO DE PARTIDA PARA REESTIMATIVA DA FOLHA / MAR 2023					R\$ 1.482.112.584,66
DESCRIÇÃO DOS EVENTOS	PERÍODO DE CONCESSÃO	VALOR ACUMULADO NO PERÍODO DE CONCESSÃO EM R\$ 1,00	13º SALÁRIO	FÉRIAS (0,33)	VALOR ACUMULADO NO PERÍODO DE CONCESSÃO EM R\$ 1,00
REAJUSTE PISO MAGISTÉRIO	ABR - DEZ	483.921.918,36	40.326.826,53	17.743.803,67	541.992.548,56
AJUSTE DE TABELAS SALARIAIS	AGO - DEZ	15.870.000,00	1.322.500,00	1.047.420,00	18.239.920,00
REAJUSTE DE CATEGORIAS ESPECÍFICAS - 1	ABR e MAI - DEZ	10.852.660,80	904.388,40	442.672,76	12.199.721,96
REAJUSTE DE CATEGORIAS ESPECÍFICAS - 2	AGO - DEZ	23.448.000,00	1.954.000,00	1.547.568,00	26.949.568,00
INGRESSO DE POLÍCIAS PENAS	OUT-DEZ	34.903.170,24	2.908.597,52	3.839.348,73	41.651.116,49
PROMOÇÃO DE MILITARES	ABR e SET	7.404.872,87	617.072,72	375.939,69	8.397.885,06
INTERSTÍCIO DOS MILITARES	JUL - DEZ	172.839.516,00	14.403.293,00	9.508.173,38	196.748.982,38
IMPLANTACÃO PLANO DE CARGOS, CARREIRAS E REMUNERAÇÕES (PCCR) - SEDUC	JUL - DEZ	78.559.199,94	6.546.600,00	4.320.756,00	89.426.555,93
AUMENTOS NO PSS	ABR - DEZ	286.163.438,40	23.846.953,20	10.492.658,41	320.503.051,01
CRIAÇÃO E REESTRUTURAÇÃO DE ÓRGÃOS	ABR - DEZ	5.207.542,38	433.961,87	190.943,22	5.832.447,47
INGRESSO DE CONCURSADOS	MAI - DEZ	37.444.287,77	3.120.357,31	2.649.370,42	43.214.015,50
TOTAL DOS IMPACTOS PREVISTOS NO ANO					1.305.155.812,37
VALOR DA FOLHA ANUAL SEM IMPACTOS, COM CRESCIMENTO VEGETATIVO DA FOLHA (0,5%)					19.984.153.752,22
TOTAL DAS DESPESAS DE PESSOAL E ENCARGOS DO EXECUTIVO 2023					21.289.309.564,59

FONTE: SEPLAD/DPO - NOTA: As folhas de Janeiro e Fevereiro, foram computadas pelos valores efetivamente pagos nos respectivos meses.

NOTA: Os valores dos impactos e eventos previstos e programados para 2023, tiveram como documento fonte o Processo 2023/2018535, informado pela SAGEP/SEPLAD.

b) Projeção das Despesas com Pessoal e Encargos Sociais para 2024.

A projeção das Despesas de Pessoal e Encargos Sociais para 2024, considerou como ponto de partida a folha de pessoal reestimada para 2023, os impactos previstos para 2024, incluindo 13º e férias, o montante dos impactos discriminados na memória de cálculo, e o crescimento vegetativo da folha, dimensionado em 0,5% ao mês.

O valor projetado para 2024 com as Despesas de Pessoal e Encargos é de R\$ 22.921.402.201,66.

SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO - SEPLAD					
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIA - LDO 2024					
MEMÓRIA DE CÁLCULO DA REESTIMATIVA DAS DESPESAS DE PESSOAL E ENCARGOS 2024					
DESCRIÇÃO DOS EVENTOS	PERÍODO DE CONCESSÃO	VALOR ACUMULADO NO PERÍODO DE CONCESSÃO EM R\$ 1,00	13º SALÁRIO	FÉRIAS (0,33)	VALOR ACUMULADO NO PERÍODO DE CONCESSÃO EM R\$ 1,00
REAJUSTE LINEAR PROJETADO PARA 2024 (ATE O LIMITE DO IPCA 4,02%) - PROJEÇÃO FAPESPA	JA2 - DEZ	335.684.623,89	27.972.068,86	9.230.782,86	372.887.475,60
INGRESSOS DE CONCURSOS 1	JA2 - DEZ	28.849.401,53	2.404.116,79	793.358,54	32.048.676,86
INGRESSOS DE CONCURSOS 2	AGO - DEZ	137.907.554,59	27.581.510,92	8.274.453,28	173.763.518,78
AUMENTO DECORRENTES DE GRATIFICAÇÕES	ABR - DEZ	35.833.014,28	3.563.301,43	1.068.990,43	40.265.306,14
IMPLANTACÃO DE PCCRS	ABR - DEZ	41.233.023,48	4.123.302,35	1.236.990,70	46.593.316,53
TOTAL DOS IMPACTOS PREVISTOS NO ANO (AUMENTO DA DESPESAS CORRENTES DE CARÁTER CONTINUADO)					665.536.693,52
VALOR DA FOLHA ANUAL SEM IMPACTOS, COM CRESCIMENTO VEGETATIVO DA FOLHA (0,5%)					22.255.865.508,14
TOTAL DAS DESPESAS DE PESSOAL E ENCARGOS DO EXECUTIVO 2024					22.921.402.201,66

FONTE: SEPLAD/DPO - NOTA: Nas estimativas das Despesas de Pessoal e Encargos de 2024 foram feitos ajustes nos impactos previstos, objetivando garantir o equilíbrio orçamentário.

NOTA: Os valores dos impactos e eventos previstos e programados para 2024, tiveram como documento fonte o Processo 2023/2018535, informado pela SAGEP/SEPLAD.

c) Reestimativa das Demais Despesas Correntes para 2023.

A reestimativa das Demais Despesas Correntes para 2023, de modo a propiciar as projeções para 2024, considerou como ponto de partida a dotação atualizada para 2023 (RREO, bimensal, Jan e Fev 2023), a correção inflacionária pelo IPCA de 2023 projetado pela FAPESPA (5,90%), e os eventos descritos na memória de cálculo. Esse exercício resultou em uma despesa reestimada para ODC em 2023 da ordem de R\$ 12.154.907.423,24.

SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO - SEPLAD		
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIA - LDO 2024		
MEMÓRIA DE CÁLCULO DA ESTIMATIVA DAS DEMAIS DESPESAS CORRENTES - 2023		
PONTO PARTIDA - DOTAÇÃO ATUALIZADA ODC 2023 (Fonte RREO Bimensal Jan e Fev 2023)		R\$ 10.623.142.042,72
DESCRIÇÃO DOS EVENTOS	MÊS DE OCORRÊNCIA	VALOR ACUMULADO NO PERÍODO DE CONCESSÃO EM R\$ 1,00
CORREÇÃO INFLACIONÁRIA PELO IPCA PROJETADO PELA FAPESPA (5,90%)	JAN - DEZ	626.765.380,52
CUSTEIO NOVAS UNIDADES HOSPITALARES (INCLUSIVE OS)	JAN - DEZ	750.000.000,00
CUSTEIO DA FUNCIONALIDADE DAS NOVAS USINAS DA PAZ	JAN - DEZ	50.000.000,00
CUSTEIO DECORRENTE DA CRIAÇÃO DE NOVOS ÓRGÃOS	MAR - DEZ	60.000.000,00
CUSTEIO ODC DA FOLHA DECORRENTE DO INGRESSO DE CONCURSADOS	MAR - DEZ	45.000.000,00
TOTAL DOS IMPACTOS PREVISTOS NO ANO		1.531.765.380,52
TOTAL DAS DEMAIS DESPESAS DE CORRENTES DO EXECUTIVO 2024		12.154.907.423,24

SEPLAD/DPO

NOTA: Os valores dos impactos e eventos previstos e programados para 2023 do ODC da folha, tiveram como documento fonte o Processo 2023/2018535, informado pela SAGEP/SEPLAD.

Os demais eventos são aqueles já previstos para o exercício.

d) Projeção das Demais Despesas Correntes para 2024.

A projeção das Demais Despesas Correntes para 2024 adotou o mesmo procedimento de cálculo descrito acima, considerou como ponto de partida o ODC reestimado para 2023, a correção inflacionária pelo IPCA de 2024 projetado pela FAPESPA (4,02%), e os eventos descritos na memória de cálculo, resultando em R\$ 13.280.096.237,52 para essa Despesa Corrente de 2024.

As demais contas da Despesa: Juros e Encargos da Dívida, Investimentos, Amortização da Dívida e Inversões Financeiras, foram projetadas para 2024 observado os procedimentos descritos no Anexo II, Metas Fiscais, Demonstrativo 1 – Metas Anuais.

SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO - SEPLAD		
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIA - LDO 2024		
MEMÓRIA DE CÁLCULO DA ESTIMATIVA DAS DEMAIS DESPESAS CORRENTES - 2024		
PONTO PARTIDA - DOTAÇÃO REESTIMADO ODC 2023		R\$ 12.154.907.423,24
DESCRIÇÃO DOS EVENTOS	MÊS DE OCORRÊNCIA	VALOR ACUMULADO NO PERÍODO DE CONCESSÃO EM R\$ 1,00
CORREÇÃO INFLACIONÁRIA PELO IPCA PROJETADO PELA FAPESPA (4,02%)		488.627.278,41
CUSTEIO NOVAS UNIDADES HOSPITALARES (INCLUSIVE OS)	JAN - DEZ	541.561.535,87
CUSTEIO DA FUNCIONALIDADE DAS NOVAS USINAS DA PAZ	JAN - DEZ	30.000.000,00
CUSTEIO DECORRENTE DA CRIAÇÃO DE NOVOS ÓRGÃOS	MAR - DEZ	20.000.000,00
CUSTEIO ODC DA FOLHA DECORRENTE DO INGRESSO DE CONCURSADOS	JAN - DEZ	45.000.000,00
TOTAL DOS IMPACTOS PREVISTOS NO ANO (AUMENTO DA DESPESAS CORRENTES DE CARÁTER CONTINUADO)		636.561.535,87
TOTAL DAS DEMAIS DESPESAS DE CORRENTES DO EXECUTIVO 2024		13.280.096.237,52

SEPLAD/DPO

NOTA: Os valores dos impactos e eventos previstos e programados para 2023, tiveram como documento fonte o Processo 2023/2018535, informado pela SAGEP/SEPLAD.

Os demais eventos são aqueles já previstos para o exercício.

ANEXO III

DEMONSTRATIVO DA REMUNERAÇÃO DE PESSOAL ATIVO E INATIVO



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2024
ANEXO III - DEMONSTRATIVO DA REMUNERAÇÃO DE PESSOAL - INATIVO E PENSIONISTA

PODER:
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA:
BIMESTRE:

LDO, art. 62					R\$ milhares
Regime Jurídico Único	Cargo	Quantidade	Vencimentos /Proventos/ Pensões	Outras Vantagens	Total
Inativos					
Nível					
- Superior					
- Médio					
- Fundamental					
Pensionista					
Total Geral					



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS – LDO 2024
ANEXO IV - DEMONSTRATIVO DA LOTAÇÃO DE PESSOAL ATIVO

PODER:
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA:
BIMESTRE:

LDO, art. 63

[illegible]

ANEXO IV

**DEMONSTRATIVO DA LOTAÇÃO
DE PESSOAL ATIVO POR PODER E
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA**



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS – LDO 2024
ANEXO IV - DEMONSTRATIVO DA LOTACÃO DE PESSOAL ATIVO

PODER:
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA:
BIMESTRE:

LDO, art. 63

[illegible]**Protocolo: 960854**